



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1956 — VOLUME I

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JANEIRO A MARÇO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1956

	Págs.		Págs.
1 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o Acôrdo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho. Publicado no D. O. de 12 de janeiro de 1956. Reproduzido no D. O. de 31 de janeiro de 1956	3	5 — Decreto Legislativo de 1956 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Açucareira Porto Real S. A. Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1956	4
2 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna. Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1956	3	6 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto e sua mulher Antônio Martins de Sá Rocha. Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1956	4
3 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Divisão de Obras do Departamento de Administração — e a firma Sidema S. A. — Comercial Importadora Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 14 de janeiro de 1956	4	7 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Delegacia Federal da Criança da 3.ª Região — e a Companhia Autos e Acessórios Vieira da Cunha. Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1956	5
4 — Decreto Legislativo de 1956 — Determina ao Tribunal de Contas registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Renato Giovanni Cecchi. Publicado no D. O. de 24 de janeiro de 1956	4	8 — Decreto Legislativo de 1956 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Impôsto de Renda, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo. Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1956	5

	Págs.		Págs.
9 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul. Publicado no D. O. de 22 de fevereiro de 1956	5	2.705-A — Lei de 7 de janeiro de 1956 — Inclui os candidatos aprovados em provas de habilitação, homologadas até 31 de dezembro de 1954, na exceção contida no art. 2.º da Lei n.º 2.284, de 9 de agosto de 1954 (Regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União e das autarquias). Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1956	11
10 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o Acórdão de Comércio entre o Brasil e a Iugoslávia. Publicado no D. O. de 29 de fevereiro de 1956	5	2.706 — Lei de 10 de janeiro de 1956 — Mantém o Decreto número 38.402, de 23 de dezembro de 1955, que prorroga o estado de sítio. Publicada no D. O. de 10 de janeiro de 1956	12
11 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o Convênio Básico entre o Brasil e a Organização Mundial de Saúde para Assistência Técnica de Caráter Consultivo. Publicado no D. O. de 17 de março de 1956	7	2.707 — Lei de 10 de janeiro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Gabriela Portela Fagundes, progenitora do Capitão Mário Portela Fagundes. Publicada no D. O. de 14 de janeiro de 1956	12
12 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre a União Federal e a firma Comércio e Indústria Caribé S. A. Publicado no D. O. de 12 de março de 1956	10	2.708 — Lei de 11 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a transferir, sem ônus, para a Prefeitura de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais, o serviço de abastecimento de água que a Rede Mineira de Viação possui naquela localidade. Publicada no D. O. de 18 de janeiro de 1956	13
2.703 — Lei de 4 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.832,80 para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério, relativo aos exercícios de 1949, 1950 e 1951. Publicada no D. O. de 6 de janeiro de 1956	10	2.709 — Lei de 17 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para ocorrer à despesa com o pagamento de gratificação adicional dos extranumerários mensalistas do referido órgão. Publicada no D. O. de 20 de janeiro de 1956	13
2.704 — Lei de 6 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00, para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogado, proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França. Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1956	10	2.710 — Lei de 19 de janeiro de 1956 — Dispõe sobre os vencimentos dos militares, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 20 de janeiro de 1956	14
2.705 — Lei de 6 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a doar à União Beneficente de Carris prédio e respectivo terreno situados na Praça 15 de Novembro, em Cariús, no Estado do Ceará. Publicada no D. O. de 12 de janeiro de 1956	11	2.711 — Lei de 21 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial até a importância de Cr\$ 40.000.000,00, para início da construção de um prédio destinado ao Palácio da	

Págs.		Págs.
	Justiça, no Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1956	16
2.712	— Lei de 21 de janeiro de 1956 — Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1956. Retificada no D. O. de 27 de janeiro de 1956	17
2.712	— Lei de 21 de janeiro de 1956 — Dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional do Projeto que se converteu na Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956. Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956. Publicada no D. O. de 21 de janeiro de 1956	19
2.713	— Lei de 21 de janeiro de 1956 — Dispõe sobre a prorrogação e vigência do estado de sítio em todo o território nacional. Publicada no D. O. de 23 de janeiro de 1956	19
2.714	— Lei de 26 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.325,00 para pagamento de diferenças de gratificação a João Candido Ferreira Filho, professor catedrático da cadeira de Agricultura e Genética Especializada da Escola Nacional de Agronomia, do Quadro Permanente do mesmo Ministério. Publicada no D. O. de 28 de janeiro de 1956. Retificada no D. O. de 30 de janeiro de 1956	20
2.715	— Lei de 24 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 277.859,00 para pagamento de gratificação de magistério a professora do mesmo Ministério. Publicada no D. O. de 28 de janeiro de 1956	20
2.716	— Lei de 24 de janeiro de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 4.803,50 para atender ao pagamento de	
	diferenças de gratificação adicional ao Diretor de Secretaria PJ-5 Sebastião Teixeira de Carvalho, do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região. Publicada no D. O. de 27 de janeiro de 1956	21
2.717	— Lei de 24 de janeiro de 1956 — Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do escotismo feminino. Publicada no D. O. de 27 de janeiro de 1956	21
2.718	— Lei de 24 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.200,00 para atender a todas as despesas com o comparecimento do Brasil a 37.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Publicado no D. O. de 26 de janeiro de 1956	22
2.719	— Lei de 28 de janeiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — crédito especial para pagamento de gratificação adicional, diferença de vencimentos e diferença de gratificação adicional de membro do Tribunal Superior do Trabalho e funcionário de sua Secretaria. Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1956	22
2.720	— Lei de 28 de janeiro de 1956 — Denomina Melo Viana o aeroporto de Três Corações no Estado de Minas Gerais. Publicado no D. O. de 30 de janeiro de 1956	23
2.721	— Lei de 30 de janeiro de 1956 — Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subvenciona a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal, e dá outras providências. Publicado no D. O. de 14 de março de 1956. Dispositivos vetados cujo veto foi rejeitado pelo Congresso . 23 e	25

	Págs.		Págs.
2.722 — Lei de 6 de fevereiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.720,00 para atender ao pagamento de auxílio funeral devido a Dulce Loureiro da Costa, Silva, filha de João da Costa Silva, ex-servidor daquele Ministério. Publicada no D. O. de 9 de fevereiro de 1956	25	4.000,00 mensais a pensão especial concedida a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha de Lúcio Borges de Sá, concedida pela Lei n.º 2.036, de 22 de outubro de 1953. O Presidente da República. Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956	28
2.723 — Lei de 7 de fevereiro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Intrenacional do Câncer. Publicada no D. O. de 10 de fevereiro de 1956	25	2.730 — Lei de 17 de fevereiro de 1956 — Acrescenta mais um parágrafo ao artigo 45 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal). Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956 ...	28
2.724 — Lei de 9 de fevereiro de 1956 — Incorpora a cadeira de Direito Industrial, nas Faculdades de Direito do país, à de Direito Comercial, e dá outras providências. Publicado no <i>Diário Oficial</i> de 21 de fevereiro de 1956	26	2.731 — Lei de 17 de fevereiro de 1956 — Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956	28
2.725 — Lei de 9 de fevereiro de 1956 — Reestrutura o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército. Publicado no D.O. de 15 de fevereiro de 1956	26	2.732 — Lei de 17 de fevereiro de 1956 — Cria cargos de Capelães Militares no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 23 de fevereiro de 1956	29
2.726 — Lei de 9 de fevereiro de 1956 — Suspende o estado de sítio decretado na conformidade da Lei n.º 2.713, de 21 de janeiro de 1956. Publicada no D. O. de 10 de fevereiro de 1956	27	2.733 — Lei de 18 de fevereiro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 mensais a Olga Ferreira Girardi, viúva do ex-extranumerário diarista da Fábrica de Juiz de Fora, José Geraldo Girardi. Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956	29
2.727 — Lei de 16 de fevereiro de 1956 — Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953. Publicada no <i>Diário Oficial</i> de 21 de fevereiro de 1956	27	2.734 — Lei de 18 de fevereiro de 1956 — Acrescenta a alínea i ao art. 5.º e parágrafo único ao art. 100, e modifica os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares). Publicada no D. O. de 25 de fevereiro de 1956	30
2.728 — Lei de 16 de fevereiro de 1956 — Modifica o art. 52 da Lei n.º 2.083, de 12 de novembro de 1953, que regula a Liberdade de Imprensa. Publicado no D. O. de 21 de fevereiro de 1956	27	2.735 — Lei de 18 de fevereiro de 1956 — Fixa o período de estágio probatório do funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo e aos extranumerários mensalistas da	
2.729 — Lei de 17 de fevereiro de 1956 — Aumenta para Cr\$			

	Págs.		Págs.
União e das autarquias. Publicada no D. O. de 23 de fevereiro de 1956	30	2.742 — Lei de 6 de março de 1956. — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 885.000,00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na IX Reunião das Altas Partes Contratantes do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. Publicada no D.O. de 7 de março de 1956 ..	37
2.736 — Lei de 18 de fevereiro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Aracy Constant Botelho de Magalhães, filha do General Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956	31	2.743 — Lei de 6 de março de 1956 — Cria o Departamento Nacional de Endemias Parasitárias no Ministério da Saúde e dá outras providências. Publicada no D.O. de 7 de março de 1956 ..	37
2.737 — Lei de 18 de fevereiro de 1956 — Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D. O. de 21 de fevereiro de 1956 ..	31	2.744 — Lei de 6 de março de 1956 — Altera o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 8 de março de 1956.	39
2.738 — Lei de 20 de fevereiro de 1956 — Dispõe sobre o afastamento do oficial que se revelar incompatível com o exercício de suas funções, quer em situação normal, quer por ocasião de provas de instrução, de manobras ou operações de guerra, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 22 de fevereiro de 1956	31	2.745 — Lei de 12 de março de 1956 — Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 13 de março de 1956 ..	43
2.739 — Lei de 2 de março de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para atender às despesas, de qualquer espécie, decorrentes da posse do Presidente da República. — Publicado no D. O. de 6 de março de 1956	34	2.746 — Lei de 13 de março de 1956. — Modifica o art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal). — Publicada no D. O. de 16 de março de 1956	45
2.740 — Lei de 2 de março de 1956. — Autoriza o governo do Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá. — Publicada no D.O. de 6 de março de 1956. Retificada no D.O. de 9 de março de 1956	34	2.747 — Lei de 13 de março de 1956 — Desobriga as empresas, ou firmas individuais, que exploram o tráfego rodoviário, do transporte gratuito de malas dos correios. Publicada no D.O. de 16 de março de 1956 ..	45
2.741 — Lei de 2 de março de 1956. — Altera o art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.519, de 23 de maio de 1944, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 6 de março de 1956. Retificada no D.O. de 9 de março de 1956.	41	2.748 — Lei de 13 de março de 1956. — Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para importação da Alemanha de um automóvel e uma camioneta, marca "Opel Capitan", e de 400 toneladas de ferro, destinados à Escola, Lactário	

	Págs.		Págs.
e Ambulatório da Matriz de São Cosme e São Damião, no Distrito Federal. Publicada no D.O. de 22 de março de 1955 .	45	dação das Leis do Trabalho. — Retificada no D.O. de 9 de fevereiro de 1956	49

ÍNDICE DO APENSO

2.893 — Lei de 23 de dezembro de 1955 — Altera os arts. 524, 530, 538, 611 e 857 da Consoli-

EMENTARIO

Leis e decretos publicados nos volumes I e II de 1956, desta coleção, classificados em ordem alfabética dos assuntos 51

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no primeiro trimestre de 1956, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundô dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

1956

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 1, DE 1956

Aprova o Acôrdo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho.

Art. 1.º — É aprovado o Acôrdo Básico, relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho, firmado, no Rio de Janeiro, a 15 de Janeiro de 1953.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 11 de Janeiro de 1956

Senador CARLOS GOMES DE OLIVEIRA

1.º Secretário do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 2, de 1956

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna.

Art. 1.º É aprovada a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão

realizada a 26 de novembro de 1954, denegou registro ao termo de 21 de Outubro, do mesmo ano, aditivo ao contrato celebrado a 19 de dezembro de 1951, entre o Departamento dos Correios e Telégrafo e a firma Paulo Augusto Goyanna, para construção de uma nova linha de dutos, subterrânea, e outra de posteação em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de Janeiro de 1956. — *Carlos Gomes de Oliveira*,
1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional, aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 3, de 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Divisão de Obras do Departamento de Administração — e a firma Sidema S. A. — Comercial Importadora Rio de Janeiro.

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato, de 1.º de dezembro de 1954, celebrado entre o Ministério da Saúde — Divisão de Obras do Departamento de Administração — e a firma Sidema Sociedade Anônima — Comercial Importadora Rio de Janeiro — para fornecimento e instalação do equipamento do Instituto de Psiquiatria, do Centro Psiquiátrico Nacional cujo registro foi recusado pelo Tribunal de Contas, em sessão realizada a 28 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de janeiro de 1956. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4 — DE 1956

Determina ao Tribunal de Contas registrar o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Renato Giovanni Cecchini.

Art. 1.º O Tribunal de Contas fará registrar o contrato celebrado, em 27 de junho de 1951, entre o Ministério da Aeronáutica e Renato Giovanni Cecchini para desempenhar no Instituto Tecnológico a função de professor assistente de Química.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de janeiro de 1956. — *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 5,
DE 1956

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Açucareira Porto Real S. A.

Art. 1.º — E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 30 de Dezembro de 1952, que negou registro ao termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Açucareira Porto Real Sociedade Anônima, para fins de irrigação agrícola das terras de sua propriedade, denominada "Fazenda Piquete", situada à margem do rio Paraíba, Município de Rezende, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Fevereiro de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 6,
DE 1956

Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto e sua mulher Antônia Martins de Sá Rocha.

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado a 27 de Fevereiro de 1952, entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto e sua mulher Antônia Martins de Sá Rocha, regulando a execução e o pagamento de obras necessárias à irrigação das terras de sua propriedade, situadas à margem do rio Corrente, no Município de Oeiras, Estado do Piauí.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Fevereiro de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 7,
DE 1956**

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Delegacia Federal da Criança da 3.ª Região — e a Companhia Autos e Acessórios Vieira da Cunha.

Art. 1.º — E' aprovado o termo de contrato celebrado a 11 de Novembro de 1954, entre o Ministério da Saúde — Delegacia Federal da Criança da 3.ª Região — e a Companhia Autos e Acessórios Vieira da Cunha, para locação das salas ns. 420 e 424, do 4.º andar do Edifício Vieira da Cunha situado à rua Floriano Peixoto, n.º 35, em Recife, Estado de Pernambuco, ao qual o Tribunal de Contas recusou registro em sessão de 30 de dezembro de 1954.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Fevereiro de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 8,
DE 1956**

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo.

Art. 1.º — E' mantida a decisão do Tribunal de Contas, de 22 de Dezembro de 1954, que recusou registro ao contrato celebrado, em 4 de Novembro de 1954, entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo, para locação de imóvel sito à Rua Tenente-Coronel Cardoso n.º 422, naquela cidade.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Fevereiro de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 9,
DE 1956**

Aprova, o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1.º — E' aprovado o contrato celebrado, em 17 de Dezembro de 1953, entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul, para aplicação do auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), na Escola Técnica de Agricultura do mesmo Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Fevereiro de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO
N.º 10, de 1956**

Aprova o Acôrdo de Comércio entre o Brasil e a Iugoslávia.

Art. 1.º E' aprovado o Acôrdo de Comércio entre o Brasil e a Iugoslávia, concluído entre o Governo Brasileiro e o Governo Iugoslavo, e assinado no Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1954.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de fevereiro de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

ACÔRDO DE COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA POPULAR FEDERATIVA DA IUGOSLÁVIA.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente

da República Popular Federativa da Iugoslávia, desejosos de estreitar cada vez mais as relações econômicas entre os dois países, regulamentando reciprocamente as importações e as exportações, resolveram celebrar um Acôrdo de Comércio, e, para, esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Professor Vicente Rão, Ministro de Estado das Relações Exteriores

O Presidente da República Popular Federativa da Iugoslávia, o Senhor Ivan Vejvoda, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário no Brasil.

Os quais, após a apresentação de seus plenos poderes, encontrados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Popular Federativa da Iugoslávia estão concordes em que sobre as mercadorias originárias de uma das Altas Partes Contratantes, importadas no território da outra Parte Contratante não incidirão direitos aduaneiros, taxas, tributos, prescrições ou formalidades maiores que aquêles a que estão ou venham a estar sujeitos produtos iguais ou semelhantes provenientes de qualquer outro país estrangeiro.

Parágrafo único. Ficam excluídos do tratamento previsto acima:

a) as vantagens que uma das Altas Partes Contratantes concedeu ou venha a conceder a Estados limítrofes no que se refere ao tráfico fronteiriço;

b) as vantagens decorrentes da união aduaneira, zona comercial livre ou de complementação econômica, em que se integre ou venha a integrar-se uma das Altas Partes Contratantes;

c) os direitos e privilégios concedidos ou que venham a ser concedidos por uma das Altas Partes Contratantes a terceiros Estados por força de convenções multilaterais de que não participe a outra Parte, na medida em que tais direitos ou privilégios forem consignados unicamente em convenções de alcance geral.

Artigo II

As Altas Partes Contratantes fomentarão o intercâmbio equilibrado

dos produtos originais dos respectivos países, especialmente dos relacionados nas listas "A" e "B" anexas.

Parágrafo 1.º — As Altas Partes Contratantes facilitarão, também, medidas visando ao comércio de outras mercadorias que não as constantes das listas "A" e "B" acima mencionadas.

Parágrafo 2.º — As operações objeto do presente Acôrdo serão realizadas em conformidade com as disposições legais em vigor nos respectivos países.

Artigo III

Com o fim de ampliar a colaboração econômica e o intercâmbio comercial, e possibilitar a participação de empresas e entidades econômicas iugoslavas no fornecimento de bens de produção e na supervisão e assistência técnica necessárias à construção e funcionamento das obras correspondentes, as Altas Partes Contratantes tomarão tôdas as medidas necessárias para fomentar e facilitar a realização de compras dos bens de produção especificados na lista "C" anexa e outros.

Parágrafo único. Todos os pagamentos referentes a êstes fornecimentos iugoslavos realizar-se-ão de conformidade com as disposições do Convênio de Pagamentos mencionado no Artigo V do presente Acôrdo, sendo que os meios disponíveis resultantes serão empregados para aumento de compras iugoslavas no Brasil dos produtos mencionados na lista "A", nos respectivos períodos contratuais.

Artigo IV

Os fornecimentos de mercadorias previstos neste Acôrdo serão efetuados na base de contratos de compra e venda, concluídos entre empresas e entidades econômicas iugoslavas de um lado, e firmas e entidades brasileiras de outro.

Artigo V

Os pagamentos relativos a obrigações decorrentes do intercâmbio de mercadorias regulado por êste Acôrdo serão efetuados de conformidade com os termos do Convênio de Pagamentos celebrado entre o Banco do Brasil S. A. e o Banco Nacional da República Popular Federativa da Iugoslávia, em 11 de junho de 1954.

Artigo VI

Salvo entendimento prévio entre as Altas Partes Contratantes, os produtos originários de um dos países contratantes, quando importados no outro sob o regime do presente Acôrdo, serão destinados exclusivamente ao consumo no país importador ou à transformação por suas manufaturas.

Artigo VII

Para acompanhar e facilitar a execução do presente Convênio será constituída uma Comissão Mista, composta de representantes de ambos os Governos, a qual se reunirá por convocação de uma das Altas Partes Contratantes.

Parágrafo único. As decisões da referida Comissão Mista serão levadas ao conhecimento de ambos os Governos e, uma vez aprovadas entrarão em vigor.

Artigo VIII

O presente Acôrdo entrará em vigor na data em que ambos os Governos efetuarem a troca dos respectivos instrumentos de ratificação.

Parágrafo único. A troca dos instrumentos de ratificação far-se-á em Belgrado.

Artigo IX

O presente Acôrdo terá a duração de um ano, sendo automaticamente prorrogado por períodos sucessivos de um ano, salvo se uma das Altas Partes Contratantes notificar a outra, até sessenta (60) dias antes do vencimento de cada período contratual, de sua intenção de não renová-lo.

Parágrafo único. Todas as obrigações de caráter comercial e financeiro oriundas da aplicação das determinações deste Acôrdo serão executadas até a sua liquidação final, mesmo no caso de eventual cessação da vigência deste Acôrdo.

Artigo X

O presente Acôrdo é redigido em idiomas português e servo-croata, em dois originais em cada língua, fazendo fé o texto tanto num como noutro idioma.

EM FÉ DO QUE os Plenipotenciários acima mencionados assinaram o presente Acôrdo e nele apuseram os seus selos.

Feito no Rio de Janeiro, aos 24 dias do mês de junho de mil novecentos e cinqüenta e quatro.

É cópia autêntica do Texto do Acôrdo de Comércio entre o Brasil e a Iugoslávia.

a.) Vicente Ráo.

a.) Ivan Vejvoda.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, D. F. em 26 de junho de 1954 — Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 11, de 1956

Aprova o Convênio Básico entre o Brasil e a Organização Mundial de Saúde para Assistência Técnica de Caráter Consultivo.

Art. 1.º — É aprovado o Convênio Básico entre o Brasil e a Organização Mundial de Saúde para Assistência Técnica de Caráter Consultivo, firmado no Rio de Janeiro, a 4 de fevereiro de 1954.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de fevereiro de 1956. — João Goulart, Presidente do Senado Federal.

Convênio Básico entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a Organização Mundial de Saúde

Para Assistência Técnica de Caráter Consultivo.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil (doravante denominado "Governo"); e

A Organização Mundial de Saúde (doravante denominada "a Organização");

Desejando dar cumprimento às resoluções e decisões das Nações Unidas e da Organização relativas à assistência técnica de caráter consultivo e chegar a um acôrdo mútuo quanto ao propósito e alcance de cada projeto, as responsabilidades a serem assumidas e os serviços a serem prestados pelo Governo e pela Organização;

Fazendo constar que seus deveres mutuos serão cumpridos com espirito de amistosa cooperação,

Concordaram no seguinte:

Artigo I

Assistência técnica de caráter consultivo

1. A Organização prestará assistência técnica de caráter consultivo ao Governo sobre as questões e na forma que se convenham em acordos ou entendimentos suplementares concertados de conformidade com o presente Convênio Básico.

2. Tal assistência técnica de caráter consultivo será proporcionada e recebida de conformidade com as Observações e Princípios Orientadores estabelecidos no Anexo I da Resolução 222 (IX) A do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas de 15 de agosto de 1949 e de conformidade com as resoluções pertinentes da Assembléia Mundial de Saúde, do Conselho Executivo e de outros órgãos da Organização.

3. Tal assistência técnica de caráter consultivo consistirá no seguinte:

a) Facilitar ao Brasil (doravante denominado "o país") os serviços de peritos para fins de consulta e de assistência às autoridades competentes;

b) organizar e dirigir seminários, programas de adiestramento, projetos de demonstração, grupos de trabalho interados por peritos, assim como atividades conexas nas localidades que se convenham por acordo mútuo;

c) outorgar bolsas de estudos e de aperfeiçoamento, ou tomar outras medidas em virtude das quais os candidatos propostos pelo Governo e aprovados pela Organização possam fazer cursos e receber adiestramento fora do país;

d) preparar e executar projetos experimentais nas localidades que se convenham por acordo mútuo;

e) proporcionar qualquer outra forma de assistência técnica de caráter consultivo em que convenham a Organização e o Governo.

a) Os peritos que deverão prestar serviços de consulta e assistência técnica ao Governo serão selecionados pela Organização em consulta com o Governo. Os peritos serão responsáveis perante a Organização.

b) No desempenho de suas funções, os peritos atuarão em estreita cooperação na forma de consulta com o Governo e com as pessoas e órgãos para esse fim autorizados pelo Governo e darão cumprimento às instruções do Governo expressas nos acordos e entendimentos suplementares.

c) No decurso de suas funções consultivas os peritos farão todo o possível para elucidar os funcionários técnicos que o Governo tenha designado junto a eles, quanto aos métodos profissionais, técnicas e práticas de trabalho, assim como sobre os princípios em que se baseiam, devendo o Governo, sempre que possível, designar tais funcionários junto aos peritos para este fim.

5. Todo material técnico permanente e de consumo a ser fornecido pela Organização continuará a ser propriedade desta, a menos que, até que o título de propriedade seja transferido de conformidade com as normas estabelecidas pela Assembléia Mundial de Saúde em vigência na data da transferência.

6. O período de duração da assistência técnica de caráter consultivo a ser prestada será especificado nos acordos ou entendimentos suplementares correspondentes.

Artigo II

Cooperação do Governo com relação à assistência técnica de caráter consultivo

1 O Governo fará tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar a eficaz utilização da assistência técnica de caráter consultivo a ser proporcionada.

2. O Governo e a Organização consultar-se-ão mutuamente sobre a publicação, quando procedente, de quaisquer conclusões e relatórios dos peritos que possam ser de utilidade para outros países e para a Organização.

3. Em qualquer caso, o Governo porá à disposição, na medida do possível, informações sobre as medidas adotadas em consequência da assistência técnica proporcionada, assim como sobre os resultados logrados.

Artigo III

Obrigações administrativas e financeiras da Organização

1. A Organização pagará, o total ou parte segundo se especificar nos acordos

dos ou entendimentos suplementares, dos gastos necessários à assistência técnica de caráter consultivo que sejam pagáveis fora do país, no que se refere a:

- a) salários dos peritos;
- b) gastos de transportes e diárias dos peritos durante sua viagem de ida e volta ao ponto de entrada no país;
- c) quaisquer outros gastos de viagem incorridos pelos peritos fora do país;
- d) seguro dos peritos;
- e) compra e gastos de transporte de ida e volta ao ponto de entrada no país de todo material permanente e de consumo a ser fornecido pela Organização;
- f) quaisquer outros gastos que estejam incorridos fora do país e com a aprovação da Organização.

1. A Organização pagará, em moeda nacional, pelos gastos que não estiverem a cargo do Governo de conformidade com o parágrafo 1 do Artigo IV do presente Convênio.

Artigo IV

Obrigações administrativas e financeiras do Governo

1. O Governo compartilhará o custo da assistência técnica de caráter consultivo pagando por, ou tornando diretamente, as seguintes facilidades e serviços:

- a) os serviços de funcionários locais tanto técnicos quanto administrativos, inclusive serviços necessários de secretaria, interpretação e tradução e serviços afins;
- b) os escritórios e alojamentos necessários;
- c) os materiais permanentes e de consumo produzidos no país;
- d) o transporte, dentro do país e para fins oficiais, dos funcionários e dos materiais permanentes e de consumo;
- e) os gastos postais e de telecomunicações para fins oficiais;
- f) cuidados médicos aos funcionários de assistência técnica;
- g) as diárias dos peritos a serem especificadas nos acordos ou entendimentos suplementares.

2. A fim de financiar os gastos que estiverem a seu cargo, o Governo poderá estabelecer um fundo ou fundos em moeda nacional, na quantia e na maneira que se especifique nos

acordos ou entendimentos suplementares. Quando um fundo estiver sob a custódia da Organização, e serão prestadas contas, devolvendo-se ao Governo todo saldo não utilizado.

3. Quanto aos gastos a serem incorridos fora do país e que não estiverem a cargo da Organização, o Governo pagará por parte dos gastos a ser especificada nos acordos ou entendimentos suplementares.

4. Quando procedente, o Governo porá à disposição dos peritos a mão-de-obra, os materiais permanentes e de consumo e demais serviços ou bens de que necessitem para a execução de seu trabalho, segundo se convenha por acordo mútuo.

Artigo V

Facilidades, Prerrogativas, Imunidades

1. Até que entre em vigor a Convenção sobre Prerrogativas e Imunidades das Agências Especializadas, o Governo outorgará à Organização, assim como aos seus funcionários, seus bens e haveres, para os fins deste Convênio e de seus Acórdos Suplementares, as prerrogativas e imunidades de praxe outorgadas às Nações Unidas a seus bens, haveres, funcionários e técnicos, de acordo com o estipulado na Convenção sobre Prerrogativas e Imunidades das Nações Unidas.

2. Os funcionários da Organização, inclusive os técnicos por ela contratados como membros do quadro de pessoal para fins do presente Convênio, serão considerados como funcionários oficiais nos termos da citada Convenção.

Artigo VI

1.º O presente Convênio Básico entrará em vigor na data em que o Governo comunicar à Organização Mundial de Saúde o preenchimento das formalidades previstas no Direito Brasileiro.

2. O presente Convênio Básico e todos os acordos ou entendimentos suplementares que se celebrem em aplicação das suas disposições poderão ser modificados por acordo mútuo entre a Organização e o Governo, devendo cada uma das partes considerar plena e favoravelmente qualquer pedido de modificação encaminhado pela outra parte.

3. O presente Convênio Básico poderá ser rescindido por qualquer uma das partes, mediante notificação por

escrito à outra parte, devendo a sua vigência terminar 60 dias a partir da data do recebimento da dita notificação. Fica entendido que a rescisão do presente Convênio Básico constituirá também a rescisão dos acordos ou entendimentos suplementares feitos nos termos do presente Governo.

EM FÉ DO QUE, os abaixo assinados, o representante autorizado do Governo e o representante autorizado da Organização, respectivamente, firmam em nome das partes o presente convênio na cidade do Rio de Janeiro, no dia 4 de fevereiro de 1954, em três exemplares autênticos, cada um dos quais em português e em inglês.

Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil.

Vicente Rão.

Miguel Couto Filho.

Pela Organização Mundial de Saúde:

Fred L. Soper.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 12, de 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo de contrato celebrado entre a União Federal e a firma Comércio e Indústria Caribé S.A.

Art. 1.º É aprovado o ato do Tribunal de Contas, de 8 de dezembro de 1954, que recusou registro ao termo de contrato celebrado, em 24 de dezembro de 1953, entre a União Federal e a firma Comércio e Indústria Caribé Sociedade Anônima, para financiamento das obras destinadas à irrigação das terras de propriedade, da segunda contratante situadas no Município de Januária, Estado, de Minas Gerais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 9 de março de 1956. — Senador, *Carlos Gomes de Oliveira*, 1.º Secretário, no exercício da Presidência.

LEI N.º 2.703 — DE 4 DE
JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80 para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério, relativo aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80 (três milhões, duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e dois cruzeiros e oitenta centavos) para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério, nos exercícios de 1949, 1950 e 1951, de acordo com o item III do art. 120 do Decreto-lei n.º 1.713, de 28 de outubro de 1939.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Henrique Lott.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.704 — DE 6 DE
JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00, para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogado, proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103 000,00 (cento e três mil cruzeiros), equivalente a Fr. 1.909.080 (um milhão, novecentos e nove mil e oitenta francos franceses), para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogado, proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel à rua La Boétie, n.º 28, em Paris, ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na França.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Nelson Omega.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.705 — DE 6 DE
JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a doar à União Beneficente de Cariús prédio e respectivo terreno situados à Praça 15 de Novembro, em Cariús, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar à União Beneficente de Cariús o prédio, em construção desde 1922, e o respectivo terreno medindo 15,50m de frente por 22,80m de fundos, pertencentes ao domínio da União e situados à Praça 15 de Novembro, em Cariús, no Estado do Ceará.

§ 1.º A União Beneficente de Cariús terminará a construção e utilizará o referido prédio nos seus fins estatutários de assistência à população pobre desse distrito e, nota-

damente, de educação a menores desamparados.

§ 2.º A instituição assistencial a que se refere esta lei não poderá, a qualquer título, dispôr dos bens ora doados, nem sobre eles constituir direitos reais a favor de terceiros.

§ 3.º A doação ficará automaticamente revogada, revertendo os bens doados ao patrimônio da União, se a União Beneficente se dissolver, sem ser substituída por outra entidade da mesma natureza e com os mesmos objetivos.

§ 4.º A União caberá o direito de pleitear judicialmente a revogação da doação se a União Beneficente de Cariús modificar fundamentalmente o seu objetivo social, em discordância com os princípios desta lei.

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a firmar as escrituras que forem necessárias.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.705-A — DE 7 DE JANEIRO
DE 1956

Inclui os candidatos aprovados em provas de habilitação, homologadas até 31 de dezembro de 1954, na exceção contida no art. 2.º da Lei n.º 2.284, de 5 de agosto de 1954 (Regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União e das autarquias).

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam incluídos os candidatos aprovados em provas de habilitação, homologadas até 31 de dezembro de 1954, na exceção contida no art. 2.º da Lei n.º 2.284, de 5 de agosto de 1954 (Regula a estabilidade do pessoal extranumerário da União e das autarquias).

Art. 2.º Para os efeitos desta lei ficam os prazos de validade das provas de habilitação prorrogados por 2 (dois) anos.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1956. 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

Mário da Câmara.

Lucas Lopes.

Eduardo Catalão.

Abgar Renault.

Nelson Omegna.

Vasco Alves Secco.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.706 — DE 10 DE
JANEIRO DE 1956

Mantém o Decreto n.º 38.462, de 23 de dezembro de 1955, que prorroga o estado de sítio.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' mantido o Decreto número 38.462, de 23 de dezembro de 1955, do Poder Executivo, que prorroga, pelo prazo de trinta dias, a partir da hora zero do dia 26 daquele mês, o estado de sítio decretado pelo Congresso Nacional, nos termos das leis ns. 2.654 e 2.682, aquela de 25 de novembro e esta de 13 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macêdo Soares.

Mário da Câmara.

Lucas Lopes.

Eduardo Catalão.

Abgar Renault.

Nelson Omegna.

Vasco Alves Sêco.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.707 — DE 10 DE JANEIRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Gabriela Portela Fagundes, progenitora do Capitão Mário Portela Fagundes.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Gabriela Portela Fagundes, progenitora do Capitão Mário Portela Fagundes, a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzes) mensais, a partir de 1.º de janeiro de 1955.

Art. 2.º A beneficiada por esta lei é dispensada de quaisquer devolução de importâncias recebidas anteriormente da União, provenientes da pensão suspensa desde 1 de janeiro de 1939.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial até a importância necessária, para atender aos pagamentos atrasados decorrentes da presente lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS

Mário da Câmara

LEI N.º 2.708 — DE 11 DE JANEIRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a transferir, sem ônus, para a Prefeitura, de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais, o serviço de abastecimento de água que a Rede Mineira de Viação possui naquela localidade.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, a transferir, sem ônus para a Prefeitura Municipal de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais, os serviços de abastecimento de água que a Rede Mineira de Viação possui naquela localidade.

Parágrafo único. O serviço de abastecimento de água a que se refere este artigo é constituído das instalações de captação, reservatório, adutoras e rede de distribuição.

Art. 2.º A Prefeitura Municipal, independente do pagamento de qualquer taxa, suprirá, preferencialmente, toda água que a Rede Mineira de Viação necessitar para abastecimento de suas locomotivas, dependências e edifícios de sua propriedade.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 11 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Lucas Lopes.

LEI N.º 2.709 — DE 17 DE
JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para ocorrer à despesa com o pagamento de gratificação adicional dos extranumerários menssalistas do referido órgão.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) para ocorrer à despesa com o pagamento de gratificação adicional, por tempo de serviço, prevista no art. 146 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos extranumerários menssalistas do referido órgão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.710 — DE 19 DE JANEIRO DE 1956

Dispõe sobre os vencimentos dos militares, e dá outras providências

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os padrões de vencimentos dos militares terão os seguintes valores:

Padrão	PÓS TO	Vencimento Cr\$
FA- 1	General de Exército, Almirante de Esquadra e Tenente Brigadeiro	26.000,00
FA- 2	General de Divisão, Vice-Almirante e Major Brigadeiro	23.000,00
FA- 3	General de Brigada, Contra-Almirante e Brigadeiro	21.000,00
FA- 4	Coronel e Capitão de Mar e Guerra	17.000,00
FA- 5	Tenente-Coronel e Capitão de Fragata	15.500,00
FA- 6	Major e Capitão de Corveta	14.500,00
FA- 7	Capitão e Capitão-Tenente	13.000,00
FA- 8	Primeiro Tenente	11.500,00
FA- 9	Segundo Tenente	10.000,00
FA-10	Aspirante a Oficial, Guarda-Marinha, Subtenente e Suboficial	7.500,00
FA-11	Primeiro Sargento Contramestre, Sargento Ajudante ou Intendente e assemelhados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	6.300,00
FA-12	Primeiro Sargento	6.300,00
FA-13	Segundo Sargento	5.700,00
FA-14	Terceiro Sargento	5.100,00
FA-15	Taifeiro-Mor, Cabos e assemelhados da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	4.800,00
FA-16	Taifeiro de 1.ª classe, Soldados e assemelhados com curso policial da Polícia Militar e Bombeiro de 1.ª classe e assemelhados do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	4.200,00
FA-17	Taifeiro de 2.ª classe, Soldados e assemelhados sem curso policial da Polícia Militar e Bombeiro de 2.ª classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	3.600,00
FA-18	Cabo	2.600,00
FA-19	Cadete e Aspirante (último ano)	1.800,00
FA-20	Soldado e Marinheiro de 1.ª classe, Soldado naval com curso	1.800,00
FA-21	Soldado e Marinheiro de 2.ª classe, Soldado naval sem curso e soldado engajado com 1 (um) ano ou mais de serviço	1.500,00
FA-22	Soldado clarim de 3.ª classe	1.200,00

Padrão	PÓSTO	Vencimento Cr\$
FA-23	Aluno da Escola ou Curso de Formação de Sargento	1.000,00
FA-24	Cadete do Exército, Aspirante da Marinha, Cadete da Aeronáutica e alunos do U. P. O. R. da Aeronáutica	900,00
FA-25	Soldado e Grumete	750,00
FA-26	Aluno da Escola Preparatória e do Colégio Naval e Soldado recruta ou mobilizado não engajado	400,00
FA-27	Aprendiz de Marinheiro	350,00

Parágrafo único. Os vencimentos estabelecidos nesta lei dividem-se em soldo (2/3) e gratificação (1/3) na conformidade das letras a e b do parágrafo único do art. 2.º do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, aprovado pela Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 2.º As vantagens de que tratam as Leis n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e n.º 2.283 de 9 de agosto de 1954, e outros dispositivos legais vigentes, passarão a ser calculadas sobre os vencimentos previstos no art. 1.º desta lei dezoito (18) meses depois de entrar em vigor.

Parágrafo único. Enquanto não vigorarem as disposições deste artigo prevalecerá para efeito de cálculo das vantagens, a Tabela da Lei número 488, de 15 de novembro de 1948.

Art. 3.º A partir da vigência desta lei, perdem o abono especial temporário de que trata a Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, todos os militares da ativa e inativos, bem como os pensionistas que, em virtude de disposição especial de lei, tenham sua pensão reajustada pela tabela da presente lei.

Art. 4.º O salário família será pago aos militares nas mesmas condições e no mesmo valor em que é devido aos servidores civis.

Art. 5.º A partir da vigência desta lei, os militares que passarem à inatividade terão seus proventos fixados de acordo com a legislação em vigor, entendendo-se como gratificações incorporáveis exclusivamente as referidas nos arts. 36, n.º I, A da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e 3.º e 7.º da Lei n.º 2.283, de 9 de agosto de 1954.

§ 1.º Os militares que se encontrarem na inatividade na data da publicação desta lei, terão seus proventos reajustados na forma deste artigo.

§ 2.º Os militares que, por efeito de disposição de lei, fizerem jus, na inatividade, a vencimentos integrais de posto ou graduação não terão computada em seus proventos a parcela a que se refere a letra b do artigo 289, de que trata o art. 236, ambos da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 6.º Para o cumprimento desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos especiais necessários, dentro dos seguintes limites:

Ministério da Guerra	2.965.365.320,00
Ministério da Marinha	1.036.978.444,00
Ministério da Aeronáutica	1.024.000.000,00
Ministério da Justiça (Polícia Militar)	418.141.880,00
Ministério da Justiça (Corpo de Bombeiros)	92.273.720,00

Art. 7.º Os talleiros de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes da Marinha passam a ter, respectivamente a classificação de talleiros-mor e talleiros de 1.ª e 2.ª classes

§ 1.º Os taifeiros, cozinheiros e padeiros, com mais de 3 (três) anos de serviço terão, enquanto não for sancionado ou promulgado novo Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares, uma gratificação complementar de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) para o mor, Cr\$ 600,00 (seiscentos cruzeiros) para o de 1.ª classe e Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) para o de 2.ª classe.

§ 2.º Os taifeiros, cozinheiros e padeiros com mais de 1 (um) e menos de 3 (três) anos de serviço perceberão a gratificação complementar de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) para o mor, Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) para o de 1.ª classe e Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) para o de 2.ª classe.

Art. 8.º Os soldados bombeiros de 3.ª classe passam a ter a denominação de bombeiros de 2.ª classe.

Art. 9.º Esta lei é extensiva aos oficiais e praças da ativa e inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, bem como aos militares reformados pertencentes à extinta Polícia Militar do Território do Acre, nos termos do art. 351 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 10. A interpretação do art. 303 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 é a estabelecida no Decreto n.º 30.119, de 1 de novembro de 1951.

Art. 11. Terá os vencimentos e vantagens incorporáveis integrais, nos termos desta lei, o militar julgado definitivamente inválido ou incapaz para o serviço ativo das Forças Armadas e reformado por sofrer de cardiopatia grave até que seja modificada a redação do art. 303 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Art. 12. Os vencimentos a que se refere o art. 1.º desta lei são devidos a partir de 1 de janeiro de 1956.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 53.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Vasco Alves Seco.

Mário da Câmara.

**LEI N.º 2.711 — DE 21 DE JANEIRO
DE 1956**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial até a importância de Cr\$ 40.000.000,00, para início da construção de um prédio destinado ao Palácio da Justiça, no Distrito Federal, e dá outras providências.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito es-

pecial até a importância de Cr\$... 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) para início da construção de um prédio — Palácio da Justiça — destinado aos serviços da Justiça, no Distrito Federal.

Art. 2.º O Orçamento Geral da União deverá consignar, anualmente, dotação bastante para o prosseguimento dos trabalhos da construção de que trata o artigo anterior, até a sua conclusão.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.712 — DE 21 DE JANEIRO DE 1956

Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É transformada em estabelecimento federal de ensino superior a Escola Paulista de Medicina, a que se refere o decreto n.º 2.703, de 31 de maio de 1938, integrado no Ministério da Educação e Cultura — Diretoria do Ensino Superior — e criada a Faculdade de Medicina, com sede em Santa Maria, e integrada na Universidade do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Independente de qualquer indenização são incorporados ao Patrimônio Nacional, mediante inventário e escritura pública, todos os direitos e bens móveis ora utilizados pela Escola Paulista de Medicina e de propriedade de sua entidade mantenedora, e mais os seguintes imóveis:

I — Terreno sito à rua Botucatu, na capital do Estado de São Paulo, com 125,00 m (cento e vinte e cinco metros) de frente, e lados para rua Pedro de Toledo e para rua Borges Lagôa, medindo, respectivamente, 57,75 m (cinquenta e sete metros e setenta e cinco centímetros) e 60,70 m (sessenta metros e setenta centímetros), extremidades estas ligadas por uma linha reta; e todas as construções, instalações e benfeitorias nêles existentes;

II — Partes dos lotes de terrenos ns. 296, 296-A, 297 e 298 situados à rua Botucatu, na quadra formada por esta e pelas ruas Loetgren, Pedro de Toledo e Napoleão de Barros, lotes integrantes do 22.º subdistrito da Saúde, da capital do Estado de São Paulo, com a área de 2.660,60 metros quadrados, mais ou menos, constituindo um só bloco; e todas as construções, instalações e benfeitorias neles existentes.

Parágrafo único. Para o ensino das clínicas da Escola Paulista de Medicina, a entidade mantenedora do Hospital de São Paulo assegurará, mediante cláusula na escritura referida neste artigo, a utilização de suas enfermarias gerais, instalações e equipamentos, independente de qualquer indenização.

Art. 3.º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal dos auxiliares de ensino e mais servidores da Escola Paulista de Medicina na forma da lei n.º 2.403, de 13 de janeiro de 1955, contando-se-lhes o tempo de serviço para os efeitos legais.

Art. 4.º Os professores catedráticos efetivos terão assegurado o seu direito no serviço da cátedra, contando-se-lhes o respectivo tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Os professores catedráticos não admitidos em caráter efetivo na forma da legislação federal do ensino superior, poderão ser aproveitados em caráter interino.

Art. 5.º Serão expedidos, pelas autoridades competentes, os atos de provimento decorrentes do aproveitamento determinado nos arts. 3.º e 4.º.

Art. 6.º Para cumprimento do disposto nesta lei, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, 30 cargos de professor catedrático, padrão O (Escola Paulista de Medicina), 18 cargos de professor catedrático padrão O (Faculdade de Medicina em Santa Maria da Universidade do Rio Grande do Sul) e 6 funções gratificadas, sendo 2 de diretor FG-1, 2 de secretário FG-3 e 2 de chefe de Portaria FG-7, distribuídas igualmente pelos dois estabelecimentos de ensino.

Parágrafo único. As funções gratificadas de Secretário e de chefe de Portaria poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 7.º Para atender à despesa decorrente desta lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 18.312.360,00 (dezoito milhões trezentos e doze mil trezentos e sessenta cruzeiros), destinado:

I — à Escola Paulista de Medicina Cr\$ 8.024.000,00 (oito milhões e vinte e quatro mil cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 109.200, (cento e nove mil e duzentos cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 6.492 /60,00 (seis milhões quatrocentos e noventa e dois mil setecentos e sessenta cruzeiros) para pessoal extranumerário; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para material; e Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para Serviços e Encargos de Terceiros;

II — à Faculdade de Medicina em Santa Maria da Universidade do Rio Grande do Sul: Cr\$ 907.200,00 (novecentos e sete mil e duzentos cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 1.570.000,00 (um milhão quinhentos e setenta mil cruzeiros) para pessoal extranumerário; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para material; e Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para Serviços e Encargos.

Parágrafo único. Para pagamento dos abonos constantes das leis números 1.765, de 18 de dezembro de 1952, 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, ao pessoal referido neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 4.266.000,00 (quatro milhões duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros) para a Escola Paulista de Medicina; e de Cr\$ 1.312.800,00 (um milhão trezentos e doze mil e oitocentos cruzeiros) para a Faculdade de Medicina em Santa Maria da Universidade do Rio Grande do Sul.

Art. 8.º Na Faculdade de Medicina em Santa Maria da Universidade do Rio Grande do Sul se observarão:

I — as disciplinas do curso serão grupadas em dezoito departamentos, cada qual sob a chefia de um professor catedrático, auxiliado por professores adjuntos, assistentes e instrutores, na forma do Regimento;

II — o provimento dos cargos ao Quadro Permanente se processará à medida de progressão do curso, em caráter interino, ou sob a forma de contrato, até que o seja por concurso de títulos e de provas, o qual deverá realizar-se dentro em 3 (três) anos de nomeação do interino;

III — os atos desses concursos se realizarão perante a outra Faculdade de Medicina, da mesma Universidade sediada em Porto Alegre, até o provimento efetivo de dois terços das cátedras;

IV — até que a Faculdade disponha de "quorum", na forma do artigo anterior, sua direção será exercida por professor catedrático efetivo designado pelo Reitor;

V — o Conselho Universitário, dentro em 60 (sessenta) dias da publicação desta lei, expedirá o regimento da Faculdade ora criada, que vigorará até a Congregação dispor de dois terços de professores catedráticos eletivos.

Art. 9.º Na Escola Paulista de Medicina a partir da vigência desta lei, os cargos de professor catedrático, referidos no art. 6.º, serão reduzidos na forma prevista no respectivo regimento, à medida que se forem vagando por extinção das respectivas cátedras.

§ 1.º Dentro em 120 (cento e vinte) dias contados da publicação desta lei, o Presidente da República baixará, por decreto, o regimento da Escola, no qual, respeitadas as exigências mínimas da legislação federal sobre ensino médico, especificará, obrigatoriamente, as cátedras a serem extintas, dando novas denominações às que permanecerem.

§ 2.º Vetado ...

§ 3.º A extinção de cargos e redução de cadeiras de que trata este artigo, deixarão à Escola, obrigatoriamente, um mínimo de 18 cadeiras, asse-

gurado o aproveitamento dos professores catedráticos efetivos, inclusive com a contagem do respectivo tempo de serviço, para todos os efeitos.

§ 4.º A expedição dos atos referidos no art. 5.º e a contagem do prazo mencionado no § 1.º d'este artigo, dependem da efetivação de todas as medidas constantes do art. 2.º.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

LEI N.º 2.712 DE 21 DE JANEIRO
DE 1956

Dispositivo votado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional do Projeto que se converteu na Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956.

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956:

Art. 9.º

§ 2.º Nas alterações a serem feitas pelo regimento da Escola, previstas no parágrafo anterior, serão respeitadas as 2 (duas) cadeiras de clínica médica, no 5.º e 6.º anos, assegurados aos seus titulares atuais os direitos e prerrogativas inerentes ao cargo, bem como iguais possibilidades didáticas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK.

LEI N.º 2.713 — DE 21 DE JANEIRO DE 1956

Dispõe sobre a prorrogação e vigência do estado de sítio em todo o território nacional

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogado, a partir da hora zero do dia 24 de janeiro de 1956 e pelo prazo de 30 (trinta) dias, o estado de sítio decretado na forma das Leis ns. 2.654, 2.622 e 2.706, respectivamente, de 25 de novembro e 13 de dezembro de 1955 e 10 de janeiro de 1956.

Art. 2.º Os discursos parlamentares serão publicados independente de censura, sempre que autorizados pela Presidência da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Jose Carlos de Macedo Soares.

Mário da Câmara.

Lucas Lopes.

Eduardo Catalão.

Abgar Renault.

Nelson Omega.

Vasco Alves Seco.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.714, DE 26 DE JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.325,00 para pagamento de diferenças de gratificação a João Cândido Ferreira Filho, professor catedrático da cadeira de Agricultura e Genética Especializada da Escola Nacional de Agronomia, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de

Cr\$ 47.325,00 (quarenta e sete mil, trezentos e vinte e cinco cruzeiros) para atender ao pagamento de diferença de gratificação do magistério devidas, no período de 28 de setembro de 1946 a 31 de dezembro de 1953 a João Cândido Ferreira Filho, ocupante do cargo de professor catedrático, padrão "O", da cadeira de Agricultura e Genética Especializada da Escola Nacional de Agronomia, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

NEREU RAMOS:

Eduardo Catalão.

Márcia da Comara.

proj 4691/54

LEI N.º 2.715 — DE 24 DE JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 277.859,00 para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 277.859,00 (duzentos e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove cruzeiros) para pagamento de gratificação de magistério a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei número 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 3.315, de 7 de dezembro de 1945, os seguintes professores do mesmo Ministério:

	Cr\$
1 — Archimedes Pereira Guimarães, professor catedrático, padrão "O", da Escola Politécnica da Universidade da Bahia (período de 29 a 31 de julho de 1947 e de fevereiro de 1949 a 31 de dezembro de 1951)	26.322,60
2 — Pedro Veríssimo de Araujo professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952)	37.161,30
3 — Mancei Viana de Vasconcelos, professor catedrático, padrão "O", da Escola de Engenharia da Universidade do Recife (período de 22 de fevereiro a 29 de julho de 1950)	7.625,10
4 — Oswino Alvares Penna, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952) ..	35.101,40
5 — Wladimir Alves de Souza, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil (período de 3 de junho de 1948 a 31 de dezembro de 1953)	40.525,00

6 — Lincoln Mourão de Matos, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Direito do Ceará (período de 14 de junho de 1948 a 31 de dezembro de 1952) ..	40.925,00
7 — Jayme Jacyntho Aben-Athar, professor catedrático, padrão "M", da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará (período de 23 de janeiro de 1950 a 28 de julho de 1951) ..	42.134,10
8 — Carlos Augusto Guimarães Domingues, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1952) ..	18.161,30
9 — Chryso Leão Pontes professor catedrático, pad. "O", da Faculdade Fluminense de Medicina (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952)	23.516,10
10 — Serines Pereira Franco, professor catedrático, padrão "O", da Faculdade de Direito do Espírito Santo (período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1951) ..	6.387,10
Soma	277.859,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS

Abgar Renalt.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.716, DE 24 DE JANEIRO
DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 4.803,50 para atender ao pagamento de diferenças de gratificação adicional ao Diretor de Secretaria PJ-5, Sebastião Teixeira de Carvalho do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 4.803,50 (quatro mil, oitocentos e três cruzeiros e cinquenta centavos) para atender ao pagamento de diferenças de gratificação adicional ao Diretor da Secretaria PJ-5, Sebastião Teixeira de Carvalho, do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.
Mário da Câmara.

LEI N.º 2.717, DE 24 DE JANEIRO
DE 1956

Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do escotismo feminino.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica reconhecida a Federação das Bandeirantes do Bra-

sil, no seu caráter de instituição destinada à educação extra-escolar como órgão federal máximo de escotismo feminino brasileiro e obras de utilidade pública.

Art. 2.º A Federação das Bandeirantes do Brasil manterá organização própria com direito exclusivo ao porte e uso de uniformes, emblemas, distintivos, insígnias e terminologia adotados nos seus estatutos e regulamentos, necessários à metodologia bandeirante.

Art. 3.º A Federação das Bandeirantes do Brasil realizará, mediante acordo, seus objetivos, em cooperação com as autoridades do Governo.

Art. 4.º A Federação das Bandeirantes do Brasil será subvencionada pela União, de acordo com a dotação consignada anualmente na lei orçamentária.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

LEI N.º 2.718 — DE 24 DE
JANEIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.200,00 para atender a todas as despesas com o comparecimento do Brasil à 37.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.200,00 (quatro milhões novecentos e oitenta e sete mil e duzentos cruzeiros) para atender a todas as despesas (ajuda de custo, transporte, representação e eventuais) com o comparecimento do Brasil à 37.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada

em Genebra, no mês de junho de 1954.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Nelson Omegna.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.719 — DE 28 DE JANEIRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — crédito especial para pagamento de gratificação adicional, diferença de vencimentos e diferença de gratificação adicional de membro do Tribunal Superior do Trabalho e funcionário de sua Secretaria.

O Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Superior do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 42.590,00 (quarenta e dois mil quinhentos e noventa cruzeiros) para atender às despesas baixo discriminadas:

Vencimento do pessoal civil:

Percílio Januário Bispo — diferença de vencimentos em virtude de promoção, no período de 10 de novembro de 1948 a 31 de dezembro de 1950 7.353,00

Gratificação adicional por tempo de serviço:

Ministro Júlio de Carvalho Barata — gratificação adicional no período de 24 de junho a 31 de dezembro de 1953 23.562,00
Carlos de Macedo Costa — Gratificação adicional nos meses de novembro e dezembro de 1952 1.548,00

Elisário da Costa Dourado
— diferença de gratificação adicional no período de novembro de 1952 a dezembro de 1953 10 122,00

Total 42 590,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

F. de Menezes Pimentel.

Mário da Câmara.

LEI N.º 2.720 — DE 28 DE JANEIRO DE 1956

Denomina Mello Vianna o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Será denominado "Mello Vianna" o aeroporto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Vasco Alves Seco.

LEI N.º 2.721 — DE 30 DE JANEIRO DE 1956

Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subvenciona a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte em Natal; e dá outras providências.

O Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam federalizados, para todos os efeitos legais, os seguintes estabelecimentos de ensino superior:

I — A Faculdade de Direito de Niterói, ... vetado.

II — O Instituto Eletrotécnico de Itajubá, que continuará sediado na mesma cidade, no Estado de Minas Gerais, e conservará seu característico de especialidade no ensino de engenharia eletro-mecânica, de que expedirá diploma, na forma do regulamento.

§ 1.º Para efetivar-se a federalização da Faculdade de Direito de Niterói serão incorporados ao patrimônio nacional, independente de qualquer indenização, mediante inventário e escritura pública, os bens móveis da Faculdade, bem como os prédios de ns. 54 e 62 da Rua Presidente Pedreira em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, livres e desembaraçadas de qualquer ônus.

§ 2.º O Instituto Eletrotécnico de Itajubá, incorporados todos os seus bens móveis e direitos ao patrimônio nacional, independente de quaisquer indenizações passa a integrar o Ministério da Educação e Cultura. Diretoria de Ensino Superior e conservará os bens inalienáveis só podendo as suas rendas ser aplicadas em ampliação desenvolvimento de pesquisas ou cursos de aperfeiçoamento ou extensão previamente aprovados pela Congregação.

Art. 2.º Vetado ...

Art. 3.º Fica assegurado o aproveitamento no serviço público federal, a partir da vigência desta lei nas condições estabelecidas nos parágrafos deste artigo, do pessoal dos seguintes estabelecimentos:

I — Faculdade de Direito de Niterói;

II — Instituto Eletrotécnico de Itajubá.

§ 1.º Vetado ..

§ 2.º Vetado ..

§ 3.º Os mais servidores da mesma Faculdade como... vetado... extra-numerários, conforme a categoria de cada um, serão aproveitados no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura com vencimentos iguais aos de cargos semelhantes da

Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

§ 4.º Vetado...

§ 5.º Os professores e funcionários que ao entrar esta lei em vigor contarem pelo menos 70 (setenta) anos de idade serão aposentados com os vencimentos proporcionais.

§ 6.º Os professores catedráticos do Instituto Eletrotécnico de Itajubá serão aproveitados no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura contando-se o tempo de serviço para efeito de aposentadoria, disponibilidade e gratificação de magistrado.

§ 7.º Os mais empregados do mesmo Instituto serão aproveitados como extranumerários, em tabelas criadas, para esse fim, pelo Poder Executivo contando-se o tempo de serviço para efeitos do art. 192 da Constituição Federal.

§ 8.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de provimento decorrentes de aproveitamento do pessoal do Instituto Eletrotécnico de Itajubá conforme determina este artigo.

Art. 4.º A Faculdade de Direito de Niterói organizará e submeterá à aprovação do Ministério da Educação e Cultura dentro em 30 (trinta) dias a contar da obrigatoriedade desta lei, o quadro do seu pessoal... vetado

Art. 5.º As taxas escolares devidas pelos estudantes matriculados na Faculdade de Direito de Niterói constarão de tabelas aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura e serão recolhidas aos cofres da União na repartição arrecadadora mais próxima.

Art. 6.º Vetado.

Art. 7.º São criados no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura:

a) Faculdade de Direito de Niterói: 22 (vinte e dois) cargos de professor catedrático — padrão O;

b) Instituto Eletrotécnico de Itajubá: 25 (vinte e cinco) cargos de professor catedrático — padrão O;

c) Funções gratificadas (Faculdade de Direito de Niterói e Instituto Eletrotécnico de Itajubá):

I — diretor — FG-3;

II — secretário — FG-5;;

III — chefe de portaria — FG-7.

Parágrafo único. As funções gratificadas de que tratam os itens *vetado* II e III da letra c deste artigo podem ser exercidas por extranumerários.

Art. 8.º Para atender às despesas decorrentes do item II do art. 1.º desta lei, no exercício de 1955, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 3 438.200,00 (três milhões quatrocentos e trinta e oito mil e duzentos cruzeiros), sendo Cr\$ 2 520.000,00 (dois milhões quinhentos e vinte mil cruzeiros) para pessoal permanente, Cr\$ 82.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) para funções gratificadas Cr\$ 475.800,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil e oitocentos cruzeiros) para pessoal extranumerário e Cr\$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil cruzeiros) para material.

Art. 9.º Para atender às despesas decorrentes da federalização da Faculdade de Direito de Niterói, fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 5.677.400,00 (cinco milhões, seiscentos e setenta e sete mil e quatrocentos cruzeiros) assim discriminado:

Pessoal permanente — Cr\$ 5.211.400,00 (cinco milhões, duzentos e onze mil e quatrocentos cruzeiros).

Material — Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros).

Funções gratificadas — Cr\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros).

Art. 10. Até a expedição do regulamento próprio, dentro em 130 (cento e trinta) dias pelo Poder Executivo, o Instituto Eletrotécnico de Itajubá reger-se-á pelo regulamento de engenharia aprovado pelo Decreto número 29 085 de 28 de dezembro de 1931, adotada a tabela a que se refere o Decreto n.º 22.784, de 30 de maio de 1933.

Art. 11 Vetado...

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de janeiro de 1955; 135.º da Independência e 68.º da República.

NEREU RAMOS.

Abgar Renault.

Mário da Câmara.

(*) LEI N.º 2.721 — DE 30 DE JANEIRO DE 1956

Dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.721, de 30 de janeiro de 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70. § 3.º, da Constituição Federal, o seguinte dispositivo da Lei n.º 2.721, de 30 de janeiro de 1956:

Art. 2.º — Ficam incluídas a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal, com Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) cada, entre os estabelecimentos de ensino superior subvencionados pela União.

Art. 3.º —

§ 1.º — Os professores catedráticos da Faculdade de Direito de Niterói serão aproveitados no quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, com vencimentos iguais aos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

§ 2.º — Os professores livre-docentes da mesma Faculdade serão aproveitados no quadro permanente do Ministério da Educação e Cultura, com vencimentos iguais aos da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil.

§ 3.º — ... funcionários ou ...

§ 4.º — Aos professores catedráticos, livre-docentes e funcionários efetivos, interinos, ou extranumerários, contar-se-á para todos os efeitos, inclusive aposentadoria, disponibilidade e adicionais de magistério ou de antiguidade, o tempo de serviço prestado durante a fase de inspeção federal, nos termos da Lei n.º 394, de 15 de fevereiro de 1937, sem prejuízo do tempo computável segundo a legislação federal.

Art. 4.º — A Faculdade de Direito de Niterói organizará e submeterá a aprovação do Ministério da Educação e Cultura, dentro de 30 (trinta) dias a contar da obrigatoriedade desta lei, o quadro de seu pessoal para a

(*) Publicado no *Diário Oficial*, Seção I, de 30 de janeiro de 1956.

respectiva aprovação e aproveitamento.

Rio de Janeiro, 13 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

LEI N.º 2.722 — DE 6 DE FEVEREIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 1.720,00 para atender ao pagamento de auxílio funeral devido a Dulce Loureiro da Costa, filha de João da Costa Silva, ex-servidor daquele Ministério.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.720,0 (mil setecentos e vinte cruzeiros) para atender ao pagamento de auxílio-funeral a que tem direito Dulce Loureiro da Costa, filha de João Costa da Silva, ex-servidor do mesmo Ministério.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmin

LEI N.º 2.723 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Internacional do Câncer.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Internacional do Câncer, em julho de 1954, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Maurício de Medeiros
José Maria Alkmin

LEI N.º 2.724 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1956

Incorpora a cadeira de Direito Industrial, nas Faculdades de Direito do país, à de Direito Comercial, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É incorporada a cadeira de Direito Industrial, nas Faculdades de Direito do país, à de Direito Comercial.

Art. 2.º. É denominada Direito do Trabalho a actual disciplina Legislação do Trabalho.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Clóvis Salgado

LEI N.º 2.725 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1956

Reestrutura o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército passa a ter o seguinte efetivo:

4 coronéis,
15 tenentes-coronéis,
30 maiores,
50 capitães,
100 primeiros tenentes.

Art. 2.º As vagas decorrentes dos efetivos constantes do art. 1.º serão preenchidas na primeira época de promoções imediatamente após a publicação desta lei, respeitadas as condições exigidas pela lei de promoções.

Parágrafo único. São dispensados dos requisitos exigidos pela lei de promoções, quanto ao interstício, os atuais segundos tenentes farmacêuticos que, em virtude da presente lei, devam ser promovidos ao posto de primeiro tenente.

Art. 3.º Os arts. 112 e 113 do Decreto n.º 4.791, de 20 de outubro de 1939, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 112. Os candidatos designados para a matrícula no Curso de Formação de Oficiais serão nomeados segundos tenentes estagiários, médicos ou farmacêuticos, e terão as honras e obrigações militares e perceberão os vencimentos correspondentes àquele posto.

Parágrafo único

“Art. 113. Terminado o Curso de Formação de Oficiais, os alunos serão nomeados, conforme o caso, primeiros tenentes médicos ou farmacêuticos, sendo colocados no Almanaque do Exército em rigorosa ordem de merecimento intelectual”.

Art. 4.º O art. 25 da Lei n.º 1.842, de 13 de abril de 1953, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25. Os oficiais farmacêuticos e dentistas da reserva, alunos da Escola de Saúde do Exército, uma vez terminado com aproveitamento o Curso de Formação Técnico-Militar da-

que a Escola, serão nomeados primeiros tenentes farmacêuticos ou dentistas da ativa e gozarão de todos os direitos e prerrogativas inerentes a esse posto".

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Lott.

LEI N.º 2.726 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1956

Suspende o estado de sítio decretado na conformidade da Lei n.º 2.713, de 21 de janeiro de 1956.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica suspenso, a partir de 15 de fevereiro de 1956, o estado de sítio decretado na conformidade da Lei n.º 2.713, de 21 de janeiro de 1956.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Camara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Ernesto Dornelles.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Vasco Alves Seco.

Mauricio de Medeiros.

LEI N.º 2.727 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1956

Modifica o art. 2.º da Lei n.º 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São incluídos nas isenções asseguradas pelo art. 2.º da Lei número 1.815, de 18 de fevereiro de 1953, o combustível e lubrificante importados para consumo dos aviões jato-propulsão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.728 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1956

Modifica o art. 52 da Lei n.º 2.083, de 12 de novembro de 1953, que regula a Liberdade de Imprensa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 52 da Lei n.º 2.083, de 12 de novembro de 1953, que regula a Liberdade de Imprensa, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52. A prescrição da ação dos delitos constantes desta lei ocorrerá um ano após a data da publicação do escrito incriminado, e a da condenação no dobro do prazo em que for fixada.

Parágrafo único. O direito de queixa ou de representação do ofendido, ou do seu representante legal, decairá se não for exercido dentro do prazo de três meses da data da publicação do escrito incriminado".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 2.729 — DE 17 DE FEVEREIRO
DE 1956

Aumenta para Cr\$ 4.000,00 mensais a pensão especial concedida a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha de Lúcio Borges de Sá, concedida pela lei n.º 2.036, de 22 de outubro de 1953.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Passam a ter a seguinte redação o art. 1.º e seus §§ 1.º e 2.º da lei n.º 2.036, de 22 de outubro de 1953, que concede a pensão especial de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) mensais a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha menor de Lúcio Borges de Sá:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) mensais a Eneida Barros de Sá e Lúcia Maria Barros de Sá, viúva e filha de Lúcio Borges de Sá, ex-agente fiscal do Imposto de Consumo no interior do Amazonas, vitimado por enfermidade adquirida em serviço de seu cargo.

§ 1.º A pensão será dividida em partes iguais, cabendo metade à viúva Eneida Barros de Sá, e outra metade à filha Lúcia Maria Barros de Sá.

§ 2.º Por perda da quota da viúva Eneida Barros de Sá, passará imediatamente o benefício à filha Lúcia Maria Barros de Sá.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
José Maria Alckmin

LEI N.º 2.730 — DE 17 DE FEVEREIRO
DE 1956

Acrescenta mais um parágrafo ao artigo 45 da lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É acrescentado ao art. 45 da lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948, o seguinte parágrafo, que passa a vigorar como 5.º:

“Art. 45 —

§ 5.º As áreas da zona rural, quando adquiridas pela Prefeitura por compra ou desapropriação, poderão, sem as formalidades de hasta pública, ser arrendadas a lavradores e criadores que neias já exerçam suas atividades por prazo não menor de 5 (cinco) anos ininterruptos, de acordo com os regulamentos previamente expedidos. A área a ser arrendada nestas condições não poderá exceder a 25 (vinte e cinco) hectares. Nos demais casos o arrendamento se fará mediante hasta pública, observada, em igualdade de condições, preferência para os posseiros”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos

LEI N.º 2.731 — DE 17 DE FEVEREIRO
DE 1956

Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É mudada a denominação de Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos

LEI N.º 2.732 DE 17 DE FEVEREIRO
DE 1956

*Cria cargos de Capelães Militares no
Corpo de Bombeiros e na Polícia
Militar do Distrito Federal e dá ou-
tras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São extensivas ao Corpo de Bombeiros e à Polícia Militar do Distrito Federal, ao que couberem, as disposições do Decreto-lei n.º 8.921, de 26 de janeiro de 1946, que instituiu, em caráter permanente, o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, alterado pelo Decreto-lei n.º 9.505, de 23 de julho do mesmo ano.

Art. 2.º As corporações a que se refere o artigo anterior contarão, cada uma, com um Capitão-Capelão, a quem será paga, para sua manutenção pessoal, uma cônica correspondente aos vencimentos e vantagens do posto de Capitão.

Art. 3.º Para atender às despesas resultantes da presente lei, e o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no exercício em curso, como reforço de verba, o crédito suplementar de Cr\$ 155.520,00 (cento e cinquenta e cinco mil quinhentos e vinte cruzeiros) assim discriminados:

14 — Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.2.00 — Pessoal Militar.

Subconsignações:

	Cr\$
1.2.01 — Vencimentos de	
Oficiais	64.800,00
1.2.04 — Gratificações Mi-	
litares	12.960,00
	<u>77.760,00</u>

18 — Polícia Militar do Distrito Federal.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.2.00 — Pessoal Militar.

Subconsignações:

1.2.01 — Vencimentos de	
Oficiais	64.800,00
1.2.04 — Gratificações Mi-	
litares	12.960,00
	<u>77.760,00</u>

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

pus JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.
2820/53 José Maria Alkmin.

LEI N.º 2.733 — DE 18 DE FEVEREIRO
DE 1956

*Concede a pensão especial de Cr\$...
1.000,00 mensais a Olga Ferreira
Girardi, viúva do ex-extranumerário
diarista da Fábrica de Juiz de
Fora, José Geraldo Girardi.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Olga Ferreira Girardi, viúva do ex-extranumerário-diarista da Fábrica de Juiz de Fora, José Geraldo Girardi, falecido em consequência de acidente ocorrido em serviço, em 1947, a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º A pensão especial de que trata essa lei correrá a conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmin

LEI N.º 2.734 — DE 18 DE FEVEREIRO
DE 1956

*Acrescenta a alínea 4.ª do art. 5.º e pá-
rrafo único ao art. 100, e modi-
fica os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei
n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951
(Código de Vencimentos e Vantagens
dos Militares).*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei :

Art. 1.º É acrescentada a seguinte
alínea ao art. 5.º da Lei n.º 1.316, de
20 de janeiro de 1951 (Código de Ven-
cimentos e Vantagens dos Militares) :

"Art. 5.º

b) Jornada é a atividade exerci-
da continuamente num mesmo
dia, durante 10 (dez) ou mais ho-
ras, sem recessos ininterruptos de
mais de 2 (duas) horas."

Art. 2.º Passam a ter a seguinte re-
dação os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei
n.º 1.316 de 20 de janeiro de 1951
(Código de Vencimentos e Vantagens
dos Militares) :

Art. 92

§ 2.º Os militares com direito à
alimentação, quando de serviço
com duração continuada de 24 ho-
ras, em organização sem rancho e
não existir nas proximidades or-
ganização com rancho, serão in-
denizados pelo triplo do valor das
etapas que tiverem vencido.

§ 4.º As praças podem desarran-
char, na forma estabelecida pelos
regulamentos a que estiverem su-
jeitas."

Art. 3.º É acrescentado ao art. 100
da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de
1951 (Código de Vencimentos e Van-
tagens dos Militares) o seguinte pa-
rrafo único :

"Art. 100

Parágrafo único. Do mesmo ato
constarão instruções gerais disci-
plinadoras para o ano financeiro
em questão, dos dispositivos refe-
rentes a etapas e rações."

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de
1956; 135.º da Independência e 68.º
da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Antonio Alves Camara.

Henrique Lott.

Vasco Alves Seco.

LEI N.º 2.735 — DE 18 DE FEVEREIRO
DE 1956

*Fixa o período de estágio probatório
do funcionário nomeado para cargo
de provimento efetivo e aos extra-
numerários mensalistas da União e
das autarquias.*

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei :

Art. 1.º É de 1 (um) ano o pe-
ríodo de estágio probatório do fun-
cionário nomeado para cargo de pro-
vimento efetivo da União e das au-
tarquias.

§ 1.º Quando se tratar de funcio-
nário de classe final de carreira au-
xiliar, nomeado para classe inicial de
carreira principal, o prazo do estágio
probatório será de 6 (seis) meses.

§ 2.º Não ficará sujeito a novo es-
tágio probatório, o funcionário que,
nomeado para outro cargo público,
já tenha adquirido estabilidade em
consequência de qualquer prescrição
legal.

Art. 2.º O disposto no art. 1.º e
seus parágrafos aplicam-se também
aos extranumerários mensalistas da
União e das autarquias.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro
de 1956; 135.º da Independência e
68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Nereu Ramos

Antonio Alves Camara

Henrique Lott

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmin

Lucio Meira

Ernesto Dornelles

Clovis Salgado

Parsifal Barroso

Vasco Alves Seco

Maurício de Medeiros

LEI N.º 2.736 — DE 18 DE FEVEREIRO
DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$... 3.000,00 mensais a Aracy Constant Botelho de Magalhães, filha do General Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Aracy Constant Botelho de Magalhães, filha do General Benjamin Constant Botelho de Magalhães, fundador da República.

Parágrafo único. A despesa com o pagamento da pensão correrá à conta da verba do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmin

LEI N.º 2.737 — DE 18 DE FEVEREIRO
DE 1956

Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida a inclusão da Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com a subvenção anual de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 18 da citada lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 2.738 — DE 20 DE FEVEREIRO DE 1956

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DO OFICIAL QUE SE REVELAR INCOMPATÍVEL COM O EXERCÍCIO DE SUAS FUNÇÕES, QUER EM SITUAÇÃO NORMAL, QUER POR OCASIÃO DE PROVAS DE INSTRUÇÃO, DE MANOBRAS OU OPERAÇÕES DE GUERRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O oficial que se revelar incompatível com o exercício de suas funções, quer em situação normal, quer por ocasião de provas de instrução, de manobras ou operações de guerra, deve ser das mesmas afastado.

Art. 2.º O ato de afastamento do oficial das funções é da competência do Ministro, no Distrito Federal, e dos Comandantes de Zona Militar, Região ou de Grande Unidade, Comandantes de Distrito Naval, Forças de Alto Mar e da Zona Aérea, nos limites de suas jurisdições.

§ 1.º Estas autoridades decidirão o afastamento, quer pelo conhecimento próprio de atos reveladores de incompatibilidade funcional, quer pela comunicação documentada dos comandos e chefias subordinados.

§ 2.º O ato do afastamento das funções, quando determinado pelas autoridades mencionadas no presente artigo, será, com toda a documentação comprovante da incompatibilidade do oficial, submetido à aprovação do Ministro competente.

§ 3.º O oficial afastado das funções será, obrigatoriamente e no mais curto prazo, submetido a julgamento por um Conselho nomeado pelo Ministro respectivo, o qual funcionará na Sede do Distrito Naval, Zona Militar, Região Militar ou Zona Aérea.

§ 4.º Em operações de guerra, o Conselho será nomeado pelo comandante do teatro de operações, que designará a Grande Unidade, Força Naval ou Zona Aérea onde deverá ser julgado o oficial.

§ 5.º O oficial punido poderá recorrer de decisão do Ministro da Guerra para o Presidente da República, sem efeito suspensivo.

Art. 3.º O Conselho compor-se-á de três oficiais, juizes, mais graduados que o acusado, sob a presidência de um oficial general. Em operações de guerra, o Conselho será constituído na Grande Unidade onde deva ser julgado o oficial, sob a presidência de um oficial general pertencente a essa mesma Grande Unidade ou a bordo do navio capitânea ou no Quartel General da Força Aérea.

Parágrafo único. Na composição do Conselho dever-se-á, quanto possível, atender à especialidade do oficial em julgamento.

Art. 4.º Não poderão fazer parte do Conselho:

a) as autoridades a que estivera sucessivamente subordinado o acusado, até a que o afastou do exercício de suas funções;

b) os oficiais que tenham entre si ou com o acusado parentesco consanguíneo ou afim na linha reta ou até o quarto grau civil, na colateral;

c) os oficiais subalternos.

Art. 5.º A inobservância de qualquer das prescrições acima referidas tornará nulo o processo.

Art. 6.º O Conselho funcionará com a totalidade de seus membros.

Art. 7.º O presidente do Conselho nomeará interrogante, se possível, um juiz da especialidade do acusado, servindo de escrivão o juiz menos graduado ou mais moderno.

Art. 8.º Reunido o Conselho no lugar, dia e hora designados, segundo a convocação feita pelo presidente, serão pelo escrivão apresentados e lidos ao Conselho o despacho de nomeação do mesmo, a fé de ofício do acusado e a documentação referente ao fato ou fatos ao mesmo atribuídos, o que tudo será autuado. Em seguida, determinará o presidente seja requisitada da autoridade competente a presença do acusado para o dia da nova reunião e citadas as testemunhas.

Art. 9.º Presente o acusado, o oficial interrogante procederá à sua qualificação e interrogatório, ouvindo-se em seguida as testemunhas de acusação residentes no lugar em que funcionar o Conselho. As testemunhas que residirem em lugar distante serão ouvidas por precatória, sempre que possível enviada e restituída por via aérea, dirigida ao comandante da guarnição em que servirem, ou à autoridade militar mais próxima de sua residência, sendo a testemunha civil; podendo, em casos especiais, o Conselho requisitar o comparecimento das que julgar indispensáveis. Ao acusado, bem como a qualquer juiz é facultado apresentar quesitos.

§ 1.º Os juizes do Conselho poderão lembrar perguntas às testemunhas e o acusado reinterrogá-las.

§ 2.º Tanto do interrogatório como dos depoimentos se lavrará um auto, que será assinado pelos membros do Conselho, pelo acusado e pelas testemunhas.

Art. 10. Declarando o acusado que tem testemunhas que justificam o seu procedimento, apresentará no ato o rol das mesmas, com a indicação de nomes, profissão e residência, as quais o Conselho mandará notificar para comparecimento em lugar, dia e hora que designar.

§ 1.º Presentes no lugar, dia e hora designados, o acusado e as testemunhas de defesa, proceder-se-á à inquirição destas lavrando-se auto que será assinado pela testemunha, pelo acusado e pelo Conselho.

§ 2.º Ao acusado facilitar-se-á, sem despesa, a documentação que necessitar para sua defesa.

§ 3.º Todos os documentos, inclusive razões de defesa, apresentados pelo acusado serão juntos aos autos, desde que redigidos em linguagem compatível com a disciplina.

Art. 11. Finda a inquirição das testemunhas de defesa, entendendo o Conselho estar suficientemente esclarecido, o presidente declarará encerradas as diligências, do que se lavrará um termo. O Conselho poderá determinar quaisquer diligências para melhor esclarecimento do ato e da responsabilidade do acusado e receber os esclarecimentos que lhe forem fornecidos.

Art. 12. A prova poderá ser apenas testemunhal ou apenas documental.

Art. 13. Encerradas as diligências, o Conselho, a requerimento do acusado, conceder-lhe-á o prazo de cinco dias úteis para apresentar sua defesa escrita, facultando-lhe o exame dos autos, os quais, porém, não sairão do poder do escrivão, sob pena de responsabilidade d'este.

Art. 14. Reunido o Conselho, com a presença de todos os seus membros, para o julgamento, decidirá, por maioria de votos, da procedência ou improcedência da acusação de incompetência revelada pelo oficial, indicando mais os fatos que porventura possam constituir falta disciplinar ou crime. O despacho será lavrado pelo juiz interrogante e assinado por todos os juizes, devendo justificar seus votos os que assinarem vencidos.

Art. 15. A sessão de julgamento será secreta.

Art. 16. O escrivão lavrará uma ata de cada sessão do Conselho, a qual será junta aos autos.

Art. 17. Salvo dificuldade insuperável que se justificará nos autos com especificação dos motivos, entre a instalação do Conselho e a sessão de julgamento, não será excedido o prazo de 30 (trinta) dias úteis, sob pena de responsabilidade na forma das disposições em vigor. Em igual responsabilidade incorrerão as autoridades deprecadas referidas no art. 9.º pelo retardamento na execução e na remessa das respectivas precatórias.

Art. 18. Encerrado o processo e lavrado o competente termo, serão os autos remetidos ao respectivo Ministro, dentro em 48 horas.

Art. 19. O Ministro, no prazo de 15 dias úteis, por despacho exarado no processo, confirmará ou não o julgamento do Conselho; neste último caso dirá dos motivos de sua decisão.

§ 1.º Se o acusado fôr considerado apto, mas ocorrer existência de falta disciplinar ou crime, será por aquela punido, remetendo-se, no segundo caso, os autos à justiça competente.

§ 2.º Sendo considerado apto sem qualquer outra circunstância, a decisão será publicada em boletim ou circular reservada, voltando êle ao exercício das suas funções, cancelando-se dos seus assentamentos qualquer referência ao processo que será arquivado.

§ 3.º Se fôr considerado inapto, será o acusado reformado definitivamente com as vantagens que lhe couberem por lei, ficando absorvida por esta penalidade qualquer falta disciplinar apurada. Verificando-se a existência de crime militar ou comum, serão remetidas cópias dos documentos ou depoimentos referentes ao fato à justiça competente.

Art. 20. Em operações de guerra, o processo será remetido ao comandante do teatro de operações, que procederá pela forma indicada no artigo anterior, cabendo-lhe, no caso do § 3.º, propor ao Governo a reforma definitiva do acusado.

Art. 21. Os casos omissos serão regulados pelo Código de Justiça Militar, no que lhes fôr aplicável.

Art. 22. No processo e julgamento previstos neste regulamento será observado, com a conveniente adaptação, o Formulário do Processo Criminal Militar.

Art. 23. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1956 — 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Antonio Alves Camara.

Henrique Lott.

Vasco Alves Secco.

LEI N.º 2.739 — DE 2 DE MARÇO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para atender às despesas, de qualquer espécie, decorrentes da posse do Presidente da República.

Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para atender às despesas, de qualquer espécie, decorrentes da posse do Presidente da República.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Presidente da República:

Rio de Janeiro, 2 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério das

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Carlos de Maceão Soares
José Maria Alkmin.

LEI N.º 2.740 DE 2 DE MARÇO DE 1956

AUTORIZA O GOVÉRNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ A ORGANIZAR A COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Governo do Território Federal do Amapá autorizado a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), sociedade de economia mista, destinada a construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos bem como a promover tudo o que for necessário para a expansão do mercado de energia elétrica no Território, inclusive, e, principalmente, pelo estímulo à criação de um parque industrial e pela participação nos empreendimentos que se fizerem necessários.

Parágrafo único. A Companhia de Eletricidade do Amapá terá sua sede, domicílio e foro na cidade de Macapá, Capital do Território.

Art. 2.º Constituirá objetivo principal da Companhia de Eletricidade do Amapá a construção do Sistema Hidrelétrico do Paredão pelo aproveitamento das possibilidades do potencial hidráulico do Rio Araguari, na Cachoeira do Paredão, nos termos do decreto n.º 35 701, de 23 de junho de 1954. A medida, das necessidades a CEA promoverá, no Território, o aproveitamento de outros sistemas de energia.

Art. 3.º O capital da Companhia de Eletricidade do Amapá será de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) representado por:

a) 250 (duzentas e cinquenta) mil ações nominativas ordinárias, no valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma;

b) 250 (duzentas e cinquenta) mil ações preferenciais ao portador, no valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma.

Parágrafo único. O direito de voto será reservado exclusivamente às ações ordinárias.

Art. 4.º O capital da Companhia será subscrito :

a) majoritariamente, pelo Território Federal do Amapá, com os seguintes recursos :

I — as rendas provenientes da exportação do minério de manganês, na conformidade dos seguintes dispositivos legais : art. 5.º do decreto-lei n.º 9 858, de 13 de setembro de 1946, que considerou reserva nacional as jazidas de manganês existentes no Amapá e estabeleceu bases para o seu aproveitamento pelo decreto n.º 21.162, de 31 de maio de 1950, que estabeleceu os termos e cláusulas da revisão do contrato celebrado entre o Governo do Território do Amapá e a Empresa Indústria e Comércio de Minérios Sociedade Anônima, ICOMI e ratificado pelo art. 6.º da lei n.º 1.235, de 14 de novembro de 1950; e das cláusulas do termo aditivo ao contrato de 6 de junho de 1950, celebrado em 29 de abril de 1953 nos termos da portaria n.º 247, de 29 de abril de 1953, do Ministério da Fazenda, em cumprimento a despacho proferido pelo Presidente da República;

II — as contribuições especiais que o Governo Federal eventualmente destinar a esse fim;

b) pela Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, até o montante de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) que será devido nas parcelas anuais que forem fixadas na lei orçamentária da União com recursos fornecidos pela dotação constitucional destinada à Valorização da Amazônia;

c) pelo produto das ações preferenciais oferecidas a subscrição pública.

Parágrafo único. O capital da Companhia, depois de integralizado, poderá ser aumentado pela assembleia geral.

Art. 5.º Fica o Território Federal do Amapá autorizado a subscrever a maioria absoluta das ações ordinárias e todas as mais ações que não tiverem encontrado subscritor particular.

Parágrafo único. As ações preferenciais subscritas na conformidade deste artigo, poderão ser posteriormente vendidas em Bolsa, desde que seja possível vendê-las ao par ou acima deste. O produto dessa venda será transferido integralmente à Companhia.

Art. 6.º Fica o Território Federal do Amapá obrigado a transferir à Companhia de Eletricidade do Amapá, até o ano de 1980, toda a receita que lhe for devida pela exportação do minério de manganês, de acordo com a legislação citada na alínea a do art. 4.º desta lei.

Parágrafo único. A Companhia de Eletricidade do Amapá fica autorizada a empenhar a receita referida para garantia de operações de financiamento interno ou externo.

Art. 7.º A diretoria, que será composta de um diretor presidente e dois diretores, eleitos pela assembleia geral, compete a administração permanente dos negócios sociais e a execução das deliberações próprias e da assembleia geral.

Parágrafo único. O mandato dos diretores será de 6 (seis) anos, podendo ser renovado.

Art. 8.º A Companhia de Eletricidade do Amapá gozará da imunidade tributária comum às empresas de eletricidade bem como da isenção dos direitos de importação para consumo próprio, das taxas inclusive emolumentos consulares e mais encargos fiscais a que estiverem sujeitos os materiais, equipamentos, combustíveis e lubrificantes que importar, desde que destinados às suas instalações e à ampliação, renovação, conservação e exploração das mesmas, e ainda, durante 5 (cinco) anos, de isenção de selos e impostos nos atos constitutivos da Companhia.

Art. 9.º Depois de construído o Sistema Hidrelétrico do Paredão fica o governo do Território Federal do Amapá autorizado a transferir para o patrimônio da Companhia de Eletricidade do Amapá o acervo da Usina de Força e Luz de Macapá.

Art. 10. Uma vez organizada a Companhia de Eletricidade do Amapá fica transferida para essa Empresa a atribuição concedida ao Território Federal do Amapá pelo decreto n.º 35.701, de 23 de junho de 1954, bem como os direitos e obrigações decorrentes.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmin

Ernesto Dornelles.

LEI N.º 2.741, DE 2 DE MARÇO DE 1956

Altera o art. 3.º do Decreto-lei n.º 6.519, de 23 de maio de 1944, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ao Comandante da guarnição militar do Território Federal de Fernando de Noronha será arbitrada, pelo Ministério da Guerra, a título de representação, uma gratificação mensal pelas funções de Governador do Território.

Parágrafo único. A gratificação a que se refere o presente artigo será considerada em vigor desde 1 de abril de 1953, devendo ser calculada não só tendo-se em conta a subconsignação orçamentária própria, como também de modo a situar os vencimentos e vantagens do Governador acima do padrão de vencimentos e vantagens do cargo de Secretário Geral do Território e no máximo igual à remuneração dos demais governadores de Territórios.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 121.800,00 (cento e vinte e um mil e oitocentos cruzeiros) para pagamento dessa gratificação nos exercícios de 1953 e 1954.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

José Maria Alkmin

LEI N.º 2.742 — DE 6 DE MARÇO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 885.000.00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na IX Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na IX Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em 28 de outubro de 1954.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere o art. 1.º desta lei será automaticamente registrado e distribuído pelo Tribunal de Contas, ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.743 — DE 6 DE MARÇO DE 1956

Cria o Departamento Nacional de Endemias Rurais no Ministério da Saúde e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' criado no Ministério da Saúde o Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 2.º Ao Departamento Nacional de Endemias Rurais cabe organizar e executar os serviços de investigação e promover o combate à

malária, leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariase, hidatidose, bócio endêmico, boubã, tracoma e outras endemias existentes no país, cuja investigação e combate lhe forem especialmente atribuídas pelo Ministro de Estado da Saúde, de acordo com as conveniências de ordem técnica e administrativa.

Parágrafo único — Não se incluem nas atribuições do Departamento Nacional de Endemias Rurais as doenças para as quais existam serviços federais específicos, bem como a sífilis e demais doenças venéreas, as febres tifóides e paratífóides, e amebíase, as shigelloses, a difteria, a coqueluche, a varíola e outras doenças transmissíveis, cujo combate, executado por órgãos locais de saúde, pertencentes a Estados e Territórios, ao Distrito Federal, aos Municípios, autarquias e instituições particulares, seja efetuado com o auxílio técnico ou financeiro do Ministério da Saúde, segundo as normas traçadas pela Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional da Saúde.

Art. 3.º Compete ao Departamento Nacional de Endemias Rurais promover o combate às endemias mencionadas no art. 2.º não só na zona rural, como em todas as áreas do território nacional em que se fizer sentir a sua necessidade.

Art. 4.º Sem prejuízo da ação direta, poderá o Departamento Nacional de Endemias Rurais, no cumprimento de sua finalidade, exercer a ação supletiva, mediante convênios, assistindo, técnica e financeiramente, às repartições estaduais, territoriais, municipais, autárquicas e instituições particulares que cooperem nas campanhas por ele empreendidas, fiscalizando em tais casos a aplicação dos recursos concedidos.

Parágrafo único. Nos convênios firmados poderá ser instituído o regime de co-participação técnica e financeira das repartições a que se refere este artigo

Art. 5.º Ficam absorvidos pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais os atuais Serviços Nacionais de Malária, Peste e Febre Amarela, cujas atribuições a ele se transferem.

§ 1.º O pessoal dos Serviços a que se refere este artigo passa a inte-

grar a lotação do Departamento Nacional de Endemias Rurais, ao qual se incorpora igualmente o acervo de material dos órgãos extintos.

§ 2.º — Ficam à disposição do Departamento Nacional de Endemias Rurais as dotações orçamentárias e os créditos adicionais, extraordinários e do Plano Salte, consignados aos Serviços Nacionais de Malária, Peste e Febre Amarela, assim como das campanhas relativas às endemias incorporadas ao mesmo Departamento e compreendidas no art. 2.º desta lei.

§ 3.º — O Departamento Nacional de Endemias Rurais assumirá, a partir da vigência desta lei, todas as campanhas relativas a endemias atendidas, presentemente, pelos Serviços Nacionais de Malária, Peste e Febre Amarela.

Art. 6.º — O Departamento Nacional de Endemias Rurais é constituído dos seguintes órgãos:

- a) Diretoria Geral;
- b) Divisão de Profilaxia;
- c) Divisão de Cooperação e Divulgação;
- d) Instituto Nacional de Endemias Rurais;
- e) Serviço de Produtos Profiláticos;
- f) Vinte e cinco Circunscrições correspondendo ao Distrito Federal e a cada um dos Estados e Territórios, com sede nas respectivas capitais;
- g) Serviço de Administração.

Art. 7.º — O Instituto Nacional de Endemias Rurais constará de um núcleo central, situado na Capital da República, ou nas suas proximidades, e de centros de pesquisas, distribuídos pelo país, conforme as necessidades regionais.

Art. 8.º — O Serviço de Produtos Profiláticos será constituído de estabelecimentos industriais, para preparo de inseticidas, moluscocidas, raticidas e de outros produtos, que se fizerem necessários ao desenvolvimento das diversas campanhas profiláticas.

Art. 9.º — Cada circunscrição será subdividida em tantos setores quantos forem exigidos pelas necessidades do serviço, sendo os mesmos estabelecidos no regimento do Departamento.

Art. 10 — Compete ao Instituto Nacional de Endemias Rurais realizar pesquisas e estudos sobre as endemias indicadas no art. 2.º com a

finalidade de ampliar o conhecimento das mesmas e aperfeiçoar os métodos profiláticos destinados a combatê-las, bem como estabelecer as normas para inquéritos sobre as referidas doenças e promover sua realização.

Art. 11 — Compete ao Serviço de Produtos Profiláticos o preparo de produtos destinados ao combate a vetores, hospedeiros ou agentes etiológicos das endemias mencionadas no art. 2.º, assim como colaborar com o Instituto Nacional de Endemias Rurais nas investigações sobre a eficiência de produtos profiláticos.

Art. 12 — Compete às circunscrições e setores a realização de todas as atividades destinadas ao combate às endemias mencionadas no artigo 2.º, existentes no âmbito das respectivas jurisdições territoriais.

Art. 13 — Compete à Divisão de Profilaxia:

- a) levantar a carta da distribuição geográfica das endemias;
- b) registrar o grau de prevalência dos vetores e hospedeiros;
- c) colaborar na realização dos inquéritos concorrentes para avaliação da eficiência dos métodos empregados;
- d) estabelecer os métodos e recursos profiláticos a serem empregados e controlar sua aplicação;
- e) providenciar os produtos profiláticos e terapêuticos que devam ser usados e distribuí-los de acordo com as necessidades regionais;
- f) elaborar os orçamentos das diversas campanhas, em colaboração com outros órgãos normativos e executivos do Departamento;
- g) registrar e acompanhar o desenvolvimento das campanhas.

Art. 14 — Compete à Divisão de Cooperação e Divulgação:

- a) manter relações com órgãos federais, municipais, autárquicos e particulares, a fim de estimular e estabelecer serviços de cooperação;
- b) elaborar convênios e controlar a sua execução;
- c) superintender a publicação da "Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais" e divulgar trabalhos científicos ou educativos do Departamento;
- d) manter cooperação com os órgãos de educação sanitária do Ministério da Saúde.

Art. 15 — São criados, no Quadro Permanente do Ministério da Saúde, os seguintes cargos isolados de provimento em comissão;

1 Diretor geral do Departamento Nacional de Endemias Rurais, padrão CC-2.

1 Diretor do serviço de Produtos Profiláticos (D. N. E. R. M. S.) padrão CC-4.

Art. 16 — Ficam, também criados, no Quadro Permanente do Ministério da Saúde, para o Departamento Nacional de Endemias Rurais, as seguintes funções gratificadas:

1 Chefe do serviço de administração — FG-2.

1 Secretário do diretor geral — FG-4.

5 Assistentes técnicos do diretor geral — FG-2.

25 Chefe de circunscrição FG-2.

Art. 17 — A aplicação dos recursos destinados às campanhas a cargo do Departamento Nacional de Endemias Rurais obedecerá ao mesmo regime financeiro estabelecido no Decreto-lei n.º 9.387, de 20 de junho de 1946, e na Lei n.º 2.161, de 2 de janeiro de 1954, bem como no art. 7.º e seu parágrafo único da Lei n.º 1.489, de 10 de dezembro de 1951.

Art. 18 — É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, os seguintes créditos: especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para atender às despesas de instalação do Departamento Nacional de Endemias Rurais e suplementar de Cr\$ 1.896.000,00 — (um milhão oitocentos e noventa e seis mil cruzeiros) à Verba 1.0.00 — Custeio e Consignação — 1.1.00 — Pessoal Civil, 05, 05, 02 — Divisão do Pessoal (Encargos Gerais), sendo Cr\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil cruzeiros) à Subconsignação 1.1.01 — Vencimentos 1) Quadros Permanente e Suplementar e Cr\$ 1.512.000,00 (um milhão e quinhentos e doze mil cruzeiros) à Subconsignação 1.1.17 — Gratificação de funções, do Orçamento do Ministério da Saúde, para atender às despesas dos arts. 15 e 16 desta lei no corrente exercício.

Art. 19 — São transferidos para o Departamento Nacional de Endemias Rurais:

1 — Os atuais cargos de diretor padrão CC-4 do Serviço Nacional da

Febre Amarela, do Serviço Nacional de Peste e do Serviço Nacional de Malária, transformados nos cargos de diretor, padrão CC-4, da Divisão de Profilaxia, da Divisão de Cooperação e Divulgação e do Instituto Nacional de Endemias Rurais.

2 — As funções gratificadas:

a) de chefes de seção e de secretários do Serviço Nacional de Febre Amarela, do Serviço Nacional de Peste e do Serviço Nacional de Malária, transformadas em funções gratificadas de chefes de seção e secretários das Divisões de Profilaxia, de Cooperação e Divulgação e do Instituto Nacional de Endemias Rurais;

b) as de chefes de setor de circunscrição (S. N. F. A.) criadas pelo Decreto-lei n.º 4.334, de 25 de maio de 1942, e relacionadas no Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954, transformadas em funções gratificadas de chefes de setor de circunscrição do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 20 — O Poder Executivo expedirá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Regulamento do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Art. 21 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 6 de março de 1954; 135.º da Independência e 63.º da República

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.744 — DE 6 DE MARÇO DE 1956

Altera o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, criado pela Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948,

é substituído na forma da tabela anexa, integrante desta lei.

Parágrafo único. Serão apostilados pelo Presidente do Tribunal os títulos de nomeação, de acordo com a nova situação dos funcionários na citada tabela.

Art. 2.º A carreira de Oficial Judiciário passa a ter o escalonamento de J a O, respeitada a situação dos atuais ocupantes.

Art. 3.º Passam a constituir a carreira de auxiliar judiciário, com escalonamento de G a I, as atuais de escriturário e de dactilógrafo, mediante extinção destas.

§ 1.º Os escriturários e os dactilógrafos G ficam classificados na letra I; os escriturários e os dactilógrafos F na letra H, e os escriturários E na letra G.

§ 2.º Cabe aos auxiliares judiciários, precipuamente, a execução dos serviços de dactilografia.

Art. 4.º Os ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário terão acesso a inicial de oficial judiciário mediante prestação de concurso de segunda entrada, organizado pelo Tribunal.

§ 1.º Fica ressalvado o direito de acesso dos antigos ocupantes da carreira de escriturário, na forma do art. 5.º da Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948.

§ 2.º Enquanto perdurar a situação prevista no parágrafo anterior sobre a existência de antigos escriturários, as vagas da classe inicial da carreira de oficial judiciário serão providas: metade pelo que estabelece o § 1.º deste artigo e metade pela forma prevista no próprio artigo, quanto aos antigos dactilógrafos.

Art. 5.º Na nova carreira de auxiliar judiciário, quando ocorrerem vagas de antigos escriturários, só estes poderão concorrer, procedendo-se, igualmente, quanto aos antigos dactilógrafos.

Art. 6.º As carreiras de continuo e de servente passam a constituir a de auxiliar de portaria, com o escalonamento de E a I, respeitada a situação dos atuais ocupantes.

Parágrafo único. Os auxiliares de portaria destinam-se aos serviços cuja execução competia aos continuos e serventes, bem assim, supletivamente,

aos de portaria e zeladoria, de acordo com os regulamentos baixados pelo Tribunal.

Art. 7.º O atual cargo em comissão de auditor fiscal PJ-5, retorna à situação de cargo isolado de provimento efetivo.

Art. 8.º Ficam assim classificados os atuais seguintes cargos isolados de provimento efetivo: 1 taquígrafo, padrão O; 1 arquivista, padrão M; 1 almoxarife, padrão K; 1 porteiro, padrão K; 1 ajudante de porteiro, padrão J e 1 motorista, padrão J.

Art. 9.º As atuais funções gratificadas de chefe de seção, de secretário do Presidente e de secretário do Procurador Regional Eleitoral ficam classificadas no símbolo PG-3.

Art. 10. Os funcionários do quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro perceberão, a partir da data da vigência desta lei, as gratificações adicionais, por tempo de serviço, asseguradas aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 11. Para atender às despesas decorrentes da execução desta lei, é aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro — o crédito suplementar de Cr\$ 982.268,00 (novecentos e oitenta e dois mil, duzentos sessenta e oito cruzeiros) relativo ao Orçamento Geral da União vigente, assim discriminados:

Verba 1 — Pessoal

Consignação 1 — Pessoal Permanente.

Consignação 01 — Vencimentos.

04 — Justiça Eleitoral.

02 — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro — Cr\$ 216.720,00.

Consignação 3 — Vantagens.

Subconsignação 11 — Gratificações adicionais.

04 — Justiça Eleitoral.

02 — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro — Cr\$ 558.148,00.

Consignação 3 — Vantagens.

Subconsignação 01 — Funções gratificadas.

04 — Justiça Eleitoral.

02 — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro — Cr\$ 207.400,00.

Art. 12. E' ainda, aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro — o crédito especial de Cr\$ 746.400,00 (setecentos e quarenta e seis mil e quatrocentos cruzeiros) para ocorrer, no vigente exercício, às despesas com o pagamento do abono especial temporário

de que trata a Lei n.º 2.498, de 3 de junho de 1955, consoante os novos valores atribuídos nesta lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmin.

Tabela de que trata o art. 1.º desta Lei

Número de cargos	Cargo ou carreira	Padrão ou classe
<i>Cargos em Comissão</i>		
1	Diretor Geral	PJ-4
2	Diretor de Serviço	PJ-5
<i>Cargos isolados</i>		
1	Auditor Fiscal	PJ-5
1	Taquigrafo	O
1	Arquivista	M
1	Almoxarife	K
1	Porteiro	K
1	Ajudante de Porteiro	J
1	Motorista	J
<i>Cargos de Carreira</i>		
1	Oficial Judiciário	O
2	Oficial Judiciário	N
2	Oficial Judiciário	M
3	Oficial Judiciário	L
4	Oficial Judiciário	K
5	Oficial Judiciário	J
7	Auxiliar Judiciário	I
10	Auxiliar Judiciário	H
8	Auxiliar Judiciário	G
1	Auxiliar de Portaria	I
3	Auxiliar de Portaria	H
1	Auxiliar de Portaria	G
2	Auxiliar de Portaria	F
3	Auxiliar de Portaria	E
<i>Funções gratificadas</i>		
6	Chefes de Seção	FG-3
1	Secretário do Presidente	FG-3
1	Secretário do Procurador Regional ..	FG-3

LEI N.º 2.745, DE 12 DE MARÇO
DE 1956

Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios passam a ter os seguintes valores mensais:

A 1 a 17	3.800,00
B e 18	4.800,00
C e 19	5.200,00
D e 20	6.000,00
E e 21	6.500,00
F e 22	7.000,00
G e 23	7.500,00
H e 24	8.300,00
I e 25	9.100,00
J e 26	10.000,00
K e 27	11.500,00
L e 28	13.000,00
M e 29	14.500,00
N e 30	15.500,00
O e 31	17.000,00

Parágrafo único. Os funcionários classificados em padrões extintos, superiores a "O", perceberão os vencimentos fixados para este, acrescidos da diferença de vencimentos que já percebem, de acordo com o § 1.º do art. 3.º da Lei n.º 438, de 15 de novembro de 1948.

Art. 2.º Os vencimentos dos cargos correspondentes aos símbolos dos padrões "CC" ou equivalentes obedecerão aos seguintes valores mensais:

CC-1	30.000,00
CC-2	27.000,00
CC-3	25.000,00
CC-4	24.000,00
CC-5	23.000,00
CC-6	22.000,00
CC-7	20.000,00

Art. 3.º Os símbolos das funções gratificadas passam a corresponder aos seguintes valores:

FG-1	6.000,00
FG-2	5.000,00
FG-3	4.000,00
FG-4	3.000,00
FG-5	1.500,00
FG-6	1.200,00
FG-7	1.000,00
FG-8	800,00

Art. 4.º Para os efeitos do art. 1.º desta lei, quando o vencimento ou salário não corresponder a padrão fixado na Lei n.º 438, de 15 de novembro de 1948, o enquadramento será feito com base no valor de padrão que mais se aproxime do vencimento, ou salário atualmente percebido.

Art. 5.º Os vencimentos de ministros de Estado são fixados em Cr\$ 40.000,00.

Art. 6.º *Vetado.*

Art. 7.º *Vetado.*

Art. 8.º É assegurado aos extranumerários contratados, mediante termo aditivo, aumento de salário igual ao concedido aos extranumerários mensalistas.

Parágrafo único. Os contratados, na fixação de cuja remuneração foi considerada englobadamente a importância do salário acrescido dos abonos, terão o aumento concedido ao padrão ou referência correspondente ao respectivo salário menos os abonos.

Art. 9.º Aos atuais extranumerários tarefeiros é concedido aumento de salário em bases análogas às fixadas para os demais servidores, considerando-se, para esse fim, o salário mensal médio, vigente no último trimestre de 1955.

Parágrafo único. *Vetado.*

Art. 10. É assegurado aos servidores em regime de "acordo" entre a União e os Estados aumento de salário igual ao concedido aos extranumerários mensalistas da União, correndo as despesas por conta do Tesouro Nacional.

Art. 11. A partir da vigência dos novos valores previstos nesta lei, os servidores civis da União e dos Territórios deixarão de perceber os abonos concedidos pelas Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e 2.412, de 1 de fevereiro de 1955.

Art. 12. A revisão dos proventos dos servidores aposentados da União e dos Territórios será feita nos termos da legislação em vigor.

Art. 13. Ficam as repartições competentes autorizadas a proceder às necessárias averbações, nas folhas de pagamento, do aumento concedido aos funcionários aposentados, fazendo-se, posteriormente, a respectiva apostila nos títulos de aposentadoria que os inativos deverão apresentar no prazo de 30 (trinta) dias.

Art. 14. Os proventos dos pensionistas, civis e militares, pagos pelo Tesouro Nacional, passarão a corresponder à importância total atualmente percebida, incluindo-se os abonos de que tratam as Leis ns. 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e 2.412, de 1.º de fevereiro de 1955, e sobre ela serão concedidos aumentos de acordo com a seguinte tabela:

Pensão atual:

até Cr\$ 1.100,00	70%
de Cr\$ 1.101,00 a Cr\$ 2.100,00	50%
de Cr\$ 2.101,00 a Cr\$ 4.100,00	40%
de Cr\$ 4.101,00 em diante	30%

Art. 15. O atual salário-família devido ao servidor público e de que trata a legislação em vigor passará de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) para Cr\$ 250,00 (duzentos e cinquenta cruzeiros).

Art. 16. O quadro do pessoal das autarquias, entidades parastatais, Caixas Econômicas Federais, Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — *Vetado* — será organizado e apresentado, dentro de 30 (trinta) dias da vigência desta lei, e aprovado por decreto executivo, obedecidos os padrões e as vantagens previstos nesta lei.

Parágrafo único. *Vetado*.

Art. 17. *Vetado*.

Art. 18. Para atender, no todo ou em parte, às despesas com a aplicação ao pessoal das autarquias industriais e serviços administrados pela União em regime especial, das disposições desta lei, as mesmas entidades submeterão, ao órgão competente do Governo Federal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, para sua aprovação, projeto de revisão das respectivas tarifas.

Art. 19. Enquanto as ferrovias e os serviços marítimos e portuários administrados pela União, sob forma de autarquia ou em regime especial, não dispuserem de recursos financeiros próprios para custear o aumento

estabelecido nesta lei, a União lhes fornecerá, por conta do Tesouro Nacional, os fundos necessários para atender a esse pagamento ou suplementará as verbas a ele destinadas.

Art. 20. *Vetado*.

Art. 21. *Vetado*.

Parágrafo único. *Vetado*.

Art. 22. *Vetado*.

Art. 23. *Vetado*.

Parágrafo único. *Vetado*.

Art. 24. *Vetado*.

§ 1.º *Vetado*.

§ 2.º *Vetado*.

§ 3.º *Vetado*.

§ 4.º *Vetado*.

§ 5.º *Vetado*.

Art. 25. Dentro de 180 (cento e oitenta) dias elaborará o Poder Executivo o plano de classificação de cargos do serviço público.

Art. 26. *Vetado*.

§ 1.º *Vetado*.

§ 2.º *Vetado*.

§ 3.º *Vetado*.

Art. 27. *Vetado*.

Art. 28. As vantagens financeiras desta lei são devidas a partir de 1 de janeiro de 1956.

Art. 29. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 7.500.000.000,00 (sete bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) para atender aos encargos decorrentes da execução desta lei, o qual será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmin.

Lucio Meira.

Ernesto Dorneles.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Vasco Alves Sêco.

Maurício de Medeiros.

LEI NUMERO 2.746 — DE 13 DE
MARÇO DE 1956

Modifica o art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 13 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 13 — Cada legislatura durará 4 (quatro) anos, contados a partir de 1.º de fevereiro, devendo a Câmara instalar-se, em sessão legislativa ordinária, independente de convocação, a 15 de março de cada ano, e funcionar até 15 de dezembro”.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK.

Nereu Ramos.

as empresas, ou firmas individuais interessadas, ao preço da tarifa oficial para o transporte de carga entre os pontos de origem e destino das malas.

Parágrafo único — Na falta de tarifa oficial, vigorará a tabela de preços estabelecida para cada empresa, ou firma individual, mediante acordo entre os interessados e a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos.

Art. 3.º — O pagamento do frete a que se refere o artigo anterior será feito pela Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos a que estiver subordinada a repartição expedidora, para o qual fica o Poder Executivo autorizado a abrir, no corrente exercício, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Lucio Meira

José Maria Alkmin

LEI N.º 2.747 — DE 13 DE MARÇO DE 1956

Desobriga as empresas, ou firmas individuais, que exploram o tráfego rodoviário, do transporte gratuito de malas dos correios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — As empresas, ou firmas individuais, que exploram o tráfego rodoviário, ficam desobrigadas do transporte gratuito de malas dos correios.

Art. 2.º — Esse serviço será contratado pela respectiva Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos com

LEI N.º 2.748 — DE 13 DE MARÇO DE 1956

Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para importação da Alemanha de um automóvel e uma camioneta, marca Opel Captain, e de 490 toneladas de ferro, destinados à Escola, Lactário e Ambulatório da Matriz de São Cosme e São Damião, no Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida isenção de direitos e mais taxas aduaneiras e imposto de consumo, exceto a de previdência social, para importação, da

Alemanha, de um automóvel e uma camioneta, marca Opel Captain, modelo 1954, com todas as peças e acessórios, auto-falantes e dispositivos para fins religiosos, e 400 toneladas de ferro de diferentes bitolas para construção de novas obras assistenciais, destinados à Escola, Lactário e Ambulatório da Matriz de São Cosme e São Damião, situada à Rua Leopoldo n.º 434, no Distrito Federal.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de março de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATO DO PODER LEGISLATIVO

1956

LEI N.º 2.693, — DE 23 DE DEZEMBRO
DE 1955

*Altera as arts. 524, 530, 538, 611 e 857
da Consolidação das Leis do Tra-
balho.*

(Publicada no Diário Oficial, Se-
ção, I, de 29 de dezembro de 1955)

Retificação:

Na alínea e do art. 524, entre as
linhas 6.ª e 7.ª, acrescente-se:

... posições dos estatutos da enti-
dade ...

No art. 3.º, 4.ª linha, onde se lê:

... maio de 1943, para a ter a se-
guinte ...

Leia-se:

... maio de 1943, passa a ter a se-
guinte ...

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos
volumes I e II de 1956, desta
coleção, classificados em or-
dem alfabética dos assuntos

EMENTÁRIO

A

ABERTURA DE CRÉDITO

Vêr o nome do Ministério a que se refere.

ACORDOS

Aprova o Acôrdo Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho.

Decreto-legislativo n. 1, de 1956.

Promulga o Acôrdo Cultural firmado no Rio de Janeiro, a 12 de janeiro de 1953, entre o Brasil e a Nicarágua.

Decreto n. 38.907 — de 19 de março de 1956.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Altera o regime de benefícios dos servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.875 — de 13 de março de 1956.

AERONÁUTICA

Acrescenta a alínea i do art. 5.º e parágrafo único do art. 100, e modifica os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lei n. 2.734 — de 18 de fevereiro de 1956.

Dispõe sobre o afastamento do oficial que se revelar incompatível com o exercício de suas funções, quer em situação normal, quer por ocasião de provas de instrução, de manobras ou operações de guerra, e dá outras providências.

Lei n. 2.738 — de 20 de fevereiro de 1956.

AERONÁUTICA

Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para 1956, e dá outras providências.

Decreto n. 38.515 — de 5 de janeiro de 1956.

Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à Ração Comum para a Aeronáutica e dá outras providências.

Decreto n. 38.518 — de 5 de janeiro de 1956.

Altera a redação do art. 6.º do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais de Aeronáutica da Ativa, aprovado pelo Decreto n. 32.342, de 27 de fevereiro de 1953.

Decreto n. 38.597 — de 17 de janeiro de 1956.

Dispõe sobre o exame de admissão, a ECEMAR, em 1956.

Decreto n. 38.723 — de 30 de janeiro de 1956.

Altera o Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto n. 30.698, de 1 de abril de 1952.

Decreto n. 38.815 — de 5 de março de 1956.

Dá nova redação ao art. 127, do Regulamento da ECEMAR, aprovado pelo Decreto n.º 35.935, de 29 de julho de 1954.

Decreto n. 38.818 — de 5 de março de 1956.

AERONAUTICA

— *Dá nova redação ao § 4.º do artigo 2.º do Decreto n. 27.703, de 19 de janeiro de 1950.*

Decreto n. 38.950 — de 27 de março de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Subdiretoria de Provisões de Intendência para a do Serviço Geral de Expediente e Arquivo da Aeronáutica.*

Decreto n. 38.951 — de 27 de março de 1956.

— Ver, também:

Ministério da Aeronáutica.

AERONAVES

Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Suécia, da Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.

Decreto n. 38.809 — de 1 de março de 1956.

AEROPORTOS

Denomina Mello Vianna o aeropôrto de Três Corações, no Estado de Minas Gerais.

Lei n. 2.720 — de 28 de janeiro de 1956.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Francisco do Rêgo Barros a lavar água mineral, no Município de Quipapá, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 38.578 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Claudion de Souza Novais a pesquisar água mineral no município de Petrómembe, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.585 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Ribeiro Jardim a pesquisar água mineral no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.690 — de 28 de janeiro de 1956.

ÁGUA MINERAL

— *Estabelece área de proteção para a fonte de Água Mineral Natural Petrópolis no município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.871 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza a Carvalho Franco & Filho Ltda. a pesquisar água mineral (jazida da classe XI) no município de Goiás, Estado de Goiás.*

Decreto n. 38.941 — de 26 de março de 1956.

AGUAS MARINHAS

Renova o Decreto n. 33.968, de 30 de setembro de 1953.

Decreto n. 38.869 — de 13 de março de 1956.

AGUAS PÚBLICAS

— *Ver o nome do Estado a cujo domínio se submetem.*

AMIANTO

Autoriza S. Barreto & Filhos a lavar amianto no município de Traipú, Estado de Alagoas.

Decreto n. 38.798 — de 29 de fevereiro de 1956.

ANFIBOLIOXISTO

Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Silveira Melo Filho a lavar anfíbolioxisto e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.782 — de 29 de fevereiro de 1956.

"ANO SANTOS-DUMONT"

Designa o "Ano Santos-Dumont".

Decreto n. 38.610 — de 19 de janeiro de 1956.

ANTENOR BONATO & CIA. LTDA

Concede à Antenor Bonato & Cia. Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.614 — de 23 de janeiro de 1956.

ARDÓSIA

Autoriza o cidadão brasileiro Mario Gerardi a lavar ardósia no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.451 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Decreto n. 34.573, de 11 de novembro de 1953.*

Decreto n. 38.588 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Corrado Vitale a pesquisar ardósia e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.693 — de 28 de janeiro de 1956.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza S. A. Mineração da Trindade a pesquisar areia quartzosa no município de Santa Bárbara, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.573 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Laudelina Lopes Monasterio a lavar areia quartzosa no Distrito Federal.*

Decreto n. 38.825 — de 5 de março de 1956.

ARGILA

Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar os calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.495 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.496 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Robert Leon Castier a lavar feldspato e argila no município de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.620 — de 23 de janeiro de 1956.

ARGILA

— *Autoriza Serrana S. A. de Mineração a pesquisar argila no município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.632 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.633 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza Cimento Portland Branco do Brasil, S. A. a pesquisar caulim, argila e associados, no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.636 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Urbano a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.692 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Renova o Decreto n. 33.507, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto n. 38.709 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Camilo de Oliveira Melo a pesquisar argila e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.879 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Israel Maier Rawet a pesquisar caulim, quartzo, quartzito, argila e associados no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.921 — de 21 de março de 1956.

ARMADA

Suspende, até 30 de novembro de 1956, a vigência de dispositivos do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n. 38.600 — de 17 de janeiro de 1956.

— *Altera a Ordenança Geral para o Serviço da Armada.*

Decreto n. 38.896 — de 14 de março de 1956.

ARMADA

— Ver, também:

Marinha e Ministério da Marinha.

ARMAZÉNS E SILOS

Reorganiza a Comissão para assuntos de armazéns e silos.

Decreto n. 38.916 — de 21 de março de 1956.

ASILO DE INVÁLIDOS DA PÁTRIA

Transfere a subordinação do Asilo de Inválidos da Pátria.

Decreto n. 38.542 — de 11 de janeiro de 1956.

ASSOCIAÇÕES

Declara de utilidade pública a Associação dos Antigos Alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, com sede em São José dos Campos, Estação de São Paulo.

Decreto n. 38.806 — de 29 de fevereiro de 1956.

AUTARQUIAS

Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 2.745 — de 12 de março de 1956.

— *Dispõe sobre a execução do artigo 16 da Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956.*

Decreto n. 38.930 — de 24 de março de 1956.

B**BANCO DE CRÉDITO POPULAR UNIÃO, SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

Concede autorização ao Banco de Crédito Popular União, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal para reformar os seus estatutos sociais.

Decreto n. 38.526 — de 6 de janeiro de 1956.

BANCO DE CRÉDITO ROSÁRIO, SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Concede autorização para constituição do "Banco de Crédito Rosário, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 38.555 — de 12 de janeiro de 1956.

BANCO ECONÔMICO DE CRÉDITO, SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Concede autorização para constituição do "Banco Econômico de Crédito, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada" com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 38.527 — de 6 de janeiro de 1956.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários e dá outras providências.

Decreto n. 38.613 — de 20 de janeiro de 1956.

BARITA

Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" a pesquisar barita, calcário e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.574 — de 16 de janeiro de 1956.

BAUXITA

Renova o Decreto n. 24.479, de 4 de novembro de 1953.

Decreto n. 38.708 — de 28 de janeiro de 1956.

BRASIL CLUBE

Declara de utilidade pública o Brasil Clube, com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.532 — de 9 de janeiro de 1956.

BRITTO PEREIRA & CIA. LTDA.

Concede à firma comercial "Britto Pereira & Cia. Ltda.", autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.458 — de 28 de dezembro de 1955.

C

CAIRU COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede a Cairu, Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 38.416 — de 26 de dezembro de 1955.

CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DO MINISTÉRIO DA MARINHA

Altera o Regulamento para a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.

Decreto n. 38.892 — de 13 de março de 1956.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 2.745 — de 12 de março de 1956.

— *Dispõe sobre a execução do artigo 16 da Lei n. 2.745, de 12 de março de 1956.*

Decreto n. 38.930 — de 24 de março de 1956.

CALCÁRIO

Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar os calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.495 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.496 — de 31 de dezembro de 1955.

CALCÁRIO

— *Autoriza a Companhia Química Industrial "CIL" a pesquisar barita, calcário e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.574 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Waldomiro Verano da Silva a pesquisar calcário e associados no município de Delfim Moreira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.576 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Menezes e Teotônio Batista de Freitas a pesquisar calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.577 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Franco de Camargo a pesquisar calcário no município de Salto de Pirapora, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.580 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonçalves Bahia a pesquisar calcário e calcita no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.581 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n. 29.341, de 12 de março de 1951.*

Decreto n. 38.616 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.633 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Cimento Brasileiro a pesquisar calcário no município de Cachoeiro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 38.698 — de 28 de janeiro de 1956.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Rodrigues Pereira a pesquisar calcário no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.785 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Autoriza S. A. de Cimento Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar calcário no município de Bocaúva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.787 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Balbino de Moraes, Paulo Balbino de Moraes e Heraclito da Motta Luiz a pesquisar calcário no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.889 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Christino Pirillo a pesquisar quartzo, quartzito, caulim, calcário e associados, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.922 — de 21 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alvaro Gonçalves Fraga a pesquisar calcário no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.925 — de 21 de março de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Antônio Graçano e Sebastião Aleva a pesquisar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.926 — de 21 de março de 1956.

CALCITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Gonçalves Bahia a pesquisar calcário e calcita no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.581 — de 16 de janeiro de 1956.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA A TUBERCULOSE

Prorroga a vigência de dispositivo que menciona.

Decreto n. 38.659 — de 26 de janeiro de 1956.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

Dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Decreto n. 38.955 — de 27 de março de 1956.

CAMPANHA NACIONAL DE MATERIAL DE ENSINO

Institui a Campanha Nacional de Material de Ensino.

Decreto n. 38.556 — de 12 de janeiro de 1956.

CARBONÍFERA PALERMO LIMITADA

Concede à Carbonífera Palermo Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.823 — de 5 de março de 1956.

CARVÃO

Autoriza o cidadão brasileiro Ernani Lomba Ferraz a lavar carvão mineral no município de Siqueira Campos, Estado do Paraná.

Decreto n. 38.449 — de 28 de dezembro de 1955.

— *Aprova as Instruções Reguladoras para concessão, pela Comissão do Plano do Carvão Nacional (C. P. C. A. N.) de financiamentos previstos na Lei n. 1.886, de 11 de junho de 1953.*

Decreto n. 38.513 — de 4 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a Carbonífera Cocal Ltda., a lavar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.575 — de 16 de janeiro de 1956.

CARVÃO

— *Fixa os preços do carvão de Santa Catarina e dá outras providências.*

Decreto n. 38.731 — de 30 de janeiro de 1956.

CASA RUI BARBOSA

Aprova o Regimento da Casa de Rui Barbosa.

Decreto n. 38.544 — de 12 de janeiro de 1956.

CASSITERITA

Renova o Decreto n. 32.953, de 3 de junho de 1953.

Decreto n. 38.795 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Declara sem efeito o decreto número 35.865, de 21 de julho de 1954.*

Decreto n. 38.917 — de 21 de março de 1956.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro João Cesar Favero a pesquisar feldspato, caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.586 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cicero Indulécio da Souza a pesquisar caulim e associados no município de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.619 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Simões Corrêa a pesquisar mica, caulim e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.622 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza Cimento Portland Branco do Brasil, S. A. a pesquisar caulim, argila e associados, no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.636 — de 23 de janeiro de 1956.

CAULIM

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Gedeão Menegaldo e Antonio Menegaldo a pesquisar caulim e associados no município de Campinas, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.691 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Renova o Decreto n. 33.968, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.869 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Navega Tranco a lavar caulim e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.884 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Tosato a pesquisar — caulim e associados no município de Campo Largo, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.920 — de 21 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Israel Maier Rawet a pesquisar caulim, quartzo, quartzito, argila e associados no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.921 — de 21 de março de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Christino Pirillo a pesquisar quartzo, quartzito, caulim, calcário e associados, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.922 — de 21 de março de 1956.

— *Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.929 — de 23 de março de 1956.

CAULIM AZZI LTDA.

Concede à Caulim Azzi Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.615 — de 23 de janeiro de 1956.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Centrais Elétricas de Goiás Sociedade Anônima.

Decreto n. 38.868 — de 13 de março de 1956.

CENTRO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS

Institui o Centro Nacional de Pesquisas Educacionais e centros regionais.

Decreto n. 38.460 — de 28 de dezembro de 1955.

CHUMBO

Renova o Decreto n. 32.655, de 30 de abril de 1953.

Decreto n. 38.025 — de 7 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Tallone a pesquisar minério de chumbo e associados no município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.549 — de 12 de janeiro de 1956.

CLUBE DE ENGENHARIA

Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 575.790,40, para pagamento dos aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.

Decreto n. 38.591 — de 16 de janeiro de 1956.

COBRATA - SOCIEDADE BRASILEIRA DE TALCO LIMITADA

Concede à Cobrata — Sociedade Brasileira de Talco Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.822 — de 5 de março de 1956.

COBRE

Renova o Decreto n. 32.655, de 30 de abril de 1953.

Decreto n. 38.025 — de 7 de outubro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nicolau Prioli a pesquisar minério de cobre e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.687 — de 28 de janeiro de 1956.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Acrescenta a alínea "i" ao art. 5.º e parágrafo único ao art. 100, e modifica os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lei n. 2.734 — de 18 de fevereiro de 1956.

CÓDIGO SANITÁRIO PAN-AMERICANO

Torna público o depósito, por diversos países, dos Instrumentos de ratificação do Protocolo Anexo ao Código Sanitário Pan-Americano (Havana, 1924), firmado em Havana a 24 de setembro de 1952.

Decreto n. 38.953 — de 27 de março de 1956.

COLÔNIA AGRÍCOLA DO DISTRITO FEDERAL

Dispõe sobre as sanções disciplinares aplicáveis aos internados na Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Decreto n. 38.935 — de 26 de março de 1956.

COLÉGIOS

Dá nova redação ao art. 78 do Regulamento para o Colégio Militar (Decreto n. 12.277, de 19 de abril de 1943).

Decreto n. 38.648 — de 24 de janeiro de 1956.

COLÉGIOS

— *Extingue o Curso de Preparação do Colégio Militar do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.834 — de 6 de março de 1956.

COMPANHIA AMERICANA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "Companhia Americana de Seguros".

Decreto n. 38.398 — de 23 de dezembro de 1955.

COMPANHIA BANDEIRANTES DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Bandeirantes de Seguros Gerais.

Decreto n. 38.419 — de 26 de dezembro de 1955.

COMPANHIA DE SEGUROS "UNIÃO NACIONAL" S. A.

Concede a Companhia de Seguros "União Nacional" S. A. autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 38.320 — de 19 de dezembro de 1955.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ

Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a organizar a companhia de eletricidade do Amapá.

Lei n. 2.740 — de 2 de março de 1956.

COMPANHIA HIDRO-ELÉTRICA RESPLENDOR S. A.

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Cia. Hidro Elétrica Resplendor Sociedade Anônima.

Decreto n. 38.425 — de 27 de dezembro de 1955.

COMPANHIA KELLOGG BRASILEIRA

Concede à Companhia Kellogg Brasileira autorização para funcionar na República.

Decreto n. 38.539 — de 10 de janeiro de 1956.

COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS IPIRANGA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Companhia Nacional de Seguros Ipiranga".

Decreto n. 38.663 — de 26 de janeiro de 1956.

COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO

Aprova o Plano Geral de Obras e Aquisições da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Decreto n. 36.655 — de 26 de janeiro de 1956.

COMISSÕES

Altera o Decreto de n. 37.514, de 22 de junho de 1955, que criou a Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos.

Decreto n. 38.557 — de 12 de janeiro de 1956.

— *Cria no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional de Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e dá outras providências.*

Decreto n. 38.730 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Reorganiza a Comissão para assuntos de armazéns e silos.*

Decreto n. 38.916 — de 21 de março de 1956.

CONCHAS

Declara sem efeito o Decreto número 37.827, de 31 de agosto de 1955.

Decreto n. 38.448 — de 28 de dezembro de 1955.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mitsuo Yamanaka a pesquisar conchas no município de Guaraqueçaba, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.881 — de 13 de março de 1956.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.695 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.696 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.697 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.784 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza a União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.791 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza a União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.792 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.794 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.786 — de 29 de fevereiro de 1956.

CONCHAS CALCÁRIAS

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.797 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza União Indústria e Comércio S. A. a lavar conchas calcárias na Lagoa de Araruama, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.801 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mitsuo Yamanaka a pesquisar conchas calcárias no município de Iguaçu, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.829 — de 5 de março de 1956.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TÊNIS

Declara existente a Confederação Brasileira de Tênis.

Decreto n. 38.759 — de 20 de fevereiro de 1956.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.230,00 para atender a todas as despesas com o comparecimento do Brasil à 37.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Lei n. 2.718 — de 24 de janeiro de 1956.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE CANCER (VI).

Autoriza o Poder Executivo, a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Internacional do Câncer.

Lei n. 2.723 — de 7 de fevereiro de 1956.

CONSELHO COORDENADOR DE ABASTECIMENTO

Altera o Decreto n. 36.521, de 2 de dezembro de 1954, que criou o Conselho Coordenador de Abastecimento.

Decreto n. 38.841 — de 12 de março de 1956.

CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO

Cria o Conselho de Desenvolvimento e dá outras providências.

Decreto n. 38.744 — de 1 de fevereiro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Conselho de Desenvolvimento.*

Decreto n. 38.906 — de 15 de março de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Abre pelo Conselho Nacional de Economia o crédito especial para o fim que especifica.

Decreto n. 38.767 — de 21 de fevereiro de 1956.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO IMPÓSTO DE CONSUMO

— Ver:

Imposto de Consumo.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Altera os arts. 524, 530, 538, 611 e 857 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Lei n. 2.693 — de 23 de dezembro de 1955.

CONSULADOS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

CONTRATOS

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Açucareira Porto Real S. A.

Decreto Legislativo n. 5, de 1956.

CONTRATOS

— *Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto e sua mulher Antônia Martins de Sá Rocha.*

Decreto Legislativo n. 6, de 1956.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Delegacia Federal da Criança da Terceira Região — e a Companhia Autos e Acessórios Vieira da Cunha.*

Decreto Legislativo n. 7, de 1956.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo.*

Decreto Legislativo n. 8, de 1956.

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório ao registro ao termo de contrato celebrado entre a União Federal e a firma Comércio e Indústria Caribe S. A.*

Decreto Legislativo n. 12, de 1956.

CONVENÇÕES

Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte da Suécia, da Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos, sobre Aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948.

Decreto n. 38.809 — de 1 de março de 1956.

— *Torna pública a adesão da Suíça à Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Bruxelas, a 26 de junho de 1948.*

Decreto n. 38.525 — de 6 de janeiro de 1955.

— *Torna público haver a Líbia aderido a Convenção relativa ao estabelecimento de uma União internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e a Ata de Assinatura, firmados em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo, assinado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 38.832 — de 6 de março de 1956.

CONVENÇÕES

— *Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo da Líbia, a Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 38.833 — de 6 de março de 1956.

— *Torna pública a denúncia, pelo Governo do Paquistão, da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres a 31 de maio de 1929.*

Decreto n. 38.954 — de 27 de março de 1956.

— *Torna pública a retirada da reserva feita pelo Chile a Convenção relativa ao Reconhecimento Internacional de Direitos sobre Aeronaves, concluída em Genebra, a 19 de junho de 1948, e o depósito por parte do mesmo Estado, de novo Instrumento de ratificação da referida Convenção.*

Decreto n. 38.962 — de 28 de março de 1956.

CONVÊNIOS

Aprova o Convênio Básico entre o Brasil e a Organização Mundial de Saúde para Assistência Técnica de Caráter Consultivo.

Decreto Legislativo n. 11, de 1956.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CIRCULISTA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Circulista", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.934 — de 19 de setembro de 1955.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INDUSTRIÁRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE LTDA.

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito dos Industriários do Rio Grande do Norte, Ltda.", com sede em Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 37.933 — de 19 de setembro de 1955.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Cria cargos de Capelães Militares no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

Lei n. 2.732 — de 17 de fevereiro de 1956.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

— Ver:

Marinha.

CRÉDITO ESPECIAL

— Ver:

O nome do Ministério ou Repartição a que se refere.

CRIAÇÃO DE CARGOS

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a cuja lotação pertencem.

CROMO

Autoriza o cidadão brasileiro Milton Costa Santos a pesquisar minério de cromo e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 38.826 — de 5 de março de 1956.

CURSOS

Reconhece o curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 38.758 — de 23 de fevereiro de 1956.

— *Estende as prerrogativas do reconhecimento aos cursos que mencionam.*

Decreto n. 38.776 — de 27 de fevereiro de 1956.

— *Revoga o Decreto n. 38.089, de 13 de outubro de 1955 e extingue o Curso de Pilotos Comerciais.*

Decreto n. 38.810 — de 5 de março de 1956.

CURSOS

— Concede autorização para o funcionamento do Curso que indica.

Decreto n. 38.876 — de 13 de março de 1956.

— Ver, também:

Escolas e Faculdades.

D

DALCANALE & CIA.

Outorga concessão à sociedade "Dalcanale & Cia." para instalar uma estação radiofusão de ondas médias.

Decreto n. 38.511 — de 2 de janeiro de 1956.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Abram Holzman a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.550 — de 12 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Rodrigues Fernandes Chaves a pesquisar minério de ouro e diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.685 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Santos dos Santos Fonseca Júnior a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.783 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza a Empresa Brasileira de Cromo Ltda. a pesquisar minério de ouro, diamantes e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 38.855 — de 13 de março de 1956.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Baixa novo Regulamento para os Cursos de Administração do DASP, instituídos pelo Decreto-lei n. 2.804, de 21 de novembro de 1940.

Decreto n. 38.650 — de 25 de janeiro de 1956.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Paulo Augusto Goyanna.

Decreto Legislativo n. 2, de 1956.

— Desobriga as empresas, ou firmas individuais, que exploram o tráfego rodoviário, do transporte gratuito de malas dos correios.

Lei n. 2.747 — de 13 de março de 1956.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Altera dispositivos do Decreto número 37.008, de 8 de março de 1955, e dá outras providências.

Decreto n. 38.710 — de 28 de janeiro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

Cria o Departamento Nacional de Endemias Rurais no Ministério da Saúde, e dá outras providências.

Lei n. 2.743 — de 6 de março de 1956.

— Torna extensivo, no que couber, ao Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Regimento do Departamento Nacional de Saúde, aprovado pelo Decreto n. 8.674, de 4-2-942.

Decreto n. 38.927 — de 23 de março de 1956.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE FERRO**

Revigora o Decreto n. 26.862, de 8 de julho de 1949, que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno que menciona.

Decreto n. 38.645 — de 24 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias aos serviços da ligação ferroviária Mangud-Engenheiro Bley, no Estado do Paraná.

Decreto n. 38.726 — de 30 de janeiro de 1956.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
ESTRADAS DE RODAGEM**

Modifica o item I do art. 39 do Decreto n. 20.164, de 7 de dezembro de 1945.

Decreto n. 38.814 — de 3 de março de 1956.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

Autoriza a execução de novos serviços de emergência no Estado da Paraíba.

Decreto n. 38.483 — de 30 de dezembro de 1955.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno situada no Município de Floresta, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 38.716 — de 30 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Abóboras, no Município de Parnamirim, no Estado de Pernambuco.

Decreto n. 38.717 — de 30 de janeiro de 1956.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE
OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno onde se acha construído o açude público "São Gonçalo", no Município de Souza, Estado da Paraíba.

Decreto n. 38.741 — de 30 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno situada no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Decreto n. 38.742 — de 30 de janeiro de 1956.

— Autoriza a execução de obras de emergência no Estado da Bahia, em regiões assoladas pela seca.

Decreto n. 38.833 — de 7 de março de 1956.

**DEPARTAMENTO NACIONAL DO
TRABALHO**

Altera a redação do dispositivo do Regimento do Departamento Nacional do Trabalho, e dá outras providências.

Decreto n. 38.712 — de 28 de janeiro de 1956.

— Dá nova redação ao art. 17 do Regimento do Departamento Nacional do Trabalho.

Decreto n. 38.843 — de 12 de março de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias, por acaso nelas contidas, necessárias à execução do projeto das obras destinadas ao progressivo aproveitamento hidrelétrico de Peixoto.

Decreto n. 38.403 — de 23 de dezembro de 1955.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública uma área de terra e as benfeitorias, por acaso nela contidas, necessárias à criação de uma faixa para a construção, passagem e manutenção de uma linha de transmissão a ser construída pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A.

Decreto n. 38.502 — de 31 de dezembro de 1955.

— Revigora o Decreto n. 26.862, de 8 de julho de 1949, que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, faixa de terreno que menciona.

Decreto n. 38.645 — de 24 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da nova estação, de Marilândia e da nova linha ligando Divinópolis e Itapecerica, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.652 — de 25 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, áreas de terrenos e benfeitorias, situadas no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.653 — de 25 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno situada no Município de Floresta, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 38.716 — de 30 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno necessária à construção do açude público Abóbora, no Município de Parnamirim, no Estado de Pernambuco.

Decreto n. 38.717 — de 30 de janeiro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terreno e respectivas benfeitorias, necessárias aos serviços da ligação ferroviária Mangá-Engenheiro Bley, no Estado do Paraná.

Decreto n. 38.726 — de 30 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno onde se acha construído o açude público "São Gonçalo", no Município de Souza, Estado da Paraíba.

Decreto n. 38.741 — de 30 de janeiro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno situada no Município de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.

Decreto n. 38.742 — de 30 de janeiro de 1956.

— Desapropria a patente de invenção n. 34.102, de 2 de outubro de 1946, de propriedade de Octávio Francisco Pinheiro.

Decreto n. 38.850 — de 13 de março de 1956.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, que serão inundadas em consequência do alçamento da barragem para aproveitamento progressivo de energia hidráulica no rio Uberabinha, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a promover as desapropriações das referidas áreas de terra.

Decreto n. 38.851 — de 13 de março de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, área de terreno situada no Município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.894 — de 14 de março de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona no Distrito Federal, necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.

Decreto n. 38.952 — de 27 de março de 1956.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a receber doação de terreno, que faz o Município de Natal, Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.831 — de 17 de janeiro de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.681 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, situado no Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.683 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, situado no Município de Miracatu, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.706 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 38.749 — de 16 de fevereiro de 1956.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Simão Dias, Estado de Sergipe.

Decreto n. 38.752 — de 17 de fevereiro de 1956.

DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação de terreno que menciona, situado no Município de Jaraguá, no Estado de Goiás.

Decreto n. 38.821 — de 5 de março de 1956.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Maringá, Estado do Paraná.

Decreto n. 38.897 — de 15 de março de 1956.

DOLOMITA

Autoriza Magnesita S. A. a pesquisar dolomita no município de Sabará, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.635 — de 23 de janeiro de 1956.

E**E. NOGUEIRA & IRMÃO**

Concede à firma comercial E. Nogueira & Irmão autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.559 — de 13 de janeiro de 1956.

E. R. SQUIBB & SONS S. A., PRODUTOS QUÍMICOS, FARMACÊUTICOS E BIOLÓGICOS

Concede permissão, para que funcione aos domingos e nos feriados civis e religiosos, a E. R. Squibb & Sons S. A., Produtos Químicos, Farmacêuticos e Biológicos.

Decreto n. 38.092 — de 14 de outubro de 1955.

EMISSORAS RIO-GRANDENSES LIMITADA

Outorga concessão à sociedade "Emissoras Riograndenses Ltda." para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 38.563 — de 13 de janeiro de 1956.

**EMPRESA DE NAVEGAÇÃO E
TRANSPORTES MARÍTIMOS
E FLUVIAIS "CABOTO"
LIMITADA**

Concede à Empresa de Navegação e Transportes Marítimos e Fluviais "Caboto" Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.848 — de 13 de março de 1956.

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Estende aos empregados do Serviço de Navegação do Território Federal do Amapá os benefícios do Decreto n. 33.515, de 11 de agosto de 1953.

Decreto n. 38.960 — de 27 de março de 1956.

**EMPRESA HIDRO-ELÉTRICA
LUTZOW S. A.**

Transfere de Fritz Egon von Lutzow para a Empresa Hidro Elétrica Lutzow S. A. a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 38.430 — de 27 de dezembro de 1955.

EMPRESA JORNAL DO COMÉRCIO S. A.

Outorga concessão à Empresa Jornal do Comércio S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.564 — de 13 de janeiro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Governo do Território Federal do Amapá a organizar a Companhia de Eletricidade do Amapá.

Lei n. 2.740 — de 2 de março de 1956.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Venâncio Aires a ampliar as instalações de sua usina elétrica.

Decreto n. 30.206 — de 22 de novembro de 1951.

ENERGIA ELÉTRICA

— Outorga à Prefeitura Municipal de Venâncio Aires concessão para distribuir energia elétrica na localidade de Vila Mariente, segundo distrito do Município de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 33.292 — de 19 de dezembro de 1951.

— Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a executar diversas obras nos seus sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.

Decreto n. 38.426 — de 27 de dezembro de 1955.

— Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a ampliar suas instalações elétricas.

Decreto n. 38.429 — de 27 de dezembro de 1955.

— Transfere de Fritz Egon von Lutzow para a Empresa Hidro Elétrica Lutzow S. A. a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 38.430 — de 27 de dezembro de 1955.

— Declara caduca a concessão para os serviços de energia elétrica no município de Orizônia, Estado de Goiás, de que é titular Maurity Silva e autoriza a Prefeitura Municipal de Orizônia a executar os mesmos serviços.

Decreto n. 38.501 — de 31 de dezembro de 1955.

— Declara de utilidade pública uma área de terra e as benfeitorias, por acaso nela contidas, necessárias à criação de uma faixa para a construção, passagem e manutenção de uma linha de transmissão a ser construída pela Companhia Brasileira de Energia Elétrica S. A.

Decreto n. 38.502 — de 31 de dezembro de 1955.

— Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Companhia de Eletricidade de Perdões.

Decreto n. 38.802 — de 29 de fevereiro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica no município de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.907 — de 14 de fevereiro de 1955.

ENERGIA HIDRAULICA

Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeira Sguario S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água no rio Congonhas, nos limites dos municípios de Araiporanga e Congonhinhas, Estado do Paraná.

Decreto n. 38.404 — de 23 de dezembro de 1955.

— *Outorga ao Estado do Rio Grande do Sul concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica dos rios Passo Fundo e Erechim, municípios de Passo Fundo e Erechim, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 38.427 — de 27 de dezembro de 1955.

— *Outorga à Companhia Geral de Eletricidade autorização de estudos para aproveitamento da energia hidráulica do rio Pardo, no município de Caconde, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.499 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Outorga a Luiz Henrique Janon concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira sem nome existente no rio Parado, distrito de Lidice, município de Itaverá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 39.503 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Outorga à Empresa Luz e Força de Itanhandu concessão para aproveitar as águas do ribeirão Morro Grande, distrito de Itamonte, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 36.535 — de 3 de dezembro de 1955.

ENERGIA HIDRAULICA

— *Outorga ao Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica do trecho de Itapura-Urupungá, existente nos rios Tietê e Paraná, Estado de São Paulo, divisa com o Estado de Mato Grosso, respeitados os direitos de terceiros.*

Decreto n. 38.649 — de 25 de janeiro de 1956.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, que serão inundadas em consequência do alteamento da barragem para aproveitamento progressivo de energia hidráulica no rio Uberabinha, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a promover as desapropriações das referidas áreas de terra.*

Decreto n. 38.851 — de 13 de março de 1956.

— *Outorga à Companhia Fiação e Tecidos Santa Rosa concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira de Santa Clara, existente no rio das Flores, distrito de Santa Tereza, município de Rio das Flores, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.862 — de 13 de março de 1956.

— *Atribui ao Ministério da Viação e Obras Públicas a incumbência de promover o aproveitamento de energia hidráulica existente em um trecho do rio Ipiranga, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.895 — de 14 de março de 1956.

ENERGIA TERMELÉTRICA

Autoriza a Prefeitura Municipal de Queraí a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 31.805 — de 20 de novembro de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaquã a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.092 — de 24 de março de 1955.

ENERGIA TERMELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Herval, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.094 — de 24 de março de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.282 — de 20 de abril de 1955.

— *Autoriza a Fábrica de Tecidos Tatusapé, S. A. a instalar uma usina termelétrica, para uso exclusivo, no quilômetro 17 da estrada de Itu, em Osasco, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.406 — de 23 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivari, Estado de São Paulo, a instalar uma usina termelétrica.*

Decreto n. 38.836 — de 7 de março de 1956.

— *Autoriza a Companhia Swift do Brasil, sediada em São Paulo, Estado de São Paulo, a instalar uma usina termelétrica em Rosário do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para uso exclusivo.*

Decreto n. 38.858 — de 13 de março de 1956.

ENSINO SUPERIOR

Dá nova redação ao art. 6.º do Decreto n. 37.613, de 19 de julho de 1955.

Decreto n. 38.737 — de 30 de janeiro de 1956.

ESCOLAS

Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei n. 2.712 — de 31 de janeiro de 1956.

ESCOLAS

— *Dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional do Projeto que se converteu na Lei n. 2.712, de 21 de Janeiro de 1956.*

Lei n. 2.712 — de 21 de janeiro de 1956.

— *Reconhece o Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Sergipe.*

Decreto n. 38.418 — de 26 de dezembro de 1955.

— *Concede equiparação ao Curso Técnico de Agricultura, da Escola Superior de Agricultura de Viçosa, da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.628 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Concede equiparação aos Cursos de Iniciação e Mestría Agrícolas da Escola Técnica de Agricultura do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 38.861 — de 13 de março de 1956.

— Ver, também:

Quanto às militares: *Aeronáutica, Exército ou Marinha.*

ESCOTISMO

Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do escotismo feminino.

Lei n. 2.717 — de 24 de janeiro de 1956.

ESPERANÇA, COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Esperança, Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 38.457 — de 28 de dezembro de 1955.

ESTADO DA BAHIA

Autoriza a execução de obras de emergência no Estado da Bahia, em regiões assoladas pela seca.

Decreto n. 38.838 — de 7 de março de 1956.

ESTADO DO PARÁ

Ratifica o Decreto do Governo do Estado do Pará, referente à exploração do serviço de loteria.

Decreto n. 38.766 — de 21 de fevereiro de 1956.

ESTADO DA PARAÍBA

Autoriza a execução de novos serviços de emergência no Estado da Paraíba.

Decreto n. 38.483 — de 30 de dezembro de 1955.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, de domínio do Estado do Paraná, as águas do rio São Pedro ou Amoreira.

Decreto n. 38.508 — de 31 de dezembro de 1955.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Aprova, o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto legislativo n. 9, de 1956.

ESTADO DE SÍTIO

Mantém o Decreto n. 38.402, de 23 de dezembro de 1956, que prorroga o estado de sítio.

Lei n. 2.706 — de 13 de janeiro de 1956.

— Dispõe sobre a prorrogação e vigência do estado de sítio em todo o território nacional.

Lei n. 2.713 — de 21 de janeiro de 1956.

— Suspende o estado de sítio decretado na conformidade da Lei número 2.713, de 21 de janeiro de 1956.

Lei n. 2.726 — de 9 de fevereiro de 1956.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Estado Maior das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 15.000,00 para ocorrer à despesa com o pagamento de gratificação adicional aos extranumerários mensalistas do referido órgão.

Lei n. 2.709 — de 17 de janeiro de 1956.

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Ver:

Extranumerário e Funcionário Público.

ESTANDARTES

Cria o Estandarte-Distintivo para o Batalhão de Guardas.

Decreto n. 38.608 — de 18 de janeiro de 1956.

ESTATÍSTICA

Aprova o Regulamento de Estatística para Fins Militares.

Decreto n. 38.599 — de 17 de janeiro de 1956.

ESTATUTOS

Ver:

O nome da entidade a que se referem.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Introduz alterações no texto do Decreto n. 37.218, de 25 de abril de 1955.

Decreto n. 38.751 — de 16 de fevereiro de 1956.

ESTRADAS DE FERRO

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários e dá outras providências.

Decreto n. 38.613 — de 20 de janeiro de 1956.

ESTRADAS DE FERRO

— *Estabelece normas tendentes a eliminar a dispersão onerosa das obras destinadas à expansão da Rede ferroviária nacional e dá outras providências.*

Decreto n. 38.668 — de 26 de janeiro de 1956.

EXÉRCITO

Reestrutura o Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército.

Lei n. 2.725 — de 9 de fevereiro de 1956.

— *Acrescenta a alínea "i" ao artigo 5.º e parágrafo único do art. 100, e modifica os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n. 2.734 — de 18 de fevereiro de 1956.

— *Dispõe sobre o afastamento do Oficial que se revelar incompatível com o exercício de suas funções, quer em situação normal, quer por ocasião de provas de instrução, de manobras ou operações de guerra, e dá outras providências.*

Lei n. 2.738 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Cria o Brasão de Armas para a Escola de Comando e Estado Maior do Exército.*

Decreto n. 48.410 — de 26 de dezembro de 1955.

— *Altera o Regulamento de Uniformes ao pessoal do Exército (RUPE).*

Decreto n. 38.512 — de 3 de janeiro de 1956.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para 1956 e dá outras providências.*

Decreto n. 38.515 — de 5 de janeiro de 1956.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à Ração Comum para o Exército e dá outras providências.*

Decreto n. 38.517 — de 5 de janeiro de 1956.

EXÉRCITO

— *Considera guarnições de 1.ª Categoria as sediadas ao longo do rio Javari (AM) e nas localidades de Cruzado do Sul (AC), Rio Branco (AC), Thaumaturgo (AC), Brasília (AC) e Benjamim Constant (AM).*

Decreto n. 38.647 — de 24 de janeiro de 1956.

— *Altera os Decretos ns. 31.392, de 5 de setembro de 1952, e 31.211, de julho de 1952.*

Decreto n. 38.747 — de 7 de fevereiro de 1956.

— *Altera dispositivo do Decreto n. 26.338, de 17 de fevereiro de 1949.*

Decreto n. 38.773 — de 24 de fevereiro de 1956.

— *Dispõe sobre unificação de Comandos de Regiões Militares e Divisões de Infantaria.*

Decreto n. 38.813 — de 2 de março de 1956.

— *Altera a redação do item II do art. 1.º do Decreto n. 31.452, de 13 de setembro de 1952.*

Decreto n. 38.835 — de 6 de março de 1956.

— *Acrescenta ao art. 1.º do Decreto n. 3.273, de 16 de novembro de 1938, mais um parágrafo.*

Decreto n. 38.934 — de 26 de março de 1956.

EXPORTAÇÃO

Regulamenta o art. 5.º do Decreto-lei n. 134, de 15 de março de 1938.

Decreto n. 38.860 — de 13 de março de 1956.

EXTRANUMERÁRIO

Inclui os candidatos aprovados em provas de habilitação, homologadas até 31 de dezembro de 1954, na exceção contida no art. 2.º da Lei número 2.284, de 9 de agosto de 1954 (Regula a esatibilidade do pessoal extranumerário da União e das autarquias).

Lei n. 2.705-A — de 7 de janeiro de 1956.

EXTRANUMERÁRIO

— *Fixa o período de estágio probatório do funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo e aos extranumerários mensalistas da União e das autarquias.*

Lei n. 2.735 — de 18 de fevereiro de 1956.

— *Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.*

Lei n. 2.745 — de 12 de março de 1956.

— *Dispõe sobre o interstício, para efeito de melhoria de salário, dos extranumerários-mensalistas da União e das autarquias.*

Decreto n. 38.602 — de 17 de janeiro de 1956.

F

FACULDADES

Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei n. 2.712 — de 21 de janeiro de 1956.

— *Dispositivo vetado pelo Presidente da República e mantido pelo Congresso Nacional do Projeto que se converteu na Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956.*

Lei n. 2.712 — de 21 de janeiro de 1956.

— *Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subvenciona a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal; e dá outras providências.*

Lei n. 2.721 — de 30 de janeiro de 1956.

FACULDADES

— *Incorpora a cadeira de Direito Industrial, nas Faculdades de Direito do país, à de Direito Comercial, e dá outras providências.*

Lei n. 2.724 — de 9 de fevereiro de 1956.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.737 — de 18 de fevereiro de 1956.

— *Altera a denominação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras a Curitiba.*

Decreto n. 38.414 — de 26 de dezembro de 1955.

— *Reconhece o curso de bacharelado da Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro.*

Decreto n. 38.461 — de 28 de dezembro de 1955.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de Pedagogia e de Didática da Faculdade Católica de Filosofia de Pelotas.*

Decreto n. 38.595 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o funcionamento do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências Econômicas da Paraíba.*

Decreto n. 38.733 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Bacharelado em Direito da Faculdade Católica de Direito da Bahia.*

Decreto n. 38.774 — de 25 de fevereiro de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento de curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Passo Fundo.*

Decreto n. 38.911 — de 21 de março de 1956.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS SOCIEDADES DE TUBERCULOSE

Declara de utilidade pública a Federação Brasileira das Sociedades de Tuberculose com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 38.533 — de 9 de janeiro de 1956.

FEDERAÇÃO DAS BANDEIRANTES DO BRASIL

Reconhece a Federação das Bandeirantes do Brasil como órgão máximo do escotismo feminino.

Lei n. 2.717 — de 24 de janeiro de 1956.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro João Cesar Favero a pesquisar feldspato, caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.586 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Robert Leon Castier a lavar feldspato, e argila no município de Itapeirica da Serra, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.620 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Autoriza cidadão brasileiro Mário Alves da Costa a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.694 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Declara sem efeito o Decreto n. 37.423, de 2 de junho de 1955.*

Decreto n. 38.803 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Declara sem efeito o Decreto n. 37.322, de 10 de maio de 1955.*

Decreto n. 38.804 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Renova o Decreto n. 33.968, de 30 de setembro de 1953.*

Decreto n. 38.869 — de 13 de março de 1956.

FELDSPATO

— *Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 38.929 — de 23 de março de 1956.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavar minérios de ferro, manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.450 — de 28 de dezembro de 1955.

— *Autoriza a Cia. Mineração Nivalimense a pesquisar minério de ferro e associados no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.699 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a Cia. de Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná a pesquisar minério de ferro e associados no município de Antonina, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.828 — de 5 de março de 1956.

— *Autoriza a Cia. Mineração e Metalurgia São Paulo-Paraná a pesquisar minério de ferro e associados no município de Antonina, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.830 — de 5 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paul Johann Carl Emil Adolf Bremer a pesquisar minério de ferro no município de Macapá, Território do Amapá.*

Decreto n. 38.919 — de 21 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Jovelino Rabelo a pesquisar minério de ferro e associados no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.923 — de 21 de março de 1956.

FERROVIAS

— Ver:

*Estrada de Ferro.***FLUORITA***Renova o Decreto n. 34.978, de 21 de janeiro de 1954.**Decreto n. 38.938 — de 26 de março de 1956.***FORÇAS ARMADAS***Altera a redação dos ns. 22 e 81 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n. 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.**Decreto n. 38.839 — de 8 de março de 1956.*

— Ver, também:

*Aeronautica, Exército e Marinha.***FUNCIONÁRIO PÚBLICO***Fixa o período de estágio probatório do funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo e aos extranumerários mensalistas da União e das autarquias.**Lei n. 2.735 — de 13 de fevereiro de 1956.*— *Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.**Lei n. 2.745 — de 12 de março de 1956.*— *Altera o divisor de conversão aplicável para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens a servidores em exercício no Exterior.**Decreto n. 39.933 — de 26 de março de 1956.***FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR***Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 36.963, de 1.º de março de 1955.**Decreto n. 38.840 — de 8 de março de 1955.***FUNÇÕES GRATIFICADAS***Altera o Decreto n. 35.447, de 30 de abril de 1954.**Decreto n. 38.594 — de 16 de janeiro de 1956.***FUNDO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR***Altera a redação do art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n. 37.764, de 18 de agosto de 1955.**Decreto n. 38.520 — de 5 de janeiro de 1956.***G****GALENA***Autoriza o cidadão brasileiro Bolívar Sant'Ana Batista a pesquisar galena no município de Sento Sé, Estado da Bahia.**Decreto n. 38.684 — de 28 de janeiro de 1956.***GRANADA***Autoriza o cidadão brasileiro Benedito Paulo de Moraes a pesquisar granada e associados, no município de Coripós, Estado de Pernambuco.**Decreto n. 38.552 — de 12 de janeiro de 1956.***H****HÓRTO FLORESTAL***Cria um Hórtio Florestal em Ilhéus, no Estado da Bahia.**Decreto n. 38.702 — de 28 de janeiro de 1956.*— *Cria um Hórtio Florestal em Jequié, no Estado da Bahia.**Decreto n. 38.703 — de 28 de janeiro de 1956.***HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO***Transforma em Quadro e Tabela da Maternidade e Policlínica "Alexander Fleming" e Ambulatórios Periféricos do Hospital dos Servidores do Estado do IPASE, o Quadro e Tabelas especiais a que se refere o artigo 32 do Decreto n. 37.614-55, e dá outras providências.**Decreto n. 38.521 — de 5 de janeiro de 1956.*

HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO

— *Modifica a denominação de cargos do Hospital dos Servidores do Estado.*

Decreto n. 38.596 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Retifica o Decreto n. 38.952, de 24 de fevereiro de 1955, que aprovou o Quadro do Pessoal do Hospital dos Servidores do Estado e dá outras providências.*

Decreto n. 38.677 — de 28 de janeiro de 1956.

I

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro José Vieira Marques da Costa a lavrar ilmenita no município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n. 38.689 — de 28 de janeiro de 1956.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS "MARIA LUIZA" LIMITADA

Concede à Indústria e Comércio de Minérios "Maria Luiza" Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 39.939 — de 26 março de 1956.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras e imposto de consumo para importação da Alemanha de um automóvel e uma camioneta, marca Opel Captain, e de 400 toneladas de ferro, destinados à Escola, Lactário e Ambulatório da Matriz de São Cosme e São Damião, no Distrito Federal.

Lei n. 2.748 — de 13 de março de 1956.

IMPOSTO DE CONSUMO

Dá novo regulamento às isenções concedidas pela Lei n.º 494, de 20 de novembro de 1943, alterada pela de n. 2.653, de 24 de novembro de 1955.

Decreto n. 38.492 — de 31 de dezembro de 1955.

IMPrensa

Modifica o art. 62 da Lei n. 2.083, de 12 de novembro de 1953, que regula a Liberdade de Imprensa.

Lei n. 2.728 — de 16 de fevereiro de 1956.

INSTITUTO AGRONÔMICO DO OESTE

Fixa, em Sete Lagoas, no Estado de Minas Gerais, a sede do Instituto Agrônomo do Oeste.

Decreto n. 38.928 — de 23 de março de 1956.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Dá nova orientação técnico-pedagógica ao Instituto Benjamin Constant.

Decreto n. 38.724 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Revoga o Decreto n. 38.724, de 30 de janeiro de 1956.*

Decreto n. 38.913 — de 21 de março de 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 2.745 — de 12 de março de 1956.

— *Dispõe sobre a execução do artigo 18 da Lei n. 2.745, de 12 de março de 1956.*

Decreto n. 38.930 — de 24 de março de 1956.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Altera o Decreto n. 37.614, de 15 de julho de 1955.

Decreto n. 38.678 — de 28 de julho de 1955.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Aprova o Orçamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e dá outras providências.

Decreto n. 38.531 — de 9 de janeiro de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DE SURDOS-MUDOS

Aprova o Regimento do Instituto Nacional de Surdos-Mudos.

Decreto n. 38.738 — de 30 de janeiro de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Altera a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate.

Decreto n. 38.612 — de 19 de janeiro de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Altera o quadro do pessoal do Instituto Nacional do Pinho e dá outras providências.

Decreto n. 38.675 — de 27 de janeiro de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO SAL

Cria cargo no Quadro Permanente do Instituto Nacional do Sal.

Decreto n. 38.545 — de 12 de janeiro de 1956.

— *Cria cargo no Quadro Permanente do Instituto do Sal.*

Decreto n. 38.732 — de 30 de janeiro de 1956.

INSTITUTO OSVALDO CRUZ

Revoga o Decreto n.º 37.955, de 21 de setembro de 1955.

Decreto n. 38.519 — de 5 de janeiro de 1956.

— *Dispõe sobre a criação e funcionamento de um Conselho Técnico no Instituto Osvaldo Cruz.*

Decreto n. 38.658 — de 26 de janeiro de 1956.

INSTITUTO RIO BRANCO

Aprova o Regulamento do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Decreto n. 38.735 — de 30 de janeiro de 1956.

INSTITUTOS DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES

Altera os quadros de pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências.

Decreto n. 38.530 — de 9 de janeiro de 1956.

— *Dispõe sobre o pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, fixa os respectivos Quadros e Tabelas, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.639 — de 24 de janeiro de 1956.

— *Cria cargo de Procurador no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 38.711 — de 28 de janeiro de 1956.

INSTITUTOS DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.506,90, para pagamento de contribuições de empregados e empregadores, devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 38.760 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Retifica relação nominal aprovada pelo Decreto n. 19.760, de 9 de outubro de 1945.*

Decreto n. 38.845 — de 13 de março de 1956.

INTERAMERICANA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede a Interamericana Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 38.642 — de 24 de janeiro de 1956.

ISENÇÕES

Modifica o art. 2.º da Lei n. 1.815, de 18 de fevereiro de 1953.

Lei n. 2.727 — de 16 de fevereiro de 1956.

ISENÇÕES

— Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras e impôsto de consumo para importação da Alemanha de um automóvel e uma camioneta, marca Opel Captain, e 400 toneladas de ferro, destinados à Escola Lactário e Ambulatório da Matriz de São Cosme e São Damião, no Distrito Federal.

Lei n. 2.748 — de 13 de março de 1956.

J

JUSTIÇA DO TRABALHO

— Ver:

Poder Judiciário.

L

LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL

Acrescenta mais um parágrafo ao art. 45 da Lei n. 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).

Lei n. 2.730 — de 17 de fevereiro de 1956.

— Modifica o art. 18 da Lei n. 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).

Lei n. 2.746 — de 13 de março de 1956.

LEUCITA

Autoriza os cidadãos brasileiros Ernesto Rabelo de Andrade, Alvaro Rabelo de Andrade e Raul Rabelo de Andrade a pesquisar leucita, zircônio e associados no município de Andradás, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.579 — de 16 de janeiro de 1956.

LEUCOFILITO

Autoriza os cidadãos brasileiros Juvenal Felicíssimo e Jesuino Felicíssimo Júnior a lavar leucofilito, quartzo e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.800 — de 29 de fevereiro de 1956.

LIBERDADE DE IMPRENSA

Modifica o art. 52 da Lei n. 2.083, de 12 de novembro de 1953, que regula a Liberdade de Imprensa.

Lei n. 2.728 — de 16 de fevereiro de 1956.

LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

LOTÉRIAS

Ratifica o Decreto do Governo do Estado do Pará, referente à exploração do serviço de loteria.

Decreto n. 38.766 — de 21 de fevereiro de 1956.

— Ratifica o Decreto do Estado do Rio Grande do Sul, referente à exploração do serviço de loteria.

Decreto n. 38.593 — de 16 de janeiro de 1956.

M

"MALA MILITAR"

Desapropria a patente de invenção n.º 34.102, de 2 de outubro de 1946, de propriedade de Octávio Francisco Pinheiro.

Decreto n. 38.850 — de 13 de março de 1956.

MANGANÊS

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a lavar minérios de ferro, manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.450 — de 28 de dezembro de 1955.

MANGANÊS

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Cromo Ltda. a lavrar minério de manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.788 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Autoriza a Empresa Brasileira de Cromo Ltda. a lavrar minério de manganês e associados, no município de Saúde, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.793 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 32.731, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 38.796 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Solon Silveira Bueno a pesquisar minério de manganês e associados no município de Jacuraci, Estado da Bahia.*

Decreto n. 38.890 — de 13 de março de 1956.

— *Declara sem efeito o Decreto n.º 35.565, de 21 de julho de 1954.*

Decreto n. 38.917 — de 21 de março de 1956.

MARINHA

Acrescenta a alínea "v" ao art. 5.º e parágrafo único do art. 100, e modifica os §§ 2.º e 4.º do art. 92 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lei n. 2.734 — de 18 de fevereiro de 1956.

— *Dispõe sobre o ajustamento do Oficial que se revelar incompatível com o exercício de suas funções, quer em situação normal, quer por ocasião de provas de instrução, de manobras ou operações de guerra, e dá outras providências.*

Lei n. 2.738 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Aprova a Tabela de Fixação dos Valores dos Complementos à Ração Comum para a Marinha, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.516 — de 5 de janeiro de 1956.

MARINHA

— *Dispõe sobre o exercício do Comando da Guarnição do Quartel Central do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n. 38.746 — de 7 de fevereiro de 1956.

— *Aprova as Tabelas de Fixação dos Valores da Etapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para 1956, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.515 — de 5 de janeiro de 1956.

— *Ver:*

Armada e Ministério da Marinha.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Alfredo Soncini a pesquisar mármore e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.888 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a Sociedade para Indústria Extrativa de Mármore Siema Ltda. a pesquisar mármore no município de Itabirito, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.700 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simor Wallach a pesquisar mármore no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.886 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Simor Wallach a pesquisar mármore no município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 38.891 — de 13 de março de 1956.

MATÉRIAS PRIMAS

Regulamenta o art. 5.º do Decreto lei n.º 134, de 15 de março de 1938.

Decreto n. 38.860 — de 13 de março de 1956.

METEOROLOGIA

Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo da Líbia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto n. 38.833 — de 6 de março de 1956.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Simões Corrêa a pesquisar mica, caulim e associados no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.622 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Cândido Moreira a pesquisar mica e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.686 — de 28 de janeiro de 1956.

— Renova o Decreto n. 34.100, de 7 de outubro de 1953.

Decreto n. 38.705 — de 28 de janeiro de 1956.

— Renova o Decreto n. 34.733, de 2 de dezembro de 1953.

Decreto n. 38.866 — de 13 de março de 1956.

— Renova o Decreto n. 33.968, de 30 de setembro de 1953.

Decreto n. 38.869 — de 13 de março de 1956.

— Renova o Decreto n. 33.798, de 9 de setembro de 1953.

Decreto n. 38.870 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza a Mineração Geral do Conselheiro Pena S. A. a lavar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.873 — de 13 de março de 1956.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro José Viena Alves a pesquisar mica e associados no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.882 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ulisses Gomes Ferreira a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.887 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Carlos Júnior a pesquisar mica e associados no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 33.888 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Hugo de Carvalho a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.924 — de 21 de março de 1956.

MILITARES

Dispõe sobre os vencimentos dos militares, e dá outras providências

Lei n. 2.710 — de 19 de janeiro de 1956.

— Altera o divisor de conversão aplicável para efeito de pagamento de vencimentos e vantagens a servidores em exercício no Exterior.

Decreto n. 38.933 — de 26 de março de 1956.

MINERAÇÃO MINAS GERAIS LIMITADA

Concede à Mineração Minas Gerais Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.493 — de 31 de dezembro de 1955.

MINERAÇÃO TEJUCANA LIMITADA

Concede à Mineração Tejucana Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.867 — de 13 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Determina ao Tribunal de Contas registrar contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e Renato Giovanni Ceccini.

Decreto legislativo n. 4, de 1956.

— *Altera as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria de Engenharia e do Quartel General da Terceira Zona Aérea, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.570 — de 14 de janeiro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 38.571 — de 14 de janeiro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 38.572 — de 14 de janeiro de 1956.

— *Cria Seção do Pessoal Civil no Serviço de Identificação do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 38.669 — de 26 de janeiro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 38.670 — de 26 de janeiro de 1956.

— *Define, na Aeronáutica, os cursos e exames do pessoal subalterno, para fins da Lei de Inatividade e das Leis Especiais.*

Decreto n. 38.671 — de 26 de janeiro de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Altera o Regulamento do Comando de Transporte Aéreo.*

Decreto n. 38.816 — de 5 de março de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 127 do Regulamento da ECEMAR, aprovado pelo Decreto n. 35.937, de 29-7-54.*

Decreto n. 38.818 — de 5 de março de 1956.

— *Revoga o Decreto n. 38.089, de 13 de outubro de 1955 e extingue o Curso de Pilotos Comerciais.*

Decreto n. 38.819 — de 5 de março de 1956.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Maringá, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.897 — de 15 de março de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 38.898 — de 15 de março de 1956.

— *Altera a dotação de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 38.899 — de 15 de março de 1956.

— *Altera a redação da alínea "c" do item III-1, do art. 1.º do Decreto n. 30.034, de 1-10-1951.*

Decreto n. 38.900 — de 15 de março de 1956.

— *Declara de utilidade pública para desapropriação, imóveis que menciona no Distrito Federal, necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.952 — de 27 de março de 1956.

— *Ver, também;*

Aeronáutica,

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Açucareira Pôrto Real S. A.

Decreto legislativo n. 5, de 1956.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Augusto Rocha Neto e sua mulher Antônia Martins de Sá Rocha.*

Decreto legislativo n. 6, de 1956.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto legislativo n. 9, de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 47.325,00 para pagamento de diferenças de gratificação a João Cândido Ferreira Filho, professor catedrático da cadeira de Agricultura e Genética Especializada da Escola Nacional de Agronomia, do Quadro Permanente do mesmo Ministério.*

Lei n. 2.716 — de 26 de janeiro de 1956.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.654 — de 25 de janeiro de 1956.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.672 — de 27 de janeiro de 1956.

— *Redistribui, por especializações, os cargos da carreira de Engenheiro, da lotação do Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.775 — de 25 de fevereiro de 1956.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.936 — de 26 de março de 1956.

— *Altera a lotação do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 38.937 — de 26 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 277.359,00, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

Lei n. 2.715 — de 24 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.720,00 para atender ao pagamento de auxílio funeral devido a Dulce Loureiro da Costa, filha de João da Costa Silva, ex-servidor daquele Ministério.*

Lei n. 2.722 — de 6 de fevereiro de 1956.

— *Altera, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 213.791,50, para atender às despesas com o pagamento de gratificação de magistério a diversos professores do mesmo Ministério.*

Decreto n. 38.541 — de 10 de janeiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 91.512,60, para atender às despesas com gratificação de magistério.*

Decreto n. 38.529 — de 6 de janeiro de 1956.

— *Aprova o Regimento do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura.*

Decreto n. 38.609 — de 19 de janeiro de 1956.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Estatística da Educação e Cultura.*

Decreto n. 38.661 — de 26 de janeiro de 1956.

— *Dispõe sobre a função gratificada de Subchefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura.*

Decreto n. 38.662 — de 26 de janeiro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Retifica a lotação do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 38.679 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 35.100,00, para pagamento a Arnaldo de Azevedo Estrela, como indenização por serviços prestados à administração pública.*

Decreto n. 38.682 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Abre, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 348.441,10, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.*

Decreto n. 38.704 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Aprova o Regimento do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 38.725 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Ensino Superior, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.755 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica de Salvador, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.756 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Colégio Pedro II - Externato, do Ministério da Educação e Cultura e dá outras providências.*

Decreto n. 38.757 — de 20 de fevereiro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.533,90, para pagamento de contribuições de empregados e empregadores, devidas pela Divisão de Obras do mesmo Ministério ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.*

Decreto n. 38.760 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para o fim que menciona.*

Decreto n. 38.761 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 331.460,00, destinado ao pagamento do pessoal da Faculdade de Direito de Alagoas.*

Decreto n. 38.762 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 27.427,50, para atender às despesas com pagamento de aluguel das Salas ocupadas pelo Serviço de Estatística da Educação e Cultura.*

Decreto n. 38.763 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8.030,00, para pagamento das contribuições devidas pelo Instituto Nacional do Cinema Educativo à Associação Internacional do Cinema Científico.*

Decreto n. 38.764 — de 20 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 814.400,00, para pagamento de honorários a professores do Colégio Pedro II - Externato.*

Decreto n. 38.768 — de 24 de fevereiro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.950,00, para atender ao pagamento de gratificação de função ao professor Dr. Aristides Rocha.

Decreto n. 38.769 — de 24 de fevereiro de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 570,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 38.811 — de 2 de março de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.803,00 para atender ao pagamento de bolsas de estudo concedidas aos alunos da Escola Técnica Nacional.

Decreto n. 38.812 — de 2 de março de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 367.718,10 para atender ao pagamento de gratificação de magistério.

Decreto n. 38.820 — de 5 de março de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 365.007,60 para atender às despesas com o pagamento de fornecimentos e serviços à Escola Técnica de Manaus.

Decreto n. 38.931 — de 26 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória ao registro do contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Rendas, em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo.

Decreto legislativo n. 8, de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 885.000,00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na IX Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Lei n. 2.742 — de 6 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Suprime cargo extinto (Tesoureiro-Auxiliar — (Q.S.))

Decreto n. 38.537 — de 10 de janeiro de 1956.

— Suprime cargos extintos (Q. I-PP e PS; Q. VI-PS; Q. VIII-PP; Q. IX-PS).

Decreto n. 38.558 — de 13 de janeiro de 1956.

— Altera a lotação do Ministério da Fazenda.

Decreto n. 38.603 — de 18 de janeiro de 1956.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 164.905.270,10, autorização pela Lei n. 2.645, de 16 de novembro de 1955.

Decreto n. 38.628 — de 23 de janeiro de 1956.

— Transfere a série funcional de Classificador de Pedras da Parte Permanente da Tabela Unica de Extra-numerário Mensalista do Ministério da Fazenda para a do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 38.657 — de 26 de janeiro de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 84.600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 38.660 — de 26 de janeiro de 1956.

— Aprova nova lotação de cargos ao Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Decreto n. 38.673 — de 27 de janeiro de 1956.

— Dispõe sobre as percentagens devidas aos ocupantes de cargos da carreira de Agente Fiscal do Imposto de Consumo e dá outras providências.

Decreto n. 38.736 — de 30 de janeiro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica o Decreto n. 36.291, de 5 de outubro de 1954.*

Decreto n. 38.909 — de 20 de março de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 7.520.000.000,00, autorizado pela Lei n. 2.745, de 12 de março de 1956.*

Decreto n. 38.961 — de 27 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80 para pagamento de horas extraordinárias de serviço a funcionários daquele Ministério, relativo aos exercícios de 1949, 1950 e 1951.

Lei n. 2.703 — de 4 de janeiro de 1956.

— *Altera o art. 3.º do Decreto-lei n. 6.519, de 23 de maio de 1944, e dá outras providências.*

Lei n. 2.741 — de 2 de março de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 295.089,20, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.534 — de 9 de janeiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.487.026,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.535 — de 9 de janeiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 621.550,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.536 — de 9 de janeiro de 1956.

— *Cria a função gratificada de Chefe do Arquivo Geral da Secretaria Geral do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.543 — de 11 de janeiro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.200.000,00, para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 38.641 — de 24 de janeiro de 1956.

— *Transfere uma função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Parque Central de Motomecanização para a da Fábrica do Realengo, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.656 — de 26 de janeiro de 1956.

— *Cria duas funções gratificadas, Símbolo F.G.-3, no Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.734 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Retifica o Decreto n. 34.607, de 16 de novembro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário - Mensalista (art. 6.º da Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952), da Fábrica de Juiz de Fora do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.743 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Altera, sem aumento de despesas, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro e do Departamento Técnico e de Produção do Exército do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.753 — de 18 de fevereiro de 1956.

— *Retifica o Decreto n. 34.607, de 16 de novembro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista (art. 6.º da Lei n. 1.765, de 18 de dezembro de 1952), da Fábrica de Juiz de Fora do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.754 — de 18 de fevereiro de 1956.

— *Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Campo de Instrução de Gericinó e do Hospital da Guarnição de Natal, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.765 — de 20 de fevereiro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Eatingue o Curso de Preparação do Colégio Militar do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.834 — de 6 de março de 1956.

— *Altera, sem aumento de despesa as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Estabelecimento Central de Material de Intendência e do Depósito Central de Armamento (Antigo Depósito Central de Material Bélico) do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 38.905 — de 15 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, crédito especial até a importância de Cr\$ 40.000.000,00, para início da construção de um prédio destinado ao Palácio da Justiça, no Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n. 2.711 — de 21 de janeiro de 1956.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.617 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 157.940,66 para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.721 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 38.807 — de 29 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 418.141.880,00, para atender a despesas decorrentes da Lei n. 2.710, de 19 de janeiro de 1956.*

Decreto n. 38.852 — de 13 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 92.273.720,00 para atender a despesas decorrentes da Lei n. 2.710, de 19-1-1956.*

Decreto n. 38.853 — de 13 de março de 1956.

— *Altera o Regimento do Departamento do Interior e da Justiça, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 38.873 — de 13 de março de 1956.

— *Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Justiça Negócios Interiores para idêntica Tabela do Ministério da Saúde.*

Decreto n. 38.874 — de 13 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha que menciona.

Decreto n. 38.514 — de 5 de janeiro de 1956.

— *Altera o Regulamento para a Diretoria de Hidrografia e Navegação.*

Decreto n. 38.667 — de 26 de janeiro de 1956.

— *Aprova a transformação em mensalista, de uma função de extranumerário contratado do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 38.722 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério da Marinha, na parte relativa as funções isoladas de Atendente e Série Funcional de Servente, e dá outras providências.*

Decreto n. 38.748 — de 15 de fevereiro de 1956.

— *Altera o Regulamento para a Caixa de Construções de Casas para o Pessoal do Ministério da Marinha.*

Decreto n. 38.892 — de 13 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— Ver, também:

Armada e Marinha.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para atender às despesas, de qualquer espécie, decorrentes da posse do Presidente da República.

Lei n. 2.739 — de 2 de março de 1956.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, autorizado pela Lei n. 2.485, de 13 de maio de 1955.*

Decreto n. 38.523 — de 5 de janeiro de 1956.

— *Cria os Consulados honorários do Brasil em Caripito, Puerto La Cruz e Las Piedras, na Venezuela.*

Decreto n. 38.589 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Biarritz, França.*

Decreto n. 38.727 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Wumington, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América.*

Decreto n. 38.728 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Cria o Consulado honorário do Brasil em Paramaribo, na Guiana Holandesa.*

Decreto n. 38.729 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Cria no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e à Agricultura (FAO) e dá outras providências.*

Decreto n. 38.730 — de 30 de janeiro de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Divisão de Obras do Departamento de Administração — e a firma Sistema S. A. — Comercial Importadora Rio de Janeiro.

Decreto legislativo n. 3, de 1956.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Saúde — Delegacia Federal da Criança da Terceira Região — e a Companhia Autos e Acessórios Vieira da Cunha.*

Decreto legislativo n. 7, de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para atender às despesas decorrentes da realização do VI Congresso Internacional do Câncer.*

Lei n. 2.723 — de 7 de fevereiro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 575.790,43, para pagamento dos aluguéis devidos ao Clube de Engenharia.*

Decreto n. 38.591 — de 16 de janeiro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para custear as despesas com o tratamento, nos Estados Unidos da América do Norte, de Nair Viana Café.*

Decreto n. 38.808 — de 29 de fevereiro de 1956.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00, para atender às despesas com o pagamento de sentença arbitral e honorários de advogado, proferida em lide para revisão de aluguel do imóvel ocupado pelo Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, na França.

Lei n. 2.704 — de 6 de janeiro de 1956.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 4.987.200,30, para atender a todas as despesas com o comparecimento do Brasil à 37.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho.*

Lei n. 2.718 — de 24 de janeiro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 38.540 — de 10 de janeiro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 38.739 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 38.847 — de 13 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 1.194.578.381,80, autorizado pela Lei n. 2.687, de 19 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.358 — de 20 de dezembro de 1955.

— *Suprime cargo extinto. — Tesoureiro-Auxiliar — Q. III - P.S.*

Decreto n. 38.676 — de 28 de janeiro de 1956.

— *Atribui ao Ministério da Viação e Obras Públicas a incumbência de promover o aproveitamento de energia hidráulica existente em um trecho do rio Ipiranga, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.895 — de 14 de março de 1956.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 38.910 — de 28 de março de 1956.

MUNICÍPIOS

Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 164.905.270,10, autorizado pela Lei n.º 2.645, de 16 de novembro de 1955.

Decreto n. 38.626 — de 23 de janeiro de 1956.

MUSEU

Aprova o Regulamento do Museu Histórico Diplomático do Itamaraty.

Decreto n. 38.893 — de 14 de março de 1956.

N

NAVEGAÇÃO FRIGORENNER LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Frigorenner Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.415 — de 26 de dezembro de 1955.

NAVEGAÇÃO "FLUVIMAR" LIMITADA

Concede à sociedade Navegação "Fluvimar", Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.713 — de 28 de janeiro de 1956.

NAVEGAÇÃO MARLOPES LIMITADA

Revoga os decretos que concederam à sociedade Navegação Marlopes Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.604 — de 18 de janeiro de 1956.

NAVEGAÇÃO PROGRESSO LIMITADA

Concede à sociedade "Navegação Progresso Limitada" autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação e cabotagem.

Decreto n. 38.771 — de 24 de fevereiro de 1956.

NIQUEL

Autoriza Cabrais S. A. - Mineração Industria, Comércio, Ensaiadores & Refinaçoes, a pesquisar minério de níquel e associados no município de Liberdade, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.701 — de 28 de janeiro de 1956.

O**OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

— Ver:

Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Torna pública a adesão da Suíça à Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Bruxelas, a 26 de junho de 1948.

Decreto n. 38.525 — de 6 de janeiro de 1955.

OCRE

Autoriza a Companhia de Mineração Novalimense a pesquisar ocre, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.618 — de 23 de janeiro de 1956.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Aprova o Acórdão Básico relativo à Assistência Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho.

Decreto legislativo n. 1, de 1956.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de ouro no município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n. 38.554 — de 12 de janeiro de 1956.

OURO

— Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar ouro no município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n. 38.621 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar ouro no município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n. 38.623 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar ouro no município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n. 38.624 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lourival Pinheiro Ferreira a pesquisar ouro no município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n. 38.625 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Guilherme Rodrigues Fernandes Chaves a pesquisar minério de ouro e diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.685 — de 28 de janeiro de 1956.

— Autoriza a Empresa Brasileira de Cromo Ltda. a pesquisar minério de ouro, diamantes e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 38.855 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza Mineração Icoibe Ltda. a pesquisar ouro e associados no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.880 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mário Alves de Sant'Ana a pesquisar ouro e associados nos municípios de Monte Santo e Serrinha, Estado da Bahia.

Decreto n. 38.940 — de 26 de março de 1956.

"OURO-VERDE" - COMPANHIA DE SEGUROS

Concede a "Ouro-Verde" - Companhia de Seguros, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 38.665 — de 26 de janeiro de 1956.

P

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Hannon da Cunha Peixoto a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Jacinto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.824 — de 5 de março de 1956.

— Renova o Decreto n. 33.798, de 9 de setembro de 1953.

Decreto n. 38.870 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Colares a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.943 — de 26 de março de 1956.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Osvaldo Rodrigues Ribeiro a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.453 — de 28 de dezembro de 1955.

— Autoriza Rudolfo Bayer a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.454 — de 28 de dezembro de 1955.

— Autoriza Nitrogênio S. A. Indústria Brasileira de Produtos Químicos e Fertilizantes a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.538 — de 10 de janeiro de 1956.

— Autoriza Alcy Walter Maciel Barretto a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.592 — de 16 de janeiro de 1956.

PEDRAS PRECIOSAS

— Autoriza Orison Marden Amaral a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.750 — de 16 de fevereiro de 1956.

— Renova o Decreto n. 34.733, de 2 de dezembro de 1953.

Decreto n. 38.866 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza Bracepa S. A. Industrial Exportadora e Importadora a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.872 — de 13 de março de 1956.

PENSÕES

Concede a pensão especial de Cr\$ 2.000,00 mensais a Gabriela Portela Fagundes, progenitora do Capitão Mário Portela Fagundes.

Lei n. 2.707 — de 10 de janeiro de 1956.

— Aumenta para Cr\$ 4.000,00 mensais a pensão especial concedida a Eneida Barros de Sá e Lucia Maria Barros de Sá, viúva e filha de Lúcio Borges de Sá, concedida pela Lei número 2.636, de 22 de outubro de 1953.

Lei n. 2.729 — de 17 de fevereiro de 1956.

— Concede a pensão especial de Cr\$ 1.900,00 mensais a Olga Ferreira Girardi, viúva do ex-extranumerário diarista da Fábrica de Juiz de Fora, José Geraldo Girardi.

Lei n. 2.733 — de 18 de fevereiro de 1956.

— Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Aracy Constant Botelho de Magalhães, filha do General Benjamin Constant Botelho de Magalhães.

Lei n. 2.736 — de 18 de fevereiro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 4.833,50 para atender ao pagamento de diferença de gratificação adicional ao Diretor de Secretaria PJ-5, Sebastião Teixeira de Carvalho do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região.

Lei n. 2.716 — de 24 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — crédito especial para pagamento de gratificação adicional, diferença de vencimentos e diferença de gratificação adicional de membro do Tribunal Superior do Trabalho e funcionário de sua Secretaria.*

Lei n. 2.719 — de 23 de janeiro de 1956.

— *Altera o quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Lei n. 2.744 — de 6 de março de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Tribunal de Recursos — o crédito especial de Cr\$ 126.187,80, para pagamento da gratificação adicional por tempo de serviço aos funcionários interinos da sua Secretaria.*

Decreto n. 38.707 — de 28 de janeiro de 1956.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Cria cargos de Capelães Militares no Corpo de Bombeiros e na Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

Lei n. 2.732 — de 17 de fevereiro de 1956.

— *Cria o "Espadim de Tiradentes", para uso dos alunos da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.*

Decreto n. 38.908, de 20 de março de 1956.

PREFEITURAS

Autoriza o Poder Executivo a transferir, sem ônus, para a Prefeitura de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais, o serviço de abastecimento de água que a Rede Mineira de Viação possui naquela localidade.

Lei n. 2.708 — de 11 de janeiro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Camaguiã, a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 37.092 — de 24 de março de 1956.

— *Declara caduca a concessão para os serviços de energia elétrica no município de Orizona, Estado de Goiás, de que é titular Maurity Silva e autoriza a Prefeitura Municipal de Orizona a executar os mesmos serviços.*

Decreto n. 38.501 — de 31 de dezembro de 1955.

PRÊMIO "MARCÍLIO DIAS"

Aprova o Regulamento para a Concessão do Prêmio "Marcílio Dias".

Decreto n. 38.465 — de 29 de dezembro de 1955.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação ao art. 10 do Decreto n. 23.822, de 10 de outubro de 1947, que aprova o Regimento dos órgãos da Presidência da República.

Decreto n. 38.745 — de 1 de fevereiro de 1956.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prorroga o prazo estabelecido para revisão dos Decretos ns. 37.271, de 28 de abril de 1955, e 37.881, de 13 de setembro de 1955.

Decreto n. 38.805 — de 29 de fevereiro de 1956.

PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS

Regulamenta o art. 5.º do Decreto lei n. 134, de 15 de março de 1938.

Decreto n. 38.860 — de 13 de março de 1956.

Q

QUADRO DO PESSOAL

— Ver:

O nome do órgão a que se refere.

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Alziano Tavares de Pinho a pesquisar quartzito no município de Corrego Danta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.583 — de 16 de janeiro de 1956.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Juvenil Felcissimo e Jesuino Felicissimo Junior a lavar leucofilito, quartzito e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.803 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Israel Maier Rawet a pesquisar caulim, quartzo, quartzito, argila e associados no município de Santo André, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.921 — de 21 de março de 1956.

— Autoriza a cidadã brasileira Christina Pirillo a pesquisar quartzo, quartzito, caulim, calcário e associados, no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.922 — de 21 de março de 1956.

QUARTZO

Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.497 — de 31 de dezembro de 1955.

— Autoriza a Sociedade Mineradora Capelinha Ltda. a pesquisar quartzo e associados no município de Capelinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.548 — de 12 de janeiro de 1956.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Abram Holcman a pesquisar quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.551 — de 12 de janeiro de 1956.

— Autoriza a cidadã brasileira Francisca Ferreira de Avelar a pesquisar quartzo e associados no município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.582 — de 16 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Aristides de Sousa Peixoto a pesquisar quartzo e associados no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.629 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza os cidadãos brasileiros José Honorato Ramos e Antônio Mendes da Fonseca a pesquisar quartzo e associados no município de Pequi, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.637 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.789 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.790 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.799 — de 29 de fevereiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Hannon da Cunha Peixoto a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Jacinto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.824 — de 5 de março de 1956.

QUARTZO

— Autoriza S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.827 — de 5 de março de 1956.

— Renova o Decreto n. 33.968, de 30 de setembro de 1953.

Decreto n. 38.869 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza a S. A. de Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar" a lavar quartzo no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.877 — de 13 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Israel Maier Rawet a pesquisar caulim, quartzo, quartzito, argila e associados no município de Santo André, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.921 — de 21 de março de 1956.

— Autoriza a cidadã brasileira Christina Pirillo a pesquisar quartzo quartzito, caulim, calcário e associados no município de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.922 — de 21 de março de 1956.

— Autoriza Porcelana Schmidt S. A. a pesquisar quartzo, feldspato e caulim no município de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 38.929 — de 23 de março de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Colares a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.943 — de 26 de março de 1956.

R**RÁDIO ASSUNÇÃO CEARENSE LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Assunção Cearense Ltda., para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.719 — de 30 de janeiro de 1956.

RÁDIO CLUBE DE LAJES S. A.

Outorga concessão à Rádio Clube de Lajes S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.646 — de 24 de janeiro de 1956.

RÁDIO CULTURA DA BAHIA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura da Bahia Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.568 — de 13 de janeiro de 1956.

RÁDIO CULTURA DE ARAÇATUBA LIMITADA

Altera a cláusula III, das que baixaram com o Decreto n. 38.086, de 12 de outubro de 1955.

Decreto n. 38.567 — de 13 de janeiro de 1956.

— Outorga concessão à Rádio Cultura de Araçatuba Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais em Araçatuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.590 — de 16 de janeiro de 1956.

RÁDIO DIFUSORA DE AMPARO LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora de Amparo Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto n. 38.084 — de 12 de outubro de 1955.

RÁDIO EL DORADO S. A.

Outorga concessão à Rádio Eldorado S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias na cidade de São Paulo, Estado do mesmo nome.

Decreto n. 38.611 — de 19 de janeiro de 1956.

RÁDIO IRACEMA DE FORTALEZA SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Iracema de Fortaleza S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto n. 38.071 — de 12 de outubro de 1955.

**RÁDIO IRACEMA DE FORTALEZA
SOCIEDADE ANÔNIMA**

— *Outorga concessão à Rádio Iracema de Fortaleza, S. A., para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 38.072 — de 12 de outubro de 1955.

**RÁDIO PRESIDENTE WENCESLAU
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Presidente Wenceslau Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.561 — de 13 de janeiro de 1956.

RÁDIO RIO MAR LTDA.

Outorga concessão à Rádio Rio Mar Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 38.713 — de 30 de janeiro de 1956.

**RÁDIO SOCIEDADE DA BAHIA
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Outorga concessão à Rádio Sociedade da Bahia S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 38.065 — de 12 de outubro de 1955.

**RÁDIO SOCIEDADE FARROUPILHA
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Sociedade Farroupilha Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 38.640 — de 24 de janeiro de 1956.

**RÁDIO SOCIEDADE GUAIRACA
LIMITADA**

Outorga concessão à Rádio Sociedade Guairacá Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 38.562 — de 13 de janeiro de 1956.

**RÁDIO SOCIEDADE PASSOS
LIMITADA**

Altera a cláusula III das que baixaram com o Decreto n. 38.077, de 12 de outubro de 1955.

Decreto n. 38.565 — de 13 de janeiro de 1956.

RÁDIO TAMOIO

Outorga concessão à Rádio Tamoio S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.067 — de 12 de outubro de 1955.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Transfere função da Tabela Numérica de Mensalistas - Rêde de Viação Cearense do Ministério da Viação e Obras Públicas para a Tabela Única de Extranumerários Mensalistas do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 38.714 — de 30 de janeiro de 1956.

**RÊDE FERROVIÁRIA DO
NORDESTE**

Aprova novo projeto e orçamento para a construção de um posto telegráfico em Fernandinho, no km. 2 da linha Oeste-Sul, da Rêde Ferroviária do Nordeste.

Decreto n. 38.915 — de 21 de março de 1956.

RÊDE FERROVIÁRIA NACIONAL

— Ver:

Estradas de Ferro.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Autoriza Poder Executivo a transcorrer, sem ônus, para a Prefeitura de Ribeirão Vermelho, Estado de Minas Gerais, o serviço de abastecimento de água que a Rêde Mineira de Viação possui naquela localidade.

Lei n. 2.708 — de 11 de janeiro de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rêde Mineira de Viação, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, necessárias à construção da nova estação, de Marilândia e da nova linha ligando Divinópolis a Itapeverica, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.652 — de 25 de janeiro de 1956.

RÉDE MINEIRA DE VIAÇÃO

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, áreas de terrenos e benfeitorias, situadas no Município de Lavras, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.653 — de 25 de janeiro de 1956.

RÉDE NACIONAL DE ARMAZÉNS E SILOS

Altera o Decreto de n. 37.574, de 22 de junho de 1955, que criou a Comissão Executiva da Rede Nacional de Armazéns e Silos.

Decreto n. 38.557 — de 12 de janeiro de 1956.

RIO DE JANEIRO COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Rio de Janeiro Companhia Nacional de Seguros Gerais.

Decreto n. 38.522 — de 5 de janeiro de 1956.

ROYAL EXCHANGE ASSURANCE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Royal Exchange Assurance.

Decreto n. 38.322 — de 19 de dezembro de 1955.

RUTILITO

Autoriza Comércio e Mineração Vale do Assu Lda. a pesquisar rutilito e associados no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto n. 38.634 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza Comércio e Mineração Vale do Assu Ltda. a pesquisar rutilito e associados no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto n. 38.638 — de 23 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Pires de Saboia a pesquisar rutilito e associados no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto n. 38.885 — de 13 de março de 1956.

S**S. A. RÁDIO JORNAL DO BRASIL**

Prorroga, por dez anos, a concessão dada a S. A. Rádio Jornal do Brasil, para estabelecer uma estação radiofusão nesta Capital.

Decreto n. 38.720 — de 30 de janeiro de 1956.

SANTO AMARO INDÚSTRIA DE MOSAICOS S. A.

Concede a Santo Amaro Indústria de Mosaicos S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.546 — de 12 de janeiro de 1956.

SATÉLITE - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à Satellite - Companhia de Seguros Gerais, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 38.666 — de 26 de janeiro de 1956.

SHEELITA

Altera a redação do Decreto número 33.533, de 19 de maio de 1954.

Decreto n. 38.498 — de 31 de dezembro de 1955.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Leonidas a pesquisar scheelita e associados no município de Curratins Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.547 — de 12 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Joel Assunção a pesquisar scheelita e associados no município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.553 — de 12 de janeiro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Servulo Pereira a pesquisar scheelita no município de São Tomé, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 38.587 — de 16 de janeiro de 1956.

SCHELITTA

— Declara sem efeito o Decreto número 35.269, de 25 de março de 1954.

Decreto n. 38.918 — de 21 de março de 1956.

SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prorroga o prazo estabelecido para revisão dos Decretos ns. 37.271, de 28 de abril de 1955, e 37.881, de 13 de setembro de 1955.

Decreto n. 38.835 — de 29 de fevereiro de 1956.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Estende aos empregados do Serviço de Navegação do Território Federal do Amapá os benefícios do Decreto n. 33.515, de 11 de agosto de 1953.

Decreto n. 38.960 — de 27 de março de 1956.

SERVIÇO DE TAXIS

Altera dispositivo do Decreto número 31.181, de 25 de julho de 1952.

Decreto n. 38.740 — de 30 de janeiro de 1956.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação de terreno que menciona, situado no Município de Jaraguá, no Estado de Goiás.

Decreto n. 38.821 — de 5 de março de 1956.

— Recepção de doação.

— Ver:

Doações.

SERVIÇOS MARÍTIMOS CAMUYRANO S. A.

Concede a Serviços Marítimos Camuyrano S. A. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.605 — de 18 de janeiro de 1956.

SHELL BRAZIL LIMITED

Concede à sociedade anônima Shell Brazil Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 38.644 — de 24 de janeiro de 1956.

"SILFRAN - COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO LTDA."

Concede à Sociedade "Silfran" — Comércio e Navegação Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.846 — de 13 de março de 1956.

SOBERANA ORDEM DOS CAVALEIROS DOS SÃO PAULO APÓSTOLO

Declara de utilidade pública a Soberana Ordem dos Cavaleiros de São Paulo Apóstolo, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 38.584 — de 16 de janeiro de 1956.

SOCIEDADE ANÔNIMA RÁDIO TUPI

Altera a cláusula III, das que baixaram com o Decreto n. 38.088, de 12 de outubro de 1955.

Decreto n. 38.566 — de 13 de janeiro de 1956.

SOCIEDADE COMERCIAL DE TELECOMUNICAÇÕES DO SUL LIMITADA (TELE-SUL LTDA.)

Outorga concessão à Sociedade Comercial de Telecomunicações do Sul Limitada (Tele-Sul Ltda.) para executar serviço radiotelefônico público interior, entre várias localidades do Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 38.674 — de 27 de janeiro de 1956.

SOCIEDADE DE PROTEÇÃO À CRIANÇA EXCEPCIONAL

Declara de utilidade pública a Sociedade de Proteção à Criança Excepcional, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.715 — de 30 de janeiro de 1956.

SOCIEDADE MINERAÇÃO FIRMO MOTA LTDA.

*Concede à Sociedade Mineração Fir-
mo Mota Ltda. autorização para fun-
cionar como empresa de mineração.*

Decreto n. 38.494 — de 31 de de-
zembro de 1956.

SOCIEDADE RADIO GUARUJÁ LIMITADA

*Outorga concessão à Sociedade Rá-
dio Guarujá Limitada para estabele-
cer uma estação radiodifusora de on-
das curtas.*

Decreto n. 38.569 — de 14 de ja-
neiro de 1956.

"STANDARDS BRANDS OF BRAZIL INC."

*Concede permissão para que fun-
cionem aos domingos e nos feriados
cívicos e religiosos, as seções da "Stan-
dard Brands of Brazil, Inc."*

Decreto n. 37.942 — de 20 de se-
ntembro de 1955.

— *Concede permissão à Fábrica de
Fermmentos Biológicos de "Standard
Brands of Brazil, Inc.", com sede em
Jundiaí, no Estado de São Paulo para
funcionar nos domingos e feriados.*

Decreto n. 38.606 — de 18 de ja-
neiro de 1956.

SUD AMÉRICA TERRESTRE Y MA- RITIMA S. A., COMPANHIA DE SEGUROS GENERALES

*Concede autorização à Sud Ameri-
ca Terrestre y Marítima S. A., Com-
panhia de Seguros Generales, para
funcionar na República, operando
em seguros e resseguros dos ramos
elementares.*

Decreto n. 38.643 — de 24 de janei-
ro de 1956.

SUPRESSÃO DE CARGOS

— Ver:

*O nome do Ministério ou entidade
a cuja lotação pertenciam.*

TARIFAS ADUANEIRAS

*Torna público haver a Lúbia aderi-
do à Convenção relativa ao estabele-
cimento de uma União internacional
para a publicação das Tarifas Adu-
aneiras, ao Regulamento de Execução
e à Ata de Assinatura, firmada em
Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao
Protocolo modificativo, assinado em
Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 38.832 — de 6 de março
de 1956.

TAXIS

— Ver:

Serviço de Táxis.

TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA

*Institui o Teatro Nacional de Co-
média.*

Decreto n. 38.912 — de 21 de mar-
ço de 1955.

TELEFONES

*Concede autorização à Empresa Te-
lefônica da Paraíba Ltda. para esten-
der suas linhas telefônicas do Estado
da Paraíba ao Estado de Pernam-
buco.*

Decreto de 21 de março de 1956.

THE BANK OF TOKYO LTD

*Autoriza o estabelecimento de agên-
cia do "The Bank of Tokyo Ltd." na
qualidade de sucessor de The Yokoha-
ma Specie Bank, Ltd.*

Decreto n. 38.627 — de 23 de ja-
neiro de 1956.

THE YORKSHIRE INSURANCE COMPANY LIMITED

*Concede a The Yorkshire Insurance
Company Limited autorização para
aumentar o seu capital de responsa-
bilidade.*

Decreto n. 38.844 — de 13 de mar-
ço de 1956.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

*Autoriza o Governo do Território
Federal do Amapá a organizar a Com-
panhia de Eletricidade do Amapá.*

Lei n. 2.740 — de 2 de março de
1956.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

— Altera o art. 3.º do Decreto-lei n. 6.513, de 23 de maio de 1944, e dá outras providências.

Lei n. 2.741 — de 2 de março de 1956.

— Dispõe sobre os padrões de vencimentos e as referências de salários dos servidores civis da União e dos Territórios, e dá outras providências.

Lei n. 2.745 — de 12 de março de 1956.

TERRITÓRIO FEDERAL DE RONDÔNIA

Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

Lei n. 2.731 — de 17 de fevereiro de 1956.

TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ

Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

Lei n. 2.731 — de 17 de fevereiro de 1956.

TRAFEGO RODOVIÁRIO

Descrimina as empresas, ou firmas individuais, que exploram o tráfego rodoviário, do transporte gratuito de malas dos correios.

Lei n. 2.747 — de 13 de março de 1956.

"TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES (T.A.P.) - S.A.R.L."

Concede à Transportes Aéreos Portugueses (T.A.P.) — S.A.R.L." autorização para funcionar da República.

Decreto n. 38.817 — de 5 de março de 1956.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

"1001" LTDA.

Concede à sociedade Transportes Marítimos "1001" Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.664 — de 26 de janeiro de 1956.

TURISMO

Dá nova regulamentação à Lei número 2.526, de 5 de julho de 1955.

Decreto n. 38.315 — de 16 de dezembro de 1955.

U

UNIÃO BENEFICENTE DE CARIÚS

Autoriza o Poder Executivo a doar a União Beneficente de Cariús prédio e respectivo terreno situados à Praça 15 de Novembro, em Carniús, no Estado do Ceará.

Lei n. 2.705 — de 6 de janeiro de 1956.

UNIFORMES

— Ver:

Exército.

UNIVERSIDADES

Aprova o Estatuto da Universidade de Minas Gerais.

Decreto n. 38.524 — de 5 de janeiro de 1956.

— Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Recife e dá outras providências.

Decreto n. 38.528 — de 6 de janeiro de 1956.

— Dispõe sobre a transformação em mensalistas de contratados da Universidade do Brasil.

Decreto n. 38.680 — de 28 de janeiro de 1956.

— Reconhece o curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 38.758 — de 20 de fevereiro de 1956.

USINA IPOJUCA S. A.

Outorga à Usina Ipojuca S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Maranhã, existente no rio Ipojuca, município de Ipojuca, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 38.405 — de 23 de dezembro de 1955.

V

VENCIMENTOS

— Ver:

*Funcionários Públicos e Militares*VIAÇÃO MARÍTIMA JAMAICA
LIMITADA*Concede à sociedade Viação Marítima Jamaica Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.*

Decreto n. 38.323 — de 19 de dezembro de 1955.

VISTO CONSULAR

Dá nova regulamentação à Lei número 2.526, de 5 de julho de 1955.

Decreto n. 38.315 — de 16 de dezembro de 1955.

Y

XISTO ARGILOSO

Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar os calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.495 — de 31 de dezembro de 1955.

XISTO ARGILOSO

— Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.496 — de 31 de dezembro de 1955.

— Autoriza Industrial, Comercial e Agrícola Rio Pilões Limitada a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.633 — de 23 de janeiro de 1956.

Z

ZIRCÔNIO

Autoriza os cidadãos brasileiros Ernesto Rabelo de Andrade, Alvaro Rabelo de Andrade e Raul Rabelo de Andrade a pesquisar leucita, zircônio e associados no município de Andaraes, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.579 — de 16 de janeiro de 1956.

ZONAS DE DEFESA

Aprova as Instruções para a Organização e Funcionamento dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa.

Decreto n. 38.598 — de 17 de janeiro de 1956.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1956 — VOLUME III

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE ABRIL A JUNHO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Págs.	Págs.
13 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Associação Comercial de Niterói. Publicado no D. O. de 4 de abril de 1956	3
14 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o Acórdão Básico para Concessão de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas. Publicado no D. O. de 11 de abril de 1956	3
15 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova a Convenção Constitutiva da União Latina, concluída no II Congresso Internacional daquela entidade, realizado em Madrid. Publicado no D. O. de 18 de abril de 1956	6
16 — Decreto Legislativo de 1956 — Concede anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgado por Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa. Publicado no D. O. de 20 de abril de 1956	13
17 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Eera Ltda. Publicado no D. O. de 28 de abril de 1956	13
18 — Decreto Legislativo de 1956 — Concede licença ao Vice-Presidente da República para ausentar-se do País. Publicado no D. O. de 27 de abril de 1956	13
19 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções Rizzo Limitada. Publicado no D. O. de 2 de maio de 1956	14
20 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o acórdão para desempenho de um programa de cooperação agrícola, firmado no Rio de Janeiro, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América. Publicado no D. O. de 9 de maio de 1956	14
21 — Decreto Legislativo de 1956 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda e o Engenheiro Civil Erastótenes Fraga Lima. Publicado no D. O. de 23 de maio de 1956	20
22 — Decreto Legislativo de 1956 — Concede anistia a	

	Págs.		Págs.
todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no país a partir de 10 do novembro de 1955 até 1 de março de 1956. Publicado no D. O. de 24 de maio de 1956	20	capção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma. Publicada no D. O. de 10 de abril de 1956	77
23 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada. Publicado no D. O. de 29 de maio de 1956	21	2.753 — Lei de 13 de abril de 1956 — Revoga o parágrafo único do art. 9.º da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951 (Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo). Publicada no D. O. de 20 de abril de 1956	78
24 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova as Convenções do Trabalho de n.ºs 11, 12, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 96, 99, 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho. Publicado no D. O. de 30 de maio de 1956. Reproduzido no D. O. de 1 de junho de 1956	21	2.754 — Lei de 16 de abril de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.600.000,00, destinado ao custeio de despesas com o comparecimento do Brasil à XV Olimpíada em Helsinki. Publicada no D. O. de 20 de abril de 1956	78
25 — Decreto Legislativo de 1956 — Aprova o Tratado de Amizade Comércio e Navegação entre o Brasil e o Líbano. Publicado no D. O. de 23 de junho de 1956	69	2.755 — Lei de 16 de abril de 1956 — Dispõe sobre a contribuição de segurados aos Institutos de Previdência. Publicada no D. O. de 20 de abril de 1956	78
2.749 — Lei de 2 de abril de 1956 — Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas. Publicada no D. O. de 5 de abril de 1956	72	2.756 — Lei de 17 de abril de 1956 — Concede isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social. Publicada no D. O. de 20 de abril de 1956	79
2.750 — Lei de 4 de abril de 1956 — Cria, no Exército, o Quadro Auxiliar de Administração (Q.A.A.). Publicada no D. O. de 4 de abril de 1956	72	2.757 — Lei de 23 de abril de 1956 — Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais. Publicada no D. O. de 26 de abril de 1956	79
2.751 — Lei de 4 de abril de 1956 — Considera de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não. Publicada no D. O. de 4 de abril de 1956	77	2.758 — Lei de 26 de abril de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para	
2.752 — Lei de 10 de abril de 1956 — Dispõe sobre a per-			

	Págs.		Págs.
atender ao pagamento de salários-família devidos a pessoal do mesmo Tribunal. Publicada no D. O. de 2 de maio de 1956	79	2.764 — Lei de 2 de maio de 1956 — Denomina "Delmiro Gouveia" a atual barragem construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso. Publicado no D.O. de 4 de maio de 1956	81
2.759 — Lei de 26 de abril de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a pagar à Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, o auxílio de Cr\$ 75.000,00 que se acha inscrito em "Restos a Pagar" no exercício de 1951. Publicada no D. O. de 2 de maio de 1956	80	2.765 — Lei de 2 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	82
2.760 — Lei de 26 de abril de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, sendo Cr\$ 20.000.000,00 para execução das obras de defesa da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, e Cr\$ 10.000.000,00 para as das praias de Tambaú e Formosa, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	80	2.766 — Lei de 2 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas com a realização do 2.º Congresso Eucarístico de Niterói. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	82
2.761 — Lei de 26 de abril de 1956 — Dá nova redação ao § 2.º do art. 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	80	2.767 — Lei de 2 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 561.700,00 para pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Penedo, no Estado de Alagoas. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	82
2.762 — Lei de 30 de abril de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgias para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	81	2.768 — Lei de 2 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário, que poderá ser utilizado até o limite de Cr\$ 70.000.000,00, para auxílio e indenização de prejuízos ocasionados por fatores naturais em municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	82
2.763 — Lei de 2 de maio de 1956 — Cria, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, e com jurisdição no município de São Bernardo do Campo. Publicada no D. O. de 4 de maio de 1956	81	2.769 — Lei de 2 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das	

Págs.		Págs.
	Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$... 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.980,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$... 1.230.478.216,60. Publicada no D. O. de 9 de maio de 1956. Retificada no D. O. de 10 de maio de 1956	83
2.770	— Lei de 4 de maio de 1956 — Suprime a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visem a liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 5 de maio de 1956	84
2.771	— Lei de 8 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Arróio do Meio e à Sociedade Divina Providência os bens situados na cidade de Arróio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, havidos por arrecadação da herança jácente de Agnes Lammel Zenkner. Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	84
2.772	— Lei de 8 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender a despesas decorrentes da execução da Lei n.º 1.944, de 14 de agosto de 1953. Publicada no D. O. de 17 de maio de 1956	85
2.773	— Lei de 8 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização da	
	IV Conferência Rural Brasileira, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	85
2.774	— Lei de 10 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para pagamento de auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo. Publicada no D. O. de 17 de maio de 1956	86
2.775	— Lei de 10 de maio de 1956 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e dá outras providências. Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	86
2.776	— Lei de 10 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 42.958,10, destinado ao pagamento de diferença de vencimentos aos servidores Renato Mascarenhas de Souza e Benedito Brandão Reis. Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	89
2.777	— Lei de 10 de maio de 1956 — Modifica o art. 41 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal). Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	89
2.778	— Lei de 14 de maio de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Auta Gomes Monteiro Machado, Maria Helena Gomes Machado e Célia Gomes Machado; viúva e filhas de José Monteiro Machado, ex-funcionário do Ministério da Agricultura. Publicada no D. O. de 19 de maio de 1956	89
2.779	— Lei de 14 de maio de 1956 — Autoriza a emissão de uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da morte de Dom João Batista Scalabrini, fundador das Ordens dos Padres Carlistas e das Irmãs Missionárias	

	Págs.		Págs.
rias de São Carlos. Publicada no D. O. de 19 de maio de 1956	90	do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados. Publicada no D. O. de 24 de maio de 1956	93
2.780 — Lei de 14 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos especiais respectivamente, de Cr\$ 1.129.015,50 e Cr\$ 4.556.832,00, para completar o pagamento de despesas decorrentes da aplicação da Lei n.º 2.488, de 16 de maio de 1955, nos exercícios de 1953 e 1954, e de vencimentos do pessoal civil e funções gratificadas no exercício de 1955. Publicada no D. O. de 19 de maio de 1956	90	2.786 — Lei de 21 de maio de 1956 — Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública. Publicada no D. O. de 24 de maio de 1956	94
2.781 — Lei de 14 de maio de 1956 — Cria cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região. Publicada no D. O. de 17 de maio de 1956	91	2.787 — Lei de 25 de maio de 1956 — Concede a inclusão da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Publicada no D. O. de 30 de maio de 1956	95
2.782 — Lei de 14 de maio de 1956 — Reestrutura o Quadro de Oficiais Veterinários do Exército e da outras providências. Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	91	2.788 — Lei de 25 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1956	95
2.783 — Lei de 14 de maio de 1956 — Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 67.790.410,00 para pagamento de despesas decorrentes da Resolução n.º 58, de 1956. Publicada no D. O. de 14 de maio de 1956	92	2.789 — Lei de 28 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de, respectivamente, Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos centenários da fundação de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Pinheiros, no Estado do Maranhão. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1956	96
2.784 — Lei de 16 de maio de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para atender ao pagamento de diferença de vencimentos de Ministros do Tribunal Federal de Recursos, em exercício naquele Tribunal, e a seus funcionários, nos exercícios de 1952 a 1955. Publicada no D. O. de 19 de maio de 1956	93	2.790 — Lei de 28 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 315.156,00 para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços, no exercício de 1951, ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1956	96
2.785 — Lei de 16 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 382.000,00 para atender às despesas com a representação			

	Págs.		Págs.
2.791 — Lei de 28 de maio de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 para atender no exercício de 1955, ao que dispõe o art. 3.º da Lei n.º 2.470, de 28 de abril de 1955. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1956	97	2.797 — Lei de 15 de junho de 1956 — Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis. Publicada no D. O. de 16 de junho de 1956	100
2.792 — Lei de 28 de maio de 1956 — Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00. Publicada no D. O. de 2 de junho de 1956	97	2.798 — Lei de 15 de junho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 32.890,00, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço ao Dr. Henoch da Silva Reis, Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, Estado do Amazonas, no exercício de 1954. Publicada no D. O. de 21 de junho de 1956	100
2.793 — Lei de 1 de junho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria. Publicada no D. O. de 8 de junho de 1956	97	2.799 — Lei de 15 de junho de 1956 — Revigora pelo prazo de mais dois exercícios, o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.069, de 9 de novembro de 1953, para ocorrer a despesas com a encomenda de dois painéis a serem doados pelo governo brasileiro à sede permanente da Organização das Nações Unidas. Publicada no D. O. de 22 de junho de 1956	100
2.794 — Lei de 1 de junho de 1956 — Modifica o art. 66 do Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941 (Código Nacional do Trânsito). Publicado no D. O. de 7 de junho de 1956	98	2.800 — Lei de 18 de junho de 1956 — Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 25 de junho de 1956	101
2.795 — Lei de 12 de junho de 1956 — Dispõe sobre a Fabricação e Comércio de Vinhos, seus derivados e bebidas em geral, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 14 de junho de 1956	98	2.801 — Lei de 18 de junho de 1956 — Extingue a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, cria uma Escola de Marinha Mercante no Ministério da Marinha, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 23 de junho de 1956	106
2.796 — Lei de 12 de junho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Iconha, no Estado do Espírito Santo, no amparo às vítimas do ciclone e da tromba d'água ocorridos naquelas cidades. Publicada no D. O. de 14 de junho de 1956	99	2.802 — Lei de 18 de junho de 1956 — Modifica o art. 565 do Decreto-lei n.º 9.502, de 23 de julho de 1940 (Consolidação das Leis do Trabalho). Publicada no D. O. de 22 de junho de 1956	107

Págs.		Págs.
2.803	— Lei de 21 de junho de 1956 — Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando de Noronha. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1956	107
2.804	— Lei de 25 de junho de 1956 — Dispõe sobre normas processuais para o reajuste de dívidas dos pecuaristas. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1956	108
2.805	— Lei de 1956 — Ainda não foi publicada no D.O.	109
2.806	— Lei de 1956 — Ainda não foi publicada no D. O.	109
2.807	— Lei de 28 de junho de 1956 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior. Publicada no D. O. de 28 de junho de 1956	109

ÍNDICE DO APENSO

Págs.		Págs.
2.657	— Lei de 1 de dezembro de 1955 — Partes vetadas do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.657, de 1 de dezembro de 1955, mantidas pelo Congresso Nacional. Publicada no D. O. de 5 de abril de 1956	113
2.721	— Lei de 30 de dezembro de 1956 — Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subvenciona a Faculdade de Ciências Econô-	
	micas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal; e dá outras providências. Publicada no D. O. de 15 de junho de 1956	113
EMENTARIO		
	Leis e decretos publicados nos Volumes I e II de 1956, desta coleção, classificados em ordem alfabética dos assuntos.	115

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no segundo trimestre de 1956, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 13, de 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Associação Comercial de Niterói

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado a 10 de novembro de 1953, entre o Ministério da Fazenda e a Associação Comercial de Niterói, para locação de salas do prédio n.º 286 e da loja n.º 290, do Edifício "Palácio do Comércio", situado à Avenida Amaral Peixoto, em Niterói, e destinadas à instalação dos serviços de Delegacia Regional do Imposto de Renda no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 27 de março de 1956.

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 14, DE 1956

Aprova o Acórdão Básico para Concessão de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas.

Art. 1.º E' aprovado o Acórdão Básico para Concessão de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organi-

zação das Nações Unidas, assinado em Nova York, a 11 de setembro de 1952.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 10 de abril de 1956. — *Apolônio Sales*, Vice-Presidente do Senado Federal no exercício da Presidência.

ACÓRDO BÁSICO PARA A CON-
CESSÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
CELEBRADO ENTRE A
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS E O GOVERNO DO
BRASIL.

Artigo I

Concessão de Assistência Técnica

A Organização das Nações Unidas (doravante denominada Organização) e o Governo dos Estados Unidos do Brasil (doravante denominado Governo), desejando tornar efetivas as resoluções e decisões relativas à Assistência Técnica da Organização, que se destina a promover o progresso social e econômico das nações, convem no seguinte:

1. A Organização concederá assistência técnica ao Governo nos assuntos que forem determinados e da maneira que for estipulada em acordos ou ajustes suplementares, baseados neste Acordo.

2. Essa assistência técnica será fornecida e recebida de acordo com as Observações e Princípios estabelecidos no Anexo I da Resolução 222 IX (A) do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, de 15 de agosto de 1949, e em conformidade com as resoluções e decisões dos órgãos da Organização.

3. Essa assistência técnica consistirá em:

a) colocar técnicos à disposição do País, Parte-Contratante, a fim de que prestem serviços consultivos e assistência às autoridades competentes;

b) organizar e realizar, de mútuo acordo, seminários e programas de treinamento, projetos de demonstração, grupos de trabalho de especialistas e atividades correlatas em locais determinados;

c) conceder bolsas de estudo e outras facilidades aos candidatos indicados pelo Governo e aprovados pela Organização, para estudarem e receberem treinamento fora do país;

d) preparar e realizar, de mútuo acordo, projetos experimentais em lugares determinados;

e) proporcionar qualquer outra forma de assistência técnica, aceita de mútuo acordo.

4. a) Os técnicos que forem servir como consultores e prestar assistência ao Governo serão selecionados pela Organização mediante prévia consulta. Esses técnicos serão responsáveis perante a Organização.

b) No desempenho das suas funções, os técnicos manterão estreito contato com o Governo, por intermédio de pessoas ou entidades por ele designadas, e cumprirão as instruções governamentais previstas em acordos ou ajustes suplementares.

c) como assessores, os técnicos instruirão o pessoal especializado indicado pelo Governo, nos seus métodos, técnicas e normas profissionais, e nos princípios em que se baseiam. O Governo, sempre que possível, colocará, à disposição dos técnicos, para esse fim, o pessoal especializado.

5. Qualquer equipamento ou material técnico fornecido pela Organização continuará a pertencer-lhe, salvo se o título de propriedade for transferido em condições aceitas de comum acordo.

6. A duração da assistência técnica será especificada em acordos ou ajustes suplementares.

Artigo II

Cooperação do Governo

1. O Governo fará o possível para tornar efetiva a assistência técnica que lhe for proporcionada.

2. O Governo e a Organização consultar-se-ão a respeito da conveniência da publicação de quaisquer conclusões ou relatórios de peritos que possam beneficiar outros países ou a própria Organização.

3. De qualquer maneira, o Governo fornecerá à Organização, na medida do possível, dados sobre as medidas e os resultados obtidos em consequência da assistência recebida.

Artigo III

Obrigações Administrativas e Financeiras da Organização

1. A Organização pagará, conforme seja especificado em acordos ou ajustes suplementares, o total ou parte das seguintes despesas, necessárias à assistência técnica, não efetuadas em território brasileiro:

- a) salário dos técnicos;
- b) despesas de transporte e subsistência até a sua entrada no país e a partir da sua saída;
- c) despesas com qualquer viagem fora do país;
- d) seguro dos técnicos;
- e) compra de qualquer equipamento ou material fornecido pela Organização, bem como o seu transporte até o país e para fora dele;
- f) quaisquer outras despesas fora do país aprovadas pela Organização.

2. As despesas que não correrem por conta do Governo na forma do Artigo IV, parágrafo I, serão pagas pela Organização, em moeda do país.

Artigo IV

Obrigações Administrativas e Financeiras do Governo

1. O Governo contribuirá para as despesas da assistência técnica que lhe for prestada, pagando ou diretamente fornecendo os seguintes serviços ou recursos:

- a) serviço local de pessoal técnico ou administrativo, inclusive funcionários de secretaria, tradutores-intérpretes e assistência aos mesmos;
- b) escritórios e dependências necessárias;
- c) equipamento e materiais produzidos no país;
- d) transporte interno de funcionários, de equipamento e de material de trabalho para fins oficiais;
- e) correios e telégrafos para fins oficiais;
- f) assistência médica ao pessoal técnico;

g) auxílio de subsistência aos técnicos, previsto em acordos ou ajustes suplementares.

2. O Governo pagará, conforme for especificado em acordos ou ajustes suplementares, a parte das despesas efetuadas fora do país que não estiverem a cargo da Organização.

3. Quando necessário, o Governo colocará à disposição dos técnicos, por mútuo entendimento, mão-de-obra, equipamento, materiais, serviços ou recursos de que necessitarem.

Artigo V

Regalias, Privilégios e Imunidades

1. O Governo aplicará à Organização, seus funcionários, peritos, bens, fundos e haveres as disposições da Convenção sobre privilégios e imunidades das Nações Unidas. Nos casos omissos e nas situações não previstas na Convenção, o Governo aplicará as disposições permitidas pela legislação nacional em vigor.

Artigo VI

1. Este Acôrdo entrará em vigor logo que o Governo Brasileiro notificar à Organização de que foi aprovado pelos Órgãos competentes do Poder Legislativo do Brasil.

2. Este Acôrdo ou outros suplementares poderão ser modificados por entendimentos entre a Organização e o Governo, devendo cada parte examinar, com atenção e boa vontade, qualquer pedido de modificação que lhe for feito.

3. Este Acôrdo deixará de vigorar por denúncia escrita da Organização ou do Governo, a qual produzirá efeitos 60 dias depois do seu recebimento.

Em testemunho do que, o presente Acôrdo foi assinado na cidade de Nova York, no dia 11 de setembro de 1952 e três exemplares, autênticos, em português e três exemplares, autênticos em inglês. Pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil — *João Carlos Muniz*.

Pela Organização das Nações Unidas — *Hugh Keenleyside*.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 15, de 1956

Aprova a Convenção Constitutiva da União Latina, concluída no II Congresso Internacional daquela entidade, realizado em Madrid.

Art. 1.º — É aprovada a Convenção Constitutiva da União Latina, concluída por ocasião do II Congresso Internacional daquela entidade, realizado em Madrid, de 10 a 15 de maio de 1954.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de Abril de 1956

APOLÔNIO SALES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

ATA FINAL DO II CONGRESSO DA UNIÃO LATINA REALIZADO EM MADRID DE 10 A 15 DE MAIO DE 1954

A convite do Governo espanhol reuniram-se na cidade de Madrid, no dia 10 de Maio de 1954, o Delegado Geral do I Congresso da União Latina, realizado no Rio de Janeiro, de 14 a 19 de Outubro de 1951, e as Delegações dos países enumerados a seguir, por ordem alfabética, a fim de celebrar, o II Congresso da União Latina.

ARGENTINA:

Ilmo. Sr. D. Rodolfo S. Morello González, Encarregado de Negócios da Argentina.

Dr. Florencio Méndez.

BOLÍVIA:

Chefe da Delegação: Exmo. Sr. Genaro Silves, Embaixador da Bolívia.

Delegado: Sr. Gonzalo de Gumucio Reyes.

BRASIL:

Delegados:

Exmo. Sr. Embaixador Carlos Martins Pereira de Souza.

Exmo. Sr. Helio de Burgos Cabal, Ministro Plenipotenciário, Deputado Federal, Presidente da Comissão Diplomática e Tratados da Câmara dos Deputados do Brasil.

Exma. Sra. D. Rosalina Coelho Lisboa de Sánchez de Larragoiti.

Consultores:

Srta. Lourdes de Vicenzi, Primeiro Secretário de Embaixada.

Sr. Lauro Müller, Segundo Secretário de Embaixada.

Sr. Francisco de Assis Grieco, Segundo Secretário de Embaixada.

Sr. Antônio Carlos de Abreu, Segundo Secretário de Embaixada.

COLOMBIA:

Exmo. Sr. Daniel Henao Henao, Ministro da Educação Nacional.

Sr. Carlos Rojas Pinilla, Ministro Encarregado de Negócios em Madrid.

Exmo. Sr. Arcebispo González Arbeláez.

Presbítero, Dr. Rafael Gómez Hoyos, Secretário Geral do Instituto de Cultura Hispânica de Bogotá.

Sr. D. Eduardo Caballero Calderón.

Sr. D. Mário Fernández Soto.

COSTA RICA:

Exmo. Sr. Francisco Urbina González, Embaixador da Costa Rica.

Exmo. Sr. Guilherme Borbón González, Adido Cultural a Legação da Costa Rica na França.

CUBA:

Exmo. Sr. Oscar Salas Letelier, Embaixador do Chile.

Sr. D. Mário Vergara Parada, Ministro Conselheiro do Chile.

REPÚBLICA DOMINICANA:

Exmo. Sr. Joaquim Balaguer, Secretário das Relações Exteriores.

Exmo. Sr. Emilio Garcia Godoy, Embaixador da República Dominicana em Madrid.

Sr. D. Juan Olózaga, Cônsul Geral em Madrid.

EQUADOR:

Exmo. Sr. Hugo Moncayo, Embaixador do Equador em Paris.

Dr. Jorge Ortiz, Cônsul do Equador em Barcelona.

Sr. D. João Suarez Chacón.

EL SALVADOR:

Exmo. Sr. Heitor Escobar Serrano, Embaixador do Salvador.

Sr. D. Rodolfo Barón Castro.

Sr. D. Ernesto Trigueros.

EL SALVADOR:

Exmo. Sr. D. Emilio de Navasqués, Embaixador e Sub-secretário de Assuntos Exteriores.

Exmo. Sr. Dr. Pedro Lain Entralgo, Reitor Magnífico da Universidade de Madrid.

Exmo. Sr. D. José Maria Lapuerta, Conselheiro Permanente de Estado.

Exmo. Sr. Dr. Segismundo Royo Villanova, Sub-secretário da Educação Nacional.

Exmo. Sr. Luis Garcia de Liera, Diretor Geral de Relações Culturais.

Exmo. Sr. Dr. António Iovar, Reitor Magnífico da Universidade de Salamanca.

Exmo. Sr. Pedro Cortina Mauri, Diretor de Organismos Internacionais do Ministério de Assuntos Exteriores.

Exmo. Sr. Alfredo Sánchez Bella, Diretor do Instituto de Cultura Hispânica.

Exmo. Sr. Dr. Xavier Conde, Diretor do Instituto de Estudos Políticos.

Imo. Sr. Dr. Manuel Torres López, Professor da Universidade de Madrid.

Imo. Sr. Dr. António de Luna, Professor da Universidade de Madrid.

Sr. D. Raimundo Pérez Hernández, Secretário de Embaixada.

FILIPINAS:

Exmo. Sr. D. Manuel C. Briones, Senador.

Exmo. Sr. Guilherme Guevara, Magistrado.

Sr. António Estrada, Conselheiro Cultural, Embaixada das Filipinas em Madrid.

Sr. D. Hilarión Corpus.

França:

Chefe da Delegação: ex-Ministro Sr. Pedro Schneider.

Delegados:

Exmo. Sr. Conde Roberto de Billy, Presidente da Casa América Latina.

Peritos:

Ex.º Sr. Pedro Bouffanais, Conselheiro de Embaixada, Secretário Geral.

Sr. Marcel Bizos, Inspetor Geral da Educação Nacional.

Sr. Roberto Valeur, Representante da Direção de Relações Culturais do Ministério de Negócios Estrangeiros.

Sr. Paulo Guinard, Diretor do Instituto Francês em Madrid, Adido Cultural da Embaixada de França em Madrid.

Sr. João Francês, Segundo Secretário de Embaixada.

Haiti:

Exm.º Sr. Coronel Demóstenes Calixte, Embaixador Extraordinário Plenipotenciário, Chefe da Delegação.

Exm.º Sr. Alfredo Nemours, Embaixador do Haiti na Santa Sé.

Honduras:

Em.º Sr. D. João Valladares Rodríguez, Embaixador de Honduras.

Itália:

Presidente da Delegação, Professor José Bettiol, Deputado do Parlamento, Professor de Direito na Universidade de Pádua, ex-Ministro de Instrução Pública, Membro da Comissão Parlamentar de Assuntos Exteriores.

Delegados:

Exm.^o Sr. Vitorino Veronese, Membro do Conselho Executivo da UNESCO.

Exm.^o Sr. Bartolomeu Migone, Ministro Plenipotenciário, Diretor Geral de Relações Culturais com o Exterior.

Exm.^o Sr. Professor José Vedovato, Professor da Universidade de Perugia, Deputado do Parlamento.

Ilmo. Sr. Professor Mário Toscano, Professor de História dos Tratados da Universidade de Roma, Chefe do Departamento de Estudos do Ministério de Assuntos Exteriores.

Conselheiros:

Professor Ricardo Monaco, Professor de Direito da Universidade de Roma, Conselheiro de Estado, Chefe do Departamento de Tratados do Ministério de Assuntos Exteriores.

Professor Luis Rivara, Diretor do Instituto de Cultura Italiana de Madrid.

Dr. Gianfranco Pompei, Delegado Permanente Italiano na UNESCO.

Dr. Cláudio de Mohr Conselheiro de Cultura da Embaixada da Itália em Madrid.

Dr. Renato Piccinini, Secretário de Legação.

Secretariado:

Nicarágua:

Exm.^o Sr. André Bolanos, Embaixador da Nicarágua.

Panamá:

Chefe da Delegação: Exm.^o Sr. Alcibíades Arosemena, Embaixador do Panamá.

Sr. D. Carlos Arosemena.

Paraguai:

Exm.^o Sr. Rodolfo Vera Gruhn, Secretário de Embaixada, Encarregado de Negócios a. i.

Peru:

Presidente da Delegação: Exm.^o Sr. Carlos González Inglesias, Ministro da Educação Nacional.

Exm.^o Sr. Honório Delgado, ex-Ministro.

Exm.^o Sr. D. Manoel Cisneros, ex-Ministro, Diretor de Crônica.

Ilmo. Sr. Aurelio Miró Quesada.

Ilmo. Sr. J. Martínez del Solar.

Portugal:

Chefe da Delegação: Exm.^o Sr. Dr. Marcelo Caetano, Presidente da Câmara Corporativa de Portugal.

Delegados:

Exm.^o Sr. Dr. José Augusto Vaz Pinto, Juiz do Supremo Tribunal Administrativo.

Exm.^o Sr. Dr. Manuel António Fernandes, Deputado da Câmara Corporativa.

Dr. António Madeiros Gouveia, Secretário do Instituto para a Alta Cultura.

Dr. Francisco Silva Pinto, Secretário da Embaixada de Madrid.

CONVENÇÃO CONSTITUTIVA DA UNIÃO LATINA

Os Estados signatários da presente Convenção,

Conscientes do papel que os povos latinos desempenham na evolução das idéias, no aperfeiçoamento moral e no progresso material do mundo;

Fiéis aos valores espirituais em que se funda a sua civilização humanista e cristã;

Unidos por um destino comum e impregnados pelos mesmos princípios de paz e justiça social, de respeito pela dignidade e liberdade e da pessoa humana, bem como pela independência e integridade das Nações;

Confiantes na solidariedade que antecedentes históricos e ideais comuns suscitam e mantêm entre todos os povos que neles baseiam a sua política;

Decidem conjugar os seus esforços para assegurar a expansão das suas aspirações culturais e contribuir para o fortalecimento da paz e o constante aperfeiçoamento moral e progresso material da Humanidade,

E, com esse fim, cria na União Latina.

COMPOSIÇÃO E FINS DA UNIÃO LATINA

Artigo Primeiro

A União Latina será constituída pelos Estados de língua e cultura de origem latina que assinarem e ratificarem a presente Convenção ou, na devida forma, a ela aderirem.

Artigo II

A União Latina tem por fins:

- a) Promover, no mais alto grau, a cooperação intelectual entre os países que a integram e estreitar os laços espirituais e morais que os unem;
- b) Fomentar a valorização e a projeção do seu patrimônio cultural comum;
- c) Assegurar o conhecimento recíproco mais profundo das características, instituições e necessidades específicas de cada um dos Povos Latinos;
- d) Colocar os valores morais e espirituais da latinidade ao serviço das relações internacionais, a fim de conseguir maior compreensão e cooperação entre as Nações e contribuir para a prosperidade dos seus Povos.

DOS ACORDOS INTERNACIONAIS

Artigo III

Para assegurar, de modo mais perfeito, a execução do seu programa, a União Latina poderá concluir acordos especiais:

- a) Com um Estado Membro;
- b) Com um Estado não Membro;
- c) Com qualquer organização ou instituição de caráter internacional e intergovernamental suscetível de colaborar na execução do programa da mesma União.

DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Artigo IV

Cada Estado Membro reconhece à União Latina, dentro dos limites da sua soberania e da sua legislação, a personalidade jurídica necessária ao pleno exercício das suas funções, tais como vêm determinadas na presente Convenção.

ÓRGÃOS

Artigo V

Os órgãos principais da União Latina são: o Congresso, o Conselho Executivo e o Secretariado.

- 2) O Congresso poderá criar, além disso, os órgãos auxiliares que considere necessários.

DOS CONGRESSOS

Artigo VI

O Congresso compõe-se dos representantes dos Estados Membros da União.

- 2) O Governo de cada Estado Membro designará uma Delegação com o máximo de cinco representantes.

- 3) O Secretário Geral da União Latina será o Secretário Geral do Congresso.

Artigo VII

O Congresso reunir-se-á de dois em dois anos, em sessão ordinária, no lugar e na data por ele fixados.

- 2) Reunir-se-á, ainda, em sessão extraordinária, quando convocado pelo Conselho Executivo, nos casos previstos no artigo XV, alínea i). O lugar da reunião das sessões extraordinárias será fixado pelo Conselho Executivo.

Artigo VIII

Cada Delegação tem direito a um voto no Congresso e em cada um dos seus órgãos auxiliares.

- 2) Nenhuma Delegação pode representar outra ou votar em seu lugar.

- 3) Os observadores não têm direito de voto.

Artigo IX

O Congresso e os seus órgãos auxiliares tomarão as suas decisões por maioria de dois terços das Delegações presentes e votantes, exceto nos casos do artigo X.

Artigo X

Nos casos seguintes, as decisões do Congresso deverão ser tomadas por maioria de dois terços das Delegações presentes e votantes:

- a) Aprovação dos projetos de Acordos internacionais previstos no artigo III;
- b) Aprovação do orçamento geral da União Latina. As contribuições dos Estados Membros que constituírem essa maioria deverão representar, pelo menos, cinquenta por cento do orçamento da União;
- c) Mudança da sede;
- d) Aprovação de todos os projetos de emenda às disposições da presente Convenção.

Artigo XI

Compete ao Congresso:

- a) Elaborar o seu Regimento Interno;
- b) Delinear a orientação geral das atividades da União Latina e apro-

var o seu programa de trabalho para cada período de dois anos;

c) Fixar o orçamento da União e determinar a participação financeira de cada Estado Membro, bem como a moeda em que deve ser efetuada;

d) Proclamar como Membros da União Latina os Estados que ratificarem ou aderirem à Convenção após a sua entrada em vigor;

e) Eleger os Estados que comporão o Conselho Executivo;

f) Nomear o Secretário Geral da União e aprovar a organização do Secretariado e órgãos dele dependentes;

g) Examinar os relatórios do Conselho Executivo, do Secretariado e dos Estados Membros da União;

h) Propor aos Estados Membros planos de interesse geral a realizar nos respectivos territórios;

i) Aprovar os Acordos que a União venha a concluir nos termos do disposto no artigo III.

Artigo XII

O Congresso poderá convidar, a título de observadores, tanto para as sessões ordinárias como para as extraordinárias, Estados não Membros e Organizações ou Instituições Internacionais capazes de contribuir para a realização do programa da União.

DO CONSELHO EXECUTIVO

Artigo XIII

O Conselho Executivo compor-se-á de dez Estados Membros, eleitos por quatro anos.

2 Cinco desses Estados serão substituídos de dois em dois anos;

3) O Congresso elegerá os países que farão parte do Conselho Executivo, na proporção de quatro países europeus para seis americanos, tendo em conta, tanto quanto possível, um critério de distribuição geográfica equitativa.

4) Os países Membros são reelegíveis.

5) Compete aos países eleitos designar os seus representantes no Conselho.

6) O Presidente será eleito pelo próprio Conselho, por um período de dois anos, por forma rotativa, e terá voto qualificado em caso de empate.

7) O Secretário Geral da União Latina exercerá as funções de Secretário Geral do Conselho Executivo.

Artigo XIV

O Conselho Executivo reunir-se-á, pelo menos, uma vez por ano, em sessão ordinária, no lugar por ele fixado, tendo em conta as recomendações do Congresso.

Artigo XV

Compete ao Conselho Executivo:

a) Elaborar o seu Regimento Interno, que ficará sujeito à aprovação do Congresso;

b) Submeter à aprovação do Congresso a estrutura e as normas de funcionamento do Secretariado da União;

c) Promover, por intermédio do Secretariado, a execução das resoluções do Congresso, e das suas próprias, de acordo com a orientação que estabelecer para o efeito;

d) Manter-se em contacto frequente, pela via apropriada, com os Estados Membros e as Comissões Nacionais a fim de prestar-lhes toda a assistência necessária à realização dos seus encargos no quadro do programa da União;

e) Preparar, com seis meses de antecedência, a ordem do dia, o plano de trabalho e o projeto de orçamento destinados ao Congresso;

f) Submeter à aprovação do Congresso os projetos de acordos previstos no artigo III;

g) Submeter à aprovação do Congresso — ou, se houver urgência, à aprovação dos Estados Membros — a aceitação dos donativos, legados ou subvenções destinados à execução do seu programa, provenientes de Governos, entidades públicas ou privadas, ou de particulares;

h) Conceder bolsas de estudo a artistas, cientistas, professores, estudantes, técnicos e trabalhadores dos diferentes países latinos;

i) Em caso de urgência, convocar o Congresso em sessão extraordinária. Esta convocação poderá ser feita a pedido da maioria dos Estados Membros, ou em virtude de resolução de dois terços dos Membros do mesmo Conselho Executivo.

DO SECRETARIADO

Artigo XVI

O Secretariado compreenderá todos os serviços administrativos e técnicos da União Latina.

2) Será dirigido por um Secretário Geral nomeado pelo Congresso por um período de quatro anos.

3) O Secretário Geral poderá ser reconduzido.

Artigo XVII

Compete ao Secretário Geral:

a) Assegurar a execução de todas as resoluções do Congresso e do Conselho Executivo;

b) Nomear o pessoal de Secretaria e de todos os órgãos dele dependentes, de acordo com as normas traçadas pelo Conselho Executivo;

c) Submeter, anualmente, ao Conselho Executivo um relatório administrativo, bem como o balanço financeiro da União;

d) Organizar e dirigir um serviço de publicações e informações sobre as atividades gerais da União Latina;

e) Manter a mais íntima coordenação entre todos os órgãos e serviços da União e assegurar a ligação com os Estados Membros e Comissões Nacionais;

f) Organizar os serviços técnicos necessários ao intercâmbio cultural entre os países latinos;

g) Centralizar os serviços de intercâmbio geral, administrando os fundos para esse efeito destinado pelo Congresso;

h) Convocar as reuniões das Comissões propostas pelo Congresso, e participar dos seus trabalhos.

DA SEDE

Artigo XVIII

A sede permanente da União Latina será na capital de um dos Estados latino-americanos.

OBRIGAÇÕES DOS ESTADOS MEMBROS

Artigo XIX

Os Estados Membros comprometem-se a pagar à União as contribuições financeiras determinadas pelo Congresso.

2) As referidas contribuições serão fixadas de harmonia com uma tabela aprovada pelo Congresso em sessão ordinária e susceptível de revisão de dois em dois anos.

Artigo XX

Cada Estado Membro constituirá uma Comissão Nacional destinada a

cooperar na execução do programa da União. As Comissões Nacionais devem permanecer em contacto constante com o Secretariado da União, pela via apropriada.

Artigo XXI

Cada Estado Membro deverá dirigir à União, sob a forma e com a periodicidade determinadas pelo Congresso, um relatório sobre as suas atividades e realizações no quadro do programa da União, do qual deverá constar a execução dada às resoluções e recomendações aprovadas pelo Congresso. Transmitirá, igualmente, o relatório da sua Comissão Nacional, quando for caso disso.

DAS EMENDAS

Artigo XXII

Todo o projeto de emenda às disposições da presente Convenção, proposto por um Estado Membro, deverá ser submetido ao Conselho Executivo com antecedência de, pelo menos, um ano em relação à sessão ordinária, seguinte do Congresso. O Conselho levará imediatamente o projeto de emenda ao conhecimento dos demais Estados Membros e incluí-lo-á na ordem do dia do Congresso.

Artigo XXIII

As emendas às disposições da presente Convenção entrarão em vigor depois de ratificadas pela maioria dos Estados Membros.

2) As emendas que afetem os objetivos, órgãos, sistemas de votação e obrigações dos Estados Membros, só entrarão em vigor depois de ratificadas pela totalidade dos Estados Membros.

RATIFICAÇÃO, ADESAO E ENTRADA EM VIGOR

Artigo XXIV

A presente Convenção entrará em vigor, em relação aos Estados que a tiverem ratificado, logo que tenha sido ratificada pela maioria dos Estados participantes no II Congresso Internacional da União Latina de 1944.

2) Os instrumentos de ratificação ou adesão serão depositados junto do Conselho Executivo provisório previsto nas disposições transitórias. O

Conselho notificará todos os Estados membros da ratificação bem como da data em que, de acordo com o parágrafo precedente, a referida Convenção entrará em vigor.

Artigo XXV

Depois da entrada em vigor da presente Convenção, as ratificações ou adesões tornar-se-ão imediatamente efetivas. Os referidos instrumentos diplomáticos serão depositados junto do Conselho Executivo que de fato informará todos os Estados signatários.

Artigo XXVI

A presente Convenção, cujos textos português, espanhol, francês e italiano fazem igualmente fé, será depositada após a reunião do II Congresso Internacional da União Latina nos arquivos do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Espanha, em Madrid.

2. Os instrumentos de ratificação e adesão serão enviados, pelo Conselho Executivo ou pelo Conselho Executivo provisório, ao mesmo Ministério, para conservação.

DENÚNCIA

Artigo XXVII

Qualquer Estado Membro pode denunciar a presente Convenção mediante comunicação ao Conselho Executivo, que dela dará conhecimento aos demais Estados Membros.

2) A denúncia só produzirá os seus efeitos seis meses depois da notificação ao Conselho feita nos termos deste artigo.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Primeira

O Segundo Congresso Internacional da União Latina elegerá um Conselho Executivo Provisório que se tornará *ipso facto* o Conselho Executivo da União logo que a presente Convenção entrar em vigor.

Segunda

Os mandatos de metade dos Membros do Conselho Provisório expirarão na primeira sessão ordinária do Congresso que se realizar depois da entrada em vigor da presente Convenção. Os membros que se deverão retirar serão designados, se for necessário por sorteio respeitando-se a proporção de dois países europeus e de três países americanos.

Terceira

Os mandatos da outra metade dos membros do Conselho expirarão na segunda sessão ordinária do Congresso que se realizar depois da entrada em vigor da presente Convenção.

Quarta

Até à realização do próximo Congresso o Secretariado ficará a cargo de um Secretário Geral e de três Secretários Adjuntos designados pelo II Congresso Internacional da União Latina, os quais exercerão as suas funções sob a direção do Conselho Executivo Provisório, na forma prevista na presente Convenção.

Quinta

O próximo Congresso da União Latina designará a capital latino-americana que será a sede permanente da União.

Sexta

Serão convidados a assinar e ratificar a presente Convenção todos os Estados de língua e cultura de origem latina que tiverem tomado parte em um dos dois primeiros Congressos da União Latina.

Em e do que, os Plenipotenciários abaixo designados assinaram os textos português, espanhol, francês e italiano da presente Convenção.

Feito em Madrid, aos quinze dias do mês de maio de mil novecentos e cinquenta e quatro.

Pela Argentina
Por El Salvador
Pela Bolívia
Pelo Equador
Pelo Brasil
Pela Espanha
Pelo Chile
Pelas Filipinas
Pela Colômbia
Pela França
Pela Costa Rica
Pelo Haiti
Por Cuba
Pelas Honduras
Pela Itália
Por Portugal
Pela Nicarágua
Pela Rep. Dominicana
Pelo Panamá
Pelo Uruguai
Pelo Paraguai
Pela Venezuela
Pelo Peru.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 16, de 1956

Concede anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgado por Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa.

Artigo 1.º — E' concedida anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgados por Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de Abril de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 17, de 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.

Art. 1.º E' aprovado o termo de contrato celebrado a 19 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Limitada, para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Jaguaribara, no Estado do Ceará.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 26 de abril de 1956.

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, item VII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 18, de 1956

Concede licença ao Vice-Presidente da República para ausentar-se do País.

Art. 1.º — E' concedida autorização ao Vice-Presidente da República, Senhor João Belchior Marques Goulart, para ausentar-se do território nacional em visita aos Estados Unidos da América do Norte, podendo estendê-la a outros países.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 26 de abril de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 19, de 1956

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções Rizzo Limitada.

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 23 de novembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções Rizzo Limitada, para a construção de um prédio destinado à Agência Postal-Telegráfica de Criciúma, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 30 de abril de 1956.

SENADOR APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N. 20, DE 1956.

Aprova o acôrdo para desempenho de um programa de cooperação agrícola, firmado no Rio de Janeiro, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Art. 1.º E' aprovado o acôrdo para desempenho de um programa de cooperação agrícola, firmado no Rio de Janeiro, a 26 de junho de 1953, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 8 de maio de 1956. — Apolônio Salles, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

ACÔRDO ENTRE O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, PARA A EXECUÇÃO DE UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

O Governo dos Estados Unidos da América e o Governo dos Estados Unidos do Brasil,

Acordam no seguinte:

ARTIGO I

Órgãos Incumbidos da Execução do Acôrdo

Em conformidade com o Acôrdo Geral de Cooperação Técnica, efetuado por troca de notas no Rio de Janeiro, a 19 de dezembro de 1950, terá início, nos Estados Unidos do Brasil, um programa destinado a desenvolver a agricultura e os recursos naturais. As obrigações, assumidas no presente Acôrdo pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, serão cumpridas por intermédio do seu Ministério da Agricultura (daqui por diante denominado "Ministério"). As obrigações aqui assumidas pelo Governo

dos Estados Unidos da América serão cumpridas por intermédio da Administração de Cooperação Técnica (daqui por diante denominada a "Administração"), órgão do Governo dos Estados Unidos da América. A Administração poderá cumprir as obrigações decorrentes do presente Acórdão através do Instituto de Assuntos Interamericanos, órgão regional da Administração para a América Latina, e poderá obter o concurso de outros órgãos do Governo dos Estados Unidos da América, bem como o de outras instituições públicas e privadas, para o cumprimento dessas obrigações. O Ministério, em nome do Governo dos Estados Unidos do Brasil, e a Administração em nome do Governo dos Estados Unidos da América, participarão conjuntamente em todas as fases de planejamento e de administração do programa de cooperação. Este Acórdão e todas as atividades empreendidas em decorrência do mesmo serão regidos pelo disposto no Acórdão Geral de Cooperação Técnica, acima referido.

ARTIGO II

Objetivos

Os objetivos deste programa de cooperação agrícola e de recursos naturais são os seguintes:

1. Facilitar o desenvolvimento da agricultura e dos recursos naturais dos Estados Unidos do Brasil, mediante ação conjunta dos dois governos;
2. Estimular e aumentar o intercâmbio entre os dois países, em matéria de conhecimentos, eficiência profissional e processos técnicos no domínio da agricultura e dos recursos naturais.
3. Promover e fortalecer o entendimento e a boa vontade entre os povos dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América, bem como o desenvolvimento das normas de vida democrática.

ARTIGO III

Campos de Atividade

Este programa de cooperação agrícola e de recursos naturais poderá incluir periodicamente, e na medida em que as partes assim concordam

com os seguintes tipos de atividades:

1. Estudos das necessidades dos Estados Unidos do Brasil no setor da agricultura e dos recursos naturais e dos meios existentes para satisfazê-las;
2. Formulação e constante adaptação de um programa tendente a auxiliar a satisfação dessas necessidades;
3. Início e administração de qualquer tipo de projeto, no campo da agricultura, dos recursos naturais e da pesca, que as partes possam acordar;
4. Atividades correlatas de treinamento, tanto no Brasil como no exterior.

ARTIGO IV

Corpo Técnico

A Administração concorda em fornecer um grupo de técnicos e especialistas para colaborar na realização do programa de cooperação agrícola e de recursos naturais. Os técnicos e especialistas postos à disposição do programa pela Administração, nos termos deste Acórdão, juntamente com os que o forem em virtude de outros acordos sobre programas constituirão o Corpo Técnico Americano. O Corpo Técnico Americano será chefiado por um co-Diretor Americano para isso designado. O co-Diretor e demais membros do Corpo Técnico Americano serão nomeados pelo Governo dos Estados Unidos da América, sujeitas essas nomeações à aprovação do Governo dos Estados Unidos do Brasil.

ARTIGO V

Escritório Técnico de Agricultura

Será estabelecida e funcionará como órgão administrador do programa de cooperação agrícola, em conformidade com as disposições deste Acórdão, uma entidade especial denominada Escritório Técnico de Agricultura (daqui por diante denominada "Escritório"), sob a direção de dois co-Diretores (daqui por diante denominado "co-Diretor Americano" e "co-Diretor Brasileiro"). O co-Diretor Americano será nomeado pela Administração e o co-Diretor Brasileiro será nomeado pelo Ministro da

Agricultura dos Estados Unidos do Brasil (daqui por diante denominado "Ministro"). O co-Diretor de cada Governo deverá ser aceitável pelo Governo do outro.

ARTIGO VI

Contribuições dos dois Governos

Ambas as partes deverão contribuir e pôr à disposição do programa, na medida abaixo prescrita, fundos para serem utilizados na execução desse programa, durante o período a que se refere este Acôrdo, em conformidade com as seguintes disposições:

1. O Governo dos Estados Unidos da América, para o período compreendido entre a data de entrada em vigor deste Acôrdo e 31 de dezembro de 1953, fornecerá os fundos necessários para o pagamento dos salários e outras despesas dos membros do Corpo Técnico Americano, bem como das demais despesas de natureza administrativa em que possa incorrer por força deste programa de cooperação. Esses fundos serão administrados pela Administração e não serão depositados a crédito do Escritório.

2. Além disso, para o período compreendido entre a data da entrada em vigor deste Acôrdo e 31 de dezembro de 1953, o Governo dos Estados Unidos da América contribuirá para o Escritório com a importância de US\$ 175.000 (cento e setenta e cinco mil dólares). As partes acordam em que esta soma seja retida nos Estados Unidos da América para atender a pagamentos a serem efetuados em dólares norte-americanos fora dos Estados Unidos do Brasil. As quantias correspondentes a tais pagamentos, quando efetuados de acôrdo pelos co-Diretores, serão consideradas como depositadas nos termos deste Acôrdo. Os co-Diretores poderão concordar em que qualquer parte da referida importância seja depositada em dinheiro, a crédito do Escritório, em prestações entre eles acordadas.

3. O Governo dos Estados Unidos do Brasil, para o período compreendido entre a data de entrada em vigor do presente Acôrdo e 31 de dezembro de 1953, depositará a crédito do Escritório a soma de Cr\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de cruzeiros), em moeda dos Estados

Unidos do Brasil. Os depósitos assim realizados serão feitos em prestações e em datas acordadas entre os co-Diretores.

4. As partes contratantes podem concordar mais tarde, por escrito, quanto ao montante dos fundos que, anualmente, cada uma contribuirá e tornará disponível para ser usada na execução do programa durante o período de 1 de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1960.

5. Nenhum fundo será retirado do numerário do Escritório para qualquer fim, a não ser mediante emissão de cheques ou outro documento de retirada adequado assinado por ambos os co-Diretores do Escritório. Os co-Diretores farão constar do contrato de depósito, a ser efetuado com qualquer Banco, uma cláusula pela qual o banco se obriga a reembolsar o Escritório de quaisquer somas que venha a pagar por força de qualquer documento que não seja cheque, ou outro documento de retirada, assinado pelos dois co-Diretores.

ARTIGO VII

Outras Contribuições

1. Os projetos a serem empreendidos, nos termos deste Acôrdo podem abranger cooperação com órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais dos Estados Unidos do Brasil, bem como com organizações de caráter público ou privado e com organizações internacionais de que os Estados Unidos da América e os Estados Unidos do Brasil sejam membros. Mediante acôrdo entre os co-Diretores, podem ser aceitas e depositadas a crédito do Escritório, para serem aplicadas na execução do programa de cooperação agrícola e de recursos naturais, além dos fundos, propriedades, serviços e instalações cuja contribuição é exigida pelo Artigo VI, outras contribuições de fundos, propriedades, serviços ou instalações feitas por qualquer das duas partes, ou por ambas ou por qualquer das entidades acima mencionadas.

2. O Governo dos Estados Unidos do Brasil, além das contribuições em numerário previstas no parágrafo 3 do Artigo VI do presente Acôrdo poderá, à sua própria custa, e em virtude de entendimentos entre os co-Diretores, adotar as seguintes providências:

a) Indicar o pessoal necessário, inclusive especialistas, para colaborar com o Corpo Técnico Americano, constituindo o Corpo de Técnicos Brasileiros.

b) Providenciar quanto ao local de trabalho, equipamentos e móveis de escritório, outros equipamentos, materiais, inclusive os de consumo, instalações e serviços que possa oferecer para a execução do referido programa.

c) Tornar disponível, para execução do programa de cooperação agrícola e recursos naturais, a assistência geral dos seus demais órgãos.

ARTIGO VIII

Execução dos Projetos

1. O programa de cooperação agrícola é de recursos naturais previstos no presente Acordo consistirá numa série de projetos que poderão ser executados por órgãos federais, regionais, estaduais, municipais ou inter-governamentais do Brasil. Cada projeto será objeto de um contrato por escrito, que definirá o trabalho a ser executado, determinará o montante dos fundos atribuídos à sua execução e conterá todos os demais pormenores que as partes desejarem incluir. Os acordos relativos a projetos a serem executados com o Governo Federal serão assinados pelos co-Diretores e pelo Chefe da Repartição indicada, após terem sido aprovados pelo Ministro. Os acordos sobre projetos a serem executados com órgão governamental não federal serão aprovados e assinados pelos co-Diretores e pelo representante qualificado desse órgão governamental.

2. Concluída a execução de qualquer projeto será lavrado um memorandum de conclusão, assinado pelos co-Diretores e, onde for cabível, pelos funcionários qualificados de outros órgãos governamentais, no qual serão relatados os trabalhos executados, os objetivos visados, as despesas efetuadas, as dificuldades encontradas e solucionadas e os dados fundamentais correlatos.

3. Os especialistas, técnicos e demais pessoal do setor agrícola e de recursos naturais, a serem enviados aos Estados Unidos da América ou a outros países, para fins de treinamento e às custas do Escritório, em

virtude deste programa, bem como as atividades de treinamento em que deverão participar, serão indicadas e estabelecidas pelos co-Diretores, de comum acordo.

4. As diretrizes gerais e as normas administrativas que deverão reger o programa de cooperação agrícola e de recursos naturais, a execução dos projetos e as atividades do Escritório, tais como a aplicação de fundos e prestação de contas, assunção de obrigações do Escritório, compra, emprego, inventário, controle e aplicação da propriedade, admissão e dispensa de funcionários e demais pessoal do Escritório, termos e condições de seu emprego, e, ainda, todas as demais questões administrativas, serão propostas pelos co-Diretores e aprovadas pelo Ministro e pelo Diretor-Técnico.

5. Todos os contratos e outros instrumentos e documentos relativos à execução de projetos empreendidos nos termos deste Acordo, serão celebrados em nome do Escritório e assinados pelos dois co-Diretores. Os livros e registros do Escritório relativos ao programa de cooperação estarão sempre sujeitos a exame por parte de representantes autorizados, do Governo dos Estados Unidos de Brasil e do Governo dos Estados Unidos da América. Os co-Diretores do Escritório apresentarão relatório anual de suas atividades aos dois Governos, bem como outros relatórios a intervalos que sejam considerados oportunos.

6. Qualquer poder conferido, nos termos deste Acordo, aos co-Diretores, pode ser delegado por qualquer um deles a qualquer dos seus respectivos assistentes, com a condição de que tal delegação de poder seja aceitável pelo outro co-Diretor. Essa delegação de poder não afetará o direito que assiste aos co-Diretores de submeter qualquer assunto diretamente ao outro, para exame e decisão.

ARTIGO IX

Outros Dispositivos Fiscais

1. Todos os fundos depositados ao crédito do Escritório, em virtude do presente Acordo, continuarão sempre disponíveis para a execução do pro-

grama de cooperação e recursos naturais durante a vigência do presente Acôrdo, independentemente dos períodos anuais ou anos fiscais de qualquer das duas Partes Contratantes.

2. Todos os materiais, equipamentos e suprimentos adquiridos para a execução do programa de cooperação torna-se propriedade do Escritório e serão aplicados, exclusivamente, na execução do presente Acôrdo. Quaisquer materiais, equipamentos e suprimentos que restarem ao término da vigência deste programa de cooperação ficarão à disposição do Governo dos Estados Unidos do Brasil.

3. Os juros recebidos sobre os depósitos bancários do Escritório e quaisquer outros acréscimos do seu ativo, qualquer que sejam a sua natureza ou proveniência serão aplicados na execução do programa de cooperação e não serão creditados como contribuição devida por qualquer dos dois Governos, nem serão recolhidos aos respectivos Tesouros.

4. Quaisquer fundos do Escritório que não forem despendidos e que não estejam vinculados a qualquer obrigação, ao terminar o programa de cooperação agrícola e de recursos naturais, a menos que as Partes Contratantes acordem por escrito e em sentido contrário, na ocasião, deverão ser devolvidos, na proporção das respectivas contribuições feitas pelo Governo dos Estados Unidos da América e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, nos termos deste Acôrdo, com as emendas e prorrogações que este venha periodicamente a receber.

ARTIGO X

Direitos e Isenções

1. O Governo dos Estados Unidos do Brasil concorda em conceder ao Escritório e a todo o pessoal por ele empregado, todos os direitos e privilégios conferidos pelas suas leis, a seus órgãos e respectivo pessoal.

2. Os equipamentos e materiais inclusive os de consumo, fornecidos ao Escritório pelo Governo dos Estados Unidos da América, quer diretamente, quer mediante contrato com uma organização pública ou privada,

entrarão no Brasil isentos de quaisquer direitos alfandegários e de importação.

3. Os direitos e privilégios a que se refere o parágrafo 1 deste Artigo, também serão concedidos à Administração e ao pessoal do Governo dos Estados Unidos da América, a que se refere as atividades relacionadas com o programa de cooperação agrícola e de recursos naturais e aos bens materiais para tal fim utilizados.

4. Todo o pessoal do Governo dos Estados Unidos da América, empregado diretamente, ou mediante contrato com organizações públicas ou privadas, que se encontre nos Estados Unidos do Brasil, para executar trabalhos decorrentes do programa de cooperação agrícola, e cuja entrada neste último país tiver sido aprovada pelo respectivo Governo nos termos do Artigo IV do presente Acôrdo, gozará: relativamente a rendimentos sobre os quais deva pagar imposto de renda e taxas de previdência social ao Governo dos Estados Unidos da América, de isenção de imposto de renda e de taxas de previdência social estabelecidas nas leis brasileiras; de isenção de taxas sobre bens materiais destinados a uso próprio, de isenção de pagamento de quaisquer impostos e direitos alfandegários sobre mercadorias de uso pessoal ou doméstico, trazidas ao país para uso próprio e de suas famílias. O Embaixador dos Estados Unidos da América junto ao Governo dos Estados Unidos do Brasil fornecerá ao Ministro de Estado das Relações Exteriores deste, a intervalos oportunos, a relação do pessoal a que deverão ser aplicadas as disposições do presente parágrafo.

ARTIGO XI

Imunidade Soberana

1. As Partes Contratantes reconhecem que a Administração, como órgão do Governo dos Estados Unidos da América, tem direito a participar integralmente dos privilégios e imunidades. Inclui imunidade de processo pelos tribunais dos Estados Unidos do Brasil, a que têm direito o Governo dos Estados Unidos da América.

2. Fica entendido que, se as quantias ou fundos, distribuídos pelo Governo dos Estados Unidos da América para a implementação do presente programa de assistência, vierem a ser objeto de qualquer processo judicial no Brasil, que impeça ou dificulte sua livre e imediata disposição para os fins a que originariamente se destinavam, o Governo brasileiro tratará, prontamente, de assegurar, para execução do presente programa ou consecução daqueles fins, uma contribuição equivalente aos referidos fundos ou quantias; a Administração brasileira utilizará, para tanto, se possível, as verbas que tenha à sua disposição, ou solicitará, se necessário, créditos ao Congresso Nacional.

ARTIGO XII

Ação Legislativa e Executiva

O Governo dos Estados Unidos do Brasil envidará esforços para obter a necessária legislação e tomará as medidas de caráter executivo para a execução dos termos deste Acôrdo.

ARTIGO XIII

Efeitos Sobre Certos Acôrdos Anteriores

1. As disposições deste Acôrdo aplicar-se-ão, a partir da data de sua entrada em vigor, a todas as atividades empreendidas em virtude de dispositivos dos seguintes acôrdos:

a) Memorando datado de 28 de outubro de 1940, do Ministério da Agricultura dos Estados Unidos do Brasil, e outro, datado de 30 de outubro, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América sobre a realização de pesquisas para o desenvolvimento da cultura da borraça nos Estados Unidos do Brasil.

b) Acôrdo por troca de notas, assinado em 27 de junho de 1951, no Rio de Janeiro, relativo a um programa de treinamento em métodos agrícolas, na Fazenda Ipanema e em outras localidades dos Estados Unidos do Brasil.

c) Acôrdo por troca de notas, assinado em 29 de junho de 1951, no

Rio de Janeiro, relativo ao desenvolvimento de treinamento em fomento agrícola e em economia doméstica, em Viçosa, e em outras localidades dos Estados Unidos do Brasil

2. Em conformidade com o disposto no presente Acôrdo, serão elaborados e postos em vigor pelos co-Diretores, o mais rapidamente possível Acordos sobre Projetos relativos a atividades iniciadas sob quaisquer dos acordos discriminados no parágrafo 1 deste Artigo, e cuja execução não deve sofrer solução de continuidade. Qualquer Acôrdo discriminado no parágrafo 1 deste Artigo, cujas atividades forem daqui por diante empreendidas nos termos de um Acôrdo sobre Projetos, será considerado extinto pelo presente Acôrdo, a partir da data em que entrar em vigor o Acôrdo sobre o Projeto que o substituir. Cada um dos Acôrdos sobre Projetos fará referência ao Acôrdo anterior ao qual irá substituir.

ARTIGO XIV

Entrada Em Vigor e Vigência

O presente Acôrdo poderá ser denominado "Acôrdo para o Programa de Agricultura e Recursos Naturais". As Partes Contratantes promoverão, a partir da data de sua assinatura, e dentro dos limites das respectivas atribuições administrativas, a aplicação do presente Acôrdo, o qual entrará definitivamente em vigor, uma vez satisfeitas as formalidades constitucionais das referidas Partes Contratantes. Este Acôrdo será válido até 31 de dezembro de 1960, ou três meses depois de qualquer dos dois Governos houver dado, o outro, por escrito, sua intenção de denunciá-lo, prevalecendo, das duas hipóteses, a que ocorrer primeiro. Fica entendido, todavia que para o período de 1.º de janeiro de 1954 até 31 de dezembro de 1960, as obrigações assumidas pelas Partes Contratantes, nos termos deste Acôrdo, ficam sujeitas às disponibilidades de verbas, de ambas as partes, para os fins do programa, e ao Acôrdo a ser celebra-

do nos termos do Artigo VI — Parágrafo IV, deste Acôrdo.

Em fé de que, os Plenipotenciários infra-assinados firmaram o presente Acôrdo, em dois exemplares, nas linguas portuguesa e inglesa, e estes apuseram seus respectivos selos.

Feito no Rio de Janeiro, aos 26 de junho de 1953.

Pelo Governo dos EE.UU. do Brasil:

Mário de Pimentel Brandão.
João Cleophas de Oliveira.

Pelo Governo dos EE.UU. da América:

Walter N. Walmsey Jr.
Merwin L. Bohan.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 21, de 1956

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda e o Engenheiro Civil Erastótenes Fraga Lima.

Art. 1.º E' mantida a decisão porque o Tribunal de Contas em sessão realizada a 23 de dezembro de 1954, denegou registro ao contrato celebrado a 5 de outubro do mesmo ano, entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, no Estado de Alagoas, e o Engenheiro Civil Erastótenes Fraga Lima, para execução dos serviços de levantamento topográfico e elaboração da planta cadastral de trecho marginal da Lagoa do Norte, do Canal da Levada até a Estação de Bebedouro; de trecho de Pajussara até Jacarécia e de trecho em Penedo, partindo da Ponte do Cabra pela margem esquerda do rio São Francisco, em direção à cidade de Piassabussu, inclusive as ilhas do lado do Estado de Alagoas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de maio de 1956.

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 66, inciso V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 22, de 1956

Concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1.º de março de 1956.

Art. 1.º — E' concedida anistia, ampla e irrestrita, a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram, inclusive recusando-se a cumprir ordens de seus superiores, nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1.º de março de 1956, ficando em perpétuo silêncio quaisquer processos criminais e disciplinares relativos aos mesmos fatos.

Art. 2.º — Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de maio de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 23, de 1956

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada.

Art. 1.º — É aprovada a decisão porque o Tribunal de Contas denegou registro ao contrato celebrado a 27 de janeiro de 1951, entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de maio de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 24, de 1956

Aprova as Convenções do Trabalho de números 11, 12, 14, 19, 26, 29, 81, 88, 89, 95, 96, 99, 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

Art. 1.º São aprovadas as Convenções do Trabalho de números 11, 12, e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho realizadas no período de 1946 a 1952.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 29 de maio de 1956. — Apolônio Salles, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO 11

Convenção concernente aos direitos de Associação e de União dos Trabalhadores Agrícolas adotada na Terceira Conferência de Genebra, a 12 de novembro de 1921 modificada pela Convenção de Revisão dos Artigos Finais de 1946.

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e tendo se reunido em 25 de outubro de 1921, em sua terceira sessão,

Depois de ter decidido adotar proposições relativas aos direitos de associação e união dos trabalhadores agrícolas, questão compreendida no quarto ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional, adota a presente convenção, que será denominada Convenção sobre direitos de associação (agricultura), a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 1

Todos os membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se comprometem a assegurar a todas as pessoas ocupadas na agricultura os mesmos direitos de associação e união dos trabalhadores na indústria e a revogar qualquer disposição legislativa ou outra que tenha por efeito restringir esses direitos em relação aos trabalhadores agrícolas.

Artigo 2.º

As retificações oficiais da presente convenção, nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 3.º

1. A presente convenção entrará em vigor na data em que as retificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela obrigará apenas os Membros cujas ratificações tenham sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho.

Depois disso, a convenção entrará em vigor, para cada Membro, na data em que sua ratificação for registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 4.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Igualmente, a notificação será feita do registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas pelos outros Membros da Organização.

Artigo 5.º

Ressalvadas as disposições do artigo 3.º, todos os Membros que ratificam a presente Convenção, se comprometem a aplicar as disposições do artigo 1.º, no máximo até 1.º de

Ressalvadas as disposições do artigo 1.º de 1924, e a tomar as medidas necessárias para tornar efetivas essas disposições.

Artigo 6.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente Convenção comprometem-se a aplicá-las às suas colônias, possessões ou protetorados conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 7.º

Todo Membro que tiver ratificado a presente Convenção poderá denunciá-la, a expiração de um período de 10 anos depois da data em que a Convenção entrou em vigor inicialmente, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não será efetivada senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 8.º

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, pelo menos cada 10 anos, apresentar à Conferência geral relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá se há possibilidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou modificação da dita convenção.

Artigo 9.º

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé,

O texto que precede é o texto autêntico da Convenção sobre o direito de associação (agricultura) de 1921, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da Convenção foi autenticado em 20 de novembro de 1921 pelas assinaturas de Lord Burnham, Presidente da Conferência e do Senhor Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A entrada em vigor da Convenção ocorreu, inicialmente, a 11 de maio de 1923.

Em fé do que eu autentiquei, de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste trigésimo dia de abril de 1948, dos exemplares do texto da Convenção, tal qual foi modificada. — *Edward Phelan* — Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da Convenção aqui apresentada é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada para o Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

C. W. Jenks — Consultor Jurídico Internacional do Trabalho.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO 12

Convenção concernente à indenização por acidentes no trabalho na agricultura, adotada pela Conferência na sua terceira sessão. — Genebra, novembro de 1921 (com modificações da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946).

TEXTO AUTENTICO

CONVENÇÃO 12

Convenção concernente à indenização por acidentes no trabalho na agricultura.

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, tendo-se reunido em 25 de outubro de 1921, em sua terceira sessão

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas à proteção dos trabalhadores agrícolas contra acidentes, questão compreendida no quarto ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de haver decidido que essas propostas tomariam a forma de convenção internacional,

adota a presente convenção, que será denominada Convenção sobre a

indenização por acidentes no trabalho (agricultura) de 1921, a ser ratificada pelos membros da Organização Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 1.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a estender a todos os assalariados agrícolas o benefício das leis e regulamentos que têm por objeto indenizar as vítimas de acidentes ocorridos no trabalho ou no curso do trabalho.

Artigo 2.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 3.º

1. A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho foram registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela não obrigará senão os Membros cuja ratificação tenha sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor para cada Membro na data em que sua ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 4.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Igual notificação será feita do registro das ratificações que lhes forem ulteriormente comunicadas por todos os Membros da Organização.

Artigo 5.º

Ressalvadas as disposições do artigo 3.º, todos os Membros que ratificam a presente convenção comprometem-se a aplicar as disposições do artigo 1.º até 1.º de janeiro de 1924,

e a tomar as medidas necessárias a efetivar essas disposições.

Artigo 6.º

Todos os membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a aplicá-la a suas colônias, possessões ou protetorados, conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 7.º

Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la ao fim de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não será efetivada senão um ano depois de ter sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 8.º

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, ao menos uma vez cada 10 anos, apresentar à Convenção e decidirá se é oportuno inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou da modificação da dita convenção.

Artigo 9.º

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre reparação de acidentes do trabalho (agricultura) de 1921, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da Convenção foi autenticado em 20 de novembro de 1921 pelas assinaturas de Lord Burnham, Presidente da Conferência e de M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A convenção entrou em vigor inicialmente em 26 de fevereiro de 1923.

Em fé do que eu autentiquei, de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais de 1946, neste trigésimo dia de abril de 1948, dois exemplares originais do texto da convenção tal qual foi modificada — *Edward Phelan* — Diretor Geral do Bureau Internacional do Trabalho.

O texto da presente Convenção é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho; — *C. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

CONVENÇÃO 14

Convenção concernente à concessão do repouso semanal nos estabelecimentos industriais, adotada na Terceira Sessão da Conferência de Genebra, em 17 de novembro de 1921 (com as modificações da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946).

TEXTO AUTÊNTICO

Convenção concernente à concessão do repouso semanal nos estabelecimentos industriais.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e tendo-se reunido em 25 de outubro de 1921, em sua terceira sessão,

Depois de ter decidido adotar diversas proposições relativas ao repouso semanal da indústria questão compreender, no sétimo ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de ter decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional,

Adota a presente convenção, denominada Convenção sobre o repouso semanal (indústria), de 1921, que será ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 1.º

1. Para a aplicação da presente convenção, serão considerados "estabelecimentos industriais":

a) as minas, pedreiras e indústrias extrativas de toda natureza;

b) as indústrias nas quais os produtos são manufaturados, modificados, limpos, consertados, decorados, acabados, preparados para venda, ou nas quais as matérias sofrem transformação, inclusive a da construção de navios, as indústrias de demolição de

material, assim como a produção, a transformação e a transmissão da força motriz em geral e da electricidade;

c) a construção, a reconstrução, a manutenção, a reparação, a modificação ou a demolição de qualquer construções ou edifícios, estradas de ferro, bondes, portos, docas, moinhos, canais, instalações para navegação interior, estradas, túneis, pontes, viadutos, esgotos coletores, esgotos ordinários, poços, instalações telefônicas ou telegráficas, instalações elétricas e de gás, distribuição de água, ou outros trabalhos de construção, assim como os trabalhos de preparação e de fundação que precedem os trabalhos mencionados;

d) o transporte de pessoas ou de mercadorias por estradas via férrea ou via fluvial interior, inclusive a manutenção das mercadorias nas docas, cais, desembarcadouros e armazéns, com excepção do transporte a mão.

2. A enumeração acima e feita sob reserva das excepções especiais de ordem nacional previstas na Convenção de Washington que limita a oito horas por dia e a quarenta e oito horas por semana, o número de horas de trabalho nos estabelecimentos industriais, na medida em que essas excepções forem applicáveis à presente Convenção.

3. Além da enumeração precedente, se for julgado necessário, cada Membro poderá determinar a linha de demarcação entre a indústria, de um lado, e o comércio e a agricultura de outro.

Artigo 2.º

1. Todo o pessoal occupado em qualquer estabelecimento industrial, público ou privado, ou nas suas dependências, deverá, ressalvadas as excepções previstas nos artigos presentes ser beneficiado, no correr de cada período de sete dias, com um repouso, ao menos de 24 horas consecutivas.

2. Esse repouso será concedido, quando possível, ao mesmo tempo a todo o pessoal de cada estabelecimento.

3. Coincidirá, quando possível com os dias consagrados pela tradição ou costume do país ou da região.

Artigo 3.º

Cada Membro poderá isentar da applicação dos dispositivos do artigo 2.º as pessoas occupadas nos estabe-

lecimentos industriais nos quais sejam empregados membros de uma mesma familia.

Artigo 4.º

1. Cada Membro pode autorizar isenções totais ou parciais (inclusive as suspensões e diminuições de repouso) das disposições do artigo 2.º, levando em conta especialmente todas as considerações economicas e humanitarias apropriadas e depois de consulta ás associações qualificadas dos empregadores e dos empregados, onde existirem.

2. Esta consulta não será necessaria no caso de isenções que já tiverem sido concedidas pela applicação da legislação em vigor.

Artigo 5.º

Cada Membro deverá, tanto quanto possível, estabelecer disposições que fixe os periodos de repouso como compensações pelas suspensões ou diminuições feitas em virtude do artigo 4.º salvo os casos em que acordos ou usos locais já determinem tais repousos.

Artigo 6.º

1. Cada Membro organizará uma lista de isenções concedidas conforme os artigos 3.º e 4.º da presente convenção e a comunicará à Repartição Internacional do Trabalho. Cada Membro comunicará, em seguida, cada dois anos, todas as modificações que forem feitas nessa lista.

2. A Repartição Internacional do Trabalho apresentará relatório a esse respeito à Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho

Artigo 7.º

Para facilitar a applicação das disposições da presente convenção, cada patrão, diretor ou gerente será submetido ás seguintes obrigações:

a) dar a conhecer, no caso em que o repouso semanal é dado coletivamente a todo o pessoal os dias e horas de repouso coletivo, por meio de cartazes apostos de maneira visível no estabelecimento ou em qualquer outro lugar conveniente ou segundo qualquer outra maneira approada pelo Governo;

b) dar a conhecer, quando o repouso não é dado coletivamente a todo o pessoal por meio de um registro feito segundo as normas approadas pela legislação do país ou por

um regulamento da autoridade competente, os operários ou empregados submetidos a regime particular de repouso, e indicar esse regime.

Artigo 8.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas na Constituição da Organização Internacional do Trabalho serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 9.º

A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela não obrigará senão os Membros cuja ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

3. Depois, essa convenção entrará em vigor para cada Membro na data em que sua ratificação for registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 10

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral dessa Repartição notificará o fato a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Será notificado também o registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas por todos os Membros da Organização.

Artigo 11

Todos os Membros que ratificam a presente convenção comprometem-se a aplicar as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º até 1.º de janeiro de 1924 e a tomar as medidas que forem necessárias para efetivar estas disposições.

Artigo 12

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ra-

tificam a presente convenção comprometem-se a aplicá-la a suas colônias, possessões e protetorados, conforme as disposições do artigo 35 da Constituição de Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 13

Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção, poderá denunciar-la ao fim de um período de 10 anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção em ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Essa denúncia não terá efeito senão um ano depois de ter sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 14

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, ao menos uma vez cada dez anos, apresentar à Conferência geral o relatório sobre a aplicação do presente convênio e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão e da modificação da dita convenção.

Artigo 15

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre repouso semanal (indústria), de 1921, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 20 de novembro de 1921 por Lord Burnham, Presidente da Conferência, e M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

Esta convenção entrou em vigor inicialmente em 19 de junho de 1923.

Em fé do que eu autentiquei de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais de 1946, no trigesimo dia de abril de 1948, dois exemplares do texto da convenção tal qual foi modificada. — *Edward Phelan*, Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO 19

Convenção concernente à igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais em matéria de indenização por acidentes no trabalho, adotada pela conferência em sua sétima sessão. Genebra, 5 de junho de 1925. (Com as modificações da Convenção de Revisão dos artigos finais, de 1946).

(TEXTO AUTENTICO)

CONVENÇÃO 19

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e tendo-se reunido em 19 de maio de 1925, em sua sétima sessão,

Depois de ter decidido adotar diversas proposições relativas à igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais vítimas de acidentes de trabalho, segunda questão inscrita na ordem do dia da sessão, e

Depois de ter decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional, adota, neste quinto dia de junho de mil novecentos e vinte e cinco, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre a igualdade de tratamento (acidentes de trabalho), de 1925, a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 1.º

1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção comprometem-se a conceder aos nacionais de qualquer outro Membro que tenha ratificado a dita convenção que forem vítimas de acidentes de trabalho ocorridos em seu território ou em território sob sua dependência, o mesmo tratamento assegurado aos seus próprios acidentados em matéria de indenização por acidentes de trabalho.

2. Esta igualdade de tratamento será assegurada aos trabalhadores estrangeiros e a seus dependentes, sem nenhuma condição de residência. Entretanto, no que concerne aos pagamentos, que um Membro ou seus nacionais teriam que fazer fora do território do citado Membro em virtude desse princípio, as disposições a tomar serão reguladas, se for necessário, por convenções particulares entre os Membros interessados.

Artigo 2.º

Para a indenização por acidentes de trabalho sobrevivendo a trabalhadores ocupados temporária ou intermitentemente no território de um Membro, por conta de empresa situada em território de outro Membro, poderá ser prevista a aplicação da legislação deste último, por acordo especial entre os Membros interessados.

Artigo 3.º

Os Membros que ratificam a presente convenção e que não possuam regime de indenização ou de seguro a trabalhadores acidentados, acordam em instituir tal regime dentro de um prazo de três anos a partir de sua ratificação.

Artigo 4.º

Os Membros que ratificam a presente convenção comprometem-se a prestar assistência mútua com o fim de facilitar sua aplicação, assim como a execução das leis e regulamentos respectivos, em matéria de indenização por acidentes de trabalho, e a levar ao conhecimento da Repartição Internacional do Trabalho, que elas informará a todos os Membros interessados, todas as modificações feitas nas leis e regulamentos em vigor na matéria de indenização por acidentes de trabalho.

Artigo 5.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 6.º

1. A presente convenção entrará em vigor na data em que as ratifi-

cações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho forem registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela não obrigará senão os Membros cujas ratificações tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 7.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral desta Repartição notificará o fato a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Ele lhes notificará igualmente o registro das ratificações que forem ulteriormente comunicadas por todos os outros Membros da Organização.

Artigo 8.º

Ressalvadas as disposições do artigo 6.º, todos os Membros que ratificam a presente convenção se comprometem a aplicar as disposições dos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º até 1.º de janeiro de 1927 e a tomar as medidas necessárias a efetivar estas disposições.

Artigo 9.º

Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se comprometem a aplicá-la em suas colônias, possessões ou protetorados, conforme as disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 10

Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de 10 anos depois da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

Artigo 11

O Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá, ao menos uma vez cada 10 anos, apresentar à Conferência geral relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá de oportunidade de inscrever na ordem do

dia da Conferência a questão da revisão ou da modificação da dita convenção.

Artigo 12

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto que precede é o texto autêntico da Convenção sobre igualdade de tratamento (acidente de trabalho) de 1925, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 24 de junho de 1925 pelo Dr. Edward Benes, Presidente da Conferência, e por M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A Convenção entrou em vigor inicialmente em 8 de setembro de 1926.

Em te do que eu autentiquei, com minha assinatura, de acôrdo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste terceiro dia de abril de 1948, dois exemplares originais do texto da Convenção, tal qual foi modificada.

Edwara Phelan — Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da presente Convenção é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada, para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho: *C. W. Jenks*, Consultor jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO

CONVENÇÃO 26

Convenção concernente à instituição de métodos de fixação de salários mínimos, adotada pela conferência em sua décima primeira sessão. Genebra, 16 de junho de 1928.

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, e reunida em

30 de maio de 1928, em sua décima primeira sessão,

Depois de ter decidido adotar diversas proposições relativas aos métodos de fixação de salários mínimos, q' estão que constitui o primeiro ponto da ordem do dia da sessão, e

Depois de ter decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional, adota, neste décimo sexto dia de junho de mil novecentos e vinte e oito, a convenção presente, que será denominada Convenção Sobre os Métodos de Fixação de Salários Mínimos, de 1928, a ser ratificada pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho, conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 1.º

1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção, se comprometem a instituir ou a conservar métodos que permitam fixar os salários mínimos dos trabalhadores empregados na indústria ou partes da indústria (e em particular nas indústrias caseiras), em que não exista regime eficaz para a fixação de salários por meio de contrato coletivo ou de outra modalidade e nas quais os salários sejam excepcionalmente baixos.

2. A palavra indústrias, para os fins da presente convenção, compreende as indústrias de transformação e o comércio.

Artigo 2.º

Cada Membro que ratifica a presente convenção tem a liberdade de decidir, após consulta às organizações patronais e obreiras, se existem, para a indústria ou parte da indústria em questão, a quais indústrias ou parte de indústrias e, em particular, a quais indústrias caseiras ou parte dessas indústrias serão aplicados os métodos de fixação dos salários mínimos previstos no artigo 1.º

Artigo 3.º

1. Cada Membro que ratifica a presente convenção tem a liberdade de determinar os métodos de fixação dos salários mínimos, assim como as modalidades de sua aplicação.

2. Entretanto,

1) antes de aplicar os métodos a uma indústria ou parte da indústria determinada, os representantes dos

empregadores e dos trabalhadores interessados, inclusive os representantes de suas respectivas organizações, se tais organizações existem, deverão ser consultados, assim como tôdas as outras pessoas especialmente qualificadas no assunto, por sua profissão ou por suas funções, às quais a autoridade competente julgar oportuno dirigir-se;

2) os empregadores e trabalhadores interessados deverão participar da aplicação dos métodos, sob a forma e na medida que poderão ser determinadas pela legislação nacional, mas, em todos os casos, em número igual e no mesmo pe de igualdade;

3) as quantias mínimas de salário que forem fixadas serão obrigatórias para os empregadores e empregados interessados; não poderão ser reduzidas por eles nem em acôrdo individual nem coletivo, salvo autorização geral ou particular da autoridade competente.

Artigo 4.º

1. Todo Membro que ratifique a presente convenção deve tomar as medidas necessárias, por meio de um sistema de contrôlê e de sanções, para que, de uma parte, os empregadores e empregados interessados tomem conhecimento das quantias mínimas de salário em vigor e de outra parte, os salários efetivamente estipulados não sejam inferiores aos mínimos aplicáveis.

2. Todo trabalhador ao qual as quantias mínimas são aplicáveis e que recebeu salários inferiores ao mínimo, deve ter direito, por via judiciária ou outra via legal, de recuperar o montante da soma que lhe é devida, dentro do prazo que poderá ser fixado pela legislação nacional.

Artigo 5.º

Todo Membro que ratificar a presente convenção, deverá fazer, cada ano, à Repartição Internacional do Trabalho, uma exposição geral com a lista das indústrias ou partes de indústrias nas quais foram aplicados métodos de fixação dos salários mínimos e dando conhecimento das modalidades de aplicação desses métodos, assim como os seus resultados. Essa exposição compreenderá indicações sumárias dos números aproximados de trabalhadores atingidos por essa regulamentação, as taxas de salário mínimo fixadas, e, se fôr o caso, as

outras medidas mais importantes relativas aos salários mínimos.

Artigo 6.º

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho, serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 7.º

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois da data na qual as ratificações de dois Membros forem registradas pelo Diretor Geral.

3. Em seguida, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 8.º

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho, o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará o fato a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Notificará igualmente o registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas por todos os Membros da Organização.

Artigo 9.º

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção poderá denunciá-la ao fim de um período de 10 anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois da registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, no prazo de um ano depois da expiração do

período de 10 anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo, será obrigado por um período de cinco anos, e em seguida poderá denunciar a presente convenção, no fim de cada cinco anos, nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 10

Ao menos uma vez cada 10 anos, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidir da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da revisão ou da modificação da dita convenção.

Artigo 11

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre os métodos de fixação dos salários mínimos, de 1923, tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 22 de junho de 1923 pelas assinaturas do Sr. Carlos Saavedra Lamas, Presidente da Conferência, e de M. Albert Thomas Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A Convenção entrou em vigor inicialmente em 14 de junho de 1930.

Em fé do que eu autentiquei, com minha assinatura, de acordo com as disposições do art. 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946, neste trigésimo dia de abril de 1948, dois exemplares originais do texto da convenção, tal qual ela foi modificada. — *Edward Phelan*, Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da Convenção aqui presente é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *C. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO 29

Convenção concernente a trabalho forçado ou obrigatório adotada pela Conferência em sua décima quarta sessão. Genebra, 28 de junho de 1930 (com as modificações da Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946).

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido em 10 de junho de 1930 em sua décima quarta sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas ao trabalho forçado ou obrigatório, questão compreendida no primeiro ponto da ordem do dia da sessão e,

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional,

Adota, neste vigésimo oitavo dia de junho de mil novecentos e trinta, a convenção presente que será denominada Convenção sobre o Trabalho Forçado, de 1930, a ser ratificado pelos Membros da Organização Internacional do Trabalho conforme as disposições da Constituição da Organização Internacional do Trabalho:

Artigo 1.º

1. Todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho que ratificam a presente convenção se obrigam a suprimir o emprego do trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas no mais curto prazo possível.

2. Com o fim de alcançar-se essa supressão total, o trabalho forçado ou obrigatório poderá ser empregado, durante o período transitório, unicamente para fins públicos e a título excepcional, nas condições e com as garantias estipuladas nos artigos que seguem.

3. A expiração de um prazo de cinco anos a partir da entrada em vigor da presente convenção e por ocasião

do relatório previsto no artigo 31 abaixo, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho examinará a possibilidade de suprimir sem nova delonga o trabalho forçado ou obrigatório sob todas as suas formas e decidirá das oportunidades de inscrever essa questão na ordem do dia da Conferência.

Artigo 2.º

1. Para os fins da presente convenção, a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade.

2. Entretanto a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" não compreenderá, para os fins da presente convenção:

a) qualquer trabalho ou serviço exigido em virtude das leis sobre o serviço militar obrigatório e que só compreenda trabalhos de caráter puramente militar;

b) qualquer trabalho ou serviço que faça parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos de um país plenamente autônomo;

c) qualquer trabalho ou serviço exigido de um indivíduo como consequência de condenação pronunciada por decisão judiciária, contanto que esse trabalho ou serviço seja executado sob a fiscalização e o controle das autoridades públicas e que o dito indivíduo não seja pôsto a disposição de particulares, companhias ou pessoas morais privadas;

d) qualquer trabalho ou serviço exigido nos casos de força maior, quer dizer, em caso de guerra, de sinistro ou ameaças de sinistro, tais como incêndios, inundações, fome, tremores de terra, epidemias e epizootias, invasões de animais, de insetos ou de parasitas vegetais daninhos, e em geral todas as circunstâncias que ponham em perigo a vida ou as condições normais de existência, de toda ou de parte da população;

e) pequenos trabalhos de uma comunidade, isto é, trabalhos executados no interesse direto da coletividade pelos membros desta, trabalhos que, como tais, podem ser considerados obrigações cívicas normais dos mem-

bros da coatividade, contanto que a própria população ou seus representantes diretos tenham o direito de se pronunciar sobre a necessidade desse trabalho.

Artigo 3.º

Para os fins da presente convenção, o termo "autoridades competentes" designará as autoridades metropolitanas ou as autoridades centrais superiores do território interessado.

Artigo 4

1. As autoridades competentes não deverão impor ou deixar impor o trabalho forçado ou obrigatório em proveito de particulares ou de companhias, ou de pessoas jurídicas de direito privado.

2. Se tal forma de trabalho forçado ou obrigatório em proveito de particulares, de companhias ou de pessoas jurídicas de direito privado, existir na data em que a ratificação da presente convenção por um Membro foi registrada pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, este Membro deverá suprimir completamente o dito trabalho forçado ou obrigatório, na data da entrada em vigor da presente convenção para esse Membro.

Artigo 5.º

1. Nenhuma concessão feita a particulares, companhias ou pessoas jurídicas de direito privado deverá ter como consequência a imposição de qualquer forma de trabalho forçado ou obrigatório com o fim de produzir ou recolher os produtos que esses particulares, companhias ou pessoas jurídicas de direito privado utilizam ou negociam.

2. Se concessões existentes contêm disposições que tenham como consequência a imposição de trabalho forçado ou obrigatório, essas disposições deverão ser canceladas logo que possível, a fim de satisfazer as prescrições do artigo primeiro da presente convenção.

Artigo 6.º

Os funcionários da Administração, mesmo quando tenham que incentivar as populações sob seus cuidados a se ocupar com qualquer forma de trabalho, não deverão exercer sobre essas

populações pressão coletiva ou individual, visando a fazê-las trabalhar para particulares, companhias ou pessoas jurídicas de direito privado.

Artigo 7.º

1. Os chefes que não exercem funções administrativas não deverão recorrer a trabalhos forçados ou obrigatórios.

2. Os chefes que exercem funções administrativas poderão, com a autorização expressa das autoridades competentes, recorrer ao trabalho forçado ou obrigatório nas condições expressas no artigo 10 da presente convenção.

3. Os chefes legalmente reconhecidos e que não recebem remuneração adequada sob outras formas, poderão beneficiar-se dos serviços pessoais devidamente regulamentados, devendo ser tomadas todas as medidas necessárias para prevenir abusos.

Artigo 8.º

1. A responsabilidade de qualquer decisão de recorrer ao trabalho forçado ou obrigatório caberá às autoridades civis superiores do território interessado.

2. Entretanto, essas autoridades poderão delegar às autoridades locais superiores o poder de impor trabalho forçado ou obrigatório nos casos em que esse trabalho não tenha por efeito afastar o trabalhador de sua residência habitual. Essas autoridades poderão igualmente delegar as autoridades locais superiores, pelo período e nas condições que serão estipuladas pela regulamentação prevista no artigo 23 da presente convenção, o poder de impor trabalho forçado ou obrigatório para cuja execução os trabalhadores deverão se afastar de sua residência habitual, quando se tratar de facilitar o deslocamento de funcionários da administração no exercício de suas funções e o transporte do material da administração.

Artigo 9.º

Salvo disposições contrárias estipuladas no artigo 10 da presente convenção, toda autoridade que tiver o direito de impor o trabalho forçado ou obrigatório não deverá permitir recurso a essa forma de trabalho, a não ser que tenha sido assegurado o seguinte:

a) que o serviço ou trabalho a executar é de interesse direto e importante para a coletividade chamada a executá-lo;

b) que esse serviço ou trabalho é de necessidade atual e premente;

c) que foi impossível encontrar mão de obra voluntária para a execução desse serviço ou trabalho, apesar do oferecimento de salários e condições de trabalho ao menos iguais aos que são usuais no território interessado para trabalhos ou serviços análogos;

d) que não resultará do trabalho ou serviço, ônus muito grande para a população atual, considerando-se a mão de obra disponível e sua aptidão para o desempenho do trabalho.

Artigo 10

1. O trabalho forçado ou obrigatório exigido a título de imposto e o trabalho forçado ou obrigatório exigido, para os trabalhos de interesse público, por chefes que exercem funções administrativas, deverão ser progressivamente abolidos.

2. Enquanto não o forem, quando o trabalho forçado ou obrigatório for a título de imposto ou exigido por chefes que exercem funções administrativas, para a execução de trabalhos de interesse público, as autoridades interessadas deverão primeiro assegurar:

a) que o serviço ou trabalho a executar é de interesse direto e importante para a coletividade chamada a executá-lo;

b) que este serviço ou trabalho é de necessidade atual ou premente;

c) que não resultará do trabalho ou serviço ônus muito grande para a população atual, considerando-se a mão de obra disponível e sua aptidão para o desempenho do trabalho;

d) que a execução desse trabalho ou serviço não obrigará os trabalhadores a se afastarem do lugar de sua residência habitual;

e) que a execução desse trabalho ou serviço será orientado conforme as exigências da religião, da vida social ou da agricultura.

Artigo 11

1. Somente os adultos válidos do sexo masculino cuja idade presumível não seja inferior a 18 anos nem superior a 45 poderão estar sujeitos a trabalhos forçados ou obrigatórios.

Salvo para as categorias de trabalho estabelecidas no artigo 10 da presente convenção, os limites e condições seguintes deverão ser observados:

a) conhecimento prévio em todos os casos em que for possível por médico designado pela administração da ausência de qualquer moléstia contagiosa e da aptidão física dos interessados para suportar o trabalho imposto e as condições em que será executado;

b) isenção do pessoal das escolas, alunos e professores, assim como do pessoal administrativo em geral;

c) manutenção, em cada coletividade, de um número de homens adultos e válidos indispensáveis à vida familiar e social;

d) respeito aos vínculos conjugais e familiares.

2. Para os fins indicados na alínea c) acima, a regulamentação prevista no artigo 23 da presente convenção fixará a proporção de indivíduos da população permanente masculina e adulta que poderá ser convocada a qualquer tempo sem, entretanto que essa proporção possa em caso algum, ultrapassar 25 por cento dessa população. Fixando essa proporção as autoridades competentes deverão ter em conta a densidade da população, o desenvolvimento social e física dessa população, a época do ano e os trabalhos que dexam ser executados pelos interesses no lugar e por sua própria conta; de um modo geral, elas deverão respeitar as necessidades econômicas e sociais da vida normal da Coletividade.

Artigo 12

1. O período máximo, durante o qual um indivíduo qualquer poderá ser submetido a trabalho forçado ou obrigatório sob suas diversas formas, não deverá ultrapassar sessenta dias por período de doze meses, compreendidos nesse período os dias de viagem necessários para ir ao lugar de trabalho e voltar.

2. Cada trabalhador submetido ao trabalho forçado ou obrigatório deverá estar munido de certificado que indique os períodos de trabalho forçado e obrigatório que tiver executado.

Artigo 13

1. O número de horas normas de trabalho de toda pessoa submetida a trabalho forçado ou obrigatório de-

verá ser o mesmo adotado para o trabalho livre, e as horas de trabalho executado além do período normal deverão ser remuneradas nas mesmas bases usuais para as horas suplementares dos trabalhadores livres.

2. Um dia de repouso semanal deverá ser concedido a todas as pessoas submetidas a qualquer forma de trabalhos forçado ou obrigatório, e esse dia deverá coincidir, tanto quanto possível, com o dia consagrado pela tradição ou pelos costumes do país ou região.

Artigo 14

1. Com exceção do trabalho previsto no artigo 10, da presente convenção, o trabalho forçado ou obrigatório sob todas as formas, deverá ser remunerado em espécie em países que, pelo mesmo gênero de trabalho não deverão ser inferiores aos em vigor na região onde os trabalhadores estão empregados, nem aos que vigorarem no lugar onde foram recrutados.

2. No caso do trabalho imposto por chefes no exercício de suas funções administrativas, o pagamento de salários nas condições previstas no parágrafo precedente deverá ser introduzido o mais breve possível.

3. Os salários deverão ser entregues a cada trabalhador individualmente e não a seu chefe de grupo ou a qualquer outra autoridade.

4. Os dias de viagem para ir ao trabalho e voltar deverão ser contados no pagamento dos salários como dias de trabalho.

5. O presente artigo não terá por efeito impedir o fornecimento aos trabalhadores de rações alimentares habituais como parte do salário, devendo essas rações ser ao menos equivalentes à soma de dinheiro que se supõe representarem; mas nenhuma dedução deverá ser feita no salário, nem para pagamento de impostos, nem para alimentação, vestuários ou alojamento especiais, que serão fornecidos aos trabalhadores para mantê-los em situação de continuar seu trabalho, considerando-se as condições especiais de seu emprego, nem pelo fornecimento de utensílios.

Artigo 15

1. Toda legislação concernente à indenização por acidentes ou moléstias resultantes de trabalho e toda legislação que prevê indenizações de pessoas dependentes de trabalhadores, trabalhadores mortos ou inválidos,

que estejam ou estiverem em vigor no território interessado, deverão ser aplicar às pessoas submetidas ao trabalho forçado ou obrigatório nas mesmas condições dos trabalhadores livres.

2. De qualquer modo, toda autoridade que empregar trabalhador em trabalho forçado ou obrigatório deverá ter a obrigação de assegurar a subsistência do dito trabalhador se um acidente ou uma moléstia resultante de seu trabalho tiver o efeito de torná-lo total ou parcialmente incapaz de prover às suas necessidades. Esta autoridade deverá igualmente ter a obrigação de tomar medidas para assegurar a manutenção de toda pessoa efetivamente dependente do dito trabalhador em caso de incapacidade ou morte resultante do trabalho.

Artigo 16

1. As pessoas submetidas a trabalho forçado ou obrigatório não deverão, salvo em caso de necessidade excepcional, ser transferidas para regiões onde as condições de alimentação e de clima sejam de tal maneira diferentes das a que estão acostumadas que poderiam oferecer perigo para sua saúde.

2. Em caso algum, será autorizada tal transferência de trabalhadores sem que todas as medidas de higiene e de "habitat" que se impõe para sua instalação e para a proteção de sua saúde tenham sido estritamente aplicadas.

3. Quando tal transferência não puder ser evitada, deverão ser adotadas medidas que assegurem adaptação progressiva dos trabalhadores as novas condições de alimentação e de clima, depois de ouvido o serviço médico competente.

4. Nos casos em que os trabalhadores forem chamados a executar um trabalho regular ao qual não estão acostumados, deverão tomar-se medidas para assegurar a sua adaptação a esse gênero de trabalho, a disposição de repousos intercalados e a melhoria e aumento de rações alimentares necessárias.

Artigo 17

Antes de autorizar qualquer recurso ao trabalho forçado ou obrigatório para trabalhos de construção ou de manutenção que obriguem os trabalhadores a permanecerem nos locais de trabalho durante um período prolongado, as autoridades competentes deverão assegurar:

1) que todas as medidas necessárias foram tomadas para assegurar a higiene dos trabalhadores e garantir-lhes os cuidados médicos indispensáveis, e que, em particular: a) esses trabalhadores passam por um exame médico antes de começar os trabalhos e se submetem a novos exames em intervalos determinados durante o período de emprego; b) foi previsto um pessoal médico suficiente, assim como dispensários, enfermarias, hospitais e material necessários para fazer face a todas as necessidades, e c) a boa higiene dos lugares de trabalho, o abastecimento de víveres, água, combustíveis e material de cozinha foram assegurados aos trabalhadores de maneira satisfatória, e roupas e alojamentos necessários foram previstos;

2) que foram tomadas medidas apropriadas para assegurar a subsistência da família do trabalhador, especialmente facilitando a entrega de parte do salário a ela, por um processo seguro, com o consentimento ou a pedido do trabalhador;

3) que as viagens de ida e volta dos trabalhadores ao lugar do trabalho serão asseguradas pela administração, sob sua responsabilidade e à sua custa, e que a administração facilitará essas viagens, utilizando, na medida do possível, todos os meios de transporte disponíveis;

4) que, em caso de enfermidade ou acidente do trabalhador que acarrete incapacidade de trabalho durante certo tempo, o repatriamento do trabalhador será assegurado às expensas da administração;

5) que todo trabalhador que desejar ficar no local como trabalhador livre, no fim do período de trabalho forçado ou obrigatório, terá permissão para fazê-lo, sem perder, durante um período de dois anos, o direito de repatriamento gratuito.

Artigo 13

1. O trabalho forçado ou obrigatório para o transporte de pessoas ou mercadorias, tais como o trabalho de carregadores ou barqueiros, deverá ser suprimido o mais brevemente possível e, esperando essa providência, as autoridades competentes deverão baixar regulamentos fixando, especialmente:

a) a obrigação de não utilizar esse trabalho a não ser para facilitar o transporte de funcionários da administração no exercício de suas funções

ou o transporte do material da administração, ou, em caso de necessidade absolutamente urgente, o transporte de outras pessoas que não sejam funcionários; b) a obrigação de não empregar em tais transportes senão homens reconhecidos fisicamente aptos para a esse trabalho em exame médico anterior, nos casos em que isso for possível; quando não o for, a pessoa que empregar essa mão de obra deverá assegurar, sob sua responsabilidade, que os trabalhadores empregados possuem a aptidão física necessária, e não sofram molestias contagiosas; c) a carga mínima a ser levada por esses trabalhadores; d) o percurso máximo que poderá ser imposto a esses trabalhadores, do local de sua residência; e) o número máximo de dias por mês ou por qualquer outro período durante o qual esses trabalhadores poderão ser requisitados, incluídos nesse número os dias da viagem de volta; f) as pessoas autorizadas a recorrer a essa forma de trabalho forçado ou obrigatório, assim como até que ponto elas têm direito de recorrer a esse trabalho.

2. Fixando os máximos mencionados nas alíneas c), d) e e) do parágrafo precedente, as autoridades competentes deverão ter em conta os diversos elementos a considerar, notadamente a aptidão física da população que deverá atender a requisição, a natureza do itinerário a ser percorrido, assim como as condições climáticas.

3. As autoridades competentes deverão, outrossim, tomar medidas para que o trajeto diário normal dos carregadores não ultrapasse distância correspondente à duração média de um dia de trabalho de oito horas, ficando entendido que, para determiná-la, dever-se-á levar em conta, não somente a carga a ser percorrida, mas ainda, o estado da estrada, a época do ano e todos os outros elementos a considerar; se for necessário impor horas de marcha suplementares aos carregadores, estas deverão ser remuneradas em bases mais elevadas do que as normais

Artigo 19

1. As autoridades competentes não deverão autorizar o recurso às culturas obrigatórias a não ser com o fim de prevenir fome ou a falta de produtos alimentares e sempre com a reserva de que as mercadorias assim obtidas constituirão propriedade dos indivíduos ou da coletividade que os tiverem produzido.

2. O presente artigo não deverá tornar sem efeito a obrigação dos membros da coletividade de se desobrigarem do trabalho imposto, quando a produção se achar organizada segundo a lei e o costume, sobre base comunal e quando os produtos ou benefícios provenientes da venda ficarem como propriedade da coletividade.

Artigo 20

As legislações que prevêem repressão coletiva aplicável a uma coletividade inteira por delitos cometidos por alguns dos membros, não deverão estabelecer trabalho forçado ou obrigatório para uma coletividade como um dos métodos de repressão.

Artigo 21

Não se aplicará o trabalho forçado ou obrigatório para trabalhos subterrâneos em minas.

Artigo 22

Os relatórios anuais que os Membros que ratificam a presente convenção, se comprometem a apresentar à Repartição Internacional do Trabalho, conforme as disposições do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, sobre as medidas por eles tomadas para pôr em vigor as disposições da presente convenção, deverão conter as informações mais completas possíveis, para cada território interessado, sobre o limite da aplicação do trabalho forçado ou obrigatório nesse território, assim como os pontos seguintes: para que fins foi executado esse trabalho; porcentagem de enfermidades e de mortalidade; horas de trabalho; métodos de pagamento dos salários e totais destes; assim como quaisquer outras informações a isso pertinentes.

Artigo 23

1. Para pôr em vigor a presente convenção, as autoridades competentes deverão promulgar uma regulamentação completa e precisa sobre o emprego do trabalho forçado ou obrigatório.

2. Esta regulamentação deverá conter, notadamente, normas que permitam a cada pessoa submetida a trabalho forçado ou obrigatório apresentar às autoridades todas as reclamações relativas às condições de trabalho e lhes dêem garantias de que essas reclamações serão examinadas e tomadas em consideração.

Artigo 24

Medidas apropriadas deverão ser tomadas em todos os casos para assegurar a estrita aplicação dos regulamentos concernentes ao emprego do trabalho forçado ou obrigatório, seja pela extensão ao trabalho forçado ou obrigatório das atribuições de todo organismo de inspeção já criado para a fiscalização do trabalho livre, seja por qualquer outro sistema conveniente. Deverão ser igualmente tomadas medidas no sentido de que esses regulamentos sejam levados ao conhecimento das pessoas submetidas ao trabalho forçado ou obrigatório.

Artigo 25

O fato de exigir ilegalmente o trabalho forçado ou obrigatório será passível de sanções penais, e todo Membro que ratificar a presente convenção terá a obrigação de assegurar que as sanções impostas pela lei são realmente eficazes e estritamente aplicadas.

Artigo 26

1. Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifica a presente convenção compromete-se a aplicá-la aos territórios submetidos à sua soberania jurídica, proteção, suzerania, tutela ou autoridade, na medida em que ele tem o direito de subscrever obrigações referentes a questões de jurisdição interior. Entretanto, se o Membro quer se prevaler das disposições do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho deverá acompanhar sua ratificação de declaração estabelecendo:

1) os territórios nos quais pretende aplicar integralmente as disposições da presente convenção;

2) os territórios nos quais pretende aplicar as disposições da presente convenção com modificações e em que consistem as ditas modificações.

3) os territórios para os quais reserva sua decisão.

2. A declaração acima mencionada será reputada parte integrante da ratificação e terá idênticos efeitos. Todo Membro que formular tal declaração terá a faculdade de renunciar, em nova declaração no todo ou em parte, às reservas feitas, em virtude das alíneas 2 e 3 acima na sua declaração anterior.

Artigo 27

As ratificações oficiais da presente convenção nas condições estabelecidas pela Constituição da Organização Internacional do Trabalho serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 28

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Ela entra em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Em seguida esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 29

Logo que as ratificações de dois Membros da Organização Internacional do Trabalho tiverem sido registradas na Repartição Internacional do Trabalho o Diretor Geral da Repartição notificará imediatamente a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho. Será também notificado o registro das ratificações que lhe forem ulteriormente comunicadas por todos os outros Membros da Organização.

Artigo 30

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Essa denúncia não se tornará efetiva senão um ano depois de registrada na Repartição Internacional do Trabalho.

2. Tomo Membro que tendo ratificado a presente convenção no prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionado no parágrafo precedente não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo está comprometido por um novo período de cinco anos e em seguida poderá denunciar a presente convenção no fim de cada período de cinco anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 31

No fim de cada período de cinco anos a contar da entrada em vigor da presente convenção o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência Geral relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total parcial.

Artigo 32

1. No caso de a Conferência geral adotar nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará de pleno direito denúncia da presente convenção, sem condições de prazo não obstante o artigo 30 acima contanto que nova convenção de revisão tenha entrado em vigor.

2. A partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

3. A presente convenção ficará entretanto em vigor na sua forma e teor para os Membros que a tiverem ratificado e não ratificarem a nova convenção de revisão.

Artigo 33

Os textos francês e inglês da presente convenção farão fé.

O texto precedente é o texto autêntico da Convenção sobre trabalho forçado de 1930 tal qual foi modificada pela Convenção de revisão dos artigos finais, de 1946.

O texto original da convenção foi autenticado em 25 de julho de 1930, pelas assinaturas de M. E. Mannaim, Presidente da Conferência e de M. Albert Thomas, Diretor da Repartição Internacional do Trabalho.

A Convenção entrou em vigor inicialmente em 1.º de maio de 1932.

Em fé do que, que autentiquei com minha assinatura de acordo com as disposições do artigo 6.º da Convenção de revisão dos artigos finais de 1946, neste trigésimo primeiro dia de agosto de 1948 dois exemplares originais do texto da convenção tal qual foi modificada — *Edward Phelan*, Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

O texto da Convenção presente é cópia exata do texto autenticado pela assinatura do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada.

para o Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho — C. W. Jenks, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO N.º 81

Convenção concernente à inspeção do Trabalho na Indústria e no Comércio.

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e a se tendo reunido em 19 de junho de 1947, em sua trigésima sessão,

Depois de adotar diversas disposições relativas à inspeção do trabalho na indústria e no comércio questão que constitui o quarto ponto na ordem do dia da sessão,

Depois de decidir que essas disposições tomariam a forma de uma convenção internacional,

adota, neste décimo primeiro dia de julho de mil novecentos e quarenta e sete, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre a inspeção do trabalho de 1947:

I PARTE

Inspeção do Trabalho na Indústria

Artigo 1.º

Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho nos estabelecimentos industriais se aplicará a todos os estabelecimentos para os quais os inspetores de trabalho estão encarregados de assegurar a aplicação das disposições legais relativas às condições de trabalho e a proteção dos trabalhadores no exercício da profissão.

2 — A legislação nacional poderá isentar as empresas mineiras e de transporte, ou parte dessas empresas, da aplicação da presente convenção.

Artigo 3.º

1 — O sistema de inspeção de trabalho será encarregado: a) de assegurar a aplicação das disposições legais relativas às condições de trabalho e à proteção dos trabalhadores no exercício de sua profissão, tais como as disposições relativas à duração do trabalho, aos salários, à segurança, à higiene e ao bem estar, ao emprego das crianças e dos adolescentes e a outras matérias conexas, na medida em que os inspetores são encarregados de assegurar a aplicação das ditas disposições;

b) de fornecer informações e conselhos técnicos aos empregadores e trabalhadores sobre os meios mais eficazes de observar as disposições legais;

c) de levar ao conhecimento da autoridade competente as deficiências ou os abusos que não estão especificamente compreendidos nas disposições legais existentes.

2 — Se forem confiadas outras funções aos inspetores de trabalho, estas não deverão ser obstáculo ao exercício de suas funções principais nem prejudicar de qualquer maneira a autoridade ou a imparcialidade necessárias aos inspetores nas suas relações com os empregadores.

Artigo 4.º

1 — Tanto quanto isso for compatível com a prática administrativa do Membro, a inspeção do trabalho será submetida à vigilância e ao controle de uma autoridade central.

2 — Se se tratar de Estado federativo, o termo "autoridade central" poderá designar seja autoridade federal, seja autoridade central de uma entidade federada.

Artigo 5.º

A autoridade competente deverá tomar medidas apropriadas para favorecer:

a) a cooperação efetiva entre os serviços de inspeção de uma parte, e outros serviços governamentais e as instituições públicas e privadas que exercem atividades análogas de outra parte;

b) a colaboração entre os funcionários da inspeção do trabalho e os empregadores e os trabalhadores ou suas organizações.

Artigo 6.º

O pessoal da inspeção será composto de funcionários públicos cujo estatuto e condições de serviço lhes assegurem a estabilidade nos seus empregos e os tornem independentes de qualquer mudança de governo ou de qualquer influência externa indevida.

Artigo 7.º

1 — Ressalvadas as condições às quais a legislação nacional submeta o recrutamento dos membros dos serviços públicos, os inspetores do trabalho serão recrutados unicamente sobre a base das aptidões para as funções

2 — Os meios de verificar essas aptidões serão determinados pela autoridade competente

3 — Os inspetores de trabalho deverão receber formação apropriada, para o exercício de suas funções.

Artigo 8.º

Tanto as mulheres quanto os homens poderão ser nomeados membros do pessoal do serviço de inspeção se houver necessidade, poderão ser atribuídos tarefas especiais aos inspetores e inspetoras.

Artigo 9.º

Cada Membro tomará as medidas necessárias para assegurar a colaboração de especialistas e técnicos devidamente qualificados, técnicos em medicina, em mecânica, electricidade e química para o funcionamento da inspeção segundo os métodos julgados mais apropriados às condições nacionais, a fim de assegurar a aplicação das disposições legais relativas à higiene e à segurança dos trabalhadores no exercício de suas profissões e de se informar dos processos empregados, do material usado e dos métodos de trabalho, sobre a higiene e a segurança dos trabalhadores.

Artigo 10

O número de inspetores de trabalho será o suficiente para permitir o exercício eficaz das funções de serviço de inspeção e será fixado tendo-se em conta:

a) a importância das tarefas que os inspetores terão de executar, notadamente

i) o número, a natureza, a importância e a situação dos estabeleci-

mentos sujeitos ao controle da inspeção;

ii) o número e a diversidade das categorias de trabalhadores ocupados nesses estabelecimentos.

iii) o número e a complexidade das disposições legais cuja aplicação deve ser assegurada;

b) os meios materiais de execução postos à disposição dos inspetores;

c) as condições práticas nas quais as visitas de inspeção deverão se efetuar para ser eficazes.

Artigo 11

1. A autoridade competente tomará as medidas necessárias no sentido de fornecer aos inspetores de trabalho:

a) escritórios locais organizados de maneira apropriada às necessidades do serviço e acessíveis a todos os interessados;

b) facilidades de transporte necessário ao exercício de suas funções quando não existirem facilidades de transporte público apropriadas;

2. A autoridade competente tomará as medidas necessárias no sentido de indenizar os inspetores de trabalho de todos os gastos de locomoção e todas as despesas acessórias necessárias ao exercício de suas funções

Artigo 12

1. Os inspetores de trabalho munidos de credenciais serão autorizados,

a) a penetrar livremente e sem aviso prévio, a qualquer hora do dia ou da noite, em qualquer estabelecimento submetido à inspeção;

b) a penetrar durante o dia em todos os locais que eles possam ter motivo razoável para supor estarem sujeitos ao controle de inspeção;

c) a proceder a todos os exames, controles e inqueritos julgados necessários para assegurar que as disposições legais são efetivamente observadas e notadamente:

i) a interrogar, seja só ou em presença de testemunhas, o empregador ou o pessoal do estabelecimento sobre quaisquer matérias relativas à aplicação das disposições legais;

ii) a pedir vistas de todos os livros, registros e documentos prescritos pela legislação relativa às condições de trabalho, com o fim de verificar sua conformidade com os dispositivos legais, de os copiar, extrair dados.

IV) a retirar ou levar para fim de análises, amostras de materiais e substância, utilizadas ou manipuladas, contanto que o empregado ou seu representante seja advertido de que os materiais ou substâncias foram retiradas ou levadas para esse fim.

2 Por ocasião de uma visita de inspeção, o inspetor deverá informar o empregador ou seu representante de sua presença, a menos que julgue que tal aviso pode ser prejudicial à eficiência da fiscalização.

Artigo 13

1. Os inspetores de trabalho serão autorizados a providenciar medidas destinadas a eliminar defeitos encontrados em uma instalação, uma organização ou em métodos de trabalho que eles tenham motivos razoáveis para considerar como ameaça à saúde ou à segurança dos trabalhadores.

2 A fim de estarem aptos a provocar essas medidas, os inspetores terão o direito, ressalvado qualquer recurso judiciário ou administrativo que possa prever a legislação nacional, de ordenar ou de fazer ordenar:

a) que sejam feitas nas instalações, dentro de um prazo fixo, as modificações necessárias a assegurar a aplicação estrita das disposições legais concernentes à saúde e à segurança dos trabalhadores;

b) que sejam tomadas imediatamente medidas executivas no caso de perigo iminente para a saúde e a segurança dos trabalhadores.

3. Se o procedimento fixado no parágrafo 2.º não for compatível com a prática administrativa e judiciária do Membro os inspetores terão o direito de dirigir-se à autoridade competente para que ela formule prescrições ou faça tomar medidas de efeito executório imediato.

Artigo 14

A inspeção do trabalho deverá ser informada dos acidentes de trabalho e dos casos de enfermidade profissional, nos casos e da maneira determinados pela legislação nacional.

Artigo 15

Ressalvadas as exceções que a legislação nacional possa prever, os inspetores de trabalho:

a) não terão direito a qualquer interesse direto ou indireto nas empresas submetidas a seu controle.

b) serão obrigados, sob sanção penal ou de medidas disciplinares apropriadas, a não revelar mesmo depois de terem deixado o serviço, os segredos de fabricação ou de comércio ou os processos de exploração de que possam ter conhecimento no exercício de suas funções;

c) deverão tomar como absolutamente confidencial a fonte de queixas que lhes tragam ao conhecimento um defeito de instalação ou uma infração às disposições legais e deverão abster-se de revelar ao empregador ou a seu representante que sua visita de inspeção resultou de alguma queixa

Artigo 16

Os estabelecimentos deverão ser inspecionados com a frequência e o cuidado necessários a assegurar a aplicação efetiva das disposições legais em questão.

Artigo 17

1. As pessoas que violarem ou negligenciarem a observância das disposições legais de cuja execução estão incumbidos os inspetores de trabalho, serão passíveis de perseguições legais imediatas sem aviso prévio. Entretanto, a legislação nacional poderá prever exceções nos casos em que uma advertência deva ser feita afim de remediar a situação ou de se tomarem medidas preventivas.

2. Os inspetores de trabalho terão a liberdade de fazer advertências ou de conselhos, em vez de intentar ou recomendar ações

Artigo 18

Sanções apropriadas por violação dos dispositivos legais cuja aplicação está submetida ao controle dos inspetores de trabalho e por obstrução feita aos inspetores de trabalho no exercício de suas funções, serão previstas pela legislação nacional e efetivamente aplicadas

Artigo 19

1. Os inspetores de trabalho ou os escriturários de inspeção locais segundo o caso, serão obrigados a submeter à autoridade central de inspeção relatórios periódicos de caráter geral sobre os resultados de suas atividades.

2. Esses relatórios serão feitos segundo a maneira prescrita pela autoridade central e tratarão dos assuntos indicados de tempo em tempo pela autoridade central; eles deverão ser quanto o prescreva a autoridade central, e, em qualquer hipótese pelo menos uma vez por ano.

Artigo 20

1. A autoridade central de inspeção publicará um relatório anual de caráter geral sobre os trabalhos de inspeção submetidos a seu controle.

2. Esses relatórios serão publicados dentro de um prazo razoável que em nenhum caso exceda de doze meses, a partir do fim do ano ao qual eles se referem.

3. Cópias dos relatórios anuais serão enviadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho dentro de um prazo razoável depois de seu aparecimento, mas, em qualquer caso, num prazo que não exceda de três meses.

Artigo 21

O relatório anual publicado pela autoridade central de inspeção deverá tratar dos seguintes assuntos:

a) as leis e regulamentos importantes para o serviço de inspeção do trabalho;

b) pessoa do serviço de inspeção do trabalho;

c) estatísticas dos estabelecimentos submetidos à inspeção e número dos trabalhadores ocupados nesses estabelecimentos;

d) estatísticas das visitas de inspeção;

e) estatísticas das infrações cometidas e das sanções impostas;

f) estatísticas dos acidentes de trabalho;

g) estatísticas das enfermidades profissionais;

assim como sobre qualquer ponto referência a esses assuntos, na medida em que esteja sob o controle da referência autoridade central.

II PARTE

Inspeção do trabalho no Comércio

Artigo 22

Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho para a qual esta parte da presente convenção está em vigor deve possuir um sistema de

inspeção de trabalho nos seus estabelecimentos comerciais.

Artigo 23

O sistema de inspeção de trabalho nos estabelecimentos comerciais se aplica aos estabelecimentos nos quais os inspetores de trabalho estão encarregados de assegurar a aplicação dos dispositivos legais relativos às condições de trabalho a proteção dos trabalhadores no exercício de sua profissão.

Artigo 24

O sistema de inspeção de trabalho nos estabelecimentos comerciais deverá satisfazer às disposições dos artigos 3.º a 21 da presente convenção, na medida em que forem aplicados.

III PARTE

Medidas diversas

1. Todo Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifica a presente convenção pode, em declaração anexa, a sua ratificação, excluir a III parte de sua aceitação da convenção.

2. Todo Membro que tiver feito tal declaração pode anulá-la em qualquer tempo com declaração ulterior.

3. Todo Membro para o qual está em vigor uma declaração feita de conformidade com o parágrafo 1.º do presente artigo, indicará cada ano, no seu relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, o teor de sua legislação e de sua prática no que se refere às disposições da Parte II da presente convenção, esclarecendo até que ponto se puseram ou se pretendem por em prática as ditas disposições.

Artigo 26

No caso em que não haja certeza sobre se um estabelecimento, uma parte ou um serviço de um estabelecimento estão submetidos a presente convenção, é a autoridade competente que deve decidir a questão.

Artigo 27

Na presente convenção a expressão "disposições legais compreende, além da legislação, as sentenças arbitrais e os contratos coletivos que têm força de lei, e cuja aplicação os inspetores de trabalho estão encarregados de assegurar.

Artigo 28

Informações detalhadas concernentes a qualquer legislação nacional que ponha um vigor às disposições da presente convenção, deverão ser incluídas nos relatórios anuais que devem ser apresentados conforme o artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho.

Artigo 29

1. Quanto o território de um Membro compreende vastas regiões onde, em razão da pouca densidade da população ou do estado de seu desenvolvimento, a autoridade competente considera impraticáveis os dispositivos da presente convenção, ela pode isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de um modo geral, seja com exceções que ela julgue apropriadas em relação a certos estabelecimentos ou certos trabalhos.

2. Todo Membro deve indicar, no seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que será apresentada em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições do presente artigo e deve dar as razões por que se propõe recorrer a elas. Posteriormente, nenhum membro poderá recorrer às disposições do presente artigo, salvo no que concerne às regiões que houver assim indicado.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo, deverá indicar, nos seus relatórios anuais ulteriores, as regiões para as quais ele renuncia o direito de recorrer às ditas disposições.

Artigo 30

1. No que concerne aos territórios mencionados no artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho tal qual foi emendada pelo instrumento de emenda à Constituição da Organização Internacional do Trabalho de 1946, com exclusão dos territórios citados nos parágrafos 4º e 5º do dito artigo assim emendado, todo Membro da Organização que ratificar a presente convenção deverá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, no mais breve prazo possível depois de sua ratificação, uma declaração esclarecendo:

a) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar, sem modificação, as disposições da convenção,

b) os territórios os quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem as ditas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

tericos, as regiões para as quais ele reserva sua decisão.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a e b do parágrafo primeiro do presente artigo serão reputados partes integrantes da ratificação e terão idênticos efeitos.

3) Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, às reservas contidas na sua declaração anterior em virtude das alíneas b, c e d do parágrafo 1º do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos em que a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 34, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação dos territórios que especificar.

Artigo 31

1. Quando as questões tratadas pela presente convenção entram no quadro da competência própria das autoridades de um território não metropolitano, o Membro responsável pelas relações internacionais desse território em acordo com seu próprio governo, poderá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho uma declaração de aceitação, em nome desse território, das obrigações da presente convenção.

2. Uma declaração de aceitação das obrigações da presente convenção pode ser comunicada ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho:

a) por dois ou mais Membros da Organização para um território colocado sob sua autoridade conjunta;

b) por qualquer autoridade internacional responsável pela administração de um território em virtude das disposições da Carta das Nações Unidas ou de qualquer outra disposição em vigor, com respeito a esse território.

3. As declarações comunicadas ao Diretor Geral do Bureau Internacional do Trabalho, de conformidade com as disposições dos parágrafos

precedentes do presente artigo, devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações: quando a declaração indica que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, e a deve especificar em que consistem as ditas modificações.

4. O Membro ou os Membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteiramente ou em parte, em declaração ulterior, ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

5. O Membro ou os Membros ou autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos em que a Convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do art. 34, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer sentido os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

IV PARTE

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 33

1. A presente convenção não obriga senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Em seguida, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação fôr registrada.

Artigo 34

1. Todo Membro que ratifique a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de 10 anos depois da data em que a convenção entrou em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Essa denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro do prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionados no parágrafo precedente, não fizer uso

da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará comprometido por um período de dez anos, e, posteriormente, poderá denunciar a presente convenção no fim de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 35

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe fôr comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização sobre a data em que a presente convenção entrará em vigor.

Artigo 36

A Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o art. 102 da Carta das Nações Unidas informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que tiverem sido registrados conforme os artigos precedentes.

Artigo 37

A expiração de cada período de dez anos a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão da sua revisão total ou parcial.

Artigo 38

1. No caso em que a Conferência adote uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha de outra forma:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão provocará, de pleno direito, não obstante o artigo 34 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção não es-

tará mais aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso em vigor em sua forma e teor para os membros que a tiverem ratificado e que não ratificarem a convenção de revisão.

Artigo 39

As versões em francês e em inglês do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua trigésima sessão realizada em Genebra e declarada encerrada em 11 de julho de 1947.

Em fé do que apuseram suas assinaturas, neste décimo nono dia de julho de 1947:

O Presidente da Conferência, *Carl Joachim Hambro*. — O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, *Edward Phelan*.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO N.º 88

Concernente à organização do serviço de emprego.

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí reunida em 17 de junho de 1948, em sua trigésima primeira sessão.

Depois de decidir adotar diversas proposições relativas à organização do serviço de emprego, que são compreendidas no quatro ponto da Ordem do Dia da sessão,

Depois de decidir que essas proposições tomariam a forma de convenção internacional,

Adota neste nono dia de julho de mil novecentos e quarenta e oito, a convenção seguinte, denominada Convenção sobre o serviço de emprego, de 1948.

Artigo 1.º

1. Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho para a qual a presente convenção está em vigor deve manter e cuidar de que que seja mantido um serviço público e gratuito de emprego.

2. A tarefa essencial do serviço de emprego deve se realizar, em cooperação, quando necessário, com outros organismos públicos e privados interessados, a melhor organização possível do mercado de emprego como parte integrante do programa nacional destinado a assegurar e a manter o pleno emprego, assim como a desenvolver e a utilizar os recursos produtivos.

Artigo 2.º

O serviço de emprego deve ser constituído por um sistema nacional de escritórios de emprego colocados sob o controle de uma autoridade nacional.

Artigo 3.º

1. O sistema deve compreender uma rede de escritórios locais e se necessário, de escritórios regionais, em número suficiente para servir cada uma das regiões geográficas do país e comodamente situados para os empregadores e empregados.

2. A organização da rede:

a) deve ser objeto de exame geral:

I — quando ocorrem mudanças importantes na distribuição da atividade econômica e da população trabalhadora;

II — quando a autoridade competente considera que um exame geral é desejável para apreciar a experiência adquirida no curso de um período experimental;

b) deve ser revista quando tal exame tiver demonstrado a necessidade de revisão.

Artigo 4.º

1. Medidas apropriadas devem ser tomadas por meio das comissões consultivas, no sentido de assegurar a cooperação de representantes dos empregadores e dos trabalhadores e na organização e no funcionamento do serviço de emprego, assim como no desenvolvimento da política do serviço de emprego.

2. Essas medidas devem prever a instituição de uma ou mais comissões nacionais consultivas e, se necessário, de comissões regionais e locais.

3. Os representantes dos empregadores e dos trabalhadores nessas comissões devem ser designados em número igual depois de consulta às organizações representativas de empregadores e empregados onde tais organizações existam.

Artigo 5.º

A política geral do serviço de emprego, quando se trata de encaminhar os trabalhadores aos empregos disponíveis, deve ser desenvolvida depois de consulta aos representantes de empregadores e de empregados por intermédio das comissões consultivas previstas no artigo 4.º

Artigo 6.º

O serviço de emprego deve ser organizado de maneira a assegurar a eficácia do recrutamento e da colocação dos trabalhadores; para essa finalidade, deve:

a) ajudar os trabalhadores a encontrar emprego apropriado e os empregadores a recrutar trabalhadores que convenham às necessidades das empresas, mais particularmente, deve conforme as regras formuladas sobre o plano nacional:

I — registrar os pretendentes a empregos, anotar suas qualificações profissionais, sua experiência e seus gostos, interrogá-los para fins de emprego, examinar, se necessário, suas aptidões físicas e profissionais, e ajudá-los a obter, se preciso, uma orientação, uma formação ou readaptação profissional;

II — obter dos empregadores informações precisas sobre os empregos vagos notificados por eles ao serviço, e sobre as condições que devem preencher os trabalhadores que procuram;

III — encaminhar para os empregos vagos, os candidatos que possuam as aptidões profissionais e físicas exigidas;

IV — organizar a compensação da oferta e da procura de emprego de um escritório a outro, quando o escritório consultado em primeiro lugar não está em condições de colocar convenientemente os candidatos ou de prover convenientemente os empregos vagos, ou quando outras circunstâncias o justifiquem.

b) tomar medidas apropriadas para:

I — facilitar a mobilidade profissional com o fim de ajustar a oferta da mão de obra às possibilidades de emprego nas diversas profissões;

II — facilitar a mobilidade geográfica com o fim de auxiliar o deslocamento de trabalhadores para as regiões que oferecem possibilidades de empregos convenientes;

III — facilitar as transferências temporárias de trabalhadores de uma

região a outra, com o fim de diminuir um desequilíbrio local e momentâneo entre a oferta e a procura de mão de obra;

iv, facilitar de um país a outro os deslocamentos de trabalhadores que tiverem sido aceitos pelo governos interessados;

c) recolher e analisar, em colaboração, se for necessário, com outras autoridades assim como com os empregadores e os sindicatos todas as informações de que se dispõe sobre a situação do mercado de emprego e sua evolução provável no país e nas diferentes indústrias, profissões ou regiões, e colocar rápida e sistematicamente essas informações à disposição das autoridades públicas, das organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas assim como do público;

d) colaborar na administração do seguro-desemprego e da assistência-desemprego e na aplicação de outras medidas destinadas a amparar os desempregados;

e) auxiliar, tanto quanto necessário, outros organismos públicos ou privados na elaboração dos planos sociais e econômicos destinados a influenciar favoravelmente a situação do emprego.

Artigo 7.º

Devem-se tomar medidas para:

a) facilitar, no meio dos diferentes escritórios de emprego, a especialização por profissões e por indústrias, tais como a agricultura ou qualquer outro ramo de atividade onde essa especialização possa ser útil;

b) atender de maneira satisfatória às necessidades de determinadas categorias de pretendentes a emprego, tais como os inválidos

Artigo 8.º

Medidas especiais visando aos adolescentes devem ser tomadas e desenvolvidas no quadro dos serviços de empregos e de orientação profissional.

Artigo 9.º

1. O pessoal do serviço de emprego deve ser composto de agentes públicos organizados sob um estatuto e condições de serviço que os façam independentes de toda mudança de governo e de toda influência externa indevida e que observadas as necessidades de serviço lhes assegurem estabilidade no emprego.

2. Observadas as condições às quais a legislação nacional pode submeter o recrutamento dos membros dos serviços públicos, os agentes do serviço de emprego devem ser recrutados unicamente de acordo com suas aptidões para as funções.

3. Os meios de verificar essas aptidões devem ser determinados pela autoridade competente.

4. Os agentes do serviço de emprego devem receber formação apropriada para o exercício de suas funções.

Artigo 10

Todas as medidas possíveis devem ser tomadas pelo serviço de emprego, e, se for o caso, por outras autoridades públicas em colaboração com as organizações de empregadores e de empregados, e com outros organismos interessados, para incentivar a plena utilização do serviço de emprego pelos empregadores e trabalhadores sobre base voluntária.

Artigo 11

As autoridades competentes devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar cooperação eficaz entre o serviço público e os escritórios de colocação privados com fins não lucrativos.

Artigo 12

1. Quando o território de um Membro compreende vastas regiões, onde, em razão da pouca densidade da população ou em razão do estado de seu desenvolvimento a autoridade competente considera impraticáveis as disposições da presente convenção, ela pode isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de maneira geral seja com as exceções que julgar apropriadas em relação a certos estabelecimentos ou certos trabalhos.

2. Cada Membro deverá indicar, no seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção que será apresentado em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições do presente artigo, e deve dar as razões pelas quais se propõe a recorrer a elas. Depois disso nenhum Membro poderá recorrer às disposições do presente artigo, salvo no que concerne às regiões assim indicadas.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo deve

indicar, nos seus relatórios anuais ulteriores, todas as regiões para as quais renuncia ao direito de recorrer às ditas disposições.

Artigo 13

1. No que concerne aos territórios mencionados pelo artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, tal qual foi emendada na Constituição da Organização Internacional do Trabalho de 1946, com exclusão dos territórios a que se referem os parágrafos 4.º e 5.º do dito artigo emendado, todo Membro da Organização que ratificar a presente convenção deverá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho o mais brevemente possível, depois de sua ratificação, declaração que indique:

a) os territórios nos quais se compromete a aplicar sem modificação, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais é inaplicável;

d) os territórios para os quais reserva sua decisão.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a) e b) do parágrafo primeiro do presente artigo serão reputados partes integrantes da ratificação e produzirão efeitos idênticos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração no todo ou em parte, a qualquer reserva contida em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b) c) e d) do parágrafo 1.º do presente artigo.

4.º Todo Membro poderá, durante os períodos nos curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada conforme as disposições do artigo 17, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando, em qualquer outro ponto os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer a situação nos territórios que especificar.

Artigo 14

1. Quando as questões tratadas pela presente convenção entram no quadro da própria competência das autoridades de um território não metropolitano o Membro responsável pelas relações internacionais desse território de acordo com seu próprio

governo poderá comunicar ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho uma declaração de aceitação, em nome desse território, das obrigações da presente convenção.

2. Uma declaração de aceitação das obrigações da presente convenção pode ser comunicada ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho:

a) por dois ou mais Membros da Organização para um território colocado sob sua autoridade conjunta;

b) por qualquer autoridade internacional responsável pela administração de um território em virtude das disposições da Carta das Nações Unidas ou de qualquer outra disposição em vigor, a respeito desse território.

3. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, conforme as disposições dos parágrafos do presente artigo, devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações; quando a declaração indicar que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deverá especificar em que consistem as ditas modificações.

4. O Membro ou Membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar modificação indicada em qualquer declaração anterior.

5. O Membro ou Membros ou autoridade internacional interessados poderão durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada conforme as disposições do artigo 17 comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de toda declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

Artigo 15

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 16

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Em segunda, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 17

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la no fim de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não está efeito senão um ano depois de ter sido registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção dentro do prazo de um ano, depois da expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente não tiver usado da faculdade de denúncia prevista no presente artigo será obrigado por novo período de dez anos e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção no fim de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 18

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em a presente Convenção entrará em vigor.

Artigo 19

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, conforme artigo 102, da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que houver registrado conforme os artigos precedentes.

Artigo 20

A expiração de cada período de dez anos, a contar da entrada em vigor

da presente convenção, o Conselho de administração do Bureau Internacional do Trabalho, deverá apresentar na Conferência geral, um relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão, total ou parcial.

Artigo 21

1. No caso de a Conferência adotar nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção e a menos que a nova convenção disponha diferentemente:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão interromperá, de pleno direito, não obstante o artigo 17 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta a ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a convenção de revisão.

Artigo 22

As versões em francês e em inglês do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho em sua trigésima primeira sessão realizada em São Francisco e declarada encerrada em dez de julho de 1948.

Em fé do que apuzeram suas assinaturas, neste trigésimo primeiro dia de agosto de 1948: O Presidente da Conferência, *Justin Godart*

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho *Edward Phelan*.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO N.º 89

Relativa ao trabalho noturno das mulheres ocupadas na indústria — (revista em 1948).

A Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, Convocada em São Francisco pelo Conselho de Administração da Re-

partição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido a 17 de junho de 1948, em sua trigésima primeira sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas à revisão parcial da Convenção sobre o trabalho noturno — (mulheres) — 1919, adotada pela Conferência em sua primeira sessão e da Convenção sobre o trabalho noturno — (mulheres) — (revista) — 1934, adotada pela Conferência em sua décima oitava sessão, questão que constitui o nono ponto da ordem do dia da sessão,

Considerando que essas proposições deveriam tomar a forma de uma Convenção Internacional,

Adota, neste nono dia de julho de mil novecentos e quarenta e oito, a seguinte Convenção que será denominada Convenção sobre o trabalho noturno — (mulheres) — (revista) — 1948.

I PARTE

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

1. Para os fins da presente Convenção serão consideradas como "empresas industriais" notadamente:

a) as minas, pedreiras e indústrias extrativas de toda natureza;

b) as empresas nas quais os produtos são manufaturados alterados, limpos, reparados, decorados, acabados, preparados para a venda, destruídos ou demolidos, ou nas quais as matérias sofrem uma transformação, compreendidas as empresas de construção de navios, de produção, de transformação e de transmissão de eletricidade e de força motriz em geral;

c) as empresas de construção e de engenharia civil, compreendendo os trabalhos de construção, reparação, manutenção, transformação e demolição.

2. A autoridade competente determinará a linha divisória entre a indústria, de um lado, a agricultura, o comércio e os trabalhos não industriais, de outro.

Artigo 2.º

Para os fins da presente Convenção, o termo "noite" significa um período de, pelo menos, onze horas consecutivas, compreendendo um intervalo determinado por autoridade competente de, pelo menos, sete horas consecutivas, intercalando-se entre dez

horas da noite e sete horas da manhã; A autoridade competente poderá prescrever intervalos diferentes para regiões, indústrias, empresas ou ramos de indústria ou de empresas, mas consultará as organizações de empregadores e de trabalhadores interessados antes de determinar um intervalo que se inicie depois de onze horas da noite.

Artigo 3.º

As mulheres, sem distinção de idade, não poderão ser empregadas durante a noite, em nenhuma empresa industrial, pública ou privada ou em dependência de uma dessas empresas, excetuadas as empresas onde somente são empregados membros de uma mesma família.

Artigo 4.º

O artigo 3.º não será aplicado:

a) em caso de força maior quando em uma empresa se produza uma interrupção de exploração impossível de prever e que não seja de caráter periódico;

b) no caso em que o trabalho se faça com matérias primas ou matérias em elaboração, que sejam suscetíveis de alteração rápida quando esse trabalho noturno é necessário para salvar tais matérias de perda inevitável.

Artigo 5.º

1. Quando, em razão de circunstâncias particularmente graves, o interesse nacional o exigir, a interdição do trabalho noturno das mulheres poderá ser suspensa por decisão do governo depois de consulta às organizações de empregadores e de empregados interessadas.

2. Tal suspensão deverá ser notificada ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, pelo governo interessado em seu relatório anual sobre a aplicação da Convenção.

Artigo 6.º

Nas empresas industriais sujeitas às influências das estações e em todos os casos em que circunstâncias excepcionais o exigirem, a duração do período noturno, indicado no artigo 2.º, poderá ser reduzida a dez horas durante sessenta dias do ano.

Artigo 7.º

Nos países em que o clima torna o trabalho diurno particularmente pe-

noso, o período noturno pode ser mais curto que o fixado nos artigos acima, com a condição de ser concedido um repouso compensador durante o dia.

Artigo 8.º

A presente convenção não se aplica:

a) às mulheres que ocupam postos de responsabilidade de direção ou de natureza técnica;

b) às mulheres ocupadas em serviços de higiene e de bem-estar que não executem normalmente trabalho manual.

II PARTE

DISPOSIÇÕES ESPECIAIS PARA CERTOS PAÍSES

Artigo 9.º

Nos países onde nenhum regulamento público se aplica ao emprego noturno de mulheres em empresas industriais, o termo "noite" poderá, provisoriamente, e por um período máximo de três anos, designar, a critério do governo, um período de somente dez horas, o qual compreenderá um intervalo determinado pela autoridade competente de, pelo menos, sete horas consecutivas e intercalados entre dez horas da noite e sete horas da manhã.

Artigo 10

1. As disposições da presente Convenção aplicam-se à Índia, sob reserva das modificações previstas no presente artigo.

2. As ditas disposições aplicam-se a todos os territórios nos quais o Poder Legislativo da Índia tem competências para aplicá-las.

3. O termo "empresas industriais" compreenderá:

a) as fábricas, definidas como tais na Lei sobre as fábricas da Índia — (Indian Factories Act);

b) as minas às quais se aplique a Lei de Minas da Índia — (India Mines Act).

Artigo 11

1. As disposições da presente Convenção, aplicam-se ao Paquistão, sob reserva das modificações previstas no presente artigo.

2. As ditas disposições aplicam-se a todos os Territórios aos quais o Poder Legislativo do Paquistão tem competência para aplicá-las.

3. O termo "empresas industriais" compreenderá:

a) — As fabricas, definidas como tais na Lei sobre fábricas — (Factories City);

b) — as minas às quais se aplique a Lei de Minas — (Mines Act).

Artigo 12

1. A Conferência Internacional do Trabalho pode em qualquer sessão em que a materia esteja inscrita na ordem do dia, adotar por maioria de dois terços os projetos de emenda a um ou a vários dos artigos precedente da Parte II da presente Convenção.

2. Tal projeto de emenda deverá indicar o Membro ou os Membros aos quais se aplique e deverá, no prazo de um ano, ou, por circunstâncias excepcionais, no prazo de dezoito meses, a partir do encerramento da sessão da Conferência, ser submetido pelo Membro ou Membros aos quais se aplique, à autoridade ou autoridades, às quais compete a matéria, a fim de ser transformado em Lei ou para que se tome medida de outra ordem.

3. O Membro que tiver obtido o consentimento da autoridade ou das autoridades competentes comunicará sua ratificação formal da emenda ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, para fins de registro.

4. Tal projeto de emenda uma vez ratificado pelo Membro ou Membros aos quais se aplica, entrará em vigor como emenda da presente Convenção.

III PARTE

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 13

As ratificações formais da presente Convenção serão comunicadas ao Diretor da Repartição Internacional do Trabalho para fins de registro.

Artigo 144

1. A presente Convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois

Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Daí por diante esta Convenção entrará em vigor para cada Membro, doze meses após a data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 15

1. Todo Membro que haja ratificado a presente Convenção, pode denunciá-la ao expirar um periodo de dez anos contado depois da data da vigência inicial da Convenção, em comunicação ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não entrará em vigor senão um ano depois de haver sido registrada.

2. Todo Membro que haja ratificado a presente Convenção e que, no ano seguinte à expiração do prazo de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não faça uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará obrigado para um novo periodo de dez anos, e daí por diante poderá denunciar a presente Convenção ao fim de cada periodo de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 16

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Ao notificar aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe fôr comunicada, o Diretor Geral pedirá a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente Convenção entrará em vigor.

Artigo 17

O Diretor Geral da Organização Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas para fins de registro, em conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas sobre todas as ratificações e todos os atos de denúncia que houver registrado conforme os artigos precedentes.

Artigo 18

Após o fim de cada período de dez anos, a contar da entrada em vigor da presente Convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente Convenção e decidirá da oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência, a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 19

1. Caso a Conferência adote uma nova Convenção contendo a revisão total ou parcial da presente Convenção, e a menos que a nova Convenção disponha de outra maneira,

a) a ratificação por um Membro da nova Convenção contendo a revisão acarretará ipso jure, não obstante o Artigo 15 acima, a denúncia imediata da presente Convenção, sob reserva de haver a nova Convenção contendo a revisão entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova Convenção contendo a revisão, a presente Convenção cessará de estar aberta a ratificação dos Membros.

2. A presente Convenção ficará, em todo caso, em vigor na sua forma e teor para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a Convenção contendo a revisão.

Artigo 20

As versões em francês e inglês do texto da presente Convenção fazem igualmente fé.

O que precede é o texto autêntico da Convenção devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho em sua trigésima primeira sessão realizada em São Francisco e que foi declarada encerrada aos dez dias do mês de julho de 1948.

Em fé do que apuseram suas assinaturas aos trinta e um dias do mês de agosto de 1948: — O Presidente da Conferência, *Justin Godart*. — O Diretor Geral da Repartição Internacional de Trabalho, *Edward Pheasant*.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Convenção 95

Convenção concernente à proteção do salário adotada pela conferência em sua trigésima segunda sessão — Genebra 1.º de julho de 1949.

Texto Autêntico

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido em 8 de junho de 1949, em sua trigésima segunda sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas a proteção do salário, questão que constitui o sétimo ponto na ordem do dia da sessão.

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional.

adota neste primeiro dia de julho de mil novecentos e quarenta e nove, a convenção seguinte que será denominada Convenção para a proteção do salário, de 1949.

Artigo 1.

Para os fins da presente convenção o termo "salário" significa qualquer que seja a denominação ou o modo de cálculo, a remuneração ou os ganhos susceptíveis de serem avaliados em espécie ou fixados por acôrdo ou pela legislação nacional, que são devidos em virtude de um contrato de aluguel de serviços escrito ou verbal, por um empregador a um trabalhador, seja por trabalho efetuado ou pelo que deverá ser efetuado, seja por serviços prestados ou que devam ser prestados.

Artigo 2.

1. A presente convenção se aplica a todas as pessoas as quais um salário é pago ou pagável.

2. A autoridade competente, depois de consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores, onde essas organizações existem, e estão diretamente interessadas poderá excluir da aplicação do todo ou de certas disposições, da presente convenção as categorias de pessoas que trabalham em circunstâncias e em condições de em-

pregos tais que a aplicação de todas ou de certas das ditas disposições não seria conveniente e que não são empregadas em trabalhos manuais ou que são empregadas em serviços domésticos ou ocupações análogas.

3. Cada Membro deve indicar, no seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção que deve ser apresentado em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, toda categoria de pessoas que se proponha a excluir da aplicação de todas ou de uma das disposições da convenção de conformidade com os termos do parágrafo precedente. Posteriormente nenhum Membro poderá proceder a exclusões salvo no que concerne as categorias de pessoas assim indicadas.

4. Cada Membro que tiver indicado no seu primeiro relatório anual as categorias de pessoas que se proponha a excluir da aplicação de todas ou de uma das disposições da presente convenção deve indicar, em seus relatórios ulteriores, as categorias de pessoas para as quais renuncia ao direito de recorrer as disposições do parágrafo do presente artigo e qualquer processo que possa ter havido na possibilidade de aplicação da presente convenção a essas categorias de pessoas.

Artigo 3.º

1. Os salários pagáveis em espécie serão pagos exclusivamente em moeda de curso legal, o pagamento sob forma de ordem de pagamento bonus, cupons ou sob toda qualquer outra forma que se suponha representar a moeda de curso legal, será proibida.

2. A autoridade competente poderá permitir ou rescindir o pagamento do salário em cheque contra um banco ou em cheque ou vale postal, quando esse modo de pagamento for de prática corrente ou necessário em razão de circunstâncias especiais, quando uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral o determinar ou quando apesar de tais disposições o trabalhador interessado consentir.

Artigo 4.º

1. A legislação nacional as convenções coletivas ou as sentenças arbitrais podem permitir o pagamento parcial do salário em espécie nas indústrias ou nas profissões em causa. O pagamento do salário sob forma de bebidas

alcoólicas ou de drogas nocivas não será admitido em caso algum.

2. Nos casos em que o pagamento parcial do salário em espécie é autorizado serão tomadas medidas apropriadas para que:

a) as prestações e mespécie sirvam para o uso pessoal do trabalhador e de sua família e lhes tragam benefício;

b) o valor atribuído a essas prestações seja justa e razoável.

Artigo 5.º

O salário será pago diretamente ao trabalhador interessado a menos que a legislação nacional, uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral disponha diferentemente ou que o trabalhador interessado aceite outro processo.

Artigo 6.º

Fica o empregador proibido de restringir a liberdade do trabalhador de dispor de seu salário da maneira que lhe convier.

Artigo 7.º

Quando em uma empresa fora minitalladas lojas para vender mercadorias aos trabalhadores ou serviços a ela ligados e destinados a fazer-lhes fornecimentos nenhuma pressão será exercida sobre os trabalhadores interessados para que eles façam uso dessas lojas ou serviços.

2. Quando o acesso a outras lojas ou serviços não for possível a autoridade competente tomará medidas apropriadas no sentido de obter que as mercadorias sejam vendidas e que os serviços sejam fornecidos a preços justos e razoáveis ou que as lojas ou serviços estabelecidos pelo empregador não sejam explorados com fins lucrativos, mas sim no interesse dos trabalhadores.

Artigo 8.º

1. Descontos em salários não serão autorizados, senão sob condições e limites prescritos pela legislação nacional ou fixados por convenção coletiva ou sentença arbitral.

2. Os trabalhadores deverão ser informados, da maneira que a autoridade competente considerar mais apropriada, das condições e limites nos quais tais descontos puderem ser efetuados.

Artigo 9.º

Fica proibido qualquer desconto dos salários cuja finalidade seja assegurar pagamento direto ou indireto do trabalhador ao empregador, a representante dêste ou a qualquer intermediário (tal como um agente encarregado de recrutar a mão de obra) com o fim de obter ou conservar um emprego.

Artigo 10

1. O salário não poderá ser objeto de penhora ou cessão, a não ser segundo as modalidades e nos limites prescritos pela legislação nacional.

2. O salário deve ser protegido contra a penhora ou a cessão na medida julgada necessária para assegurar a manutenção do trabalhador e de sua família.

Artigo 11

1. Em caso de falência ou de liquidação judiciária de uma empresa os trabalhadores seus empregados, serão tratados como credores privilegiados, seja pelos salários que lhes são devidos a título de serviços prestados no decorrer de período anterior à falência ou a liquidação e que será prescrito pela legislação nacional, seja pelos salários que não ultrapassem limite prescrito pela legislação nacional.

2. O salário que constitua crédito privilegiado será pago integralmente antes que os credores comuns possam reivindicar sua parte.

3. A ordem de prioridade do crédito privilegiado constituído pelo salário em relação aos outros créditos privilegiados deve ser determinada pela legislação nacional.

Artigo 12

1. O salário será pago em intervalos regulares. A menos que haja outras combinações satisfatórias que assegurem o pagamento do salário com intervalos regulares, os intervalos nos quais o salário deve ser pago serão prescritos pela legislação nacional ou fixados por convenção coletiva ou sentença arbitral.

2. Quando o contrato de trabalho terminar a fixação final da totalidade do salário devido será feita de conformidade com a legislação nacional, com alguma convenção coletiva ou uma sentença arbitral, ou, na falta de tal legislação, convenção ou sentença, dentro de um prazo razoá-

vel, tendo-se em vista as disposições do contrato.

Artigo 13

1. O pagamento do salário, quando feito em espécie, será efetuado somente nos dias úteis, e no local do trabalho ou na proximidade dêste, a menos que a legislação nacional, uma convenção coletiva ou uma sentença arbitral disponham diferentemente ou que outras soluções do conhecimento dos trabalhadores interessados pareçam mais apropriadas.

2. Fica proibido o pagamento do salário em bases ou estabelecimentos similares e, se necessário prevenir abusos, nos estabelecimentos de venda a varejo e nas casas de diversões, salvo quando se trate de pessoas ocupadas nesses estabelecimentos.

Artigo 14

Se fôr o caso, serão tomadas medidas eficazes com o fim de informar os trabalhadores de maneira apropriada e facilmente compreensível:

a) das condições de salário que lhes serão aplicáveis, antes que eles sejam admitidos em um emprego, ou quando houver quaisquer mudanças nessas condições;

b) quando do pagamento do salário, dos elementos que constituem seu salário pelo período de paga considerado, na medida em que esses elementos não susceptíveis de variar.

Artigo 15

A legislação que tornar efetivas as disposições da presente convenção deve:

a) ser levada ao conhecimento dos interessados;

b) indicar as pessoas encarregadas de assegurar sua execução;

c) prescrever as sanções apropriadas em caso de infração;

d) estabelecer, em todos os casos previstos, registros em dia, segundo forma e método apropriados.

Artigo 16

Os relatórios anuais que devem ser apresentados nos termos do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, conterão informações completas sobre as medidas que tornem efetivas as disposições da presente convenção.

Artigo 17

1. Quando o território de um Membro compreende extensas regiões onde,

em razão da pouca densidade da população ou do estado de seu desenvolvimento, a autoridade competente considera impraticáveis as disposições da presente convenção, ela pode, depois de consultar as organizações de empregadores e de trabalhadores interessados, onde tais organizações existem.

Isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de maneira geral, seja com as exceções que julgar apropriadas em relação a certas empresas ou a certos trabalhos

2. Todo Membro deverá indicar, em seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que será apresentado, em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições do presente artigo, e deve dar razões por que se propõe recorrer a elas. Posteriormente, nenhum Membro poderá recorrer às disposições do presente artigo, salvo no que concerne às regiões que tenha assim indicado.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo, deverá reconsiderar, com intervalos que não excedam de três anos e consultando as organizações de empregadores e de empregados interessados, onde tais organizações existem, a possibilidade de estender a aplicação da presente convenção às regiões isentas em virtude do parágrafo 1.º.

Artigo 18

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 19

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Posteriormente, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 20

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão indicar:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificação, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais reserva sua decisão, esperando exame mais aprofundado da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a e b do parágrafo primeiro do presente artigo, serão reputados partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, às reservas contidas em sua declaração anterior em virtude das alíneas b), c) e d) do parágrafo primeiro do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 22, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação dos territórios que especificar.

Artigo 21

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território, com ou sem modificações; quando a declaração indicar que as disposições da convenção serão aplicadas sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

2. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados

poderão renunciar, inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 22, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de qualquer declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

Artigo 22

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um prazo de dez anos após a data da entrada em vigor inicial da convenção, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. Tal denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro do prazo de um ano depois da expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, estará comprometido para um novo período de 10 anos, e, posteriormente, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 23

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data da entrada em vigor da presente convenção.

Artigo 24

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das

Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncia que tenha registrado de conformidade com os artigos precedentes.

Artigo 25

A expiração de cada período de dez anos, a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar a Conferência geral um relatório sobre a aplicação na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 26

1. No caso de a Conferência dotar uma nova convenção da revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha diferentemente:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão provocará, de pleno direito, não obstante o artigo 22 acima, denúncia imediata da presente convenção quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificação de revisão.

Artigo 27

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua trigésima segunda sessão, realizada em Genebra e encerrada em 2 de julho de 1949.

Em fé do que apuzeram suas assinaturas, neste décimo oitavo dia de agosto de 1949:

O Presidente da Conferência. — Guildhaume Myrddin-Evans.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — David A. Morse.

O texto da presente Convenção é cópia exata do texto autenticado pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho

e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa, pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho: -- C. W. Jenks.

Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

CONVENÇÃO 96

Convenção concernente aos Escritórios Remunerados de Empregos — (revista em 1949) — adotada pela Conferência em sua trigésima segunda sessão, Genebra, 1.º de Julho de 1949.

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido em 8 de junho do 1949, em sua trigésima sessão.

Depois de adotar diversas proposições relativas à revisão da Convenção sobre os escritórios remunerados de empregos, de 1933, adotada pela Conferência em sua décima sétima sessão, questão compreendida no décimo ponto da ordem do dia da sessão,

Depois de decidir que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional, que completaria a Convenção sobre o serviço de emprego, de 1948, a qual prevê que todo Membro para o qual a convenção está em vigor deve manter ou assegurar a manutenção de um serviço público e gratuito de emprego,

Considerando que tal serviço deve estar ao alcance de todas as categorias de trabalhadores,

adota, neste primeiro dia de julho de mil novecentos e quarenta e nove, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre os escritórios remunerados de empregos de (revista), de 1949:

I PARTE

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

1. Para os fins da presente convenção, a expressão "escritório remunerado de empregos" designa:

a) os escritórios de colocação com fins lucrativos, quer dizer, toda pessoa, sociedade, instituição, agência ou outra organização que serve de intermediária para proporcionar emprego a um trabalhador, ou um trabalhador para um empregador, com a finalidade de tirar de um e de outro proveito material direto ou indireto; esta definição não se aplica aos jornais ou outras publicações, salvo aqueles cujo objetivo exclusivo ou principal é agir como intermediário entre os empregadores e trabalhadores;

b) os escritórios de colocação com fins não lucrativos, quer dizer, os serviços de colocação das sociedades, instituições, agências ou outras organizações que, mesmo não percebendo proveito material, recebem do empregador ou do trabalhador, para os ditos serviços, uma taxa de entrada, uma quota ou uma remuneração qualquer.

2. A presente convenção não se aplica à colocação de marinheiros.

Artigo 2.º

1. Cada Membro que ratificar a presente convenção indicará em seu instrumento de ratificação se aceita as disposições da II Parte que prevêem a supressão progressiva dos escritórios remunerados de empregos com fins lucrativos e a regulamentação das outras repartições, de colocação, ou as disposições da Parte III, que prevêem a regulamentação dos escritórios remunerados de empregos inclusive os escritórios de colocação com fins lucrativos.

2. Qualquer Membro que aceitar as disposições da III Parte da Convenção poderá ulteriormente notificar ao Diretor Geral que aceita as disposições da II Parte; a partir da data do registro de tal notificação pelo Diretor geral, as disposições da III Parte da Convenção cessarão de vigorar com respeito ao dito Membro e as disposições da II Parte se lhe tornarão aplicáveis.

II PARTE

Supressão progressiva dos escritórios remunerados de empregos com fins lucrativos e regulamentação dos outros escritórios de colocação.

Artigo 3.º

1. Os escritórios remunerados de empregos com fins lucrativos, definidos no parágrafo 1.º, alínea a), do

artigo 1.º, serão suprimidos num espaço de tempo limitado, cuja duração será especificada pela autoridade competente.

2. Esta supressão não poderá realizar-se enquanto não for estabelecido um serviço público de emprego.

3. A autoridade competente pode prescrever prazos diferentes para a supressão dos escritórios que se ocupam da colocação de categorias diferentes de pessoas.

Artigo 4.º

1. Durante o prazo que preceder sua supressão, os escritórios remunerados de empregos com fins lucrativos:

a) ficarão sob controle de autoridade competente;

b) não poderão cobrar senão taxas e despesas cuja tabela tenha sido, ou submetida a essa autoridade e aprovada por ela, ou determinada pela dita autoridade.

2. Esse controle destina-se especialmente a aliminar todos os abusos concernentes ao funcionalismo dos escritórios de colocação pagos com fins lucrativos.

3. Para esse efeito, a autoridade competente deverá consultar por meios apropriados, as organizações de empregadores e de trabalhadores interessadas.

Artigo 5.º

1. As derrogações às disposições do parágrafo 1.º do artigo 3.º da presente convenção serão concedidas excepcionalmente pela autoridade competente, no caso das categorias de pessoas, definidas de maneira precisa pela legislação nacional, cuja colocação não poderia ser convenientemente providenciada no quadro do serviço público de empregos, mas somente depois de consulta, pelos meios apropriados, às organizações de empregadores e trabalhadores interessadas.

2. Todo escritório de colocação ao qual seja concedida isenção em virtude do presente artigo;

a) será submetido ao controle de autoridade competente;

b) deverá possuir licença anual renovável a critério da autoridade competente;

c) não poderá beneficiar-se senão das taxas e despesas que figuram em

quadro submetido à autoridade competente e aprovada por ela, ou determinada pela dita autoridade.

d) não poderá colocar nem recrutar trabalhadores no estrangeiro, senão autorizado por autoridade competente e sob condições fixadas pela legislação em vigor.

Artigo 6.º

Os escritórios de colocação pagos com fins não lucrativos definidos no parágrafo 1.º, alínea "b" do artigo 1.º:

a) deverão possuir autorização de autoridade competente e serão submetidos a controle da dita autoridade;

b) não poderão cobrar remuneração superior ao quadro que será submetido à autoridade competente e aprovada por ela, ou determinada pela dita autoridade tendo em conta estritamente os gastos acarreados;

c) não poderão colocar nem recrutar trabalhadores no estrangeiro, se não estiverem autorizados por autoridade competente e nas condições fixadas pela legislação em vigor.

Artigo 7.º

A autoridade competente tomará medidas necessárias para assegurar que os escritórios de colocação, gratuitos efetuarão suas operações a título gratuito.

Artigo 8.º

Sanções penais apropriadas, inclusive a retirada, se for o caso das licenças ou autorizações previstas pela convenção, serão prescritas para qualquer infração das disposições da presente parte da convenção, ou de quaisquer prescrições da legislação que as estabelece.

Artigo 9.º

Os relatórios anuais previstos no artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho darão todas as informações necessárias sobre as isenções concedidas em virtude do artigo 5.º, e mais particularmente informações sobre o número de escritórios que se beneficiam das isenções e o alcance de suas atividades, as razões que motivam essas isenções e as medidas adotadas pela autoridade competente para controlar a atividade dos ditos escritórios.

PARTE III

*Regulamentação dos Escritórios
Remunerados de Empregos*

Artigo 10

Os escritórios remunerados de empregos, com fins lucrativos, definidos no parágrafo 1.º alínea "a", do artigo 1.º:

a) serão submetidos ao controle da autoridade competente;

b) deverão possuir uma licença anual renovável ao arbítrio da autoridade competente;

c) não poderão cobrar senão taxas e despesas de tabela submetida a autoridade competente e aprovada por ela, ou determinada pela dita autoridade.

d) não poderão colocar nem recrutar trabalhadores no estrangeiro, senão autorizados por autoridade competente e nas condições fixadas pela legislação em vigor.

Artigo 11

Os escritórios remunerados de colocação, com fins lucrativos, definidos no parágrafo 1.º, alínea b), do artigo 1.º:

a) deverão possuir autorização da autoridade competente e serão submetidos ao controle da dita autoridade;

b) não poderão cobrar nenhuma remuneração superior à tabela que será submetida à autoridade competente e aprovada por ela, ou determinada pela dita autoridade, atendendo estritamente às despesas feias;

c) não poderão nem recrutar trabalhadores no estrangeiro, a não ser autorizados pela autoridade competente e nas condições fixadas pela legislação em vigor.

Artigo 12

A autoridade competente tomará medidas necessárias para assegurar que os escritórios gratuitos de colocação efetuarão seus trabalhos a título gratuito.

Artigo 13

Sanções penais apropriadas, inclusive retirada, se fôr o caso das licenças e autorizações previstas pela convenção serão prescritas para qualquer infração, quer das disposições da presente parte da convenção, quer das prescrições da legislação que as estabelece.

Artigo 14

Os relatórios anuais previstos pelo artigo 22 da Constituição, a Organização Internacional do Trabalho fará todas as informações necessárias sobre as medidas tomadas pela autoridade competente para controlar as operações dos escritórios remunerados de colocação, inclusive, em particular, o escritório com fins lucrativos.

PARTE IV

Disposições Diversas

Artigo 15

1. Quando o território de um Membro compreende vastas regiões onde, em razão da pouca densidade da população ou em razão do estado de seu desenvolvimento, a autoridade competentes considera impraticáveis as disposições da presente convenção, ela pode isentar as ditas regiões da aplicação da convenção, seja de maneira geral seja com as exceções que julgar apropriadas com respeito a certos estabelecimentos ou certos trabalhos.

2. Cada Membro deverá indicar, em seu primeiro relatório anual sobre a aplicação da presente convenção, que será apresentado em virtude do artigo 22 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, todas as regiões nas quais se propõe a recorrer às disposições do presente artigo e deve dar as razões pelas quais se propõe a recorrer a elas. Nenhum Membro poderá recorrer às disposições do presente artigo, depois da data de seu primeiro relatório anual, salvo no que concerne às regiões que houver indicado.

3. Todo Membro que recorrer às disposições do presente artigo deverá indicar, nos seus relatórios anuais ulteriores, todas as regiões para as quais renuncia ao direito de recorrer às ditas disposições.

PARTE V

Disposições Finais

Artigo 16

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 17

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que a ratificação de dois Membros tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

3. Posteriormente esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 18

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 34 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificações, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões aos quais a convenção é inaplicável;

d) os territórios para os quais reserva sua decisão, esperando exame mais profundo da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a) e b) do presente artigo serão reputados partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo membro poderá renunciar, em nova declaração, no todo ou em parte, a qualquer reserva contida em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b) e d) do primeiro parágrafo do presente artigo.

4. Todo Membro poderá durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 20, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando inteiramente os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer a situação nos territórios que especificar.

Artigo 19

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Interna-

cional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações; quando a declaração indicar que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

2. O Membro ou os membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 20, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando inteiramente os termos de declaração anterior e dando a conhecer a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

Artigo 20

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um período de dez anos depois da data da entrada em vigor inicial da convenção por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção dentro do prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionado no parágrafo precedente, não tiver uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará obrigado por novo período de 10 anos e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção a expiração de cada período de 10 anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 21

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o Di-

retor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data na qual a presente convenção cessar de estar em vigor.

Artigo 22

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas para fins de registro, de conformidade com o art. 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, decorações e atos de denúncia que tiver registrado de conformidade com os artigos precedentes.

Artigo 23

A expiração de cada período de dez anos a contar da entrada em vigor da presente convenção, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho deverá apresentar a Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e decidirá, se for o caso, inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 24

1. No caso de a Conferência adotar uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha diferentemente:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão implicará, de pleno direito, não obstante o artigo 20 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a convenção de revisão.

Artigo 25

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho na sua trigésima segunda sessão que se realizou em Genebra e foi declarada encerrada em 2 de julho de 1949.

Em fé do que apuseram suas assinaturas, neste décimo oitavo dia de agosto de 1949:

O Presidente da Conferência. — *Guilherme Myradin-Evans*.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho — *David A. Morse*.

O texto da Convenção apresentada aqui é cópia exata do texto autenticado pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa, pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *C. W. Jenks*.

Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

CONFERENCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

Convenção 99

Convenção concernente aos métodos de fixação de salário mínimo na Agricultura, adotado pela Conferência em sua trigésima quarta sessão — Genebra 28 de junho de 1951.

Texto Autêntico

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho e aí se tendo reunido em 6 de junho de 1951, em sua trigésima quarta sessão.

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas aos meios de fixação dos salários mínimos na agricultura, questão que constitui o oitavo ponto na ordem do dia da sessão,

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional.

adota neste vigésimo oitavo dia de junho de mil novecentos e cinquenta e um, a presente convenção que será denominada Convenção sobre os métodos de fixação dos salários mínimos (agricultura) 1951:

Artigo 1.º

1. Cada Membro da Organização Internacional do Trabalho que ratifica a presente convenção se obriga a instituir ou a conservar os métodos

apropriados que permitam fixar os totais mínimos de salários para os trabalhadores empregados nas empresas de agricultura e assim também as ocupações conexas.

2. Cada Membro que ratifica a presente convenção tem a liberdade depois de consultar as organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores interessadas se houver de determinar as empresas as ocupações e as categorias de pessoas as quais serão aplicados os métodos de fixação dos salários mínimos previstos no parágrafo precedente.

3. A autoridade competente poderá excluir da aplicação do todo ou de certas das disposições da presente convenção as categorias de pessoas as quais essas disposições são inaplicáveis em virtude de suas condições de emprego tais como os membros da família do empregador por ele empregados.

Artigo 2.º

1. A legislação nacional, as convenções coletivas ou as sentenças arbitrais poderão permitir o pagamento parcial do salário mínimo "in natura" nos casos em que este modo de pagamento é desejável ou de prática corrente.

2. Nos casos em que o pagamento parcial do salário mínimo "in natura" é autorizado devem ser tomadas medidas apropriadas a fim de que:

a) as prestações "in natura" sirvam ao uso pessoal do trabalhador e de sua família e lhes tragam benefício;

b) o valor dessas prestações seja justo e razoável.

Artigo 3.º

1. Cada Membro que ratifica a presente convenção terá a liberdade de determinar sob reserva das condições previstas nos parágrafos seguintes os métodos de fixação dos salários mínimos, assim como as modalidades de sua aplicação.

2. Antes que uma decisão seja tomada deverá ser realizada ampla consulta preliminar as organizações mais representativas de empregadores e trabalhadores interessados se as houver e a todas as pessoas especialmente qualificadas a esse respeito por sua profissão ou suas funções as quais a autoridade competente julgar útil dirigir-se.

3. Os empregadores e trabalhadores interessados deverão participar da aplicação dos métodos ou ser consultados ou ter o direito de serem ouvidos, sob a forma e na medida que poderão ser determinadas pela legislação nacional porém, em qualquer caso sobre a base da igualdade absoluta.

4. As taxas mínimas de salário que forem fixadas, serão obrigatórias para os empregadores e trabalhadores interessados, e não poderão ser diminuídas.

5. A autoridade competente poderá onde isso for, necessário, admitir derrogações individuais das taxas mínimas de salários a fim de evitar a diminuição das possibilidades de emprego dos trabalhadores de capacidade física ou mental reduzida.

Artigo 4.º

1. Todo Membro que ratifica a presente convenção deverá tomar as medidas que se impõem para que de uma parte, os empregadores e trabalhadores interessados tenham conhecimento das taxas mínimas dos salários em vigor e que os salários não sejam inferiores as taxas mínimas aplicáveis; essas disposições devem compreender todas as medidas de controle de inspeção e de sanções necessárias e as mais adaptáveis as condições da agricultura do país interessado.

2. Todo trabalhador ao qual as taxas mínimas são aplicáveis e que recebeu salários inferiores a essas taxas dever ter o direito por via judiciária ou outra apropriada de recuperar o montante da soma que lhe é devida no prazo que poderá ser fixado pela legislação nacional.

Artigo 5.º

Todo Membro que ratifica a presente convenção deverá encaminhar cada ano à Repartição Internacional do Trabalho uma exposição geral indicando as modalidades de aplicação desses métodos assim como os seus resultados. Esta exposição compreenderá as indicações relativas sobre as ocupações e os números aproximados de trabalhadores sujeitos a esta regulamentação, as taxas do salário mínimo fixadas e, em sendo o caso as outras medidas mais importantes relativas ao salário mínimo.

Artigo 6.º

As ratificações da presente convenção serão comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 7.º

1. A presente convenção não obrigará senão os membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor, para cada Membro doze meses após a data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 8.º

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificações as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com as modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios para os quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão esperando um exame mais profundo da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a e b) do primeiro parágrafo do presente artigo serão reputadas partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo Membro poderá renunciar, em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b e c do primeiro parágrafo do presente artigo.

4. Todo Membro poderá durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 10, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando em qualquer ponto os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer

a situação nos territórios que especificar.

Artigo 9.º

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4.º e 5.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas nos territórios com ou sem modificações; quando a declaração indica que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem essas modificações.

2. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior, ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 10, comunicar ao Diretor geral uma nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de uma declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

Artigo 10

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la a expiração de um período de dez anos depois da data em que entrou em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só terá efeito um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro de um prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, ficará comprometido por um novo período de dez anos, e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de dez anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 11

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros a Organização

Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe fôr comunicada, o Diretor geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente convenção entrar em vigor.

Artigo 12

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas a respeito de todas as ratificações e de todos os atos de denúncia que tiver registrado de conformidade com os artigos precedentes.

Artigo 13

Cada vez que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e examinará a oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 14

1. No caso de a Conferência adotar uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção e a menos que a convenção disponha o contrário:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará, de pleno direito, não obstante o artigo 10º acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta a ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e não tiverem ratificado a convenção de revisão.

Artigo 15

As versões em francês e inglês do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada na Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho, em sua trigésima quarta sessão realizada em Genebra e que foi declarada encerrada em 29 de junho de 1951.

Em fé do que apuseram as suas assinaturas, neste segundo dia de agosto de 1951.

O Presidente da Conferência — Rappard.

O Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho — David A. Morse.

O Texto da Convenção aqui apresentado é uma cópia autenticada pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa,

pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho: — C. W. Jenks, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

Convenção concernente à igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor adotada pela Conferência em sua trigésima quarta sessão, em Genebra, a 29 de junho de 1951.

TEXTO AUTÊNTICO

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido em 6 de junho de 1951, em sua trigésima sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas ao princípio de igualdade de remuneração para mão de obra masculina e a mão de obra feminina por trabalho de igual valor, questão que constitui o sétimo ponto da ordem do dia da sessão,

Depois de haver decidido que essas proposições tornariam a forma de uma convenção internacional, adota, neste vigésimo nono dia de junho de mil novecentos e cinquenta e um, a presente convenção, que será denominada Convenção sobre a igualdade de remuneração, de 1951.

Artigo 1.º

Para fins da presente convenção:

a) o termo "remuneração" compreende o salário ou o tratamento ordinário, de base ou mínimo, e todas as outras vantagens, pagas direta ou indiretamente, em espécie ou "in natura" pelo empregador ao trabalhador em razão do emprego deste último;

b) a expressão "igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por trabalho de igual valor", se refere às taxas de remuneração fixas sem discriminação fundada no sexo.

Artigo 2.º

1. Cada Membro deverá, por meios adaptados aos métodos em vigor para a fixação das taxas de remuneração, incentivar e, na medida em que isto é compatível com os ditos métodos, em vigor para a fixação das taxas de remuneração, incentivar e, na medida em que isto é compatível com os ditos métodos, assegurar a aplicação a todos os trabalhadores do princípio de igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor.

2. Este princípio poderá ser aplicado por meio:

- a) seja da legislação nacional;
- b) seja de qualquer sistema de fixação de remuneração estabelecido ou reconhecido pela legislação;
- c) seja de convenções coletivas firmadas entre empregadores e empregados;
- d) seja de uma combinação desses diversos meios.

Artigo 3.º

1. Quando tal providência facilitar a aplicação da presente convenção, tomar-se-ão medidas para desenvolver a avaliação objetiva dos empregos sobre a base dos trabalhos que eles comportam.

2. Os métodos a seguir para esta avaliação poderão ser objeto de decisões, seja da parte das autoridades competentes, no que concerne à fixação das taxas de remuneração, seja, se as taxas de remuneração forem fixadas em virtude de convenções coletivas, pelas partes destas convenções.

3. As diferenças entre as taxas de remuneração que correspondem, sem

consideração de sexo, a diferenças resultantes de tal avaliação objetiva nos trabalhos a efetuar, não deverão ser consideradas como contrárias aos princípios de igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e a mão de obra feminina por um trabalho de igual valor.

Artigo 4.º

Cada Membro colaborará, da maneira que convier, com as organizações de empregadores e de trabalhadores interessados, a fim de efetivar disposições da presente convenção.

Artigo 5.º

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 6.º

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tiver sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois Membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 7.º

1. As declarações que forem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2.º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificação, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem as ditas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, neste caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão, esperando um exame mais aprofundado da respectiva situação.

2. As obrigações mencionadas nas alíneas a) e b) do primeiro parágrafo

fo do presente artigo serão reputadas parte integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos

3 Qualquer Membro poderá renunciar, por meio de nova declaração, a toda ou parte das reservas contidas na sua declaração anterior em virtude das alíneas b), c) e d) do primeiro parágrafo do presente artigo.

4 Qualquer Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 9º, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de qualquer declaração anterior e dando a conhecer a situação nos territórios que especificar.

Artigo 8º

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4º e 5º do artigo 3º da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas no território com ou sem modificações; quando a declaração indica que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações

2. O Membro ou Membros ou autoridade internacional interessados poderão renunciar inteira ou parcialmente, em declaração ulterior ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 9º, comunicar ao Diretor Geral nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de uma declaração anterior e dando a conhecer a situação no que concerne a aplicação desta convenção.

Artigo 9º

1. Um Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um período de dez anos após a data em que foi posta em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral

da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia não terá efeito senão um ano depois de ter sido registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro de um prazo de um ano após a expiração do período de dez anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista pelo presente artigo, estará obrigado por um novo período de dez anos e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção à expiração de cada período de dez anos nas condições previstas pelo presente artigo.

Artigo 10

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os Membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe tiver sido comunicado, o Diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data na qual a presente convenção entrar em vigor.

Artigo 11

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas, para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, as informações completas a respeito de todas as ratificações, de todas as declarações e de todas as denúncias e de todos os atos de denúncia que tiver registrado de conformidade com os artigos precedentes.

Artigo 12

Cada vez que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência Geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e examinará a oportunidade de inscrever, na ordem do dia da Conferência, a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 13

1. No caso em que a Conferência adote uma nova convenção revendo, total ou parcialmente, a presente convenção, a menos que a nova convenção disponha em contrário:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão, implicará, de pleno direito, não obstante o artigo 9.º acima, denúncia imediata da presente convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará, em qualquer caso, em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e que não tiverem ratificado a convenção de revisão.

Artigo 14

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho na sua trigésima quarta sessão realizada em Genebra e que foi declarada encerrada em 29 de junho de 1951.

EM FÉ DO QUE apuseram suas assinaturas, neste segundo dia de agosto de 1951. — O Presidente da Conferência, *Rappard*.

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *David A. Morse*.

O Texto da Convenção apresentado aqui é cópia exata do texto autenticado pelas assinaturas do Presidente da Conferência Internacional do Trabalho e do Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho.

Cópia certificada conforme e completa, pelo Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho. — *C. W. Jenks*, Consultor Jurídico da Repartição Internacional do Trabalho.

CONVENÇÃO CONCERNENTE AS FÉRIAS PAGAS NA AGRICULTURA

CONVENÇÃO 101

A Conferência geral da Organização Internacional do Trabalho,

Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho, e aí se tendo reunido em 4 de junho de 1952, em sua trigésima quinta sessão,

Depois de haver decidido adotar diversas proposições relativas às férias pagas na agricultura, questão

que constitui o quarto ponto da ordem do dia da sessão,

Depois de haver decidido que essas proposições tomariam a forma de uma convenção internacional, adota, neste vigésimo dia de junho de mil novecentos e cinquenta e dois, a convenção presente, que será denominada Convenção sobre as férias pagas (agricultura), de 1952:

Artigo 1.º

Aos trabalhadores empregados nas empresas de agricultura, assim como nas ocupações conexas, deverão ser concedidas férias anuais pagas, depois de um período de serviço contínuo prestado ao mesmo empregador.

Artigo 2.º

1. Todo Membro que ratificar a presente convenção estará livre de decidir da maneira de serem asseguradas férias pagas na agricultura.

2. A concessão das férias pagas na agricultura poderá ser assegurada eventualmente por via de convenção coletiva ou confiando-se a sua regulamentação a organismos especiais.

3. Quando a maneira pela qual é assegurada a concessão das férias pagas na agricultura o permite:

a) deverá ser efetuada ampla consulta preliminar às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores interessados, se existirem, e a todas as outras pessoas especialmente qualificadas a este respeito por sua profissão ou suas funções, às quais a autoridade competente julgue útil dirigir-se;

b) os empregadores e trabalhadores interessados deverão participar da regulamentação das férias pagas, ou ser consultados ou ter o direito de serem ouvidos, na forma e na medida que poderão ser determinadas pela legislação nacional, mas em todos os casos em base de igualdade absoluta.

Artigo 3.º

O período mínimo de serviço contínuo exigido e a duração mínima das férias anuais pagas serão determinadas pela legislação nacional, por convenção coletiva, sentença arbitral, ou por organismos encarregados da regulamentação das férias pagas na agricultura, ou por qualquer outro meio aprovado pela autoridade competente.

Artigo 4.º

1. Todo Membro que ratifica a presente convenção terá a liberdade, depois de consulta às organizações mais representativas de empregadores e de trabalhadores interessadas, se as houver, de determinar as empresas, as ocupações e as categorias de pessoas a que se refere o artigo 1.º às quais deverão aplicar-se as disposições da convenção.

2. Todo Membro que ratifica a presente convenção poderá excluir da aplicação de todas ou de certas disposições da convenção, as categorias de pessoas as quais essas disposições são inaplicáveis pelo fato de suas condições de emprego, tais como os membros da família do empregador por ele contratados.

Artigo 5.º

Quando oportuno, deverá ser previsto, de conformidade com o procedimento estabelecido para a regulamentação das férias pagas na agricultura:

a) um regime mais favorável para os jovens trabalhadores, inclusive os aprendizes, nos casos em que as férias pagas anuais concedidas aos trabalhadores adultos não forem consideradas apropriadas para os jovens trabalhadores;

b) aumento da duração das férias pagas, com a duração do serviço;

c) férias proporcionais ou, em falta delas, uma indenização compensadora, se o período de serviço contínuo de um trabalhador não lhe permite tomar férias anuais pagas, mas ultrapassa um período mínimo determinado de conformidade com o procedimento estabelecido;

d) exclusão dos dias feriados oficiais e costumeiros, dos períodos de repouso semanal e nos limites fixados de conformidade com o procedimento estabelecido, das interrupções temporárias de trabalho devidas notadamente a enfermidades ou a acidentes.

Artigo 6.º

As férias anuais pagas poderão ser fraccionadas nos limites que podem ser fixados pela legislação nacional, por convenções coletivas, sentenças arbitrais ou inorganismos especiais encarregados da regulamentação das férias pagas na agricultura, ou por qualquer outra forma aprovada pela autoridade competente.

Artigo 7.º

1. Toda pessoa que gozar férias em virtude da presente convenção receberá, por toda a duração das ditas férias, uma remuneração que não poderá ser inferior a sua remuneração habitual, ou remuneração que poderia ser prescrita de conformidade com os parágrafos 2.º e 3.º do presente artigo.

2. A remuneração a ser paga pelo período de férias será calculada de maneira prescrita pela legislação nacional, por convenção coletiva, sentença arbitral ou organismos especiais encarregados da regulamentação das férias pagas na agricultura, ou por outra forma aprovada pela autoridade competente.

3. Quando a remuneração da pessoa que goza férias comporta prestações "in natura", poderá ser-lhe pago, pelo período de férias, o equivalente em espécie dessas prestações.

Artigo 8.º

Todo acôrdo referente ao abandono do direito de férias anuais pagas ou à renúncia às ditas férias deverá ser considerado nulo.

Artigo 9.º

Toda pessoa despedida sem que tenha havido falta de sua parte, antes de ter gozado as férias que lhe são devidas, deverá receber, para cada dias das férias a que tem direito em virtude da presente convenção, a remuneração prevista no artigo 7.º.

Artigo 10

Cada Membro que ratifica a presente convenção se compromete a fazer que exista um sistema apropriado de inspeção e controle para assegurar a sua aplicação.

Artigo 11

Cada Membro que ratifica a presente convenção, deverá comunicar, cada ano, à Repartição Internacional do Trabalho uma exposição geral indicando a maneira pela qual as disposições da convenção são aplicadas. Esta exposição compreenderá indicações sumárias sobre as ocupações as categorias e o número aproximado dos trabalhadores aos quais

esta regulamentação se aplica, a duração das férias concedidas e, em sendo o caso, as outras medidas mais importantes relativas às férias pagas na agricultura.

Artigo 12

As ratificações formais da presente convenção serão comunicadas ao Diretor geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registradas.

Artigo 13

1. A presente convenção não obrigará senão os Membros da Organização Internacional do Trabalho cuja ratificação tenha sido registrada pelo Diretor Geral.

2. Ela entrará em vigor doze meses depois que as ratificações de dois membros tiverem sido registradas pelo Diretor Geral.

3. Depois disso, esta convenção entrará em vigor para cada Membro doze meses depois da data em que sua ratificação tiver sido registrada.

Artigo 14

1. As declarações que torem comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho, de conformidade com o parágrafo 2º do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, deverão esclarecer:

a) os territórios nos quais o Membro interessado se compromete a aplicar, sem modificações, as disposições da convenção;

b) os territórios nos quais ele se compromete a aplicar as disposições da convenção com modificações, e em que consistem essas modificações;

c) os territórios aos quais a convenção é inaplicável e, nesse caso, as razões pelas quais ela é inaplicável;

d) os territórios para os quais ele reserva sua decisão, esperando um exame mais aprofundado da respectiva situação.

2. Os compromissos mencionados nas alíneas a) e b) do primeiro parágrafo do presente artigo serão reputados partes integrantes da ratificação e produzirão idênticos efeitos.

3. Todo Membro poderá renunciar em nova declaração, no todo ou em

parte, a qualquer reserva contida em sua declaração anterior, em virtude das alíneas b), c) e d) do primeiro parágrafo do presente artigo.

4. Todo Membro poderá, durante os períodos no curso dos quais a presente convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do art. 16, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando em qualquer outro ponto os termos de toda declaração anterior e dando a conhecer a situação dos territórios que especificar.

Artigo 15

1. As declarações comunicadas ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho de conformidade com os parágrafos 4 e 5 do artigo 35 da Constituição da Organização Internacional do Trabalho devem indicar se as disposições da convenção serão aplicadas ao território com ou sem as modificações: quando a declaração indicar que as disposições da convenção se aplicam sob reserva de modificações, ela deve especificar em que consistem as ditas modificações.

2. O Membro ou Membros ou a autoridade internacional interessada poderá renunciar, inteira ou parcialmente, em declaração ulterior ao direito de invocar uma modificação indicada em declaração anterior.

3. O Membro ou os Membros ou a autoridade internacional interessados poderão, durante os períodos no curso dos quais a convenção pode ser denunciada de conformidade com as disposições do artigo 16, comunicar ao Diretor Geral uma nova declaração modificando, em qualquer outro ponto, os termos de declaração anterior e esclarecendo a situação no que concerne à aplicação desta convenção.

Artigo 16

1. Todo Membro que tiver ratificado a presente convenção pode denunciá-la à expiração de um período de 10 anos depois da data em que entrou em vigor pela primeira vez, por ato comunicado ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho e por ele registrado. A denúncia só terá efeito um ano depois de registrada.

2. Todo Membro que, tendo ratificado a presente convenção, dentro de

um prazo de um ano depois da expiração do período de 10 anos mencionado no parágrafo precedente, não fizer uso da faculdade de denúncia prevista no presente artigo, ficará comprometido por um novo período de 10 anos, e, depois disso, poderá denunciar a presente convenção a expiração de cada período de 10 anos nas condições previstas no presente artigo.

Artigo 17

1. O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho notificará a todos os membros da Organização Internacional do Trabalho o registro de todas as ratificações, declarações e denúncias que lhe forem comunicadas pelos Membros da Organização.

2. Notificando aos Membros da Organização o registro da segunda ratificação que lhe for comunicada, o diretor Geral chamará a atenção dos Membros da Organização para a data em que a presente convenção entrar em vigor.

Artigo 18

O Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho enviará ao Secretário Geral das Nações Unidas para fins de registro, de conformidade com o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, informações completas a respeito de todas as ratificações, declarações e atos de denúncias que forem registradas de conformidade com os artigos presentes.

Artigo 19

Cada vez que julgar necessário, o Conselho de Administração da Repartição Internacional do Trabalho apresentará à Conferência geral um relatório sobre a aplicação da presente convenção e examinará a oportunidade de inscrever na ordem do dia da Conferência a questão de sua revisão total ou parcial.

Artigo 20

1. No caso em que a Conferência adote uma nova convenção de revisão total ou parcial da presente convenção, e a menos que a nova convenção disponha de outra maneira:

a) a ratificação por um Membro da nova convenção de revisão acarretará,

de pleno direito, não obstante o artigo 16 acima, denúncia imediata da presente convenção, quando a nova convenção de revisão tiver entrado em vigor;

b) a partir da data da entrada em vigor da nova convenção de revisão, a presente convenção cessará de estar aberta à ratificação dos Membros.

2. A presente convenção ficará em qualquer caso em vigor, na forma e no conteúdo, para os Membros que a tiverem ratificado e não tiverem ratificado a convenção de revisão.

Artigo 21

A versão francesa e a inglesa do texto da presente convenção fazem igualmente fé.

O texto precedente é o texto autêntico da convenção devidamente adotada pela Conferência Geral Internacional do Trabalho na sua trigésima quinta sessão realizada em Genebra e que foi declarada encerrada em 28 de junho de 1952.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 25, de 1956

Aprova o Tratado de Amizade Comércio e Navegação entre o Brasil e o Líbano

Art. 1.º É aprovado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação firmado entre o Brasil e o Líbano e assinado no Rio de Janeiro a 12 de maio de 1954.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de junho de 1956. — *Apolônio Sales*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

TRATADO DE AMIZADE, DE COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO, ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E O LÍBANO.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República Libanesa, desejosos de estreitar os laços de amizade que unem os dois povos e de desenvolver, no maior espírito de igualdade, e de reciprocidade de interesses, as relações culturais e sociais, e a cooperação econômica entre ambos;

Conscientes da necessidade de unir seus esforços a fim de colaborar da forma mais ampla, na organização e no desenvolvimento das relações internacionais, fundadas na paz e na justiça;

Resolveram celebrar um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação e, com este objetivo, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, Sua Excelência o Senhor Vicente Ráo, Ministro das Relações Exteriores;

O Presidente da República Libanesa, o Emir Magid Arslan, Ministro da Defesa Nacional e Sua Excelência o Senhor Adib Nahas, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário no Brasil;

Os quais, após terem exibido reciprocamente, seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo I

As Altas Partes Contratantes reafirmam as intenções de paz e de amizade que sempre animaram, em suas relações recíprocas, seus povos e governos respectivos.

Artigo II

Os agentes diplomáticos e consulares de cada uma das Altas Partes Contratantes receberão, no território da outra a título de reciprocidade, o tratamento consagrado pelos princípios gerais do Direito Internacional.

Artigo III

Cada uma das Altas Partes Contratantes concorda em conceder, em seu território, aos nacionais da outra, o direito de viajar, de residir e de comerciar em conformidade com as leis do país nas mesmas condições que os nacionais de qualquer outra Potência.

Cada uma das Altas Partes Contratantes garantirá em seu território, aos nacionais da outra, tratamento não menos favorável que o concedido a seus próprios nacionais, no que se refere aos meios legais, às questões relativas à administração da justiça, à percepção dos impostos e às formalidades respectivas.

Artigo IV

As Altas Partes Contratantes se comprometem a conceder, sob condição de reciprocidade, o tratamento de nação mais favorecida em relação a tudo o que diz respeito a direitos aduaneiros, impostos e quaisquer outros encargos sobre a exportação e a importação, ou que sejam recolhidos na ocasião da exportação e da importação e a tudo que se referir ao modo de percepção desses direitos e encargos, assim como em relação aos regulamentos e formalidades relativas à exportação e importação.

Artigo V

Serão excetuados das obrigações formuladas no presente tratado:

a) Os favores concedidos atualmente, ou que venham a ser concedidos, aos países vizinhos com o fim de facilitar o tráfico de fronteiras.

b) As vantagens resultantes de uma união aduaneira, já concluída ou que venha a sê-lo, no futuro, por uma das Altas Partes Contratantes;

c) Os direitos e privilégios concedidos, ou que venham a ser concedidos, por uma das Altas Partes Contratantes a outros Estados, em virtude de Convenções Multilaterais das quais não participe a outra Parte, enquanto semelhantes direitos ou privilégios forem consignados unicamente em convenções de alcance geral. E em todo caso:

1) Os direitos e privilégios especiais que a República dos Estados Unidos do Brasil concedeu ou venha a conceder aos países membros da Organização dos Estados Americanos e a Portugal.

2) Os direitos e privilégios especiais que a República Libanesa concedeu ou venha a conceder a um dos Estados Árabes.

Artigo VI

O tratamento de nação mais favorecida, que as Altas Partes Contratantes se concedem, reciprocamente, pelo presente Tratado, aplica-se a tudo o que se relaciona com o comércio entre os territórios das Partes Contratantes, assim como com a Navegação, efetuada por navios que arvozem o pavilhão de uma delas.

Artigo VII

As Altas Partes Contratantes concordam em que os litígios, seja qual

fôr a sua natureza, que surgirem entre elas e que não puderem ser resolvidos por via diplomática, sejam submetidos a processo de solução pacífica, em condições que serão determinadas por uma convenção especial.

Artigo VIII

As Altas Partes Contratantes se comprometem, após a assinatura do presente Tratado, a entabular negociações necessárias à conclusão de Acordos suplementares, destinados a desenvolver as operações comerciais entre os dois países.

Artigo IX

O presente Tratado entrará em vigor 30 dias após a sua ratificação de acordo com a legislação das Altas Partes Contratantes. Os respectivos instrumentos de ratificação serão trocados na cidade de Beirute.

O Presente Tratado permanecerá em vigor durante três anos, considerando-se prorrogado por tácita renovação, a menos que venha a ser denunciado por uma das Altas Partes Contratantes, um ano antes da terminação desse período.

Em fé do que os Plenipotenciários acima mencionados assinaram o presente tratado e rêle afixaram os seus respectivos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos doze dias de maio de 1954, em dois exemplares, nos idiomas português, árabe e francês, fazendo fé o texto francês em caso de dúvida sobre a interpretação dos textos português e árabe.

Vicente Ráo

Magid Arslan

Adib Nahas

LEI N.º 2.749 — DE 2 DE
ABRIL DE 1956

Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprego oficial de nome designativo de cargo público:

“O gênero gramatical dêsse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refere, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem, portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genericamente variáveis, assumindo, conforme o caso, ação masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome”.

Art. 2.º A regra acima exposta destina-se ao natural das repartições da União Federal, sendo extensiva às autarquias e a todo serviço cuja manutenção dependa, totalmente ou em parte, do Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de abril de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Ernesto Dornelles.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleiuss.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.750 — DE 4 DE ABRIL DE 1956

CRIA, NO EXERCITO, O QUADRO AUXILIAR
DE ADMINISTRAÇÃO (Q. A. A.).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º É criado no Exército o Quadro Auxiliar de Administração (Q. A. A.).

Art. 2.º O Q. A. A. é constituído inicialmente dos 2.ºs. e 1.ºs. tenentes da Reserva de 1.ª classe (R. 1.ª) integrantes do atual Q. A. O sem os cursos das Escolas de Formação dos Oficiais do Exército ou do C. P. O. R.

Parágrafo único. Os oficiais pertencentes ao Q. A. A. destinam-se, em tempo de paz ao exercício de funções burocráticas exclusivamente em repartições e estabelecimentos militares.

Art. 3.º O efetivo do Q. A. A. é:

2.ºs tenentes	787
1.ºs tenentes	390
Capitães	110

§ 1.º Para atender às inclusões dos capitães convocados e a permanência assegurada de acôrdo com os decretos-leis ns 8 159, de 3 de novembro de 1945 e 8 381, de 17 de dezembro de 1945, fica dotado o Q. A. O (em extinção) de 20 vagas de capitão.

§ 2.º As despesas correspondentes a essa dotação correrão por conta do crédito orçamentário previsto

Art. 4.º É vedado ao oficial do Q. A. A. a matrícula em escolas de formação de oficiais de armas ou dos serviços de Intendência e Veteri-

nária, podendo ser matriculado em cursos de especialidade ou aperfeiçoamento referentes à sua actividade profissional.

§ 1.º Os officiaes do Q. A. A. (ou do Q. A. O., em extinção) diplomados em medicina, farmacia, odontologia e veterinaria, por escola official ou reconhecida, poderão ingressar nos cursos de formação de officiaes da Escola de Saúde do Exercito, no posto que tiverem e independente do limite de idade desde que satisfaçam as mais condições.

§ 2.º O official quando aprovado em um dos cursos de que trata o § 1.º se transferido para o quadro de sua especialidade no Serviço de Saúde, no posto que tiver, ficando agregado até que lhe toque a vez de promoção no novo quadro.

Art. 5.º Os officiaes do Q. A. A. têm os mesmos deveres, direitos, regalias e prerrogativas, vencimentos e vantagens dos mais officiaes do Exercito, ressalvadas as restrições expressas na presente lei.

Art. 6.º A idade limite para permanência em serviço activo dos officiaes do Q. A. A. sera:

capitães	56 anos
1.ºs tenentes	54 aros
2.ºs tenentes	52 aros

quando serão transferidos para a reserva remunerada *ex-officio*.

Art. 7.º O ingresso no quadro resulta da promoção do subtenente ou do 1.º sargento (pertencente a quadros em que não exista subterente) ao posto de 2.º tenente.

§ 1.º São condições para ingresso:

a) ter no minimo 10 (dez) anos de praça e 2 (dois) na graduação para o subtenente, ou 10 (dez) anos de praça e diploma de curso superior para o subtenente ou 1.º sargento;

b) possuir o certificado de curso ginasial e o curso de comandante de pelotão ou seção ou outro que seja julgado equivalente para esse fim;

c) capacidade fisica comprovada em inspeção de saúde;

d) boa conduta;

e) juizo favorável do comandante ou chefe na forma que for regulamentada;

f) parecer favorável da Comissão de Promoções do Q. A. A.

§ 2.º O critério de seleção para ingresso sera unico e computável em pontos na forma em que vier a ser regulamentada

§ 3.º São respeitadas os direitos da promoção para o Q. A. A. dos subtenentes e sargentos que, na data da publicação da presente lei, estejam no quadro de acesso para o Q. A. O.

§ 4.º Para promoção a capitão estes militares deverão satisfazer às exigências da letra b do § 1.º do art. 8.º da presente lei.

Art. 8.º São condições a satisfazer para promoção:

a) capacidade fisica, comprovada em inspeção de saúde, para fins de acesso;

b) juizo favoravel do chefe da repartição ou estabelecimento, de proprio punho, sobre capacidade profissional demonstrada, espirito militar, dedicação ao serviço, idoneidade moral;

c) ter o interstício minimo, no posto:

1.º tenente	3 anos
2.º tenente	5 anos

d) parecer favorável da Comissão de Promoções do Q. A. A.

§ 1.º Para promoção a capitão é indispensável que o candidato além de satisfazer às condições exigidas neste artigo, tenha sido aprovado no Curso de Aplicação a ser criado de acôrdo com as instruções a serem baixadas pelo Ministro da Guerra.

§ 2.º A matrícula no curso a que se refere o parágrafo anterior é compulsória e obedece ao principio de rigorosa antiguidade entre os 1.ºs tenentes do quadro, ressalvados os casos de impossibilidade, provenientes de enfermidade do official, de pessoa de sua familia, comprovada em inspeção medica militar ou ter o mesmo requerido, a quem de direito o adiamento da matrícula por 2 (dois) anos

§ 3.º Ressalvados os casos de exceção previstos no parágrafo anterior, o official que deixar de efetuar a matrícula no curso, a ela perderá o direito em caráter definitivo.

Art. 9.º É dispensado do requisito da alínea c do § 1.º do art. 7.º e da alínea a do art. 8.º a praça ou official em tratamento de saúde por motivo:

a) de moléstia contraída ou ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou ainda, moléstia dêles proveniente;

b) desastre ou acidente no serviço ou na instrução ou moléstia dêles decorrentes

Art. 10 A seleção para as promoções iniciais para o acesso aos pontos do quadro será feita e apresentada ao Ministro da Guerra sob a forma de proposta, cabendo êsse trabalho a uma comissão permanente — Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Administração — assim constituída:

I — Um official general, presidente;

II — Um official superior de cada uma das Diretorias do Pessoal, de Saúde, de Veterinaria, de Recrutamento e de Transmissões;

III — Um major combatente, secretario, um capitão, subsecretário, e um capitão do Q. A. A., todos 3 (três) sem voto

Parágrafo único Os officiaes superiores, membros da Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Administração, serão indicados pelos respectivos directores e nomeados pelo Ministro da Guerra

Art. 11 O critério para promoção dos subtenentes e sargentos amparados pelo art. 7.º, § 3.º ao posto de 2.º tenente, será o de maior número de pontos no quadro de acesso, na forma em que vier a ser regulamentada.

Art. 12 A promoção de 2.º a 1.º tenente será feita sempre pelo principio de antiguidade e compete ao official que, tendo atingido o número "um" no quadro, satisfizer os requisitos estipulados no art. 8.º salvo a posse do certificado de curso ginasial, quando se tratar de 2.º tenente que tenha sido subtenente ou sargento amparado pelo § 3.º do art. 7.º

Art. 13 A promoção ao posto de capitão será feita pelo principio de antiguidade, dentre os 1.ºs tenentes possuidores do curso de aplicação a que se refere o § 1.º do art. 8.º

Art. 14 As promoções no Quadro Auxiliar de Administração serão feitas nas mesmas datas fixadas para os mais officiaes do Exercito

Art. 15 O official do Quadro Auxiliar de Administração sujeito a processo no foro civil ou militar, ou submetido a Conselho de Justificação, não poderá ser promovido até a decisão final. Absolvido na última instância ou declarado sem culpa pelo Conselho, será promovido em ressarcimento de preferência independente de vaga e data

Art. 16 As promoções só poderão recair nos officiaes, subtenentes ou 1.ºs sargentos, pertencentes a quadros em que não existem subtenentes e nos subtenentes e sargentos amparados pelo § 3.º do art. 7.º, incluídos nos quadros de acesso organizados semestralmente.

Parágrafo único Só poderão ser incluídos nos quadros de acesso os officiaes e subtenentes ou 1.ºs sargentos pertencentes a quadros em que não existem subtenentes que satisfaçam, para promoção, os requisitos exigidos nesta lei.

Art. 17. O número de oficiais e subtenentes ou 1.ºs sargentos pertencentes a quadros em que não existem subtenentes, a incluir nos quadros de acesso, será fixado pelo Ministro da Guerra, que levará em conta as vagas existentes e prováveis.

Art. 18. Concorrem ao quadro de acesso os subtenentes e 1.ºs sargentos pertencentes a quadros em que não existem subtenentes e os subtenentes e sargentos amparados pelo § 3.º do art. 7.º, segundo suas antiguidades na graduação e independente de arma ou serviço.

Art. 19. No quadro de acesso para promoção a 2.º tenente, os subtenentes e 1.ºs sargentos pertencentes a quadros em que não existem subtenentes, bem como os subtenentes e sargentos amparados pelo § 3.º do art. 7.º, serão colocados em grupos, segundo o grau de mérito decorrente dos pontos computados.

Art. 20. No quadro de acesso para promoção a 1.º tenente os oficiais serão colocados segundo a ordem de antiguidade.

Art. 21. No quadro de acesso para promoção a capitão só poderão ser incluídos os oficiais aprovados no curso a que se refere o § 1.º do art. 8.º.

Art. 22. A antiguidade do oficial do Quadro Auxiliar de Administração (Q. A. A.) será contada da data do ato que o incluir no referido Quadro, com exceção do oficial do Q. A. O., para ele transferido, que conservará a antiguidade já adquirida, anteriormente, no quadro de origem (Q. A. O.).

Art. 23. Não poderá ingressar no quadro de acesso e nem ser promovido o militar que pela Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Administração, for julgado inapto para prosseguir na carreira militar.

Parágrafo único. Cabe ao militar julgado inapto recorrer desse julgamento à própria Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Administração.

Art. 24. Se o julgamento de inaptidão for proferido 2 (duas) vezes consecutivas, o militar por ele atingido será reformado com as vantagens previstas em lei.

Art. 25. O julgamento final proferido pela Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Administração deve ser justificado, inserto em ata, e, por cópia, remetido ao Ministro da Guerra.

Art. 26. O militar incluído no quadro de acesso só será excluído caso não seja promovido, quando ocorrer uma das seguintes circunstâncias:

- a) morte;
- b) transferência para a reserva,
- c) reforma;
- d) incapacidade física definitiva;
- e) incapacidade moral;

f) condenação em virtude de sentença passada em julgado por crime que afete a sua idoneidade moral.

§ 1.º As exclusões pelos motivos das alíneas a, b, c e d serão feitas pela Comissão de Promoções do Quadro Auxiliar de Administração após a publicação do falecimento, do decreto de transferência para a reserva ou reforma e do recebimento da comunicação de incapacidade física.

§ 2.º As exclusões pelos motivos das alíneas e e f serão declaradas pelo Ministro da Guerra, em "Boletim do Exército".

Art. 27. Não concorrerá a promoção, embora tenha satisfeito às exigências da presente lei, o militar que se encontrar em:

- 1) licença para tratamento de interesse particular;
- 2) serviço estranho ao Ministério da Guerra, exceto os que se encontram amparados por dispositivo constitucional ou estatutário;

- 3) cumprimento de sentença;
- 4) deserção;
- 5) extravio;
- 6) achar-se sub-judice.

Art. 28. Aplica-se aos Oficiais do Q. A. A. o disposto na lei n.º 1.338, de 30 de janeiro de 1951.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Na constituição inicial do quadro serão aproveitados os oficiais do atual Quadro Auxiliar de Oficiais, os quais serão incluídos no Quadro Auxiliar de Administração (Q. A. A.) na situação em que se encontrarem na data da presente lei.

Art. 30. Deverão também ser incluídos no Q. A. A., quando for o caso, capitães e oficiais subalternos da ativa, sem os cursos das escolas de formação de oficiais do Exército, não compreendidos no art. 29 da presente lei, os quais não serão computados no efetivo previsto para o quadro, salvo se efetuarem matrícula e forem aprovados no Curso de Aplicação, dentro do número de vagas para eles determinadas nas instruções a serem baixadas pelo Ministro da Guerra.

Art. 31. Os oficiais da reserva de 1.ª classe (R/1) do atual Q. A. O. são na data da presente lei excluídos das armas e serviços e incluídos no Q. A. A. a partir da publicação desta lei.

Art. 32. Os oficiais de que tratam os artigos anteriores, das disposições transitórias desta lei, serão colocados em escala única de acordo com os postos e respectivas antiguidades.

Parágrafo único. Para os oficiais, sem os cursos de escola de preparação de oficiais do Exército, será observado o princípio da proporcionalidade para efeito de aplicação deste artigo.

Art. 33. Fica em extinção o Quadro Auxiliar de Oficiais.

§ 1.º O efetivo deste quadro fica diminuído em número correspondente de oficiais que forem transferidos para o Q. A. A., excetuando-se as inclusões resultantes da aplicação do § 4.º deste artigo.

§ 2.º As vagas ocorridas neste quadro (Q. A. O., em extinção) com a promoção de 2.º tenente a 1.º tenente serão consideradas extintas. O mesmo se dará para com as vagas de 1.º tenente para capitão quando não mais existirem 2.ºs tenentes.

§ 3.º Os oficiais do Q. A. O. (em extinção) possuidores de curso de formação dos C. P. O. R. permanecerão no Q. A. O. (em extinção) e terão sua promoção ao posto imediato regulada pela lei n.º 1.252, de 2 de dezembro de 1950, observando-se:

a) será mantida a antiguidade pela ordem de colocação constante do almanaque para efeito da aplicação desta lei;

b) quando ocorrer a promoção de oficial mais moderno pela colocação no almanaque, porém com mais tempo de serviço, este passará a agregado, sem contar antiguidade no novo posto até que venha alcançar a sua colocação correspondente no quadro.

§ 4.º Os oficiais R/2 convocados, amparados pelos decretos-leis n.ºs 8.159, de 3 de novembro de 1945, e 8.381, de 17 de dezembro de 1945, serão excluídos das reservas a que pertencem e incluídos no Q. A. O. (em extinção), aplicando-se-lhes o disposto no § 3.º deste artigo.

Art. 34. As promoções iniciais ao posto de capitão (Q. A. A.) serão feitas em 3 (três) fases sucessivas intercaladas de 4 (quatro) meses a partir do 8.º (oitavo) mês após a publicação desta lei.

Parágrafo único. As cotas das promoções a que se refere este artigo serão de 40% (quarenta por cento), 30% (trinta por cento) e 30% (trinta por cento) do efetivo fixado.

Art. 35. O disposto no art. 6.º entrará em vigor imediatamente após terem sido reauzadas as promoções iniciais ao posto de capitão Q A A. na forma prevista no art. 34.

Art. 36. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

proj. 2298/52

JUSCELINO KUBITSCHK.

LEI N.º 2.751 — DE 4 DE ABRIL
DE 1956

Considera de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' considerado de efetivo exercício o tempo que o militar da ativa ou do magistério militar, passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.

§ 1.º Na hipótese de afastamento de que trata este artigo, o militar será tãr tempo de efetivo serviço para os agregado ao respectivo quadro e consequentes fins:

- a) promoção por antiguidade de acôrdo com a legislação especial;
- b) transferência para a inatividade, inclusive para os efeitos de que trata o art. 54 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, que regula a inatividade dos militares;
- c) gratificação de tempo de serviço, prevista na Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

§ 2.º Além do tempo de afastamento de que trata esta lei, todo e qualquer tempo de efetivo serviço público federal estadual ou municipal é considerado como de efetivo exercício para os fins previstos nas alíneas b e c do parágrafo anterior.

Art. 2.º O disposto na presente lei aplica-se aos militares inativos que contam tempo de acôrdo com a legislação citada no art. 1.º.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK.

proj. 129155

LEI N.º 2.752 — DE 10 DE ABRIL
DE 1956

Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º E' permitida aos funcionários e servidores públicos, civis e militares, a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social com os proventos de disponibilidade, aposentadoria ou reforma (Decreto-lei n.º 2.004, de 7 de fevereiro de 1940, e Decreto-lei n.º 8.821 de 24 de janeiro de 1946), sem qualquer limite ou restrição.

Parágrafo único. As vantagens desta lei beneficiarão aos que não perderam a condição de servidor ou funcionário público ao ser instalado o regime autárquico.

Art. 2.º Os funcionários e servidores públicos que contribuíam para mais de um Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, poderão optar por um deles, requerendo a transferência

das contribuições para a instituição em que permanecerem.

Art. 3.º Os proventos retidos ou cujo pagamento tenha sido suspenso pelo Tesouro Nacional deverão ser pagos aos aposentados ou inativos pensionistas dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da vigência desta lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

LEI N.º 2.753 — DE 13 DE ABRIL DE 1956

Revoga o parágrafo único do artigo 9.º da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951 (Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revogado o parágrafo único do art. 9.º da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951 (Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Parsifal Barroso.

José Maria Alkmim.

Lúcio Meira.

Ernesto Dornelles.

LEI N. 2.754 — DE 16 DE ABRIL DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, destinado ao custeio de despesas com o comparecimento do Brasil à XV Olimpíada em Helsinki.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros), destinado ao custeio de despesas com o comparecimento do Brasil, entre 19 de julho a 3 de agosto de 1952, à XV Olimpíada em Helsinki.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.755 — DE 16 DE ABRIL DE 1956

Dispõe sobre a contribuição de segurados aos Institutos de Previdência.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Até a decretação da Lei Orgânica da Previdência Social, a contribuição triplíce para os Institutos de Aposentadoria e Pensões será calculada na base de 7% (sete por cento) sobre a importância mensal efetivamente percebida pelo segurado, a qualquer título, nunca porém, inferior ao salário mínimo local, até o máximo de 3 (três) vezes o salário mínimo de maior valor vigente no país, respeitadas as taxas em vigor

quando superiores a 7% (sete por cento).

Parágrafo único. Vetado.

Art. 2.º O auxílio-doença, a aposentadoria e a pensão serão calculados na base do salário médio de contribuição verificado nos últimos 36 (trinta e seis) meses que antecederem a data do afastamento do trabalho, do requerimento ou da morte do segurado.

Art. 3.º. Vetado.

Art. 4.º Ficam revogados o art. 3.º da Lei n.º 1.136, de 19 de junho de 1956, e mais disposições em contrário.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 2.756 — DE 17 DE ABRIL DE 1956

Concede isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional do Serviço Social.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.757 — DE 23 DE ABRIL DE 1956

Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São excluídos das disposições da letra a do art. 7.º do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e do art. 1.º do Decreto-lei n.º 3.078, de 27 de fevereiro de 1941, os empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais, desde que a serviço da administração do edifício e não de cada condômino em particular.

Art. 2.º São considerados representantes dos empregadores nas reclamações ou dissídios movimentados na Justiça do Trabalho os síndicos eleitos entre os condôminos.

Art. 3.º Os condôminos responderão, proporcionalmente, pelas obrigações previstas nas leis trabalhistas, inclusive as judiciais e extrajudiciais.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 2.758 — DE 26 DE ABRIL DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para atender ao pagamento de salários-família devidos a pessoal do mesmo Tribunal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para atender ao pagamento de salários-família devidos a pessoal do mesmo Tribunal no exercício de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.759 — DE 26 DE ABRIL DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a pagar à Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, o auxílio de Cr\$ 75.000,00 que se acha inscrito em "Restos a Pagar" no exercício de 1951.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Tesouro Nacional autorizado a pagar à Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, o auxílio de Cr\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil cruzeiros), que se acha inscrito em "Restos a Pagar", no exercício de 1951, para a Santa Casa de Misericórdia, de Conquista, no mesmo Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.760 — DE 26 DE ABRIL DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de ... Cr\$ 30.000.000,00, sendo Cr\$ 20.000.000,00 para execução das obras de defesa da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, e Cr\$ 10.000.000,00 para as das praias de Tambau e Formosa, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinando-se Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) à execução das obras de defesa da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, e Cr\$ Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) às das praias de Tambau e Formosa, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Lucio Meira.
José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.761 — DE 26 DE ABRIL DE 1956

Dá nova redação ao § 2.º do artigo 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O § 2.º do art. 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º ...

§ 2.º A doença será comprovada mediante atestado de médico da instituição da previdência social a que estiver filiado o empregado, e, na falta deste e sucessivamente, de médico do Serviço Social do Comércio ou da Indústria; de médico da empresa ou por ela designado; de médico a serviço de representação federal estadual ou municipal, incumbido de assuntos de higiene ou de saúde pública; ou não existindo estes, na localidade em que trabalhar, de médico de sua escolha."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
Parsifal Barroso.

LEI N.º 2.762 — DE 30 DE ABRIL
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgias para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia. O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgias, com sede no Distrito Federal, para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia a reunir-se no Distrito Federal em outubro de 1956, sob os auspícios da Associação de Congressos Interamericanos de Cirurgia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

*Maurício de Medeiros.
José Maria Alkmim.*

LEI N.º 2.763 — DE 2 DE MAIO
DE 1956

Cria, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, e com jurisdição no município de São Bernardo do Campo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' criada, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, e jurisdição no município de São Bernardo do Campo.

Art. 2.º São criados um cargo de juiz do trabalho de Junta e duas fun-

ções de vogal, sendo uma para a representação de empregadores e a outra para a de empregados.

§ 1.º Haverá um suplente para cada vogal.

§ 2.º Os vencimentos do cargo e das funções a que se refere este artigo serão os fixados na Lei n.º 499, de 28 de novembro de 1948 (art. 5.º).

Art. 3.º Os mandatos dos vogais da Junta de que trata esta lei terminarão simultaneamente com os dos titulares das mais Juntas do Estado de São Paulo, atualmente em curso.

Art. 4.º O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região promoverá a instalação da Junta ora criada.

Art. 5.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — os créditos especiais para a execução desta lei, até Cr\$ 618.960,00 (seiscentos e dezoito mil novecentos e sessenta cruzeiros).

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.764 — DE 2 DE MAIO
DE 1956

Denomina "Delmiro Gouveia" a atual barragem construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' denominada "Barragem Delmiro Gouveia" a atual obra de arte desse gênero construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Ernesto Dornelles.

LEI N.º 2.765 — DE 2 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 1.000.000,00, para instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para a instalação, em sede própria, da Escola de Belas Artes de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Celso Brant.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.766 — DE 2 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas com a realização do 2.º Congresso Eucarístico de Niterói.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado a atender às despesas com a realização do 2.º Congresso Eucarístico de Niterói.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Jose Maria Alkmim.

LEI N.º 2.767 — DE 2 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$... 561.700,00 para pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Penedo, no Estado de Alagoas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 561.700,00 (quinhentos e sessenta e um mil e setecentos cruzeiros) para atender às despesas com o pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Penedo, no Estado de Alagoas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Jose Maria Alkmim.

LEI N.º 2.768 — DE 2 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário, que poderá ser utilizado até o limite de Cr\$... 70.000.000,00, para auxílio e indenização de prejuízos ocasionados por fatores naturais em municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário, que poderá ser utilizado até o limite de Cr\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de cruzeiros), nos termos da Constituição Federal, para auxílio e indenização de prejuízos ocasionados por fatores naturais nos seguintes municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, na forma abaixo:

	Cr\$
Guarujá, no Estado de São Paulo, até	1.000.000,00
Santos, no Estado de São Paulo, até	20.000.000,00
São Vicente, no Estado de São Paulo, até ...	2.000.000,00
Grão Mogol, no Estado de Minas Gerais, até	1.000.000,00
Bonito de Santa Fé, São José das Piranhas, Monteiro (Distrito do Prata), Cajazeiros e Patos, no Estado da Paraíba, até	3.000.000,00
Poreciúncula (Distrito de Purilândia), no Estado do Rio de Janeiro, até	1.000.000,00
Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, até	40.000.000,00
Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, até	2.000.000,00

Art. 2.º O Poder Executivo estabelecerá, através do Ministério da Fazenda, os critérios para o efeito da indenização aludida no art. 1.º, respeitados os limites máximos ali fixados.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.
José Maria Alkmin.

LEI N.º 2.769 — DE 2 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e órgãos a seguir indicados, os seguintes créditos especiais no total de Cr\$... 1.385.171.019,70 (um bilhão, trezentos e oitenta e cinco milhões, cento e setenta e um mil, dezenove cruzeiros e setenta centavos):

	Cr\$
Departamento Administrativo do Serviço Público ..	554.951,70
Estado Maior das Forças Armadas ..	17.462,70
Comissão do Vale do São Francisco ...	1.235.960,20
Ministério da Aeronáutica	98.000.000,00
Ministério da Agricultura	30.090,00
Ministério da Fazenda	48.004.933,90
Ministério da Guerra	389.404,20
Ministério das Relações Exteriores ..	4.660.000,40
Ministério da Saúde	1.800.000,00
Ministério da Viação e Obras Públicas ..	1.230.478.216,60
Total	1.385.171.019,70

Art. 2.º Os créditos especiais de que trata o art. 1.º desta lei serão registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Ernesto Dornelles.

Henrique Fleiuss.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.770 — DE 4 DE MAIO
DE 1956

Suprime a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visem a liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza, que visem obter a liberação de mercadorias, bens ou coisas de qualquer espécie procedentes do estrangeiro, não se concederá, em caso algum, medida preventiva ou liminar que, direta ou indiretamente importe na entrega da mercadoria, bem ou coisa.

Art. 2.º No curso da lide ou enquanto pendar recurso, mesmo sem efeito suspensivo, da sentença ou acórdão, a execução de julgado que determinar a entrega ou a venda do exterior de mercadorias, bens ou coisas de qualquer natureza, não será ordenada pelo juiz ou Tribunal antes que o autor ou requerente preste garantias de restituição do respectivo valor, para o caso de, afinal, decair da ação ou procedimento.

§ 1.º As garantias referidas neste artigo consistirão no oferecimento de fiança bancária idônea, aceita pela autoridade alfandegária competente, ou de caução em títulos da Dívida Pública Federal, de valor nominal correspondente a 150 % (cento e cinquenta

por cento) "ad-valorem" das mercadorias, bens e coisas objeto de litígio, na forma do art. 6.º, § 4.º, da Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953.

§ 2.º O valor exigível, tanto para a fiança bancária quanto para a caução, de que trata o parágrafo anterior, será comprovado com documento expedido pela Carteira de Comércio Exterior, do qual constarão todos os dados indispensáveis à precisa caracterização da mercadoria, bem ou coisa.

Art. 3.º Das sentenças que julgarem a liquidação por arbitramento ou artigos nas execuções de sentenças ilíquidas contra a União, o Estado ou o Município, haverá apelação necessária com efeito suspensivo.

Art. 4.º As disposições desta lei, que entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, revogado, para esse efeito, o § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, se aplicam aos processos em curso.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proq.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

1176/56 José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.771 — DE 8 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Arróio do Meio e à Sociedade Divina Providência os bens situados na cidade de Arróio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, havidos por arrecadação da herança jacente de Agnes Lammel Zenkner.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a doar, às entidades abaixo mencionadas, os seguintes bens de propriedade da União, havidos por arrecadação da herança jacente de Agnes Lammel Zenkner e situados na cidade de Arróio do Meio, Estado do

Rio Grande do Sul, à rua Dr. João Carlos Machado e Rua das Chácaras:

I — A Associação Rural Arróio do Meio, no Estado do Rio Grande do Sul, para instalação de seus serviços, uma quadra de terrenos, com 400 (quatrocentos) palmos em tôdas as frentes e as casas no mesmo situadas, sendo uma de n.º 1.034 para moradia e coberta com telhas de barro, uma de n.º 1.024, de construção mista, ao lado da anterior, e coberta de telhas de zinco, e duas pequenas casas de madeira sem número;

II — A Sociedade Divina Providência, com sede em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para uso do Hospital São José, mantido pela mesma entidade em Arróio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, uma fração de terras com 2hs8040m2 (dois hectares nove mil e quarenta metros quadrados), dividindo-se pela frente com a Rua das Chácaras, pelos fundos e pelo sul com terras que são ou foram de Pedro Kraeff e pelo norte com terras que são ou foram de Frederico Lange.

Art. 2.º Os terrenos descritos no art. 1.º não poderão ser alienados pelas entidades donatárias e reverterão à União, mediante indenização das benfeitorias neles introduzidas, caso aquelas entidades venham a dissolver-se, sem serem substituídas por entidades da mesma natureza e com iguais objetivos.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.772 — DE 8 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender a despesas decorrentes da execução da Lei n.º 1.944, de 14 de agosto de 1953.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinado a ocorrer às despesas com os trabalhos de pesquisa a que se refere o art. 3.º, §§ 1.º e 2.º, da Lei n.º 1.944, de 14 de agosto de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.773 — DE 8 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de ... Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para atender às despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira, no mês de fevereiro de 1956, em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, promovida pela Confederação Rural Brasileira.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Ernesto Dornelles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.744 — DE 10 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para pagamento de auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), destinado ao pagamento do auxílio concedido pelo art. 1.º da Lei n.º 1.752, de 4 de dezembro de 1952, ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, com sede em São Paulo, capital do Estado de São Paulo, para atender às despesas com a realização do 1 Congresso Nacional, em setembro de 1951, naquela cidade.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.745 — DE 10 DE MAIO
DE 1956

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Elei-

toral de Minas Gerais, criado pela Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, e modificado pela Lei n.º 1.409, de 9 de agosto de 1951, fica alterado nos termos da presente lei e da tabela que a acompanha.

Parágrafo único. Serão apostilados pelo presidente do Tribunal os títulos de nomeação dos atuais funcionários da Secretaria, em face da nova situação decorrente desta lei e da tabela anexa.

Art. 2.º Os atuais ocupantes das classes M, L, K, J, I e H da carreira de oficial judiciário, cuja estrutura fica alterada de acordo com a tabela anexa, serão classificados nas classes O, N, M, L, K e J, respectivamente.

Art. 3.º As carreiras de escriturário e datilógrafo ficam transformadas na de auxiliar judiciário escalonada de H a I e com a estrutura também constante da tabela anexa.

§ 1º Os atuais ocupantes da classe G, das carreiras de escriturário e datilógrafo, bem assim os das classes F e E, das mesmas carreiras, serão classificados, respectivamente, nas classes I e H da nova carreira de auxiliar judiciário.

§ 2º Aos auxiliares judiciários cabem, precipuamente, os serviços de datilografia.

Art. 4.º Os ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário terão acesso à classe inicial da carreira de oficial judiciário, mediante concurso de 2.ª entrância, organizado pelo Tribunal, ressalvado aos atuais escriturários o direito que lhes é assegurado pelo art. 5.º da Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948.

Art. 5.º Os atuais ocupantes das classes G e F, da carreira de continuo, bem como das classes E e D, da carreira de servente ficam classificados nas classes I e H, de continuo, e G e F, respectivamente, de servente, alterada a estrutura das mesmas carreiras nos termos da tabela anexa.

Art. 6.º Feita a reclassificação, de acordo com esta lei e tabela que a acompanha, dos funcionários ocupantes dos cargos de carreira, as vagas restantes nas classes finais e intermediárias serão providas mediante promoção pelos critérios, alternados, de antiguidade e merecimento.

Art. 7.º Ficam criados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Elei-

toral de Minas Gerais os seguintes cargos isolados:

a) dois de diretor de serviço, símbolo PJ-3, de provimento em comissão;

b) um de motorista, padrão J; um de zelador, padrão M; um de ajudante de zelador, padrão L, todos de provimento efetivo.

Art. 8.º Ficam criadas no referido quadro mais 4 (quatro) funções gratificadas de chefe de seção, FG-4.

Art. 9.º Para completar o quadro de que se ocupam esta lei e a tabela que a acompanha serão aproveitados, preferentemente, os funcionários contratados e extranumerários do Tribunal e, a seguir, os requisitados que estejam a seu serviço há mais de 2 (dois) anos, ocupando cargo idêntico ou superior, feita a seleção mediante concurso interno organizado pelo Tribunal.

§ 1.º As vagas restantes nas classes iniciais serão providas mediante concurso público.

§ 2.º Os cargos isolados serão providos livremente pelo Tribunal.

Art. 10. Os ocupantes da classe final da carreira de servente terão acesso à classe inicial da carreira de continuo, mediante promoção pelos critérios de merecimento e antiguidade, alternadamente.

Art. 11. Na nomeação, promoção, licença, férias, exoneração, demissão, readmissão, readaptação e aposentadoria dos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais serão observadas, no que couberem, as normas dos Funcionários Cíveis da União (Lei número 1.711 de 28 de outubro de 1952).

Art. 12. Os funcionários que, em virtude desta lei, foram aproveitados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais contarão como tempo de serviço público federal, para os efeitos previstos no Estatuto dos Funcionários Cíveis da União (Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), o tempo de serviço anteriormente prestado à Justiça Eleitoral, aos Estádcs, Municípios e autarquias.

Art. 13. As vagas decorrentes do aproveitamento, segundo o disposto no art. 9.º da presente lei, de servidores extranumerários e contratados do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais não poderão ser preenchidas, ficando, em consequência, extintas as respectivas tabelas ou referências numéricas.

Art. 14. O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais poderá designar funcionários da Secretaria para auxiliarem os serviços dos cartórios das zonas eleitorais da capital do Estado.

Art. 15. É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais — o crédito suplementar até o limite de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzzeiros) para refôrço das verbas orçamentárias indispensáveis à execução da presente lei.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1956: 135.º da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

TABELA DE QUE TRATA O ART. 1.º DESTA LEI

I — Cargos isolados de provimento em comissão

Número de cargos	Denominação	Símbolo, classe ou padrão
1	Diretor Geral	PJ-2
2	Diretor de Serviço	PJ-3
1	Auditor Fiscal	PJ-3

II — Cargos isolados de provimento efetivo

Número de cargos	Denominação	Símbolo, classe ou padrão
1	Redator de Debates	N
1	Arquivista	M
2	Taquigrafo	M
2	Taquigrafo	L
1	Almoxarife	K
1	Zelador	M
1	Ajudante de Zelador	L
1	Porteiro	L
1	Ajudante de Porteiro	K
1	Motorista	K
1	Motorista	J

III — Cargos de carreira

Número de cargos	Denominação	Símbolo, classe ou padrão
4	Oficial Judiciário	O
7	Oficial Judiciário	N
8	Oficial Judiciário	M
10	Oficial Judiciário	L
12	Oficial Judiciário	K
16	Oficial Judiciário	J
33	Auxiliar Judiciário	I
47	Auxiliar Judiciário	H
7	Contínuo	I
8	Contínuo	H
7	Servente	G
8	Servente	F

IV — Funções gratificadas

Número de cargos	Denominação	Símbolo, classe ou padrão
1	Secretário da Presidência	FG-3
1	Secretário da Procuradoria	FG-4
1	Secretário da Diretoria	FG-4
10	Chefe de Seção	FG-4

LEI N.º 2.776 — DE 10 DE MAIO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale de São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 42.958,10, destinado ao pagamento de diferença de vencimentos aos servidores Renato Mascarenhas de Souza e Benedito Brandão Reis.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pela Comissão do Vale de São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 42.958,10 (quarenta e dois mil novecentos e cinquenta e oito cruzeiros e dez centavos), destinado ao pagamento da diferença de vencimentos aos servidores Renato Mascarenhas de Souza e Benedito Brandão Reis, que estiveram exercendo, respectivamente, as chefias das seções do Orçamento e do Material durante os impedimentos dos titulares efetivos e no período superior a 30 (trinta) dias.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.777 — DE 10 DE MAIO
DE 1956

Modifica o art. 41 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 41 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 41. O Distrito Federal será dividido em subprefeituras, tantas quantas a lei estabelecer, e continuará na posse do território em que atualmente exerce a sua jurisdição, respeitados os direitos a que se refere o art. 1.º, § 1.º.”

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 2.778 DE 14 DE MAIO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Auta Gomes Monteiro Machado, Maria Helena Gomes Machado e Célia Gomes Machado, viúva e filhas de José Monteiro Machado, ex-funcionário do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Auta Gomes Monteiro Machado, Maria Helena Gomes Machado e Célia Gomes Machado, viúva e filhas de José Monteiro Machado, ex-funcionário do Ministério da Agricultura, falecido em consequência de desastre de aviação ocorrido no interior do Estado de Minas Gerais em 6 de abril de 1952.

Art. 2.º A pensão instituída por esta lei será dividida em duas partes iguais, cabendo uma à viúva que a perceberá enquanto se mantiver nesse estado, e a outra, rateada em partes iguais, às filhas do extinto.

Parágrafo único. Por morte da viúva beneficiária, a pensão a que se refere esta lei será transferida às herdeiras mencionadas no art. 1.º, perdendo as mesmas direito ao benefício, quando contraírem matrimônio.

Art. 3.º A pensão especial prevista nesta lei é devida a partir da cessação do pagamento do funcionário vi-

timado, correndo as despesas à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento de pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.779 — DE 14 DE MAIO DE 1956

Autoriza a emissão de uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da morte de Dom João Batista Scalabrini, fundador das Ordens dos Padres Carlistas e das Irmãs Missionárias de São Carlos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da morte de Dom João Baptista Scalabrini, fundador das Ordens dos Padres Carlistas e das Irmãs Missionárias de São Carlos.

Art. 2.º. A fim de proporcionar ampla divulgação desta comemoração, os referidos selos serão destinados aos serviços postais comum e aéreo, podendo constar dos mesmos o retrato do homenageado com a característica legenda.

Art. 3.º. A quantidade da impressão da série de selos postais e taxas ficarão a critério do órgão competente.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.780 — DE 14 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos especiais respectivamente, de Cr\$ 1.129.015,50 e Cr\$ 4.556.832,00, para completar o pagamento de despesas decorrentes da aplicação da Lei n.º 2.488, de 16 de maio de 1955, nos exercícios de 1953 e 1954, e de vencimentos do pessoal civil e funções gratificadas no exercício de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 1.129.015,50 (um milhão cento e vinte e nove mil e quinze cruzeiros e cinquenta centavos), para completar o pagamento de despesas decorrentes da aplicação da Lei n.º 2.488, de 16 de maio de 1955, que alterou os valores dos símbolos dos cargos isolados de direção e funções gratificadas do Poder Judiciário, nos exercícios de 1953 e 1954 com a seguinte discriminação:

Tribunal Superior Eleitoral	156.086,39
Tribunais Regionais Eleitorais	972.929,26
	<hr/>
	1.129.015,50

Art. 2.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 4.556.832,00 (quatro milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil oitocentos e trinta e dois cruzeiros), para atender a despesas de vencimentos do pessoal civil e funções gratificadas no exercício de 1955.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.781 — DE 14 DE MAIO
DE 1956

Cria cargos no Quadro do Pessoal ao Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região os seguintes cargos:

a) Isolado de provimento em comissão;

1 Chefe de Secretaria da 3.ª T.C.J., padrão M;

b) Isolado de provimento efetivo:

1 Oficial de Justiça, padrão H;

c) De carreira:

2 Oficiais Judiciários, classe H;

3 Auxiliares Judiciário, classe E;

2 Serventes, classe C.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1956; 135.º da Independência e 88.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

LEI N.º 2.782 — DE 14 DE MAIO
DE 1956

Reestrutura o Quadro de Oficiais Veterinários do Exército e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais Veterinários do Exército passa a ser constituído de:

16 coronéis;

32 tenentes-coronéis;

64 maiores;

112 capitães;

112 1.º tenentes.

Art. 2.º As vagas decorrentes dos efetivos constantes do artigo anterior serão preenchidas em 2 (dois) anos, contados imediatamente após a publicação desta lei, respeitadas, contudo, as condições exigidas normalmente pela Lei de Promoções e de acordo com o seguinte plano de execução:

DISCRIMINAÇÃO	Coronel	Tenente-Coronel	Major	Capitão	Primeiro Tenente	Segundo Tenente	Soma
Efetivo atual	6	24	48	144	112	48	366
1.º ano de reestruturação	11	28	56	112	112	—	334
2.º ano de reestruturação	16	32	64	112	112	—	336

Art. 3.º São dispensados das condições exigidas normalmente pela Lei de Promoções, quanto ao interstício, os atuais 2.º tenentes veterinários que, em virtude da presente lei, devam ser promovidos ao posto de 1.º tenente.

Art. 4.º O art. 27 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 27. Na Escola de Saúde do Exército e na de Veterinária,

os candidatos designados para matrícula no curso de formação de oficiais serão nomeados: os médicos, 2.º tenentes médicos estagiários, e os veterinários, 2.º tenentes veterinários estagiários; terão honras e obrigações militares e perceberão os vencimentos correspondentes àquele posto.

Parágrafo único. Terminado o curso de formação de oficiais, os alunos serão nomeados, conforme o caso e o número de vagas existentes, 1.º tenentes médicos ou veterinários, sendo colocados no almanaque do Exército em rigorosa ordem de merecimento intelectual".

Art. 5.º É revogado o art. 61 do Decreto n.º 6.067, de 2 de agosto de 1940 (Regulamento da Escola de Veterinária do Exército), sendo as prescrições nele contidas reguladas pelo art. 27 do Decreto-lei n.º 5.625, de 28 de junho de 1943 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército), modificado por esta lei.

Art. 6.º Os capitães e 1.º tenentes colocados no Almanaque do Exército,

acima do número 112 (cento e doze), serão agregados ao Quadro e irão desagregando conforme forem sendo preenchidas as vagas decorrentes desta reestruturação ou provenientes de outros motivos.

Art. 7.º Os novos cargos e funções que serão ajustados para atender às exigências da organização militar quanto ao Serviço de Veterinária, bem como ao completamento dos efetivos constantes do art. 1.º desta lei, serão indicados e publicados, pelo Ministro da Guerra, por proposta do Estado-Maior do Exército, anualmente.

Art. 8.º O efetivo em oficiais-generais, oriundos do Serviço de Veterinária do Exército, obedecerá às disposições da Lei n.º 1.632, de 30 de junho de 1952.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Henrique Lott

proj. 102/55

LEI N.º 2.783 — DE 14 DE MAIO DE 1956

Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 67.790.410,00 para pagamento de despesas decorrentes da Resolução n.º 58, de 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar no total de Cr\$ 67.790.410,00 (sessenta e sete milhões, setecentos e noventa mil, quatrocentos e dez cruzeiros), em reforço da Verba 1 — Custeio, do Subanexo 2.01, do Anexo 2 — Poder Legislativo do Orçamento vigente, para atender a despesas decorrentes da Resolução n.º 58, de 1956, e assim discriminadas:

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil:

	Cr\$
1.1.01 — Vencimentos	51.461.940,00
1.1.14 — Salário-família	1.500.000,00
1.1.17 — Gratificação de função	234.000,00
1.1.19 — Gratificação por serviço extraordinário	2.000.000,00
1.1.20 — Gratificação pela representação de Gabinete:	
1) Gabinete do Presidente	45.000,00
2) Gabinete 1.º Secretário	72.000,00
3) Demais gabinetes	540.000,00
4) Secretaria	72.000,00
	<hr/> 729.000,00

1.1.25 — Gratificação adicional por tempo de serviço 11.865.470,00

TOTAL 67.790.410,00

Art. 2.º E, ainda, aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 34.681.690,00 (trinta e quatro milhões, seiscentos e oitenta e um mil, seiscentos e noventa cruzeiros), em reforço à Verba 1 — Custeio, do Subanexo 2.02, do Anexo 2 — Poder Legislativo — do Orçamento em vigor, para atender às despesas decorrentes da Resolução n.º 8, de 1956, assim discriminadas:

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil:

	Cr\$
1.1.01 — Vencimentos	25.414.200,00
1.1.10 — Diárias	2.090.000,00
1.1.14 — Salário-família	540.000,00
1.1.17 — Gratificação de função	168.000,00
1.1.25 — Gratificação adicional por tempo de serviço	4.559.490,00
1.1.29 — Diversos	2.000.000,00
TOTAL	34.681.690,00

Art. 3.º Os créditos de que trata esta lei serão, automaticamente, registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional dispensadas as exigências do art. 93, do Regulamento do Código de Contabilidade Pública.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.784 — DE 16 DE MAIO
DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para atender ao pagamento de diferença de vencimentos de Ministros do Tribunal Federal de Recursos, em exercício naquele Tribunal, e a seus funcionários, nos exercícios de 1952 a 1955.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento, correspondente aos exercícios de 1952 a 1955, da diferença de vencimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, em exercício no Supremo Tribunal Federal, por substituições, no impedimento legal dos seus Minis-

tros efetivos, e dos funcionários daquele Tribunal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.785 — DE 16 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 382.000,00 para atender às despesas com a representação do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 332.000,00 (trezentos e oitenta e dois mil cruzeiros) para ocorrer às despesas com a representação do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados, realizada em setembro de 1953, na cidade de Viena, Áustria.

Parágrafo único — O crédito especial de que trata este artigo deverá ser automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído à Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova York.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.786 - DE 21 DE MAIO DE 1956

Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Fica revogado o Decreto-lei n.º 9.811, de 3 de setembro de 1946.

Art. 2.º. Fica revogado o parágrafo único do art. 15 do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, acrescentando-se-lhe os seguintes parágrafos:

"Art. 15

§ 1.º. A imissão provisória poderá ser feita, independentemente da citação do réu, mediante o depósito:

a) do preço oferecido, se este for superior a 20 (vinte) vezes o valor locativo, caso o imóvel esteja sujeito ao imposto predial;

b) da quantia correspondente a 20 (vinte) vezes o valor locativo, estando o imóvel sujeito ao imposto predial e sendo menor o preço oferecido;

c) do valor cadastral do imóvel, para fins de lançamento do imposto

territorial, urbano ou rural, caso o referido valor tenha sido atualizado no ano fiscal imediatamente anterior;

d) não tendo havido a atualização a que se refere o inciso c, o juiz fixará, independente de avaliação, a importância do depósito, tendo em vista a época em que houver sido fixado originariamente o valor cadastral e a valorização ou desvalorização posterior do imóvel.

§ 2.º. A alegação de urgência, que não poderá ser renovada, obrigará o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 (cento e vinte) dias.

§ 3.º. Excedido o prazo fixado no parágrafo anterior não será concedida a imissão provisória."

Art. 3.º. O art. 26 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 26. No valor da indenização, que será contemporâneo da avaliação, não se incluirão os direitos de terceiros contra o expropriado.

Parágrafo único — Serão atendidas as benfeitorias necessárias feitas após a desapropriação; as úteis quando feitas com autorização do expropriante."

Art. 4.º. Fica revogado o parágrafo único do art. 27 do Decreto-lei número 3.365, de 21 de junho de 1941, acrescentando-se-lhe os seguintes parágrafos:

"Art. 27.

§ 1.º. A sentença que fixar o valor da indenização quando este for superior ao preço oferecido, condenará o desapropriante a pagar honorários de advogado, sobre o valor da diferença.

§ 2.º. A transmissão da propriedade, decorrente de desapropriação amigável ou judicial, não ficará sujeita ao imposto de lucro imobiliário."

Art. 5.º. O art. 32 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32. O pagamento do preço será prévio e em dinheiro."

Art. 6.º. O parágrafo único do artigo 33 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, passará a constituir § 1.º, acrescentando-se-lhe um parágrafo:

"Art. 33.

§ 2.º. O desapropriado, ainda que discorde do preço oferecido, do arbitrado ou do fixado pela sentença, poderá levantar até 80% (oitenta por

cento) do depósito feito para o fim previsto neste e no art. 15, observado o processo estabelecido no art. 34."

Art. 7.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será aplicável aos processos em curso.

Art. 8.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 2.787 — DE 25 DE MAIO
DE 1956

Concede a inclusão da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Art. 2.º É o Poder Executivo, autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender no corrente exercício, ao disposto no art. 1.º.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.788 — DE 25 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.

O Presidente da República, faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), como auxílio ao II Congresso Internacional de Alergia, realizado em novembro de 1955.

Art. 2.º É o Poder Executivo, igualmente, autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) como auxílio à Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, para a realização do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.

Art. 3.º. Dentro de 1 (um) ano após a realização dos Congressos a que se referem os artigos anteriores, a Sociedade Brasileira de Alergia e a Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal, prestarão contas dos auxílios recebidos, compreendida a publicação dos Anais desses certames e dos trabalhos nos mesmos aprovados.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.789 — DE 28 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de, respectivamente, Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as comemorações dos centenários da fundação de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Pinheiros, no Estado do Maranhão.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxiliar a Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, nas despesas de comemoração do centenário da fundação daquela cidade, ocorrida em 19 de dezembro de 1955.

Art. 2.º. É o Poder Executivo também autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxiliar a comemoração do centenário da fundação do Município de Pinheiros, no Estado do Maranhão.

Art. 3.º Serão obrigatoriamente aplicados 75% (setenta e cinco por cento) dos créditos especiais de que tratam os arts. 1.º e 2.º desta lei em obras municipais de caráter permanente, que assinalem a contribuição federal.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.790 — DE 28 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 315.156,00 para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços, no exercício de 1951, ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 315.156,00 (trezentos e quinze mil cento e cinquenta e seis cruzeiros) para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul, durante o exercício de 1951, como se segue:

	Cr\$
Noé Moura	1.761,20
Walter Gerhardt & Cia. Limitada	8.000,00
S. A. Casa Pratt	42.100,00
Livraria do Globo S. A. ...	29.884,50
Livraria do Globo S. A. ...	8.993,00
Livraria do Globo S. A. ...	7.230,00
Manoel Triunfo Filho ..	14.055,00
Mesbla S. A.	112.000,00
Walter Gerdau S. A. ...	6.000,00
Casa Victor S. A.	15.100,00
Brixner S. A.	12.816,00
Erich Eichner & Cia. Ltda.	3.000,00
Irmão Weichel	26.000,00
João Camilo Dias	12.164,00
Companhia Energia Elé- trica Riograndense	2.451,10
Companhia Energia Elé- trica Riograndense	2.105,50
Elevadores Atlas S. A. ...	3.267,10
Companhia Energia Elé- trica Riograndense	2.125,30
Companhia Energia Elé- trica Riograndense	2.149,90
H. Gertum & Cia. Ltda.	3.953,40
Total	315.156,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.791 — DE 28 DE MAIO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 para atender no exercício de 1955, ao que dispõe o art. 3.º da Lei número 2.470, de 28 de abril de 1955.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 (nove milhões de cruzeiros) destinado a atender, no exercício de 1955, ao que dispõe o art. 3.º da Lei n.º 2.470, de 28 de abril de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Ernesto Dornelles

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.792 — DE 28 DE MAIO DE 1956

Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei número 1.254, de 4 de dezembro de 1950

da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, mantida pela Fundação Escola de Comércio "Alvares Penteado", entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal a que se refere o art. 16 da mesma lei, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É aberto pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) relativo à subvenção de 1956 concedida à Faculdade de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.793 — DE 1 DE JUNHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria.

Art. 2.º A entidade beneficiária prestará contas do auxílio recebido ao Ministério da Educação e Cultura, no prazo de 2 (dois) anos a correr da data do pagamento.

Art. 3.º No caso de dissolução, o seu patrimônio será entregue à Universidade do Brasil.

Art. 4.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 1 de junho de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.794 — DE 1 DE JUNHO DE 1956

Modifica o art. 66 do Decreto-lei número 3.651, de 25 de setembro de 1941 (Código Nacional do Trânsito).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O art. 66 do Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941 (Código Nacional do Trânsito), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 66. Nenhum veículo a motor de explosão, de transporte coletivo a frete, poderá trafegar sem observância das seguintes condições:

a) ser a respectiva "carrosserie" fechada, provida de janelas, portas de subida e descida, dispositivos para ventilação e bancos para os passageiros;

b) serem as janelas protegidas do exterior, até a altura de 0,15m ou 0,20m do peitoril com barras metálicas de diâmetro nunca inferior a 0,01m.

§ 1.º Os veículos já licenciados para trafegar, na data em que entrar em vigor este Código, deverão adaptar-se ao disposto no presente artigo.

§ 2.º Entende-se por auto-ônibus o veículo automóvel provido de rodas duplas no eixo traseiro, com lotação mínima de 21 passageiros; e por auto-lotação o que fôr provido de duas rodas no eixo traseiro, com lotação mínima de 6 e máxima de 20 passageiros.

§ 3.º Este artigo não se aplica aos veículos usados exclusivamente para excursões de turismo.

§ 4.º Em casos excepcionais quando no município ou região não existirem linhas regulares de ônibus, é facultado aos poderes competentes autorizar veículos que não atendam às exigências do presente artigo a transportar passageiros."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de junho de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Vereu Ramos.

LEI N.º 2.795 — DE 12 DE JUNHO DE 1956

DISPÕE SOBRE A FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE VINHOS, SEUS DERIVADOS E BEBIDAS EM GERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. Vinho é o produto obtido pela fermentação alcoólica de uva madura, esmagada ou de suco de uva madura.

Art. 2.º. São considerados vinhos compostos as bebidas alcoólicas denominadas "vermutes" e "quinados", obtidas com a maceração ou destilação de plantas amargas, aromáticas, inócuas, e vinho natural de uva ou de outras frutas e, no máximo, 20% (vinte por cento) de álcool em volume, permitindo-se a adição de açúcar puro, sacarose e glicose, e até 10% (dez por cento) de álcool etílico puro, retificado.

Parágrafo único. Como nesses, nos demais vinhos compostos, em geral, também é obrigatório o emprego de 70% (setenta por cento) de vinho natural de uva ou de outras frutas.

Art. 3.º O destilado do vinho obtido pela fermentação alcoólica de uva madura esmagada ou do suco da uva madura, depois de envelhecido, denomina-se conhaque.

Art. 4.º. O produto obtido pela destilação do bagaço de uva ou dos resíduos da vinificação, denomina-se "graspa" ou "bagaceira".

Art. 5.º Nas zonas em que seja tradicional, na data da publicação desta lei, será permitida a fabricação de conhaques compostos, elaborados à base de álcool ou aguardente, alcatrão ou gengibre.

Parágrafo único. Dentro de 120 (cento e vinte) dias da publicação desta lei, o Poder Executivo delimitará, por decreto, as zonas a que se refere este artigo.

Art. 6.º As designações aqui especificamente atribuídas aos vários produtos relacionados nos artigos anteriores, são, quanto ao seu uso e emprego, privativas deles, ficando, assim, expressamente proibidas tais designações para outras quaisquer bebidas, sob pena de apreensão e inutilização, independente da aplicação de outras sanções legais.

Art. 7.º O produto resultante da industrialização de frutas frescas, como laranja, caju, abacaxi, e outras, poderá conter, no rótulo, o vocábulo vinho, desde que seja, expressamente, seguido do nome da fruta que lhe deu origem.

Art. 8.º Os sucos de uva, os filtrados doces e os vinhos frizantes podem sofrer gaseificação até 1,5 atmosferas de anidro carbônico.

Art. 9.º Anualmente o Ministério da Agricultura fixará a época do início da fabricação de vinho.

Art. 10. Sempre que assim julgar necessário, o Ministério da Agricultura determinará o levantamento dos estoques na zona de produção. Esse levantamento, entretanto, é obrigatório antes de iniciada a fabricação e depois desta.

Art. 11. Sempre que entender necessário, o órgão competente, mediante recolhimento de amostras, promoverá a análise dos vinhos e derivados, e dos demais produtos mencionados nesta lei, para determinação das características analíticas, fornecendo, então, o competente certificado ao interessado.

Parágrafo único. Vetado...

Art. 12. Dentro de 12 (doze) meses a partir da data da publicação desta lei, o Ministério da Agricultura estudará, com as classes produtoras, medidas que permitam orientar o consumidor sobre os preços de venda dos produtos vinícolas.

Art. 13. O início das vendas dos vinhos será fixado anualmente pelo Ministério da Agricultura.

Art. 14. As importações de vinhos só serão permitidas quando esse produto venha em embalagem original estrangeira, porém, acondicionado em litros ou recipientes de menor capacidade.

Art. 15. Dentro de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo regulamentará a presente lei que, revogadas as disposições em contrário, entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Ernesto Dornelles.

LEI N.º 2.796 — DE 12 DE JUNHO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Iconha, no Estado do Espírito Santo, no amparo às vítimas do ciclone e da tromba d'água ocorridos naquelas cidades.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a Prefeitura Municipal de Ilhéus, no Estado da Bahia, no amparo às vítimas do ciclone verificado nessa cidade, em dias do mês de março do ano de 1956.

Parágrafo único — O auxílio de que trata este artigo será aplicado, de preferência, na reconstrução das casas destruídas em bairros proletários.

Art. 2.º E, ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Iconha, no Estado do Espírito Santo, no amparo às vítimas da tromba d'água ocorrida nessa cidade, em dias do mês de maio do ano de 1955.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.797 — DE 15 DE JUNHO DE 1956

Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Ministério da Educação e Cultura autorizado a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis, que contenham todas as formalizações exigidas para a referida expedição.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

LEI N.º 2.798 — DE 15 DE JUNHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 32.890,00, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço ao Dr. Henoch da Silva Reis, Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, Estado do Amazonas, no exercício de 1954.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 32.890,00 (trinta e dois mil, oitocentos e noventa cruzeiros), destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço ao Dr. Henoch da Silva Reis, Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento de Manaus, Estado do Amazonas, relativa ao exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.799 — DE 15 DE JUNHO DE 1956

Revigora pelo prazo de mais dois exercícios o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.039, de 9 de novembro de 1953, para ocorrer a despesas com a encomenda de dois painéis a serem doados pelo governo brasileiro à sede permanente da Organização das Nações Unidas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revigorado, pelo prazo de mais 2 (dois) exercícios, o cré-

dito especial de Cr\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil cruzeiros), autorizado pela Lei n.º 2.089, de 9 de novembro de 1953, e aberto ao Ministério das Relações Exteriores pelo Decreto n.º 35.738, de 28 de junho de 1954, para ocorrer a despesas com a encomenda de 2 (dois) painéis a serem doados pelo governo brasileiro à sede permanente da Organização das Nações Unidas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JOSÉ LINO KUPITSCHKE.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.806 — DE 18 DE JUNHO DE 1956

Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DOS CONSELHOS DE QUÍMICA

Art. 1.º A fiscalização do exercício da profissão de químico, regulada no decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho, Título III, Capítulo I, Seção XIII — será exercida pelo Conselho Federal de Química e pelos Conselhos Regionais de Química, criados por esta lei.

Art. 2.º O Conselho Federal de Química e os Conselhos Regionais de Química são dotados de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e patrimonial.

Art. 3.º A sede do Conselho Federal de Química será no Distrito Federal.

Art. 4.º O Conselho Federal de Química será constituído de brasileiros natos ou naturalizados, registrados de acordo com o art. 25 desta lei e obedecerá à seguinte composição:

a) um presidente, nomeado pelo Presidente da República e escolhido dentre os nomes constantes da lista triplíce organizada pelos membros do Conselho;

b) nove conselheiros federais efetivos e três suplentes, escolhidos em assembleia constituída por delegado-eleitor de cada Conselho Regional de Química;

c) três conselheiros federais efetivos escolhidos pelas congregações das escolas padrões, sendo um engenheiro químico pela Escola Politécnica de São Paulo, um químico industrial pela Escola Nacional de Química e um bacharel em química pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Parágrafo único. O número de conselheiros federais poderá ser ampliado de mais três, mediante resolução do Conselho Federal de Química, conforme necessidades futuras.

Art. 5.º Dentre os nove conselheiros federais efetivos de que trata a letra b do art. 4.º da presente lei, três devem representar as categorias das escolas-padrões mencionadas na letra c, do mesmo artigo.

§ 1.º Haverá entre os nove conselheiros, no mínimo, 1/3 de engenheiros químicos e 1/3 de químicos industriais ou químicos industriais agrícolas ou químicos.

§ 2.º Haverá, também, entre os nove conselheiros, um técnico químico.

Art. 6.º Os três suplentes indicados na letra b do art. 4.º desta lei deverão ser profissionais correspondentes às três categorias de escolas-padrões.

Art. 7.º O mandato do presidente e dos conselheiros federais efetivos e dos suplentes será honorífico e durará três anos.

Parágrafo único. O número de conselheiros será renovado anualmente pelo terço.

Art. 8.º São atribuições do Conselho Federal de Química:

- a) organizar o seu regimento interno;
- b) aprovar os regimentos internos organizados pelos Conselhos Regionais, modificando o que se tornar necessário, a fim de manter a unidade de ação;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais de Química e dirimi-las;
- d) julgar em última instância os recursos das deliberações dos Conselhos Regionais de Química;
- e) publicar o relatório anual dos seus trabalhos e, periodicamente, a relação de todos os profissionais registrados;
- f) expedir as resoluções que se tornem necessárias para a fiel interpretação e execução da presente lei;
- g) propor ao Governo Federal as modificações que se tornarem convenientes para melhorar a regulamentação do exercício da profissão de químico;
- h) deliberar sobre questões oriundas de exercício de atividades afins às do químico;
- i) deliberar sobre as questões do exercício, por profissionais liberais, de atividades correlacionadas com a química, que, à data desta lei, vinham exercendo;
- j) deliberar sobre as questões oriundas do exercício das atividades de técnicos de laboratório;
- k) convocar e realizar, periodicamente, congressos de conselheiros federais e regionais para estudar, debater e orientar assuntos referentes à profissão.

Parágrafo único. As questões referentes às atividades afins com outras profissões serão resolvidas através de entendimento com as entidades reguladoras dessas profissões.

Art. 9.º O Conselho Federal de Química só deliberará com a presença mínima da metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As resoluções a que se refere a alínea f do art. 3.º só serão válidas quando aprovadas pela maioria dos membros do Conselho Federal de Química.

Art. 10. Ao presidente do Conselho Federal de Química compete, além da direção do Conselho, a suspensão de decisão que o mesmo tome e lhe pareça inconveniente.

Parágrafo único. O ato da suspensão vigorará até novo julgamento do caso, para o qual o presidente convocará segunda reunião, no prazo de 30 dias, contados do seu ato; se, no segundo julgamento, o Conselho mantiver, por dois terços de seus membros, a decisão suspensa, esta entrará em vigor imediatamente.

Art. 11. O presidente do Conselho Federal de Química é o responsável administrativo pelo Conselho Federal de Química, inclusive pela prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 12. O Conselho Federal de Química fixará a composição dos Conselhos Regionais de Química, procurando organizá-los à sua semelhança, e promoverá a instalação de tantos órgãos quantos forem julgados necessários, fixando as suas sedes e zonas de jurisdição.

Art. 13. As atribuições dos Conselhos Regionais de Química são as seguintes:

- a) registrar os profissionais de acordo com a presente lei e expedir a carteira profissional;
- b) examinar as reclamações e representações escritas acerca dos serviços de registro e das infrações desta lei e decidir, com recurso, para o Conselho Federal de Química;

c) fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à lei, bem como enviando às autoridades competentes relatórios documentados sobre fatos que apuraram e cuja solução não seja de sua alçada;

d) publicar relatórios anuais dos seus trabalhos, e, periodicamente, a relação dos profissionais registrados;

e) organizar o seu regimento interno, submetendo-o à aprovação do Conselho Federal de Química;

f) sugerir ao Conselho Federal de Química as medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional;

g) admitir a colaboração dos sindicatos e associações profissionais nos casos das matérias das letras anteriores;

h) eleger um delegado-eleitor para a assembleia referida na letra b do art. 4.º.

Art. 14. A escolha dos conselheiros regionais efetuar-se-á em assembleias realizadas nos conselhos regionais, separadamente por delegados das escolas competentes e por delegados-eleitores dos sindicatos e associações de profissionais registrados no Conselho Regional respectivo.

Art. 15. Todas as atribuições estabelecidas no decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — referentes ao registro, à fiscalização e à imposição de penalidades, quanto ao exercício da profissão de químico, passam a ser de competência dos Conselhos Regionais de Química.

Art. 16. Os Conselhos Regionais de Química poderão, por procuradores seus, promover, perante o Juízo da Fazenda Pública e mediante o processo de executivo fiscal, a cobrança das penalidades ou anuidades previstas para a execução da presente lei.

Art. 17. A responsabilidade administrativa de cada Conselho Regional cabe ao respectivo presidente, inclusive a prestação de contas perante o órgão federal competente.

Art. 18. O exercício da função de conselheiro federal ou regional de química, por espaço de tempo não inferior a dois terços do respectivo mandato, será considerado serviço relevante.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Química concederá, aos que se acharem nas condições deste artigo, o certificado de serviço relevante prestado à Nação, independente de requerimento do interessado, até sessenta (60) dias após a conclusão do mandato.

Art. 19. O conselheiro federal ou Regional que, durante um ano, faltar, sem licença prévia do respectivo Conselho, a seis (6) sessões consecutivas ou não, embora com justificação, perderá automaticamente o mandato, que passará a ser exercido, em caráter efetivo, pelo respectivo suplente.

CAPÍTULO II

DOS PROFISSIONAIS E DAS ESPECIALIZAÇÕES DA QUÍMICA

Art. 20. Além dos profissionais relacionados no decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — são também profissionais da química os bacharéis em química e os técnicos químicos.

§ 1.º Aos bacharéis em química, diplomados pelas Faculdades de Filosofia oficiais ou oficializadas após registro de seus diplomas nos Conselhos Regionais de Química, para que possam gozar dos direitos decorrentes do decreto-lei n.º 1.190 de 4 de abril de 1939 fica assegurada a competência para realizar análises e pesquisas químicas em geral.

§ 2.º Aos técnicos químicos, diplomados pelos Cursos Técnicos de Química Industrial, oficiais ou oficializados, após registro de seus diplomas nos Conselhos Regionais de Química, fica assegurada a competência para:

a) análises químicas aplicadas à indústria;

b) aplicação de processos de tecnologia química na fabricação de produtos, subprodutos e derivados, observada a especialização do respectivo diploma;

c) responsabilidade técnica, em virtude de necessidades locais e a critério do Conselho Regional de Química da jurisdição, de fábrica de pe-

quena capacidade que se enquadre dentro da respectiva competência e especialização.

§ 3.º O Conselho Federal de Química poderá ampliar o limite de competência conferida nos parágrafos precedentes, conforme o currículo escolar ou mediante prova de conhecimento complementar de tecnologia ou especialização, prestado em escola oficial.

Art. 21. Para registro e expedição de carteiras profissionais de bacharéis em química e técnicos químicos, serão adotadas normas equivalentes às exigidas no decreto-lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — para os mais profissionais da química.

Art. 22. Os engenheiros químicos registrados no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, nos termos do decreto-lei n.º 3 620, de 10 de janeiro de 1946, deverão ser registrados no Conselho Regional de Química, quando suas funções, como químico, assim o exigirem.

Art. 23. Independente de seu registro no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura, os engenheiros industriais, modalidade química, deverão registrar-se no Conselho Regional de Química, para o exercício de suas atividades como químico.

Art. 24. O Conselho Federal de Química, em resoluções definirá ou modificará as atribuições ou competência dos profissionais da química, conforme as necessidades futuras.

Parágrafo único. Fica o Conselho Federal de Química, quando se tornar conveniente autorizado a proceder à revisão de suas resoluções, de maneira a que constituam um corpo de doutrina, sob a forma de Consolidação.

CAPÍTULO III

DAS ANUIDADES E TAXAS

Art. 25. O profissional da química, para o exercício de sua profissão, é obrigado ao registro no Conselho Regional de Química a cuja jurisdição estiver sujeito, ficando obrigado ao pagamento de uma anuidade ao respectivo Conselho Regional de Química, até o dia 31 de março de cada ano, acrescida de 20% (vinte por cento) de mora, quando fora deste prazo.

Art. 26. Os Conselhos Regionais de Química cobrarão taxas pela expedição ou substituição de carteira profissional e pela certidão referente à anotação de função técnica ou de registro de firma.

Art. 27. As firmas individuais de profissionais e as mais firmas, coletivas ou não, sociedades, associações, companhias e empresas em geral, e suas filiais, que explorem serviços para os quais são necessárias atividades de químico, especificadas no decreto-lei n.º 5 452, de 1 de maio de 1943 — Consolidação das Leis do Trabalho — ou nesta lei, deverão provar perante os Conselhos Regionais de Química que essas atividades são exercidas por profissional habilitado e registrado.

Parágrafo único. Aos infratores deste artigo será aplicada pelo respectivo Conselho Regional de Química a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Art. 28. As firmas ou entidades a que se refere o artigo anterior são obrigadas ao pagamento de anuidades ao Conselho Regional de Química em cuja jurisdição se situam, até o dia 31 de março de cada ano, ou com mora de 20% (vinte por cento) quando fora deste prazo.

Art. 29. O Poder Executivo proverá, em decreto, a fixação das anuidades e taxas a que se referem os artigos 25, 26 e 28, e sua alteração só poderá ter lugar com intervalos não inferiores a três anos, mediante proposta do Conselho Federal de Química.

Art. 30. Constitui renda do Conselho Federal de Química, o seguinte:

- a) 1/4 da taxa de expedição da carteira profissional;
- b) 1/4 da anuidade de renovação de registro;
- c) 1/4 das multas aplicadas de acordo com a presente lei;
- d) doações;
- e) subvenções dos Governos;
- f) 1/4 da renda de certidões.

Art. 31. A renda de cada Conselho Regional de Química será constituída do seguinte:

- a) três quartos (3/4) da renda proveniente da expedição de carteiras profissionais;
- b) três quartos (3/4) da anuidade de renovação de registro;
- c) três quartos (3/4) das multas applicadas de acôrdo com a presente lei;
- d) doações;
- e) subvenções dos Governos;
- f) três quartos (3/4) da renda de certidões.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Os processos de registro de licenciamento, que se encontrarem ainda sem despacho, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, deverão ser renovados pelos interessados perante o Conselho Federal de Química, dentro em cento e oitenta (180) dias a contar da data da constituição desse Conselho, ao qual caberá decidir a respeito.

Art. 33. Aos químicos licenciados, que se registraram em consequência do decreto n.º 24 693, de 12 de julho de 1934, ficam asseguradas as vantagens que lhe foram conferidas por aquêlle decreto.

Art. 34. Os presidentes dos Conselhos Federal e Regionais de Química prestarão anualmente suas contas perante o Tribunal de Contas da União.

§ 1.º A prestação de contas do presidente do Conselho Federal de Química será feita directamente ao referido Tribunal, após aprovação do Conselho.

§ 2.º A prestação de contas dos presidentes dos Conselhos Regionais de Química será feita ao referido Tribunal por intermédio do Conselho Federal de Química.

§ 3.º Cabe aos presidentes de cada Conselho a responsabilidade pela prestação de contas.

Art. 35. Os casos omissos verificados nesta lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Química.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 36. A assembléa que se realizar para a escolha dos nove primeiros conselheiros efectivos e dos três primeiros conselheiros suplentes do Conselho Federal de Química previstos na conformidade da letra b do art. 4.º desta lei, será presidida pelo consultor técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e se constituirá dos delegados-eleitores dos sindicatos e associações de profissionais de química, com mais de um ano de existência legal no país eleitos em assembléas das respectivas instituições, por voto secreto e segundo as formalidades estabelecidas para a escolha de suas directorias ou órgãos dirigentes.

§ 1.º Cada sindicato ou associação indicará um único delegado-eleitor que deverá ser, obrigatoriamente, seu sócio efectivo e no pleno gozo de seus direitos sociais, e profissional da química, possuidor de registro como químico diplomado ou possuidor de diploma de bacharel em química ou técnico químico.

§ 2.º Só poderá ser eleito, na assembléa a que se refere este artigo, para exercer o mandato de conselheiro federal de química, o profissional de química que preencha as condições estabelecidas no art. 4.º desta lei.

§ 3.º Os sindicatos ou associações de profissionais da química, para obterem seus direitos de representação na assembléa a que se refere este artigo, deverão proceder dentro do prazo de noventa (90) dias, a partir da data desta lei, ao seu registro prévio perante o consultor técnico do Mi-

nistério do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante a apresentação de seus estatutos e mais documentos julgados necessários.

§ 4.º Os três conselheiros referidos na letra c do art. 4.º da presente lei serão credenciados pelas respectivas escolas junto ao consultor técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 37. O Conselho Federal de Química procederá, em sua primeira sessão, ao sorteio dos conselheiros federais de que tratam as letras b e c do art. 4.º desta lei que deverão exercer o mandato por um, por dois ou por três anos.

Art. 38. Em assembléia dos conselheiros federais efetivos, eleitos na forma do art. 4.º presidida pelo consultor Técnico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, serão votados os três (3) nomes de profissionais da química que deverão figurar na lista triplíce a que se refere a letra a do art. 4.º da presente lei, para escolha, pelo Presidente da República, do primeiro presidente do Conselho Federal de Química.

Art. 39. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pelo órgão competente, fornecerá cópias dos processos existentes naquele Ministério, relativos ao registro de químico, quando requisitados pelo Conselho Federal de Química.

Art. 40. Durante o período de organização do Conselho Federal de Química, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio designará um local para sua sede, e, à requisição do presidente deste instituto, fornecerá o material e pessoal necessários ao serviço.

Art. 41. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

Clovis Salgado.

LEI N.º 2.801 — DE 13 DE
JUNHO DE 1956

Extingue a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, cria uma Escola de Marinha Mercante no Ministério da Marinha, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' extinta a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto-lei n.º 1.763, de 10 de novembro de 1939, no Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional.

Art. 2.º E' criada no Ministério da Marinha uma escola destinada à formação dos oficiais das diversas categorias da Marinha Mercante.

Art. 3.º O Poder Executivo, através do Ministério da Marinha, fica autorizado a baixar os atos necessários à

instalação da nova escola e ao aproveitamento do pessoal e material da que foi extinta.

Art. 4.º Dentro em 30 (trinta) dias, a contar da entrada em vigor da presente lei, o Poder Executivo, através do Ministério da Marinha, baixará o Regulamento da escola.

Art. 5.º O Poder Executivo fica autorizado a transferir, quando conveniente, para a subordinação exclusiva do Ministério da Marinha, as mais escolas de formação do pessoal marítimo e de pesca que estejam vinculados a outros órgãos da administração pública federal.

Art. 6.º O Poder Executivo fica autorizado a criar, quando oportuno, no Ministério da Marinha, escolas destinadas à formação do pessoal subalterno da Marinha Mercante e a baixar os atos necessários à instalação e ao funcionamento das mesmas.

Art. 7.º Os alunos das escolas de formação do pessoal da Marinha Mercante, quando convocados para o serviço militar, terão a incorporação

adiada. Serão incluídos na reserva da Marinha de Guerra;

a) na reserva de 2.^a categoria — os que forem diplomados nos cursos de qualquer das escolas anteriormente previstas;

b) na reserva de 3.^a categoria — os alunos da escola de formação de oficiais que cursarem com aproveitamento o primeiro ano escolar.

Parágrafo único. Os alunos, que não se enquadrarem nas letras a e b do presente artigo, prestarão o serviço militar normal na Marinha de Guerra.

Art. 8.^o Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de junho de 1956; 135.^o da Independência e 68.^o da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Renato de Almeida Guillobel.

LEI N.^o 2.802 — DE 18 DE JUNHO DE 1956

Modifica o art. 565 do Decreto-lei número 9.502, de 23 de julho de 1946 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o O art. 565 do Decreto-lei n.^o 9.502, de 23 de julho de 1946 (Consolidação das Leis do Trabalho), passa a ter a seguinte redação:

“Art. 565. As entidades sindicais reconhecidas nos termos desta lei não poderão filiar-se a organizações internacionais, nem com elas manter relações, sem prévia licença concedida por decreto do Presidente da República.”

Art. 2.^o Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1956; 135.^o da Independência e 68.^o da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Parsifal Barroso.

LEI N.^o 2.803 — DE 21 DE JUNHO DE 1956

Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando Noronha.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.^o, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.^o A União pagará ao Estado de Pernambuco a importância de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando Noronha.

Art. 2.^o Para ocorrer a essa despesa, o Poder Executivo abrirá, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial na importância mencionada no artigo 1.^o desta lei.

Art. 3.^o O Governo do Estado de Pernambuco aplicará a importância de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) na organização e reforço de cooperativas de crédito nos diversos Municípios deste Estado, destinadas ao financiamento dos pequenos agricultores, de preferência aos das zonas atingidas pelas secas.

Parágrafo único. Do restante Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) o Governo do Estado de Pernambuco empregará na pequena agricultura, em cooperação e auxílio de 50% (cinquenta por cento) aos proprietários das zonas atingidas pelas secas que fizerem obras desta natureza, e Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) serão destinados ao abastecimento d'água nos morros e bairros pobres de Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Art. 4.^o Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de junho de 1956; 135.^o da Independência e 68.^o da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

LEI N.º 2.804 — DE 25 DE JUNHO DE 1956

Dispõe sobre normas processuais para o reajuste de dívidas dos pecuaristas.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O processo judicial instaurado, para reajuste de dívidas dos pecuaristas, é regido e regulado pelo disposto na lei 209, de 2 de janeiro de 1948, com as alterações trazidas pelas leis 457, de 29 de outubro de 1948, 535, de 14 de dezembro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949, 1.722, de 10 de novembro de 1952 e 2.282, de 4 de agosto de 1954.

Art. 2.º Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 3.º Uma vez passada em julgado a decisão que conceder os benefícios, homologar os cálculos ou reformá-los como previsto pelas leis 1.002, 1.728 ou 2.282, referidas no art. 1, desta lei, o credor do pecuarista reajustado requererá, à autoridade judicial competente, certidão que contenha:

a) Declaração de que o seu nome consta do quadro de credores habilitados e admitidos no processo judicial concluído do seu devedor pecuarista reajustado;

b) Declaração de que os pedidos foram ajuizados e de que o processo correu os seus trâmites regulares com a necessária audiência do Ministério Público;

c) Declaração de que a sentença transitou em julgado;

d) Indicação quantitativa do volume de apólices a que tem direito de receber, à base da decisão proferida e cálculos homologados.

Art. 4.º De posse da certidão judicial, o titular do crédito reajustado requererá, diretamente ao Ministro da Fazenda ou através das repartições fiscais federais nos Estados ou Territórios, a entrega das apólices a que tem direito, cumprindo a autoridade competente fazer a entrega das mesmas dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do requerimento.

Parágrafo único. As apólices serão do tipo indicado pelo decreto do Executivo n.º 33.712, de 1.º de setembro de 1953 e o termo inicial de seus juros é o fixado pelo decreto do Executivo n.º 34.451, de 4 de novembro de 1953.

Art. 5.º Independem do contrato mencionado e permitido pelo art. 13 da lei n.º 1.002, de 24 de dezembro de 1949, a entrega das apólices aos interessados, cumprindo ao Ministério da Fazenda organizar, dentro de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta lei, o Serviço de Entrega de Apólices aos credores, baixando instruções para que as suas repartições fiscais, nos Estados e Territórios, recebam e encaminham os respectivos requerimentos para exame e despacho do Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Na organização destes serviços o Ministério utilizará o pessoal do seu quadro de funcionários e para decidir sobre o requerimento ouvirá, em cada caso, o Procurador Geral da Fazenda Nacional que opinará sobre a autenticidade do documento.

Art. 6.º As apólices já emitidas, como as que se emitirem na forma do art. 5.º da lei n.º 1.728 de 10 de novembro de 1952, destinar-se-ão, exclusivamente, ao entendimento do encargo atribuído à União Federal pelas leis 1.002, 1.728 e 2.282, citadas no art. 1.º desta lei, vedada qualquer outra aplicação por parte da Fazenda Nacional.

Art. 7.º A inscrição da hipoteca legal, para garantia do remanescente do débito reajustado e resultante da aplicação do art. 6.º da lei 2.282, de 4 de agosto de 1954, será feita ao mesmo grau das anteriores decorrentes do reajuste das leis 209 e 1.728, ainda que tenha sido procedidas por estas.

Art. 8.º É facultado ao titular de crédito, cuja liquidação tenha sido feita, de acordo com a lei n.º 1.728, de 10 de novembro de 1952 e ante-

riores, o direito de requerer a liquidação do saldo existente, de acôrdo com a lei n.º 2.282, de 4 de agosto de 1954.

Art. 9.º Continuam em vigor, no que forem aplicáveis em face desta lei ou por ela não contrariados os dispositivos das leis 209, de 2 de janeiro de 1948, 457, de 29 de outubro de 1948, 1.002, de 24 de dezembro de 1949, 1.728, de 10 de novembro de 1952, e 2.282, de 4 de agosto de 1954.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.805 — DE 1956

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.806 — DE 1956

Ainda não foi publicada no *Diário Oficial*.

LEI N.º 2.807 — DE 28 DE JUNHO
DE 1956

Prorroga, até 31 de dezembro de 1956, o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' prorrogado até 31 de dezembro de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos estabelecidos na Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, alterada pela Lei n.º 2.410, de 29 de janeiro de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, revogado, para esse efeito, o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Rio de Janeiro, em 28 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

ATO DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 2.657 — DE 1 DE DEZEMBRO
DE 1955

Partes vetadas do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.657, de 1 de dezembro de 1955, mantidas pelo Congresso Nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º da Constituição Federal, os seguintes dispositivos

da Lei n.º 2.657, de 1.º de dezembro de 1955:

Art. 8.º:

“... em principio, ...”

Art. 40:

“... e será no mínimo, a metade do número constante da letra a do art. 18.”

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1956;
135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

LEI N.º 2.721 DE 30 DE JANEIRO DE 1956

Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subrepciona a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal; e dá outras providências.

(Publicada no D. O. — Seção I de 30-1-56)

Retificação

No § 2.º do artigo 1.º onde se lê:

§ 2.º O Instituto Eletrotécnico de Itajubá, incorporados todos os seus bens móveis e direitos ao patrimônio nacional,...

Leia-se:

§ 2.º O Instituto Eletrotécnico de Itajubá, incorporados todos os seus bens móveis, imóveis e direitos ao patrimônio nacional.

E M E N T Á R I O

**Leis e decretos publicados nos
volumes III e IV de 1956, desta
coleção, classificados em or-
dem alfabética dos assuntos**

EMENTÁRIO

A

ABERTURA DE CRÉDITO

Ver o nome do Ministério da que se refere.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria.

Lei n. 2.793 — de 1 de junho de 1956.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

— Dispõe sobre publicações oficiais da Academia Brasileira de Letras e obras por ela escolhidas, de acordo com a Lei n.º 726, de 8 de dezembro de 1900, e dá outras providências.

Decreto n. 39.487 — de 29 de junho de 1956.

ACÓRDOS

Aprova o Acordo Básico para Concessão de Assistência Técnica entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas.

Decreto Legislativo n. 14, de 1956.

— Aprova o acordo para desempenho de um programa de cooperação agrícola, firmado no Rio de Janeiro, entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América.

Decreto Legislativo n. 20, de 1956.

AGUDES

Dispõe sobre as medidas necessárias ao máximo aproveitamento do Açude Curema e sua área de influência.

Decreto n. 39.288 — de 1 de junho de 1956.

ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.

Decreto n. 33.965 — de 3 de abril de 1956.

AERONÁUTICA

Dá nova redação ao art. 63 do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Decreto n. 39.002 — de 10 de abril de 1956.

— Dispõe sobre funções privativas dos diferentes postos e Quadros do Corpo de Oficiais da Aeronáutica.

Decreto n. 39.034 — de 13 de abril de 1956.

Ver:

Ministério da Aeronáutica e Forças Armadas.

AFORAMENTO

Autoriza estrangeira a adquirir, em regularização de aforamento, o domínio útil do terreno acrescido de marinha que menciona, situado no Distrito Federal.

Decreto n. 36.036 — de 12 de agosto de 1954.

AFORAMENTOS

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ceder, em aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, situado em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 39.140 — de 11 de maio de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ceder, em aforamento, o domínio útil do terreno de acrescido de marinha, que menciona, situado em Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 39.280 — de 30 de maio de 1956.

AGÊNCIA NACIONAL

Aprova o novo Regimento da Agência Nacional.

Decreto n. 39.447 — de 26 de junho de 1956.

AGUAS MARINHAS

Renova o Decreto n.º 34.321, de 21 de outubro de 1953.

Decreto n. 38.932 — de 4 de abril de 1956.

AGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro José Clarindo de Sant'Ana a lavrar água mineral no município de Cypó, Estado da Bahia.

Decreto n. 38.948 — de 26 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Chafik Juvenal Chede a lavrar água mineral no município e Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.977 — de 4 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo de Souza Paraíso a pesquisar água mineral no município e Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.045 — de 18 de abril de 1956.

AGUA MINERAL

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Maria dos Santos a pesquisar água mineral no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.046 — de 18 de abril de 1956.

— *Autoriza a Empresa de Comércio e Mineração Tropical Ltda. a pesquisar águas minerais no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 39.047 — de 18 de abril de 1956.

— *Autoriza Lage & Cia. a lavrar água mineral, no município de Santo André, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.048 — de 18 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sílvio Dias Lopes a pesquisar argila, quartzo, água mineral e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.097 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fiorelli Peccicacco a pesquisar água mineral, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.109 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Motzkus, a pesquisar água mineral (Jazida de classe XI) no município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 39.154 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Thiago Ribeiro a lavrar água mineral no município de Assis, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.163 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Homero Antunes da Silva a pesquisar água mineral no município de Bonito, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 39.246 — de 23 de maio de 1956.

AGUA MINERAL

— Autoriza o cidadão brasileiro Onésimo Ferreira dos Santos a pesquisar água mineral no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.397 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Rodrigues Pinto a pesquisar água mineral no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.462 — de 27 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Eugênio Romano a pesquisar água mineral no município de Corumbatai, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.468 — de 27 de junho de 1956.

ALBALI, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Concede à Albalí, Comércio e Navegação S. A. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.359 — de 13 de junho de 1956.

ANISTIA

Concede anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgado por Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa.

Decreto Legislativo n.º 16 de 1956.

— Concede anistia a todos os civis e militares que, direta ou indiretamente, se envolveram nos movimentos revolucionários ocorridos no País a partir de 10 de novembro de 1955 até 1.º de março de 1956.

Decreto Legislativo n.º 22, de 1956.

ANO SANTOS DUMONT

Constitui Comissões para a organização e realização das comemorações do Ano Santos-Dumont.

Decreto n. 39.484 — de 28 de junho de 1956.

ANTÔNIO GOMES DA SILVA NAVEGAÇÃO LIMITADA

Concede à sociedade Antônio Gomes da Silva Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.360 — de 13 de junho de 1956.

AREIA ILMENÍTICA

Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Klabin Lajer a pesquisar areia ilmenítica no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.395 — de 13 de junho de 1956.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a cidadã brasileira Lucia Dantas de Assis Batista a pesquisar areia quartzosa, quartzo e associados no município de Itaporanga, Estado de Sergipe.

Decreto n. 39.227 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza São João del Rei, Indústria de Minérios Ltda. a pesquisar areia quartzosa e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.378 — de 13 de junho de 1956.

— Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 30.890, de 21 de maio de 1952.

Decreto n. 39.381 — de 18 de julho de 1956.

— Torna sem efeito o Decreto número 35.719, de 24 de junho de 1954.

Decreto n. 39.460 — de 27 de junho de 1956.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Sício Dias Lopes a pesquisar argila, quartzo, água mineral e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.097 — de 30 de abril de 1956.

ARGILA

— Autoriza o cidadão brasileiro *Júlio Lienert* a lavar argila e associados no município de Santa Isabel, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.164 — de 14 de maio de 1956.

— Altera o art. 1.º do Decreto número 31.576, de 9 de outubro de 1952.

Decreto n. 39.455 — de 27 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Carlos Alberto de Campos Pantoja* a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.467 — de 27 de junho de 1956.

ARGILA REFRACTÁRIA

Autoriza o cidadão brasileiro *Jose Pedro* a lavar argila refratária e associados no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.012 — de 11 de abril de 1956.

— Autoriza *A. P. Green do Brasil S. A. Comercial, Industrial e Técnica*, a pesquisar cianita, granada, argila refratária e associados, no município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.049 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro *Waldemar Celil* a pesquisar argila refratária no município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.172 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza *Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. — IBAR* — a lavar argila refratária no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.373 — de 13 de junho de 1956.

ARMADA

Reduz interstício para promoção no Corpo da Armada.

Decreto n. 39.129 — de 2 de maio de 1956.

ARMADA

— Altera o Decreto n.º 38.360, de 12 de dezembro de 1955, que modificou o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para permitir a promoção de Sargentos a graduação de Suboficial, por concurso.

Decreto n. 39.204 — de 22 de maio de 1956.

Ver, também:

Marinha, Ministério da Marinha e Forças Armadas.

ARMAZÉNS E SILOS

Aprova o Regulamento da Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.

Decreto n. 39.137 — de 8 de maio de 1956.

— Exclui da aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, o Conselho do Desenvolvimento e a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.

Decreto n. 39.202 — de 13 de maio de 1956.

— Dispõe sobre o auxílio financeiro ou prêmio para a instalação de armazéns destinados a cereais e semelhantes no Nordeste.

Decreto n. 39.298 — de 1 de junho de 1956.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Concede isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Lei n.º 2.756 — de 17 de abril de 1956.

AUTARQUIAS

Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

Lei n. 2.749 — de 2 de abril de 1956.

— Dispõe sobre o pessoal pago por conta de dotações globais e dá outras providências.

Decreto n. 39.017 — de 11 de abril de 1956.

AUTARQUIAS

— Dispõe sobre o cancelamento de penalidades applicadas aos servidores do Serviço Público Federal pela participação nas jornadas de protestos de março de 1953 e dezembro de 1954.

Decreto n. 39.177 — de 15 de maio de 1956.

— Revoga os Decretos ns. 37.340, de 17 de maio de 1955, e 37.512, de 20 de junho de 1955.

Decreto n. 39.279 — de 30 de maio de 1956.

AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

Torna pública a adesão da Cambo-dia à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago a 7 de dezembro de 1944.

Decreto n. 39.025 — de 12 de abril de 1956.

B

BACIA DO PARNAÍBA

Constitui um grupo de trabalho incumbido de estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do Parnaíba e de propor as medidas necessárias a seu desenvolvimento.

Decreto n. 39.334 — de 11 de junho de 1956.

BANCO DE CRÉDITO DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DO RIO DE JANEIRO, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do Banco de Crédito Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Sociedade Cooperativa do Rio de Janeiro, Sociedade de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.184 — de 15 de maio de 1956.

BANCO DE CRÉDITO EXCELSIOR SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco de Crédito Excelsior" Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.182 — de 15 de maio de 1956.

BANCO DO CRÉDITO DA METRÓPOLE SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do Banco de Crédito da Metrópole Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada.

Decreto n. 39.185 — de 15 de maio de 1956.

BANCO DE CRÉDITO POPULAR SOCIEDADE COOPERATIVA

Revoga o Decreto que autoriza ao "Banco de Crédito Popular, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada" e constituir-se no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.406 — de 13 de junho de 1956.

BANCO ECONÔMICO DE SÃO PAULO, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Econômico de São Paulo, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.353 — de 12 de junho de 1956.

BANCO METROPOLITANO SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO

Concede autorização para constituição do "Banco Metropolitano Sociedade Cooperativa de Crédito de Responsabilidade Limitada".

Decreto n. 39.182 — de 15 de maio de 1956.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Aprova o Quadro de Pessoal do Banco Nacional de Crédito Cooperativo, e dá outras providências.

Decreto n. 39.143 — de 12 de maio de 1956.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Económico, empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.

Decreto n. 39.250 — de 23 de maio de 1956.

BANCO POPULAR DO RIO SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Popular do Rio Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.187 — de 15 de maio de 1956.

BARRAGEM "DELMIRO GOUVEIA"

Denomina "Delmiro Gouveia" a atual barragem construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco, na cachoeira de Paulo Afonso.

Lei n. 2.764 — de 2 de maio de 1956.

BAUMER & KREISEL LTDA.

Concede à Baurer & Kreisel Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.434 — de 28 de dezembro de 1955.

BAUXITA

Autoriza Suprargila Ltda., a pesquisar bauxita, feldspato e associados no Município de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.041 — de 18 de abril de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro João Ferreira de Oliveira Sobrinho a pesquisar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.096 — de 30 de abril de 1956.

BAUXITA

Autoriza o cidadão brasileiro Firmo da Motta Fagundes a pesquisar bauxita e associados no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.193 — de 30 de abril de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Fleury de Oliveira a pesquisar xisto, granada e bauxita no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.122 — de 2 de maio de 1956.

Autoriza Sociedade São Paulo de Mineração Ltda. a pesquisar bauxita e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.167 — de 14 de maio de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro José Lopes da Silva a pesquisar bauxita e associados no município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.275 — de 30 de maio de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Nora Júnior a pesquisar bauxita no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.389 — de 13 de junho de 1956.

Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. - "IBAR" a lavar bauxita e associados, no município de Mogi das Cruzes.

Decreto n. 39.461 — de 27 de junho de 1956.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Brasil" Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n. 39.272 — de 30 de maio de 1956.

C

CAISSE GÉNÉRALE DE PRÊTS FONCIERS ET INDUSTRIELS

Cancela carta patente emitida a favor da "Caisse Générale de Prêts Fonciers et Industriels".

Decreto n. 39.343 — de 11 de junho de 1956.

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.

Lei n. 2.752 — de 10 de abril de 1956.

CAIXA DE CRÉDITO DA PESCA

Aprova o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica de Mensalistas da Caixa de Crédito da Pesca, e dá outras providências.

Decreto n. 39.307 — de 2 de junho de 1956.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o Quadro de Pessoal do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, e dá outras providências.

Decreto n. 39.320 — de 6 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto n. 39.321 — de 6 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo, e dá outras providências.

Decreto n. 39.346 — de 12 de junho de 1956.

Autoriza a convocação de X.ª Reunião Congressual dos Dirigentes das Caixas Econômicas Federais e do Respetivo Conselho Superior.

Decreto n. 39.347 — de 12 de junho de 1956.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Decreto n. 39.433 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Maranhão e dá outras providências.

Decreto n. 39.434 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Paraná, e dá outras providências.

Decreto n. 39.435 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Ceará, e dá outras providências.

Decreto n. 39.436 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Pará, e dá outras providências.

Decreto n. 39.437 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Alagoas, e dá outras providências.

Decreto n. 39.438 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal da Paraíba, e dá outras providências.

Decreto n. 39.439 — de 20 de junho de 1956.

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Espírito Santo e dá outras providências.

Decreto n. 39.440 — de 20 de junho de 1956.

CALCÁRIO

Autoriza a cidadã brasileira Alzira Ribeiro Rodrigues a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.831 — de 5 de março de 1956.

CALCÁRIO

— *Autoriza Indústrias Reunidas de Cal Ltda., a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.106 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aderbal Pinho Delgado a pesquisar caulim e calcário no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 39.153 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Pellegrini a pesquisar calcário no município de Encruzilhada do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 39.156 — de 14 de maio de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 34.328, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto n. 39.171 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olyntho Esteves Vieira a pesquisar calcário e associados no município de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.230 — de 23 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Aleoni Sobrinho a lavrar calcário e associados no município de Capipari, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.236 — de 23 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia de Cimento Portland Corumbá a lavrar calcário e associados no município de Corumbá, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 39.371 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Francisco Faria Braga e José Maria Braga a pesquisar calcário e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.379 — de 13 de junho de 1956.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Martins de Rezende a pesquisar caulim, calcário e mármore, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.384 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Bento Augusto de Moura a pesquisar calcário e associados nos municípios de Piracicaba e Rio das Pedras, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.387 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Sena Ladeira a lavrar calcário e associados no município de Dorcas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.392 — de 13 de junho de 1956.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abre ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 67.790.410,00 para pagamento de despesas decorrentes da Resolução n.º 58, de 1956.

Lei n. 2.783 — de 14 de maio de 1956.

CÂMBIO

Regulamenta a Lei n.º 2.698, de 27 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.963 — de 3 de abril de 1956.

CAMPANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR

Dá nova redação aos arts. 1.º, 2.º e 4.º do Decreto n.º 37.106, de 31 de março de 1955.

Decreto n. 39.007 — de 11 de abril de 1956.

Publicado no D. O. de 13 de abril de 1956.

CAPITAL FEDERAL

Altera o Decreto n.º 38.281, de 9 de dezembro de 1955.

Decreto n. 39.444 — de 20 de junho de 1956.

CAPITANIAS FLUVIAIS

Eleva a Capitania Fluvial dos Portos do Rio Uruguai à categoria de Capitania de Segunda Classe.

Decreto n. 39.205 — de 2 de junho de 1956.

CARBORUNDUM S. A., INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ABRASIVOS

Concede permissão, para que funcione aos Domingos e nos feriados civis e religiosos, à Secção de Produção de carbureto de silício de Carborundum S. A., Indústria Brasileira de Abrasivos.

Decreto n. 37.848 — de 2 de setembro de 1955.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Prorroga, até 31 de dezembro de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior.

Lei n. 2.807 — de 28 de junho de 1956.

— Altera o Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954.

Decreto n. 39.486 — de 29 de junho de 1956.

CARVÃO

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda., a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.013 — de 11 de abril de 1956.

— Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.094 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.102 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.125 — de 2 de maio de 1956.

CARVÃO

— Autoriza a Carbonífera Cocal Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.228 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza a Carbonífera Cocal Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.229 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Bernardo Corbete a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.238 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Bernardo Corbete a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.241 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza a Carbonífera Caeté Ltda. a pesquisar carvão mineral no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.276 — de 30 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Gabriel Macari a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.393 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza a Cia. Minas da Jangada Sociedade Anônima a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.458 — de 27 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Mario Pinheiro a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.459 — de 27 de junho de 1956.

CARVÃO

— *Autoriza a Cia. Minas da Jan-gada Sociedade Anônima a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 39.463 — de 27 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mario Pinheiro a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 39.466 — de 27 de junho de 1956.

"CASA DE CLAUDIO DE SOUZA"

Aceita o legado feito à União de um imóvel em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, para a instalação da "Casa de Cláudio de Souza".

Decreto n. 39.085 — de 30 de abril de 1953.

— *Aceita o legado feito à União de um imóvel em Petrópolis, para a instalação da "Casa de Cláudio de Souza".*

Decreto n. 39.446 — de 21 de junho de 1956.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Altivo de Souza a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.159 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza Comércio e Indústria Souza Neschese S. A. a pesquisar cassiterita e associados, no município de Piratini, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 39.274 — de 30 de maio de 1956.

— *Autoriza a Mineração Icoibe Limitada a pesquisar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.374 — de 13 de junho de 1956.

CASSITERITA

— *Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar cassiterita, minério de ouro e associados no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.375 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar cassiterita e associados no município de Brasília, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.400 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar cassiterita e associados no município de Brasília, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.401 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar cassiterita e associados no município de Brasília, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.402 — de 13 de junho de 1956.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro José Ferreira de Souza a pesquisar caulim e associados no município de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.942 — de 26 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Monteiro de Rezende a pesquisar mica, feldspato, caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.981 — de 4 de abril de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 32.202, de 4 de fevereiro de 1953.*

Decreto n. 39.057 — de 18 de abril de 1956.

CAULIM

— Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Refratários S. A. "IBAR" a lavar caulim e associados no município de Uberaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.095 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Aderbal Pinto Delgado a pesquisar caulim e calcário no município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.153 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Aldo Caruso Mac Donald a pesquisar caulim e associados no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.161 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Diniz Barbosa Pinto a pesquisar caulim e associados no município de Pequeri, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.239 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza Porcelana Real S. A. a lavar caulim e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.376 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Martins de Rezende a pesquisar caulim, calcário e mármore, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.384 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Samuel Klabin a lavar caulim e associados no município de Araucária, Estado do Paraná.

Decreto n. 39.403 — de 13 de junho de 1956.

CAULIM

— Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Alberto de Campos Pantoja a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.467 — de 27 de junho de 1956.

CEREAIS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1956.

"CERIUMBRAS" INDUSTRIALIZAÇÃO MINERAL LTDA.

Concede à "Ceriumbras" Industrialização Mineral Limitada autorização para funcionar, como empresa de mineração.

Decreto n. 39.160 — de 14 de maio de 1956.

CHARQUEADAS

Torna compulsória a inoculação do gado a ser abatido nos matadouros, frigoríficos e charqueadas, para efeito de preparo de vacina contra a "febre aftosa".

Decreto n. 39.118 — de 2 de maio de 1956.

CHUMBO

Autoriza Mineração Boqueira Ltda. a lavar minério de chumbo e associados no município de Macaúbas, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.113 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza a Mineração Lageado Ltda. a pesquisar minério de chumbo e associados, no município de Areado, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.157 — de 14 de maio de 1956.

CIANITA

Autoriza A. P. Green do Brasil S. A. Comercial, Industrial e Técnica, a pesquisar cianita, granada, argila refratária e associados, no município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.049 — de 18 de abril de 1956.

CLUBE MILITAR

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 39.147 — de 14 de maio de 1956.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Altera o art. 1.º do Decreto número 35.509, de 17 de maio de 1954.

Decreto n. 38.987 — de 10 de abril de 1956.

— Dá nova interpretação ao artigo 338 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Decreto n. 39.351 — de 12 de junho de 1956.

— Altera o Decreto n.º 30.033, de 1 de outubro de 1951, para o fim que especifica.

Decreto n. 39.481 — de 28 de junho de 1956.

CÓDIGO NACIONAL DO TRANSITO

Modifica o art. 66 do Decreto-lei n. 3.651, de 25 de setembro de 1941 (Código Nacional do Trânsito).

Lei n. 2.794 — de 1 de junho de 1956.

COLÉGIO MILITAR

Dá nova redação aos artigos 12 e 54 e seus parágrafos do Regulamento para o Colégio Militar do Rio de Janeiro, aprovado com o Decreto número 12.277, de 19 de abril de 1943.

Decreto n. 39.302 — de 2 de junho de 1956.

COLÉGIOS

Dá nova redação ao dispositivo que indica.

Decreto n. 39.037 — de 18 de abril de 1956.

COLETORIAS FEDERAIS

Extingue Coletoria Federal.

Decreto n. 38.991 — de 10 de abril de 1956.

COMISSÃO DA MARINHA MERCANTE

Aprova a Tabela Numérica de Pessoal da Comissão de Marinha Mercante, e dá outras providências.

Decreto n. 39.209 — de 22 de maio de 1956.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 561.700,00 para pagamento de indenizações devidas aos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras de aterro do porto de Penedo, no Estado de Alagoas.

Lei n. 2.787 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pela Comissão do Vale de São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 42.958,10, destinado ao pagamento de diferença de vencimentos aos servidores Renato Mascarenhas de Souza e Benedito Brandão Reis.*

Lei n. 2.776 — de 10 de maio de 1956.

— *Abre, à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 36.000,00, cuja abertura é autorizada na Lei n.º 2.616, de 26 de setembro de 1955.*

Decreto n. 39.217 — de 23 de maio de 1956.

COMISSÕES

Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.

Decreto n. 38.965 — de 3 de abril de 1956.

— *Regulamenta o art. 8.º da Lei n.º 2.539, de 13 de setembro de 1955.*

Decreto n. 38.969 — de 4 de abril de 1956.

— *Institui uma comissão especial, para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica das corredeiras do Salto, Paredão, Funil, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto n. 38.970 — de 4 de abril de 1956.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 306.000,00 para atender às despesas com a concessão de gratificação especial ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio.*

Decreto n. 38.995 — de 10 de abril de 1956.

— *Passam à subordinação da Diretoria de Engenharia o 1.º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste.*

Decreto n. 39.030 — de 17 de abril de 1956.

COMISSÕES

— *Aprova o Regulamento da Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.*

Decreto n. 39.137 — de 8 de maio de 1956.

— *Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 73.094.223,20, para o fim que especifica.*

Decreto n. 39.176 — de 15 de maio de 1956.

— *Extingue a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e dá outras providências.*

Decreto n. 39.199 — de 16 de maio de 1956.

— *Exclui da aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, o Conselho de Desenvolvimento e a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.*

Decreto n. 39.202 — de 18 de maio de 1956.

— *Designa uma comissão para elaborar anteprojeto de lei relativa à reforma da atual estrutura da Previdência Social.*

Decreto n. 39.206 — de 22 de maio de 1956.

— *Modifica a composição da comissão a que se refere o Decreto número 39.206, de 22 de maio de 1956.*

Decreto n. 39.317 — de 5 de junho de 1956.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras para a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 39.409 — de 14 de junho de 1956.

COMISSÕES

— Altera o Decreto n.º 38.281, de 9 de dezembro de 1955.

Decreto n. 39.444 — de 20 de junho de 1956.

— Constitui Comissões para a organização e realização das comemorações do Ano Santos-Dumont.

Decreto n. 39.484 — de 28 de junho de 1956.

COMPAGNIE D'ASSURANCES GÉNÉRALES CONTRE L'INCENDIE ET LES EXPLOSIONS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Compagnie D'Assurance Générales Contre L'Incendie et les Explosions.

Decreto n. 39.212 — de 22 de maio de 1956.

COMPANHIA DE ACUMULADORES PREST-O-LITE

Concede à Companhia de Acumuladores Prest-O-Lite autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 39.277 — de 30 de maio de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS DE VIDA "PREVIDÊNCIA DO SUL"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros de Vida "Providência do Sul".

Decreto n. 39.136 — de 7 de maio de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS MINAS BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital, da Companhia de Seguros Minas Brasil.

Decreto n. 29.020 — de 11 de abril de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS "NICTHEROY"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros "Nicttheroy".

Decreto n. 39.091 — de 30 de abril de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS RIACHUELO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Riachuelo.

Decreto n. 39.214 — de 22 de maio de 1956.

COMPANHIA ELETROQUÍMICA PAN-AMERICANA

Concede permissão à Companhia Eletroquímica Pan-Americana, estabelecida com fábrica em Honório Gurgel, no Distrito Federal, para funcionar aos domingos e feriados civis e religiosos.

Decreto n. 39.210 — de 22 de maio de 1956.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Denomina "Delmiro Gouveia" a atual barragem construída pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco na cachoeira de Paulo Afonso.

Lei n. 2.764 — de 2 de maio de 1956.

COMPANHIA SEGURADORA DOS PROPRIETÁRIOS DO BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Seguradora dos Proprietários do Brasil, inclusive transferência da sede social e mudança de nome.

Decreto n. 38.957 — de 27 de março de 1956.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Athazio Hernandez a pesquisar conchas calcárias no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.059 — de 18 de abril de 1956.

CONCHAS CALCÁRIAS

— Autoriza o cidadão brasileiro Elysio Luiz a pesquisar conchas calcárias, no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.457 — de 27 de junho de 1956.

CONFERÊNCIA RURAL BRASILEIRA (IV)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender as despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

Lei n. 2.773 — de 8 de maio de 1956.

CONGRESSOS

Aprova a Convenção Constitutiva da União Latina, concluída no II Congresso Internacional daquela entidade, realizado em Madrid.

Decreto Legislativo n. 15, de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgias para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia.

Lei n. 2.762 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas com a realização do Segundo Congresso Eucarístico de Niterói.

Lei n. 2.766 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.

Lei n. 2.788 — de 25 de maio de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 39.407 — de 14 de junho de 1956.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

Aprova o Regulamento do Conselho de Desenvolvimento.

Decreto n. 38.906 — de 15 de março de 1956.

— Exclui da aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, o Conselho do Desenvolvimento e a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.

Decreto n. 39.202 — de 18 de maio de 1956.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Aprova o Quadro de Pessoal do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e dá outras providências.

Decreto n. 39.410 — de 15 de junho de 1956.

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

Cria os Conselhos Federal e Regionais de Química, dispõe sobre o exercício da profissão de químico, e dá outras providências.

Lei n. 2.800 — de 18 de junho de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a data da instalação conjunta das sessões Ordinárias das Assembleias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

Decreto n. 39.485 — de 28 de junho de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Dispõe sobre a data da instalação conjunta das sessões Ordinárias das Assembleias Gerais do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia.

Decreto n. 39.485 — de 28 de junho de 1956.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, duas áreas de terreno necessárias à construção de uma variante do Sistema de Oleodutos Santos-São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.

Decreto n. 38.967 — de 3 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre o aproveitamento do pessoal do Conselho Nacional do Petróleo pertencente às suas diferentes tabelas de mensalistas.*

Decreto n. 39.064 — de 19 de abril de 1956.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA

Aprova o Quadro de Pessoal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da Segunda Região, e dá outras providências.

Decreto n. 39.483 — de 28 de junho de 1956.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.

Lei n. 2.757 — de 23 de abril de 1956.

— *Modifica o art. 565 do Decreto-lei n.º 9.502, de 23 de julho de 1946 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n. 2.802 — de 18 de junho de 1956.

CONTRATOS

Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda e o Engenheiro Civil Erastótenes Fraga Lima.

Decreto Legislativo n.º 21, de 1956.

CONTRATOS

— *Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada.*

Decreto Legislativo n. 23, de 1956.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção Constitutiva da União Latina, concluída no II Congresso Internacional daquela entidade, realizado em Madrid.

Decreto Legislativo n. 15, de 1956.

— *Aprova as Convenções do Trabalho de ns. 11 — 12 — 14 — 19 — 26 — 29 — 81 — 88 — 89 — 95 — 96 — 98 — 100 e 101, concluídas em sessões da Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.*

Decreto Legislativo n. 24, de 1956.

— *Torna pública a adesão da Camboja à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto n. 39.025 — de 12 de abril de 1956.

— *Torna pública a adesão da Islândia à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e à Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo, assinado em Bruxelas a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 39.026 — de 12 de abril de 1956.

— *Torna pública a extensão à França Ultramarina, pelo Governo da França, da Convenção Internacional sobre Linhas de Limite de Carga, firmada em Londres a 5 de julho de 1930.*

Decreto n. 39.261 — de 28 de maio de 1956.

COOPERATIVA BANCO DE CRÉDITO PESSOAL

Concede autorização para constituição da Cooperativa Banco de Crédito Pessoal Limitada, com sede na cidade de Recife, Capital do Estado de Pernambuco.

Decreto n. 39.354 — de 12 de junho de 1956.

COOPERATIVA DE CRÉDITO CRICIUMENSE LTDA.

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Criciunense Ltda." com sede no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 37.917 — de 19 de setembro de 1955.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS BANCÁRIOS

Revoga o Decreto que autorizou a Cooperativa de Crédito dos Bancários de Niterói a constituir-se na capital do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.405 — de 13 de junho de 1956.

COOPERATIVA UNIÃO DE CRÉDITO POPULAR

Concede autorização para constituição da "Cooperativa União de Crédito Popular" com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.186 — de 15 de maio de 1956.

CORIDON

Autoriza os cidadãos brasileiros Herculano Nazara Corrêa e Giselda Gama Corrêa a pesquisar xisto sílico clorítico, coridon e associados no município de Matiporã, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.124 — de 2 de maio de 1956.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Altera o Regulamento do Ensino do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pelo Decreto n.º 38.233, de 10 de novembro de 1955.

Decreto n. 39.070 — de 24 de abril de 1956.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Altera o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.

Decreto n. 39.203 — de 22 de maio de 1956.

CORRESPONDÊNCIA POSTAL-TELEGRÁFICA

Altera o Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 37.942, de 16 de março de 1955.

Decreto n. 39.218 — de 23 de maio de 1956.

COSTI S. A. - INDÚSTRIA, COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO

Concede a Costi S. A. - Indústria Comércio e Navegação autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.213 — de 22 de maio de 1956.

CRÉDITO ESPECIAL

Ver:

O nome do Ministério ou Repartição a que se refere.

CRIAÇÃO DE CARGOS

Ver:

O nome do Ministério ou entidade a cuja lotação pertencem.

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

Declara de utilidade pública a Cruzada São Sebastião, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.138 — de 8 de maio de 1956.

CURSOS

Concede reconhecimento ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.968 — de 3 de abril de 1956.

CURSOS

— *Concede reconhecimento ao Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 39.008 — de 11 de abril de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Pernambuco.*

Decreto n. 39.009 — de 11 de abril de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento de cursos da Faculdade de Filosofia Marcelino Champagnat.*

Decreto n. 39.040 — de 18 de abril de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Maranhão.*

Decreto n. 39.082 — de 30 de abril de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento do Curso de Didática da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão.*

Decreto n. 39.033 — de 30 de abril de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia da Paraíba.*

Decreto n. 39.221 — de 23 de maio de 1956.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Didática da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa.*

Decreto n. 39.331 — de 8 de junho de 1956.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Paraíba.*

Decreto n. 39.332 — de 8 de junho de 1956.

— **Ver, também:**

Escolas, Faculdades e Universidades.

D

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— *Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extram-merário-mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público para idêntica Tabela do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 39.074 — de 24 de abril de 1956.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Ecra Ltda.

Decreto Legislativo n. 17, de 1956.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construções Rizzo Limitada.*

Decreto Legislativo n. 19, de 1956.

— *Autoriza o Departamento dos Correios e Telégrafos a adquirir o imóvel situado no Campo de São Cristóvão n. 378, nesta capital.*

Decreto n. 39.088 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza o Serviço de Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno, que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n. 39.179 — de 15 de maio de 1956.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

— Autoriza o D. C. T. a adquirir imóvel de propriedade de Zulmira Pinto Caldeira.

Decreto n. 39.340 — de 11 de junho de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ENDEMIAS RURAIS

Abre, ao Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00, suplementar de Cr\$ 1.896.000,00, destinados a atender às despesas de instalação e custeio do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Decreto n. 39.313 — de 4 de junho de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.

Decreto n. 39.250 — de 23 de maio de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Regula a delegação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aos Territórios Federais, dos encargos constantes do art. 5.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Decreto n. 39.033 — de 18 de abril de 1956.

— Aprova a regulamentação de dispositivos do art. 24 do Decreto-lei n.º 8.463, de 27 de dezembro de 1945 ("Regulamento de Contas" do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), e dá outras providências.

Decreto n. 39.257 — de 23 de maio de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÉCAS

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno situada no Município de Icó, Estado do Ceará.

Decreto n. 38.999 — de 10 de abril de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÉCAS

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno situada no Município de Serrinha, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.076 — de 25 de abril de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno situada no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

Decreto n. 39.077 — de 25 de abril de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno situada no município de Paripiranga, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.079 — de 30 de abril de 1956.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno situada no município de São José de Campestre, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.265 — de 30 de maio de 1956.

— Autoriza a execução da obra de emergência no Estado da Paraíba, em região assolada pelas sécas.

Decreto n. 39.299 — de 1 de junho de 1956.

— Autoriza a execução de obras de emergência no Estado de Alagoas, em regiões assoladas pela seca.

Decreto n. 39.477 — de 27 de junho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sécas, área de terreno situado no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

Decreto n. 39.478 — de 28 de junho de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública.

Lei n. 2.786 — de 21 de maio de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, duas áreas de terreno necessárias à construção de uma variante do Sistema de Oleodutos Santos-São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.*

Decreto n. 38.967 — de 3 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à construção de uma casa para o posto telegráfico do km 350,466, da Linha Angra dos Reis a Goiandira.*

Decreto n. 38.997 — de 10 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, o domínio útil de terreno da União, aforado a terceiro.*

Decreto n. 38.998 — de 10 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Icó, Estado do Ceará.*

Decreto n. 38.999 — de 10 de abril de 1956.

— *Desapropria cinco lotes de terrenos em Ondina, Salvador (BA).*

Decreto n. 39.065 — de 20 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que menciona em Parnaíba (PI).*

Decreto n. 39.066 — de 20 de abril de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Serrinha, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.076 — de 25 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Cubaceiras, Estado da Paraíba.*

Decreto n. 39.077 — de 25 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Paripiranga, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.079 — de 30 de abril de 1956.

— *Torna sem efeito o Decreto número 32.925, de 2 de junho de 1953.*

Decreto n. 39.192 — de 15 de maio de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de São José de Campestre, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto n. 39.265 — de 30 de maio de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários ao Ministério da Aeronáutica, em Fortaleza, no Estado do Ceará.*

Decreto n. 39.311 — de 4 de junho de 1956.

— *Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, a área que menciona, e adota outras providências.*

Decreto n. 39.119 — de 2 de maio de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, em Belém, Estado do Pará.

Decreto n. 39.131 — de 4 de maio de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, na cidade de São Paulo.

Decreto n. 39.132 — de 4 de maio de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, uma área de 1.051 ha situada no município de São Pedro da Aldeia, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.411 — de 15 de junho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Cabaceiras, Estado da Paraíba.

Decreto n. 39.478 — de 28 de junho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rêde Mineira de Viação, área de terreno necessária à ampliação do pátio da Estação de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.479 — de 28 de junho de 1956.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Reis a pesquisar diamantes e ouro, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.973 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Dina Barbosa a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.978 — de 4 de abril de 1956.

DIAMANTES

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Paulo Seabra a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.979 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Vieira Cellos a pesquisar diamante e associados, no município de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 39.051 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Vieira Cellos a pesquisar diamante e associados, no município de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 39.052 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Vieira Cellos a pesquisar diamante e associados, no município de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 39.053 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Simplicio Vieira Cellos a pesquisar diamante e associados, no município de Arenópolis, Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 39.054 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza Dragagem Fluvial Ltda., a pesquisar diamante, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.166 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Miguel Guimarães a pesquisar diamante e associados no município de Tiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.244 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Braz Barroso a pesquisar diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.388 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Carlos dos Reis a pesquisar diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.465 — de 27 de junho de 1956.

DIATOMITA

Autoriza Mineração e Indústria Limitada, a pesquisar diatomita no município de Aquirás, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.120 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Pelônio Leão Viana e Manoel Neto Carneiro Campelo Júnior a pesquisar diatomito e associados no município de Maceió, Estado de Alagoas.

Decreto n. 39.464 — de 27 de junho de 1956.

DOAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação Rural Arróio do Meio e à Sociedade Divina Providência os bens situados na cidade de Arróio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, havidos por arrecadação da herança recente de Agnes Lammel Zenkner.

Lei n. 2.771 — de 8 de maio de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Decreto n. 38.971 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.993 — de 10 de abril de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Caconde, no Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.994 — de 10 de abril de 1956.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Currais Novos (RN).

Decreto n. 39.004 — de 11 de abril de 1956.

DOAÇÕES

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Nossa Senhora das Dôres (SE).

Decreto n. 39.005 — de 11 de abril de 1956.

— Aceita doação de terrenos feita ao Ministério da Aeronáutica, pela Prefeitura Municipal de São Lourenço (MG).

Decreto n. 39.145 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno, que menciona, situado no Estado de Goiás.

Decreto n. 39.179 — de 15 de maio de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno que menciona, situado na cidade de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.190 — de 15 de maio de 1956.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terreno em Taquara (RS).

Decreto n. 39.309 — de 4 de junho de 1956.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Santana de Parnaíba (SP).

Decreto n. 39.310 — de 4 de junho de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno, que menciona, situado no Município de Caeté, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.350 — de 12 de junho de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno que menciona situado no município de Macaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.365 — de 13 de junho de 1956.

DOAÇÕES

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no município de Sêro, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.421 — de 19 de junho de 1956.

— Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.377 — de 13 de junho de 1956.

DOLOMITA

Autoriza RCA Victor Rádio S. A. a lavrar dolomita no município de Itararé, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.377 — de 13 de junho de 1956.

E

EMPREGADOS DE CONDOMÍNIOS

Dispõe sobre a situação dos empregados porteiros, zeladores, faxineiros e serventes de prédios de apartamentos residenciais.

Lei n. 2.757 — de 23 de abril de 1956.

EMPRESAS INCORPORADAS

Aprova a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União e a Sociedade Indústrias Brasileiras de Papel Limitada.

Decreto Legislativo n. 23, de 1956.

— Dispõe sobre o pessoal pago por conta de dotações globais e dá outras providências.

Decreto n. 39.017 — de 11 de abril de 1956.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial no Vale do Rio Meirim.

Decreto n. 39.282 — de 1 de junho de 1956.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

— Dispõe sobre a construção do pórtico de Itaqui, Estado do Maranhão.

Decreto n. 39.283 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial no vale do Rio Parnaíba, Estado do Piauí.

Decreto n. 39.284 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento da Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.285 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da produção do sal e aperfeiçoamento de seus métodos, na área que interessa ao pórtico de Areia Branca.

Decreto n. 39.286 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos vales secos do baixo Piranhas e Apodi, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.287 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao máximo aproveitamento da Açude Curema e sua área de influência.

Decreto n. 39.288 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias do escoamento regular da produção das fazendas de Josfato de Olinda.

Decreto n. 39.289 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 39.290 — de 1 de junho de 1956.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

— Dispõe sobre a instalação de 260 famílias na Colônia Pindorama, Estado de Alagoas.

Decreto n. 39.291 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre a instalação de Postos de Migração nos Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia.

Decreto n. 39.292 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre a instalação de 350 famílias nos núcleos coloniais localizados no Estado da Bahia.

Decreto n. 39.293 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre a construção de casas para os trabalhadores nordestinos.

Decreto n. 39.294 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira nas regiões que menciona, nos Estados da Paraíba e de Alagoas.

Decreto n. 39.295 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias à produção e à distribuição em tempo útil, de sementes selecionadas, mudas e enxertos, destinados à lavoura nordestina.

Decreto n. 39.296 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da indústria animal na Bahia e no Nordeste de Minas Gerais.

Decreto n. 39.297 — de 1 de junho de 1956.

— Autoriza a execução de obra de emergência no Estado da Paraíba, em região assolada pelas secas.

Decreto n. 39.299 — de 1 de junho de 1956.

ENCONTRO DOS BISPOS DO NORDESTE

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da experiência de colonização de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 39.300 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre a coordenação dos trabalhos referentes aos decretos que menciona.

Decreto n. 39.301 — de 1 de junho de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

Outorga à Prefeitura Municipal de São José da Laje concessão para distribuir e fazer o comércio de energia elétrica na Vila de Ibatiguara, município de São José da Laje, Estado de Alagoas, e dá outras providências.

Decreto n. 29.430 — de 3 de abril de 1951.

— Transfere para a Comissão Estadual de Energia Elétrica a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica no município de Nova Prata, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 36.907 — de 14 de fevereiro de 1955.

— Autoriza a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce a construir uma linha de transmissão entre a usina de Tronqueiras e o município de Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.428 — de 27 de dezembro de 1955.

— Autoriza a Companhia Força e Luz de Minas Gerais a construir uma linha de transmissão e dá outras providências.

Decreto n. 38.500 — de 31 de dezembro de 1955.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Crato, a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n. 38.505 — de 31 de dezembro de 1955.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere de João Alves da Costa para Raphael de Fuccio a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Simonésia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.507 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Sapucaia concessão para distribuir energia elétrica às localidades Nossa Senhora Aparecida, Pião e vila de Jamará, todas no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.509 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Outorga à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A., concessão para distribuir energia elétrica no município de São Sebastião do Alto, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.837 — de 7 de março de 1956.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 38.854 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza a Empresa Elétrica Bragança, a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 38.857 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce a construir uma linha de transmissão, entre a usina de Salto Grande e a cidade de Santa Luzia, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.859 — de 13 de março de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 20.449, de 23 de janeiro de 1946.*

Decreto n. 38.865 — de 13 de março de 1956.

— *Autoriza a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira a construir uma linha de transmissão entre Siderúrgica e a subestação pertencente a Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.*

Decreto n. 38.901 — de 15 de março de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Diamantina, ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Guinda, São João da Chapada, Felisberto Caldeira e povoado de Sopa, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, e de outras providências.*

Decreto n. 38.902 — de 15 de março de 1956.

— *Declara a caducidade da concessão da Companhia Industrial de Cabo Frio S. A. e outorga concessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para produção e fornecimento de energia elétrica à cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 38.958 — de 27 de março de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica às Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A.*

Decreto n. 39.015 — de 11 de abril de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A.*

Decreto n. 39.016 — de 11 de abril de 1956.

— *Outorga à Sociedade Força e Luz Igarense Limitada, concessão para distribuir energia elétrica na Vila Igara, município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 39.061 — de 18 de abril de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalândia concessão para distribuir energia elétrica no município de Cristalândia, Estado de Goiás.*

Decreto n. 39.062 — de 18 de abril de 1956.

— *Amplia a zona de fornecimento da Companhia Força e Luz São João de Matipó e restringe a da Companhia Leste Mineira de Eletricidade.*

Decreto n. 39.063 — de 18 de abril de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da Prefeitura Municipal de Paracatu para a Hidroelétrica Melhoramentos de Paracatu, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.114 — de 2 de maio de 1956.

— *Amplia a zona de fornecimento da Empresa Fluminense de Energia Elétrica e dá outras providências.*

Decreto n. 39.116 — de 2 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia Mineira de Eletricidade a construir uma linha de transmissão destinada a interligar o seu sistema com o da Central Elétrica do Piauí S. A. entre os municípios de Juiz de Fora e Santos Dumont, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.151 — de 14 de maio de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Campinas S. A.*

Decreto n. 39.169 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande a construir uma linha de transmissão entre Itutinga e Nova Lima, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.224 — de 23 de maio de 1956.

— *Autoriza a "Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A." a construir uma linha de transmissão ligando as localidades de Santa Luzia, Sabará, Nova Lima e Cidade Industrial, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.225 — de 23 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Doce, a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Santa Luzia e Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.366 — de 13 de junho de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga a Aschebrock & Companhia concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no arroio Harmonia, distrito de Teutônia, município de Estrela, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 36.768 — de 11 de janeiro de 1955.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Santa Inês concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira do Inferno existente no rio Preto, município de Santa Inês, Estado da Bahia.*

Decreto n. 37.747 — de 17 de agosto de 1955.

— *Outorga a Carlos Joaquim do Amaral concessão para aproveitamento de energia hidráulica no rio Camanducaia, distrito 2 município de Pedreira, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 38.510 — de 31 de dezembro de 1955.

— *Outorga ao Patronato Bom Pastor concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira das Oliveiras, existente no rio Itapecerica, município de Divinópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.903 — de 15 de março de 1956.

— *Outorga à Companhia Força e Luz Cidade Nova concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica de um trecho do rio Imbaú município de Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n. 38.959 — de 27 de março de 1956.

— *Institui uma comissão especial para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica das corredeiras do Salto, Paredão, Funil, no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.*

Decreto n. 38.970 — de 4 de abril de 1956.

ENERGIA HIDRÁULICA

— Outorga à Companhia Mista de Energia Elétrica São Pedro autorização de estudos para o aproveitamento de energia hidráulica do salto São Pedro, no rio São Pedro e de um braço do rio Bajadeira, Estado do Paraná.

Decreto n. 33.986 — de 9 de abril de 1956.

— Outorga a Alcides Bernardino de Campos e outros, reunidos em consórcio, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Três Córregos, Segundo Distrito do Município de Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.059 — de 18 de abril de 1955.

— Outorga à Prefeitura da Estância Climática de Cunha concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira do Pimenta, existente no rio Jacui, distrito da sede do município da Estância Climática, de Cunha, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.060 — de 18 de abril de 1956.

— Revoga o Decreto n.º 17.850, de 23 de fevereiro de 1945 e outorga concessão à Companhia de Viação e Telcelagem Industrial Mineiro S. A., para aproveitamento de energia hidráulica de corredeiras situadas no rio São Pedro, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.117 — de 2 de maio de 1956.

— Outorga à Indústrias Reunidas Ouro S. A. concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio do Peixe entre os distritos de Capinzal e Ouro, município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.323 — de 6 de junho de 1956.

ENERGIA TERMOELÉTRICA

Autoriza a Companhia Força e Luz Alegre Veado S. A. a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 38.883 — de 13 de março de 1956.

ENERGIA TERMOELÉTRICA

— Autoriza a empresa "Energia, Indústria e Comércio Limitada", a ampliar suas instalações termoeletricas, e dá outras providências.

Decreto n. 39.415 — de 19 de junho de 1956.

— Autoriza a Companhia Prada de Eletricidade a ampliar suas instalações termoeletricas.

Decreto n. 39.418 — de 19 de junho de 1956.

ESCOLAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.765 — de 2 de maio de 1956.

— Extingue a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, cria uma Escola de Marinha Mercante no Ministério da Marinha, e dá outras providências.

Lei n. 2.801 — de 18 de junho de 1956.

— Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de São Paulo.

Decreto n. 39.219 — de 23 de maio de 1956.

— Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Paraná.

Decreto n. 39.220 — de 23 de maio de 1956.

— Ratifica decreto do Governo do Estado de São Paulo, que altera a denominação de escola de ensino industrial.

Decreto n. 39.266 — de 30 de maio de 1956.

— Ratifica decreto do Governo do Estado de São Paulo, que altera a denominação de escola de ensino industrial.

Decreto n. 39.267 — de 30 de maio de 1956.

ESCOLAS

— *Ratifica lei do Estado de São Paulo, que altera a denominação de escola de ensino industrial.*

Decreto n. 39.268 — de 30 de maio de 1956.

— *Dispõe sobre denominação de escola de ensino industrial.*

Decreto n. 39.269 — de 30 de maio de 1956.

— *Dispõe sobre denominação de escola de ensino industrial.*

Decreto n. 39.270 — de 30 de maio de 1956.

— *Veda a transferência de alunos de uma para outra Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas; revoga as alíneas d, do § 1.º, e c, do § 2.º, do art. 4.º do Decreto n.º 37.688, de 3 de agosto de 1955.*

Decreto n. 39.414 — de 19 de junho de 1956.

— *Suprime o § 2.º do art. 75 e o art. 76 e seus parágrafos do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

Decreto n. 39.432 — de 19 de junho de 1956.

— Ver, também:

Cursos, Faculdades e Universidades.

— QUANTO AOS MILITARES
VER, TAMBÉM: *Exército, Marinha e Aeronáutica.*

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Altera artigo do Regulamento baixado e mandado executar pelo Decreto n.º 35.187, de 11 de março de 1954.

Decreto n. 39.623 — de 12 de abril de 1956.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Outorga concessão ao Governo do Estado de Minas Gerais para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.651 — de 25 de janeiro de 1956.

— *Autoriza o Governo do Estado de Minas Gerais a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 38.854 — de 13 de março de 1956.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando de Noronha.

Lei n. 2.833 — de 21 de junho de 1956.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Declara a caducidade da concessão da Companhia Industrial de Cabo Frio S. A. e outorga concessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para produção e fornecimento de energia elétrica à cidade de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.958 — de 27 de março de 1956.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que faz jus os seus membros.

Decreto n. 38.965 — de 3 de abril de 1956.

ESTATUTOS

Ver:

O nome da entidade a que se referem.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, o domínio útil de terreno da União, aforado a terceiro.

Decreto n. 38.998 — de 10 de abril de 1956.

— *Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a adquirir imóvel de propriedade de Vicente Soares de Resende e sua mulher.*

Decreto n. 39.341 — de 11 de junho de 1956.

ESTRADA DE FERRO SANTOS A JUNDIAÍ

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, duas áreas de terreno necessárias à construção de uma variante do Sistema de Oleodutos Santos-São Paulo, de concessão do Conselho Nacional do Petróleo àquela Estrada.

Decreto n. 38.967 — de 3 de abril de 1956.

EXÉRCITO

Substitui a função de "Chefe do Escalão Territorial da Terceira Região Militar".

Decreto n. 39.031 — de 17 de abril de 1956.

— *Reduz de 50% (cinquenta por cento) o interstício para promoção de Capitão a Tenente-Coronel.*

Decreto n. 39.174 — de 14 de maio de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Lei n.º 2.657 (Promoções dos Oficiais do Exército), de 1.º de dezembro de 1955.*

Decreto n. 39.344 — de 11 de junho de 1956.

— *Partes vetadas do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.657, de 1 de dezembro de 1955, mantidas pelo Congresso Nacional.*

Lei n. 2.657 — de 1 de dezembro de 1955.

EXÉRCITO

— *Cria, no Exército, o Quadro Auxiliar de Administração (Q.A.A.).*

Lei n. 2.750 — de 4 de abril de 1956.

— *Reestrutura o Quadro de Oficiais Veterinários do Exército e dá outras providências.*

Lei n. 2.782 — de 14 de maio de 1956.

— VER, TAMBÉM:

Ministério da Guerra e Forças Armadas.

EXPORTAÇÃO

Altera o Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954.

Decreto n. 39.486 — de 29 de junho de 1956.

EXTRANUMERÁRIOS

Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e servidores públicos civis e militares com assistência social dos funcionários e seus proventos de aposentadoria ou reforma.

Lei n. 2.752 — de 10 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.*

Decreto n. 38.965 — de 3 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre o pessoal pago por conta de dotações globais e dá outras providências.*

Decreto n. 39.017 — de 11 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas aos servidores do Serviço Público Federal pela participação nas jornadas de protestos de março de 1953 e dezembro de 1954.*

Decreto n. 39.177 — de 15 de maio de 1956.

EXTRANUMERARIOS

— *Exclui da aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, o Conselho do Desenvolvimento e a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.*

Decreto n. 39.202 — de 18 de maio de 1956.

F**F. S. HAMPSHIRE & CO. LIMITED**

Concede à sociedade anônima F. S. Hampshire & Co. Limited autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.036 — de 18 de abril de 1956.

FABRICA DE BEBIDAS "TRIA-NON" LIMITADA

Concede à Fábrica de Bebidas Trianon Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.945 — de 26 de março de 1956.

FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE VINHOS

Dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos, seus derivados e bebidas em geral, e dá outras providências.

Lei n. 2.795 — de 12 de junho de 1956.

FACULDADES

Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subvenciona a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal; e dá outras providências.

Lei n. 2.721 — de 30 de janeiro de 1956.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n. 2.787 — de 25 de maio de 1956.

FACULDADES

— *Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00.*

Lei n. 2.792 — de 28 de maio de 1956.

— *Concede reconhecimento ao Curso de Didática da Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe.*

Decreto n. 39.039 — de 18 de abril de 1956.

— *Altera denominação de Faculdade.*

Decreto n. 39.330 — de 8 de junho de 1956.

— *Concede reconhecimento aos cursos de física, química e letras clássicas da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.*

Decreto n. 39.408 — de 14 de junho de 1956.

— *Cria a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Faculdade de Medicina do Ceará, da Universidade do Ceará.*

Decreto n. 39.450 — de 26 de junho de 1956.

— Ver, também:

Cursos, Escolas e Universidades.

FEBRE AFTOSA

Torna compulsória a inoculação do gado a ser abatido nos matadouros, frigoríficos e charqueadas, para efeito de preparo de vacina contra a "febre aftosa".

Decreto n. 39.118 — de 2 de maio de 1956.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro José Monteiro de Rezende a pesquisar mica, feldspato, caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.981 — de 4 de abril de 1956.

FELDSPATO

— *Autoriza Suprargila Ltda., a pesquisar bauxita, feldspato e associados no município de São Sebastião, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.041 — de 18 de abril de 1956.

— *Autoriza a Empresa de Caulim Ltda., pesquisar feldspato e associados no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 39.232 — de 23 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Bem Sobrinho a pesquisar feldspato e associados no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 39.385 — de 13 de junho de 1956.

FERRO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mourão Guimarães a pesquisar minério de ferro e associados no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.976 — de 4 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Thibau a lavar minérios de ferro no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.121 — de 2 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pacifico Homem a lavar minério de ferro no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.162 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia Mineração Serra da Moeda a lavar minério de ferro e associados nos municípios de Congonhas do Campo, Belo Vale e Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.372 — de 13 de junho de 1956.

FERRO

— *Renova o Decreto n.º 35.223, de 18 de março de 1954.*

Decreto n. 39.382 — de 13 de junho de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 35.236, de 19 de março de 1954.*

Decreto n. 39.383 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Júnior a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.386 — de 13 de junho de 1956.

FIAÇÃO BRASILEIRA DE RAION S. A. - FIBRA

Autoriza a Fiação Brasileira de Raion S. A. - Fibra, com sede em Americana, no Estado de São Paulo, a funcionar nos domingos e feriados.

Decreto n. 38.607 — de 18 de janeiro de 1956.

FINANCIAMENTOS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, colhidos no ano de 1956.

Decreto n. 38.992 — de 10 de abril de 1956.

FIREMEN'S INSURANCE COMPANY OF NEWARK

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Firemen's Insurance Company of Newark.

Decreto n. 39.211 — de 22 de maio de 1956.

FLUORITA

Autoriza Mineração Industrial e Mercantil Ltda. a pesquisar fluorita, galena e associados no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.044 — de 18 de abril de 1956.

FORÇAS ARMADAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.390,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— *Altera o art. 1.º, do Decreto número 35.509, de 17 de maio de 1954.*

Decreto n. 38.987 — de 10 de abril de 1956.

— *Altera artigo do Regulamento baixado e mandado executar pelo Decreto n.º 35.187, de 11 de março de 1954.*

Decreto n. 39.023 — de 12 de abril de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Medalha Militar.*

Decreto n. 39.207 — de 22 de maio de 1956.

— *Estabelece normas a serem observadas pelas Juntas Militares de Saúde das Forças Armadas, quanto à conceituação de cardiopatia grave, para fins da letra d do art. 30 da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954.*

Decreto n. 39.333 — de 8 de junho de 1956.

— *Veda a transferência de alunos de uma para outra Escola de Formação de Oficiais das Forças Armadas; revoga as alíneas d, do § 1.º, e c, do § 2.º, do art. 4.º do Decreto n.º 37.638, de 3 de agosto de 1955.*

Decreto n. 39.414 — de 19 de junho de 1956.

— **Ver, também:**

Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFATO

Dispõe sobre as medidas necessárias do escoamento regular da produção das jazidas de fosfato de Olinda.

Decreto n. 39.289 — de 1 de junho de 1956.

FRIGORÍFICOS

Torna compulsória a inoculação do gado a ser abatido nos matadouros, frigoríficos e charqueadas, para efeito de preparo de vacina contra a "febre aftosa".

Decreto n. 39.116 — de 2 de maio de 1956.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

Lei n. 2.749 — de 2 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.*

Lei n. 2.752 — de 10 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre a constituição da Comissão de que trata o art. 15 do Decreto n.º 35.956, de 2 de agosto de 1954, e a gratificação a que fazem jus os seus membros.*

Decreto n. 38.965 — de 3 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre o pessoal pago por conta de dotações globais e das outras providências.*

Decreto n. 39.017 — de 11 de abril de 1956.

— *Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n.º 28.959, de 11 de dezembro de 1950, e modificados pelo Decreto n.º 34.784, de 15 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 39.067 — de 23 de abril de 1956.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

— *Reajusta as Tabelas de Gratificação de Representação e de Suplemento de Representação a que se refere o Decreto-lei n.º 9.202, de 26 de abril de 1946.*

Decreto n. 39.068 — de 23 de abril de 1956.

— *Reajusta a gratificação de representação por serviço no exterior concedida aos Cônsules Privativos padrão "M", e aos Auxiliares de Consulado, Padrão "N".*

Decreto n. 39.369 — de 23 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas aos servidores do Serviço Público Federal pela participação nas jornadas de protestos de março de 1953 e dezembro de 1954.*

Decreto n. 39.177 — de 15 de maio de 1956.

— *Exclui da aplicação do Decreto n.º 39.017, de 11 de abril de 1956, o Conselho do Desenvolvimento e a Comissão Consultiva de Armazéns e Silos.*

Decreto n. 39.202 — de 18 de maio de 1956.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

— *Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n.º 36.983, de 1.º de março de 1955.*

Decreto n. 39.964 — de 3 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre funções consideradas de caráter ou interesse militar e dá outras providências.*

Decreto n. 39.263 — de 29 de maio de 1956.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

— *Dispõe sobre a construção de casas para os trabalhadores nordestinos.*

Decreto n. 39.294 — de 1 de junho de 1956.

FUNDO NACIONAL DE PAVIMENTAÇÃO

Regulamenta a Lei n.º 2.698, de 27 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.963 — de 3 de abril de 1956.

FUNDO NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

Altera disposições do Decreto número 37.494, de 14 de junho de 1955, que regulamenta a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio.

Decreto n. 39.080 — de 30 de abril de 1956.

G

GALENA

Autoriza Mineração Industrial e Mercantil Ltda. a pesquisar fluorita, galena e associados no município de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.044 — de 18 de abril de 1956.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Assegura prioridade aos navios cujo carregamento seja em mais de dois terços constituído de gêneros alimentícios.

Decreto n. 39.352 — de 12 de junho de 1956.

GRANADA

Autoriza A. P. Green do Brasil S. A. Comercial, Industrial e Técnica, a pesquisar cianita, granada, argila refratária e associados, no município de Bom Jardim de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.049 — de 13 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Fleury de Oliveira a pesquisar xisto, granada e bauxita no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.122 — de 2 de maio de 1956.

GRUPO EXECUTIVO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo Executivo para aplicação dessas normas.

Decreto n. 39.412 — de 16 de junho de 1956.

GUANO FOSFÁTICO

Autoriza o cidadão brasileiro Athanázio Hernandez a pesquisar guano fosfático no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.233 — de 23 de maio de 1956.

I**ILMENITA**

Autoriza o cidadão brasileiro Jacob Klabin Lafer a pesquisar ilmenita no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.443 — de 28 de dezembro de 1955.

— Autoriza a Cia. Química Industrial - CIL, a pesquisar ilmenita e associados, no município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.165 — de 14 de maio de 1956.

IMPORTAÇÃO

Suprime a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visem a liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira, e dá outras providências.

Lei n. 2.770 — de 4 de maio de 1956.

— Proíbe a importação de reprodutores zebuínos, bubalinos e outros animais domésticos em todo o território nacional.

Decreto n. 33.983 — de 6 de abril de 1956.

— Altera o Decreto n.º 34.893, de 5 de janeiro de 1954.

Decreto n. 39.436 — de 29 de junho de 1956.

INDENIZAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário, que poderá ser utilizado até o limite de Cr\$ 70.000.000,00, para auxílio e indenização de prejuízos ocasionados por fatores naturais em municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.763 — de 2 de maio de 1956.

INDÚSTRIA ANIMAL

Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento de indústria animal na Bahia e no Nordeste de Minas Gerais.

Decreto n. 39.297 — de 1 de junho de 1956.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo Executivo para aplicação dessas normas.

Decreto n. 39.412 — de 16 de junho de 1956.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.

Concede permissão, para que funcionem aos domingos e nos feriados civis e religiosos, as seções de fabricação de penicilina da Indústria Brasileira de Produtos Químicos Ltda.

Decreto n. 38.104 — de 18 de outubro de 1955.

INDÚSTRIA DE FERMENTO ESTRÉLA BRANCA LTDA.

Autoriza a Indústria de Fermento Estrela Branca Ltda., com sede em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, a funcionar aos domingos e feriados.

Decreto n. 38.770 — de 24 de fevereiro de 1956.

INTERCÂMBIO COMERCIAL COM O EXTERIOR

Prorroga, até 31 de dezembro de 1956 o regime de licença para o intercâmbio comercial com o exterior.

Lei n. 2.807 — de 28 de junho de 1956.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Repoga o parágrafo único do artigo 9.º da Lei n. 1.522, de 26 de dezembro de 1951 (Autoriza o Governo Federal a intervir no domínio económico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo).

Lei n. 2.753 — de 13 de abril de 1956.

INSPEÇÃO INDUSTRIAL E SANITÁRIA DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Altera o Decreto n.º 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto n. 39.093 — de 30 de abril de 1956.

ISENÇÕES

Concede isenção de selo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Lei n. 2.756 — de 17 de abril de 1956.

INSTITUIÇÕES PARAESTATAIS

Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas aos servidores do Serviço Público Federal pela participação nas jornadas de protestos de março de 1953 e dezembro de 1954.

Decreto n. 39.177 — de 15 de maio de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.

Lei n. 2.752 — de 10 de abril de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— Dispõe sobre a contribuição de segurados aos Institutos de Previdência.

Lei n. 2.755 — de 16 de abril de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS

Aprova o Quadro e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários e dá outras providências.

Decreto n. 39.306 — de 2 de junho de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIARIOS

Aprova os Quadros de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e do Departamento de Assistência Médica do mesmo Instituto, e dá outras providências.

Decreto n. 39.427 — de 19 de junho de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS EMPREGADOS EM TRANSPORTES E CARGAS

Aprova o Quadro e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas.

Decreto n. 39.426 — de 19 de junho de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Aprova os Quadros e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e dá outras providências.

Decreto n. 39.324 — de 7 de junho de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS

Aprova os Quadros e Tabelas de Pessoal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, e dá outras providências.

Decreto n. 39.355 — de 13 de junho de 1956.

INSTITUTO DE BELAS ARTES DO RIO GRANDE DO SUL

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 315.156,00 para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços, no exercício de 1951, ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.790 — de 23 de maio de 1956.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Aprova os Quadros e Tabelas de Pessoal do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, e dá outras providências.

Decreto n. 39.144 — de 12 de maio de 1956.

— *Dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores admitidos precariamente pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.*

Decreto n. 39.200 — de 16 de maio de 1956.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL

Aprova o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica de Extranumerários-mensalistas do Instituto do Açúcar e do Alcool, e dá outras providências.

Decreto n. 39.141, — de 12 de maio de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DE IMI- GRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Aprova o Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.

Decreto n. 39.142 — de 12 de maio de 1956.

— *Regulamenta o art. 7.º da Lei n.º 2.163, de 5 de janeiro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.364 — de 13 de junho de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

Aprova a Tabela Numérica de Pessoal do Instituto Nacional do Mate e dá outras providências.

Decreto n. 39.249 — de 23 de maio de 1956.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE FLORIANÓPOLIS

Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a registrar os diplomas expedidos pelo extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

Lei n. 2.797 — de 15 de junho de 1956.

IRMAOS RODRIGUES LTDA.

Concede à firma comercial Irmãos Rodrigues Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 38.955 — de 27 de março de 1956.

J

JORNALISTAS

Concede anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgado por Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa.

Decreto Legislativo n. 16, de 1956.

JUSTIÇA DO TRABALHO

Ver:

Poder Judiciário.

JUSTIÇA ELEITORAL

Ver:

Poder Judiciário.

L

LAVRA

Ver:

O nome do elemento lavrado.

LEGADOS

Aceita o legado feito à União de um imóvel em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, para a instalação da "Casa de Cláudio de Souza".

Decreto n. 39.446 — de 21 de junho de 1956.

LEGIAO DA BOA VONTADE

Declara de utilidade pública a Legião da Boa Vontade, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.424 — de 19 de junho de 1956.

LEI DE IMPRENSA

Concede anistia aos jornalistas condenados como incurso no Decreto-lei n.º 431, de 18 de maio de 1938, por crime praticado no exercício de sua atividade profissional e julgado pelo Tribunal diverso do regulado pela Lei de Imprensa.

Decreto Legislativo n. 16, de 1956.

LEI ORGANICA DO DISTRITO FEDERAL

Modifica o art. 41 da Lei n.º 217, de 15 de janeiro de 1948 (Lei Orgânica do Distrito Federal).

Lei n. 2.777 — de 10 de maio de 1956.

LIBERAÇÃO DE MERCADORIA IMPORTADA

Suprime a concessão de medidas liminares nas ações e procedimentos judiciais de qualquer natureza que visem a liberação de bens, mercadorias ou coisas de procedência estrangeira, e dá outras providências.

Lei n. 2.770 — de 4 de maio de 1956.

LIGA DE EMANCIPAÇÃO NACIONAL

Suspende o funcionamento da "Liga de Emancipação Nacional" com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.338 — de 11 de junho de 1956.

LOTAÇÃO

Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

M

M. TAVARES & ARAÚJO LTDA.

Concede à firma comercial M. Tavares & Araújo Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.021 — de 11 de abril de 1956.

MANGANÊS

Autoriza a Sociedade Mineração Capixaba Ltda. a pesquisar minério de manganês e associados no município de Guacui, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 38.947 — de 26 de março de 1956.

— Renova o Decreto n. 34.301, de 16 de dezembro de 1953.

Decreto n. 39.123 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza a Empresa Brasileira de Crômo Ltda., a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.126 — de 2 de maio de 1956.

— Renova o Decreto n. 34.861, de 30 de dezembro de 1953.

Decreto n. 39.127 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião da Silveira Carvalho a pesquisar minério de manganês e associados no município de São Pedro de Rates, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 39.234 — de 23 de maio de 1956.

MANGANÊS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Vitorino dos Santos a pesquisar minério de manganês e associados no município de Jaboticatubas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.245 — de 22 de maio de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 35.220, de 18 de março de 1954.*

Decreto n. 39.382 — de 13 de junho de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 35.236, de 19 de março de 1954.*

Decreto n. 39.383 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacífico Homem Júnior a pesquisar minérios de ferro, de manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.386 — de 13 de junho de 1956.

MARINHA

Altera o Regulamento para os Centros de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.

Decreto n. 39.003 — de 11 de abril de 1956.

— *Altera a tabela aprovada pelo Decreto n.º 38.516, de 5 de janeiro de 1956.*

Decreto n. 39.130 — de 2 de maio de 1956.

— *Altera o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n. 39.203 — de 22 de maio de 1956.

— *Ver, também:*

Ministério da Marinha, Armada e Forças Armadas.

MÁRMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Sylvino de Godoy a pesquisar mármore e associados no município de Eldorado, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.100 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza Mármore Eldorado S. A. Mineração, Indústria e Comércio a pesquisar mármore e associados no município de Eldorado, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.173 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alcides Martins de Rezende a pesquisar caulim, calcário e mármore, no município de Mar de Espanha, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.384 — de 13 de junho de 1956.

MATADOUROS

Torna compulsória a inoculação do gado a ser abatido nos matadouros, frigoríficos e charqueadas, para efeito de preparo de vacina contra a "febre aftosa".

Decreto n. 39.118 — de 2 de maio de 1956.

MEDALHAS

Aprova o Regulamento da Medalha Militar.

Decreto n. 39.207 — de 22 de maio de 1956.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Pereira de Oliveira a lavar mica e associados, no município de Matias Barbosa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.974 — de 4 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Monteiro de Rezende a pesquisar mica, feldspato, caulim e associados no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.981 — de 4 de abril de 1956.

MICA

— Renova o Decreto n. 34.321, de 21 de outubro de 1953.

Decreto n. 38.982 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ubaldo Sales da Fraga a pesquisar mica e associados no município de São Sebastião do Maranhão, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.011 — de 11 de abril de 1956.

— Autoriza a Companhia Brasileira de Mica, Sociedade Anônima a pesquisar mica no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.014 — de 11 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Moreira Antunes a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.042 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Durval Luiz Braga a pesquisar mica e associados no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.043 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Luiz Rodrigues Campos a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.056 — de 18 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Simões Monteiro a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.098 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Leoncio Medeiros a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.699 — de 30 de abril de 1956.

MICA

— Autoriza os cidadãos brasileiros Anibal José Ferreira e Jarbas Botelho Fontes a pesquisar mica e associados no município de Goianésia, Estado de Goiás.

Decreto n. 39.110 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Mendes Lucas a pesquisar mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.112 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Teixeira de Souza a pesquisar mica e associados no município de Água Boa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.155 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Otávio Pereira de Almeida a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.231 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Gonçalves da Silva a pesquisar mica e associados (jazida de classe VI), no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.243 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza Empresa Cosmopolitana de Comércio e Mineração S. A. a pesquisar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.335 — de 11 de junho de 1956.

— Declara caduco o Decreto número 36.123, de 2 de setembro de 1954.

Decreto n. 39.370 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Marcos Antônio Monteiro de Barros a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Goianésia, Estado de Goiás.

Decreto n. 39.396 — de 13 de junho de 1956.

MICA

— Autoriza o cidadão brasileiro Serafim José de Almeida a pesquisar mica e quarzo no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.434 — de 13 de junho de 1956.

MILITARES

Considera de efetivo serviço o tempo que o militar passou ou vier a passar afastado de suas funções em consequência de exercício de cargo público temporário, eletivo ou não.

Lei n. 2.751 — de 4 de abril de 1956.

— Dispõe sobre a percepção cumulativa de aposentadoria, pensão ou quaisquer outros benefícios devidos pelas instituições de previdência e assistência social dos funcionários e servidores públicos civis e militares com os proventos de aposentadoria ou reforma.

Lei n. 2.752 — de 10 de abril de 1956.

— Estabelece normas a serem observadas pelas Juntas Militares de Saúde das Forças Armadas, quanto à conceituação de cardiopatia grave, para fins da letra d do art. 30 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Decreto n. 39.333 — de 8 de junho de 1956.

— Dá nova interpretação ao artigo 338 da Lei n.º 1.316, de 29 de janeiro de 1951.

Decreto n. 39.351 — de 12 de junho de 1956.

MINERAÇÃO ALBION LIMITADA

Conced a Mineração Albion Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 38.949 — de 26 de março de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 33.690,00 — Cr\$ 48.034.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.030,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.024.000.000,00, para atender às despesas resultantes da aplicação da Lei n.º 2.710, de 19 de janeiro de 1956, que fixou novos padrões de vencimentos para os militares.

Decreto n. 39.018 — de 11 de abril de 1956.

Desapropria cinco lotes de terrenos em Ondina, Salvador (BA).

Decreto n. 39.065 — de 20 de abril de 1956.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis que mencionam em Parnaíba (PI).

Decreto n. 39.066 — de 20 de abril de 1956.

— Retifica o Decreto n.º 38.572, de 14 de janeiro de 1956, que transferiu funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 39.071 — de 24 de abril de 1956.

— Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n. 39.072 — de 24 de abril de 1956.

— Altera o Regulamento do Serviço de Intendência da Aeronáutica (R. S. I. Aer.).

Decreto n. 39.073 — de 24 de abril de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Retifica relações anexas ao Decreto n.º 37.908, de 16 de setembro de 1955, que altera Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n. 39.078 — de 28 de abril de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 39.146 — de 14 de maio de 1956.

— *Extingue a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Ventos e Vantagens dos Militares e da outras providências.*

Decreto n. 39.199 — de 16 de maio de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Base Aérea de Santa Cruz para a da Diretoria do Ensino da Aeronáutica.*

Decreto n. 39.264 — de 29 de maio de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 39.308 — de 4 de junho de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Diretoria de Intendência da Aeronáutica (R. D. I. Aer.).*

Decreto n. 39.312 — de 4 de junho de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista, do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n. 39.336 — de 1 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Escola de Aeronáutica para o Serviço Geral de Expediente e Arquivo.*

Decreto n. 39.448 — de 26 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de ..
 Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 —
 Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 —
 Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 —
 Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 —
 Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira, em Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.*

Lei n. 2.773 — de 8 de maio de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00 para atender no exercício de 1955, ao que dispõe o art. 3.º da Lei n.º 2.470, de 28 de abril de 1955.*

Lei n. 2.791 — de 28 de maio de 1956.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n. 39.058 — de 18 de abril de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Dispõe sobre aproveitamento do pessoal do Conselho Nacional do Petróleo pertencente às suas diferentes tabelas de mensalistas.

Decreto n. 39.064 — de 19 de abril de 1956.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista, do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 39.075 — de 24 de abril de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 47.325,00, para pagamento de diferenças de gratificação de magistério ao Professor Catedrático, padrão "O", João Cândido Ferreira Filho.

Decreto n. 39.189 — de 15 de maio de 1956.

— Altera o Decreto n.º 36.693 de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n. 29.223 — de 23 de maio de 1956.

— Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras para a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 39.409 — de 14 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00, destinado ao custeio de despesas com o comparecimento do Brasil à XV Olimpíadas em Helsinqui.

Lei n. 2.754 — de 16 de abril de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para instalação em sede própria da Escola de Belas Artes de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.765 — de 2 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de, respectivamente, Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as comemorações dos centenários da fundação de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Pinheiros, no Estado do Maranhão.

Lei n. 2.789 — de 28 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 315.156,00 para pagamento a diversas firmas e pessoas que forneceram material ou prestaram serviços, no exercício de 1951, ao Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.790 — de 28 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, destinado a auxiliar a Academia Brasileira de Ciências, do Distrito Federal, na aquisição ou construção do imóvel para sua sede própria.

Lei n. 2.793 — de 1 de junho de 1956.

— Abre ao Ministério de Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.185.960,00 para atender às despesas com a organização e funcionamento da Universidade do Ceará.

Decreto n. 39.006 — de 11 de abril de 1956.

— Dá nova redação aos arts. 1.º, 2.º e 4.º do Decreto n.º 37.106, de 31 de março de 1955.

Decreto n. 39.007 — de 11 de abril de 1956.

— Altera a lotação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n. 39.033 — de 18 de abril de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 18.000,00, para atender as despesas com o pagamento de gratificação de magistério ao Professor Clóvis do Rêgo Monteiro.

Decreto n. 39.180 — de 15 de maio de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.671,70, para ocorrer ao pagamento de vencimentos devidos ao ex-enfermeiro Odyssea Brito Mangueira.

Decreto n. 39.181 — de 15 de maio de 1956.

— Altera a lotação do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n. 39.329 — de 8 de junho de 1956.

— Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 39.407 — de 14 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Approva o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Fazenda e a Associação Comercial de Niterói.

Decreto Legislativo n. 13, de 1956.

— Mantém a decisão do Tribunal de Contas, denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Delegacia do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda e o Engenheiro Civil Erastótenes Fraga Lima.

Decreto Legislativo n. 21, de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para atender às despesas com a realização do 2.º Congresso Eucarístico de Niterói.

Lei n. 2.766 — de 2 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário, que poderá ser utilizado até o limite de Cr\$ 70.000.000,00, para auxílio e indenização de prejuízos ocasionados por fatores naturais em municípios dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Lei n. 2.768 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 33.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.680.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.473.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 18.000.000,00, autorizado na Lei nº 2.660, de 2 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.989 — de 10 de abril de 1956.

— Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 250.000.000,00 autorizado na Lei n.º 2.678, de 8 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.990 — de 10 de abril de 1956.

— Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público para idêntica Tabela do Ministério da Fazenda.

Decreto n. 39.074 — de 24 de abril de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Retifica o Decreto n.º 37.347, de 17 de maio de 1955, que dispôs sobre a execução da Lei n.º 711, de 25 de maio de 1949.*

Decreto n. 39.086 — de 30 de abril de 1956.

— *Aprova o Regimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.*

Decreto n. 39.087 — de 30 de abril de 1956.

— *Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n. 39.147 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.250 — de 23 de maio de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 885.000,00, para atender às despesas que especifica.*

Decreto n. 39.348 — de 12 de junho de 1956.

— *Dispõe sobre as funções de Auxiliar de Coletoria, da Tabela Única de Extranumerários-mensalistas do Ministério da Fazenda.*

Decreto n. 39.451 — de 27 de junho de 1956.

— *Retifica a relação nominal a que se refere o parágrafo único do art. 1.º do Decreto n.º 27.654, de 29 de dezembro de 1949.*

Decreto n. 39.452 — de 27 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— *Passam à subordinação da Diretoria de Engenharia o 1.º Grupamento de Engenharia e a Comissão Construtora do Nordeste.*

Decreto n. 39.030 — de 17 de abril de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, em Belém, Estado do Pará.*

Decreto n. 39.131 — de 4 de maio de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, na cidade de São Paulo.*

Decreto n. 39.132 — de 4 de maio de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 2.965.365.320,00 para ocorrer à despesa que especifica.*

Decreto n. 39.133 — de 4 de maio de 1956.

— *Desdobra, sem aumento de despesa, a Série Funcional de Servente da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Escola Técnica do Exército, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 39.193 — de 15 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista da Diretoria de Motomecanização e do Hospital de Guarnição da Vila Militar, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.194 — de 15 de maio de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista do Hospital Central do Exército e da Diretoria Geral de Saúde, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.195 — de 15 de maio de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista da Diretoria de Obras e Fortificações do Exército, da Diretoria de Comunicações e dos Estabelecimentos de Subsistência das 7.^a e 4.^a Regiões Militares, bem como as Tabelas Numéricas Ordinárias de Extranumerário Mensalista da Fábrica da Estrêla e da Fábrica de Curitiba.

Decreto n. 39.196 — de 15 de maio de 1956.

— Exclui das Tabelas constantes dos arts. 5.^o dos Decretos ns. 37.559, de 1 de julho de 1955, e 38.017, de 6 de outubro de 1955, as junções que menciona.

Decreto n. 39.197 — de 15 de maio de 1956.

— Dispõe sobre a reabitação do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.198 — de 15 de maio de 1956.

— Extingue a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e dá outras providências.

Decreto n. 39.199 — de 16 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 3.277.882,80, para ocorrer a despesa que especifica.

Decreto n. 39.201 — de 17 de maio de 1956.

— Retifica o Decreto n.^o 34.607, de 16 de novembro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista da Fábrica de Juiz de Fora do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.251 — de 23 de maio de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista da Rede Elétrica Piquete-Itajubá e da Fábrica do Realengo, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.252 — de 23 de maio de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário Mensalista da Fábrica do Realengo e da Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.253 — de 23 de maio de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista da Fábrica Presidente Vargas, do Estabelecimento de Finanças e do Quartel General, ambas da Segunda Região Militar do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.254 — de 23 de maio de 1956.

— Aprova a Tabela de Pessoal da Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, e dá outras providências.

Decreto n. 39.303 — de 2 de junho de 1956.

— Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Hospital de Guarnição de Livramento, do Ministério da Guerra.

Decreto n. 39.304 — de 2 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Estabelecimento de Material de Intendência da Terceira Região Militar, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 39.316 — de 4 de junho de 1956.

— *Retifica o Decreto n.º 34.336, de 23 de outubro de 1953, que dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Diretoria Geral de Saúde do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 39.423 — de 19 de junho de 1956.

— *Dispõe sobre as Tabelas Numéricas Especiais de Mensalistas do Ministério da Guerra, que menciona.*

Decreto n. 39.429 — de 19 de junho de 1956.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Fábrica Presidente Vargas, do Ministério da Guerra.*

Decreto n. 39.430 — de 19 de junho de 1956.

— *Torna insubsistente o Anexo XII do Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária.*

Decreto n. 39.431 — de 19 de junho de 1956.

— *Suprime o § 2.º do art. 75 e o art. 76 e seus parágrafos do Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

Decreto n. 39.432 — de 19 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Retifica e altera o Decreto número 38.879, de 27 de janeiro de 1956.*

Decreto n. 38.966 — de 3 de abril de 1956.

— *Extingue cargos excedentes e suprime cargos extintos, dos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*

Decreto n. 38.985 — de 9 de abril de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Aprova o novo Regimento do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n. 39.134 — de 5 de maio de 1956.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n. 39.314 — de 4 de junho de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 155.520,00, para atender à despesa decorrente da Lei número 2.732, de 17 de fevereiro de 1956.*

Decreto n. 39.315 — de 4 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Extingue a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro, cria uma Escola de Marinha Mercante no Ministério da Marinha, e dá outras providências.*

Lei n. 2.801 — de 18 de junho de 1956.

— *Altera o Regulamento para a Escola Naval.*

Decreto n. 38.984 — de 9 de abril de 1956.

— *Dispõe sobre aproveitamento do pessoal do Conselho Nacional do Petróleo pertencente às suas diferentes tabelas de mensalistas.*

Decreto n. 39.064 — de 19 de abril de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de um bilhão, trinta e seis milhões, novecentos e setenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros (Cr\$ 1.036.978.444,00) para o fim que especifica.*

Decreto n. 39.175 — de 15 de maio de 1956.

— *Extingue a Comissão Interministerial de Estudo e Aplicação das Leis Especiais e a Comissão Interministerial Interpretativa do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares e dá outras providências.*

Decreto n. 39.199 — de 16 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— Dispõe sobre a inclusão, no Quadro Permanente do Ministério da Marinha, de servidores beneficiados pela Lei n.º 1.274, de 13 de dezembro de 1950.

Decreto n. 39.205 — de 22 de maio de 1956.

— Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 263.710.426,40, autorizado pela Lei n.º 2.475-A, de 4 de maio de 1955.

Decreto n. 39.222 — de 23 de maio de 1956.

— Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Comando do Terceiro Distrito Naval do Ministério da Marinha.

Decreto n. 39.262 — de 10 de maio de 1956.

— Ver, também:

Marinha e Armada.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 382.000,00 para atender às despesas com a representação do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados.

Lei n. 2.785 — de 16 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— Revigora pelo prazo de mais dois exercícios o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00, autorizado pela Lei n. 2.069, de 9 de novembro de 1953, para ocorrer a despesas com a encomenda de dois painéis a serem doados pelo governo brasileiro à sede permanente da Organização das Nações Unidas.

Lei n. 2.799 — de 15 de junho de 1956.

— Cria o Consulado honorário do Brasil em Morehead, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América.

Decreto n. 39.024 — de 12 de abril de 1956.

— Eleva à categoria de Embaixada a Missão diplomática do Brasil na Suécia.

Decreto n. 39.027 — de 14 de abril de 1956.

— Suprime o Consulado honorário do Brasil em Tegucigalpa, Honduras.

Decreto n. 39.032 — de 17 de abril de 1956.

— Altera os valores monetários fixados pelo Decreto n. 28.959, de 11 de dezembro de 1950, e modificados pelo Decreto n.º 34.784, de 15 de dezembro de 1953.

Decreto n. 39.067 — de 23 de abril de 1956.

— Reajusta as Tabelas de Gratificação de Representação e de Suplemento da Representação a que se refere o Decreto-lei n. 9.202, de 26 de abril de 1946.

Decreto n. 39.068 — de 23 de abril de 1956.

— Reajusta a gratificação de representação por serviço no exterior concedida aos Cônsules Privativos padrão "M", e aos Auxiliares de Consulado, Padrão "N".

Decreto n. 39.069 — de 23 de abril de 1956.

— Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 73.094.223,20, para o fim que especifica.

Decreto n. 39.176 — de 15 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgias para realização do X Congresso Internamericano de Cirurgia.

Lei n. 2.762 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,90 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para atender a despesas decorrentes da execução da Lei n.º 1.944, de 14 de agosto de 1953.

Lei n. 2.772 — de 8 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para pagamento de auxílio ao Capítulo Brasileiro do Colégio Internacional de Cirurgiões, em São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

Lei n. 2.774 — de 10 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 1.500.000,00 e Cr\$ 1.300.000,00, para auxiliar o custeio das despesas com a realização do II Congresso Internacional de Alergia, do VI Congresso Brasileiro de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e do I Congresso Brasileiro de Saúde Mental.

Lei n. 2.788 — de 25 de maio de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Altera a lotação do Ministério da Saúde.

Decreto n. 39.139 — de 10 de maio de 1956.

— Abre, ao Ministério da Saúde, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00, suplementar de Cr\$ 1.896.300,00, destinados a atender às despesas de instalação e custeio do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Decreto n. 39.313 — de 4 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, sendo Cr\$ 20.000.000,00 para execução das obras de defesa da cidade de Olinda, no Estado de Pernambuco, e Cr\$ 10.000.000,00 para as das praias de Tambau e Formosa, em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

Lei n. 2.760 — de 26 de abril de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, Estado Maior das Forças Armadas, Comissão do Vale do São Francisco, Ministério da Aeronáutica, Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Ministério da Guerra, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde e Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 554.951,70 — Cr\$ 17.462,70 — Cr\$ 1.235.960,20 — Cr\$ 98.000.000,00 — Cr\$ 30.090,00 — Cr\$ 48.004.933,9 — Cr\$ 389.404,20 — Cr\$ 4.660.000,40 — Cr\$ 1.800.000,00 e Cr\$ 1.230.478.216,60.

Lei n. 2.769 — de 2 de maio de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ilheus, no Estado da Bahia, e Iconha, no Estado do Espírito Santo, no amparo às vítimas do ciclone e da tromba d'água ocorridos naquelas cidades.

Lei n. 2.796 — de 12 de junho de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 52.707,50, para regularizar o pagamento de gratificação a servidores do Departamento de Administração do mesmo Ministério. (Publicado no "D. O." Seção I, de 21 de dezembro de 1955).

Decreto n. 38.336 — de 20 de dezembro de 1955.

— Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 303.000,00 para atender às despesas com a concessão de gratificação especial ao pessoal da Comissão Técnica de Rádio.

Decreto n. 38.995 — de 10 de abril de 1955.

— Abre, ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 482.600.000,00 autorizado pela Lei n.º 2.692, de 25 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.996 — de 10 de abril de 1955.

— Dispõe sobre as Tabelas do Quadro II — Estrada de Ferro Central do Brasil — do Ministério da Viação e Obras Públicas, restabelecido por força da Lei n.º 1.163, de 22 de julho de 1950, e dá outras providências.

Decreto n. 39.000 — de 10 de abril de 1955.

— Retifica o Decreto n.º 38.847, de 13 de março de 1956.

Decreto n. 39.035 — de 18 de abril de 1955.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 428.500.000,00, para o fim que mencionou.

Decreto n. 39.089 — de 30 de abril de 1955.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Aprova o Regulamento do Ministério Público da Justiça do Distrito Federal.

Decreto n. 39.135 — de 5 de maio de 1956.

MUSEUS

Aceita o legado feito à União de um imóvel em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, para a instalação da "Casa de Cláudio de Souza".

Decreto n. 39.446 — de 21 de junho de 1956.

N

NAVEGAÇÃO VANDENBRANTE LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Vandenbrante Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.090 — de 30 de abril de 1956.

NÚCLEOS COLONIAIS

Dispõe sobre medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial no vale do Rio Parnaíba, Estado do Piauí.

Decreto n. 39.234 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial no Vale do Rio Mearim.

Decreto n. 39.282 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.285 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias à instalação de um núcleo colonial destinado ao abastecimento de Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 39.290 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre a instalação de 200 famílias na Colônia Pindorama, Estado de Alagoas.

Decreto n. 39.291 — de 1 de junho de 1956.

NÚCLEOS COLONIAIS

— Dispõe sobre a instalação de 350 famílias nos núcleos coloniais localizados no Estado da Bahia.

Decreto n. 39.293 — de 1 de junho de 1956.

— Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da experiência de colonização de Petrolândia, Estado de Pernambuco.

Decreto n. 39.300 — de 1 de junho de 1956.

O**OBRAS CONTRA AS SÊCAS**

Ver:

Departamento de Obras Contra as Secas.

OCEÂNICA - COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Oceânica - Companhia Brasileira de Seguros.

Decreto n. 39.150 — de 14 de maio de 1956.

OCRE

Renova o Decreto n.º 35.236, de 19 de março de 1954.

Decreto n. 39.383 — de 13 de junho de 1956.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Revigora pelo prazo de mais dois exercícios o crédito especial de Cr\$ 2.800.000,00, autorizado pela Lei n.º 2.069, de 9 de novembro de 1953, para ocorrer a despesas com a encomenda de dois painéis a serem doados pelo governo brasileiro à sede permanente da Organização das Nações Unidas.

Lei n. 2.799 — de 15 de junho de 1956.

— Aprova o Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Decreto n. 39.443 — de 20 de junho de 1956.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Torna público o depósito do Instrumento de Ratificação, por parte do Governo da Argentina, da Carta da Organização dos Estados Americanos.

Decreto n. 39.442 — de 20 de junho de 1956.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro Tanus Jorge Bastani a pesquisar minério de ouro e associados no município de Guaraciaba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.972 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Reis a pesquisar diamantes e ouro, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.973 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Manoel de Oliveira Negreiros a pesquisar minério de ouro e associados no município de Maués, Estado do Amazonas.

Decreto n. 39.107 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza Dragagem Fluvial Limitada, a pesquisar diamante, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.166 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Manoel de Oliveira Negreiros a pesquisar minério de ouro e associados no município de Maués, Estado do Amazonas.

Decreto n. 39.226 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Manoel de Oliveira Negreiros a pesquisar minério de ouro e associados no município de Maués, Estado do Amazonas.

Decreto n. 39.248 — de 23 de maio de 1956.

OURO

— *Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a pesquisar cassiterita, minério de ouro e associados no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.375 — de 13 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Belo Nascimento a lavar minério de ouro no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.394 — de 13 de junho de 1956.

ÓXIDO DE FERRO

Declara insubsistente o Decreto número 38.186, de 3 de novembro de 1955.

Decreto n. 39.111 — de 30 de abril de 1956.

P

PARAMOUNT FILMS (S. A.) INCORP.

Concede à Paramount Films (S.A.), Inc., autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 30.342 — de 11 de junho de 1956.

PARKE DAVIS INTER-AMERICAN CORPORATION

Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima Parke Davis Inter-American Corporation autorização para funcionar na República.

Decreto n. 39.022 — de 11 de abril de 1956.

"PEXBEX" MINÉRIOS LIMITADA

Concede à "Pexbex" Minérios, Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 39.456 — de 27 de junho de 1956.

PECUÁRIA

Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da criação de gado e da indústria leiteira nas regiões que menciona, nos Estados da Paraíba e de Alagoas.

Decreto n. 39.295 — de 1 de junho de 1956.

PECUARISTAS

— *Dispõe sobre normas processuais para o reajuste de dívidas dos pecuaristas.*

Lei n. 2.804 — de 25 de junho de 1956.

PESQUISA

Ver:

O nome do elemento pesquisado.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores admitidos precariamente pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto n. 39.200 — de 16 de maio de 1956.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Figueiredo Torres a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Aguas Formosas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.944 — de 26 de março de 1956.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Joseph Soulayman Issa a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 38.932 — de 26 de março de 1956.

— *Autoriza a firma individual P. L. de Boer a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 39.191 — de 15 de maio de 1956.

— *Autoriza a firma Herba & Cia. Ltda. a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 39.327 — de 7 de junho de 1956.

PENSÕES

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Auta Gomes Monteiro Machado, Maria Helena Gomes Machado e Célia Gomes Machado, viúva e filhas de José Monteiro Machado, ex-funcionário do Ministério da Agricultura.

Lei n. 2.778 — de 14 de maio de 1956.

PETRÓLEO

Regulamenta a Lei n.º 2.698, de 27 de dezembro de 1955.

Decreto n. 38.963 — de 3 de abril de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

Cria, na Segunda Região da Justiça do Trabalho, uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, e com jurisdição no município de São Bernardo do Campo.

Lei n. 2.763 — de 2 de maio de 1956.

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e dá outras providências.

Lei n. 2.775 — de 10 de maio de 1956.

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos especiais respectivamente, de Cr\$ 1.129.015,50 e Cr\$ 4.556.832,00, para completar o pagamento de despesas decorrentes da aplicação da Lei n.º 2.488, de 16 de maio de 1955, nos exercícios de 1953 e 1954, e de vencimentos do pessoal civil e funções gratificadas no exercício de 1955.

Lei n. 2.780 — de 14 de maio de 1956.

Cria cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região.

Lei n. 2.781 — de 14 de maio de 1956.

Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 350.000,00 para atender ao pagamento de diferença de vencimentos de Ministros do Tribunal Federal de Recursos, em exercício naquele Tribunal, e a seus funcionários, nos exercícios de 1952 a 1955.

Lei n. 2.784 — de 16 de maio de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 32.890,00, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço ao Dr. Hensch da Silveira, Juiz Presidente da Junta de Estado do Amazonas, no exercício de 1954.

Lei n. 2.798 — de 15 de junho de 1956.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial que especifica.

Decreto n. 39.178 — de 15 de maio de 1956.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — crédito especial para pagamento de gratificação adicional, diferença de vencimentos e diferença de gratificação adicional de membro do Tribunal Superior do Trabalho e funcionários de sua Secretaria.

Decreto n. 39.215 — de 23 de maio de 1956.

Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, o crédito especial de Cr\$ 77.973,50, para o fim que especifica.

Decreto n. 39.216 — de 23 de maio de 1956.

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 618.960,00 para o fim que especifica.

Decreto n. 39.349 — de 12 de junho de 1956.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Modifica os artigos 170, 176 e 180 do Regulamento Interno dos Serviços Gerais dos Corpos e da Escola de Recrutados da Polícia Militar do Distrito Federal, anexo ao Decreto n.º 4.249, de 13 de junho de 1939.

Decreto n. 39.208 — de 22 de maio de 1956.

PORTOS

Dispõe sobre a construção do pórtico de Itaqui, Estado do Maranhão.

Decreto n. 39.283 — de 1 de junho de 1956.

POSTOS DE MIGRAÇÃO

Dispõe sobre a instalação de Postos de Migração nos Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia.

Decreto n. 39.292 — de 1 de junho de 1956.

PREFEITURAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Ilhéus, no Estado da Bahia, e Iconha, no Estado do Espírito Santo, no amparo às vítimas do ciclone e da tromba d'água ocorridos naquelas cidades.

Lei n. 2.796 — de 12 de junho de 1956.

— Outorga à Prefeitura Municipal de São José da Laje concessão para distribuir e fazer comércio de energia elétrica na Vila de Ibateguara, município de São José da Laje, Estado de Alagoas, e dá outras providências.

Decreto n. 29.430 — de 3 de abril de 1951.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Crato a ampliar suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 38.505 — de 31 de dezembro de 1955.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Sapucaia concessão para distribuir energia elétrica às localidades Nossa Senhora Aparecida, Pião e vila de Jamapará, todas no município de Sapucaia, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 38.509 — de 31 de dezembro de 1955.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Diamantina, ou empresa que organizar, concessão para distribuir energia elétrica nos distritos de Guinda, São João da Chapada, Felisberto Caldeira e povoado de Sopa, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto n. 38.902 — de 15 de março de 1956.

PREFEITURAS

— Outorga à Prefeitura da Estância Climática de Cunha concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira do Pimenta, existente no rio Jacui, distrito da sede do município da Estância Climática de Cunha, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.060 — de 18 de abril de 1956.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Cristalândia concessão para distribuir energia elétrica no município de Cristalândia, Estado de Goiás.

Decreto n. 39.062 — de 18 de abril de 1956.

— Transfere da Prefeitura Municipal de Paracatu para a Hidrelétrica Melhoramentos de Paracatu, a concessão para produção e fornecimento de energia elétrica no município de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.114 — de 2 de maio de 1956.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Altera a redação dada ao art. 2.º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República pelo Decreto número 36.225, de 24 de setembro de 1954.

Decreto n. 38.938 — de 10 de abril de 1956.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Designa uma comissão para elaborar anteprojeto de lei relativa à reforma da atual estrutura da Previdência Social.

Decreto n. 39.206 — de 22 de maio de 1956.

— Modifica a composição da comissão a que se refere o Decreto número 39.206, de 22 de maio de 1956.

Decreto n. 39.317 — de 5 de junho de 1956.

— Modifica a composição da comissão constituída pelo Decreto número 39.206, de 22 de maio de 1956.

Decreto n. 39.445 — de 21 de junho de 1956.

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Aprova o Regimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Decreto n. 39.087 — de 30 de abril de 1956.

PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Altera o Decreto n.º 30.691, de 29 de março de 1952, que aprovou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal.

Decreto n. 39.093 — de 30 de abril de 1956.

PROMOÇÕES

Partes vetadas do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.657, de 1 de dezembro de 1955, mantidas pelo Congresso Nacional.

Lei n. 2.657 — de 1 de dezembro de 1955.

— *Reestrutura o Quadro de Oficiais Veterinários do Exército e dá outras providências.*

Lei n. 2.782 — de 14 de maio de 1956.

— *Reduz de 50% (cinquenta por cento) o interstício para promoção de Capitão a Tenente-Coronel.*

Decreto n. 39.174 — de 14 de maio de 1956.

— *Altera o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n. 39.203 — de 22 de maio de 1956.

— *Altera o Decreto n. 38.300, de 12 de dezembro de 1955, que modificou o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para permitir a promoção de Sargentos à graduação de Suboficial, por concurso.*

Decreto n. 39.204 — de 22 de maio de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Lei n.º 2.657 (Promoções dos Oficiais do Exército), de 1.º de dezembro de 1955.*

Decreto n. 39.344 — de 11 de junho de 1955.

QUADRO DO PESSOAL

Ver:

O nome do órgão a que se refere.

QUARTZITO

Declara sem efeito o Decreto número 37.484, de 14 de junho de 1955.

Decreto n. 39.368 — de 13 de junho de 1956.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Carlos de Figueiredo Torres a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Aguas Formosas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 38.944 — de 26 de março de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Crisóstomo Rosa a pesquisar quartzo no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 38.946 — de 26 de março de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 34.321, de 21 de outubro de 1953.*

Decreto n. 38.982 — de 4 de abril de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Pauline Vieira da Costa a pesquisar quartzo e associados no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 39.010 — de 11 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Silvio Dias Lopes a pesquisar argila, quartzo, água mineral e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.097 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Leoncio Medeiros a pesquisar quartzo, mica e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.099 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Belisário Cunha Melo Júnior a pesquisar quartzo e associados, no município de Ataléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.105 — de 30 de abril de 1956.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Antonio Leite de Oliveira a pesquisar quartzo e associados no município de Itaúna, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.158 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza Dragagem Fluvial Limitada, a pesquisar diamante, ouro, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.166 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza a cidadã brasileira Lucia Dantas de Assis Batista a pesquisar areia quartzosa, quartzo e associados no município de Itaporanga, Estado de Sergipe.

Decreto n. 39.227 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gumerindo Gomes Guimarães a pesquisar quartzo no município de Pitangui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.237 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Alves Pinheiro a pesquisar quartzo no município de Mantena, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.240 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião dos Anjos Silva, a pesquisar quartzo e associados no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.247 — de 23 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Ventura Coimbra Lopes a pesquisar quartzo e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.390 — de 13 de junho de 1956.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Marcos Antônio Monteiro de Barros a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Goianésia, Estado de Goiás.

Decreto n. 39.396 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Soares de Resende a pesquisar quartzo e associados, no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.399 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Serafim José de Almeida a pesquisar mica e quartzo no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.404 — de 13 de junho de 1956.

QUÍMICA INDUSTRIAL BARRA DO PIRAI S. A.

Autoriza Química Industrial Barra do Pirai S. A., estabelecida com fábrica em Barra do Pirai, no Estado do Rio de Janeiro, a funcionar nos domingos e feriados.

Decreto n. 39.019 — de 11 de abril de 1956.

R

RADIO CLUBE DE GOIANIA S. A.

Outorga concessão à Rádio Clube de Goiânia S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 39.258 — de 28 de maio de 1956.

— Outorga concessão à Rádio Clube de Goiânia S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 39.259 — de 28 de maio de 1956.

RÁDIO CLUBE DE RIBEIRÃO PRÊTO S. A.

Outorga concessão à Rádio Clube de Ribeirão Preto S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 39.128 — de 2 de maio de 1956.

RÁDIO DIFUSORAS AMPARO LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora de Amparo Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto n. 38.084 — de 12 de outubro de 1956.

RÁDIO EXCELSIOR DA BAHIA SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Excelsior da Bahia S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.560 — de 13 de janeiro de 1956.

RÁDIO IMPRENSA S. A.

Outorga concessão à Rádio Imprensa S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora em frequência modulada (FM).

Decreto n. 39.339 — de 11 de junho de 1956.

RÁDIO INDEPENDÊNCIA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Independência Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 38.074 — de 12 de outubro de 1955.

RÁDIO OLINDA - PERNAMBUCO LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Olinda — Pernambuco Ltda., para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto n. 39.256 — de 25 de maio de 1956.

RÁDIO SOCIEDADE FARROUPILHA LIMITADA

Revigora a concessão outorgada pelo Decreto n.º 38.643, de 24 de janeiro de 1956, à Rádio Sociedade Farroupilha Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas curtas.

Decreto n. 39.325 — de 7 de junho de 1956.

RÁDIO TELEVISÃO PARANÁ SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Televisão Paraná S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Decreto n. 39.326 — de 7 de junho de 1956.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Aprova a Tabela Numérica de Pessoal Mensalista da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto n. 39.449 — de 26 de junho de 1956.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à construção de uma casa para o posto telegráfico do km. 350,466, da Linha Angra dos Reis a Goiandira.

Decreto n. 38.997 — de 10 de abril de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à ampliação do pátio da Estação de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.479 — de 28 de junho de 1956.

REGULAMENTOS

Partes vetadas do projeto que se transformou na Lei n.º 2.657, de 1 de dezembro de 1955, mantidas pelo Congresso Nacional.

Lei n. 2.657 — de 1 de dezembro de 1955.

REGULAMENTOS

— Altera o Decreto n.º 38.300, de 12 de dezembro de 1955, que modificou o Regulamento para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada para permitir a promoção de Sargentos à graduação de Suboficial, por concurso.

Decreto n. 39.204 — de 22 de maio de 1956.

— Aprova o Regulamento da Medalha Militar.

Decreto n. 39.207 — de 22 de maio de 1956.

— Aprova o Regulamento da Diretoria de Intendência da Aeronáutica (R. D. I. Aer.).

Decreto n. 39.312 — de 4 de junho de 1956.

— Aprova o Regulamento do Serviço Social Rural, entidade autárquica, subordinada ao Ministério da Agricultura.

Decreto n. 39.319 — de 5 de junho de 1956.

— Aprova o Regulamento da Lei n. 2.657 (Promoções dos Oficiais do Exército), de 1.º de dezembro de 1955.

Decreto n. 39.344 — de 11 de junho de 1956.

— Aprova o Regulamento da Comissão Nacional da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Decreto n. 39.443 — de 20 de junho de 1956.

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

Dá nova redação ao § 2.º do artigo 6.º da Lei n.º 605, de 5 de janeiro de 1949, que regula o repouso semanal remunerado.

Lei n. 2.761 — de 26 de abril de 1956.

REPRODUTORES

Proíbe a importação de reprodutores zebuínos, bubalinos e outros animais domésticos em todo o território nacional.

Decreto n. 38.983 — de 6 de abril de 1956.

RUTILLO

Autoriza o cidadão brasileiro Edmundo Lins Fialho a pesquisar rutillo e associados no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto n. 38.980 — de 4 de abril de 1956.

— Autoriza Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Ltda. a pesquisar rutillo e associados no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.380 — de 13 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Soares Silva a pesquisar rutillo e associados no município de Independência, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.391 — de 13 de junho de 1956.

S

SAL

Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento da produção do sal e aperfeiçoamento de seus métodos, na área que interessa ao porto de Areia Branca.

Decreto n. 39.286 — de 1 de junho de 1956.

SALÁRIO-FAMÍLIA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para atender ao pagamento de salários-família devidos a pessoal do mesmo Tribunal.

Lei n. 2.758 — de 26 de abril de 1956.

SAMBAQUI

Autoriza o cidadão brasileiro Orlando Dittrich a pesquisar sambaquí no município de Antonina, Estado do Paraná.

Decreto n. 39.398 — de 13 de junho de 1956.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Autoriza o Poder Executivo a pagar à Santa Casa de Misericórdia de Vitória da Conquista, no Estado da Bahia, o auxílio de Cr\$ 75.000,00 que se acha inscrito em "Restos a Pagar" no exercício de 1951.

Lei n. 2.759 — de 26 de abril de 1956.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Teodorico Bezerra a pesquisar scheelita no município de Lages, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.108 — de 30 de abril de 1956.

SÊLO FEDERAL

Concede isenção de sêlo nos recibos das contribuições destinadas a quaisquer instituições de assistência social, que estejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social.

Lei n. 2.756 — de 17 de abril de 1956.

SELOS POSTAIS

Autoriza a emissão de uma série de selos postais comemorativos do cinquentenário da morte de Dom João Batista Scalabrini, fundador das Ordens dos Padres Carlistas e das Irmãs Missionárias de São Carlos.

Lei n. 2.779 — de 14 de maio de 1956.

SEMANA NACIONAL DO LIVRO

Institui a Semana Nacional do Livro.

Decreto n. 39.328 — de 8 de junho de 1956.

SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aprova o Quadro e Tabelas de Pessoal do Serviço de Alimentação da Previdência Social, e dá outras providências.

Decreto n. 39.322 — de 6 de junho de 1956.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

Restabelece a competência do Presidente da República para expedição de atos nomeando os Diretores do Serviço de Assistência a Menores.

Decreto n. 39.148 — de 14 de maio de 1956.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

— Recepção de doação.

— Ver:

Doações.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Dá norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas.

Lei n. 2.749 — de 2 de abril de 1956.

SERVIDORES PÚBLICOS

Revoga os Decretos ns. 37.340, de 17 de maio de 1955, e 37.512, de 20 de junho de 1955.

Decreto n. 39.279 — de 30 de maio de 1956.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Cria cargo e fixa vencimentos e gratificações de dirigentes do Serviço Social Rural (S. S. R.).

Decreto n. 39.318 — de 5 de junho de 1956.

— Aprova o Regulamento do Serviço Social Rural, entidade autárquica, subordinada ao Ministério da Agricultura.

Decreto n. 39.319 — de 5 de junho de 1956.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Heitor Lopes Varela a pesquisar scheelita e associados no município de Lages, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.469 — de 27 de junho de 1956.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Cooperativa de Seguros do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria, inclusive mudança de denominação para Cooperativa de Seguros do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.092 — de 30 de abril de 1956.

SINDICATOS

Modifica o art. 565 do Decreto-lei n.º 9.502, de 23 de julho de 1946 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n. 2.802 — de 18 de junho de 1956.

SINGER SEWING MACHINE COMPANY

Concede à sociedade anônima Singer Sewing Machine Company autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 38.772 — de 24 de fevereiro de 1956.

SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Dispõe sobre o pessoal pago por conta de dotações globais e dá outras providências.

Decreto n. 39.017 — de 11 de abril de 1956.

SUBVENÇÕES

Federaliza a Faculdade de Direito de Niterói e o Instituto Eletrotécnico de Itajubá; subvenciona a Faculdade de Ciências Econômicas, de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul, e a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte, em Natal; e dá outras providências.

Lei n. 2.721 — de 30 de janeiro de 1956.

— Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00

Lei n. 2.792 — de 28 de maio de 1956.

SUPRESSÃO DE CARGOS

Ver:

O nome do Ministério ou entidade a cuja lotação pertencem.

TABACO

Dá nova redação aos ns. 2 e 12 (dois e treze) do art. 1.º do Decreto n. 34.896, de 5 de janeiro de 1954.

Decreto n. 39.420 — de 19 de junho de 1956.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Gilberto Giraldi a pesquisar talco e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Decreto n. 39.104 — de 30 de abril de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Barros Filho a lavar talco e associados no município de Ribeirão Branco, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.235 — de 23 de maio de 1956.

TARIFAS ADUANEIRAS

Torna pública a adesão da Islândia à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das Tarifas Aduaneiras, ao Regulamento de Execução e à Ata de Assinatura, firmado em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo, assinado em Bruxelas a 16 de dezembro de 1949.

Decreto n. 39.026 — de 12 de abril de 1956.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 885.000,00, para atender às despesas que especifica.

Decreto n. 39.348 — de 12 de junho de 1956.

TEATRO

Regulamenta a Lei n.º 1.565, de 2 de março de 1952.

Decreto n. 39.423 — de 19 de junho de 1956.

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando de Noronha.

Lei n. 2.803 — de 21 de junho de 1956.

Regula a delegação, pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, aos Territórios Federais, dos encargos constantes do art. 5.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Decreto n. 39.033 — de 18 de abril de 1956.

Dispõe sobre a transformação, em mensulistas, de extranumerários contratados do Governo do Território Federal do Acre, e dá outras providências.

Decreto n. 39.425 — de 19 de junho de 1956.

THE WESTERN TELEGRAPH COMPANY LIMITED

Ratifica autorização concedida à The Western Telegraph Company Limited para o fim que especifica.

Decreto n. 39.413 — de 19 de junho de 1956.

TRATADOS

Aprova o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Brasil e o Líbano.

Decreto-legislativo n. 25, de 1956.

TRIBUNAL DE CONTAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas da União o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 para atender ao pagamento de salários-família devidos a pessoal do mesmo Tribunal.

Lei n. 2.758 — de 26 de abril de 1956.

TUNGSTÊNIO

Renova o Decreto n.º 32.411, de 11 de março de 1953.

Decreto n. 39.101 — de 30 de abril de 1956.

TURFA

Declara caduco o Decreto n.º 21.515, de 26 de julho de 1946.

Decreto n. 39.369 — de 13 de junho de 1956.

U**ULTRAMAR COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Ultramar Companhia Brasileira de Seguros.

Decreto n. 39.441 — de 20 de junho de 1956.

UNIÃO DOS SERVIDORES DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Suspende o funcionamento da União dos Servidores do Porto do Rio de Janeiro, com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.337 — de 11 de junho de 1956.

UNIÃO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 382.000,00 para atender às despesas com a representação do Brasil à Reunião de Fundação da União Internacional de Magistrados.

Lei n. 2.785 — de 16 de maio de 1956.

UNIVERSIDADES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.003.000,00 para atender no exercício de 1953, ao que dispõe o art. 3.º da Lei n.º 2.470, de 28 de abril de 1955.

Lei n. 2.791 — de 28 de maio de 1956.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 14.185.960,00 para atender às despesas com a organização e funcionamento da Universidade do Ceará.

Decreto n. 39.006 — de 11 de abril de 1956.

UNIVERSIDADES

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalista da Universidade do Brasil.*

Decreto n. 39.028 — de 16 de abril de 1956.

— *Altera o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Brasil.*

Decreto n. 39.029 — de 16 de abril de 1956.

— *Aprova os Quadros Extraordinários de Mensalistas, da Reitoria e das Escolas e Faculdades da Universidade de Minas Gerais, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.149 — de 14 de maio de 1956.

— *Outorga concessão à Universidade do Rio Grande do Sul para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n. 39.260 — de 28 de maio de 1956.

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalista da Universidade da Bahia, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.281 — de 30 de maio de 1956.

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Paraná e dá outras providências.*

Decreto n. 39.416 — de 19 de junho de 1956.

— *Ver, também:*

Cursos, Escolas e Faculdades.

VALE DO SÃO FRANCISCO

V

Regulamenta o art. 8.º da Lei número 2.599, de 13 de setembro de 1955.

Decreto n. 38.969 — de 4 de abril de 1956.

VALES DO PIRANHAS E APODI

Dispõe sobre as medidas necessárias ao desenvolvimento econômico dos vales secos do baixo Piranhas e Apodi. Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.287 — de 1 de junho de 1956.

VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Altera o Programa de Emergência da Valorização Econômica da Amazônia.

Decreto n. 39.001 — de 10 de abril de 1956.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.

Decreto n. 39.250 — de 23 de maio de 1956.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Concede licença ao Vice-Presidente da República para ausentar-se do País.

Decreto Legislativo n. 18, de 1956.

VINHOS

Dispõe sobre a fabricação e comércio de vinhos, seus derivados e bebidas em geral, e dá outras providências.

Lei n. 2.795 — de 12 de junho de 1956.

X

XISTO

Autoriza o cidadão brasileiro Benedito José Fleury de Oliveira a pesquisar xisto, granada e bauxita no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.122 — de 2 de maio de 1956.

XISTO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Mendes a pesquisar xisto argiloso no município de Piedade, Estado de São Paulo.

Decreto n. 38.975 — de 4 de abril de 1956.

XISTO SILICOSO CLORÍTICO

Autoriza os cidadãos brasileiros Herculano Nazara Corrêa e Giselda Gama Corrêa a pesquisar xisto silicoso clorítico, coridon e associados no município de Mairiporã, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.124 — de 2 de maio de 1956.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1956 — VOLUME V

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE JULHO A SETEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1956

página original em branco

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
2 — Emenda Constitucional — Autonomia do Distrito Federal. Publicado no D.O. de 5 de julho de 1956	3	Sergipe — e Eufrodísio Vieira Machado. Publicado no D.O. de 18 de julho de 1956	9
25 — Decreto legislativo de 1956 — Ratifica o Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e a Bélgica. Publicado no D.O. de 16 de julho de 1956	4	30 — Decreto legislativo de 1956 — Concede licença ao Presidente da República para ausentar-se do País. Publicado no D.O. de 18 de julho de 1956	10
27 — Decreto legislativo de 1956 — Concede anistia aos trabalhadores que respondem por delitos em consequência de participação em greve, aos jornalistas processados ou condenados por delitos de imprensa, aos declarados insubmissos pelas Forças Armadas a partir de 1953, e dá outras providências. Publicado no D.O. de 13 de julho de 1956	8	31 — Decreto legislativo de 1956 — Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Limitada. Publicada no D.O. de 21 de julho de 1956	10
28 — Decreto legislativo de 1956 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a Sociedade Técnica Construtora Limitada. Publicado no D.O. de 5 de julho de 1956	9	32 — Decreto legislativo de 1956 — Aprova a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954. Publicado no D.O. de 21 de agosto de 1956	11
29 — Decreto legislativo de 1956 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo do contrato celebrado entre a Comissão do Salário Mínimo — Seção de		33 — Decreto legislativo de 1956 — Aprova termo de contrato entre a União e a Prefeitura Municipal de Divina Pastora. Publicado no D.O. de 25 de agosto de 1956	28
		34 — Decreto legislativo de 1956 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Antônio Figueiredo. Publicado no D.O. de 28 de agosto de 1956	28

	Págs.		Págs.
35 — Decreto legislativo de 1956		bro de 1956. Reproduzido no	
— Aprova as Convenções con-		D.O. de 22 de setembro de	
cluídas em Genebra, sob o		1956	31
auspícios do Comité Interna-		42 — Decreto legislativo de 1956	
cional da Cruz Vermelha. Pu-		— Aprova o contrato celebra-	
blicado no D.O. de 13 de se-	28	do entre o Departamento dos	
tembro de 1956		Correios e Telégrafos e a fir-	
		ma Sociedade Nacional de	
36 — Decreto legislativo de 1956		Construções "Sonaco" Ltda.	
— Aprova o termo de acôrdo		Publicado no D.O. de 22 de	
celebrado entre o Ministério		setembro de 1956	31
da Saúde e o Hospital Muni-		43 — Decreto legislativo de 1956	
cipal Santo Antônio. Publi-		— Mantém a decisão do Tri-	
cado no D.O. de 13 de se-	29	bunal de Contas denegatória	
tembro de 1956		de registro ao contrato cele-	
		brado entre a Escola de Edu-	
37 — Decreto legislativo de 1956		cação Física do Exército e a	
— Aprova o ato do Tribunal		firma Salvador Guedes. Pu-	
de Contas denegatório de re-		blicado no D.O. de 22 de se-	
registro ao contrato celebrado		tembro de 1956	32
entre a Superintendência do		2.809 — Lei de 2 de julho de	
Plano de Valorização Econô-		1956 — Cria cargos no Qua-	
mica do Amazonas e Francis-	29	dro Permanente do Ministério	
co Rodrigues da Silva. Pu-		da Educação e Cultura para	
blicado no D.O. de 13 de se-		atender à autonomia das Fa-	
tembro de 1956		culdades de Farmácia e Odon-	
		tologia das Universidades da	
38 — Decreto legislativo de 1956		Bahia e do Rio Grande do	
— Aprova o termo do contra-		Sul, e dá outras providências.	
to celebrado entre a Comissão		Publicada no D.O. de 12 de	
Federal de Abastecimento e		julho de 1956	32
Preços e a firma Limpadora		2.810 — Lei de 2 de julho de	
Lido Limitada. Publicado no		1956 — Autoriza o Poder Exe-	
D.O. de 15 de setembro de		cutivo a abrir, pelo Ministé-	
1956. Reproduzido no D.O. de	29	rio da Educação e Cultura, o	
22 de setembro de 1956		crédito especial de Cr\$	
		1.500.000,00 concedido como	
39 — Decreto legislativo de 1956		auxílio ao Instituto Brasilei-	
— Aprova o termo de contra-		ro de História da Medicina na	
to celebrado entre o Ministé-		realização do Primeiro Con-	
rio da Agricultura e Ismael		gresso Pan-Americano de His-	
Ribeiro Machado. Publicado		tória da Medicina e Terceiro	
no D.O. de 15 de setembro		Congresso Brasileiro de His-	
de 1956. Reproduzido no D.O.		tória da Medicina. Publicada	
de 22 de setembro de 1956 . .	30	no D.O. de 6 de julho de 1956	33
		2.811 — Lei de 2 de julho de	
40 — Decreto legislativo de 1956		1956 — Dispõe sobre apostila	
— Aprova o ato do Tribunal		de diploma de técnico de con-	
de Contas denegatório de re-		tabilidade conferido aos ex-	
registro ao ajuste celebrado en-		alunos do antigo curso de	
tre o Departamento dos Cor-		contador, mediante a presta-	
reios e Telégrafos e a firma		ção de exames de suficiênci-	
A. Martins Mendes & Cia.		Publicada no D.O. de 6 de ju-	
Ltda. Publicado no D.O. de		lho de 1956	34
15 de setembro de 1956. Re-	30	2.812 — Lei de 5 de julho de	
produzido no D.O. de 22 de		1956 — Autoriza o Poder Exe-	
setembro de 1956		cutivo a doar dois terrenos fo-	
		reiros à Associação Damas de	
41 — Decreto legislativo de 1956		Caridade, com sede em Itaquê,	
— Aprova o ato do Tribunal			
de Contas denegatório de re-			
registro do termo aditivo ao			
contrato entre a União Fe-			
deral e Elias Sefer. Publica-			
do no D.O. de 15 de setem-			

	Págs.		Págs.
Estado do Rio Grande do Sul Publicada no D.O. de 5 de julho de 1956	34	2.819 — Lei de 9 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região — o crédito especial de Cr\$ 19.299,50, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a funcionários do mesmo Tribunal. Publicada no D.O. de 11 de julho de 1956	37
2.813 — Lei de 6 de julho de 1956 — Concede isenção de impostos de importação e mais taxas aduaneiras à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para importação de uma "Caterpillar". Publicada no D.O. de 11 de julho de 1956	34	2.820 — Lei de 10 de julho de 1956 — Dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 16 de julho de 1956. Retificada no D.O. de 19 de julho de 1956	37
2.814 — Lei de 6 de julho de 1956 — Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água. Publicada no D.O. de 11 de julho de 1956	35	2.821 — Lei de 14 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para construção de um prédio destinado às instalações da sede da Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos e respectiva Agência em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D.O. de 16 de julho de 1956	38
2.815 — Lei de 6 de julho de 1956 — Modifica o inciso VII do art. 7. ^o da Lei n. 2.145, de 29 de dezembro de 1953 (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências). Publicada no D.O. de 11 de julho de 1956	36	2.822 — Lei de 14 de julho de 1956 — Dispõe sobre o registro de diploma de enfermeiro, expedido até o ano de 1950, por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto n. 20.109, de 15 de junho de 1931, e da Lei n. 775, de 6 de agosto de 1949, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 17 de julho de 1956	39
2.816 — Lei de 6 de julho de 1956 — Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil. Publicada no D.O. de 9 de julho de 1956. Retificada no D.O. de 11 de julho de 1956	36	2.823 — Lei de 14 de julho de 1956 — Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 16 de julho de 1956	39
2.817 — Lei de 9 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00, para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Menezes. Publicada no D.O. de 11 de julho de 1956	36	2.824 — Lei de 16 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministé-	
2.818 — Lei de 9 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região — o crédito especial de Cr\$ 972.290,00, destinado ao pagamento de funcionários daquele Tribunal, por força da Lei n. 2.483, de 16 de maio de 1955. Publicada no D.O. de 11 de julho de 1956	37		

	Págs.		Págs.
rio da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.750.000,00, como auxílio à Escola Superior de Química do Paraná. Publicada no D.O. de 17 de julho de 1956	39	impôsto de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para cem mil pacotes, contendo 16.866 caixas de brinquedos, doados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da América do Norte. Publicada no D.O. de 23 de julho de 1956	42
2.825 — Lei de 17 de julho de 1956 — Extingue a Câmara do Reajustamento Econômico. Publicada no D.O. de 18 de julho de 1956	40	2.831 — Lei de 23 de julho de 1956 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 23 de julho de 1956	43
2.826 — Lei de 17 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.030.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00 para conceder auxílios à Associação Museu de Arte de São Paulo e ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Publicada no D.O. de 20 de julho de 1956	40	2.832 — Lei de 20 de julho de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 330.400,00 para atender ao pagamento de despesas com substituições de pessoal, salário-família e aluguéis de imóveis no exercício de 1954. Publicada no D.O. de 23 de julho de 1956	46
2.827 — Lei de 18 de julho de 1956 — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para dois transmissores de rádiodifusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo S.A. Publicada no D.O. de 20 de julho de 1956	41	2.833 — Lei de 24 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 4.733.823,80, para atender às despesas com o pagamento das diferenças de vencimentos e gratificações por tempo de serviço e de salário-família a Ministros e funcionários daquele Tribunal. Publicada no D.O. de 25 de julho de 1956	46
2.828 — Lei de 18 de julho de 1956 — Retifica a importância e modifica o parágrafo único do art. 7.º da Lei n. 2.712, de 21 de janeiro de 1956 (Federaliza a Escola Paulista de Medicina em Santa Maria integrada na Universidade do Rio Grande do Sul) e dá outras providências. Publicada no D.O. de 20 de julho de 1956	41	2.834 — Lei de 24 de julho de 1956 — Concede a inclusão da Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. Publicada no D.O. de 25 de julho de 1956	46
2.829 — Lei de 18 de julho de 1956 — Releva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937 os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escribas do Ministério da Educação e Cultura. Publicada no D.O. de 20 de julho de 1956	42	2.835 — Lei de 25 de junho de 1956 — Dispõe sobre o tempo de serviço prestado por funcionário ou extranumerário, federal ocupante do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana. Publica-	

Págs.		Págs.
	da no D. O. de 30 de julho de 1956	47
2.836	— Lei de 31 de julho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica o crédito especial de Cr\$ 174.140,80 para atender ao pagamento de gratificações aos engenheiros lotados naquele Conselho. Publicada no D.O. de 1 de agosto de 1956	47
2.837	— Lei de 31 de julho de 1956 — Altera o art. 14, da Lei n. 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e dá outras providências. Publicada no D.O. de 31 de julho de 1956	47
2.838	— Lei de 2 de agosto de 1956 — Concede isenção de tributos a duas imagens, um relógio e materiais destinados à Prelazia de Pinheiro, à Igreja de São João de Tauape, à Matriz de Sumaré e à Associação Maternidade de São Paulo. Publicada no D.O. de 6 de agosto de 1956	48
2.839	— Lei de 2 de agosto de 1956 — Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e o abono de faltas não justificadas. Publicada no D.O. de 3 de agosto de 1956	49
2.840	— Lei de 4 de agosto de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito especial de Cr\$ 92.400,30, destinado ao pagamento de gratificação eleitoral. Publicada no D.O. de 7 de agosto de 1956	49
2.841	— Lei de 4 de agosto de 1956 — Isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras as sociedades com sede e administração no país, que exploram ou venham a explorar a fabricação de materiais e de pilhas secas. Publicada no D.O. de 6 de agosto de 1956	49
2.842	— Lei de 10 de agosto de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Jovina Ferreira de Ubatuba, viúva do Dr. Ezequiel	
	Ubatuba, ex-servidor federal. Publicada no D.O. de 14 de agosto de 1956	49
2.843	— Lei de 13 de agosto de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender ao pagamento, no exercício de 1956, da subvenção concedida pela Lei n. 2.737, de 18 de fevereiro de 1956, à Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife. Publicada no D.O. de 17 de agosto de 1956	53
2.844	— Lei de 13 de agosto de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 2.202.069,00 destinado ao pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações de representação e de adicionais por tempo de serviço e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, balho da 6.ª Região, nos externos exercícios de 1948 a 1953. Publicada no D.O. de 14 de agosto de 1956	50
2.845	— Lei de 13 de agosto de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 a Maria Gurgel Braga Herbster, viúva de Raimundo Herbster, coletor federal aposentado em Maranguape, Estado do Ceará, falecido em 1941. Publicado no D.O. de 14 de agosto de 1956	50
2.846	— Lei de 13 de agosto de 1956 — Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 5.445.200,00 para atender ao pagamento do abono especial temporário aos funcionários e extranumerários da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956. Publicada no D. O. de 14 de agosto de 1956	51
2.847	— Lei de 18 de agosto de 1956 — Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pelo Estado da Pa-	

	Págs.		Págs.
raíba. Publicada no D. O. de 20 de agosto de 1956	51	2.855 — Lei de 28 de agosto de 1956 — Restitui ao patrimônio do Estado de Minas Gerais a propriedade de imóvel doado à União pelo mesmo Estado, em 1912, situado na cidade de Belo Horizonte, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 30 de agosto de 1956	65
2.848 — Lei de 13 de agosto de 1956 — Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um aparelho de Raios X e seus pertences, destinado ao Hospital São Marcos, com sede no Rio de Janeiro. Publicado no D. O. de 21 de agosto de 1956	52	2.856 — Lei de 29 de agosto de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, destinado a atender a despesas com a execução no exercício de 1955, da Lei n.º 2.453, de 15 de abril de 1955. Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1956	66
2.849 — Lei de 22 de agosto de 1956 — Restabelece subvenções ordinárias omitidas no Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954). Publicada no D. O. de 24 de agosto de 1956	52	2.857 — Lei de 29 de agosto de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para ocorrer às despesas decorrentes das Leis ns. 2.550, de 25 de julho de 1955 e 2.582, de 30 de agosto de 1955. Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1956	67
2.850 — Lei de 25 de agosto de 1956 — Modifica o art. 300 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares). Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1956	52	2.858 — Lei de 29 de agosto de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 a fim de auxiliar às populações dos municípios de Feijó e Tarauacá, no Território do Acre, vitimadas pelas enchentes em 1955. Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1956	66
2.851 — Lei de 25 de agosto de 1956 — Dispõe sobre a Organização Básica do Exército. Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1956	53	2.859 — Lei de 29 de agosto de 1956 — Modifica o art. 1.º da Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955 (Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial). Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1956	87
2.852 — Lei de 25 de agosto de 1956 — Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 28 de agosto de 1956	60	2.860 — Lei de 31 de agosto de 1956 — Estabelece prisão es-	
2.853 — Lei de 28 de agosto de 1956 — Altera a Lei número 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento). Publicada no D. O. de 29 de agosto de 1956	60		
2.854 — Lei de 28 de agosto de 1956 — Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A., para a instalação de uma rede de Armazéns e Transportes Frigoríficos. Publicada no D. O. de 31 de agosto de 1956 ..	61		

Págs.		Págs.
	pecial para os dirigentes de entidades sindicais e para o empregado no exercício de representação profissional ou no cargo de administração sindical. Publicada no D. O. de 3 de setembro de 1956	do a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S. N. A. P. P.), com a renovação de sua frota. Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1956
67		74
2.861	— Lei de 4 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao professor Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho os proventos e vantagens de professor catedrático da Universidade do Brasil. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1956	2.866
63		74
2.862	— Lei de 4 de setembro de 1956 — Altera dispositivos da Lei do Imposto de Renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e às reservas e dá outras providências. Publicada no D. O. de 5 de setembro de 1956	2.867
		75
2.863	— Lei de 6 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 669.763.232,50, destinado a regularizar as despesas feitas, mediante adiantamento, com a execução de obras de emergência na região nordestina assolada pela seca. Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1956	2.868
		75
2.864	— Lei de 6 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado ao pagamento de despesas realizadas, no exercício de 1950, com a recepção de representações estrangeiras presentes aos festejos comemorativos da Semana da Pátria. Publicada no D. O. de 11 de setembro de 1956	2.869
74		75
2.865	— Lei de 6 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00, destina-	2.870
		77
		2.871
		do a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S. N. A. P. P.), com a renovação de sua frota. Publicada no D. O. de 12 de setembro de 1956

	Págs.		Págs.
Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 a fim de serem consolidadas e prosseguidas, em acôrdo com o Governo do Estado do Amazonas, as obras do Aeroporto Internacional de Manaus. Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1956 .	77	2.877 — Lei de 20 de setembro de 1956 — Altera a Lei número 1.975, de 4 de setembro de 1953, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1956 .	83
2.872 — Lei de 18 de setembro de 1956 — Revoga o § 7.º do art. 264 e altera o art. 266 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). Publicada no D. O. de 19 de setembro de 1956 .	77	2.878 — Lei de 21 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956. Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1956 .	85
2.873 — Lei de 18 de setembro de 1956 — Modifica o § 3.º do art. 17, o parágrafo único do art. 19 e o art. 44 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho). Publicada no D. O. de 20 de setembro de 1956 .	77	2.879 — Lei de 21 de setembro de 1956 — Modifica o art. 42 e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 9.832, de 11 de setembro de 1946. Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1956 .	85
2.874 — Lei de 19 de setembro de 1956 — Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Publicada no D. O. de 20 de setembro de 1956 .	77	2.880 — Lei de 21 de setembro de 1956 — Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 6.108,60 para atender a despesas com o tratamento e transporte do funcionário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Antônio Pinheiro de Lima. Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1956. Retificada no D. O. de 27 de setembro de 1956 .	87
2.875 — Lei de 19 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória na melhoria das condições de habitação dos favelados, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1956 .	83	2.881 — Lei de 21 de setembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo. Publicada no D. O. de 24 de setembro de 1956. Retificada no D. O. de 27 de setembro de 1956 .	87
2.876 — Lei de 20 de setembro de 1956 — Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Publicada no D. O. de 21 de setembro de 1956 .	83	2.882 — Lei de 21 de setembro de 1956 — Abre, ao Poder Legislativo, os créditos: suplementar de Cr\$ 24.920.000,00, sendo Cr\$ 16.520.000,00 à Câmara dos Deputados e Cr\$ 8.400.000,00 ao Senado Fe-	

Págs.	Págs.
deral, em reforço de dotações orçamentárias vigentes; e especial de Cr\$ 27.041,10, para pagamento de diferenças de salário-família e gratificação adicional no período de 1951 a 1955. Publicada no D. O. de 22 de setembro de 1956 .	blicada no D. O. de 25 de setembro de 1956 89
2.883 — Lei de 24 de setembro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Antonieta Moreira, viúva do jornalista Nestor Moreira. Publicada no D. O. de 25 de setembro de 1956 ...	87
2.884 — Lei de 24 de setembro de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.393,90, destinado a atender às despesas de ajuda de custo para o pessoal civil e substituições da Justiça do Trabalho da Sétima Região — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento — relativas ao exercício de 1954. Pu-	89
	90
	90

ÍNDICE DO APENSO

Págs.	Págs.
2.804 — Lei de 25 de junho de 1956 — Dispositivos vetados do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.804, de 25 de junho de 1956, mantidos pelo Congresso Nacional. Publicada no D. O. de 23 de junho de 1956	93
2.805 — Lei de 25 de junho de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica a terminar a construção e instalação da Universidade à rua Marquês de São Vicente, no Distrito Federal, e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nas obras de ampliação de suas instalações. Publicada no D. O. de 6 de julho de 1956	93
2.806 — Lei de 27 de junho de 1956 — Dispensa até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os Capitães, do Quadro dos Serviços do Exército. Publicada no D. O. de 10 de julho de 1956	94
2.808 — Lei de 29 de junho de 1956 — Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 357.475,10 e Cr\$ 746.000,00, destinados a atender despesas com o pagamento de seus servidores, e dá outras providências. Publicada no D. O. de 6 de julho de 1956	94

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes V e VI, de 1956, desta coleção, classificados pela ordem alfabética dos assuntos	95
---	----

página original em branco

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no terceiro trimestre de 1956, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

página original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal promulgam nos termos do art. 217, § 4.º, da Constituição Federal, a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL

N.º 2

Art. 1.º O atual Distrito Federal será administrado por um Prefeito, cabendo as funções legislativas a uma Câmara de Vereadores, eleitos, estes e aquele, por sufrágio direto, simultaneamente, pelo período de quatro anos.

Parágrafo único. A primeira eleição para Prefeito realizar-se-á quando se efetuar a de Presidente da República para o próximo período governamental.

Art. 2.º Serão extensivas ao Prefeito do Distrito Federal as inelegibilidades previstas no inciso IV do art. 139 da Constituição.

Art. 3.º O Governo Federal não intervirá na administração local do Distrito Federal, salvo nos casos do art. 7.º da Constituição, no que lhe for aplicável ou quando:

I — Se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Governo;

II — Deixar de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada.

Parágrafo único. A intervenção será decretada na forma dos arts. 8.º e seguintes da Constituição.

Rio de Janeiro, em 3 de julho de 1956.

A Mesa da Câmara dos
Deputados:

Ulisses Guimarães

Presidente

Divonsir Côrtes

1.º Secretário

Leonardo Barbieri

2.º Secretário

Esteves Rodrigues

3.º Secretário

Aurélio Viana

4.º Secretário

A Mesa do Senado
Federal:

Apolônio Sales

Presidente, em exercício

Vivaldo Lima

1.º Secretário

Freitas Cavalcanti

2.º Secretário

Carlos Lindenberg

3.º Secretário

Kerginaldo Cavalcanti

4.º Secretário

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte :

DECRETO LEGISLATIVO N.º 26,
DE 1956

Ratifica o Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e a Bélgica.

Art. 1.º É ratificado o Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e a Bélgica, na cidade do Rio de Janeiro, a 6 de maio de 1953.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de junho de 1956. — *Apolônio Sales*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE
O BRASIL E A BÉLGICA

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e sua Majestade o Rei dos Belgas, animados do desejo de tornar mais eficaz a cooperação dos respectivos países na luta contra o crime, resolveram celebrar um Tratado de Extradicação e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil o Senhor Embaixador João Neves da Fontoura, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Sua Majestade o Rei dos Belgas, o Senhor Marcel Henri Jaspas, seu Embaixador Extraordinário Plenipotenciário no Rio de Janeiro.

Os quais, depois de haverem exibido os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO I

As Altas Partes contratantes obrigam-se, nas condições estabelecidas pelo presente Tratado e de acordo com as formalidades legais vigentes em cada um dos dois países, a entrega recíproca dos indivíduos que, processados ou condenados pelas autoridades judiciárias de uma delas, se encontrarem no território da outra Parte.

Quando o indivíduo for nacional do Estado requerido, este não será obrigado a entregá-lo. Neste caso, se a extradição não for concedida, o indivíduo reclamado será, se a lei do Estado requerido o permitir, processado e julgado nesse Estado. Caberá, então, ao Governo reclamante fornecer os elementos de prova para o processo e julgamento do inculcado, devendo ser-lhe comunicada a sentença ou decisão definitiva sobre a causa.

ARTIGO II

Os seguintes crimes ou delitos autorizam a extradição, quando, segundo a lei do Estado requerido, a infração for punível com pena de um ano, no mínimo, de prisão:

1.º — Crimes contra a vida, inclusive o homicídio simples, o assassinato, o parricídio, o infanticídio, o envenenamento e o aborto.

2.º — Lesões ou ferimentos voluntários, quando deles resultar morte ou enfermidade duradoura, incapacidade permanente de trabalho ou mutilação grave de um membro ou órgão do corpo.

3.º — Estupro, atentado ao pudor cometido com ou sem violência, conjunção carnal mediante fraude;

Atentado aos bons costumes, com ou sem violência, na pessoa de menores de ambos os sexos, até a idade determinada pela legislação penal dos dois Estados;

Atentado aos bons costumes, por meio de incitamento, facilidades ou ajuda à corrupção ou devassidão de menores de ambos os sexos, para satisfação de paixões alheias.

4.º — Atentado à liberdade individual ou seqüestro arbitrário, rapto de menores, supressão ou substituição de crianças.

5.º — Bigamia.

6.º — Atos atentatórios à segurança da circulação nas estradas de ferro, destruição total ou parcial de construções, de aparelhos telegráficos ou telefônicos, destruição ou deterioração de monumentos, objetos de arte, livros de registro, documentos públicos e outros objetos destinados à utilidade pública, destruição ou deterioração de gêneros, mercadorias e outras propriedades móveis e oposição à execução de obras públicas.

7.º — Incêndio voluntário.

8.º — Roubo, furto, abuso de confiança, receptação e extorsão.

9.º — Estelionato.

10.º — Peculato, concussão e corrupção de funcionários, ativa ou passiva.

11.º — Falso testemunho, falsa perícia, falso juramento e suborno de testemunhas.

12.º — Infração das leis que suprimem a escravidão, o tráfico de escravos, de mulheres e de crianças.

13.º Crimes e delitos contra a fé pública, inclusive a falsificação ou a alteração de moeda ou de papel-moeda, de notas e outros papéis de crédito com curso legal, de ações e outros títulos emitidos pelo Estado, por corporações, sociedades ou particulares; a falsificação ou alteração de selos do Correio, estampilhas, timbres ou selos do Estado e das repartições públicas; o uso fraudulento dos ditos objetos falsificados ou adulterados, ou a respectiva introdução, emissão ou circulação com intenção dolosa; o uso fraudulento ou abuso de selos, timbres, marcas autênticas.

Falsificação de escrituras públicas ou particulares, falsificação de documentos oficiais ou de quaisquer títulos de comércio; uso fraudulento desses documentos, falsificados ou adulterados; subtração de documentos.

14.º — Desamparo ou abandono de crianças, quando daí resultar lesão corporal grave ou morte.

15.º — Lenocínio ou exploração habitual da prostituição ou da devassidão de outrem.

16.º — Falência fraudulenta e fraude cometidas em falências.

17.º — Propostas para cometer um crime ou nele participar, ou aceitação dessas propostas.

Na enumeração acima estão compreendidas, não só a autoria direta e a co-autoria, mas também a cumplicidade e a tentativa, desde que, porém, esta última seja punível pelas leis dos dois Estados contratantes.

ARTIGO III

A extradição poderá ser recusada quando o Estado requerido for competente, segundo as suas leis, para julgar o crime ou delito.

Ela não será concedida:

a) — Quando, pelo mesmo fato, a pessoa requerida já tiver sido processada ou julgada no Estado requerido;

b) — Quando a prescrição da ação ou da pena tiver ocorrido, segundo as leis do Estado requerido, no momento em que se deveria efetuar a entrega;

c) — Quando a pessoa reclamada tiver que comparecer, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção;

d) — Quando a infração pela qual é pedida a extradição for de natureza puramente militar ou religiosa ou constituir delito político ou fato conexo deste delito; todavia, não será considerada delito político, nem fato conexo deste delito, o atentado contra a pessoa de um chefe de Governo estrangeiro ou contra membros de sua família, se tal atentado consistir em homicídio simples, assassinato ou envenenamento.

§ 1.º — A apreciação do caráter político do fato incriminado caberá exclusivamente às autoridades do Estado requerido.

§ 2.º — Para os efeitos deste Tratado, considerar-se-ão delitos puramente militares as infrações penais que encerrarem atos ou fatos estranhos ao direito penal comum e que derivem unicamente de uma legislação especial aplicável aos militares e tendente à manutenção da ordem e da disciplina nas forças armadas.

ARTIGO IV

Quando a infração se tiver verificado fora do território do Estado requerente, o pedido de extradição po-

derá ter andamento se as leis do Estado requerido autorizarem a punição de tal infração quando cometida fora do seu território.

ARTIGO V

O pedido de extradição será feito por via diplomática, ou por exceção, na falta de agentes diplomáticos, diretamente, isto é, de Governo a Governo. A extradição será concedida mediante apresentação dos seguintes documentos:

a) — quando se tratar de indivíduos simplesmente processados: original ou cópia autêntica do mandado de prisão ou do ato de processo criminal equivalente, emanado da autoridade estrangeira competente;

b) — quando se tratar de condenados: original ou cópia autêntica da sentença condenatória.

Esses documentos deverão conter a indicação precisa do fato incriminado, do lugar e da data em que o mesmo foi cometido, e ser acompanhados de copia dos textos das leis aplicáveis à espécie, bem como de dados ou antecedentes necessários para a comprovação da identidade do indivíduo reclamado.

A apresentação do pedido de extradição por via diplomática constituirá prova suficiente da autenticidade dos documentos exibidos para esse fim, os quais serão, assim, havidos, por legalizados.

ARTIGO VI

Em casos de urgência, uma das Partes Contratantes poderá solicitar à outra, seja por meio dos respectivos agentes diplomáticos, seja diretamente, de Governo a Governo, a prisão provisória do inculcado, assim como a apreensão dos objetos relativos ao crime ou ao delito, ou que possam servir de documentos de prova.

Esse pedido será atendido, uma vez que contenha a declaração da existência de um dos documentos enumerados nas letras "a" e "b" do artigo precedente e a indicação de que o crime ou delito cometido autoriza a extradição segundo este Tratado.

A prisão provisória será efetuada de acordo com a forma e regras estabe-

lecidas pela legislação do Estado requerido.

A prisão será relaxada se, no prazo de sessenta dias após o momento em que foi efetuada, o inculcado não tiver recebido comunicação de um dos documentos indicados no artigo precedente. O inculcado só poderá ser detido novamente, pelo mesmo fato, com o pedido formal de extradição acompanhado dos ditos documentos.

ARTIGO VII

Concedida a extradição, o Estado requerido comunicará imediatamente ao Estado requerente que o extraditando se encontra à sua disposição.

Se no prazo de sessenta dias, contados da data dessa comunicação, o extraditando não tiver sido remetido ao seu destino, o Estado requerido dar-lhe-á liberdade e não o deterá novamente pela mesma causa.

ARTIGO VIII

O Estado requerente poderá enviar ao Estado requerido, com prévia aquiescência deste, agentes devidamente autorizados, quer para auxiliarem o reconhecimento da identidade do extraditando, quer para o conduzirem ao território do primeiro.

Esses agentes não poderão exercer atos de autoridade no território do Estado requerido e ficarão subordinados às autoridades deste; os gastos que fizerem correrão por conta do Governo que os tiver enviado.

ARTIGO IX

A entrega de um indivíduo reclamado ficará adiada, sem prejuízo da efetividade da extradição, quando grave enfermidade impedir que, sem perigo de vida, seja ele transportado para o país requerente, ou quando ele se achar sujeito à ação penal do Estado requerido, por outra infração.

Neste caso, se o indivíduo estiver sendo processado, sua extradição poderá ser adiada até o fim do processo e, em caso de condenação, até o momento em que tiver cumprido a pena.

ARTIGO X

Negada a extradição de um indivíduo, não poderá ser de novo so-

licitada pelo mesmo fato que motivou a extradição.

Quando, entretanto, o pedido de extradição fôr denegado sob a alegação de vício de forma e com a ressalva expressa de que o pedido poderá ser renovado, serão os respectivos documentos restituídos ao Estado requerente, com a indicação do fundamento da denegação e a menção da ressalva feita.

Neste último caso, o Estado requerente poderá renovar o pedido, contanto que o instrua devidamente dentro do prazo improrrogável de sessenta dias, contados da data em que, diretamente ou por intermédio do seu representante diplomático, tiver recebido comunicação da denegação do pedido.

ARTIGO XI

Quando a extradição de uma mesma pessoa fôr pedida por mais de um Estado, proceder-se-á da maneira seguinte:

a) — se se tratar do mesmo fato, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território a infração tiver sido cometida;

b) — se se tratar de fatos diferentes, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território tiver sido cometida a infração mais grave, a juízo do Estado requerido;

c) — se se tratar de fatos distintos, mas que o Estado requerido repute de igual gravidade, será dada preferência ao pedido que fôr apresentado em primeiro lugar.

ARTIGO XII

Concedida a extradição, todos os objetos que se relacionarem com o crime ou o delicto ou que possam servir de documentos de prova e que forem encontrados em poder da pessoa reclamada no momento da sua prisão, assim como os que vierem a ser descobertos ulteriormente, serão, se as autoridades competentes do Estado requerido assim o ordenarem, apreendidos e entregues ao Estado requerente.

Essa entrega será feita ainda quando a extradição, já concedida, não se possa efetuar, em consequência da evasão ou morte do indivíduo reclamado.

Serão, entretanto, reservados os direitos que terceiros hajam podido adquirir sobre os ditos objetos, os quais lhes serão, eventualmente, restituídos no fim do processo.

ARTIGO XIII

As despesas ocasionadas pelo pedido de extradição, até o momento da entrega do extraditando aos guardas ou agentes do Governo requerente habilitados para esse fim, quer no porto de embarque, quer no ponto da fronteira indicado pelo Estado requerido, correrão por conta deste último; as despesas posteriores à entrega, inclusive as de trânsito, incumbirão ao Estado requerente.

ARTIGO XIV

O indivíduo extraditado em virtude deste Tratado não poderá ser processado, nem julgado, por qualquer outra infração cometida anteriormente ao pedido de extradição, nem poderá ser entregue a um terceiro país que o reclame, salvo em um dos casos seguintes:

a) — se, expressa e livremente, pediu ser julgado ou cumprir a pena;

b) — se nisso concordou o Estado requerido;

c) — se o extraditado permaneceu voluntariamente no território do Estado requerente durante mais de trinta dias, contados da data em que tiver sido posto em liberdade.

Na hipótese da alínea "a", o pedido do extraditado deverá ser comunicado ao Governo que o entregou. O extraditado deverá ser advertido das consequências a que o exporia a sua permanência no território do Estado onde foi julgado, por mais de trinta dias depois de solto.

ARTIGO XV

O trânsito, pelo território, de qualquer das Partes Contratantes, de pessoa entregue por terceiro Estado à outra Parte, e que não seja da nacionalidade do país de trânsito, será permitido, independentemente de qualquer outra formalidade judiciária, mediante simples solicitação, acompanhada da apresentação, em original ou em cópia autêntica, de um dos documentos mencionados no primeiro parágrafo do artigo V deste Tratado, e contanto que o fato motivador da extradição esteja previsto no presente Tratado e não se inclua entre as exceções estabelecidas no artigo III.

A condução do inculcado efetuar-se-á sob a vigilância das autoridades do país de trânsito; as despesas respectivas correrão por conta do Estado requerente.

ARTIGO XVI

Quando se tratar de infração prevista no artigo II d'este Tratado e que seja punível com pena de morte, o Governo requerido poderá fazer depender a extradição da garantia prévia, dada pelo Governo requerente, por via diplomática, de que, em caso de condenação à pena de morte, esta não será executada.

ARTIGO XVII

Ao indivíduo, cuja extradição tenha sido solicitada por um dos Estados contratantes ao outro, será facultado o uso de todos os recursos e instâncias permitidos pela legislação do Estado requerido.

ARTIGO XVIII

O presente Tratado será ratificado, depois de preenchidas as formalidades

legais em uso em cada um dos Estados contratantes; e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Bruxelas, no mais breve prazo possível.

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento; mas os seus efeitos só cessarão seis meses depois da denúncia.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presente Tratado em dois exemplares, cada um dos quais nas línguas portuguesa e francesa e nêles apuseram os seus respectivos selos.

Feito no Rio de Janeiro, aos seis dias do mês de maio de 1953. — *João Neves da Fontoura.* — *Marcel Henri Jaspard.*

É cópia autêntica do texto do Tratado da Extradição Brasil-Bélgica.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro, D. F., em 1 de junho de 1953. — *Jayme de Barros Gomes*, Chefe da Divisão de Atas, Congressos e Conferências Internacionais.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 66, inciso V, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 27, DE 1956

Concede anistia aos trabalhadores que respondem por delitos em consequência de participação em greve, aos jornalistas processados ou condenados por delitos de imprensa, aos declarados insubmissos pelas Forças Armadas a partir de 1953, e dá outras providências.

Art. 1.º É concedida anistia aos trabalhadores de empresa estatal ou privada que, por motivo relacionado ou decorrente de participação em movimento grevista ou em disputa de direito regulado na legislação social sejam acusados ou se encontrem condenados por crime previsto nos Decretos-leis ns. 431, 4.766 e 9.070, respectivamente de 18 de maio de 1938, de 1 de outubro de 1942 e de 15 de março de 1946, bem como na Lei n.º 1.802, de 5 de janeiro de 1953, ou no Código Penal.

Art. 2.º Os benefícios desta lei não aproveitarão, em hipótese alguma, os reincidentes específicos (Código Penal, art. 46, § 1.º, n.º 2), nem

acusados ou condenados por homicídio doloso, mesmo praticado nas condições a que se refere o art. 1.º.

Art. 3.º É concedida, também, anistia aos jornalistas processados ou condenados por delitos de imprensa.

Art. 4.º São, igualmente, anistiados os insubmissos assim declarados pelas Forças Armadas a partir de 1953.

Art. 5.º Este decreto legislativo entrar em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de junho de 1956. — *Senador Apolônio Sales*, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do artigo 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 28, de 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a Sociedade Técnica Construtora Limitada.

Art. 1.º É aprovada a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 8 de dezembro de 1953, denegou registro ao contrato celebrado a 5 de outubro do mesmo ano, entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha, Estado de Minas Gerais, e a Sociedade Técnica Construtora Limitada, para a construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Passa Quatro, no mesmo Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de julho de 1956.

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 29, de 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo do contrato celebrado entre a Comissão do Salário Mínimo — Seção de Sergipe — e Eufrodísio Vieira Machado.

Art. 1.º — É aprovado o ato por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 18 de fevereiro de 1955, denegou registro ao termo do contrato celebrado a 30 de Março de 1954, entre a Comissão do Salário Mínimo — Seção de Sergipe — e Eufrodísio Vieira Machado, para locação de 5 (cinco) salas, de ns. 4, 5, 7, 8 e 9, situadas no primeiro andar do Edifício Machado na rua São Vicente em Aracaju, Capital daquele Estado.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 16 de julho de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 66, item VII, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 30, de 1956

Concede licença ao Presidente da República para ausentar-se do País.

Art. 1.º — É concedida autorização ao Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira para ausentar-se do território nacional a fim de comparecer à Assembléia Comemorativa do 130.º aniversário do Congresso do Panamá, a realizar-se entre julho e agôsto do corrente ano.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de julho de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 31, de 1956

Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Limitada

Art. 1.º — É aprovado o contrato celebrado, em 29 de dezembro de 1952, entre o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Agricultura, e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Limitada, para execução de obras de irrigação nas terras da propriedade dos segundos contratantes denominada "Poções", situada à margem esquerda do rio Parnaíba, no Município de Araiozes, Estado do Maranhão.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de julho de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vicé-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 32, DE 1956

Aprova a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954.

Art. 1.º É aprovada a convenção para a Proteção de Bens Culturais, em caso de conflito armado, assinada em 14 de maio de 1954, na Conferência Internacional reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954, assim como o respectivo Protocolo.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de agosto de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS EM CASO DE CONFLITO ARMADO.

As Altas Partes Contratantes,

Reconhecendo que os bens culturais sofreram graves danos no decorrer dos últimos conflitos armados e que, em consequência do aperfeiçoamento de técnica de guerra, estão cada vez mais ameaçados de destruição;

Convencidas de que os danos causados aos bens culturais pertencentes a qualquer povo constituem um prejuízo ao patrimônio cultural de toda a humanidade, dado que cada povo traz a sua própria contribuição à cultura mundial;

Considerando que a conservação do patrimônio cultural tem uma grande importância para todos os povos do mundo, e que convém seja dispensada a esse patrimônio uma proteção internacional;

Inspirando-se nos princípios que se referem à proteção de bens culturais em caso de conflito armado, determinados nas Convenções de Haia de 1899 e de 1907 e no Pacto de Washington de 15 de abril de 1935;

Considerando que essa proteção só pode ser eficiente se ela for organizada em tempo de paz, por meio de

providências tanto nacionais quanto internacionais;

Resolvidas a adotar todas as disposições possíveis para proteger os bens culturais;

Convieram no que se segue:

CAPÍTULO PRIMEIRO

DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A PROTEÇÃO

Artigo I

Definição dos Bens Culturais

Para os fins da presente Convenção são considerados bens culturais, seja qual for a sua origem e o seu proprietário:

a) os bens, móveis ou imóveis, que tenham uma grande importância para o patrimônio cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou seculares, os lugares que oferecem interesse arqueológico, os grupos de edificações que, em vista de seu conjunto, apresentam um elevado interesse histórico ou artístico, as obras de arte, manuscritos, livros e outros objetos de interesse histórico, artístico ou arqueológico, bem como as coleções científicas e as coleções importantes de livros, de arquivos, ou de reproduções dos bens acima definidos;

b) os edifícios cuja finalidade principal e real seja a de conservar e expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), tais como os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos bem como os abrigos destinados a proteger em caso de conflito armado os bens culturais móveis definidos na alínea a);

c) os centros que contenham um número considerável de bens culturais (definidos nas alíneas a) e b), os quais serão denominados "centros que contêm monumentos".

Artigo II

Proteção dos Bens Culturais

A proteção dos bens culturais para os fins da presente Convenção, abrange a salvaguarda e o respeito de tais bens.

Artigo III

Salvaguarda dos Bens Culturais

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a preparar em tempo de paz a salvaguarda dos bens culturais situados em seu próprio território contra as consequências previsíveis de um conflito armado adotando as providências que julgarem apropriadas.

Artigo IV

Respeito aos Bens Culturais

1. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a respeitar os bens culturais situados, tanto em seu próprio território, quanto no território das outras Altas Partes Contratantes, abstendo-se de utilizar esses bens, seus sistemas de proteção e suas redondezas para fins que possam expor tais bens à destruição ou deterioração em casos de conflito armado e privando-se de todo ato de hostilidade para com esses bens.

2. As obrigações definidas no parágrafo primeiro do presente artigo só poderão deixar de ser cumpridas quando uma necessidade militar impedir de maneira imperativa o seu cumprimento.

3. As Altas Partes Contratantes comprometem-se outrossim a proibir, a impedir e a fazer cessar, quando necessário, qualquer ato de roubo, de pilhagem e de apropriação indevida de bens culturais, qualquer que seja a forma de que venham revestidos esses atos, e, igualmente, todos os atos de vandalismo para com os bens mencionados. Comprometem-se também a não requisitar bens culturais móveis situado no território de outra Alta Parte Contratante.

4. Comprometem-se a não tomar medidas de represália contra os bens culturais.

5. Nenhuma das Altas Partes Contratantes pode desligar-se das obrigações estipuladas no presente artigo, para com uma outra Alta Parte Con-

tratante, alegando não ter esta última aplicado as medidas de salvaguarda estabelecidas no artigo 3.

Artigo V

Ocupação

1. As Altas Partes Contratantes que ocupem, total ou parcialmente, o território de outra Alta Parte Contratante devem, na medida do possível, prestar o seu apoio às autoridades nacionais competentes do território ocupado, a fim de assegurar a salvaguarda e a conservação dos bens culturais ali existentes.

2. Se a conservação dos bens culturais, situados em território ocupado e danificados no decorrer das operações militares, requerer medidas urgentes, e as autoridades nacionais competentes não estiverem em condição de tomar essas medidas, a Potência ocupante adotará, com a possível eficiência e em estreita colaboração com essas autoridades, as medidas mais necessárias à conservação.

3. Cada Alta Parte Contratante cujo Governo seja considerado pelos membros de um movimento de resistência como o seu legítimo Governo alertará a atenção desses membros, caso seja possível, para a obrigação de observarem as disposições da presente Convenção referentes ao respeito dos bens culturais.

Artigo VI

Identificação dos Bens Culturais

De acordo com o que estabelece o artigo 16, os bens culturais poderão ser providos de um emblema que facilite sua identificação.

Artigo VII

Medidas de ordem militar

1. As Altas Partes Contratantes comprometem-se a introduzir, em tempo de paz, nos regulamentos ou instruções para uso de suas tropas disposições que sejam próprias a assegurar a observância da presente Convenção, e comprometem, também, a inculcar no espírito do pessoal de suas forças armadas o respeito à cultura e aos bens culturais de todos os povos.

2. Comprometem-se, outrossim, a organizar ou estabelecer, em tempo de paz e no interior de suas forças armadas, serviços ou pessoal especializado cuja missão consista em zelar pelo respeito aos bens culturais e colaborar com as autoridades civis encarregadas de sua conservação.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO ESPECIAL

Artigo VIII

Concessão da proteção especial

1. Podem ser colocados sob proteção especial um número restrito de abrigos destinados a preservar os bens culturais móveis em caso de conflito armado, de centros que contêm monumentos e de outros bens culturais imóveis de grande importância, desde que:

a) encontrem-se a uma distância apropriada de um grande centro industrial ou de qualquer objetivo militar importante, considerado ponto vulnerável, como, por exemplo, um aeródromo, uma estação de rádio, um estabelecimento destinado a trabalhos de defesa nacional, um porto ou uma estação ferroviária de certa importância, ou uma grande via de comunicações;

b) não sejam utilizados para fins militares.

2. Não obstante, pode ser colocado sob proteção especial qualquer abrigo para bens culturais móveis, seja qual for a sua localização, desde que esteja construído de maneira tal que, segundo todas as probabilidades, não venha a ser danificado em consequência de bombardeios.

3. Considerar-se-á que um centro que contem monumentos está sendo utilizado para fins militares quando ele desempenhar uma função no transporte de pessoal ou material militar, embora se trate de simples lugar de trânsito. O mesmo se dará quando ali se realizarem atividades diretamente relacionadas com as operações militares, como o acantonamento de tropas ou a produção de material de guerra.

4. Não será considerada utilização para fins militares a guarda de um dos bens culturais enumerados no parágrafo primeiro, exercida por guardas armados especialmente habilitados para esse fim, nem a presença, nas

proximidades desse bem cultural, de forças policiais normalmente encarregadas de manter a ordem pública.

5. Se um dos bens culturais enumerados no parágrafo primeiro do presente artigo estiver situado na proximidade de um objetivo militar que tenha importância de acordo com o espírito do mesmo parágrafo, tal bem poderá ser colocado sob proteção especial desde que a Alta Parte Contratante que o requeira, se comprometa a não utilizar, em caso de conflito armado, o objetivo em questão, e especialmente, no caso de um porto, de uma estação ferroviária, ou de um aeródromo a desviar dos mesmos todo tráfego. Em tal caso, o desvio deve ser projetado em tempo de paz.

6. A proteção especial será concedida aos bens culturais mediante sua inscrição no "Registro Internacional de Bens Culturais sob Proteção Especial". Essa inscrição só poderá ser efetuada de conformidade com as disposições da presente Convenção e com as condições previstas no Regulamento para a sua aplicação.

Artigo IX

Imunidade dos Bens Culturais sob proteção especial

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a garantir a imunidade dos bens culturais sob proteção especial, abstando-se, desde o momento da inscrição no Registro Internacional, de qualquer ato de hostilidade para com os mesmos, e, salvante o estabelecido no parágrafo 5 do artigo 8, de toda e qualquer utilização dos mencionados bens ou de suas proximidades imediatas para fins militares.

Artigo X

Identificação e vigilância

No decurso de um conflito armado, os bens culturais sob proteção especial deverão ser providos do emblema descrito no artigo 16 e poderão ser objeto de inspeção e vigilância internacional, na maneira prevista no Regulamento para aplicação da Convenção.

Artigo XI

Suspensão da imunidade

1. Se uma das Altas Partes Contratantes cometer, no que disser respeito

a um bem cultural sob proteção especial, uma violação do compromisso assumido em virtude do artigo 9, a Parte contrária fica desligada, enquanto subsistir a violação, de sua obrigação de assegurar a imunidade do mencionado bem. Não obstante, sempre que lhe seja possível, ela pedirá, previamente, que cesse tal violação dentro de um prazo razoável.

2. Com exceção do caso previsto no parágrafo primeiro do presente artigo, a imunidade de um bem cultural sob proteção especial só poderá ser suspensa em casos extraordinários de necessidade militar imperativa, e enquanto subsistir tal necessidade. A necessidade militar só poderá ser determinada pelo Chefe de uma formação igual ou superior, em contingente, a uma divisão. Sempre que as circunstâncias o permitirem, a decisão de suspender a imunidade será notificada à Parte contrária com uma razoável antecedência.

3. A Parte que suspende a imunidade deverá, no mais breve prazo possível, comunicar a suspensão por escrito e especificando os motivos que a determinaram ao Comissário geral para bens culturais previstos no Regulamento da Convenção.

CAPÍTULO III

DO TRANSPORTE DE BENS CULTURAIS

Artigo XII

Transporte sob proteção especial

1. Uma operação de transporte destinada exclusivamente à transferência de bens culturais, realizada, seja no interior do território, seja com destino a outro território, poderá, a pedido da Alta Parte Contratante interessada, ser efetuada sob proteção especial, nas condições previstas no Regulamento da Convenção.

2. A operação de transporte que seja objeto de proteção especial realizar-se-á sob a inspeção internacional prevista no Regulamento da presente Convenção, e os veículos serão providos do emblema de que trata o artigo 16.

3. As Altas Partes Contratantes abster-se-ão de todo e qualquer ato de hostilidade contra uma operação de transporte efetuada sob proteção especial.

Artigo XIII

Transportes em casos de urgência

1. Se uma Alta Parte Contratante julgar que a segurança de certos bens culturais requer a sua transferência, e se, por motivos de urgência, o procedimento previsto no artigo 12 não puder ser observado, especialmente ao declarar-se um conflito armado, o emblema descrito no artigo 16 poderá ser utilizado na operação de transporte, a menos que o pedido de imunidade de que trata o artigo 12 tenha sido previamente formulado e recusado. Na medida do possível, a transferência deverá ser comunicada às Partes contrárias. Em caso nenhum, poderá ser utilizado o emblema distintivo numa operação de transporte com destino ao território de um outro país se a imunidade não houver sido expressamente concedida a essa operação de transporte.

2. As Altas Partes Contratantes tomarão, tanto quanto possível, as precauções necessárias a que as operações de transporte previstas no parágrafo primeiro do presente artigo e amparadas pelo emblema distintivo sejam protegidas contra atos de hostilidade.

Artigo XIV

Imunidade de embargo, de captura e de aprisionamento

1. Gozam da imunidade de embargo, de captura e de aprisionamento:

- a) os bens culturais que se beneficiem da proteção prevista no artigo 12 ou da proteção prevista no art. 13;
- b) os meios de transporte dedicados exclusivamente à transferência dos mencionados bens.

2. No presente artigo não se estabelece qualquer limitação ao direito de visita e de vigilância.

CAPÍTULO IV

DO PESSOAL

Artigo XV

Pessoal

No interesse dos bens culturais, respeitar-se-á, na medida em que isso seja compatível com as exigências da segurança, o pessoal incumbido da proteção dos mesmos e, se esse pessoal cair em poder da Parte contrária, ser-lhe-á permitido continuar a exer-

cer as suas funções, sempre que os bens culturais de cuja salvaguarda se encarrega, houverem também caído em poder da Parte contrária.

CAPÍTULO V

DO EMBLEMA

Artigo XVI

Emblema da Convenção

O emblema distintivo da Convenção consistirá num escudo em ponta para baixo, partido em aspa, azul e branco (o escudo contém um quadrado azul marinho, um dos vértices do qual ocupa a parte inferior do escudo e um triângulo, também de cor azul marinho na parte superior, sendo os dois lados ocupados por triângulos brancos).

2. O emblema será empregado isoladamente ou três vezes repetido em formação triangular (um escudo na parte inferior), de acôrdo com as circunstâncias previstas no artigo 17.

Artigo XVII

Uso do Emblema

1. O emblema repetido três vezes somente poderá ser empregado para identificar:

- a) os bens culturais imóveis que gozem de proteção especial;
- b) as operações de transporte de bens culturais nas condições previstas nos artigos 12 e 13;
- c) os abrigos improvisados nas condições previstas no Regulamento da Convenção.

2. O emblema distintivo só poderá ser empregado isoladamente para identificar:

- a) os bens culturais que não gozam de proteção especial;
- b) as pessoas incumbidas das funções de vigilância segundo as disposições do Regulamento da Convenção;
- c) o pessoal pertencente ao serviço de proteção de bens culturais;
- d) os cartões de identidade previstos no Regulamento da Convenção.

3. Quando de um conflito armado fica proibido o emprego do emblema em casos que não sejam mencionados nos parágrafos precedentes do presente artigo; fica também proibido utilizar-se, para qualquer

fim, um emblema semelhante ao da Convenção.

4. Somente poderá ser colocado o emblema distintivo em um bem cultural imóvel, quando ao mesmo tempo seja exibida uma autorização devidamente datada e assinada pela autoridade competente da Alta Parte Contratante.

CAPÍTULO VI

CAMPO DE APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO

Artigo XVIII

Aplicação da Convenção

1. Com exceção das disposições que devem entrar em vigor em tempo de paz, a presente Convenção será aplicada em caso de guerra declarada, ou de qualquer outro conflito armado que possa surgir entre duas ou mais das Altas Partes Contratantes, mesmo quando qualquer delas não reconheça o estado de guerra.

2. A Convenção será aplicada igualmente em todos os casos de ocupação inteira ou parcial do território de uma Alta Parte Contratante, mesmo quando essa ocupação não encontrar nenhuma resistência militar.

3. Se uma das potências em conflito não é parte da presente Convenção, as potências que dela participarem regular-se-ão por ela, em suas relações reciprocas. Ainda, regular-se-ão por ela no que se referir à potência mencionada, quando esta houver declarado aceitar as disposições da Convenção e enquanto as aplicar.

Artigo XIX

Conflitos de Caráter não Internacional

1. Em caso de conflito armado que não tenha caráter internacional e que tenha surgido no território de uma das Altas Partes Contratantes, cada uma das Partes em conflito ficará obrigada a aplicar, pelo menos, as disposições desta Convenção relativas ao respeito dos bens culturais.

2. As Partes em conflito procurarão pôr em vigor, mediante acôrdos especiais, todas as demais disposições da presente Convenção ou parte delas.

3. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura poderá ottereer os seus serviços às Partes em conflito.

4. A aplicação das disposições precedentes não produzirá efeito algum sobre o estatuto jurídico das Partes em conflito.

CAPÍTULO VII

DA EXECUÇÃO DA CONVENÇÃO

Artigo XX

Regulamento da Convenção

As modalidades de aplicação da presente Convenção são determinadas no Regulamento de execução, que é parte integrante da mesma.

Artigo XXI

Potências Protetoras

As disposições da presente Convenção e de seu Regulamento serão aplicadas com a cooperação das Potências protetoras incumbidas da salvaguarda dos interesses das partes em conflito.

Artigo XXII

Processo de Conciliação

1. As Potências protetoras prestarão seus bons officios, sempre que o considerem conveniente no interesse dos bens culturais e, especialmente, se as Partes em conflito não estiverem em acordo quanto à aplicação ou à interpretação das disposições da presente Convenção ou de seu Regulamento.

2. Para esse fim, cada uma das Potências protetoras, a pedido de uma das Partes ou do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, ou por iniciativa própria, poderá propor às Partes em conflito uma reunião de seus representantes, e, em particular, das autoridades incumbidas da proteção dos bens culturais, a qual poderá eventualmente ser celebrada em território de um país neutro apropriadamente escolhido. As Partes em conflito ficam obrigadas a aceitar as propostas de reunião que lhes forem feitas. As Potências protetoras proporão às Partes em conflito, para a sua aprovação, o nome de uma

personalidade nacional de um país neutro, ou de uma pessoa indicada pelo Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura a qual será convidada a participar dessa reunião na qualidade de presidente.

Artigo XXIII

Colaboração da UNESCO

1. As Altas Partes Contratantes poderão recorrer à ajuda técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura visando a organização da proteção de seus bens culturais, ou no que disser respeito a qualquer outro problema decorrente do cumprimento da presente Convenção e de seu Regulamento. A Organização prestará sua ajuda, dentro dos limites de seu programa e de suas possibilidades.

2. A Organização está autorizada a apresentar por iniciativa própria, às Altas Partes Contratantes proposições para esse fim.

Artigo XXIV

Acordos Especiais

1. As Altas Partes Contratantes poderão concluir acordos especiais sobre qualquer questão que julguem oportuno resolverem em separado.

2. Não se poderá concluir qualquer acordo especial que diminua a proteção oferecida pela presente Convenção aos bens culturais e ao pessoal incumbido da salvaguarda dos mesmos.

Artigo XXV

Divulgação da Convenção

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a divulgar, o mais amplamente possível, em seus respectivos países, tanto em tempo de paz, quanto em tempo de guerra, o texto da presente Convenção e de seu Regulamento. Elas se comprometem, especialmente, a incorporar o estudo da Convenção e de seu Regulamento nos programas de instrução militar e, se possível, nos programas de instrução civil, de maneira tal que os seus princípios possam tornar-se conhecidos do conjunto da população e, em particular, das forças armadas e do pessoal dedicado à proteção dos bens culturais.

Artigo XXVI

Traduções e Relatórios

1. As Altas Partes Contratantes trocarão, por intermédio do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, as traduções oficiais da presente Convenção e de seu Regulamento.

2. Além disso, dirigirão ao Diretor Geral, pelo menos uma vez cada quatro anos, um relatório em que figurem as informações consideradas de relevância sobre as medidas tomadas, preparadas ou examinadas pelas suas respectivas administrações para o cumprimento da presente Convenção e de seu Regulamento.

Artigo XXVII

Reuniões

1. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura poderá, com a aprovação do Conselho Executivo, convocar reuniões de representantes das Altas Partes Contratantes. Ele ficará obrigado a convocar essas reuniões, quando solicitado por um quinto, pelo menos, das Altas Partes Contratantes.

2. Sem prejuízo de quaisquer outras funções que lhe sejam conferidas pela presente Convenção ou seu Regulamento, a reunião terá a atribuição de estudar os problemas concernentes à aplicação da Convenção e de seu Regulamento, e de formular recomendações que digam respeito a esse assunto.

3. A reunião poderá, além disso, proceder à revisão da Convenção ou de seu Regulamento, se a maioria das Altas Partes Contratantes estiver nela representada, e de conformidade com as disposições do artigo 39.

Artigo XXVIII

Sanções

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a tomar, no quadro de seus sistemas de direito penal, todas as medidas necessárias para descobrir e castigar com sanções penais ou disciplinares as pessoas, qualquer que seja a nacionalidade das

mesmas, que tenham cometido ou ordenado que se cometesse uma infração à presente Convenção.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo XXIX

Línguas

1. A presente Convenção está redigida em inglês, em espanhol, em francês e em russo; os quatro textos são igualmente fidedignos.

2. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura preparará as traduções nos demais idiomas oficiais da Conferência Geral.

Artigo XXX

Assinatura

A presente Convenção terá a data de 14 de maio de 1954, e ficará aberta até 31 de dezembro de 1954 à assinatura de todos os Estados convidados à Conferência que se reuniu em Haia entre 31 de abril e 14 de maio de 1954.

Artigo XXXI

Ratificação

1. A presente Convenção será submetida à ratificação dos Estados signatários de conformidade com os seus respectivos processos constitucionais.

2. Os instrumentos de ratificação serão depositados sob a custódia do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Artigo XXXII

Adesão

A partir da data de sua entrada em vigor, a presente Convenção ficará aberta à adesão de todos os Estados não signatários a que se faz referência no art. 30, assim como à de qualquer outro Estado convidado a ela aderir pelo Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A adesão será efetuada mediante o depósito de um instrumen-

to de adesão junto ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Artigo XXXIII

Entrada em vigor

1. A presente Convenção entrará em vigor três meses depois de haverem sido depositados cinco instrumentos de ratificação.

2. Posteriormente, a Convenção entrará em vigor, para cada uma das demais Altas Partes Contratantes, três meses depois da data em que houverem depositado o respectivo instrumento de ratificação ou de adesão.

3. As situações previstas nos artigos 18 e 19 farão com que as ratificações e adesões, depositadas pelas partes em conflito antes ou depois de se terem iniciado as hostilidades ou a ocupação, surtam imediato efeito. Nesses casos, o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura enviará, o mais rapidamente possível, as notificações previstas no artigo 38.

Artigo XXXIV

Aplicação

1. Cada Estado parte da Convenção, na data de sua entrada em vigor, adotará todas as medidas necessárias a que esta seja efetivamente aplicada num prazo de seis meses.

2. Para todos os Estados que depositarem o instrumento de ratificação ou de adesão depois da data de entrada em vigor da Convenção, o prazo será de seis meses a partir da data do depósito do instrumento de ratificação ou de adesão.

Artigo XXXV

Extensão Territorial da Convenção

Qualquer das Altas Partes Contratantes poderá, no momento da ratificação ou da adesão, ou em qualquer outro momento ulterior, declarar, mediante notificação dirigida ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura, que a presente Convenção tornar-se-á obrigatória no conjunto ou em um qualquer dos territórios por

cujas relações internacionais Ela responde. A mencionada notificação produzirá efeito três meses depois da data de seu recebimento.

Artigo XXXVI

Relação com as Convenções Anteriores

1. Nas relações entre as potências que estão ligadas pelas Convenções da Haia que se referem às leis e costumes da guerra terrestre (IV) e aos bombardeios por forças navais em tempo de guerra (IX), já se trate das de 29 de julho de 1899 ou das de 18 de outubro de 1907, e que são Partes da presente Convenção, esta última completará a anterior Convenção (IX) e o Regulamento anexo à Convenção (IV), e substituirá o emblema descrito no artigo 5 da Convenção (IX) pelo emblema descrito no artigo 16 da presente Convenção nos casos em que esta e seu Regulamento prevêm o emprego do mencionado emblema.

2. Nas relações entre as potências ligadas pelo Pacto de Washington de 15 de abril de 1935 para a Proteção de Instituições Artísticas e Científicas e de Monumentos Históricos, (Pacto Roerich), e que sejam também Partes à presente Convenção, esta última completará o Pacto Roerich, e substituirá a bandeira descrita no artigo III do Pacto pelo emblema descrito no artigo 16 da presente Convenção, nos casos em que esta e o seu Regulamento prevêm o emprego do citado emblema.

Artigo XXXVII

Denúncia

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciar a presente Convenção em nome próprio ou no dos territórios por cujas relações internacionais seja responsável.

2. A denúncia será comunicada por instrumento escrito, que será depositado junto ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

3. A denúncia produzirá efeito um ano depois da data em que se houver recebido o instrumento correspondente. Não obstante, se ao expirar o ano a Parte denunciante se achar en-

volvida em conflito armado, a denúncia não terá efeito enquanto não forem suspensas as hostilidades e enquanto não houver terminado as operações de repatriação de bens culturais.

Artigo XXXVIII

Notificações

O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura informará os Estados a que se faz referência nos artigos 30 e 32, bem como às Nações Unidas, do depósito de todos os instrumentos de ratificação, de adesão ou de aceitação mencionados nos artigos 31, 32 e 39, e das notificações e denúncias previstas, respectivamente, nos artigos 35, 37 e 39

Artigo XXXIX

Revisão da Convenção e de seu Regulamento

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá propor modificações a presente Convenção e ao seu Regulamento. Qualquer modificação assim proposta será transmitida ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o qual a comunicará a cada uma das Altas Partes Contratantes solicitando, ao mesmo tempo, que estas declarem, dentro do prazo de quatro meses se:

a) desejam que se convoque uma Conferência para discutir a modificação proposta;

b) favorecem a aceitação da proposta, sem necessidade de Conferência;

c) rejeitam a modificação proposta, sem necessidade da Conferência.

2. O Diretor Geral da Organização transmitirá as respostas recebidas a todas as Altas Partes Contratantes.

3. Se todas as Altas Partes Contratantes que tenham respondido dentro do prazo previsto ao inquérito do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, conforme a alínea b) do parágrafo primeiro do presente artigo, informarem o Diretor Geral de que estão de acordo em adotar a modificação sem que se reúna uma Conferência, o Diretor Geral fará notificação dessa decisão,

segundo dispõe o artigo 38. A modificação entrará em vigor, no tocante a todas as Altas Partes Contratantes, depois de um prazo de 90 dias a contar da data da notificação.

4. O Diretor Geral convocará uma Conferência das Altas Partes Contratantes, a fim de examinar a modificação proposta, sempre que a convocação houver sido solicitada por mais de um terço das Altas Partes Contratantes.

5. As propostas modificações da Convenção e de seu Regulamento que sejam objeto do processo previsto no parágrafo precedente só entrarão em vigor quando tenham sido adotadas por unanimidade pelas Altas Partes Contratantes, representadas na Conferência, e, aceita por todos os Estados que são Partes à Convenção.

6. A aceitação pelas Altas Partes Contratantes das modificações da Convenção ou do Regulamento que tenham sido adotadas pela Conferência prevista nos parágrafos 4 e 5 será efetuada mediante o depósito de um instrumento formal junto ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

7. Depois de entrarem em vigor as modificações da presente Convenção ou de seu Regulamento, unicamente o texto assim modificado ficará aberto à ratificação ou adesão.

Artigo XL

Registro

Em obediência ao artigo 102 da Carta das Nações Unidas, a presente Convenção será registrada na Secretaria das Nações Unidas, a pedido do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Em fé do que os abaixo assinados, devidamente autorizados, firmaram a presente Convenção.

Feita na Haia, em 14 de maio de 1954, num único exemplar que será depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e do qual remeter-se-ão cópias autênticas a todos os Estados a que se faz referência nos artigos 30 a 32, bem como à Organização das Nações Unidas.

Regulamento de execução da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de conflito armado

CAPÍTULO I

DA VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO

Artigo I

Lista Internacional de Personalidades

Desde o momento em que entrar em vigor a Convenção, o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura redigirá uma lista internacional de personalidades aptas a desempenhar as funções de Comissário Geral de Bens Culturais, composta com os nomes dos candidatos apresentados pelas Altas Partes Contratantes. Essa lista será objeto de revisões periódicas, por iniciativa do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que levará em consideração os pedidos das Altas Partes Contratantes.

Artigo II

Organização da Vigilância e da Inspeção

Logo que uma das Altas Partes Contratantes participe de um conflito armado ao qual se aplicar o artigo 18 da Convenção:

a) ela designará um representante para as questões relativas aos bens culturais situados em seu território; se essa potência ocupar o território de um outro País, deverá nomear um representante especial para as questões relativas aos bens culturais que nele se encontrem;

b) a Potência protetora de cada Parte contrária a essa Alta Parte Contratante designará delegados perante esta última, de conformidade com o previsto no artigo 3 do Regulamento;

c) acreditar-se-á, perante essa Alta Parte Contratante, um Comissário Geral de Bens Culturais, de acordo com o artigo 4 do Regulamento.

Artigo III

Designação de Delegados das Potências protetoras

A Potência protetora escolherá os seus delegados entre os membros do

seu corpo diplomático ou consular ou, com o prévio assentimento da parte ante o qual serão acreditados, entre quaisquer outras pessoas.

Artigo IV

Designação do Comissário Geral

1. O Comissário Geral de Bens Culturais será eleito, de comum acordo, pela Parte ante a qual será acreditado e pelas Potências protetoras das partes contrárias, dentre as personalidades que figurem na lista internacional.

2. Se as partes não chegarem a um acordo durante as três semanas seguintes à abertura de suas conversações sobre a questão em apreço, solicitarão ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que designe o Comissário Geral, o qual não entrará em funções antes de haver obtido o assentimento da parte junto à qual deverá exercer a sua missão.

Artigo V

Atribuições dos Delegados

Caberá aos Delegados das Potências protetoras verificar as violações da Convenção, investigar, com o consentimento da Parte junto à qual exercem a sua missão, as circunstâncias em que se tenham produzido as violações, efetuar gestões no lugar em que elas ocorrerem a fim de que cessem e, caso necessário, dar ciência de tais violações ao Comissário Geral. Os delegados deverão manter o Comissário Geral a par do que fizerem.

Artigo VI

Atribuições do Comissário Geral

1. O Comissário Geral de Bens Culturais tratará, com o representante da Parte junto à qual exercer a sua missão e com os delegados interessados, das questões que lhe forem apresentadas com respeito à aplicação da Convenção.

2. Terá poderes de decisão e de nomeação, nos casos previstos no presente Regulamento.

3. Com o consentimento da parte junto à qual exercer a sua missão, terá o direito de ordenar a realização de um inquérito ou de dirigi-lo pessoalmente.

4. Ele fará, junto às partes em conflito ou as suas Potências protetoras, tôdas as gestões que considerar úteis à aplicação da Convenção.

5. Preparará os relatórios necessários sobre a aplicação da Convenção e os transmitirá às partes interessadas e as suas Potências protetoras. Remeterá cópias dos relatórios ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o qual poderá utilizar unicamente os dados técnicos que figurem em tais relatórios.

6. Quando não houver Potência protetora, o Comissário Geral exercerá as funções atribuídas à Potência protetora pelos artigos 21 e 22 da Convenção.

Artigo VII

Inspetores e Técnicos

1. Sempre que o Comissário Geral de Bens Culturais, a pedido dos delegados interessados, ou depois de os ter consultado, considerá-lo necessário, proporá à parte junto à qual esteja acreditado a nomeação de uma pessoa que, na qualidade de inspetor de bens culturais, será incumbida de uma missão determinada. Esse inspetor somente responderá por sua missão perante o Comissário Geral.

2. O Comissário Geral, os delegados e os inspetores poderão recorrer aos serviços de técnicos, cujos nomes serão igualmente submetidos à aprovação da parte mencionada no parágrafo anterior.

Artigo VIII

Exercício da missão de vigilância

Os Comissários Gerais de Bens Culturais, os delegados das Potências protetoras, os inspetores e os técnicos não deverão exceder, em caso algum, os limites de suas respectivas missões. Deverão, especialmente, ter em mente as necessidades de segurança da Alta Parte Contratante junto à qual exercerem missões, e ponderar, em qualquer circunstância, as necessidades da situação militar, tal como essas lhes forem apresentadas pela dita Alta Parte Contratante.

Artigo IX

Substituição das Potências Protetoras

Se uma das partes em conflito não contar com os serviços de uma Potência protetora, ou deixar de contar com tais serviços, poderá pedir a um Estado neutro que assuma as funções de Potência protetora na designação de um Comissário Geral de Bens Culturais conforme o processo previsto no artigo 4. O Comissário Geral assim designado poderá confiar aos inspetores as funções que o presente Regulamento atribui aos delegados das Potências protetoras.

Artigo X

Despesas

A remuneração e as despesas do Comissário Geral de Bens Culturais, dos inspetores e dos técnicos correrão por conta da parte junto à qual estejam acreditados; as despesas correspondentes aos delegados das Potências protetoras serão objeto de um acordo entre essas Potências e os Estados cujos interesses protejam.

CAPÍTULO II

DA PROTEÇÃO ESPECIAL

Artigo XI

Abrigos improvisados

1. Se, no decorrer de um conflito armado, uma das Altas Partes Contratantes for obrigada, por circunstâncias imprevistas, a construir um abrigo improvisado e desejar que o mesmo seja colocado sob proteção especial, deverão imediatamente comunicar o fato ao Comissário Geral junto à ela acreditado.

2. Se o Comissário Geral considerar que as circunstâncias e a importância dos bens culturais recolhidos a tal abrigo improvisado justificam a medida, poderá autorizar a Alta Parte Contratante a colocar nele o emblema descrito no artigo 16 da Convenção. Deverá comunicar de imediato a sua decisão aos delegados interessados das Potências protetoras, cada um dos quais poderá, dentro de um prazo de trinta dias, ordenar a pronta retirada do emblema.

3. Logo que os delegados tenham manifestado o seu assentimento, ou depois de transcorrer o prazo de 30 dias sem que nenhum dos delegados

interessados manifeste a sua oposição, e se o abrigo improvisado reúne, segundo a opinião do Comissário Geral, as condições previstas no artigo 8 da Convenção, o Comissário Geral solicitará do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura a inscrição do abrigo no Registro de Bens Culturais sob Proteção Especial.

Artigo XII

Registro Internacional de Bens Culturais sob Proteção Especial

1. Preparar-se-á um "Registro Internacional de Bens Culturais sob Proteção Especial".

2. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura encarregar-se-á desse Registro, e remeterá duplicatas do mesmo ao Secretário Geral das Nações Unidas, bem como às Altas Partes Contratantes.

3. O Registro será dividido em capítulos, e cada um deles corresponderá a uma Alta Parte Contratante. Os capítulos serão subdivididos em três parágrafos, a saber: abrigos, centros que contêm monumentos, outros bens culturais imóveis. Compete ao Diretor Geral decidir quais as informações que devam figurar em cada capítulo.

ARTIGO XIII

Pedidos de inscrição

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá requerer ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura a inscrição no Registro de determinados abrigos, centros que abriguem monumentos, outros bens culturais imóveis situados em seu território. Os pedidos conterão indicações sobre a localização dos ditos bens, e certificarão que os mesmos reúnem as condições previstas no artigo 8 da Convenção.

2. Em caso de ocupação, a Potência ocupante poderá formular o pedido de inscrição.

3. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura enviará, sem demora, cópia dos requerimentos de inscrição a cada uma das Altas Partes Contratantes.

ARTIGO XIV

Oposição

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá opor-se à inscrição no Registro de um bem cultural, mediante carta endereçada ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Essa carta deverá estar em mãos do Diretor Geral no prazo de quatro meses a contar da data em que expediu uma cópia do requerimento de inscrição.

2. Tal oposição deverá ser fundamentada. Os únicos motivos admissíveis serão:

a) que não se trata de bem cultural;

b) que as condições mencionadas no artigo 8 da Convenção não se verificam.

3. O Diretor Geral enviará, imediatamente, cópia da carta de oposição às Altas Partes Contratantes. Se necessário, solicitará o parecer da Comissão Internacional de Monumentos, Lugares de Interesse Artístico e Histórico e Escavações Arqueológicas, e, outrossim, se o julgar conveniente, de qualquer outro organismo ou personalidade competente.

4. O Diretor Geral, ou a Alta Parte Contratante que tenha solicitado a inscrição, poderá fazer todas as gestões oportunas junto às Altas Partes Contratantes que hajam manifestado oposição, a fim de que essa oposição seja retirada.

5. Se uma das Altas Partes Contratantes, que houver solicitado em tempo de paz a inscrição de um bem cultural no Registro, participar de um conflito armado, antes de se ter efetuado a inscrição, o bem cultural de que se tratar será inscrito imediatamente pelo Diretor Geral no Registro, a título provisório, aguardando confirmação, renúncia ou anulação de qualquer processo de oposição que puder ser iniciado ou que já o tenha sido.

6. Se, num prazo de seis meses, contado a partir da data em que recebeu a carta de oposição, o Diretor Geral não houver recebido da Alta Parte Contratante que formulou a objeção uma comunicação no sentido de que desistiu da mesma, a Alta Parte Contratante que tenha apresentado o pedido de inscrição poderá recorrer ao processo de arbitragem previsto no parágrafo seguinte.

7. O pedido de arbitragem deverá ser formulado o mais tardar um ano depois da data em que o Diretor Geral tenha recebido a carta de opposição. Cada uma das duas Partes em controvérsia designará um árbitro. No caso em que o pedido de inscrição tenha sido objeto de mais de uma opposição, as Altas Partes Contratantes que se houverem manifestado em opposição designarão conjuntamente um árbitro. Os dois árbitros elegerão um árbitro-presidente, escolhido na lista de personalidades prevista no artigo primeiro do presente Regulamento; se os árbitros não concordarem quanto à escolha, solicitarão ao Presidente da Corte Internacional de Justiça que designe um árbitro-presidente, o qual não será necessariamente escolhido entre os nomes que figurem na lista internacional de personalidades. O tribunal arbitral assim constituído determinará as suas próprias normas processuais; as suas decisões serão inapeláveis.

8. Cada uma das Altas Partes Contratantes pode declarar, sempre que se inicie uma controvérsia da qual seja Ela parte, que não deseja aplicar o processo de arbitragem previsto no parágrafo precedente. Nesse caso, a opposição ao pedido de inscrição será submetida pelo Diretor Geral às Altas Partes Contratantes. A opposição somente será mantida se as Altas Partes Contratantes o decidirem por uma maioria de dois terços de votantes. A votação será efetuada por correspondência, a menos que o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, julgando indispensável a convocação de uma reunião, em virtude dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 27 da Convenção, resolver convocá-la. Se o Diretor Geral decidir que se vote por correspondência, convidará as Altas Partes Contratantes a que lhe remetam o seu voto por carta lacrada e selada, dentro de um prazo de seis meses a ser contado do dia em que lhes tenha sido dirigido o convite correspondente.

ARTIGO XV

Inscrição

1. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura fará inscrever no Registro, sob um número de or-

dem, cada um dos bens com respeito aos quais se houver formulado um requerimento de inscrição sempre que o pedido não tenha levantado opposição no prazo previsto no parágrafo primeiro do artigo 14.

2. No caso em que uma objeção tenha sido feita, e salvo o disposto no parágrafo 5 do artigo 14, o Diretor Geral não procederá à inscrição do bem cultural no Registro, a não ser que a objeção seja retirada, ou que não seja confirmada depois dos processos previstos no parágrafo 7 do artigo 14 ou no parágrafo 8 do mesmo artigo.

3. Sempre que seja aplicável o parágrafo 3 do artigo 11, o Diretor Geral procederá à inscrição, a pedido do Comissário Geral de Bens Culturais.

4 O Diretor Geral enviará prontamente ao Secretário Geral das Nações Unidas, às Altas Partes Contratantes e, a pedido da parte que requereu a inscrição, a todos os demais Estados a que se referem os artigos 30 e 32 da Convenção cópia autêntica da inscrição no Registro. A inscrição surtirá efeito trinta dias depois da mencionada remessa.

ARTIGO XVI

Cancelamento

1. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura cancelará a inscrição de um bem cultural no Registro nos seguintes casos:

a) a pedido da Alta Parte Contratante em cujo território se encontra o bem cultural;

b) Quando a Alta Parte Contratante de que partiu o pedido de inscrição tenha denunciado a Convenção e quando essa denúncia haja entrado em vigor;

c) No caso especial previsto no parágrafo 5 do artigo 14, quando a opposição tenha sido confirmada em consequência dos processos mencionados no parágrafo 7 do artigo 14, ou no parágrafo 8 do mesmo artigo.

2. O Diretor Geral remeterá, de imediato, ao Secretário Geral das Nações Unidas e a todos os Estados que tenham recebido cópia da inscrição uma cópia autêntica do cancelamento da inscrição. O cancelamento produzirá efeito trinta dias depois da remessa da notificação.

CAPÍTULO III

DO TRANSPORTE DE BENS CULTURAIS

Artigo XVII

Processo para obter a imunidade

1. O pedido a que se refere o parágrafo 1 do artigo 12 da Convenção deverá ser dirigido ao Comissário Geral de Bens Culturais. No pedido serão apresentadas as razões que o motivam, discriminando-se número aproximado, e a importância dos bens culturais que tenham de ser transferidos, o lugar onde se encontram, o lugar para onde serão transportados, os meios de transporte, o itinerário a ser seguido, a data em que se espera iniciar o transporte e quaisquer outras informações de relevância.

2. Se o Comissário Geral, depois de ter realizado as consultas que julgar necessárias, considerar que a transferência se justifica, ouvirá os delegados interessados das Potências protetoras sobre as medidas propostas para execução da transferência. Ouvidos os delegados, dará ciência do transporte às partes interessadas no conflito, incluindo na notificação todos os dados que possam ser de utilidade.

3. O Comissário Geral designará um ou vários inspectores, os quais deverão zelar por que sejam transferidos apenas os objetos constantes do pedido, por que a operação de transporte se faça da maneira aprovada, e se utilize o emblema. O Inspector ou inspectores acompanharão os bens até ao ponto de destino.

Artigo XVIII

Transportes para o estrangeiro

O transporte que se efetue sob proteção especial para o território de outro país ficará sujeito, não só às disposições do artigo 12 da Convenção e do artigo 17 do presente Regulamento, mas também às seguintes normas:

a) Durante a permanência dos bens culturais no território de outro Estado, será esse o depositário dos mesmos e deles tratará com cuidado pelo menos equivalente ao dispensado a seus próprios bens culturais de importância similar;

b) O Estado depositário somente restituirá esses bens depois de terminar-se o conflito; essa restituição

será efetuada no prazo de seis meses a contar da data do pedido respectivo;

c) Durante as transferências sucessivas e a permanência no território de outro Estado, os bens culturais não poderão ser objeto de nenhuma medida de embargo, e nem o depositante ou o depositário poderão dispor dos mesmos. Não obstante, quando necessário, em vista da salvaguarda dos bens, o depositário, com o prévio assentimento do depositante, poderá ordenar a sua transferência para o território de um terceiro país, nas condições previstas no presente artigo;

d) O pedido de proteção especial deverá indicar que o Estado para cujo território se destina a transferência aceita as disposições do presente artigo.

Artigo XIX

Território ocupado

Quando uma Alta Parte Contratante que estiver ocupando o território de outra Parte Contratante transportar bens culturais para um abrigo situado em outro ponto desse território, sem poder observar o processo previsto no artigo 17 do Regulamento, o transporte não poderá ser considerado como apropriação indevida no sentido do artigo 4 da Convenção se o Comissário Geral certificar por escrito, depois de ter consultado previamente o pessoal responsável pela proteção, que as circunstâncias tornam a transferência necessária.

CAPÍTULO IV

DO EMBLEMA

Artigo XX

Colocação do emblema

1. A colocação do emblema e seu grau de visibilidade dependem da apreciação das autoridades competentes de cada uma das Altas Partes Contratantes. O emblema poderá figurar nas bandeiras e nas bracheiras. Poderá ser pintado sobre um objeto ou figurar no mesmo de qualquer outra forma apropriada.

2. Não obstante em caso de conflito armado, e sem prejuízo de adotar-se eventualmente um sistema de sinais mais completo, o emblema de-

verá ser colocado sobre os veículos de transporte mencionados nos artigos 12 e 13 da Convenção, de maneira a que seja bem visível, durante o dia, tanto do ar como de terra.

O emblema deverá ser visível de terra:

a) Em intervalos regulares de distância suficiente para delimitar claramente o perímetro de um centro que contém monumentos sob proteção especial;

b) Na entrada de outros bens culturais imóveis sob proteção especial.

Artigo XXI

Identificação das pessoas

1. As pessoas a que se referem o artigo 17 da Convenção, parágrafo 2, alíneas (b) e (c), poderão ostentar uma braçadeira com o emblema, expedido e selado pelas autoridades competentes.

2. Serão portadoras de uma carteira de identidade especial na qual figure o emblema. Essa carteira mencionará, pelo menos, o nome e sobrenome, a data do nascimento, o título ou grau, e a função do interessado. A carteira conterá uma fotografia do titular, e sua assinatura ou as suas impressões digitais, ou ambas as coisas. Ostentará, além disso, o selo seco das autoridades competentes.

3. Cada uma das Altas Partes Contratantes adotará o seu modelo de carteira de identidade, inspirando-se para isso no modelo anexo, a título de exemplo, ao presente Regulamento. As Altas Partes Contratantes trocarão entre si os modelos adotados. Cada carteira de identidade será expedida, se possível, pelo menos em duplicata, sendo que uma das vias será arquivada pela Potência que expediu a carteira.

4. As pessoas mencionadas no presente artigo não poderão ser privadas, sem justo motivo, de sua carteira de identidade e do direito de ostentar a braçadeira.

RESOLUÇÃO I

A Conferência formula o voto de que os órgãos competentes das Nações Unidas decidam que, no caso de ação militar empreendida em cumprimento à Carta daquela organização, as forças armadas que participarem da mencionada ação devam aplicar as disposições da Convenção.

RESOLUÇÃO II

A Conferência formula o voto de que cada uma das Altas Partes Contratantes, ao aderir à Convenção, institua, de acordo com o seu sistema constitucional e administrativo, uma Comissão Consultiva nacional composta de um reduzido número de personalidades, como, por exemplo: altos funcionários dos serviços arqueológicos, de museus, etc. ..., um representante do Estado Maior das Forças Armadas, um representante do Ministério das Relações Exteriores, um especialista de Direito Internacional, dois ou três membros mais, cujas funções e competências digam respeito às diferentes questões de que trata a Convenção.

Essa Comissão, que funcionaria sob a autoridade do Ministro de Estado ou do Chefe dos Serviços nacionais encarregados da conservação dos bens culturais, poderia ter as atribuições seguintes:

a) aconselhar o Governo no que se refere às medidas necessárias à aplicação da Convenção, em seus aspectos legislativo, técnico ou militar, em tempo de paz ou de conflito armado;

b) intervir junto ao Governo em caso de conflito armado ou na iminência do mesmo, com o fim de assegurar que os bens culturais situados no território nacional, ou no território de outros países, sejam conhecidos, respeitados e protegidos pelas forças armadas do país, de acordo com as disposições da Convenção;

c) assegurar, de acordo com o seu Governo, o entrosamento e a cooperação com as demais Comissões Nacionais dessa classe e com qualquer organismo internacional competente.

RESOLUÇÃO III

A Conferência formula o voto de que o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura convoque, logo que possível, depois da entrada em vigor da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, uma reunião das Altas Partes Contratantes.

Cópia certificada conforme e completa do exemplar original da Ata Final da Conferência Intergovernamental sobre a Proteção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, da Convenção para Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado, e do Protocolo para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito

to Armado, firmados na Haia aos quatorze dias do mês de maio de 1954 e das Resoluções anexas à Ata Final.

Paris,

Conselheiro Jurídico da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

PROTOCOLO

As Altas Partes Contratantes convieram no que se segue:

I

1. Cada uma das Altas Partes Contratantes compromete-se a impedir a exportação de bens culturais de um território por Ela ocupado, durante um conflito armado. Os ditos bens culturais acham-se definidos no artigo primeiro da Convenção para Protecção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, assinado, na Haia, em 14 de maio de 1954.

2. Cada uma das Altas Partes Contratantes compromete-se a colocar sob sequestro os bens culturais importados em seu território que procedam, direta ou indiretamente, de qualquer território ocupado. O sequestro será declarado seja de ofício, no momento da importação, seja, se isso não se der, a pedido das autoridades do citado território.

3. Cada uma das Altas Partes Contratantes compromete-se a restituir, no fim das hostilidades, às autoridades competentes do território anteriormente ocupado, os bens culturais que se encontrem no seu território, caso os ditos bens tenham sido exportados contrariamente ao princípio do parágrafo primeiro. Em nenhum caso, os bens culturais poderão ser retidos a título de reparações de guerra.

4. A Alta Parte Contratante a qual cabia a obrigação de impedir a exportação de bens culturais do território ocupado por Ela deverá indenizar os possuidores de boa-fé de bens culturais que tenham de ser restituídos, de acordo com o disposto no parágrafo precedente.

II

5. Os bens culturais procedentes do território de uma Alta Parte Contratante, por ela depositados, a fim de

protegê-los contra os perigos de um conflito armado, no território de outra Alta Parte Contratante, serão restituídos pela última, no fim das hostilidades, às autoridades competentes do território de procedência.

III

6. O presente Protocolo será datado de 14 de maio de 1954 e permanecerá aberto até a data de 31 de dezembro de 1954 à assinatura de todos os Estados convidados à Conferência reunida na Haia entre 21 de abril e 14 de maio de 1954.

7. a) O presente Protocolo será submetido à ratificação dos Estados signatários conforme os seus respectivos processos constitucionais;

b) os instrumentos de ratificação serão depositados sob a custódia do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

8. A partir da data de sua entrada em vigor, o presente Protocolo estará aberto à adesão de todos os Estados a que se refere o parágrafo 6, que não o tenham assinado, bem como à de quaisquer outros Estados convidados a aderir ao mesmo pelo Conselho Executivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A adesão verificar-se-á mediante o depósito de um instrumento de adesão junto ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

9. Os Estados a que se faz referência nos parágrafos 6 e 8 poderão, no ato da assinatura, da ratificação ou da adesão, declarar que não se consideram ligados pelas disposições da Parte Primeira, ou pelas disposições da Parte II do Protocolo.

10. a) O presente Protocolo entrará em vigor três meses depois que tenham sido depositados cinco instrumentos de ratificação;

b) Posteriormente, entrará em vigor para cada Alta Parte Contratante três meses depois do depósito de seu instrumento de ratificação ou de adesão.

c) as situações previstas nos artigos 18 e 19, da Convenção para a Protecção de Bens Culturais em caso de Conflito Armado, assinada na Haia no dia 14 de maio de 1954, darão imediato efeito às ratificações e

às adesões depositadas pelas partes em conflito, antes ou depois do início das hostilidades ou da ocupação. Em tais casos, o Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura fará, pela via mais rápida, as comunicações previstas no parágrafo 14.

11. a) Os Estados partes do Protocolo na data de sua entrada em vigor tomarão, cada um no que lhe disser respeito, todas as medidas requeridas para a sua aplicação efetiva num prazo de seis meses.

b) Esse prazo será de seis meses, contados a partir do depósito do instrumento de ratificação ou de adesão, para todos os Estados que depositarem o seu instrumento de ratificação ou de adesão depois da data de entrada em vigor do Protocolo.

12. Toda Alta Parte Contratante poderá, no momento da ratificação ou da adesão ou em qualquer momento posterior, declarar, por uma notificação dirigida ao Diretor das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, que o presente Protocolo se estenderá ao conjunto ou a um qualquer dos territórios por cujas relações internacionais seja responsável. A mencionada notificação produzirá efeito três meses depois da data de seu recebimento.

13. a) Cada uma das Altas Partes Contratantes terá a faculdade de denunciar o presente Protocolo em nome próprio ou no de qualquer território por cujas relações internacionais seja responsável.

b) A denúncia será notificada por um instrumento escrito depositado junto ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

c) A denúncia será efetiva um ano após do recebimento do instrumento de denúncia. Não obstante, se, no momento em que expira esse ano, a parte denunciante se encontrar implicada em conflito armado, os efeitos da denúncia ficarão em suspenso até ao fim das hostilidades, e enquanto durarem as operações de repatriação de bens culturais.

14. O Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura informará os Estados a que fazem referência os parágrafos 6 e 8, bem

como à Organização das Nações Unidas, do depósito de todos os instrumentos de ratificação e de adesão ou aceitação, mencionados nos parágrafos 7, 8 e 15, e das notificações e denúncias previstas nos parágrafos 12 e 13.

15. a) O presente Protocolo pode ser revisto, se a revisão for solicitada por mais de um terço das Altas Partes Contratantes;

b) o Diretor Geral das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura convocará uma Conferência para esse fim;

c) as modificações ao presente Protocolo entrarão em vigor somente depois de adotadas, por unanimidade, pelas Altas Partes Contratantes representadas na Conferência, e de haverem sido aceitas por todas as Altas Partes Contratantes;

d) a aceitação pelas Altas Partes Contratantes das modificações ao presente Protocolo que tenham sido adotadas pela Conferência a que se referem as alíneas b e c será efetuada mediante o depósito de um instrumento formal junto ao Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

e) depois da entrada em vigor das modificações ao presente Protocolo, somente o texto modificado permanecerá aberto à ratificação ou adesão.

Conforme o artigo 102 da Carta das Nações Unidas, o presente Protocolo será registrado na Secretaria das Nações Unidas, a pedido do Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Em fé do que, os abaixo assinados, devidamente autorizados, firmaram o presente Protocolo.

Feito na Haia, aos quatorze dias do mês de maio de 1954, em espanhol, em francês, em inglês e russo, sendo que os quatro textos fazem igualmente fé, num só exemplar que será depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, e cujas cópias certificadas e conformes serão remetidas a todos os Estados a que se referem os parágrafos 6 e 8, bem como à Organização das Nações Unidas.

Faço saber que o Congresso Nacional, aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 33, DE 1956

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado a 2 de maio de 1954, entre o Governo da União e a Prefeitura Municipal de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, para instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola, naquele Município, e ao qual foi recusado registro pelo Tribunal de Contas em sessão realizada a 16 de julho do mesmo ano.

Art. 2.º Revogara-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 23 de agosto de 1956. — *João Goulart*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 34, DE 1956

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Antônio Figueiredo

Art. 1.º E' aprovado o termo de 2 de março de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 6 de julho de 1954, entre o Ministério da Marinha e Antônio Figueiredo, para desempenhar a função de técnico de radar, na Diretoria de Eletrônica do mesmo Ministério, e ao qual o Tribunal de Contas recusou registro em sessão realizada a 29 de abril de 1955.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de agosto de 1956.

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, item I, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 35, de 1956

Aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Art. 1.º São aprovados os seguintes atos internacionais assinados pelo Brasil em Genebra, a 12 de agosto de 1949, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha: Convenção para melhoria da sorte dos feridos e enfermos dos exércitos em campanha; Convenção para a melhoria da sorte dos feridos, enfermos e náufragos das forças armadas no mar; Convenção relativa ao tratamento dos prisioneiros de guerra e Convenção relativa à proteção dos civis em tempo de guerra.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1956

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 36, de 1956

Aprova o termo do acôrdo celebrado entre o Ministério da Saúde e o Hospital Municipal Santo Antônio.

Art. 1.º É aprovado o termo do acôrdo celebrado a 28 de setembro de 1954, entre o Ministério da Saúde e o Hospital Municipal Santo Antônio, para combate ao câncer no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1956

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 37, de 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica do Amazonas e Francisco Rodrigues da Silva.

Art. 1.º É aprovado o ato porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de dezembro de 1954, denegou registro ao contrato celebrado a 20 de setembro do mesmo ano, entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica do Amazonas e Francisco Rodrigues da Silva, para estágio na Escola Industrial do Pará, mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de setembro de 1956

JOÃO GOULART

Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 38, de 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre a Comissão Federal de Abastecimento e Preços e a firma Limpadora Lido Limitada.

Art. 1.º É aprovado o termo do contrato celebrado a 17 de fevereiro de 1955, entre a Comissão Federal de Abastecimento e Preços e a firma

Limpadora Lido Limitada, para conservação e limpeza da sede da referida Comissão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de Setembro de 1956.

APOLONIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 39, de 1936

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Ismael Ribeiro Machado.

Art. 1.º E' aprovado o termo do contrato celebrado a 26 de agosto de 1955, entre o Ministério da Agricultura e Ismael Ribeiro Machado para desempenho no Instituto de Química Agrícola, da função de fotógrafo e micro-fotógrafo, contrato cujo registro fôra negado pelo Tribunal de Contas, em sessão realizada a 21 de outubro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de Setembro de 1956.

APOLONIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 40, de 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Comp. Ltda.

Art. 1.º E' aprovado o ato por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 4 de fevereiro de 1955, denegou registro ao termo de ajuste celebrado a 9 de outubro de 1950, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Companhia Limitada, para

construção de uma linha de dutos — em prosseguimento — do Pavilhão Mourisco a Copacabana, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de Setembro de 1956.

APOLONIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 41, de 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre a União Federal e Elias Sefer.

Art. 1.º E' aprovado o ato por que o Tribunal de Contas em sessão realizada a 9 de setembro de 1955, denegou registro ao termo de 22 de julho do mesmo ano aditivo ao contrato celebrado a 23 de setembro de 1954, entre a União Federal e Elias Sefer, para desempenhar, no Instituto Agrorômico do Norte, a função de Assistente da Seção de Entomologia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de Setembro de 1956

APOLONIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 42, de 1956

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Nacional de Construções "Sonaco" Ltda.

Art. 1.º — E' aprovado o termo do contrato celebrado a 3 de Dezembro de 1953, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Nacional de Construções "Sonaco" Ltda., para construção de

um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Santa Bárbara d'Oeste, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Setembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 77, § 1.º, da Constituição Federal, e eu promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 43, de 1956

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Escola de Educação Física do Exército e a firma Salvador Guedes.

Art. 1.º — É mantida a decisão porque o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 30 de Dezembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 20 de Outubro do mesmo ano, entre a Escola de Educação Física do Exército e a firma Salvador Guedes, para instalação de um refeitório na referida Escola.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de Setembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

LEI N.º 2.809 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura para tender à autonomia das Faculdades de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Ficam criados, para cumprimento das Leis números 1.021, de 28 de dezembro de 1949, e 1.391-B, de 10 de julho de 1951, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, os seguintes cargos:

a) 6 professores catedráticos, padrão O, para a Faculdade de Farmá-

cia da Universidade do Rio Grande do Sul;

b) 6 professores catedráticos, padrão O, para a Faculdade de Farmácia da Universidade da Bahia;

c) 6 professores catedráticos, padrão O, para a Faculdade de Odontologia da Universidade do Rio Grande do Sul;

d) 6 professores catedráticos, padrão O, para a Faculdade de Odontologia da Universidade da Bahia;

Parágrafo único. Os cargos a que se refere este artigo corresponderão às seguintes cátedras:

a) nas Faculdades de Farmácia: física aplicada à farmácia, ecologia e parasitologia, química orgânica, microbiologia, higiene e legislação farmacêutica e química biológica;

b) nas Faculdades de Odontologia: anatomia, histologia, microbiologia, fisiologia, higiene e odontologia legal e clínica odontológica (2.ª cadeira).

Art. 2.º Ficam transferidos para as Faculdades de Farmácia e Odontologia, a que se refere a presente lei, 14 cargos de professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul, e 14 cargos de professor catedrático, padrão O, da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, correspondente às seguintes cátedras:

a) do Curso de Farmácia: botânica aplicada à farmácia, farmacognosia, química toxicológica e bromatológica, química analítica, farmácia galênica, farmácia química e química industrial farmacêutica;

b) do Curso de Odontologia: técnica odontológica, prótese buco-facial, patologia e terapêutica aplicadas, prótese, metalurgia e química aplicada, ortodontia e odontopediatria e clínica odontológica.

Art. 3.º Ficam criadas, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, para as Faculdades de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, as seguintes funções gratificadas:

4 de diretor, símbolo FG-3;

4 de secretário, símbolo FG-5;

4 de chefe de portaria, símbolo FG-7.

Art. 4.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.581.680,00 (cinco milhões quinhentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta cruzeiros) para execução, no tocante a pessoal, do disposto na presente lei, durante o exercício de 1956.

Parágrafo único. Do crédito a que se refere este artigo, será reservada a parcela de Cr\$ 3.032.760,00 (três milhões, trinta e dois mil, setecentos e sessenta cruzeiros) para a criação, por ato do Poder Executivo, de 54 funções de Assistente de Ensino, referência 7, sendo 27 para a Univer-

sidade da Bahia e 27 para a Universidade do Rio Grande do Sul.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N. 2.810 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 concedidos como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina na realização do Primeiro Congresso Pan-Americano de História da Medicina e Terceiro Congresso Brasileiro de História da Medicina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), concedidos como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina, com sede no Distrito Federal, para a realização do Primeiro Congresso Pan-Americano de História da Medicina e Terceiro Congresso Brasileiro de História da Medicina a reunirem-se, no Distrito Federal, em novembro de 1956.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

Jose Maria Alkmim

LEI N. 2.811 — DE 2 DE JULHO DE 1956

Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exames de suficiência.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O diploma de técnico em contabilidade conferido a ex-alunos do antigo curso de contador, nas condições previstas no art. 5.º do Decreto-lei n.º 6.142, de 23 de dezembro de 1943, poderá ser apostilado, mediante a prestação de exames de suficiência, no ato do registro, de que trata o § 2.º do art. 36 do Decreto-lei n.º 6.141, de 23 de dezembro de 1943, com a declaração explícita de que o seu titular gozará, para os efeitos do exercício profissional, das prerrogativas asseguradas, por lei, aos contadores.

Art. 2.º O Ministério da Educação e Cultura baixará as instruções necessárias com respeito aos exames de suficiência de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

LEI N.º 2.812 — DE 5 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a doar dois terrenos foreiros à Associação Damas de Caridade, com sede em Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a doar à Associação Damas de Caridade, instituição de caráter

assistencial, com sede em Itaqui, Estado do Rio Grande do Sul, para a construção do "Asilo da Velhice", dois terrenos foreiros à Prefeitura Municipal, em que existiu o Posto Meteorológico do Ministério da Marinha, de ns. 1 (um) e 2 (dois) da quadra 7 (sete), alinhamentos 13 (treze) e 14 (quatorze) norte-sul, e 7 (sete) e 8 (oito) leste-oeste, medindo, respectivamente, trinta e três metros por trinta e três metros norte-sul, e trinta e um metros por trinta e um metros por trinta e um metros leste-oeste; e trinta e três metros por trinta e três metros norte-sul, e trinta e um metros e noventa centímetros leste-oeste; e trinta e três metros por trinta e um metros e noventa centímetros por trinta e um metros leste-oeste.

Art. 2.º Os terrenos a serem doados por esta lei reverterão ao domínio da União, se lhes for dado destino diferente ao previsto no art. 1.º cu se após 2 (dois) anos, a contar da data da doação, não tiver sido iniciada a construção.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

LEI N.º 2.813 — DE 6 DE JULHO DE 1956

Concede isenção de impostos de importação e mais taxas aduaneiras à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para importação de uma "Caterpillar".

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusivas a de previdência social, para importação de uma "Caterpillar" n.º 212, com pertences, adquirida pela Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, da Caterpillar Tractor Co., e procedente de Peoria, nos Estados Unidos da América do Norte.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.814, DE 6 DE JULHO
DE 1956

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — A União concederá auxílio financeiro aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água nos centros urbanos de população superior a mil habitantes.

Art. 2.º — O auxílio a que se refere esta lei corresponderá a 70% (setenta por cento) do custo das obras, calculado de acordo com o projeto e orçamento aprovados pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

§ 1.º — Os estudos, projetos e orçamentos das obras poderão ser feitos por empresa particular ou por órgão da administração pública, e serão encaminhados ao Ministro da Viação e Obras Públicas por intermédio do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

§ 2.º — Será de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) o limite máximo dêsse auxílio por município.

Art. 3.º — As despesas com a execução desta lei correrão por conta dos recursos previstos no art. 198 da Constituição, devendo-se, para este fim, consignar anualmente no orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — dotação nunca superior à décima parte da verba destinada à execução dos programas anuais de obras e serviços a cargo do mesmo Departa-

mento (dois por cento, no mínimo, da receita tributária da União).

Parágrafo único — A dotação a que se refere este artigo será distribuída pelos Estados incluídos no Polígono das Sêcas, proporcionalmente à população da área seca de cada um.

Art. 4.º — A concessão do auxílio será feita mediante convênio assinado entre o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e o município ou Estado interessado, quando a este couber a responsabilidade da execução dos serviços.

Art. 5.º — Para obter os benefícios de que trata esta lei, o município interessado deverá demonstrar, perante o Ministério da Viação e Obras Públicas, que possui capacidade financeira para custear a parte das despesas de sua responsabilidade na execução das obras.

Art. 6.º — Na concessão dos auxílios, por Estado, dar-se-á preferência aos municípios que não possuam ainda serviço de abastecimento d'água canalizada e cujos territórios estejam totalmente incluídos nos limites do Polígono das Sêcas, mas fora da área beneficiada com o plano de aproveitamento econômico do São Francisco (art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Parágrafo único — Em igualdade de condições, a concessão dos auxílios, por Estado, obedecerá à ordem cronológica da entrada, no Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, do requerimento acompanhado do projeto e orçamento das obras.

Art. 7.º — O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, devendo o regulamento prever:

- a) os requisitos técnicos indispensáveis à aprovação dos projetos;
- b) as condições de pagamento dos auxílios;
- c) a forma de fiscalização das obras.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

Lucio Meira

LEI N.º 2.815, DE 6 DE JULHO DE 1956

Modifica o inciso VII do art. 7.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953 (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O inciso VII do art. 7.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º

VII — mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares que tratem de matéria técnica, científica, didática ou literária, redigidos em língua estrangeira, assim como obras em português, impressas em Portugal, e livros religiosos escritos em qualquer idioma e de qualquer procedência".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkimim

LEI N.º 2.816 — DE 6 DE JULHO DE 1956

Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Os arts. 517 e 523 do Decreto-lei n.º 1.608, de 13 de setembro de 1939 (Código de Processo Civil), passam a ter a seguinte redação:

"Art. 517. Quando o valor total da herança não exceder de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), o processo de inventário e partilha far-se-á de acordo com as regras deste Capítulo,

aplicadas, quanto ao mais, as estabelecidas nos Capítulos anteriores".

Art. 523. O processo deste Capítulo será observado em inventário de valor superior a Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), se as partes forem capazes de transigir e nele convierem, em termo judicial, assinado por todas."

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos

LEI N.º 2.817, DE 9 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00, para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Menezes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00 (dez mil e setecentos cruzeiros), para pagamento a Urbano Teixeira de Menezes, de indenização dos danos causados em bens de sua propriedade, situados em Itapipoca, Estado do Ceará, em consequência da construção do trecho ferroviário Itapipoca-Sobral, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Luís Meira

José Maria Alkimim

LEI N.º 2.818, DE 9 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 972.290,00, destinado ao pagamento de funcionários daquele Tribunal, por força da Lei n.º 2.488, de 16 de maio de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial, de Cr\$ 972.290,00 (novecentos e setenta e dois mil, duzentos e noventa cruzeiros), destinado ao pagamento de funcionários daquele Tribunal, por força da Lei n.º 2.488, de 16 de maio de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkimim

LEI N.º 2.819, DE 9 DE JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 19.299,50, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a funcionários do mesmo Tribunal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de

Cr\$ 19.299,50 (dezenove mil, duzentos e noventa e nove cruzeiros e cinquenta centavos), destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a funcionários do mesmo Tribunal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de julho de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkimim

LEI N.º 2.820 — DE 10 DE JULHO DE 1956

Dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As entidades que, na forma do disposto no Decreto n.º 24.646, de 10 de julho de 1934, explorarem as apostas sobre corridas de cavalos, ficam sujeitas a uma taxa equivalente a 10% (dez por cento) do valor dos prêmios distribuídos aos proprietários de animais classificados em todos os páreos das reuniões de cada mês.

§ 1.º O produto da arrecadação da referida taxa, em cada mês, será recolhido ao Tesouro Nacional, ou à repartição fiscal competente, até o dia 10 do mês seguinte.

§ 2.º Essa taxa não será descontada do valor dos prêmios distribuídos aos proprietários de animais.

§ 3.º São isentas do tributo criado por este artigo, as sociedades cujo movimento bruto de apostas não atingir, anualmente, a importância de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros).

§ 4.º São, também, isentas do tributo criado por este artigo, as sociedades cujos hipódromos estiverem em construção — e até o término destes — ficando, entretanto, a isenção de-

pendendo de parecer da Comissão a que se refere o art. 3.º desta lei.

Art. 2.º Os recursos provenientes desta taxa serão consignados na lei orçamentária da União;

a) na forma usual, os destinados aos órgãos de administração que cuidam da criação do cavalo nacional (Departamento Nacional de Produção Animal e Diretoria de Remonta do Exército);

b) em forma de subvenções, os destinados às entidades que não integram os quadros da administração federal, embora também cuidem do fomento à criação e aproveitamento do cavalo nacional (Confederação Brasileira de Hipismo, Federações e Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo);

c) em forma de empréstimos para conclusão de obras de hipódromos.

Parágrafo único. As subvenções previstas neste artigo destinam-se ao estímulo da criação e emprego do cavalo nacional nas lides militares, nos serviços de campo e nos desportos hípicas e ao custeio de obras e serviços de assistência social, como complemento às atividades que, no mesmo sentido, desenvolvem os Jóqueis Clubes e Sociedades de Carreiras.

Art. 3.º O Poder Executivo constituirá uma comissão destinada a coordenar as atividades dos órgãos que cuidam do fomento da criação do cavalo nacional, a qual terá, entre outras, a competência para organizar a proposta orçamentária da distribuição dos recursos previstos nesta lei.

§ 1.º Dessa comissão deverão participar, obrigatoriamente, o Diretor de Remonta do Exército, o Diretor-Geral do Departamento da Produção Animal, o Presidente da Confederação Brasileira de Hipismo, um representante do Jockey Clube Brasileiro, um representante do Jockey Clube de São Paulo e um representante da Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo.

§ 2.º Os membros da Comissão Coordenadora não perceberão remuneração pelos serviços prestados nessa qualidade.

Art. 4.º O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução da presente lei.

Art. 5.º Fica revogado o art. 4.º do Decreto-lei n.º 8.946, de 26 de janeiro de 1946.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

Henrique Lott.

Ernesto Dornelles.

Clovis Salgado.

LEI N.º 2.821 — DE 14 DE JULHO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para construção de um prédio destinado às instalações da sede da Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos e respectiva Agência em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) para construção de um prédio destinado às instalações da sede da Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos e respectiva Agência em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Lucio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.822 -- DE 14 DE JULHO
DE 1956

Dispõe sobre o registro de diploma de enfermeiro, expedido até o ano de 1950, por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto n.º 20.109, de 15 de junho de 1931, e da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os portadores de diploma de enfermeiro expedido até o ano de 1950 por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto n.º 20.109, de 15 de junho de 1931, e da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, e cujos cursos tinham a duração de mais de um ano letivo, poderão registrar seus títulos nas repartições competentes como auxiliares de enfermagem, com direito às prerrogativas conferidas a esses profissionais, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2.º Para o registro de que trata o art. 1.º deverão as escolas enviar ao Ministério da Educação e Cultura, dentro do prazo de 1 (um) ano a partir da publicação desta lei, a relação nominal de todos os alunos diplomados, ano por ano, para a devida publicação no Diário Oficial da União.

Art. 3.º O pedido de registro de que trata esta lei deverá ser feito até 31 de dezembro de 1957, não podendo dessa data em diante exercer a profissão os portadores de títulos não registrados.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

LEI N. 2.823 - DE 14 DE JULHO DE 1956

Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica suprimida, a partir da data da publicação da presente lei, a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, bem como qualquer outra prescrição legal que colida com as disposições desta lei.

Art. 2.º Aos atuais oficiais graduados ficam assegurados os direitos adquiridos decorrentes da graduação.

Art. 3.º Para os efeitos do art. 14, letras g e h, e do parágrafo único do art. 18 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, o tempo de permanência, no posto, dos oficiais promovidos após terem sido graduados, será contado da data da promoção.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Renato de Almeida Guillobel

Henrique Lott

Henrique Fieuss

LEI N.º 2.824 -- DE 16 DE JULHO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.750.000,00, como auxílio à Escola Superior de Química do Paraná.

O Presidente da República -- Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.750.000,00 (um milhão setecentos e cinquenta mil cruzeiros), como auxílio à Escola Superior de Química do Paraná, incluída entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, de acordo com a Lei n.º 2.559, de 12 de agosto de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.825 — DE 17 DE JULHO
DE 1956

*Extingue a Câmara do Reajustamento
Econômico.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' extinta a Câmara do Reajustamento Econômico.

Art. 2.º O Poder Executivo relatará, em outros serviços federais, os servidores em exercício no órgão extinto e intitulados com a estabilidade legal.

Art. 3.º Os processos que, à data da publicação desta lei, se encontrarem em andamento na Câmara do Reajustamento Econômico, serão, dentro em 15 (quinze) dias, remetidos ao conhecimento do Juiz competente, nos termos do art. 20 da Lei n.º 209, de 2 de janeiro de 1948, e de suas alterações posteriores.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Ernesto Dornelles.

LEI N.º 2.826 — DE 17 DE
JULHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00 para conceder auxílios à Associação Museu de Arte de São Paulo e ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) a fim de auxiliar à Associação Museu de Arte de São Paulo na realização de exposições em cidades da Europa, como parte dos festejos comemorativos do Quarto Centenário da Fundação daquela cidade.

Art. 2.º O saldo do crédito especial de que trata o art. 1.º, poderá ser empregado na aquisição de valores artísticos que enriqueçam o patrimônio da Associação Museu de Arte de São Paulo.

Art. 3.º E' também autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para auxiliar o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro na construção de sua sede.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.827 — DE 18 DE JULHO DE 1956

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para dois transmissores de rádio-difusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo S. A.

O Presidente da República resolve: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para dois transmissores de rádio-difusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo S. A., à firma Internacional Standard Electric Corporation, em New York, assim discriminados:

Um transmissor "Federal" tipo 197-A, completo com dois cristais, dois jogos de válvulas, um de trabalho e outro de reserva com mesa de controle "Federal" para transmissor 197-AA completo com dois jogos de válvulas, uma unidade para acoplamento de antena de meia onda e um linha de transmissão com 240 de impedância característica.

Um transmissor de rádio-difusão, frequência modulada, "Federal", tipo FEMCO — 500, 500 watts, com dois cristais, dois jogos de válvulas, um de operação e outro de reserva, mesa de controle "Federal" tipo 130-A e unidade de alimentação P-124 com dois jogos de válvulas, antena "Federal" tipo "Square Loop", com dois elementos inclusive 60 (sessenta) metros de cabo coaxial "Federal" tipo RG-17/U, dois receptores de frequência modulada "Rádio Engineering Laboratories" tipo 87OL com cristal, dois jogos de válvulas, antena dipolo de recepção e 60 (sessenta) metros de cabo coaxial "Federal" tipo RG 58/U.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.828 DE 18 DE JULHO DE 1956

Retifica a importância e modifica o parágrafo único do art. 7.º da Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956 (Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria integrada na Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A importância correspondente ao art. 7.º da Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956, passa a ser de Cr\$ 23.312.360,00 (vinte e três milhões, trezentos e doze mil, trezentos e sessenta cruzeiros), assim discriminados:

I — à Escola Paulista de Medicina: Cr\$ 8.024.000,00 (oito milhões e vinte e quatro mil cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 6.492.760,00 (seis milhões, quatrocentos e noventa e dois mil e setecentos e sessenta cruzeiros) para pessoal extranumerário; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para material; e Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para Serviços e Encargos de Terceiros;

II — à Faculdade de Medicina em Santa Maria da Universidade do Rio Grande do Sul; Cr\$ 907.200,00 (novecentos e sete mil e duzentos cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 1.570.000,00 (um milhão, quinhentos e setenta mil cruzeiros) para pessoal extranumerário; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para material; e Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para Serviços e Encargos.

Art. 2.º O parágrafo único do artigo 7.º da Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956, passa a ter a seguinte redação.

"Art. 7.º

Parágrafo único — Para pagamento dos abonos constantes das Leis nú-

meros 1.765, de 18 de dezembro de 1952, e 2.412, de 1 de fevereiro de 1955, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.578.800,00 (cinco milhões, quinhentos e setenta e oito mil e oitocentos cruzeiros), sendo Cr\$ 4.266.000,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros) para a Escola Paulista de Medicina; Cr\$ 1.312.800,00 (um milhão, trezentos e doze mil e oitocentos cruzeiros) para a Faculdade de Medicina em Santa Maria, da Universidade do Rio Grande do Sul."

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.829 — DE 18 DE JULHO DE 1956

Releva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escriurários do Ministério da Educação e Cultura.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica relevada a prescrição em que incorreram os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, amparados pelo Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, a fim de que possam, pelos meios legais, pleitear os benefícios a que se julgarem com direito e relativos ao mencionado decreto-lei.

§ 1.º Os direitos concedidos pela presente lei se estendem igualmente ao Quadro de Escriurários do Ministério da Educação e Cultura.

§ 2.º O direito de pleitear a que se refere esta lei fica limitado a 12 (doze) meses.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

Clóvis Salgado.

LEI N.º 2.830 — DE 18 DE JULHO DE 1956

Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para cem mil pacotes, contendo 16.666 caixas de brinquedos, doados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos, imposto de consumo e taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para 100 mil pacotes contendo 16.666 caixas, com brinquedos, doados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela War Relief Service (N. C. W. C.) dos Estados Unidos da América do Norte, para distribuição, no Natal, às crianças pobres.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria de Alkmim.

LEI N.º 2.831 — DE 20 DE JULHO DE 1953

ALTERA O QUADRO DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, criado pela Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, e modificado pela Lei n.º 867, de 15 de outubro de 1949, fica alterado nos termos da presente lei e da tabela que a acompanha.

Parágrafo único. Caberá ao presidente do Tribunal determinar a apostila dos títulos dos atuais funcionários, em face da nova situação decorrente desta lei e da tabela anexa.

Art. 2.º São criados os seguintes cargos isolados de provimento efetivo: 15 (quinze) chefes de seção PJ-4; 1 (um) ajudante de zelador K; 1 (um) motorista mecânico K; 6 (seis) motoristas J; 6 (seis) ascensoristas H; 1 (um) oficial de justiça I; 9 (nove) auxiliares de portaria J; 8 (oito) auxiliares de portaria I; 17 (dezessete) auxiliares de portaria J; 8 (oito) artifices J; 6 (seis) artifices I; 4 (quatro) artifices H.

Art. 3.º São criadas as seguintes funções gratificadas: 1 (uma) de assistente do procurador regional FG-4; 1 (uma) de auxiliar de procurador regional FG-5; e ficam extintas 1 (uma) de secretário do presidente FG-4, 1 (uma) de secretário do procurador regional FG-5, 1 (uma) de secretário do diretor Geral FG-5 e 2 (duas) de secretário de diretor de serviço FG-6.

Art. 4.º Os atuais ocupantes das classes M, L, K, J, I e H, da carreira de oficial judiciário, cuja estrutura fica alterada de acordo com a tabela constante desta lei, serão classificados nas classes O, N, M, L, K e J, respectivamente.

Art. 5.º As carreiras de escriturário e dactilógrafo ficam transformadas na de auxiliar judiciário, escalonadas de H a I e com a estrutura constante da tabela anexa.

§ 1.º Aos auxiliares judiciários cabem, precipuamente, os serviços de dactilografia.

§ 2.º Os ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário terão acesso à classe inicial da carreira de oficial judiciário, mediante concurso organizado pelo Tribunal, ressalvado aos atuais escriturários o direito que lhes é assegurado pelo art. 5.º da Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948.

Art. 6.º No provimento do cargo isolado de auxiliar de portaria dar-se-á preferência aos ocupantes da classe final da carreira de contínuo.

Art. 7.º Para completar o quadro de que se ocupa esta lei serão aproveitados, preferentemente, os funcionários contratados e extranumerários do Tribunal, e, a seguir, os requisitados que estejam a seu serviço, ocupando

cargo idêntico ou superior, feita a seleção mediante concurso interno organizado pelo Tribunal.

Art. 8.º Os cargos isolados serão providos livremente pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Art. 9.º As vagas decorrentes do aproveitamento, segundo o disposto no art. 7.º desta lei, de extranumerários e contratados, não poderão ser preenchidas.

Art. 10. São transformados em cargos isolados de provimento efetivo os atualmente em comissão de diretor geral da secretaria, diretores de serviço e auditor fiscal.

Art. 11. O presidente do Tribunal Regional poderá designar funcionários da secretaria, sob a orientação de um chefe de seção, para auxiliarem os serviços dos cartórios das zonas eleitorais da Capital do Estado.

Art. 12. Na nomeação, promoção, licença, exoneração, demissão, readmissão, readaptação e aposentadoria dos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo serão aplicadas, no que couberem, as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Art. 13. Os funcionários que, em virtude desta lei, forem aproveitados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, contarão como tempo de serviço público federal, para os efeitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, o tempo de serviço anteriormente prestado à Justiça Eleitoral, aos Estados, Municípios e Autarquias, (Lei n.º 867, de 15 de outubro de 1949, art. 5.º).

Art. 14. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo — o crédito suplementar até o limite de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para reforço das verbas orçamentárias indispensáveis à execução da presente lei no corrente exercício.

Art. 15. Os funcionários dos quadros das Secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais perceberão, a partir da vigência desta lei, as gratificações adicionais por tempo de serviço, asseguradas aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

João Goulart.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

TABELA DE QUE TRATA O ART. 1.º DESTA LEI

Número de cargos	Carreira ou cargo	Símbolo, Padrão ou Classe
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Secretário Diretor Geral	PJ-1
2	Diretor de Serviço	PJ-2
1	Auditor Fiscal	PJ-2
15	Chefe de Seção	PJ-4
1	Taquigrafo	O
1	Arquivista	N
1	Almoxarife	L
1	Zelador	N
1	Ajudante de Zelador	K
1	Porteiro	L
1	Ajudante de Porteiro	K
1	Motorista mecânico	K
8	Motorista	J
9	Auxiliar de Portaria	J
8	Auxiliar de Portaria	I
17	Auxiliar de Portaria	H
8	Artífice	J
6	Artífice	I
4	Artífice	H
6	Ascensorista	H
1	Oficial de Justiça	I
29	Servente	G
<i>Cargos de carreira</i>		
4	Oficial Judiciário	O
6	Oficial Judiciário	N
8	Oficial Judiciário	M
18	Oficial Judiciário	L
19	Oficial Judiciário	K
27	Oficial Judiciário	J
48	Auxiliar Judiciário	I
77	Auxiliar Judiciário	H
<i>Funções gratificadas</i>		
1	Assistente do Procurador	FG-4
1	Auxiliar do Procurador Regional ..	FG-5

LEI N.º 2.832 — DE 20 DE JULHO
DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 830.400,00 para atender ao pagamento de despesas com substituições de pessoal, salário-família e aluguéis de imóveis, no exercício de 1954.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 830.400,00 (oitocentos e trinta mil e quatrocentos cruzeiros) para atender ao pagamento de despesas com substituições de pessoal, salário-família e aluguéis de imóveis, no exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1956; 135.º da Independência 68.º da República.

João Goulart

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.833 — DE 24 DE JULHO
DE 1956

Autoriza o poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 4.733.823,80, para atender às despesas com o pagamento das diferenças de vencimentos e gratificações por tempo de serviço e de salário-família a Ministros e funcionários daquele Tribunal.

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 4.733.823,80 (quatro milhões, setecentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e três cru-

zeiros e oitenta centavos) para atender às despesas com o pagamento das diferenças de vencimentos e de gratificações por tempo de serviço e de salário-família a Ministros e funcionários daquele Tribunal, verificadas no exercício de 1955, assim discriminadas:

	Cr\$
Vencimentos do pessoal civil (Magistrados) ...	566.720,00
Vencimentos de funcionários	3.275.277,20
Gratificações adicionais por tempo de serviço ..	131.680,00
Gratificações adicionais (funcionários)	740.146,60
Salário-família	20.000,00
Total	4.733.823,80

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1956; 135.º da Independência e 69.º da República.

João Goulart.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.834 — DE 24 DE JULHO
DE 1956

Concede a inclusão da Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Vice-Presidente da República, no Exercício do Cargo de Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a inclusão, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da mesma lei, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), relativo

à subvenção, no exercício de 1956, à Escola de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JOÃO GOULART.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.835 — DE 25 DE JUNHO
DE 1956

Dispõe sobre o tempo de serviço prestado por funcionário ou extranumerário federal ocupante do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' equiparado ao exercício de cargo público federal, em comissão, para os fins previstos na Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, o tempo de serviço prestado por funcionário ou extranumerário federal, da administração direta ou autárquica, como Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, instituída em virtude do Tratado de Ligação Ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, aprovado pelo Decreto-lei n.º 344, de 22 de março de 1938.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Ernesto Dornelles.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleuss.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.836 — DE 31 DE JULHO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica o crédito especial de Cr\$ 174.140,80 para atender ao pagamento de gratificações aos engenheiros lotados naquele Conselho. O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Conselho Nacional de Aguas e Energia Elétrica, o crédito especial de Cr\$ 174.140,80 (cento e setenta e quatro mil cento e quarenta cruzeiros e oitenta centavos) para atender ao pagamento das gratificações de que trata o Decreto n.º 37.512, de 20 de junho de 1955, aos engenheiros lotados naquele Conselho, no período de 20 de junho a 31 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.837 — DE 31 DE JULHO
DE 1956

Altera o art. 14, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Acrescente-se ao art. 14, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, o seguinte parágrafo único:

"Art. 14.

Parágrafo único. A transferência de qualquer oficial-general das Forças Armadas para a Reserva remu-

nerada poderá ser adiada até o limite de permanência na ativa, quando, a critério do Presidente da República, for necessária a continuação dos seus serviços. O adiamento será feito por decreto e não prejudicará a vaga que dessa transferência deve-se-a decorrer."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

Rio de Janeiro, em 31 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

Henrique Fleiuss.

LEI N.º 2.338 — DE 2 DE AGOSTO
DE 1956

Concede isenção de tributos a duas imagens, um relógio e materiais destinados à Prelazia de Pinheiro, à Igreja de São João de Tauape, à Matriz de Sumaré e à Associação Maternidade de São Paulo.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de tributos, exclusiva a taxa de previdência social, que incidirem sobre a importação do seguinte:

a) duas imagens doadas pelo Papa Pio XII e destinadas à Prelazia de Pinheiro, no Estado do Maranhão, e à Igreja de São João do Tauape, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;

b) um relógio de torre "Mestre", tipo 7-1.700, a motor, com movimento secundário, mecanismo para bater horas, mostradores, ponteiros, eixos, lâmpadas, cadernos e acessórios, com o peso de 262 quilos, adquirido na Holanda, e destinado à Matriz de Sumaré, da Diocese de Campinas, Estado de São Paulo;

c) materiais constantes da licença n.º 18.52.12682, 8.300, da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S. A., importados pela Associação Maternidade de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.839 — DE 2 DE AGOSTO
DE 1956

Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e o abono de faltas não justificadas. O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º Os órgãos de pessoal dos Ministérios e das entidades autárquicas e paraestatais cancelarão *ex-officio* as penalidades de advertência, repreensão e suspensão, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, aplicadas aos seus servidores, abonando-lhes, também, as faltas não justificadas, limitadas ao mesmo prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. O cancelamento das penalidades e o abono das faltas de que trata este artigo não darão direito a ressarcimento de vantagens pecuniárias ou vencimento, nem a revisão de quaisquer atos decorrentes das penalidades e das faltas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 2 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Ernesto Dornelles.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleiuss.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.840 — DE 4 DE AGOSTO
DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito especial de Cr\$ 92.400,00, destinado ao pagamento de gratificação eleitoral.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito especial de Cr\$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos cruzeiros), destinado ao pagamento de gratificação eleitoral aos membros daquele Tribunal relativa ao mês de dezembro de 1955 e a 13 (treze) funcionários de outras repartições, requisitados para prestação de serviços em sua Secretaria, no período de agosto a dezembro do mesmo ano.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.841 — DE 4 DE AGOSTO
DE 1956

Isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras as sociedades com sede e administração no país, que explorem ou venham a explorar a fabricação de baterias e de pilhas secas.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As sociedades com sede e administração no país, que explorem ou venham a explorar a fabricação de baterias e de pilhas secas, gozarão de isenção de direitos de importação e de taxas aduaneiras, exceto a de previdência social.

§ 1.º A isenção abrangerá todos os materiais instrumentos, equipamentos, acessórios e matéria prima comprovadamente necessários à instalação

e ao fabrico, incluídos aqueles cuja importação tenha sido liberada nas repartições alfandegárias do país, mediante assinatura ou termo de responsabilidade.

§ 2.º Serão cobrados pelo triplo os tributos devidos pelos materiais destinados ao fabrico e que não forem utilizados na produção dentro do prazo desta lei.

§ 3.º O Ministério da Fazenda organizará e fará publicar a lista dos artigos previstos no § 1.º, beneficiados pela isenção, não podendo essa lista ser alterada durante o período de vigência desta lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor pelo prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.842 — DE 10 DE AGOSTO
DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Jovina Ferreira de Ubatuba, viúva do Dr. Ezequiel Ubatuba, ex-servidor federal.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Jovina Ferreira de Ubatuba, viúva do Dr. Ezequiel Ubatuba, ex-servidor federal.

Art. 2.º Cessará a pensão pelo falecimento da pensionista, ou em caso de contrair ela novas núpcias.

Art. 3.º O pagamento da pensão concedida no art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.843 — DE 13 DE AGOSTO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para atender ao pagamento, no exercício de 1956, da subvenção concedida pela Lei n.º 2.737, de 18 de fevereiro de 1955, à Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para atender ao pagamento, no exercício de 1956, da subvenção concedida pela Lei n.º 2.737, de 18 de fevereiro de 1955, à Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.844 — DE 13 DE AGOSTO DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 2.202.069,00 destinado ao pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações de representação e de adicionais por tempo de serviço e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, nos exercícios de 1948 a 1953.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 2.202.069,00 (dois milhões duzentos e dois mil e sessenta e nove cruzeiros), destinado a ocorrer ao pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações de representação e de adicionais por tempo de serviço e substituições de juizes, suplentes e vogais do Tribunal Regional do Trabalho da 6.ª Região, nos exercícios de 1948 a 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.845 — DE 13 DE AGOSTO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 a Maria Gurgel Braga Herbster, viúva de Raimundo Herbster, coletor federal aposentado em Maranguape, Estado do Ceará, falecido em 1941.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) mensais a Maria Gurgel Braga Herbster, viúva de Raimundo Herbster, coletor aposentado das rendas federais em Maranguape, Estado do Ceará, falecido em 1941.

Art. 2.º As despesas decorrentes da pensão concedida por esta lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.846 — DE 13 DE AGOSTO DE 1956

Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 5.445.200,00 para atender ao pagamento do abono especial temporário aos funcionários e extranumerários da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 5.445.200,00 (cinco milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil e duzentos cruzeiros) para atender ao pagamento do abono especial temporário aos funcionários e extranumerários da Secretaria do mesmo Tribunal, de acordo com a Lei n.º 2.498, de 3 de junho de 1955, que estendeu

àqueles funcionários os dispositivos da Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.847, DE 13 DE AGOSTO DE 1956

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pelo Estado da Paraíba.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para 3.021 (três mil e vinte e uma) toneladas métricas de chapas destinadas à confecção da adutora para abastecimento de água da cidade de Campina Grande, a serem importadas pelo Estado da Paraíba, com as seguintes especificações:

Espessura em polegadas	Pêso aproximado por m2	Pêso total em quilos
3/16"	37,35	1.281.000
1/ 4"	49,80	1.623.000
5/16"	62,25	117.000
Pêso total	—	3.021.000

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.848 — DE 18 DE AGOSTO
DE 1956

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um aparelho de Raios X e seus pertences, destinado ao Hospital São Marcos, com sede no Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para um aparelho de Raios X e seus pertences, destinado ao Hospital São Marcos, com sede no Rio de Janeiro.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.849, DE 22 DE AGOSTO
DE 1956

Restabelece subvenções ordinárias omitidas no Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei número 2.368, de 9 de dezembro de 1954).

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São concedidas, para suprimimento de omissão verificada no Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954), as seguintes subvenções ordinárias a instituições assistenciais do Estado do Rio Grande do Sul:

Cr\$

a) Ministério da Educação e Cultura Ginásio Anchieta, Porto Alegre .. 10.000,00

b) Ministério da Saúde:

Hospital Sagrada Família, Montenegro	16.000,00
Sociedade de Educação e Caridade, mantenedora do Hospital São Salvador, São Salvador, Montenegro	9.000,00

Art. 2.º Para o pagamento das subvenções de que trata o artigo anterior, e o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos especiais de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) pelo Ministério da Educação e Cultura e de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) pelo Ministério da Saúde, os quais serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º As cooperações financeiras constantes da presente lei serão incluídas, obrigatoriamente, nos orçamentos posteriores da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.850 — DE 25 DE AGOSTO
DE 1956

Modifica o art. 300 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 300 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares) passa a ter a seguinte redação:

“Art. 300. Terá os vencimentos e vantagens incorporáveis integrais, referente ao posto ou graduação em que fôr reformado, seja qual fôr o tempo de serviço e sem prejuízo de outras vantagens legais já concedidas ou a conceder, por lei especial, o militar

julgado inválido ou incapaz, definitivamente, para o serviço ativo das Forças Armadas, por qualquer dos seguintes motivos:

- a) ferimento recebido em campanha ou na manutenção da ordem pública, ou enfermidade contraída nestas situações ou delas resultantes;
- b) acidentes em serviço;
- c) enfermidade adquirida em tempo de paz, tendo relação de causa e efeito com as condições inerentes ao serviço.

§ 1.º O militar julgado definitivamente inválido ou incapaz por qualquer dos motivos mencionados neste artigo e que, em consequência, já se encontrava reformado quando entrou em vigor a Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, está amparado pelos favores deste artigo, a partir de 23 de janeiro de 1951.

§ 2.º O direito às vantagens incorporáveis independe do tempo de serviço na data da reforma, cabendo o pagamento da gratificação de tempo de serviço pelo máximo previsto neste Código”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1953; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Camara.

Henrique Lott.

José Maria Alkmim.

Henrique Fleiuss.

LEI N.º 2.851 — DE 25 DE AGOSTO
DE 1956

Dispõe sobre a Organização Básica do Exército

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º O Ministério da Guerra tem a seu cargo a preparação do Exército para a guerra e participa da

mobilização geral da Nação. O Exército colabora, com as demais Forças Armadas, na defesa da Pátria e na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

Art. 2.º Em tempo de paz, o Ministro da Guerra é o Comandante do Exército, por delegação permanente do Presidente da República.

Art. 3.º O Exército compreende o Exército ativo e sua Reserva.

Art. 4.º O recrutamento para o Exército é feito entre os cidadãos brasileiros nos termos de lei, especial, que regulará também a constituição da Reserva e as condições de sua mobilização.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Capítulo I

Organização Geral

Art. 5.º O Ministério da Guerra é constituído de:

A — Órgãos de direção:

- Estado-Maior do Exército (EME);
- Departamento de Provisão Geral (DPG);
- Departamento de Produção e Obras (DPO);
- Departamento Geral de Pessoal (DGP).

B — Órgãos auxiliares:

- Comissão Superior de Economia e Finanças (COSEF);
- Secretaria do Ministério da Guerra (SMG);
- Gabinete do Ministro;
- Comissão de Promoção de Oficiais (CPO);
- Comissões Especiais.

C — Forças Terrestres:

Exércitos (Ex), em número variável.

D — Órgãos territoriais:

Regiões Militares (RM), em número variável.

Art. 6.º Além dos órgãos acima referidos, o Alto Comando, presidido pelo Ministro da Guerra, é constituído pelos Chefes do Estado-Maior do Exército e dos Departamentos e pelos Comandantes de Exércitos.

§ 1.º O Chefe do Estado-Maior do Exército é o Relator do Alto Comando.

§ 2.º As sessões do Alto Comando são secretariadas pelo Secretário do Ministério da Guerra.

*Capítulo II***Constituição Geral dos Órgãos de Direção**

Art. 7.º O Estado-Maior do Exército é constituído por:

- Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete;
- Sub-chefias;
- Seções.

Parágrafo único. São diretamente subordinadas ao Estado-Maior do Exército:

Diretoria Geral do Ensino (DGE), compreendendo a Diretoria do Ensino e Formação (DEF) e a de Aperfeiçoamento e Especialização (DAE);

Diretoria de Instrução do Exército (DIE);

Diretoria do Serviço Geográfico (DSG);

Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Anti-aérea (DACAA);

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME);

Escola Técnica do Exército (ETE).

Art. 8.º O Departamento de Provisão Geral é constituído por:

- Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete;
- Sub-chefias;
- Divisões.

Parágrafo único. São diretamente subordinadas ao Departamento de Provisão Geral:

A — A Diretoria Geral de Material Bélico (DGMB) compreendendo:

- 1 — a Diretoria de Armamento e Munição. (DAM);
- 2 — a Diretoria de Motomecanização (DMM);
- 3 — a Diretoria de Material de Engenharia (DME);
- 4 — a Diretoria de Material de Comunicações (DMC).

B — A Diretoria Geral de Intendência (DGI) compreendendo:

- 1 — a Diretoria de Finanças (DF);
- 2 — a Diretoria de Subsistência (DS);
- 3 — a Diretoria de Material de Intendência (DMI).

C — A Diretoria Geral de Saúde do Exército (DGSE) compreendendo:

- 1 — a Diretoria Administrativa (DA);
- 2 — a Diretoria Técnica (DT).

D — A Diretoria Geral de Remonta e Veterinária (DGRV) compreendendo:

- 1 — a Diretoria de Remonta (DR);
- 2 — a Diretoria de Veterinária (DV).

Art. 9.º O Departamento de Produção e Obras é constituído por:

- Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete;
- Subchefias;
- Divisões.

Parágrafo único. São diretamente subordinadas ao Departamento de Produção e Obras.

Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações (DGEC), compreendendo a Diretoria de Obras e Fortificações (DOF), a de Vias de Transporte (DVT), a do Patrimônio do Exército (DPE) e a de Comunicações (DCOM).

Diretoria de Fabricação e Recuperação (DFR);

Diretoria de Pesquisas Tecnológicas (DPT).

Art. 10. O Departamento Geral do Pessoal é constituído por:

- Chefia, compreendendo o Chefe e o Gabinete;
- Divisões.

Parágrafo único. São subordinadas diretamente ao Departamento Geral do Pessoal:

Diretoria do Pessoal da Ativa (DPA);

Diretoria do Serviço Militar (DSM), compreendendo uma subdiretoria da Reserva e outra do Recrutamento;

Diretoria de Assistência Social (DAS).

Art. 11. A organização e o funcionamento do Estado-Maior do Exército, dos Departamentos e das Diretórias serão objeto de Regulamentos.

*Capítulo III***Constituição dos Órgãos Auxiliares**

Art. 12. Os órgãos auxiliares de que trata o art. 5.º desta lei são diretamente subordinados ao Ministro da Guerra e com exceção da Comissão de Promoção de Oficiais, que se rege por lei especial, terão sua organização e funcionamento regulados por atos ministeriais.

Art. 13. São subordinados à Secretaria do Ministério da Guerra:

Comissão de Desportos do Exército;
Comissão de Fardamento;
Imprensa do Exército;
Gabinete Fotocartográfico;
Arquivo do Exército;
Museu do Exército;
Biblioteca do Exército;
Administração do Edifício do Ministério da Guerra.

Capítulo IV

Constituição das Forças Terrestres

Art. 14. As Forças Terrestres, em tempo de paz, são organizadas em Exércitos, comportando cada um destes em número variável.

Grandes Unidades:

Unidades das Armas e dos Serviços não integrantes de Grandes Unidades.

Parágrafo único. O número e a organização dos Exércitos são fixados pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Guerra.

Art. 15. A Divisão é a Grande Unidade básica, das Forças Terrestres, podendo ser de Infantaria, de Cavalaria, Blindada, Aeroterrestre ou de tipo especial.

Parágrafo único. As Divisões terão sua organização fixada pelo Presidente da República, mediante proposta do Ministro da Guerra.

Art. 16. As Unidades são constituídas de elementos de tropa de cada arma ou serviço, reunidos em:

Regimento;
Batalhão ou Grupo.

Parágrafo único. As frações de Unidades denominadas Companhia, Esquadrão e Bateria constituem Sub-Unidades.

Art. 17. As Grandes Unidades podem ser reunidas, sob um mesmo Comando, em Corpos, bem como as Unidades em Brigadas, Grupamentos ou Destacamentos.

Art. 18. As Unidades e Sub-Unidades que dispõem dos recursos necessários à sua existência autônoma, são denominadas Corpos de Tropa.

Art. 19. A fixação do número, denominação, espécie, organização geral e localização das Grandes Unidades, das Unidades e demais elementos, é da competência do Presidente da República, mediante proposta do Mi-

nistro da Guerra, e dentro dos limites impostos pela lei que fixar os efetivos.

Art. 20. A organização e a composição das Forças Terrestres, em tempo de guerra, serão objeto de lei especial.

Capítulo V

Constituição dos Órgãos Territoriais

Art. 21. O Território Nacional é dividido em Regiões Militares cujo número e limites são fixados pelo Presidente da República, por proposta do Ministro da Guerra.

§ 1.º A Região Militar constitui um comando territorial.

§ 2.º As Regiões Militares são subordinadas ao Comando do Exército, que as guarnece, e os respectivos territórios constituem Zonas do Exército.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS

Capítulo I

Estado-Maior do Exército

Art. 22. O Estado-Maior do Exército, como principal órgão assessor do Ministro da Guerra, é responsável pela preparação do Exército para a guerra, cabendo-lhe o estudo de todas as questões básicas de organização, adiestramento, mobilização, apoio logístico e emprego das Forças Terrestres, na paz e na guerra, em harmonia com a orientação do Estado-Maior das Forças Armadas. Elabora os planos, instruções, diretrizes, regulamentos e manuais necessários à orientação dessas atividades e à organização dos programas decorrentes, cuja execução coordena e fiscaliza. O adiestramento do Exército ativo e de sua Reserva é por ele orientado e fiscalizado.

Art. 23. A Diretoria Geral do Ensino dirige e fiscaliza o ensino de formação e o de aperfeiçoamento e especialização.

§ 1.º A Diretoria do Ensino de Formação tem a seu cargo a orientação geral do ensino de formação do pessoal das Armas e dos Serviços.

§ 2.º A Diretoria de Aperfeiçoamento e Especialização tem a seu cargo a orientação geral do ensino de aperfeiçoamento e especialização.

Art. 24. A Diretoria de Instrução do Exército tem por objetivo elaborar manuais e outras publicações destinadas à instrução das Armas e dos Serviços.

Art. 25. A Diretoria do Serviço Geográfico superintende todas as atividades referentes à elaboração e reprodução de documentos cartográficos de interesse do Exército.

Art. 26. A Diretoria de Artilharia de Costa e Artilharia Anti-aérea é o órgão técnico-especializado, assessor do Estado-Maior do Exército, para as questões referentes à Defesa de Costa e à Defesa Anti-aérea.

Art. 27. A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército tem por missão preparar oficiais das Armas e dos Serviços para funções de Estado-Maior, ministrar-lhes os conhecimentos essenciais ao exercício do Comando de Grandes Unidades e realizar pesquisas e ensaios doutrinários para o Estado-Maior do Exército.

Art. 28. A Escola Técnica do Exército destina-se, essencialmente, a formar Engenheiros Militares.

Capítulo II

Departamento de Provisão Geral

Art. 29. O Departamento de Provisão Geral dirige e fiscaliza as atividades referentes ao suprimento e à manutenção de material de toda natureza, à provisão animal e à saúde do pessoal e dos animais, tendo em vista a vida corrente do Exército, sua mobilização e seu emprego. Elabora os planos de conjunto que lhe cabem de acordo com diretrizes do Estado-Maior do Exército; organiza os programas ou diretrizes consequentes, destinados às Diretorias diretamente subordinadas, cujas atividades orienta, coordena e controla.

Art. 30. A Diretoria Geral de Material Bélico incumbem-se do suprimento e manutenção de armamento, munição, viaturas em geral, material de guerra química, material de engenharia e material de comunicações, bem como do suprimento de combustíveis e lubrificantes. Coordena e fiscaliza tecnicamente os órgãos do Serviço de Armamento e Munições, do Serviço de Motomecanização, do Serviço de Engenharia e do Serviço de Comunicações.

Art. 31. A Diretoria Geral de Intendência incumbem-se do suprimento dos fundos às Unidades Administra-

tivas e do controle do seu emprego, bem como das questões relativas à subsistência e ao material de Intendência. Coordena e fiscaliza tecnicamente os órgãos do Serviço de Intendência.

Art. 32. Competem à Diretoria Geral de Saúde do Exército as questões relativas ao estado sanitário do pessoal do Ministério da Guerra, bem como o suprimento e a manutenção do material de saúde.

Art. 33. A Diretoria Geral de Remonta e Veterinária incumbem-se das questões relativas à provisão e ao estado sanitário dos animais do Exército. Promove os suprimentos e a manutenção dos materiais peculiares aos serviços subordinados. Cabe-lhe, ainda, estimular a criação dos tipos de solípedes mais adequados ao serviço do Exército. Coordena e fiscaliza os órgãos dos Serviços de Remonta e de Veterinária.

Capítulo III

Departamento de Produção e Obras

Art. 34. O Departamento de Produção e Obras dirige e fiscaliza as atividades referentes à fabricação e recuperação de material de guerra, à realização de pesquisas técnicas e científicas e à execução e conservação de obras militares, de vias de transporte e eixos de comunicações, tendo em vista as necessidades da vida corrente do Exército e de sua mobilização e emprego na paz e na guerra. Elabora, em consequência, de acordo com diretrizes do Estado-Maior do Exército os planos, programas e diretrizes cuja execução orienta e fiscaliza.

Art. 35. A Diretoria Geral de Engenharia e Comunicações orienta, coordena e fiscaliza todas as atividades relacionadas com a execução e conservação de obras militares, vias de transportes e eixos de comunicações, bem assim como o tombamento e conservação dos bens imóveis sob jurisdição do Ministério da Guerra. Coordena e fiscaliza tecnicamente os órgãos dos Serviços de Obras e Vias de Transporte e o funcionamento do Serviço Rádio do Ministério da Guerra.

Art. 36. A Diretoria de Fabricação e Recuperação regula as atividades dos arsenais e dos estabelecimentos de fabricação de armamento e munições, viaturas em geral e material de

guerra química, de engenharia e de comunicações. Cumpre-lhe, ainda, executar as grandes reparações desses materiais.

Art. 37. A Diretoria de Pesquisas Tecnológicas incumbem-se de estudos técnicos, análises, pesquisas, provas e outras atividades experimentais relativas ao material.

Capítulo IV

Departamento Geral do Pessoal

Art. 38. O Departamento Geral do Pessoal incumbem-se das questões relativas ao pessoal militar e civil, ao Serviço Militar e à assistência social do Ministério da Guerra.

Art. 39. A Diretoria do Pessoal da Ativa trata da movimentação de pessoal militar e civil, bem como do registro de alterações de todos os oficiais, praças e civis.

Art. 40. A Diretoria do Serviço Militar incumbem-se dos assuntos relacionados com o recrutamento e a reserva do Exército.

Art. 41. A Diretoria de Assistência Social trata dos assuntos concernentes à assistência e previdência sociais para o pessoal do Ministério da Guerra, inclusive assistência religiosa.

Capítulo V

Comissão Superior de Economia e Finanças

Art. 42. A Comissão Superior de Economia e Finanças é encarregada do planejamento econômico-financeiro, da elaboração orçamentária e do controle das aplicações financeiras do Exército.

Capítulo VI

Secretaria do Ministério da Guerra

Art. 43. A Secretaria do Ministério da Guerra tem a seu cargo o trato dos assuntos referentes à legislação em geral, contencioso administrativo, publicação dos atos oficiais e cerimonial militar. Regula e orienta as atividades desportivas do Exército.

Capítulo VII

Gabinete do Ministro

Art. 44. Ao Gabinete do Ministro incumbem:

1 — Preparar as sínteses necessárias às decisões do Ministro sobre

assuntos estudados pelos órgãos competentes;

2 — Preparar os documentos atinentes à execução das decisões ministeriais;

3 — Organizar a documentação referente à movimentação prevista nos n.ºs 1 e 2 do art. 55;

4 — Manter ligação com os diferentes órgãos do Ministério da Guerra;

5 — Estabelecer ligação entre o Ministério da Guerra e os demais órgãos dos poderes da República;

6 — Tratar das questões referentes às Relações Públicas.

Capítulo VIII

Comissão de Promoção de Oficiais

Art. 45. A Comissão de Promoção de Oficiais incumbem-se do trato das questões referentes à promoção dos oficiais do Exército, de acordo com lei especial.

Capítulo IX

Comissões Especiais

Art. 46. As Comissões Especiais, criadas por atos ministeriais, destinam-se ao trato de assuntos diversos não especificados como da responsabilidade dos órgãos de Direção ou de outros órgãos auxiliares.

Capítulo X

Exércitos

Art. 47. Aos Comandantes de Exército, em sua ação de comando, cumpre, particularmente, dirigir, coordenar e fiscalizar a instrução e as atividades logísticas dos elementos que lhes são subordinados, tendo em vista sua preparação para a guerra. Cabem-lhes ainda os encargos de planejamento que lhes forem atribuídos pelo Estado-Maior do Exército.

Capítulo XI

Regiões Militares

Art. 48. As Regiões Militares incumbem-se, em seus respectivos territórios, do preparo e execução do Serviço Militar, da mobilização, do apoio logístico e do equipamento do território, bem como da instrução das Unidades e Órgãos que lhes são diretamente subordinados.

TÍTULO IV

DO PESSOAL DO EXÉRCITO

Art. 49. O pessoal do Exército compõe-se de:

A — Pessoal da Ativa

a) Oficiais:

1 — Oficiais Gerais constituindo os seguintes Quadros:

I — De Combatentes;

II — Dos Serviços (Intendência, Saúde e Veterinária);

III — De Engenheiros Militares;

IV — De Ministros do Superior Tribunal Militar.

2 — Oficiais Combatentes, constituindo os seguintes Quadros das Armas:

I — Infantaria;

II — Cavalaria;

III — Artilharia;

IV — Engenharia;

V — Comunicações.

3 — Oficiais do Quadro de Engenheiros Militares, compreendendo:

I — Engenheiros Industriais;

II — Engenheiros Geógrafos.

4 — Oficiais dos Serviços, constituindo os seguintes Quadros:

I — De Intendentes;

II — De Médicos, Farmacêuticos e Dentistas no Serviço de Saúde;

III — De Veterinários;

IV — De Administração;

V — De Auxiliar de Administração;

VI — De Especialistas.

b) Praças:

1. Praças Especiais.

2. Praças pertencentes às diversas qualificações militares.

B — Pessoal da Reserva:

a) Oficiais:

Os da 1.^a, 2.^a e 3.^a classe da reserva (incluídos entre os da 1.^a classe os do magistério militar).

b) Praças:

Os reservistas das diversas categorias.

§ 1.^o O Exército possui, também, Capelães Militares incumbidos do Serviço de Assistência Religiosa.

§ 2.^o Leis especiais regularão os diversos Quadros, sua composição e as condições de ingresso e acesso.

§ 3.^o Os Engenheiros industriais exercerão as seguintes especialidades:

1. Armamento;

2. Automóvel;

3. Metalurgia;

4. Química;

5. Eletrônica.

6. Eletricidade.

Art. 50. Com relação às funções, em cujo exercício se encontram, os Oficiais combatentes serão distribuídos pelos seguintes Quadros:

Estado-Maior da Ativa (QEMA);

Ordinário (QO);

Suplementar Geral (QSG);

Suplementar Privativo (QSP).

§ 1.^o No Quadro de Estado-Maior da Ativa são incluídos os oficiais com o curso de Estado-Maior, quando no efetivo exercício de funções dessa natureza.

§ 2.^o O Quadro Ordinário compõe-se dos oficiais em serviço nos Corpos de Tropa.

§ 3.^o O Quadro Suplementar Geral é constituído de oficiais no desempenho de funções não específicas de qualquer Arma.

§ 4.^o O Quadro Suplementar Privativo é constituído de oficiais no exercício de funções de sua Arma, fora dos Corpos de Tropa.

Art. 51. No Quadro de Estado-Maior da Ativa serão também incluídos os oficiais dos Serviços com o curso de Estado-Maior, quando no efetivo exercício de funções dessa natureza.

Art. 52. Fica o Ministro da Guerra autorizado a convocar anualmente, no limite dos efetivos fixados e para atender às necessidades de estágio e do serviço, oficiais da reserva das Armas e dos Serviços, de conformidade com a legislação específica.

Art. 53. As praças do Exército são grupadas por qualificações militares. Tais qualificações são atribuídas de acordo com a capacidade adquirida na instrução ministrada no Exército ou com a que fôr demonstrada em provas de habilitação, sempre que o recrutamento para certas qualificações deva recair sobre pessoal já habilitado na vida civil.

Parágrafo único. As praças de certas qualificações militares podem ser reunidas em quadros especiais.

Art. 54. A discriminação das qualificações militares, inclusive quadros especiais, bem como as condições de formação, habilitação, ingresso na qualificação, aperfeiçoamento, acesso e movimentação de praças, obedecem a regulamentação ou instruções próprias.

Art. 55. A movimentação do pessoal do Ministério da Guerra é feita pelas autoridades abaixo discriminadas:

1. Presidente da República:

Oficiais Gerais, ou oficiais superiores quando para desempenharem funções daqueles.

Adidos Militares.

2. Ministro da Guerra:

Oficiais superiores, de um para outro dos Quadros previstos no art. 50 desta lei;

Oficiais superiores, dentro desses Quadros, excetuados os do QEMA;

Oficiais professores e professores civis do Magistério Militar;

Comissões no exterior;

Pessoal militar e civil do Gabinete do Ministro;

Capelães militares.

3. Chefe do Estado-Maior do Exército:

Oficiais do QEMA, de todos os postos.

4. Chefe do Departamento Geral do Pessoal:

Capitães, Oficiais subalternos e Aspirantes;

Praças, entre as Zonas de Exército, exceto aquelas cuja movimentação seja da alçada dos Diretores de Serviços; Pessoal civil lotado no Ministério.

5. Comandante de Exército:

Praças, dentro do território da respectiva Zona, exceto aquelas cuja movimentação seja da alçada dos Diretores de Serviços.

6. Comandante de Região Militar:

Praças dos Contingentes ou pertencentes a órgãos diretamente subordinados ao Comando da Região dentro do território desta.

7. Comandante de Grande Unidade:

Praças pertencentes às unidades subordinadas.

8. Diretores de Serviço:

Praças de quadros especiais, entre os órgãos diretamente subordinados e entre as Zonas de Exército e RM.

§ 1.º Os oficiais e praças classificados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos ou Repartições ou para eles transferidos sem especificação das funções a exercer, serão designados pelo Comandante, Chefe ou Diretor respectivo, para funções correspondentes a seus postos, de acordo com as prescrições regulamentares e os Quadros de organização e distribuição em vigor.

§ 2.º A movimentação dos oficiais dos Serviços será feita mediante proposta das respectivas Diretorias, bem assim, a das praças não pertencentes a quadros especiais.

Art. 56. Toda e qualquer movimentação do pessoal militar e civil deve ser comunicada à Diretoria do Pessoal da Ativa, para fins de registro.

Art. 57. Os efetivos e funções de oficiais e praças das organizações militares são regulados pelos Quadros de Organização e Distribuição, elaborados pelo Estado-Maior do Exército e aprovados pelo Ministro da Guerra, respeitadas as prescrições da lei que fixa os efetivos das Forças Armadas em tempo de paz.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 58. É criada a Arma de Comunicações cuja organização será objeto de lei especial.

Art. 59. É extinto o Quadro Técnico da Ativa e criado o Quadro de Engenheiros Militares, na forma prevista no art. 49.

Parágrafo único. Lei especial regulará as condições da extinção do Quadro Técnico da Ativa (QTA) e a Criação do Quadro de Engenheiros Militares.

Art. 60. É também extinto o Quadro Auxiliar de Oficiais, sendo criado o Quadro de Oficiais de Administração e o de Oficiais Especialistas.

Parágrafo único. Lei especial regulará as condições de extinção do primeiro e criação dos dois últimos.

Art. 61. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições dos Decreto-leis números 9.099 e 9.100, ambos de 27 de março de 1946, os de ns. 9.120, 9.222 e 9.231, respectivamente, de 2 de abril, 2 e 6 de maio de 1946 e a Lei número 232, de 9 de feve-

reiro de 1943, e outras disposições que colidam com a mesma.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Henrique Lott.

LEI N.º 2.852 — DE 25 DE AGOSTO
DE 1956

Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' assegurada estabilidade no serviço ativo militar, independente do engajamento ou reengajamento, aos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, que contem ou venham a contar 10 (dez) ou mais anos de serviço militar.

Art. 2.º Os Sargentos serão obrigatoriamente submetidos à inspeção de saúde, trienalmente, e reformados se considerados fisicamente incapazes para o serviço militar, na conformidade da legislação em vigor.

Art. 3.º Será passível de exclusão ou expulsão o sargento que, em sentença passada em julgado, fôr condenado a pena restritiva da liberdade individual superior a 2 (dois) anos, ou declarado, em processo regular e por decisão de órgão militar competente para o julgamento, responsável pela prática de ato prejudicial à ordem pública, nocivo à disciplina militar ou atentatório ao Estado ou às instituições constitucionais.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.
Antonio Alves Camara.
Henrique Lott.
Henrique Fleiuss.

LEI N.º 2.853 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1956

Altera a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento)

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º E' permitida a consignação em folha de vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, meio-soldo e gratificação adicional por tempo de serviço".

Art. 2.º O art. 21 e parágrafo único da Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 21. A soma das consignações não excederá de 30 % (trinta por cento) do vencimento, remuneração, salário, provento, subsídio, pensão, montepio, meio-soldo e gratificação adicional por tempo de serviço.

Parágrafo único. Esse limite será elevado até 70 % (setenta por cento) para prestação alimentícia, educação, aluguel de casa ou aquisição de imóvel destinado a moradia própria".

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.
Antonio Alves Camara.
Henrique Lott.
José Carlos de Macedo Soares.
José Maria Alkmim.
Lucio Meira.
Ernesto Dornelles.
Clovis Salgado.
Parsifal Barroso.
Henrique Fleiuss.
Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.854 — DE 28 DE AGOSTO
DE 1956

Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A., para a instalação de uma rede de Armazens e Transportes Frigoríficos.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a organizar uma sociedade por ações, com sede e fôro na cidade do Rio de Janeiro, e pelo prazo de 20 (vinte) anos, destinada a explorar a indústria do frio, mediante a instalação de uma sede de armazens frigoríficos, e a criar transportes frigoríficos (ferroviários, rodoviários, aéreos e marítimos).

§ 1.º A Sociedade a ser organizada ocupar-se-á, em princípio, com a exploração da armazenagem e do transporte dos produtos perecíveis, que necessitem do frio industrial para a sua conservação. Apenas por necessidade de ordem pública e determinação expressa do governo, poderá a sociedade explorar o comércio dos produtos que transportar ou armazenar.

§ 2.º Na organização da sociedade, que se denominará Frigoríficos Nacionais Sociedade Anônima (FRINASA) observar-se-ão, inicialmente, as normas constantes dos estatutos anexos à presente lei.

Art. 2.º O capital da FRINASA será de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias e nominativas de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma.

§ 1.º As ações de que trata este artigo serão subscritas:

I — 26.000 (vinte e seis mil) pelo Tesouro Nacional e integralizadas em duas parcelas de Cr\$ 13.000.000,00 — (treze milhões de cruzeiros), cada uma, sendo a primeira no ato da subscrição e a segunda trinta dias depois;

II — 24.000 (vinte e quatro mil) por particulares e integralizadas, em quatro parcelas iguais, sendo a primeira no ato da subscrição e as outras três, nos três meses que se seguirem.

§ 2.º As ações nominativas, depois de integralizadas, poderão ser transformadas em títulos ao portador a requerimento dos seus subscritores.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de cruzeiros), a fim de atender às despesas com a subscrição de capital da FRINASA, por parte do Tesouro Nacional, nos termos desta lei.

Art. 4.º E' a FRINASA autorizada a aumentar o capital até a importância de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) e emitir ações preferenciais com o dividendo mínimo de 6% (seis por cento) a partir da data da subscrição e reembolso, em caso de liquidação.

Art. 5.º A FRINASA será administrada por cinco diretores, dos quais o presidente de livre nomeação e demissão do Presidente da República e os mais eleitos pela assembléia geral, na forma da legislação em vigor, pelo prazo de 4 (quatro) anos e cujo mandato poderá ser renovado.

Parágrafo único E' assegurado à minoria constituída pelo capital particular a participação de dois diretores na diretoria.

Art. 6.º A FRINASA gozará, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de isenção de direitos e taxas aduaneiras para a importação de maquinismos e equipamentos necessários à instalação e funcionamento dos armazens frigoríficos, bem como veículos e navios frigoríficos, desde que não tenham similares na indústria nacional.

Art. 7.º A FRINASA gozará, também, de isenção de quaisquer impostos federais, exceto o imposto sobre a renda, pelo prazo de dez (10) anos.

Art. 8.º A FRINASA terá o direito de emitir obrigações ao portador tanto quanto o desenvolvimento dos seus negócios o exija, baseando-se no art. 1.º, § 4.º, do dec. n.º 177-A, de 15 de setembro de 1893, e nos decs/ posteriores n.º 2.080, de 7 de janeiro de 1909, e n.º 5.466, de 9 de fevereiro de 1923, considerando ser a FRINASA uma empresa de utilidade pública, similar às empresas ferroviárias, companhias de navegação, viação e portuárias.

Art. 9.º Respeitados os direitos de terceiros anteriormente adquiridos, são outorgados à FRINASA, desde a sua organização:

I — autorização para construir suas instalações frigoríficas nos terrenos que adquirir, na forma desta lei, dentro das zonas portuárias definidas no dec. n.º 24.599, de 6 de julho de 1954 e n.º 20.501, de 24 de janeiro de 1946;

II — o direito de construir, mediante indenização, os seus armazéns em terrenos particulares, desapropriados pelo Estado por interesse social, quando indispensáveis para a execução do programa proposto ao governo, e não possuía a sociedade outros terrenos em condições, provando a impossibilidade de compra direta,

III — O governo tomará todas as providências e empregará todos os meios ao seu alcance para possibilitar e facilitar as negociações entre a FRINASA e as empresas ferroviárias, governamentais ou particulares, para a circulação dos trens frigoríficos e construção dos desvios necessários.

Art. 10. É a FRINASA obrigada a:

- a) construir armazéns frigoríficos em locais aprovados pelo Ministério da Agricultura, atendendo aos interesses e necessidades das várias regiões do país, e conforme programa de realização progressiva a ser apresentado pela sociedade à aprovação daquele Ministério;

- b) submeter à aprovação do mesmo Ministério os projetos, especificações, instalações e aparelhamentos;

- c) subordinar à fiscalização do referido Ministério as obras de construção e todas as suas instalações.

Art. 11. Os armazéns frigoríficos da FRINASA caberão pela guarda e conservação dos produtos nos mesmos depositados, as taxas e emolumentos constantes de tabelas previamente aprovadas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 12. O governo concederá às sociedades particulares que se organizarem, principalmente sob a forma cooperativa para idênticos objetivos, os favores constantes dos artigos 7.º e 9.º desde que satisfaçam as condições dos artigos 10 e 11.

Art. 13. A FRINASA ficará equiparada à Empresa de Armazéns Gerais a que se refere a lei n.º 1.102, de 21 de novembro de 1903, para efeito de emissão de conhecimentos, de depósitos e de warrant.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Ernesto Dornelles

ESTATUTO DE QUE TRATA O ART. 1.º § 2.º DESTA LEI

Bases da organização Frigoríficas Nacionais Sociedade Anônima (FRINASA).

CAPÍTULO I

Da organização da sociedade, nome sede, objeto, duração.

Art. 1.º Sob a denominação de Frigoríficos Nacionais Sociedade Anônima (FRINASA), fica criada uma sociedade por ações, destinada a explorar a indústria do frio, mediante a instalação de uma rede de armazéns frigoríficos, e a organização de transportes frigoríficos (ferroviários, rodoviários, aéreos e marítimos), de acordo com a autorização contida na lei n.º 2.854 de 23 de agosto de 1956, que se regerá pelos presentes estatutos.

Parágrafo único. A sociedade destinar-se em princípio à exploração da armazenagem e do transporte dos produtos perecíveis que necessitem do frio industrial para sua conservação. Só por necessidade de ordem pública e determinação expressa do governo, poderá a sociedade explorar o comércio dos produtos que transportar ou armazenar.

Art. 2.º A cidade do Rio de Janeiro será o domicílio da sociedade para todos os efeitos jurídicos, podendo, porém, a sociedade ter estabelecimentos em qualquer ponto do território nacional.

Art. 3.º A sociedade durará por tempo indeterminado, reservada, entretanto, à assembleia geral a faculdade de deliberar, em qualquer tempo, sobre a dissolução da sociedade, observadas as prescrições legais.

CAPÍTULO II

Do capital e das ações

Art. 4.º O capital inicial da sociedade será de Cr\$ 5.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), representado por 50.000 (cinquenta mil ações) ordinárias e nominativas de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma.

Parágrafo único. As ações nominativas depois de integralizadas poderão ser transformadas em títulos ao portador, a requerimento dos seus subscritores.

Art. 5.º As ações subscritas por particulares serão integralizadas em quatro parcelas iguais, sendo a primeira no ato da subscrição e as três restantes nos três meses seguintes.

Art. 6.º Os acionistas que não atenderem à chamada para realizar quaisquer das prestações nas datas fixadas pela diretoria, ficarão, de pleno direito, constituídos em mora, podendo a diretoria mandar vender, na Bólsa do Rio de Janeiro, sem necessidade de intervenção judicial, as ações não integralizadas por conta e risco do adquirente faltoso. A quantia apurada na venda, deduzidas, as despesas que ela acarretar à sociedade, inclusive juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o montante da entrada não paga, ficará à disposição do responsável. O adquirente fica subrogado em todos os direitos e obrigações das ações que comprar.

Art. 7.º É facultado ao acionista a substituição dos títulos simples de suas ações por títulos múltiplos e converter, a todo o tempo estes naqueles.

Art. 5.º As ações nominativas, depois de integralizadas, poderão ser transformadas em ações ao portador a requerimento do acionista.

Art. 9.º As transferências de ações far-se-ão de acordo com a legislação vigente na sede da sociedade em livro próprio para esse fim.

CAPÍTULO III

Da administração

Art. 10. São órgãos administrativos

- a), a diretoria;
- b) o conselho fiscal;
- c) a assembleia geral.

Art. 11. A diretoria, que será composta de um presidente, de livre nomeação e demissão do Presidente da República, e de quatro diretores eleitos pela assembleia geral, compete a administração permanente dos negócios sociais e a execução das deliberações próprias e da assembleia geral.

§ 1.º Dos quatro diretores eleitos pela assembleia geral, dois serão de indicação dos subscritores particulares das ações da companhia.

§ 2.º O mandato dos diretores eleitos pela assembleia geral será de 4 (quatro) anos, podendo ser renovado.

Art. 12. Os diretores deverão cautionar 50 (cinquenta) ações em garantia. Não poderão tomar posse antes de prestar esta caução nem levá-la antes de deixarem o cargo e serão aprovadas as contas do último exercício em que servirem.

Art. 13. Não podem ser diretores os incapazes de commerciar, ou os que tiverem na diretoria sócios ascendente, descendente ou parente, assim até o terceiro grau.

Art. 14. As licenças ao presidente da sociedade serão concedidas pelo Presidente da República e aos diretores pela diretoria, perdendo o cargo o diretor que deixar o exercício por mais de 30 (trinta) dias consecutivos, sem licença ou motivo justificado.

Art. 15. Nos impedimentos temporários, será o diretor presidente substituído pelo vice-presidente, e no impedimento desta, pelo diretor que designar.

Art. 16. Os honorários e mais vantagens do presidente e membros da diretoria serão fixados pela assembleia geral.

Art. 17. A diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que o presidente convocar e deliberará por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

Art. 18. Em caso de vaga, renúncia ou impedimento definitivo de um dos membros da diretoria, esta poderá chamar um acionista para exercer interinamente o cargo, até que se faça a eleição definitiva na primeira assembleia que se realize. O diretor escolhido exercerá o cargo pelo tempo que faltava ao substituído.

CAPÍTULO IV

Das atribuições e deveres da diretoria

Art. 19. São atribuições e deveres da diretoria, além das atribuições que lhe são prescritas por lei:

I — determinar, orientar e dirigir os negócios da sociedade, organizando seu programa de trabalho e apresentá-lo ao governo;

II — designar as funções de cada um dos diretores, exceto o presidente, e discriminar as respectivas atribuições dos serviços da sociedade;

III — organizar o regulamento interno dos serviços da sociedade;

IV — decidir sobre criação e extinção de cargos ou funções, fixar vencimentos e organizar o regulamento do pessoal da sociedade.

V — distribuir e aplicar o lucro apurado na forma estabelecida nestes estatutos;

VI — resolver os casos extraordinários de gerência;

VII — prover, até a Assembléia Geral mais próxima, as vagas nos cargos de diretores eleitos;

VIII — realizar e firmar entendimentos, acordos e contratos com terceiros, inclusive os órgãos da administração federal, estadual e municipal.

CAPÍTULO V

Da competência da diretoria

Art. 20. Compete ao presidente da sociedade:

I — superintender e dirigir os negócios da sociedade e orientar a sua política geral;

II — representar a sociedade inclusive e principalmente em juízo ou fora dele podendo constituir procuradores, designar e autorizar prepostos;

III — dar voto de qualidade nas decisões da diretoria;

IV — convocar as assembleias gerais ressalvados os casos especiais previstos na lei das sociedades anônimas;

V — apresentar o relatório anual dos negócios da sociedade à assembleia ordinária.

Art. 21. Compete aos diretores, vice-presidente gerente tesoureiro e secretário as atribuições que lhes forem determinadas pelo regulamento interno da sociedade e seu presidente.

CAPÍTULO VI

Do conselho fiscal

Art. 22. O conselho fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes eleitos anualmente pela assembleia geral, podendo ser reeleitos.

Parágrafo único. Um dos membros efetivos do conselho fiscal e um dos suplentes serão eleitos por indicação dos particulares subscritores de ações da PRINASA.

Art. 23. No caso de renúncia do cargo, falecimento ou impedimento por mais de 2 (dois) meses, será o

membro do conselho fiscal substituído pelo suplente mais votado.

Art. 24. As atribuições do conselho fiscal são as fixadas na lei das sociedades anônimas.

Art. 25. A remuneração dos membros do conselho fiscal será fixada pela assembleia geral.

CAPÍTULO VII

Da assembleia geral

Art. 26. A assembleia geral ordinária reunir-se-á cada ano dentro de 3 (três) meses após o encerramento do ano civil em dia, hora e local previamente anunciados pela imprensa com 10 (dez) dias de antecedência, a fim de tomar as contas da diretoria, examinar e discutir o balanço e proceder também à eleição dos membros do conselho fiscal bem como dos membros da diretoria se for caso dessa eleição.

Art. 27. A assembleia será convocada extraordinariamente nos casos em que a diretoria ou o conselho fiscal achar conveniente e naqueles previstos na lei da sociedade anônima.

Art. 28. Considerar-se-á regularmente constituída a assembleia geral, quando em virtude de convocação se acharem reunidos acionistas portadores de ações que representem pelo menos 1/4 (um quarto) do capital, salvo quando a lei reguladora das sociedades anônimas exigir maior número.

Art. 29. O acionista poderá fazer-se representar nessa assembleia por outro acionista, também com direito a voto, mediante procuração com poderes especiais, desde que o outorgado não faça parte da diretoria ou do conselho fiscal.

Art. 30. Poderão deliberar e votar nas assembleias gerais os inventariantes pais tutores ou curadores, os maridos os diretores gerentes ou administradores de sociedades comerciais corporações ou outras pessoas jurídicas e usufrutuários de ações; desde que tenham previamente provado satisfazer as exigências prescritas em lei para subscrição das ações com direito a voto.

Art. 31. As provas de representação e de condição referida no artigo anterior deverão ser depositadas na sede da sociedade até à véspera do dia marcado para a reunião.

Art. 32. Os diretores não poderão tomar parte nas votações para a aprovação das suas contas inventários e balanços, nem os membros do conselho fiscal na aprovação dos seus pareceres.

Art. 33. Compete à assembleia geral resolver todos os negócios da sociedade de acordo com o que dispõe a lei das sociedades anônimas.

Parágrafo único. A mesa que dirigirá os trabalhos da assembleia geral será presidida pelo presidente da sociedade ou quem suas vezes fizer e secretariada por um dos diretores e mais dois secretários escolhidos entre os acionistas.

CAPÍTULO VIII

Da distribuição dos lucros

Art. 34. Dos lucros brutos verificados nos balanços de cada ano social, que coincide com o civil serão deduzidos antes da distribuição de dividendos, as seguintes cotas:

a) 5% (cinco por cento) para fundo de reserva;

b) 5% (cinco por cento) para fundo de renovação do material.

Art. 35. Dos lucros líquidos anuais, verificados após as deduções do artigo anterior, será distribuído um dividendo até 7% (sete por cento) aos acionistas.

Parágrafo único. O excesso de lucro líquido, que porventura restar, será distribuído como abaixo se especifica:

a) um dividendo suplementar até 20% (vinte por cento) aos acionistas;

b) uma gratificação à diretoria a juízo da assembleia geral;

c) uma gratificação aos funcionários operários e colaboradores da FERNASA, por proposta da diretoria e a juízo da assembleia geral.

Art. 36. O lucro remanescente das distribuições anteriores será levado anualmente a um fundo de melhoramentos e desenvolvimento dos serviços da sociedade ou transferido para o exercício seguinte.

CAPÍTULO IX

Da modificação dos estatutos e da liquidação da sociedade

Art. 37. Os presentes estatutos só poderão ser modificados, mediante propostas da diretoria e aprovação da assembleia geral.

Art. 38. A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante e o conselho fiscal, que deverá funcionar durante o período da liquidação.

LEI N.º 2.855 — DE 28 DE AGOSTO DE 1956

Restitui ao patrimônio do Estado de Minas Gerais a propriedade de imóvel doado à União pelo mesmo Estado, em 1912, situado na cidade de Belo Horizonte, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica restituída ao patrimônio do Estado de Minas Gerais a plena propriedade do imóvel outrora situado na Avenida Afonso Pena n.º 1.534, na cidade de Belo Horizonte, o qual fora doado à União pelo mesmo Estado, nos termos da escritura pública lavrada, aos 27 de maio de 1912, em notas do tabelião Plínio de Mendonça, da mesma cidade, para o fim de ali fazer funcionar a Escola de Aprendizes Artífices do Estado de Minas Gerais, objetivo transferido, em 1925 para o imóvel identicamente doado à União pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, situado na mesma cidade, nos termos da escritura pública de 6 de fevereiro de 1924 lavrada em notas do tabelião José Ferreira de Carvalho, de Belo Horizonte.

Art. 2.º Os efeitos da restituição de propriedade de que trata o artigo antecedente remontarão a 3 de junho de 1925, data da devolução ao mesmo Estado das chaves do prédio então ali existente, para o fim especial de fazer valer juridicamente todas as ocorrências havidas com o imóvel, a partir daquela data, a saber: a demolição do referido prédio, a divisão do respectivo terreno em lotes e a venda destes particulares, tudo praticado pelo Estado de Minas Gerais.

Art. 3.º Para os devidos efeitos legais, averbar-se-ão nas transcri-

ções dos imóveis resultantes do loteamento do referido terreno, as disposições da presente lei.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.856 — DE 29 DE AGOSTO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, destinado a atender a despesas com a execução, no exercício de 1955, da Lei n.º 2.453, de 15 de abril de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinado a atender à regularização de débito do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil Sociedade Anônima, decorrente da execução do contrato celebrado entre a União Federal e aquele estabelecimento bancário, para cumprimento do disposto na Lei n.º 2.453, de 16 de abril de 1955, no exercício de 1955.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere esta lei será registrado e distribuído ao Tesouro Nacional pelo Tribunal de Contas.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.857 — DE 29 DE AGOSTO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para ocorrer às despesas decorrentes das Leis números 2.550, de 25 de julho de 1955 e 2.582, de 30 de agosto de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas decorrentes das Leis ns. 2.550, de 25 de julho de 1955, e 2.582 de 30 de agosto de 1955, nos termos do Decreto-lei n.º 7.915, de 30 de agosto de 1945.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.858 — DE 29 DE AGOSTO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 a fim de auxiliar as populações dos municípios de Feijó e Tarauacá, no Território do Acre, vitimadas pelas enchentes em 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), destinado a

auxiliar as populações dos municípios de Feijó e Tarauacá, no Território do Acre, vitimadas pelas enchentes em 1955.

Art. 2.º O auxílio de que trata o art. 1.º será empregado em novos plantios, reconstrução de casas, em transportes, remédios e viveres.

Art. 3.º Será nomeada pelo Governador do Território do Acre, uma comissão, integrada pelos prefeitos dos municípios beneficiados pela presente lei por pessoas de reconhecida idoneidade e representantes dos agricultores para acompanhar a distribuição dos auxílios.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.859 — DE 29 DE AGOSTO
DE 1956

Modifica o art. 1.º da Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955 (Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial).

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 1.º da Lei n.º 2.494, de 26 de maio de 1955 (Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de toda e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas de toda e qualquer natureza, efetuadas com a IV Festa Nacional do Trigo e Exposição Agro-Pecuária e Industrial realizadas em outubro de 1954, no município de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Ernesto Dornelles.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.860 — DE 31 DE AGOSTO
DE 1956

Estabelece prisão especial para os dirigentes de entidades sindicais e para o empregado no exercício de representação profissional ou no cargo de administração sindical.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Têrão direito à prisão especial os dirigentes de entidades sindicais de todos os graus e representativas de empregados, empregadores, profissionais liberais, agentes e trabalhadores autônomos.

Art. 2.º O empregado eleito para função de representação profissional ou para cargo de administração sindical, quando sujeito a prisão antes de condenação definitiva, será recolhido a prisão especial à disposição da autoridade competente.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de agosto de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Parsifal Barroso.

LEI Nº 2.861 — DE 4 DE SETEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao professor Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho os proventos e vantagens de professor catedrático da Universidade do Brasil.

O Presidente da República faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a conceder ao professor Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho, como prêmio à sua contribuição para a cultura e magistério brasileiros, os proventos e vantagens de professor catedrático da Universidade do Brasil.

Art. 2º Os proventos e vantagens de que trata o art. 1º vigorarão a partir de 19 de abril de 1956.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clovis Salgado.

LEI Nº 2.862 — DE 4 DE SETEMBRO
DE 1956

Altera dispositivos da Lei do Imposto de Renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e às reservas e dá outras providências.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Será cobrado, nos exercícios de 1957 a 1960, inclusive, imposto adicional sobre os lucros das pessoas jurídicas em relação ao capital aplicado, juntamente com o imposto de que trata o art. 44 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 36.773, de 13 de janeiro de 1955, na conformidade das disposições da Lei n.º 2.354, de 29 de novembro de 1954, com as modificações desta lei.

Art. 2º O imposto a que se refere o artigo anterior é devido pelas pessoas jurídicas, como as define a

vigente legislação do imposto de renda.

Art. 3º O imposto recairá sobre os lucros, reais ou presumidos, verificados ao ano social ou civil anterior ao exercício financeiro em que for devido e que ultrapassem importância equivalente a 30% (trinta por cento) do capital efetivamente aplicado na exploração do negócio.

Parágrafo único. Para a fixação do lucro tributável nos termos deste artigo, será adotado o conceito de lucro tributável na pessoa jurídica, estabelecido no regulamento do imposto de renda em vigor.

Art. 4º Para os fins desta lei, o capital efetivamente aplicado compreende o capital realizado, lucros não distribuídos ... vetado ... e as reservas, excluídas destas as provisões.

§ 1º Vetado.

§ 2º Os elementos formadores do capital efetivamente aplicado serão computados na razão do tempo que houverem permanecido na empresa durante o ano base.

Art. 5º Até 31 de outubro de 1956, as pessoas jurídicas, ... vetado ... poderão elevar o capital mediante a reavaliação do ativo imobilizado, adquirido até 31 de dezembro de 1950, bem como a incorporação de reservas tributáveis, constituídas até 31 de dezembro de 1955, observadas as seguintes condições:

- a) o coeficiente de reavaliação será:
 - para os bens adquiridos antes de 1929 — 10;
 - para os bens adquiridos de 1930 a 1934 — 9;
 - para os bens adquiridos de 1935 a 1937 — 8;
 - para os bens adquiridos de 1938 a 1939 — 7;
 - para os bens adquiridos de 1940 a 1942 — 6;
 - para os bens adquiridos de 1943 a 1944 — 5;
 - para os bens adquiridos de 1945 a 1946 — 4;
 - para os bens adquiridos de 1947 a 1948 — 3;
 - para os bens adquiridos de 1949 a 1950 — 2.

b) Os rendimentos resultantes do aumento de capital pela forma estabelecida neste artigo, excepcionalmente, serão tributados apenas na fonte à razão de 10% (dez por cento) pela reavaliação e à razão de 12% (doze por cento) pela incorporação de

reservas, ficando isentos de qualquer outro imposto, sobre os mesmos rendimentos, os titulares, sócios ou acionistas da pessoa jurídica que os tenha distribuído;

c) Os coeficientes de reavaliação fixados na letra a deste artigo serão aplicados ao valor do custo dos bens reavaliados; se tais bens já houverem sido reavaliados anteriormente, somente será incluída no regime deste artigo a diferença entre o resultado da reavaliação anterior e o da que se fizer nos termos desta lei;

d) Os aumentos de capital realizados com a utilização de fundos de reserva constituídos mediante reavaliação do ativo imobilizado sob o regime do Decreto-lei n.º 9.407, de 27 de junho de 1946, ou de acordo com o disposto no item I da letra h do § 1.º do art. 43 do Regulamento do Imposto de Renda em vigor (Lei n.º 154, de 25 de novembro de 1947), ficarão sujeitos ao imposto previsto na letra b deste artigo para os casos de aumento do capital com a reavaliação do ativo;

e) O montante da reavaliação não será, em tempo algum, computado para os efeitos das depreciações ou amortizações previstas na legislação do imposto de renda, ficando a pessoa jurídica obrigada a destacar na sua contabilidade o valor da reavaliação dos bens.

§ 1.º Salvo os casos de morte ou falência, as firmas individuais e sociedades não poderão diminuir o capital, incorporar-se a outras, fundir-se, dissolver-se ou extinguir-se antes de decorridos 3 (três) anos da data da reavaliação, sem o pagamento do imposto pelas taxas normais.

§ 2.º O imposto excepcional previsto neste artigo será recolhido, como ônus da pessoa jurídica, à repartição competente, mediante guia:

a) no caso de reavaliação em 36 (trinta e seis) prestações mensais, sendo a primeira equivalente a 30% (trinta por cento) do imposto devido;

b) na incorporação de reservas, em 30 (trinta) prestações mensais, sendo a primeira equivalente a 1/3 (um terço) do imposto devido.

§ 3.º Não será admitido como dedução para efeito de apuração do lucro tributável na pessoa jurídica, o imposto a que se refere a alínea b do parágrafo anterior.

§ 4.º A primeira prestação deverá ser recolhida dentro do mês seguinte ao da realização da assembléia geral

que houver aprovado o aumento do capital, no caso das sociedades anônimas, ou da alteração do contrato, no caso das demais sociedades, ou, ainda, da contabilização do aumento do capital, se se tratar de firma individual, as prestações restantes, iguais e sucessivas, serão pagas dentro dos meses subsequentes.

§ 5.º Admitir-se-á o atraso no recolhimento das prestações restantes, até quatro meses, mediante o pagamento da multa de mora regulamentar; atraso maior importará na perda dos benefícios deste artigo, salvo nos casos de absoluta impossibilidade do pagamento, a juízo exclusivo do Ministro da Fazenda, que poderá autorizar a redução do reajustamento do capital na proporção do imposto que já houver sido pago.

§ 6.º A falta de pagamento da primeira prestação dentro do prazo fixado, ou a inobservância do disposto no § 1.º deste artigo, importará na cobrança do imposto devido pela pessoa jurídica e pelas pessoas físicas ou na fonte, segundo as taxas normais.

§ 7.º A alienação dos bens reavaliados, nos 5 (cinco) anos seguintes, contados da data da reavaliação, sujeitará a pessoa jurídica e os beneficiários ao pagamento do imposto às taxas normais, em relação aos bens alienados, ressalvado o disposto no § 1.º deste artigo.

§ 8.º Serão excluídas do rendimento tributável, nos casos de aumento de capital mediante a incorporação de reservas de acordo com este artigo, as quantias correspondentes às ações nominativas ou cotas de capital distribuídas a entidades que gozem de isenção estabelecida no art. 28 do Regulamento do Imposto de Renda em vigor.

§ 9.º Não sofrerão nova tributação proporcional e complementar, ou na fonte, os aumentos de capital das pessoas jurídicas mediante aumento do valor do ativo decorrente dos aumentos de capital realizados nos termos deste artigo por sociedades das quais sejam acionistas ou sócias, bem como as ações novas ou cotas distribuídas em virtude daqueles aumentos de capital.

§ 10. Ficam isentas do imposto de que trata a alínea b deste artigo as participações dos governos da União, dos Estados e dos Municípios, inclusive as das suas autarquias, nos aumentos de capital realizados pela forma estabelecida nesta lei.

Art. 6.º As firmas ou sociedades que considerarem desfavorável ou inaplicável ao seu caso a base prevista nos arts. 3.º, 4.º e 5.º será permitido optar pelo pagamento do imposto adicional instituído por esta lei, sobre lucros que excederem do dobro da média daqueles compreendidos no triênio 1947-49, inclusive, ou que excederem as seguintes percentagens, calculadas sobre a receita bruta anual:

a) 6% (seis por cento) sobre a receita bruta até Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros);

b) 5% (cinco por cento) sobre a receita bruta acima de Cr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros) não excedentes de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros);

c) 4% (quatro por cento) sobre a receita bruta superior a Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros).

Art. 7.º Estarão isentas do imposto adicional de que trata esta lei, as firmas ou sociedades cujos balanços do ano base acusem lucros inferiores a Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Parágrafo único. O imposto adicional instituído por esta lei não será devido se o lucro, em consequência desse adicional, vier a ficar reduzido a menos de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); em tal hipótese será cobrado, apenas, a parte do imposto que exceder o limite fixado neste artigo.

Art. 8.º O imposto adicional de que trata a presente lei será cobrado pela forma seguinte:

— 20% (vinte por cento) sobre a parte do lucro que não exceder 50% (coinqüenta por cento) do lucro básico definido nos arts. 3.º e 6.º;

— 30% (trinta por cento) sobre a parte compreendida entre 50% (coinqüenta por cento) e 100% (cem por cento);

— 40% (quarenta por cento) sobre a parte compreendida entre 100% (cem por cento) e 200% (duzentos por cento);

— 50% (coinqüenta por cento) sobre o que exceder de 200% (duzentos por cento).

Art. 9.º Para a execução do disposto nesta lei em relação aos lucros realizados pelos representantes comerciais, sociedades de corretores,

comissários e empresas jornalísticas, poderá ser feita distinção entre lucros que resultem meramente do capital ou do trabalho, sendo permitido aumentar até 40% (quarenta por cento) a percentagem fixada no art. 3.º, como ainda, se for necessário, reduzir até a metade as taxas do imposto estabelecido pelo art. 8.º.

Art. 10. Para os efeitos do imposto adicional de que trata esta lei, nos casos de empreitadas de construção de estradas e semelhantes, os resultados apurados em balanço final relativo ao período da construção (artigo 56 do Regulamento do Imposto de Renda) serão distribuídos pelos anos durante os quais se executou a obra, na proporção das importâncias dos gastos correspondentes em cada um desses anos.

Parágrafo único. Não prevalecerá a prescrição quinquenal estabelecida na legislação do imposto de renda, em relação aos resultados distribuídos pelos anos anteriores, nos termos deste artigo.

Art. 11. Não estarão sujeitas ao imposto adicional de renda previsto nesta lei, as sociedades civis organizadas exclusivamente para prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, contador, pintor, escultor, despachante e outros que se lhes possam assemelhar, previstas na letra b do § 2.º do art. 44, da Consolidação aprovada pelo Decreto n.º 36.773, de 13 de janeiro de 1955.

Art. 12. Vetado.

Art. 13. As consultas sobre o imposto adicional instituído por esta lei e os casos previstos no art. 9.º serão resolvidos em 1.ª instância pelo diretor da Divisão do Imposto de Renda.

Parágrafo único. No julgamento das reclamações e recursos referentes ao adicional serão observadas as disposições legais atinentes ao imposto de renda.

Art. 14. São extensivas ao imposto adicional de que trata esta lei as disposições da legislação do imposto de renda que lhe forem aplicáveis, inclusive as que se relacionam com o capítulo das penalidades.

Art. 15. O adicional de 15% (quinze por cento) previsto na letra a do art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, incidirá, também, sobre o imposto devido nos termos do art. 5.º desta lei, pelo aumento do capital mediante reavaliação do ativo ou incorporação de reservas.

Art. 16. Fica extinta a Junta de Ajuste de Lucros (JAL), passando ao 1.º Conselho de Contribuintes a competência para o julgamento das questões relacionadas com os impostos sobre lucros extraordinários (Decreto-lei n.º 6.224, de 24 de janeiro de 1944) e adicional de renda (Decreto-lei n.º 9.159, de 10 de abril de 1946), como única instância.

Art. 17. O 1.º Conselho de Contribuintes fica constituído de duas Câmaras, cada uma delas com 6 (seis) membros, observadas na sua composição as disposições do Decreto n.º 24.763, de 14 de julho de 1934.

§ 1.º Compete à 1.ª Câmara o julgamento das questões relativas ao imposto de renda, aos demais tributos cobrados como adicionais desse imposto, inclusive o adicional de que trata esta lei, e aos impostos a que se refere o artigo anterior.

§ 2.º À 2.ª Câmara cabe o julgamento das demais questões, de competência do Conselho.

§ 3.º O Poder Executivo designará os novos Membros do Conselho e os

respectivos suplentes, com a indicação daqueles cujo mandato deva ter menor duração, para os efeitos de futura recomposição.

§ 4.º Os atuais membros do Conselho passam a integrar a 1.ª Câmara, continuando em vigor os respectivos mandatos, devendo ser constituída a 2.ª Câmara pelos membros designados nos termos do parágrafo anterior.

Art. 18. A Fazenda Nacional será representada junto ao 2.º Conselho de Contribuintes e a cada uma das Câmaras do 1.º Conselho de Contribuintes e do Conselho Superior de Tarifa, por um Procurador da Fazenda, com a denominação de Procurador Representante da Fazenda, ou por um funcionário efetivo do Ministério da Fazenda, bacharel em Direito, designado mediante portaria do Procurador Geral da Fazenda Nacional.

Art. 19. As pessoas físicas pagarão o imposto complementar, nas declarações, a partir de 1 de janeiro de 1957, de acordo com a seguinte tabela:

Cr\$		Cr\$		Cr\$		Cr\$	
Isento		Até			60.000,00	
30,00	por	1.000,00	Entre	61.000,00		90.000,00	
50,00	por	1.000,00	Entre	91.000,00		120.000,00	
80,00	por	1.000,00	Entre	121.000,00		150.000,00	
110,00	por	1.000,00	Entre	151.000,00		200.000,00	
140,00	por	1.000,00	Entre	201.000,00		300.000,00	
180,00	por	1.000,00	Entre	301.000,00		400.000,00	
220,00	por	1.000,00	Entre	401.000,00		500.000,00	
260,00	por	1.000,00	Entre	501.000,00		600.000,00	
300,00	por	1.000,00	Entre	601.000,00		700.000,00	
350,00	por	1.000,00	Entre	701.000,00		1.000.000,00	
400,00	por	1.000,00	Entre	1.001.000,00		2.000.000,00	
450,00	por	1.000,00	Entre	2.001.000,00		3.000.000,00	
500,00	por	1.000,00	Acima de	3.001.000,00		

§ 1.º O imposto complementar é a soma das parcelas correspondentes a cada classe, desprezadas as frações de rendimentos inferiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

§ 2.º As disposições legais referentes à obrigação de apresentar declaração, bem como de informar os rendimentos pagos, e as relativas às retiradas "pro-labore" dos titulares e sócios de firmas comerciais e industriais na conformidade do limite de isenção de imposto das pessoas físicas, ficam alteradas de acordo com o disposto neste artigo.

Art. 20. A partir de 1 de janeiro de 1957, o imposto sobre os rendimentos a que se refere o inciso 2.º do art. 98 do Regulamento do Imposto de Renda em vigor será cobrado sobre as quantias superiores a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pagas ou creditadas em cada mês, admitidos os descontos do imposto sindical e da contribuição obrigatória do empregado para a respectiva instituição de previdência social.

§ 1.º Os encargos de família, para os efeitos do imposto de que trata este artigo, serão calculados em quantia correspondente a um duodécimo das importâncias respectivas que possam ser abatidas nas declarações de rendimentos das pessoas físicas.

§ 2.º A tabela para o desconto do imposto na fonte sobre rendimentos do exercício de empregos, cargos ou funções será reajustada na conformidade do disposto neste artigo e no parágrafo anterior.

§ 3.º Será efetuado o desconto do imposto com base no limite máximo de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), quando o rendimento mensal exceder dessa importância.

§ 4.º Nos casos em que o contribuinte perceber rendimentos em importâncias variáveis, além de remuneração fixa, prevalecerá o sistema de arrecadação na fonte quanto à totalidade desses proventos, observado o disposto no § 3.º.

§ 5.º Os rendimentos pagos antecipadamente serão considerados nos meses a que se referirem.

Art. 21. Não estarão obrigadas a apresentar a declaração de rendimentos, em cada exercício financeiro, as

pessoas físicas que no ano de base tiverem percebido exclusivamente rendimentos do trabalho sujeitos ao desconto do imposto de que trata o artigo anterior, em importância não excedente de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) por mês e de uma só fonte pagadora.

Parágrafo único. As pessoas físicas que tiverem rendimento superior a Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) em um ou mais meses, ou que perceberem rendimentos de mais de uma fonte pagadora ou de outra natureza, além dos referidos neste artigo, ficam obrigadas a apresentar a declaração no exercício seguinte, quando a soma dos seus rendimentos brutos no ano de base for superior ao limite de isenção individual da pessoa física.

Art. 22. Vetado.

Art. 23. As pessoas jurídicas, seja comercial ou civil seu objeto, pagarão o imposto de Renda, a partir de 1 de janeiro de 1957, sobre os lucros apurados de conformidade com a lei, à razão de:

a) 15% (quinze por cento), até Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros);

b) 20% (vinte por cento), sobre a parte que exceder de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros).

Parágrafo único. Não se compreendem nas disposições deste artigo:

a) as empresas concessionárias de serviços públicos, cujos lucros não excederem de 12% (doze por cento) do capital ... vetado ... as quais pagarão o imposto proporcional de 10% (dez por cento);

b) as pessoas jurídicas, civis, organizadas exclusivamente para a prestação de serviços profissionais de médico, engenheiro, advogado, dentista, veterinário, contador, pintor, escultor, despachante e de outros que se lhes possam assemelhar, com capital até Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), as quais pagarão o imposto proporcional de 5% (cinco por cento).

Art. 24. Os empreiteiros de construção de estradas e semelhantes, que apurarem o seu lucro em balanço anual poderão, também, pagar, em cada exercício, o imposto de renda na base do lucro assim apurado.

Art. 25. A partir de 1 de janeiro de 1957, os rendimentos a que se referem a letra *b* do inciso 2.º e o inciso 3.º do art. 96 do Regulamento do Imposto de Renda, ficam sujeitos ao desconto do imposto na fonte, à razão de 21% (vinte e um por cento) e 28% (vinte e oito por cento) respectivamente.

Art. 26. A utilização de fundos ou lucros, a título de amortização de ações, sem redução do capital, nos termos do art. 18 do Decreto-lei n.º 2.627, de 26 de setembro de 1940, importa na distribuição de rendimentos tributáveis na pessoa física ou na fonte, na forma da legislação em vigor, conforme sejam os rendimentos oriundos de ações nominativas ou ao portador.

Parágrafo único. Na dissolução das pessoas jurídicas que houverem realizado a amortização de ações, nenhum imposto será devido pelo acionista, na sua declaração, ou na fonte, sobre as quantias atribuídas às ações amortizadas, até o montante equivalente ao respectivo valor nominal.

Art. 27. Em todos os casos de pagamento ou recolhimento de débito fora dos prazos fixados, será cobrada a multa de 10% (dez por cento), acrescida da de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre o débito, a partir do segundo mês, não podendo o total desta multa ultrapassar de 50% (cinquenta por cento).

Art. 28. Nos casos de ação fiscal para exigência do recolhimento do imposto na fonte, serão cobradas multas equivalentes às de lançamento "ex-officio", quando houver falta ou inexistência das respectivas guias.

Art. 29. Vetado.

Art. 30. Enquanto não forem criados os cargos de Agentes Fiscais do Imposto de Renda, as suas funções continuarão a ser exercidas pelos contadores e oficiais administrativos para esse fim já designados.

Art. 31. As novas taxas do imposto de renda e do adicional, a que se referem os arts. 8.º, 19, 23 e 25 serão aplicadas aos rendimentos tributáveis a partir de 1 de janeiro de 1957, ainda que anteriormente produzidos.

Parágrafo único. O imposto adicional previsto neste artigo vigorará pelo prazo de 4 (quatro) exercícios.

Art. 32. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.863 — DE 6 DE SETEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 669.763.232,50, destinado a regularizar as despesas feitas, mediante adiantamento, com a execução de obras de emergência na região nordestina assolada pela seca.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 669.763.232,50 (seiscientos e sessenta e nove milhões, setecientos e sessenta e três mil, duzentos e trinta e dois cruzeiros e cinquenta centavos), destinado a regularizar as despesas feitas, mediante adiantamento, com a execução de obras de emergência na região nordestina assolada pela seca, durante os exercícios financeiros de 1953 e 1954.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Lucio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.864, DE 6 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado ao pagamento de despesas realizadas, no exercício de 1950, com a recepção de representações estrangeiras presentes aos festejos comemorativos da Semana da Pátria.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas realizadas, no exercício de 1950, com a recepção de representações estrangeiras presentes aos festejos comemorativos da Semana da Pátria.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.365 — DE 6 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00, destinado a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S. N. A. P. P.), com a renovação de sua frota.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00 (cento e dois milhões quinhentos e vinte mil oitocentos e quarenta cruzeiros), destinado a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), com a renovação de sua frota.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 6 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.866 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1956

Modifica o art. 114 do Decreto-lei n.º 483, de 8 de junho de 1938.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 114 do Decreto-lei n.º 483, de 8 de junho de 1938, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 114. Nas apólices de seguro de vida ou de seguro de acidentes, os interessados não poderão excluir os riscos resultantes do transporte do segurado nas linhas regulares de navegação aérea, em aeronaves de propriedade privada, desde que previamente inspecionada pela repartição legalmente competente da Diretoria de Aeronáutica Civil, bem como em aeronaves oficiais ou militares em operações de simples transporte ou de condução de autoridades ou de passageiros.

Parágrafo único. Não se aplicam as disposições deste artigo nos casos de viagem em aeronaves furtadas ou dirigidas por piloto não legalmente habilitado".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Parsifal Barroso
Henrique Fleiuss

LEI N.º 2.867 — DE 13 DE SETEMBRO DE 1956

Releva a prescrição em que incorreu o direito de Francisco Pereira Veras, servidor do Território Federal do Acre, de pedir aposentadoria.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' relevada a prescrição em que incorreu o direito de Francisco Pereira Veras, servidor do Território Federal do Acre, de pedir aposentadoria.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Nereu Ramos

LEI N.º 2.868 DE — 17 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 180.000,00 para atender a despesas com substituições de Ministros e funcionários daquele Tribunal, ocorridas no exercício de 1954.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 180.000,00, (cento e oitenta mil cruzeiros) para atender a despesas com substituições de Ministros e funcionários daquele Tribunal ocorridas no exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
José Maria Alkmim

LEI N.º 2.869 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1956

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de Previdência Social, para um equipamento completo destinado a instalação de uma fábrica produtora de Anidrido Ftálico, importado da Alemanha pela Empresa Produtos Químicos. "Elekeiroz" Sociedade Anônima.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para o seguinte equipamento completo destinado a instalação de uma fábrica produtora de anidrido ftálico, no país, importado da Alemanha, pela Empresa Produtos Químicos "ELEKEIROZ" S. A.:

- 1 Conjunto de válvulas e conexões para vagão-tanque
- 3 bombas para naftalina
- 3 motores especiais
- 1 filtro de ar com acessórios.
- 2 compressores rotativos
- 2 motores especiais

- 2 tanques para medição
- 1 evaporador com conjunto interno de reserva
- 2 permutadores de calor
- 1 preaquecedor elétrico
- 1 forno de contato desmontado
- 1 carga nitrato de sódio para enchimento
- 1 carga de massa catalítica
- 2 ventiladores
- 2 motores especiais
- 2 ventiladores
- 2 motores especiais
- 4 torres de resfriamento
- 2 transportadores de rosca
- 14 câmaras de condensação com transp. de rosca
- 16 motores com engrenagem
- 16 aparelhos para descarga
 - 1 ciclone
 - 2 ventiladores de exaustão
 - 2 motores especiais
- 1 fundidor
- 1 motor com engrenagem
- 2 aparelhos de carga
- 1 caldeira de condensação
- 1 motor com engrenagem
- 1 separador
- 1 aparelho para lavar gases "Stroeder"
- 2 motores especiais
- 1 ventilador
- 1 motor
- 2 alambiques de destilação
- 3 caldeiras desmontadas para vapor de alta pressão de 3.000 libras
- 2 colunas "Raching"
- 2 serpentinas de resfriamento
- 2 refrigeradores "Biebig"
- 3 recipientes de vácuo
 - 1 motor com engrenagem para cilindro
 - 1 cilindro resfriador com peças de reserva
 - 1 motor com engrenagem para transportador de rosca
- 1 ciclone
- 1 ventilador
- 1 motor especial
- 2 câmaras sublimação
- 1 condensador de injeção
- 1 recipiente de condensador
- 1 torre de lavagem
- 1 separador
- 1 recipiente para solução
- 2 bombas para solução
- 2 motores especiais
- 2 bombas a vácuo
- 2 luvas de segurança
- 2 motores com engrenagem

- 1 talha elétrica
- 1 torre de resfriamento e lavagem
- 1 separador
- 2 compressores com conexões
- 2 motores especiais
- 1 câmara de ar comprimido com armação, tubos e conexões
- Materiais isolantes para aparelhos e tubos
- Material elétrico, distribuidores, chaves, cabos, etc.
- Instrumentos para medir e contrôlê
- Aparelhos e peças de reserva.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.870 DE — 17 DE SETEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a celebrar o 1.º centenário da visita do Imperador Dom Pedro II ao Baixo São Francisco e à Cachoeira de Paulo Afonso, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a celebrar o 1.º centenário da visita do Imperador Dom Pedro II ao Baixo São Francisco e à Cachoeira de Paulo Afonso, ocorrida de 13 aos 25 de outubro de 1859.

Art. 2.º. Através da Comissão do Vale de São Francisco, o Poder Executivo estudará a organização do programa das solenidades, as quais compreenderão a inauguração de um monumento em homenagem ao Monarca Dom Pedro II, no local denominado "Limpo do Imperador", e manifestações de gratidão nacional nas cidades visitadas pela comitiva imperial no Baixo São Francisco.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Clóvis Salgado

LEI N.º 2.871 DE — 17 DE SETEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 a fim de serem consolidadas e prosseguidas, em acôrdo com o Governo do Estado do Amazonas, as obras do Aeroporto Internacional de Manaus.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (de milhões de cruzeiros), a fim de serem consolidadas e prosseguidas, em acôrdo com o Governo do Estado do Amazonas, as obras do Aeroporto Internacional de Manaus.

Parágrafo único — A continuação dessas obras, executadas pelo mesmo Ministério, em acôrdo com o Governo do Estado do Amazonas, esgotados os recursos consignados na presente lei, será custeada através dos meios financeiros que deverão ser incluídos no Orçamento Geral da União, de 1957, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Henrique Fleiuss

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.872 DE — 18 DE SETEMBRO DE 1956

Revoga o § 7.º do art. 264 e altera o art. 266 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. O parágrafo único do artigo 266 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943, passa a constituir seu § 1.º, acrescido de um parágrafo, de n.º 2, com a seguinte redação:

"Art. 266 —

§ 1.º —

§ 2.º — Os contramestres gerais e cotramestres de porões serão distribuídos pelo rodízio do Sindicato nos termos do parágrafo anterior, e remunerados pelas entidades estivadoras".

Art. 2.º. É revogado o § 7.º do artigo 264 do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos
Parsifal Barroso

LEI N.º 2.873 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1956

Modifica o § 3.º do art. 17, o parágrafo único do art. 19 e o art. 44 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho).

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — O § 3.º do art. 17 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17

§ 3.º — Nos casos de cegueira total, perda ou paralisação de membros superiores ou inferiores e de alienação mental, receberá o acidentado, além da indenização de que trata o parágrafo anterior, a quantia correspondente a 20% (vinte por cento) calculada sobre a referida indenização, paga de uma só vez".

Art. 2.º — O parágrafo único do art. 19 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19

Parágrafo único — Quando do acidente resultar uma incapacidade temporária, a indenização devida ao acidentado corresponderá durante todo o período em que perdurar essa incapacidade a uma diária igual à trigésima parte da sua remuneração mensal, observado o que dispõe o art. 27".

Art. 3.º — O art. 44 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 44 — O limite superior de salário, para efeito de cálculo de indenização por acidente do trabalho, é fixado em uma vez e meia o salário mínimo de maior valor vigente no país".

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.
Parsifal Barroso.

LEI N.º 2.874 — DE 19 DE SETEMBRO
DE 1956

*Dispõe sobre a mudança da Capital
Federal e dá outras providências.*

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Art. 1.º A Capital Federal do Brasil, a que se refere o art. 4.º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, será localizada na região do Planalto Central, para esse fim escolhida, na área que constituirá o futuro Distrito Federal circunscrita pela seguinte linha:

Começa no ponto da Lat. 15º 30'S e long. 48º 12'W. Green. Dêsse ponto, segue para leste pelo paralelo de 15º 30'S até encontrar o meridiano de 47º e 25'W. Green. Dêsse ponto segue o mesmo meridiano de 47º e 25'W. Green, para o sul até o Talweg do Córrego de S. Rita, afluente da margem direita do Rio Preto. Daí pelo Talweg do citado córrego S. Rita, até a confluência dêste com o Rio Preto, logo a juzante da Lagõa Feia. Da confluência do córrego S. Rita com o Rio Preto, segue pelo Talweg dêste último, na direção sul, até cruzar o paralelo de 16º 03' S. Daí, pelo paralelo 16º 03' na direção Oeste, até encontrar o Talweg do Rio Descoberto. Daí para o norte, pelo Talweg do Rio Descoberto, até encontrar o meridiano de 48º 12' W. Green. Daí para o Norte pelo meridiano de 48º 12' W. Green, até encontrar o paralelo de 15º 30' Sul, fechando o perímetro.

Art. 2.º Para cumprimento da disposição constitucional citada no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a praticar os seguintes atos:

a) constituir, na forma desta lei, uma sociedade que se denominará Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, com os objetivos indicados no art. 3.º;

b) estabelecer e construir, através dos órgãos próprios da administração federal e com a cooperação dos órgãos

das administrações estaduais, o sistema de transportes e comunicações do novo Distrito Federal com as Unidades Federativas, coordenando esse sistema com o Plano Nacional de Viação;

c) dar a garantia do Tesouro Nacional às operações de crédito negociadas pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, no país ou no exterior, para o financiamento dos serviços e obras da futura capital, ou com ela relacionados;

d) atribuir à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, mediante contratos ou concessões, a execução de obras e serviços de interesse do novo Distrito Federal, não compreendidos nas atribuições específicas da empresa;

e) firmar acordos e convênios com o Estado de Goiás, visando à desapropriação dos imóveis situados dentro da área do novo Distrito Federal e do seu posterior desmembramento do território do Estado e incorporação ao domínio da União;

f) estabelecer normas e condições para a aprovação dos projetos de obras na área do futuro Distrito Federal, até que se organize a administração local;

g) instalar, no futuro Distrito Federal, ou nas cidades circunvizinhas, serviços dos órgãos civis e militares da administração federal e nêles lotar servidores, com o fim de criar melhores condições ao desenvolvimento dos trabalhos de construção da nova cidade.

Parágrafo único. O Congresso Nacional deliberará, oportunamente, sobre a data da mudança da Capital, ficando revogado o art. 6.º da Lei n.º 1.803, de 5 de janeiro de 1953.

CAPÍTULO II

DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

Seção I

Da Constituição e fins da Companhia

Art. 3.º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil terá por objeto:

1. Planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital, diretamente ou através de órgão da administração federal, estadual e municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratar;

2. Aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito Federal ou em qualquer parte do território nacional, pertinentes aos fins previstos nesta lei;

3. Execução, mediante concessão de obras e serviços da competência federal, estadual e municipal, relacionados com a nova Capital;

4. Prática de todos os mais atos concernentes aos objetivos sociais, previstos nos estatutos ou autorizados pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. A companhia poderá aceitar doação pura e simples, de direitos e bens imóveis e móveis ou doação condicional, mediante autorização por decreto do Presidente da República.

Art. 4.º O Presidente da República designará, por decreto, o representante da União nos atos constitutivos da sociedade e nos de que trata o art. 24, § 2.º, desta lei.

Art. 5.º Nos atos constitutivos da companhia inclui-se a aprovação:

a) das avaliações de bens e direitos arrolados para integrarem o capital da União;

b) dos estatutos sociais; e

c) do plano de transferência de quaisquer serviços públicos que venham a passar para a mesma sociedade.

Art. 6.º A constituição da sociedade e quaisquer modificações em seus estatutos serão aprovadas por decreto do Presidente da República.

Parágrafo único. Dependerá, todavia, de autorização legislativa expressa qualquer alteração que vise a modificar o sistema de administração da Companhia, estabelecido nesta lei.

Art. 7.º Na organização da companhia serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas da legislação de sociedades anônimas, dispensado, porém, qualquer depósito de capital em estabelecimento bancário.

Art. 8.º A Companhia terá a sua sede na região definida no art. 1.º, sendo indeterminado o prazo de sua duração.

Seção II

Do Capital Social

Art. 9.º A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil terá o capital de Cr\$ 500.000.000,00 quinhentos milhões de cruzeiros) divididos em 500.000 (quinhentas mil) ações

ordinárias nominativas do valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) cada uma.

Art. 10. A União subscreverá a totalidade do capital da sociedade, integrando-o mediante:

I. A incorporação dos estudos, bens e direitos integrantes do acervo da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, de 1892, da Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, de 1946, e da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, criada pelo Decreto n.º 32.976, de 8 de junho de 1953, e alterada pelo Decreto n.º 38.281, de 9 de dezembro de 1955;

II. A transferência de toda a área do futuro Distrito Federal, pelo preço de custo, acrescido das despesas de desapropriação, à medida que for sendo adquirida pela União, excluídas as áreas reservadas ao uso comum de todos e ao uso especial da União;

III. A incorporação de outros móveis ou imóveis ou direitos pertencentes à União, resultantes ou não de desapropriações;

IV. A entrada em dinheiro da importância de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros), necessária às despesas de organização, instalação e início dos serviços da companhia;

V. A entrada, em dinheiro, da importância de Cr\$ 195.000.000,00 (cento e noventa e cinco milhões de cruzeiros), posteriormente, quando for considerada necessária.

§ 1.º O capital social poderá ser aumentado com novos recursos a esse fim destinados ou com a incorporação dos bens mencionados no inciso III deste artigo.

§ 2.º As ações da Companhia Urbanizadora poderão ser adquiridas com autorização do Presidente da República, por pessoas jurídicas de direito público interno, as quais, entretanto, não poderão aliená-las senão à própria União, assegurado a esta, de qualquer modo, o mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social.

Art. 11. A sociedade poderá emitir, independentemente do limite estabelecido em lei, além de obrigações ao portador (debêntures) títulos especiais, os quais serão por ela recebidos com 10% (dez por cento) de ágio para o pagamento dos terrenos urbanos da nova Capital, vencendo

ainda juros de 8% (oito por cento) ao ano.

Seção III

Da administração e fiscalização da Companhia

Art. 12. A administração e fiscalização da Companhia serão exercidas por um conselho de administração, uma diretoria e um conselho fiscal, com mandato de 5 (cinco) anos e o preenchimento dos respectivos cargos far-se-á por nomeação do Presidente da República, com observância dos parágrafos seguintes:

§ 1.º O conselho de administração compor-se-á de 6 (seis) membros com igualdade de votos e suas deliberações serão obrigatórias para a diretoria, cabendo, todavia, recurso ao Presidente da República.

§ 2.º A diretoria será constituída de 1 (um) presidente e 3 (três) diretores.

§ 3.º As reuniões do conselho de administração serão presididas pelo presidente da diretoria, que nelas terá apenas o voto de qualidade.

§ 4.º O conselho de administração reunir-se-á, pelo menos, uma vez por semana e de suas deliberações lavrar-se-á ata circunstanciada, cujo teor, devidamente autenticado, será fornecido a cada um dos seus membros.

§ 5.º O conselho fiscal constituir-se-á de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes e exercerá as funções previstas na legislação de sociedades anônimas, sem as restrições do Decreto-lei n.º 2.928, de 31 de dezembro de 1940.

§ 6.º Um terço dos membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, será escolhido em lista tríplice de nomes indicados pela diretoria nacional do maior partido político que integrar a corrente da oposição no Congresso Nacional.

§ 7.º As substituições de membros do conselho de administração, da diretoria e do conselho fiscal, sejam definitivas, sejam eventuais por impedimento excedente de 30 (trinta) dias, serão realizadas pelo mesmo processo da constituição desses órgãos, consignado no parágrafo anterior.

§ 8.º Caberá, primitivamente, ao conselho de administração decidir, por proposta da diretoria, sobre planos de compra, venda, locação, ou arrendamento de imóveis de proprie-

dade da companhia, e bem assim, sobre as operações de crédito por ela negociadas.

§ 9.º Atendido o disposto nesta lei, os estatutos regularão as atribuições e o funcionamento do conselho de administração e da diretoria.

§ 10. Os membros do conselho de administração e da diretoria terão residência obrigatória na área mencionada no art. 1.º.

Seção IV

Dos favores e obrigações da Companhia

Art. 13. Os atos de constituição da companhia, integralização do seu capital, bem como as propriedades que possuir e as aquisições de direitos, bens imóveis e móveis que fizer e, ainda, os instrumentos em que figurar como parte, serão isentos de impostos e taxas de quaisquer ônus fiscais compreendidos na competência da União, que se entenderá com as outras entidades de direito público, solicitando-lhes os mesmos favores para a sociedade, na esfera das respectivas competências tributárias.

Art. 14. A companhia gozará de isenção de direitos de importação para consumo e de impostos adicionais em relação ao maquinismo, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais destinados às suas obras e serviços, pagando, no entanto, esses tributos no caso de revenda.

Parágrafo único. Todos os materiais e mercadorias referidos neste artigo, com restrição quanto aos similares de produção nacional, serão desembaraçados mediante portarias dos inspetores das Alfândegas.

Art. 15. A sociedade fica assegurada o direito de promover desapropriações, nos termos da legislação em vigor, e com as modificações constantes desta lei.

Art. 16. A companhia remeterá suas contas, até 30 de abril de cada ano, ao Tribunal de Contas da União, que as apreciará enviando-as ao Congresso Nacional, cabendo a este adotar, a respeito delas, as medidas que a sua ação fiscalizadora entender convenientes.

Art. 17. Os serviços, obras e construções necessários à instalação do Governo da República na futura Capital Federal serão realizados pela Companhia, independentemente de

qualquer indenização, entendendo-se paga das despesas feitas pelos direitos, bens, favores e concessões que lhe são outorgados em virtude desta lei.

Art. 18. O Poder Executivo assegurará à Companhia, ainda, a utilização dos equipamentos, serviço e instalações dos órgãos da administração federal, sempre que se tornarem necessários às atividades da empresa.

Art. 19. Os atos administrativos e os contratos celebrados pela Companhia constarão de boletim mensal por ela editado e dos quais serão distribuídos exemplares aos membros do Congresso Nacional, autoridades ministeriais, repartições interessadas, entidades de classe e órgãos de publicidade.

Art. 20. A direção da Companhia Urbanizadora é obrigada a prestar as informações que lhe forem solicitadas pelo Congresso Nacional, acerca dos seus atos e deliberações.

Art. 21. Nos contratos de obras e serviços, ou na aquisição de materiais a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, a companhia deverá:

a) determinar concorrência administrativa para os contratos de valor superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), até Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), sendo facultado, todavia, ao conselho de administração, por proposta da diretoria, dispensar a exigência, em decisão fundamentada que constará da ata;

b) determinar concorrência pública para os contratos de mais de Cr\$... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), ficando permitido ao conselho de administração a dispensa da formalidade, com as cautelas da alínea anterior, dando-se dessa decisão ciência, dentro em 5 (cinco) dias, ao Presidente da República, que poderá mandar realizar a concorrência.

Seção V

Do Pessoal da Companhia

Art. 22. Os empregados da Companhia Urbanizadora ficam sujeitos, nas suas relações com a empresa, unicamente às normas de legislação do trabalho, sendo classificados nos diferentes institutos de aposentadoria e pensões, para fins de previdência, de acordo com a natureza de suas funções.

Art. 23. Os militares e funcionários públicos civis da União, das Autarquias e das entidades de economia mista poderão servir na Companhia, na forma do Decreto-lei n.º 6.877, de 16 de setembro de 1944.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 24. Fica ratificado, para todos os efeitos legais, o decreto n.º 480, de 30 de abril de 1955, expedido pelo Governador do Estado de Goiás, e pelo qual foi declarado de utilidade e de necessidade públicas e de conveniência de interesse social, para efeito de desapropriação, a área a que se refere o art. 1.º.

§ 1.º As desapropriações iniciadas poderão continuar delegadas ao Governo do Estado, ou passarão a ser feitas diretamente pela União.

§ 2.º Nas transferências, para o domínio da União, dos imóveis adquiridos pelo Governo de Goiás e nos atos de desapropriação direta em que vier a intervir e ainda nos da incorporação deles ao capital da Companhia Urbanizadora da Capital Federal, a União será representada pela pessoa a que se refere o art. 4.º desta lei.

§ 3.º Sempre que as desapropriações se realizarem por via amigável, os desapropriados gozarão de isenção de imposto de renda relativamente aos lucros auferidos pela transferência ao expropriante das respectivas propriedades imobiliárias.

§ 4.º Os imóveis desapropriados na área do novo Distrito Federal e os referidos no art. 15 poderão ser alienados livremente pelo poder expropriante e pelos proprietários subsequentes, sem que se lhes aplique qualquer preferência legal, em favor dos expropriados.

Art. 25. Tornar-se-ão indivisíveis os lotes de terras urbanas do futuro Distrito Federal, desde que alienados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Fica expressamente proibida a alienação das mais áreas de terras do mencionado Distrito, a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Parágrafo único. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil organizará os planos que assegurem o aproveitamento econômico dos imóveis rurais, executando-os diretamente ou apenas mediante arrendamento.

Art. 26. Ficam os Institutos de Previdência Social, as Sociedades de Economia Mista e as Autarquias da União autorizados a adquirir títulos e obrigações da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, referidos no art. 11 desta lei.

Parágrafo único. Esses títulos também poderão ser vendidos aos militares, funcionários federais, servidores de autarquias e de sociedade de economia mista da União, desde que autorizem o desconto das prestações devidas, desdobráveis pelo prazo de 60 (sessenta) meses, nas respectivas folhas de pagamento.

Art. 27. A fim de assegurar os fornecimentos necessários às obras da nova Capital, ficam incluídas na categoria de primeira urgência as rodovias projetadas para ligar o novo Distrito Federal aos centros industriais de São Paulo e Belo Horizonte e ao porto fluvial de Pirapora, no Estado de Minas Gerais.

Art. 28. Os lotes de terras em que se dividirem, a partir da vigência desta lei, as propriedades rurais existentes até uma distância de 30 (trinta) quilômetros do lado externo da linha perimétrica do novo Distrito Federal, em áreas inferiores a 20 (vinte) hectares, só poderão ser inscritos no Registro Imobiliário e expostos à venda depois de dotados os logradouros públicos de tais loteamentos dos serviços de água encanada, luz elétrica, esgotos sanitários, meios-fios e pavimentação asfáltica.

Art. 29. A legislação peculiar às sociedades anônimas será aplicada como subsidiária desta lei à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Art. 30. É transferido para o Ministério da Fazenda o saldo da verba 4, consignação 4.3.00, subconsignação 4.3.01 — item I — “despesas com a desapropriação da totalidade das áreas do novo Distrito Federal, inclusive indenização ao Estado de Goiás”, atribuída ao Ministério da Justiça pelo orçamento vigente.

Art. 31. Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) para atender ao disposto no art. 10, item IV, desta lei.

Art. 32. O Poder Executivo estabelecerá a forma de extinção da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, depois de transferidos os contratos por ela celebrados com terceiros para

a responsabilidade da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Art. 33. É dado o nome de “Brasília” à nova Capital Federal.

Art. 34. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

S. Pães de Almeida.

Lúcio Meira.

Ernesto Dornelles.

Clóvis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleiuss.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.875 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória na melhoria das condições de habitação dos favelados, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, na urbanização das favelas dessa cidade.

Art. 2.º E' também autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para auxiliar o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Art. 3.º E' igualmente autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros) para ser empregado pela Prefeitura Municipal de São Paulo na melhoria das condições dos favelados, em São Paulo, capital do Estado do mesmo nome.

Art. 4.º E' ainda autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para ser empregado pela Prefeitura Municipal de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, na solução de problemas dos favelados naquela cidade.

Art. 5.º Durante o prazo de 2 (dois) anos, a contar da data da publicação desta lei, não será executado nenhum despejo contra moradores de favelas situadas no Distrito Federal.

Art. 6.º E' assegurada aos atuais moradores de favelas a permanência nas suas habitações, no caso de não serem beneficiados com as casas construídas com os créditos especiais de que trata a presente lei.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.876 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1956.

Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedido ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, na forma do art. 2.º da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951, o auxílio anual, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.877 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1956

Altera a Lei n.º 1.975, de 4 de setembro de 1953, e dá outras providências

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A tabela de funções gratificadas constante da Lei n.º 1.975, de 4 de setembro de 1953, que altera os quadros de pessoal das secretarias dos Tribunais Regionais Eleitorais do Amazonas, Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Paraíba e Pernambuco, e referente ao Grupo C-1 — Pernambuco — passa a ser a seguinte:

Número de cargos — Cargos — Símbolo

4	Chefe de Seção	FG-6
1	Secretário do Presidente	FG-5
1	Secretário do Procurador Regional	FG-6

Art. 2.º A diferença de gratificação terá vigência a partir de 4 de setembro de 1953.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 2.878 — DE 21 DE SETEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 (três milhões trezentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para atender às seguintes despesas omitidas no Orçamento Geral da União para 1956:

a) no Serviço de Expansão do Trigo, para desenvolvimento da produção, mediante acôrdo, com as Prefeituras Municipais de São Luiz Gonzaga e Iraí, Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); e

b) no Departamento Nacional da Produção Vegetal, para instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção, nos Postos Agropecuários de Cruz Alta, Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros); de Santo Antônio da Patrulha, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); de São Francisco de Assis, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); de São Francisco de Paula, Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); de São Jerônimo, Cr\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil cruzeiros); e de São Luiz Gonzaga, Cr\$ 486.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis mil cruzeiros).

Art. 2.º Os créditos parciais de que tratam o art. 1.º serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas, e distribuídos à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional do Rio Grande do Sul.

Art. 3.º Se a aplicação efetiva dos recursos previstos nesta lei não se verificar até o encerramento do exercício financeiro de 1956, serão os mesmos obrigatoriamente incluídos no primeiro orçamento federal que se elaborar.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Ernesto Dornelles.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.879 — DE 21 DE
SETEMBRO DE 1956

Modifica o art. 42, e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 9.832, de 11 de setembro de 1946.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 42 e seu parágrafo único do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n.º 9.832, de 11 de setembro de 1946, passarão a ter a redação seguinte:

“Art. 42. As comissões que competirem aos despachantes aduaneiros, nos despachos de importação, trânsito, reexportação, baldeação e reembarque de mercadorias estrangeiras e as de exportação para o exterior, serão recolhidas às repartições competentes, e, nos demais casos, aos respectivos Sindicatos pelos despachantes adua-

neiros, observadas as tabelas a seguir:

Tabela "A"

Comissões que competem aos despachantes aduaneiros pelos despachos de importação, trânsito, reexportação, baldeação e reembarque de mercadorias estrangeiras, inclusive sob o regime de portarias e requisições:

Pelo valor constante das faturas comercial ou consular, incluídas as despesas e sobretaxas 1 1/2%

Nota: Nenhuma comissão poderá exceder a Cr\$ 5.000,00, nem ser inferior a Cr\$ 100,00.

Tabela "B"

Comissões que competem aos despachantes aduaneiros pelos despachos de exportação para o exterior:

Pelo valor constante da fatura comercial ou contrato de venda de câmbio 1/2%

Nota: Nenhuma comissão poderá exceder a Cr\$ 1.000,00, nem ser inferior a Cr\$ 100,00.

Cr\$

Por despachos de moedas, dinheiro, títulos de crédito, pedras e metais preciosos — por volume ... 50,00

Observação: O despachante obriga-se a executar todo o expediente relacionado com o despacho, sem contudo interferir em atividades privativas de outros profissionais.

Tabela "C"

Comissões que competem aos despachantes aduaneiros pelos despachos de reembarque e trânsito de mercadorias estrangeiras para o território nacional:

Por marca de volumes constante do despacho:

Cr\$

Até 100 volumes 100,00

Por dezena ou fração de volumes excedentes 20,00

Tabela "D"

Comissões que competem aos despachantes aduaneiros pelos despachos de exportação por cabotagem:

Cr\$.

Por conhecimento até 50 volumes 30,00

De mais de 50 até 100 volumes 40,00

De mais de 100 volumes .. 50,00

Observação: O despachante obriga-se a executar todo o expediente relacionado com o despacho, inclusive a organização dos conhecimentos, sem contudo interferir em atividades privativas de outros profissionais.

Tabela "E"

Comissões que competem aos despachantes aduaneiros pela importação por cabotagem:

Por marca ou contra-marca de volume:

Cr\$

Até o valor de Cr\$ 1.000,00 pela fatura comercial ... 20,00

Sobre o excedente de Cr\$ 1.000,00, por mil cruzeiros ou fração, pela fatura comercial 5,00

Nota: Nenhuma comissão será superior a Cr\$ 200,00.

Observação: Para os demais serviços de natureza técnico-aduaneira ou fiscal, não especificados nas tabelas acima, os honorários acordados entre os despachantes aduaneiros e seus comitentes serão regulados pelas leis que regem o mandato ou comissão.

Parágrafo único — Sobre as comissões que auferirem os despachantes aduaneiros será calculada, nas notas de despachos e guias, a taxa de 10% (dez por cento) para fins de assistência, beneficência e previdência sociais, ficando a cargo de seus Sindicatos o recolhimento, das contribuições devidas pelos referidos despachantes aduaneiros ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, em virtude do disposto no artigo 13 do Decreto-lei n.º 4.014, de 13 de janeiro de 1942, competindo-lhes, igualmente, fazer as comunicações relativas às alterações do quadro social e destinar 20% (vinte por cento) das quantias arrecadadas por força deste parágrafo aos Sindicatos dos Ajudantes de Despachantes Aduaneiros para a manutenção de seus serviços sociais".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
S. Paes de Almeida
Parsifal Barroso

LEI N.º 2.880 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1956

Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 6.108,60 para atender a despesas com o tratamento e transporte do funcionário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Antônio Pinheiro de Lima.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 6.108,60 (seis mil cento e oito cruzeiros e sessenta centavos) para atender a despesas com o tratamento e fornecimento de passagem de ida e volta, de Manaus ao Rio de Janeiro, ao funcionário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Antônio Pinheiro de Lima.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos.
S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.881 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos postais comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo, dirigido pelos Irmãos Maristas.

Art. 2.º A fim de proporcionar ampla e eficaz divulgação desta comemoração, os selos de que trata o art. 1.º serão destinados aos serviços postais comum e aéreo.

Art. 3.º A quantidade da impressão e taxas ficarão a critério do órgão competente, observada a orientação que vem sendo adotada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos em circunstâncias iguais.

Art. 4.º Da impressão poderão constar os retratos do Colégio primitivo e atual, com a legenda característica da comemoração.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Lucio Meira.

LEI N.º 2.882 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1956

Abre, ao Poder Legislativo, os créditos: suplementar de Cr\$ 24.920.000,00, sendo Cr\$ 16.520.000,00 à Câmara dos Deputados e Cr\$ 8.400.000,00 ao Senado Federal, em reforço de dotações orçamentárias vigentes; e especial de Cr\$ 27.041,10, para pagamento de diferenças de salário-família e gratificação adicional no período de 1951 a 1955.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 16.520.000,00, em reforço da Verba 1.0.00 —

Custeio, do Subanexo 2.01, do Anexo 2, constante do Orçamento vigente, para atender a despesas das seguintes dotações:

Consignação 1.0.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

	Cr\$	Cr\$
1.1.02 — Subsídios e representações		5.000.000
1.1.09 — Ajuda de custo		2.000.000
1.1.17 — Gratificação de função		120.000
1.1.19 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário:		
1) Secretária	5.000.000	
2) Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira	400.000	5.400.000
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos		
1.6.14 — Exposições, congressos e conferências:		
1) Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	2.400.000	
2) Diversos	1.600.000	4.000.000
		<u>16.520.000</u>

Art. 2.º E', igualmente, aberto ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 8.400.000,00, em reforço das Verbas 1.0.00 — Custeio e 4.0.00 — Investimentos, do Subanexo 2.02, do Anexo 2, constante do Orçamento vigente, para atender a despesas das seguintes dotações:

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil

Subconsignações:

	Cr\$	Cr\$
1.1.02 — Subsídios e representações		1.500.000
1.1.10 — Diárias		3.000.000
1.1.14 — Salário-família		100.000
Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação		
Subconsignações:		
1.3.02 — Artigos de expediente, desenho, ensino e educação		300.000
1.3.05 — Sobressalentes e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos		50.000
Consignação 1.4.00 — Material Permanente		
Subconsignações:		
1.4.12 — Mobiliário em geral		100.000
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos		
Subconsignações:		
1.6.14 — Exposições, congressos e conferências:		
1) Grupo Brasileiro da União Interparlamentar	2.400.000	
2) Diversos	800.000	3.200.000

Consignação 4.2.00 — Equipamento e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 — Máquinas, motores e aparelhos	150.000
	<hr/> 8.400.000

Art. 3.º Os créditos de que tratam os arts. 1.º e 2.º desta lei serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Código de Contabilidade Pública.

Art. 4.º E', ainda, aberto ao Poder Legislativo — Senado Federal — o crédito especial no total de Cr\$ 27.041,10, sendo Cr\$ 20.791,10 para pagamento de diferença de gratificação adicional e Cr\$ 6.250,00 para pagamento de salário-família, referentes ao período de 1951 a 1955.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.883 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Antonieta Moreira, viúva do jornalista Nestor Moreira.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' concedida a Antonieta Moreira, viúva do jornalista Nestor Moreira, a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais, a partir de 22 de maio de 1954.

Parágrafo único. A beneficiária perderá o direito à pensão especial de que trata este artigo, desde que venha a receber indenização de procedimento judicial.

Art. 2.º O pagamento da pensão correrá por conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 96.167,00 (noventa e seis mil, cento e sessenta e sete cruzeiros) para atender ao pagamento da pensão concedida por esta lei, e relativa aos exercícios de 1954 e 1955.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.884 — DE 24 DE SETEMBRO DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.393,90, destinado a atender às despesas de ajuda de custo para o pessoal civil e substituições da Justiça do Trabalho da Sétima Região — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento — relativas ao exercício de 1954.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.393,90 (duzentos e quinze mil, trezentos e noventa e três cruzeiros e noventa centavos),

destinado a atender às despesas de ajuda de custo para o pessoal civil e substituições nas importâncias, respectivamente, de Cr\$ 15.169,00 (quinze mil, cento e sessenta cruzeiros) e Cr\$ 200.233,90 (duzentos mil, duzentos e trinta e três cruzeiros e noventa centavos) da Justiça do Trabalho da Sétima Região — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento — relativas ao exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.885 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, na Fóz do Iguaçu, Estado do Paraná, ligando a rodovia Coronel Oviedo-Porto Presidente Franco à BR-35.
O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — o crédito especial de ... Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, na

Fóz do Iguaçu, Estado do Paraná, ligando a rodovia Coronel Oviedo-Porto Presidente Franco à BR-35.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.886 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 mensais a Maria do Carmo Martins de Andrade, viúva do ex-médico da Saúde dos Portos, Floro da Silveira Andrade.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Maria do Carmo Martins de Andrade, viúva do ex-médico da Saúde dos Portos, Floro da Silveira Andrade, a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) mensais, enquanto se conservar no estado de viuvez.

Art. 2.º O pagamento da pensão concedida no art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de setembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

S. Paes de Almeida.

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

página original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 2.804 — DE 25 DE JUNHO DE 1956

Dispositivos vetados do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.804, de 25 de junho de 1956, mantidos pelo Congresso Nacional.

O Vice Presidente da República no exercício do cargo de presidente da república.

Fago saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do Art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 2.804, de 25 de junho de 1956.

Art. 2.º. E' voluntário e único o recurso cabível da decisão de primeira

instância que conceder ou denegar os benefícios de reajuste pecuário, instaurado na forma da legislação citada no art. 1.º desta lei.

Parágrafo único — O recurso, recebido no efeito suspensivo pelo Tribunal Federal de Recursos, será o de agravo de petição interposto, quer pelo Ministério Público quer pelos credores ou devedores ajustantes, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da publicação da decisão de primeira instância.

Rio de Janeiro, em 22 de julho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JOÃO GOULART

LEI N. 2.805 - DE 25 DE JUNHO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica a terminar a construção e instalação da Universidade à rua Marquês de São Vicente, no Distrito Federal, e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nas obras de ampliação de suas instalações.

O Presidente da República:

Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$. 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica a terminar a construção e instalação da

Universidade à rua Marquês de São Vicente, no Distrito Federal.

Art. 2.º O auxílio de que trata o art. 1.º será entregue, de uma só vez, à Pontifícia Universidade Católica.

Art. 3.º E' ainda, o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nas obras de ampliação de suas instalações.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim.

LEI N. 2.806, DE 27 DE JUNHO
DE 1956

Dispensa, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os Capitães, do Quadro dos Serviços do Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica dispensada, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, prevista na Lei de Promoções do Exército, para o acesso ao posto de Major do Quadro dos Serviços do Exército.

Art. 2.º O oficial beneficiado por esta lei fica obrigado a fazer, no posto de major, o curso do qual é, temporariamente, dispensado na forma do artigo primeiro.

Art. 3.º Esta lei só atingirá ao oficial que, por motivo independente de sua vontade, não tenha cursado a referida escola até aquela data.

Art. 4.º Todas as promoções consequentes da aplicação da presente lei, serão efetuadas na sua primeira época, após a verificação das vagas.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Henrique Lott

LEI N. 2.808 - DE 29 DE JUNHO DE 1956

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 357.475,10 e Cr\$ 746.000,00, destinados a atender despesas com o pagamento de seus servidores, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Congresso Nacional — Senado Federal — o crédito

especial de Cr\$ 357.475,10 (trezentos e cinquenta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco cruzeiros e dez centavos), assim discriminados:

	Cr\$
1) pagamento de vencimentos referente ao exercício de 1955	13.080,00
2) pagamento de gratificação adicional referente aos exercícios de 1951, 1952, 1953, 1954 e 1955	46.950,20
3) pagamento de abono — Lei n.º 2.412, de 1 de fevereiro de 1955 — relativo ao exercício de 1955	183.094,90
4) pagamento de salário-família relativo aos exercícios de 1950, 1951, 1952, 1953, 1954 e 1955	20.100,00
5) pagamento de gratificação de Gabinete referente ao exercício de 1955	1.800,00
6) pagamento de 5% para diferença de caixa referente aos exercícios de 1955 e 1956	32.450,00
7) pagamento de auxílio-doença relativo ao exercício de 1956	60.000,00
Total	357.475,10

Art. 2.º E', ainda, aberto ao Congresso Nacional — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 746.000,00 (setecentos e quarenta e seis mil cruzeiros) para ocorrer ao pagamento de Contratados da Secretaria da Câmara dos Deputados, no corrente exercício.

Art. 3.º Os créditos de que trata esta lei serão, automaticamente, registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do Regulamento do Código de Contabilidade Pública da União.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

José Maria Alkmim

EMENTÁRIO

Leis e decretos publicados nos volumes V e VI de 1956, desta coleção, classificados em ordem alfabética dos assuntos.

página original em branco

EMENTARIO

A

'A INDEPENDÊNCIA' COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Independência" Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 39.363 — de 13 de junho de 1956.

ABERTURA DE CRÉDITO

— Ver:

O nome do Ministério ou Órgão.

ABONO ESPECIAL

Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 5.445.200,00 para atender ao pagamento do abono especial temporário aos funcionários e extranumerários da Secretaria daquele Tribunal, no exercício de 1956.

Lei nº 2.846 — de 13 de agosto de 1956.

ACIDENTES DO TRABALHO

Modifica o § 3.º do art. 17, § único do art. 19 e o art. 44 do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma da Lei de Acidentes do Trabalho).

Lei nº 2.873 — de 18 de setembro de 1956.

ADIDOS DIPLOMATICOS

Restabelece e cria cargos de Adidos Militares, Naval e Aeronáutico junto a representações diplomáticas no exterior e dá outras providências.

Decreto nº 39.873 — de 31 de agosto de 1956.

AERONAUTICA

Cria a Medalha Comemorativa do Jubileu do Correio Aéreo Nacional e dá outras providências.

Decreto nº 39.354-A — de 12 de junho de 1956.

Dá nova redação ao art. 267 do Regulamento da Escola de Aeronáutica, aprovado pelo Decreto nº 30.698, de 1-4-1952.

Decreto nº 39.494 — de 3 de julho de 1956.

Organiza, no Ministério da Aeronáutica, a Segunda Esquadilha de Ligação e Observação (2.ª Esqda. L/O).

Decreto nº 39.495 — de 3 de julho de 1956.

Revoga o Decreto nº 37.814, de 29 de agosto de 1955, que alterou o Regulamento da ECEMAR, e dá outras providências.

Decreto nº 39.496 — de 3 de julho de 1956.

Altera a redação do art. 6º do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.

Decreto nº 39.513 — de 4 de julho de 1956.

Dá nova redação ao art. 50 do Regulamento da E.P.C. Ar, aprovado pelo Decreto nº 30.976, de 10 de junho de 1952.

Decreto nº 39.536 — de 10 de julho de 1956.

Altera a redação do art. 260, do Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto nº 39.537 — de 10 de julho de 1956.

AERONAUTICA

Desapropria terrenos para ampliação da Base Aérea de Natal (RN).

Decreto nº 39.633 — de 19 de julho de 1956.

Torna sem efeito o Decreto número 26.013, de 13 de dezembro de 1948, e o Decreto nº 37.294, de 4 de maio de 1955.

Decreto nº 39.685 — de 6 de agosto de 1956.

Amplia as atribuições e o número de Comissões de Rêde e dá outras providências.

Decreto nº 39.861 — de 27 de agosto de 1956.

— Ver também:

Ministério da Aeronáutica.

AEROPORTOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 a fim de serem consolidadas e prosseguidas, em acôrdo com o Governo do Estado do Amazonas, as obras do Aeroporto Internacional de Manaus.

Lei nº 2.871 — de 17 de setembro de 1956.

AFORAMENTOS

Autoriza estrangeira a adquirir, em transferência de aforamento, o domínio útil da fração ideal de terreno de marinha, que menciona, em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 39.540 — De 11 de julho de 1956.

Autoriza o aforamento, à Cruzada São Sebastião, das áreas, que menciona, para seu racional aproveitamento na urbanização e humanização das favelas do Rio de Janeiro.

Decreto nº 39.635 — de 19 de julho de 1956.

AFORAMENTOS

Ratifica os Decretos ns. 36.086, 36.087, 36.088 e 36.089, de 19 de agosto de 1954; 36.104, de 23 de agosto de 1954; e 36.108 e 36.110, de 8 de agosto de 1954.

Decreto nº 39.647 — de 28 de julho de 1956.

Retifica o Decreto nº 39.140, de 11 de maio de 1956.

Decreto nº 39.816 — de 21 de agosto de 1956.

ÁGUA DE MESA

Autoriza o cidadão brasileiro Abeilar Romeiro a lavar água potável de mesa no município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.724 — de 8 de agosto de 1956.

ÁGUA HIPOTERMAL-OLIGO-METÁLICA

Declara caduco o Decreto nº 23.058, de 7 de maio de 1947.

Decreto nº 39.729 — de 8 de agosto de 1956.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro João Carneiro da Fonte a lavar água mineral no município de Jaguariuna, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.525 — de 6 de julho de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro José Luiz Ferreira a pesquisar água mineral no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.711 — de 8 de agosto de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro José Nogueira de Oliveira a lavar água mineral no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 39.797 — de 16 de agosto de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro Odone Eugênio Frederico Marsiaj a lavar água mineral no município de Viamão, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto nº 39.809 — de 16 de agosto de 1956.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro João Francisco Belieni a pesquisar água mineral no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 39.881 — de 3 de setembro de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro Adherbal Dias Jamel Edin a pesquisar água mineral no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.896 — de 3 de setembro de 1956.

Autoriza a União Federativa Espirita Paulista a lavar água mineral, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.977 — de 13 de setembro de 1956.

ÁGUA POTÁVEL

Autoriza os cidadãos brasileiros Brígido Rodrigues Fróes e sua mulher Rita Barbosa de Souza a pesquisar água potável de mesa no município de Grão Mogol, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.526 — de 6 de julho de 1956.

ÁGUAS PÚBLICAS

— Ver:

O nome do Estado a cujo domínio se submetem.

ALGODÃO

Aprova novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação do algodão, seus subprodutos e resíduos.

Decreto nº 39.933, de 5 de setembro de 1956.

AMBLIGONITA

Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Rodrigues Pereira a pesquisar berilo, mica, ambligonita e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.556 — de 12 de julho de 1956.

AMIANTO

Autoriza o cidadão brasileiro William Rocha a pesquisar amianto e associados no município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.808 — de 16 de agosto de 1956.

ANISTIA

Concede anistia aos trabalhadores que respondem por delitos em consequência de participação em greve, aos jornalistas processados ou condenados por delitos de imprensa, aos declarados insubmissos pelas Forças Armadas a partir de 1953, e dá outras providências.

Decreto Legislativo nº 27, de 1956.

APATITA

Autoriza os cidadãos brasileiros Anísio Moreira Alves e José Lacerda a pesquisar apatita no município de Ipirá, Estado da Bahia.

Decreto nº 39.548 — de 12 de julho de 1956.

Autoriza Serrana Sociedade Anônima de Mineração a pesquisar apatita e associados no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.732 — de 8 de agosto de 1956.

APÓLICES DE SEGURO

Modifica o art. 114 do Decreto-lei nº 483, de 8 de junho de 1938.

Lei nº 2.866 — de 13 de setembro de 1956.

APOSTAS SOBRE CORRIDAS DE CAVALOS

Dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências.

Lei nº 2.820 — de 10 de julho de 1956.

APOSTAS SOBRE CORRIDAS DE CAVALOS

Aprova o Regulamento para execução da Lei nº 2.820, de 10 de julho de 1956, e organiza a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).

Decreto nº 39.966 — de 11 de setembro de 1956.

AREIA QUARTZOSA

Autoriza a cidadã brasileira Lúcia Dantas de Assis Batista a pesquisar areia quartzosa, quartzo e associados nos municípios de Itabaiana e Campo do Brito, Estado de Sergipe.

Decreto nº 39.725 — de 8 de agosto de 1956.

Autoriza a cidadã brasileira Albertina Ferreira Dias a lavar areia quartzosa, no município de S. Vicente, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.887 — de 3 de setembro de 1956.

AREIA SILICOSA

Renova o Decreto nº 35.527, de 19 de maio de 1954.

Decreto nº 39.714 — de 8 de agosto de 1956.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Ermirio de Moraes a lavar argila no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.555 — de 12 de julho de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro José Campos Coelho a pesquisar argila no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.581 — de 13 de julho de 1956.

Revoga o art. 1º do Decreto número 35.812, de 12 de julho de 1954.

Decreto nº 39.736 — de 8 de agosto de 1956.

ARGILA

— Autoriza os cidadãos brasileiros Alkindar Monteiro Junqueira, Guilherme Monteiro Junqueira, Newton Ferreira da Silva e Reynaldo Emygdio de Barros a pesquisar calcário, argila, xisto argiloso e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.927 — de 5 de setembro de 1956.

ARGILA REFRATÁRIA

Renova o Decreto nº 33.506, de 5 de agosto de 1953.

Decreto nº 39.715 — de 8 de agosto de 1953.

ARMADA

Altera o art. 14, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e dá outras providências.

Lei nº 2.837 — de 31 de julho de 1956.

— Restabelece a subordinação militar do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ao Primeiro Distrito Naval.

Decreto nº 39.601 — de 14 de julho de 1956.

— Ver também:

Marinha e Ministério da Marinha.

ARMAZÉNS FRIGORÍFICOS

Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A., para a instalação de uma rede de Armazéns e Transportes Frigoríficos.

Lei nº 2.854 — de 28 de agosto de 1956.

ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

Restabelece a subordinação militar do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, ao Primeiro Distrito Naval.

Decreto nº 39.601 — de 14 de julho de 1956.

**ASSEMBLÉIA COMEMORATIVA DO
130.º ANIVERSÁRIO DO CON-
GRESSO DO PANAMA**

*Concede licença ao Presidente da
República para ausentar-se do País.*

Decreto Legislativo nº 30, de 1956.

**ASSOCIAÇÃO MUSEU DE ARTE
DE SÃO PAULO**

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Educação e Cul-
tura, os créditos especiais, respectiva-
mente, de Cr\$ 10.000.000,00 e
Cr\$ 10.000.000,00 para conceder auxí-
lios à Associação Museu de Arte de
São Paulo e ao Museu de Arte Mo-
derna do Rio de Janeiro.*

Lei nº 2.826 de 17 de julho de
1956.

ASSOCIAÇÕES

*Autoriza o Poder Executivo a doar
dois terrenos joreiros à Associação Da-
mas de Caridade, com sede em Itaquí,
Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei nº 2.812 — de 5 de julho de
1956.

*— Declara de utilidade pública a
Associação Antialcoólica — A.A. —
com sede na Capital do Estado de São
Paulo.*

Decreto nº 39.498 — de 3 de julho
de 1956.

*— Oficializa a Medalha da Ordem
de Damião o Apóstolo dos Leprosos,
instituída pela Associação Brasileira
de Amparo aos Leprosos.*

Decreto nº 39.642 — de 25 de julho
de 1956.

*— Declara de utilidade pública a so-
ciedade civil "Pioneiras Sociais", com
sede no Distrito Federal.*

Decreto nº 39.865 — de 29 de agosto
de 1956.

AUTARQUIAS

*Dispõe sobre cancelamento de pena-
lidades aplicadas a servidores civis e
o abono de faltas não justificadas.*

Lei nº 2.839 — de 2 de agosto
de 1956.

AUTARQUIAS

*— Dispõe sobre a aplicação da Lei
nº 2.839, de 2 de agosto de 1956.*

Decreto nº 40.000 — de 17 de se-
ntembro de 1956.

**AUTONOMIA DO DISTRITO
FEDERAL**

— Ver:

Distrito Federal.

**AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR
COMO EMPRESA DE MINERAÇÃO**

— Ver:

O nome da entidade autorizada.

**AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR
COMO EMPRESA DE NAVEGA-
ÇÃO DE CABOTAGEM**

— Ver:

O nome da entidade autorizada.

**AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR
NA REPÚBLICA**

— Ver:

O nome da entidade.

AUTORIZAÇÃO PARA LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

AUXÍLIOS

— Ver:

O nome da entidade que recebe.

AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

*Torna pública a adesão da República
Federal da Alemanha à Convenção so-
bre Aviação Civil Internacional, fir-
mada, em Chicago, a 7 de dezembro
de 1944.*

Decreto nº 39.643 — de 25 de julho
de 1956.

AZEVEDO CIA. LTDA.

Concede à firma comercial Azevedo Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto nº 40.011 — de 20 de setembro de 1956.

B**BANCO AGRO INDUSTRIAL JUNDIAIENSE, SOCIEDADE COOPERATIVA**

Concede autorização para constituição do "Banco Agro Industrial Jundiaense, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede em Jundiaí, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.542 — de 11 de julho de 1956.

BANCO DE CRÉDITO A PRODUÇÃO E MELHORAMENTOS LIMITADA, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede, autorização para constituição do "Banco de Crédito à Produção e Melhoramentos Limitada, Sociedade Cooperativa" com sede em Avaré, Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.543 — de 11 de julho de 1956.

BANCO DE CRÉDITO MÚTUO SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Concede autorização para constituição do "Banco de Crédito Mútuo Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 39.970 — de 12 de setembro de 1956.

BANCO DE CRÉDITO SOLAR SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco de Crédito Solar Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 39.834 — de 21 de agosto de 1956.

BANCO DE CRÉDITO TIJUCAS, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para a constituição do Banco de Crédito Tijucas, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com sede no Estado do Paraná.

Decreto nº 39.832 — de 21 de agosto de 1956.

BANCO MINERVA LIMITADA SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização à Cooperativa Mista Caixa Federal Limitada, com sede no Distrito Federal, para reformar seus estatutos, de acordo com a legislação vigente, adotando a denominação de "Banco Minerva Limitada Sociedade Cooperativa".

Decreto nº 39.833 — de 21 de agosto de 1956.

BANCO POPULAR DE ECONOMIA E CRÉDITO, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Popular de Economia e Crédito, Sociedade Cooperativa", com sede no Distrito Federal.

Decreto nº 39.547 — de 11 de julho de 1956.

BANCO UNIÃO DE SÃO PAULO, SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco União de São Paulo, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada" com sede na capital do Estado de São Paulo.

Decreto nº 39.831 — de 21 de agosto de 1956.

BATERIAS

Isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras às sociedades com sede e administração no país, que explorem ou venham a explorar a fabricação de baterias e de pilhas secas.

Lei nº 2.841 — de 4 de agosto de 1956.

BAURU RÁDIO CLUB S. A.

Outorga concessão à Bauru Rádio Club S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 39.660 — de 28 de julho de 1956.

BAUXITA

Renova o Decreto nº 33.506, de 5 de agosto de 1953.

Decreto n. 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Rodrigues Pereira a pesquisar berilo, mica, ambligonita e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 39.556 — de 12 de julho de 1956.

— *Renova o Decreto nº 35.672, de 16 de julho de 1954.*

Decreto nº 39.878 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o Berco Indústria Química Mineral S. A. a pesquisar berilo e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 39.892 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Timóteo de Oliveira a pesquisar mica, berilo e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 39.984 — de 13 de setembro de 1956.

BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Brasil Companhia de Seguros Gerais.

Decreto nº 39.699 — de 8 de agosto de 1956.

C

CAIXA DE APOSENTADORIA E PENSÕES

Aprova o Quadro de Pessoal e a Tabela de Extranumerário Mensalista da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, e dá outras providências.

Decreto nº 39.562 — de 12 de julho de 1956.

— *Reclassifica no padrão N os Procuradores das antigas Caixas de Aposentadoria e Pensões de tipos I e II.*

Decreto nº 39.645-A — de 25 de julho de 1956.

— *Altera o art. 40 do Decreto número 34.828, de 17 de dezembro de 1953.*

Decreto n. 39.955 — de 6 de setembro de 1956.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica de Minas Gerais, e dá outras providências.

Decreto nº 39.514 — de 5 de julho de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.564 — de 12 de julho de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Santa Catarina, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.608 — de 18 de julho de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal da Bahia, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.609 — de 18 de julho de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Amazonas, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.946 — de 6 de setembro de 1956.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Goiás, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.947, de 6 de setembro de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Mato Grosso e dá outras providências.*

Decreto nº 39.948 — de 6 de setembro de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Pernambuco, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.949 — de 6 de setembro de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Piauí, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.950 — de 6 de setembro de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.951 — de 6 de setembro de 1956.

— *Aprova o Quadro de Pessoal da Caixa Econômica Federal de Sergipe, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.952, de 6 de setembro de 1956.

CALCÁRIO

Autoriza o cidadão brasileiro Andréa Salvini a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.

Decreto nº 39.527, de 6 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Andréa Salvini a pesquisar calcário e associados no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 39.529 — de 6 de julho de 1956.

CALCÁRIO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Tortola a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Pirai do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 39.557 — de 12 de julho de 1956.

— *Retifica o art. 1º, do Decreto nº 34.688, de 25 de novembro de 1953.*

Decreto nº 39.706 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Ivette Kolling Lins a pesquisar calcário e associados no município de Monte Alegre, Estado do Pará.*

Decreto nº 39.708 — de 8 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 33.506, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto nº 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto nº 35.528, de 19 de maio de 1954.*

Decreto nº 39.726 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alduino Borges a pesquisar calcário no município de Rio Pardo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 39.730 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fortunato Bragagnolo a pesquisar calcário e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 39.740 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Aristides Machado Vieira a lavar calcário no município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 39.743 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Dagoberto Fontoura de Barcelos a pesquisar calcário no município de Capapava do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 39.810 — de 16 de agosto de 1956.

CALCÁRIO

— *Renova o Decreto nº 35.494, de 12 de maio de 1954.*

Decreto nº 39.883 — de 3 de setembro de 1956.

— *Altera a autorização conferida pelo Decreto nº 8.089, de 22 de outubro de 1941.*

Decreto nº 39.884 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Sousa Aranha a lavrar calcário e associados no município de Itararé, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 39.925 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Pedro Marques dos Santos a lavrar calcário e associados no município de Prados, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 39.926 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Alcindar Monteiro Junqueira, Guilherme Monteiro Junqueira, Newton Ferreira da Silva e Reynaldo Emygdio de Barros a pesquisar calcário, argila xisto argiloso e associados, no município de Guapiara, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 39.927 — de 5 de setembro de 1956.

— *Altera o art. 1º do Decreto número 19.912, de 14 de novembro de 1945.*

Decreto nº 39.932 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Celmis Bicca, a pesquisar calcário, no município de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 39.982 — de 13 de setembro de 1956.

CALCÁRIO DOLOMÍTICO

— *Altera a autorização conferida pelo Decreto n. 31.599, de 15 de outubro de 1952.*

Decreto nº 39.812 — de 16 de agosto de 1956.

CÂMARA DE REAJUSTAMENTO ECONÔMICO

Extingue a Câmara do Reajustamento Econômico.

Lei nº 2.825 — de 17 de julho de 1956.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 357.475,10 e Cr\$ 746.000,00, destinados a atender despesas com o pagamento de seus servidores, e dá outras providências.

Lei nº 2.808 — de 29 de junho de 1956.

— *Abre, ao Poder Legislativo, os créditos: suplementar de Cr\$ 24.920.000,00, sendo Cr\$ 16.520.000,00 à Câmara dos Deputados e Cr\$ 8.400.000,00 ao Senado Federal, em reforço de dotações orçamentárias vigentes; e especial de Cr\$ 27.041,10, para pagamento de diferenças de salário-família e gratificação adicional no período de 1951 a 1955.*

Lei n. 2.882 — de 21 de setembro de 1956.

CÂMBIO

Modifica o inciso VII do art. 7º da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953 (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências).

Lei nº 2.315, de 6 de julho de 1956.

CAMINHÕES

Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a caminhões.

Decreto nº 39.568 — de 12 de julho de 1956.

— *Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões.*

Decreto nº 39.676-A — de 30 de julho de 1955.

CAMIONETAS

Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões.

Decreto nº 39.676-A — de 30 de julho de 1956.

CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FLORESTAL

Institui a "Medalha de Serviços Relevantes à Campanha de Educação Florestal", promovida pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço Florestal.

Decreto n.º 39.604 — de 14 de julho de 1956.

CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL

Altera a redação dos artigos 8.º e 10 do Decreto n.º 38.955, de 27-3-56, que dispõe sobre a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER).

Decreto n.º 39.871 — de 30 de agosto de 1956.

CAPITANIAS DOS PORTOS

Altera os Decretos números 34.500 e 34.501, de 9 de novembro de 1953.

Decreto n.º 39.563 — de 12 de julho de 1956.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Modifica o inciso VII do art. 7.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953 (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências).

Lei n.º 2.815 — de 6 de julho de 1956.

CARVÃO MINERAL

Autoriza a Cia. Minas da Jangada Soc. Anônima a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 39.470 — de 27 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mario Pinheiro a pesquisar carvão mineral, no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 39.471 — de 27 de julho de 1956.

— *Autoriza a Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais — Copelmi — a lavar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 39.561 — de 12 de julho de 1956.

CARVÃO MINERAL

— *Autoriza Companhia de Pesquisas e Lavras Minerais Copelmi a lavar carvão mineral no município de Bom Jesus do Triunfo, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 39.584 — de 13 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mario Pinheiro a pesquisar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 39.670 — de 30 de julho de 1956.

CASSITERITA

Retifica o Decreto n.º 36.589, de 12 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 39.531 — de 6 de julho de 1956.

— *Autoriza a Cia. Estanjera do Brasil S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.532 — de 6 de julho de 1956.

— *Autoriza Cia. Estanjera do Brasil Soc. Anônima a pesquisar cassiterita e associados, no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.554 — de 12 de julho de 1956.

— *Autoriza Cia. Estanjera do Brasil S. A. a pesquisar cassiterita e associados no município de Itinga, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.558 — de 12 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Patricio Rodrigues Galdeano a pesquisar cassiterita, columbita e associados no município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.722 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Oliveira a pesquisar rutilo, cassiterita e associados no município de Ilma Duarte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.880 — de 3 de setembro de 1956.

CASSITERITA

— *Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a lavrar ouro, cassiterita, diamante e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.888 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar cassiterita e associados no município de Brasília, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.895 — de 3 de setembro de 1956.

CASTRO LOPES MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

Concede à Castro Lopes Mineração e Comércio Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.728 — de 8 de agosto de 1956.

CAULIM

Autoriza o cidadão brasileiro José Pedro a pesquisar caulim e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 39.582 — de 13 de julho de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 33.506, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto n.º 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

— *Renova o art. 1.º do Decreto número 35.810 de 12 de julho de 1954.*

Decreto n.º 36.736 — de 8 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 33.147, de 24 de junho de 1953.*

Decreto n.º 39.889 — de 3 de setembro de 1956.

CENAL COMÉRCIO DE REPRESENTAÇÕES EUROPA - NORTE-AMÉRICA LIMITADA

Concede à Cenal Comércio de Representações Europa-Norte-América Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.886 — de 3 de setembro de 1956.

CENTENÁRIO DA VISITA DO IMPERADOR DOM PEDRO II A CACHOEIRA DE PAULO AFONSO

Autoriza o Poder Executivo a celebrar o 1.º centenário da visita do Imperador Dom Pedro II ao Baixo São Francisco e à Cachoeira de Paulo Afonso, e dá outras providências.

Lei n.º 2.870 — de 17 de setembro de 1956.

CENTRO SOCIAL RURAL

Autoriza a instalação de um Centro Social Rural e de um Curso Vocacional de Economia Rural Doméstica, no Distrito de Couto Magalhães, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 39.509 — de 4 de julho de 1956.

CEREAIS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1957.

Decreto n.º 39.785 — de 14 de agosto de 1956.

CESSÃO DE TERRAS DA UNIÃO

Autoriza a cessão para utilização, de duas áreas de terras devolutas no Território Federal do Amapá, à empresa arrendatária das jazidas de manganês e concessão da estrada de ferro e do porto, com reversão das benfeitorias.

Decreto n.º 39.762 — de 9 de agosto de 1956.

— *Retifica o Decreto n.º 32.852, de 23 de maio de 1953.*

Decreto n.º 39.856 — de 25 de agosto de 1956.

CESSÃO DE TERRAS DA UNIÃO

— *Autoriza a cessão do terreno nacional interior que menciona, situado à montante da Estrada do Sumaré, nos altos da Serra da Carioca, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 39.959 — de 6 de setembro de 1956.

— *Autoriza a cessão do terreno nacional interior que menciona, situado na Vila Militar, do Distrito Federal.*

Decreto n.º 39.968 — de 12 de setembro de 1956.

— *Autoriza a cessão gratuita, à Prefeitura do Distrito Federal, do terreno de marinha, que menciona, situado no mesmo Distrito Federal.*

Decreto n.º 40.029 — de 25 de setembro de 1956.

CEVADA

Dá nova redação ao artigo 7.º, do Decreto número 7.268, de 29 de maio de 1941.

Decreto n.º 39.755 — de 9 de agosto de 1956.

CHUMBO

Renova o Decreto n.º 33.995, de 30 de setembro de 1953.

Decreto n.º 39.737 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata, vanádio e associados, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.894 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, cobre, chumbo e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.929 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Renato Dias Martins a pesquisar minérios de chumbo e zinco no município de Apiaí, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 39.983 — de 13 de setembro de 1956.

CHUMBO

— *Autoriza Mineração Lageado Limitada a pesquisar minério de chumbo e associados no município de Bocauiwa do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 39.988 — de 13 de setembro de 1956.

CIA. BRASILEIRA RHODIACETA

— *Concede permissão à Cia. Brasileira Rhodiaceta, com sede em Santo André, Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.*

Decreto n.º 39.273 — de 30 de maio de 1956.

CLUBE DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DO EXÉRCITO

Considera de utilidade pública nos termos do art. 1.º da Lei n.º 91, de 28 de agosto de 1935, o Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército.

Decreto n.º 39.636 — de 19 de julho de 1956.

COBRE

Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, cobre, chumbo e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 39.929 — de 5 de setembro de 1956.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil.

Lei n.º 2.816 — de 6 de julho de 1956.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Modifica o art. 300 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).

Lei n.º 2.850 — de 25 de agosto de 1956.

— *Classifica localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 123, da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 39.605 "A" — de 16 de julho de 1956.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIRURGIÕES

Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia.

Decreto n.º 39.659 — de 28 de julho de 1956.

COLUMBITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Theophilo Badim a pesquisar columbita e associados no município de Rio das Contas, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 39.717 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Patrício Rodrigues Galdeano a pesquisar cassiterita, columbita e associados no município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.722 — de 8 de agosto de 1956.

COMÉRCIO E MINERAÇÃO VALE DO ASSÚ S. A.

Concede à Comércio e Mineração Vale do Assú S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.713 — de 8 de agosto de 1956.

COMISSÃO DE SIMPLIFICAÇÃO BUROCRÁTICA (C.O.S.B.)

Aprova o Regimento da Comissão de Simplificação Burocrática (C. E. O. S. B.) e das Subcomissões Ministeriais.

Decreto n.º 39.605 — de 16 de julho de 1956.

COMISSÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO

Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno onde deverá ser construído o campo de aviação da cidade de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.

Decreto n.º 39.600 — de 14 de julho de 1956.

COMISSÃO DO VALE DE SÃO FRANCISCO

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 218.675,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 39.653 — de 28 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona.*

Decreto n.º 39.684 — de 4 de agosto de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Carinhanha, no Estado da Bahia.*

Decreto n.º 39.686 — de 7 de agosto de 1956.

— *Retifica o Decreto n.º 39.653, de 28 de julho de 1956, para o efeito de declarar que o crédito especial de Cr\$ 218.675,00, de que trata o diploma legal indicado, é aberto não pelo Ministério da Fazenda, como consignado no referido Decreto, mas pela Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n.º 39.817 — de 21 de agosto de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Gajanhoto, no município de Carmo do Cajuru, e a cidade de Arcos, município de igual nome, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.936 — de 6 de setembro de 1956.

COMISSÃO ESPECIAL DE FAIXAS DE FRENTEIRA

Aprova o Regulamento da Lei número 2.597, de 12 de setembro de 1955.

Decreto n.º 39.605 "B" — de 16 de julho de 1956.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTOS E PREÇOS

Aprova o termo do contrato celebrado entre a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços e a firma Limpadora Lido Limitada.

Decreto Legislativo n.º 38 — de 1956.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRO-BOLIVIANA

Dispõe sobre o tempo de serviço prestado por funcionário ou extramurários federal ocupante do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Lei n.º 2.835 — de 25 de junho de 1956.

COMISSÕES

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

Lei n.º 2.874 — de 19 de setembro de 1956.

— *Dispõe sobre o funcionamento de uma Comissão de Simplificação Burocrática (C.O.S.B.).*

Decreto n.º 39.510 — de 4 de julho de 1956.

— *Prorroga o prazo estabelecido no Decreto n.º 39.206, de 22 de maio de 1956.*

Decreto n.º 39.627 — de 19 de julho de 1956.

— *Modifica a composição da Comissão constituída pelo Decreto número 39.206, de 22 de maio de 1956.*

Decreto n.º 39.697 — de 8 de agosto de 1956.

— *Cria a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos.*

Decreto n.º 39.855 — de 24 de agosto de 1956.

— *Amplia as atribuições e o número de Comissões de Rêde e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.861 — de 27 de agosto de 1956.

— *Altera o artigo 4.º do Regulamento da Comissão Nacional de Alimentação, aprovado pelo Decreto número 29.850, de 6 de agosto de 1951.*

Decreto n.º 39.971 — de 12 de setembro de 1956.

— *Extingue a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal.*

Decreto n.º 40.016 — de 24 de setembro de 1956.

COMPANHIA DE GARRIS, LUZ E FÔRÇA DO RIO DE JANEIRO, LIMITADA

Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias por acaso nelas existentes, necessárias à construção do reservatório de Santa Branca que se relaciona com a ampliação progressiva do aproveitamento de Ribeirão das Lajes, de que tratam os Decretos ns. 18.588 e 20.657, respectivamente de 11 de maio de 1945 e 26 de fevereiro de 1946, e autoriza a Companhia de Garrís, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n.º 39.850 — de 24 de agosto de 1956.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE MUQUI DO SUL

Autoriza a Companhia de Eletricidade de Muqui do Sul, a construir barragem de regularização a montante da atual Usina Aparecida localizada no município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 39.590 — de 13 de julho de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO PARÁ

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, incluindo aumento do capital social da Companhia de Seguros Aliança do Pará.

Decreto n.º 39.837 — de 21 de agosto de 1956.

COMPANHIA HIDROELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 66 kV da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, de Angelim à Pesqueira, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 39.940 — de 6 de setembro de 1956.

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DE CALIFÓRNIA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Cia. Hidroelétrica de Califórnia.

Decreto n.º 39.278 — de 30 de maio de 1956.

**COMPANHIA INDUSTRIAL DE
PAPEIS E PAPELÃO S. A.**

Autoriza a Companhia Industrial Paulista de Papéis e Papelão S. A. a funcionar aos domingos e feriados.

Decreto n.º 38.849 — de 13 de março de 1956.

**COMPANHIA NACIONAL DE SE-
GURO AGRÍCOLA**

Dispõe sobre as Reservas Técnicas da Companhia Nacional de Seguros Agrícola e dá outras providências.

Decreto n.º 39.664 — de 30 de julho de 1956.

**COMPANHIA PAULISTA DE ES-
TRADAS DE FERRO**

Aprova o acréscimo de despesa com a aquisição e montagem de material rodante e de tração da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

Decreto n.º 36.644 — de 25 de julho de 1956.

**COMPANHIA PAULISTA DE
FORÇA E LUZ S. A.**

Declara de utilidade pública as áreas de terras e as benfeitorias, por acaso nelas contidas, necessárias à execução do projeto das obras destinadas ao aproveitamento progressivo do Peixoto, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz S. A. a promover a desapropriação das mesmas e altera os Decretos números 35.623, de 7 de junho de 1954 e 37.473, de 14 de junho de 1955.

Decreto n.º 39.851 — de 24 de agosto de 1956.

**COMPANHIA SEGURADORA
BRASILEIRA**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Seguradora Brasileira.

Decreto n.º 40.018 — de 24 de setembro de 1956.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL**

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

Lei n.º 2.874 — de 19 de setembro de 1956.

**COMPANHIA URBANIZADORA DA
NOVA CAPITAL DO BRASIL**

— Aprova a constituição da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Decreto n.º 40.017 — de 24 de setembro de 1956.

**CONCESSÃO PARA SERVIÇOS DE
RÁDIODIFUSÃO**

Ver a nome da entidade à qual foi feita a concessão.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro Mitsuo Yamanaka a lavrar conchas calcárias no município de Guaraqueçaba, Estado de Paraná.

Decreto n.º 39.803 — de 16 de agosto de 1956.

CONCURSO

Aprova as Instruções Gerais reguladoras do concurso para provimento de cargo de Procurador da Fazenda Nacional.

Decreto n.º 39.655 — de 28 de junho de 1956.

**CONGRESSO EUCARÍSTICO INTER-
NACIONAL (XXXVI.º)**

Ratifica os Decretos ns. 36.086, 36.087, 36.088, 36.089, de 19 de agosto de 1954; 36.104, de 20 de agosto de 1954; e 36.108 e 36.110, de 3 de agosto de 1954.

Decreto n.º 39.647 — de 28 de julho de 1956.

**CONGRESSO INTERAMERICANO
DE CIRURGIA (X)**

Abre ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia.

Decreto n.º 39.659 — de 28 de julho de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito especial de Cr\$ 174.140,80 para atender ao pagamento de gratificações aos engenheiros lotados naquele Conselho.

Lei n.º 2.836 — de 31 de julho de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Cria o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 39.687 — de 7 de agosto de 1956.

CONSELHOS REGIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Aprova o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica de Mensalistas do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5.ª Região, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.565 — de 12 de julho de 1956.

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 3.ª Região, e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.566 — de 12 de julho de 1956.

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 9.ª Região, e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.567 — de 12 de julho de 1956.

CONSELHOS REGIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 6.ª Região, e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.779 — de 13 de agosto de 1956.

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 7.ª Região, e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.780 — de 13 de agosto de 1956.

CONSELHOS REGIONAIS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

— *Aprova o Quadro do Pessoal e a Tabela Numérica de Extranumerário mensalista do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 4.ª Região e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.781 — de 13 de agosto de 1956.

— *Aprova o Quadro do Pessoal do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 8.ª Região, e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.782 — de 13 de agosto de 1956.

— *Inclui uma função de Auxiliar de Escritório, referência 21 na Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura da 5.ª Região.*

Decreto n.º 39.898 — de 3 de setembro de 1956.

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Altera a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento).

Lei n.º 2.853 — de 28 de agosto de 1956.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

— Ver:

Imposto de Consumo.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Revoga o § 7.º do art. 264 e altera o art. 266 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 2.872 — de 18 de setembro de 1956.

CONSULADOS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Aprova a autonomia do Distrito Federal.

Emenda Constitucional n.º 2.

CONTÍNUO

Releva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escriurários do Ministério da Educação e Cultura.

Lei n.º 2.829 — de 18 de julho de 1956.

CONTRABANDO

Fixa normas para a fiel execução do art. 11 da Lei n.º 2.653, de 24 de novembro de 1955, sobre contrabando.

Decreto n.º 39.499 — de 3 de julho de 1956.

CONTRATADO

— Ver:

Extranumerário.

CONTRATOS

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a Sociedade Técnica Construtora Limitada.

Decreto Legislativo n.º 28, de 1956.

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao termo do contrato celebrado entre a Comissão do Salário Mínimo — Seção de Sergipe — e Eufrodísio Vieira Machado.

Decreto Legislativo n.º 29 — de 1956.

Aprova o contrato celebrado entre o Governo Federal e as Fazendas Reunidas Belarmino Pires Limitada.

Decreto Legislativo n.º 31 — de 1956.

Aprova termo de contrato celebrado entre a União e a Prefeitura Municipal de Divina Pastora.

Decreto Legislativo n.º 33 — de 1956.

CONTRATOS

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Antônio Figueiredo.

Decreto Legislativo n.º 34 — de 1956.

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica do Amazonas e Francisco Rodrigues da Silva.

Decreto Legislativo n.º 37 — de 1956.

Aprova o termo do contrato celebrado entre a Comissão Federal de Abastecimento e Pregos e a firma Limpadora Lido Limitada.

Decreto Legislativo n.º 38, de 1956.

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Ismael Ribeiro Machado.

Decreto Legislativo n.º 39, de 1956.

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre a União Federal e Elias Sefer.

Decreto Legislativo n.º 41, de 1956.

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Nacional de Construções "Sonaco" Limitada.

Decreto Legislativo n.º 42, de 1956.

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Escola de Educação Física do Exército e a firma Salvador Guedes.

Decreto Legislativo n.º 43, de 1956.

CONVENÇÕES

Aprova a Convenção para a Proteção de Bens Culturais em caso de conflito armado, assinada na Conferência Internacional reunida em Haia, de 21 de abril a 12 de maio de 1954.

Decreto-legislativo n. 32, de 1956.

Aprova as Convenções concluídas em Genebra, sob os auspícios do Comité Internacional da Cruz Vermelha.

Decreto-legislativo n. 35, de 1956.

CONVENÇÕES

— *Torna público a adesão da República Federal da Alemanha à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, firmada em Chicago, a 7 de dezembro de 1944.*

Decreto n. 39.643 — de 25 de julho de 1956.

— *Torna público a aplicação às Províncias Ultramarinas Portuguesas, pelo Governo de Portugal, da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revista, em Bruxelas a 26 de junho de 1948.*

Decreto n. 39.691 — de 7 de agosto de 1956.

— *Torna público o depósito do Instrumento de adesão, por parte do Governo da Coreia, à Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.*

Decreto n. 39.736 — de 14 de agosto de 1956.

— *Torna sem efeito o Decreto número 37.845, de 1 de setembro de 1955.*

Decreto n. 39.870 — de 30 de agosto de 1956.

— *Torna público o depósito dos instrumentos de ratificação, por parte do Governo do Peru, da Convenção Interamericana sobre a Concessão de Direitos Políticos à Mulher, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948, durante a IX Conferência Internacional Americana.*

Decreto n. 40.015, de 21 de setembro de 1956.

CONVÊNIOS

— *Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a celebrar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul para o fim que indica.*

Decreto n. 39.825 — de 21 de agosto de 1956.

— *Promulga o Convênio de Comércio firmado em La Paz, a 24 de dezembro de 1953, entre o Brasil e a Bolívia.*

Decreto n. 39.901 — de 4 de setembro de 1956.

COOPERATIVA BANCO DE CRÉDITO DO JACARÉ LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco de Crédito do Jacaré Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto n. 39.835 — de 21 de agosto de 1956.

COOPERATIVA BANCO DO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA.

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco do Comércio Varejista Limitada", com sede em Belo Horizonte.

Decreto n. 39.757 — de 9 de agosto de 1956.

COOPERATIVA BANCO POPULAR DE MESQUITA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco Popular de Mesquita", com sede no Município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n. 39.969 — de 12 de setembro de 1956.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS PREVIDENCIÁRIOS DO RIO GRANDE DO SUL LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito dos Previdenciários do Rio Grande do Sul Limitada", com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 39.546 — de 11 de julho de 1956.

COOPERATIVA DE CRÉDITO GUANABARA LIMITADA

Concede autorização para constituição da Cooperativa de Crédito Guanabara Limitada, com sede em Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.545 — de 11 de julho de 1956.

COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR E AGRÍCOLA DE MACAU LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito Popular e Agrícola de Macau Limitada" com sede em Macau, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.544 — de 11 de julho de 1956.

COOPERATIVA MISTA CAIXA FEDERAL LIMITADA

Concede autorização à Cooperativa Mista Caixa Federal Limitada, com sede no Distrito Federal, para reformar seus estatutos, de acordo com a legislação vigente, adotando a denominação de "Banco Minerva Limitada Sociedade Cooperativa".

Decreto n. 39.833 — de 21 de agosto de 1956.

COOPERATIVA PERNAMBUCANA DE CRÉDITO LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Pernambucana de Crédito Limitada", com sede em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Decreto n. 37.919 — de 19 de setembro de 1955.

CORANTES E INSETICIDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S. A.

Concede permissão a firma Corantes e Inseticidas Comércio e Indústrias S. A. (CIDASA), com sede em Duque de Caxias, no Estado do Rio, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 39.361 — de 13 de junho de 1956.

CORIDON

Revoga o Decreto n. 33.506, de 5 de agosto de 1956.

Decreto n. 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n. 2.823 — de 14 de julho de 1956.

— Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n. 2.852 — de 25 de agosto de 1956.

— Aprova o Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n. 38.233 — de 10 de novembro de 1955.

— Permite o uso da medalha comemorativa do primeiro centenário do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n. 39.688 — de 7 de agosto de 1956.

CORRÊA RIBEIRO & CIA. LTDA.

Concede à firma comercial Corrêa Ribeiro & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.579 — de 13 de julho de 1956.

CORREIO AÉREO NACIONAL

Cria a Medalha Comemorativa do Jubileu do Correio Aéreo Nacional e dá outras providências.

Decreto n. 39.354-A — de 12 de junho de 1956.

CORRIDAS DE CAVALOS

Dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências.

Lei n. 2.820 — de 10 de julho de 1956.

CORRIDAS DE CAVALOS

— *Aprova o Regulamento para execução da Lei n.º 2.820, de 10 de julho de 1956, e organiza a Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional (CCCCN).*

Decreto n. 39.966 — de 11 de setembro de 1956.

CRÉDITO ESPECIAL

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

CRIAÇÃO DE CARGOS

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão a cuja lotação pertencem.

CRUZADA SÃO SEBASTIÃO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mucambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de Vitória na melhoria das condições de habitação dos favelados, e das outras providências.

Lei n. 2.875 — de 19 de setembro de 1956.

CURSOS

Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas.

Decreto n. 39.084 — de 30 de abril de 1956.

CURSOS

Autoriza a instalação de um Centro Social Rural e de um Curso Vocacional de Economia Rural Doméstica, no Distrito de Couto Magalhães, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.509 — de 4 de julho de 1956.

Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Instituto Social de Fortaleza.

Decreto n. 39.511 — de 4 de julho de 1956.

Concede reconhecimento aos cursos de geografia e história, letras neo-latinas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão.

Decreto n. 39.653 — de 28 de julho de 1956.

Concede reconhecimento ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Bahia.

Decreto n. 39.827 — de 21 de agosto de 1956.

Concede reconhecimento aos cursos de letras anglo-germânicas, geografia e história, pedagogia e história natural, da Faculdade Católica de Filosofia da Bahia.

Decreto n. 39.919 — de 5 de setembro de 1956.

Concede autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, geografia e história, letras clássicas, letras neo-latinas e pedagogia, da Faculdade Auxilium de Filosofia, Ciências e Letras.

Decreto n. 39.920 — de 5 de setembro de 1956.

Concede reconhecimento aos cursos de letras neo-latinas e didática da Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora.

Decreto n. 39.921 — de 5 de setembro de 1956.

CURSOS

— Altera o Decreto n. 11.974, de 18 de março de 1943, que concedeu equiparação, sob regime de inspeção preliminar, ao curso colegial do Colégio Estadual de Casa Branca.

Decreto n. 39.923 — de 5 de setembro de 1956.

CURSOS

— Ver, também:

Escolas, Faculdades e Universidades.

D

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

— Retifica o art. 9.º do Decreto número 38.017, de 6 de outubro de 1955, e dá outras providências.

Decreto n. 39.980 — de 6 de setembro de 1956.

— Dá nova redação ao art. 5.º do Decreto n. 29.026, de 23 de dezembro de 1953.

Decreto n. 39.996 — de 14 de setembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Autoriza o D. N. O. S. a adquirir terrenos de propriedade de João Pedro Tomás Pereira e Paulo Jorge Tomás Pereira.

Decreto n. 39.502 — de 3 de julho de 1956.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do contrato celebrado entre a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de Campanha e a Sociedade Técnica Construtora Limitada.

Decreto-legislativo n. 28, de 1956.

— Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma A. Martins Mendes & Cia. Limitada.

Decreto-legislativo n. 40, de 1956.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

— Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Sociedade Nacional de Construções "Sonaco" Limitada.

Decreto-legislativo n. 42, de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo.

Lei n. 2.881 — de 21 de setembro de 1956.

— Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas do Departamento dos Correios e Telégrafos do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto n. 39.830 — de 21 de agosto de 1956.

— Altera o esquema do orçamento analítico da despesa do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Decreto n. 39.342 — de 23 de agosto de 1956.

— Autoriza o D.C.T. a adquirir imóvel de propriedade de Nelson Parente Ribeiro.

Decreto n. 39.997 — de 17 de setembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n. 39.916 — de 5 de setembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o Rio Paraná, na Fôz do Iguaçu, Estado do Paraná, ligando a Rodovia Coronel Oviedo-Pôrto Presidente Franco à BR-35.

Lei n. 2.385 — de 25 de setembro de 1956.

— Autoriza a cessão gratuita ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem de terrenos de acréscidos de marinha, que menciona, situados na zona portuária, no Distrito Federal.

Decreto n. 39.843 — de 23 de agosto de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.

Lei n. 2.814 — de 6 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no Município de Canindé, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.915 — de 5 de setembro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

Declara de utilidade pública, diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n. 37.063, de 21 de março de 1955 e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Lt'da., a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n. 39.516 — de 6 de julho de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária ao aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Rio Grande, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, e autoriza a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo a promover a desapropriação.

Decreto n. 39.586 — de 13 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias por acaso nelas existentes, necessárias à execução do projeto destinado ao aproveitamento hidrelétrico do Rio Fruteiras, de que trata o Decreto n. 37.098, de 24 de março de 1955, e autoriza a Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n. 39.617 — de 18 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias por acaso existentes, necessárias à execução do projeto destinado ao aproveitamento hidrelétrico de Guaricana, de que trata o Decreto n.º 33.913, de 25 de setembro de 1953, e autoriza a Companhia Fôrça e Luz do Paraná a promover a desapropriação das mesmas.

Decreto n. 39.621 — de 18 de julho de 1956.

— Desapropria terrenos para ampliação da Base Aérea de Natal (RN).

Decreto n. 39.633 — de 19 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, na cidade de São Paulo.

Decreto n. 39.638 — de 25 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis que menciona, necessários ao Ministério da Guerra, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.639 — de 25 de julho de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel, necessário ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 39.640 — de 25 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 39.641 — de 25 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à construção do pósto telegráfico entre os quilômetros 555,390 e 555,410, da Linha de Angra dos Reis a Goiandira.*

Decreto n. 39.661 — de 28 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 36.318, de 8 de outubro de 1954, e autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 39.673 — de 30 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários ao Ministério da Aeronáutica, em Salvador, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.677 — de 31 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno necessária aos trabalhos de eletrificação do trecho Barra do Pirai — Volta Redonda.*

Decreto n. 39.683 — de 4 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona.*

Decreto n. 39.684 — de 4 de agosto de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos contíguos à atual área da Cidade Universitária da Universidade de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.778 — de 13 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública imóvel que indica e autoriza a E. F. C. B. a adquiri-lo.*

Decreto n. 39.828 — de 21 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis e benfeitorias necessários à ampliação das Faculdades de Farmácia e de Medicina, em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 39.839 — de 21 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias por acaso nelas existentes, necessárias à construção do reservatório de Santa Branca que se relaciona com a ampliação progressiva do aproveitamento de Ribeirão das Lajes, de que tratam os Decretos ns. 18.593 e 20.657, respectivamente de 11 de maio de 1945, e 26 de fevereiro de 1946, e autoriza a Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, Limitada, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 39.650 — de 24 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terras e as benfeitorias, por acaso nelas contidas, necessárias à execução do projeto das obras destinadas ao aproveitamento progressivo do Peixoto, e autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz S. A. a promover a desapropriação das mesmas e aliana os Decretos ns. 35.623, de 7 de junho de 1954 e 37.473, de 14 de junho de 1955.*

Decreto n. 39.851 — de 24 de agosto de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Canindé, Estado do Ceará.*

Decreto n. 39.915 — de 5 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, áreas de terrenos e respectivas benfeitorias, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 30.916 — de 5 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública área de terra necessária à construção do reservatório de acumulação da usina Saito Grande, no Rio Paranapanema, e autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a promover a desapropriação.*

Decreto n. 39.941 — de 6 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel qu emenciona, necessário ao Ministério da Guerra, na Cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 40.002 — de 19 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis, necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 40.019 — de 24 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do Rio Cedros, município de Timbó, Estado de Santa Catarina, e autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a promover as desapropriações.*

Decreto n. 40.041 — de 26 de setembro de 1956.

DESPACHANTES ADUANEIROS

Modifica o art. 42, e seu parágrafo único do Decreto-lei n. 4.014, de 13 de janeiro de 1942, alterado pelo Decreto-lei n. 9.832, de 11 de setembro de 1946.

Lei n. 2.879 — de 21 de setembro de 1956.

DEUTSCHE LUFTHANSA, A. G.

Concede à Deutsche Lufthansa, A. G. autorização para funcionar no Brasil.

Decreto n. 39.626 — de 19 de julho de 1956.

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Reis a pesquisar minério de ouro e diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.472 — de 27 de junho de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Maria Margarida da Costa Santos a pesquisar diamantes e associados, no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.551 — de 12 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Campos Mello a pesquisar diamantes e associados, nos municípios de Ortigueira e Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n. 39.553 — de 12 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Natalício de Almeida a pesquisar ouro, diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.721 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Joaquim Batista Barbosa a pesquisar diamantes e associados, no município de Jequitai, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.805 — de 16 de agosto de 1956.

DIAMANTES

— *Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a lavar ouro, cassiterita, diamante e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.383 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olival Dias a lavar ouro, diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.981 — de 13 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Cassimiro de Avila a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.991 — de 13 de setembro de 1956.

DIPLOMA DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE

— Ver:

Técnico em Contabilidade.

DIRETORIA DA DESPESA PÚBLICA

Descentraliza os pagamentos a cargo de órgão da Diretoria da Despesa Pública do Ministério da Fazenda.

Decreto n. 39.692 — de 7 de agosto de 1956.

DISTRITO FEDERAL

Aprova a autonomia do Distrito Federal.

Emenda Constitucional n. 2.

DOAÇÕES

Restitui ao patrimônio do Estado de Minas Gerais a propriedade de imóvel doado à União pelo mesmo Estado, em 1912, situado na cidade de Belo Horizonte, e dá outras providências.

Lei n. 2.855 — de 28 de agosto de 1956.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar escritura e aceitar a doação dos terrenos que menciona situados no Município de Ipanema, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.563 — de 3 de julho de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno, que menciona situado na Cidade de Cachoeira, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.504 — de 3 de julho de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de um terreno situado na cidade de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 39.533 — de 10 de julho de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno onde deverá ser construído o campo de aviação da cidade de Morro do Chapéu, no Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.600 — de 14 de julho de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Barretos, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.965 — de 11 de setembro de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno, que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto n. 39.973 — de 12 de setembro de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno, que menciona situado no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.974 — de 12 de setembro de 1956.

DOAÇÕES

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Londrina, no Estado do Paraná.*

Decreto n. 40.023 — de 25 de setembro de 1956.

DOLOMITA

Autoriza indústrias Calcárias Pereira Leite Ltda. a lavar dolomita e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.559 — de 12 de julho de 1956.

— *Renova o Decreto n. 33.536, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto n. 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto n. 35.531, de 19 de maio de 1954.*

Decreto n. 39.735 — de 8 de agosto de 1956.

E**E. R. SQUIBB & SONS DO BRASIL INC.**

Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima E. R. Squibb & Sons do Brasil, Inc., autorização para funcionar na República.

Decreto n. 39.574 — de 13 de julho de 1956.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Autoriza o Ministério da Educação e Cultura a celebrar convênio com o Estado do Rio Grande do Sul, para o fim que indica.

Decreto n. 39.625 — de 21 de agosto de 1956.

ELI LILLY AND COMPANY OF BRAZIL, INC.

Concede permissão à fábrica de produtos farmacêuticos Eli Lilly and Company of Brazil, Inc., estabelecida na Capital do Estado de São Paulo, para trabalhar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 39.489 — de 3 de julho de 1956.

EMPRESA ARMAZENS FRIGORÍFICOS

Dispõe sobre o enquadramento de pessoal da Empresa Armazéns Frigoríficos, incorporada ao patrimônio nacional, de acordo com o art. 6.º, § 2.º, da Lei n. 2.193 de 9 de março de 1954, e dá outras providências.

Decreto n. 39.518 — de 6 de julho de 1956.

— *Dispõe sobre o quadro do pessoal trabalhista da Empresa "Armazéns Frigoríficos", e dá outras providências.*

Decreto n. 39.625 — de 19 de julho de 1956.

EMPRESA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO LIMITADA

Concede à Empresa Nacional de Navegação Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.012 — de 20 de setembro de 1956.

ENERGIA ATÔMICA

Cria o Instituto de Energia Atômica e dá outras providências.

Decreto n. 39.872 — de 31 de agosto de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica a Cia. Hidro Elétrica de Califórnia.

Decreto n. 39.278 — de 30 de maio de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Venâncio Ayres, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termoeletricas.*

Decreto n. 37.282 — de 29 de abril de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.367 — de 13 de julho de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere da Empresa Força e Luz de Mineiros, de propriedade da firma Irmãos de Brito & Cia. para a Prefeitura Municipal de Mineiros, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Mineiros, Minas Gerais.*

Decreto n. 39.417 — de 19 de junho de 1956.

— *Transfere de José Bernardino de Carvalho para a Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Madre de Deus de Minas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.474 — de 27 de junho de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa Força e Luz de Areão, Divisa Nova e Alterosa Ltda.*

Decreto n. 39.530 — de 6 de julho de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Usina Hidro Elétrica de Floreal Ltda.*

Decreto n. 39.560 — de 12 de julho de 1956.

— *Transfere de Vitorino dos Santos Ribeiro da Empresa Luz e Força Congonhas do Campo para a Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.618 — de 18 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n. 38.318 de 8 de outubro de 1954, e autoriza a São Paulo Light and Power Company, Limited, a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 39.673 — de 30 de julho de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia de Eletricidade do Alto Rio Grande a construir uma linha de transmissão entre São João del Rei e Barbacena, com derivação no município de Barroso, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.675 — de 30 de julho de 1956.

— *Autoriza a Companhia Brasileira Carburato de Cálcio a construir uma linha de transmissão ligando as usinas Ana Maria e Guarany, de sua propriedade, à Central Elétrica da Piau S. A., no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.745 — de 8 de agosto de 1956.

— *Transfere, de Manoel Horta Filho para Bernardes & Machado, a concessão para a produção e distribuição de energia elétrica no Distrito de Lavrinhas, município de igual nome, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.747 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza a Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo a instalar um grupo diesel-elétrico em São João da Boa Vista, Estado do São Paulo.*

Decreto n. 39.754 — de 9 de agosto de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à sociedade "Força e Luz Ilópolis Limitada".*

Decreto n. 37.786 — de 23 de outubro de 1955.

— *Autoriza o Governo do Estado de São Paulo a encampar os bens e instalações vinculados ao Serviço de exploração de energia elétrica no município de São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul, Aguai e Aguas do Prata, no Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.789 — de 16 de agosto de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere para a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a concessão para diversos aproveitamentos de energia hidráulica, de que era titular o Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Decreto n. 2.871, de 6 de julho de 1938, bem como a concessão para fornecimento e distribuição de energia elétrica a diversas localidades referidas naquele Decreto, acrescidas de outras por atos posteriores, e que pertenciam ao mesmo Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n. 39.934 — de 6 de setembro de 1956.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Itutinga e o distrito sede do município de Lavras, Estado de Minas Gerais, e uma subestação abastecedora no dito distrito.*

Decreto n. 39.935 — de 6 de setembro de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a construir uma linha de transmissão entre a Usina de Gafanhoto, no município de Carmo do Cajuru, e a cidade de Arcos, município de igual nome, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.936 — de 6 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 66kV da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, de Angelim a Pesqueira, no Estado de Pernambuco.*

Decreto n. 39.940 — de 6 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública área de terra necessária à construção do reservatório de acumulação da usina Salto Grande, no rio Parapanema, e autoriza a Usinas Elétricas do Parapanema S. A. a promover a desapropriação.*

Decreto n. 39.991 — de 6 de setembro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Outorga ao Instituto de Águas e Energia Elétrica concessão para distribuir energia elétrica ao Município de Teresina, Estado do Piauí.*

Decreto n. 39.945 — de 6 de setembro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Nacional de Energia Elétrica a construir em etapas, uma linha de transmissão entre a Usina Hidrelétrica do Salto do Avanhandava e a cidade de Catanduva, Município de igual nome, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.993 — de 13 de setembro de 1956.

— *Dispõe sobre a distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do imposto único instituídos pela Lei n. 2.303, de 31 de agosto de 1954.*

Decreto n. 40.097 — de 20 de setembro de 1956.

— *Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 40.008 — de 20 de setembro de 1956.

— *Transfere da Empresa Força e Luz Santo Antônio Limitada, para a Prefeitura Municipal de Itai a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Itai, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 40.037 — de 26 de setembro de 1956.

— *Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Florianópolis e Jaraguá do Sul.*

Decreto n. 40.033 — de 2º de setembro de 1956.

— *Transfere do Governo do Estado de Santa Catarina para a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. - ELFA, concessão para o fornecimento de energia elétrica à região de Florianópolis.*

Decreto n. 40.040 — de 26 de setembro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra necessárias ao aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um trecho do rio Cedros, município de Timbó, Estado de Santa Catarina, e autoriza a Empresa Força e Luz Santa Catarina S. A. a promover as desapropriações.

Decreto n. 40.041 — de 26 de setembro de 1956.

ENERGIA HIDRAULICA

Outorga à Cia. Vale do Rio Doce Sociedade Anônima concessão para o aproveitamento de energia hidráulica das cachoeiras Dona Rita e Sumidouro existentes no rio Tanque, município de Santa Maria de Itabira, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.

Decreto n. 39.419 — de 19 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública uma área de terra necessária ao aproveitamento de energia hidráulica existente no curso d'água denominado Rio Grande, município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro, e autoriza a Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo a promover a desapropriação.

Decreto n. 39.586 — de 13 de julho de 1956.

— Outorga a A. Faria & Cia. Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de desnível existente no rio Sapucaí, município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, para uso exclusivo.

Decreto n. 39.588 — de 13 de julho de 1956.

— Autoriza a Companhia de Eletricidade de Muqui do Sul, a construir barragem de regularização a montante da atual Usina Aparecida localizada no município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 39.590 — de 13 de julho de 1956.

ENERGIA HIDRAULICA

— Outorga à Sociedade Anônima O Estado de São Paulo concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica de um desnível existente no rio Camburu, distrito sede do Município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.597 — de 14 de julho de 1956.

— Outorga à Companhia de Cimento Portland Maringá concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Corredeira do Capote existente no rio Apiaí-Guaçu, distrito de Ribeirão Branco, município do mesmo nome, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.619 — de 18 de julho de 1956.

— Dá nova redação ao art. 1.º do Decreto n. 28.134, de 16 de maio de 1950, que outorgou à Usina Força e Luz de Coqueiral S. A. concessão para o aproveitamento da energia hidráulica no ribeirão do Cachoeirão, município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.650 — de 26 de julho de 1955.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Astorga concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água do Cebolão, existente no curso d'água Cebolão, distrito e município de Astorga, Estado do Paraná.

Decreto n. 38.675 — de 30 de julho de 1956.

— Dá nova redação ao Decreto número 35.104, de 24 de fevereiro de 1954, que outorgou à Companhia Leste Mineira de Eletricidade concessão para aproveitamento da energia hidráulica de um trecho do rio Manhuaçu, no distrito e município de Manhuaçu, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.853 — de 24 de agosto de 1956.

ENERGIA HIDRAULICA

— *Outorga a Gileno Amado concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira do Rio Branco, existente no rio Aliança, distrito de Aratoca, município de Una, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.942 — de 6 de setembro de 1956.

— *Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeiras Sguário Sociedade Anônima concessão para o aproveitamento da energia hidráulica de um desnível no rio Jaguariava, distrito e município de Jaguariava, Estado do Paraná, para uso exclusivo.*

Decreto n. 39.943 — de 6 de setembro de 1956.

— *Outorga à Indústria, Comércio e Cultura de Madeira Sguário Sociedade Anônima concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Socavão, distrito de igual nome, município de Castro, Estado do Paraná.*

Decreto n. 39.944 — de 6 de setembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio das Flores, distrito de Bandeirantes, município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 40.039 — de 26 de setembro de 1956.

ENERGIA HIDRELÉTRICA

Autoriza a Companhia Fôrça e Luz de Jacutinga S. A., S. A. Empresa Fôrça e Luz de Mogi-Mirim e S. A. Empresa Melhoramentos de Mogi-Guaçu a ampliarem suas instalações hidrelétricas.

Decreto n. 39.476 — de 27 de junho de 1956.

ENERGIA HIDRELÉTRICA

— *Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias por acaso nelas existentes, necessárias à execução do projeto destinado ao aproveitamento hidrelétrico do rio Fruteiras, de que trata o Decreto n.º 37.098, de 24 de março de 1955, e autoriza a Companhia Central Brasileira da Fôrça Elétrica a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 39.617 — de 18 de julho de 1956.

— *Declara de utilidade pública as áreas de terra e as benfeitorias por acaso nelas existentes, necessárias à execução do projeto destinado ao aproveitamento hidrelétrico de Guariacana, de que trata o Decreto número 33.913, de 25 de setembro de 1953, e autoriza a Companhia Fôrça e Luz do Paraná a promover a desapropriação das mesmas.*

Decreto n. 39.621 — de 18 de julho de 1956.

ENERGIA TERMELETRICA

Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 37.097 — de 24 de março de 1955.

— *Autoriza a Companhia Brasileira de Energia Elétrica a ampliar as instalações da usina termelétrica de São Gonçalo.*

Decreto n. 39.115 — de 2 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia Elétrica Caiuá a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 39.620 — de 18 de julho de 1956.

— *Autoriza a Empresa Penedense de Luz e Água S. A. a ampliar suas instalações termelétricas.*

Decreto n. 39.939 — de 6 de setembro de 1956.

ENFERMEIRO

Dispõe sobre o registro de diploma de enfermeiro, expedido até o ano de 1950, por escolas estaduais de enfermagem não equiparadas nos termos do Decreto n.º 20.109, de 15 de junho de 1931, e da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949, e dá outras providências.

Lei n.º 2.822 — de 14 de julho de 1956.

ENO-SCOTT & BOWNE (BRAZIL) LIMITED

Concede à sociedade anônima Eno-Scott & Bowne (Brazil) Limited, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 39.492 — de 3 de julho de 1956.

ENQUADRAMENTO DE PESSOAL

— Ver:

O nome do Ministério ou órgãos a que se refere.

O nome do Ministério do Órgão a que se refere.

ENSINO COMERCIAL

Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exames de suficiência.

Lei n.º 2.811 — de 2 de julho de 1956.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO MAIOR DA AERONÁUTICA

Revoga o Decreto n.º 37.814, de 29 de agosto de 1955, que alterou o Regulamento da ECEMAR, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.496 — de 3 de julho de 1956.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA

Altera a redação do art. 260, do Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto n.º 39.537 — de 10 de julho de 1956.

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR

Dá nova redação ao art. 50 do Regulamento da E.P.C. Ar, aprovado pelo Decreto n.º 30.976, de 10 de junho de 1952.

Decreto n.º 39.536 — de 10 de julho de 1956.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Dá nova redação ao art. 32 do Regulamento aprovado e mandado executar pelo Decreto n.º 35.187, de 11 de março de 1954.

Decreto n.º 40.021 — de 25 de setembro de 1956.

ESCOLA TÉCNICA NACIONAL

Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista (art. 6º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica Nacional, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.665 — de 30 de julho de 1956.

ESCOLAS

Aprova termo de contrato celebrado entre a União e a Prefeitura Municipal de Divina Pastora.

Decreto Legislativo n.º 33, de 1956.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Escola de Educação Física do Exército e a firma Salvador Guedes.*

Decreto Legislativo n.º 43, de 1956.

— *Retifica a importância e modifica o parágrafo único do art. 7º da Lei n.º 2.712, de 21 de janeiro de 1956 (Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria integrada na Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências).*

Lei n.º 2.828 — de 18 de julho de 1956.

ESCOLAS

— *Concede a inclusão da Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei nº 2.834 — de 24 de julho de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto nº 38.233 — de 10 de novembro de 1955.

— *Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas.*

Decreto nº 39.084 — de 30 de abril de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social do Instituto Social de Fortaleza.*

Decreto nº 39.511 — de 4 de julho de 1956.

— *Altera no corrente ano o início do segundo período de aulas das Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, da Universidade Rural, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.*

Decreto nº 39.549 — de 12 de julho de 1956.

— *Aprova a Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Escola de Enfermagem Carlos Chagas, anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências.*

Decreto nº 39.610 — de 18 de julho de 1956.

ESCOLAS

Ver, também:

Universidades, Faculdades e Cursos.

— Quanto às militares ver, também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

ESTADO DE ALAGOAS

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 40.000.000,00, para o que especifica.*

Decreto nº 39.680, de 31 de agosto de 1956.

ESTADO DA BAHIA

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado da Bahia, as águas do Cabaceira.*

Decreto nº 39.614 — de 18 de julho de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de .. Cr\$ 40.000.000,00, para o que especifica.*

Decreto nº 39.680, de 31 de agosto de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio da União, na parte marítima e do domínio do Estado da Bahia no restante do seu curso, as águas do rio Aliança da Una.*

Decreto nº 39.750 — de 9 de agosto de 1956.

ESTADO DE GOIÁS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Perdizes.*

Decreto nº 39.613 — de 18 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Goiás, as águas do rio Uru.*

Decreto nº 39.852 — de 24 de agosto de 1956.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Restitui ao patrimônio do Estado de Minas Gerais a propriedade de imóvel doado à União pelo mesmo Estado, em 1912, situado na cidade de Belo Horizonte, e dá outras providências.*

Lei nº 2.855 — de 28 de agosto de 1956.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Vermelho.*

Decreto nº 39.519 — de 6 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Mirante/Travessão, Travessão e Travessão, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 39.521 — de 6 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Rocinha.*

Decreto nº 39.591 — de 13 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Pirapetinga.*

Decreto nº 39.595 — de 14 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Capivara.*

Decreto nº 39.612 — de 18 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Santana.*

Decreto nº 39.846 — de 23 de agosto de 1956.

— *Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais as águas do rio Córrego da Prata, Ribeirão da Prata e Ribeirão da Prata, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 39.937 — de 6 de setembro de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Indaia.*

Decreto nº 39.938 — de 6 de setembro de 1956.

ESTADO DE MINAS GERAIS

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Minas Gerais, as águas do rio Retiro-Ribeirão Caeté, Ribeirão do Maranhão e Ribeirão dos Santos, respectivamente, nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 39.994 — de 13 de setembro de 1956.

ESTADO DA PARAIBA

Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para material importado pelo Estado da Paraíba.

Lei nº 2.847 — de 18 de agosto de 1956.

ESTADO DO PARANÁ

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Cebolão.

Decreto nº 39.592 — de 13 de julho de 1956.

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Imbaú.

Decreto nº 39.593 — de 14 de julho de 1956.

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Borboleta.

Decreto nº 39.748 — de 9 de agosto de 1956.

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do Ribeirão do Capim.

Decreto nº 39.749 — de 9 de agosto de 1956.

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio São Manuel.

Decreto nº 39.751 — de 9 de agosto de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Paraná, as águas do rio Ribeirão Andará.*

Decreto nº 39.753 — de 9 de agosto de 1956.

ESTADO DE PERNAMBUCO

Abra, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 40.000.000,00, para o que especifica.

Decreto nº 39.680 — de 31 de agosto de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 39.760 — de 9 de agosto de 1956.

ESTADO DO PIAUÍ

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Piauí, as águas do rio Mulato.

Decreto nº 39.746 — de 8 de agosto de 1956.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Pedras Negras.

Decreto nº 39.520 — de 6 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado do Rio de Janeiro, as águas do rio Furtado ou Souza.*

Decreto nº 39.580 — de 13 de julho de 1956.

— *Transfere para a Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. a concessão para diversos aproveitamentos de energia hidráulica, de que era titular o Governo do Estado do Rio de Janeiro pelo Decreto nº 2.871, de 6 de julho de 1938, bem como a concessão para fornecimento e distribuição de energia elétrica a diversas localidades referidas naquele Decreto, acrescidas de outras por atos posteriores, e que pertenciam ao mesmo Governo do Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 39.934 — de 6 de setembro de 1956.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Declara públicas de uso comum, do domínio do Estado do Rio Grande do Sul, as águas do rio Apudê ou Ligeiro.

Decreto nº 39.844 — de 23 de agosto de 1956.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de Santa Catarina, as águas do rio Flores.

Decreto nº 39.845 — de 23 de agosto de 1956.

— *Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Florianópolis e Jaraguá do Sul.*

Decreto nº 40.038 — de 26 de setembro de 1956.

— *Transfere do Governo do Estado de Santa Catarina para a Empresa de Luz e Força de Florianópolis S. A. ELFA, concessão para o fornecimento de energia elétrica à região de Florianópolis.*

Decreto nº 40.040 — de 26 de setembro de 1956.

ESTADO DE SÃO PAULO

Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 70.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto nº 39.500 — de 3 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Mineiro.*

Decreto nº 39.587 — de 13 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo as águas do rio Córrego do Moisés.*

Decreto nº 39.594 — de 14 de julho de 1956.

— *Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do Córrego da Gramma-Ta-boão, Jacu e Jacuú, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.*

Decreto nº 39.615 — de 18 de julho de 1956.

ESTADO DE SÃO PAULO

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio Pedra Selada, Muquém e dos Pretos ou Muquém, respectivamente nos seus trechos superior, médio e inferior.

Decreto nº 39.674 — de 30 de julho de 1956.

— Declara públicas, de uso comum, do domínio do Estado de São Paulo, as águas do rio São José dos Dourados.

Decreto n. 39.752 — de 9 de agosto de 1956.

ESTADO DE SERGIPE

Autoriza a execução de obras de emergência no Estado de Sergipe, em regiões assoladas pela Sêca.

Decreto nº 39.623 — de 18 de julho de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 40.000.000,00, para o que especifica.

Decreto nº 39.680, de 31 de agosto de 1956.

ESTANDARTES

Cria o estandarte-distintivo para o 9º Batalhão de Engenharia de Combate "Batalhão Carlos Camisão".

Decreto nº 39.776 — de 13 de agosto de 1956.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Revoga o Decreto nº 36.090, de 19 de agosto de 1954.

Decreto nº 39.646 — de 28 de julho de 1956.

ESTATUTOS

— Ver:

O nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO BAHIA E MINAS

Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Estrada de Ferro Bahia e Minas do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Decreto nº 39.606 — de 17 de julho de 1956.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil, área de terreno necessária aos trabalhos de eletrificação do trecho Barra do Pirai — Volta Redonda.

Decreto nº 39.683 — de 4 de agosto de 1956.

— Declara de utilidade pública imóvel que indica e autoriza a E.F.C.B. a adquiri-lo.

Decreto nº 39.828 — de 21 de agosto de 1956.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Aprova projetos e orçamentos relativos às obras da variante Coroados-Aracatuba, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto nº 39.505 — de 3 de julho de 1956.

— Aprova as Tabelas Numéricas Ordinária, Suplementar e Especial de Mensalistas da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e dá outras providências.

Decreto nº 39.506 — de 3 de julho de 1956.

— Autoriza a E.F.N.B. a adquirir Fazenda de propriedade de Luis Vaz de Campos e sua mulher.

Decreto nº 39.867 — de 30 de agosto de 1956.

EXAMES DE SUFICIÊNCIA

Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferido aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exames de suficiência.

Lei n. 2.811 — de 2 de julho de 1956.

EXÉRCITO

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre a Escola de Educação Física do Exército e a firma Salvador Guedes.

Decreto Legislativo nº 43 — de 1956.

— *Dispensa, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os Capitães, do Quadro dos Serviços do Exército.*

Lei nº 2.806, de 27. de junho de 1956.

— *Dispõe sobre a Organização Básica do Exército.*

Lei nº 2.851 — de 25 de agosto de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais do Exército.*

Decreto nº 39.345 — de 11 de junho de 1956.

— *Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.*

Decreto nº 39.534 — de 7 de julho de 1956.

— *Altera a redação do art. 65, nº 2 do Decreto nº 26.960, de 27 de julho de 1949.*

Decreto nº 39.637 — de 25 de julho de 1956.

— *Torna sem efeito o Decreto número 26.013, de 13 de dezembro de 1948, e o Decreto nº 37.294, de 4 de maio de 1955.*

Decreto nº 39.685 — de 6 de agosto de 1956.

— *Restabelece o 9º Batalhão de Engenharia de Combate, com a denominação de "Batalhão Carlos Camisão".*

Decreto nº 39.775 — de 13 de agosto de 1956.

— *Cria o estandarte-distintivo para o 9º Batalhão de Engenharia de Combate "Batalhão Carlos Camisão".*

Decreto nº 39.776 — de 13 de agosto de 1956.

EXÉRCITO

— *Reduz de 50% (cinquenta por cento) o interstício para promoção de Capitão a Tenente-Coronel do Quadro de Veterinário do Exército.*

Decreto nº 39.788 — de 14 de agosto de 1956.

— *Retifica o Decreto nº 32.852, de 23 de maio de 1953.*

Decreto nº 39.856 — de 25 de agosto de 1956.

— *Dá a denominação de "Estabelecimentos General Sampaio" ao conjunto de Órgãos sediados na Lapa, na Capital paulista.*

Decreto nº 39.857 — de 25 de agosto de 1956.

— *Reduz de 50% (cinquenta por cento) o interstício para promoção de Tenente-Coronel, no Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto nº 39.858 — de 25 de agosto de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 107 do Regulamento de Uniformes para o Pessoal do Exército, aprovado pelo Decreto nº 30.163, de 13 de dezembro de 1951.*

Decreto nº 39.859 — de 25 de agosto de 1956.

— *Amplia as atribuições e o número de Comissões de Rede e dá outras providências.*

Decreto nº 39.861 — de 27 de agosto de 1956.

— *Cria os Exércitos constitutivos das Forças Terrestres.*

Decreto nº 39.863 — de 28 de agosto de 1956.

— *Regula a vigência de disposições a Regulamento do Exército.*

Decreto nº 39.864 — de 28 de agosto de 1956.

— *Prescreve medidas de execução da Lei nº 2.851, de 25 de agosto de 1956, que dispõe sobre a Organização Básica do Exército.*

Decreto nº 39.900 — de 4 de setembro de 1956.

EXÉRCITO

— *Revoga o § 1.º do art. 14 do Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército.*

Decreto nº 39.906 — de 5 de setembro de 1956.

— *Dá nova redação à letra b do art. 23 e art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto nº 39.907 — de 5 de setembro de 1956.

— *Dispõe sobre a transformação da Diretoria Geral do Serviço Militar, para execução da Lei n. 2.851, de 25 de agosto de 1956, e sobre a retificação de redação do Decreto n. 39.930, de 4 de setembro de 1956.*

Decreto nº 39.961 — de 8 de setembro de 1956.

— *Designa as funções privativas de oficial-general em tempo de paz.*

Decreto nº 40.003 — de 19 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis, necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto nº 40.019 — de 24 de setembro de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 32 do Regulamento aprovado e mandado executar pelo Decreto nº 35.187, de 11 de março de 1954.*

Decreto nº 40.021 — de 25 de setembro de 1956.

— *Designa funções privativas de oficial-general em complementação ao Decreto nº 40.003, de 19 de setembro de 1956.*

Decreto nº 40.025 — de 25 de setembro de 1956.

— *Torna insubsistente o Decreto nº 39.534, de 7 de julho de 1956.*

Decreto nº 40.046 — de 27 de setembro de 1956.

EXÉRCITO

— Ver, também:

Ministério da Guerra.

EXPORTAÇÃO

Aprova novas especificações para a classificação e fiscalização da exportação do algodão, seus subprodutos e resíduos.

Decreto nº 39.933 — de 5 de setembro de 1956.

EXTRADIÇÃO

Ratifica o Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto Legislativo nº 26 — de 1956.

EXTRANUMERÁRIO

Dispõe sobre o tempo de serviço prestado por funcionário ou extranumerário federal ocupante do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Lei nº 2.835 — de 25 de junho de 1956.

— *Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e o abono de faltas não justificadas.*

Lei nº 2.839 — de 2 de agosto de 1956.

— *Altera a Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento).*

Lei nº 2.853 — de 2 de agosto de 1956.

— *Revoga o Decreto nº 36.090, de 19 de agosto de 1954.*

Decreto nº 39.646 — de 28 de julho de 1956.

F

FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE VINHOS

Aprova o regulamento para a fabricação e comércio de vinhos, seus derivados e bebidas em geral, a que se refere a Lei nº 2.795, de 12 de junho de 1956.

Decreto nº 39.976 — de 12 de setembro de 1956.

FACULDADES

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura para atender à autonomia das Faculdades de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei nº 2.809 — de 2 de julho de 1956.

— *Autoriza o funcionamento de Curso da Faculdade de Odontologia de Diamantina.*

Decreto nº 35.375 — de 13 de abril de 1954.

— *Retifica a importância e modifica o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 2.712, de 21 de janeiro de 1956 (Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria integrada na Universidade do Rio Grande do Sul e dá outras providências).*

Lei nº 2.828 — de 18 de julho de 1956.

— *Concede reconhecimento aos cursos de geografia e história, letras neolatinas e pedagogia, da Faculdade de Filosofia de São Luiz do Maranhão.*

Decreto nº 39.663 — de 28 de julho de 1956.

— *Concede reconhecimento aos cursos de pedagogia, letras neolatinas, letras anglo-germânicas, geografia e história, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do Espírito Santo.*

Decreto nº 39.815 — de 20 de agosto de 1956.

— *Concede autorização para funcionamento do Curso de Matemática da Faculdade de Filosofia Marcelino Champagnat.*

Decreto nº 39.826 — de 21 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, os imóveis e benfeitorias necessárias à ampliação das Faculdades de Farmácia e de Medicina, em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto nº 39.839 — de 21 de agosto de 1956.

FACULDADES

— Ver, também:

Universidades, Escolas e Cursos.

FAIXA DE FRONTEIRAS

Reserva área de terras devolutas na faixa de fronteira, para a sede do Município de Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto nº 39.501 — de 3 de julho de 1956.

FELDSPATO

Autoriza o cidadão brasileiro Lauro Batista a pesquisar feldspato e associados no município de Saquarema, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 39.668 — de 30 de julho de 1956.

— *Renova o Decreto nº 33.506, de 5 de agosto de 1953.*

Decreto nº 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Nora Júnior a pesquisar feldspato e associados, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 39.739 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Ribeiro de Andrade a pesquisar feldspato e associados no município de São Sebastião da Gramma, Estado de São Paulo.*

Decreto nº 39.801 — de 16 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto nº 33.147, de 24 de junho de 1953.*

Decreto nº 39.889 — de 3 de setembro de 1956.

FERREIRA COSTA & CIA. LTDA.

Concede à Ferreira, Costa & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 39.727 — de 8 de agosto de 1956.

FERRO

Declara caduco o decreto nº 36.079, de 19 de agosto de 1954.

Decreto nº 39.152 — de 14 de maio de 1956.

— *Declara caduco o decreto número 26.078, de 18 de agosto de 1954.*

Decreto nº 39.168 — de 14 de maio de 1956.

— *Declara caduco o decreto número 35.920, de 28 de julho de 1954.*

Decreto nº 39.170 — de 14 de maio de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paul Johann Carl Emil Adolf Bremer a pesquisar minério de ferro e associados no município de Macapá, Território Federal do Amapá.*

Decreto nº 39.667 — de 30 de julho de 1956.

— *Autoriza Icominas S. A. — Empresa de Mineração a lavrar minérios de ferro, manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 39.716 — de 8 de agosto de 1956.

— *Altera a autorização conferida pelo Decreto nº 31.599, de 15 de outubro de 1952.*

Decreto nº 39.812 — de 16 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto nº 36.047, de 12 de agosto de 1954.*

Decreto nº 40.035 — de 26 de setembro de 1956.

— *Autoriza a Usina Siderúrgica Marumby Ltda. — USIMAR — a pesquisar minério de ferro e associados no município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto nº 40.036 — de 26 de setembro de 1956.

FERROVIAS

— *Ver:*

Estradas de Ferro.

FINANCIAMENTOS

Fixa os preços básicos mínimos para o financiamento ou aquisição de cereais e outros gêneros de produção nacional, para o ano de 1957.

Decreto nº 39.785 — de 14 de agosto de 1956.

FORÇAS ARMADAS

Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei nº 2.823 — de 14 de julho de 1956.

— *Altera o art. 14, da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e dá outras providências.*

Lei nº 2.837 — de 31 de julho de 1956.

— *Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei nº 2.852 — de 25 de agosto de 1956.

— *Altera as Instruções anexas ao Decreto nº 38.515, de 5 de janeiro de 1956, que aprovou as Tabelas de Fixação dos Valores da Estapa e de suas modalidades, das Forças Armadas, para o ano de 1956, na parte que diz respeito ao Exército.*

Decreto nº 39.874 — de 3 de setembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto nº 39.962 — de 10 de setembro de 1956.

FORÇAS ARMADAS

— *Ver, também:*

Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFORITA

Renova o Decreto nº 33.506, de 5 de agosto de 1953.

Decreto nº 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

FRIGORÍFICOS NACIONAIS

Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A., para a instalação de uma rede de Armazéns e Transportes Frigoríficos.

Lei n.º 2.854 — de 28 de agosto de 1956.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

Considera de caráter ou interesse militar as funções que menciona.

Decreto n.º 39.693 — de 7 de agosto de 1956.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Altera a Lei n.º 1.975, de 4 de setembro de 1953, e dá outras providências.

Lei n.º 2.877 — de 20 de setembro de 1956.

— Dispõe sobre a criação de função gratificada no serviço público Federal.

Decreto n.º 39.678 — de 31 de julho de 1956.

— Altera o Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954.

Decreto n.º 39.854 — de 24 de agosto de 1956.

FUNÇÕES PRIVATIVAS DE OFICIAL-GENERAL

Designa as funções privativas de oficial-general em tempo de paz.

Decreto n.º 40.003 — de 10 de setembro de 1956.

— Designa funções privativas de oficial-general em complementação ao Decreto n.º 40.003, de 19 de setembro de 1956.

Decreto n.º 40.025 — de 25 de setembro de 1956.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Resleva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escriturários do Ministério da Educação e Cultura.

Lei n.º 2.829 — de 18 de julho de 1956.

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

— Dispõe sobre o tempo de serviço prestado por funcionário ou extranumerário federal ocupante do cargo de Engenheiro-Chefe da Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana.

Lei n.º 2.835 — de 21 de junho de 1956.

— Dispõe sobre cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e o abono de faltas não justificadas.

Lei n.º 2.839 — de 2 de agosto de 1956.

— Altera a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento).

Lei n.º 2.853 — de 28 de agosto de 1956.

— Dispõe sobre a aplicação da Lei n.º 2.839, de 2 de agosto de 1956.

Decreto n.º 40.000 — de 17 de setembro de 1956.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Autoriza o Ministério da Guerra a adquirir benfeitorias de propriedade da Fundação da Casa Popular e o Ministério da Fazenda, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, a fazer a entrega do terreno correspondente.

Decreto n.º 39.766 — de 9 de agosto de 1956.

FUNDAÇÃO RÁDIO MAUA

Altera o Decreto n.º 31.095 — de 7 de julho de 1952.

Decreto n.º 39.914 — de 5 de setembro de 1956.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Dispõe sobre a distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do imposto único instituídos pela Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954.

Decreto n.º 40.007 — de 20 de setembro de 1956.

FURGÕES

Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões.

Decreto n.º 39.676-A — de 30 de julho de 1956.

GIPSITA

Declara sem efeito o Decreto número 35.917, de 28 de julho de 1954.

Decreto n.º 39.669 — de 30 de julho de 1956.

— *Autoriza a Empresa Industrial Gêssio Mossoró Limitada a pesquisar gipsita no município de Brejo dos Santos, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 39.720 — de 8 de agosto de 1956.

G

GOELLNAR & STULMER LTDA.

Concede à Goellner & Stulmer Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.931 — de 5 de setembro de 1956.

GRADUAÇÃO

Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 2.823 — de 14 de julho de 1956.

GRANADA

Autoriza o cidadão brasileiro Severo Rocha a pesquisar ilmenita, granada e associados, no município de Cacaé, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 39.992 — de 13 de setembro de 1956.

GRATIFICAÇÃO DE GUARNIÇÃO ESPECIAL

Classifica localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 123, da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 39.605-A — de 1º de julho de 1956.

GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÕES

Faz inclusão na Tabela II da Gratificação de Representações aprovada pelo Decreto n.º 39.068, de 23 de abril de 1956.

Decreto n.º 39.783 — de 13 de agosto de 1956.

H

HEMATITA

Autoriza o cidadão brasileiro Jorge Obdalla Chama a pesquisar hematita e associados, no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 39.723 — de 8 de agosto de 1956.

HERANÇA

Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil.

Lei n.º 2.816 — de 6 de julho de 1956.

I

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar ilmenita, zirconita e associados, no município de Prado, Estado da Bahia.

Decreto n.º 39.709 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Severo Rocha a pesquisar ilmenita, granada e associados, no município de Cacaé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 39.992 — de 13 de setembro de 1956.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de impostos de importação e mais taxas aduaneiras à Prefeitura Municipal de São Pedro da Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para importação de uma "Caterpillar".

Lei n.º 2.813 — de 6 de julho de 1956.

IMPORTAÇÃO

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para dois transmissores de rádio-difusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo S. A.*

Lei n.º 2.827 — de 18 de julho de 1956.

— *Concede isenção de tributos a duas imagens, um relógio e materiais destinados à Prelazia de Pinheiro, à Igreja de São João de Tauape, à Matriz de Sumaré e à Associação Maternidade de São Paulo.*

Lei n.º 2.838 — de 2 de agosto de 1956.

— *Isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras as sociedades com sede e administração no país que exploram ou venham a explorar a fabricação de baterias e de pilhas secas.*

Lei n.º 2.841 — de 4 de agosto de 1956.

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um aparelho de Raios X e seus pertences, destinado ao Hospital São Marcos, com sede no Rio de Janeiro.*

Lei n.º 2.843 — de 13 de agosto de 1956.

— *Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de Previdência Social, para um equipamento completo destinado a instalação de uma fábrica produtora de Anidrido Ftálico, importado da Alemanha pela Empresa Produtos Químicos "Elekeiros" Sociedade Anônima.*

Lei n.º 2.869 — de 17 de setembro de 1956.

IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n.º 38.963, de 3 de abril de 1956.

Decreto n.º 40.013 — de 20 de setembro de 1956.

**IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
"IMEX" LTDA.**

Concede à Importação e Exportação "Imex" Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.550 — de 12 de julho de 1956.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Fixa normas para a fiel execução do art. 11 da Lei n.º 2.653, de 24 de novembro de 1955, sobre contrabando.

Decreto n.º 39.499 — de 3 de julho de 1956.

IMPÓSTO DE RENDA

Altera dispositivos da Lei do Imposto de Renda, institui a tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e às reservas e dá outras providências.

Lei n.º 2.862 — de 4 de setembro de 1956.

— *Regula a aplicação das disposições do artigo 5.º da Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956.*

Decreto n.º 39.995 — de 13 de setembro de 1956.

IMPÓSTO DO SÊLO

Aprova o Regulamento para a arrecuação da Lei n.º 2.556, de 6 de agosto de 1955, que isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patente de invenção.

Decreto n.º 39.573 — de 13 de julho de 1956.

**IMPÓSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA
ELÉTRICA**

Dispõe sobre a distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do imposto único instituídos pela Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954.

Decreto n.º 40.007 — de 20 de setembro de 1956.

INATIVIDADE

Altera o art. 14, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, e dá outras providências.

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA BRASILEIRA

Estabelece normas diretoras para a criação da Indústria Automobilística Brasileira e institui o Grupo Executivo para aplicação dessas normas.

Decreto n.º 39.412 — de 16 de junho de 1956.

INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS FONTOURA-WYETH S. A.

Concede permissão a Indústrias Farmacêuticas, Fontoura-Wyeth S. A. estabelecida com fábrica de antibiótico, em São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 39.357 — de 13 de junho de 1956.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Regula a Aplicação da Inseminação Artificial nos Animais Domésticos.

Decreto n.º 39.795 — de 16 de agosto de 1956.

INSTITUTO AGRÔNOMICO DO NORTE

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro do termo aditivo ao contrato celebrado entre a União Federal e Elias Sefer.

Decreto Legislativo n.º 41, de 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Dispõe sobre a aplicação da Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.603 — de 14 de julho de 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA MEDICINA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 concedidos como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina na realização do Primeiro Congresso Pan-Americano de História da Medicina e Terceiro Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Lei n.º 2.810 — de 2 de julho de 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Aprova o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica Suplementar do Instituto Brasileiro do Café e dá outras providências.

Decreto n.º 39.953 — de 6 de setembro de 1956.

INSTITUTO DE ENERGIA ATÔMICA

Cria o Instituto de Energia Atômica e dá outras providências.

Decreto n.º 39.872 — de 31 de agosto de 1956.

INSTITUTO DE MATEMÁTICA PURA E APLICADA

Cria o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, nos termos da Lei n.º 1.310, de 15 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 39.687 — de 7 de agosto de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

Aprova o Quadro do Pessoal do Instituto Nacional do Pinho, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.512 — de 4 de julho de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO SAL

Aprova o Quadro e Tabela de Pessoal do Instituto Nacional do Sal, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.517 — de 6 de julho de 1956.

INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Concede o auxílio de Cr\$ 1.000.000,00 ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

Lei n.º 2.876 — de 20 de setembro de 1956.

INSTITUTOS DE APOSENTADO- RIA E PENSÕES

Declara mantida a contribuição suplementar destinada ao custeio dos serviços de assistência médica nas instituições de previdência social.

Decreto n.º 39.515 — de 6 de julho de 1956.

INSTITUTOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES

— Restabelece os artigos 155 e 156 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 1.918, de 27 de agosto de 1937.

Decreto n.º 39.777, de 13 de agosto de 1956.

— Altera o Decreto n.º 35.312, de 2 de abril de 1954, que dispõe sobre os Conselhos Fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Decreto n.º 39.794 — de 16 de agosto de 1956.

— Altera o art. 40 do Decreto número 34.828, de 17 de dezembro de 1953.

Decreto n.º 39.955 — de 6 de setembro de 1956.

INTERCAMBIO COMERCIAL

Modifica o inciso VII do art. 7.º da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953 (Cria a Carteira de Comércio Exterior, dispõe sobre o intercâmbio com o exterior, e dá outras providências).

Lei n.º 2.815 — de 6 de julho de 1956.

IODETAÇÃO DO SAL

Delimita as áreas bocigenas do Brasil, dispõe sobre o uso do sal iodetado e dá outras providências.

Decreto n.º 39.814 — de 17 de agosto de 1956.

ISENÇÕES

Concede isenção de direitos de importação, de imposto de consumo e de taxas aduaneiras, inclusive a de previdência social, para cem mil pacotes, contendo 16.666 caixas de brinquedos, doados à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil pela War Relief Service (N.C.W.C.) dos Estados Unidos da América do Norte.

Lei n.º 2.830 — de 18 de julho de 1956.

ISENÇÕES

— Concede isenção de tributos a duas imagens, um relógio e materiais destinados à Prelazia de Pinheiro, à Igreja de São João de Taupe, à Matriz de Sumaré e à Associação Maternidade de São Paulo.

Lei n.º 2.838 — de 2 de agosto de 1956.

— Concede isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras para materiais importado pelo Estado da Paraíba.

Lei n.º 2.847 — de 18 de agosto de 1956.

— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para um aparelho de Raios X e seus pertences, destinado ao Hospital São Marcos, com sede no Rio de Janeiro.

Lei n.º 2.848 — de 18 de agosto de 1956.

— Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, exclusive a de Previdência Social, para um equipamento completo destinado a instalação de uma fábrica de Anidrido Ftálico, importado da Alemanha pela Empresa Produtos Químicos "Elekeiroz" Sociedade Anônima.

Lei n.º 2.869 — de 17 de setembro de 1956.

— Aprova o Regulamento para a execução da Lei n.º 2.556, de 6 de agosto de 1955, que isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patente de invenção.

ITALCABLE SERVIZI CABLOGRAFICI RADIOTELEGRAFICI E RADIOELETRICI - SOCIETA PER AZIONI

Concede à Italcable Servizi Cablografici Radiotelegrafici e Radioelettrici — Società per Azioni autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 39.792 — de 16 de agosto de 1956.

J

JIPES

Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a Jipes.

Decreto n.º 39.569 — de 12 de julho de 1956.

JUSTIÇA DO TRABALHO

— Ver:

Poder Judiciário.

JUSTIÇA ELEITORAL

— Ver:

Poder Judiciário.

JUSTIÇA MILITAR

Autoriza a abertura de concurso para o preenchimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público da Justiça Militar.

Decreto n.º 39.787 — de 14 de agosto de 1956.

L

LA FONCIÈRE INCENDIE, COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da La Foncière Incendie, Companhia de Seguros.

Decreto n.º 39.924 — de 5 de setembro de 1956.

LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

LIBERAÇÕES DE PENS

Dispõe sobre a liberação dos bens e direitos pertencentes à pessoas físicas e jurídicas alemãs e dá outras providências.

Decreto n.º 39.869 — de 30 de agosto de 1956.

LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão a que se refere.

M

"M. I. L." MINERAÇÃO ITA LIMITADA

Concede à "M. I. L." Mineração Ita Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.990 — de 13 de setembro de 1956.

MADEPINHO SEGURADORA S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Madepinho Seguradora S. A.

Decreto n.º 39.657 — de 28 de julho de 1956.

MAGNESITA

Autoriza Magnesita S. A. a lavar magnesita no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n.º 39.798 — de 16 de agosto de 1956.

MANGANÊS

Autoriza Icominas S. A. — Empresa de Mineração a lavar minérios de ferro, manganês e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 39.716 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza a cessão para utilização, de duas áreas de terras devolutas no Território Federal do Amapá, à empresa arrendatária das jazidas de manganês e concessionária da estrada de ferro e do porto, com reversion das benfeitorias.*

Decreto n.º 39.762 — de 6 de agosto de 1956.

— *Altera a autorização conferida pelo Decreto n.º 31.599, de 15 de outubro de 1952.*

Decreto n.º 39.812 — de 16 de agosto de 1956.

— *Autoriza Indústrias Rovial — Técnico Extrativa, Beneficiamento, Importação e Exportação S. A. a pesquisar minério de manganês e associados, no município de Castelo, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n.º 39.979 — de 13 de setembro de 1956.

MARINHA

Cria o Centro de Munição da Marinha.

Decreto n.º 39.840 — de 21 de agosto de 1956.

— *Amplia as atribuições e o número de Comissões de Rede e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.861 — de 27 de agosto de 1956.

— *Cria o Prêmio "Marinha do Brasil", e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.904 — de 4 de setembro de 1956.

MARINHA

— Ver, também:

Armada e Ministério da Marinha.

MARMORARIA BRASIL LTDA.

Concede à Marmoraria Brasil Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.897 — de 3 de setembro de 1956.

MARMORE

Autoriza o cidadão brasileiro Andréa Salvini a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Bocaiuva do Sul, Estado do Paraná.

Decreto n.º 39.527 — de 6 de julho de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 35.565, de 26 de maio de 1954.*

Decreto n.º 39.552 — de 12 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Tortola a pesquisar calcário, mármore e associados no município de Pirai do Sul, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 39.557 — de 12 de julho de 1956.

MAUÁ CAPITALIZAÇÃO S. A.

Cassa a autorização concedida à Mauá Capitalização S. A. com sede nesta Capital para funcionar na República.

Decreto n.º 40.031 — de 20 de setembro de 1956.

MCCANN ERICKSON CORPORATION OF BRAZIL

Revoga os Decretos que concederam à sociedade anônima McCann Erickson Corporation of Brazil autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 39.700 — de 8 de agosto de 1956.

MEDALHAS

Aprova o Regulamento da Medalha Militar.

Decreto n.º 39.207 — de 22 de maio de 1956.

— *Cria a Medalha Comemorativa do Jubileu do Correio Aéreo Nacional e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.354-A — de 12 de junho de 1956.

— *Institui a "Medalha de Serviços Relevantes à Campanha de Educação Florestal", promovida pelo Ministério da Agricultura, através do Serviço Florestal.*

Decreto n.º 39.604 — de 14 de julho de 1956.

— *Oficializa a Medalha da Ordem de Damião o Apóstolo dos Leprosos, instituída pela Associação Brasileira de Amparo aos Leprosos.*

Decreto n.º 39.642 — de 25 de julho de 1956.

— *Permite o uso da medalha comemorativa do primeiro centenário do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.*

Decreto n.º 39.688 — de 7 de agosto de 1956.

— *Cria o Prêmio "Marinha do Brasil", e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.904 — de 4 de setembro de 1956.

— *Cria no Ministério da Aeronáutica, a medalha "Mérito Santos-Dumont" e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.905 — de 5 de setembro de 1956.

MEDALHAS

— *Revoga o § 1.º do art. 14 do Regulamento do Quadro de Especialistas de Saúde do Exército.*

Decreto n.º 39.906 — de 5 de setembro de 1956.

MENSALISTA

— Ver:

Extranumerário.

METEOROLOGIA

Torna público o depósito do Instrumento de adesão, por parte do Governo da Coreia, a Convenção da Organização Mundial de Meteorologia, assinada em Washington, em 11 de outubro de 1947.

Decreto n.º 39.786 — de 14 de agosto de 1956.

METROPOLITANA COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Metropolitana Companhia de Seguros.

Decreto n.º 39.493 — de 3 de julho de 1956.

MICA

Autoriza a cidadã brasileira Maria Leonara dos Santos a pesquisar mica e associados no município de Bom Jesus do Galho, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 39.055 — de 18 de abril de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Moreira César a pesquisar quartzo, mica e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.473 — de 27 de junho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Rodrigues Pereira a pesquisar berilo, mica ambligonita e associados no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.556 — de 12 de julho de 1956.

MICA

— *Renova o Decreto n.º 35.300, de 31 de março de 1954.*

Decreto n.º 39.583 — de 13 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Moreira Júnior a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.671 — de 30 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Soares da Silva a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.672 — de 30 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.704 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Venino Fernandes Moreira a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Itatinga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 39.719 — de 8 de agosto de 1956.

— *Revoga o art. 1.º do Decreto número 35.812, de 12 de julho de 1954.*

Decreto n.º 39.736 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cornélio Augusto da Silva a pesquisar mica e associados, no município de Encruzilhada, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 39.741 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arestides Antônio dos Santos a pesquisar mica e associados (jazida da classe VI) no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.742 — de 8 de agosto de 1956.

MICA

— *Autoriza Mica Norte Limitada a pesquisar mica e associados no município de Russas, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 39.804 — de 16 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Dinem da Silva a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.807 — de 16 de agosto de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Ferreira Seabra e Pedro Alves Ferreira a pesquisar mica e associados no município de Coroaci, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.893 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Antônio Cardoso e Locmen Carlos a pesquisar quartzo, mica, polícrasita e associados no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.928 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sales da Fraga a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.930 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Matheus de Araújo a pesquisar mica e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.980 — de 13 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Domingos Timóteo de Oliveira a pesquisar mica, berilo e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 39.984 — de 13 de setembro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 35.875, de 21 de julho de 1954.*

Decreto n.º 40.034 — de 26 de setembro de 1956.

MILITARES

Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n.º 2.323 — de 14 de julho de 1956.

— *Altera o art. 14, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954 e dá outras providências.*

Lei n.º 2.337 — de 31 de julho de 1956.

— *Modifica o art. 300 da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951 (Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares).*

Lei n.º 2.850 — de 25 de agosto de 1956.

— *Altera a Lei n.º 1.046, de 2 de janeiro de 1950 (Dispõe sobre consignação em folha de pagamento).*

Lei n.º 2.853 — de 28 de agosto de 1956.

— *Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.*

Decreto n.º 39.534 — de 7 de julho de 1956.

— *Classifica localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 123, da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 39.605 "A" — de 16 de julho de 1956.

— *Regulamenta a Lei n.º 1.050, de 3 de janeiro de 1950, modificada pela Lei n.º 2.332, de 8 de novembro de 1954.*

Decreto n.º 39.862 — de 28 de agosto de 1956.

— Ver, também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

MINERAÇÃO CANANÉIA

Concede à Mineração Cananéia, Ltda., autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.731 — de 8 de agosto de 1956.

MINERAÇÃO FELQUARTZO LIMITADA

Concede à Mineração Felquartzo Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.528 — de 6 de julho de 1956.

MINERAÇÃO MATHEUS LEME LIMITADA

Concede à Mineração Matheus Leme Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 39.978 — de 1 de setembro de 1956.

MINERAÇÃO SERTANEJA S. A.

Concede permissão à Mina Bonito, sita em Jucurutu, no Estado do Rio Grande do Norte, propriedade de Mineração Sertaneja S. A., com sede no Distrito Federal, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 39.701 — de 8 de agosto de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 a fim de serem consolidadas e prosseguidas, em acordo com o Governo do Estado do Amazonas, as obras do Aeroporto Internacional de Manaus.

Lei n.º 2.871 — de 17 de setembro de 1956.

— Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Núcleo do Parque de Aeronáutica do Recife do Ministério da Aeronáutica.

Decreto n.º 39.497 — de 3 de julho de 1956.

— Suprime cargos provisórios.

Decreto n.º 39.631 — de 19 de julho de 1956.

— Suprime cargos extintos.

Decreto n.º 39.632 — de 19 de julho de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários ao Ministério da Aeronáutica, em Salvador, Estado da Bahia.

Decreto n.º 39.677 — de 31 de julho de 1956.

— Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 39.694 — de 8 de agosto de 1956.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n.º 39.695 — de 8 de agosto de 1956.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n.º 39.902 — de 4 de setembro de 1956.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n.º 39.903 — de 4 de setembro de 1956.

— Cria no Ministério da Aeronáutica, a medalha "Mérito Santos-Dumont" e dá outras providências.

Decreto n.º 39.905 — de 5 de setembro de 1956.

— Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Londrina, no Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.023 — de 25 de setembro de 1956.

— Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.

Decreto n.º 40.024 — de 25 de setembro de 1956.

— Ver, também:

Aeronáutica.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Ismael Ribeiro Machado.

Decreto Legislativo n.º 39, de 1956.

— *Modifica o art. 1.º da Lei número 2.494, de 26 de maio de 1955 (Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer a despesas de tódá e qualquer natureza com a realização da IV Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agro-Pecuária e Industrial).*

Lei n.º 2.859 — de 29 de agosto de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956.*

Lei n.º 2.378 — de 21 de setembro de 1956.

— *Torna sem efeito transferência de função nas Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Agricultura; constante do Decreto n.º 39.075, de 24 de abril de 1950, e transfere função dentro das mesmas tabelas.*

Decreto n.º 39.523 — de 6 de julho de 1956.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 39.599 — de 14 de julho de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$... 5.000.000,00 para a constituição de parte do patrimônio do Serviço Social Rural.*

Decreto n.º 39.681 — de 3 de agosto de 1956.

— *Transfere, sem aumento de despesa, as funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 39.702 — de 8 de agosto de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Torna sem efeito transferência de função nas Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas do Ministério da Agricultura, constante do Decreto n.º 39.075, de 24 de abril de 1956.*

Decreto n.º 39.703 — de 8 de agosto de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Agricultura, o crédito extraordinário de Cr\$ 20.000.000,00, para auxílio aos lavradores dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, atingidos pelas recentes geadas.*

Decreto n.º 39.768 — de 9 de agosto de 1956.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.*

Decreto n.º 39.917 — de 5 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica a terminar a construção e instalação da Universidade na Rua Marquês de São Vicente, no Distrito Federal, e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nas obras de ampliação de suas instalações.

Lei n.º 2.805 — de 25 de junho de 1956.

— *Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura para atender à autonomia das Faculdades de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.809 — de 2 de julho de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 concedidos como auxílio ao Instituto Brasileiro de História da Medicina na realização do Primeiro Congresso Pan-Americano de História da Medicina e Terceiro Congresso Brasileiro de História da Medicina.

Lei n.º 2.810 — de 2 de julho de 1956.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$..... 1.750.000,00, como auxílio à Escola Superior de Química do Paraná.

Lei n.º 2.824 — de 16 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00 para conceder auxílios à Associação Museu de Arte de São Paulo e ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Lei n.º 2.826 — de 18 de julho de 1956.

— Releva a prescrição em que incorreram, para pleitear os benefícios do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escriturários do Ministério da Educação e Cultura.

Lei n.º 2.829 — de 18 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 3.000.000,00 para atender ao pagamento, no exercício de 1956, da subvenção concedida pela Lei n.º 2.737, de 18 de fevereiro de 1956, à Faculdade de Filosofia do Recife da Universidade do Recife.

Lei n.º 2.843 — de 13 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.720,00 para o fim que especifica.

Decreto n.º 39.571 — de 13 de julho de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 277.859,00, para pagamento de gratificação de magistério a professores do mesmo Ministério.

Decreto n.º 39.652 — de 28 de julho de 1956.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Técnica Nacional, da Diretoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura, e da outras providências.

Decreto n.º 39.665 — de 30 de julho de 1956.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (artigo 6.º, da Lei n.º 1.765, de 1952), da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura, e da outras providências.

Decreto n.º 39.769 — de 9 de agosto de 1956.

— Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), da Escola Industrial de Belém, da Diretoria do Ensino Industrial, do Ministério da Educação e Cultura, e da outras providências.

Decreto n.º 39.711 — de 9 de agosto de 1956.

— Aprova a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista das Oficinas "Christiano Ottoni", da Escola de Engenharia, da Universidade de Minas Gerais, do Ministério da Educação e Cultura.

Decreto n.º 39.773 — de 9 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 2.700.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 39.820 — de 21 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 674.280,70, para pagamento de gratificação de magistério.

Decreto n.º 39.954 — de 6 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, destinado a atender a despesas com a execução, no exercício de 1955, da Lei n.º 2.453, de 15 de abril de 1955.

Lei n.º 2.856 — de 29 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$... 70.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 39.500 — de 3 de julho de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.535 — de 9 de julho de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.628 — de 19 de julho de 1956.

— Ratifica os Decretos ns. 36.086, 36.087, 36.088 e 36.089, de 19 de agosto de 1954; 36.104, de 20 de agosto de 1954; e 36.108 e 36.110, de 8 de agosto de 1954.

Decreto n.º 39.647 — de 28 de julho de 1956.

— Retifica e altera o Decreto número 38.673, de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto n.º 38.966, de 3 de abril de 1956.

Decreto n.º 39.650 — de 28 de julho de 1956.

— Retifica o Decreto n.º 38.673 de 27 de janeiro de 1956, retificado pelo Decreto n.º 38.966, de 3 de abril de 1956.

Decreto n.º 39.651 — de 28 de julho de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 218.675,50, para o fim que especifica.

Decreto n.º 39.653 — de 28 de julho de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00, autorizado pelo artigo 19 da Lei n.º 2.653, de 24 de novembro de 1955.

Decreto n.º 39.654 — de 28 de julho de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$ 40.000.000,00, para o que especifica.

Decreto 39.680 de 31 de agosto de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito extraordinário de Cr\$... 40.000.000,00, para o que especifica.

Decreto n.º 39.683 — de 31 de agosto de 1956.

— Retifica as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensualistas de repartições do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 39.758 — de 9 de agosto de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 39.760 — de 9 de agosto de 1956.

— Abre ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 39.761 — de 9 de agosto de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Serviço do Patrimônio da União e da Administração do Edifício da Fazenda, ambas do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 39.822 — de 21 de agosto de 1956.

— Altera o Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954.

Decreto n.º 39.854 — de 24 de agosto de 1956.

— Extingue cargos excedentes.

Decreto n.º 40.027 — de 25 de setembro de 1956.

— Extingue cargos excedentes.

Decreto n.º 40.028 — de 25 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 600.000,00, destinado ao pagamento de despesas realizadas, no exercício de 1950, com a recepção de representações estrangeiras presentes aos festejos comemorativos da Semana da Pátria.

Lei n.º 2.864 — de 6 de setembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, na cidade de São Paulo.

Decreto n.º 39.638 — de 25 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, imóveis que menciona, necessários ao Ministério da Guerra, na Cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto n.º 39.639 — de 25 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao serviço do Exército Nacional.

Decreto n.º 39.640 — de 25 de julho de 1956.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.

Decreto n.º 39.641 — de 25 de julho de 1956.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 1.292.980,00 para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n.º 39.764 — de 9 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 121.800,00, para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n.º 39.765 — de 9 de agosto de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— Autoriza o Ministério da Guerra a adquirir benfeitorias de propriedade da Fundação da Casa Popular e o Ministério da Fazenda, por intermédio do Serviço do Patrimônio da União, a fazer a entrega do terreno correspondente.

Decreto n.º 39.766 — de 9 de agosto de 1956.

— Altera os parágrafos 60, 61, 62, 63, 64, 65, 105 e 110 do Regulamento para Publicações Militares do Ministério da Guerra, R-150.

Decreto n.º 39.784 — de 14 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Guerra o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000,00 distribuído em dez parcelas anuais de Cr\$ 1.500.000.000,00 para ocorrer a despesas com a construção de casas para oficiais e sargentos em todo o território nacional.

Decreto n.º 39.860 — de 25 de agosto de 1956.

— Dá nova redação ao artigo 105 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, 10 de fevereiro de 1942.

Decreto n.º 39.908 — de 5 de setembro de 1956.

— Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário mensalista da 3.ª Região Militar e da Escola Preparatória de Porto Alegre, ambas do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 39.909 de 5 de setembro de 1956.

— Suprime uma função de mensalista na Tabela de Pessoal da Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 39.910 — de 5 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Diretoria de Estudos e Pesquisas Tecnológicas para tabela idêntica da Diretoria de Fabricação do Exército, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 39.911 — de 5 de setembro de 1956.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Parque Central de Motomecanização do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 39.912 — de 5 de setembro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Guerra, que menciona.*

Decreto n.º 39.913 — de 5 de setembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona, necessário ao Ministério da Guerra, na Cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 40.002 — de 19 de setembro de 1956.

— *Transfere funções da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Fábrica do Andaraí para igual tabela da Diretoria de Fabricação do Departamento Técnico e de Produção, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.020 — de 24 de setembro de 1956.

— *Dispõe sobre assistência médico-hospitalar a ser prestada, nos Estabelecimentos do Serviço de Saúde do Exército, aos servidores civis do Ministério da Guerra, contribuintes do IPASE ou dos Montepios civil ou militar.*

Decreto n.º 40.026 — de 25 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 a fim de auxiliar às populações dos municípios de Feijó e Tarauacá, no Território do Acre, vítimas das pelas enchentes em 1955.*

Lei n.º 2.858 — de 29 de agosto de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória, na melhoria das condições de habitação dos favelados, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.875 — de 19 de setembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 6.108,60 para atender a despesas com o tratamento e transporte de funcionário do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Amazonas, Antônio Pinheiro de Lima.*

Lei n.º 2.880 — de 21 de setembro de 1956.

— *Suprime cargos provisórios.*

Decreto n.º 39.656 — de 28 de julho de 1956.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 39.689 — de 7 de agosto de 1956.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 39.690 — de 7 de agosto de 1956.

— *Altera a lotação de repartição atendida pelo Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 40.004 — de 20 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Antônio Figueiredo.

Decreto Legislativo n.º 34, de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista, do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 39.602 — de 14 de julho de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista, do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 39.662 — de 28 de julho de 1956.

— *Altera o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Marinha.*

Decreto n.º 39.963 — de 11 de setembro de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista, do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 39.696 — de 8 de agosto de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista, do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 39.841 — de 21 de agosto de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 40.022 — de 25 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ratifica os Decretos ns. 36.086, 36.087, 36.088 e 36.089, de 19 de agosto de 1954; 36.104, de 20 de agosto de 1954; e 36.108 e 36.110, de 3 de agosto de 1954.

Decreto n.º 39.647 — de 23 de julho de 1956.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Transfere para a Embaixada do Brasil em Beirute a ação cumulativa com a Legação do Brasil em Adis Abeba.*

Decreto n.º 39.679 — de 31 de julho de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Aprova o termo do acordo celebrado entre o Ministério da Saúde e o Hospital Municipal Santo Antônio.

Decreto Legislativo n.º 36, de 1956.

— *Retifica o Decreto n.º 36.693, de 29 de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 39.658 — de 28 de julho de 1956.

— *Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, como auxílio ao Colégio Brasileiro de Cirurgias para realização do X Congresso Interamericano de Cirurgia.*

Decreto n.º 39.659 — de 28 de julho de 1956.

— *Dispõe sobre a Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista (art. 6.º da Lei n.º 1.765, de 1952), do Serviço de Saúde, e dá outras providências.*

Decreto n.º 39.813 — de 17 de agosto de 1956.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 103.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 39.572 — de 13 de julho de 1956.

— *Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 60.000,00 (sessenta mil cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n.º 39.818 — de 21 de agosto de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.700,00, para pagamento de indenização a Urbano Teixeira de Menezes.

Lei n.º 2.817 — de 9 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para construção de um prédio destinado às instalações na sede da Diretoria Regional do Departamento dos Correios e Telégrafos e respectiva Agência em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 2.821 — de 14 de julho de 1956.

— Releva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n.º 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escriturários do Ministério da Educação e Cultura.

Lei n.º 2.829 — de 18 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 669.763.232,50, destinado a regularizar as despesas feitas, mediante adiantamento, com a execução de obras de emergência na região nordestina assolada pela seca.

Lei n.º 2.863 — de 6 de setembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00, destinado a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S. N. A. P. P.), com a renovação de sua frota.

Lei n.º 2.865 — de 6 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, na Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, ligando a rodovia Coronel Oviedo-Porto Presidente Franco à BR-35.

Lei n.º 2.885 — de 25 de setembro de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 120.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 39.607 — de 18 de julho de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.634 — de 19 de julho de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.682 — de 4 de agosto de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.866 — de 29 de agosto de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.868 — de 30 de agosto de 1956.

— Suprime cargo extinto.

Decreto n.º 39.972 — de 12 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Autoriza a abertura de concurso para o preenchimento de cargos iniciais da carreira do Ministério Público da Justiça Militar.

Decreto n.º 39.787 — de 14 de agosto de 1956.

MOINHO FLUMINENSE S. A.

Concede permissão ao Moinho Fluminense S. A. — Filial de São Paulo, com sede na referida capital, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 39.482 — de 28 de julho de 1956.

MONAZITA

Autoriza Sulba, Sociedade Comercial de Minérios Ltda, a pesquisar monazita e associados, no município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 40.006 — de 20 de setembro de 1956.

MONUMENTOS

Dá nova redação ao artigo 105 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto número 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.

Decreto n.º 39.908 — de 5 de setembro de 1956.

MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

Lei n.º 2.874 — de 19 de setembro de 1956.

MUSEUS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 10.000.000,00 para conceder auxílios à Associação Museu de Arte de São Paulo e ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

Lei n.º 2.826 — de 17 de julho de 1956.

N

NAVEGAÇÃO DA BAHIA LIMITADA

Concede à Sociedade da Bahia Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 39.488 — de 3 de julho de 1956.

NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

Autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem — Ver o nome da empresa autorizada.

NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO NORTE LIMITADA

Concede à sociedade Navegação e Comércio Norte Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 39.688 — de 8 de agosto de 1956.

NORTH BRITISH & MERCANTILE INSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da North British & Mercantile Insurance Company Limited.

Decreto n.º 39.578 — de 13 de julho de 1956.

O

OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— Ver:

Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas.

OBRAS LITERÁRIAS E ARTÍSTICAS

Torna pública a aplicação às Províncias Ultramarinas Portuguesas, pelo Governo de Portugal, da Convenção de Berna para a proteção das obras literárias e artísticas, revista, em Bruxelas, a 26 de junho de 1948.

Decreto n.º 39.691 — de 7 de agosto de 1956.

— Torna sem efeito o Decreto número 37.845, de 1 de setembro de 1955.

Decreto n.º 39.870 — de 30 de agosto de 1956.

OBRA NACIONAL DO MÉRITO

Revoga o Decreto n.º 34.294, de 20 de outubro de 1953.

Decreto n.º 39.956 — de 6 de setembro de 1956.

OURO

Autoriza o cidadão brasileiro João de Deus Reis a pesquisar minério de ouro e diamantes no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.472 — de 27 de junho de 1956.

— *Autoriza Mineração de Ouro de Jacobina Ltda. a lavar minério de ouro, e associados no município de Jacobina, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.811 — de 16 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto n. 32.738, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 39.875 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rodolpho Victor Tietzmann a lavar minério de ouro e tungstênio no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 39.882 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza Mineração Rio das Mortes S. A. a lavar ouro, cassiterita, diamante e associados no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.888 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Olival Dias a lavar ouro, diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.981 — de 13 de setembro de 1956.

P**PARTILHA**

Modifica os arts. 517 e 523 do Código de Processo Civil.

Lei n. 2.816 — de 6 de julho de 1956.

PATENTE DE INVENÇÃO

Aprova o Regulamento para a execução da Lei n. 2.556, de 6 de agosto de 1955, que isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patente de invenção.

Decreto n. 39.573 — de 13 de julho de 1956.

PECUARISTAS

Dispositivos vetados do Projeto que se transformou na Lei n. 2.804, de 25 junho de 1956, mantidos pelo Congresso Nacional.

Lei n. 2.804 — de 25 de junho de 1956.

PEDRAS CORADAS

Renova o Decreto n. 35.300, de 31 de março de 1954.

Decreto n. 39.583 — de 13 de julho de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.704 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Gonçalves Soares a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.718 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Lourenço Alberto Augusto Marquardt a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Itueta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.800 — de 1º de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Sales da Fraga a pesquisar mica, pedras coradas e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.930 — de 5 de setembro de 1956.

PEDRAS CORADAS

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlesimo Dividório a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.986 — de 13 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Nagib Abes Ganem a pesquisar pedras coradas e associados no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.987 — de 13 de setembro de 1956.

PEDRAS PRECIOSAS

Autoriza Abram Holcman a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 39.541 — de 11 de julho de 1956.

— *Autoriza Leonore Sudbrack a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 39.648 — de 28 de julho de 1956.

— *Autoriza Máximo Pires a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 39.649 — de 28 de julho de 1956.

— *Autoriza Afonso Barbosa de Oliveira a comprar pedras preciosas.*

Decreto n. 39.957 — de 6 de setembro de 1956.

PENSÕES

Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 mensais a Maria do Carmo Martins de Andrade, viúva do ex-médico da Saúde dos Portos, Floro da Siqueira Andrade.

Lei n. 2.886 — de 27 de setembro de 1956.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Jovina Ferreira de Ubatuba, viúva do Dr. Ezequiel Ubatuba, ex-servidor federal.*

Lei n. 2.842 — de 10 de agosto de 1956.

PENSÕES

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 1.000,00 a Maria Gurgel Braga Herbster, viúva de Raimundo Herbster, coletor federal aposentado em Maranguape, Estado do Ceará, falecido em 1941.*

Lei n. 2.485 — de 13 de agosto de 1956.

— *Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Antonieta Moreira, viúva do jornalista Nestor Moreira.*

Lei n. 2.883 — de 24 de setembro de 1956.

PERÍODO LETIVO

Altera no corrente ano o início do segundo período de aulas das Escolas Nacional de Agronomia e Nacional de Veterinária, da Universidade Rural, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, do Ministério da Agricultura.

Decreto n. 39.549 — de 12 de julho de 1956.

PESQUISAS

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

PESSOAL DAS VERBAS 3 E 4

Dispõe sobre o preenchimento de funções vagas custeadas por dotações globais, e dá outras providências.

Decreto n. 39.533 — de 7 de julho de 1956.

PHOENIX ASSURANCE COMPANY LIMITED

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Phoenix Assurance Company Limited.

Decreto n. 39.580 — de 13 de julho de 1956.

PILHAS SECAS

Isenta de direitos de importação e taxas aduaneiras as sociedades com sede e administração no país, que exploram ou venham a explorar a fabricação de baterias e de pilhas secas.

Lei n. 2.841 — de 4 de agosto de 1956.

"PLANALTO" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à "Planalto" - Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 39.575 — de 13 de julho de 1956.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica do Amazonas e Francisco Rodrigues da Silva.

Decreto-legislativo n. 37, de 1956.

PLANO NACIONAL DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a caminhões.

Decreto n. 39.563 — de 12 de julho de 1956.

— Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a jipes.

Decreto n. 39.569 — de 12 de julho de 1956.

— Institui o Plano Nacional da Indústria Automobilística relativo a camionetas, caminhões leves e furgões.

Decreto n. 39.676-A — de 30 de julho de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região — o crédito especial de Cr\$ 972.290,00, destinado ao pagamento de funcionários daquele Tribunal, por força da Lei n. 2.488, de 16 de maio de 1955.

Lei n. 2.818 — de 9 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região — o crédito especial de .. Cr\$ 19.289,50, destinado ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a funcionários do mesmo Tribunal.

Lei n. 2.819 — de 9 de julho de 1956.

— Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 833.400,00 para atender ao pagamento de despesas com substituições de pessoal, salário-família e alugueis de imóveis, no exercício de 1954.

Lei n. 2.832 — de 20 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito especial de Cr\$ 4.733.823,80, para atender às despesas com o pagamento das diferenças de vencimentos e gratificações por tempo de serviço e de salário-família a Ministros e funcionários daquele Tribunal.

Lei n. 2.833 — de 24 de julho de 1956.

— Abre ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí — o crédito especial de Cr\$ 92.400,00, destinado ao pagamento de gratificação eleitoral.

Lei n. 2.840 — de 4 de agosto de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 2.202.089,00 destinado ao pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações de representação e de adicionais por tempo de serviço e substituições dos juizes, suplentes e vogais do Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região, nos exercícios de 1948 a 1953.*

Lei n. 2.844 — de 13 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para ocorrer às despesas decorrentes das Leis ns. 2.550, de 25 de julho de 1955 e 2.582, de 30 de agosto de 1955.*

Lei n. 2.857 — de 29 de agosto de 1955.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 180.000,00 para atender a despesas com substituições de Ministros e funcionários daquele Tribunal, ocorridas no exercício de 1954.*

Lei n. 2.868 — de 17 de setembro de 1956.

— *Altera a Lei n. 1.975, de 4 de setembro de 1953, e dá outras providências.*

Lei n. 2.877 — de 20 de setembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 215.393,90, destinado a atender às despesas de ajuda de custo para o pessoal civil e substituições da Justiça do Trabalho da Sétima Região — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento — relativas ao exercício de 1954.*

Lei n. 2.884 — de 24 de setembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — os créditos especiais que especifica.*

Decreto n. 39.763 — de 9 de agosto de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunais Regionais do Trabalho das 1.^a e 2.^a Regiões — o crédito especial de Cr\$ 4.010.000,00 para execução da Lei n. 2.694, de 24 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 39.819 — de 21 de agosto de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região o crédito especial de Cr\$ 618.960,00, para execução da Lei n.º 2.695, de 24 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 39.821 — de 21 de agosto de 1956.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Suprime a graduação no posto imediato aos oficiais das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

Lei n. 2.823 — de 14 de julho de 1956.

— *Assegura estabilidade no serviço ativo militar dos Sargentos das Forças Armadas, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.*

Lei n. 2.682 — de 25 de agosto de 1956.

POLICRASITA

Autoriza os cidadãos brasileiros José Antônio Cardoso e Loçmen Garrios a pesquisar quartzo, mica, policrasita e associados no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.928 — de 5 de setembro de 1956.

POLÍGONO DAS SECAS

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Secas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.

Lei n. 2.814 — de 6 de julho de 1956.

POLYMER PRODUTOS QUÍMICOS DO BRASIL S. A.

Concede permissão a Polymer Produtos Químicos do Brasil S. A., com sede em São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, para funcionar aos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n. 39.356 — de 13 de junho de 1956.

POSTOS AGROPECUÁRIOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.346.000,00 para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956.

Lei n. 2.878 — de 21 de setembro de 1956.

PRATA

Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata, vanádio e associados, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.894 — de 3 de setembro de 1956.

PREFEITURAS

Aprova termo de contrato celebrado entre a União e a Prefeitura Municipal de Divina Pastora.

Decreto-legislativo n. 33, de 1956.

— Concede isenção de impostos de importação e mais taxas aduaneiras à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, para importação de uma "Caterpillar".

Lei n. 2.813 — de 6 de julho de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 700.000,00 a fim de auxiliar as populações dos municípios de Feijó e Tarauacá, no Território do Acre, vítimas pelas enchentes de 1955.

Lei n. 2.858 — de 29 de agosto de 1956.

PREFEITURAS

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00, para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Mocambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória na melhoria das condições de habitação dos favelados, e dá outras providências.

Lei n. 2.875 — de 19 de setembro de 1956.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 37.097 — de 24 de março de 1955.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Venâncio Ayres, Estado do Rio Grande do Sul, a ampliar suas instalações termelétricas.

Decreto n. 37.282 — de 29 de abril de 1955.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Poços de Caldas concessão para produzir e distribuir energia elétrica no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.367 — de 13 de julho de 1956.

— Transfere da Empresa Força e Luz de Mineiros, de propriedade da firma Irmãos de Brito & Cia. para a Prefeitura Municipal de Mineiros, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Mineiros, Estado de Goiás.

Decreto n. 39.417 — de 19 de junho de 1956.

— Transfere de José Bernardino de Carvalho para a Prefeitura Municipal de Madre de Deus de Minas, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica do município de Madre de Deus de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.474 — de 27 de junho de 1956.

PREFEITURAS

— Prorroga, por mais 60 dias, o prazo fixado no parágrafo único, do art. 11, do Decreto n.º 33.969, de 4 de abril de 1956, para as Prefeituras Municipais, situadas no Vale do São Francisco, requererem, no corrente exercício, os benefícios do art. 3.º da Lei n. 2.599, de 13 de setembro de 1955.

Decreto n. 39.611 — de 18 de julho de 1956.

— Transfere de Vitorino dos Santos Ribeiro da Empresa Luz e Força Congonhas do Campo para a Prefeitura Municipal de Congonhas do Campo, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Congonhas do Campo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.618 — de 18 de julho de 1956.

— Outorga à Prefeitura Municipal de Astorga concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da queda d'água do Cebolão, existente no curso d'água Cebolão, distrito e município de Astorga, Estado do Paraná.

Decreto n. 39.676 — de 30 de julho de 1956.

— Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de terreno de propriedade da Prefeitura Municipal de Carinhanha, no Estado da Bahia.

Decreto n. 39.686 — de 1 de agosto de 1956.

— Autoriza a cessão gratuita, à Prefeitura do Distrito Federal, do terreno de marinha, que menciona, situado no mesmo Distrito Federal.

Decreto n. 40.029 — de 25 de setembro de 1956.

— Transfere da Empresa Força e Luz Santo Antonio Limitada para a Prefeitura Municipal de Itai a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Itai, Estado de São Paulo.

Decreto n. 40.037 — de 26 de setembro de 1956.

PREFEITURAS

— Outorga à Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio das Flores, distrito de Bandeirantes, município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 40.039 — de 26 de setembro de 1956.

PRESCRIÇÃO

Releva a prescrição em que incorreram para pleitear os benefícios do Decreto-lei n. 145, de 29 de dezembro de 1937, os funcionários do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas e os do Quadro de Escriturários do Ministério da Educação e Cultura.

Lei n. 2.829 — de 18 de julho de 1956.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Cria a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos.

Decreto n. 39.655 — de 24 de agosto de 1956.

Concede licença ao Presidente da República para ausentar-se do País.

Decreto-legislativo n. 30, de 1956.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA NICARÁGUA

Manda prestar à Sua Excelência o Senhor General Anastácio A. Somoza, Presidente da República da Nicarágua, as honras de Chefe de Estado.

Decreto n. 40.049 — de 29 de setembro de 1956.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Declara mantida a contribuição suplementar destinada ao custeio dos serviços de assistência médica nas instituições de previdência social.

Decreto n. 39.515 — de 6 de julho de 1956.

— Prorroga o prazo estabelecido no Decreto n. 39.206, de 22 de maio de 1956.

Decreto n. 39.627 — de 19 de julho de 1956.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

— *Modifica a composição da Comissão constituída pelo Decreto número 39.206, de 22 de maio de 1956.*

Decreto n. 39.697 — de 8 de agosto de 1956.

PRISÃO ESPECIAL

Estabelece prisão especial para os dirigentes de entidades sindicais e para o empregado no exercício de representação profissional ou no cargo de administração sindical.

Lei n. 2.860 — de 31 de agosto de 1956.

PRODUTOS FARMACÊUTICOS E BIOLÓGICOS AYERST DO BRASIL SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede a Produtos Farmacêuticos e Biológicos Ayerst do Brasil Sociedade Anônima autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.838 — de 21 de agosto de 1956.

PROJETOS E ORÇAMENTOS

Aprova projetos e orçamentos relativos às obras da variante Coroados-Araçatuba, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 39.505 — de 3 de julho de 1956.

PROMOÇÕES

Dispensa, até 31 de dezembro de 1958, a exigência do curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, para os Capitães, do Quadro dos Serviços do Exército.

Lei n. 2.806 — de 27 de junho de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais do Exército.*

Decreto n. 39.345 — de 11 de junho de 1956.

— *Altera a redação do art. 6.º do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 39.513 — de 4 de julho de 1956.

PROMOÇÕES

— *Reduz de 50% (cinquenta por cento) o interstício para promoção de Capitão a Tenente-Coronel do Quadro de Veterinário do Exército.*

Decreto n. 39.782 — de 14 de agosto de 1956.

— *Reduz de 50% (cinquenta por cento) o interstício para promoção de Tenente-Coronel, no Quadro de Médicos do Serviço de Saúde do Exército.*

Decreto n. 39.858 — de 25 de agosto de 1956.

Q**QUADRO DO PESSOAL**

— *Ver:*

O nome do órgão a que se refere.

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro José Vitor de Lauro a pesquisar quartzito e associados no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.707 — de 8 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Artur de Oliveira Regis a pesquisar quartzo e associados, no município de Santo Sé, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.805 — de 16 de agosto de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Carvalho a pesquisar quartzito e associados, no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.885 — de 3 de setembro de 1956.

QUARTZO

Declara caduco o Decreto n. 36.079, de 18 de agosto de 1954.

Decreto n. 39.152 — de 14 de maio de 1956.

— *Declara caduco o Decreto número 36.078, de 18 de agosto de 1954.*

Decreto n. 39.168 — de 14 de maio de 1956.

QUARTZO

— Declara caduco o Decreto número 35.920, de 28 de julho de 1954.

Decreto n. 39.170 — de 14 de maio de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Ruy Moreira Cesar a pesquisar quartzo, mica e associados, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.473 — de 27 de junho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Leocádio Araújo Júnior a pesquisar quartzo e associados no município de Santa Quitéria, Estado do Ceará.

Decreto n. 39.666 — de 30 de julho de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Eurico Bueno de Azevedo a pesquisar mica, quartzo e pedras coradas, no município de Galiléia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.704 — de 8 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Sebastião Antunes Neto, a pesquisar quartzo e associados, no município de Malacacheta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.705 — de 8 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Leopoldo Campolina Diniz a pesquisar quartzo e associados no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.710 — de 8 de agosto de 1956.

— Renova o Decreto n. 33.506, de 5 de agosto de 1953.

Decreto n. 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Manoel Gonçalves Soares a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.718 — de 8 de agosto de 1956.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Venino Fernandes Moreira a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Itatinga, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.719 — de 8 de agosto de 1956.

— Autoriza a cidadã brasileira Lúcia Dantas de Assis Batista a pesquisar areia quartzosa, quartzo e associados nos municípios de Itabaiana e Campo do Brito, Estado de Sergipe.

Decreto n. 39.725 — de 8 de agosto de 1956.

— Autoriza a S. A. Cimento, Mineração e Cabotagem "Cimimar", a pesquisar quartzo e associados no município de Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.744 — de 8 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Gastão Rosenfeld, a pesquisar wolframita, quartzo e associados, no município de Jundiá, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.799 — de 16 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Lourenço Alberto Augusto Marquardt a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Ituêta, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.800 — de 16 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Augusto Singulani a pesquisar quartzo e associados, no município de Cabreúva, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.802 — de 16 de agosto de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro José Dinem da Silva, a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Virgolândia, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.807 — de 16 de agosto de 1956.

QUARTZO

— *Autoriza Suprargila Ltda. a pesquisar quartzo e associados no município de Guararema, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 39.876 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arthur de Oliveira Regis a lavrar quartzo e associados no município de Campo Formoso, Estado da Bahia.*

Decreto n. 39.877 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros José Antônio Cardoso e Locmen Guriós a pesquisar quartzo, mica, polícrasita e associados no município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.928 — de 5 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Arlindo Siqueira a pesquisar quartzo no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.985 — de 13 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Carlesimo Dividório a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.986 — de 13 de setembro de 1956.

R**RÁDIO CULTURA DE ARARAQUARA LIMITADA**

Revigora a concessão outorgada pelo Decreto n. 38.590, de 16 de janeiro de 1956.

Decreto n. 39.767 — de 9 de agosto de 1956.

RÁDIO CULTURA DE CUIABÁ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto n. 39.480 — de 28 de junho de 1956.

RÁDIO CULTURA DO PIAUÍ LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura do Piauí Limitada para instalar uma estação rádio-difusora de ondas médias.

Decreto n. 39.624 — de 13 de julho de 1956.

RÁDIOFUSÃO

— *Autorização para estabelecer estações transmissoras — Ver o nome da entidade autorizada.*

RÁDIO DIFUSORA CASA BRANCA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora Casa Branca Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 39.999 — de 17 de setembro de 1956.

RÁDIO DIFUSORA SÃO PAULO SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S. A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.630 — de 19 de julho de 1956.

RÁDIO EXCELSIOR DA BAHIA SOCIEDADE ANÔNIMA

Revigora a concessão outorgada pelo Decreto n. 38.560 de 13 de janeiro de 1956.

Decreto n. 39.645 — de 25 de julho de 1956.

RÁDIO GLOBO S. A.

Concede isenção de direitos de importação e mais taxas aduaneiras para dois transmissores de rádio-difusão, com seus pertences e acessórios, adquiridos pela Rádio Globo Sociedade Anônima.

Lei n. 2.827 — de 18 de julho de 1956.

**RADIO IRACEMA DE FORTALEZA
SOCIEDADE ANÔNIMA**

Altera a cláusula segunda das que baixaram com o Decreto n. 38.972, de 12 de outubro de 1955, que outorgou concessão à Rádio Iracema de Fortaleza S. A., para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 40.001 — de 17 de setembro de 1955.

RADIO VITÓRIA LTDA.

Altera a cláusula segunda das que baixaram com o Decreto n. 38.979, de 12 de outubro de 1955, alterado pelo de n. 38.240, de 10 de novembro seguinte, que outorgou concessão à Rádio Vitória Ltda. para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 39.539 — de 10 de julho de 1956.

REAL MINERAÇÃO LTDA.

Concede à Real Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 39.734 — de 8 de agosto de 1956.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Restabelece junção na Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista, da Rede de Viação Cearense.

Decreto n. 39.329 — de 21 de agosto de 1956.

RÊDE DE VIAÇÃO PARANÁ-SANTA CATARINA

Aprova a Tabela Numérica de Pessoal Mensalista da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto n. 39.449 — de 26 de junho de 1956.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Aprova o Quadro de Pessoal da Rede Mineira de Viação, e dá outras providências.

Decreto n.º 39.570 — de 13 de julho de 1956.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à construção do posto telegráfico entre os quilômetros 555,390 e 555,410, da Linha de Angra dos Reis a Goiandira.

Decreto n. 39.661 — de 28 de julho de 1956.

**REFINAÇÕES DE MILHO,
BRAZIL**

Concede à sociedade anônima Refinações de Milho, Brazil, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.576 — de 13 de julho de 1956.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento da Comissão de Simplificação Burocrática (C. O. S. B.) e das Subcomissões Ministeriais.

Decreto n. 39.605 — de 16 de julho de 1956.

— Aprova o Regimento da Diretoria das Rendas Internas.

Decreto n. 39.964 — de 11 de setembro de 1956.

**REGISTRO DE DIPLOMA DE
ENFERMEIRO**

— Ver:

Enfermeiro.

REGULAMENTOS

Aprova o Regulamento da Medalha Militar.

Decreto n. 39.207 — de 22 de maio de 1956.

— Aprova o Regulamento do Ensino no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Decreto n.º 38.233 — de 10 de novembro de 1955.

— Aprova o Regulamento da Comissão de Promoções de Oficiais do Exército.

Decreto n. 39.345 — de 11 de junho de 1956.

REGULAMENTOS

— *Altera a redação do art. 6.º do Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n. 39.513 — de 4 de julho de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 50 do Regulamento da E. P. C. Ar aprovado pelo Decreto n. 30.976, de 10 de junho de 1952.*

Decreto n.º 39.536, de 10 de julho de 1956.

— *Altera a redação do art. 260, do Regulamento da Escola de Especialista de Aeronáutica.*

Decreto n. 39.537 — de 10 de julho de 1956.

— *Altera os Decretos ns. 34.500 e 34.501, de 9 de novembro de 1953.*

Decreto n. 39.563 — de 12 de julho de 1956.

— *Aprova o Regulamento para a execução da Lei n. 2.556, de 6 de agosto de 1955, que isenta do pagamento de selos e taxas e concede outras facilidades aos operários e trabalhadores para efeito de obtenção de patente de invenção.*

Decreto n. 39.573 — de 13 de julho de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Lei n. 2.597, de 12 de setembro de 1955.*

Decreto n. 39.605-B — de 16 de julho de 1956.

— *Altera a redação do art. 65, n. 2, do Decreto n. 26.960, de 27 de julho de 1949.*

Decreto n. 39.637 — de 25 de julho de 1956.

— *Restabelece os arts. 155 e 156 do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 1.913, de 27 de agosto de 1937.*

Decreto n. 39.777 — de 13 de agosto de 1956.

— *Altera os §§. 60, 61, 62, 63, 64, 65, 105 e 110 do Regulamento para Publicações Militares do Ministério da Guerra, R-150.*

Decreto n. 39.784 — de 14 de agosto de 1956.

REGULAMENTOS

— *Dá nova redação, a letra "b" do art. 23 e art. 25 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 34.999, de 2 de fevereiro de 1954.*

Decreto n. 39.907 — de 5 de setembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 39.962 — de 10 de setembro de 1956.

— *Altera o Regulamento para o Gabinete do Ministro da Marinha.*

Decreto n. 39.963 — de 11 de setembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Diretoria das Rendas Internas.*

Decreto n. 39.964 — de 11 de setembro de 1956.

— *Altera o art. 4.º do Regulamento da Comissão Nacional de Alimentação, aprovado pelo Decreto n. 29.850, de 6 de agosto de 1951.*

Decreto n. 39.971 — de 12 de setembro de 1956.

— *Aprova o regulamento para a fabricação e comércio de vinhos seus derivados e bebidas em geral a que se refere a Lei n.º 2.795, de 12 de junho de 1956.*

Decreto n. 39.976 — de 12 de setembro de 1956.

— *Altera o Regulamento do Serviço Social Rural aprovado pelo Decreto n. 39.319, de 5 de junho de 1956.*

Decreto n. 40.005 — de 20 de setembro de 1956.

— *Dá nova redação do art. 32 do Regulamento aprovado e mandado executar pelo Decreto n. 35.187, de 11 de março de 1954.*

Decreto n. 40.021 — de 25 de setembro de 1956.

RUTILO

— *Declara sem efeito o Decreto número 38.380, de 4 de abril de 1956.*

Decreto n. 39.524 — de 6 de julho de 1956.

RUTILIO

— *Renova o Decreto n. 32.955, de 3 de junho de 1953.*

Decreto n. 39.712 — de 8 de agosto de 1956.

— *Renova o Decreto n. 32.738, de 7 de maio de 1953.*

Decreto n. 39.875 — de 3 de setembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João de Oliveira a pesquisar rutilo, cassiterita e associados no município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.380 — de 3 de setembro de 1956.

— *Declara sem efeito o Decreto número 39.380, de 13 de junho de 1956.*

Decreto n. 39.890 — de 3 de setembro de 1956.

S

S. S. WHITE DENTAL MANUFACTURING COMPANY OF BRAZIL

Concede à sociedade anônima S. S. White Dental Manufacturing Company of Brazil autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.836 — de 21 de agosto de 1956.

SAL

Delimita as áreas bocígenas do Brasil, dispõe sobre o uso do sal iodetado e dá outras providências.

Decreto n. 39.814 — de 17 de agosto de 1956.

SALÁRIO MÍNIMO

Altera a tabela de salário mínimo e dá outras providências.

Decreto n. 39.604-A — de 14 de julho de 1956.

SAMBAQUI

Autoriza o cidadão brasileiro João Pereira Dias a pesquisar sambaqui no município de Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n. 39.756 — de 9 de agosto de 1956.

SEGURO AGRÍCOLA

Dispõe sobre as Reservas Técnicas da Companhia Nacional de Seguro Agrícola e dá outras providências.

Decreto n. 39.664 — de 30 de julho de 1956.

SEGUROS

Modifica o art. 114 do Decreto-lei n.º 483, de 8 de junho de 1938.

Lei n. 2.866 — de 13 de setembro de 1956.

SELOS POSTAIS

Autoriza o Poder Executivo a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selos comemorativos do primeiro centenário da fundação do Colégio Arquidiocesano de São Paulo.

Lei n. 2.881 — de 21 de setembro de 1956.

SENADO FEDERAL

Abre ao Congresso Nacional — Senado Federal e Câmara dos Deputados — os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 357.475,10 e Cr\$ 746.000,00, destinados a atender despesas com o pagamento de seus servidores, e dá outras providências.

— *Abre, ao Poder Legislativo, os créditos: suplementar de Cr\$ 24.920.000,00, sendo Cr\$ 16.520.000,00 à Câmara dos Deputados e Cr\$ 8.400.000,00 ao Senado Federal, em reforço de dotações orçamentárias vigentes; e especial de Cr\$ 27.041,10, para pagamento de diferenças de salário-família e gratificação adicional no período de 1951 a 1955.*

Lei n. 2.882 — de 21 de setembro de 1956.

SCHEELITA

Renova o Decreto n. 35.673 de 16 de junho de 1954.

Decreto n. 39.879 — de 3 de setembro de 1956.

SCHEELITA

— Autoriza o cidadão brasileiro José Leônidas a lavrar scheelita e associados no município de Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n. 39.891 — de 3 de setembro de 1956.

**SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA
A MENORES**

Altera a lotação de repartição atendida pelo Quadro Permanente do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Decreto n. 40.004 — de 20 de setembro de 1956.

**SERVIÇO DE EXPANSÃO DO
TRIGO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.348.000,00 para atender despesas omitidas no Orçamento Geral da União de 1956.

Lei n. 2.878 — de 21 de setembro de 1956.

**SERVIÇOS DE NAVEGAÇÃO DO
AMAZÔNIA**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 102.520.840,00, destinado a saldar os compromissos assumidos pelos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (S. N. A. P. P.), com a renovação de sua frota.

Lei n. 2.865 — de 6 de setembro de 1956.

SERVIÇO DE TAXIS

Dispõe sobre preços a serem cobrados pelos taxis no Distrito Federal.

Decreto n. 39.899 — de 4 de setembro de 1956.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA
UNIÃO**

Altera, sem aumento de despesa, as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Serviço do Patrimônio da União e da Administração do Edifício da Fazenda, ambas do Ministério da Fazenda.

Decreto n. 39.822 — de 21 de agosto de 1956.

**SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA
UNIÃO**

— Recepção de doações, ver:
Doações.

**SERVIÇO SOCIAL CONTRA O
MOÇAMBO**

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 50.000.000,00, Cr\$ 20.000.000,00, Cr\$ 50.000.000,00 e Cr\$ 20.000.000,00 para auxiliar a Cruzada de São Sebastião, do Distrito Federal, o Serviço Social contra o Moçambo, de Recife, a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Prefeitura Municipal de Vitória na melhoria das condições de habitação dos favelados, e das outras providências.

Lei n. 2.875 — de 19 de setembro de 1956.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para a constituição de parte do patrimônio do Serviço Social Rural.

Decreto n. 39.681 — de 3 de agosto de 1956.

— *Prorroga o prazo previsto no parágrafo único, do art. 42, do Regulamento aprovado pelo Decreto número 39.319, de 5 de junho de 1956.*

Decreto n. 39.975 — de 12 de setembro de 1956.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

— *Altera o Regulamento do Serviço Social Rural aprovado pelo Decreto n.º 39.919, de 5-6-1956.*

Decreto n. 40.005 — de 20 de setembro de 1956.

SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA

Dispõe sobre a concessão de auxílio aos municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.

Lei n. 2.814 — de 6 de julho de 1956.

SERVIDORES PÚBLICOS

Dispõe sobre o preenchimento de funções vagas custeadas por dotações globais, e dá outras providências.

Decreto n. 39.533 — de 7 de julho de 1956.

— Dispõe sobre assistência médico-hospitalar a ser prestada nos Estabelecimentos do Serviço de Saúde do Exército aos servidores civis do Ministério da Guerra, contribuintes do IPASE ou dos Montepios civil ou militar.

Decreto n. 40.026 — de 25 de setembro de 1956.

SILIMANITE

Renova o Decreto n. 33.506, de 5 de agosto de 1953.

Decreto n. 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

SOBRETAXAS DE CÂMBIO

Dá nova redação ao art. 2.º do Decreto n. 38.963, de 3 de abril de 1956.

Decreto n. 40.013 — de 20 de setembro de 1956.

SOCIEDADE CONSTRUTORA IMOBILIÁRIA PRAIAS DE PERUIBE LIMITADA

Concede à Sociedade Construtora Imobiliária Praias de Peruipe Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 39.989 — de 13 de setembro de 1956.

SOCIEDADE COOPERATIVA DE CRÉDITO POPULAR UNIÃO BRASILEIRA

Concede autorização para constituição da "Sociedade Cooperativa de Crédito Popular União Brasileira", com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n. 37.913 — de 19 de setembro de 1955.

SOCIEDADE NAVEGAÇÃO "MINUANO" LTDA.

Concede à Sociedade Navegação "Minuano" Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 39.577 — de 13 de julho de 1956.

SOCIEDADE PAULISTA DE MINERAÇÃO "SOMIPAL" LTDA.

Concede à Sociedade Paulista de Minérios "Somipal" Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n. 39.738 — de 8 de agosto de 1956.

SOCIEDADE RADIO CLUBE DE VARGINHA LIMITADA

Outorga concessão à Sociedade Rádio Clube de Varginha Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n. 39.629 — de 19 de julho de 1956.

SOCIÉTÉ DE SUCRERIES BRÉSILIENNES

Concede à sociedade anônima Societé de Sucreries Brésiliennes autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.490 — de 4 de julho de 1956.

SUBVENÇÕES

Concede a inclusão da Escola de Sociologia e Política de São Paulo entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n. 2.834 — de 24 de julho de 1956.

SUBVENÇÕES

— Restabelece subvenções ordinárias omitidas no Orçamento Geral da União para o exercício de 1955 (Lei n. 2.363, de 9 de dezembro de 1954).

Lei n.º 2.849 — de 22 de agosto de 1958.

SUPRESSÃO DE CARGOS

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão a cuja lotação pertenciam.

T**TALCO**

Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Niven Brown a lavar talco no município de Brumado, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.795 — de 16 de agosto de 1956.

TAREFEIRO

— Ver:

Extranumerário.

TAXAS

Dispõe sobre a taxa a que ficam sujeitas as entidades que exploram apostas sobre corridas de cavalos, e dá outras providências.

Lei n. 2.820 — de 10 de julho de 1956.

TAXIS

— Ver:

Serviço de Taxis.

TEATRO

Altera o disposto no art. 10 do Decreto n. 39.423, de 19 de junho de 1956.

Decreto n. 39.922 — de 5 de setembro de 1956.

TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Dispõe sobre apostila de diploma de técnico de contabilidade conferida aos ex-alunos do antigo curso de contador, mediante a prestação de exames de suficiência.

Lei n. 2.811 — de 2 de julho de 1956.

TERRAS DEVOLUTAS

Reserva área de terras devolutas na faixa de fronteira, para a sede do Município de Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Decreto n. 39.501 — de 3 de julho de 1956.

TERRAS DIATOMACEAS

Renova o Decreto n. 33.506, de 5 de agosto de 1953.

Decreto n. 39.715 — de 8 de agosto de 1956.

TERRENO DE MARINHA

Ratifica os Decretos ns. 36.086, 36.087, 36.088 e 36.089, de 19 de agosto de 1954; 33.104, de 20 de agosto de 1954; e 36.103 e 36.110, de 8 de agosto de 1954.

Decreto n. 39.647 — de 28 de julho de 1956.

TERRENO DE MARINHA

Aforamento de — Ver:

Aforamentos.

TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 39.760 — de 9 de agosto de 1956.

— Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 121.800,00, para ocorrer à despesa que especifica.

Decreto n. 39.765 — 9 de agosto de 1956.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Releva a prescrição em que incorreu o direito de Francisco Pereira Verras, servidor do Território Federal do Acre, de pedir aposentadoria.

Lei n. 2.867 — de 13 de setembro de 1956.

THE SIDNEY ROSS COMPANY

Concede à sociedade anônima The Sidney Ross Company autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.791 — de 16 de agosto de 1956.

TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES (T.A.P.) - S.A.R.L.

Concede à "Transportes Aéreos Portugueses (T.A.P.) - S.A.R.L." autorização para funcionar na República.

Decreto n. 38.817 — de 5 de março de 1956.

TRANSPORTES FRIGORÍFICOS

Autoriza a organização da Frigoríficos Nacionais S. A., para a instalação de uma rede de Armazéns e Transportes Frigoríficos.

Lei n. 2.854 — de 28 de agosto de 1956.

TRATADOS

Ratifica o Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e a Bélgica.

Decreto-legislativo n. 26, de 1956.

TRIBUNAL DE CONTAS

Abre ao Tribunal de Contas o crédito especial de Cr\$ 5.445.200,00 para atender ao pagamento do abono especial temporário aos funcionários e extranumerários da Secretaria daquele Tribunal no exercício de 1956.

Lei n. 2.846 — de 13 de agosto de 1956.

— *Ratifica os Decretos ns. 36.086, 36.087, 36.088 e 36.089, de 19 de agosto de 1954; 36.104, de 20 de agosto de 1954; e 36.108 e 36.110, de 8 de agosto de 1954.*

Decreto n. 39.647 — de 28 de julho de 1956.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, e dá outras providências.

Lei n. 2.831 — de 20 de julho de 1956.

TUNGSTÊNIO

Autoriza o cidadão brasileiro Rodolpho Victor Tietzmann a lavrar minério de ouro e tungstênio no município de Brusque, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 39.882 — de 3 de setembro de 1956.

II

ULTRAMAR COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social da Ultramar Companhia Brasileira de Seguros.

Decreto n. 39.441 — de 20 de junho de 1956.

(Retificado em 9 de julho de 1956).

UNIFORMES

— Ver:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

UNITED HIAS SERVICE, INC.

Concede a United Hias Service, Inc., autorização para funcionar no Brasil.

Decreto n. 39.967 — de 13 de setembro de 1956.

UNITED STATES STEEL PRODUCTS COMPANY

Revoga o Decreto que concedeu à sociedade anônima United States Steel Products Company autorização para funcionar na República.

Decreto n. 39.790 — de 16 de agosto de 1956.

UNIVERSIDADES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a Pontifícia Universidade Católica a terminar a construção e instalação da Universidade à rua Marquês de São Vicente, no Distrito Federal, e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, nas obras de ampliação de suas instalações.

Lei n. 2.805 — de 25 de junho de 1956.

UNIVERSIDADES

— *Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura para atender à autonomia das Faculdades de Farmácia e Odontologia das Universidades da Bahia e do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Lei n. 2.809 — de 2 de julho de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a conceder ao professor Manuel Carneiro de Souza Bandeira Filho os proventos e vantagens de professor catedrático da Universidade do Brasil.*

Lei n.º 2.861 — de 4 de setembro de 1956.

— *Concede o auxílio de Cr\$ 1.300.000,00 ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.*

Lei n. 2.876 — de 20 de setembro de 1956.

— *Retifica o Decreto n. 38.680, de 28 de janeiro de 1956, que dispõe sobre a transformação de contratados em mensalistas da Universidade do Brasil, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.770 — de 9 de agosto de 1956.

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Recife, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.772 — de 9 de agosto de 1956.

— *Aprova a Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista das Oficinas "Cristiano Ottoni", da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 39.773 — de 9 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os terrenos contíguos à atual área da Cidade Universitária da Universidade de Minas Gerais.*

Decreto n. 39.778 — de 13 de agosto de 1956.

— *Aprova o Estatuto da Universidade do Paraná.*

Decreto n. 39.824 — de 21 de agosto de 1956.

UNIVERSIDADES

— *Aprova o Quadro Extraordinário de Mensalistas da Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.*

Decreto n. 39.918 — de 5 de setembro de 1956.

— *Ver, também:*

Faculdades, Escolas e Cursos.

UTILIDADE PÚBLICA

— *Declaração de — Ver:*

O nome da entidade.

V

VALE DO SÃO FRANCISCO

Prorroga, por mais 60 dias, o prazo fixado no parágrafo único, do artigo 11, do Decreto n. 38.969, de 4 de abril de 1955, para as Prefeituras Municipais, situadas no Vale do São Francisco, requererem, no corrente exercício, os benefícios do art. 8.º da Lei n. 2.599, de 13 de setembro de 1955.

Decreto n. 39.611 — de 18 de julho de 1956.

VANÁDIO

Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata, vanádio e associados, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.894 — de 3 de setembro de 1956.

VENCIMENTOS

— *Ver:*

Extranumerários, Funcionários Públicos e Militares.

VINHO

Aprova o regulamento para a fabricação e comércio de vinhos e seus derivados e bebidas em geral, a que se refere a Lei n. 2.795, de 12 de junho de 1956.

Decreto n. 39.976 — de 12 de setembro de 1956.

W

W. M. JACKSON, INC.

Concede à sociedade anônima W. M. Jackson, Inc autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 39.491 — de 3 de julho de 1956.

WOLFRAMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Gastão Rosenfeld, a pesquisar wolframita, quartzo e associados, no município de Jundiaí, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.799 — de 16 de agosto de 1956.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza os cidadãos brasileiros Alkindar Monteiro Junqueira, Guilherme Monteiro Junqueira, Newton Ferreira da Silva e Reynaldo Emygdio de Barros a pesquisar calcáreo, argila, xisto argiloso e associados, no município de Guapiára, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.927 — de 5 de setembro de 1956.

Z

ZINCO

Renova o Decreto n. 33.995, de 30 de setembro de 1953.

Decreto n. 39.737 — de 8 de agosto de 1956.

ZINCO

— Autoriza o cidadão brasileiro Raul de Almeida Braga a pesquisar minério de chumbo, zinco, prata, vanádio e associados, no município de Januária, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.894 — de 3 de setembro de 1956.

— Autoriza a Companhia Niquel Tocantins a pesquisar minérios de zinco, cobre, chumbo e associados no município de Vazante, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 39.929 — de 5 de setembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Renato Dias Martins a pesquisar minérios de chumbo e zinco no município de Apiaí, Estado de São Paulo.

Decreto n. 39.983 — de 13 de setembro de 1956.

ZIRCONITA

Autoriza o cidadão brasileiro Mitchell Muci a pesquisar ilmenita, zirconita e associados, no município de Prado, Estado da Bahia.

Decreto n. 39.709 — de 8 de agosto de 1956.

ZONAS INDISPENSÁVEIS À DEFESA DO PAÍS

Aprova o Regulamento da Lei número 2.597, de 12 de setembro de 1955.

Decreto n. 39.605-B — de 16 de julho de 1956.

página original em branco



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

COLEÇÃO DAS LEIS

DE 1956 — VOLUME VII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEIS DE OUTUBRO A DEZEMBRO

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

ÍNDICE

DOS

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

	Págs.		Págs.
44 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Companhia Metropolitana de Construções. — Publicado no D. O. de 3 de outubro de 1956	3	co de Sá. — Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1956. Reproduzido no D. O. de 26 de outubro de 1956	4
45 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Engenharia e Comércio Ltda. — Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1956	3	49 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de transferência que faz a União Federal à firma Torres & Coelho, das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha, desmembrado da área maior, situado na Rua Santana ns. 138 e 138-A, no Distrito Federal. — Publicado no D. O. de 20 de outubro de 1956	5
46 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de acordo celebrado entre o 2.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a firma Usina Monte Alegre S. A. — Publicado no D. O. de 5 de outubro de 1956	4	50 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal e Grassi Giovanni. — Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1956	5
47 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro. — Publicado no D. O. de 13 de outubro de 1956. Reproduzido no D. O. de 26 de outubro de 1956	4	51 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo. — Publicado no D. O. de 26 de outubro de 1956	5
48 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francis-	4	52 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, entre o Brasil e o Peru. — Publicado no D. O. de 31 de outubro de 1956	6

	Págs.		Págs.
53 — Decreto-legislativo de 1956 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Fátio Fontenele. — Publicado no D. O. de 16 de novembro de 1956	10	e o engenheiro Civil Dilton Pinto de Carvalho. Publicado no D. O. de 26 de novembro de 1956	14
54 — Decreto-legislativo de 1956 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Nair Dorothea dos Prazeres. — Publicado no D. O. de 17 de novembro de 1956	11	61 — Decreto-legislativo de 1956 — Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências. — Publicado no D. O. de 23 de novembro de 1956	14
55 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia. Publicado no D.O. de 6 de dezembro de 1956 ..	11	62 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Maria Carmen de Paiva Gomes. — Publicado no D. O. de 13 de dezembro de 1956	15
56 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Onorato Panpaloni. — Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1956	12	63 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de prorrogação do contrato celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e H. Stern. — Publicado no D.O. de 15 de dezembro de 1956 ..	15
57 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Maury Pinto de Oliveira. — Publicado no D. O. de 6 de dezembro de 1956	13	2.887 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 251.024,10 para pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço e de representação e substituições de juizes, vogais e suplentes de juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 4. ^a Região. — Publicada no D.O. de 2 de outubro de 1956. Retificada no D. O. de 8 de outubro de 1956	15
58 — Decreto-legislativo de 1956 — Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro, do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro. — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1956 ..	13	2.888 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 7.460,00 para atender ao pagamento de diárias e salário-família, devidos nos exercícios de 1947 e 1954, a juizes suplentes e funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 4. ^a Região. — Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1956	16
59 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Alfredo Simões. — Publicado no D. O. de 30 de novembro de 1956	13		
60 — Decreto-legislativo de 1956 — Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal			

	Págs.	Págs.
2.889 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Define e pune o crime de genocídio. — Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1956. Retificada no D. O. de 8 de outubro de 1956	16	18
2.890 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Dispõe sobre a isenção tributária da Companhia Hidrelétrica do São Francisco. — Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1956	17	
2.891 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 7.953.472,90 para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquêle Ministério. — Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1956 — Republicado no D. O. de 8 de outubro de 1956	17	19
2.892 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Maria Augusta Cândida. — Publicado no D. O. de 2 de outubro de 1956. — Retificada, no D. O. de 8 de outubro de 1956	17	19
2.893 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, dois pianos e um aparelho de televisão destinados, respectivamente, aos Externatos Nossa Senhora da Assunção, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e Nossa Senhora das Mercês, no Distrito Federal. — Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1956.	18	19
2.894 — Lei de 1 de outubro de 1956 — Concede isenção de impostos ou direitos de importação e afins, de quaisquer tributos e do imposto de consumo relativo a maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios, matérias primas e materiais de qualquer natureza destinados à Companhia Aço Es-		
peciais Itabira (Acesita). — Publicada no D. O. de 2 de outubro de 1956. — Retificada no D. O. de 8 de outubro de 1956.		18
2.895 — Lei de 5 de outubro de 1956. — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 416.712,00 para atender ao pagamento de vencimentos e adicionais, no exercício de 1956, aos advogados de 2. ^a entrância da Justiça Militar, Renato Dardeau de Albuquerque e Alfredo Ribeiro Sacramento. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956 — Retificada no D. O. de 12 de outubro de 1956		19
2.896 — Lei de 5 de outubro de 1956. — Modifica o art. 5. ^o do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto n. ^o 24.427, de 19 de junho de 1954. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956. — Retificada no D. O. de 12 de outubro de 1956.		19
2.897 — Lei de 5 de outubro de 1956 — Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para material doado ao Convento dos Franciscanos de Periperi, no Estado do Piauí, e destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios — Publicada no D. O. de 3 de outubro de 1956 ..		19
2.898 — Lei de 5 de outubro de 1956 — Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956		20
2.899 — Lei de 5 de outubro de 1956 — Provê o pagamento de cooperações financeiras destinadas ao ensino médico. — Publicada no D. O. de 8 de		

	Págs.		Págs.
outubro de 1956. — Retificada no D. O. de 12 de outubro de 1956 — A parte vetada e mantida pelo Congresso Nacional foi publicada no D.O. de 9 de novembro de 1956	20 e 21	2.905 — Lei de 8 de outubro de 1956 — Revalida a autorização contida no art. 11 da Lei n.º 1.956, de 26 de agosto de 1953. — Publicada no D. O. de 11 de outubro de 1956 Retificada no D. O. de 12 de outubro de 1956	25
2.900 — Lei de 5 de outubro de 1956 — Isenta de direito de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, sete volumes contendo objetos, inclusive religiosos, e destinados ao Revmo. Pe. Nicola Pinto. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956.	21	2.906 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Isenta de impostos de importação e taxas aduaneiras um órgão elétrico-pneumático, destinado à Matriz de Santo Afonso de Ligório, no Distrito Federal — Publicada no D. O. de 13 de outubro de 1956	25
2.901 — Lei de 5 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956	21	2.907 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Autoriza a emissão de selos comemorativos do 36.º Congresso Eucarístico Internacional. — Publicado no D.O. de 13 de outubro de 1956	25
2.902 — Lei de 5 de outubro de 1956. — Isenta de direitos de importação imposto de consumo e taxas aduaneiras os materiais importados pela Companhia Metalúrgica Barbará — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956 ...	22	2.908 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a Federação Brasileira de Colégios Notariais na realização do IV Congresso Internacional do Notariado Latino. — Publicada no D.O. de 13 de outubro de 1956	26
2.903 — Lei de 5 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco. — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956	24	2.909 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 13 de outubro de 1956 — Retificada no D.O. de 19 de outubro de 1956	26
2.904 — Lei de 8 de outubro de 1956 — Revigora por 30 dias o prazo concedido no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional) — Publicada no D. O. de 8 de outubro de 1956	24	2.910 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Modifica o Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, no concernente ao serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 13 de outubro de 1956	26
		2.911 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Estende a fiscais de rendas federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de	

	Págs.		Págs.
janeiro de 1951. — Publicada no D.O. de 13 de outubro de 1956 — Retificada no D.O. de 19 de outubro de 1956	28	janeiro de 1946. — Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1956	39
2.912 — Lei de 12 de outubro de 1956 — Concede à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços. — Publicada no D.O. de 13 de outubro de 1956	29	2.917 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento da subvenção devida à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1956	42
2.913 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Retifica a Lei número 2.493, de 21 de maio de 1955 (autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 694.844,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério). — Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1956	38	2.918 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. — Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1956 ..	43
2.914 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90 para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados. — Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1956	39	2.919 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, destinado a indenizar o guarda-civil Ibrahim Generoso da Silva das despesas realizadas com seu tratamento, em consequência de acidente em serviço. — Publicada no D.O. de 18 de outubro de 1956	43
2.915 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Estende aos concursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais o disposto no art. 61 do Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei nº 8.195, de 20 de novembro de 1945. — Publicada no D.O. de 16 de outubro de 1956	39	2.920 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 18 de outubro de 1956	43
2.916 — Lei de 13 de outubro de 1956 — Altera a tabela das taxas, anuidades, multas e contribuições concernentes aos atos da Propriedade Industrial a que se refere o artigo 212 do Decreto-lei número 7.903, de 27 de agosto de 1945 (Código da Propriedade Industrial), alterada pelo Decreto-lei nº 8.935, de 26 de		2.921 — Lei de 21 de outubro de 1956 — Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	44
		2.922 — Lei de 21 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, por ocasião	

	Págs.		Págs.
dos festejos comemorativos de seu jubileu de prata. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	45	cesso de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1956	49
2.923 — Lei de 21 de outubro de 1956 — Revigora o inciso IX, do § 6º, do art. 178, de Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916 (Código Civil). — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	45	2.930 — Lei de 27 de outubro de 1956 — Modifica o artigo 92, da Tabela constante do Decreto nº 32.392, de 9 de março de 1953 (Consolidação das Leis do Imposto do Selo). — Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1956	50
2.924 — Lei de 21 de outubro de 1956 — Modifica o art. 300 do Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	45	2.931 — Lei de 27 de outubro de 1956 — Dispõe sobre o peñhor industrial de veículos automotores, equipamentos para a execução de terraplanagem e pavimentação e de quaisquer viaturas de tração mecânica usadas nos transportes de passageiros e cargas, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 29 de outubro de 1956 ...	59
2.925 — Lei de 21 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para a reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	46	2.932 — Lei de 31 de outubro de 1956 — Torna inalienáveis, durante dez anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal. Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1956	59
2.926 — Lei de 21 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na X Reunião das Altas Partes Contratantes do Acórdo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	46	2.933 — Lei de 31 de outubro de 1956 — Modifica o art. 33 do Código da Justiça Militar. — Publicada no D.O. de 31 de outubro de 1956	60
2.927 — Lei de 23 de outubro de 1956 — Altera o Decreto-lei nº 5.878, de 4 de outubro de 1943, que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento. — Publicada no D.O. de 24 de outubro de 1956	46	2.934 — Lei de 31 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a realização da Sexta Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agropecuária Industrial, na cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1956	60
2.928 — Lei de 23 de outubro de 1956 — Altera a legislação do Imposto de Consumo. Publicada no D.O. de 26 de outubro de 1956	47	2.935 — Lei de 31 de outubro de 1956 — Concede a inclusão da Escola Superior de Agricultura de Lavras entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1956	61
2.929 — Lei de 27 de outubro de 1956 — Disciplina o pro-			

	Págs.		Págs.
2.936 — Lei de 31 de outubro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos Dumont" em todo o território nacional. — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1956	61	crédito especial de Cr\$ 323.012,20 para atender ao pagamento de gratificação de magistério. — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1956. — Retificada no D.O. de 20 de novembro de 1956..	63
2.937 — Lei de 31 de outubro de 1956 — Autoriza a abertura, ao Tribunal de Contas, do crédito suplementar de Cr\$ 600.000,00, em reforço de dotações do orçamento em vigor. — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1956 ..	61	2.943 — Lei de 8 de novembro de 1956 — Modifica a alínea "c" do artigo terceiro do Decreto-lei número nove mil oitocentos e cinqüenta e nove de treze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis. (Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, empréstimos destinados a custear a construção, no País, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro). — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1956	65
2.938 — Lei de 2 de novembro de 1956 — Dispõe sobre os programas de ensino que servirão de base ao concurso de cargos de magistério. — Publicada no D.O. de 3 de novembro de 1956	62	2.944 — Lei de 8 de novembro de 1956 — Dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios. — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1956	66
2.939 — Lei de 8 de novembro de 1956 — Concede pensões especiais às famílias de servidores falecidos em acidente no serviço do Departamento de Munições do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha. — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1956	62	2.945 — Lei de 10 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos ocasionados com o incêndio das obras do Frigorífico de Carreira Comprida, no Município de Santa Luzia. — Publicada no D.O. de 12 de novembro de 1956	68
2.940 — Lei de 8 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00, em reforço de dotação que especifica. — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1956	62	2.946 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 2.650.000,00, destinado à regularização de despesas no exercício de 1954. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1956	68
2.941 — Lei de 8 de novembro de 1956 — Acrescenta parágrafo único ao art 102 do Decreto-lei nº 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma a Lei de Acidentes de Trabalho). — Publicada no D.O. de 10 de novembro de 1956	63		
2.942 — Lei de 8 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o			

	Págs.		Págs.
2.947 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 309.000,00, para atender a despesas com a gratificação de natureza eleitoral, realizadas no exercício de 1954 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Minas Gerais, Piauí e São Paulo. — Publicada no D.O. de 19 de novembro de 1956.	69	cionários de sua Secretaria, nos exercícios de 1948 e 1954. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	71
2.948 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito especial de Cr\$ 906.436,20, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, correspondentes aos exercícios de 1950 a 1954. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	69	2.952 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 791.406,50, para atender a despesas diversas, realizadas no exercício de mil novecentos e cinquenta e cinco, pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Amazonas, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	71
2.949 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo, a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 27.444,30 para ocorrer despesas correspondentes aos exercícios de 1951, 1953 e 1954, com o pagamento de salário-família, gratificação adicional e diferença de vencimentos e atrasados a funcionários daquele Tribunal. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956 — Retificada no D.O. de 23 de novembro de 1956	70	2.953 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956 — Retificada no D.O. de 23 de novembro de 1956	72
2.950 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na cidade Goiânia, Estado de Goiás. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956 ..	71	2.954 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação Paulista de Combate ao Câncer. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956. — Retificada no D.O. de 23 de novembro de 1956	72
2.951 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 13.500,00 para ocorrer ao pagamento de salário-família devido a fun-		2.955 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado a atender às despesas com o reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	73
		2.956 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Majora a subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	73
		2.957 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder	

	Págs.		Págs.
Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00, para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	73	2.963 — Lei de 23 de novembro de 1956 — Dispõe sobre a cessão de um terreno à Prefeitura Municipal de Niterói, de propriedade da União. — Publicada no D.O. de 24 de novembro de 1956	76
2.958 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Cria diversos cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1. ^a Região, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 20 de novembro de 1956	74	2.964 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Denomina "Casa da Criança Dr. Antônio Epaminondas Gouveia", o edificio construído pelo Governo Federal, e onde funciona o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956	77
2.959 — Lei de 17 de novembro de 1956 — Altera o Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo. — Publicada no D.O. de 21 de novembro de 1956	75	2.965 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Município de Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul, para cumprimento do disposto no art. 2º, inciso VII, da Lei n.º 2.661, de 3 de dezembro de 1955. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956.	77
2.960 — Lei de 23 de novembro de 1956 — Modifica o artigo 1º do Decreto-lei n.º 7.199 de 28 de dezembro de 1944, alterado pelo Decreto-lei número 8.005, de 27 de setembro de 1945 (Autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil Central), e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 24 de novembro de 1956	75	2.966 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais à Amarilis de Azevedo Moreira, viúva do major da revolução acreana Leônicio Moreira. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956	77
2.961 — Lei de 23 de novembro de 1956 — Estabelece, no Orçamento, dotação específica para as obras de aproveitamento hidrelétrico do Estreito do rio Uruguai. — Publicada no D.O. de 24 de novembro de 1956	76	2.967 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista Hamilton Barata. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956	78
2.962 — Lei de 23 de novembro de 1956 — Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para a instalação de aparelhagem destinada à votação por processo mecânico. — Publicada no D.O. de 24 de novembro de 1956	76	2.968 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à edificação de muros de proteção e de passagens superiores para pedestres nas linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, no perímetro urbano do Distrito Federal até a estação de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956	78

Págs.	Págs.
2.969 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais do Trabalho da 3. ^a , 4. ^a e 5. ^a Regiões — os créditos especiais de Cr\$ 413.181,00, Cr\$ 142.177,00, Cr\$ 371.916,00 e Cr\$ 102.002,20. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956 78	dos e gasosos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1956 99
2.970 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Modifica o art. 875, "caput", do Código de Processo Civil. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956 — Reproduzida no D.O. de 28 de novembro de 1956 79	2.976 — Lei de 28 de novembro de 1956 — Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da fronteira sudoeste do País. — Publicada no D. O. de 29 de novembro de 1956 111
2.971 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais a Maria Nair Pires Ferreira Póvoa, viúva do Professor Hélio de Menezes Póvoa. — Publicada no D.O. de 27 de novembro de 1956 79	2.977 — Lei de 28 de novembro de 1956 — Reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1956 114
2.972 — Lei de 24 de novembro de 1956 — Revoga o Decreto-lei n° 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio. — Publicada no D. O. de 27 de novembro de 1956 80	2.978 — Lei de 29 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 30 de novembro de 1956 117
2.973 — Lei de 26 de novembro de 1956 — Prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico previstas nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 26 de novembro de 1956.. 80	2.979 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Modifica a denominação da Escola Industrial de Maceió para Escola Industrial Deodoro da Fonseca. — Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1956 117
2.974 — Lei de 26 de novembro de 1956 — Altera disposições do Decreto n° 26.149, de 5 de janeiro de 1949 (Consolidação das Leis do Imposto de Consumo), e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 26 de novembro de 1956 86	2.980 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alina de Carvalho Costa, viúva de Antenor Gonçalves Costa, mestre de Oficina, aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 3 de dezembro de 1956 117
2.975 — Lei de 27 de novembro de 1956 — Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 28 de novembro de 1956 99	2.981 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Concede a Levina Nogueira Arêas, viúva do faroleiro do Ministério da Marinha João Arantes Arêas, falecido em virtude de acidente no trabalho, pensão especial correspondente à remuneração mensal daquele servidor no dia de sua morte. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956 118
	2.982 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Modifica dispositivos da Lei n. 2.550, de 25 de julho de 1955, que altera o

Págs.	Págs.
Código Eleitoral (Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950), e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956	118
2.983 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Revoga a Lei número 1.142, de 20 de junho de 1950, que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário, químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1956	121
2.984 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Inclui a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956 ...	121
2.985 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 Pessoal, do Anexo n. 27, do Orçamento Geral da União, para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. — Publicada no D.O. de 5 de dezembro de 1956 ...	121
2.986 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Concede o auxílio especial de Cr\$ 300.000,00 ao tenente José Natividade Rocha para sua viagem e tratamento. — Publicada no D.O. de 5 de dezembro de 1956 ...	122
2.987 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Altera disposições da Lei n. 2.368, de 9 de dezembro de 1954 — Orçamento da União para 1955. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956	122
2.988 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.870.000,00, para atender às	
despesas decorrentes do cumprimento da segurança impenetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Armando Pereira de Andrade e Carlos Migue Garrido. — Publicada no D.O. de 5 de dezembro de 1956	123
2.980 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Altera a relação nominal e as importâncias a que se refere a Lei n.º 2.589, de 8 de setembro de 1955. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 7 de dezembro de 1956	123
2.990 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Autoriza a doação de um terreno ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão Mineral, no Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956	126
2.991 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00 destinado à compra e pagamento de vagões-tanques e às despesas complementares indispensáveis. — Publicada no D. O. de 5 de novembro de 1956	126
2.992 — Lei de 30 de novembro de 1956 — Autoriza o Ministério da Fazenda a mandar cunhar, na Casa da Moeda, moedas metálicas divisionárias até a importância de Cr\$ 500.000.000,00. — Publicada no D. O. de 5 de dezembro de 1956	127
2.993 — Lei de 6 de dezembro de 1956 — Concede pelo prazo de 30 meses, isenção de direitos adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de material automobilístico que específica, e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 6 de dezembro de 1956	127
2.994 — Lei de 10 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder	

	Págs.		Págs.
Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinada a atender às despesas resultantes de várias obras, serviços e trabalhos de qualquer natureza contratados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1956	128	náutica e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 13 de dezembro de 1956. Retificada no D.O. de 14 de dezembro de 1956	131
2.995 — Lei de 10 de dezembro de 1956 — Prorroga o prazo que restringe as exigências para instruir matrícula aos cursos de enfermagem, nos termos do parágrafo único do art. 5.º da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949. — Publicada no D. O. de 10 de dezembro de 1956	128	3.000 — Lei de 11 de dezembro de 1956 — Dispõe sobre o Fundo Aeronáutico e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1956	135
2.996 — Lei de 10 de dezembro de 1956 — Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957. Publicada no D. O. de 14 de dezembro de 1956	128	3.001 — Lei de 13 de dezembro de 1956 — Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 5.200.000,00 para reforço de dotações orçamentárias vigentes. — Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1956	136
2.997 — Lei de 11 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 pela realização dos XIII Jogos Universitários Brasileiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1956	131	3.002 — Lei de 14 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 340.511.455,00, suplementar à verba que especifica. — Publicada no D. O. de 17 de dezembro de 1956	136
2.998 — Lei de 11 de dezembro de 1956 — Denomina Aeroporto Leite Lopes e Aeroporto Baixo Guandu-Aimorés os atuais aeroportos das cidades de Ribeirão Preto e Baixo Guandu, nos Estados de São Paulo e Espírito Santo. — Publicada no D. O. de 13 de dezembro de 1956	131	3.003 — Lei de 14 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 45.000.000,00, para o fim que especifica. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956	136
2.999 — Lei de 11 de dezembro de 1956 — Fixa os efetivos dos quadros de oficiais aviadores intendentes, médicos, farmacêuticos, especialistas de avião, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo em suprimento técnico de infantaria ou guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aero-		3.004 — Lei de 14 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 1.680.000,00, para atender a despesas de aluguel de imóveis ocupados por órgãos do Ministério. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956	137
		3.005 — Lei de 15 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender despesas com o auxílio extraordinário ao Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional — para liquidação de compromissos inadivélis. — Publicada no D. O. de 18	

	Págs.		Págs.
de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	137	3.011 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 57.996,00, em reforço da Verba 1.0.00, Consignação 1.1.00, Subconsignação 1.1.11, do vigente Orçamento. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956	140
3.006 — Lei de 15 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00, a título de auxílio extraordinário, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor. — Publicada no D.O. de 18 de dezembro de 1956	138	3.012 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00, destinado à aquisição inicial da Vacina Salk e ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	140
3.007 — Lei de 15 de dezembro de 1956 — Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, destinados à Universidade do Ceará. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956	138	3.013 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 370.997.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios no exercício de 1955. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956 ..	140
3.008 — Lei de 15 de dezembro de 1956 — Concede a pensão de Cr\$ 3.000,00 mensais a Angelina de Góis Cabral, viúva do legonário Laurênio Cabral, que fez parte da Força Expedicionária do Acre. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	138	3.014 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	141
3.009 — Lei de 15 de dezembro de 1956 — Abre o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a atender às despesas com a comemoração do centenário da fundação do Município de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	139	3.015 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Estende à Comarca de Nova Lima e à Cidade Industrial a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	141
3.010 — Lei de 15 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar às comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquí e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás. — Publicada no D. O. de 18 de dezembro de 1956	139	3.016 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Mi-	

	Págs.		Págs.
nistério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 220.000,00, para atender, a despesas determinadas pela lei n.º 1.512, de 19 de dezembro de 1951. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	141	Guafrá. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1956	143
3.017 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a auxiliar as despesas com o comparecimento da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	142	3.022 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Modifica a alínea "c" do art. 580 do Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho). — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	143
3.018 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Dispõe sobre a execução do Plano do Carvão Nacional. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	142	3.023 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional da Bahia, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	144
3.019 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para auxílio à realização do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	142	3.024 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados e contraídos pelo Serviço de Navegação da Baía do Prata. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956. Retificado no D. O. de 21 de dezembro de 1956.	148
3.020 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 como auxílio à II Conferência de Peritos em Siderurgia Latino-Americana e Indústrias de Transformação de Aço. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	143	3.025 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.075,80, para atender ao pagamento da hipoteca que grava imóvel, adjudicado a União Federal. — Publicado no D. O. de 19 de dezembro de 1956	148
3.021 — Lei de 17 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50 para reembolso ao Serviço de Navegação da Baía do Prata da diferença, a seu favor, ocorrida na administração dos bens do Distrito de		3.026 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Dispõe sobre a aplicação dos créditos especiais de Cr\$ 177.000.000,00 autorizados pelo art. 5.º da Lei n.º 2.599, de 13 de setembro de 1955, e de Cr\$ 40.000.000,00 referentes aos saldos orçamentários do anexo do São Francisco, no exercício de 1955. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 21 de dezembro de 1956	148
		3.027 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras	

	Págs.		Págs.
Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20, para atender ao pagamento de terreno adquirido pela Rede de Viação Cearense. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	149	3 034 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à Feira Mundial de Nova Iorque, à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes da Colônia e à Exposição Universal e Internacional de Bruxelas. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	160
3 028 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.600.000,00 para ocorrer a despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. 21 de dezembro de 1956	148	3 035 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00, para atender a despesas do exercício findo. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956. Reproduzido no D.O. de 20 de dezembro de 1950	161
3 029 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Dispõe sobre o pessoal das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 21 de dezembro de 1956	149	3 036 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.675.454,00, para construção de novas salas no Palácio Tiradentes e atender a pagamento de obras realizadas durante os meses de maio e junho de 1956, também no Palácio Tiradentes. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	161
3 030 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento da alimentação, quando preparadas pelo próprio empregador. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	150	3 037 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado às obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil. Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	163
3 031 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.100.000,00. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	150	3 038 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Federaliza as Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia e subvenciona a Faculdade de Direito de Sergipe. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956. Retificado no D. O. de 20 de dezembro de 1956	162
3 632 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona. — Publicada no D. O. de 19 de dezembro de 1956	151		
3 033 — Lei de 19 de dezembro de 1956 — Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20. — Publicada no D.O. de 19 de dezembro de 1956. Reproduzido no D. O. de 21 de dezembro de 1956. Retificada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	160		

	Págs.		Págs.
3.039 — Lei de 20 de dezembro de 1956 — Concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do país, para fins de reaparelhamento de material de voo. — Publicada no D.O. de 20 de dezembro de 1956	163	Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para auxiliar as comemorações do 1.º Centenário da elevação do Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, à categoria de cidade, e a realização, naquela ocasião, de uma Exposição Agropecuária - Industrial. — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1956	166
3.040 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Concede o auxílio especial de Cr\$ 2.000.000,00 à Comissão Executiva Pró-Comemoração do Centenário de Alegrete, no Estado do Rio Rio Grande do Sul, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1956	165	3.045 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Mandar reverter às fileiras do Exército o ex-primeiro tenente Dinarte Silveira. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956	166
2.041 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando os Estados de São Paulo e Mato Grosso, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 21 de dezembro de 1956	165	3.046 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 destinado à construção da estação ferroviária comum às Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956	167
3.042 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 720.000,00 em reforço do Orçamento vigente, subanexo 4.16 — Título 20.01, Serviço de Assistência a Menores sendo Cr\$ 500.000,00, para assistência a menores realizada pela Sociedade Pestalozzi do Brasil. — Publicada no D.O. de 21 de dezembro de 1956	165	3.047 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, destinados às construções e reconstrução de estações da Estrada de Ferro Leopoldina e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nas cidades de Castelo, Lins e Itaperuna, nos Estados do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro. — Publicada no D. D. de 22 de dezembro de 1956	167
3.043 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 38.033.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1956, ex-vi do artigo 15, § 4.º, da Constituição Federal. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956. Retificada no D.O. de 26 de dezembro de 1956	166	3.048 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências. — Publicada no D.O. de 22 de dezembro de 1956	169
3.044 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder		3.049 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de con-	

	Págs.		Págs.
sumo para o material importado e a importar pelo Instituto Sul-Riograndense de Carnes, necessário a construção e funcionamento do matadouro e fábrica de produtos de carnes e derivados, denominados "Frigorífico - Charqueada de Tupanciretã", na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956	170	3.054 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 3.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar às Prefeituras Municipais de Serra, no Estado do Espírito Santo, e de Picuí, no Estado da Paraíba, nos festejos comemorativos do IV e I centenários daquelas cidades. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	198
3.050 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Equipara a função de administrador das Estradas de Ferro Leopoldina, Santos a Jundiá e Ilhéus, quando exercida por funcionário público nomeado pelo Presidente da República, aos cargos em comissão de que trata o Art. 180 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956	179	3.055 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio 1954-1958. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	198
3.051 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.564.467,00, destinado ao pagamento de servidores do Departamento de Produção do Território do Acre. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956	171	3.056 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar as despesas com a realização da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	207
3.052 — Lei de 21 de dezembro de 1956 — Retifica, sem ônus a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, a qual estima e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1956. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956. — Retificada no D. O. de 28 de dezembro de 1956	171	3.057 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado às despesas com o aperfeiçoamento e à inspeção dos serviços fazendários ... (vetado). — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956 ..	207
3.053 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Prorroga, até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença prévia a que se refere a Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 22 de dezembro de 1956. — Retificada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	198	3.058 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	207
		3.059 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00	

Págs.		Págs.
	para a conclusão das obras do Hospital dos Radialistas e aquisição do respectivo equipamento. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	208
3.060	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará o crédito especial de Cr\$ 76.993,00 para ocorrer às despesas de gratificações adicionais a funcionários de sua secretaria e de gratificações de natureza eleitoral a juiz e auxiliares de cartório. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	208
3.061	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	209
3.062	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	209
3.063	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Assegura os benefícios da Lei n.º 948, de 3 de dezembro de 1949, aos maquinários que vierem a ser desmbaraçados mesmo depois de extinto o prazo de que trata o art. 1.º daquela lei. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	210
3.064	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para obras e equipamentos necessários ao funcionamento do Centro Pan-americano de Febre Aftosa. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	210
3.065	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Estende aos aprendizes-marinheiros os benefícios contidos no Capítulo III (Reforma) da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	210
3.066	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílios aos Colégios da Imaculada Conceição, no Distrito Federal, e Santa Rita, no Estado da Paraíba. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956 ..	211
3.067	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Promove ao posto ou graduação imediatos os militares incapacitados, definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	211
3.068	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Concede a pensão especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), mensais a Francisca Silveira Martins. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	211
3.069	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Concede os auxílios especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 ao Colégio Adventista Brasileiro e ao Colégio Salesiano N. S. do Carmo, sediados em Santo Amaro e Belém, nos Estados de São Paulo e Pará. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	212
3.070	— Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), para auxílio à II Exposição Municipal de Suínos no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina. — Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1956	212

Págs.	Págs.
3.071 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 764.919,50, para atender ao pagamento do débito da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovários e de Serviços Públicos dos Estados da Bahia e de Sergipe. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	212
3.072 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxílio à Exposição Agro-Industrial de Lajes, na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	213
3.073 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponte Grossa. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	213
3.074 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Isenta do imposto de consumo, direitos alfandegários e mais taxas aduaneiras um piano forte de cauda, adquirido pelo Ginásio de Santa Cruz, de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. — Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1956	213
3.075 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com a realização do 1.º Congresso Médico Brasileiro, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	214
3.076 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Define a aplicação do art. 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952. Publicado no D. O. de 26 de dezembro de 1956	214
3.077 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Autoriza o Governo Federal a incorporar ao Patrimônio da União a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956 ..	214
3.078 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Modifica disposições da Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	215
3.079 — Lei de 27 de dezembro de 1956 — Cria Caixas Econômicas Federais nos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	215
3.080 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, os materiais, um grupo motor-nivelador e um caminhão importados pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará, para reforma e ampliação de sua hidroelétrica, e pelas Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Vicência, no Estado de Pernambuco, para construção e conservação de rodovias municipais. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	216
3.081 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	222
3.082 — Lei de 22 de dezembro de 1956 — Concede à Associação Baiana de Imprensa e à Associação Cearense de Imprensa o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 para cada uma, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 26 de dezembro de 1956	223
3.083 — Lei de 28 de dezembro de 1956 — Provê sobre o pa-	

	Págs.		Págs.
gamento de subvenções, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 28 de dezembro de 1956	223	3.088 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura e Viação e Obras Públicas, os créditos especiais, respectivamente de Cr\$ 330.000,00 e Cr\$ 100.000,00 como auxílio a realização do VI Congresso Odontológico Brasileiro e I Congresso de Mecânica do Solo. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956 ...	231
3.034 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Revigora com alterações, a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo. — Publicada no D. O. de 29 de dezembro de 1956	224	3.089 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Concede as subvenções anuais de Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 500.000,00 à Academia Brasileira de Ciências e ao Instituto do Nordeste. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956	232
3.085 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Prorroga a lei do inquilinato, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956	226	3.090 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Concede isenção de direitos de importação para um órgão, dois tonecabinets e um motor-gerador, destinados aos Padres Franciscanos sediados na cidade de Pires do Rio, no Estado de Goiás. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956	232
3.386 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$.. 2.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos primeiros centenários de elevação de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, e Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidades. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956 ..	228	3.091 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras para mercadorias importadas pela empresa Frigoríficos Minas Gerais S. A. (Frimisa). — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956	233
3.087 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Retifica, sem ônus a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1956. — Publicada no D. O. de 31 de dezembro de 1956	228	3.092 — Lei de 29 de dezembro de 1956 — Cria a Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. — Publicada no D. O. de 2 de janeiro de 1957	233

ÍNDICE DO APENSO

2.862 — Lei de 4 de setembro de 1956 — Dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei número 2.862, de 4 de setembro de 1956. — Publicada no D. O. de 5 de outubro de 1956.	— (A Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956 foi publicada no D. O. de 5 de setembro de 1956)	237
EMENTÁRIO		
Leis e decretos publicados nos Volumes VII e VIII de 1956, desta coleção, classificados em ordem alfabética dos assuntos		239

Figuram neste volume os decretos legislativos e as leis que, expedidos no quarto trimestre de 1956, foram publicados no «Diário Oficial» até o segundo dia útil do trimestre seguinte.

As datas de publicação, retificação ou reprodução estão indicadas no índice.

página original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N.º 44, DE 1956

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Companhia Metropolitana de Construções

Art. 1.º E' aprovado o contrato celebrado a 23 de junho de 1955, entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Companhia Metropolitana de Construções, para construção de uma ponte sobre o rio Paranaíba, da ligação ferroviária Catiara-Patos de Minas, no Estado de Mins Gerais, e ao qual o Tribunal de Contas recusara registro, em sessão realizada a 14 de outubro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de outubro de 1956.

APOLONIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal, no
exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 45, de 1956

Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Engenharia e Comércio Ltda.

Art. 1.º — E' aprovado o termo de ajuste celebrado a 30 de Dezembro de 1950, entre o Departamento de Correios e Telégrafos e a firma Engenharia e Comércio Ltda., para construção de um prédio destinado à Agência Postal Telegráfica de Campinas, Estado de Goiás.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 4 de Outubro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 46, DE 1956

Aprova o termo de acôrdo celebrado entre o 2.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a firma Usina Monte Alegre S.A.

Art. 1.º É aprovado o termo de acôrdo celebrado a 24 de setembro de 1954, entre o Segundo Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a firma Usina Monte Alegre S.A. representada pelo seu Diretor Gerente Manoel Fernandes de Lima, para a construção do açude Fernandes de Lima, em Mamanguape, Estado da Paraíba, ao qual o Tribunal de Contas recusara registro, em sessão realizada a 30 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de outubro de 1956. — APOLÔNIO SALLES, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 47, DE 1956

Aprova convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro

Art. 1.º É aprovado o convênio firmado a 16 de setembro de 1955, entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, para execução das obras de regularização de regime de derivação das águas de rios, relacionadas com o plano de eletrificação daquele Estado, e cujo registro fôra denegado pelo Tribunal de Contas em sessão realizada a 14 de outubro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1956

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 48, DE 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francisco Sá

Art. 1.º É aprovado o termo de contrato celebrado a 14 de julho de 1955, entre o Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francisco Sá, Estado de Minas Gerais, para aplicação da subvenção extraordinária correspondente ao exercício de 1955, e cujo registro fôra denegado pelo Tribunal de Contas em sessão realizada a 30 de dezembro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de outubro de 1956

APOLÔNIO SALLES,

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO — N.º 49, DE 1956

Aprova o termo de transferência que faz a União Federal à firma Torres & Coelho, das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha desmembrado da área maior, situado na Rua Santana ns. 138 e 138-A, no Distrito Federal.

Art. 1.º É aprovado o termo, assinado a 3 de setembro de 1954, da transferência outorgada pela União Federal à firma Torres e Coelho das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha desmembrado da área maior, situado na Rua Santana ns. 138 e 138-A, no Distrito Federal, e ao qual o Tribunal de Contas recusara registro em sessão realizada a 3 de janeiro de 1955.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 5 de outubro de 1956. — APOLÔNIO SALLES, Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 50, DE 1956

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal e Grassi Giovanni.

Art. 1.º — É aprovado o termo de 12 de Maio de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 31 de Janeiro do mesmo ano, entre o Governo Federal e Grassi Giovanni, para desempenho da função de Técnico em Ótica, na Fábrica de Artilharia da Marinha.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de Outubro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 51, DE 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo.

Art. 1.º — É aprovado o termo de contrato celebrado a 4 de Setembro de 1953, entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo, relativo à locação de dependências do imóvel sito à rua Tenente Coronel Cardoso n.º 422, naquela cidade, para instalação de serviço da citada Repartição.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 24 de Outubro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 52, DE 1956

Aprova o texto do Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares, entre o Brasil e o Peru.

Art. 1.º É aprovado o texto do Acôrdio sobre Transportes Aéreos Regulares entre o Brasil e o Peru, firmado no Rio de Janeiro a 28 de agosto de 1953.

Art. 2.º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1956.

APOLONIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência.

ACÔRDO SOBRE TRANSPORTES AERÉOS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A REPÚBLICA PERUANA.

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República Peruana, considerando:

— que é conveniente favorecer o desenvolvimento da aviação comercial entre ambos os países, com o fim de estreitar suas ligações e aumentar cada vez mais seu intercâmbio;

— que é necessário organizar, por forma segura e ordenada os serviços aéreos internacionais regulares, sem prejuízo dos interesses nacionais, tendo em vista o desenvolvimento da cooperação internacional no campo dos transportes aéreos;

— que é aspiração de ambos chegar a um convênio geral multilateral que venha a reger todas as nações em matéria de transporte aéreo internacional;

— que, enquanto não fôr celebrado esse convênio geral multilateral, de que ambos sejam partes, torna-se necessária a conclusão de um Acôrdio destinado a assegurar comunicações aéreas regulares entre os dois países nos termos da Convenção sobre Aviação Civil Internacional concluída em Chicago aos 7 dias de dezembro de 1944;

Decidiram celebrar o presente Acôrdio sobre Transportes Aéreos e com

este objetivo nomearam seus Plenipotenciários a saber:

Sua Excelência o Senhor Doutor Getúlio Dornelles Vargas, Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, os Excelentíssimos Senhores Vicente Ráo, Ministro de Estado das Relações Exteriores e Brigadeiro Nero Moura, Ministro de Estado dos Negócios da Aeronáutica.

Sua Excelência o Senhor General D. Manuel A. Odria, Presidente da República do Peru, o Excelentíssimo Senhor Ricardo Rivera Schreiber, Ministro de Estado das Relações Exteriores;

Os quais, após haverem exibido reciprocamente os seus Plenos Poderes achados em boa e devida forma, convierem no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes concedem-se reciprocamente os direitos especificados no presente Acôrdio e seu Anexo, a fim de que se estabeleçam os serviços aéreos internacionais regulares nêles descritos, e doravante, referidos como "serviços convencionados".

ARTIGO II

1. Qualquer dos serviços convencionados poderá ser iniciado, uma vez ratificado o presente Acôrdio, pela Parte Contratante, à qual os direitos são concedidos desde que:

a) A Parte Contratante à qual os mesmos tenham sido concedidos haja designado uma empresa ou empresas aéreas de sua nacionalidade para a rota ou rotas especificadas;

b) A Parte Contratante que concede os direitos tenha dado a necessária licença de funcionamento à empresa ou empresas aéreas em questão, o que fará sem demora, observadas as disposições do parágrafo n.º 2 deste artigo e as do artigo IV.

2. As empresas aéreas designadas poderão ser chamadas a provar, perante as autoridades aeronáuticas da Parte Contratante que concede os direitos que se encontram em condições de satisfazer os requisitos prescritos pelas leis e regulamentos, normalmente aplicados por essas autoridades em serviços internacionais semi-aéreos comerciais.

ARTIGO III

Com o fim de evitar práticas discriminatórias e de respeitar o princípio de igualdade de tratamento.

1. As taxas que uma das Partes Contratantes imponha ou permita que sejam impostas à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante para uso de aeroportos e outras facilidades não serão superiores as pagas pelo uso de tais aeroportos e facilidades por aeronaves de sua bandeira empregadas em serviços internacionais semelhantes.

2. Os combustíveis, óleos lubrificantes e sobressalentes introduzidos no território de uma Parte Contratante ou postos a bordo de aeronaves da outra Parte Contratante nesse território, quer directamente por uma empresa aérea por esta designada, quer por conta de tal empresa destinados unicamente ao uso de suas aeronaves, gozarão do tratamento dado às empresas nacionais ou às empresas da nação mais favorecida, no que respeita a direitos aduaneiros, taxas de inspecção ou outros direitos e encargos nacionais.

3. As aeronaves de uma das Partes Contratantes utilizadas na exploração dos serviços convencionados e os combustíveis, óleos lubrificantes e sobressalentes, equipamento normal e provisões de bordo, enquanto em tais aeronaves, gozarão de isenção de direitos aduaneiros, taxas de inspecção e direitos ou taxas semelhantes no território da outra Parte Contratante, mesmo que venham a ser utilizados pelas aeronaves em voo naquele território.

ARTIGO IV

As Partes Contratantes reservam-se a faculdade de negar uma licença de funcionamento à uma empresa aérea designada pela outra Parte Contratante ou de revogar tal licença quando não julgarem suficientemente caracterizado que 51% no mínimo, da propriedade e o controle efetivo da referida empresa em mãos de nacionais da outra Parte Contratante ou em caso de inobservância, por essa empresa aérea, das leis e regulamentos referidos no artigo 13 da citada Convenção sobre Aviação Civil Internacional, ou das condições sob as quais os direitos forem concedidos em conformidade com este Acôrdo e seu Anexo, ou ainda

quando as aeronaves postas em tráfego não sejam tripuladas por naturais da outra Parte Contratante de pessoal navegante, por um máximo de três meses.

ARTIGO V

Caso qualquer das Partes Contratantes deseje modificar os termos do Anexo ao presente Acôrdo ou usar da faculdade prevista no artigo IV precedente poderá, promover consulta entre as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes, devendo tal consulta ser iniciada dentro do prazo de sessenta (60) dias a contar da data da notificação respectiva.

Quando as referidas autoridades concordarem em modificar o Anexo tais modificações entrarão em vigor depois de confirmadas por troca de notas por via diplomática.

ARTIGO VI

As divergências entre as Partes Contratantes, relativas à interpretação ou aplicação do presente Acôrdo ou de seu Anexo, que não estiverem sujeitas as normas prescritas no capítulo XVIII da citada Convenção sobre Aviação Civil Internacional, e não puderem ser resolvidas por meio de consulta, deverão ser submetidas a um Juízo Arbitral.

ARTIGO VII

Qualquer das Partes Contratantes pode, a todo o tempo, notificar a outra de seu desejo de rescindir este Acôrdo. A notificação será simultaneamente comunicada à Organização de Aviação Civil Internacional. feita a notificação, este Acôrdo deixará de vigorar seis (6) meses depois da data de seu recebimento pela outra Parte Contratante, salvo se for retirada por acôrdo antes de expirar aquêlê prazo. Se não for acusado o recebimento da notificação pela Parte Contratante a quem foi dirigida, entender-se-á recebida quatorze (14) dias depois de o ter sido pela Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO VIII

Ao entrar em vigor uma convenção multilateral que tiver sido ratificada pelas duas Partes Contratantes, o presente Acôrdo e seu Anexo ficarão sujeitos às modificações decorrentes dessa convenção multilateral.

ARTIGO IX

O presente Acôrdo substitui quaisquer licenças, privilégios ou concessões porventura existentes ao tempo da sua ratificação, outorgados a qualquer título por uma das Partes Contratantes em favor de empresas aéreas da outra Parte Contratante.

ARTIGO X

O presente Acôrdo, e todos os contratos relativos ao mesmo, serão registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XI

Para o fim de aplicação do presente Acôrdo com o seu Anexo:

a) A expressão "autoridades aeronáuticas" significará, no caso dos Estados Unidos do Brasil, o Ministro da Aeronáutica e no caso da República do Peru, o Ministro da Aeronáutica, ou em ambos os casos qualquer pessoa ou órgão que esteja autorizado a exercer as funções pelos mesmos exercidas;

b) A expressão "empresa aérea designada" significará qualquer empresa que uma das Partes Contratantes houver escolhido para explorar os serviços convencionados e a cujo respeito houver sido feita uma comunicação por escrito, às autoridades aeronáuticas competentes da outra Parte Contratante segundo o disposto no artigo II do presente Acôrdo;

c) O conceito de "serviço aéreo internacional regular" e o de serviço internacional executado por empresas aéreas designadas, com frequência uniforme e segundo horários e rotas preestabelecidas e aprovadas pelas Partes Contratantes.

ARTIGO XII

O presente Acôrdo será ratificado em conformidade com as disposições constitucionais de cada Parte Contratante e entrará em vigor a partir do dia da troca das ratificações, o que deverá ter lugar o mais breve possível.

Ambas as Altas Partes Contratantes procurarão tornar efetivas as disposições do presente Acôrdo, no limite de suas atribuições administrativas, trinta (30) dias após a data de sua assinatura.

Em fé do que os Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presen-

te Acôrdo, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e espanhola, ambos igualmente autênticos e lھے apõem os seus respectivos selos.

Feito na cidade do Rio de Janeiro, aos vinte oito dias do mês de agosto de mil novecentos e cinquenta e três.
— *Vicente Rdo.* — *Nero Moura.* —
Ricardo Rivera Schreiber.

ANEXO

I

O Governo da República dos Estados Unidos do Brasil concede ao Governo da República Peruana o direito de explorar por intermédio de uma ou mais empresas aéreas por este designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro II anexo.

II

O Governo da República Peruana concede ao Governo da República dos Estados Unidos do Brasil o direito de explorar, por intermédio de uma ou mais empresas aéreas por este designadas, serviços aéreos nas rotas especificadas no Quadro I anexo.

III

A empresa ou empresas de transportes aéreos, designados pelas Partes Contratantes nos termos do Acôrdo e do presente Anexo, gozarão no território da Outra Parte Contratante, em cada uma das rotas descritas nos Quadros anexos, do direito de trânsito e de pousar para fins não comerciais nos aeroportos abertos ao tráfego internacional bem como do direito de embarcar ou desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga e malas postais nos pontos enumerados nos referidos Quadros, sob as condições reguladoras da Seção IV.

IV

a) A capacidade de transporte oferecida pelas empresas aéreas das duas Partes Contratantes deverá manter uma estreita relação com a procura do tráfego;

b) um tratamento justo e equitativo deverá ser assegurado às empresas aéreas designadas das duas Partes Contratantes para que possam gozar de igual oportunidade na exploração dos serviços convencionados;

c) as empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes deverão

tomar em consideração, quando explorarem rotas ou seções comuns duma rota, os seus interesses mútuos a fim de não afetarem indevidamente os respectivos serviços;

d) os serviços convencionados terão por objetivo principal oferecer uma capacidade adequada à procura de tráfico entre o país a que pertence a empresa e o país a que se destina o tráfico;

e) o direito de uma empresa aérea designada, de embarcar e desembarcar nos pontos e rotas especificadas, tráfico internacional com destino a ou proveniente de terceiros países será exercido em conformidade com os princípios gerais de desenvolvimento ordenado do transporte aéreo aceitos pelas duas Partes Contratantes, de modo que a capacidade seja adaptada:

1. À procura de tráfico entre o país de origem e os países de destino.

2. As exigências de uma exploração económica dos serviços considerados, e

3. À procura de tráfico existente nas regiões atravessadas, respeitados os interesses dos serviços locais e regionais.

V

As consultas previstas no Artigo VI do Acordo poderão especialmente realizar-se a pedido de uma das Partes Contratantes a fim de que sejam examinadas, às quais os princípios enumerados na Seção IV supra devem ser aplicados e, particularmente, para evitar que uma parte do tráfico seja desviada em prejuízo de uma das empresas aéreas designadas entendendo que não terão elas efeito suspensivo das medidas que qualquer das Partes Contratantes vier a tomar, com tal objetivo.

VI

a) As tarifas fixar-se-ão a níveis razoáveis, tomados em consideração todos os fatores relevantes e, em particular o custo de exploração, lucros razoáveis, tarifas cobradas pelas outras empresas e as características de cada uma das Partes Contratantes, entre pontos no território peruano e pontos no território brasileiro, mencionados nos Quadros anexos deverão ser submetidas à aprovação prévia das

autoridades aeronáuticas, para que entrem em vigor. A tarifa proposta deverá ser apresentada trinta (30) dias, no mínimo, antes da data prevista para a sua vigência, podendo esse período ser reduzido, em casos especiais, se assim for acordado pelas referidas autoridades aeronáuticas;

b) as empresas das Partes Contratantes entender-se-ão sobre as tarifas para passageiros e carga a aplicar nas seções comuns de suas linhas, com conhecimento das respectivas autoridades aeronáuticas após consulta, se for caso disso às empresas de terceiros países que explorem os mesmos percursos, no todo ou em parte;

c) as recomendações da Associação Internacional de Transportes Aéreos (I.A.T.A.) serão tomadas em consideração para a fixação das tarifas;

d) no caso de não poderem as empresas chegar a acordo sobre as tarifas a fixar, as autoridades aeronáuticas competentes das duas Partes Contratantes esforçar-se-ão por chegar a solução satisfatória.

Em último caso, proceder-se-á em conformidade com o disposto no artigo IV do Acordo.

VII

Quaisquer modificações das rotas aéreas mencionadas nos Quadros anexos, excetuadas as que alterarem os pontos servidos no território da outra Parte Contratante não serão consideradas como alteração do Anexo. As autoridades aeronáuticas de cada uma das Partes Contratantes poderão por conseguinte proceder unilateralmente a uma tal modificação, desde que sejam disto notificadas, sem demora, as autoridades aeronáuticas da outra Parte Contratante.

Se estas últimas autoridades considerarem os princípios enunciados na Seção IV do presente Anexo julgarem os interesses de suas empresas aéreas nacionais prejudicados pelas empresas da outra Parte Contratante, por já estar assegurado o tráfego entre o seu próprio território e a nova escala em terceiro país, as autoridades aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes consultar-se-ão a fim de chegar a um acordo satisfatório.

VIII

Depois de entrar em vigor o presente Acôrdo, as autoridades aeronáuticas das duas Partes Contratantes deverão comunicar uma à outra, tão cedo quanto possível, as informações concernentes às autorizações dadas às respectivas empresas aéreas designadas para explorar os serviços convencionados ou parte dos referidos serviços. Essa troca de informações incluirá especialmente cópia das autorizações concedidas, acompanhadas de eventuais modificações assim como dos respectivos anexos. — *Ricardo Rivera Schreiber*. — *Vicente Ráo*. — *Nero Moura*.

QUADRO I

ROTAS BRASILEIRAS PARA O PERU E ATRAVÉS DO TERRITÓRIO PERUANO

A) Rotas brasileiras com destino ao território do Peru;

1 — Do Brasil, via pontos intermediários na Bolívia, para Lima, em ambos os sentidos.

2 — Do Brasil para Iquitos e Lima, em ambos os sentidos.

B) Rotas brasileiras através do território do Peru:

1 — Do Brasil, via território boliviano, para Lima e além para terceiros países, segundo rotas razoavelmente diretas em ambos os sentidos.

2 — Do Brasil para Iquitos e pontos além em terceiros países, segundo rotas razoavelmente diretas em ambos os sentidos.

QUADRO II

ROTAS DO PERU PARA O BRASIL E ATRAVÉS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A) Rotas peruanas com destino ao território brasileiro:

1 — Do Peru, via pontos intermediários na Bolívia, para Campo Grande, São Paulo e Rio de Janeiro, em ambos os sentidos.

2 — Do Peru, via Tabatinga, para Manaus e Belém, em ambos os sentidos.

B) Rotas através do território brasileiro:

Pontos terminais estabelecidos nas rotas acima para quaisquer outros pontos e além para terceiros países, em ambos os sentidos, segundo rotas razoavelmente diretas.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 53, de 1956

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Fábio Fontenele.

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 3 de Maio de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 1.º de Janeiro de 1954 entre o Governo do Território Federal do Acre e Fábio Fontenele para desempenho da função de Auxiliar Técnico no Departamento de Administração daquele Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de Novembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 54, de 1956

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Nair Dorothea dos Prazeres.

Art. 1.º — É mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 3 de Maio de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 1 de Janeiro de 1954, entre o Governo do Território Federal do Acre e Nair Dorothea dos Prazeres, para desempenho da função de Parteira Pratica, na Maternidade e Clínica de Mulheres "Barbara Heliodora" naquele Território.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de Novembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 55, DE 1956

Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Art. 1.º É aprovado o Convênio firmado a 10 de agosto de 1955, entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia, para execução das obras de regularização do regime e derivação de águas dos rios, relacionadas com o plano de eletrificação do Estado e ao qual o Tribunal de Contas denegara registro em sessão realizada a 16 de setembro do mesmo ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de novembro de 1956.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no
exercício da Presidência

Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia, para execução de obras de regularização de regime e derivação de águas de rios, relacionada com o plano de eletrificação do Estado.

Aos dez dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e cinquenta e cinco, presentes no Ministério da Viação e Obras Públicas o Senhor Doutor Octavio Marcondes Ferraz, Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, representando o Governo Federal, e o Senhor Doutor Antônio Balbino de Carvalho Filho, Governador do Estado da Bahia, representando o mesmo Estado, declaram ambos, de conformidade com o disposto na Lei número dois mil e quarenta e cinco de vinte e três de outubro de mil novecentos e cinquenta e três, publicada no *Diário Oficial* de trinta do mesmo mês, ajustar o presente convênio para a execução de obras de regularização de regime e derivação de águas de rios, relacionadas com o plano de eletrificação do Estado da Bahia, nos termos das cláusulas e condições seguintes: — PRIMEIRA: As obras a executar deverão constar de projetos previamente aprovados pelo Governo Federal na ordem que

mais interessar ao plano de electrificação do Estado da Bahia. — SEGUNDA: Fica o Estado da Bahia obrigado a fornecer ao Ministério da Viação e Obras Públicas os projetos de que trata este convênio. — TERCEIRA: Uma vez entregues os projetos ao Ministério da Viação e Obras Públicas, qualquer alteração de iniciativa do Estado da Bahia só será possível se aprovada pelo Ministério; este, porém, como executante das obras poderá introduzir-lhes livremente alterações de ordem estrutural, sem modificar suas características hidráulicas, que só poderão alterar-se com aquiescência do Estado da Bahia, como autor do plano de electrificação. — QUARTA: O Governo Federal dispenderá com os trabalhos objeto do presente convênio e com os equipamentos necessários à sua execução, durante os próximos cinco anos, a partir de mil novecentos e cinquenta e seis, as importâncias que forem consignadas em lei. — QUINTA: As obras de que trata o presente convênio serão executadas pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento. — SEXTA: As obras que o Departamento Nacional de Obras de Saneamento já tiver iniciado, relacionadas com o plano de electrificação do Estado da Bahia poderão ser incluídas nos termos, do presente convênio, ressalvados os direitos de terceiros. — SETIMA: Todas as obras acabadas passarão imediatamente ao uso e conservação do Estado da Bahia, não podendo ser computado, em qualquer hipótese, o valor das mesmas no estabelecimento de tarifas de serviços de utilidade pública. — OITAVA: O Governo do Estado da Bahia compromete-se a concorrer com importância mínima anual igual à que for consignada pela União para a execução do presente convênio. A importância com que o Estado da Bahia concorrer será aplicada em máquinas motrizes, sub-estações elevadoras e transformadoras, equipamentos electromecânicos, edificios de usinas, materiais para linhas de transmissão e redes de distribuição eléctrica, no mesmo plano de electrificação aprovado pelo Governo Federal durante o prazo de vigência deste convênio. — NONA: O presente convênio entrará em vigor na data de seu registro no Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma se, por aquêle Instituto, for denegado registro. E, por assim haverem acordado, mandou o Senhor Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas lavrar o presente convênio, que, depois de lido e achado conforme, assina com o supracitado Governador do Estado da Bahia e com as testemunhas Almira Teixeira Pacobayba — Oficial Administrativo — Classe "I" — Sergio Machado Rolim — Escriturário — Classe "E" — ambos do Quadro Um — Departamento de Administração — Divisão de Orcamento d'este Ministério, e comigo — Aurora Paiva — Escrevente Dactilographa do mesmo Quadro — Departamento — Divisão e Ministério que e o escrevi. — Rio de Janeiro, dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco. — Octávio Marcondes Ferraz. — Antônio Baibino de Carvalho Filho. — Almira Teixeira Pacobayba. — Sergio Machado Rolim. — Aurora Paiva.

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 56, de 1956

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Onorato Pampaloni.

Art. 1.º — É aprovado o termo de 10 de maio de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 9 de Dezembro de 1954, entre o Ministério da Marinha e Onorato Pampaloni, para desempenho da função de Técnico em Motores, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, e ao qual o Tribunal de Contas denegara registro em sessão realizada a 26 de Julho de 1955.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de Novembro de 1956

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 57, de 1956.

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Maury Pinto de Oliveira.

Art. 1.º — E' aprovado o termo de 21 de Junho de 1954, aditivo ao contrato celebrado a 9 de Março anterior, entre o Ministério da Marinha e Maury Pinto de Oliveira, para desempenho da função de Técnico em Organização e Administração Hospitalar, na Diretoria de Saúde daquele Ministério, e ao qual o Tribunal de Contas recusara registro em sessão realizada a 16 de Julho do mesmo ano.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 17 de Novembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 58, de 1956

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro, do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro.

Art. 1.º E' mantida a decisão por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 23 de dezembro de 1955, denegou registro ao termo de 10 de novembro do mesmo ano, aditivo ao contrato celebrado a 18 de janeiro de 1954, entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro, para desempenho da função de Cartógrafo naquele órgão.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 59, de 1956

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Alfredo Simões

Art. 1.º E' aprovado o termo de 20 de maio de 1955, aditivo ao contrato celebrado a 8 de setembro de 1954, entre o Governo Federal e Alfredo Simões, para desempenho da função de Técnico Especializado em Projetos e Cálculos de Estruturas, na Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 19 de novembro de 1956

APOLÔNIO SALLES

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 60, DE 1956

Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Engenheiro Civil Dilton Pinto de Carvalho.

Art. 1º É aprovado o ato por que o Tribunal de Contas, em sessão realizada a 18 de novembro de 1955, denegou registro ao contrato celebrado a 1 de novembro de 1954, aditado a 28 de dezembro do mesmo ano e a 13 de setembro de 1955, entre a União Federal, como outorgante empreitadora, e o Engenheiro Civil Dilton Pinto de Carvalho, como outorgado empreiteiro para execução do levantamento topográfico e elaboração da planta cadastral dos terrenos de marinha e seus acrescidos, situados nos perímetros urbanos, das cidades de Ituberá e Valença, no Estado da Bahia.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1956.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no
exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 61, de 1956

Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.

Art. 1.º E' o Presidente da República autorizado a tomar as medidas necessárias para que o Brasil contribua com um contingente militar do valor de um batalhão independente, para a formação ou integração da Força Internacional de Emergência instituída em consequência da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 7 de Novembro de 1956, com o objetivo de manter a paz e a segurança internacional na região compreendida entre o canal de Suez e a linha de armistício entre Israel e o Egito fixada na mesma Resolução.

Art. 2.º O contingente brasileiro que integrar a Força Internacional de Emergência, em operação no Egito, não participará de qualquer ação que signifique a homologação de conquista territorial obtida com o uso da força e permanecerá o tempo que for julgado necessário ao cumprimento de sua missão.

Art. 3.º O Brasil não formará ou integrará a Força Internacional de Emergência se da mesma participarem tropas de qualquer das nações envolvidas nas operações militares do Egito.

Art. 4.º O Governo Brasileiro não determinará medidas de restrição à liberdade de opinião, relacionadas com informações e comentários de imprensa e rádio, em torno do contingente militar que se incorporar à Força Internacional de Emergência.

Art. 5.º E' também autorizado o Presidente da República a permitir o trânsito, pelo território nacional, de contingentes militares integrantes da Força Internacional de Emergência, que se destinem à região a que se refere o artigo 1.º, em cumprimento de deliberação da Organização das Nações Unidas, ou que dali regressem, depois de executá-la.

Art. 6.º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 22 de Novembro de 1956

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 62, de 1956

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Maria Carmen de Paiva Gomes.

Art. 1.º É aprovado o contrato celebrado a 28 de novembro de 1955, entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Maria Carmen de Paiva Gomes, para desempenhar a função de operador de Raio X na Diretoria do Pessoal — Seção de Assistência Social — daquele Departamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 12 de dezembro de 1956.

Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência

DECRETO LEGISLATIVO

N.º 63, de 1956

Aprova o termo de prorrogação do contrato celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e H. Stern.

Art. 1.º — É aprovado o termo de prorrogação do contrato celebrado a 3 de novembro de 1955 entre a Diretoria da Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e H. Stern, para instalação e exploração do negócio de curiosidades regionais na Estação de Passageiros do Aeroporto Santos Dumont, e ao qual o Tribunal de Contas recusara registro em sessão realizada a 27 de janeiro de 1956.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de dezembro de 1956

Senador Apolônio Salles

Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

LEI N.º 2.887 — DE 1 DE OUTUBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 251.024,10 para pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicional por tempo de serviço e de representação e substituições de juizes, vogais e suplentes de juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito

especial de Cr\$ 251.024,10 (duzentos e cinquenta e um mil e vinte e quatro cruzeiros e dez centavos) para ocorrer ao pagamento de diferença de vencimentos, gratificações adicional por tempo de serviço e de representação e substituições de juizes, vogais e suplentes de juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região, no exercício de 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.ª da Independência e 63.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos

S. Paes de Almeida

proj. 118/55

LEI N.º 2.888 — DE 1 DE OUTUBRO
DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 7.460,00 para atender ao pagamento de diárias e salário-família, devidos nos exercícios de 1947 a 1954, a juizes suplentes e funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 7.460,00 (sete mil quatrocentos e sessenta cruzeiros) para atender ao pagamento de diárias e salário-família, devidos nos exercícios de 1947 a 1954, a juizes suplentes e funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.889 — DE 1 DE OUTUBRO
DE 1956

Define e pune o crime de genocídio

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal:

- a) matar membros do grupo;
- b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência ca-

pazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial;

d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;

e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo;

Será punido:

com as penas do art. 121, § 2.º, do Código Penal, no caso da letra *a*;

com as penas do art. 129, § 2.º, no caso da letra *b*;

com as penas do art. 270, no caso da letra *c*;

com as penas do art. 125, no caso da letra *d*;

com as penas do art. 148, no caso da letra *e*.

Art. 2.º Associarem-se mais de 3 (três) pessoas para prática dos crimes mencionados no artigo anterior:

Pena: Metade da cominada aos crimes ali previstos.

Art. 3.º Incitar, direta e publicamente alguém a cometer qualquer dos crimes de que trata o art. 1.º:

Pena: Metade das penas ali cominadas.

§ 1.º A pena pelo crime de incitação será a mesma de crime incitado, se este se consumar.

§ 2.º A pena será aumentada de 1/3 (um terço), quando a incitação for cometida pela imprensa.

Art. 4.º A pena será agravada de 1/3 (um terço), no caso dos arts. 1.º, 2.º e 3.º, quando cometido o crime por governante ou funcionário público.

Art. 5.º Será punida com 2/3 (dois terços) das respectivas penas a tentativa dos crimes definidos nesta lei.

Art. 6.º Os crimes de que trata esta lei não serão considerados crimes políticos para efeitos de extradição.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

proj. 249/51

LEI N.º 2.890 — DE 1 DE
OUTUBRO DE 1956

*Dispõe sobre a isenção tributária da
Companhia Hidrelétrica do São
Francisco.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A isenção tributária concedida à Companhia Hidrelétrica do São Francisco pelo art. 8.º do Decreto-lei n.º 8.031, de 3 de outubro de 1945, sem limite de tempo quanto aos direitos, taxas e mais tributos de importação, e durante 10 (dez) anos, quanto aos mais impostos federais, é contada da data em que a Companhia arquivou seus atos constitutivos no Registro do Comércio, ficando prorrogada, nessa segunda parte, por outro período igual de mais 10 (dez) anos.

§ 1.º É mantida a isenção estendida à Companhia pela Lei n.º 858, de 12 de outubro de 1949, referente aos tributos de importação sobre lubrificantes e combustíveis destinados ao transporte de materiais e equipamentos necessários às suas instalações, ou à construção, conservação e exploração das mesmas.

§ 2.º A isenção dos tributos de importação abrange os adicionais desse tributo e, entre as taxas, os emolumentos consulares.

§ 3.º A isenção do imposto de consumo é limitada ao imposto *ad valorem* nas compras e geral nas vendas que efetuar.

§ 4.º A isenção do imposto de selo beneficiará a Companhia em todos os atos em que for parte, inclusive os recebimentos efetuados a seu crédito por terceiros.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.891 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1956

*Autoriza o Poder Executivo a abrir,
pelo Ministério da Guerra, o crédito
especial de Cr\$ 7.953.472,90 para
atender ao pagamento da remuneração
dos servidores transferidos à
Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquêle Ministério.*
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito de Cr\$ 7.953.472,90 (sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e dois cruzeiros e noventa centavos), para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquêle Ministério, correspondente ao período de 1 de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Lott

S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.892 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1956

*Concede a pensão especial de Cr\$...
3.000,00 mensais a Maria Augusta
Cândido.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Maria Augusta Cândido.

853/55

Art. 2.º A pensão de que trata o art. 1.º desta lei correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj. 358/55

LEI N.º 2.893 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1956.

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, dois pianos e um aparelho de televisão destinados, respectivamente, aos Externatos Nossa Senhora da Assunção, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e Nossa Senhora das Mercês, no Distrito Federal.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para dois pianos e um aparelho de televisão, doados às Irmãs Felicianas, oriundos dos Estados Unidos da América do Norte e destinados, respectivamente, aos Externatos Nossa Senhora da Assunção, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e Nossa Senhora das Mercês, no Distrito Federal.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj. 125/55

LEI N.º 2.894 — DE 1 DE OUTUBRO DE 1956.

Concede isenção de impostos ou direitos de importação e afins, de quaisquer tributos e do imposto de consumo relativo a maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios, matérias primas e materiais de qualquer natureza destinados à Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita).

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É concedida isenção de impostos ou direitos de importação e afins, exceto a taxa de previdência social, de quaisquer tributos que incidam ou sejam cobrados na oportunidade sobre a importação, inclusive adicionais e emolumentos consulares, e do imposto de consumo relativo a maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios, matérias primas e materiais de qualquer natureza que não tenham similares no país, ou possibilidade de obtenção com os meios já disponíveis, destinados a melhoramentos, ampliações e manutenção das usinas siderúrgicas e hidrelétricas pertencentes à Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita) e situadas nos municípios de Coronel Fabriciano e Antônio Dias, bem como às suas instalações hidrelétricas nos municípios de São Domingos do Prata e Bom Jesus do Galho, no Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único — A isenção de que trata este artigo vigorará durante o tempo em que o Banco do Brasil for o maior acionista.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj. 404/55

LEI N.º 2.895 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 416.712,00 para atender ao pagamento de vencimentos e adicionais, no exercício de 1956, aos advogados de 2.ª entrância da Justiça Militar, Renato Dardeau de Albuquerque e Alfredo Ribeiro Sacramento.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 416.712,00 (quatrocentos e dezesseis mil, setecentos e doze cruzeiros) para atender ao pagamento de vencimentos e adicionais, no exercício de 1956, aos advogados de 2.ª entrância da Justiça Militar, colocados em disponibilidade:

Cr\$

a) Renato Dardeau de Albuquerque da 3.ª Auditoria da 1.ª Região Militar	208.356,00
b) Alfredo Ribeiro Sacramento, da 2.ª Auditoria da 1.ª Região Militar ...	208.356,00
Total	416.712,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 38.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Nereu Ramos

S. Paes de Almeida

proj. 1031/56

LEI N.º 2.896 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1956

Modifica o art. 5.º do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1954.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 5.º do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5.º O Presidente da República designará, por indicação do Ministro da Fazenda, dentre os seis (6) membros nomeados pelo Governo, o que deverá exercer as funções de presidente do Conselho Superior”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHER
1447/56 S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.897 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1956

Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para material doado ao Convento dos Franciscanos de Periperi, no Estado do Piauí, e destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo, exclusiva a de previdência social, para 17

(dezesete) volumes, marca P.M.V., de números 2 a 18, referência 5045, fatura consular n.º 5092, com o peso bruto de 4.485 kg e líquido de 3.990 kg, procedentes da Alemanha, contendo o seguinte material doado ao Convento dos Franciscanos de Periperi, no Estado de Piauí, e destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios, naquele Estado:

- I — 268 lâminas para 39 vitrais;
- II — 39 grades de ferro;
- III — 4 rolos de papel transparente;
- IV — 1 sacário.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
S. Paes de Almeida

proj. 656/55

LEI N.º 2.898 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1956

Isenta de direitos de importação, impósto de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, impósto de consumo e taxas aduaneiras, exclusiva a de previdência social, para 13 (treze) caixas de objetos religiosos, contendo pequenos santos e medalhas, quadros, relíquias etc., trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos, como recordação das festividades comemorativas da Beatificação do Fundador da Congregação, aos 48.000 (quarenta e oito mil) alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil.

Parágrafo único — As 13 (treze) caixas de objetos religiosos de que trata este artigo encontram-se na Alfândega de Santos, Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE
827/55 S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.899 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1956

Provê sobre o pagamento de cooperações financeiras destinadas ao ensino médio.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As cooperações financeiras consignadas no orçamento de 1955 ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos... Vetado... para início ou prosseguimento de obras em estabelecimentos de ensino médio do país, salvo as que já houverem sido satisfeitas, serão obrigatória e preferentemente pagas, em sua integralidade, sem requerimento, acôrdo ou qualquer outra exigência formal, por intermédio da agência mais próxima do Banco do Brasil S.A., à conta dos créditos orçamentários de que trata o art. 5.º da Lei n.º 2.342, de 25 de novembro de 1954, a todas as entidades especificamente enumeradas em ambas as leis de meios.

Art. 2.º Na organização do plano de aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio no corrente exercício, as cooperações a que alude o artigo anterior constituirão cota especial, com prioridade de pagamento sobre qualquer outra.

Art. 3.º Se, por motivo justificado, as cooperações de que trata esta lei deixarem de ser satisfeitas no corrente exercício, seu pagamento se transferirá obrigatoriamente para o exercício financeiro de 1957.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos.

S. Paes de Almeida.

proj. 1146/56

LEI N.º 2.899 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1956

Parte vetada do Projeto que se transformou na Lei n.º 2.899, de 5 de outubro de 1956, mantida pelo Congresso Nacional

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º:

“... e bem assim as constantes do Orçamento de 1956, sob a subconsignação do Fundo Nacional do Ensino Médio...”.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

LEI N.º 2.900 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1956

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, sete volumes contendo objetos, inclusive religiosos, e destinados ao Revmo. Pe. Nicola Pinto.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para sete volumes destinados ao Revmo. Pe. Nicola Pinto, pertencentes às Obras Assistenciais do Pontifício Instituto das Missões (PIME), os quais se encontram na Alfândega da cidade de Santos, Estado de São Paulo, desde 19 de novembro de 1954, e contêm:

- 1 bloqueira;
- 1 talha;
- 1 amplificador com alto-falante e acessórios respectivos; e objetos religiosos

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
S. Paes de Almeida

proj. 177/55

LEI N.º 2.901 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de

Cr\$ 500.000,00, para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo, na segunda quinzena do mês de julho de 1956, na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos
S. Paes de Almeida

proj. 955/55

LEI Nº 2.902 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1956

Isenta de direitos de importação imposto de consumo e taxas aduaneiras os materiais importados pela Companhia Metalúrgica Barbará

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, aos materiais importados pela Companhia Metalúrgica Barbará, para a ampliação de suas usinas metalúrgicas, constantes das relações abaixo transcritas:

EQUIPAMENTO DO ALTO FÔRNO A SER COMPRADO NOS
ESTADOS UNIDOS FINANCIADO PELO EXPORT-IMPORT
BANK OF WASHINGTON

Alto forno completo, produção de 100 toneladas diárias

Corpo do alto forno, incluindo:

Blindagem

Algaravises e resfriadores

Tabulações

Mecanismo e fechamento

Estrutura metálica das plataformas de trabalho

Bicas de ferro e escoria

Deputador

Tabulações de saída de gás do alto forno

Lavador de gás completo

Dois desintegradores com motores, contróle e secadores.

Aparelho de carregamento, incluindo:

Ponte e torre

Caçamba e cone

Guincho e carro para o mesmo

Carro com balança

Girador de caçamba.

Dois aparelhos «cowpers» completos, incluindo:

Blindagem

Tubulações e registros

Queimadores.

Equipamento para transporte de carvão, incluindo:

Uma correia transportadora

Silo de carvão com dispositivo de fechamento.

Silos de minério e calcário:

(Dispositivo de fechamento sòmente)

Tubulações e registros para ar e gás

Instrumentos de medição e contróle

Acessórios, incluindo:

Uma turbina com ventilador de 10.000 CFM, com condensador e tubulações

Uma caldeira com as bombas de alimentação

Duas painelas para ferro líquido de 12 toneladas

Uma ponte rolante de 20/4 toneladas (equipada com dois guinchos para despejo das painelas).

Material para:

Tubulações de água (especiais)

Esgôto (peças especiais)

Material elétrico

2.000 toneladas de tijolos refratários, tijolos isolantes e tijolos de carbono para o alto forno, os «cowpers» e a caldeira.

Peças sobressalentes para o alto forno e um equipamento.

EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA FUNDIÇÃO DE TUBOS DE FERRO FUNDIDO, ASSIM DISCRIMINADOS:

- 4 máquinas para misturar areia
- 1 cúpola (cubilot) de 3 toneladas com caçamba
- 2 compressores a ar
- Equipamentos para transportar areia por sistema de correias
- Mesas de rolos para fundição
- Cerca de 14 caçambas especiais para fundição
- Máquinas de esmerilar
- Jogo de ferramentas pneumáticas
- Equipamento para uma limpeza das peças de fundição
- 1 instalação de secadores portáteis
- 2 separadores magnéticos
- 2 guinchos para transportar metal fundido
- 1 construção metálica para suportes dos guinchos
- Equipamento para laboratório para exame de areia de fundição
- 3 máquinas vibradoras usadas para fins de limpeza das peças fundidas (shakeouts)
- Equipamento diverso para fundição
- Jogos de peças diversas, sobressalentes
- 4 máquinas de moldagem, pneumáticas
- Caixas de fundição
- Equipamento elétrico de alta tensão, com rutura de circuito, compreendendo dois transformadores de 750 KWA, três sub-estações e retificador de corrente.
- Equipamento elétrico
- 6 estufas para machos
- 1 balança para pesar metal fundido
- 1 balança para pesar tubos e peças acessórias
- 1 instalação de bombas para resfriamento
- 2 pontes para transporte do ferro líquido da centrifugação
- 2 caminhões, tipo basculante
- 2 caminhões para transporte de resíduos com partes destacáveis
- 2 tratores com equipamento de carregamento
- Tratores com dispositivo de elevação a gasolina
- Tórno e plaina
- Máquinas para contabilidade
- 1 locomotiva Diesel
- Coquilhas (moldes de aço)

LISTA DO MATERIAL A SER IMPORTADO DA FRANÇA CENTRIFUGAÇÃO

Máquinas a centrifugar

- 1 máquina a centrifugar os tubos de 60 a 100 em 6 m sistema «De Lavaud» com extratores
- 1 máquina a centrifugar os tubos 100 a 300 em 6 m sistema «De Lavaud» com extratores
- 1 máquina a centrifugar os tubos de 350 a 600 em 6 m sistema «De Lavaud»
- Equipamento elétrico das 3 máquinas a centrifugar, motores de 50 HP e aparelhagem automática
- Forno de recozimento completo (com estrutura, ventiladores, correntes e mecanismo)

Misturador de gusa líquida de 100 toneladas

(Completo com mecanismo basculante)

3 prensas de ensaio p/tubos

60 a 200 em 4 e 6 metros

100 a 300 em 6 metros

350 a 600 em 6 metros

3 carros de manutenção de tubos

2 tornos a recortar tubos

2 prensas para fabricação de machos

Instalação de areia para machos

Equipamento para pixamento de tubos centrifugados

Ponte de carregamento e empilhamento dos tubos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 4035/54

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.903 — DE 5 DE OUTUBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$. . . . 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para ocorrer às despesas com a desapropriação, por utilidade pública, do imóvel situado em Recife capital do Estado de Pernambuco à Rua Conde da Boa Vista, n.º 1.546 — a que se refere o Decreto n.º 38.484 de 31 de dezembro de 1955 — destinado à ampliação das instalações da sede da Delegacia Federal da Saúde da 5.ª Região.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º, uma vez registrada pelo Tribunal de Contas a sua distribuição ao Tesouro Nacional, deverá ser creditado na Agência do Banco do Bra-

sil S. A. em Recife, Estado de Pernambuco, à disposição da Delegacia Federal de Saúde da 5.ª Região.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 1017/56 JUSCELINO KUBITSCHKE
Maurício de Medeiros
S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.904 — DE 8 DE OUTUBRO
DE 1956

Revigora por 30 dias o prazo concedido no § 7.º do Art. 6.º da Lei número 2.193, de 9 de março de 1954 (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revigorado por 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação da presente lei, o prazo

concedido no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional).

§ 1.º Vetado...

§ 2.º As opções de que trata esta lei devem ser apresentadas no protocolo geral do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

prof. JUSCELINO KUBITSCHKE
S. Paes de Almeida

1165/56

LEI N.º 2.905 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1956

Revalida a autorização contida no art. 11 da Lei n.º 1.956, de 26 de agosto de 1953.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica revalidada a autorização contida no art. 11 da Lei n.º 1.956, de 26 de agosto de 1953 referente ao crédito especial de ... Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas de instalação dos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa e ao custeio do pessoal extranumerário e do material necessário ao funcionamento inicial dos referidos Núcleos de Comando.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será registrado automaticamente pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

S. Paes de Almeida.

Henrique Fleiss.

prof.
1224/
56

LEI N.º 2.966 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1956

Isenta de impostos de importação e taxas aduaneiras um órgão elétrico-pneumático, destinado à Matriz de Santo Afonso de Ligório, no Distrito Federal.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de impostos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para um órgão elétrico-pneumático adquirido à firma E. F. Walcker & Companhia, de Ludwigsburg, na Alemanha, destinado à Matriz de Santo Afonso de Ligório, no Distrito Federal, dirigida pelos padres redentoristas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

S. Paes de Almeida.

prof. 801/55

LEI N.º 2.907 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1956

Autoriza a emissão de selos comemorativos do 36.º Congresso Eucarístico Internacional.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a emitir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas — Departamento dos Correios e Telégrafos — uma série de selo postais comemorativos da celebração do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, realizado no Distrito Federal no período de 17 a 24 de julho de 1955.

Art. 2.º — A fim de proporcionar eficaz e ampla divulgação daquela comemoração, os selos serão destinados aos serviços postais comum e aéreo.

Art. 3.º — A quantidade da impressão e taxas ficarão a critério do órgão competente, observada a orientação que vem sendo adotada pelo Departamento

dos Correios e Telégrafos em circunstâncias similares.

Art. 4.º — Da impressão deverão constar legendas e quadros a serem examinados e combinados com as autoridades eclesiásticas responsáveis.

Art. 5.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Lucio Meira
S. Paes de Almeida

na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

S. Paes de Almeida

proj.
1350/56

LEI N.º 2.909 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1956

Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná passa a integrar o grupo D, criado pela Lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, com as alterações que se fizerem necessárias à sua adaptação a esse grupo.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná — o crédito especial de Cr\$ 1.885.200,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e cinco mil e duzentos cruzeiros) para atender, no exercício de 1956, às despesas resultantes desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

S. Paes de Almeida

proj.
1467/56

LEI N.º 2.910 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1956

Modifica o Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, no concernente ao serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É acrescentado ao art. 67 do decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945, o seguinte parágrafo único:

"Art. 67

proj.
136/55

Parágrafo único. A sede do juiz de cada zona será localizada dentro do respectivo território".

Art. 2.º O art. 221 do decreto-lei n. 8.527, de 31 de dezembro de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 221. As habilitações de casamento, que se processarão no cartório, ou sucursal d'este, da circunscrição de qualquer dos nubentes, terão sua distribuição anotada, respectivamente, pelos oficiais dos 3.º e 4.º Offícios do Registro de Distribuição, conforme seja, ímpar ou par, a numeração da circunscrição a que tenham sido distribuídos.

Parágrafo único. A apresentação dos processos aos Offícios do Registro de Distribuição, para a anotação, ficará a cargo dos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais".

Art. 3.º O art. 243 do decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação, transformado em § 4.º o atual parágrafo único:

"Art. 243 — As sedes dos cartórios dos oficiais do Registro Civil das Pessoas Naturais serão instaladas no território das respectivas circunscrições, da seguinte forma:

- | | | |
|-----|---------------|-------------------------|
| 1ª | Circunscrição | — Candelária |
| 2ª | " | — S. José ou Sacramento |
| 3ª | " | — Santo Antônio |
| 4ª | " | — Glória |
| 5ª | " | — Lagoa ou Gávea |
| 6ª | " | — Santana |
| 7ª | " | — Espírito Santo |
| 8ª | " | — Engenho Velho |
| 9ª | " | — São Cristovão |
| 10ª | " | — Engenho Novo |
| 11ª | " | — Inhaúma |
| 12ª | " | — Irajá |
| 13ª | " | — Campo Grande |
| 14ª | " | — Madureira |

§ 1.º Serão obrigatoriamente instaladas, em locais previamente aprovados pelo corregedor, sucursais dos Offícios do Registro Civil das Pessoas Naturais nas seguintes localidades:

- | | | |
|----|----------------------|--|
| a) | da 1ª Circunscrição: | — Ilha do Governador e Ilha de Paquetá; |
| b) | da 12ª | — Jacarepaguá; |
| c) | da 13ª | — Santa Cruz, Guaratiba, Paciência e Inhoaíba; |
| d) | da 14ª | — Senador Vasconcelos, Santíssimo, Senador Camará, Bangú e Realengo. |

§ 2.º Quando a conveniência do serviço aconselhar, o presidente do Tribunal de Justiça, mediante proposta do corregedor, poderá determinar a criação de outras sucursais, cabendo ao corregedor aprovar a escolha dos locais em que devam ser instaladas.

§ 3.º As sucursais atenderão aos serviços de habilitação de casamento, registro de nascimento e óbito, averbações e retificações, sob a direção de um escrevente juramentado indicado pelo oficial, com a aprovação do corregedor.

Art. 4.º Os atuais juizes do Registro Civil, a que se refere o art. 429 do decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945, auxiliarão os juizes substi-

tutos designados para servirem nas zonas do Registro Civil não podendo, entretanto, proferir quaisquer decisões finais ou recorribeis.

Art. 5.º Caberá ao presidente do Tribunal tomar e ordenar providências necessárias para que a instalação dos Juizes e cartórios, dentro das respectivas zonas e circunscrições esteja efetivada na data em que entrarem em vigor os artigos anteriores.

Art. 6.º O art. 244 do decreto-lei n.º 8.527, de 31 de dezembro de 1945, passa a vigorar com a seguinte redação:

«Art. 244 — A celebração de casamento será realizada na sede do juízo da zona ou na sucursal e, excepcionalmente, em outro edifício público ou particular, consentindo o respectivo juiz.

Parágrafo único. Constitui falta, a que se refere o art. 123 desta lei, a celebração do casamento com atraso superior a 30 (trinta) minutos em relação à hora designada”.

Art. 7.º Junto a cada sede e respectivas sucursais dos cartórios do Registro Civil das Pessoas Naturais servirão um ou mais estagiários, designados pelo procurador geral, na forma do art. 56 da lei n.º 1.301, de 28 de dezembro de 1950.

§ 1.º Caberá aos estagiários orientar as partes nos processos de averbações ou retificações do Registro Civil (Código do Processo Civil, arts. 595 a 599), ministrando-lhes as petições, assinando-as conjuntamente com os interessados e interpondo os recursos cabíveis, sempre que solicitados.

§ 2.º Os estagiários permanecerão diariamente num horário fixo estabelecido pelo procurador geral, nas sedes dos cartórios ou nas sucursais.

Art. 8.º É o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para atender à despesa com a nova instalação dos juizes do Registro Civil das Pessoas Naturais.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, e a execução do disposto nos arts. 1.º a 4.º terá lugar 90 (noventa) dias após a data de sua vigência, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 58/55

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 2.911 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1956

Estende a fiscais de rendas federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

O Presidente da República:

Fago saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Estende-se aos atuais fiscais de rendas federais, do Ministério da Fazenda, nomeados, pelos Decretos n.ºs 21.030, de 5 de fevereiro de 1932, e 24.058, de 28 de março de 1934, o disposto na Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj. 4923/54

LEI N.º 2.912 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1956

Concede à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, para materiais encomendados nos Estados Unidos da América do Norte e destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços, constantes da relação abaixo :

- 12 — (doze locomotivas Diesel-Elétricas, de 64 toneladas métricas, para bitola de um metro, acionadas, cada uma, por motor Diesel e respectivos acessórios.

Para motores Diesel modelo FWL-6T

- 4 — CB-16 AC — Mancal do eixo de excêntrico.
 2 — CB-1618 C — Mancal da extremidade do eixo de excêntrico.
 6 — SF-97-1 n.º 14 — Vedação de óleo para bomba de combustível.
 192 — FV-7-N — Casquilho para mancal principal (metade).
 6 — CB-3026 C — Cilindro com bucha e sede.
 72 — CSA-337-2 n.º 81 — Junta de borracha.
 216 — 5138-GR. — Idem, idem.
 72 — FV-11-2T1 — Camisa para cilindro.
 72 — FV-11-2T2 — Anel de retenção.
 24 — FV-11-Z — Bucha para haste de válvula.
 12 — FS-11-BB n.º 1 — Sede para válvula de escapamento.
 216 — CSA-337-1 n.º BW — Junta da caixa do injetor.
 216 — CSA-337 n.º BW — Idem, idem.
 126 — SF-17 n.º 53 — Junta para bucha do injetor.
 12 — FV-11-2M n.º 1 — Sede para válvula de admissão.
 26 — FV-12-3B — Válvula de escapamento.
 24 — FV-12-3A — Válvula de admissão.
 48 — FS-11-EE — Mola para válvula.
 96 — FW-25-GG — Parafuso, ajuste do balancim e mancal.
 144 — FV-12-3D — Guarda da haste da válvula.
 6 — FW-25-D — Bucha do balancim.
 6 — FW-25-E — Idem, idem.
 12 — CB-3151 C — Haste de acionamento transversal.
 200 — SF-53-1 — Parafuso NC 1/4" x 5/8".
 1 — CB-1416 C — Válvula de segurança do cilindro.
 1 — FV-11-V — Corpo da válvula de segurança do cilindro.
 1 — CB-2222 C — Virabrequim com contra pesos.
 6 — CB-1405 C — Biela.
 6 — FV-4-144 — Pino para pistão.
 144 — FV-4-1 PP — Casquilho p/biela (metade).
 12 — CB-2364 C — Pistão.
 6 — CB-2454 C — Injetor completo.
 72 — FW-13-1 C — Válvula do injetor.
 72 — FW-13-1B n.º 1 — Eico do injetor.
 216 — SF-16 n.º 56 — Junta para o injetor.
 12 — 10-16731 — Mola para o injetor.
 12 — 10-16722 — Pino para o injetor.
 216 — 10-16741 — Junta p/a admissão do injetor.
 12 — FW-14-4M — Tubulação entre a bomba de combustível e injetor.
 48 — SF-338-5 n.º 3 — Luva.
 36 — 10-32416 — Porca p/tubulação de alta pressão.
 12 — 10-39039 — Entre rôsca para entrada do injetor.
 6 — CB-3064 C — Bomba de combustível.

- 24 - 10-18263 - Mola para o êmbolo da bomba de combustível.
- 12 - 10-39315 - Êmbolo e corpo da bomba de combustível.
- 12 - 10-22798 - Mola para a válvula de admissão.
- 24 - 10-16458 - Junta de válvula de admissão.
- 48 - 10-16464 - Ligação do alojamento de entrada.
- 18 - 10-39054 - Suporte ligação do tubo.
- 1 - FW-14-4B - Alojamento do comando do injetor.
- 108 - FW-14-4N - Junta para a bomba de combustível.
- 3 - CB-2939 C - Conjunto de ligação.
- 24 - CSA-90 - Pino cônico número 2 x 1-1/4".
- 24 - SF-50 - Parafuso de fixação NC 1/4" x 1/4".
- 24 - CB-2196 C - Conjunto da tubulação da entrada.
- 4 - CSA-373 n.º 215 - Mancal da engrenagem do eixo de excêntrico.
- 4 - CSA-378 n.º 210 - Mancal de encosto do eixo de excêntrico.
- 1 - FW-15-F - Engrenagem de acionamento do regulador.
- 1 - FV-15-2E - Engrenagem de acionamento da bomba de óleo lubrificante.
- 2 - SF-65-2 n.º L - Arruela de pressão p/o mancal.
- 2 - SF-65-1 n.º L - Contra-porca p/o mancal.
- 1 - FW-17-IX - Regulador de velocidade.
- 1 - CSA-378 n.º 204 - Mancal do eixo de acionamento.
- 1 - FW-17-1D - Bucha do eixo de acionamento.
- 1 - FW-17-8A - Regulador "Wood ward".
- 1 - GNG-17-1D - Bucha do eixo de acionamento.
- 1 - FW-17-E - Pinhão de acionamento do regulador.
- 2 - NS-205-1 - Chaveta 5/16" x 1/4" x 1,1/8".
- 2 - GN-17-7L - Porca p/o eixo de acionamento do regulador.
- 24 - SF-160 - Tã - 1/4" O.D.
- 24 - SF-156 - Cotovelo, 1,4" O. D. - 1/8" (tubo).
- 12 - FW-17-13G - Diafragma.
- 1 - PW-17-13A - Diafragma do alojamento superior.
- 2 - FW-17-13H - Chapa da válvula.
- 36 - CB-3150 C - Tuxo de balanceio com terminal.
- 24 - CB-2195 C - Tuxo da bomba de combustível.
- 6 - FV-25-B - Pino do rolete do excêntrico.
- 6 - FV-25-H - Bucha do rolete do excêntrico.
- 1 - CB-2141 C - Bomba d'água.
- 4 - SF-65-3 n.º L - Mancal.
- 12 - FW-27: 1N n.º 1 - Luva para o eixo.
- 1 - CB-1670 C - Rotor.
- 12 - FW-27-IR - Anel da bomba d'água.
- 1 - FW-27-15 - Bucha de carcaça da bomba d'água.
- 24 - CSA-152-3 - Pino de fixação do anel 1/8" x 3/8".
- 5 - NS-882 - Latas de gaxetas p/o eixo de 2".
- 4 - SF-86-2 - Mangueira de 4" x 5".
- 8 - SF-86-3 n.º N - Braçadeira para mangueira.
- 4 - CSA-378 n.º 210 - Mancal da engrenagem intermediária.
- 1 - CB-1521 C - Conjunto da engrenagem.
- 1 - CB-2214 C - Bomba de óleo lubrificante.
- 2 - FV-35-JJ - Mancal do eixo de acionamento da bomba.
- 4 - CSA-379 n.º 308 - Mancal do eixo da bomba.
- 1 - CB-2.163-C - Jogo de engrenagem para bomba.
- 2 - FV-35-X n.º 1 - Bucha para engrenagem.
- 2 - FV-35-KK - Mancal do eixo da bomba de lubrificante.
- 2 - SF-97-1 n.º 20 - Vedação de óleo para o eixo de acionamento.
- 1 - FV-35-EE - Engrenagem do eixo da bomba.
- 1 - FW-35-4B - Eixo da bomba de lubrificante.
- 2 - CSA-361 - Chaveta 5/8" x 7/16" x 1,34".
- 20 - FV-35-B - Calço da bomba de lubrificante.
- 5 - FV-35-W - Junta.
- 60 - 1.116-E-n.º 4 - Junta para o filtro "Nugent".
- 1 - GN-17-6S - Chave de Segurança.
- 200 - 22.120 - Junta para o cabeçote.
- 36 - 6.844 - Gaxeta para o filtro "cuno".
- 4 - 26.663 - Anel de montagem.

- 1 — 23.908-U — Reservatório.
- 1 — 10.457 — Elemento.
- 1 — 11.774 — Elemento.
- 48 — NS-292-1 — Vedação de feltro 5/16" x 5/16" x 41-7/8".
- 1 — FW 39-5F — Chapa de encosto.
- 1 — FV-39-2H — Encosto para o virabrequim.
- 2 — SF-201-1 n.º 3 — Válvula de segurança, 1/2"-15 libras.
- 2 — SF-233-13 — Manômetro para super-alimentador.
- 1 — 15.893 — Elemento para filtro "Puro".
- 20 — 17.433 — Gaxeta para filtro "Puro".
- 6 — 21.332 — Elemento de tecido — "Filtro Puro".
- 6 — 25.377 — Elemento de metal — "Filtro Puro".
- 48 — FV-69-M — Gaxeta para o tubo de descarga.
- 36 — SF-86-2 — Mangueira de descarga — 2" x 3-1/2".
- 72 — SF-86-3 n.º E — Braçadeira para a mangueira de descarga.
- 4 — FV-69-N — Gaxeta para a caixa.
- 12 — FW-69-10G — Junta para a ligação d'água.
- 6 — FW69-Y — Junta do adaptador da saída do escapamento.
- 6 — FW-69-2A — Idem do tubo de descarga.
- 6 — FV-69-EE — Junta para o super-alimentador.
- 1 — FW-69-15A n.º 1 — Super-alimentador.
- 2 — SF-65-4 n.º E — Mancal do eixo de comando do combustível.
- 1 — CB-1.401-C — Conjunto de engrenagem e anel de fixação.
- 1 — FV-2-2J — Chaveta para engrenagem do virabrequim.
- 12 — FV-4-IN — Parafuso para pino de pistão.
- 56 — CSA-344 — Contra-porca — 1/2".
- 150 — FW-4-I — Espaçador da arruela da válvula de retenção.
- 50 — CSA-44.318 — Anel de compressão de cromo 9" x 1/8".
- 150 — CSA-443-17 — Anel de compressão simples 9" x 1/8".
- 225 — SF-295-1 — Anel de óleo — 9" x 5/16".
- 144 — FV-9-1C — Junta da tampa.
- 12 — SF-97-1 n.º 14 — Vedação de óleo.
- 12 — GL9-4.492-6 — Ligação flexível.
- 12 — FW-10-4A n.º 1 — Ligação da tubulação de óleo lubrificante.
- 48 — FW-14-AL — Mola de desligação da cremalheira.
- 24 — GS-32-1E — Parafuso de ajuste da cremalheira.
- 2 — FW-14-4S — Alavanca do eixo de comando do combustível.
- 50 — SF-50 — Parafuso de fixação — 1/4" x 3/8".

Para o Super-Alimentador L-202

(FW-69-15-A n.º 1)

- 3 — 821884-1 — Anel de guia dos gases n.º 59.
- 2 — 811948-59 — Conjunto do rotor, n.º 87.
- 12 — 842343-1 — Junta da carcaça intermediária, n.º 10.
- 4 — 831348-1 — Vedação de óleo — lado da turbina n.º 16.
- 4 — P27-G51 — Vedação do anel de retenção, n.º 17.
- 6 — 821659-1 — Mancal — lado da turbina, n.º 19.
- 6 — 821660-1 — Mancal — lado da ventoinha, n.º 20.
- 6 — 831349-1 — Idem, lado da ventoinha, n.º 21.
- 12 — 842148-1 — Parafuso do anel dos gases n.º 62.
- 18 — SS n.º 16 BWG — Fio de retenção — parafusos do anel de gases n.º 63.
- 12 — P14G24 — Porca elástica n.º 86.

Para equipamento elétrico

- 3 — 5GE747B1 — Motor de tração completo, com caixa de engrenagem.
- 48 — 6734766G1 — Porta-escôva.
- 3 — 6751808G6 — Armadura.
- 1.000 — 8820265 — Escôva de carvão.

Para gerador modelo 5GE-571-B1

- 24 — 6733792G1 — Porta-escôva.
- 600 — 8820190 — Escôva de carvão.

Para gerador auxiliar modelo 5GMG146B4

- 6 — 6733704G1 — Porta-escôva.
- 200 — 6727520 — Escôva de carvão.
- 200 — 6727520 — Escôva de carvão.

Para controle tipo 17KC59H2

- 15 — 4734382G1 — Dedo de contato.
- 15 — 6700056 — Contato estacionário.

Para reversor tipo 17-DP12B

- 5 — 17MV1A6 — Válvula magnética.
- 10 — 3122101 — Bobina de operação.
- 20 — 6742B11G1 — Dedo de contato.
- 20 — 8800657 — Suporte do contato estacionário (contato único).
- 20 — 8800654 — Idem, (contato duplo).

Para contator tipo 17CM42 Forma C8

- 10 — 4739369 — Bobina de operação.
- 100 — 6713304 — Ponta de contato.

Para contator Tipo 17CM12 Forma J31

- 4 — 4729382 — Bobina de operação.
- 50 — 6703513 — Ponta de contato.
- 15 — 17AF14H1 — Intertravadores.
- 15 — 17AF14H3 — Intertravadores.
- 20 — 6700314 — Dedo de contato com mola de compressão.
- 20 — 4709859 — Ponta de contato para contato móvel.
- 20 — 6700303 — Suporte para dedo de contato.
- 20 — 6700284 — Dedo de contato com mola de compressão.
- 20 — 4710497 — Ponta de contato para contato móvel.

Para contator tipo 17CM12, Forma L30

- 6 — 4739369 — Bobina de operação.
- 50 — 6701049 — Ponta de contato.

Para Intertravador Tipo 17 AF 14

- 15 — 17AF14H2 — Intertravadores.

Para contator tipo 17CM15, Forma CC61

- 2 — 4739370 — Bobina de operação.
- 20 — 4715358 — Ponta de contato.

Para Relé tipo 17 LC 18 K8

- 2 — 8827048 — Bobinas "shunt".
- 2 — 6711835 — Dedo de contato.

Para Relé tipo 17 LV 30 F6

- 2 — 4739240 — Bobina de operação.
- 8 — 4702649 — Estojo para contator (10-32).
- 8 — 6725956 — Suporte para dedo de contato.
- 8 — 6700314 — Dedo de contato com mola de calibração.
- 8 — 673558OP2 — Condensador, 5 maf.

Para Relé tipo 17LV40, Forma D21

- 2 — 4739370 — Bobina de operação.
- 8 — 6700316 — Dedo de contato com mola de calibração.
- 8 — 6706024 — Contato estacionário (interno e externo) com ponta.

Para Relé tipo 17LV40, Forma H14

- 2 - 4739318 - Bobina de operação.
- 8 - 6700284 - Dedo de contato com mola de compressão.

Para Relé tipo 17LV24, Forma E2

- 4 - 2738658 - Bobina de operação.
- 8 - 6738762G1 - Placa de contato com dedo.
- 20 - 6711872 - Contato estacionário (10-32).

Para válvula magnética tipo 17 MY 22 A8

- 4 - 2738613 - Bobina de operação.

Para válvula magnética tipo 17 MY 23, forma C4

- 10 - 17MV23C4 - Válvula magnética.
- 10 - 4739157 - Bobina de operação.

Resistências

- 12 - 58 x 861 - Resistência tipo QFK-5901210G3, 10 ohms.
- 4 - 344 x 14 - Idem, 25 ohms.
- 4 - 58 x 862 - Idem, 50 ohms.
- 4 - 91 x 693 - Idem, 75 ohms.
- 50 - 58 x 946 - Idem, 1.400 ohms.
- 25 - 58 x 869 - Idem, 4000 ohms.
- 20 - 279398-G5 - Resistência
- 4 - 58 x 947 - Resistência tipo QFK-5901206G1, 250 ohms.
- 4 - 359 x 64 - Idem, 300 ohms.

Para painel tipo 17 FH 8A1

- 1 - 17FH8A1 - Painel.
- 20 - 349 x 14 - Resistência, (2,75 ohms) 25 watts.
- 40 - 349 x 15 - Idem, (10 ohms) 10 watts.
- 40 - 349 x 16 - Idem (17,5 ohms) 25 watts.
- 20 - 340 x 85 - Idem, (25 ohms) 25 watts.
- 20 - 340 x 38 - Idem, (110 ohms) 50 watts.
- 309 - 349 x 17 - Idem, (200 ohms) 50 watts.
- 20 - 26F687 - Condensador 2 mu.f., 110 volts.
- 2 - 346 x 79 - Reostato.
- 100 - 349 x 20 - Fusível, 2 amp.

Para relé tipo 17 LC 27 A1

- 2 - 4739417 - Bobina de operação.
- 2 - 4739418 - Bobina diferencial.
- 1 - 4739419 - Bobina serie.
- 10 - 5742388G11 - Suporte para dedo, com dedo auxiliar.
- 20 - 6800091 - Dedo de contato principal com ponta.
- 20 - 6742388G12 - Terminal de contato estacionário.

Para relé tipo 17 LV 50, forma A2 e A3

- 2 - 4739469 - Bobina de operação para relé forma A2.
- 5 - 4739493 - Idem para relé forma A3.
- 50 - 8801558 - Ponta de contato.
- 5 - 8823823 - Mola de calibração para armadura.
- 200 - 8801928 - Contato estacionário ajustável.

Miscelânea

- 2 - Termômetros Electric Auto Lite Co., modelo F2, completo.
- 1 - 4930282G113 - Termostato tipo CR-2992-R2.
- 5 - 4924969F113 - Conjunto de fole.

- 2 - Solenóide para regulador "Woodward".
- 20 - 5369390AG61 - Escova de carvão para motor da bomba de combustível, modelo número 5BC44AB1163A.
- 2 - 6729122P1 - Recipiente para pressão de óleo lubrificante.
- 30 - 6729122P2 - Elemento indicador.
- 50 - GE-1467 - Fusível de 35 amp.
- 50 - Lâmpada indicadora, tipo 656, 115 volts.
- 50 - Lâmpada para farol, 250 watts, 60 volts.
- 100 - Lâmpada para cabine, 25 watts, 70 volts.

Sobressalentes para o equipamento de freio para compressor tipo 4YC

- 8 - 184414 - Juntas.
- 16 - 185443 - Anel de compressão.
- 16 - 185448 - Anel de lubrificação.
- 4 - 183175 - Pino para pistão.
- 20 - 183176 - Pêlo de segurança.
- 2 - 183874 - Pistão de alta pressão.
- 8 - 185450 - Anel de seguimento de alta pressão.
- 8 - 185451 - Anel de óleo de alta pressão.
- 2 - 183179 - Pino para pistão.
- 4 - 183180 - Biela.
- 1 - 184652 - Cabeçote de cilindro.
- 4 - 183186 - Válvula de entrada.
- 8 - 183189 - Válvula de baixa pressão.
- 8 - 183190 - Válvula externa de entrada.
- 20 - 183197 - Mola de válvula interna.
- 20 - 183192 - Idem, externa.
- 2 - 183193 - Válvula de descarga.
- 8 - 183201 - Junta de válvula de baixa pressão.
- 1 - 184459 - Cabeçote de cilindro.
- 1 - 184556 - Válvula de entrada.
- 2 - 181768 - Válvula de alta pressão.
- 20 - 184559 - Mola de válvula.
- 2 - 184561 - Válvula de descarga.
- 8 - 99721 - Juntas para válvula.
- 4 - 183204 - Juntas para cabeçote.
- 4 - 186056 - Válvula de descarga.
- 4 - 183539 - Mola.
- 2 - 183397 - Descarregador de alta pressão.
- 8 - 183541 - Mola para o descarregador.
- 4 - 183617 - Mola de retorno.
- 2 - 182596 - Descarregador de baixa pressão.
- 8 - 183626 - Mola de retorno.
- 4 - 183209 - Juntas para tampa.
- 2 - 535105 - Filtro.
- 8 - 517441 - Anel de segurança.
- 8 - 184874 - Arruela de feltro.
- 2 - 184911 - Caixa de bomba de óleo.
- 2 - 183220 - Pistão para bomba.
- 2 - 185283 - Pistão de descarga da bomba de óleo.
- 2 - 186127 - Mancal.
- 1 - 98883 - Válvula de segurança.
- 1 - 185177 - Virabrequim.

Para exaustor tipo 4YS

- 1 - Exaustor 4YS, completo.
- 2 - 184461 - Cilindro.
- 4 - 184187 - Pistão.
- 2 - 184649 - Cabeçote de cilindro.
- 4 - 183155 - Juntas para cabeçote.
- 4 - 183225 - Juntas.
- 2 - 183226 - Luva para vedação de óleo.
- 2 - 186128 - Vedação de óleo.

Para válvula alimentadora tipo C-6 Pc. 18482

- 2 — 18480 — Válvula alimentadora.
- 2 — 1063 — Diafragma.
- 10 — 1060 — Mola da válvula de regulação.
- 2 — 16183 — Válvula de regulação.

Para manipulador

- 10 — 6039 — Juntas para pistão.
- 10 — 13109 — Mola de chave.
- 10 — 1523 — Mola de válvula.

Para válvulas de controle

- 2 — 70595 — Válvula.
- 2 — 70596 — Mola de válvula.
- 2 — 75098 — Mola de diafragma.
- 2 — 70599 — Diafragma pequeno.
- 2 — 75700 — Diafragma grande.

Para válvula de afrouxamento

- 5 — 33507 — Mola de válvula.
- 2 — 70616 — Válvula.
- 2 — 70623 — Diafragma grande.

Para cilindros do freio

- 2 — 1110 — Mola.
- 5 — 1114 — Juntas.
- 10 — 68579 — Guarnição.

Para regulador tipo NS-16

- 5 — 72974 — Mola.
- 5 — 72940 — Sede para mola.

Ferramentas em geral para motores de tração e caixas de engrenagem

- 1 — T6756213G1 — Ferramentas para desmontagem do motor de tração e da caixa de engrenagem.
- 1 — 6746374G1 — Prensa hidráulica completa, para remoção dos pinhões
- 1 — M6734891G1 — Calibre.
 - Conjunto de ferramentas para o eixo de excêntrico, consistindo das seguintes peças :
- 1 — FW-44-J.
- 1 — FW-44-T.
 - Conjunto de ferramentas para as bielas, consistindo das seguintes peças :
- 1 — FW-44-E.
- 1 — FW-44-AA.
- 1 — FW-44-ZZ.
- 1 — M-28.

— Conjunto de ferramentas para os cilindros, consistindo das seguintes peças :

- 1 — FW-44-D.
- 1 — FW-44-EE.
- 1 — FW-44-QQ.
- 1 — FW-44-RR.
- 1 — Ma-64.
- 1 — MS-64.
- 1 — M-32.

— Conjunto de ferramentas para o sistema de injeção de combustível, consistindo das seguintes peças :

- 1 — FV-44-P.
- 1 — FW-44-PP.
- 1 — FW-44-PP.
- 1 — FW-44-UU.
- 1 — FW-44-VV.
- 1 — FW-44-XX.
- 1 — NS-16.
- 1 — SF-55-1 n.º 3.
- 1 — 11-5101.
- 1 — 11-5290.
- 1 — 20660.
- 1 — SF-345-1.

— Conjunto de ferramentas para os mancais principais, consistindo das seguintes peças :

- 1 — PV-44-D.
- 1 — PW-44-C.
- 1 — FW-44-U.
- 1 — SF-314-2 n.º 6.
- 1 — GSB-44-N.
- 1 — M-32.

— Conjunto variado de ferramentas, consistindo de :

- 1 — FW-44-WW.

— Conjunto de ferramentas, para os pistões, consistindo das seguintes peças :

- 1 — FW-44-Q.
- 1 — FW-44-W.
- 1 — FW-44-X.
- 1 — GBS-44-N.
- 1 — FW-44-U.
- 1 — SF-314-3 n.º 2.

Ferramentas padrão

- 1 — NS-18 — Alavanca para porca de 1/2".
- 1 — SF-52 n.º 6 — Ferramenta "Bristo".
- 1 — SF-52 n.º 7 — Ferramenta "Bristo" — 5/16".
- 1 — SF-52 n.º 10 — Ferramenta "Bristo" — 3/8" x 7 x 16".
- 1 — SF-52 n.º 11 — Ferramenta "Bristo" — 1/2 x 9/16".
- 1 — SF-52 n.º 12 — Ferramenta "Bristo" — 5/8".
- 1 — SF-314 n.º 2 — Soquete 1/2" — 1/2".

- 1 - SF-314 n.º 3 - Idem, de 9/16" - 1/2".
- 1 - SF-314 n.º 6 - Idem, de 11/16" - 1/2".
- 1 - SF-314 n.º 7 - Idem, de 3/4" - 1/2".
- 1 - SF-314 n.º 9 - Idem, de 7/8" - 1/2".
- 1 - SF-314-2 n.º 6 - Idem, 1-7/16".
- 1 - SF-314-3 n.º 2 - Idem 1-1/16".
- 1 - SF-344-2 - Chave de porca, 1/2" x 9/16".
- 1 - SF-345-1 - Chave estôjo, 1-7/16" x 1-5/8".
- 1 - SF-347 - Catraca - 1/2".
- 1 - SF-348 - Extensão 1/2" - extra longa.
- 1 - SF-349 - Manivela, 1/2".
- 1 - SW-360-1/2 - Soquete, 1-1/8" - 1/2".
- 1 - P23Y13 - Chaveta n.º 10.
- 1 - P23Y15 - Chaveta n.º 10.
- 1 - P23Y16 - Chaveta de 1/4".
- 1 - P23Z19 - Chaveta de 3/8".
- 1 - P23Z20 - Chaveta de 1/2".
- 1 - 841520-1 - Chaveta de 5/16".
- 1 - 841345-1 - Parafuso com oihal.

— Conjunto de ferramentas para as válvulas e seus mecanismos, consistindo das seguintes peças:

- 1 - CB-2733 C.
- 1 - CB-2734 C.
- 1 - FW-44-K.

— Conjunto de ferramentas para esmerilhamento das válvulas, consistindo das seguintes peças:

- 1 - JTB-58-C.
- 1 - 56-FSA-44.
- 1 - 229-A.
- 1 - CB-31011C.

— Conjunto de ferramentas para as bombas d'água, consistindo das seguintes peças:

- 1 - FW-44-AB.
- 1 - 1002.

— Conjunto de ferramentas para os super-alimentadores, consistindo das seguintes peças:

- 1 - 831383-16.
- 1 - 831369-7.
- 1 - 842207-4.
- 1 - 842455-1.
- 1 - P27W13.
- 1 - 842324-2.
- 1 - 831370-5.
- 1 - 842452-1.
- 1 - 842459-1.
- 1 - Conjunto para retificar cilindros, completo.
- 20 - (jogos) W-47-J-17 - Pedras de esmeril.
- 20 - (jogos) W-47-J-45 - Pedras de esmeril.
- 20 - (jogos) W-47-J-65 - Pedras de esmeril.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSEK.

S. Paez de Almeida.

proj. 1498/51

LEI N.º 2 913 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1956

Retifica a Lei n.º 2.493, de 21 de maio de 1955 (autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 694.844,60 para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A relação nominal e as importâncias correspondentes a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 2.493, de 21 de maio de 1955, passam a ser as seguintes:

Firmas fornecedoras	Estabelecimentos	Importância
S. Carrera	Escola Industrial de Belém .	Cr\$ 153.157,00
Aloísio Castro & Cia. Ltda.	Escola Industrial de Fortaleza	280.335,00
Ceará Tramway Light and Power C.º Ltd.	Escola Industrial de Fortaleza	6.679,30
Manoel Elpidio do Lago	Escola Industrial de Florianópolis	79.470,00
Alberto Leopoldo Bach	Escola Industrial de Florianópolis	1.902,60
S.A. White Martins	Escola Industrial de Florianópolis	53.849,20
Cerâmica Pedro Adriani	Escola Industrial de Florianópolis	9.048,00
Carlos Hoepecke S.A.	Escola Industrial de Florianópolis	5.954,50
Casa Perrone	Escola Industrial de Florianópolis	7.109,50
Casa "A Capital"	Escola Industrial de Florianópolis	18.135,00
Casa Oriental	Escola Industrial de Florianópolis	20.600,00
A. Fonseca & Cia. Ltda.	Escola Técnica de Salvador .	2.199,00
Gil Ferreira & Cia.	Escola Técnica de Salvador .	1.834,00
Irmãos Czekus	Escola Técnica de Salvador .	49.770,00
Eduardo Fernandes & Cia.	Escola Técnica de Salvador .	361,50
Pinho Irmão & Cia.	Escola Técnica de Salvador .	5.040,00
Total	694.844,60

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

S. Paes de Almeida.

proj. 907/55

LEI N.º 2.914 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90 para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90 (trinta mil, setecentos e quatorze cruzeiros e noventa centavos) para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados pensionistas e asilados, relativos a proventos, etapas, pensões e descontos de aluguéis de casas afiançadas, em consequência do furto ocorrido na 2.ª Circunscrição de Recrutamento, em São Luiz, no Estado do Maranhão.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Lott.

S. Paes de Almeida.

proj. 1190/56

LEI N.º 2.915 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1956

Estende aos concursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais o disposto no art. 61 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É extensivo aos concursos nas Faculdades de Ciências Econômicas Contábeis e Atuariais, para o provimento nas cadeiras de qualquer um destes cursos, o disposto no art. 61 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956, 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

proj. 4143/54

LEI N.º 2.916 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1956

Altera a tabela das taxas, anuidades, multas e contribuições concernentes aos atos da Propriedade Industrial a que se refere o art. 212 do Decreto-lei n.º 7.903, de 27 de agosto de 1945 (Código da Propriedade Industrial), alterada pelo Decreto-lei n.º 8.936, de 26 de janeiro de 1946.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A tabela discriminativa das taxas, anuidades, multas e contribuições concernentes aos atos da Propriedade Industrial a que se refere o art. 212 do Decreto-lei n.º 7.903, de 27 de agosto de 1945 (Código de Pro-

priedade Industrial), alterada pelo Decreto-lei n.º 8.936, de 26 de janeiro de 1946, fica substituída pela seguinte:

I — Patentes de invenção

Depósito do pedido	200,00
Expedição da carta-patente	300,00
Anotação de transferência	100,00
Certidão de transferência	100,00
Anotação de alteração de nome	100,00
Certidão de alteração de nome	100,00
Anotação de contrato de exploração	200,00
Certidão do contrato de exploração	100,00
Pedido de licença obrigatória	200,00
Certidão de uso efetivo	20,00
Anotação de comprovante de uso efetivo	20,00
Cada ponto característico que exceda de 20	10,00
Busca pessoal sobre a existência de invenções anteriores, mediante prévio requerimento	100,00
Pagamento de anuidades	200,00

II — Modelo de utilidade

Depósito do pedido	200,00
Expedição da carta-patente	300,00
Anotação de transferência	100,00
Certidão de transferência	100,00
Anotação de alteração de nome	100,00
Certidão de alteração de nome	100,00
Anotação de contrato de exploração	200,00
Certidão do contrato de exploração	100,00
Pedido de licença obrigatória	200,00
Anotação dos comprovantes de uso efetivo	20,00
Certidão de uso efetivo	20,00
Pagamento de anuidades	200,00

III — Desenho ou modelo industrial

Depósito do pedido	100,00
Expedição da carta-patente	150,00
Certidão de transferência	100,00
Anotação de transferência	50,00
Anotação de alteração de nome	100,00
Certidão de alteração de nome	50,00
Anotação de contrato de exploração	100,00
Certidão de contrato de exploração	50,00
Pedido de licença obrigatória	100,00
Anotação de comprovante de uso efetivo	20,00
Certidão de uso efetivo	20,00
Contribuições trienais	100,00

IV — Garantia de prioridade

Depósito do pedido	50,00
Certidão de arquivamento	100,00
Cancelamento de garantia de prioridade	100,00

V — Marca de indústria ou de comércio

Depósito do pedido	200,00
Expedição de certificado	300,00
Anotação de transferência	100,00
Certidão de transferência	100,00
Anotação de alteração de nome	100,00
Certidão de alteração de nome	100,00

Averbação de uso autorizado de marca	100,00
Certidão de uso autorizado	50,00
Certidão da existência de marca igual a que pretende registrar, referindo-se a uma só classe	100,00
Por classe que exceder da primeira	30,00
Prorrogação do registro de marca, quando requerida dentro dos 3 (três) meses seguintes à expiração do prazo legal	100,00

VI — Nome comercial

Depósito do pedido	200,00
Expedição do certificado	300,00
Prorrogação do registro, quando requerida dentro dos 3 (três) meses seguintes à expiração do prazo legal	100,00
Certidão da existência de nome comercial igual ao que se pretende registrar	100,00

VII — Título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de
propaganda

Depósito do pedido	200,00
Expedição do certificado (para uma só classe)	300,00
Por classe que exceder da primeira	30,00
Anotação de transferência	100,00
Certidão de transferência	100,00
Anotação de alteração de nome	100,00
Certidão de alteração de nome	100,00
Prorrogação do registro, quando requerida dentro dos 3 (três) meses seguintes à expiração do prazo legal	100,00
Certidão de existência de título, insignia, expressão ou sinal de propaganda, igual ao que se pretende registrar, referindo-se a uma só classe	100,00
Por classe que exceder da primeira	30,00

VIII — Recompensas industriais

Depósito do pedido	100,00
Expedição do registro	200,00

IX — Pedidos de caducidade

a) De patente de invenção, de modelo de utilidade, de desenho ou modelo industrial	200,00
b) De registro de marca de indústria ou de comércio, nome co- mercial, título de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda	200,00

X — Interposição de recursos

a) Recurso extraordinário para o Ministro do Trabalho, Indús- tria e Comércio	300,00
b) Recurso para o Conselho de Recursos da Propriedade In- dustrial	200,00

XI — Cópias fotostáticas

Por cópia fotostática de quaisquer documentos sobre privilégio de invenção, marcas, nomes, títulos, insignias, expressão ou sinal de propaganda e recompensas industriais	30,00
---	-------

XII — Vista de processos

Vista de qualquer processo solicitada pelo próprio ou por seu pro- curador, exceto quando se destinar ao conhecimento de exi- gências, oposições, réplicas e trêplicas	5,00
--	------

XIII — Desarquivamento e restauração

a) Pedido de desarquivamento de processos de privilegio de invenção, modelo de utilidade, desenho e modelo industrial, arquivado ou que tenha incidido em arquivamento, desde que requerido o desarquivamento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do ato que ordenou o arquivamento	200,00
b) Pedido de desarquivamento dos processos de marcas de indústria e de comércio, nome comercial, títulos de estabelecimento, insignia, expressão ou sinal de propaganda, apenas para efeito de expedição do certificado do registro, desde que requerido o desarquivamento dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação do ato que ordenou o arquivamento	200,00
c) Pedido de restauração de patentes de invenção, de modelo de utilidade, desenho e modelo industrial	300,00
d) Multa para o pagamento de anuidade de patente restaurada	100,00

XIV — Arquivamento de procuração

Pedido de arquivamento de procuração	30,00
--	-------

Art. 2.º A primeira anuidade de qualquer patente e, bem assim a contribuição do primeiro triênio da patente de desenho ou modelo industrial, serão pagas, adiantadamente, em conjunto com a taxa de expedição das respectivas patentes.

Art. 3.º O pagamento da importância correspondente à 15.ª (décima quinta) anuidade da patente de invenção será efetuado, antecipadamente, por ocasião do pagamento relativo à 14.ª (décima quarta) unidade.

Art. 4.º Em caso algum serão restituídas as anuidades, contribuições e taxas.

Art. 5.º O pagamento das taxas, anuidades e contribuições estabelecidas no art. 1.º será efetuado por meio de estampilhas de selo federal, apostas nos requerimentos, livros e documentos, sendo inutilizadas de acordo com a lei e, sempre que possível, por perituração feita pelo Departamento Nacional da Propriedade Industrial.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 66.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

proj. 62/55

LEI N.º 2.917 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento da subvenção devida à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento, no corrente exercício, da subvenção devida à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul nos termos do art. 2.º da Lei n.º 2.721, de 30 de janeiro de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

proj. 1127/56

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos
S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.918 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, para, oportunamente, ser levado a crédito do "Fundo Especial de Assistência" a que se refere o art. 37 do Decreto-lei n.º 2.865, de 12 de dezembro de 1940.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

proj. 532/55

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Parsifal Barroso.
S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.919 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, destinado a indenizar o guarda-civil Ibrahim Generoso da Silva das despesas realizadas com seu tratamento, em consequência de acidente em serviço.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros), destinado a indenizar Ibrahim Generoso da Silva das despesas realizadas com seu tratamento, em consequência de acidente sofrido em serviço.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 13 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.
S. Paes de Almeida.

proj. 1418/56

LEI N.º 2.920 — DE 13 DE
OUTUBRO DE 1956

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura em cumprimento à lei n.º 2.524, de 4 de julho de 1955, os seguintes car-

gos na Universidade Rural de Pernambuco:

**QUADRO DE PESSOAL
PERMANENTE**

1	Reitor em comissão — CC-3
2	Diretor em comissão — CC-5
38	Professor catedrático — Padrão O
1	Oficial administrativo — Padrão M
3	Oficial administrativo — Padrão L
2	Oficial administrativo — Padrão K
2	Oficial administrativo — Padrão J
2	Oficial administrativo — Padrão I
3	Escriturário — Padrão G
2	Bibliotecário — Padrão I
1	Almoxarife — Padrão J
2	Almoxarife — Padrão I
2	Arquivista — Padrão H

Art. 2.º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, 4 (quatro) funções gratificadas de secretário, símbolo FG-6, destinados à reitoria e às três unidades escolares da Universidade, 1 (uma) de administrador da fazenda, da Escola Superior de Agricultura, símbolo FG-4, 1 (uma) de diretor do Hospital Veterinário, da Escola Superior de Veterinária, símbolo FG-4, e 1 (uma) de diretor dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão, símbolo FG-2.

Art. 3.º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos decorrentes do aproveitamento do pessoal permanente à Reitoria da Universidade Rural de Pernambuco, à Escola Superior de Agricultura e à Escola Superior de Veterinária da mesma Universidade, com efeito a partir da data do registro do termo do Acôrdo pelo Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Os demais servidores das aludidas instituições serão, igualmente, aproveitados, como extranumerários, cabendo ao Poder Executivo providenciar a respeito.

Art. 4.º Para atender às despesas decorrentes desta lei, no exercício de 1956, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.331.162,40 (dezesesseis milhões, trezentos e trinta e um mil, cento e sessenta e dois cruzeiros e quarenta centavos) assim discriminado:

I — Pessoal Permanente Cr\$

a)	Vencimentos	4.870.316,10
b)	Abonos (Emergência e Especial)	1.158.503,20
c)	Abono familiar	432.000,00
d)	Adicionais	295.848,00
e)	Gratificações de magistério	72.000,00

II — Pessoal Extranumerário:

	Cr\$
a) Vencimentos	4.481.434,20
b) Abonos (Emergência e Especial)	3.889.292,90
c) Abono familiar	570.600,00
d) Adicionais	75.438,00
III — Função gratificada	125.730,00
IV — Ajuda de custo e diárias	360.000,00
T o t a l	16.331.162,40

Art. 5.º A Universidade Rural de Pernambuco gozará como pessoa jurídica de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar, no âmbito da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, nos termos da legislação do ensino superior e do estatuto que a regulamentará.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1956, 135.º da Independência e 63.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Mário Meneghetti

S. Paes de Almeida

LEI N.º 2.921 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1956

Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a inclusão, nos termos do Art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o Art. 16 da mesma lei, correspondendo-lhe a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e qui-

nhentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento, no presente exercício, da subvenção de que trata o Art. 1.º desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj.
312/55 JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.
S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.922 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, por ocasião dos festejos comemorativos de seu jubileu de prata.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, 2 (dois) créditos especiais de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), um pelo Ministério da Educação e Cultura e outro pelo Ministério da Saúde, destinados à Diocese de Petrolina, Estado de Pernambuco, por ocasião dos festejos comemorativos do seu jubileu de prata.

Art. 2.º Os créditos especiais de que trata o artigo anterior, visam a auxiliar o desenvolvimento das instituições educativas e médico-hospitalares daquela Diocese, que deverá prestar contas das referidas importâncias dentro de 2 (dois) anos a partir da data do seu recebimento.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj.
4343/54 JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.
Maurício de Medeiros.
S. Paes de Almeida.

LEI N.º 2.923 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1956

Revigora o Inciso IX, do § 6.º, do Art. 178, da Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916 (Código Civil).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' revigorado o Inciso IX, do § 6.º, do Art. 178, da Lei n.º 3.071, de 1.º de janeiro de 1916 (Código Civil)

"Art. 178

§ 6.º

IX — A ação dos médicos, cirurgiões ou farmacêuticos, por suas visitas, operações ou medicamentos, cortado o prazo da data do último serviço prestado."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj.
2212/52 JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos.

LEI N.º 2.924 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1956

Modifica o Art. 300 do Decreto-lei número 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Art. 300 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a ter a seguinte redação:

"Art. 300. Sempre que, por motivo de saúde, for necessária a transferência do empregado, a juízo da autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho, dos serviços no subsolo para os de superfície, é a empresa obrigada a realizar essa transferência, assegurando ao

transferido a remuneração atribuída ao trabalhador de superfície em serviço equivalente, respeitada a capacidade profissional do interessado.

Parágrafo único. No caso de recusa do empregado em atender a essa transferência, será ouvida a autoridade competente em matéria de higiene e segurança do trabalho, que decidirá a respeito."

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

proj. 3794/53

LEI N.º 2.925 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para a reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, município de Itaipópolis, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para a reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, município de Itaipópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj.

468/55

LEI N.º 2.926 — DE 21 DE
OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na X Reunião das Altas Partes Contratantes do Acórdão Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00 (trezentos e seis mil e quarenta cruzeiros), destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na X Reunião das Altas Partes Contratantes do Acórdão Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, realizada em Genebra, Suíça, a partir de 27 de setembro de 1955.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere o art. 1.º desta lei será automaticamente registrado e distribuído, pelo Tribunal de Contas, ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj.

685/55

LEI N.º 2.927 — DE 23 DE
OUTUBRO DE 1956

Altera o decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de 1943, que autoriza a instalação da Fundação Brasu Central e dispõe sobre o seu funcionamento.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O § 2.º, do art. 1.º do decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de

1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º

§ 2.º A sede e fóro da Fundação serão fixados mediante ato do Poder Executivo, podendo a mesma manter agência ou representação na Capital Federal".

Art. 2.º Acrescente-se ao art. 1.º do decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de 1943, o seguinte parágrafo:

"Art. 1.º

§ 3.º A Fundação será administrada na forma dos estatutos aprovados por decreto do Presidente da República".

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Nereu Ramos.

S. Pires de Almeida.

Mario Meneghetti.

LEI N.º 2.928 — DE 23 DE OUTUBRO DE 1956

Altera a legislação do Imposto de Consumo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. A Consolidação das Leis do Imposto de Consumo, a que se refere o Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, modificado pelas Leis ns. 1.748, de 28 de novembro de 1952, e 2.644, de 16 de novembro de 1955, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Primeira

O inciso 1 da alínea XXIV, da Tabela D, é substituído pelo que se segue:

1

Charutos, com base no preço de venda no varejo, marcado obrigatoriamente pelo fabricante, por unidade:

Até o preço de Cr\$ 3,00 5%
De mais de Cr\$ 3,00 até Cr\$ 5,00 10%

De mais de Cr\$ 5,00 até Cr\$ 10,00 12%
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 25,00 15%
De mais de Cr\$ 25,00 até Cr\$ 50,00 20%
De mais de Cr\$ 50,00 30%
Estrangeiros, de qualquer preço 30%

Segunda

A letra b da Nota 1.ª à alínea XXIV passa a ter a seguinte redação:

b) cintas especiais — para charutos nacionais, aplicadas nos fechos das caixas, maços ou pacotes, em lugar visível, de maneira a se inutilizarem ao ser aberto o invólucro. Multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 2.000,00 aos que infringirem o disposto nas letras a ou b desta Nota.

Terceira

A nota 2.ª à alínea XXIV é substituída pela seguinte:

2.ª

Os maços, pacotes, carteiras, caixas, latas, potes e quaisquer outros invólucros contendo cigarros cigarilhas, charutos, rapê, fumo desfiado, picado, migado ou em pó, nos quais são aplicadas as estampilhas ou cintas correspondentes, pelas formas estabelecidas nas letras a e b da Nota anterior, e é feita, quanto aos de produção nacional, a indicação do preço máximo de venda no varejo, nos termos das letras a e b da Nota 6.ª e da Nota 7.ª — só poderão sair das respectivas fábricas ou ser importados perfeitamente fechados mediante cola ou substância congênera, compressão mecânica (empacotamento fecho a máquina), solda ou de outro meio semelhante; não sendo permitida, sob qualquer pretexto, a sua abertura para a venda a retalho, salvo quanto aos cigarros, cigarilhas e charutos. Multa de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00.

Quarta

A Nota 6.ª passa a ter a seguinte redação:

A marcação do preço de venda no varejo, que servir de base para o pagamento do imposto nos produtos desta alínea, será feita com os dizeres Preço no varejo: Cr\$ de forma indelével e bem visível:

a) pelos fabricantes de charutos, especificando "Preço de cada charuto

no varêjo Cr\$ (unidades tributadas);

I — na parte interna da tampa de cada caixa, impressa com tinta preta, em caracteres de altura não inferior a 10 milímetros;

II — nos rótulos exteriores das caixas, maços ou pacotes, ou gravado nas próprias caixas, em caracteres de altura não inferior a 10 milímetros;

b) pelos fabricantes de cigarros e cigarrilhas, de rapé e de fumo desfiado, picado, ou migado ou em pó, nos rótulos de cada maço, pacote, carteira, lata, caixa ou outro qualquer invólucro, em caracteres de altura não inferior a 2 milímetros quanto às letras e não inferior a 5 milímetros quanto aos algarismos. Multa de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 aos que infringirem o disposto nas letras a e b desta Nota.

Quinta

A Nota 7.^a passa a ter a seguinte redação.

Tratando-se de invólucros, caixas, pacotes, maços ou semelhantes, contendo mais de uma unidade tributada e as quais são aplicadas as respectivas estampilhas ou cintas, segundo as normas estabelecidas nas letras a e b da Nota 1.^a, a marcação a que se refere a Nota anterior deverá indicar, com exceção dos charutos, o total do invólucro, bem como o número de unidades tributadas, pela forma que se segue:

“Preço no varêjo Cr\$ (unidade tributadas)”

Multa de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00.

Sexta

Ficam acrescidas à mencionada alínea XXIV da Tabela D, após a Nota 18.^a, as seguintes Notas:

19.^a

Os importadores de charutos estrangeiros são obrigados a declarar à repartição aduaneira, no ano da importação, o valor pelo qual será vendida no varêjo cada caixa ou invólucro, pagando sobre esse valor, com a aquisição das estampilhas necessárias, o imposto de consumo correspondente, de conformidade com o inciso 1.^o. São, ainda, obrigados a aplicar, além do estampilhamento, em cada caixa ou invólucro dentro de quarenta e oito horas após o re-

cebimento dos produtos, uma etiqueta contendo sua firma, endereço, número da “Patente de Registro e o preço respectivo para a venda no varêjo, este em caracteres não inferiores a 10 milímetros. Multa de importância igual ao dobro do imposto sonegado, não inferior a Cr\$ 20.000,00.

20.^a

Os fabricantes de produtos do inciso 1 desta alínea serão ainda obrigados a aplicar em cada charuto um anel etiqueta indicando o nome da firma fabricante, seu endereço e marca do produto, e a aplicar em cada uma etiqueta, para ser preenchida pelo retalhista, com os seguintes dizeres:

“Este envoltório foi aberto em de de 19....

(Assinatura do retalhista)”

na qual o comerciante que o abrir para venda a retalho das unidades que contiver será obrigado a apor a data respectiva da abertura e a sua assinatura, o que poderá ser feito por seu preposto, sob sua responsabilidade. Multa de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 5.000,00 ao fabricante que deixar de aplicar a etiqueta, ou ao comerciante que não observar as formalidades acima indicadas.

Sétima

Fica acrescentada, no final da letra a do art. 55 das normas gerais, após a palavra toucador, a seguinte expressão:

“ou charutos”.

Art. 2.^o. Fica o diretor das Rendas Internas, de acordo com o art. 207 das normas gerais do Decreto número 26.149, de 5 de janeiro de 1949, autorizado a baixar instruções, criar modelos ou alterar os já existentes, com o objetivo de estabelecer as medidas de controle fiscal, necessárias à execução desta lei.

Art. 3.^o. Esta lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1957, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de outubro de 1956; 135.^o da Independência e 66.^o da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

S. Paes de Almeida

proj. 1336/56

LEI N.º 2.929 — DE 27 DE
OUTUBRO DE 1956

Disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A alteração ou retificação da idade dos oficiais das Forças Armadas, quando processada por meio administrativo, será de iniciativa do interessado, mediante requerimento devidamente instruído com documentos hábeis, inclusive certidão de nascimento de inteiro teor (*verbum ad verbum*) dentro das normas fixadas na presente lei.

Art. 2.º É de competência exclusiva dos Ministros das pastas militares alterar ou retificar a idade dos respectivos oficiais em despacho de que constem, obrigatoriamente, os esclarecimentos necessários à perfeita identificação do direito do peticionário.

Art. 3.º A idade do oficial, constante de seus assentamentos militares ou do almanaque do respectivo Ministério, só poderá ser alterada ou retificada em caso de:

a) evidente equívoco na organização dos documentos para alistamento, incorporação ou matrícula nas escolas de formação;

b) discordância de datas entre os assentamentos individuais e o almanaque ministerial, prevalecendo, neste caso, para efeito de retificação, a idade consignada nos assentamentos quando da verificação de praça, incorporação ou matrícula nas escolas de formação;

c) erro de impressão em qualquer dos documentos referidos nos dispositivos anteriores;

d) cumprimento de decisão judicial, dispensados, nesta hipótese, os esclare-

cimentos a que se refere o art. 2.º da presente lei.

§ 1.º Em nenhum caso ou instância poderá ser alterada ou retificada a idade do oficial:

a) quando consignada, por mais de 5 (cinco) anos consecutivos, nos seus assentamentos militares ou no almanaque do respectivo Ministério;

b) quando da alteração ou retificação decorra haver o mesmo oficial verificado praça com idade inferior a 17 (dezessete) anos.

§ 2.º Em caso de pedido de alteração ou retificação, por meio administrativo, se houver suspeição sobre a veracidade da certidão de nascimento apresentada, ou não houver concordância com outra dos arquivos militares, o Ministro mandará proceder a sindicância sobre a sua exatidão, por intermédio da autoridade militar mais próxima da sede do cartório em cujos livros figure o registro a ela correspondente. Apurada a falsidade ou a inexatidão de um ou de outro documento, providenciará para que seja instaurado contra o responsável o processo criminal cabível.

Art. 4.º. VETADO ...

Parágrafo único. VETADO...

Art. 5.º Os Ministros das pastas militares paixarão normas reguladoras do processamento da alteração ou retificação de idade das praças, estabelecendo a competência das autoridades que devam determiná-la, atendidas as peculiaridades das forças a eles subordinadas.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Antônio Alves Câmara

Henrique Lott

Henrique Fleiuss

proj 1607/56

LEI N.º 2.930 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1956

Modifica o art. 92, da Tabela constante do Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953 (Consolidação das Leis do Imposto do Sêlo)

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 92, da tabela constante do Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953 (Consolidação das Leis do Imposto do Sêlo) passa a vigorar no Departamento Federal de Segurança Pública (taxas especiais) da seguinte forma:

I — Alvarás:	Cr\$
a) expedidos às repartições municipais do Distrito Federal, em virtude de termos de responsabilidade, assinados para o comércio de armas, de inflamáveis e para a exploração de pedreiras, anualmente	100,00
b) de entrega de veículo recolhido ao depósito público, por vez	100,00
c) de soltura	5,00
II — Atestados de bons antecedentes	20,00
III — Autos:	
De exames periciais, a requerimento das partes, por folha	5,00
De apreensão de:	
1.º — Armas brancas proibidas (secretas):	
Em residência particular, por vez:	
pela primeira arma	100,00
pelas subseqüentes	50,00
Em estabelecimento comercial, por vez:	
pela primeira arma	200,00
pelas subseqüentes	100,00
Na via ou logradouro público, ou em veículo, por vez:	
por unidade de arma	300,00
Em zona de meretrício, clube, <i>dancing</i> , cabaré, lugares onde haja reunião, ajuntamento ou previsível aglomeração pública, por vez:	
por unidade de arma	500,00

2.º) — Armas de fogo não registradas (clandestinas), por vez:	
Em residência particular:	
pela primeira arma	300,00
pelas subseqüentes	200,00
Em estabelecimento comercial, por vez:	
pela primeira arma	400,00
pelas subseqüentes	300,00
Na via ou logradouro público, ou em veículo, por vez:	
por unidade de arma	400,00
Em zona de meretrício, clube, <i>dancing</i> , cabaré, lugares onde haja reunião, ajuntamento ou previsível aglomeração pública, por vez:	
por unidade de arma	500,00
3.º) — Armas de fogo:	
Embora licenciada, quando feita a apreensão em zona de meretrício, <i>dancing</i> , cabaré, lugares onde haja reunião, ajuntamento ou previsível aglomeração pública, por unidade de arma, por vez	
	500,00
Vendidas por estabelecimento comercial, sem guia da polícia (venda clandestina) por vez:	
pela primeira arma	1.000,00
pelas subseqüentes	500,00
4.º) — Explosivos em geral:	
Conduzidos, empregados ou vendidos clandestinamente, por vez:	
pelo primeiro quilograma ou fração.	2.000,00
pelos subseqüentes	200,00
Vendidos por estabelecimento comercial, sem guia da polícia, por vez:	
pelo primeiro quilograma ou fração.	500,00
pelos subseqüentes	200,00
Fabricados, clandestinamente, por vez:	
pelo primeiro quilograma ou fração.	1.000,00
pelos subseqüentes	500,00
5.º) — Fogos de artifício, por vez:	
fabricados, clandestinamente	
por espécie em fabricação ou já fabricada	2.000,00
	50,00
Em depósito, conduzidos, vendidos ou em queima, sem licença da autoridade policial, por vez:	
por espécie de fogos	100,00
6.º) — Balões de fogo, em depósito, expostos à venda ou queimados (soltados), por vez	
	2.000,00

7.º) — Estopim de qualquer espécie, por vez:	
em depósito, conduzido, vendido ou empregado, clandestinamente:	
pelo primeiro metro	50,00
pelos subseqüentes	20,00
Vendidos por estabelecimento comercial, sem guia da polícia, por vez:	
pelo primeiro metro	200,00
pelos subseqüentes	100,00
8.º) — Munição de qualquer espécie ou calibre, por vez:	
Posse clandestina:	
pela primeira carga ou fração	100,00
pelas subseqüentes	50,00
Vendida por estabelecimento comercial, sem guia da polícia, por vez:	
pela primeira carga	300,00
pelas subseqüentes	150,00
9.º) — Detonadoras para explosivos em geral, em depósito, conduzidas, vendidas ou empregadas, clandestinamente, por vez:	
pela primeira dúzia	50,00
pelas subseqüentes	20,00
10.º) — Armas de fogo, proibidas, de guerra ou regulamentares, por unidade de arma:	
Em residência particular ou em estabelecimento comercial, por arma	500,00
Na via ou logradouro público, ou em veículo, por arma	1.000,00
IV — Registro de licença de veículo, anual:	
a) automóveis, tipo máximo, de cada marca ..	500,00
b) automóveis, tipo médio de cada marca..	150,00
c) automóveis de aluguel, inclusive "camionettes" de lotação	100,00
d) autos-caminhões, para cargas superior a 1.500 quilos ..	200,00
e) automóveis pequenos	100,00
f) autos-caminhões para cargas inferiores a 1.500 quilos ..	100,00
g) autos-ônibus ..	500,00
h) veículos em trânsito (temporário):	
para sessenta dias	100,00
para cento e vinte dias	200,00
para cada mês, além de cento e vinte dias.	50,00
V — Recibo de depósito para garantia de multa (Serviço de Trânsito)	10,00
VI — Registro de:	
a) apartamentos novos (uma vez)	200,00
b) embarcações (uma vez):	
1) — grande ..	20,00
2) — pequenas ..	10,00
c) transferência de proprietário de veículo ..	200,00
d) transferência de registro de proprietário de arma ..	100,00
e) arma (por ano)	200,00

f) livro (de 50 fôlhas) de hotel de 1. ^a classe --	200,00
g) livro (de 50 fôlhas) de hotel de 2. ^a classe --	100,00
h) livro (de 50 fôlhas) de hotel de 3. ^a classe --	50,00
i) livro (de 50 fôlhas) de pensão -----	100,00
j) casa de habitação coletiva	50,00
VII — Retificação de nomes -----	10,00
VIII — Cancelamento de nota, por vez -----	100,00
IX — Cancelamento de multa (no requerimento) ...	5,00
X — Carteira de condutor de veículo, por vez:	
a) particular-amador . -----	200,00
b) profissional . -----	100,00
c) motociclista, ciclista e triciclista (em serviço comercial) -----	50,00
d) motociclista (em serviço não comercial) ---	100,00
e) entregador ou carregador -----	20,00
XI — Cancelamento de matrícula de veículo -----	50,00
XII — Carteira de identidade, por vez:	
a) comum . -----	30,00
b) para funcionário público -----	50,00
c) para serviço doméstico -----	10,00
XIII — Revalidação . -----	10,00
XIV — Clichês, filmes e chapas fotográficas de Cr\$ 50,00	
a . -----	300,00
XV — Fôlha corrida, por vez -----	30,00
XVI — Fianças nos processos — flagrantes (crimes, ou contravenções): Dez por cento (feita a aplicação no livro de termos de fiança) sobre o valor da fiança prestada, além da selagem estipulada na legislação vigente.	
XVII — Guias, por vez:	
a) de permissão para trânsito desembarço, embarque, desembarque e entrega de explosivos, armas e munições (quatro guias), cada guia . -----	40,00
b) especiais provisórias -----	40,00
c) para aquisição de explosivos, armas e munições . -----	10,00
d) para retirar da Alfândega explosivos, armas e munições -----	40,00
e) de embarque e desembarque de veículos matriculados . -----	100,00
XVIII — Inquérito, de ação privada, que for custeado, além da selagem estipulada na legislação vigente	200,00
XIX — Indenização de material, de Cr\$ 10,00 a -----	100,00
XX — Juntada, por fôlha -----	3,00
XXI — Licenças, anuais:	
1.º — Para funcionamento de cinematógrafo (paga pelo proprietário do edifício em que funcionar a casa de diversão):	
na área urbana -----	1.000,00
noutros locais -----	500,00

2.º) — Para funcionamento de teatro (paga pelo proprietário do edificio em que funcionar a casa de diversão):	
na área urbana	1.000,00
noutros locais	500,00
3.º) — Para emprêgo de explosivos em pedreiras ou barreiras (fins industriais — permanente)	200,00
4.º) — Para emprêgo de explosivos em pedreiras ou barreiras (de emergência)	20,00
5.º) — Para comércio de armas e munições ..	1.000,00
6.º) — Para fabrico e comércio de chumbo de caça (escumilha)	100,00
7.º) — Para fabrico e comércio de explosivos.	1.000,00
8.º) — Para fabrico e comércio de produtos químicos e matérias correlatas	200,00
9.º) — Para fabrico e comércio de inflamáveis	200,00
10.º) — Para o exercicio da profissão de encarregado de fogo (blaster)	50,00
11.º) — Para depósito de explosivos	500,00
12.º) — Para depósito de inflamáveis em pôsto de bomba de gasolina:	
a) zona urbana	1.000,00
b) zona suburbana	500,00
c) fora da zona suburbana	200,00
13.º) — Para depósito de inflamável petrolífero e derivados, à razão de um centavo por litro, calculado na base da quantidade importada, ou produzida no país, no ano anterior.	
14.º) — Para depósito de produtos químicos e matérias correlatas	300,00
15.º) — Para trânsito de arma de caça (cada arma)	200,00
16.º) — Para trânsito de arma de tiro ao alvo.	10,00
17.º) — Para porte de arma de defesa, individual, por arma	500,00
18.º) — Para condução de arma de defesa, em veiculo, por arma:	
a) particular	200,00
b) pagadores ou cobradores	50,00
19.º) — Para porte de arma de defesa de vigia interno de estabelecimento comercial ou residência particular	200,00
20.º) — Para porte de arma de defesa por vigia externo de estabelecimento comercial ou residência particular	200,00
21.º) — Para funcionamento de circo, por local onde se instalar	250,00

22.º) — Para funcionamento de parque de diversão, por local onde se instalar	1.000,00
23.º) — Para funcionamento de <i>dancing</i> , cabaré e semelhantes	500,00
24.º) — Para funcionamento de sociedade recreativa, com entradas retribuídas ..	200,00
25.º) — Para funcionamento de sociedade desportiva, com entradas retribuídas	500,00
26.º) — Para funcionamento de outros espetáculos públicos, de que se auferirem lucros, qualquer que seja o número de funções durante o ano:	
a) na área urbana	200,00
b) na área suburbana	100,00
27.º) — Para funcionamento de sociedade recreativa, sem entradas retribuídas ...	100,00
28.º) — Para ensaios carnavalescos	100,00
29.º) — Para praticagem de motoristas, motociclista, ciclista e mais condutores de veículos	200,00

XXII — Licenças:

1.º) — Para a retirada de automóvel ou caminhão e ônibus, do Cais do Porto até o licenciamento definitivo, por veículo.	100,00
2.º) — Para saída de coletividade na época dos folguedos carnavalescos, quer se trate de associação já licenciada para funcionar, quer dos agrupamentos que se formem para aquele fim na época indicada, por vez:	
a) pequenas	100,00
b) grandes	300,00
3.º) — Para propaganda comercial ou não, em qualquer época do ano, por um ou mais indivíduos caracterizados, por vez	100,00
4.º) — Para saída de sociedade recreativa, ou não, por vez	500,00
5.º) — Para saída de veículo — anúncio, na época destinada aos folguedos carnavalescos, por vez	100,00
6.º) — Para queima diária de fogos em festejos públicos a título precário, por vez.	200,00
7.º) — Para compra de explosivos, armas ou munições, por vez	10,00
8.º) — Para retirar da Alfândega, explosivos, armas e munições, por vez	10,00
9.º) — Para venda diária de fogos em época joanina, a título precário, por vez	500,00
10.º) — Permanente, para ter arma (anual):	
em residência particular, por arma ..	20,00
em estabelecimento comercial por arma, anual	200,00

11.º) — Provisória para qualquer fim	20,00
12.º) — Não especificada	50,00
XXIII — Para funcionamento de casa de bilhares ou "snoker" (anual):	
a) zona urbana	500,00
b) noutros locais	200,00
XXIV — Matrícula de ajudante de motorista, anual ----	20,00
XXV — Reboque providenciado pelo Serviço do Trânsito	500,00
XXVI — Provas, cópias e ampliações fotográficas, de Cr\$ 10,00 a	100,00
XXVII — Passaporte individual (Dec. n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938), por vez	200,00
a) prorrogação em passaporte comum	100,00
b) visto em passaporte comum para sair do território nacional, ou em passaporte estrangeiro	100,00
XXVIII — Termos:	
a) de fiança para desembarque, por vez	200,00
b) de responsabilidade para emprêgo de explosivos em pedreira, anual	50,00
c) para comércio de armas e munições, anual	200,00
d) para fabrico ou comércio de explosivos, anual	200,00
e) para fabrico ou comércio de produtos químicos e matérias correlatas, anual	100,00
f) para o exercício da profissão de encarregado de fogos (blaster), anual	20,00
XXIX — Requerimentos dirigidos, por particular, a quaisquer dependências policiais, além da selagem estipulada pela legislação vigente, apôsto à margem do requerimento mais	5,00
XXX — Título de habilitação de carroceiro, ciclista, triciclista, motociclista, cocheiro, motorneiro e motorista	10,00
XXXI — Baixa de matrícula de veículo	50,00
XXXII — Visto:	
a) em licença de armas, concedidas pelos Estados da União ou Territórios, a vigia, cobrador, pagador, funcionário público, encarregado de cobranças ou pagamentos, bem como de outros para defesa pessoal, em casos devidamente justificados, anual	10,00
b) periódico em carteiras de identidade de estrangeiros	10,00
XXXIII — Fichas de hotéis e pensões:	
De hospedagem, para cada pessoa, apôsto na ficha de hospedagem, por vez	2,00
XXXIV — Casas de habitação coletiva:	
Por locação, para cada pessoa, por vez ----	1,00
XXXV — Passagens:	
a) de avião entre o Brasil e outra nação, por viagem	100,00
b) outras passagens de avião	20,00

c) marítima, entre o Brasil e outra nação, por viagem e por pessoa — 1. ^a Classe	200,00
d) marítima, entre o Brasil e outra nação, por viagem e por pessoa — 2. ^a classe	100,00
e) de cabotagem — 1. ^a classe	50,00
XXXVI — Passes de entrada, ou saída, de navés de longo curso, estrangeiras	200,00
XXXVII — Passes de entrada ou saída, de navés de pequeno curso, estrangeiras	100,00
XXXVIII — Passes de entrada, ou saída, de aeronaves de longo curso, estrangeiras	100,00
XXXIX — Passes de entrada ou saída, de aeronaves, de pequeno curso, estrangeiras	50,00
XL — Passes de entrada ou saída, de navés de longo curso, nacionais	100,00
XLI — Passes de entrada, ou saída, de navés de pequeno curso, nacionais	50,00
XLII — Passes de entrada, ou saída, de aeronaves de longo curso, nacionais	50,00
XLIII — Passes de entrada, ou saída, de aeronaves de pequeno curso, nacionais	20,00
XLIV — Reconhecimento de impressões digitais	50,00
XLV — Retificação de assentamentos e apostila da portaria de licença	10,00
XLVI — Registros de livros (de 50 fôlhas) cada:	
a) garage aluguel	500,00
b) de matrícula indistinta de veículos	100,00
c) de oficina mecânica, de veículos, zona urbana	200,00
d) de oficina mecânica, de veículo, zona suburbana	100,00
e) de oficina mecânica, de veículos, fora da zona suburbana	50,00
f) agências ou casas de venda de automóveis, e veículos em geral	1.000,00
g) casas de acessórios de automóveis e veículos em geral	500,00
h) ferro velho (venda de peças de veículos) ..	500,00
XLVII — Fiscalização de taxímetros, por vez (semestral)	10,00
XLVIII — Fiscalização de garage, semanal	5,00
XLIX — Inscrição para exame de motorista amador, por vez	500,00
L — Inscrição para exame de motociclista profissional por vez	50,00
LI — Inscrição para exame de motociclista amador, por vez	100,00
LII — Inscrição para exame de motorneiro, por vez ..	50,00
por vez	50,00
LIII — Inscrição para exame de cocheiro ou carroceiro,	
LIV — Exame clínico para motorista amador, inclusive de vista	100,00
LV — Visto em carteira de motorista amador emitida fora do local do aludido visto	100,00

LVI — Visto em carteira de motorista profissional, emitida fora do local do aludido visto	50,00
LVII — Exame médico em razão de acidente	50,00
LVIII — Exame médico (diversos)	30,00
LIX — Registro de taxímetros (uma vez)	50,00
LX — Lista de passageiros:	
a) de portos nacionais	50,00
b) de postos estrangeiros	100,00
c) de passageiros permanentes	10,00
d) de passageiros temporários	10,00
e) de passageiros em trânsito	10,00
f) de passageiros clandestinos	10,00
LXI — Fiscalização em clube fechado, para jogos permitidos uma vez por semana	5,00
LXII — Fiscalização em depósito de inflamável, semanal	5,00
LXIII — Contas processadas	5,00

Art. 2.º Continuam vigentes as isenções previstas no Decreto n.º 3.345, de 30 de novembro de 1938, que expede novo regulamento de passaportes, modificado pelo Decreto n.º 6.483, de 5 de novembro de 1940.

Parágrafo único. Não se compreende como passaporte o salvo conduto expedido por autoridade policial para ter efeito dentro do país.

Art. 3.º Fica, expressamente proibida, sob pena de nenhum valor, a passagem de certidões, ou atestados, a requerimento verbal.

Art. 4.º Estão isentas de sêlo as licenças concedidas a autoridades e funcionários policiais, para uso de armas, quando na ativa.

Art. 5.º Incidirá nas multas, a que se refere o Código Nacional de Trânsito (Decreto-lei n.º 3.651, de 25 de setembro de 1941), a importância de Cr\$ 5,00 (cinco cruzeiros), em sêlo adesivo, aposto no documento relativo à infração. A última via do documento que será selada, deverá ficar arquivada na repartição que impuzer a multa depois de ser, devidamente inutilizado o referido sêlo.

Art. 6.º Estão isentas de sêlos as licenças dos veículos a que se refere o art. 84 do Código Nacional de Trânsito.

Art. 7.º O imposto, a que se refere esta lei superior a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), será pago por verba.

Art. 8.º São mantidas, quanto ao imposto de sêlo, as isenções previstas nos arts. 51 e 52 do Decreto-lei n.º 4.655, de 3 de setembro de 1942, bem como aquelas previstas na legislação vigente.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Art. 10.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmin.

Proj. 3135/53

LEI N.º 2.931 — DE 27 DE OUTUBRO
DE 1956

Dispõe sobre o penhor industrial de veículos automotores, equipamentos para a execução de terraplenagem e pavimentação e quaisquer viaturas de tração mecânica usadas nos transportes de passageiros e cargas, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São suscetíveis de penhor industrial os veículos automotores e os equipamentos para a execução de terraplenagem e pavimentação, bem como quaisquer viaturas de tração mecânica, usadas nos transportes de passageiros e cargas e, ainda, nos serviços dos estabelecimentos industriais

§ 1.º — O penhor industrial de que trata este artigo pode abranger os equipamentos, instalações, oficinas como seus aparelhamentos mecânicos, ferramentas e acessórios ligados à exploração da atividade financeira.

§ 2.º — Aplicam-se a esse penhor as disposições do Decreto-lei número 1.271, de 16 de maio de 1939, com exceção do § 1.º, inciso VI, o § 2.º do seu art. 2.º, efetuando-se, porém, a transcrição e o arquivamento do contrato no Registro de Imóveis da comarca do domicílio do devedor

§ 3.º Efetuado o registro será o penhor anotado nos assentamentos próprios da repartição competente para expedição de licença dos veículos

Art. 2.º — O registro e anotação, previstos no artigo anterior, valerão contra terceiros, desde a sua data.

Art. 3.º As dragas e os implementos destinados à limpeza e desobstrução de portos, rios e canais podem ser objeto do penhor naval a que se refere o art. 265 do regulamento baixado pelo decreto n.º 24 288, de 24 de maio de 1934, observadas as formalidades de registro previstas nesses dispositivos.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos

proj. 3104/53

LEI N.º 2.932 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1956

Torna inalienáveis, durante dez anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Os lotes de terra referidos pelos Decretos-leis nrs. 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, 4.504, de 22 de julho de 1942, 6.117, de 16 de dezembro de 1943, e 9.760, de 5 de setembro de 1946, bem como quaisquer outros que sejam concedidos para colonização, não poderão ser vendidos, hipotecados, arrendados, permutados ou alienados de qualquer modo, direta ou indiretamente, antes de decorridos 10 (dez) anos da expedição do título definitivo.

Parágrafo único O título concedido será considerado automaticamente caduco e nulo de pleno direito, no caso de ser modificado o objetivo da concessão.

Art. 2.º O domínio útil dos lotes deixados por colonos concessionários falecidos poderá ser transferido a terceiros, por seus herdeiros ou legatários, mediante prévia e expressa autorização do Ministro da Agricultura.

§ 1.º Não existindo herdeiros ou legatários, proceder-se-á na forma estabelecida para as heranças jacentes, podendo o Ministério da Agricultura transferir a terceiros, em caráter provisório, o domínio útil dos lotes até que a situação jurídica dos mesmos fique esclarecida.

§ 2.º Os concessionários do domínio útil, previsto no parágrafo anterior, terão preferência para a concessão definitiva.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos
Mário Meneghetti

proj. 1028/51

LEI N.º 2.933 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1956

Modifica o art. 33 do Código da Justiça Militar.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Dê-se ao art. 33 do Código da Justiça Militar, aprovado pelo Decreto-lei n.º 925, de 2 de dezembro de 1938, a seguinte redação:

“Art. 33 As vagas de auditor de 1.ª entrância serão preenchidas:

I a primeira:

por advogados de ofício de 2.ª entrância da Justiça Militar, ou, na falta destes, por advogados de ofício de 1.ª entrância;

II a segunda:

por primeiros substitutos de auditor de 2.ª entrância, ou, na falta destes, por primeiros substitutos de auditor de 1.ª entrância;

III a terceira:

por bacharel em direito com três (3) anos, no mínimo, de prática forense.

§ 1.º Em qualquer dos casos de que tratam os itens I, II e III, devem os candidatos estar habilitados em concurso de provas de validade ainda vigente.

§ 2.º Os substitutos de auditor devem, também, contar, no mínimo, 5 (cinco) anos de designação e 3 (três) de efetivo exercício das respectivas funções.

§ 3.º Não sendo possível o preenchimento da primeira ou da segunda vaga por falta de candidato aprovado em concurso, poderá ser provida a primeira, pelo critério estabelecido para a segunda, e vice-versa, satisfeitas as demais condições. Na falta absoluta de advogados de ofício e de primeiros substitutos de auditor de qualquer das entrâncias, concorrerão às vagas existentes bacharéis em direito que satisfaçam o disposto no § 1.º.

§ 4.º O prazo de validade dos concursos, a que se refere o § 1.º, é de 5 (cinco) anos”.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

proj. 2832/53

LEI N.º 2.934 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a realização da Sexta Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agropecuária Industrial, na cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para auxiliar a realização, no ano de 1956, da 6.ª Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agropecuária Industrial, sob os auspícios da municipalidade e da Associação Rural, na cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º O auxílio concedido nesta lei será entregue à Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, que aplicará:

a) Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) em favor do fomento à triticultura;

b) Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) na realização da 6.ª Festa Nacional do Trigo, a critério daquela Prefeitura.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mário Meneghetti

José Maria Alkmin

proj. 1046/55

LEI N.º 2.935 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1956

Concede a inclusão da Escola Superior de Agricultura de Lavras entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a inclusão da Escola Superior de Agricultura de Lavras, no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, com a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 da citada lei.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

Mário Meneghetti

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.936 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos Dumont" em todo o território nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para atender às despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos Dumont", no período de 20 de janeiro de 1956 a 20 de janeiro de 1957, em todo o território nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

Henrique Fleiuss

José Maria Alkmim

proj.
1734/56

LEI N.º 2.937 — DE 31 DE
OUTUBRO DE 1956

Autoriza a abertura, ao Tribunal de Contas, do crédito suplementar de Cr\$ 600.000 00, em reforço de dotações do orçamento em vigor.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Tribunal de Contas, o crédito suplementar de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), em reforço das seguintes dotações constantes da Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956:

ANEXO 3 — ÓRGÃO AUXILIARES
Subanexo 3.01 — Tribunal de Contas

DESPESAS ORDINÁRIAS

Verba 1 — Custeio

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil		Cr\$
— 1.1.01 — Vencimentos	400.000,00	
— 1.1.09 — Ajuda de custo	150.000,00	
	550.000,00	
Consignação 1.5.00 —		
Serviços de Terceiros		
— 1.5.02 — Passagens, transportes de pessoas e de suas bagagens ..	50.000,00	
Total	600.000,00	

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 31 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

José Maria Alkmim

proj. 1673/56

LEI N.º 2.938 — DE 2 DE
NOVEMBRO DE 1956

Dispõe sobre os programas de ensino que servirão de base ao concurso de cargos de magistério.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Nos editais de concurso para provimento de cargos de magistério serão indicados precisamente a vaga a preencher e o programa de ensino adotado que servirá de base às provas de concurso.

§ 1.º Será adotado o programa aprovado para o ano imediatamente anterior ao da abertura do concurso.

§ 2.º Se a disciplina relativa ao cargo vago for ensinada em mais de um ano escolar, serão adotados os programas correspondentes a todos eles.

§ 3.º Em hipótese alguma poderá ser adotado programa organizado por qualquer dos candidatos inscritos quando no exercício anterior, ou atual, do cargo a ser preenchido por concurso.

§ 4.º Se não houver programa senão nas condições do parágrafo anterior, a congregação da escola organizará um especialmente que servirá de base ao concurso.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 1.º e 2.º do Decreto n.º 33.460, de 3 de agosto de 1953.

Rio de Janeiro, em 2 de novembro de 1956, 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK
Clovis Salgado

LEI N.º 2.939 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1956

Concede pensões especiais às famílias de servidores falecidos em acidente no serviço do Departamento de Munições do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — São concedidas, a partir de outubro de 1955, aos beneficiários

legais dos aprendizes Paulo Santos Leal, Lédio Ribeiro Conceição, Ubaldo Hugo Gonçalves e Sebastião de Almeida Guimarães, alunos da Escola Técnico-Profissional Almirante Ferraz, do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha, falecidos em consequência da explosão ocorrida em 4 de outubro de 1955, no Departamento de Munições do citado estabelecimento, as pensões especiais de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) mensais.

Art. 2.º — As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento de pensionistas da União.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Antônio Alves Câmara.

José Maria Alkmim.

prof. 1498/56

LEI N.º 2.940 — DE 8 DE
NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00, em reforço de dotação que especifica.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00 (duzentos e oitenta e três milhões de cruzeiros), destinado ao reforço da seguinte dotação constante do orçamento vigente (Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955):

Anexo 6 — Poder Judiciário

Subanexo 6.02 — Tribunal Federal de Recursos

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos diversos

Subconsignação 1.6.06 — Sentenças Judiciais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.941 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1956

Acrescenta parágrafo único ao art. 102 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma a Lei de Acidentes de Trabalho.)

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' acrescentado ao art. 102 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma a Lei de Acidentes do Trabalho), o seguinte parágrafo único:

"Art. 102 —

Parágrafo único. A sanção supra será igualmente aplicada contra a entidade seguradora, no caso de os riscos derivados da presente lei lhe terem sido transferidos por contrato de seguro".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK

Parisiati Barroso

LEI N.º 2.942 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 323.012,20 para atender ao pagamento de gratificação de magistério.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 323.012,20 (trezentos e vinte e três mil, doze cruzeiros e vinte centavos), para pagamento de gratificação de magistério, a que têm direito, de acordo com o Decreto-lei n.º 2.895, de 21 de dezembro de 1940, modificado pelo de n.º 8.315, de 7 de dezembro de 1945, os professores do mencionado Ministério, abaixo relacionados, estando as gratificações atribuídas de acordo com a Lei n.º 485, de 15 de novembro de 1948:

Número de Ordem — Discriminação

Cr\$

- | | |
|---|-----------|
| 1. Gabriela Leal de Sá Pereira, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia nos períodos de 8 de dezembro de 1950 a 7 de novembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais; e 8 de novembro de 1952 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais | 32.153,70 |
| 2. Américo Antônio Noé, professor, padrão "I", percebendo pelo Instituto Benjamin Constant, no período de 23 de novembro a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 15.848,00 anuais | 1.672,00 |
| 3. Cremildo Luis Viana, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, no período de 1 de agosto de 1948 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais | 26.500,00 |
| 4. Luis de França Capibaribe dos Santos, professor, padrão "J", percebendo pela Escola Técnica do Recife, no período de 15 de maio a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 10.200,00 anuais | 6.416,10 |

Número de ordem	Discriminação Cr\$
5. Magno dos Santos Pereira Valente, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia, no período de 7 de maio a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	3.903,30
6. Afonso de Castro Valente, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, no período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	55.161,30
7. Obyse de Leão Fontes, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil, no período de 7 de junho de 1952 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 9.000,00 anuais	14.100,00
8. Frutuoso de Lima Viana, professor, padrão "J", percebendo pela Escola Técnica Nacional da Diretoria do Ensino Industrial, no período de 16 de outubro de 1952 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 8.280,00 anuais	10.016,10
9. Tiago Cristóvão Faria de Lima, professor, padrão "J", percebendo pela Escola Técnica Nacional da Diretoria do Ensino Industrial, no período de 8 de junho de 1952 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 10.200,00 anuais	15.951,70
10. Nestor Moreira Reis, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Escola de Engenharia da Universidade de Recife, no período de 26 a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	290,30
11. Joaquim Soares Furtado, professor catedrático, padrão "J", percebendo pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, no período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	37.161,30
12. Benedito Figueiredo, professor, padrão "J", percebendo pela Escola Industrial de Cuiabá da Diretoria do Ensino Industrial, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 8.900,00 anuais	4.200,00
13. Segris Foroni Mansur Guerles, professor, padrão "K", percebendo pela Escola Técnica de Curitiba da Diretoria do Ensino Industrial, no período de maio a dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 10.800,00 anuais	5.500,00
14. Madaleno Girão Barroso, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade de Direito do Ceará, no período de 19 de julho de 1951 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	8.709,70
15. Alberto Martins Moreira, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Escola de Engenharia da Universidade de Recife, no período de 22 de dezembro de 1949 a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	6.161,30
16. Augusto Albuquerque Pedreira, professor, padrão "J", percebendo pela Escola Industrial de Maceió, da Diretoria do Ensino Industrial, no período de 19 de outubro a 31 de dezembro de 1950, à razão de Cr\$ 8.980,00 anuais	999,40
17. Raimundo de Barros Coelho, professor catedrático, padrão "J", percebendo pela Faculdade de Medicina da Universidade de Recife, no período de 13 de janeiro de	

1951 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	17.806,40
18. Elyvaldo Chagas de Oliveira, professor catedrático, padrão "J", percebendo pela Escola Politécnica da Universidade da Bahia, no período de 13 de abril de 1950 a 31 de dezembro de 1951, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	10.300,00
19. Valdemiro Augusto Teixeira de Freitas, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, no período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 18.000,00 anuais	37.161,30
20. Francisco Alberto de Castro, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, no período de 8 de dezembro de 1950 a 31 de dezembro de 1952, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	12.387,10
21. Themistocles Brandão Cavalcanti, professor catedrático, padrão "O", percebendo pela Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, no período de 22 de maio de 1951 a 31 de dezembro de 1953, à razão de Cr\$ 6.000,00 anuais	15.681,30
Total em Cr\$	325.812,20

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj.º 4806/54 JUSCELINO KUBITSCHEK.
Clóvis Salgado.
José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.943 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1956

Modifica a alínea "c" do artigo terceiro do Decreto-lei número nove mil oitocentos e cinquenta e nove de treze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis (Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contratar com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção, no País, de material rodante e a eletrificação de linha da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro).

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. A alínea c do art. 3.º do Decreto-lei n.º 9.859, de 13 de setembro de 1946 (Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contratar com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários

empréstimos destinados a custear a construção, no País, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º —

c) Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) — para aquisição de três (3) locomotivas elétricas para a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, a ser contratada com a firma Indústrias Reunidas de Ferro e Aço Limitada (IRFA)".

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Lucio Meira.

Parsifal Barroso.

José Maria Alkmim.

proj.º 1363/56

LEI N.º 2.944 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Da parcela do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios, cinco sextos caberão aos Estados e Distrito Federal e a sexta parte restante aos Municípios.

§ 1.º A distribuição das quotas aos Estados e Distrito Federal far-se-á:

- a) 50% (cinquenta por cento) proporcionalmente às respectivas populações, estimadas para 1 de julho do ano a que concernirem as quotas;
- b) 45% (quarenta e cinco por cento) proporcionalmente aos respectivos consumos de energia elétrica, avaliados de acordo com a arrecadação do imposto único feita no ano imediatamente anterior ao da distribuição;
- c) 4% (quatro por cento) proporcionalmente às respectivas áreas territoriais;

d) 1% (um por cento) proporcionalmente às respectivas produções efetivas de energia elétrica, calculadas por medidores, ou, na falta desses, pelas potências legalmente instaladas, com fator de carga de 35% (trinta e cinco por cento) e admitida a perda de 10% (dez por cento).

§ 2.º As quotas pertencentes aos Municípios serão por eles diretamente recebidas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de acordo com ordens dadas pelo C.N.A.E.E., que se incumbirá de obter dos Estados os elementos necessários ao cálculo da distribuição, conforme critério estabelecido no parágrafo anterior.

Art. 2.º A distribuição das quotas apuradas na forma desta lei será feita aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios em quatro parcelas trimestrais: a primeira, até 30 de setembro; a segunda, até 31 de dezembro; a terceira, até 31 de março, e a quarta, até 30 de junho do ano seguinte.

§ 1.º A entrega das quotas aos governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios será determinada, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, ao qual caberá verificar a produção e o consumo da energia elétrica, dentro em 4 (quatro) meses a contar do último dia do trimestre vencido.

§ 2.º O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá fazer antecipações mensais das entregas aos governos dos Estados e do Distrito Federal equivalentes a 80% (oitenta por cento) da quota média mensal do último trimestre apurado.

Art. 3.º Fica o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica incumbido de efetuar os cálculos para distribuição da receita do imposto único sobre energia elétrica, devendo para isso apurar regularmente a produção e o consumo de energia elétrica em todo o território nacional, de forma a possibilitar a distribuição das quotas, de acordo com o disposto nos arts. 1.º e 2.º desta lei.

§ 1.º Para custeio desse serviço poderão ser aplicados anualmente até 0,5% (cinco décimos por cento) da arrecadação do imposto único sobre energia elétrica, cabendo 40% (quarenta por cento) do encargo financeiro à União, 50% (cinquenta por cento) aos Estados e Distrito Federal e 10% (dez por cento) aos Municípios, proporcionalmente às respectivas quotas.

§ 2.º Fica o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica autorizado a admitir pessoal contratado e a assinar convênios com a Divisão de Águas do Ministério da Agricultura e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para ultrapassar o limite máximo estabelecido no § 1.º.

Estatística, a fim de cumprir a obrigação deste artigo, não podendo, nessas

Art. 4.º Serão aplicadas na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, observadas as prescrições desta lei, as quotas pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1.º A aplicação poderá consistir:

a) no custeio direto de estudos, projetos, obras e serviços realizados ou mantidos pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, para suprimento público de energia elétrica, incluindo as linhas de distribuição local, mas excluindo o custeio dos serviços de iluminação pública;

b) no pagamento de juros e amortizações de empréstimos realizados e obtidos com esse objetivo;

c) na tomada de ações de empresas concessionárias de suprimento público de energia elétrica, nacionais, desde que a maioria das ações pertença ou com a tomada das ações fique pertencendo a pessoa de direito público que controle sua administração;

d) em financiamentos a empresas nacionais, em plena atividade, desde que se destinem exclusivamente a produção, transmissão ou distribuição de energia elétrica, mediante contratos, amortizações e juros aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e que não excedam de 33% (trinta e três por cento) do valor das garantias reais oferecidas pela financiada.

§ 2.º Conquanto a aplicação possa processar-se fora dos limites da Unidade da Federação ou do Município a que pertencer a quota, realizar-se-á, salvo exceções previstas nesta lei, em obras e serviços que se destinem, direta ou indiretamente, ao seu suprimento de energia elétrica, ainda que não imediato.

§ 3.º A fim de poderem receber as suas quotas a partir de 24 (vinte e quatro) meses da publicação desta lei, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão ter previamente aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica os respectivos planos de suprimento de energia elétrica elaborados em articulação com o Plano Nacional de Eletrificação e de acordo com as instruções que o Conselho baixará dentro em 60 (sessenta) dias a contar da data da publicação desta lei.

§ 4.º Após a aprovação dos planos referidos no parágrafo anterior, os Estados, Distrito Federal e Municípios só poderão aplicar suas quotas em estudos, projetos, obras e serviços referentes aos planos, que poderão sofrer revisões devidamente aprovados pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Art. 5.º A observância do disposto no artigo anterior, comprovada perante o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, é condição essencial para a entrega das quotas do imposto único sobre energia elétrica aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1.º Incumbe ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, nos termos do regulamento desta lei, julgar da observância, ou não, do disposto no artigo anterior.

§ 2.º Fica facultado ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a liberação de até três quotas trimestrais pertencentes aos Estados, Distrito Federal e Municípios, enquanto não for ultimada a entrega da documentação comprovante da aplicação das quotas anteriormente recebidas, de acordo com as disposições desta lei.

§ 3.º A aplicação indevida da quota ou parte de quota, a juízo do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, implicará na retenção das quotas subsequentes a serem entregues aos Estados, ao Distrito Federal ou ao Município faltoso, até que o referido organismo reponha, por sua conta, as quantias julgadas desviadas dos fins que a lei estabelece.

§ 4.º Não constitui inobservância do disposto no artigo anterior o depósito em banco de quota ou parte de quota recebida e ainda não aplicada.

Art. 6.º Ao planejarem ou programarem empreendimentos públicos de âmbito regional, pertinentes à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, os Estados poderão regular, com observância do disposto no art. 4.º e obtida a concordância do Município interessado, a aplicação das quotas pertencentes ao Município das zonas a serem beneficiadas por esses empreendimentos.

Art. 7.º Até que seja regulada em lei a aplicação do Fundo Federal de Eletrificação criado pela lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico poderá tomar, à conta daquele Fundo, e devidamente autorizado pelo Presidente da República, ações e obrigações de sociedades de economia mista, controladas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal, transferindo-as, posteriormente, à empresa que fôr criada pelo Governo Federal para execução dos empreendimentos públicos de interesse nacional no campo da energia elétrica.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Mário Meneghetti.

proj.º 3516/53

LEI N.º 2.945 — DE 10 DE NOVEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos ocasionados com o incêndio das obras do Frigorífico de Carreira Comprida, no Município de Santa Luzia.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), a fim de auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos verificados com o incêndio das obras do Frigorífico de Carreira Comprida, no Município de Santa Luzia, daquele Estado da Federação.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

proj.º 572/55

LEI N.º 2.946 — DE 17 DE NOVEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 2.650.000,00, destinado à regularização de despesas no exercício de 1954.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 2.650.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil cruzeiros), destinado à regularização de despesas no exercício de 1954, sendo Cr\$ 2.320.000,00 (dois milhões trezentos e vinte mil cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) para substituições, e Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para salário-família.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

proj.º 4420/54

LEI N.º 2.947 — DE 17 DE NOVEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 309.000,00, para atender a despesas com gratificação de natureza eleitoral realizadas no exercício de 1954 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Minas Gerais, Piauí e São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 309.000,00 (trezentos e nove mil cruzeiros), para atender a despesas com gratificação de natureza eleitoral realizadas no exercício de 1954 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Minas Gerais, Piauí e São Paulo, assim especificadas:

	Cr\$
I — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais:	
— Gratificação a membros do Tribunal	73.400,00
II — Tribunal Regional Eleitoral do Piauí:	
— Gratificação a membros do Tribunal	87.400,00
III — Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo:	
a) gratificação a servidores requisitados ..	37.800,00
b) gratificação a juizes, escrivães e preparadores	110.400,00
Total	309.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.948 — DE 17 DE NOVEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito especial de Cr\$ 906.436,20, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, correspondentes aos exercícios de 1950 a 1954.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito especial de Cr\$ 906.436,20 (novecentos e seis mil, quatrocentos e trinta e seis cruzeiros e vinte centavos), para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, correspondentes aos exercícios de 1950 a 1954, assim discriminadas:

Pessoal

Salário de extranumerário

	Cr\$
Mato Grosso	13.500,00

Vantagens

Gratificações de natureza eleitoral:	
Alagoas	97.500,00
Amazonas	34.500,00
Ceará	19.562,80
Espirito Santo	2.300,00
Maranhão	141.400,00
Paraná	152.800,00
Piauí	100.600,00
Rio Grande do Sul	689,00
São Paulo	21.450,00

Gratificações por serviços extraordinários:

Maranhão	20.838,20
Auxílio-doença:	
São Paulo	2.580,00

Indenizações

Ajuda de custo:	
Piauí	12.480,00
Diárias:	
Ceará	12.530,00
Piauí	17.964,40

proj. 4947/54

<i>Diversos</i>	
Substituições:	
	Cr\$
Bahia	17.200,00
Ceará	800,00
Paraná	49.960,00
Abono de emergência:	
Minas Gerais	6.232,20
<i>Material</i>	
Artigos de expediente:	
Rio Grande do Sul	1.720,00
<i>Serviços e Encargos</i>	
Transportes:	
Rio Grande do Sul	1.592,70
Assinaturas de órgãos oficiais:	
Rio Grande do Sul	500,00
Iluminação, força motriz, etc.:	
Ceará	4.225,90
Publicações:	
Rio Grande do Sul	74.911,60
Salário-família:	
Pernambuco	100,00
São Paulo	4.050,00
Ceará	3.300,00
Despesas gerais com eleições:	
Goiás	69.286,40
Minas Gerais	21.503,00
Aluguel:	
Ceará	360,00
Total	906.436,20

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.949 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 27.444,30 para ocorrer despesas correspondentes aos exercícios de 1951, 1953 e 1954, com o pagamento de salário-família, gratificação adicional e diferença de vencimentos e atrasados a funcionários daquele Tribunal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 27.444,30 (vinte e sete mil quatrocentos e quarenta e quatro cruzeiros e trinta centavos) para ocorrer ao pagamento das seguintes despesas correspondentes aos exercícios de 1951, 1953 e 1954:

1) Salário-família aos funcionários	
	Cr\$
a) José Pacheco de Andrade	9.900,00
b) Amâncio Sermoned	150,00
2) Gratificação adicional aos funcionários:	
a) Gregório Pereira da Silva	464,40
b) Antônio Paulo da Anunciação	991,80
c) Antônio Serafim Alexandre	100,80
d) Gerson Batista Teles	2.227,40
e) Paulo Augusto Stamile	2.150,00
3) Diferença de vencimentos e atrasados a:	
a) Rubens Cachapus Medeiros, substituto de auditor da 3.ª R. M.	3.890,90
b) Daivo de Campos Barros, auditor da 4.ª R. M.	3.414,10
4) Iluminação, gás e telefone da 2.ª auditoria da 2.ª R. M.	
	4.154,90
Total	27.444,30

proje 880/55

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proje
923/56
JUSCELINO KUBITSCHKEK
Nereu Ramos
José Maria Alkmim

LEI N.º 2.950 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para auxiliar a Associação Goiana de Imprensa a realizar a III Conferência Nacional de Jornalistas, em outubro de 1956, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proje
1657/56
JUSCELINO KUBITSCHKEK.
Clóvis Salgado.
José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.951 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 13.500,00 para ocorrer ao pagamento de salário-família devido a funcionários de sua Secretaria, nos exercícios de 1948 e 1954.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 13 500,00 (treze mil e quinhentos cruzeiros) para ocorrer ao pagamento de salário-família devido a funcionários de sua Secretaria, correspondente aos exercícios de 1948 e 1954.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKEK *proje*
Nereu Ramos
José Maria Alkmim 1408/56

LEI N.º 2.952 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 791.406,50 para atender a despesas diversas realizadas no exercício de mil novecentos e cinquenta e cinco, pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Amazonas, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 791.406,50 (setecentos e noventa e um mil quatrocentos e seis cruzeiros e cinquenta centavos), para atender a despesas diversas realizadas no exercício de 1955 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Amazonas, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul e que assim se discriminam:

I — Gratificação de natureza eleitoral a juizes, escrivães e auxiliares de cartório:

Cr\$

a) Alagoas	151.800,00
b) Maranhão	224.000,00
c) São Paulo	119.584,80

II — Adicionais por tempo de serviço:

	Cr\$
a) Amazonas	1.668,40
b) Ceará	56.453,30
III — Serviços Contratuais — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	81.900,00
IV — Aluguel de imóveis:	
a) Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	120.000,00
b) Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	36.000,00
Total	791.406,50

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Nereu Ramos

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.953 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º. A remessa de força armada, terrestre, naval ou aérea para fora do território nacional, sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações assumidas pelo Brasil como membro de organizações internacionais ou em virtude de tratados, convenções, acordos, resoluções de consulta, planos de defesa, ou quaisquer outros entendimentos diplomáticos ou militares, só será feita, nos termos da Constituição, com autorização do Congresso Nacional.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos casos constitucionais de repulsa à invasão ou à

agressão estrangeira. (Constituição Federal Art. 7.º, n.º II e Art. 87, número VIII, *in fine*).

Art. 2.º Não necessita da autorização prevista no artigo anterior o movimento de forças terrestres, navais e aéreas processado dentro da zona de segurança aérea e marítima, definida pelos órgãos militares competentes, como necessária à proteção e à defesa do litoral brasileiro.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Nereu Ramos

Antônio Alves Câmara

Henrique Lott

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

Lúcio Meira

Mário Meneghetti

Clóvis Salgado

Parsifal Barroso

Henrique Fleiss

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 2.954 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação Paulista de Combate ao Câncer.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de cruzeiros), destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação

Paulista de Combate ao Câncer, com sede na cidade de S. Paulo, capital do Estado de S. Paulo, com a construção, aquisição de equipamento e manutenção do Instituto Central — Hospital A. C. Camargo.

Art. 2.º O pagamento de que trata o art. 1.º será feito pelo Tesouro Nacional, através do Ministério da Saúde, perante o qual deverão se habilitar os credores devidamente credenciados pela Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.
Maurício de Medeiros
José Maria Alkmim

1913/56

LEI N.º 2.955 — DE 17 DE
NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado a atender às despesas com o reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas de qualquer natureza, relativas ao reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal.

Art. 2.º O crédito de que trata a presente lei será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.
Nereu Ramos
José Maria Alkmim

1384/56

LEI N.º 2.956 — DE 17 DE NOVEMBRO
DE 1956

Majora a subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O auxílio concedido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela Lei n.º 1.178-B, de 20 de dezembro de 1952, passa a ser de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) anuais, a partir do exercício de 1956.

Art. 2.º Para cumprimento desta lei fica o Poder Executivo autorizado a abrir no corrente exercício, no Ministério da Educação e Cultura, o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para o que fica aumentada de igual quantia, na lei orçamentária de 1956, a dotação do anexo 4, subanexo 13 — 99.64.02, verba 2, consignação 2.1.60, subconsignação 2.1.01 — Auxílios — 7 — outras entidades — 7) — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE
Clóvis Salgado
José Maria Alkmim

1169/56

LEI N.º 2.957 — DE 17 DE NOVEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acordo celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) destinado a atender ao pagamento da contribuição do Brasil pela manutenção, no exercício de 1954, do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdo celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte, para a execução de um programa de cooperação agrícola e recursos na-

turais, na forma do art. VI daquele Acôrdo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHER.
Mário Meneghetti.
4776/54 José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.958 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Cria diversos cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São criados, no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, os seguintes cargos:

Isolados de provimento efetivo

Número de cargos	Carreira ou cargo	Padrão
6	Chefe de Secretaria	O
6	Oficial de Justiça	J
6	Porteiro de Auditório	I
12	Serventes	E

De carreira

Número de cargos	Carreira ou cargo	Padrão
2	Oficial Judiciário	N
1	Oficial Judiciário	M
1	Oficial Judiciário	L
1	Oficial Judiciário	K
1	Oficial Judiciário	J
10	Auxiliar Judiciário	I
9	Auxiliar Judiciário	H
9	Auxiliar Judiciário	G
8	Auxiliar Judiciário	F

Art. 2.º E' aberto ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito especial de Cr\$ 4.248.800,00 (quatro milhões, duzentos e quarenta e oito mil e oitocentos cruzeiros) para atender ao pagamento, no exercício de 1956, de vencimentos e salários-família a funcionários daquele Tribunal.

Art. 3. É também aberto a Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.^a Região — o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) destinado a atender, no exercício de 1956, a despesas com aquisição de mobiliário, máquinas, motores e aparelhos, limpeza, adaptação e conservação de bens imóveis.

Art. 4. Os créditos especiais de que tratam os artigos anteriores serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 5. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.^o da independência e 68.^o da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

proj. 1472/56

LEI N.º 2.959 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1956

Altera o Decreto-lei n.º 5.452, de 1.^o de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.^o No contrato individual de trabalho por obra certa, as inscrições na carteira profissional do empregado serão feitas pelo construtor, desse modo constituído em empregador, desde que exerça a atividade em caráter permanente.

Art. 2.^o Rescindido o contrato de trabalho em face do término da obra ou serviço, tendo o empregado mais de 12 (doze) meses de serviço, ficar-lhe-á assegurada a indenização por tempo de trabalho na forma do Artigo 478 da Consolidação das Leis do Trabalho, com 30% (trinta por cento) de redução.

Art. 3.^o O empregador que deixar de atender a exigência do art. 1.^o desta lei, ficará sujeito a multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), além da suspensão de suas atividades até que satisfaça a obrigação legal.

Art. 4.^o Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de novembro de 1956; 135.^o da Independência e 68.^o da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE,
Parsifal Barroso.

proj. 185/51

LEI N.º 2.960 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1956

Modifica o art. 1.^o do Decreto-lei número 7.199, de 28 de dezembro de 1944, alterado pelo Decreto-lei número 8.005, de 27 de setembro de 1945 (Autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil Central), e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.^o Passa a ter a seguinte redação o art. 1.^o do Decreto-lei número 7.199, de 28 de dezembro de 1944, alterado pelo Decreto-lei número 8.005, de 27 de setembro de 1945:

“Art. 1.^o Fica autorizada a concessão, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de um auxílio em favor da Fundação Brasil Central, de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros) anuais.

Parágrafo único. O auxílio será arbitrado anualmente pelo Presidente da República, tendo em vista os programas de trabalho apresentados pela referida Fundação”.

Art. 2.^o Nas demais disposições do Decreto-lei n.º 7.199, de 28 de dezembro de 1944, onde se diz “subvenção” leia-se “auxílio”, de acordo com a classificação prevista no artigo 2.^o da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.961 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1956

Estabelece, no Orçamento, dotação específica para as obras de aproveitamento hidrelétrico do Estreito do rio Uruguai.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Orçamento da União consignará, nos próximos seis exercícios financeiros, a dotação anual de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), a cargo da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, para as obras de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Estreito do rio Uruguai, na zona limítrofe entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, inclusive desapropriação e aquisição de imóveis.

Art. 2.º A instalação de equipamentos e linhas de transmissão elétrica e, bem assim, a administração da usina e a exploração da energia produzida ficarão reservadas aos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mediante convênio a ser celebrado entre os respectivos governos, dentro de três meses após a vigência da presente lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Mário Meneghetti.

LEI N.º 2.962 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1956

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para a instalação de aparelhagem destinada à votação por processo mecânico.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para a instalação de aparelhagem destinada à votação por processo mecânico, de acordo com o disposto no art. 204 do Regimento Interno.

Art. 2.º O crédito de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.963 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a cessão de um terreno à Prefeitura Municipal de Niterói, de propriedade da União.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É cedida à Prefeitura Municipal de Niterói, pelo Patrimônio Nacional, através da Estrada de Ferro Leopoldina, uma área litorânea de terreno de propriedade da União, com aproximadamente 370,00m de comprimento por 23,00m de largura, localizada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, necessária à abertura de uma avenida de contorno, já projetada, que ligará as zonas norte e centro dessa cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1956, 135º da Independência e 68º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE
Lucio Meira
492/55 José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.964 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Denomina "Casa da Criança Dr. Antônio Epaminondas Gouveia", o edifício construído pelo Governo Federal, e onde funciona o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' denominado "Casa da Criança Dr. Antônio Epaminondas Gouveia" o edifício construído pelo Governo Federal e onde funciona o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.
810/55 Clovis Salgado.

LEI N.º 2.965 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Município de Irai, no Estado do Rio Grande do Sul, para cumprimento do disposto no art. 2.º, inciso VII, da Lei número 2.661, de 3 de dezembro de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a construir, em regime de prioridade, mediante convênio com a Prefeitura Municipal de Irai, sede de estância de águas terminerais, no Estado do Rio Grande do Sul, a extensão até a referida cidade, através das Vilas de Rio dos Índios e Alpestre, da linha de transmissão telegráfica terminal na Vila de Nonoai, Município de Sarandi, no mesmo Estado.

Art. 2.º O Orçamento Geral da União incluirá obrigatoriamente a dotação de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), para cumprimento da presente lei, nos termos do art. 2.º, inciso VII, da Lei n.º 2.661, de 3 de dezembro de 1955.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.
Lucio Meira.
1643/52 José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.966 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$. . . . 3.000,00 mensais a Amarilis de Azevedo Moreira, viúva do major da revolução acreana Leônicio Moreira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Amarilis de Azevedo Moreira, viúva do major da revolução acreana Leônicio Moreira, a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais, enquanto se mantiver em estado de viuvez.

Art. 2.º A pensão de que trata o art. 1.º desta lei correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
José Maria Alkmim.

proj. 802/55

LEI N.º 2.967 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 mensais ao jornalista Hamilton Barata.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais ao jornalista Hamilton Barata.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.968 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à edificação de muros de proteção e de passagens superiores para pedestres nas linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, no perímetro urbano do Distrito Federal até a estação de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzeiros), destinado às seguintes obras de proteção nas linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, no perímetro urbano do Distrito Federal até a estação de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro:

a) fechamento com muro de base de alvenaria de pedra e alvenaria de um tijolo com dois metros de altura, desde a estação Barão de Maua, — no Distrito Federal, até a de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro	45.000.000,00
b) cinco passagens superiores para pedestres nas estações de Triagem, Braz de Pina, Cordovil, Lucas e Viário Geral	15.000.000,00
Total	60.000.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.969 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais do Trabalho da 3.ª, 4.ª e 5.ª Regiões — os créditos especiais de Cr\$ 413.181,00, Cr\$ 142.177,00, Cr\$ 371.916,00 e Cr\$ 102.002,20.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 3.ª Região o crédito especial de Cr\$.. 413.181,00 (quatrocentos e treze mil, cento e oitenta e um cruzeiros), destinado ao pagamento de gratificação de representação, gratificação adicional por tempo de serviço a juizes daquele Tribunal, no exercício de 1951, em cumprimento das Leis ns. 1.341, de 30 de janeiro de 1951, e 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 2.º E' o Poder Executivo também autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região — os créditos especiais de Cr\$ 142.177.00 (cento e quarenta e dois mil, cento e setenta e sete cruzeiros), para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a juizes daquele Tribunal, relativa ao exercício de 1951; e o de Cr\$ 371.916.00 (trezentos e setenta e um mil, novecentos e dezesseis cruzeiros), destinado ao pagamento de vencimentos de juizes e funcionários e gratificação adicional por tempo de serviço a juizes do mesmo Tribunal, no exercício de 1952, por determinação das Leis ns. 1.341, de 30 de janeiro de 1951, e 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 3.º E' ainda o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região, o crédito especial de Cr\$ 102.002,20 (cento e dois mil e dois cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a juizes daquele Tribunal, no exercício de 1951, por força das Leis números 1.341, de 30 de janeiro de 1951, e 499, de 28 de novembro de 1948.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.970 — DE 24 DE NOVEMBRO
NOVEMBRO DE 1956

Modifica o art. 875, "caput", do Código de Processo Civil.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O art. 875, *caput*, do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 — Código de Processo Civil — passa a ter a seguinte redação:

"Art. 875. Na sessão de julgamento, feita a exposição dos fatos

e proferido o voto pelo relator, o Presidente, se o recurso não fôr de embargos declaratórios, dará sucessivamente, ao recorrente e ao recorrido, a palavra pelo prazo improrrogável de quinze minutos, a cada um, para a sustentação das respectivas conclusões, prosseguindo-se de acordo com o regimento interno do Tribunal, depois de dada novamente a palavra ao relator para que, expressamente, confirme ou reconsidere o seu voto".

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

LEI N.º 2.971 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$...
5.000,00 mensais a Maria Nair Pires
Ferreira Póvoa, viúva do Professor
Hélion de Menezes Póvoa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a Maria Nair Pires Ferreira Póvoa, viúva do Professor Hélion de Menezes Póvoa, a pensão especial de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) mensais.

Art. 2.º O pagamento da pensão correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada ao pagamento dos pensionistas da União, a partir da data em que a beneficiada desista da pensão a que tem direito no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores do Estado.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.972 — DE 24 DE
NOVEMBRO DE 1956

Revoga o decreto-lei n.º 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revogado o decreto-lei n.º 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou na Estação de Paulo de Frontin, no Estado do Rio de Janeiro,

de acordo com o disposto no § 4.º do art. 18 e no parágrafo único do art. 25 do Regulamento do Serviço de Saúde da Aeronáutica, aprovado pelo decreto n.º 19.688, de 29 de setembro de 1945, a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Henrique Fleiuss

proj 4699/54
LEI N.º 2.973 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1956

Prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico previstas nas Leis n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A vigência do empréstimo compulsório do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (B. N. D. E.), cobrado sob a forma de adicional do imposto de renda e demais medidas de ordem financeira, relacionadas com o Plano de Reparelhamento e Fomento da Economia Nacional, estabelecidas nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, fica prorrogada pelo prazo de 10 anos, contados do exercício de 1957, inclusive, com as alterações constantes desta lei.

§ 1.º No caso das pessoas físicas, o adicional será cobrado sobre a totalidade do imposto de renda devido, quando superior a Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), em cada exercício, na seguinte base:

a) até Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros), 15% (quinze por cento) de adicional;

b) acima de Cr\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzeiros) até Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), 20% (vinte por cento) de adicional,

c) acima de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), 25% (vinte e cinco por cento) de adicional.

§ 2.º Sobre o imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas e o arrecadado na fonte, nos casos previstos (vetado) será cobrado o adicional de 15% (quinze por cento).

§ 3.º Será cobrado o adicional de 4% (quatro por cento) sobre as reservas e lucros em suspenso ou não distribuídos, em poder das pessoas jurídicas, até o ano-base de 1963, inclusive, excetuado o fundo de reserva legal e as reservas técnicas das companhias de seguro e de capitalização, observado o disposto no art. 24 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952.

§ 4.º Para efeito de cobrança do adicional deste artigo serão abandonadas as frações inferiores a Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º As importâncias provenientes da cobrança dos adicionais ao imposto de renda autorizada pela presente lei serão restituídas em Obrigações do Reaparelhamento Econômico, na conformidade do que estabelecem o § 3.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e o art. 5.º da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952.

§ 1.º O resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico será efetuado pela forma estabelecida no art. 2.º da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, revogado o respectivo parágrafo único.

§ 2.º Aplica-se às Obrigações do Reaparelhamento Econômico emitidas de acordo com esta Lei o disposto nos arts. 3.º, 4.º, 5.º e 6.º da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, sobre juros, amortizações e resgate.

§ 3.º Poderão ser emitidos títulos múltiplos das Obrigações do Reaparelhamento Econômico.

§ 4.º O limite da emissão das Obrigações do Reaparelhamento Econômico autorizado pela presente lei será o da importância efetivamente arrecadada, proveniente do empréstimo compulsório, sob a forma dos adicionais do imposto de renda e da aplicação do art. 9.º (I e II) desta lei, acrescida da bonificação de que trata o art. 5.º da lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952.

Art. 3.º Nos casos de extinção da sociedade que tenha recolhido o adicional, é permitida, em caráter excepcional, a transferência dos recibos de pagamento do empréstimo compulsório referido nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, 1.628, de 20 de junho de 1952, e nesta lei, de nome da sociedade extinta, para o nome dos sócios ou acionistas, respeitada a integralidade de cada recibo, cujo valor não poderá ser dobrado.

Parágrafo único. Os pedidos de transferência, nos casos deste artigo, serão resolvidos pelos delegados do Imposto de Renda, feitas as necessárias comunicações à Caixa de Amortização e à Contadoria Geral da República.

Art. 4.º O titular de recibos de pagamento extraviados do empréstimo compulsório referido nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, 1.628, de 20 de junho de 1952, e nesta lei, poderá requerer certidão do pagamento daquele empréstimo, para o fim de obter a substituição dos mesmos recibos pelas respectivas Obrigações do Reaparelhamento Econômico.

Parágrafo único. Os pedidos de certidão de que trata este artigo serão decididos pelos delegados do Imposto de Renda, feitas as necessárias comunicações à Caixa de Amortização e à Contadoria Geral da República.

Art. 5.º A percentagem de 1% (um por cento), de que trata o parágrafo único do art. 28 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, poderá ser aplicada pelo Ministério da Fazenda no aparelhamento da Contadoria Geral da República, Divisão do Imposto de Renda e Caixa de Amortização, nas condições estabelecidas no mesmo artigo, destacada do adicional da presente lei, e durante a sua vigência.

Art. 6.º O Poder Executivo baixará, mediante decreto, normas reguladoras da emissão e resgate das "Obrigações do Reaparelhamento Econômico" e da constituição do "Fundo Especial de Juros, Amortizações e Resgate das Obrigações do Reaparelhamento Econômico", levando em consideração a prorrogação do empréstimo compulsório fixada nesta lei.

Art. 7.º Para regularização de seu débito, proveniente da retenção de adicionais sobre o Imposto de Renda, devidos ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico por força das Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, o Tesouro Nacional recolherá, anualmente, a partir de 1957, ao mesmo Banco, importância não inferior a um bilhão de cruzeiros, até liquidação final e efetivo cumprimento das referidas leis.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exime o Tesouro Nacional do cumprimento das demais exigências legais e das entregas imediatas do quanto por ele for sendo arrecadado por força daquelas ou da presente lei (art. 11), a título de empréstimo compulsório do BNDE, sob a forma de adicional do Imposto de Renda.

Art. 8.º Constitui responsabilidade do Tesouro Nacional o pagamento dos juros e bonificações sobre os adicionais do imposto de renda a que se referem as Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, no período compreendido entre a arrecadação e a efetiva entrega do produto da mesma ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Parágrafo único. A responsabilidade a que se refere este artigo se estende aos adiantamentos concedidos pelo B. N. D. E., por ordem do Ministro da Fazenda, com base no art. 25, parágrafo único, da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, e da percentagem de 1% (um por cento) de que trata o art. 28, parágrafo único, da mesma lei.

Art. 9.º O art. 7.º da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7.º As Caixas Econômicas Federais e as Empresas de Seguros e Capitalização recolherão ao Banco de que trata o art. 8.º desta lei, em cada um dos exercícios de 1957 a 1966, inclusive, para financiamento da parte das inversões ou despesas com a execução do Programa de Reaparelhamento e Fomento da economia nacional, as seguintes importâncias:

I — até 4% (quatro por cento) do valor total dos depósitos das Caixas Econômicas Federais, a critério do Ministro da Fazenda;

II — 25% (vinte e cinco por cento) do aumento anual das reservas técnicas das Empresas de Seguro e Capitalização, observado o disposto no § 9.º.

§ 1.º Essas importâncias serão, no decurso do 6.º (sexto) exercício após o do respectivo recolhimento, integralmente restituídas, observando-se o disposto no § 3.º do art. 3.º da Lei n.º 1.474, de 26 de novembro de 1951, e legislação complementar.

§ 2.º Em caso de comprovada força maior, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico poderá retardar os recolhimentos de que trata este artigo ou proceder à restituição em prazo inferior ao previsto no § 1.º, observando-se as demais disposições legais.

§ 3.º Na hipótese do § 2.º, a bonificação a que alude o art. 5.º desta Lei será proporcional ao tempo decorrido, na base de 5% (cinco por cento) ao ano.

§ 4.º Os recolhimentos de que tratam os incisos I e II deste artigo poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por aplicações diretas das Caixas Econômicas Federais e Empresas de Seguro e Capitalização, desde que, anualmente, tais aplicações sejam 60% (sessenta por cento) superiores ao valor dos recolhimentos devidos e sejam contratadas dentro do prazo correspondente aos recolhimentos mencionados nos incisos I e II deste artigo.

§ 5.º As inversões diretas mencionadas no parágrafo anterior deverão enquadrar-se no Plano de Reaparelhamento e Fomento da Economia Nacional, definido nas Leis ns. 1.474 (art. 3.º), de 26 de novembro de 1951, 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952 e nesta lei, e ser previamente aprovadas pelo BNDE e sujeitas ao seu controle e fiscalização.

§ 6.º As importâncias aplicadas em inversões diretas de que tratam os §§ 4.º e 5.º não se aplica o disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º deste artigo.

§ 7.º As importâncias aplicadas em inversões diretas ou os seus títulos representativos ficarão vinculados ao B.N.D.E. por prazo não superior ao dos depósitos de que tratam os incisos I e II deste artigo, sendo liberados ao término desse prazo, salvo caso de comprovada força maior, quando a liberação poderá ser efetuada em prazo inferior.

§ 8.º As importâncias recebidas pelas Empresas de Seguro e Capitalização e Caixas Econômicas Federais, a título de amortização de empréstimos, resgate ou transferências de títulos de crédito representativos das inversões diretas, serão obrigatoriamente reaplicadas em inversões de que tratam os §§ 4.º e 5.º, só sendo liberadas nas condições mencionadas no parágrafo anterior.

§ 9.º A Diretoria do B.N.D.E. baixará os atos normativos complementares e reguladores do disposto no presente artigo, e providenciará sua publicação no "Diário Oficial" néles observando as disponibilidades das empresas mencionadas no inciso II d'este artigo.

§ 10.º As operações decorrentes das inversões diretas, de que tratam os §§ 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º e 9.º d'este artigo constarão de capítulo especial do relatório a ser encaminhado, cada ano, ao Congresso Nacional, na forma do art. 30 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952.

Art. 10. As importâncias que devem ser distribuídas à União, a título de remuneração do capital aplicado em sociedade de economia mista, serão recolhidas, anualmente, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, diretamente pelas empresas, e acrescerão o capital a que se refere o art. 19 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos dividendos e demais benefícios distribuídos pela Petróleo Brasileiro S. A. e pelas sociedades de economia mista dedicadas a atividades bancárias.

Art. 11. Os recursos destinados ao Fundo de Reaparelhamento Econômico serão escriturados como depósito (vetado) e (vetado), à conta (vetado) do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 12. O art. 8.º da Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8.º O produto do imposto único sobre energia elétrica será escriturado, como depósito pelas estações arrecadoras e, deduzidos 0,50% (meio por cento) correspondente as despesas de arrecadação e fiscalização, diretamente recolhido ao Banco do Brasil S. A., à conta e ordem do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para ser utilizado na forma da legislação em vigor".

Art. 13. As importâncias provenientes da receita a que se refere o item b do art. 2.º da Lei n.º 2.308 de 31 de agosto de 1954, serão pelo Banco do Brasil S. A. mensalmente creditadas ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 14. Aplicam-se às dotações previstas no art. 2.º, letra c, da Lei n.º 2.308, o disposto no art. 27 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, devendo tais dotações ser recolhidas ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 15. Aplicam-se aos financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico o disposto na Lei n.º 2.300, de 23 de agosto de 1954.

Art. 16. Não se aplicam às operações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico as disposições do Decreto n.º 23.501, de 27 de novembro de 1933.

Art. 17. Os adiantamentos por antecipação de empréstimos somente poderão ser concedidos depois de concluído o exame do projeto pelos órgãos técnicos, e após aprovada a operação pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e desde que sejam oferecidas condições de segurança de reembolso.

Art. 18. Dos anexos que acompanham o relatório previsto no art. 30 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, deverão constar:

a) o desdobramento, por espécies e quantias, das diferentes Despesas Administrativas, que figura, sob o título Despesas de Administração, na Demonstração do Resultado de cada semestre;

b) a lista dos jornais e empresas de publicidade que tenham executado serviços para o Banco com especificações da natureza de cada serviço e da quantia por ele paga;

c) o demonstrativo das despesas de representação, ou efetuadas no exterior;

d) a especificação, de modo que as variações anuais de cada rubrica sejam convenientemente evidenciadas, dos honorários do Conselho de Administração e da Diretoria, dos vencimentos, salários e gratificações pagos ao pessoal, obedecidos os quadros, tabelas e padrões próprios que forem fixados, nos termos da alínea c do art. 13 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, e do art. 22 desta lei e de quaisquer outros pagamentos efetuados a título de retribuição por prestação de serviços.

Art. 19. Ficam aumentados de dois para quatro os diretores a que se refere a alínea c do inciso I do art. 12 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, com o mesmo mandato ali previsto.

Art. 20. O Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico integrará, com direito de voto, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Art. 21. Compete ao presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico designar membros substitutos para participarem das reuniões do Conselho de Administração, nas licenças, impedimentos e faltas dos efetivos titulares.

Art. 22. A competência privativa e exclusiva do Conselho de Administração para aprovar o quadro de pessoal, criar cargos e funções, fixando-lhes os respectivos padrões próprios de vencimentos, observado o disposto na letra c do art. 13 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, será exercida de forma a que as despesas de pessoal do Banco, a qualquer título, não ultrapassem em cada exercício montante equivalente a 2,5% (dois e meio por cento) dos recursos que, anualmente, sejam destinados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 23. O Conselho de Administração, na forma do disposto no artigo 18 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, atendidas as peculiaridades dos serviços do B. N. D. E., expedirá o Regulamento do Pessoal do Banco, definindo o regime jurídico de seus funcionários, e fixando-lhes os deveres, direitos e vantagens, na forma do art. 22.

Art. 24. O Conselho de Administração do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, por proposta da Diretoria, aprovará, no princípio de cada exercício, o orçamento de investimentos do Banco, à base da previsão da arrecadação resultante da aplicação dos arts. 1.º e 9.º desta lei.

Art. 25. O Orçamento de Investimentos, de que trata o artigo anterior, fixará a cota destinada a cada um dos setores de atividade econômica mencionados nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951 (art. 3.º), 1.518, de 24 de dezembro de 1951 e 1.628, de 20 de junho de 1952, e nesta lei, com observância da seguinte ordem de prioridade:

- I — Reparelhamento e ampliação do sistema ferroviário;
- II — Reparelhamento e ampliação de portos e de sistemas de navegação;
- III — Construção e ampliação de sistemas de energia elétrica;
- IV — Instalação e ampliação de indústrias básicas;
- V — Construção e ampliação de armazéns, silos, matadouros e frigoríficos;
- VI — Desenvolvimento da agricultura, compreendendo eletrificação rural, inclusive mediante aproveitamento acessório, de pequenas quedas d'água;
- VII — Outros setores.

§ 1.º A cota destinada a um setor poderá ser transferida para outro, se não houver, em estudo e com viabilidade de deferimento, qualquer projeto de financiamento nêlo enquadrado.

§ 2.º Caberá aos órgãos de administração do Banco, observado o respectivo nível de alçada decidir das operações, dentro do limite das quotas constantes do orçamento de investimento, para cada setor fixado:

Art. 26. Aprovada pelos órgãos competentes do B. N. D. E. a concessão de financiamento, a prestação de garantia do Banco, ou a do Tesouro Nacional, observada quanto a esta o disposto no art. 21 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, ou outras operações bancárias, na forma da lei, caberá à Diretoria, uma vez preenchidas pelo cliente as condições gerais ou especiais fixadas, aprovar e determinar a lavratura do respectivo instrumento contratual.

Art. 27. As decisões do Conselho de Administração e da Diretoria serão registradas em atas que, depois de lidas, deverão ser assinadas pelos membros presentes, na sessão imediatamente seguinte.

Art. 28. Todas as deliberações do Conselho e da Diretoria deverão ser fundamentadas.

Art. 29. Salvo casos excepcionais, a cooperação financeira do Banco não deve exceder a 60% (sessenta por cento) do custo do empreendimento financiado.

Parágrafo único. As decisões de financiamentos em que essa percentagem deva ser ultrapassada deverão ser devidamente justificadas e tomadas por 2/3 dos membros do Conselho e da Diretoria, nos respectivos níveis de alçada.

Art. 30. Serão publicadas no *Diário Oficial*, em resumo, as atas da Diretoria e do Conselho.

Art. 31. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concederá financiamento às Caixas Econômicas Federais, como suprimento de recursos para empréstimos às Prefeituras Municipais, destinados a empreendimentos ligados à produção, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Parágrafo único. O suprimento de fundos definido neste artigo dependerá:

- a) de participação da Caixa em pelo menos 50% (cingüenta por cento) do investimento;
- b) aprovação prévia pelo Banco, nos termos de sua legislação e normas técnicas do projeto a financiar e dos termos do contrato entre a Caixa e cada Prefeitura.

Art. 32. Caberá ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico atender também às propostas de empréstimo de Prefeituras Municipais, segundo as normas gerais da Lei n.º 2.134, de 14 de dezembro de 1953.

Art. 33. Fica o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico autorizado a efetuar depósitos em organismos oficiais de crédito, inclusive de natureza bancária, executores de programas federais, estaduais ou regionais de desenvolvimento econômico, com o objetivo de aumentar-lhes a respectiva capacidade de inversão nos setores infraestruturais da economia nacional.

Art. 34. Do total dos recursos provenientes do empréstimo compulsório, de que tratam as Leis ns. 1.474 e 1.628, e cuja vigência é prorrogada pela presente lei, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico destinará para aplicação, em caráter de prioridade, 25% (vinte e cinco por cento) em empreendimentos definidos nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, localizados ou que se venham a localizar nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, inclusive Sergipe, Bahia e Espírito Santo, e destinados a elevar o nível de renda *per capita*, ou melhorar as condições econômicas das regiões acima mencionadas.

Parágrafo único. A prioridade definida no artigo não dispensa, como condição para deferimento de operações, a observância dos requisitos de enquadramento, rentabilidade e qualificação técnica definidos nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, 1.518, de 24 de dezembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, regulamentos e atos normativos complementares disciplinadores das operações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Art. 35. As indústrias de (vetado) extração de óleo de babaçu e oiticica e cêra de carnaúba, beneficiamento e tecelagem de caroá, agave (vetado) que se localizarem nas regiões Norte e Nordeste e desde que se instalem no prazo de 10 anos da vigência desta lei, terão isenção dos impostos de renda (vetado) pelo prazo de 10 anos.

Art. 36. O inciso IV do art. 11 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, passará a vigorar com a seguinte redação:

“IV — receber em garantia, ou em pagamento, mediante cessão, procuração ou delegação, o produto da cobrança de impostos, taxas, sobretaxas, rendas ou contribuições de quaisquer espécies, que se destinem a custear as inversões ou despesas com o reaparelhamento econômico a cargo da União, dos Estados e Municípios, autarquias ou sociedades de economia mista em que preponderem ações do Poder Público, ou que tenham por objetivo atender ao serviço de juros, amortizações e resgate de encargos assumidos para o mesmo fim”.

Art. 37. Ao art. 12 da Lei n.º 1.628, de 20 de junho de 1952, acrescente-se como 4.º, o seguinte parágrafo:

“§ 4.º Os membros do Conselho de Administração só poderão ser reconduzidos por um novo mandato”.

Art. 38. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 442/55

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Parsifal Barroso.

LEI N.º 2.974 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1956

Altera disposições do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949 (Consolidação das Leis do Imposto de Consumo), e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O decreto-lei n.º 7.404, de 22 de março de 1945, consolidado pelo decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com as seguintes alterações:

PRIMEIRA

As alíneas e incisos da tabela abaixo especificados passam a vigorar com as seguintes alíquotas:

(Vetado):

Alínea I — inciso 1	5%
Alínea I — inciso 2	5%
Alínea II —	15%
Alínea III — inciso 1	6%
Alínea III — inciso 2	10%
Alínea IV —	6%
Alínea V —	5%
Alínea VI —	6%
Alínea VII — inciso 3	5%
Alínea IX —	5%

Alínea X — inciso 1 (Vetado)	16%
Alínea X — inciso 2	7%
Alínea XI — (Vetado)	4%
Alínea XIV —	5%
Alínea XV —	6%

SEGUNDA

O inciso 3, alínea I, da tabela "A", passa a vigorar com a seguinte redação:

"3 — automóveis, excetuados os ônibus, caminhões e ambulâncias (lei n.º 494, de 1948, art. 7.º) — 15%".

TERCEIRA

a) O imposto da alínea XVI, tabela "B", passa a ser calculado e exigido dentro da seguinte tabela:

	Cr\$
Até Cr\$ 20,00	0,60
De mais de Cr\$ 20,00 até Cr\$ 50,00	0,90
De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 75,00	2,00
De mais de Cr\$ 75,00 até Cr\$ 100,00	5,00
De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 150,00	7,00
De mais de Cr\$ 150,00 até Cr\$ 200,00	10,00
De mais de Cr\$ 200,00 até Cr\$ 300,00	20,00
De mais de Cr\$ 300,00 até Cr\$ 500,00	2,50
por Cr\$ 25,00 ou fração	
De mais de Cr\$ 500,00 — Cr\$ 5,00 por Cr\$ 50,00 ou fração	

b) Fica suprimida a nota 2.ª da alínea XVI, tabela "B".

QUARTA

O imposto da alínea XVII, tabela "B", passa a ser calculado da seguinte forma:

"Por unidade ou peça, ainda que se trate de guarnição, conjunto ou mobília, à razão de 6%, arredondando-se para Cr\$ 0,50 as frações desta importância.

NOTAS

1ª

O imposto será pago por selagem direta, em cada peça, da seguinte forma:

a) Os fabricantes ou importadores efetuarão a selagem com base no seu preço de venda;

b) os transformadores e beneficiadores, assim como os revendedores, grossistas ou varejistas, completarão a selagem correspondente às diferenças sucessivas entre o seu preço de aquisição e revenda até a operação final de venda ao consumidor, ficando cada um responsável pela substituição das estampilhas que se perderem ou descolarem, relativas às operações anteriores.

2ª

Os produtos desta alínea deverão ser devidamente numerados, por meio de etiquetas aplicadas em cada peça, pela ordem da fabricação ou da entrada em cada estabelecimento, nas quais serão indicados, por ocasião da venda, o número da nota fiscal e respectivo preço.

3º

Os produtos desmontados, que assim forem vendidos pelo fabricante ou importador, a comerciante registrado para o negócio de móveis em outra cidade, poderão ser remetidos acompanhados das respectivas estampilhas, cumpridas todas as demais exigências desta lei, para serem aplicadas pelo comerciante adquirente, devendo essa circunstância ser indicada na nota fiscal, cujo número e data figurarão, obrigatoriamente, no verso das estampilhas, de modo a inutilizá-las completamente. O comerciante comprador efetuará a montagem do móvel e o selará dentro de 72 horas do seu recebimento, sob pena de multa da importância igual ao imposto.

4º

Os beneficiadores, reformadores, transformadores, importadores ou comerciantes de produtos desta alínea são equiparados a fabricantes para todos os efeitos desta lei e, além das demais exigências de caráter geral, são ainda obrigados:

a) a escriturar o livro fiscal especial, para controle e pagamento do imposto e registro de entrada e saída dos móveis de acordo com modelos e instruções que forem estabelecidas em regulamento;

b) a expedir, mesmo nas vendas a consumidores, a respectiva nota fiscal discriminando o número de fabricação e o preço de venda de cada peça, ainda que se trate de guarnição, conjunto, grupo ou mobília.

QUINTA

Alínea XIX — Bebidas

O imposto incide sobre

1

Cerveja e chopp

Imposto de 30%

Para fim de selagem direta:

Cr\$ 0,60 por Cr\$ 2,00 ou fração

1-a

Refrigerantes (Coca-Cola, Crusch, Guaraná, etc.) e outras bebidas não alcoólicas.

Imposto de 10%

Para fim de selagem direta:

Cr\$ 0,10 por Cr\$ 1,00 ou fração

1-b

As demais bebidas da alínea XIX, distribuídas nos incisos 2 a 9 do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, permanecem sob o mesmo regime específico, aumentadas as suas taxas de cem por cento (100%).

NOTAS

a) Os produtos desta alínea estão sujeitos ao pagamento do imposto por meio de selagem direta.

b) A Diretoria das Rendas Internas baixará instruções relativas ao processo de selagem, procedendo ao reajustamento dos incisos.

c) Aos fabricantes e comerciantes dos produtos desta alínea, aplicar-se, no que couber, o disposto nas observações da tabela A e respectivas penalidades.

d) Ficam mantidas as atuais notas do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949.

SEXTA

a) O imposto da alínea XX, da tabela "C", passa a ser cobrado da seguinte forma de acordo com o preço de venda de fabricante (vetado).

Preço unitário — Para efeito de selagem direta.

Até Cr\$ 50,00 — Cr\$ 15,00.

De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00 — Cr\$ 30,00.

De mais de Cr\$ 100,00 — Cr\$ 30,00 por Cr\$ 100,00 ou fração excedente.

b) Fica suprimida a nota 1.^a da alínea XX, da tabela "C".

SÉTIMA

O imposto da alínea XXIII, da tabela "D", passa a ser o seguinte:

Inciso 1

Fósforos de madeira, de cera ou de qualquer espécie, acondicionados em carteira ou caixa:

a) contendo até 30 palitos — Cr\$ 0,12;

b) contendo mais de 30 até 60 palitos — Cr\$ 0,16;

c) por 30 palitos ou fração a mais, na mesma carteira ou caixa, mais Cr\$ 0,08

Inciso 2

Metais, metalóides e pedras, preparados para isqueiros ou acendedores automáticos, de qualquer forma acondicionados, com base no preço de venda do fabricante ou do importador — 20%.

Inciso 3

Isqueiros ou acendedores não elétricos e quaisquer outros aparelhos destinados a fins idênticos, com base no preço de venda do fabricante ou do importador — 20%.

OITAVA

O imposto da alínea XXI, da tabela C passa a vigorar da seguinte forma:

a) Lâmpadas elétricas.

Lâmpadas de qualquer qualidade para iluminação sobre o preço de venda do fabricante (vetado) — 5%.

b) Suprima-se a nota 2.^a desta alínea e acrescente-se a seguinte nota:

Os produtos a que se refere esta alínea ficam ainda sujeitos, no que aplicável, ao regime de cálculo, pagamento e penalidades estabelecidos nas observações da tabela A.

NONA

a) O imposto da alínea XXVI, da tabela "D", passa a ser cobrado da seguinte forma, sobre o produto de qualquer feito ou qualidade, com base no preço de venda do fabricante (vetado):

Preço unitário:

Até Cr\$ 50,00 — Cr\$ 2,00.

De mais de Cr\$ 50,00 até Cr\$ 100,00 — Cr\$ 6,00

De mais de Cr\$ 100,00 até Cr\$ 250,00 — Cr\$ 15,00

De mais de Cr\$ 250,00 até Cr\$ 500,00 — Cr\$ 37,50.

De mais de Cr\$ 500,00 até Cr\$ 1.000,00 — Cr\$ 75,00.

De mais de Cr\$ 1.000,00 — Cr\$ 15,00 por Cr\$ 100,00 ou fração.

b) Fica suprimida a nota 6.^a da alínea XXVI, da tabela "D".

DÉCIMA

Alínea XXVII da tabela D — Produtos de Higiene e Cuidados Pessoais. O imposto incide sobre:

1

Sabões e sabonetes de qualquer forma preparados, inclusive os de óleo de côco fabricados a frio, quando perfumados.

Imposto de 20 %, com base no preço de venda do fabricante ou do importador.

2

Águas de colônia, de quina, de rosas, quando preparadas em álcool, e de alfazema; águas de "maquillage" e de beleza; amôneas para "toilette"; bandolinas; batons; brilhantinas; carmins; craions para maquilage; cremes-pastas e pomadas, próprias para amaciar, embelezar, limpar ou preservar a pele, o cabelo ou a barba; depilatórios, desodorantes preparados com perfumes; destruidores de películas; esmaltes e outros produtos para conservação, ou embelezamento das unhas; extratos; fixadores de cabelo e preparações semelhantes; lança-perfumes, lentilhas perfumadas, loções; óleos perfumados artificialmente; pastilhas perfumadas; pó de arroz; pós para uso de toucador; preparados para proteger, ou colorir a pele e os destinados a frisar ou alisar o cabelo; "rouges", sais perfumados para banhos e outros fins; saquinhos e almofadas perfumados; tabletes e trociscos ou troquiscos perfumados, talco com ou sem perfume e adicionado, ou não, de substâncias aderentes, ou medicamentosas; tinturas e tónicos; vernizes para conservação ou embelezamento de unhas; vinagres aromáticos; e todo e qualquer outro produto similar aos mencionados neste inciso, que se destinem a higiene e cuidados pessoais.

Imposto de 30 %, com base no preço de venda do fabricante ou do importador.

3

Oleos essenciais, simples ou combinados, naturais ou artificiais compreendidos os produtos químicos aromáticos, que constituem matéria prima básica para a composição de perfumes.

Imposto de 50 %, com base no preço de venda do fabricante ou do importador.

NOTAS

Ficam suprimidas as notas 4.^a, 5.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a e 17.^a, renumerando-se as demais e incluindo-se a seguinte, que será a 4.^a:

"Os produtos desta alínea pagarão o imposto por guia, obedecidas, no que couber, as disposições constantes das observações da tabela "A", mantidas as isenções da alínea XXVII (perfumarias e artigos de toucador)."

DÉCIMA PRIMEIRA

a) Os produtos do inciso 1 da alínea XXIX, da tabela "D", pagarão a taxa de 10%; os do inciso 2, a de 6%, e, os do inciso 3, com reajuste de suas taxas de modo a representarem 10% do preço limite fixado para cada classe.

b) Os sacos de embalagem, de quaisquer têxteis, pagarão o imposto de 4%.

DÉCIMA SEGUNDA

Fica suprimido no 4.º grupo da alínea XIV da tabela "A", a palavra "saponáceos" e acrescentado ao final do mesmo o seguinte: "bem como sabões, saponáceos e detergentes sintéticos ou não, líquidos ou preparados em tabletes, barras, grânulos, raspas, lâminas, flocos, pó ou em pastas, indicados pelo fabricante para uso doméstico ou industrial na lavagem de roupas e outros fins domésticos".

DÉCIMA TERCEIRA

2

Cigarros, com base no preço de venda no varejo, marcado pelo fabricante por vintena. O imposto incide sobre os cigarros até Cr\$ 4,00, de mais de Cr\$ 4,00 até Cr\$ 10,00 e de mais de Cr\$ 10,00, a razão de 45%, 50% e 55%, respectivamente, decidida a seguinte tabela para fim de selagem direta:

	Cr\$
Até o preço de Cr\$ 4,00	1,80
De mais de Cr\$ 4,00 até Cr\$ 4,70	2,35
De mais de Cr\$ 4,70 até Cr\$ 5,70	2,85
De mais de Cr\$ 5,70 até Cr\$ 7,10	3,55
De mais de Cr\$ 7,10 até Cr\$ 10,00	5,00
De mais de Cr\$ 10,00 até Cr\$ 13,00	7,15
De mais de Cr\$ 13,00 até Cr\$ 15,00	8,25
De mais de Cr\$ 15,00 até Cr\$ 17,00	9,35
De mais de Cr\$ 17,00	55%

3

Fica substituída a tributação das cigarrilhas, da alínea XXIV, da tabela "D", pela seguinte:

"Cigarrilhas e cigarros de palha feitos a mão, em caixa ou maços de vinte unidades, ou fração, com base no preço de venda do fabricante ou do importador — 10%, mediante selagem direta".

NOTA

Os fabricantes de cigarros ficam obrigados a comunicar, com antecedência de 90 dias, à repartição arrecadadora local, qualquer modificação de preço que venha importar na impressão de fórmulas de valores diferentes.

DÉCIMA QUARTA

O imposto devido sobre o café torrado ou moído será cobrado mediante selagem direta, à razão de Cr\$ 0,25 por Cr\$ 5,00 ou fração.

DÉCIMA QUINTA

(Vetado)

DÉCIMA SEXTA

(Vetado)

DÉCIMA SÉTIMA

Art. 2.º Fica acrescentada às penalidades da observação 11.ª da tabela "A" a seguinte letra d, passando a letra c a ter a seguinte redação:

"c — importância igual ao valor do imposto devido, não inferior a Cr\$ 2 500,00 — os que deixarem de fazer a comunicação de que trata a observação 4.ª.

"d — as multas impositivas por falta de pagamento de imposto, assim também considerada a saída de mercadoria sem existência de saldo de imposto, serão as de que trata o art. 188 das normas gerais".

DÉCIMA OITAVA

— As notas à alínea X passam a ser as seguintes:

1.ª

Os produtos desta alínea pagarão o imposto com base no preço de importação, ou do primeiro fabricante, pagando o importador, beneficiador, reformador, transformador ou comerciante o imposto correspondente às

diferenças sucessivas entre os preços de aquisição e revenda, até a operação final de venda ao consumidor, obedecidas, a esse respeito, as normas aplicáveis aos produtos da tabela "A".

2.^a

Todos os que efetuarem, por qualquer forma, venda de produtos desta alínea, inclusive os leiloeiros, clubes de mercadorias e caixas econômicas, quer os tenham recebido já prontos, novos ou usados, quer os beneficiem, reformem ou transformem, são equiparados aos fabricantes para todos os efeitos desta lei.

3.^a

Os produtos a que se refere esta alínea deverão ser devidamente numerados, por meio de etiquetas aplicadas em cada objeto, pela ordem da fabricação ou da entrada no estabelecimento, devendo cada estabelecimento, seja fabricante, beneficiador, reformador, transformador, importador, comerciante ou sua filial, agência, depósito, posto de venda ou vendedor ambulante ter a sua própria série de numeração.

4.^a

Os produtos assim numerados e etiquetados deverão ser registrados, dentro do prazo de vinte e quatro horas do recebimento ou fabricação, quando se tratar de fabricação própria, em livro de registro especial obedecendo o modelo que fôr estabelecido pela Diretoria das Rendas Internas e observadas as instruções quanto à respectiva escrituração, servindo o livro dos mercadores ambulantes para todos os lugares que percorrerem.

5.^a

Ao mercador ambulante de produtos desta alínea se aplicam todas as exigências a que estão sujeitos os comerciantes, inclusive a de exibir mensalmente, até o 10.^o dia útil do mês subsequente, a repartição arrecadadora da localidade em que se encontrar, tanto a patente de registro como os seus livros fiscais. Nestes, o agente fiscal de plantão ou, em sua ausência, o chefe da repartição, porá o "visto", depois de conferidas as vendas e o imposto pago, fazendo o mesmo na patente de registro.

6.^a

Aos viajantes e representantes legais de firmas registradas para o comércio dos produtos desta alínea, quando no exercício dessas funções, não se aplica o disposto na nota anterior, desde que possam exibir documentação da firma que representem, referentes às mercadorias que transportarem, quando tais mercadorias, constando apenas de uma peça de cada artigo, não se destinem a venda e sirvam apenas de amostras, uma vez que estejam acompanhadas de nota fiscal devidamente autenticada, extraída em nome do viajante ou representante.

7.^a

O viajante ou representante legal de firmas registradas para o comércio dos produtos desta alínea, quando transportar, ao invés de mostruário constituído de uma só peça de cada artigo, mercadorias para, por ocasião da venda, serem entregues aos compradores, só poderá tê-las em seu poder com "nota fiscal" fornecida pela firma, já com o imposto devidamente pago.

De cada venda o próprio viajante ou representante vendedor ambulante extrairá de talão de série especial da firma, por ela devidamente autenticada, com a indicação do seu próprio nome, uma "nota fiscal", com a cobrança do imposto correspondente.

Finda cada viagem, as notas fiscais assim extraídas serão escrituradas pela firma responsável em seu livro de controle de recolhimento do imposto, estornando, com a declaração competente na coluna das observações, o valor do imposto calculado por ocasião da entrega das mercadorias ao respectivo viajante ou representante vendedor ambulante, reembiando mediante relação, no seu estoque, as mercadorias devolvidas, etiquetando-as com novo número.

8.^a

Os que fabricarem, beneficiarem, reformarem, transportarem ou venderem produtos desta alínea são ainda obrigados:

a) a ter o talão "nota fiscal" modelo n.º 11, devidamente autenticado e, de toda e qualquer venda que fizerem, fornecerão ao comprador a nota fiscal respectiva, na qual citarão obrigatoriamente o número de registro e etiqueta do objeto, sendo dispensada, nas vendas feitas a consumidor, a indicação do nome e endereço do comprador;

b) a ter devidamente autenticado pelo mesmo processo das notas fiscais um talão-nota especial, com cópias a carbono, para o registro de encomendas, consertos ou beneficiamentos de objetos de terceiros, no qual, em cada caso, serão esclarecidas as características do trabalho a fazer, o valor da matéria prima recebida (se houver) e a estimativa do preço da obra, o nome e o endereço do cliente, ao qual será fornecida uma cópia da referida nota;

c) a ter e escriturar o livro de controle de recolhimento do imposto, de acordo com o modelo que for estabelecido pela Diretoria das Rendas Internas.

9.^a

Nas obras feitas por encomenda e nas transformações, consertos ou beneficiamento de objetos, com o emprego de matérias primas referidas nesta alínea e pertencentes a terceiros, o imposto será calculado sobre o valor total da obra, inclusive tais matérias. Quando a encomenda for feita por comerciante registrado para o comércio de produtos desta alínea, do cálculo do valor total da obra se excluirá o das pérolas cultivadas ou não, pedras preciosas ou semi-preciosas.

10.^a

Ficam excluídos do regime das notas 1.^a a 9.^a os relógios de mesa, de parede, de ponto, de vigia, de controle de tempo de serviço, de guarnição, de armário, de pendurar e para logradouros públicos; despertadores; relógios para aviões, automóveis e semelhantes; cronômetros de marinha e observatórios e outros para fins científicos; e relógios elétricos, os quais pagarão o imposto de acordo com as observações primeira a terceira da tabela "A".

DÉCIMA NONA

Art. 3.º Os produtos importados pagarão o imposto, inicialmente, com a base no preço de importação, acrescido das despesas de frete, seguro e mais direitos aduaneiros, taxas e adicionais, necessários à entrada do produto no país, procedendo-se a conversão em cruzeiros dos valores em moeda estrangeira, da seguinte forma:

a) para as importações dependentes de cobertura cambial, com base na taxa efetiva de câmbio, incluídos quaisquer ágios e sobretaxas, correspondentes à operação realizada pelo consumidor;

b) para as importações independentes de cobertura cambial ou desacompanhadas de documentação, com base na taxa média de câmbio do mês anterior na categoria e moeda respectivas, incluídos quaisquer ágios e sobretaxas apurados pela Superintendência da Moeda e do Crédito.

§ 1.º Quando o preço de importação for inferior de mais de 15% ao valor externo da mercadoria, poderá aquele ser impugnado, para efeito de cobrança do imposto de consumo. Considera-se valor externo de uma mercadoria importada o preço, ao tempo da exportação para o Brasil, pelo qual esta ou mercadorias similares são livremente oferecidas à venda para o consumo interno a todos os compradores, nos principais mercados do país exportador, nas quantidades usuais do comércio atacadista e pelos métodos ordinários do comércio, incluindo o custo de todos os continentes e embalagens de qualquer natureza, bem como os relativos a outras despesas necessárias para colocarem as mercadorias em condições de serem transportadas para o Brasil.

§ 2.º Posteriormente, os importadores pagarão o imposto com base nas vendas de produtos tributados, realizadas em cada quinzena, deduzido o imposto pago na forma deste artigo (vetado).

Art. 4.º Os fabricantes e importadores de produtos sujeitos ao imposto por meio de guia, com exceção dos da alínea X, que mantiverem vendas por intermédio de ambulantes, entregarão a mercadoria a estes, sempre acompanhada de manifesto modelo 13, devidamente autenticado, com o selo de autenticação previsto para as notas fiscais, obedecendo às seguintes regras:

a) registrarão os manifestos em livro especial, cujo modelo será estabelecido em regulamento, obedecendo às instruções nele contidas;

b) entregarão, também ao ambulante, uma série especial de notas fiscais, a fim de que o mesmo emita nota fiscal relativa a cada entrega ou venda feita, na qual será calculado o imposto devido;

c) as devoluções de produtos feitas pelos ambulantes serão anotadas nos manifestos correspondentes e lançadas na coluna própria do livro a que se refere a letra a;

d) as vendas, pelas notas fiscais emitidas, serão registradas na coluna própria do livro a que se refere a letra a com a discriminação do imposto cobrado;

e) (Vetado)

Art. 5.º Fica acrescentado ao final do art. 77, o seguinte:

“Quando as mercadorias estiverem acompanhadas de estampilhas que não se achem devidamente assinaladas ou marcadas nos termos dos arts. 76 e 77, serão consideradas como não tendo satisfeito o imposto devido. As estampilhas serão então, apreendidas e inutilizadas independentemente da multa em que incorrerão o fabricante e o adquirente pela falta do pagamento do imposto”.

Art. 6.º O art. 106 das normas gerais passa a ter a seguinte redação:

Art. 106. Os comerciantes e industriais que receberem produtos sujeitos ao imposto de consumo deverão examinar cuidadosamente se as mercadorias se acham devidamente estampilhadas e se as notas fiscais que as acompanham obedecem às prescrições desta lei e especialmente dos artigos 98, 107 e 108.

§ 1.º Verificada qualquer falta, os interessados, a fim de se eximirem da responsabilidade, darão conhecimento à repartição competente, dentro do prazo de oito dias, e antes do início do consumo ou da venda dos produtos, avisando ao remetente por meio de carta registrada.

§ 2.º Quando a falta fôr verificada por agente do fisco, após oito dias do recebimento da mercadoria, ou depois de iniciada a venda ou consumo, aqueles que descumprirem o disposto neste artigo, incidirão nas mesmas penas cominadas ao fabricante ou remetente pela falta apurada nos produtos ou notas fiscais apreendidas.

§ 3.º Nas notas fiscais, as mercadorias serão, obrigatoriamente, discriminadas pela quantidade, marca, tipo, modelo e número, se houver, assim como pela espécie, qualidade e mais elementos que permitam a perfeita identificação do produto a que se referir, mencionando o preço unitário e total por que foram vendidas, assim como o preço de venda no varejo quando o cálculo do imposto depender desta circunstância, considerando-se sem efeito legal a nota fiscal que não contiver qualquer dos requisitos aqui mencionados, e como não pago o respectivo imposto.

§ 4.º Numa mesma nota fiscal poderão constar produtos de mais de uma alínea ou sujeitos a etiquetas distintas bem como produtos isentos ou não tributados desde que haja separação perfeita em colunas ou por especificação distinta de modo a estabelecer, com facilidade, o imposto devido.

Art. 7.º Todas as notas fiscais serão obrigatoriamente autenticadas por meio de aposição de um selo especial que será fornecido gratuitamente, mediante requisição do interessado, pela repartição arrecadadora local, sob

pena de multa de 10 % sobre o valor de cada nota fiscal não autenticada, até o máximo de Cr\$ 10.000,00 independentemente da multa cabível por falta de recolhimento do imposto.

§ 1.º Os fabricantes e comerciantes inutilizarão o selo de que trata este artigo a tinta ou carimbo com a data da saída da produção da fábrica ou do estabelecimento.

§ 2.º Nenhum comerciante ou fabricante poderá ter em estoque selos de autenticação em quantidade superior às suas necessidades previstas para sessenta dias, feito o cálculo na base de emissão de notas fiscais do mês anterior. Se, em virtude da diminuição de negócios, o estoque desses selos ultrapassar os limites estabelecidos neste parágrafo, não poderá o fabricante ou comerciante fazer novas requisições, enquanto o estoque não baixar aos limites aqui previstos.

§ 3.º No caso de encerramento definitivo das atividades fabris ou comerciais, devolverá o comerciante ou fabricante os selos em seu poder à repartição arrecadadora local, mediante guia.

§ 4.º Quando, por qualquer motivo, não for possível, à repartição atender à requisição de selos feita pelo contribuinte, competir-lhe-á autenticar as notas fiscais pela modalidade atualmente em vigor, fornecendo ao contribuinte a necessária ressalva.

Art. 8.º Aplica-se aos selos de autenticação o disposto no § 2.º do art. 66 da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo constituindo ainda contravenção de natureza grave a respectiva cessão ou venda a outrem, por qualquer forma ou o seu reaproveitamento.

Art. 9.º Constituem elementos subsidiários para o cálculo da produção e correspondente pagamento do imposto de consumo dos estabelecimentos fabris o valor ou quantidade da matéria-prima ou secundária adquirida e empregada na confecção dos produtos, o valor das despesas gerais efetivamente feitas, o valor da mão de obra empregada e dos demais componentes do custo da produção e as variações dos estoques de matérias primas.

VIGÉSIMA

Art. 10 (Vetado)

Parágrafo único. (Vetado)

VIGÉSIMA PRIMEIRA

Art. 11. (Vetado)

§ 1.º (Vetado)

VIGÉSIMA SEGUNDA

Art. 12. Nenhum produto de procedência estrangeira a que se refere a lei do imposto de consumo, constante da tabela A, nas alíneas I, II, IV, V, VI e X; da tabela B, nas alíneas XVI e XVII; da tabela C, nas alíneas XIX, XX, XXI e XXII; e da tabela D, nas alíneas, XXIII, XXIV, XXVI, XXVII e XXIX, poderá ser vendido, exposto a venda, transitar no país ou conservado em depósito, sem que esteja acompanhado do certificado de desembaraço aduaneiro da mercadoria.

§ 1.º Para aquele que importar ou adquirir diretamente o produto, a nota de importação substitui o certificado aqui previsto.

§ 2.º As repartições arrecadadoras do Ministério da Fazenda terão um talonário especial, de onde serão extraídos os certificados de desembaraço legal da mercadoria.

§ 3.º Para obtenção do certificado, que deverá acompanhar a mercadoria, levará o importador à repartição onde ocorreu o despacho da importação, ou à repartição arrecadadora do seu domicílio, a nota fiscal que emitiu e a 4.ª via da nota de importação. A repartição então anotará nesta

4.ª via o número e a data da nota fiscal, fornecendo, ato contínuo sem outras formalidades, o certificado de desembaraço legal da mercadoria, do qual constará o número e a data da nota fiscal respectiva.

§ 4.º O comerciante grossista revendedor da mercadoria de procedência estrangeira, para obtenção do certificado, procederá como o importador, levando, porém, a repartição, ao invés da 4.ª via da nota de importação, o certificado que lhe foi remetido pelo fornecedor da mercadoria. A repartição, por sua vez, agirá como no caso do parágrafo anterior.

§ 5.º Nas vendas efetuadas dentro do mesmo Município o certificado, de que trata este artigo poderá ser substituído por nota fiscal extraída de talonário especial e que contenha a declaração de que as mercadorias dela constantes foram lançadas no competente livro de registro indicando-se a respectiva folha (art. 19 desta lei).

§ 6.º As repartições arrecadadoras poderão permitir que os importadores ou comerciantes atacadistas possuam talões de certificados previstos neste artigo, por elas devidamente autenticados, para emitirem, sob sua responsabilidade os certificados de desembaraço com relação a determinado número de operações de venda, atinentes a produtos importados, procedendo-se a fiscalização *a posteriori*.

Art. 13. A ausência da nota de importação ou do certificado previsto no artigo anterior e da nota fiscal respectiva, sujeitará o proprietário à perda da mercadoria após o julgamento do competente processo.

Parágrafo único. Na mesma pena incorrerá o possuidor da mercadoria estrangeira acompanhada de nota fiscal emitida por firma inexistente ou que tenha importado fraudulentamente a mercadoria.

Art. 14. A mercadoria de procedência estrangeira introduzida clandestinamente no país e encontrada fora da zona fiscal aduaneira, em depósito ou em trânsito no território nacional, ou ainda exposta a venda, será apreendida, ficando o seu proprietário ou possuidor sujeito à perda da mesma, na forma prevista neste capítulo.

Art. 15. As mercadorias de procedência estrangeira encontradas fora da zona fiscal aduaneira, desacompanhadas da nota de importação, ou do certificado de desembaraço legal da mercadoria e da respectiva nota fiscal que com ela se identifiquem, serão apreendidas intimando-se imediatamente o proprietário ou possuidor das mercadorias, para que, no prazo de 24 horas, apresente aqueles documentos, lavrando-se de tudo os necessários termos.

§ 1.º Se, decorrido aquele prazo, não forem apresentados os documentos exigidos, será instaurado processo na forma do capítulo XII das normas gerais da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo, incorrendo o proprietário ou possuidor da mercadoria na pena de perda da mesma, caso seja julgada procedente a ação fiscal.

§ 2.º Transitada em julgamento a decisão, serão as mercadorias vendidas em leilão, competindo ao arrematante pagar os impostos devidos.

§ 3.º Se não ficar determinado quem é o proprietário das mercadorias, proceder-se-á na forma prevista no art. 133, § 2.º das normas gerais.

Art. 16. Os proprietários das mercadorias apreendidas por força dos artigos anteriormente mencionados poderão obter a sua restituição, legalizando-as, antes do julgamento do processo, na forma do preceituado no § 4.º do artigo 6.º da Lei n.º 2.645, de 29 de dezembro de 1953, e mediante requerimento à repartição julgadora, que decidirá, após audiência da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), não se aplicando aos mesmos o disposto no art. 200 das normas gerais.

§ 1.º Nos casos deste artigo, além da indenização dos tributos devidos, que serão calculados, quando *ad-valorem* sobre a soma dos valores encontrados, inclusive os ágio e sobre-taxas e o pagamento adicional previsto na mencionada lei, ficarão os responsáveis sujeitos à multa estabelecida no art. 186, n.º 3.

§ 2.º Provada a venda de mercadorias de procedência estrangeira, sem satisfazer as exigências mencionadas neste capítulo, incorrerá o vendedor na multa de 100% do valor das mercadorias, não inferior a Cr\$ 5.000.00, sem prejuízo das penalidades em que incorrer o comprador das mesmas.

Art. 17. A fiscalização das mercadorias de procedência estrangeira em circulação no território nacional compete aos agentes fiscais do imposto de consumo, ressalvados os casos previstos na Consolidação das Leis das Alfândegas. Aquêle que promover a entrada de mercadorias estrangeiras no país sem pagar o imposto de consumo ou praticar fraude cambial, utilizar-se de outra firma, pessoa, ou sociedade que apenas preste o seu nome, firma ou denominação para realizar o negócio (testa de ferro), arcará com todos os ônus fiscais decorrentes de tais atos ou operações, inclusive penalidades, sem prejuízo das sanções aplicáveis aos intermediários quando cabíveis.

Art. 18. O art. 139 fica assim redigido, mantidos os seus §§ 1.º, 2.º e 3.º e acrescentando-se-lhe o 4.º:

" Art. 139. As guias para aquisição de estampilhas destinadas a produtos estrangeiros e as de recolhimento de imposto por meio de guias, serão organizadas conforme as notas de despacho, consignando, além dos elementos necessários ao cálculo dos direitos de importação, como determina o artigo 476 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, a quantidade, espécie, qualidade, marca, numeração, séries e tipo, se houver, e demais elementos necessários à perfeita identificação do produto, cálculo e cobrança do imposto de consumo.

§ 4.º As mercadorias que se não identificarem com as descritas nas guias de que trata este artigo, são consideradas como não tendo pago o imposto devido".

Art. 19. Fica acrescentado ao Capítulo XI o seguinte artigo, modificando-se, conseqüentemente, a numeração dos que se lhe seguem:

Art. 140 Os comerciantes, importadores, arrematantes ou adquirentes de produtos estrangeiros, são obrigados a escriturar em livro especial, cujo modelo será expedido pela Diretoria das Rendas Internas, a entrada e saída dos referidos produtos em seus estabelecimentos, discriminando-os por quantidade, espécie, marca, qualidade e procedência, indicando o ano da nota de importação, assim como a repartição aduaneira por onde se verificou a importação, ou ainda o número da nota fiscal, e do certificado de desembaraço legal da mercadoria, bem como o nome do vendedor.

VIGÉSIMA TERCEIRA

Art. 20. O art. 11 da Lei n.º 2.653, de 24 de novembro de 1955, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo:

"Os processos relativos às infrações de que trata este artigo serão instaurados, preparados e julgados segundo as normas constantes do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949".

VIGÉSIMA QUARTA

Art. 21. (Vetado)

VIGÉSIMA QUINTA

Art. 22 (Vetado)

Parágrafo único. (Vetado)

Art. 23. O § 2.º do art. 107 da Consolidação das Leis do Imposto de Consumo, regulamentado pelo Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2.º É permitido o uso da nota fiscal emitida mecanicamente ou dactilografada com os dizeres de modelo 11, desde que seja copiada em

copiador revestido das formalidades legais e contenha ainda o número dêste e o da respectiva fôlha. É dispensada a cópia em copiador autenticado das notas fiscais com os dizeres do modelo 11, quando emitidas em sanfonas de formulários contínuos com numeração tipográfica e seguida apenas da última via, desde que êsse número seja repetido em outro local da nota fiscal, mecânica ou dactilográficamente, em tôdas as vias por cópia a carbono. Essas sanfonas, deverão ser autenticadas pela repartição competente na via numerada que depois de preenchida, ficará arquivada, em sanfonas não desmembradas, com o mínimo de 25 notas fiscais cada uma, em poder do contribuinte, à disposição da fiscalização".

Art. 24. (Vetado)

Art. 25. Fica o Poder Executivo autorizado a reagrupar, fundir ou desdobrar os produtos constantes das alíneas das tabelas em novos incisos das mesmas alíneas sem modificação nas taxas ou alíquotas do impôsto, forma de sua cobrança, obrigações de fabricantes ou comerciantes e demais determinações legais, inclusive patente de registro e na medida em que fôr conveniente à elaboração de estatística discriminada.

Art. 26. Gozarão de redução de 50% (cinquenta por cento) na multa, todos aqueles que, respondendo a processos fiscais já instaurados, pendentes de solução ou já julgados nas esferas administrativa ou judiciária, requererem à autoridade competente, dentro do prazo de 90 dias, a partir da vigência desta lei, o recolhimento das importâncias reclamadas, multa reduzida inclusive, devendo êste ser feito dentro de 15 dias da ciência do deferimento do pedido.

§ 1.º As multas superiores a Cr\$ 100.000,00 poderão ser pagas em dez parcelas iguais, sucessivas, a requerimento da parte interessada, importando a falta de pagamento de uma parcela, no vencimento do débito restante. Neste caso, o devedor perderá direito ao favor obtido, sendo, então, as importâncias já recolhidas deduzidas do total da multa.

§ 2.º Não terão direito aos favores dêste artigo os contribuintes responsáveis por multas decorrentes de sonegações dolosas, da posse, uso ou comércio de selos servidos ou falsos e da falsificação de escrita, nota fiscal ou outros documentos fiscais

§ 3.º Excluem-se dos benefícios dêste artigo as firmas ou pessoas físicas que vierem a ser multadas em virtude de investigação parlamentar.

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) pelo Ministério da Fazenda, a fim de atender, por intermédio da Diretoria das Rendas Internas, às despesas que se tornarem necessárias ao reaparelhamento dos órgãos de arrecadação e fiscalização dos impostos internos da União, exceto de pessoal, devendo o mesmo ser automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e redistribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 28. O Poder Executivo, mediante decreto, no prazo de 60 dias, consolidará as alterações feitas por esta lei e por leis posteriores à publicação do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949, estendendo aos produtos que sofreram mudança no regime de taxaço as disposições que lhes sejam pertinentes, dentro da sistemática da lei vigente.

Art. 29. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 26 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

projc 1346/56

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.975 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1956

Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A produção, o comércio, a distribuição, o consumo e a importação e exportação de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos, de qualquer origem ou natureza, estão sujeitos exclusivamente ao imposto previsto no art. 15, inciso II da Constituição Federal, cobrado pela União na forma desta lei.

§ 1.º Será concedida autorização somente para a importação a granel de óleos lubrificantes e demais derivados do petróleo, ficando vedada a entrada desses produtos no País já acondicionados em vasilhames metálicos.

§ 2.º Na ocorrência de casos especiais, plenamente comprovados, o Conselho Nacional do Petróleo poderá autorizar a importação, em quantidades mínimas, de determinados óleos minerais especiais envasilhados.

§ 3.º O imposto único exclui a incidência de quaisquer outros impostos federais, estaduais e municipais, exceto os de renda e selo.

Art. 2.º O imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos de procedência estrangeira será "ad valorem" calculado sobre o custo CIF, nas percentagens seguintes, conforme o produto:

Gás liquefeito — 80%;

Gasolina de aviação — 65% em 1957; 75% em 1958; 85% a partir de 1959;

Gasolina automotiva — 150%;

Gasolina "premium" — 200%;

Querosene — em 1957: 80%; em 1958: 90%; a partir de 1959: 100%;

Óleos para fabricação de gás ("gas oil") para lamparinas de mecha ("signal oil") e para motores de combustão interna ("Diesel oil") — em 1957: 55%; em 1958: 65%; a partir de 1959: 80%;

Óleos para fornos ou caldeiras a vapor ("fuel oil") — em 1957: 50%; em 1958: 60%; a partir de 1959: 70%;

Óleos lubrificantes, simples, compostos ou emulsivos — a granel: 150%; idem, idem, embalados: 200%.

Petróleo bruto ou cru: — isento.

§ 1.º O custo CIF que servirá de base para o cálculo do imposto será o custo médio efetivo das importações realizadas, periodicamente apurado pelo Conselho Nacional do Petróleo.

§ 2.º A conversão para cruzeiros do custo CIF será feita ao custo cambial, assim entendida a soma da taxa oficial vigente e de uma sobretaxa única, fixada para a importação de todos os produtos enumerados neste artigo.

§ 3.º A expressão gás liquefeito compreende o gás propano e o gás butano, isolados ou misturados.

§ 4.º As especificações técnicas dos produtos serão definidas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 3.º O pagamento do imposto único sobre produtos importados será feito à Alfândega ou Mesa de Renda do porto de desembarque, com base nas quantidades efetivamente descarregadas, sendo um terço no desembara-

ço alfandegário, e o restante após 60 (sessenta) dias, a contar daquela formalidade.

Parágrafo único. A cobrança, o processo administrativo, a fiscalização e as penalidades referentes ao imposto único sobre produtos de procedência estrangeira obedecerão ao regime da legislação aduaneira em tudo o que não contrariar os dispositivos da presente lei.

Art. 4.º O imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos ou gasosos, de produção nacional, será equivalente a três quartos da importância em cruzeiros que incidir sobre o similar de procedência estrangeira, de acordo com o art. 2.º e seus parágrafos, no caso de gás liquefeito e gasolinas de aviação, automotiva e "premium" e equivalentes, para os demais produtos, à metade da importância devida pelo similar estrangeiro.

Art. 5.º Os óleos lubrificantes, simples, compostos e emulsivos, obtidos no País pela regeneração de óleo lubrificante usado, ficarão isentos do imposto único de que trata a presente lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos, findo o qual pagarão um quarto da importância que corresponder ao imposto incidente sobre o óleo importado.

§ 1.º O disposto neste artigo só se aplica aos óleos re-refinados que tenham sofrido processo de regeneração, através da destilação, refinação e filtragem, e cujas características e propriedades sejam as mesmas do produto novo.

§ 2.º As indústrias de re-refinação de óleos lubrificantes poderão gozar do regime de que trata o presente artigo, desde que tenham instalações aprovadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e aí registrarem o produto com as características referidas no parágrafo anterior.

§ 3.º A aplicação do regime de que trata o presente artigo será reconhecida pelo Ministério da Fazenda, em relação a cada produto, à vista de solicitação da firma interessada e em processo em que fique comprovado o preenchimento das exigências mencionadas nos dois parágrafos anteriores.

Art. 6.º O imposto único sobre produtos nacionais será recolhido por verba, devendo o pagamento ser efetuado na repartição arrecadadora no Estado em que estiver localizada a fábrica vendedora, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da entrega ao primeiro comprador.

§ 1.º O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo, podendo, se os produtos se destinarem a consumo ou distribuição fora do Estado em que estiver localizada a fábrica, autorizar, se o exportador o desejar, o pagamento do imposto pelo destinatário, na repartição arrecadadora respectiva; neste caso, o recolhimento será feito no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data do recebimento do produto, sob pena de multa igual ao valor do imposto devido.

§ 2.º O processo administrativo, a fiscalização e as penalidades relativas ao imposto único sobre produtos nacionais obedecerão ao regime da legislação do imposto de consumo, em tudo o que não contrariar o disposto nesta lei.

Art. 7.º Da receita resultante do imposto a que se refere esta lei:

a) 40% (quarenta por cento) pertencem à União; e

b) 60% (sessenta por cento) pertencem aos Estados, Municípios e Distrito Federal, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, de acordo com o disposto na legislação vigente.

§ 1.º A União, os Estados, Municípios e o Distrito Federal destinarão suas cotas na receita do imposto a que se refere esta lei, na proporção de:

a) 75 % (setenta e cinco por cento) aos seus programas rodoviários, através do Fundo Rodoviário Nacional e respectiva legislação;

b) 15 % (quinze por cento) durante os exercícios de 1957 a 1961, inclusive, à constituição do capital social da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, nos termos da legislação vigente; e

c) 10 % (dez por cento), à constituição do capital social da Rede Ferroviária Federal S. A. nos exercícios de 1957 a 1961, inclusive.

§ 2.º A partir de 1 de janeiro de 1962, a União, os Estados, Municípios e Distrito Federal destinarão as suas cotas no imposto a que se refere esta lei, na proporção de:

a) 90% (noventa por cento) aos seus programas rodoviários, através do Fundo Rodoviário Nacional e legislação respectiva;

b) 10 % (dez por cento) à constituição do capital social da Rede Ferroviária Federal S. A. de acordo com o disposto nesta lei.

§ 3.º A partir de 1.º de janeiro de 1972, a receita resultante do imposto a que se refere esta lei será destinada exclusivamente ao Fundo Rodoviário Nacional.

Art. 8.º As receitas provenientes da arrecadação do imposto único a que se refere esta lei serão diariamente recolhidas pelas Alfândegas, Recebedorias e Coletorias Federais ao Banco do Brasil S. A., mediante guia.

Art. 9.º De cada recebimento das estações arrecadadoras, na forma do artigo anterior, o Banco do Brasil S. A. creditará:

a) a percentagem pertencente ao Fundo Rodoviário Nacional, à conta e ordem do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;

b) a percentagem pertencente à Petrobrás, à conta e ordem desta; e

c) a percentagem pertencente à Rede Ferroviária Federal S. A., à conta e ordem desta.

§ 1.º Enquanto não estiver em funcionamento a Rede Ferroviária Federal S.A., os recursos a que se refere a alínea "c" deste artigo serão creditados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que os manterá em depósito especial, em nome da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, na proporção de suas cotas no Fundo Rodoviário Nacional, no período a que corresponder a arrecadação. Constituída a Rede, estes depósitos passarão à sua propriedade, contra a entrega à União, aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, das ações a que se refere o art. 15.

§ 2.º Ficam o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, o Banco da Amazônia S. A., o Banco do Nordeste do Brasil S. A. e outros estabelecimentos oficiais de crédito autorizados a receber em caução as ações da Petróleo Brasileiro S. A. e da Rede Ferroviária Federal S. A. e os créditos referidos neste artigo, em garantia de empréstimos concedidos aos mesmos Estados, Municípios, autarquias e sociedades de economia mista, estaduais e municipais, destinados ao financiamento de projetos de eletrificação, serviços de água e esgoto e construção, melhoria ou pavimentação de rodovias, inclusive aquisição de equipamento rodoviário.

Art. 10. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem destinará, obrigatoriamente, da cota do Fundo Rodoviário Nacional que constitui sua receita:

a) 30 % (trinta por cento), no mínimo, em cada exercício, à pavimentação, melhoramento de traçados e construção ou reforço de obras de arte especiais e seus acessos de rodovias do Plano Rodoviário Nacional;

b) 10% (dez por cento) até o exercício de 1971, à construção, ao revestimento ou à pavimentação das estradas que se construirão ou pavimentarão para substituição de trechos de ferrovias federais, reconhecidamente antieconômicos.

§ 1.º A aplicação nos Estados da percentagem estabelecida no inciso "a" deste artigo será feita na proporção da cota de cada um no Fundo Rodoviário Nacional. A determinação das estradas a pavimentar obedecerá a uma escala de prioridade estabelecida anualmente, de acordo com a intensidade de tráfego verificada nos anos anteriores.

§ 2.º A seleção dos trechos ferroviários a substituir será feita pelo critério de menor densidade de tráfego ferroviário, remunerado, computada

em toneladas, quilômetro por quilômetro de linha explorada (t km/km); em caso de valores semelhantes, será dada prioridade à substituição da linha que acusar maior despesa de custeio anual por quilômetro.

§ 3.º Os projetos de obras e serviços de substituição de trechos ferroviários antieconômicos serão elaborados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem por indicação do Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

§ 4.º Se, em algum exercício, por qualquer motivo, não fôr, integralmente, aplicada na substituição de trechos ferroviários a percentagem referida no inciso "b" deste artigo, o saldo se acumulará à parcela do exercício ou exercícios seguintes, até que sejam substituídos os trechos ferroviários selecionados conforme o disposto no § 2.º deste artigo.

Art. 11. Anualmente, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem empregará, da sua cota, em obras rodoviárias nos Territórios Federais, quantia não inferior à cota que caberia a cada um, como se Estados fôsem, tomando-se por base a arrecadação do ano anterior.

Art. 12. Os Departamentos Rodoviários ou órgãos equivalentes dos Estados destinarão, obrigatoriamente, da cota do Fundo Rodoviário Nacional, que constituir sua receita:

a) 10 % (dez por cento), no mínimo, em cada exercício, à pavimentação, melhoramento de traçados, construção ou reforço de obras de arte especiais e seus acessos de rodovias dos respectivos Planos Rodoviários Estaduais;

b) naqueles Estados em que houver estradas de ferro de concessão, propriedade ou exploração estadual, 5% (cinco por cento) à construção, ao revestimento ou à pavimentação das estradas que se construirão ou pavimentarão para substituição de trechos de ferrovias estaduais reconhecidamente antieconômicos.

§ 1.º A determinação das estradas a pavimentar em cada Plano Rodoviário Estadual obedecerá a uma escala de prioridade estabelecida anualmente de acordo com a intensidade de tráfego verificada no ano anterior.

§ 2.º A seleção dos trechos ferroviários a substituir obedecerá ao disposto no § 2.º do art. 10.

§ 3.º Os serviços estaduais de estradas de rodagem devem demonstrar cada ano, perante o Conselho Rodoviário Nacional, a aplicação das parcelas referidas neste artigo.

Art. 13. O levantamento dos trilhos dos trechos ferroviários antieconômicos somente será executado depois da aprovação dos respectivos projetos pelo Congresso Nacional, no caso de estrada de ferro federal, (Vetado).

§ 1.º Não será elaborado projeto em relação ao qual houver proposta, técnica e economicamente aceitável, apresentada por empresa idônea de transporte que se disponha a explorar o trecho sem o levantamento da linha férrea.

§ 2.º Se não houver proposta aceitável para a exploração do transporte sobre trilhos, o Executivo poderá suspender o tráfego no trecho, desde que previamente assegurado o transporte rodoviário de passageiros e carga, em caráter permanente e para todos os núcleos populacionais servidos pela linha férrea a levantar após a autorização legislativa.

§ 3.º No caso previsto neste artigo, o trecho ferroviário será desligado da rede ferroviária a que pertence.

Art. 14. O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e os órgãos rodoviários dos Estados e do Distrito Federal poderão despende, a juízo dos respectivos Conselhos Rodoviários, até 5 % (cinco por cento) da sua cota do Fundo Rodoviário Nacional, na construção ou melhoria de estradas de rodagem de relevante finalidade turística, bem como na execução de obras que facilitem o tráfego rodoviário e a expansão do

turismo ao longo das estradas, inclusive postos de serviço, estações, hotéis e restaurantes, ou em campos de pouso, aeroportos e suas instalações, de acordo com o Departamento de Aeronáutica Civil.

Art. 15. Anualmente, até o exercício de 1971, a Rede Ferroviária Federal S. A. aumentará o seu capital social em valor equivalente ao total das importâncias recebidas na forma do art. 9.º, inciso "c", emitindo ações, que serão de propriedade da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, na proporção de suas cotas, no mesmo exercício, no Fundo Rodoviário Nacional. As ações dos Estados, Distrito Federal e Municípios serão preferenciais sem direito a voto.

Parágrafo único. Anualmente, até o exercício de 1971, a Rede Ferroviária Federal S. A. aplicará na subscrição de capital de estradas de ferro estaduais, organizadas como sociedades anônimas, importância nunca inferior àquela capitalizada na forma deste artigo para o Estado em que se encontre a estrada até o limite dos planos de reequipamento e expansão aprovados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, ouvida a Rede Ferroviária Federal S. A. Neste caso as ações da Rede Ferroviária Federal S. A. serão preferenciais sem direito a voto.

Art. 16. O Conselho Nacional do Petróleo fará o reajuste dos preços de venda a vigorarem a partir de 1 de janeiro de 1957, dos produtos de petróleo sujeitos ao imposto único nos termos desta lei, tendo em vista a variação verificada na importância do imposto devido.

Parágrafo único. Os estoques de produtos existentes em poder de firmas ou companhias importadoras ou distribuidoras, em 1 de janeiro de 1957, ficarão sujeitos ao pagamento da diferença da tributação resultante desta lei. Este pagamento deverá ser feito, em prestações mensais iguais, até 30 de junho de 1957, para os óleos lubrificantes e, até 30 de março de 1957, para os demais produtos.

Art. 17. No cumprimento do disposto no art. 2.º, item III, do Decreto-lei n.º 395, de 29 de abril de 1938, e do art. 10, alíneas "c" e "g", do Decreto-lei n.º 532, de 7 de julho de 1938, o Conselho Nacional do Petróleo fixará os preços de venda dos derivados do petróleo, para o revendedor atacadista, bem como para o varejista distribuidor nas diversas bases de provimento do território nacional, para períodos e em relação aos derivados que o Poder Executivo julgar conveniente tabelar.

Parágrafo único. Os preços de venda, tanto para o atacado como para o varejo, fixados pelo Conselho Nacional do Petróleo, não estarão sujeitos a homologação da Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

Art. 18. Com a aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas e por proposta do Conselho Rodoviário Nacional ou dos Estados, Territórios e Municípios cujas condições geográficas ou econômicas contraindiquem o desenvolvimento do sistema de transportes rodoviários, poderão estes aplicar a sua receita do Fundo Rodoviário Nacional na criação ou desenvolvimento de outros meios de transporte mais adequados à região.

Art. 19. O imposto único incorpora-se ao preço de venda do produto ao consumidor, sem consideração à pessoa natural ou jurídica do importador, comprador ou consumidor. As isenções gerais de tributos não compreendem o imposto único, (Vetado).

Art. 20. Enquanto o Poder Legislativo não aprovar o Plano de Viação Nacional, o Governo executará o programa de obras rodoviárias e ferroviárias previstas nas relações descritivas mencionadas no anexo da presente lei.

Art. 21. A Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, e as empresas que organizar nos termos da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, ficam isentas do pagamento do imposto de renda, até o exercício de 1962, sobre quantias que inverterem na indústria do petróleo.

Parágrafo único. A União destinará, à tomada de ações e obrigações da Petrobrás até o exercício de 1962, os dividendos que lhe cou-

berem na sociedade, propondo a medida à Assembléa Geral dos Acionistas.

Art. 22. O querosene e os óleos diesel e combustível, para emprego no setor agropecuario, serão isentos do imposto criado nesta lei.

§ 1.º Para o efeito da isenção a ser dada na distribuição dos produtos a que alude este artigo, o Conselho Nacional do Petróleo fixará, anualmente, a cota a ser atribuída a cada importador ou destilador.

§ 2.º A distinção dos combustíveis líquidos destinados exclusivamente ao setor agropecuario far-se-á por meio de vasilhames especiais ou colorantes, ou ainda por outros processos e meios a critério do Conselho Nacional do Petróleo.

§ 3.º O Conselho Nacional do Petróleo baixará instruções sobre as providências previstas neste artigo e seus parágrafos, podendo adotar todas as medidas indispensáveis à sua fiel execução.

Art. 23. Constitui crime, punível com pena de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa de Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros), obter para si ou para outrem, vantagem ilícita mediante a mistura fraudulenta de derivados de petróleo, em desobediência às especificações técnicas do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor a 1 de janeiro de 1957, revogadas as Leis ns. 1.749, de 28 de novembro de 1952, (Vetado) e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Lúcio Meira.

ANEXO

I — RELAÇÃO DESCRITIVA E NOMENCLATURA DAS ESTRADAS DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

TRONCOS PRINCIPAIS

1.º Tronco Principal Norte (T.P.N.).

Rio de Janeiro — São Luiz.

Rio de Janeiro — Juiz de Fora — Belo Horizonte — Corinto — Montes Claros — Monte Azul — Brumado — Iacu — Mundo Novo — Bonfim — Juazeiro — Petrolina — Paulistana — Teresina — São Luís.

2.º Tronco Principal Central — (T.P.C.).

Rio de Janeiro — Tocantins.

Rio de Janeiro — Belo Horizonte — Corinto — Pirapora — Formosa — Peixe.

3.º Tronco Principal Oeste — (T.P.O.).

Rio de Janeiro — Rondonópolis.

Rio de Janeiro — Barra do Pirai — Barra Mansa — (Angra dos Reis) — Lavras — Iguatama — Goiandira — Leopoldo Bulhões — Goiânia — Araguaiana — Rondonópolis.

4.º Tronco Principal Sul — (T.P.S.).

Rio de Janeiro — Rio Grande.

Rio de Janeiro — Barra Mansa — São Paulo — Bom Sucesso — Engenheiro Bley (Curitiba) — Rio Negro — Lajes — Barra do Jacaré — Barreto — Pelotas — Rio Grande.

5.º Tronco Principal Transcontinental — (T.P.T.).

Santos — Corumbá.

Santos (pela Estrada de Ferro Santos-Jundiaí) — São Paulo — Campinas — Bauru — Três Lagoas — Campo Grande — Corumbá.

TRONCOS SECUNDÁRIOS

1.º Tronco Bahia-Natal (T. 1).

Salvador — Alagoinhas — Aracaju — Propriá — Colégio — Palmeira dos Índios — Paquevira (Glicério) — Recife — João Pessoa — Natal.

2.º Tronco Circular do Nordeste (T.2).

Petrolina — Terra Nova — Salgueiro — Missão Velha — Arrojado — Piquet Carneiro (Girau) — Crateús — Teresina.

3.º Tronco Bahia-Minas Gerais (T.3):

Ponta d'Areia (Caravelas) — Teófilo Otoni — Araçuaí — Salinas — Montes Claros — Pirapora — Paracatu — Cristalina — Leopoldo Bu-
lhões — Anápolis.

4.º Tronco Rio de Janeiro-Vitória-Minas (T. 4).

Rio de Janeiro — Campos — Vitória — Belo Horizonte.

5.º Tronco São Paulo-Goiás (T. 5).

Santos — Mairinque — Itu — Campinas — Mogi Mirim — Ribeirão Preto — Uberaba — Araguaia — Goiandira.

6.º Tronco Sete Quedas do Rio Paraná (T. 6).

Santo Antônio — Botucatu — Ourinhos — Apucarana — Pôrto Dom Carlos — Guaira — Pôrto Mendes.

7.º Tronco São Paulo-Livramento (T. 7).

São Paulo — Santo Antônio — Ianguá — Itararé — Jaguariaíva — Pôrto União — Marcelino Ramos — Passo Fundo — Cruz Alta — Santa Maria — Cacequi — Livramento

8.º Tronco Central Paranaense (T. 8).

Paranaguá — Curitiba — Pôrto Amazonas — Riozinho — Guarapuava — Foz de Iguaçu.

9.º Tronco Litoral Catarinense (T. 9).

São Francisco — Joinville — Itajaí — Florianópolis — Imbituba — Tubarão (Laguna) — Araranguá — Tôrrés — Pôrto Alegre.

10.º Tronco Pôrto Alegre-Uruguaiana (T. 10).

Pôrto Alegre — Barreto — Cachoeira ao Sul — Santa Maria — Dilermando de Aguiar — Cacequi — Uruguaiana.

11.º Tronco Rio Grande-São Borja (T.11).

Rio Grande — Pelotas — Canguçu — Caçapava — São Sepé — Dilermando de Aguiar (S. Maria) — Santiago — São Borja.

12.º Tronco Bahia-Goiás (T. 12).

Campinho-Ubatuba — Jequié — Contendas — Rio Verde — Manga — Formosa — Anápolis.

LIGAÇÕES

- L 1 — Belém-Bragança.
- L 2 — Tucuri — Marabá.
- L 3 — Luis Correia — Campo Maior.
- L 4 — Carocim — Sobral.
- L 5 — Fortaleza — Sobral — Crateus.
- L 6 — Fortaleza — Piquet Carneiro (Girau).
- L 7 — Areia Branca — Sousa.
- L 8 — Natal — Angicos — São Rafael.
- L 9 — João Pessoa — Campina Grande — Patos — Sousa — Arrojado.
- L 10 — Recife — Arcoverde — Salgueiro.
- L 11 — Lourenço Albuquerque — Palmares.
- L 12 — Colegio — Piranhas — Jatobá — Terra Nova.
- L 13 — Palmeira dos Índios — Maceió — Paquevira (Glicério).
- L 14 — Salgado — Jaremoabo — Paulo Afonso.
- L 15 — Iaçú — Cachoeira — Salvador.
- L 16 — Cachoeira — Lagoinhas — Bonfim.
- L 17 — Cachoeira — Cruz das Almas — Santo Antônio de Jesus.
- L 18 — Iheus — Rio do Braço — Ubaitaba.
- L 19 — São Roque — Nazaré — Santo Antônio de Jesus — Jequié.
- L 20 — Araraquara — Presidente Vargas — Rondonópolis — Cuiabá.
- L 21 — Ponte Nova — D. Silvério — Nova Era (Itabira).
- L 22 — Ibiá — Uberaba.
- L 23 — Belo Horizonte — Divinópolis — Garças.
- L 24 — Divinópolis — Perdões — Lavras — Três Corações — Campanha — Pouso Alegre — Bandeirantes — Vargem — Caltituba — Campo Lindo.
- L 25 — São José dos Campos — São Sebastião.
- L 26 — São Gonçalo do Sapucaí — Caldas — Poços de Caldas — Aguai.
- L 27 — Catiaçu — Patos de Minas.
- L 28 — Japeri — Getulândia.
- L 29 — Jeceaba — Andreiândia.
- L 30 — Rio de Janeiro — Três Rios — Ubá — Ponte Nova — Ouro Preto — Usina Sabará.
- L 31 — Juiz de Fora — Francisco Campos.
- L 32 — Benfica — Lima — Duarte — Bom Jardim — Pouso Alegre — Mogi Mirim.
- L 33 — Campo Grande — Cuiabá.
- L 34 — Campo Grande — Ponta Porã.
- L 35 — Campinas — Araraquara — Colômbia — Ituiutaba — Pontalina — TPO — Colônia Agrícola.
- L 36 — Rubião Júnior — Gauru.
- L 37 — Ourinhos — Presidente Epitácio.
- L 38 — Jaguaquara — Marquês dos Reis.
- L 39 — Itangá — Bom Sucesso.
- L 40 — Jaraguá — Rio Negro — Porto União.
- L 41 — Porto Amazonas — Ponta Grossa — Apucarana.
- L 42 — Itajaí — Blumenau — Rio de Sul — Trombudo — Canoas — Uruguai.
- L 43 — Barra do Jacaré — Passo Fundo — Iraí — Itapiranga.

- L 44 — Cruz Alta — Santa Rosa.
- L 45 — São Borja — Uruguaiana — Quaram.
- L 46 — Livramento — D. Pedrito — São Sebastião.
- L 47 — Alegrete — Quaraí.
- L 48 — Basílio — Jaguarão.
- L 49 — Santiago — São Luis — Cêro Largo — Santo Angelo.
- L 50 — Pôrto Velho — Guajarã Mirim.
- L 51 — Arcoverde — Paulo Afonso.
- L 52 — Uberaba — Frutal — Icem — Nova Granada — São José do Rio Preto — Nova Aliança — Lins — Guaimbé — Marília — Salto Grande — Ourinhos.
- L 53 — Carpina — Bom Jardim — Orobó — Umbuzeiro.
- L 54 — Regente Feijó — Ponta Porã.
- L 55 — Joaquim Murtinho — Olaria — Lisimaco Costa — Cornélio Procopio.

II — RELAÇÃO DESCRITIVA E NOMENCLATURA DAS ESTRADAS DO PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL

DESIGNAÇÃO — PRINCIPAIS PONTOS DE PASSAGEM

— Radiais —

- BR- 1 Rio — Entroncamento (Avenida Brasil).
- BR- 2 Rio — São Paulo — Curitiba — Lajes — Pôrto Alegre — Jaguarão.
- BR- 3 Rio — Petrópolis — Juiz de Fora — Belo Horizonte — Montes Claros — Caetité — Paramirim — Seabra — Juazeiro.
- BR- 4 Rio — Teresópolis — Leopoldina — Muriaé — Teófilo Otoni — Feira de Santana.
- BR- 5 Rio — Campos — Vitória — Nova Laje — Cachoeira — Feira de Santana.
- BR- 6 Rio — Mangaratiba — Angra dos Reis — Cocaguatutuba — Santos — Iguapé — Cacatu — Antonina — Joinville.

— Longitudinais —

- BR- 8 Luiz Correia — Piripiri — Castelo Valença do Piauí — BR-24 — — Simplicio Mendes — São João do Piauí — São Raimundo Nonato — (BR-39).
- BR- 9 Areia Branca — Augusto Severo — BR-64 — Brejo do Cruz — BR-23.
- BR- 10 Macau — Pedro Avelino — Itaretama — Santa Cruz — Campina Grande — Caruaru — Agrestina — Panelas — Quipapá — União Palmares — Atalaia
- BR- 11 João Pessoa — Recife — Maceió — Aracaju — Feira de Santana.
- BR- 12 Natal — Batalhão — Arco Verde — Petrolândia — Paulo Afonso — Salvador.
- BR- 13 Fortaleza — Russas — Icó — Salgueiro — Jatimã — Canudos — Feira de Santana.
- BR- 14 Belém — Guamã — Pôrto Franco — Porangatu — Ceres — Anápolis — Goiânia — Frutal — Ourinhos — Irati — Erechim — Cruz Alta — São Martinho — São Gabriel — Livramento.
- BR- 15 Macapá — Clevelândia — Oiapoque — Guiana Francesa.
- BR- 16 Santarém — Cuiabá — Rondonópolis — Campo Grande — Pôrto Dom Carlos.

- BR- 17 Venezuela — Boa Vista.
- BR- 18 Anápolis — Cuiabá de Goiás — Planaltina — Formosa — Posse — Barreiras — Bom Jesus — Bertolina — Floriano — Teresina — Barras — Esperantina — Buriti dos Lopes (BR-8).
- BR- 19 Goiânia — Rio Verde — Pôrto Presidente Vargas — Pôrto Epitácio — Laranjeiras do Sul — Irai — Cruz Alta.
- BR- 20 Estância — Itapicuru — Olindina — Araci — Noventa — Capela — Mairi — Mundo Novo — Seabra — Ibitiara — Macaúbas — Bom Jesus da Lapa.
- BR- 21 São Luís — Peritório — Barra do Corda — Grajaú — Pôrto Franco.

— Transversais —

- BR- 22 Fortaleza — Piripiri — Teresina — Peritoró — Belém.
- BR- 23 João Pessoa — Batalhão — Cajazeiras — Icó — Piripiri — Batalha — Esperantina — Brejo — Urbano dos Santos — Rcsário — São Luís.
- BR- 24 Cajazeiras — Lavras da Mangabeira — Picos — Floriano e Barão do Grajaú — Pastos Bons — Loreto — Balsas — Riachão — Carolina.
- BR- 25 Recife — Arcoverde — Salgueiro — Parnamirim — Petrolina — Casa Nova — Remanso.
- BR- 26 Maceió — Petrolândia — Parnamirim — Picos.
- BR- 27 Aracaju — Jeremoabo — Canudos — Juazeiro.
- BR- 28 Salvador — Feira de Santana — Itaberaba — Lençóis — Barreiras — Taguatina — Paraná — Peixe — Ilha do Bananal.
- BR- 29 Cuiabá — Pôrto Velho — Rio Branco — Cruzeiro do Sul — Peru.
- BR- 30 Cuiabá — Poconé — Cáceres — Mato Grosso.
- BR- 31 Vitória — Belo Horizonte — Frutal — Canal de São Simão — Jataí — Rondonópolis — Cuiabá.
- BR- 32 São João da Barra — Campos — Muriaé — Mirai — Cataguases — São João Nepomuceno — Juiz de Fora — Caxambu — Araraquara.
- BR- 33 Santos — São Paulo — Araraquara — São José do Rio Preto — Campo Grande — Corumbá.
- BR- 34 São Paulo — Ourinhos — Pôrto Epitácio — Rio Brilhante — Pôrto Murtinho.
- BR- 35 Paranaguá — Curitiba — Laranjeiras do Sul — Cascavel — Foz do Iguaçu.
- BR- 36 Florianópolis — Lajes — São Miguel do Oeste.
- BR- 37 Pôrto Alegre — São Gabriel — Uruguiana.
- BR- 38 Pelotas — Bagé — Livramento — Uruguiana.
- BR- 39 Feira de Santana — Jacobina — Remanso — Caracol — Bom Jesus — Santa Filomena — Pedro Afonso — BR-14 — Araguaçema.
- BR- 40 Ilhéus — Vitória da Conquista — Brumado — Caetité — Lapa — Correntina — Posse.
- BR- 41 Montes Claros — Formosa — Corumbá de Goiás — Ceres — Xavantina — Cuiabá.
- BR- 42 Ilhéus — Pedra Azul — Salinas — Montes Claros — Pirapora — Patos de Minas — Prata — Paranaíba.

- BR- 43 Vacaria — Passo Fundo — Carazinho — Panambi — Ijuí — Santo Angelo — São Luís — São Borja.
- BR 44 Xorózinho — São Leopoldo — BR-23 — Alencar.
- BR- 45 São Roque — São Felipe — Conceição do Almeida — Castro Alves — Ponte 2 de Julho — Argoim — Itaberaba.
- BR- 46 Campinho — Marau — Ubaitaba — Nova Laje — Ubatã — Ipiava — Jequié — Três Morros — Maracá — Mugugê — Seabra — Xique-Xique — Bom Jesus.
- BR- 47 Campinho — Nova Laje — Cajazeira — Boa Nova — BR-4 — Bom Jesus — Brumado — Caetité — Carinhonha — Formosa.
- BR- 48 Porto Seguro (Coração Vermelha) — BR-5 — Gavião — Colônia Agrícola — Jacinto — Aménara — Jequitinhonha — Araçuaí
- BR- 49 Linhares — Mantena — Governador Valadares — Virgínia — Guanhanes — Curvelo
- BR- 50 BR-2 — Curitiba — Campos Novos — Barracão — Lagoa Vermelha — Nova Prata — Veranópolis — Garibaldi — Montenegro — São Jerônimo — Encruzilhada — Bagé — Serrilhada.
- BR- 51 Peritoró — Colinas — Pastos Bons — Bertolínia.
- BR- 52 Teresina — Picos — Jaicós — Paulistana — Petrolina.
- BR- 53 Russas — Nova Cruz — Cabedelo.
- BR- 54 Jataí — Rio Verde — Itumbiara — Monte Alegre de Minas.

— Diversos —

- BR- 55 São Paulo — Belo Horizonte.
- BR- 56 Frutal — Araraquara.
- BR- 57 Barra Mansa — Três Rios — Sapucaia (BR-33).
- BR- 58 Resende — Caxambu.
- BR- 59 Curitiba — Florianópolis — Porto Alegre.
- BR- 60 Boa Vista — Guiana Inglesa.
- BR- 61 Itaituba — BR-16.
- BR- 62 Jatobá — Marabá — BR-14.
- BR- 63 São Roque — Nazaré — Aratuípe — BR-5 — Laje — Matuipé — Jequiriçá — Ubaira — Santa Inês — Itaquara — Jaguaquara — Rio — Bahia.
- BR- 64 Jaguaribe — Currais Novos.
- BR- 65 Paulo Afonso — Garanhuns — Caruaru.
- BR- 66 Tucano (BR-13) — Ribeira do Pombal (BR-12).
- BR- 67 Porto Artur — Vale do Rio Xingu.
- BR- 68 Leopoldina — Guarará — Bicas — Juiz de Fora.
- BR- 69 Governador Valadares — Montes Claros — Barreiras.
- BR- 70 Espinosa — Salinas Itinga — (BR-4).
- BR- 71 Uberlândia — Monte Alegre de Minas — Canal de São Simão.
- BR- 72 Jataí — Xavantina.
- BR- 73 Linhares — Nova Venécia — Teófilo Ottoni.
- BR- 74 Aquidauana — Nioaque — Bela Vista.
- BR- 75 Bragança — Poços de Caldas — Muzambinho — Araxá — Patos de Minas.

- BR- 76 Lorena — Piquete — Itajubá — Pouso Alegre — Poços de Caldas.
- BR- 77 Pindamonhangaba — Campos do Jordão — Itajubá — São Lourenço — Vidinha — Caxambu — Francisco Sales — São João del Rei.
- BR- 78 Cambuquira — Lambari — São Lourenço.
- BR- 79 Cruzeiro — Virgínia — Itanhandu — Pouso Alto — Vidinha.
- BR- 80 Muriaé — Ubá — Mercês — Barbacena — São João del Rei — Lavras — Nepomuceno.
- BR- 81 Ijuí — Santiago — Itaquí.
- BR- 82 Leopoldina — Cataguases — Ubá — Ponte Nova — São Domingos do Prata.
- BR- 83 Areal — Além Paraíba — Leopoldina.
- BR- 84 Venda das Pedras — São Fidélis — Campos.
- BR- 85 Niterói — Manilha.
- BR- 86 Rio Brilhante — Dourados — Ponta Porã.
- BR- 87 Ourinhos — Londrina — Jandaia do Sul — Pôrto Mendes — Cascavel.
- BR- 88 Papanduva — Blumenau — Itajaí.
- BR- 89 Lajes — Blumenau — Joinville — São Francisco do Sul.
- BR- 90 Lajes — Tubarão.
- BR- 91 São Gabriel — Bagé — Aceguá.
- BR- 92 Pelotas — Chui.
- BR- 93 Porto Velho — Lábrea — Humaitá.
- BR- 94 Jati — Parnamirim.
- BR- 95 Corumbá de Goiás — Niquelândia — Paraná.
- BR- 96 Sobral — Cocal — Luzilândia — Urbano dos Santos.
- BR- 97 Paulo Afonso — Glória — Macururé — Curaçá.
- BR- 99 Sete Lagoas — Pompeu — Abaeté — Tiro — Patos de Minas.
- BR-100 Sítio Campos — Moxotó — Manari — BR-26.
- BR-101 Pão de Açúcar — (Pernambuco) — Santa Cruz do Capibaribe — Poço Fundo — Jataíba — Congo Sumé.
- BR-102 Garanhuns — Salobro — Pesqueira — Alagoa do Mosteiro — Afogados de Ingazeiro.
- BR-103 João Neiva — (BR-5) — Colatina — Baixo Guandu — Aimorés — Tarumirim — (BR-4).
- BR-104 Curitiba (BR-35) — Ponta Grossa — Apucarana — Mariaga — Paranavaí — Pôrto São José — Rio Brilhante — (BR-34).
- BR-105 BR-14 — Júlio de Castilhos — Soledade — Casca — Lagoa Vermelha.
- (Vetado).
- (Vetado).
- (Vetado).
- (Vetado).
- (Vetado).
- III — (Vetado).
- IV — (Vetado).

prej. 1741/56

LEI N.º 2.976 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1956

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da fronteira sudoeste do País.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a promover o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, destinado a elevar o padrão de vida das populações da região e a integrá-la na economia nacional, mediante atividades concernentes à educação e cultura, saúde, valorização da terra, incremento da produção, expansão das vias de comunicação, abastecimento, industrialização, eletrificação, pesquisas e explorações em geral.

Art. 2.º O plano será executado durante vinte anos, em quatro programas quinquenais e abrangerá o desenvolvimento sistemático de medidas, serviços, obras e empreendimentos, a serem realizados na região, pelos diversos departamentos do Governo Federal, nos limites da competência da União e sem prejuízo do que couber, segundo a Constituição e as leis, às administrações estadual e municipal.

Art. 3.º Os recursos atribuídos ao plano não poderão, mesmo em regime de cooperação, ser aplicados em medidas, serviços, obras e empreendimentos que, de exclusiva competência dos municípios, não tenham fim estritamente econômico ou relação direta com a valorização econômica da região.

Parágrafo único. São excetuados da proibição constante deste artigo, as obras e serviços de que tratam as Leis ns. 2.312, de 3 de setembro de 1954, e 2.661, de 3 de dezembro de 1955.

Art. 4.º A execução dos programas a que se refere o art. 2.º, ainda que promovida pelos diferentes setores da administração federal, será supervisionada, para efeito de sua coordenação e obediência ao plano sistemático estabelecido pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste, ora instituído, com subordinação direta ao Presidente da República.

Art. 5.º A Superintendência, com delegados nos Estados, será exercida por um superintendente nomeado em comissão pelo Presidente da República, o qual terá a assistência de um conselho deliberativo, constituído de representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Saúde, Ministério da Viação e Obras Públicas, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Serviço Social Rural e um membro do Estado Maior das Forças Armadas, por ele indicado. Os governos dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso poderão designar três (3) representantes, cada um, para integrar o conselho deliberativo.

Parágrafo único. O mandato dos membros do conselho terá a duração de cinco anos, permitida a renovação.

Art. 6.º Compete ao conselho deliberativo:

a) elaborar o plano de valorização econômica e os programas quinquenais de trabalho, para serem aprovados pelo Presidente da República, coordenando e supervisionando as atividades de todos os órgãos da administração federal a que couber a sua execução;

b) estabelecer o orçamento das obras e serviços a serem realizados anualmente, para inclusão especificada na proposta orçamentária da União;

c) elaborar o regimento interno e organizar os seus serviços;

d) autorizar o contrato de técnicos, para elaboração do plano ou dos programas quinquenais, desde que não sejam funcionários públicos, aproveitáveis na forma do art. 7º ;

e) pronunciar-se previamente sobre todas as questões submetidas aos diferentes setores administrativos ou sobre quaisquer outros assuntos que lhe forem encaminhados pelo superintendente;

f) examinar e encaminhar a prestação de contas de superintendência, para os fins previstos no art. 11;

g) deliberar sobre a matéria dos arts. 7º e 18.

§ 1.º O superintendente é membro do conselho deliberativo, a que preside, tomando parte em suas deliberações, salvo em relação ao disposto na letra f deste artigo.

§ 2.º Compete ao superintendente executar as resoluções do conselho, promover o cumprimento dos programas aprovados e fiscalizar a sua execução.

Art. 7.º A superintendência poderá requisitar, para os seus serviços e os do conselho deliberativo, servidores de outros órgãos da administração pública federal, inclusive entidades autárquicas e, bem assim, solicitar sejam postos à sua disposição servidores estaduais e municipais.

Art. 8.º Para atender à execução do plano, é criado o fundo de valorização econômica da região da fronteira sudoeste do país, constituido dos seguintes recursos:

a) dotações orçamentárias a ele destinadas;

b) suprimientos ou contribuições das demais entidades ou pessoas interessadas na sua realização;

c) juros de depósitos bancários;

d) produto de operações de crédito.

Art. 9.º Para aplicação dos recursos do fundo a que se refere o artigo anterior, será elaborada anualmente a proposta do respectivo orçamento, que se integrará, com as obras programadas, na proposta do orçamento geral da União apresentada ao Congresso, e com esta discutida e votada.

§ 1.º Os saldos orçamentários serão transferidos para o exercício seguinte e mantidos no depósito vinculado de que trata o § 2.º do art. 15.

§ 2.º As dotações atribuídas ao plano consideram-se automaticamente registradas e distribuídas.

Art. 10. O Poder Executivo poderá receber doações de quaisquer bens, de pessoas físicas ou jurídicas, como cooperação para o cumprimento das disposições desta lei e da realização dos programas abrangidos pelo plano.

Art. 11. O superintendente apresentará ao exame do Tribunal de Contas, até o dia 30 (trinta) de abril subsequente, as contas do exercício anterior, referentes à aplicação dos recursos de que trata o art. 18.

Art. 12. A superintendência estudará a conveniência da formação de sociedades de economia mista, ou outros tipos de organização, para a execução do disposto nesta lei, propondo a sua criação ao governo.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever ações ou quotas dessas entidades e a integralizá-las nos limites das dotações para isso consignadas.

Art. 13. A União poderá firmar convênios ou acordos, com o Estado e os municípios abrangidos na área do plano, ou respectivas autarquias, para execução das obras e serviços programados.

Art. 14. O plano abrangerá os seguintes municípios da região da fronteira sudoeste do país: Santa Vitória do Palmar — Jaguarão — Arroio Grande — Herval — Cangussu — Camaquã — São Lourenço do Sul — Piratini — Pinheiro Machado — Bagé — Encruzilhada do Sul — Caçapava do Sul — Lavras do Sul — Dom Pedrito — São Sepé — São Gabriel — Rosário do Sul — Livramento — Quaraí — Uruguaiana — Alegrete — Cacequi — São Pedro do Sul — General Vargas — Jaguarí — São Francisco de Assis — Santiago — Itaqui — São Borja — São Luiz Gonzaga — Ijuí — Santo Ângelo — Cérro Largo — Giruá — Santa Rosa — Pôrto Lucena — Santo Cristo — Horizontina — Três de Maio — Crissiuma — Ires Passos — Tenente Portela — Palmeira das Missões — Frederico Westphalen — Irai — Sarandi (distritos de Nonoai, Ronda Alta, Baitaca e Trindade) — Erechim (distritos de São Valentim, Votouro e Herval Grande) e Aratiba, no Estado Rio Grande do Sul; Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste, Itapiranga, Descanso, Mondai, Palmitos, São Carlos, Chapecó, Xaxim, Xanxerê, Seara, Concórdia, Joaçaba, Piratuba, Capinzal, Campos Novos, Caçador, Videira, Herval d'Oeste, Tangará, Pôrto União, no Estado de Santa Catarina; Barracão, Santo Antônio, Capanema, Francisco Beltrão, Pato Branco, Foz do Iguaçu, Coronel Vivida, Cascavel, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Clevelândia, Mangueirinha, Chopinzinho, Toledo, Guairas, Campo Mourão, Cruzeiro d'Oeste, Peabiruú, Goio-erê, no Estado do Paraná; os municípios de Amambai, Ponta Porã, Dourados, Itaporã, Maracaju, Nioac, Jardim, Rio Brilhante, Bonito, Miranda, Bela Vista, Pôrto Murtinho, Guia Lopes da Laguna, Ladário, Corumbá, Aquidauana, no Estado de Mato Grosso; e todos os demais que vierem a ser criados e instalados, por desmembramento total ou parcial dos enumerados, durante o prazo de que trata o art. 2.º

Art. 15. O orçamento da União consignará anualmente durante o prazo da vigência do plano as seguintes dotações:

ESTADOS

	Cr\$
Rio Grande do Sul	200.000.000.00
Santa Catarina	80.000.000.00
Paraná	100.000.000.00
Mato Grosso	120.000.000.00
Total	500.000.000.00

destinadas ao fundo, especificando-se, em anexo próprio, as verbas necessárias à execução das obras programadas.

§ 1.º Anualmente, as dotações a que se refere este artigo poderão ser acrescidas até 10% (dez por cento).

§ 2.º O Ministério da Fazenda, mediante solicitação da superintendência, depositará no Banco do Brasil, a crédito do fundo, os recursos previstos no orçamento, distribuídos em parcelas trimestrais. O depósito de cada parcela se fará no início do trimestre.

Art. 16. Fica criado o cargo de superintendente, padrão CC-1.

Parágrafo único. Os membros do conselho deliberativo receberão a gratificação de Cr\$ 500.00 (quinhentos cruzeiros) por sessão a que comparecerem, até o máximo de oito (8) em cada mês.

Art. 17. O conselho deliberativo elaborará e o superintendente submeterá, obrigatoriamente, até o dia 30 (trinta) de setembro de 1957, à aprovação

do Presidente da República, o plano de que trata a presente lei e o seu primeiro programa quinquenal de execução.

Art. 18. As despesas com o custeio dos serviços da superintendência, inclusive o conselho deliberativo, não poderão ultrapassar 2% (dois por cento) do total do crédito previsto no art. 15, e constarão, especificamente, do orçamento da União.

Art. 19. No orçamento geral da União para o exercício de 1957, será global o crédito mencionado no art. 15, observando-se o disposto no § 1.º do art. 9.º se não fôr, durante o exercício, aprovado o primeiro programa quinquenal.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

Lucio Meira

Mário Meneghetti

Clóvis Salgado

Maurício de Medeiros

proj. 1565/56

LEI N.º 2.977 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1956

Reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal, e dá outras providências

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O serviço de juros e amortização da Dívida Interna Fundada Federal será feito, a partir de 1956, de conformidade com esta lei.

Art. 2.º Para os efeitos do artigo anterior, todos os empréstimos atualmente em circulação serão agrupados em 4 graus.

§ 1.º O grau I compreenderá as seguintes obrigações e apólices:

Decreto n.º 7 736, de 16 de dezembro de 1909.

Decreto n.º 14.946, de 15 de agosto de 1921.

Decreto n.º 16.842, de 24 de março de 1925.

Decreto n.º 18.438, de 22 de outubro de 1928.

Decreto n.º 19.412, de 19 de novembro de 1930.

Decreto n.º 20.166, de 1 de julho de 1931.

Decreto n.º 21.717, de 10 de agosto de 1932.

Decreto n.º 1.466, de 5 de março de 1937.

§ 2.º O grau II abrangerá as seguintes emissões:

Decreto n.º 4.865, de 16 de junho de 1903.

Decreto n.º 7.314, de 4 de fevereiro de 1909.

Decreto n.º 7.872, de 24 de fevereiro de 1910.
 Decreto n.º 8.027, de 26 de março de 1910.
 Decreto n.º 8.098, de 16 de junho de 1910.
 Decreto n.º 8.154, de 18 de agosto de 1910.
 Decreto n.º 8.286, de 6 de outubro de 1910.
 Decreto n.º 8.633, de 29 de março de 1911.
 Decreto n.º 9.138, de 22 de novembro de 1911.
 Decreto n.º 9.345, de 24 de janeiro de 1912.
 Decreto n.º 9.935, de 18 de dezembro de 1912.
 Decreto n.º 9.528, de 24 de abril de 1912.
 Decreto n.º 10.135, de 25 de março de 1913.
 Decreto n.º 10.222, de 18 de junho de 1913.
 Decreto n.º 10.387, de 13 de agosto de 1913.
 Decreto n.º 11.098, de 26 de agosto de 1914.
 Decreto n.º 11.434, de 14 de janeiro de 1915.
 Decreto n.º 11.642, de 21 de julho de 1915.
 Decreto n.º 12.159, de 9 de agosto de 1916.
 Decreto n.º 24.233, de 1 de dezembro de 1934.
 Decreto n.º 1.967, de 15 de setembro de 1937.
 Decreto-lei n.º 400, de 2 de maio de 1938.
 Decreto-lei n.º 501, de 16 de junho de 1938.
 Decreto-lei n.º 621, de 18 de agosto de 1938.
 Decreto-lei n.º 1.059, de 19 de janeiro de 1939.
 Decreto-lei n.º 1.110, de 16 de fevereiro de 1939.
 Decreto-lei n.º 4.011, de 12 de janeiro de 1942.

§ 3.º O grau III incluirá as obrigações de guerra.

§ 4.º O grau IV envolve as apólices uniformizadas e por uniformizar, além das restantes do grupo "Diversas Emissões", não incluídas nos paragrafos anteriores.

Art. 3.º Serão mantidas as taxas de juros atualmente em vigor, cujo pagamento se efetuará, por semestre e nas épocas a serem fixadas pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização.

Art. 4.º As amortizações serão feitas nas seguintes bases mínimas, em relação ao montante atualmente em circulação:

ANO	Gráu I	Gráu II	Gráu III	Gráu IV
1956	2%	1,5%	1%	0,7%
1957	3,5%	2,5%	2%	1%
1958 em diante	5%	3,5%	3%	1,5%

§ 1.º A partir de 1958, inclusive, o serviço será ateu lido por uma dotação global correspondente à soma das parcelas destinadas, nesse ano, ao pagamento de juros e à amortização dos graus respectivos.

§ 2.º A amortização se fará por compra, no mercado, se as cotações estiverem abaixo do par e, em caso contrário, por sorteio, a se realizar de acordo com as instruções, a serem baixadas pela Junta Administrativa da Caixa de Amortização.

§ 3.º A dotação orçamentária poderá ser aplicada, a critério da Caixa de Amortização, no decurso do exercício a que se referir, desde que os títulos estejam cotados abaixo do par.

§ 4.º Ocorrendo, porém, que nessa data estejam os títulos cotados ao par ou acima dele, proceder-se-á a sorteio de acordo com as instruções a que se refere o § 2.º deste artigo.

§ 5.º No caso de sorteio, os títulos respectivos cessarão de fruir juros.

§ 6.º A partir do exercício de 1958, poderão ser revistas as percentagens estabelecidas neste artigo, visando à redução do prazo para o resgate total dos diversos graus, caso o permitam as condições financeiras do país.

Art. 5.º Os títulos atualmente em circulação serão substituídos por novos, a partir de 1957, de conformidade com a classificação de que trata esta lei.

Parágrafo único. Enquanto não torem impressos os novos títulos, fica autorizada a Caixa de Amortização a carimbar, provisoriamente, os em circulação, e a promover o expediente que se fizer necessário à anexação de folhas de cupões aos títulos que já os tenham esgotado.

Art. 6.º Os orçamentos federais, a partir do relativo ao exercício de 1956, consignarão as verbas destinadas ao serviço de juros e amortização decorrentes da lei, as quais serão distribuídas, automaticamente ao Tesouro Nacional e postas à disposição da Caixa de Amortização.

Art. 7.º Dentro em 90 (noventa) dias da data da publicação desta lei, o Poder Executivo baixará regulamento estabelecendo as medidas adequadas para tornar rápido e eficiente o processo de transferência, negociabilidade e caucionamento dos títulos da dívida pública.

Art. 8.º Dentro de um ano, contado da data da publicação desta lei, o Poder Executivo remeterá ao Poder Legislativo o resultado dos estudos, que empreenderá, visando ao estabelecimento da legislação que reduza a taxa de juros dos empréstimos públicos e o custo do dinheiro no país.

Art. 9.º Os Estados e Municípios, em matéria de empréstimos públicos, ficam sujeitos às seguintes normas gerais de direito financeiro:

I — O Estado cujos títulos da dívida pública, de qualquer taxa de juros, estiverem cotados em valor inferior a 90% (noventa por cento) do título federal correspondente de cotação mais baixa, não poderá lançar novos empréstimos públicos e nem fazer novas emissões de títulos dos já autorizados.

II — O Município cujos títulos da dívida pública, de qualquer taxa de juros, estiverem cotados em valor inferior a 80% (oitenta por cento) do título federal correspondente, de cotação mais baixa, não poderá lançar novos empréstimos públicos, e nem fazer novas emissões de títulos dos já autorizados.

III — A taxa máxima de juros dos títulos públicos estaduais será de 8% (oito por cento) e a dos municipais de 9% (nove por cento) ao ano.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkimim

proj. 1694/52

LEI N.º 2.978 — DE 29 DE
NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a auxiliar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, nos exercícios de 1956, 1957 e 1958, com a importância de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) anuais, mediante assinatura de termo aditivo aos seus contratos de concessão.

Parágrafo único. Os auxílios de que trata este artigo serão entregues à Companhia em duodécimos mensais.

Art. 2.º A fim de ocorrer às despesas com a execução desta lei, no exercício de 1956, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Lucio Meira

José Maria Alkmin

proj. 3588/55

LEI N.º 2.979 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Modifica a denominação da Escola Industrial de Maceió para Escola Industrial Deodoro da Fonseca.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A Escola Industrial de Maceió passa a denominar-se Escola Industrial Deodoro da Fonseca.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Clovis Salgado

proj. 1550/56

LEI N.º 2.980 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Alina de Carvalho Costa, viúva de Antenor Gonçalves Costa, mestre de Oficina, aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) mensais a Alina de Carvalho Costa, viúva de Antenor Gonçalves Costa, mestre de Oficina, aposentado, do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 652/55

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º 2.981 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1956

Concede a Levina Nogueira Arêas, viúva do faroleiro do Ministério da Marinha João Arantes Arêas, falecido em virtude de acidente no trabalho, pensão especial correspondente à remuneração mensal daquele servidor no dia de sua morte.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida a Levina Nogueira Arêas, viúva do faroleiro, referência 21, do Ministério da Marinha, João Arantes Arêas, falecido a

28 de novembro de 1950, em virtude de acidente no trabalho, pensão especial correspondente à remuneração mensal de servidor no dia de sua morte.

Art. 2.º A despesa com a execução da presente lei será atendida pela dotação própria do orçamento para o Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Antonio Alves Câmara

Jose Maria Alkmim

proj. 724/55

LEI N.º 2.982 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Modifica dispositivos da Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, que altera o Código Eleitoral (Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950), e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Nas eleições que se realizarem até 31 de dezembro de 1957, poderão votar também os portadores de títulos eleitorais expedidos até 31 de dezembro de 1955, nos termos do Código Eleitoral (Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950).

§ 1.º Só se permitirá a utilização desses títulos aos cidadãos que, até a data da eleição, não tenham sido alistados pelo sistema estabelecido na lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955 (art. 69).

§ 2.º Para tais eleições, será adotado o sistema de listas de votação, nos termos estabelecidos no Código Eleitoral (art. 66).

Art. 2.º Os §§ 1.º, 2.º e 3.º do art. 69 da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, ficam substituídos pelos seguintes:

“Art. 69

§ 1.º O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar na fórmula, ter sido ela preenchida, em sua presença no cartório ou em local

prêviamente designado pelo juiz, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação" e do pedido lhe dará recibo (modelo n.º 3) submetendo o requerimento, em 24 (vinte e quatro) horas, ao despacho do juiz.

§ 2.º Antes de despachar o pedido, poderá o juiz eleitoral, se tiver dúvida quanto à identidade do requerente ou sobre qualquer outro requisito para o alistamento do mesmo, exigir que o alistando supra, esclareça ou complete a prova necessária.

§ 3.º No caso de dúvida ou impugnação quanto à alfabetização do alistando, determinará o juiz o comparecimento do mesmo para verificar, pessoalmente, se ele sabe ler e escrever.

§ 4.º Deferido o pedido, no prazo de 5 (cinco) dias, o título a que se refere o § 2.º do art. 68 desta lei, será entregue, pelo juiz ou pelo escrivão eleitoral, mediante apresentação do recibo mencionado no § 2.º ao próprio eleitor, ou a delegado de partido portador do dito recibo, assinado pelo eleitor. Esse documento será anexado ao processo eleitoral.

§ 5.º Diariamente, o escrivão eleitoral fixará edital à porta do cartório e o fará publicar no órgão oficial, onde este existir, com a relação completa dos títulos eleitorais entregues aos próprios eleitores ou aos delegados de partido.

§ 6.º A contar do seu recebimento em cartório, terá o delegado de partido o prazo de 30 (trinta) dias para fazer a entrega dos títulos aos eleitores.

§ 7.º Até 15 (quinze) dias antes do pleito o delegado devolverá ao juiz os títulos e recibos em seu poder. Os títulos devolvidos serão entregues diretamente ao eleitor, em cartório.

§ 8.º Do despacho que indeferir o pedido de inscrição caberá recurso interponível pelo alistando ou por delegado de partido, no prazo de 3 (três) dias.

§ 9.º Findo esse prazo, sem que o alistando se manifeste, ou logo que seja desprovido o recurso em instância superior, o juiz inutilizará a fôlha individual de votação, assinada pelo requerente, a qual ficará fazendo parte integrante do processo e não poderá, em qualquer tempo, ser substituída, nem dele retirada, sob pena de incorrer o responsável nas sanções previstas no art. 175, n.º 12, do Código Eleitoral.

§ 10. No caso de indeferimento do pedido, o Cartório devolverá, ao requerente, mediante recibo, as fotografias e os documentos com que houver instruído o seu requerimento".

Art. 3.º A partir de 1 de janeiro de 1958, os brasileiros natos, ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos arts. 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, sem a prova de estarem alistados na conformidade do disposto na Lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, não poderão:

a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nêles;

b) receber vencimentos, remuneração ou salário de emprego ou função pública, ou proventos de inatividade;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

d) obter empréstimos nas autarquias, sociedades de economia mista, caixas econômicas federais ou estaduais, nos institutos e caixas de previdência social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;

e) obter passaporte ou carteira de identidade;

f) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda.

Parágrafo único. Os que, estando legalmente obrigados a promover a sua inscrição, não o fizerem até o dia 31 de dezembro de 1957, ficam sujei-

tos à pena prevista no art. 175, n.º I, do Código Eleitoral, ressalvados os prazos de tolerância considerados nesse dispositivo.

Art. 4.º O parágrafo único do art. 27 da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 27.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral e de nulidade da votação, não poderão ser localizadas seções eleitorais em fazendas, sítios ou qualquer outra propriedade rural privada, mesmo não existindo no local prédio público”.

Art. 5.º Ao art. 48 da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, é acrescido o seguinte item:

“Art. 48.

c) quando a seção eleitoral fôr localizada com infração do disposto no parágrafo único do art. 27”.

Art. 6.º O § 2.º do art. 68 da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 68.

§ 2.º Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua fôlha individual de votação, de acordo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de “Título Eleitoral” e conterà, além dos elementos necessários à sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida fôlha individual”.

Art. 7.º O § 3.º do art. 68 da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, passa a ser o seguinte:

“Art. 68

§ 3.º Da fôlha individual de votação e do título eleitoral constará também a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que o eleitor tiver sido inscrito, a qual será localizada dentro do distrito judiciário ou administrativo de sua residência e o mais próximo dela, considerados a distância e os meios de transporte”.

Art. 8.º Os atuais §§ 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7.º do art. 68, da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955, passam a constituir os §§ 4.º, 5.º, 6.º, 7.º e 8.º, do mesmo artigo da referida lei.

Art. 9.º O disposto na lei n.º 2.582, de 30 de agosto de 1955, quanto à instituição da cédula única de votação, aplicar-se-á também às eleições para governador e vice-governador, senadores e suplentes respectivos, prefeito, vice-prefeito e juizes de paz.

Art. 10. A nomeação pelo Presidente da República de juizes da categoria de juristas do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, a que se referem os arts. 10, n.º II, e 15, n.º II, da lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral), deverá ser feita dentro de 10 (dez) dias do recebimento, pelo governo, da lista triplíce enviada pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados.

Art. 11. No Distrito Federal, os cartórios das zonas eleitorais serão localizados dentro dos limites da própria zona.

Art. 12. Os juizes e escrivães eleitorais perceberão mensal e respectivamente uma gratificação de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros) e Cr\$ 1.500,00 (mil e quinhentos cruzeiros).

Parágrafo único. Os funcionários requisitados terão, durante 6 (seis) meses, uma gratificação a ser arbitrada pelos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 13. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) — para ocorrer às despesas com a aplicação do art. 71 da lei n.º 2.550, de 25 de julho de 1955.

Art. 14. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções necessárias à execução do disposto nesta lei.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 1300/56

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

LEI N.º 2.983 — DE 30 DE
NOVEMBRO DE 1956

Revoga a lei n.º 1.142, de 20 de junho de 1950 que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revogada a Lei n.º 1.142 de 20 de junho de 1950 que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura, mediante concurso de títulos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Mário Meneghetti

proj. 1490/51

LEI N.º 2.984 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1956

Inclui a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a inclusão nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254,

de 4 de dezembro de 1950, da Faculdade de Filosofia e da Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal, a que se refere o art. 16 daquela lei, correspondendo-lhes respectivamente, a subvenção de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

3991/53

LEI N.º 2.985 — DE 30 DE NOVEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço à Verba 1 Pessoal, do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União, para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho, 1.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil

cruzeiros), em reforço da seguinte dotação constante do Orçamento Geral da União (Lei n.º 2.665, de 12 de dezembro de 1955), para o exercício de 1956:

Verba 1 0.00 — Custeio.

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil.

Subconsignação 1.1.17 — Gratificação de função.

0.05 — Justiça do Trabalho.

02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.

02.01 — 1.ª Região.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.986 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Concede o auxílio especial de Cr\$.. 300 000,00 ao tenente José Natividade Rocha para sua viagem e tratamento.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E concedido o auxílio especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) ao tenente José Natividade Rocha para sua viagem e tratamento.

Art. 2.º Para cumprimento do disposto no art. 1.º fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial até o limite do auxílio concedido.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 2.987 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Altera disposições da Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954 — Orçamento da União para 1955.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica assim alterada a Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954: Ministério da Educação e Cultura

Verba 3 — Serviços e Encargos.

Consignação 2 — Auxílios e Subvenções.

03 — Subvenções extraordinárias.

06 — Conselho Nacional de Serviço Social.

2) De acordo com o § 2.º *in fine* art. 4.º da Lei n.º 1.493, de 1951, para atender ao disposto no § 2.º do art. 3.º da citada lei.

25 — São Paulo.

Onde se lê:

F. I. S. A. (Da. Chiquinha Rodrigues) — Cr\$ 100.000,00.

Leia-se:

Sociedade "Luiz Pereira Barreto" (D.ª Chiquinha Rodrigues) — Cr\$ 100.000,00.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

proj 932 156

proj. 1864/
56

LEI N.º 2.988 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.870.000,00, para atender às despesas decorrentes do cumprimento da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Armando Pereira de Andrade e Carlos Miguez Garrido.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.870.000,00 (um milhão, oitocentos e setenta mil cruzeiros), para atender às despesas referentes ao

período de 1 de janeiro de 1955 a 31 de dezembro de 1956, resultantes da execução da segurança impetrada em favor de Pedro Mariani Serra, Armando Pereira de Andrade, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo e Carlos Miguez Garrido, concedida pelo Supremo Tribunal Federal, em acórdão de 17 de outubro de 1952, para que permaneçam como professores, em comissão, com a gratificação que vinham percebendo, correspondente ao padrão O.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Fleuss.

José Maria Alkmim.

proj. 1522/56

LEI N.º 2.989 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Altera a relação nominal e as importâncias a que se refere a Lei n.º 2.589, de 8 de setembro de 1955

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A relação nominal e as importâncias correspondentes a que se refere a Lei n.º 2.589, de 8 de setembro de 1955, passam a ser as seguintes:

Estado do Maranhão

Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís

1. Professor Paulo Mattos	3.000,00
2. Professor Dourival Lobato	3.000,00
3. Professor Oziris Guimarães, catedrático em Belém do Pará (percebendo Cr\$ 3.000,00 pelos seus honorários e mais Cr\$ 3.000,00 como residente fora do local da realização do concurso), num total de	6.000,00

Estado do Rio de Janeiro

Faculdade Fluminense de Medicina — Niterói

1. Dr. Thomás da Rocha Lagôa	4.190,00
2. Dr. Otacílio Tavares Allemand	4.190,00
3. Dr. Aluizio de Melo Leitão	4.190,00
4. Dr. Alcides Jardim	4.190,00
5. Dr. João Pádua Corrêa	4.190,00
6. Dr. Almir Rodrigues Madeira	4.190,00
7. Dr. Roberto Pereira dos Santos	4.350,00
8. Dr. Tito Eneas Leme Lopes	6.680,00
9. Dr. Ruy Pinheiro	4.190,00
10. Dr. Eustáquio Leite Bittencourt Sampaio	4.130,00

11.	Dr. Durval de Almeida Batista Pereira	4 130,00
12.	Dr. Hernani Pires de Melo	4 130,00
13.	Dr. Aureliano Leite Barcelos	4 130,00
14.	Dr. Darcy Pereira de Miranda	1.800,00
15.	Dr. Paulo Cezar de Almeida Pimentel	1.500,00
16.	Dr. Antônio Salema Neto	4 130,00
17.	Dr. Christiano Roças	4 130,00
18.	Dr. Gentil Achilles Vivas	4 130,00
19.	Dr. Lafayette Rodrigues Pereira	2 330,00
20.	Dr. Francisco Bittencourt da Silva	160,00
21.	Dr. Francisco L. B. Sampaio Neto	160,00
22.	Dr. Lino Colet	160,00
23.	Dr. José Figueiredo da Costa	160,00

Colégio Pedro II — Externato

Examinadores

1.	Clovis do Rêgo Monteiro	3 400,00
2.	Cândido Jucá (filho)	4.210,00
3.	José R. Leite e Oiticica	3.000,00
4.	Quintino do Valle	7.600,00
5.	Vandick Londres da Nóbrega	4 300,00
6.	Antônio dos Santos J. Guedes	4 600,00
7.	Fernando A. Raja Gabaglia	3 000,00
8.	Raul Penido Filho	3 920,00
9.	Ricardo Rodrigues Vieira	3 500,00
10.	Roberto Bandeira Accioli	3 500,00
11.	Gildasio Amado	4 600,00
12.	Paulo C. Machado da Silva	4 300,00
13.	Manoel Fialho da Motta	5 750,00
14.	Cecil Thiré	3 500,00
15.	Hélho C. Oliveira Fontes	3 720,00
16.	George Sumner	3 260,00
17.	Haroldo Lisboa da Cunha	3.000,00
18.	José de Sá Roris	3 500,00
19.	Enoch da Rocha Lima	3.500,00
20.	João Saboia Barbosa	3.000,00
21.	Jurandyr dos Reis Paes Leme	3.000,00

Auxiliares

1.	Elpidio Pimentel	2 170,00
2.	João Thomaz Netto	900,00
3.	Petrônio Mota	2 170,00
4.	Vittorio Emanuele Bergo	2 120,00
5.	Octacilio Alvares Pereira	1.480,00
6.	Niel Aquino Casses	1 820,00
7.	Olmar Guterres da Silveira	2 030,00
8.	Carlos Henrique da Rocha Lima	1.820,00
9.	Boaventura Ribeiro da Cunha	900,00
10.	Paulo Lantelmo	600,00
11.	Israel de Araujo Mattos	1.280,00
12.	— Isaac Volchan	900,00
13.	— Aida Baptista do Val	600,00
14.	— Murilo Navarro Pereira	2.470,00
15.	— Elvira T. Eva Manuel Tortina	1.460,00
16.	Hestia Ribeiro Barroso	1.460,00
17.	— Edzia Hartenberg	1.430,00
18.	— Maria Luiza Barreira Fonseca	600,00
19.	— Vera Moura Echenique	1 430,00
20.	— Zaira Maia	1.430,00
21.	— Isis Souza da Fonseca Silva	600,00
22.	— Maria de Lourdes P. M. Fonseca	600,00
23.	— Theophilo Moysés	900,00

24 — Dora de Souza Braga	1.750 00
25 — José de Lasserre Fernandes	1.750 00
26 — Abelardo Duarte Coutinho	1.750 00
27 — Dina Fleischer Venâncio Filho	1.750 00
28 — José Corrêa Filho	600,00
29 — Geraldo Sodré da Motta	600 00
30 — Philadelpho Seal	600,00
31 — Bernardina Léa M. S. Pinheiro	600,00
32 — Lauro Pastor Almeida	1.900,00
33 — Murilo Portiellinha de Oliveira	1.610 00
34 — Osvaldo Parisot Dias Pereira	1.360 00
35 — Zacharias A. de Carvalho Batalha	1.900,00
36 — José Carlos de Mello e Souza	600,00
37 — Jonathas Dias de Castro	900 00
38 — Bayard Demaria Boiteaux	600,00
39 — Euclides Moura Valle	900,00
40 — Gildo Wichers Lopes	880,00
41 — Adriano Pinto	770,00
42 — Sylvio Edmundo Elia	770 00
43 — Herman Landau	770 00
44 — Aida Drummond Cadaval	1.150,00
45 — Saulo Diniz Swerts	590,00
46 — Lourival Pinto C. de Souza	930,00
47 — Walter Gomes Cardim	3.570,00
48 — Tito Urbano da Silveira	3.570,00
49 — Sylvio Potsch	2.640,00
50 — Raul Paiva Bello	1.130,00
51 — Antônio Traverso	2.110,00
52 — Leda do Rêgo Monteiro	1.850 00
53 — João Alfredo Libânio Guedes	1.950 00
54 — Manuel Pereira Reis	2.090,00
55 — Hélio de Alcântara Avellar	2.090,00
56 — Fernando Segismundo Esteves	2.090,00
57 — Vicente Costa Santos Tapajós	420,00
58 — David Penna Araújo Reis	2.130,00
59 — Alcias Martins de Athayde	2.130 00
60 — Honório de Souza Silvestre	2.160 00
61 — Hugo Segadas Viana	2.160 00
62 — Mariam Tiomno Rozental	2.160,00

Servidores

1 — Alfredo Ferreira Barbosa	900,00
2 — Eponina Rocha Tolomei	900,00
3 — Octacílio Alvares Pereira	2.100,00
4 — Waldemar Ferreira Barbosa	1.800,00
5 — Sylvio Diogo Paes Leme	1.800,00
6 — Francisco Moreira da Silva	600,00
7 — Alvaro José Dias Chaves	750,00
8 — Aureliano Fonseca	750 00
9 — Alfredo Rodrigues Fontes	750 00
10 — Mozart Urarahy Florim	900,00
11 — Edith Mary M de Sotomayor	1.800,00
12 — Isaac Vienudel	900,00
13 — Jaiday Camarate	900 00
14 — Maria Romão	900,00
15 — José Almo Seixas	1.500,00
16 — Darcy Gonçalves	750,00
17 — Emília Faria	600,00
18 — Moacyr Goulart da Silveira	750 00
19 — Sebastião dos Santos	750 00
20 — Wilson Dias da Silva	750,00
21 — Ciro da Costa Araújo	750,00

22 — Riseiro Marinho Mauro	750,00
23 — Alcides de Oliveira	750 00
24 — Joaquim da Silva Braga	450,00
25 — João Caetano Filho	450,00
26 — Noemia Ferreira Barbosa	450,00
27 — Luiza Dias Alves	750,00
28 — Alayde Filgueiras	750 00
29 — Vicente Triani	750 00
30 — Manuel Reis	450,00
31 — Pedro Gomes de Oliveira	450,00
32 — Djalma de Araújo	450,00
Total.....	289.500,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

proj: 1004156

LEI N.º 2.990 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza a doação de um terreno ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a doar ao Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, no Estado do Rio Grande do Sul, um terreno medindo 30 (trinta) metros de frente, por 40 (quarenta) metros de fundos, situado no terrapleno de Oeste, próximo ao portão número 4 (quatro) do Porto Novo, na cidade de Rio Grande.

Art. 2.º O lote de que trata o artigo 1.º destina-se à construção da sede do Sindicato e ao levantamento de um pavilhão para servir de abrigo aos seus associados, durante a escala de trabalho.

Art. 3.º E' o terreno gravado com a cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, devendo retornar ao domínio e posse da União, caso lhe seja atribuído destino diverso do mencionado nesta lei ou não fôr iniciada

a construção no prazo de 2 (dois) anos, não cabendo ao donatário, em qualquer caso, indenização alguma por benfeitoria porventura existente.

Art. 4.º O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, promoverá a medição e demarcação do lote referido, para o fim mencionado nesta lei.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Maria Alkmim

Lucio Meira

Parsifal Barroso

proj.
11131
56

LEI N.º 2.991 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à compra e pagamento de vagões-tanques e às despesas complementares indispensáveis.

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), destinado à compra de doze vagões-tanques pela Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana, ao pagamento de doze vagões-tanques anteriormente adquiridos, e às despesas complementares indispensáveis.

Parágrafo único — O crédito especial de que trata este artigo será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1956; 135 da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

proi.
1644/56

LEI N.º 2.992 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1956

Autoriza o Ministério da Fazenda a mandar cunhar, na Casa da Moeda, moedas metálicas divisionárias até a importância de Cr\$ 500.000.000,00.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a mandar cunhar, na Casa da Moeda, até a importância de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) em moedas metálicas, divisionárias, dos valores de 10, 20, 50 centavos, 1 e 2 cruzeiros, com as características de peso, diâmetro, composição de liga e tolerâncias que determinará.

Parágrafo único — As moedas metálicas cunhadas de acordo com esta lei destinam-se à substituição de cédulas de papel-moeda, as quais serão, na forma da legislação em vigor, retiradas da circulação, incineradas pela Caixa de Amortização e, bem assim, ao atendimento de trocos e substituições das moedas deformadas ou de antigo cunho.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proje
1787/56 JUSCELINO KUBITSCHEK
José Maria Alkmim

LEI N.º 2.993 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1956

Concede pelo prazo de 30 meses, isenção de direitos, adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de material automobilístico que especifica, e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida, pelo prazo de 30 (trinta) meses, isenção de direitos, adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de equipamentos de produção com os respectivos sobressalentes e ferramentas, destinados às indústrias de fabricação de material automobilístico, motores de explosão, motores de combustão interna e equipamentos para produção de energia elétrica.

Parágrafo único — As isenções de que trata este artigo são extensivas — observadas as condições previstas na presente lei — às importações anteriormente feitas e despachadas mediante termo de responsabilidade.

Art. 2.º A concessão dos favores previstos no artigo anterior dependerá de aprovação dos projetos industriais, respectivos, pelos seguintes órgãos:

a) Conselho do Desenvolvimento (Grupo Executivo de Indústria Automobilística) quanto às mercadorias referentes às indústrias automobilísticas, de motores de explosão e de combustão interna;

b) Comissão Executiva para a Indústria de Material Elétrico do Ministério da Fazenda quando se tratar de mercadorias pertinentes à indústria de equipamento para produção de energia elétrica.

Art. 3.º A isenção de que trata o art. 1.º desta lei não se aplica a máquinas, equipamentos e ferramentas com produção similar registrada no país.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1956; 135.º d. Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Lúcio Meira.

proj. 432/55

Rios e Canais, e para os quais não há dotações específicas ou recursos suficientes no exercício de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lúcio Meira.

José Maria Alkmim.

proj.
1700/56

LEI N.º 2.995 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1956

LEI N.º 2.994 — DE 10 DE
DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender às despesas resultantes de várias obras, serviços e trabalhos de qualquer natureza contratados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), destinados às despesas resultantes de várias obras, serviços e trabalhos de qualquer natureza, contratados pelo Departamento Nacional de Portos,

Prorroga o prazo que restringe as extensões para instruir matrícula aos cursos de enfermagem, nos termos do parágrafo único do art. 5.º da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949.
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O prazo estabelecido no parágrafo único do art. 5.º da Lei número 775, de 6 de agosto de 1949, fica prorrogado até a mesma data do ano de 1961.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clovis Salgado.

proj.
676/56

LEI N.º 2.996 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1956

Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União para o exercício financeiro de 1957, discriminado pelos Anexos integrantes desta Lei, estima a Receita em noventa e oito bilhões, duzentos e cinquenta e sete milhões, quinhentos e cinquenta e três mil cruzeiros (Cr\$ 98.257.553.000,00) e fixa a Despesa em cento e quinze bilhões, novecentos e setenta e um milhões, novecentos e dezessete mil e cem cruzeiros (Cr\$ 115.971.917.100,00).

Art. 2.º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas, supramentos de fundos e outras receitas ordinárias e extraordinárias

na forma da legislação em vigor, e das especificações do Anexo 1, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 — Receita Ordinária	Cr\$	Cr\$
1.1 — Renda Tributária	84.642.310.000	
1.2 — Renda Patrimonial ...	2.324.638.000	
1.3 — Renda Industrial	3.647.641.000	
1.4 — Rendas Diversas	1.927.964.000	92.542.553.000
2 — Receita Extraordinária		5.715.000.000
Total da Receita ..		98.257.553.000

Art. 3.º Fica autorizada a cobrança do imposto único criado pelo Decreto-lei n.º 2.615, de 21 de setembro de 1940, modificado pelas Leis n.ºs 1.749, de 28 de novembro de 1952 e 2.975, de 27 de novembro de 1956, cujo produto será aplicado de acordo com o que estabelece a legislação vigente.

Parágrafo único. O recolhimento do imposto único a que se refere este artigo continuará a processar-se de acordo com o estabelecido no art. 8.º da Lei n.º 1.749, de 28 de novembro de 1952.

Art. 4.º A Despesa será realizada na forma dos Quadros Analíticos e Tabelas de Dotações Centralizadas constantes dos Anexos 2 a 5 e respectivos Subanexos, conforme o seguinte desdobramento:

2 — Poder Legislativo	Cr\$	Cr\$
2.01 — Câmara dos Deputados	338.903.770	
2.02 — Senado Federal	144.849.300	483.753.070
3 — Órgãos Auxiliares		
3.01 — Tribunal de Contas	84.019.938	
3.02 — Conselho Nacional de Economia ..	26.950.730	110.970.668
4 — Poder Executivo		
4.01 — Presidência da República	926.858.320	
4.02 — Departamento Administrativo do Serviço Público	109.743.800	
4.03 — Estado Maior das Forças Armadas	28.215.150	
4.04 — Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas	5.558.000	
4.05 — Comissão de Reparações de Guerra	492.880	
4.06 — Comissão do Vale do São Francisco	1.305.500.000	
4.07 — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica	9.608.320	
4.08 — Conselho Nacional do Petróleo	62.505.920	
4.09 — Conselho de Segurança Nacional	260.151.772	
4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia	2.958.373.729	
4.11 — Ministério da Aeronáutica	7.890.124.486	
4.12 — Ministério da Agricultura	6.487.352.503	

4.13 — Ministério da Educação e Cultura	6 278.393.142	
4.14 — Ministério da Fazenda	19 806.823.660	
4.15 — Ministério da Guerra	17.624.210.216	
4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores ...	5.027.185.030	
4.17 — Ministério da Marinha	3.505.732.920	
4.18 — Ministério das Relações Exteriores	643.307.355	
4.19 — Ministério da Saúde	4.570.647.050	
4.20 — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	2.489.037.775	
4.21 — Ministério da Viação e Obras Públicas	29.518.352.281	114.508.174.309
5 — Poder Judiciário		
5.01 — Supremo Tribunal Federal	38.634.930	
5.02 — Tribunal Federal de Recursos	71.902.556	
5.03 — Justiça Militar	65.031.883	
5.04 — Justiça Eleitoral	282.066.480	
5.05 — Justiça do Trabalho ...	231.643.235	
5.06 — Justiça do Distrito Federal	179.739.969	869.019.053
Total da Despesa		115.971 917.100

Art. 5.º As dotações constantes das Tabelas de Dotações Centralizadas consideram-se concedidas, para efeito de movimentação, aos correspondentes órgãos centralizadores, que as aplicarão de acôrdo com a discriminação dos Quadros Analíticos por unidades orçamentárias.

Art. 6.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Art. 7.º O Ministro de Estado da Fazenda fica autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias por antecipação da Receita, até vinte por cento (20%) sobre o montante da Despesa.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkimim.

Lucio Meira.

Mário Meneghetti.

Clóvis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleiuss.

Mauricio de Medeiros.

proj: 1360/56

LEI N.º 2.997 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 pela realização dos XIII Jogos Universitários Brasileiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 (dois milhões setecentos e sessenta mil cruzeiros) pela realização, em 1 a 9 de setembro de 1956, dos XIII Jogos Universitários Brasileiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

proje
1649/56 Clovis Salgado.

José Maria Alkimim.

LEI N.º 2.998 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1956

Denomina Aeroporto Leite Lopes e Aeroporto Baixo Guandu-Aimorés os atuais aeroportos das cidades de Ribeirão Preto e Baixo Guandu, nos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São denominados Aeroporto Leite Lopes e Aeroporto Baixo Guandu-Aimorés, respectivamente, o atual aeroporto da cidade de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e o aeroporto da cidade de Baixo Guandu, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Henrique Fleiuss.

proj. 674/55

LEI N. 2.999 — DE 11 DE DEZEMBRO DE 1956

Fixa os efetivos dos quadros de oficiais aviadores, intendentes, médicos, farmacêuticos, especialistas de aviação, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo, em suprimento técnico de infantaria ou guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O Quadro de Oficiais Aviadores do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Gerais:

Tenentes-Brigadeiros do Ar	2
Majores-Brigadeiros do Ar	10
Brigadeiros do Ar	20

b) Oficiais Superiores:

Coronéis	75
Tenentes Coronéis	140
Majores	220

c) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	350
Primeiros Tenentes	350
Segundos Tenentes	Variável

Art. 2.º O Quadro de Oficiais Intendentes do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Gerais:

Major Brigadeiro	1
Brigadeiros	2

b) Oficiais Superiores:

Coronéis	16
Tenentes Coronéis	31
Majores	50

c) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	120
Primeiros Tenentes	120
Segundos Tenentes	Variável

Art. 3.º O Quadro de Oficiais Médicos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Gerais:

Major-Brigadeiro	1
Brigadeiros	2

b) Oficiais Superiores: -

Coronéis	16
Tenentes Coronéis	32
Majores	70

c) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	130
Primeiros Tenentes	Variável

Art. 4.º O Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Coronéis	2
Tenentes Coronéis	2
Majores	6

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	8
Primeiros Tenentes	Variável

Art. 5.º O Quadro de Oficiais Especialistas em Avião do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenentes Coronéis	3
Majores	9

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	40
Primeiros Tenentes	80
Segundos Tenentes	Variável

Art. 6.º O Quadro de Oficiais Especialistas em Comunicações do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenentes Coronéis	2
Majores	7

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	25
Primeiros Tenentes	60
Segundos Tenentes	Variável

Art. 7.º O Quadro de Oficiais Especialistas em Armamento do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenente Coronel	1
Majores	3

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	12
Primeiros Tenentes	25
Segundos Tenentes	Variável

Art. 8.º O Quadro de Oficiais Especialistas em Fotografia do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenente Coronel	1
Majores	2

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	6
Primeiros Tenentes	20
Segundos Tenentes	Variável

Art. 9.º O Quadro de Oficiais Especialistas em Meteorologia do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenente Coronel	1
Majores	2

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	7
Primeiros Tenentes	20
Segundos Tenentes	Variável

Art. 10. O Quadro de Oficiais Especialistas em Contrôlo de Tráfego Aéreo do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenente Coronel	1
Majores	2

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	7
Primeiros Tenentes	20
Segundos Tenentes	Variável

Art. 11. O Quadro de Oficiais de Infantaria de Guarda do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

a) Oficiais Superiores:

Tenente Coronel	1
Majores	3

b) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	25
Primeiros Tenentes	65
Segundos Tenentes	Variável

Art. 12. O Quadro de Oficiais Especialistas em Suprimento Técnico, em tempo de paz, passa a ter a seguinte constituição:

Tenentes Coronéis	2
Majores	7
Capitães	25
Primeiros Tenentes	60
Segundos Tenentes	Variável

Art. 13. O Quadro de Oficiais de Administração do Corpo de Oficiais de Aeronáutica, em tempo de paz, passará a ter a seguinte constituição:

a) Capitães e Oficiais Subalternos:

Capitães	5
Primeiros Tenentes	60
Segundos Tenentes	Variável

Art. 14. As vagas provenientes da presente lei deverão ser preenchidas à razão de um terço por ano, em data fixada pelo Regulamento de Promoções para os Oficiais da Aeronáutica.

Parágrafo único. Quando o número correspondente ao aumento não fôr múltiplo de três, o resto verificado será desdobrado em unidades que

serão distribuídas no segundo e no terceiro terço. O mesmo critério será adotado quando o aumento for menor que três.

Art. 15. Os acessos aos diferentes postos dos diversos quadros constantes desta lei serão regulados por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. As condições de recrutamento, as escolas e os cursos de formação e aperfeiçoamento, referentes aos diversos quadros, serão regulados por ato do Poder Executivo.

Art. 16. A designação das funções privativas dos diferentes postos dos quadros, de que tratam os arts. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10, 11, 12 e 13 será feita por ato do Poder Executivo.

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 18. As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 454/55

JUSCELINO KUBITSCHKE

Henrique Fleiuss

LEI N.º 3.000 — DE 11 DE DEZEMBRO
DE 1956

*Dispõe sobre o Fundo Aeronáutico, e
dá outras providências*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Orçamento Geral da União consignará, anualmente, no anexo correspondente ao Ministério da Aeronáutica, além dos recursos para o custeio dos serviços afetos ao mesmo Ministério, uma dotação na Verba 3.000 — Desenvolvimento Econômico e Social — destinada ao Fundo Aeronáutico.

Parágrafo único. A dotação corresponderá a 3/8 (três oitavos) da estimativa da arrecadação do tributo a que se refere o art. 1.º da Lei n.º 156, de 27 de novembro de 1947, alterado pelo art. 2.º da Lei n.º 1.383, de 13 de junho de 1951, e art. 2.º, letra b, da Lei n.º 2.308, de 31 de agosto de 1954.

Art. 2.º A dotação a que se refere esta lei, destinar-se-á à modernização e aparelhamento dos serviços de segurança e proteção ao voo, construção de aeroportos e obras complementares, ampliação e pavimentação de pistas nos aeroportos existentes.

Art. 3.º É vedada a admissão de pessoal, a qualquer título, por conta

da dotação de que trata esta lei, salvo:

a) quando necessário à construção de obras custeadas com recursos do Fundo Aeronáutico e diretamente administradas pelo Ministério da Aeronáutica;

b) quando destinado à fiscalização das obras em construção com recursos do Fundo Aeronáutico;

c) para estudos e projetos de obras do plano de administração. —

Art. 4.º O Ministério da Aeronáutica organizará programa quinquenal da aplicação dos recursos a que se refere esta lei e o submeterá à aprovação do Presidente da República.

Art. 5.º É o Ministério da Aeronáutica autorizado a realizar operações de crédito, com estabelecimentos nacionais ou estrangeiros, com o objetivo de apressar a utilização dos programas quinquenais referidos no art. 4.º, desde que não caucione quantia superior a 50% (cinquenta por cento) do Fundo Aeronáutico de que cogita o art. 1.º.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

Henrique Fleiuss.

proj. 2339/52

LEI N.º 3.001 -- DE 13 DE DEZEMBRO
DE 1956

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 5.200.000,00 para reforço de dotações orçamentárias vigentes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil cruzeiros), em reforço da Verba 1.0.00 — Custeio, Subanexo 2.01, do Anexo 2, constante do Orçamento vigente, para atender às despesas das seguintes rubricas:

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil.

Cr\$

Subconsignação 1.1.02 — Subsídios e representações 2.500.000,00

Subconsignação 1.1.19 — Gratificação pela prestação de serviço extraordinário:

1 — Secretaria 2.250.000,00

2 — Diretoria do Serviço de Orçamento .. 450.000,00

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º, será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas, distribuído ao Tesouro Nacional, dispensadas as exigências do art. 93 do Código de Contabilidade Pública.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.002 -- DE 14 DE DEZEMBRO
de 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 340.511.455,00, suplementar à verba que especifica.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 340.511.455,00 (trezentos e quarenta milhões, quinhentos e onze mil e quatrocentos e cinquenta e cinco cruzeiros), suplementar à Verba 2.0.00 — Transferência, Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções, Subconsignação 2.1.01 — Auxílios, 7) Outras entidades — 1) Viação Férrea do Rio Grande do Sul — 6) Cobertura do déficit da exploração industrial da Rede (art. 6.º da Lei n.º 2.217, de 5-6-1954), Anexo 4.21 — Ministério da Viação e Obras Públicas — 07.02 — Departamento Nacional de Estradas de Ferro (Encargos Gerais), do Orçamento Geral da República para o exercício de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.003 -- DE 14 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 45.000.000,00, para o fim que especifica.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$... 45.000.000,00 (quarenta e cinco mi-

proj. 2093/56

lhões de cruzeiros), à dotação atribuída no Anexo 4.19 — Ministério da Saúde, do Orçamento em vigor, assim classificado:

05.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais), Despesas de Capital.

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

Subconsignação 3.1.01 — Saúde e Higiene.

1) Para o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), conforme convênio com o Institute of Interamerican Affairs, sendo Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros) para a instalação do sistema de abastecimento de água e rede de esgotos sanitários na cidade de Itapipoca. Estado do Ceará, Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para início na cidade de Santana do Matos, Rio Grande do Norte, e Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para conclusão das obras do saneamento e abastecimento de água na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte — Cr\$ 45.000.000,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.004 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 1.680.000,00 para atender a despesas de aluguel de imóveis ocupados por órgãos do Ministério.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil cruzeiros), à dotação atribuída no Anexo 4.19 — Ministério

da Saúde, do Orçamento em vigor, como segue:

05.07 — Serviço de Administração da Sede.

Despesas Ordinárias.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros.

Subconsignação 1.5.12 — Aluguel ou arrendamento de imóveis — Cr\$ 1.680.000,00.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Maurício de Medeiros

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.005 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender a despesa com o auxílio extraordinário ao Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional — para liquidação de compromissos inadimplíveis.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender à despesa com o auxílio extraordinário ao Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional — para liquidação de compromissos inadimplíveis.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.006 — DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00, a título de auxílio extraordinário, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), a título de auxílio extraordinário, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Art. 2.º O auxílio concedido no artigo anterior destina-se à atender às despesas dos serviços assistenciais da Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Art. 3.º A instituição beneficiada por esta lei deverá fazer prova, perante autoridade competente, da insuficiência de recursos.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.007 — DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1956

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, destinados à Universidade do Ceará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura os seguintes cargos, destinados à Universidade do Ceará:

Cargos — Isolado de Provimento em Comissão

1 — Tesoureiro — Padrão MC.

Isolados de Provimento Efetivo

- 1 — Almoxarife — Padrão K.
- 5 — Almoxarife — Padrão G.
- 2 — Arquivista — Padrão F.
- 4 — Arquivista — Padrão E.
- 1 — Bibliotecário — Padrão K.
- 4 — Bibliotecário — Padrão I.
- 2 — Bibliotecário-Auxiliar — Padrão E.
- 2 — Contador — Padrão K.
- 36 — Dactilógrafo — Padrão D.
- 3 — Desenhista — Padrão I.
- 30 — Escriturário — Padrão E.
- 3 — Guarda-livros — Padrão E.
- 10 — Inspetor de Alunos — Padrão E.
- 6 — Oficial Administrativo — Padrão K.
- 15 — Oficial Administrativo — Padrão I.
- 3 — Técnico de Educação — Padrão K.
- 2 — Técnico de Laboratório — Padrão I.
- 3 — Tesoureiro-Auxiliar — Padrão K.
- 15 — Zelador — Padrão D.

Art. 2.º Caberá ao reitor da Universidade do Ceará a distribuição pelos órgãos que a compõem dos cargos criados no art. 1.º desta lei.

Art. 3.º A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União para a Universidade do Ceará.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado.

LEI N.º 3.008 — DE 15 DE DEZEMBRO
DE 1956

Concede a pensão especial de Cr\$.. 3.000,00 mensais a Angelina de Góis Cabral, viúva do legiãoário Laurêncio Cabral, que fez parte da Força Expedicionária do Acre.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 (três mil cru-

proj:
517/55

proj. 1971/56

zeiros) mensais a Angelina de Góis Cabral, viúva do legionário Laurênio Cabral, que fêz parte da Fôrça Expedicionária do Acre e combateu durante a Revolução Acreana sob os comandos do General Olímpio da Silveira e do Coronel Plácido de Castro.

Art. 2.º O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da dotação orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

pruj: JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim.

4683154

LEI N.º 3.009 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1956

Abre o crédito especial de Cr\$. 5.000.000,00 destinado a atender às despesas com a comemoração do centenário da fundação do Município de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica autorizado o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para atender às despesas com a comemoração do centenário da fundação do Município de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, em 10 de fevereiro de 1957.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim

pruj. 1460156

LEI N.º 3.010 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar às comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquí e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros) para auxiliar as comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquí e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, na forma abaixo:

a — Uberaba	5.000.000,00
b — Itaquí	2.000.000,00
c — Anápolis	1.000.000,00
Total	8.000.000,00

§ 1.º Na aplicação dos auxílios concedidos neste artigo, obrigam-se as Prefeituras Municipais daquelas cidades:

a — destinar o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) para os festejos comemorativos promovidos pelas municipalidades;

b — empregar os restantes 75% (setenta e cinco por cento) em obra pública de benemerência e alcance nitidamente social, que assinalando as comemorações reverta em benefício da coletividade através de serviços que lhe proporcione.

§ 2.º Ficará condicionada à aprovação das Câmaras Municipais das cidades de Uberaba, Itaquí e Anápolis a obra pública de que trata o item b.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mário Meneghetti.

José Maria Alkmim.

pruj. 1014156

LEI N.º 3.011 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 57.996,00, em reforço da Verba 1.0.00, Consignação 1.1.00, Subconsignação 1.1.11, do vigente Orçamento.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$... 57.996,00 (cinquenta e sete mil, novecentos e noventa e seis cruzeiros), em reforço da seguinte dotação, consignada no Orçamento Geral da União para o exercício de 1956 (Lei n.º 2 665, de 6 de dezembro de 1955):

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil.

Subconsignação 1.1.11 — Substituições.

Anexo 5.01 — Supremo Tribunal Federal — Cr\$ 57.996,00.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.012 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00, destinado à aquisição inicial da Vacina Salk e ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da

Saúde, o crédito especial de Cr\$... 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros), destinado à aquisição inicial da Vacina Salk, ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina e preparo de outros meios profiláticos ou imunizantes da poliomielite.

Art. 2.º O crédito especial a que se refere esta lei será distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional, após registro pelo Tribunal de Contas, e creditado em conta especial, no Banco do Brasil, à disposição do Ministério da Saúde.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Maurício de Medeiros.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.013 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 370.997.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de ... Cr\$ 370.997.056,60 (trezentos e setenta milhões, novecentos e noventa e sete mil, cinquenta e seis cruzeiros e sessenta centavos) para completar o pagamento da percentagem devida aos municípios, "ex-vi" do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal, referente ao exercício de 1955.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.014 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial e Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mário Meneghetti.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.015 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Estende à Comarca de Nova Lima e à Cidade Industrial a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º Fica estendida à Comarca de Nova Lima e à Cidade Industrial

(Comarca de Betim), Estado de Minas Gerais, a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte, capital do mesmo Estado.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

proj. 1235/56

LEI N.º 3.016 — DE 17 DE DEZEMBRO DE
1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 220.000,00, para atender a despesas determinadas pela lei n.º 1.512, de 19 de dezembro de 1951.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil cruzeiros) para atender a despesas determinadas pela Lei número 1.512 de 19 de dezembro de 1951, e relativas ao exercício de 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clovis Salgado

proj.

4841154

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.017 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a auxiliar as despesas com o comparecimento da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), destinado a auxiliar as despesas com o comparecimento da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional, a realizar-se, no período de 21 de janeiro a 5 de fevereiro de 1957, em Nova Delhi, na Índia.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.018 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a execução do Plano do Carvão Nacional.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional autorizada a aplicar, na construção de uma ponte rod-ferroviária sobre o rio Jacuí, entre Triunfo e São Jerônimo, no Estado do Rio Grande do Sul, constante do Anexo n. 2, I — Setor Transportes, de que trata o parágrafo único do art. 2.º da Lei número 1.886, de 11 de junho de 1953, os recursos destinados, em todos os

exercícios, no crédito especial previsto no mesmo artigo, e no Anexo I. I — Setor Transportes, à dragagem dos canais da Lagoa dos Patos, rios Guaiaba e Jacuí até o pósto carvoeiro de Xarqueadas, e, bem assim, as economias eventualmente verificadas em qualquer outro setor ou item do referido Anexo n.º 1 do Plano do Carvão Nacional.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lucio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.019 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para auxílio à realização do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para auxílio à realização, em novembro de 1956, do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas, na cidade de São Paulo, capital do Estado do mesmo nome, de iniciativa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.020 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 como auxílio à II Conferência de Peritos em Siderurgia Latino-Americana e Indústrias de Transformação de Aço.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$... 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) como auxílio à realização da II Conferência de Peritos em Siderurgia Latino-Americana e Indústrias de Transformação de Aço, em 18 a 27 de outubro de 1956, na cidade de São Paulo, capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º O auxílio concedido no art. 1.º destina-se a ocorrer parte das despesas pela realização daquela Conferência sob o patrocínio do Governo Federal e em cooperação com a Associação Brasileira de Metais (A.B.M.).

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.021 — DE 17 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50 para reembolso ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata da diferença, a seu favor, ocorrida na administração dos bens do Distrito de Guaira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50 (doze milhões oitocentos e sessenta e nove mil

setecentos e sessenta e oito cruzeiros e cinquenta centavos), para reembolso ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata da diferença, a seu favor, ocorrida na administração dos bens do Distrito de Guaira.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 17 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.022 — DE 19 DE DEZEMBRO
DE 1956

Modifica a alínea c do art. 580 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Passa a ter a seguinte redação a alínea c do art. 580 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943:

“Art. 580.

c) para os empregadores será cobrado o imposto sindical, a ser pago anualmente, de acordo com a seguinte tabela:

	Cr\$
Capital até 10.000,00	100,00
De 10.001,00 até 50.000,00	200,00
De 50.001,00 até 100.000,00	300,00
De 100.001,00 até 200.000,00 ...	400,00
De mais de 200.001,00 em cada 200.000,00 ou fração	50,00
não podendo o imposto exceder de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) qualquer que seja o capital”.	

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Parsifal Barroso.

José Maria Alkmim.

proj. 2453152

LEI N.º 3.623 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia fica alterado nos termos desta lei e da tabela que a acompanha.

Parágrafo único. Caberá ao Presidente do Tribunal determinar a apostila dos títulos de nomeação dos atuais funcionários, em face da nova situação decorrente da presente lei e da tabela anexa.

Art. 2.º Os atuais ocupantes das classes M, L, K, N, I e H da carreira de oficial judiciário, cuja estrutura fica alterada de acordo com a tabela anexa, serão classificados nas classes O, N, M, L, K e J, da mesma carreira, respectivamente.

§ 1.º As vagas restantes serão providas pelo Tribunal, por proposta de seu presidente, por funcionários ocupantes de classe imediatamente inferior, mediante promoção pelo critério alternado de merecimento e antiguidade, dispensado para as primeiras promoções decorrentes desta lei, o interstício a que se refere o art. 42 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952).

§ 2.º Na hipótese de sobra rem ainda vagas, poderão elas ser preenchidas, a requerimento dos interessados, por transferência de funcionários ocupantes de cargo isolado de provimento efetivo, desde que haja igualdade de padrões de vencimentos e o requerente conte com tempo de serviço à Justiça Eleitoral superior a 2 (dois) anos e possua habilitações para os novas funções, a critério do Tribunal.

Art. 3.º As carreiras de escriturário e dactilógrafo ficam transformadas na de auxiliar judiciário, escalonada de G a I e com a estrutura constante da tabela anexa.

§ 1.º Os escriturários e dactilógrafos classes G e F ficam classificados, respectivamente, nas letras I e H, e os escriturários classe E na letra G da nova carreira de auxiliar judiciário.

§ 2.º Aos auxiliares judiciários cabe, precipuamente, a execução dos serviços dactilográficos.

Art. 4.º Os ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário terão acesso à inicial da de oficial judiciário, mediante concurso de segunda entrância organizado pelo Tribunal, ressalvado aos antigos escriturários o direito que lhes é assegurado pelo art. 5.º da lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948.

Art. 5.º As carreiras de contínuo e servente passam a constituir a de auxiliar de portaria com escalonamento de F a I, respeitados os direitos adquiridos pelos atuais ocupantes.

§ 1.º Ficam classificados nas classes I, H, G e F, da carreira de auxiliar de portaria, respectivamente, os atuais ocupantes das classes G e F de contínuo e D e C de servente.

§ 2.º Aos auxiliares de portaria incumbe a execução dos serviços ora a cargo dos atuais contínuos e serventes, bem assim, supletivamente, dos de portaria e zeladoria, de acôrdo com as instruções baixadas pelo Tribunal.

Art. 6.º Os atuais cargos isolados de provimento efetivo passam a ter a seguinte classificação: 1 taquígrafo — padrão O; 1 arquivista — padrão N; 1 almoxarife — padrão L; 1 porteiro — padrão L; 1 ajudante de porteiro — padrão J e 1 motorista — padrão J.

Art. 7.º Feita a classificação dos ocupantes das novas carreiras de auxiliar de portaria, as vagas restantes nas classes intermediárias serão providas segundo o disposto no § 1.º do art. 2.º desta lei.

Art. 8.º As atuais funções gratificadas de secretário do presidente e secretário do Procurador Regional ficam classificadas no símbolo FG-3, passando as chefias de seção para o símbolo FG-4.

Art. 9.º Ficam criados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia mais um cargo isolado de provimento efetivo de taquígrafo, padrão N, um de zelador, padrão M, e outro de motorista, padrão J, bem como uma função de secretário da Corregedoria Eleitoral, símbolo FG-4, e uma de auxiliar da presidência, símbolo FG-4.

Art. 10. Para completar o quadro de que se ocupa esta lei, serão aproveitados e efetivados, mediante concurso interno de títulos, organizado pelo Tribunal, os funcionários interinos com mais de 5 (cinco) anos de serviço ao mesmo Tribunal, bem como os servidores estaduais ou municipais que estejam à disposição e prestando efetivo serviço àquele órgão por tempo nunca inferior a 5 (cinco) anos. As vagas restantes deverão ser preenchidas mediante concurso interno de provas ou de títulos, também organizado pelo Tribunal, pelos funcionários da Secretaria do Tribunal com mais de 2 (dois) anos de interinidade, bem como pelos extranumerários e contratados com igual tempo de serviço ao Tribunal e ainda por servidores estaduais ou municipais que venham prestando ininterruptamente serviço à Justiça Eleitoral há mais de 5 (cinco) anos.

Art. 11. Os cargos isolados serão providos livremente pelo Tribunal por proposta do presidente.

Art. 12. O Presidente do Tribunal poderá designar funcionários da Secretaria para auxiliarem os serviços dos cartórios das zonas eleitorais da capital do Estado.

Art. 13. O atual cargo em comissão de auditor fiscal PJ-3, da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, retorna à situação anterior de cargo isolado de provimento efetivo.

Art. 14. Os funcionários do quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia perceberão, a partir da publicação desta lei, as gratificações adicionais por tempo de serviço asseguradas aos funcionários da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 15. Os funcionários que em virtude desta lei forem aproveitados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, contarão como tempo de serviço público federal, para os efeitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União (lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952), o tempo de serviço anteriormente prestado à Justiça Eleitoral, aos Estados, Municípios e autarquias.

Art. 16. Para atender às despesas decorrentes da execução da presente lei, no corrente exercício, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito suplementar de Cr\$ 2.500 000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) ao Orçamento de 1956, assim discriminado:

Verba 1 — Pessoal

Consignação 1 — Pessoal Permanente

Subconsignação 01 — Vencimentos

04 — Justiça Eleitoral

05 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — Cr\$ 2.000.000,00

Consignação 3 — Vantagens

Subconsignação II — Gratificações adicionais

04 — Justiça Eleitoral

05 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — Cr\$ 300.000,00

Consignação 3 — Vantagens

Subconsignação 01 — Funções Gratificadas

04 — Justiça Eleitoral

05 — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — Cr\$ 200.000,00

Art. 17. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

projc 1288/56

TABELA A QUE SE REFERE ESTA LEI
Cargos isolados de provimento em comissão

N.º de cargos	Carreira ou cargo	Símbolo, Padrão ou Classe
1	Diretor Geral	PJ-2
2	Diretor de Serviço	PJ-3
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
1	Auditor Fiscal	PJ-3
1	Taquigrafo	O
1	Taquigrafo	N
1	Arquivista	N
1	Zelador	M
1	Almoxarife	L
1	Porteiro	L
1	Ajudante de Porteiro	J
2	Motorista	J
<i>Cargos de carreira</i>		
3	Oficial Judiciário	O
4	Oficial Judiciário	N
5	Oficial Judiciário	M
6	Oficial Judiciário	L
7	Oficial Judiciário	K
10	Oficial Judiciário	J
8	Auxiliar Judiciário	I
10	Auxiliar Judiciário	H
14	Auxiliar Judiciário	G
1	Auxiliar de Portaria	I
3	Auxiliar de Portaria	H
5	Auxiliar de Portaria	G
7	Auxiliar de Portaria	F
<i>Funções Gratificadas</i>		
1	Secretário do Presidente	FG-3
1	Secretário do Procurador Regional	FG-3
1	Auxiliar da Presidência	FG-4
1	Secretário da Corregedoria Eleitoral	FG-4
6	Chefe de Seção	FG-4

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956.

LEI N.º 3.024 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados e contraidos pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30 (três milhões seiscentos e dezesseis mil novecentos e dezenove cruzeiros e trinta centavos), destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados, desde o exercício de 1953, e contraidos pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.025 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo, a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.075,80, para atender ao pagamento da hipoteca que grava imóvel, adjudicado à União Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.075,80 (cento e noventa e cinco mil, setenta e cinco cruzeiros e oitenta centavos), para atender ao pagamento da hipoteca que grava o imó-

vel, adjudicado à União Federal, situado à rua da Constituição n.º 35, no Distrito Federal, conforme sentença de Juízo da 2.ª Vara de Órfãos e Sucessões, de 24 de novembro de 1942, que declarou vacante a herança deixada por Pedro Vasques Ferro.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.026 — DE 19 DE DEZEMBRO
DE 1956

Dispõe sobre a aplicação dos créditos especiais de Cr\$ 177.000.000,00 autorizados pelo art. 5.º da Lei n.º 2.599, de 13 de setembro de 1955, e de Cr\$ 40.000.000,00 referentes aos saldos orçamentários do anexo do São Francisco, no exercício de 1955.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Os créditos especiais de Cr\$ 177.000.000,00 (cento e setenta e sete milhões de cruzeiros) autorizados pelo art. 5.º da Lei n.º 2.599, de 13 de setembro de 1955, e de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros) referentes aos saldos orçamentários do anexo do São Francisco, no exercício de 1955, terão a seguinte aplicação:

I — Execução de serviços destinados à regularização do Rio São Francisco, inclusive estudos, projetos e início de construção da represa de Três Marias, Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros);

II — Sistema elétrico Fôrmoso-Corrente com linhas de transmissão para Correntina, Santa Maria da Vitória, Santana dos Brejos, Lapa, Carinhonha e Paratinga, Cr\$ 27.000.000,00 (vinte e sete milhões de cruzeiros);

III — Estudos, projetos e execução dos serviços de abastecimento d'água nos Municípios do Vale do São Francisco Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Antônio Alves Câmara

José Maria Alkmim

Lúcio Meira

Mário Meneghetti

Henrique Fleiuss

Maurício de Medeiros

LEI N.º 3.027 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20, para atender ao pagamento de terreno adquirido pela Rede de Viação Cearense.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20 (nove mil, trezentos e noventa e um cruzeiros e vinte centavos), para atender ao pagamento de terreno adquirido pela Rede de Viação Cearense e utilizado na construção da Estação de Cajazeiras, no Estado da Paraíba, terreno de propriedade dos herdeiros de Joaquim de Souza Rolim Peba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.028 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer a despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), para atender as despesas com a realização, em julho de 1956, do XIX Congresso Nacional de Estudantes, no Distrito Federal.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.029 DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Dispõe sobre o pessoal das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites
O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revogada a Lei n.º 295 de 29 de junho de 1948.

Art. 2.º O pessoal que à data da publicação desta lei estiver amparado pelas disposições da Lei n.º 295, de 29 de junho de 1948, será incluído no Quadro Suplementar do Ministério das Relações Exteriores, Parte Especial, Serviço de Demarcação de Fronteiras, de acordo com a relação nominal anexa.

Art. 3.º O pessoal admitido para os serviços das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, até 2 de agosto de 1954, data em que entrou em vigor a Lei n.º 2.284, é incluído na categoria de extranumerários mensalistas.

Art. 4.º Para os efeitos de pagamento do pessoal a que se refere esta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores no exercício de 1956, os créditos suplementares de Cr\$ 7.046.640,00 (sete milhões, quarenta e sete mil seiscentos e quarenta cruzeiros) à verba 1.1.01, Vencimentos e Cr\$ 5.186.640,00 (cinco milhões, cento e oitenta mil seiscentos e quarenta cruzeiros) à verba 1.1.04, Salários de Mensalistas.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956, 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHCK

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

LEI Nº 3.030, — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparadas pelo próprio empregador.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Para os efeitos do art. 82 do Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparada pelo próprio empregador, não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do salário mínimo.

Art. 2.º A disposição do art. 1.º será aplicada aos trabalhadores em geral, desde que as refeições sejam preparadas e fornecidas no próprio estabelecimento empregador.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHCK.

Parsifal Barroso.

LEI Nº 3.031, — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.100.000,00

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil cruzeiros), como reforço à Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 1.1.00 — Pessoal Civil, Subanexo 4.14.21.02 — Serviço do Pessoal (Encargos Gerais), do Orçamento em vigor (Lei nº 2.665, de 6 de dezembro de 1955), com a seguinte discriminação:

Cr\$

1.1.09 — Ajuda de custo	500.000,00
1.1.10 — Diárias	600.000,00

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHCK.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.032 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e órgãos indicados, créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50, conforme os itens abaixo discriminados:

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

- | | |
|---|------------------|
| 1) Para pagamento de gratificação de 40% aos médicos do Departamento Administrativo do Serviço Público, por trabalho com risco de vida ou da saúde, concedida pelo Decreto n.º 37.340 de 17-5-55 | 124.540,00 |
| 2) Para pagamento de gratificação de 40% aos engenheiros do Departamento Administrativo do Serviço Público, por trabalho técnico e científico, concedida pelo Decreto n.º 37.512, de 20-6-55 | 430.411,70 |
| | <hr/> 554.951,70 |

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

- | | |
|---|-----------|
| 1) Para regularização de despesas com o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, em 1955 | 17.462,70 |
| | <hr/> |

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

- | | |
|--|--------------------|
| 1) Para pagamento de gratificação adicional de 40% aos médicos da Comissão do Vale do São Francisco, por trabalho com risco de vida ou da saúde, concedida pelo Decreto n.º 37.340, de 17-5-55 | 468.000,00 |
| 2) Para pagamento de gratificação, adicional de 40% aos agrônomos e engenheiros da Comissão do Vale do São Francisco, por trabalho técnico ou científico, concedida pelo Decreto n.º 37.512, de 20-6-55 | 600.805,20 |
| Total | <hr/> 1.068.805,20 |

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

- | | |
|--|------------|
| 1) Para atender ao pagamento das gratificações de que trata o Decreto n.º 37.512 de 20-6-55, aos engenheiros lotados no Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no período de 1 de janeiro a 1 de junho de 1956 | 294.953,20 |
| | <hr/> |

MINISTÉRIO DA AERONAUTICA

2) Para reforço do crédito aberto pelo Decreto número 39.018, de 11 de abril de 1956, para as despesas com o aumento de vencimentos dos militares (Lei n.º 2.710, de 19 de janeiro de 1956)	80.000.000,00
---	---------------

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

1) Para regularização de pagamento a servidores do - Ministério da Agricultura, Eugênio Bartolomeu dos Reis e outros, do "auxílio doença", correspondente ao exercício de 1953, efetuado na forma dos artigos 240 e 241 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública	30.090,00
4) Cota da União, correspondente ao exercício de 1956, para o convênio com o Estado de Minas Gerais, para o desenvolvimento da produção de pó calcáreo destinado à correção e fertilização do solo	5.000.000,00
5) Para pagamento de função gratificada de Secretário, no exercício de 1956, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná	14.400,00
	<hr/> 5.044.490,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

1) Para ocorrer às despesas com a desapropriação do imóvel situado na Rua São Clemente n.º 130, destinado à ampliação da Casa de Rui Barbosa	1.750.000,00
2) Para auxiliar a Associação Brasileira do Município, no custeio das despesas decorrentes do IV Congresso Nacional de Municípios	5.000.000,00
3) Para pagamento de salário-família, referente ao exercício de 1953 a diversos servidores do Ministério da Educação e Cultura — Temistocles Torres de Rezende e outros	32.850,00
4) Para pagamento de salário-família, referente ao exercício de 1953, a diversos servidores do Ministério da Educação e Cultura — Alfredo Ferreira Barbosa e outros	13.350,00
5) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953 a Valdemar Balduino, da Escola de Belas Artes	450,00
6) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953, a Castano Pena	600,00
7) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953 a Bayard Demaria Reiteux, do Colégio Pedro II — Externato	3.250,00
8) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953, a Abel de Noronha Gomes da Silva — Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	1.800,00
9) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953, a Fulgêncio Brasil Fonseca do Instituto Nacional de Surdos-Mudos	1.800,00

10) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953, a Mário Giorgio Marrano, médico da Secção de Assistência Social — Divisão do Pessoal	300,00
11) Para pagamento de salário-família, relativo a 1953, a Valfrido Leocádio Freire	4.050,00
12) Para pagamento de salário-família, relativo a 1953, a Clínio Antônio Zacharias de Jesus	1.800,00
13) Para pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1953, a Augusto José Marques Júnior ..	1.800,00
14) Pagamento de salário-família, relativo ao exercício de 1945, a José dos Santos Guedes	100,00
15) Pagamento de salário-família a Natalino João da Silva	150,00
	<hr/> 6.814.300,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

1) Para atender ao pagamento das despesas decorrentes dos novos valores atribuídos aos símbolos de cargos em comissão e das funções gratificadas, de vez que o crédito autorizado pela Lei n.º 2.188-54 e aberto pelo Decreto n.º 35.357-54, foi insuficiente ..	30.000.000,00
3) Para regularização do pagamento das despesas oriundas de aplicação do Decreto n.º 37.512, de 20 de junho de 1955 (Gratificação por trabalho técnico ou científico), para o que não figurou dotação no Orçamento para 1955	2.149.541,10
7) Para pagamento, a cargo da União Federal, da diferença de provento a que têm direito os funcionários públicos civis, associados da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Serviços Públicos	300.000.000,00
9) Para regularização de pagamentos efetuados com Abono Familiar não incluídos na relação dos "Restos a Pagar" de exercícios anteriores	537.740,00
13) Para regularização de despesas efetuadas pela Alfândega do Rio de Janeiro, por serviços extraordinários prestados pelo pessoal do Serviço de Importação Aérea, em 1954	204.039,40
21) Para regularização de despesa com o pagamento do abono de emergência, efetuado em 1954, pela Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos no Estado do Piauí, por Movimento de Fundos com o Tesouro Nacional e que deixou de ser por este oportunamente correspondido	1.041.911,70
22) Para regularização de despesa com o pagamento de vencimentos de Fiscal do Imposto de Consumo — Desiré C. e Silva efetuado em 1953 por Movimento de Fundos pela Delegacia Fiscal do Amazonas, com a do Rio Grande do Sul e que deixou de ser por esta oportunidade correspondido	71.263,30
23) Para regularização de pagamentos efetuados em 1953, de diferença de funções gratificadas nas Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado da Paraíba	31.019,40

26)	Para pagamento de despesas efetuadas com o tratamento que se submeteu em virtude da acidente ocorrido no serviço em 2 de dezembro de 1954 Hilda Queiroz Oficial Administrativo, classe "O" lotado na Diretoria da Despesa Pública	23.339,90
27)	Para reforço do crédito especial aberto pelo Decreto n.º 38.961 de 27 de março de 1956) Lei número 2.745, de 12 de março de 1956)	17.000.000.000,00
28)	Para atender a despesas de pessoal e material com a realização do concurso para preenchimento de cargos de Procurador da Fazenda	100.000,00
		<u>17.334.158.854,80</u>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

1)	Para pagamento de gratificação de funções aos Inspectores Regionais de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras em disponibilidade — Francisco Batos Monteiro, Severino Gonçalves da Rocha Mário Cavalcanti de Mello e Antônio Coelho da Costa Guedes — devido em virtude de sentença judiciária	144.000,00
3)	Para pagamento à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro das despesas com o funeral do ex-Presidente Arthur da Silva Bernardes, realizado a expensas do Governo Federal	90.045,00
4)	Para regularização de despesas efetuadas e pagas no corrente exercício além do crédito especial aberto pelo Decreto n.º 38.852, de 13-3-56 a saber:	
	Vencimentos de oficiais	3.600.000,00
	Vencimentos de praças	24.000.000,00
	Abono militar de família.....	3.180.000,00
	Funcionários aposentados e jubilados; reformados, inválidos asilados e pessoal da reserva ...	13.200.000,00
		<u>43.980.000,00</u>
		44.214.045,00

MINISTÉRIO DA MARINHA

2)	Para reforço do crédito aberto para as despesas com o aumento de vencimentos dos militares de Marinha (Lei n.º 2.710, de 19-1-56)	329.698.860,00
----	---	----------------

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

2)	Para atender ao pagamento de gratificação por serviço técnico ao Dr. Paulo Miranda médico referência "30" do Ministério das Relações Exteriores correspondente a 40% sobre seus salários "ex-vi" do Decreto n.º 37.340, de 17 de maio de 1955, de 1-12-45 a 31-12-55	37.596,00
----	--	-----------

3) Para pagamento de gratificação por serviço com risco de vida e da saúde de acordo com a Lei n.º 1.234 de 14-11-50 regulamentada pelo Decreto n.º 29.155, de 1951 de 40% à Dentista, referência "24" do Ministério das Relações Exteriores Nair Oliveira de 9-3-54 a 31-12-55	22.404,40
---	-----------

60.000,40

MINISTÉRIO DA SAÚDE

1) Para pagamento de gratificação pela execução de trabalhos de natureza especial com risco de vida ou da saúde, "ex-vi" do Decreto n.º 37.340, de 17-5-55.....	1.800.000,00
---	--------------

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA
E COMÉRCIO

2) Para pagamento de ajuda de custo, que não se efetivou em 1955, por divergência verificada na dotação respectiva, no Orçamento daquele exercício	1.000.000,00
3) Para atender despesas para as quais não consignou o Orçamento de 1956 dotações próprias, a saber:	

- 1) no Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização:

a) para aquisição de mobiliário em geral destinado à Delegacia Regional de Seguros em Recife	75.000,00
--	-----------

- 2) no Departamento Nacional do Trabalho:

a) para aquisição de máquinas de escrever	195.000,00
b) para aquisição de camionetas etc. para a Divisão de Fiscalização	1.600.000,00

- 3) no Serviço Atuarial:

a) para aquisição de mobiliário em geral	30.000,00
--	-----------

- 4) nas Delegacias Regionais do Trabalho:

I — Delegacia Regional do Trabalho na Bahia:

a) para aquisição de matérias-primas, etc.	50.000,00
b) para aquisição do material bibliográfico, etc.	10.000,00
c) para aquisição de aparelhos e utensílios	100.000,00

II — Delegacia Regional do Trabalho no Ceará:

a) para aquisição de mobiliário em geral	50.000,00
--	-----------

III — Delegacia Regional do Trabalho no Maranhão:

a) para aquisição de aparelhos e utensílios de escritório, etc.	30.000,00
--	-----------

IV — Delegacia Regional do Trabalho na Paraíba:

a) para aquisição de material bibliográfico	8.000,00
---	----------

b) para aquisição de mobiliário em geral	100.000,00
V — Delegacia Regional do Trabalho no Paraná:	
a) para aquisição de material bibliográfico	5.000,00
b) para aquisição de mobiliário em geral	60.000,00
VI — Delegacia Regional do Trabalho no Rio de Janeiro:	
a) para aquisição de mobiliário em geral	60.000,00
5) Nas Delegacias do Trabalho Marítimo:	
I — Delegacias do Trabalho Marítimo em Aracaju:	
a) para aquisição de aparelhos e utensílios de escritório	40.000,00
b) para mobiliário em geral	30.000,00
— Delegacia do Trabalho Marítimo em Corumbá:	
a) para aquisição de aparelhos e utensílios de escritório, etc.	20.000,00
III — Delegacia do Trabalho Marítimo em João Pessoa:	
a) para aquisição de material de limpeza, etc.	3.000,00
IV — Delegacia do Trabalho Marítimo em Maceió:	
a) para aquisição de material bibliográfico, etc.	8.000,00
6) Nas Procuradorias Regionais de Justiça do Trabalho:	
I — Procuradoria Regional do Trabalho da 1.ª Região (Distrito Federal):	
a) para aquisição de mobiliário de escritório	40.000,00
II — Procuradoria Regional do Trabalho da 3.ª Região (Belo Horizonte):	
a) para aquisição de mobiliário de escritório	20.000,00
	<hr/>
	2.534.000,00
	<hr/>
	3.534.000,00

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

2) Para pagamento a D. Florência Lobo Mendes, viúva do Oficial Administrativo, classe L, da Estrada de Ferro São Luiz — Terezina, João Mendes, em virtude do Mandado de Segurança do Juiz da 1.ª Vara da Comarca de São Luiz, no Maranhão	43.223,20
3) Para pagamento aos engenheiros e agrônomos do Ministério da Viação e Obras Públicas, da gratificação de 40% de que trata o Decreto n.º 37.512, de 20-7-55	9.343.210,70
4) Para regularização das despesas efetuadas nos termos do § 1.º do artigo 240, do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, com o pagamento dos quinquênios relativos aos meses de maio a julho do ano de 1954, aos servidores do Lóide Brasileiro, ex-vi do Decreto n.º 35.449, de 1-5-54	13.500.000,00
5) Para atender ao pagamento, no exercício de 1955, das despesas relativas ao exercício de funções gratificadas, nos diversos quadros do Ministério da Viação e Obras Públicas, em virtude da alteração de valores dos símbolos, referentes às ditas funções, pela Lei n.º 2.138, de 3-3-54, regulamentada pelo Decreto n.º 35.447, de 30-4-54	3.619.400,00

8)	Para regularização de adiantamento autorizado pelo Senhor Presidente da República para ocorrer ao pagamento do salário-família e gratificações adicionais, no exercício de 1954, aos servidores da Rede de Viação Paraná — Santa Catarina	4.400.000,00
10)	Para ocorrer ao pagamento das despesas de pessoal, combustível e outros materiais indispensáveis ao custeio da Rede Mineira de Viação, no período de agosto a dezembro de 1953	38.058.289,80
15)	Para pagamento a servidores do Departamento dos Correios e Telégrafos de diferença de vencimentos e outras vantagens, referentes ao exercício de 1957	22.289.533,80
17)	Para cobrir o acréscimo de despesa relativo à implantação do novo quadro de pessoal da Viação Férrea do Rio Grande do Sul, no período de julho a dezembro de 1954	86.310.000,00
20)	Para atender ao pagamento da gratificação adicional aos servidores da Rede Mineira de Viação, correspondente ao período de agosto a dezembro de 1953	6.328.481,30
22)	Para atender ao pagamento de abono de emergência aos trabalhadores da Rede Mineira de Viação, nos exercícios de 1953 a 1955	9.336.600,00
23)	Para pagamento de quinquênios aos servidores dos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará, no período de maio de 1954 a dezembro de 1955	9.785.742,40
30)	Para aproveitamento dos saldos de dotações que deveriam ser inscritos em "Restos a Pagar" nos termos do artigo 2.º e seu parágrafo único da Lei n.º 1.918, de 24 de julho de 1953, e correspondendo aos saldos Departamento Nacional de Obras contra as Secas os quais foram escriturados como "Renda da União de 1956", a saber:	

Anexo 28 — Inversões Especiais

Ministério da Viação e Obras Públicas

Verba 4 — Obras, Equipamentos e Aquisição de Imóveis
Consignação 5 — Disposições Constitucionais

1 — Recursos para defesa contra as secas do Nordeste (Art. 198 da Constituição)

40 — Departamento Nacional de Obras contra as Secas
1 — Estudos e Projeto

1) Diversos estudos e projetos

174.465,90

2 — Construções

05 — Bahia

5)	Açude público de América Dourada ..	3.000.000,00
8)	Açude público Adustina	1.500.000,00
12)	Açude público Rio do Salto — Cancelê ..	2.000.000,00
26)	Restauração do Açude Barão do Mendes ..	400.000,00
25)	Açude de Lagêda no Rio Verde	1.000.000,00

7.900.000,00

06 — CEARA'

Cr\$

4)	Açude Jacaré (antigo Lontras), na Serra de Ibiapava	500.000,00
8)	Açudes públicos Choró e Ema, para obras complementares	2.000.000,00
13)	Açude público Várzea Alegre	2.000.000,00
22)	Açude Jatobá, em Limoeiro do Norte e Potiretama, em Iracema	1.000.000,00

26)	Barragens submersas nos rios Salgado e Jaguaribe — (de Icó a Missão) — Velha e de Tauá a Iguatu); barragens submersas e subterrâneas nos vales de Carás, Riacho dos Porcos, Machado, Cariús e Bastião	4.000.000,00	
28)	Diversas obras de açudagem pública e redes de irrigação, inclusive açudes Poço dos Paus, General Tibúrcio, Poço da Volta e da Serra de Baturité	5.400.000,00	
35)	Sistema de irrigação do açude Santo Antonio	3.000.000,00	
37)	Barragem de Orós	22.500.000,00	40.400.000,00
<hr/>			
14 — MINAS GERAIS			
2)	Açude público Bico da Pedra		1.607.200,00
16 — PARAÍBA			
5)	Obras complementares de derivação e adução d'água dos açudes Curema e Mãe D'água, para transpor o divisor Piancó-Piranhas		3.096.000,00
18 — PERNAMBUCO			
4)	Açude público Belmonte, no rio Brígida	9.000.000,00	
7)	Instalações elevatórias, construções de canais para irrigação de terra dos vales do riacho da Chapada e riacho dos Mandantes (Poste de Icó) no Rio São Francisco	7.000.000,00	16.000.000,00
<hr/>			
19 — PIAUÍ			
9)	Rodovia Oeiras-Simplicio Mendes — São João	5.000.000,00	
10)	Instalações elevatórias e construção de canais para irrigação das terras marginais do rio Parnaíba	6.000.000,00	11.000.000,00
<hr/>			
27 — DIVERSOS			
1)	Obra de açudagem em cooperação em toda a área abrangida pelo Polígono das Sêcas	400.000,00	
3)	Perfuração e aparelhamento de poços públicos e particulares em cooperação, no Polígono das Sêcas	6.250.643,50	6.650.643,50
<hr/>			
3 — EQUIPAMENTOS			
27 — DIVERSOS			
1)	Aquisição de perfuratrizes, máquinas rodoviárias, aparelhos, instrumentos e equipamentos	1.698.807,40	93.431.116,80
<hr/>			

- 32) Para regularização de despesas efetuadas em 1955 e 1956, com pessoal admitido à conta de dotação do antigo Plano Salte, pelas Estradas de Ferro Bahia e Minas, Sampaio Correia e de Goiás, a saber:

Em 1955:

Estrada de Ferro Bahia e Minas	6.722.880,00	
Estrada de Ferro Sampaio Correia ..	5.697.000,00	
Estrada de Ferro Goiás	10.161.720,00	22.581.660,00

Em 1956:

Estrada de Ferro Bahia e Minas	9.412.880,00		
Estrada de Ferro Sampaio Correia ...	7.977.000,00		
Estrada de Ferro Goiás	14.226.720,00	31.616.600,00	54.198.200,00

- 34) Para pagamento do "repouso semanal remunerado", em virtude de sentença fundamentada no artigo 9.º da Lei n.º 605, de 9-1-49, combinado com o artigo 8.º, § 3.º do Regulamento aprovado pela mesma lei, ao pessoal do Serviço de Navegação da Baía do Prata . 8.820.998,80
- 35) Para regularização de despesas com o pagamento da gratificação adicional aos servidores da Comissão do Vale do São Francisco beneficiados pelo disposto no artigo 4.º, do Decreto n.º 35.690, de 18-7-54 343.416,50
- 37) Para pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço a que fizeram jus servidores da Estrada de Ferro D. Teresa Cristina nos exercícios de 1952 e 1953 733.313,20
- 39) Para regularização de pagamento, aos servidores da Estrada de Ferro Ilhéus, de abono especial temporário, relativo aos meses de novembro e dezembro de 1954, concedido pela Lei n.º 2.412, de 1-2-55 857.600,00
- 361.404.128,50

Art. 2.º Os créditos de que trata o artigo 1.º desta lei serão registrados pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

Antônio Alves Câmara

Henrique Lott

José Carlos de Macedo Soares

José Maria Alkmim

Lúcio Meira

Mário Meneghetti

Clóvis Salgado

Parsifal Barroso

Henrique Fleiuss

Maurício de Medeiros

proj. 2156/56

LEI N.º 3.033 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios e órgãos a seguir indicados, créditos suplementares no total de Cr\$ 6.038.225.736,20 (seis bilhões, trinta e oito milhões, duzentos e vinte e cinco mil setecentos e trinta e seis cruzeiros e vinte centavos) discriminados nos respectivos Anexos, que fazem parte integrante da presente lei.

	Cr\$
Conselho Nacional de Economia	7.164.631,90
Estado Maior das Forças Armadas ..	2.500,00
Conselho de Segurança Nacional ..	75.000,00
Ministério da Aeronáutica	683.500.000,00
Ministério da Agricultura	11.078.987,70
Ministério da Educação e Cultura ..	29.884.030,00
Ministério da Fazenda	1.201.711.532,60
Ministério da Guerra	2.546.444.700,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores	306.195.856,30
Ministério da Marinha	818.052.969,00
Ministério da Saúde	71.751.302,50
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	33.846.033,80
Ministério da Viação e Obras Públicas	328.518.192,40
TOTAL	6.038.225.736,20

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Nereu Ramos.

Antonio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Mário Meneghetti.

Clovis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleiuss.

Maurício de Medeiros.

LEI N.º 3.034 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à Feira Mundial de Nova Iorque, à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes da Colônia e à Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, (quinze milhões de cruzeiros) para atender, no exercício de 1957, a despesas com o comparecimento do Brasil à Feira Mundial de Nova Iorque, à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes da Colônia e à Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Parsifal Barroso

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.035 — DE 19 DE
DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, para atender a despesas de exercícios findos.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), destinados a ocorrer às despesas de exercícios findos, a que se refere o art. 75, § 2.º, do Código de Contabilidade da União.

Parágrafo único — O processamento das despesas de que trata este artigo obedecerá à ordem de entrada dos pedidos no Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Do referido crédito, será destacada a parcela de Cr\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), destinada a ocorrer ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários com base no art. 145, item III e na forma do estipulado no art. 50, item I da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos servidores designados para procederem ao estudo e preparo dos processos de exercícios findos, existentes na Diretoria da Despesa Pública.

Art. 3.º Como suprimento de fundos, destinado ao pagamento das despesas correspondentes aos créditos referidos no art. 1.º desta lei, é o Poder Executivo autorizado a utilizar até Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) do saldo das contas de Receita e Despesa apurado no Banco do Brasil S. A., no encerramento do exercício de 1951.

Parágrafo único — O suprimento de fundos a que se refere este artigo será incorporado à receita, nos termos do art. 73, da Constituição e será classificado como Renda com Aplicação Especial.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

proj.
2.178/56

LEI N.º 3.036 — DE 19 DE DE-
ZEMBRO DE 1956

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.675.454,00, para construção de novas salas no Palácio Tiradentes e atender a pagamento de obras realizadas durante os meses de maio e junho de 1956, também no Palácio Tiradentes.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' aberto ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 — (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) — para a construção de novas salas no Palácio Tiradentes.

Art. 2.º E' aberto, ainda ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 175.454,00 — (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro cruzeiros) — para pagamento à firma Braz A. Lauria, por obras realizadas no Palácio Tiradentes, durante os meses de maio e junho de 1956.

Art. 3.º Os créditos de que tratam os artigos anteriores serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

proj. 2155/56

LEI N.º 3.037 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado às obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00 — (cento e cinquenta milhões de cruzeiros) — destinado às obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSEK

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.038 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1956

Federaliza as Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia e subvenciona a Faculdade de Direito de Sergipe.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' federalizada a Faculdade de Direito de Santa Catarina (F.D.S.C.), situada em Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, e integrada na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior, são criados, no quadro permanente daquele Ministério, vinte e dois (22) cargos de professor catedrático padrão O, e três (3) funções gratificadas, sendo uma de diretor, FG-1, uma de secretário,

FG-3, e uma de chefe de portaria, FG-7.

Parágrafo único. As funções gratificadas de que trata este artigo poderão ser exercidas por extranumerário.

Art. 3.º E' assegurado o aproveitamento, no serviço público federal, a partir da data da publicação desta lei, do pessoal do estabelecimento ora federalizado, nas seguintes condições:

I — Os professores catedráticos, no quadro permanente daquele Ministério, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificações do magistério.

II — Os demais servidores como extranumerários, em tabelas criadas para esse fim pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do art. 192 da Constituição.

§ 1.º Para os efeitos deste artigo, a faculdade apresentará ao referido Ministério a relação de seus professores e demais servidores, especificando a forma de investidura, a natureza do serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2.º Os professores não admitidos em caráter efetivo, na forma da legislação federal das cátedras, poderão ser aproveitados interinamente.

§ 3.º O aproveitamento assegurado neste artigo depende da assinatura da escritura pública, a que se refere o art. 4.º.

Art. 4.º Independentemente de qualquer indenização serão incorporados ao Patrimônio Nacional, mediante escritura pública, todos os bens móveis imóveis e os direitos do estabelecimento de ensino referido no art. 1.º.

Parágrafo único. Os títulos da dívida pública do Estado de Santa Catarina, pertencentes à faculdade com a cláusula de inalienabilidade, continuarão a integrar seu patrimônio, somente podendo os juros ser empregados em conservação e melhoramento de imóveis ou em pesquisas cursos de aperfeiçoamento ou de extensão.

Art. 5.º E' igualmente federalizada a Faculdade de Direito da Bahia (F.D.Ba), fundada em 1891, incluída na relação dos estabelecimentos subvencionados da União pela Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, e já integrando a Universidade da Bahia (U. Ba.).

§ 1.º Para a execução do disposto neste artigo, são criados, no quadro

permanente do Ministério da Educação e Cultura, vinte e dois (22) cargos de professor catedrático, padrão O, e três (3) funções gratificadas, sendo uma de diretor FG-1, uma de secretário FG-3 e uma de chefe de portaria FG-7. São criados ainda no quadro extranumerário da Universidade da Bahia, 12 (doze) cargos de assistentes de ensino, referência 27.

§ 2.º E' assegurado o aproveitamento no serviço público federal, nos termos do art. 3.º desta lei, do pessoal do estabelecimento ora federalizado.

§ 3.º Os juros dos títulos da dívida pública pertencentes, em caráter inalienável, à Faculdade de Direito da Bahia, e que continuarão a integrar o seu patrimônio, somente poderão ser aplicados em pesquisas, ou cursos de aperfeiçoamento, estímulo à cultura, ou aquisição de livros e revistas técnicos.

§ 4.º Os demais bens pertencentes à Faculdade de Direito passarão a integrar o patrimônio da Universidade da Bahia.

Art. 6.º E' concedida, na forma da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1956, à Faculdade de Direito de Sergipe, a subvenção mínima anual ali estabelecida.

Art. 7.º Para atender às despesas com a federalização das faculdades de direito de Santa Catarina e da Bahia, e o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.804.000,00 (sete milhões, oitocentos e quatro mil cruzeiros), sendo:

	Cr\$
a) Faculdade de Direito de Santa Catarina —	
Pessoal	2.604.000,00
Material	200.000,00
b) Faculdade de Direito da Bahia, nos termos da Lei n.º 9.155, de 8 de abril de 1946:	
Pessoal	4.500.000,00
Material	500.000,00
Total	7.804.000,00

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUEITSCHEK

Clovis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.039 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1956

Concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do país, para fins de reaparelhamento de material de voo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º O Governo da União prestará contribuição financeira, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação desta lei e na forma por ela estabelecida, para o reequipamento das empresas nacionais de transporte aéreo, concessionárias de linhas regulares.

§ 1.º A contribuição a que se refere este artigo será de Cr\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros) em cada ano, rateada entre as empresas existentes em 31 de outubro de 1956, na proporção da tonelagem-quilômetro oferecida no ano anterior, nas linhas dentro do país.

§ 2.º Para efeito do rateio, tomar-se-á como base a capacidade comercial da aeronave "payload" definida para cada tipo pela Diretoria de Aeronáutica Civil, e a quilometragem das linhas aéreas regulares de cada empresa por ela efetivamente voada no ano anterior, dentro do território nacional e de conformidade com os horários aprovados.

§ 3.º As quotas-partes do rateio resultante dos cálculos de que trata este artigo serão recolhidas, em conta especial, no Banco do Brasil, a crédito da empresa beneficiada, e só serão movimentadas mediante autorização do Ministério da Aeronáutica, para utilização obrigatória no reaparelhamento da frota aérea.

Art. 2.º As importâncias recebidas pelas empresas em virtude desta lei serão por elas contabilizadas em conta especial, que demonstre claramente a sua origem e não poderão, sob pretexto algum, ter outro emprego que não seja o previsto no Art. 1.º.

§ 1.º O Ministério da Aeronáutica regulamentará a aplicação e contabilização das contribuições de cada concessionária, atendendo a fusão e incorporação de empresas e permitindo que os depósitos referidos no § 3.º do Art. 1.º sejam dados em garantia nos casos de compra a prazo.

Proj. 987/55

§ 2.º Deverá ser exigida completa comprovação do emprego das contribuições concedidas.

Art. 3.º A aeronave adquirida com a contribuição financeira prevista no Art. 1.º fica sujeita a hipoteca legal, constituída em favor da União e inscrita *ex-officio* no Registro Aeronáutico Brasileiro e só poderá ser alienada para substituição ou melhoria da frota e com prévia autorização do Ministério da Aeronáutica.

Parágrafo único. Compete à Empresa beneficiada a rigorosa conservação da aeronave gravada bem como segurá-la em companhia idônea aprovada pelo Ministério da Aeronáutica a ordem do qual será emitida a respectiva apólice.

Art. 4.º Até a liberação da aeronave, a contribuição prevista nesta lei constituirá, em qualquer caso, crédito privilegiado da União, salvo no caso de operação financeira expressamente autorizada na forma do artigo anterior.

Parágrafo único. A liberação da aeronave adquirida de conformidade com esta lei somente poderá correr depois de findo o prazo de depreciação fixado pelo Ministério da Aeronáutica, caso em que cessarão os efeitos da hipótese instituída pelo Art. 3.º.

Art. 5.º As obrigações e os favores previstos nesta lei estendem-se igualmente aos sucessores ou adquirentes dos direitos das empresas beneficiadas, bem como ao acervo destas, em caso de insolvência, legalmente declarada.

Art. 6.º Uma só empresa não poderá receber no rateio anual importância superior a Cr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros).

§ 1.º A limitação estabelecida neste artigo será extensiva aos consórcios de empresas, quando uma pessoa ou mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas, for detentora do controle do capital das consorciadas.

§ 2.º O Ministério da Aeronáutica fiscalizará a exata observância do disposto neste artigo, procedendo às verificações que se fizerem necessárias.

Art. 7.º O Ministério da Aeronáutica determinará anualmente a depreciação do material adquirido, não podendo esta em caso algum ser superior a 20% (vinte por cento) ao ano, fazendo-as nas contas previstas correspondentes.

Parágrafo único. A contribuição recebida de acordo com esta lei não será computada para os efeitos do imposto de renda.

Art. 8.º As empresas de taxis aéreos, devidamente organizadas, será prestada uma contribuição financeira fixa anual de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) pelo prazo de 5 (cinco) anos para reequipamento, observadas as normas desta lei que forem aplicáveis.

Parágrafo único. Esta contribuição será rateada, na base de quilômetros de voo, dentre de normas gerais fixadas em decreto do Poder Executivo, entre as empresas que preencham os seguintes requisitos:

- a) estarem registradas na Diretoria de Aeronáutica Civil;
- b) *vetado*;
- c) terem mais de 3 (três) anos de exercício;
- d) disporem de 2 (dois) ou mais aviões;
- e) disporem de oficinas, próprias ou não, para serviços de infraestrutura.

Art. 9.º O orçamento Geral da União consignará anualmente a verba necessária ao pagamento das contribuições previstas nesta lei.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 470.000.000,00 (quatrocentos e setenta milhões de cruzeiros), para atender aos pagamentos relativos ao exercício de 1956.

Art. 10. Das contribuições que na forma aqui prescritas forem creditadas às empresas, poderão, a juízo do Ministério da Aeronáutica, ser-lhes pagas, parcial ou totalmente, as importâncias que tiverem despendido de 1 de janeiro de 1956 à data desta lei na execução dos seus programas de aparelhamento do material de voo.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Henrique Fleiuss.

José Maria Alkmim.

proj. 3269/53

LEI N.º 3.040 — DE 21 DE
DEZEMBRO DE 1956

*Concede o auxílio especial de
Cr\$ 2.000.000,00 à Comissão Executi-
va Pró-Comemoração do Centenário
de Alegrete, no Estado do Rio
Grande do Sul, e dá outras provi-
dências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º É concedido o auxílio
especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois
milhões de cruzeiros) à Comissão
Executiva Pró-Comemoração do Cen-
tenário de Alegrete, no Estado do Rio
Grande do Sul.

Art. 2.º Para o efeito previsto no
artigo anterior é o Poder Executivo
autorizado a abrir o crédito especial
até o limite nele fixado, o qual será
automaticamente registrado pelo Tri-
bunal de Contas e distribuído à Dele-
gacia Fiscal do Tesouro Nacional, que
fiscalizará a aplicação da verba.

Art. 3.º Se o crédito de que trata
esta lei não for aberto pelo Poder
Executivo, deverá o mesmo ser indi-
cado na primeira lei orçamentária
que se elaborar nos termos da Lei
n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor
na data de sua publicação revogadas
as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro
de 1956; 135.º da Independência e
68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

prof 639/55

LEI N.º 3.041 — DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1956

*Abre pelo Ministério da Viação e
Obras Públicas o crédito especial
de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à
construção de uma ponte sobre o
rio Paraná, ligando os Estados de
São Paulo e Mato Grosso, e dá
outras providências.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º Fica aberto ao Minísté-
rio da Viação e Obras Públicas, con-

signado ao Departamento Nacional
de Estradas de Rodagem, o crédito
especial vigente por 4 (quatro) anos
no valor de Cr\$ 60.000.000,00 (ses-
senta milhões de cruzeiros), desti-
nado à construção de uma ponte
sobre o rio Paraná, nas proximida-
des de Porto Epitácio, ligando os
Estados de São Paulo e Mato Grosso.

Art. 2.º Essa quantia será entre-
gue ao Departamento Nacional de
Estradas de Rodagem em 4 (quatro)
parcelas anuais de Cr\$ 15.000.000,00
(quinze milhões de cruzeiros), sen-
do a primeira, no exercício de 1956,
para início das obras.

Parágrafo único. Os orçamentos
relativos aos exercícios de 1957, 1958
e 1959 consignarão ao Ministério da
Viação e Obras Públicas, para o De-
partamento, as 3 (três) outras parce-
las, respectivamente, de
Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de
cruzeiros) cada uma.

Art. 3.º Se assim for considerado
necessário pelo Departamento Nacio-
nal de Estradas de Rodagem, em
vista do ritmo das obras, as par-
celas relativas aos exercícios de 1957,
1958 e 1959 poderão ser desdobradas
de outra maneira, por maior ou me-
nor número de exercícios financei-
ros.

Art. 4.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezem-
bro de 1956; 135.º da Independência
e 68.º da República.

prof JUSCELINO KUBITSCHER.

Lucio Meira.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.042 — DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1956

*Autoriza a abertura, pelo Ministério
da Justiça e Negócios Interiores,
do crédito suplementar de Cr\$
720.000,00 em reforço do Orçamen-
to vigente, subanexo 4.16 — Ti-
tulo 20 01, Serviço de Assistência
a Menores, sendo Cr\$ 500.000,00
para assistência a menores reali-
zada pela Sociedade Pestalozzi do
Brasil.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacio-
nal decreta e eu sanciono a seguinte
Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de Cr\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros), em refôrço da dotação atribuída, no Orçamento vigente — Subanexo 4.16, ao Título 20.01 — Serviço de Assistência a Menores (Órgão Central), Verba 1.0 00 — Custeio, Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos, Subconsignação 1.6.17 — Serviços de Assistência Social, 4) "Pagamento pelas internações a serem realizadas pelo Serviço de Assistência a Menores e despesas com outras formas de proteção à infância, sendo Cr\$ 500.000,00 para assistência a menores, realizada pela Sociedade Pestalozzi do Brasil".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.043 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 38.033.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1956. "ex-vi" do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 38.033.056,60 (trinta e oito milhões, trinta e três mil e cinquenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), à conta da Verba 1.0.00 — Custeio, Consignação 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais, Subconsignação 2.2.01 — Quota pertencente aos municípios no imposto de renda (artigo 15, § 4.º, da Constituição Federal), 23.02 — Diretoria da Despesa Pública

(Encargos Gerais), para completar o pagamento, da percentagem devida aos municípios, de acordo com a citada disposição constitucional.

Art. 2.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHEK.

1257/56 José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.044 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para Auxiliar as comemorações do 1.º centenário da elevação do Município de Baependi, no Est. de Minas Gerais, à categoria de cidade, e a realização, naquela ocasião, de uma Exposição Agropecuária-Industrial.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) para auxiliar as comemorações do 1.º centenário da elevação do Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, à categoria de cidade, e a realização, naquela ocasião, de uma Exposição Agropecuária-Industrial.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHEK.

806/55 Mario Meneghetti.
José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.045 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Manda reverter às fileiras do Exército o ex-primeiro tenente Dinarte Silveira.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Reverte às fileiras do Exército, no posto a que as leis lhe asseguram, o ex-primeiro tenente Dinarte Silveira, anistiado pelo Decreto-lei nº 7 474, de 18 de abril de 1945.

Art. 2.º Sua reversão será sem ônus para a Fazenda Nacional exceto no que a legislação em vigor estabelece.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Henrique Lott.

LEI N.º 3.046 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 destinado à construção da estação ferroviária comum às Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), destinado à construção da estação ferroviária comum às Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia, em Corumbá, Estado de Mato Grosso.

Art. 2.º Os estudos, projetos e construção da estação ferroviária ficam a cargo de uma comissão composta dos diretores das Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia e de um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

proj 1406/56

LEI N.º 3.047 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, destinados às construções e reconstrução de estações da Estrada de Ferro Leopoldina e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nas cidades de Castelo, Lins e Itaperuna, nos Estados do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado à construção da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina, na cidade de Castelo, no Estado do Espírito Santo, em terreno a ser doado pela Prefeitura Municipal; e o de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para a construção da Estação de Lins, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º É o Poder Executivo também autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para a reconstrução da estação de passageiros e construção da estação de cargas e mais instalações, em terreno doado à Estrada de Ferro Leopoldina, na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Lúcio Meira

José Maria Alkmim

proj 143/55

LEI N.º 3.048 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º O quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, criado pela lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948, e alterado pela lei n.º 2.112, de 25 de novembro de 1953, fica substituído pelo da tabela que acompanha a presente lei.

Art. 2.º Os atuais funcionários da mesma Secretaria terão os seus títulos apostilados pelo presidente do Tribunal, de acordo com a classificação que vierem a ter em face da situação decorrente desta lei.

§ 1.º Para completar o quadro a que se refere este artigo, serão aproveitados, preferentemente, os servidores interinos, contratados ou extra-numerários do Tribunal, ocupantes de cargo equivalente ou superior, e, a seguir, os requisitados, que estejam a seu serviço há mais de 2 (dois) anos em cargo idêntico ou superior àquele em que será classificado, mediante concurso interno organizado pelo Tribunal.

§ 2.º As vagas restantes nas classes iniciais das carreiras serão providas mediante concurso público.

Art. 3.º Os cargos da classe inicial da carreira de oficial judiciário serão providos por acesso dos ocupantes da classe final da carreira de auxiliar judiciário, mediante concurso de segunda entrada, organizado pelo Tribunal, ressalvado aos atuais escrivães o direito que lhes é assegurado pelo art. 5º da lei n.º 486, de 14 de novembro de 1948.

Art. 4.º Os cargos isolados serão providos livremente pelo Tribunal.

Art. 5º Os atuais ocupantes das classes M, L, K, J, I e H da carreira de oficial judiciário cuja estrutura fica alterada de acordo com a tabela anexa, serão classificados nas classes O, N, M, L, K e J, respectivamente.

Art. 6.º As carreiras de escrivão e datilógrafo ficam transformadas na de auxiliar judiciário, escalonada de H a I e com a estrutura constante da tabela que acompanha esta lei.

§ 1.º Aos auxiliares judiciários cabem, precipuamente, os serviços de datilografia.

§ 2.º Os ocupantes das classes G e F das atuais carreiras de escrivão e datilógrafo ficam classificados nas classes H e I da carreira de auxiliar judiciário, respectivamente.

Art. 7.º As carreiras de contínuo e servente ficam fundidas na de auxiliar de portaria, escalonada de G a H e com a estrutura constante da tabela anexa.

§ 1.º Os ocupantes das classes F e G da atual carreira de contínuo e os das classes C a E de servente ficam classificados nas classes G e H da nova carreira de auxiliar de portaria, respectivamente.

§ 2.º Os auxiliares de portaria destinam-se aos serviços em geral cuja execução competia aos contínuos e serventes, bem assim, supletivamente, aos de portaria e zeladoria, de acordo com o regulamento baixado pelo Tribunal.

Art. 8.º Ficam criados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, um cargo isolado de provimento efetivo de zelador, padrão K, e outro de motorista, padrão J, bem como mais uma função gratificada de chefe de seção, FG-4.

Art. 9.º Na nomeação, promoção, licença, exoneração, demissão, readmissão, readaptação e aposentadoria aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul serão observadas, no que couberem, as normas do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União (lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952).

Art. 10. Os funcionários que, em virtude desta lei forem aproveitados no quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul contarão como tempo de serviço público federal, para os efeitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, o tempo de serviço anteriormente prestado à Justiça Eleitoral, aos Estados, Municípios e Autarquias.

Art. 11. As vagas decorrentes do aproveitamento, segundo o disposto no § 1.º do art. 2.º desta lei, de servidores extranumerários e contratados não poderão ser preenchidas.

Art. 12. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito suplementar até o limite de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) para reforço das verbas orçamentárias indispensáveis à execução da presente lei.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

proj: 2067/56

TABELA A QUE SE REFERE ESTA LEI

Número de Cargos	CARREIRA OU CARGO	Símbolo, padrão ou classe
<i>Cargos isolados de provimento em comissão</i>		
1	Diretor geral	PJ-2
2	Diretor de serviço	PJ-3
1	Auditor fiscal	PJ-3
<i>Cargos isolados de provimento efetivo</i>		
2	Taquígrafo	O
1	Arquivista	N
1	Almoxarife	L
1	Porteiro	L
1	Ajudante de porteiro	K
2	Motorista	J
1	Ajudante de motorista	I
1	Zelador	L
<i>Cargos de carreira</i>		
2	Oficial judiciário	O
3	Oficial judiciário	N
4	Oficial judiciário	M
6	Oficial judiciário	L
8	Oficial judiciário	K
10	Oficial judiciário	J
10	Auxiliar judiciário	I
15	Auxiliar judiciário	H
8	Auxiliar de portaria	H
12	Auxiliar de portaria	G
<i>Funções gratificadas</i>		
1	Secretário da presidência	FG-3
1	Secretário do procurador regional	FG-4
6	Chefes de seção	FG-4

LEI N.º 3.049 — DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1956

Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o material importado e a importar pelo Instituto Sul-Rio-grandense de Carnes, necessário à construção e funcionamento do matadouro e fábrica de produtos de carnes e derivados, denominado "Frigorífico-Charqueada de Tupanciretã", na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo, exclusiva a de previdência social, para o material importado e a importar pelo Instituto Sul-Rio-Grandense de Carnes, necessário à construção e funcionamento do matadouro e fábrica de produtos de carnes e derivados, denominado "Frigorífico-Charqueada de Tupanciretã, na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul, compreendido nos seguintes itens:

a) 127 volumes contendo peças integrantes de caldeiras geradoras de vapor "Babcock" (válvulas, medidores, aparelhos de verificação e comando, manômetros, bombas etc.) procedentes da Grã-Bretanha e descarregados do navio "Delius" a 3 de agosto de 1949, no porto da cidade de Porto Alegre;

b) 111 volumes contendo tubos e peças para instalação de vapor, especiais e de diversas bitolas, procedentes dos Estados Unidos da América do Norte e descarregados do navio "Eylgia" a 22 de janeiro de 1950, no porto da cidade de Porto Alegre;

c) transportadores aéreos, correntes, engrenagens, motores elétricos, e todo o equipamento complementar, como trilhos, guias, parafusos etc. que estão a chegar dos Estados Unidos da América do Norte;

d) válvulas com flanges de diversas bitolas, para vapor; encanamentos com flanges para vapor; equipamento completo para secagem de sangue; maquinário completo para pesagem de gorduras, a ser ainda importado do exterior.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj
453156

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.050 — DE 21 DE DEZEMBRO
DE 1956

Equipara a função de administrador das Estradas de Ferro Leopoldina, Santos a Jundiá e Ilhéus, quando exercida por funcionário público nomeado pelo Presidente da República, aos cargos em comissão de que trata o Art. 18º do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º A função de administrador das Estradas de Ferro Leopoldina, Santos a Jundiá e Ilhéus, quando exercida por funcionário público nomeado pelo Presidente da República, será equiparada aos cargos em comissão de que trata o Art. 18º do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, unicamente para os fins mencionados naquele artigo, bem como os cargos em comissão nas autarquias federais, quando exercidos por servidores públicos devidamente autorizados pelo Presidente da República.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Nereu Ramos.

Antônio Alves Câmara.

Henrique Lott.

José Carlos de Macedo Soares.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Mário Meneghetti.

Clóvis Salgado.

Parsifal Barroso.

Henrique Fleiuss.

Maurício de Medeiros.

proj 972/55

LEI N.º 3.051 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.564.467,00, destinada ao pagamento de servidores do Departamento de Produção do Território do Acre.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.564.467,00 (um

milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e sete cruzeiros), destinado ao pagamento de servidores, nos meses de agosto a dezembro de 1954, do Departamento de Produção do Território do Acre, que deveriam ter sido pagos à conta da Verba 3 — Serviços e Encargos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 21 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK,

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

pref 634/55

LEI N.º 3.052 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1956

Retifica, sem ônus a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, a qual estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1956

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — São feitas as retificações seguintes na Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956:

«Anexo 4 — Poder Executivo

Subanexo 4.06 — Comissão do Vale do São Francisco

Despesas de Capital

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais

Subconsignação 3.2.03 — Aproveitamento Econômico do São Francisco (Art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Adendo «A»

Cr\$

Onde se lê:

6.2. — Assistência Médico-Sanitária

- | | |
|--|-----------|
| 2) Serviços assistenciais diversos e socorro de emergência às populações ribeirinhas | 6.000.000 |
|--|-----------|

Leia-se:

8.3. — Serviços de Emergência

- | | |
|--|-----------|
| 1) Serviços assistenciais diversos e socorro de emergência às populações ribeirinhas | 6.000.000 |
|--|-----------|

Subanexo 4.10 — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Despesas de Capital

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais

Subconsignação 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia

3.5.00 — Saúde

3.5.30 — Assistência Médico-Sanitária

3.5.32 — Postos de Higiene

13) Mato Grosso:

Onde se lê:

2) Equipamentos 380.000

Leia-se:

2) Equipamentos 470.000

Onde se lê:

Total 4.950.000

Leia-se:

Total 5.040.000

Onde se lê:

Total 64.410.000

Leia-se:

Total 64.500.000

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.2.02 — Dispositivos Constitucionais.

Subconsignação 3.2.02 — Valorização Econômica da Amazônia (artigo 199 da Constituição Federal).

Subvenções Extraordinárias.

12 — Maranhão.

Onde se lê:

Construção do Conservatório de Música da sociedade Maranhense de Cultura Artística 1.000.00

Leia-se:

Construção do Conservatório de Música da Sociedade de Cultura Artística do Maranhão 1.000.000

Subanexo 4.12 — Ministério da Agricultura

01.01 — Comissão Permanente de Revenda do Material

Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Onde se lê:

1.5.13 — Seguros em geral 50.000

Leia-se:

1.5.11 — Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinaturas de caixas postais 50.000

07.02 — Divisão do Material	
Tabela de Dotações Centralizadas	
Despesas Ordinárias	
Verba 1.0.00 — Custeio	
Consignação 1.4.00 — Material Permanente	
07.07 — 07 — Serviços de Comunicações	
Onde se lê:	
1.4.12 —	120.000
Total da Consignação	245.000
Total da Consignação 1.4.00	1.752.500
Leia-se:	
1.4.12 —	100.000
Total da Consignação	225.000
Total de Consignações 1.4.00	1.732.500
07.03.01 — Divisão de Obras	
Tabela de Dotações Centralizadas	
Despesas de Capital	
Verba 4.0.00 — Investimentos	
Consignações :	
4.1.00 — Obras	
4.2.00 — Equipamentos e Instalações	
Onde se lê:	
4.1.03 e Total da Consignação	
10 — Departamento Nacional da Produção Animal	23.700.000
11 — Departamento Nacional da Produção Mineral	6.000.000
12 — Departamento Nacional da Produção Vegetal	5.300.000
15 — Serviço Florestal	8.500.000
17 — Serviço de Meteorologia	2.000.000
19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário ..	9.400.000
Total	64.400.000
Total Geral da Consignação	64.900.000
4.2.10 e Total de Consignação	
10 — Departamento Nacional da Produção Animal	3.000.000
Total	3.700.000
Total Geral da Consignação	3.700.000
Leia-se:	
4.1.03 e Total da Consignação	
10 — Departamento Nacional da Produção Animal	44.050.000
11 — Departamento Nacional da Produção Mineral	7.300.000
12 — Departamento Nacional da Produção Vegetal	5.700.000
15 — Serviço Florestal	18.500.000
17 — Serviço de Meteorologia	1.000.000
19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário	13.100.000
Total	99.150.000
Total da Consignação	99.650.000

07.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)

Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignação 1.6.23 — Diversos

Onde se lê:

- 11) Elaboração do plano diretor de melhoramentos das estações termominerais, inclusive etc. 10.000.000

Leia-se:

- 11) Elaboração do plano diretor de melhoramentos das estações de águas termo-minerais, inclusive planta cadastral; fixação da área de proteção das fontes minerais; realização do estudo das águas minerais, obras de captação e adução das mesmas; de limitação de áreas que devam ser adquiridas e reflorestadas; obras de construção e aparelhamento das termas e balneários; unidades escolares profissionais; aparelhamento da produção rural e pequenas indústrias domésticas — tudo em regime de cooperação com os Estados e Municípios 10.000.000

Verba 2.0.00 — Transferências

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções

Subconsignação 2.1.01 — Auxílios

Onde se lê:

Total da Verba 2.0.00 481.997.739
Total da Verba 2.0.00 481.997.739

Leia-se:

Total da Consignação 2.1.00 481.997.739
Total da Verba 2.0.00 481.997.739

10 — Departamento Nacional da Produção Animal

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.3.00 — Material de Consumo e de Transformação

Subconsignação 1.3.13 — Vestuários, uniformes, etc.

Onde se lê:

..... 1.060.000
..... 1.060.000
Leia-se:
..... 1.060.000

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignação 3.1.03 — Desenvolvimento da Produção

Onde se lê:

13)	Manutenção e Equipamento da Fábrica de Gelo e Câmara Frigorífica de Cabo Frio (Colônia Z 12) etc.	500.000
92)	Desenvolvimento dos trabalhos de piscicultura no posto do Rio Dóce e lagoas tributárias	500.000
132)	Para compra e manutenção, etc.....	1.500.000 5.305.700

Leia-se:

13)	Manutenção e equipamento da fábrica de gelo etc. (Colônia Z 18) etc.	500.000
92)	Desenvolvimento dos trabalhos de piscicultura no posto do Rio Manhuaçu e peixamento do Rio Doce e lagoas tributárias	500.000
132)	Para compra e manutenção de uma lancha sanitária	1.500.000

11 — Departamento Nacional da Produção Mineral
Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social
Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento
Subconsignação 3.1.06 — Irrigação e Energia Hidráulica

Onde se lê:

58)	Para construção da linha de transmissão da Usina de Bananeiras, na Bahia, entre Conceição do Almeida e Santo Jesus	3.000.000
-----	--	-----------

Leia-se:

58)	Para construção da linha de transmissão na Usina de Bananeiras, na Bahia, entre Conceição do Almeida e Santo Antônio de Jesus	3.000.000
-----	---	-----------

Onde se lê:

63)	Construção da Usina Hidrelétrica, no Rio Pirapó, e serviço de energia elétrica no Município de Dourados, Mato Grosso	3.000.0.00
-----	--	------------

Leia-se:

63)	Construção da usina hidrelétrica, no Rio Pirapó, e serviço de energia elétrica no Município de Dourados, Mato Grosso	3.000.000
-----	--	-----------

12 — Departamento Nacional da Produção Vegetal
Verba 1.0.00 — Custeio.
Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos.
Subconsignação 1.6.23 — Diversos.

2) Instalação, complementação, prosseguimento, etc.

13) Mato Grosso.

Onde se lê:

2) Acorizal.

Leia-se:

2) Rochedo.

15 — Serviço Florestal.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros.

Subconsignação 1.5.05 — Serviços de asseio e higiene, etc.

Onde se lê:

2) Jardim Botânico 40.000 340.000

Leia-se:

2) Jardim Botânico 46.000 346.000

Subconsignação 1.5.11 — Telefone, telefonemas etc.

Onde se lê:

2) Jardim Botânico 22.000 82.000

Leia-se:

2) Jardim Botânico 16.000 76.000

Subconsignação 1.6.23 — Diversos.

Onde se lê:

4) Para admissão de tarefeiros destinados aos serviços de etc. 300.000

Leia-se:

4) Para admissão de tarefeiros destinados aos serviços de fiscalização das florestas, de parques e hortos florestais 300.000 5.300.000

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

Subconsignação 3.1.03 — Desenvolvimento da Produção.

Onde se lê:

8) Despesas de qualquer natureza, com os trabalhos de reflorestamento em colaboração com particulares a cargo do Hórto Florestal de Sobral, Cará 1.000.000

Leia-se:

8) Despesas de qualquer natureza, inclusive manutenção de postos de reflorestamento a cargo do Hórto Florestal de Sobral, Ceará 1.000.000

19 — Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Verba 4.0.00 — Investimentos.

Consignação 4.1.00 — Obras.

Subconsignação 4.1.04 — Reparos etc.

Onde se lê:

Total da Consignação 4.1.00 11.850.000

Leia-se:

Total da Consignação 4.1.00 15.550.000

Relação das instituições, de acôrdo com o disposto no Art. 4.º, § 2.º, da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951:

Subvenções Ordinárias.

23) *Rio Grande do Sul.*

Onde se lê:

Sociedade Agrícola e Pastoril de Santa Maria	100.000
--	---------

Leia-se:

Associação Rural (ex-Sociedade Agrícola e Pastoril) — Santa Maria	100.000
---	---------

Relação das instituições, de acôrdo com o disposto no Art. 4.º § 2.º, *in fine*, da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951:

Subvenções Extraordinárias.

05) *Bahia.*

Onde se lê:

Associação Rural dos Fornecedores da Cana da Bahia	200.000
--	---------

Leia-se:

Cooperativa Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia	200.000
--	---------

06) *Ceará*

Onde se lê:

Associação Pró-Melhoramento Rural de São Gonçalo-Saboeiro	
---	--

Leia-se:

Associação Pró-Melhoramento Rural de São Gonçalo-Saboeiro	91.500
---	--------

08) *Espírito Santo*

Suprima-se o titulo "13) Mato Grosso", entre as entidades:

Associação Rural de Itaguaçu	200.000
------------------------------------	---------

Associação Rural de Muniz Freire	300.000
--	---------

11) *Maranhão*

Onde se lê:

Parque de Exposição Pecuária do Município de Pinheiro ...	200.000
---	---------

Aprendizado Agrícola Dr. Vicente Priante (para intensificar a cultura de sua chácara de 192 hectares) — Campo Grande	200.000
--	---------

Leia-se:

11) *Maranhão*

Parque de Exposição Pecuária do Município de Pinheiro	200.000
--	---------

13) *Mato Grosso*

Aprendizado Agrícola Dr. Vicente Priante (para intensificar a cultura de sua chácara de 192 hectares) — Campo Grande	200.000
--	---------

14) *Minas Gerais*

Onde se lê:

Associação Rural de Formiga — para construção do parque de exposições	508.000
---	---------

Leia-se:

Cooperativa Agro-Pecuária de Formiga — para construção do parque de exposições	508.000
---	---------

15) *Pará**Onde se lê:*

Associação Rural de Mauá	50.000
--------------------------------	--------

Leia-se:

Associação Rural de Muaná	50.000
---------------------------------	--------

24) *Santa Catarina**Onde se lê:*

Associação Rural de Araguari	80.000
------------------------------------	--------

Leia-se:

Associação Rural de Araquari	80.000
------------------------------------	--------

08 — *Espírito Santo.**Onde se lê:*

«Para início de construção de usina hidrelétrica em São Gabriel da Palha, município de São Domingos	1.500.000
--	-----------

Leia-se:

Para início de construção de usina hidrelétrica na Cachoeira da Onça, no Rio São José, Distrito de São Gabriel da Palha Município de Colatina	1.500.000
---	-----------

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura**Demonstração das despesas por Unidades (Quadro).***Onde se lê:*

09.05.02 — Divisão do Pessoal (Encargos Gerais).

Leia-se:

09.05.02 — Divisão do Material (Encargos Gerais).

15 — Colégio Pedro II (Internato).

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos.

Subconsignações:

Onde se lê:

4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras 20.000.000

Leia-se:

1.6.01 — Despesas miúdas de pronto pagamento 36.000

19 — Estabelecimentos de Ensino Técnico sob a Administração direta da
União.19.03 — Escolas Técnicas, Total Geral, 6.^a coluna, Total da Verba
4.0.00 (Quadro).*Onde se lê:*

15.815.000.

Leia-se:
17.015.000.

09.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais).
Verba 2.0.00 — Transferências.
Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.
Subconsignação 2.1.01 — Auxílios.
7) Outras entidades.

Onde se lê:

13) Colégio Anchieta — Pôrto Alegre 1.300.000

Leia-se:

13) Colégio Anchieta (Lei nº 2.662, de 3-12-1955) —
Pôrto Alegre 1.300.000

Relação das instituições, de acôrdo com o disposto no Art. 4.º § 2.º, da
Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951:

Subvenções ordinárias.

06) Ceará

Onde se lê:

Centro Coruense — Fortaleza 15.000
Associação Beneficente Juazeirense — Juazeiro do Norte 4.000

Leia-se:

Centro Coreuense — Fortaleza 15.000
União Beneficente Juazeirense — Juazeiro do Norte 4.000

14) Minas Gerais

Onde se lê:

Ginásio Municipal — Caldas 50.000

Leia-se:

Ginásio São Vicente de Paulo — Caldas 50.000

16) Paraíba

Onde se lê:

Escola Normal Coração de Jesus, Bananeiras 40.000
Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, Bananeiras 100.000

Leia-se:

Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, Bananeiras 140.000

18) Pernambuco

Onde se lê:

Colégio Moderno, Recife 45.000
Colégio Moderno de Afogados, Recife 100.000
Abrigo da Velhice Desamparada da Campanha de Caridade,
Recife 15.000
Abrigo da Velhice Desamparada da Companhia de Caridade,
Recife 50.000
Patronato Padre Machado da Liga Protetora da Infância Desva-
lida 105.000
Escola Gilberto Freyre — Clube das Pás, Recife 20.000

Leia-se:	
Colégio Moderno, Recife	145.000
Abrigo da Velhice Desamparada da Companhia de Caridade, Recife	65.000
Liga Protetora da Infância Desvalida, mantenedora do Patro- nato Padre Machado	105.000
Escola Gilberto Freyre do Recife	20.000

23) *Rio Grande do Sul*

Onde se lê:

Colégio Pio X, de Muçum, Guaporé	15.000
Escola Pio X, mantida pela Sociedade Educadora, Instrutora e Beneficente, Muçum, Guaporé	30.000
Sociedade de Educação e Caridade Ana Rech, Caxias do Sul ..	15.000
Escola Paroquial Santa Terezinha, Ibirubá	10.000
Colégio Nossa Senhora Medianeira das Irmãs Pelotinas, Nova Palma, Júlio de Castilhos	10.000

Leia-se:

Escola Pio X, mantida pela Sociedade Educadora, Instrutora e Beneficente, Muçum, Guaporé	45.000
Escola Nossa Senhora de Pompéia, mantida pela Sociedade de Educação e Caridade Ana Rech, Caxias do Sul	15.000
Escola Paroquial Santa Terezinha, mantida pela Congregação de Nossa Senhora Ibirubá	10.000
Escola Nossa Senhora Mediadora, mantida pela Sociedade Nossa Senhora Mediadora, Nova Palma, Júlio de Castilhos	10.000

24) *Santa Catarina*

Onde se lê:

Ginásio Eugênia Müller, Itajaí	40.000
--------------------------------------	--------

Leia-se:

Ginásio Eugênio Müller, Itajaí	40.000
--------------------------------------	--------

25) *São Paulo*

Onde se lê:

Asilo São Vicente de Paulo, de Araçoiaba, da Serra	24.000
--	--------

Leia-se:

Conferência de Nossa Senhora das Dóres da Sociedade de São Vicente de Paulo, de Araçoiaba da Serra	24.000
---	--------

Relação das instituições, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 2.º,
in fine, da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951:

Subvenções Extraordinárias:

05) *Bahia*

Onde se lê:

Instituto São Vicente de Paulo, São Francisco do Conde	250.000
Instituto São Francisco de Paula, São Francisco do Conde	50.000

Leia-se:

Instituto São Vicente de Paulo, São Francisco do Conde	300.000
--	---------

06) *Ceará*

Onde se lê:

Centro Artístico Cearense, sendo Cr\$ 5.000,00 para a Escola Pinto Machado	30.000
Escola Profissional Oblatos Diocesanos, Sobral	50.000

Leia-se:

Centro Artístico Cearense, sendo Cr\$ 5.000,00 para a Escola Pinto Machado, Fortaleza	30.000
Escola Profissional Oblatos Diocesano, Sobral	50.000

14) *Minas Gerais*

Onde se lê:

Caixa Escolar do Grupo Escolar de Grão Mogol	10.000
Obras Sociais da Conferência São Vicente de Paulo, Tugúrio, Barbacena	10.000
Asilo dos Sagrados Corações de Maria e São José, Barbacena	500.000

Leia-se:

Caixa Escolar «Ezequiel Pereira» de Grão Mogol	10.000
Obras Sociais da Congregação Mariana, Tugúrio, Barbacena ...	10.000
Asilo dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, Barbacena	500.000

15) *Pará*

Onde se lê:

Bêrço de Belém, Belém	50.000
-----------------------------	--------

Leia-se:

Bêrço de Belém, Belém	450.000
-----------------------------	---------

16) *Paraíba*

Onde se lê:

Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande	200.000
--	---------

Leia-se:

Escola de Artes de Campina Grande	200.000
---	---------

18) *Pernambuco*

Onde se lê:

Ginásio Imaculada Conceição, Arcoverde	50.000
Instituto Moderno Professor Paulino de Andrade, Recife	120.000
Companhia de Caridade do Recife	30.000
Companhia de Caridade do Recife	110.000
Campanha Pernambucana Pró-Infância	475.000
Campanha Pró-Criança de Pernambuco	10.000

Leia-se:

Ginásio Imaculada Conceição de Arcoverde, Recife	50.000
Colégio Pôrto Carreiro, Recife	120.000
Companhia de Caridade do Recife	140.000
Campanha Pernambucana Pró-Infância	485.000

19) *Piauí*

Onde se lê:

Instituto de Assistência Social Agua Branca, São Pedro	30.000
Liga de Amparo à Infância Pio XI	30.000

Leia-se:	
Instituto de Assistência Social Água Branca, São Pedro do Piauí	30.000
Liga de Amparo à Infância, Pio IX	30.000
21) <i>Rio de Janeiro</i>	
Onde se lê:	
Asilo São Vicente de Paulo, de Nova Friburgo	30.000
Academia Valenciana de Letras, Valença	25.000
Leia-se:	
Casa dos Pobres de São Vicente de Paulo, Nova Friburgo	30.000
Academia Valenciana de Letras, Marquês de Valença	25.000
22) <i>Rio Grande do Norte</i>	
Onde se lê:	
Centro Social Santana	30.000
Leia-se:	
Centro Social Santana, Natal	30.000
23) <i>Rio Grande do Sul</i>	
Onde se lê:	
Instituto São Benedito, Pelotas	60.000
Instituto São Sebastião, Pelotas	50.000
Comunidade Evangélica, Panambi	20.000
Comunidade de Assistência Social, Panambi	20.000
Ginásio Evangélico, Panambi	70.000
Sociedade Educacional Linha Brasil, Ginásio Bom Pastor, Nova Petrópolis	20.000
Ginásio São Sebastião, mantido pela Sociedade Cívica e Cultural, Cai	65.000
Sociedade Cultural e Cívica Ginásio São Sebastião, Cai	115.000
Sociedade de São Vicente de Paulo, Vila Vicentina, Bagé	5.000
Círculo Operário Salgado Filho, Estrêla	50.000
Associação Colégio Concórdia, Porto Alegre	20.000
Associação de Pais de Família, Porto Alegre	15.000
Casa do Pequeno Operário Padre José Massini, Porto Alegre ...	35.000
Colégio Concórdia, Porto Alegre	40.000
Casa do Pequeno Operário, Porto Alegre	250.000
Colégio Nossa Senhora das Graças, de Gustavo Berthier, Lagoa Vermelha	20.000
Colégio Nossa Senhora de Fátima, Tucunduva, Horizontina ...	30.000
Colégio Sagrado Coração das Irmãs de São Carlos — Nova Bréscia — Arroio do Meio	10.000
Colégio Sagrado Coração de Jesus, mantido pela Sociedade Escolar Católica — Nova Bréscia — Arroio do Meio	100.000
Colégio Santo Inácio de São Salvador — Montenegro	20.000
Colégio N. S. de Fátima — Tucunduva — Santa Rosa	35.000
Damas Santo Antônio — Bagé	15.000

Escola N. S. Auxiliadora — Frederico Westphalen	20.000
Escola Noturna Gratuita do Colégio Anchieta — Pôrto Alegre	20.000
Escola Paroquial de Gustavo Berthier — Lagoa Vermelha	10.000
Escola Técnica de Comércio Machado de Assis — Santa Rosa	30.000
Fundação Orfanato Bidart — Bagé	10.000
Ginásio N. S. de Lourdes — Vale Venêto — Cachoeira do Sul	30.000
Ginásio Santanense — Livramento	30.000
Instituto Machado de Assis — Santa Rosa	60.000
Instituto Santa Inês — Pôrto Alegre	20.000
Orfanato Bidart — Bagé	60.000
Pia Fundação N. S. Aparecida, mantida pela Sociedade Beneficente Cruzeiras de São Francisco — Pôrto Alegre	20.000
Pia União N. S. Aparecida — Sociedade Beneficente Cruzeiros de São Francisco — Pôrto Alegre	40.000
Sociedade Beneficente Cruzeiras de São Francisco — Pôrto Alegre	10.000
Sociedade Literária Padre Antônio Vieira, mantenedora do Colégio Santo Inácio — São Salvador — Montenegro ..	40.000
Sociedade das Damas de Santo Antônio — Bagé	20.000
Leia-se:	
Instituto São Benedito — Pelotas	110.000
Ginásio Evangélico de Panambi	110.000
Sociedade Educacional Linha Brasil — Ginásio Bom Pastor — Nova Petrópolis	35.000
Sociedade Cultural e Cívica Ginásio São Sebastião	180.000
Vila Vicentina, para Sociedade São Vicente de Paulo — Bagé	5.000
Círculo Operário Estrelense — Estrela	50.000
Associação Ginásio Concórdia — Pôrto Alegre	60.000
Associação de Pais de Família de Colégios Católicos — Pôrto Alegre	15.000
Casa do Pequeno Operário — Pôrto Alegre	285.000
Colégio Anchieta, mantido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira — para escola noturna — Pôrto Alegre ..	20.000
Colégio N. S. das Graças — Gustavo Berthier — Lagoa Vermelha	20.000
Colégio N. S. de Fátima — Tucunduva — Horizontina ..	65.000
Colégio Sagrado Coração de Jesus — mantido pela Sociedade Escolar Católica — Nova Brésia — Arroio do Meio.	110.000
Colégio Santo Inácio, mantido pela Sociedade Literária Padre Antônio Vieira — S. Salvador — Montenegro	60.000
Escola N. S. Auxiliadora, mantida pela Sociedade de Educação e Caridade — Frederico Westphalen	20.000
Fundação Orfanato Bidart — Bagé	70.000
Ginásio N. S. de Lourdes, mantido pela Sociedade de Educação e Caridade — Vale Venêto — Cachoeira do Sul	30.000
Ginásio Santanense, mantido pela Sociedade Meridional de Educação — Livramento	30.000

Instituto Machado de Assis — Santa Rosa	90.000
Instituto Santa Inês, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária Santo Agostinho — Porto Alegre	20.000
Pia Fundação N. S. Aparecida, mantida pela Sociedade Beneficente Cruzeiroas de São Francisco — Porto Alegre ..	70.000
Sociedade das Damas de Santo Antônio — Bagé	35.000

24) *Santa Catarina*

Onde se lê:

Instituto N. S. de Lourdes — Brusque	50.000
Colégio São José — Lages	10.000
Ginásio Municipal de Criciúma	80.000
Colégio Servos de Maria — Turvo	50.000
Educandário N. S. das Dôres — Turvo	20.000
Educandário Servos de Maria — Turvo	40.000

Leia-se:

Educandário N. S. de Lourdes — Brusque	50.000
Coléginho de São José — Lages	10.000
Ginásio Madre Teresa Michel — Criciúma	80.000
Educandário N. S. das Dôres — Turvo	110.000

25) *São Paulo*

Onde se lê:

Sociedade de Proteção à Criança — Ibitinga	100.000
Serviço de Assistência Social Eucharis Fortes Salzano — Porto Ferreira	90.000

Leia-se:

Sociedade de Proteção à Criança, mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo — Ibitinga	100.000
Serviço de Assistência Social Eucharis Fortes Salzano — São Paulo	90.000

09.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)

Despesas de Capital

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento

Subconsignações:

3.1.15 — Fundo Nacional de Ensino Médio

3) Cooperação financeira com entidades mantenedoras de estabelecimentos de ensino médio, para prosseguimento de obras, nos seguintes estabelecimentos, para aplicação nos termos da Lei n.º 2.342, de 25-11-54, e Decreto n.º 37.494, de 14-6-55:

21) *Rio de Janeiro*

Onde se lê:

Colégio Regina Coeli — Vassouras	50.000
Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite (Ginásio) — Vassouras	50.000

Leia-se:

Instituto Profissional Feminino Dr. Joaquim Teixeira Leite — Ginásio — Vassouras	100.000
---	---------

Auxílios.

Órgãos autárquicos.

Universidade da Paraíba.

Onde se lê:

Faculdade de Engenharia da Paraíba	2.000.000
--	-----------

Leia-se:

Escola de Engenharia da Paraíba	2.000.000
---------------------------------------	-----------

21 — Diretoria do Ensino Superior.

Despesas Ordinárias.

Verba 1.0.00 — Custeio.

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros.

Subconsignação 1.5.15 — Outros serviços contratuais.

2) Acórdos com os seguintes estabelecimentos de ensino superior, para encargos de manutenção e construção de obras:

14) Minas Gerais.

Onde se lê:

4 — Faculdade de Engenharia de Juiz de Fora	1.000.000
---	-----------

Leia-se:

4 — Escola de Engenharia de Juiz de Fora	1.000.000
--	-----------

19.02 — Escolas Industriais.

4.1.03 — Prosseguimento etc.

1) Escola Industrial de Cachoeira, Bahia	1.000.000
--	-----------

Suprima-se.

Transfira-se a dotação para:

Ministério da Educação e Cultura.

18 — Diretoria do Ensino Industrial.

1.6.13 — Serviços Educativos e Culturais.

6) Escola Industrial de Cachoeira, Bahia, para incremento e aperfeiçoamento do ensino industrial, mediante acôrdo .	1.000.000
--	-----------

Subvenções Extraordinárias:

Onde se lê:

19 Piauí

— Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	65.000
---	--------

07) Distrito Federal

— Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais	65.000
---	--------

retificando, em consequência, os totais de ambos os Estados.

Subanexo 4.14 — Ministério da Fazenda

23.02 — Diretoria da Despesa Pública (Encargos Gerais)

Verba 2.0.00 — Transferências

Consignação 2.2.00 — Dispositivos Constitucionais

Onde se lê:

Total da Consignação 2.2.00	551.357.000
-----------------------------------	-------------

Leia-se:

Total da Consignação 2.2.00	2.047.321.000
-----------------------------------	---------------

32-03 — Mesas de Renda

Despesas de Capital

Verba 4.0.00 — Investimentos

Consignação 4.2.00 — Equipamentos e Instalações

Onde se lê:

Total da Verba 4.2.00	1.476.000
-----------------------------	-----------

Total das Despesas de Capital	1.476.000
-------------------------------------	-----------

Leia-se:

Total da Verba 4.0.00	1.238.000
-----------------------------	-----------

Total das Despesas de Capital	1.238.000
-------------------------------------	-----------

Subanexo 4.15 — Ministério da Guerra

Verba 2.0.00 — Transferências

Consignação 2.6.00 — Transferências Diversas

Subconsignações:

2.6.05 — Diversos

Onde se lê:

- | | |
|---|------------|
| 1) Para doação de casa própria a famílias de expedicionários falecidos e a militares da FEB, incapacitados fisicamente, de acordo com o art. 11 da Lei n.º 2.378, de 24 de dezembro | 60.000.000 |
|---|------------|

Leia-se:

- | | |
|---|------------|
| 1) Para doação de casa própria a famílias de expedicionários falecidos e a militares incapacitados fisicamente, de acordo com o art. 11 da Lei n.º 2.378, de 24 de dezembro de 1954 | 60.000.000 |
|---|------------|

Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores

Onde se lê:

22.03. — Procuradorias da República nos Estados

Leia-se:

22.03. — Procuradorias da República no Distrito Federal,
nos Estados e Território do Acre

07.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)

Despesas Ordinárias

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.6.00 — Encargos Diversos

Subconsignações:

1.6.17 — Serviços de Assistência Social

Onde se lê:

30) Escola Normal Rural Santa Juliana — Xapuri — Acre 500.000

31) Escola Normal Regional do Instituto Divina Providência — Acre 250.000

Leia-se:

30) Escola Normal Regional do Instituto Divina Providência — Xapuri — Acre 500.000

31) Escola Normal Rural do Instituto Santa Juliana, Sena Madureira — Acre 250.000

SUBVENÇÕES ORDINARIAS

— Para pagamento, nos termos do art. 12 da Lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951:

01) Acre

Onde se lê:

Instituto Darcy Vargas — Xapuri 245.500

Leia-se:

Instituto Divina Providência — Xapuri 245.500

07) Distrito Federal

Onde se lê:

Orfanato Padre Güel 15.000

Leia-se:

Orfanato Madre Güel 15.000

16) Paraíba

Onde se lê:

Associação de Proteção e Assistência à Infância, de Itaporanga — para obras de recuperação de menores abandonados 120.000

Leia-se:	
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Nossa Senhora de Fátima, de Itaporanga	120.000
18) <i>Pernambuco</i>	
Onde se lê:	
Patronato Padre Machado da Liga Protetora da Infância Desvalida	300.000
Leia-se:	
Liga Protetora da Infância Desvalida	300.000

SUBVENÇÕES EXTRAORDINARIAS

— Para pagamento, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951:

01) <i>Acre</i>	
Onde se lê:	
Instituto Darcy Vargas — Xapuri	245.500
Leia-se:	
Instituto Divina Providência — Xapuri	245.500
02) <i>Alagoas</i>	
Onde se lê:	
Sociedade Educacional e Recreativa, para obras de assistência a menores abandonados — Palmeiras dos Índios	80.000
Leia-se:	
Sociedade Educadora e Artística Palmeirense, para obras de assistência a menores abandonados	80.000
04) <i>Amazonas</i>	
Onde se lê:	
Escola Maria Madalena — Manaus	400.000
Instituto Melo Matos — Manaus	400.000
Leia-se:	
Instituto Maria Madalena — Manaus	400.000
Abrigo Rural Melo Matos — Manaus	400.000
06) <i>Ceará</i>	
Onde se lê:	
Associação Beneficente Juazeirense — Juazeiro do Norte	4.000
Leia-se:	
União Beneficente Juazeirense — Juazeiro do Norte	4.000
12) <i>Maranhão</i>	
Onde se lê:	
Abrigo de Assistência a Menores Desamparados	145.400
Leia-se:	
Abrigo de Assistência a Menores Desamparados — Benedito Leite	145.400

14) <i>Minas Gerais</i>	
Onde se lê:	
Abrigo N. S. de Nazareth — Belo Horizonte	35.000
Leia-se:	
Sociedade Senhoras de Nazareth — Belo Horizonte	35.000
16) <i>Paraíba</i>	
Onde se lê:	
Associação de Proteção e Assistência à Infância de Itaporanga	180.000
Leia-se:	
Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Nossa Senhora de Fátima — Itaporanga	180.000
18) <i>Pernambuco</i>	
Onde se lê:	
Patronato Padre Machado da Liga Protetora da Infância Des- valida — Recife	400.000
Liga Protetora da Infância Desvalida	300.000
Leia-se:	
Liga Protetora da Infância Desvalida, mantenedora do Patrona- to Padre Machado	700.000
21) <i>Rio de Janeiro</i>	
Onde se lê:	
Abrigo Furquim — Vassouras	80.000
Asilo Santos Anjos — Vassouras	25.000
Leia-se:	
Asilo Furquim — Vassouras	105.000
23) <i>Rio Grande do Sul</i>	
Onde se lê:	
Colégio N. S. Auxiliadora, mantido pela Congregação de N. S. para assistência ao menor — Irai	20.000
Instituto de Assistência e Proteção à Infância — Pôrto Alegre .	40.000
Instituto de Proteção à Infância — Pôrto Alegre	20.000
Mitra Arquidiocesana de Pôrto Alegre, para a Casa do Menor Delinqüente	245.200
Mitra Arquidiocesana de Pôrto Alegre, para o Abrigo de Menor Transviado — Viamão	100.000
Leia-se:	
Escola N. S. do Bom Conselho, mantida pela Congregação de Nossa Senhora, para assistência ao Menor — Irai	20.000
Instituto de Assistência e Proteção à Infância — Pôrto Alegre	60.000
Mitra Arquidiocesana de Pôrto Alegre, para a Casa do Menor Delinqüente	345.200
24) <i>Santa Catarina</i>	
Onde se lê:	
Colégio Servos de Maria — Turvo	31.400
Educandário N. S. das Dôres — Turvo	200.000

Leia-se:	
Educandário Nossa Senhora das Dóres — Turvo	231.400
25) São Paulo	
Onde se lê:	
Orfanató São Vicente de Paulo — Baurú	145.309
Leia-se:	
Sociedade Beneficente Vila Vicentina — Baurú	145.309

Subanexo 4.19 — Ministério da Saúde

Demonstração das Despesas por unidades (Total).

Onde se lê:

3.159.713.040;

Leia-se:

3.159.713.044.

05.04.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais).

Total da Consignação 2.1.00

Onde se lê:

614.931.200;

Leia-se:

614.931.600.

Total Geral.

Onde se lê:

739.252.200;

Leia-se:

767.571.600.

08 — Departamento Nacional da Criança.

08.02 — Delegacias Federais da Criança.

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Total da Consignação.

Onde se lê:

134.650;

Leia-se:

172.650.

09.04 — Serviço Nacional do Câncer.

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignações:

2.1.03 — Subvenções Extraordinárias.

Onde se lê:

Hospitais de: Bagé, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e	2.000.000
Cruz Alta (Santa Lúcia) — Rio Grande do Sul	2.000.000

Leia-se:

Hospitais de: Bagé, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e Cruz Alta (Santa Lúcia) — Rio Grande do Sul	2.000.000
---	-----------

09 — Departamento Nacional de Saúde.

09.01 — Departamento Nacional de Saúde (Órgão Central e Delegacias).

Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social.

Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.

Subconsignação 3.1.01 — Serviços de Saúde e Higiene.

Onde se lê:

- | | |
|--|-----------|
| 8) Para instalação e elaboração de projetos de sistemas públicos de abastecimento de água, em pequenas cidades, a cargo do SESP, mediante regime de cooperação com os Estados e Municípios; ... etc. | |
| 13) Elaboração de plano diretor de melhoramentos, inclusive rede de abastecimento de água, de esgotos sanitários e pluviais ... etc. | 5.000.000 |

Leia-se:

- | | |
|---|-----------|
| 8) Para instalação e elaboração de projetos de sistemas públicos de abastecimento de água, em pequenas cidades, em regime de cooperação com os Estados ou Municípios; e | |
| 13) Elaboração de plano diretor de melhoramentos: obras de abastecimento de água, de esgotos sanitários e pluviais e construção de hotéis-balneários, nas estâncias de águas termominerais, tudo em regime de cooperação com os Estados ou Municípios | 5.000.000 |

Subvenções Ordinárias

08) *Espírito Santo*

Onde se lê:

Hospital São Batista de Marapé-Cachoeiro de Itapemirim	30.000
--	--------

Leia-se:

Fundação de Assistência Social São João Batista, com sede em Marapé — Cachoeira de Itapemirim	30.000
---	--------

10) *Goiás*

Onde se lê:

Associação de Proteção à Infância e à Maternidade — Rio Verde	60.000
---	--------

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — Rio Verde	60.000
---	--------

21) *Rio de Janeiro*

Onde se lê:

Associação Mantenedora do Hospital Regional de Mangaratiba	150.000
--	---------

Leia-se:

Associação Mantenedora do Hospital de Mangaratiba	150.000
---	---------

23) *Rio Grande do Sul*

Onde se lê:

Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, para o Hospital de Rio Pardo	12.000
Hospital N. S. das Graças — Herval do Sul	40.000
Santa Casa de Misericórdia — Bagé	20.000

Leia-se:

Irmandade de Caridade do Senhor Bom Jesus dos Passos, para o Hospital dos Passos — Rio Pardo	12.000
Hospital N. S. da Glória — Herval do Sul	40.000
Santa Casa de Caridade — Bagé	20.000

24) *Santa Catarina*

Onde se lê:

Hospital Senhor Bom Jesus — Araranguá	35.000
---	--------

Leia-se:

Hospital Bom Pastor — Araranguá	35.000
---------------------------------------	--------

*Subvenções Extraordinárias*07) *Distrito Federal*

Onde se lê:

Dispensário S. Vicente de Paulo — Av. Mem de Sá	75.000
---	--------

Leia-se:

Dispensário Irmã Paula — Av. Mem de Sá	75.000
--	--------

08) *Espírito Santo*

Acrescente:

Fundação de Assistência Social S. João Batista — Marapé — Cachoeiro de Itapemirim	40.000
---	--------

Onde se lê:

Hospital de Muqui	80.000
-------------------------	--------

Leia-se:

Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância — Muqui	80.000
--	--------

14) *Minas Gerais*

Onde se lê:

Santa Casa de Misericórdia — Bambu	20.000
--	--------

Leia-se:

Santa Casa de Misericórdia — Bambuí	20.000
---	--------

16) *Paraíba*

Onde se lê:

Associação de Proteção à Infância e Maternidade de N. S. de Fátima — Itaporanga	650.000
---	---------

Leia-se:

Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância Nossa Senhora de Fátima — Itaporanga	650.000
--	---------

23) *Rio Grande do Sul*

Onde se lê:

Associação de Proteção à Infância — Pôrto Alegre	20.000
Hospital N. S. dos Remédios — 5º Distrito de Júlio de Castilhos	20.000
Hospital Santa Filomena — Ibiacá — Lagoa Vermelha	20.000
Hospital Santa Filomena — Sociedade Beneficente de Itabaiçã — Sananduva	50.000
Hospital Santa Filomena — Tapejara	20.000
Hospital São Pedro Canisio — Cai	10.000
Hospital São Salvador — Montenegro	40.000
Instituto de Assistência e Proteção à Infância — Pôrto Alegre ..	30.000
Lactário de Mina dos Ratos — São Jerônimo	10.000
Santa Casa de Bagé	150.000
Santa Casa de Misericórdia — Bagé	20.000
Santa Casa de Olimpo — Arroio Grande	40.000
Santa Casa — Vila Olimpo — Arroio Grande	10.000

Leia-se:

Associação de Assistência ao Menor — Lactário das Minas de Arrôio dos Ratos — São Jerônimo	10.000
Hospital N. S. dos Remédios — Quevedos — Júlio de Castilhos	20.000
Hospital Santa Filomena — Ibiacá — Sananduva	90.000
Hospital São Pedro Canisio — Bom Princípio — Cai	10.000
Hospital São Salvador — mantido pela Sociedade de Educação e Caridade — São Salvador — Montenegro	40.000
Instituto de Assistência e Proteção à Infância — Pôrto Alegre ..	50.000
Santa Casa de Misericórdia — Bagé	170.000
Santa Casa de Olimpo — Arroio Grande	50.000

Subanexo 4.19 — Ministério da Saúde — Subvenção ordinárias.

15 — Paraíba

Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância de Brejo da Cruz	50.000
Sociedade dona Jondina Melo de Proteção à Maternidade e à Infância de Brejo da Cruz de Brejo da Cruz	100.000

Diga-se:

Sociedade Dona Jondina Melo de Proteção à Maternidade e à Infância de Brejo da Cruz	150.000
---	---------

Ministério da Saúde — Subvenção extraordinária — Piauí.

Onde se lê:

Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância — União	50.000
--	--------

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da União	50.000
Ministério da Saúde — Subvenções ordinárias — Piauí,	
Sociedade de Proteção .. Maternidade e à Infância — União ..	25.000

Leia-se:

Associação de Proteção à Maternidade e à Infância — União ..	25.000
--	--------

Subanexo 4.21 — Ministério da Viação e Obras Públicas

Onde se lê:

Total da Verba 1.0.00	4.078.829.122
-----------------------------	---------------

Leia-se:

Total da Verba 1.0.00	4.079.889.122
Demonstração da Despesa por Unidades	

Onde se lê:

04.03.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)	
Total	3.605.508.903

Leia-se:

04.03.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)	
Total	3.605.908.903

04.03.02 — Divisão do Orçamento (Encargos Gerais)

Verba 2.0.00 — Transferências

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções

Subconsignações:

2.1.01 — Auxílios

2 — Entidades autárquicas

1) D. N. E. R.

1) Para estudos, projetos, prosseguimento etc.

2) Outras rodovias

02) Alagoas

Onde se lê:

14) Rodovia Viçosa-Br. 26	2.000.000
---------------------------------	-----------

Leia-se:

14) Rodovia Viçosa-BR. 26	1.000.000
---------------------------------	-----------

06) Ceará

Onde se lê:

30) Rodovia Itapipoca-Araraú etc.	1.000.000
--	-----------

Leia-se:

30) Rodovia Itapipoca-Acaraú, etc.	1.000.000
---	-----------

09) Goiás

Onde se lê:

11) Construção da ponte sobre o Rio Olho d'Água, entre Carmo do Rio Verde e Deolândia	800.000
---	---------

Leia-se:

11) Construção da ponte sobre o Rio Olho d'Água, entre Carmo do Rio Verde e Diolândia	800.000
---	---------

14) Minas Gerais

Onde se lê:

56) Ponte sobre o Rio Preto, etc	1.500.000
--	-----------

Leia-se :	
56) Ponte sôbre o Rio da Prata, etc.	1.500.000
17) <i>Paraná</i>	
Onde se lê :	
7) Ponte do Atuba, em Curitiba	5.000.000
Leia-se :	
7) Ponte sôbre o Rio Belém, na BR-2, em Curitiba	5.000.000
25) <i>São Paulo</i>	
Onde se lê :	
3) Rodovia Itatitaba-Valinhos	2.000.000
Leia-se :	
3) Rodovia Itatitaba-Valinhos	2.000.000
27) <i>Diversos</i>	
Onde se lê :	
Total	927.700.000
Leia-se :	
Total	935.200.000
2) Comissão de Marinha Mercante	
1) Dotações a serem distribuídas etc.	
8) Navegação Fluvial do Maranhão	
Onde se lê :	
10) Transporte Nicolau Sanaia, etc.	100.000
Leia-se :	
10) Transporte Nicolau Sanaia, etc.	100.000
17) Navegação Fluvial no Estado do Amazonas	
Onde se lê :	
17) Djalma Pereira de Andrade, do Rio Purus	150.000
Leia-se :	
17) Djalma Pereira de Andrade e Irmãos, Rio Purus, de Zafica à Bôca do Acre	150.000
Verba 4.0.00 — Investimentos	
Consignação 4.1.00 — Obras	
Subconsignações :	
4.1.01 — Estudos e projetos	
27) <i>Diversos</i>	
Onde se lê :	
1) Elaboração do plano diretor de melhoramentos das estâncias de águas termominerais, etc.	5.000.000

Leia-se :

1) Elaboração de plano diretor de melhoramentos das estações de águas termominerais, em regime de cooperação com os Estados ou Municípios, inclusive os planos de urbanismo e rodoviário de acesso aos sítios de passeios; obras de saneamento; circuito rodoviário; obras postais-telegráficas e extensão de linhas telegráficas	5.000.000
06 — Departamento dos Correios e Telégrafos	
Despesas de Capital	
Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social	
Consignação 3.1.00 — Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Subconsignações :	
3.1.16 — Plano Postal Telegráfico (Lei nº 498, de 28 de novembro de 1948)	
5) Para atender, etc.	
06) Ceará	
Onde se lê :	
4) Ligação telegráfica Campos Sales-Quizariú	100.000
Leia-se :	
4) Ligação telegráfica Campos Sales-Quixariú	100.000
10) Goiás	
Onde se lê :	
12) Portalina	300.000
Leia-se :	
12) Pontalina	300.000
22) Rio Grande do Norte	
Onde se lê :	
16) Linha telefônica de Nova Cruz ao Retiro de São Bento .	50.000
Leia-se :	
16) Linha telefônica de Nova Cruz ao Distrito de São Bento Departamento Nacional de Obras de Saneamento	50.000
Verba 4.0.00 — Investimentos	
Consignação 4.1.00 — Obras	
Subconsignações:	
4.1.03 — Prosseguimento e conclusão de obras	
Onde se lê :	
26) Sergipe	8.800.000
Leia-se :	
26) Sergipe	12.000.000

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
Verba 3.0.00 — Desenvolvimento Econômico e Social
Consignação 3.2.00 — Dispositivos Constitucionais
Subconsignações:

3.2.01 — Defesa contra as secas do Nordeste, etc.

2) Construções

16) *Paraíba*

Onde se lê :

9) Açudes públicos Curimatã, Lagoa do Meio e Riacho de Santo Antônio	8.000.000
--	-----------

Leia-se :

9) Açudes públicos Curimataú, Lagoa do Meio e Riacho de Santo Antônio	8.000.000
---	-----------

22) *Rio Grande do Norte*

Onde se lê :

14) Rodovia Caiacó, etc	1.500.000
-------------------------------	-----------

Leia-se :

14) Rodovia Caicó, etc.	1.500.000
------------------------------	-----------

Anexo 5 — Poder Judiciário

Subanexo 5.06 — *Justiça do Distrito Federal*

No quadro

02 — *Justiça dos Territórios*

Onde se lê :

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Total	13.792
-------------	--------

Leia-se :

Verba 1.0.00 — Custeio

Consignação 1.5.00 — Serviços de Terceiros

Total	20.392
-------------	--------

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1956; 135º da Independência e 68º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Nereu Ramos.

Henrique Lott.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Mário Meneghetti.

Clóvis Salgado.

Maurício de Medeiros.

proj 945/56

LEI N.º 3.053 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Prorroga, até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença prévia a que se refere a Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica prorrogada, até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença a que está subordinado o intercâmbio comercial com o exterior, nos termos da Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, prorrogada na forma da Lei n.º 2.410, de 29 de janeiro de 1955, e da Lei n.º 2.807, de 28 de junho de 1956.

Art 2.º Vetado.

Art. 3.º Vetado.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 4.º Vetado.

Art. 5.º Vetado.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, inclusive quanto à sua obrigatoriedade nos Estados estrangeiros, ficando revogado; para esse único efeito, o disposto no § 1.º do art. 1.º do Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

José Carlos de Macedo Soares

LEI N.º 3.054 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 3.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Serra, no Estado do Espírito Santo, e de Picuí, no Estado da Paraíba, nos festejos comemorativos do IV e I centenários daquelas cidades.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros) e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxiliar às Prefeituras Municipais de Serra, no Estado do Espírito Santo, e de Picuí, no Estado da Paraíba, nos festejos comemorativos do IV e I centenários daquelas cidades, ocorridos em 26 de julho e 3 de outubro de 1956.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clóvis Salgado.

José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.055 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio 1954-1958

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá compreende 4 (quatro) comarcas, 5 (cinco) municípios e 17 (dezessete) distritos, de conformidade com o

quadro e a descrição de limites, aos quais se refere o art. 6.º desta lei.

§ 1.º O governador do Território poderá dividir os distritos municipais em subdistritos, submetendo o ato, *a posteriori*, à aprovação do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que ouvirá, sobre o assunto, o Conselho Nacional de Geografia, e criar, dentro dos subdistritos, circunscrições especiais para efeitos do registro civil de pessoas naturais (arts. 163 e 164 do decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944).

§ 2.º Poderá o governador do Território baixar atos interpretativos das linhas divisórias interdistritais para sua caracterização sobre o terreno, desde que, da interpretação, não resulte o deslocamento de qualquer cidade ou vila do seu âmbito municipal ou distrital.

§ 3.º O termo de Calçoene pertence à comarca de Amapá.

Art. 2.º A solenidade inaugural do novo quadro territorial realizar-se-á no dia primeiro do mês seguinte àquele em que esta lei entrar em vigor e obedecerá ao ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia.

Art. 3.º O quadro territorial fixado nesta lei vigorará até 31 de dezembro de 1958.

§ 1.º O governador do Território providenciará para a elaboração do projeto de novo quadro territorial, a vigorar no quinquênio 1959-1963, de conformidade com o disposto nos decretos-leis n.ºs 311, de 2 de março de 1938, e 5.901, de 21 de outubro de 1943.

§ 2.º Se o novo quadro territorial não tiver sido aprovado até 31 de dezembro de 1958, ficará, automaticamente, prorrogada a vigência do quadro que acompanha a presente lei, até que o novo quadro entre em vigor.

Art. 4.º É concedida, para o patrimônio da Prefeitura Municipal de Calçoene, uma área de 4.356 hectares de terreno devoluto, situado no município de Amapá.

§ 1.º Na sua medição e demarcação, que serão efetuadas pelo governo do Território, por intermédio da Divisão de Terras e Colonização, garantir-se-ão os direitos de propriedade particular, bem como os de posse legalmente registrada.

§ 2.º A Prefeitura Municipal de Calçoene entrará na posse e domínio imediato daquela área independentemente de qualquer outra formalidade.

Art. 5.º São criados, sem ônus para os cofres públicos, os seguintes cargos de justiça do Território:

a) 4 (quatro) juizes de paz dos distritos de Cunani, Lourenço, Sucuriju e Serra do Navio;

b) 4 (quatro) escrivães dos juizes de paz dos distritos de Cunani, Lourenço, Sucuriju e Serra do Navio.

Parágrafo único. Os serventuários de que trata a letra b. dêste artigo exercerão, além das funções próprias, a de tabellião de notas e de oficial do registro civil das pessoas naturais, nos termos do § 2.º do art. 5.º do decreto-lei n.º 6.887, de 21 de setembro de 1944.

Art. 6.º São os seguintes o quadro e a descrição dos limites citados no art. 1.º desta lei :

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ.
PARA O QUINQUÊNIO 1954 — 1958

CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE JUDICIÁRIAS				CIRCUNSCRIÇÕES EXCLUSIVAMENTE ADMINISTRATIVAS		CIRCUNSCRIÇÕES SIMULTANEAMENTE ADMINISTRATIVAS E JUDICIÁRIAS		SEDES DAS CIRCUNSCRIÇÕES		
COMARCAS		TÉRMOIS		MUNICÍPIOS		DISTRITOS				
N.º de ordem	Nome	N.º de ordem	Nome	N.º de ordem	Nome	N.º de ordem	Nome	N.º de ordem	Categoria	
1	AMAPÁ	1	AMAPÁ (1)	1	AMAPÁ (2)	1	Amapá (3)	1	Amapá	Cidade
—	—	2	CALÇOENE (6)	2	CALÇOENE (7)	2	Aporema (4)	2	Aporema	Vila
						3	Sucuriçu (5)	3	Sucuriçu	Vila
						4	Calçoene (8)	4	Calçoene	Cidade
						5	Cunani (9)	5	Cunani	Vila
						6	Lourenço (10)	6	Lourenço	Vila
2	MACAPÁ	3	MACAPÁ	3	MACAPÁ	7	Macapá	7	Macapá	Cidade
3	MAZAGÃO	4	MAZAGÃO	4	MAZAGÃO	8	Bailique	8	Bailique	Vila
						9	Ferreira Gomes	9	Ferreira Gomes	Vila
						10	Pôrto Grande (11)	10	Pôrto Grande	Vila
						11	Serra do Navio (12)	11	Serra do Navio	Vila
						12	Mazagão	12	Mazagão	Cidade
4	OIAPOQUE	5	OIAPOQUE	5	OIAPOQUE	13	Bôca do Jari	13	Bôca do Jari	Vila
						14	Mazagão Velho	14	Mazagão Velho	Vila
						15	Oiaoque	15	Oiaoque	Cidade
						16	Clevelândia do Norte	16	Clevelândia do Norte	Vila
						17	Vila Velha	17	Vila Velha	Vila

- (1) Perdeu terras para formar o novo Termo de Calçoene.
 (2) Perdeu terras para formar o novo Município de Calçoene.
 (3) Perdeu terras para formar o novo Município de Calçoene.
 (4) Perdeu terras para formar o novo Distrito de Sucuriçu.
 (5) Criado com sede no povoado do mesmo nome, com terras desmembradas do Distrito Aporema.
 (6) Criado com sede na cidade de Calçoene, com terras desmembradas do Termo de Amapá.

- (7) Criado com sede na cidade do mesmo nome, com terras desmembradas do Município de Amapá.
 (8) Ganhou terras do Município de Amapá.
 (9) Criado com sede no Povoado de Vila Cunani.
 (10) Criado com sede no Povoado de Lourenço.
 (11) Perdeu terras para formar o novo Distrito de Serra do Navio.
 (12) Criado com sede no povoado do mesmo nome, com terras desmembradas do Distrito de Pôrto Grande.

LIMITES MUNICIPAIS E DIVISAS INTERDISTRITAIS, EM QUE SE BASEIA O QUADRO TERRITORIAL ADMINISTRATIVO E JUDICIÁRIO DO TERRITÓRIO DO AMAPÁ

MUNICÍPIO DE AMAPÁ

a) Limites Municipais

1. Com o Município de Macapá.

— Começa na foz do Rio Araguari, no Oceano Atlântico; segue pelo referido Rio Araguari até a confluência do Rio Mutum.

2 — Com o Município de Calçoene

— Começa na foz do Rio Mutum, no Rio Araguari. Dêste ponto, por uma reta, atinge o divisor de águas dos Rios Calçoene, Amapá Grande, Flechal, Falsino e Mutum; segue pelo referido divisor até alcançar as nascentes principais do Rio Amapá Grande, pelo qual prossegue até a sua foz no Oceano Atlântico.

3 — Com o Oceano Atlântico

— Começa no Rio Amapá Grande em sua foz, no Oceano Atlântico; segue pela costa rumo sul, até a foz do Rio Araguari, abrangendo as Ilhas Maracá, Jipioca e tôdas as demais do percurso.

b) Divisas Interdistritais

1 — Entre os Distritos de Amapá e Sucuriçu.

— Começa na extremidade sul da Ilha Jipioca, deixando esta para o Distrito de Amapá e segue na direção da foz do Rio Macari Grande, no Canal de Maracá ou de Carapaporis; prossegue pelo Rio Macari Grande a montante, até a barra do afluente da margem direita dêste, cêrca de 24 km da sua foz.

2 — Entre os Distritos de Amapá e Aporema

— Começa cêrca de 24 km da foz do Rio Macari Grande na embocadura do seu afluente da margem direita; prossegue pelo citado Rio Macari Grande até suas nascentes, no Lago Jacá; segue em direção ao Lago Duas Bôcas, até alcançar a foz do Rio Tartarugal Grande; sobe por êste rio até a sua cabeceira, daí por uma linha reta alcança a foz do Rio Falsino, no Rio Araguari.

3 — Entre os Distritos de Aporema e Sucuriçu

— Começa na foz do afluente da margem direita do Rio Macari Grande, cêrca de 24 km da embocadura dêste último; segue por êsse afluente, a montante, rumo sul até a barra de um tributário seu pela margem esquerda; por êste tributário, a montante, até sua nascente e desta, por uma linha reta que passa entre

os Lagos Comprido e Mutucu, alcança a foz do afluente do Rio Araguari, entre a localidade de Camaleão a montante e a ilha de igual nome, a jusante do mesmo rio.

MUNICÍPIO DE CALÇOENE

a) Limites Municipais

1 — Com o Município de Amapá

— Começa na foz do Rio Amapá Grande, no Oceano Atlântico e segue pelo álveo do mesmo Rio Amapá Grande, até a sua nascente principal, de onde, por uma reta, alcança o divisor de águas das vertentes dos Rios Calçoene, Amapá Grande, Flechal, Falsino e Mutum; segue pelo referido divisor até alcançar a nascente principal do dito Rio Mutum, pelo qual desce até a sua foz no Rio Araguari.

2 — Com o Município de Macapá

— Começa na foz do Rio Mutum, no Rio Araguari, e segue pelo citado Rio Araguari até a sua cabeceira principal; daí, por uma linha reta, alcança o divisor de águas do Rio Araguari e a vertente direita do Rio Oiapoque.

3 — Com o Município de Oiapoque

— Começa no divisor de águas do Rio Araguari e a vertente direita do Rio Oiapoque, no ponto mais próximo à cabeceira principal do Rio Araguari; segue pelo referido divisor até alcançar a cabeceira principal do Rio Cassiporé; daí, segue pelo Rio Cassiporé abaixo até a sua foz, no Oceano Atlântico.

4 — Com o Oceano Atlântico

— Começa na foz do Rio Cassiporé; segue pela costa, rumo sul, até a foz do Rio Amapá Grande.

b) Divisas Interdistritais

1 — Entre os Distritos de Calçoene e Cunani

— Começa na foz do Rio Cunani, no Oceano Atlântico; segue pelo citado Rio Cunani, até suas nascentes principais.

2 — Entre os Distritos de Calçoene e Lourenço

— Começa na cabeceira principal do Rio Cunani e, por uma reta, alcança a cabeceira do Igarapé que deságua no Rio Calçoene, pela margem esquerda, a jusante da foz do Rio Carnot, cerca de 6 km. Segue pelo aludido Igarapé água abaixo até a sua foz no Rio Calçoene e prossegue por este até as suas nascentes principais; destas, por uma reta, alcança as nascentes principais do Rio Mutum.

3 — Entre os Distritos de Cunani e Lourenço

— Começa na nascente mais ocidental do Rio Cunani, de onde, em direção aproximada NNE e por uma linha geodésica de cerca de 10 km, atinge a nascente mais ocidental do afluente da margem direita do Rio Cassiporé; por este afluente, em direção geral Norte, até sua barra no referido Rio Cassiporé.

MUNICÍPIO DE MACAPÁ

a) Limites municipais

1 — Com o Município de Mazagão

— Começa na linha de limites do Território com o Estado do Pará, em frente à foz do Rio Anauerapucu ou Vila Nova, no Rio Amazonas; segue pelo referido Rio Anauerapucu ou Vila Nova acima, deixando para Mazagão a Ilha dos Barreiros, até a sua cabeceira principal; daí, alcançando o divisor de águas da vertente direita do Rio Amapari, segue pelo referido divisor até entroncar com o divisor de águas que serve de limites entre os Municípios de Macapá e Oiapoque, à altura da cabeceira principal do Rio Matacuera, afluente da margem direita do Rio Oiapoque.

2 — Com o Município de Oiapoque

— Começa no divisor de águas do Rio Araguari e à vertente direita do Rio Oiapoque, à altura da cabeceira principal do Rio Matacuera; segue pelo referido divisor até defrontar a cabeceira principal do Rio Araguari.

3 — Com o Município de Calçoene

— Começa no divisor de águas e vertente direita do Rio Oiapoque e o Rio Araguari, em frente à cabeceira principal deste último; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira principal do referido Rio Araguari, pelo qual desce até a foz do Rio Mutum.

4 — Com o Município de Amapá

Começa na foz do Rio Mutum, no Rio Araguari, e segue por este último, até a sua foz no Oceano Atlântico.

5 — Com o Oceano Atlântico

— Começa na foz do Rio Araguari, segue pela costa até confrontar com a boca setentrional do Rio Amazonas, ao sul do Arquipélago do Bailique.

6 — Com o Estado do Pará

— Começa no Oceano Atlântico, ao sul do Arquipélago do Bailique; segue pelos limites do Território com o Estado do Pará, fixado em lei, até defrontar a foz do Rio Anauerapucu ou Vila Nova.

b) Divisas Interdistritais

1 — Entre os Distritos de Macapá e Bailique.

— Começa na linha de limites do Território com o Estado do Pará, ao sul da Ilha Curuá, pertencente ao Arquipélago de Bailique; segue por uma linha reta, até a foz do Rio Aruá ou Jupati, pelo qual sobe até sua cabeceira; daí, por uma linha reta, alcança a cabeceira do Rio Gurijuba.

2 — Entre os Distritos de Macapá e Ferreira Gomes

— Começa na cabeceira do Rio Gurijuba; segue por uma linha reta, até atingir a cabeceira principal do Rio Macacoari, continua por outra linha reta até alcançar a cabeceira do Rio Branco, pelo qual desce até a sua foz, no Rio Matapi; segue pelo Rio Matapi acima, até encontrar o seu primeiro afluente, a montante da localidade denominada Pôrto Limão.

3 — Entre os Distritos de Macapá e Pôrto Grande

— Começa no Rio Anauerapucu ou Vila Nova, na foz do Igarapé Gaivota; sobe pelo Igarapé Gaivota até sua cabeceira; daí continua por outra reta até alcançar a primeira confluência, no Rio Matapi, a montante da localidade denominada Pôrto Limão.

4 — Entre os Distritos de Bailique e Ferreira Gomes

— Começa na cabeceira do Rio Gurijuba; segue pelo paralelo da cabeceira do Rio Gurijuba até sua intersecção com o Rio Araguari.

5 — Entre os Distritos de Pôrto Grande e Ferreira Gomes

— Começa na primeira confluência, no Rio Matapi, a montante da localidade denominada Pôrto Limão; segue por uma linha reta até a foz do primeiro afluente da margem direita do Rio Araguari, a jusante da Vila de Pôrto Grande.

6 — Entre os Distritos de Pôrto Grande e Serra do Navio

— Começa na confluência do Rio Amapari com o Rio Araguari; segue pelo referido Rio Amapari acima, até a foz do Rio Cupixi, pelo qual sobe, até as suas nascentes; destas, por uma linha geodésica leste-oeste, alcança os limites intermunicipais.

MUNICÍPIO DE MAZAGÃO

a) Limites Municipais

1 — Com o Estado do Pará

— Começa no álveo do Rio Amazonas, em frente à foz do Rio Anauerapucu ou Vila Nova; segue pela linha de limites do Território, fixada em lei, até as fronteiras do Brasil com a Guiana Holandesa.

2 — Com as Guianas Holandesa e Francesa

— Começa na intersecção do meridiano da cabeceira principal do Rio Jari com a linha de fronteira entre o Brasil e as Guianas Holandesa e Francesa; segue por esta linha até alcançar a cabeceira do Rio Oiapoque.

3 — Com o Município de Oiapoque

— Começa na cabeceira do Rio Oiapoque, na linha de limites internacionais do Brasil; segue pelo divisor de águas da vertente direita do Rio Oiapoque, até alcançar o ponto comum das divisas intermunicipais Macapá-Oiapoque e Macapá-Mazagão, à altura da cabeceira principal do Rio Matacuera.

4 — Com o Município de Macapá

— Começa no divisor de águas da vertente direita do Rio Oiapoque à altura da cabeceira principal do Rio Matacuera; daí, alcança o divisor de águas da vertente direita do Rio Amapari, pelo qual segue até alcançar a cabeceira principal do Rio Anauerapucu ou Vila Nova; segue pelo Rio Anauerapucu ou Vila Nova abaixo até sua foz, no Rio Amazonas; daí, alcança a linha de limites do Território com o Estado do Pará.

b) Divisas Interdistritais

1 — Entre os Distritos de Mazagão e Mazagão Velho

— Começa na foz do Igarapé Piracunema; sobe por este Igarapé até a sua cabeceira; daí, alcança o divisor de águas entre as vertentes esquerda do Rio Mazagão e direita do Rio Anauerapucu ou Vila Nova, pelo qual segue até atingir o divisor de águas das vertentes esquerda do Rio Maracá e direita do mesmo Anauerapucu ou Vila Nova; segue por este divisor, contornando as cabeceiras do Rio Anauerapucu ou Vila Nova, até a linha de limites do Município.

2 — Entre os Distritos de Mazagão Velho e Bôca do Jari

— Começa na foz do Rio Cajari; segue pelo Rio Cajari acima até sua cabeceira principal; daí, alcança o divisor de águas das vertentes esquerda do Rio Iratapuru e direita do Rio Maracá, pelo qual segue até alcançar a linha de limites entre os Municípios de Mazagão e Macapá.

MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

a) Limites Municipais

1 — Com a Guiana Francesa

— Começa na cabeceira do Rio Oiapoque; segue pelos limites internacionais do Brasil até a foz do mesmo Oiapoque, no Oceano Atlântico.

2 — Com o Oceano Atlântico

— Começa na foz do Rio Oiapoque; segue pela costa até a foz do Rio Cassiporé.

3 — Com o Município de Calçoene

— Começa na foz do Rio Cassiporé, no Oceano Atlântico; segue pelo Rio Cassiporé até a sua cabeceira principal; daí, alcança o divisor de águas da vertente direita do Rio Oiapoque e o Rio Araguari, pelo qual segue até defrontar a cabeceira principal dêste último.

4 — Com o Município de Macapá

— Começa no divisor de águas da vertente direita do Rio Oiapoque e o Rio Araguari, em frente à cabeceira principal dêste rio; segue pelo referido divisor até alcançar o ponto comum dos limites intermunicipais Macapá-Mazagão e Mazagão-Oiapoque, à altura da cabeceira principal do Rio Matacuera.

5 — Com o Município de Mazagão

— Começa no divisor de águas da vertente direita do Rio Oiapoque e o Rio Araguari, no ponto comum dos limites intermunicipais Oiapoque-Macapá e Macapá-Mazagão, à altura da cabeceira principal do Rio Matacuera; segue pelo referido divisor até defrontar a cabeceira do Rio Oiapoque, na linha de limites internacionais do Brasil.

b) Divisas Interdistritais

1 — Entre os Distritos de Oiapoque e Clevelândia do Norte (ex-Clevelândia)

— Começa no Rio Oiapoque, na foz do Rio Pontanari; segue pelo Rio Pontanari acima até a sua cabeceira; segue pelo paralelo da cabeceira do Rio Pontanari até alcançar o Rio Curipi, pelo qual sobe até sua cabeceira; daí, por uma linha reta, alcança a cabeça do Rio Arucauá.

2 — Entre os Distritos de Oiapoque e Vila Velha

— Começa na foz do Rio Uaçá; sobe pelo Rio Uaçá até a foz do Rio Arucauá; segue pelo Rio Arucauá acima até sua cabeceira.

3 — Entre os Distritos de Clevelândia do Norte (ex-Clevelândia) e Vila Velha

— Começa na cabeceira do Rio Arucauá; dêsse ponto alcança o divisor de águas das vertentes direita do Rio Oiapoque e esquerda do Rio Cassiporé, pelo qual segue até encontrar a linha de limites entre os Municípios de Oiapoque e Amapá.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHK

Nereu Ramos

proj. 1063/56

LEI N.º 3.056 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar as despesas com a realização da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) para auxiliar as despesas com a realização, em 21 e 24 de abril de 1955, da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios, em Guarujá, no Estado de São Paulo.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

progr. JUSCELINO KUBITSCHKE.

Clóvis Salgado.

182/55 José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.057 -- DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado às despesas com o aperfeiçoamento e à inspeção dos serviços fazendários ... (vetado).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinado às despesas com o aperfeiçoamento e à inspeção dos serviços fazendários inclusive pessoal e material.

Art. 2.º O crédito de que trata o art. 1.º será registrado e distribuído, automaticamente, pelo Tribunal de Contas ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Vetado.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmin.

LEI N.º 3.058 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil federal corresponderá, a contar de 1.º de janeiro de 1947, à quadragésima quinta parte dos seus vencimentos ou proventos, e a pensão mensal devida aos herdeiros será igual a quinze vezes a referida contribuição.

Parágrafo único. Os Ministros em inatividade poderão descontar mensalmente quota igual à dos que estejam em atividade, desde que o requeriram, por escrito, até seis meses depois da data em que entrar em vigor a presente lei, a Diretoria da Despesa Pública do Tesouro Nacional, ficando assegurada aos seus herdeiros a pensão mensal correspondente a contribuição.

Art. 2.º É extensiva aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, bem como aos Ministros do Tribunal de Contas e aos do Tribunal Federal de Recursos, ainda que aposentados, uns e outros, e ao Procurador Geral do Tribunal de Contas a faculdade de se inscreverem no mencionado montepio, nos termos do art. 1.º do Decreto n.º 5.137, de 5 de janeiro de 1927, observados, quanto à contribuição e a pensão mensal dos herdeiros, o disposto no art. 1.º e, quanto ao processo da

inscrição, e legislação especial em vigor.

Art. 3.º As pensões de qualquer espécie concedidas aos herdeiros dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, já falecidos, estivessem em atividade ou inatividade, na ocasião da morte, serão calculadas na base das contribuições fixadas no art. 1.º tendo-se em vista a tabela II, relativa aos vencimentos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, anexa à Lei n.º 409, de 28 de novembro de 1943, retificando-se ou apostilando-se os títulos já expedidos e fazendo-se o desconto em Jozé prestações mensais da diferença das contribuições.

Art. 4.º Com a maioria ou morte dos filhos, a parte da pensão que lhes for correspondente, reverterá em benefício da viúva.

Art. 5.º Para a determinação dos proventos de aposentadoria dos Serventuários Titulares de Ofício de Justiça não remunerados pelos correios públicos, e da sua contribuição para os benefícios de família no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (IPASE), observar-se-ão as seguintes bases:

a) quanto aos Tabeliães de Notas, Oficiais de Registros, Escrivães de Varas de Órfãos e Sucessões e de Varas da Fazenda Pública, Avaliadores, Depositários Judiciais, Inventariantes Judiciais e Autor e Testamenteiro Judicial, os vencimentos e vantagens atribuídos ao Diretor Geral da Secretaria do Supremo Tribunal Federal (PJ-1);

b) quanto aos Escrivães das Varas Cíveis, das Varas de Família e da Vara de Registros Públicos, Contadores, Partidores e Liquidante Judicial, os vencimentos e vantagens atribuídos ao Sub-Secretário do Supremo Tribunal Federal (PJ-2).

Art. 6.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

Farsijal Barroso

LEI N.º 3.059 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para a conclusão das obras do Hospital dos Radialistas e aquisição do respectivo equipamento.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado à conclusão das obras do Hospital dos Radialistas, no Distrito Federal, e aquisição do respectivo equipamento.

Art. 2.º O pagamento do auxílio a que se refere o artigo anterior fica condicionado à prestação de contas da importância recebida pela Associação Brasileira de Rádio, em 1954, bem como à manutenção, permanentemente, de um mínimo de 3 (três) leitos gratuitos, para pessoal reconhecidamente pobre.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.

17191 Mauricio de Medeiros.

56 José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.060 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará o crédito especial de Cr\$ 76.993,00 para ocorrer às despesas de gratificações adicionais a funcionários de sua secretaria e de gratificações de natureza eleitoral a juizes e auxiliares de cartório.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

proj

2945/53

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará — o crédito especial de Cr\$ 76.993.00 (setenta e seis mil novecentos e noventa e três cruzeiros), para ocorrer às despesas de gratificações adicionais a funcionários de sua secretaria e de gratificações de natureza eleitoral a juiz e auxiliares de cartório, nos exercícios de 1952 e 1953.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

Clovis Salgado.

José Maria Alkmim.

proj:
1439/57

LEI N.º 3.062 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, e dá outras providências.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º Fica desdobrado o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, criado pelo Decreto-lei número 3.171, de 2 de abril de 1941, em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia.

Parágrafo único. Serão aproveitados, sem ônus para a União os funcionários do atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina, em idênticas funções, nos serviços de que trata este artigo.

Art. 2.º Os Serviços desdobrados de acordo com o art. 1.º têm por objetivo superintender e fiscalizar, no território nacional, diretamente ou por intermédio das Delegacias Federais de Saúde, repartições estaduais e outras autoridades federais e estaduais, tudo que se relacionar, respectivamente, com o exercício da Medicina, Odontologia e Farmácia.

Art. 3.º O Ministro da Saúde baixará, dentro em 120 (cento e vinte) dias, as instruções reguladoras da reorganização dos Serviços de que trata o art. 1.º.

LEI N.º 3.061 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º É concedida, nos termos do art. 17 da Lei n.º 1.254, de 4 de dezembro de 1950, a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal, sendo-lhe atribuída a subvenção anual de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), de acordo com o disposto no art. 16 daquela lei.

Art. 2.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) para atender ao pagamento da subvenção no exercício de 1956.

proj
16721
56

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHER.

4533/54 Mauricio de Medeiros.

LEI N.º 3.063 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Assegura os benefícios da lei n.º 948, de 3 de dezembro de 1949, aos maquinários que vierem a ser desembaraçados mesmo depois de extinto o prazo de que trata o art. 1.º da aquela lei.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos maquinários de que trata a lei n.º 948, de 3 de dezembro de 1949, cuja importação tenha sido pelos órgãos competentes autorizada na sua vigência, são assegurados os benefícios consignados na mesma, salvo a taxa de previdência social ainda que venham a ser desembaraçados depois de extinto o prazo fixado no seu art. 1.º.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 4963/54 JUSCELINO KUBITSCHER
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.064 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para obras e equipamentos necessários ao funcionamento do Centro Pan-americano de Febre Aftosa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros) destinado a realização de obras e aquisição e instalação de equipamentos necessários ao funcionamento do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956 — 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHER
Mário Meneghetti,
1545/56 José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.065 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Estende aos aprendizes-marinheiros os benefícios contidos no Capítulo III (Reforma) da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Aos aprendizes-marinheiros incapacitados fisicamente por sofrerem de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia, câncer, cardiopatia grave, acidente em serviço ou instrução, serão aplicadas as disposições contidas no Capítulo III (Reforma) da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, tendo por base o art. 33 e parágrafos, bem como aos que tiveram baixa do serviço ativo da Armada por iguais motivos.

Parágrafo único. Serão revistos, a requerimento dos próprios interessados, dentro do prazo de 1 (um) ano, os pedidos de reforma anteriores à vigência desta lei, e que hajam sido indeferidos.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHER

Antônio Alves Câmara.

proj. 4989/54

LEI N.º 3 066 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílios aos Colégios da Imaculada Conceição, no Distrito Federal, e Santa Rita, no Estado da Paraíba.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) e de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) como auxílios aos Colégios da Imaculada Conceição, no Distrito Federal, e Santa Rita, da cidade de Areia, no Estado da Paraíba.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE
Clóvis Salgado.
615/55 José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.067 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Promove ao posto ou graduação imediatos os militares incapacitados definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São promovidos ao posto ou graduação imediatos os militares das Forças Armadas incapacitados definitivamente para o serviço ativo, sem poderem prover os meios de subsistência e amparados pelos arts. 300 ou 303 da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951, e n.º 30 da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954, ... Vetado.

Art. 2.º Aplica-se o disposto no art. 1.º aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Art. 3.º Os benefícios concedidos pela presente lei são extensivos aos

militares que estejam reformados nas condições constantes do art. 1.º... Vetado.

Art. 4.º Não se aplicam os benefícios desta lei aos militares que tiverem direito à promoção resultante das Leis ns. 288, de 8 de junho de 1948, 616, de 2 de fevereiro de 1949, 1.156, de 12 de julho de 1950, e 1.267, de 19 de dezembro de 1950.

Art. 5.º Vetado.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE
Nereu Ramos.
438/55 Antônio Alves Câmara.
Henrique Lott.
Henrique Fleiuss.

LEI N.º 3.068 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Concede a pensão especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) mensais a Francisca Silveira Martins.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — É concedida a pensão especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) mensais a Francisca Silveira Martins, filha de Gaspar Silveira Martins, a partir de 1 de Janeiro de 1956.

Art. 2.º — O pagamento da pensão de que trata o art. 1.º correrá à conta da verba orçamentária do Ministério da Fazenda, destinada aos pensionistas da União, e será feito durante toda a vida da beneficiária.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
José Maria Alkmim

proj. 1621/56

LEI N.º 3.069 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Concede os auxílios especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 ao Colégio Adventista Brasileiro e ao Colégio Salesiano N. S. do Carmo, sediados em Santo Amaro e Belém, nos Estados de São Paulo e Pará.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' concedido o auxílio especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) ao Colégio Adventista Brasileiro, com sede em Santo Amaro, Estado de São Paulo, para construção de novos edifícios de seu educandário.

Art. 2.º — A entidade beneficiária deverá requerer o pagamento apresentando o plano de aplicação e prestará contas dentro do prazo de 3 (três) anos após o recebimento do auxílio.

Art. 3.º — E' também concedido o auxílio especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) ao Colégio Salesiano de N. S. do Carmo, sediado em Belém, Estado do Pará.

Art. 4.º — Para cumprimento do disposto nos arts. 1.º e 3.º, é aberto pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros).

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.070 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), para auxílio à II Exposição Municipal de Suínos no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para auxílio à II Exposição Municipal de Suínos realizada, de 21 a 23 de Setembro de 1956, no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de Dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mário Meneghetti.

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.071 — DE 22 DE DEZEMBRO DE
1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 764.912,50, para atender ao pagamento do débito da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e de Serviços Públicos dos Estados da Bahia e de Sergipe.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 764.912,50 (setecentos e sessenta e quatro mil e novecentos e doze cruzeiros e cinquenta centavos) para atender ao pagamento do débito da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e de Serviços Públicos dos Estados da Bahia e de Sergipe, oriundo de diferenças de contribuições nos exercícios de 1938 a 1941.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Lúcio Meira.

José Maria Alkmim.

prog. 1150/49

LEI N.º 3.072 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxílio à Exposição Agro-Industrial de Lages, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para auxílio à Exposição Agro-Industrial de Lages, realizada em março de 1955, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, sob os auspícios da Associação Rural local.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da Independência.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Mário Meneghetti.

proj: 4992/54 José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.073 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponte Grossa.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo Federal autorizado a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros) o Governo do Paraná na realização, no prazo de 5 (cinco) anos, de novos estudos, prosseguimento, conclusão, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponte Grossa.

Parágrafo único. A critério do Governo do Estado do Paraná serão estudadas ramificações ferroviárias, na linha Apucarana-Ponte Grossa, a fim de facilitar o escoamento da produção daquele Estado para os portos e outros centros de exportação.

Art. 2.º Concluídas as obras, cujos projetos obedecerão exigências em vigor no Departamento Nacional de Estrada de Ferro, os Governos Federal e do Estado do Paraná acordarão na melhor forma de exploração e administração da ferrovia, seus ramais e prolongamentos, na forma da legislação vigente.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da Independência.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

Lucio Meira.

proj: 1084/56 José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.074 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

Isenta do imposto de consumo, direitos alfandegários e mais taxas aduaneiras um piano forte de cauda, adquirido pelo Ginásio de Santa Cruz, de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção do imposto de consumo, direitos alfandegários e mais taxas aduaneiras exceto a de previdência social, para um pianoforte de cauda, adquirido pelo Ginásio Santa Cruz, de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, marca "Chappell", de procedência inglesa, embarcado da Inglaterra para o Brasil no navio "Baranca".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

proj: 803/55

LEI N.º 3.075 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com a realização do 1.º Congresso Médico Brasileiro, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$... 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a realização do 1.º Congresso Médico Brasileiro, de 22 a 27 de outubro de 1956, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A impressão dos Anais do Congresso será atendida à conta do crédito especial de que trata este artigo.

Art. 2.º A importância do auxílio concedido nesta lei será entregue à Associação Médica Brasileira, de São Paulo, promotora do 1.º Congresso Médico Brasileiro, a qual fica obrigada a prestar contas das despesas realizadas ao Ministério da Saúde, 120 (cento e vinte) dias após seu término.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE
Maurício de Medeiros
José Maria Alkmim

LEI N.º 3.076 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Define a aplicação do art. 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A expressão "Pensionistas do Tesouro Nacional", consignada na Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952, abrange todos os pensionistas indistintamente que, na qualidade de herdeiros de contribuintes civis ou militares, percebiam até 31 de dezembro de 1955 pensões dos cofres públicos.

Parágrafo único. Os efeitos desta lei retroagem à data da vigência da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. JUSCELINO KUBITSCHKE.
2135/ José Maria Alkmim.

LEI N.º 3.077 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Governo Federal a incorporar ao Patrimônio da União a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Governo Federal autorizado a incorporar ao patrimônio da União, mediante acordo, todos os bens que constituem a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Para execução do disposto no artigo anterior far-se-á o arrolamento e a avaliação dos bens da Faculdade, pertencentes à Sociedade Civil "Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro", bem como a relação de professores e servidores a serem aproveitados.

Art. 3.º A transferência da Faculdade para o patrimônio da União processar-se-á sem nenhuma indenização.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.
Clóvis Salgado.
José Maria Alkmim.

proj. 258/50

Lei N.º 3.078 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

*Modifica disposições da Lei n.º 2.862,
de 4 de setembro de 1956.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º As letras *a* e *b* do § 2.º e o § 6.º do art. 5.º da Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956, passam a ter a seguinte redação:

Art. 5.º
§ 2.º

a) no caso de reavaliação, em 35 (trinta e cinco) prestações iguais e mensais correspondentes a 70% (setenta por cento) do total; os restantes 30% (trinta por cento) serão divididos em 2 (duas) parcelas iguais, adicionadas às duas primeiras prestações;

b) no caso de incorporação de reservas, em 29 (vinte e nove) prestações iguais e mensais, correspondentes a 2/3 (dois terços) do total; o restante 1/3 (um terço) será dividido em duas parcelas iguais, adicionadas às duas primeiras prestações.

§ 6.º A falta de pagamento de qualquer das duas primeiras prestações nos prazos marcados ou a inobservância do disposto no § 1.º dêste artigo, importará na cobrança do imposto devido pela pessoa jurídica e pelas pessoas físicas ou na fonte, segundo as taxas normais".

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHER.

José Maria Alkmim.

proy. 1919/56

LEI N.º 3.079 — DE 22 DE DEZEMBRO
DE 1956

*Cria Caixas Econômicas Federais nos
Territórios Federais do Acre, Amapá,
Rondônia e Rio Branco.*

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Ficam criadas Caixas Econômicas Federais nos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco e autorizados a instalação e o funcionamento dessas instituições de utilidade pública sob regime especial de administração, na forma desta lei.

Art. 2.º As Caixas Econômicas Federais ora criadas gozam de todos os privilégios inerentes às suas congêneres, de acordo com o art. 2.º e seu parágrafo único do Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1934.

Art. 3.º A direção e administração de cada Caixa Econômica referida no art. 1.º serão exercidas diretamente pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais durante o prazo de instalação. Organizados os serviços das respectivas Caixas, para efeito de funcionamento, o Presidente da República nomeará um diretor para cada Caixa, com retribuição que será fixada pelo Conselho Superior, com a aprovação do Ministro da Fazenda.

Parágrafo único — Para efeito de funcionamento, serão consideradas organizadas as Caixas que tiverem renda bastante para manutenção de pessoal próprio e atendimento das despesas de custeio.

Art. 4.º As Caixas que durante 12 (doze) meses continuados mantiverem depósitos superiores a Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) serão classificadas como Caixa de quarta classe, na forma do art. 13, do regimento aprovado pelo Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1934, e passarão a ser dirigidas por um conselho administrativo, composto de 3 (três) membros.

Art. 5.º A classificação a que se refere o artigo anterior, far-se-á por ato do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, previamente autorizado pelo Ministro da Fazenda, condicionada à existência de saldo positivo nos balanços das respectivas Caixas.

Art. 6.º Até que as Caixas sejam classificadas, na forma do estabelecido nesta lei, só poderão operar sob penhor civil ou comercial de jóias, pedras preciosas, metais, moedas ou coisas, sob proposta do diretor a que se refere o artigo 3.º e aprovação do Conselho Superior.

Art. 7.º Para solução dos casos omissos nesta lei deverá ser aplicada a norma geral contida no art. 11, e parágrafos do regulamento aprovado pelo Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1934.

Art. 8.º Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, o Poder Executivo expedirá regulamento para plena execução desta lei.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

proj. 580/55

LEI N.º 3.080 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, os materiais, um grupo moto-nivelador e um caminhão importados pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará, para reforma e ampliação de sua hidrelétrica, e pelas Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Vicência, no Estado de Pernambuco, para construção e conservação de rodovias municipais

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exclusive a de previdência social, aos materiais a serem importados da Alemanha pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará, para a reforma e ampliação de sua usina hidrelétrica, constantes das relações e características abaixo transcritas:

a) *Equipamento hidráulico e elétrico da Usina e Subestação.*

1 — 1 turbina tipo Francis espiral, com eixo horizontal e regulação externa automática, tamanho 4,5 B, de fabricação da firma B. Maier Maschinenfabrik, Brackwede, Alemanha, calculada e construída para as seguintes características:

Queda líquida	66 m
Engulimento	270 l/seg.
Potência	194 PS
Velocidade nominal	1000 rpm
Velocidade de disparo com 66 m de queda máxima ...	1710 rpm

Rendimentos:

com uma queda líquida de 66 m. 1000 rpm e

<i>Engulimento</i>	<i>Rendimento</i>	<i>Potência útil</i>
270 l/seg.	81,5%	194 PS
238 "	83,5%	175 "
210 "	84 %	155 "
186 "	83 %	136 "
163 "	81 %	116 "
141 "	78 %	97 "

Estes dados são válidos com uma tolerância de $\pm 2\%$.

O fornecimento da turbina inclui:

- 1 carcaça espiral de ferro fundido, 300 mm. de diâmetro de entrada, com pinos de refôrço, tampa do lado da curva do tubo de sucção, anel de regulação de ferro fundido com engrenagem para regulação automática, pás diretrizes de aço fundido para regulação externa, tampa do lado de regulação, de ferro fundido, rotor de ferro fundido especial, com pás de chapa de aço fundidas em conjunto a pressão hidráulica, eixo de aço SM cêrca de 2 m. de comprimento, mancal de pressão de segmentos, em forma de mancal com consôlo, gaxêta de vedação e refrigeração por água, curva para o tubo de sucção, de ferro fundido, apoio para a curva acima, mancal externo com placa de base e chumbadores, válvula de esvaziamento, parafusos, ferramentas e quadro para as mesmas,
- 1 tubo de sucção de chapa de aço, 2,5 m. de comprimento, inclusive parafusos de união e material de vedação.
- 1 união elástica para acoplamento do eixo da turbina com o do gerador,
- 1 registro de fechamento de 300 mm. de diâmetro interno com tubulação by-pass e volante manual,
- 1 tubo de redução, de chapa de aço, 480/300 mm. diâmetro interno, 1,0 m. de comprimento,
- 1 registro de esvaziamento, com volante manual e tubulação de escoamento,
- 1 regulador automático de velocidade, tamanho DK 35, com uma capacidade de trabalho de 35 kgm., com recondução amortecida, produção de óleo de pressão, pêndulo de alta sensibilidade e comando de precisão com contrôlo de oscilação, que leva ao fechamento quando do colapso do pêndulo, além disso, inclusive regulação manual desligável, dispositivo de regulação da velocidade e acionamento constituído de polias e correias, mas sem o enchimento de óleo. O grau de irregularidade é regulável. O regulador trabalha de tal modo que, quando de uma variação brusca da carga de

— 25 %	— 50 %	— 100 %
o aumento passageiro de velocidade não ultrapassa de		
+ 6 %	+ 11,5 %	+ 28 %,

respectivamente, da velocidade nominal, desde que:

- o momento de inércia (GD^2) do gerador seja de 70 kg m²,
- a um comprimento parcial da tubulação igual a 186 m, corresponda um diâmetro interno mínimo de 520 mm.,
- a um comprimento parcial da tubulação igual a 186 m., corresponda um diâmetro interno mínimo de 500 mm.,
- a um comprimento parcial da tubulação igual a 186 m., corresponda um diâmetro interno mínimo de 480 mm.,

O volante oferecido mais adiante, nesta oferta, seja instalado; o tempo de fechamento do regulador é dimensionado de tal modo que, quando de um fechamento brusco total, o aumento de pressão na extremidade inferior da tubulação não ultrapassa 28 % da pressão estática.

- 1 volante de disco, 1.300 mm. de diâmetro, de aço fundido,
- 1 jogo de instrumentos de medição compreendendo tacômetro com coluna e acionamento, manômetro e vacuômetro, cada um com torneira de 3 vias,
- 1 válvula de borboleta de fechamento rápido, a ser instalada no início da tubulação de pressão,
- 1 ventosa de 200 mm. de diâmetro interno.

Peças sobressalentes

- 2 pás diretrizes
- 1 jogo de anéis de vedação de couro para os pinos das pás diretrizes,
- 1 jogo de casquilhos para o mancal de pressão, de segmentos,
- 1 anel com segmentos para o mancal de pressão,
- 1 jogo de casquilhos para o mancal externo,
- molos e vedações para o regulador.

Pelo líquido total — aprox. 5.140 kg

Peso bruto total — aprox. 6.160 kg

Espaço necessário para transporte marítimo: — aprox. 11m³.

2. *Equipamento para a captação d'água:* — 1 comporta de limpeza com 0,60 m de vão livre, 4,50 m de altura livre, 0,80 m de altura de prancha, retirável com 3,00 m de altura d'água. constituída de uma armação de aço perfilado, inclusive guincho, porém sem a prancha de madeira; 1 grade fina de entrada da tubulação, afastamento entre as barras 15 mm, largura 2,00 m, comprimento das barras 1,50m, inclusive soleira, mas sem a ombreira superior.

Pêso líquido total — aprox. 510 kg

Pêso bruto total — aprox. 585 kg

3. 1 gerador síncrono trifásico, modelo B-3, isto é, com eixo horizontal e dois mancais de tampa, de rolamento e com ponta de eixo livre, inclusive peças de assentamento e material de fixação, adequado a acionamento por uma turbina Francis horizontal, através de união elástica (esta última fornecida com a turbina, pos. 1.)

Dados técnicos: — Fabricação Siemens-Schuckertwerke, A. G., Alemanha, tipo F-304 g-6; capacidade nominal do tipo com 30°C de temperatura máxima ambiente e instalação a uma altitude até 1000 m. 208 KVA; capacidade nominal (45°C), com $\cos \phi = 0,8$, 170 KVA, frequência 50 ciclos/seg.; tensão nominal, 400/230 V $\pm 5\%$; velocidade nominal, 1000 rpm; velocidade de disparo, 1710 rpm; ligação: estrela com ponto neutro acessível, rendimento a plena carga com $\cos \phi = 0,8$, 91%; reatância total de dispersão do gerador, 21%; momento de inércia (GD^2) do rotor: 70 kgm²; tipo de proteção, P 00 (máquina aberta) conjugada ao mesmo eixo, uma excitatriz auto-excitada, tipo GME 85/10, capacidade de excitação normal — 2,5 KW com 95 V; capacidade de excitação máxima — 3,4 KW com 110 V.

Os valores indicados de capacidade e rendimento são válidos apenas para uma temperatura ambiente máxima de 45°C e uma instalação até 1000 m de altitude.

Rotor sem enrolamento amortecedor, enrolamentos do gerador e da excitatriz com um isolamento especial resistente ao clima tropical e à ação agressiva de micro-organismos e outros agentes (insetos, larvas, etc.).

Pertences: 1 jogo de peças de assentamento M 30 X 280, inclusive parafusos de fixação.

Pesos: gerador + excitatriz, liquido — aproximado 2050 kg; bruto — aproximado 2480 kg.

Espaço necessário para transporte marítimo:

$$2,5 \times 1,7 \times 1,6 = 7 \text{ m}^3$$

Dimensões do gerador segundo a tabela MPA 1747.

4. — 1 — Quadro de comando, de chapa de aço perfilada, para instalação isolada, com um painel frontal e dimensões: altura, 2250 mm; largura, 800 mm; profundidade, 700 mm, inclusive cantoneiras, parafusos com porcas e arruelas, material de instalação elétrica e pintura de primeira e segunda demãos. Inclui-se, ainda, a montagem dos aparelhos e instrumentos dos itens 5 e 17 dentro do quadro e a interligação dos mesmos de modo a estar o conjunto pronto para funcionamento.

Instrumentos e aparelhos para o quadro:

5. — 3 — amperímetros de corrente alternada, tipo AQ, escala 0 — 400 A, para ligação através de transformadores de corrente.
6. — 3 — transformadores de corrente alternada para medição, a seco, tipo I — 27, 400/5 A.
7. — 1 — voltímetro de corrente alternada, sistema ferro-móvel, tipo AQ, escala 0 — 500 V, para ligação direta à tensão.
8. — 1 — chave comutadora para fasear o voltímetro, tipo N 904/2, com 4 posições para medição de 3 tensões de fase e uma concatenada, com manete N 1072 nK.
9. — 1 — reostato de campo da excitatriz, tipo K 364 — 10 L de acionamento manual, com 80 degraus de regulação, contatos de carvão deslizantes, para montagem atrás do painel do quadro de comando, volante manual N 1349 — n 5.
10. — 1 — amperímetro de corrente contínua, tipo DQ, sistema bobina — móvel, escala 0 — 40 Ampères, para medição da corrente de excitação.
11. — 1 — kW metro trifásico, tipo O III Q, sistema eletrodinâmico, O — 250 — kW, para ligação através de transformadores de corrente e diretamente à tensão.
12. — 1 — medidor trifásico de kVAr, tipo O III Q, sistema eletrodinâmico, O — 250 kVAr, para ligação através de transformadores de corrente e diretamente à tensão.
13. — 1 — contador de kWh, tipo D 22, para circuito de corrente alternada trifásica a 4 fios, para ligação através de transformadores de corrente e diretamente à tensão.
14. — 1 — disjuntor automático de baixa tensão, tripolar, tipo R 921 III 400, corrente nominal 400 Ampères, para tensão até 500 Volts, com relés bimetalicos de sobre-corrente, de ação retardada e eletromagnéticos de curto-circuito de ação rápida, em cada fase, alavanca de estribo e haste.
15. — 1 — regulador automático de tensão, a pressão de óleo, tipo E 5, sistema NuK, ângulo de rotação, cerca de 300°; momento de torsão, cerca de 0,75 kgm; tempo necessário para ser percorrido o curso total de regulação, cerca de 2,6 seg.; sensibilidade, cerca de 1%, inclusive motor de acionamento montado diretamente para a bomba de óleo.

Com o regulador são fornecidos:

- 1 — resistência adicional de fina ajustagem, manobrável do lado frontal do quadro de comando, como ajustador do valor desejado da tensão, durante o funcionamento do regulador; alcance de ajustagem $\pm 5\%$;
- 1 — transmissão por cadeia, compreendendo 2 rodas para corrente, cadeia e esticador, para acionamento do reostato manual;
- 1 — dispositivo de comutação da circulação de óleo do regulador NuK, manobrável da frente do quadro de comando;
- 1 — lata com 2,5 litros de óleo para o regulador;
- 1 — disjuntor automático tripolar, a seco, tipo S 12 III 10 ans, com capa protetora de fôlha de aço e alavanca, relés bimetálicos de sobrecorrente de ação retardada e eletromagnéticos de curto-circuito de ação rápida em cada fase, para proteção do motor da bomba;
- 1 — transformador de tensão, a seco, tipo W 1,09 400/105 Volts para ligação da bobina de tensão do regulador NuK.
- 16 — 2 — interruptores tripolares, rotativos, tipo Pacco, 25 A, até 500 V, com manete.
- 17 — 2 — seguranças fusíveis para os dois circuitos de consumo próprio.
Pêso líquido, pos. 4 a 17, aprox. 600 kg.
Pêso bruto pos. 4 a 17, aprox. 750 kg.

*V. Material complementar para Usina e Subestação
Distribuidora em Crato*

- 22. — 1 — disjuntor automático de baixa tensão, tripolar, tipo R 921 III 400, corrente nominal 400 Ampères, para tensão até 500 Volts, com relés bimetálicos de sobrecorrente, de ação retardada e eletromagnéticos de curto-circuito de ação rápida, em cada fase, alavanca de estribo e haste.
- 25. — 6 — para-raios de queda catódica para 6600 V, inclusive braçadeira de fixação.
Pêso líquido / bruto, aprox. 22 e 25: 105/130 kg.

Art. 2.º Os favores concedidos por esta lei são extensivos a um grupo moto-nivelador e a um caminhão a serem importados

pelas Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Vicência, no Estado de Pernambuco, para construção e conservação de rodovias municipais.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj. 214/55

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

LEI N.º. 3.081 — DE 22 DE
DEZEMBRO DE 1956

Regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Compete à União, aos Estados e Municípios a ação discriminatória, para deslinde das terras de seu domínio, inclusive das terras situadas nas zonas indispensáveis à defesa do país, a que aludem o artigo 180 da Constituição Federal e a Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955. O processo constará de três fases: a preliminar, de chamamento à instância e exibição dos títulos de propriedade; a contenciosa, que finaliza pelo julgamento do domínio e a demarcação.

Art. 2.º A Fazenda Pública instruirá o pedido inicial com os seguintes elementos:

a) mapa do percurso prévio da zona a ser discriminada, com a delimitação perimétrica;

b) relação dos ocupantes encontrados nas terras, suas posses ou presumíveis propriedades;

c) menção às moradias, culturas e benfeitorias principais e às matas e capoeiras;

d) provas de existência de terras do patrimônio público.

§ 1.º O mapa, considerado meramente informativo, não dependerá de levantamento, obedecendo, porém, à técnica e devendo consigar alguns pontos e linhas fixas ao solo, para razoável individuação do objeto.

§ 2.º A prova da existência de terras do patrimônio público, quando a ação

fôr intentada pela União Federal, deverá deixar evidente que o caso se enquadra na enumeração constante do art. 1.º, letras a a l, do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946.

Art. 3.º Estas ações serão aforadas na comarca de situação de totalidade ou da maior parte da área discriminada.

Art. 4.º Nas citações, observar-se-ão as disposições do Código de Processo Civil e Comercial (Decreto-lei número 1.608, de 18 de setembro de 1939) e mais leis vigentes, publicando-se edital de chamamento dos interessados ausentes ou desconhecidos, incluídas nas citações as mulheres dos que casados forem. O edital terá prazo de 30 (trinta) dias e será obrigatoriamente publicado no órgão oficial do Estado, onde estiver situada a área discriminada.

Parágrafo único. As citações valerão para todos os atos e termos da ação, desde a fase preliminar até final demarcação das terras julgadas e para as questões incidentes.

Art. 5.º Nos 30 (trinta) dias seguintes à citação inicial, deverão os interessados levar a juízo os títulos em que fundarem suas alegações, devidamente filiados, para prova do domínio particular. Em seguida, com vista por 30 (trinta) dias, prorrogáveis a critério do juiz, dirá o representante da fazenda pública, articulando o que fôr de direito.

Parágrafo único. Entrando a ação na fase contenciosa, de ritmo ordinário, abrir-se-á o termo de contrariedade, prosseguindo com observância das normas processuais vigentes, aplicáveis à espécie, despacho saneador, provas e instrução e julgamento, sujeita a decisão aos recursos legais.

Art. 6.º A obrigação de exibição de títulos e documentos, para prova da propriedade particular, quei de início,

quer na fase contenciosa (Art. 180 do Decreto-lei n.º 1.608, de 18 de setembro de 1939 — Código de Processo Civil e Comercial) ficará sob as cominações legais (arts. 218 e 219 do mesmo Código).

Art. 7.º Proferida a sentença, com os requisitos exigidos pelo mesmo Código de Processo, entrará a ação na fase demarcatória, logo que transite em julgado a decisão.

Parágrafo único. Da sentença proferida pelo juiz caberá apelação, devendo este recurso ser recebido em ambos os efeitos.

Art. 8.º Durante o processo discriminatório e seus recursos, não poderão ser alteradas as áreas e divisas encontradas ao tempo da proposição, ficando proibidas as derrubadas de mato sem consentimento expresso da autoridade competente, depois de ouvido o representante da autora, ambos responsáveis.

Parágrafo único. As questões possessórias e incidentes, objetivando terras em apelo, são da competência do mesmo juiz, podendo a autora, titular da discriminatória, usar de monitorio e interditos contra o infrator. Esses incidentes serão autuados em separado.

Art. 9.º Os vencidos pagarão as custas que houverem dado causa a participação *pro rata* das despesas da fase demarcatória, considerada a extensão da linha ou linhas de confrontação com as áreas públicas.

Art. 10. A sentença definitiva e a homologatória da demarcação serão transcritas no registro público de imóveis da comarca, com arquivamento de uma via do memorial topográfico. Desde então, poderá a administração pública dispor das terras apuradas, nos casos e formas que a lei prescrever.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo por subsidiárias as disposições gerais de processo, revogadas as disposições em contrário a determinações específicas.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Nereu Ramos

José Maria Alkmim

proj. 4024/54

LEI N.º 3.082 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1956

Concede à Associação Baiana de Imprensa e à Associação Cearense de Imprensa o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 para cada uma, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a conceder à Associação Baiana de Imprensa e à Associação Cearense de Imprensa o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) para cada uma, destinado ao prosseguimento das obras de suas sedes.

Art. 2.º E' também o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), o qual terá validade em dois exercícios, para cumprimento desta lei.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

proj.º JUSCELINO KUBITSCHKE
3219/53 José Maria Alkmim

LEI N.º 3.083 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1956

Provê sobre o pagamento de subvenções, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — As subvenções ordinárias constantes do Orçamento Geral da União, asseguradas às associações rurais, pelas leis n.ºs. 1.493, de 13 de dezembro de 1951, e 2.266, de 12 de julho de 1954, continuarão a ser pagas, independentemente da dotação orçamentária prevista na lei número 2.656, de 26 de novembro de 1955, não devendo prevalecer, no exercício de 1957, as exigências contidas nos incisos III e IV do artigo 3.º desta última lei.

Art. 2.º — São isentos de selos os requerimentos e papéis que os instruírem e, bem assim, os relatórios e balanços dirigidos aos órgãos do Governo Federal pelas instituições de assistência social, hospitalar, educacional, cultural ou rural.

Parágrafo único — São também isentos de selos os recibos e documentos que acompanhar as prestações de contas de quantias recebidas do Governo Federal, salvo os recibos e documentos firmados por terceiros em suas transações e negócios com as entidades assistenciais.

Art. 3.º — O pagamento das subvenções extraordinárias e auxílios, consignados no orçamento atual e nos anteriores às entidades de que trata esta lei, será autorizado mediante junta e exame dos comprovantes das despesas feitas à conta de dotações, orçamentárias ou não, anteriormente recebidas, observado o disposto no § 1.º do art. 13 da Lei 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

Art. 4.º — Para o pagamento das subvenções previstas nesta lei só se poderá exigir a comprovação das

despesas realizadas com a aplicação da última subvenção efetivamente recebida.

Art. 5.º — Vetado.

Art. 6.º — As exigências contidas no art. 4.º da Lei n.º 2.656 de 26 de novembro de 1955, não serão feitas, quando se tratar de entidades que figurem no Orçamento Geral da União para o exercício de 1957.

Art. 7.º — Será de 30 (trinta) o número de sócios efetivos mencionado no n.º III do art. 1.º da Lei número 2.656, de 26 de novembro de 1955.

Art. 8.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

José Maria Alkmim

Mário Meneghetti

Clóvis Salgado

Maurício de Medeiros.

proj. 1237/56

LEI Nº 3.084, — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Revigora, com alterações, a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica revigorada pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 27 de janeiro de 1957, a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico, para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Art. 2.º Os arts. 4.º, 8.º e 15 e o § 1.º do art. 5.º da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 4.º As resoluções do plenário da Cofap só poderão ser tomadas com o voto da maioria absoluta e serão baixadas mediante portarias de seu presidente ou, na falta ou impedimento deste, pelo substituto designado pelo Presidente da República, dentre os membros da mesma Comissão.

Art. 8.º Para efeito de controle dos preços, a Cofap, as Coap e as Comap determinarão que o vendedor de mercadoria de primeira necessidade, ou o fornecedor de serviços essenciais, cujos valores ultrapassarem a Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) entreguem ao comprador ou freguês nota ou caderno de venda, seja à vista ou a prazo.

Art. 15. As pessoas jurídicas, cujas vendas ou receitas excederem a Cr\$ 500 000,00 (quinhentos mil cruzeiros), são obrigadas a enviar à Cofap, sempre que solicitados, os balanços, acompanhados das contas de lucros e perdas referentes ao ano anterior.

Art. 5.º
 § 1.º As Coap serão constituídas de 8 (oito) membros nos Estados e 5 (cinco) nos Territórios, respectivamente, e nelas figurarão, na medida do possível, as representações das categorias econômicas indicadas no § 1.º do art. 30 desta lei, escolhidas entre as pessoas locais de conhecida idoneidade e saber".

Art. 3.º Os §§ 1.º e 2.º do art. 16, sendo-lhe suprimido o § 3.º e o art. 17 da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 16
 § 1.º O auto de infração será lavrado em duas vias, devendo a primeira dar entrada na Cofap, Coap ou Comap dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, entregando-se a segunda via mediante recibo ao autuado.

§ 2.º O autuado, no prazo de dez dias, apresentará defesa prévia, juntando ou indicando as provas que tiver. Findo esse prazo, com ou sem a defesa e a junta da ou indicação das provas, o processo será concluso ao presidente da Cofap, da Coap ou Comap, conforme o caso, para em 5 (cinco) dias homologar o auto de infração e arbitrar a multa.

Art. 17. Homologado o auto de infração e arbitrada a multa, será o autuado notificado para pagá-la, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1.º Esgotado o prazo sem o pagamento da multa, serão os autos remetidos ao Juiz dos Feitos da Fazenda Pública, o qual mandará notificar o autuado, que poderá defender-se exibindo ou produzindo prova, se quiser, no prazo de 10 (dez) dias, podendo depositar 50% (cinquenta por cento) da multa arbitrada.

§ 2.º Poderá suprir o depósito, a apresentação de fiança idônea, a critério do Juiz.

§ 3.º Findo o prazo, com a defesa ou sem ela, será aberta vista, por cinco dias, ao representante do Ministério Público que se pronunciará a respeito.

§ 4.º Concluídos os autos ao Juiz, este proferirá o seu julgamento, do qual é permitido recurso no prazo de cinco dias, com efeito suspensivo, para o Tribunal Federal de Recursos, nos termos da lei processual ordinária.

§ 5.º Em sua decisão, o Juiz, se julgar procedente o auto, ordenará seja feita a inscrição do débito na repartição competente, para a cobrança executiva.

§ 6.º A instrução e o julgamento do processo deverão estar concluídos em juízo no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da remessa dos autos pela Cofap".

Art. 4.º Os arts. 25 e 27 ... (vetado) ... da Lei número 1.522, de 26 de dezembro de 1951, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 25. Aos membros do plenário da Cofap e das Coap será atribuída a gratificação de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) e Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros), respectivamente, por sessão a que comparecerem e votarem, até o máximo de cinco durante o mês.

Art. 27. O Presidente da Cofap poderá requisitar servidores públicos federais e, bem assim, solicitar sejam servidores estaduais e municipais postos à sua disposição, na forma da legislação em vigor.

... (vetado) ...

Art. 5.º Ficam suprimidos o art. 18 e seu parágrafo único da Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951.

Art. 6.º Vetado.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.ª da Independência e 68.ª da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Parsifal Barroso.

Nereu Ramos.

José Maria Alkmim.

Lucio Meira.

Mário Meneghetti.

proj.
 1431/56

LEI N.º 3.085 -- DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Prorroga a lei do inquilinato, e dá outras providências

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º O prazo de vigência da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950, estabelecido no art. 1.º da lei n.º 2.699, de 28 de dezembro de 1955, fica prorrogado até 31 de dezembro de 1957, com as alterações constantes deste último diploma e da presente lei.

Art. 2.º As locações de imóveis urbanos, para fins não residenciais excluídas do regime do decreto n.º 24.150, de 20 de abril de 1934, não reajustadas em virtude de proibição legal, aplicam-se os aumentos especificados nas alíneas a, b e c do art. 5.º da presente lei.

Art. 3.º O disposto no art. 7.º da lei n.º 2.699, de 28 de dezembro de 1955, é extensivo às pessoas jurídicas reconhecidas de utilidade pública federal, estadual ou municipal, instituídas para fins de beneficência ou instrução e que prestem graciosamente assistência médica ou jurídica a seus associados, observando-se o disposto nas alíneas a, b e c do art. 5.º desta lei.

Art. 4.º Aplica-se o disposto no art. 8.º da lei n.º 2.699, de 28 de dezembro de 1955, às locações de imóveis de propriedade de viúva, menor, órfão, inválido ou mulher solteira de idade igual ou superior a 50 (cinquenta) anos, desde que não possuam outra fonte de renda que o aluguel, e este não ultrapasse o valor do salário mínimo estipulado para os trabalhadores da região em que estiver situado o prédio objeto de locação, observado o disposto no art. 5.º desta lei.

§ 1.º Para o fim constante deste artigo, o locador deverá apresentar declaração autenticada dos rendimentos que efetivamente auferir, especificando as respectivas fontes.

§ 2.º Quem para obter o aumento previsto neste artigo, ou quaisquer outras vantagens estabelecidas na presente lei, prestar declaração falsa, responderá pelo crime de que trata o art. 299 do Código Penal.

Art. 5.º Os reajustamentos autorizados pelo art. 8.º da lei n.º 2.699, de 28 de dezembro de 1955, e não efetivados até 30 de setembro de 1956, não poderão exceder, quanto às locações para fins residenciais:

a) de 300% (trezentos por cento), sobre os aluguéis iniciais resultantes de locação que, a 31 de dezembro de 1956, contava mais de 10 (dez) anos;

b) de 200% (duzentos por cento), sobre os aluguéis iniciais resultantes de locação que, em 31 de dezembro de 1956, tenha mais de 5 (cinco) e menos de 10 (dez) anos;

c) de 50% (cinquenta por cento), sobre os aluguéis iniciais resultantes de locação que, em 31 de dezembro de 1956, contava menos de 5 (cinco) e mais de 1 (um) ano.

Art. 6.º Não havendo acórdão sobre o reajustamento de aluguéis previsto nesta lei e na lei n.º 2.699, de 28 de dezembro de 1955, a parte interessada poderá requerer o arbitramento judicial, na forma prescrita nesta lei:

1. A petição inicial indicará, desde logo, o perito do autor e, em papel ou documento à parte, o aluguel e demais condições oferecidas para locação.

2. O juiz determinará a citação do réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, comparecer a uma audiência de conciliação. Conseguida a transação entre as partes, será o acórdão de conciliação reduzido a termo por elas assinado, a fim de ser homologado.

3. Não se verificando a conciliação, deverá o réu, no prazo de 3 (três) dias, contestar o pedido e designar o seu perito.

4. O juiz procederá a uma instrução sumária, facultando às partes a produção de provas num tríduo, e decidirá, em seguida, o pedido.

5. O arbitramento obedecerá, no que forem aplicáveis, as disposições dos arts. 254, 256, 257 e 258 do Código de Processo Civil.

6. Da decisão caberá agravo.

7. A revelia do réu ou a não contestação do pedido no prazo estabelecido no item 3 induzirá a aceitação imediata da proposta do autor, a qual será homologada por sentença.

§ 1.º A responsabilidade do vencido no arbitramento judicial, regular-se-á pelos arts. 63 e 64 do Código de Processo Civil.

§ 2.º A parte que discordar do arbitramento administrativo do aluguel, admitido por esta lei e pelas leis ns. 1.300, de 28 de dezembro de 1950, e 2.699, de 28 de dezembro de 1955, poderá usar do arbitramento judicial na forma prevista neste artigo.

§ 3.º Enquanto não se decidir o arbitramento judicial, o locatário deverá pagar o aluguel em vigor.

Art. 7.º Nas locações para fins comerciais, sendo o proprietário agricultor, fica a ele assegurado o direito de retomada do imóvel, desde que seja para seu uso próprio e para a venda dos produtos da sua agricultura diretamente ao consumidor.

Art. 8.º Ficam prorrogados por um (1) ano todos os contratos de arrendamento rurais, referentes à lavoura ou à pecuária, cujo termo se verificar até 31 de dezembro de 1957.

§ 1.º Os contratos que se vencerem durante o prazo da prorrogação fixado neste artigo poderão ter seus arrendamentos reajustados, mediante acordo das partes, nos termos e limites estipulados nas letras a, b e c do art. 5.º desta lei.

§ 2.º Não havendo acordo poderão as partes requerer arbitramento judicial, para fixação de reajustamento dentro dos limites acima referidos.

§ 3.º O disposto neste artigo tornar-se-á automaticamente efetivado se dentro de 90 (noventa) dias da data da publicação desta lei, o arrendatário manifestar mediante notificação judicial ou extrajudicial sua intenção de aceitar a prorrogação.

Art. 9.º Até 31 de dezembro de 1957, não será concedido ou executado despejo contra hospital ou estabelecimento de ensino, a não ser nas hipóteses previstas nos incisos I, X e XI do art. 15 da lei n.º 1.300, de 28 de dezembro de 1950.

Art. 10. Não caberá ação de despejo contra a União, Estados e Municípios, por falta de pagamento de aluguéis, quando aumentados por arbitramento judicial, salvo se, notificados pelo locador, não for providenciada em tempo, a verba necessária para fazer face à majoração.

Art. 11. A reiteração do direito de purgar a mora dos aluguéis em atraso, nos termos e prazos da legislação vigente, não constitui abuso de direito no exercício da locação, nem pode representar motivo para despejo.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo aos casos pendentes.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Nereu Ramos.

proj. 1455/56

LEI N.º 3.086 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos primeiros centenários de elevação de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, e Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidades.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) para auxiliar as comemorações do 1.º centenário da elevação de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, à categoria de cidade, realizadas em 2 de maio de 1956.

Art. 2.º O auxílio concedido no artigo 1.º, como participação da União, destina-se à construção, na cidade de Juiz de Fora, por intermédio da Prefeitura Municipal, de uma estação rodoviária, que será considerada monumento comemorativo ao transcurso da magna data.

Parágrafo único. Excluída a parte necessária aos serviços rodoviários, deverão funcionar no novo prédio repartições sediadas em Juiz de Fora, sem ônus para a fazenda pública.

Art. 3.º É igualmente aberto, pelo mesmo Ministério, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para atender às despesas com a participação da União nas comemorações do 1.º centenário da elevação do Município de Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidade, a serem celebradas em 29 de setembro de 1957.

Parágrafo único. O crédito especial, a que se refere este artigo, será utilizado pela Prefeitura Municipal em obras de reforma e ampliação dos serviços de abastecimento de água da sede do município.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Lucio Meira.

José Maria Alkmin.

orig. 1071/56

LEI N.º 3.087 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Retifica, sem ônus a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1956

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º São feitas as seguintes retificações na lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1956:

Anexo 4 — Poder Executivo.

Subanexo 4.12 — Ministério da Agricultura.

Relação das instituições, de acordo com o disposto no art. 4.º, § 1.º, da lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

2.1.02 — Subvenções ordinárias.

23 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Escola Guarani das Missões — S. Luiz Gonzaga	20.000
Sociedade Agrícola e Pastoril — Santa Maria	100.000

Leia-se:

Sociedade Escola Agrícola Nossa Senhora — Guarani das Missões — São Luiz Gonzaga	20.000
Associação Rural (ex-Sociedade Agrícola e Pastoril) — Santa Maria	100.000

Relação das instituições, de acôrdo com o art. 4.º, § 2.º, "in fine", da lei n.º 1.493, de 13 de dezembro de 1951.

2.1.03 — Subvenções extraordinárias

25 — São Paulo

Onde se lê:

União Rural de São Paulo	400.000
--------------------------------	---------

Leia-se:

"UNIR — União Rural dos Centros de Pequenos Produtores do Estado de São Paulo	400.000
--	---------

Subanexo 4.13 — Ministério da Educação e Cultura.

06.02 — Conselho Nacional do Serviço Social.

2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.02 — Subvenções ordinárias.

(Relação das subvenções ordinárias)

10 — Goiás

Onde se lê:

Ginásio dos Padres Franciscanos, de Pires Rio	20.000
---	--------

Leia-se:

Ginásio Sagrado Coração de Jesus — Pires do Rio	20.000
---	--------

Subconsignação 2.1.03 — subvenções extraordinárias.

(Relação das subvenções extraordinárias)

10 — Goiás

Onde se lê:

Padres Franciscanos — Educandário de Pires do Rio	100.000
---	---------

Leia-se:

Sociedade Civil Escola de Comércio de Ipameri	50.000
Ginásio Sagrado Coração de Jesus — Pires do Rio	100.000
Sociedade Civil Escola Técnica de Comércio de Ipameri	50.000

23 — Rio Grande do Sul

Onde se lê:

Associação de Pais de Família — Porto Alegre	15.000
Colégio Paroquial São João Batista, de Serrafina Corrêa — Guaporé	45.000

Leia-se:

Associação de Pais de Família de Colégios Católicos — Pôrto Alegre	15.000
Colégio Paroquial São João Batista — Vespasiano Corrêa — Guaporé	45.000
Subanexo 4.16 — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.	
07.04.02 — Divisão de Orçamento (Encargos Gerais).	
Verba 2.0.00 — Transferências.	
Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.	
2.1.03 — Subvenções extraordinárias.	

(Relação das subvenções extraordinárias)

23 -- Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, mantido pela Congregação de Nossa Senhora, para assistência ao menor — Irai	20.000
Instituto de Assistência e Proteção à Infância — Pôrto Alegre	40.000
Instituto de Proteção à Infância — Pôrto Alegre	20.000
Mitra Arquidiocesana de Pôrto Alegre, para a Casa do Menor Delinqüente	245.200
Mitra Arquidiocesana de Pôrto Alegre, para o Abrigo do Menor Transviado — Viamão	200.000

Leia-se:

Escola Nossa Senhora do Bom Conselho, mantida pela Congregação de Nossa Senhora, para assistência ao menor — Irai	20.000
Instituto de Assistência e Proteção à Infância — Pôrto Alegre	60.000
Mitra Arquidiocesana de Pôrto Alegre, para a Casa do Menor Delinqüente	345.200
Subanexo 4.19 — Ministério da Saúde.	

05.04.32 — Divisão do Orçamento.

Verba 2.0.00 — Transferências.

Consignação 2.1.00 — Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.02 — Subvenções ordinárias.

(Relação das subvenções ordinárias)

02 -- Alagoas

Onde se lê:

Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Maceió..	20.000
--	--------

Leia-se:

Instituto de Assistência e Proteção à Infância de Maceió..	20.000
--	--------

23 -- Rio Grande do Sul.

Onde se lê:

Casa de Saúde — Estrêla	50.000
Hospital N. Sra. de Lourdes de Cotiporã-Veranópolis	15.000
Hospital Santa Filomena — Ibiacá-Lagoa Vermelha	20.000

Leia-se:

Hospital Estrêla — Estrêla	50.000
Hospital Nossa Senhora da Saúde — Cotiporã — Veranópolis	15.000
Hospital Santa Filomena — Ibiacá — Sananduva	20.000

Diversos:

Onde se lê:

Associação de Medicina de Alagoas 200.000

Leia-se:

Sociedade de Medicina de Alagoas 200.000

09.04 -- Serviço Nacional do Câncer.

Verba 2 0.00 -- Transferência.

Consignação 2.1.00 -- Auxílios e Subvenções.

Subconsignação 2.1.05 -- Subvenções extraordinárias.

7 -- Outras entidades.

Onde se lê:

Hospitais de: Bagé, Pelotas, Santa Maria, Passo Fundo e Cruz
Alta (Santa Lucia) — Rio Grande do Sul 2.000.000

Leia-se:

Hospitais de Bage, Pelotas, Pôrto Alegre, Passo Fundo e Cruz
Alta (Santa Lucia) — sendo Cr\$ 400.000,00 para cada mu-
nicípio — Rio Grande do Sul 2.000.000

Art. 2.º. Revogadas as disposições em contrário, a presente lei vi-
gorará a partir de 1 de janeiro de 1956.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência
e 68.º da República

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmin.

Mário Menegheiti.

Clóvis Salgado.

proj. 1435/56

LEI N.º 3.088 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Educação e Cultura e Viação e Obras Públicas, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 100.000,00 como auxílio a realização do VI Congresso Odontológico Brasileiro e I Congresso de Mecânica do Solo.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) como auxílio à realização do VI Congresso Odontológico Brasileiro em Fortaleza, capital do Estado do Ceará.

Art. 2.º — E' também autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Mi-

nistério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) destinado a auxiliar a realização do I Congresso de Mecânica do Solo, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 3.º — Da aplicação dos auxílios a que se referem os artigos anteriores, os presidentes das Comissões Organizadoras dos Congressos prestarão conta à Divisão de Orçamento dos respectivos Ministérios, dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data do encerramento dos mesmos.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Clóvis Salgado.

Lúcio Meira.

José Maria Alkmin.

proj. 758/55

LEI N.º 3.089 DE 29 DE DEZEMBRO
DE 1956

Concede as subvenções anuais de Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 500.000,00 à Academia Brasileira de Ciências e ao Instituto do Nordeste.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º São concedidas as subvenções anuais de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) e Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), respectivamente, à Academia Brasileira de Ciências e ao Instituto do Nordeste, a serem entregues no começo de cada exercício financeiro.

Parágrafo único. As subvenções a que se refere este artigo subsistirão enquanto não forem dissolvidas as instituições na forma de seus estatutos, e aos beneficiados será obrigatória a prestação de contas de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE

Clóvis Salgado

José Maria Alkmim

LEI N.º 3.090 — DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1956

Concede isenção de direitos de importação para um órgão, dois tonecabinets e um motor-gerador, destinados aos Padres Franciscanos sediados na cidade de Pires do Rio, no Estado de Goiás.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação e taxas adua-

neiras, exceto a de previdência social, para um órgão, modelo 4.602, junto com pedal — board e banco, dois tonecabinets modelo 626, e um motor-gerador, destinados aos Padres Franciscanos sediados na cidade de Pires do Rio, no Estado de Goiás, adquiridos à firma The Rudolph Wurlitzer Company North Tonawanda, New York, com as seguintes especificações:

1) 4.602 órgão encaixotado para exporte:

Net. 202.31 kilos Tamanho em metros: 9017x1.4478

Legal 202.31 kilos Metros cúbicos: 1.558341144

Tare 123.38 kilos

Gross 337.92 kilos

1) 4.602 pedal board encaixotado para exporte:

Net. 24.04 kilos Tamanho em metros: 3175x8954x1.3399

Legal 24.04 kilos Metros cúbicos: 3622876

Tare 39.46 kilos

Gross 63.50 kilos

2) 626 Tone cabinet encaixotado para exporte (dois)

Net. 103.42 kilos Tamanho em metros: 7366x1.2065x1.0359

Legal 102.06 kilos Metros cúbicos: 970705

Tare 47.628 kilos

Gross 149.69 kilos

1) Conjunto de motor-gerador (1500 watts, modelo 1.5R21, fabricado por Kohler)

Net 135 libras

Gross 200 libras

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHKE.

José Maria Alkmim.

orig. 1677/56

LEI N.º 3.091 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras para mercadorias importadas pela empresa Frigoríficos Minas Gerais S. A. (Frimisa).

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei :

Art. 1.º É concedida isenção de direitos de importação, imposto de consumo e mais taxas aduaneiras, excluída a de previdência social, às mercadorias importadas pela empresa Frigoríficos Minas Gerais S. A. (Frimisa), e que se destinem à montagem de seu frigorífico-industrial, no Estado de Minas Gerais, de acordo com as especificações e quantidades anexas.

Art. 2.º Os favores consignados no artigo anterior não se aplicam aos materiais que tenham similares na indústria nacional, legalmente registrados, desde que tais materiais não constituam partes integrantes e complementares de determinados conjuntos.

Art. 3.º Poderá ser autorizado o desembaraço aduaneiro, ocorrendo a hipótese prevista no art. 2.º da presente lei, mediante prévia assinatura de termo de responsabilidade para a ulterior comprovação da formação dos conjuntos, depois de montados.

Art. 4.º A isenção de que trata o art. 1.º desta lei, abrange também as importações que tenham sido processadas mediante termo de responsabilidade.

Art. 5.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

José Maria Alkmim.

proj. 5018/55

LEI N.º 3.092 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1956

Cria a Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

O Presidente da República :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1.º É criada, no Ministério da Agricultura, a Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos na Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1946).

Art. 2.º A instalação da Escola Agrícola de Rio Pomba será feita em cooperação com o Posto de Criação da Divisão de Fomento da Produção Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal, e com a Estação Experimental de Fumo do Serviço

Nacional de Pesquisas Agronômicas, mantidos pelo Ministério da Agricultura no município de Rio Pomba, utilizando-se para isso as terras e as benfeitorias que se fizerem necessárias.

Art. 3.º Para atender às despesas com o início dos seus trabalhos, é o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), importância que, nos orçamentos dos exercícios subsequentes à sua criação, passará a incorporar-se às dotações destinadas à manutenção das Escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK.

Mário Meneghetti.

José Maria Alkmim.

proj. 1401/56

página original em branco

APENSO

No «Apenso» dos volumes da Coleção das Leis figurarão :

I — Os diplomas legais que, expedidos em trimestres anteriores, forem publicados durante o trimestre ao qual corresponder o volume.

II — As retificações e reproduções publicadas no trimestre, quando referentes a diplomas legais expedidos em trimestres anteriores.

pagina original em branco

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

LEI N.º 2.862 — DE 4 DE SETEMBRO
DE 1956

Dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, os seguintes dispositivos da Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956:

Art. 22. Fica alterada a letra e do art. 20 do Regulamento do Imposto de Renda vigente, aprovado pelo Decreto n.º 36.773, de 13 de janeiro de 1955, na conformidade da Lei número 2.354, de 29 de novembro de 1954;

"e) Os encargos de família, à razão de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) anuais, pelo outro cônjuge, e de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) para cada filho

menor ou inválido; filha solteira, viúva sem arrimo ou abandonada sem recursos pelo marido, descendente menor ou inválido sem arrimo de seus pais, obedecidas as seguintes regras".

Art. 29. Substitua-se o art. 188 do Decreto n.º 36.773, de 13 de janeiro de 1955, (Consolidação das Leis do Imposto de Renda, pelo seguinte:

"Art. 188. O direito de proceder ao lançamento do Imposto de Renda decai no prazo de 5 (cinco) anos contados da expiração do ano financeiro a que corresponder o imposto.

Parágrafo único. A faculdade de proceder a novo lançamento ou lançamento suplementar, à revisão de lançamento e ao exame nos livros e documentos de contabilidade dos contribuintes, para os fins deste artigo, decai no prazo de 5 (cinco) anos contados da notificação do lançamento primitivo".

Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1956; 135.º da Independência e 68.º da República.

JUSCELINO KURTSCHEK.

proj 3876/53

página original em branco

E M E N T Á R I O

**Leis e decretos publicados nos
volumes VII e VIII de 1956, desta
coleção, classificados em or-
dem alfabética dos assuntos**

página original em branco

EMENTÁRIO

A

A EQUITATIVA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil — Sociedade Mútua de Seguros Gerais."

Decreto n.º 40.068 — de 8 de outubro de 1956.

"A FORTALEZA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Fortaleza" Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n.º 40.338 — de 12 de novembro de 1956.

"A INDEPENDÊNCIA" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "A Independência" Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.596 — de 27 de dezembro de 1956.

"A PIRATININGA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS GERAIS E ACIDENTES DO TRABALHO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social do "A Piratininga" Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho.

Decreto n.º 40.526 — de 11 de dezembro de 1956.

"A VOZ DA ARARAQUARENSE LIMITADA"

Outorga concessão à sociedade "A Voz da Araraquarense Limitada" para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 40.614 — de 27 de dezembro de 1956.

ABERTURA DE CRÉDITO

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão.

ABONO DE EMERGÊNCIA

Define a aplicação do art. 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

Lei n.º 3.076 — de 22 de dezembro de 1956.

AÇÃO SOCIAL DOMINICANA

Declara de utilidade pública a Sociedade "Ação Social Dominicana", com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.134 — de 16 de outubro de 1956.

ACIDENTES DO TRABALHO

Acrescenta parágrafo único ao artigo 102 do Decreto-lei n.º 7.036, de 10 de novembro de 1944 (Reforma a Lei de Acidentes de Trabalho).

Lei n.º 2.941 — de 8 de novembro de 1956.

ACORDOS

Aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos Regulares, entre o Brasil e o Peru.

Decreto Legislativo n.º 52 — de 1956.

ACORDOS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na X Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.*

Lei n.º 2.926 — de 21 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acôrdio celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte.*

Lei n.º 2.957 — de 17 de novembro de 1956.

— *Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo do Paquistão, ao Acôrdio Internacional relativo à concessão de facilidades aos marinheiros mercantes para o tratamento das doenças venéreas, anexo e ata de assinatura, firmados em Bruxelas, a 1 de dezembro de 1924.*

Decreto n.º 40.294 — de 6 de novembro de 1956.

ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Aprova a Tabela do Pessoal da Administração do Porto do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.227 — de 31 de outubro de 1956.

— *Altera a redação do art. 20, do Decreto n.º 8.680, de 5 de fevereiro de 1942.*

Decreto n.º 40.498 — de 6 de dezembro de 1956.

Dá nova redação aos arts. 3.º e seu § 1.º e 58 e seus parágrafos, do Regulamento dos Serviços do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto n.º 8.680, de 5 de fevereiro de 1942.

Decreto n.º 40.621 — de 27 de dezembro de 1956.

AERONAUTICA

Revoga o Decreto-lei n.º 8.887, de 24 de janeiro de 1946, que criou a Colônia de Férias da Aeronáutica de Rodeio.

Lei n.º 2.972 — de 24 de novembro de 1956.

— *Fixa os efetivos dos quadros de oficiais aviadores, intendentes, médicos, farmacêuticos, especialistas de aviação, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo, em suprimento técnico de infantaria ou guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.999 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Dispõe sobre o Fundo Aeroespacial, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.300 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n.º 40.248 — de 31 de outubro de 1956.

— *Permite o uso da Medalha da Ordem de Damião, o Apóstolo dos Leprosos.*

Decreto n.º 40.318 — de 9 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao item 10, do capítulo IV, das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 38.598, de 17 de janeiro de 1956.*

Decreto n.º 40.342 — de 13 de novembro de 1956.

— *Altera disposição do Regulamento do Fundo Aeroespacial.*

Decreto n.º 40.402 — de 22 de novembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento de Bases e Destacamentos de Bases Aéreas.*

Decreto n.º 40.491 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Modifica o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.550 — de 12 de dezembro de 1956.

AERONAUTICA

— *Cria, no Ministério da Aeronáutica, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.*

Decreto n.º 40.551 — de 12 de dezembro de 1956.

— *Regula o uso das condecorações nos uniformes militares e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.556 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Altera o Regulamento do Serviço de Identificação da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.625 — de 27 de dezembro de 1956.

— Ver também:

Ministério da Aeronáutica.

AEROPORTOS

Denomina Aeroporto Leite Lopes e Aeroporto Baixo Guandu-Aimorés os atuais aeroportos das cidades de Ribeirão Preto e Baixo Guandu, nos Estados de São Paulo e Espírito Santo.

Lei n.º 2.998 — de 11 de dezembro de 1956.

AFORAMENTOS

Aprova o termo de transferência que faz a União Federal à firma Torres & Coelho, das obrigações de aforamento do terreno acrescido de marinha desmembrado da área maior, situado na Rua Santana ns. 138 e 138-A no Distrito Federal.

Decreto Legislativo n.º 49 — de 1956.

AGATA

Renova o Decreto n.º 36.345, de 18 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.506 — de 10 de dezembro de 1956.

ÁGUA DE MESA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.724, de 8 de agosto de 1956.

Decreto n.º 40.641 — de 27 de dezembro de 1956.

ÁGUA MINERAL

Autoriza o cidadão brasileiro Luciano Marcenu Egulon a lavar água mineral, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.099 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zacharias Bebelian a pesquisar água mineral no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.279 — de 5 de novembro de 1956.

— *Estabelece área de proteção para a fonte de Água Mineral Natural Prata, no município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.288 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Waldir Manoel de Freitas, José Francione de Freitas e Marcolina Marques a pesquisar água mineral, termal, gasosa e radioativa no município de Urussanga, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 40.289 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Ismael Ribeiro de Barros a lavar água mineral no município de Iacanga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.328 — de 12 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Rodovalho de Alencar a pesquisar água mineral no município de Iguatu, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 40.381 — de 19 de novembro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 31.319, de 21 de agosto de 1952.*

Decreto n.º 40.460 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Teotônio de Magalhães Júnior, a pesquisar berilo, águas marinhas e associados no município de Sabinoópolis, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.462 — de 3 de dezembro de 1956.

ALGAMATOLITO

Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Pereira Duarte a lavar algamatolito, no município de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.382 — de 19 de novembro de 1956.

ALGODÃO

Aprova novas especificações para classificação e fiscalização da exploração do algodão, seus subprodutos e resíduos.

Decreto n.º 39.933 — de 5 de setembro de 1956.

— *Assegura ao algodão da zona meridional do País, da safra de 1956-57, a garantia de preços mínimos.*

Decreto n.º 40.431 — de 27 de novembro de 1956.

ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZADA S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Aliança da Bahia Capitalização S. A.

Decreto n.º 40.530 — de 11 de dezembro de 1956.

ALIANÇA DE MINAS GERAIS - COMPANHIA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Aliança de Minas Gerais — Companhia de Seguros.

Decreto n.º 40.590 — de 26 de dezembro de 1956.

ALUMÍNIO

Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

ALVES, AZEVEDO S. A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Concede a Alves, Azevedo S. A. Comércio e Indústria autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.327 — de 12 de novembro de 1956.

AMIANTO

Autoriza S. Barreto & Filhos a pesquisar amianto e associados, no município de Traipu, Estado de Alagoas.

Decreto n.º 40.335 — de 12 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Leandro de Paula Rodrigues a pesquisar talco, amianto e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.469 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 36.345, de 13 de outubro de 1954.*

Decreto n.º 40.506 — de 10 de dezembro de 1956.

"ANO SANTOS DUMONT"

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos Dumont" em todo o território nacional.

Lei n.º 2.936 — de 31 de outubro de 1956.

— *Declara de festa cívica o dia 23 de outubro de 1956, em comemoração ao "Ano Santos Dumont".*

Decreto n.º 40.168 — de 20 de outubro de 1956.

APOSENTADORIA

Institui o decreto coletivo de aposentadoria dos servidores civis da União.

Decreto n.º 40.555 — de 31 de dezembro de 1956.

ARDÓSIA

Autoriza o cidadão brasileiro Corrado Vitale a lavar ardósia e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.418 — de 26 de novembro de 1956.

ARGILA

Autoriza o cidadão brasileiro Joseph Nigri a lavar argila, no município de Suzano, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.203 — de 30 de outubro de 1956.

Autoriza a cidadã brasileira Noêmia Fonseca a pesquisar argila, bauxita e associados no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.373 — de 19 de novembro de 1956.

Autoriza Caieiras Santa Teresina Limitada a pesquisar argila e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.463 — de 3 de dezembro de 1956.

ARGILA REFRATÁRIA

Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.373, de 13 de junho de 1956.

Decreto n.º 40.187 — de 30 de outubro de 1956.

ARMADA

Dispensa exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.

Decreto n.º 40.261 — de 5 de novembro de 1956.

Suspende, até 30 de novembro de 1957, a vigência dos dispositivos do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.

Decreto n.º 40.486 — de 4 de dezembro de 1956.

Aprova o Regulamento para o Quartel de Marinheiros.

Decreto n.º 40.487 — de 4 de dezembro de 1956.

— Ver também:

Marinha e Ministério da Marinha.

ARMADORES

Dá nova redação ao art. 14 e parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 7.838, de 11 de setembro de 1941.

Decreto n.º 40.392 — de 20 de novembro de 1956.

ASBESTO

Autoriza o cidadão brasileiro Erasmo Cintra de Almeida a lavar talco-sisto, asbesto e associados no município de Itapira, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.201 — de 30 de outubro de 1956.

ASSISTÊNCIA DE MINERAÇÃO LIMITADA

Concede à Assistência de Mineração Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.188 — de 30 de outubro de 1956.

ASSOCIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 150.000,00, destinado a auxiliar as despesas com a realização da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios.

Lei n.º 3.056 — de 22 de dezembro de 1956.

Declara de utilidade pública a Associação Espírita Francisco de Paula, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.091 — de 9 de outubro de 1956.

Declara de utilidade pública a Casa de Nossa Senhora do Brasil, com sede na Capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.092 — de 9 de outubro de 1956.

Declara de utilidade pública a Associação Brasileira de Medicina do Trabalho, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.162 — de 16 de outubro de 1956.

Declara de utilidade pública a "Associação Brasileira de Amparo aos Leprosos", com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.427 — de 27 de novembro de 1956.

ATLÂNTICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, aumento do capital social e extensão das operações do Ramo Vida.

Decreto n.º 40.698 — de 31 de dezembro de 1956.

AUTARQUIAS

Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n.º 40.299 — de 6 de novembro de 1956.

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR COMO EMPRESA DE MINERAÇÃO

— Ver:

O nome da entidade autorizada.

AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAR NA REPÚBLICA

— Ver:

O nome da entidade.

AUTORIZAÇÃO PARA LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n.º 2.921 — de 21 de outubro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, por ocasião dos festejos comemorativos de seu jubileu de prata.

Lei n.º 2.922 — de 21 de outubro de 1956.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para a reconstrução dos edifícios em que funcionavam as obras educacionais e sociais da Paróquia de Iraputã, município de Itaópolis, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 2.925 — de 21 de outubro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos ocasionados com o incêndio das obras do Frigorífico da Carneira Comprida, no Município de Santa Luzia.

Lei n.º 2.945 — de 10 de novembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Lei n.º 2.954 — de 17 de novembro de 1956.

— Majora a subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e dá outras providências.

Lei n.º 2.956 — de 17 de novembro de 1956.

— Modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.199, de 28 de dezembro de 1944, alterado pelo Decreto-lei número 8.005, de 27 de setembro de 1945 (Autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil Central), e dá outras providências.

Lei n.º 2.960 — de 23 de novembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e dá outras providências.

Lei n.º 2.973 — de 29 de novembro de 1956.

— Inclui a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n.º 2.984 — de 30 de novembro de 1956.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— Concede o auxílio especial de Cr\$ 300.000,00 ao tenente José Natividade Rocha para sua viagem e tratamento.

Lei n.º 2.936 — de 30 de novembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00, a título de auxílio extraordinário à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.

Lei n.º 3.006 — de 15 de dezembro de 1956.

— Abre o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 destinado a atender às despesas com a comemoração do centenário da fundação do Município de Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.009 — de 15 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para auxiliar as comemorações dos centenários das cidades de Uberaba, Itaquí e Anápolis, nos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás.

Lei n.º 3.010 — de 15 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Lei n.º 3.014 — de 17 de dezembro de 1956.

— Concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do país, para fins de reaparelhamento de material de voo.

Lei n.º 3.039 — de 20 de dezembro de 1956.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— Concede o auxílio especial de Cr\$ 2.000.000,00 à Comissão Executiva Pró-Comemoração do Centenário de Alegrete, no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências.

Lei n.º 3.040 — de 21 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar as comemorações do 1.º Centenário da elevação do Município de Baependi, no Estado de Minas Gerais, à categoria de cidade, e a realização, naquela ocasião, de uma Exposição Agropecuária-Industrial.

Lei n.º 3.044 — de 21 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 3.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Serra, no Estado do Espírito Santo, e de Picuí, no Estado do Paraíba, nos festejos comemorativos do IV e I centenários daquelas cidades.

Lei n.º 3.054 — de 22 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílios aos Colégios da Imaculada Conceição, no Distrito Federal, e Santa Rita, no Estado da Paraíba.

Lei n.º 3.066 — de 22 de dezembro de 1956.

— Concede os auxílios especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 5.000.000,00 ao Colégio Adventista Brasileiro e ao Colégio Salesiano N. S. do Carmo, sediados em Santo Amaro e Belém, nos Estados de São Paulo e Pará.

Lei n.º 3.069 — de 22 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (Cr\$ 300.000,00), para auxílio a II Exposição de Suínos no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 3.070 — de 22 de dezembro de 1956.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxílio à Exposição Agro-Industrial de Lajes, na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina.*

Lei n.º 3.072 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Paraná, na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponte Grossa.*

Lei n.º 3.073 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Concede à Associação Baiana de Imprensa e à Associação Cearense de Imprensa o auxílio de Cr\$ 1.500.000,00 para cada uma, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.082 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Provê sobre o pagamento de subvenções, e dá outras providências.*

Lei n.º 3.083 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos primeiros centenários de elevação de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, e Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro, à categoria de cidades.*

Lei n.º 3.086 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Concede as subvenções anuais de Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 500.000,00 à Academia Brasileira de Ciências e ao Instituto do Nordeste.*

Lei n.º 3.089 — de 29 de dezembro de 1956.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos centenários da fundação de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Pinheiros, no Estado do Maranhão.*

Decreto n.º 40.147 — de 16 de outubro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.291 — de 5 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Escola de Sociologia e Política de São Paulo, referente ao exercício de 1956.*

Decreto n.º 40.293 — de 6 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 40.357 — de 16 de novembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento expedido em virtude da Lei n.º 2.814, de 6 de julho de 1953, que dispõe sobre a concessão de auxílio aos Municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.*

Decreto n.º 40.444 — de 30 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro, no exercício de 1956.*

Decreto n.º 40.478 — de 4 de dezembro de 1956.

AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar o Instituto Brasileiro de História da Medicina, na realização do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e III Congresso Brasileiro de História da Medicina.*

Decreto n.º 40.479 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Filosofia do Recife, da Universidade do Recife.*

Decreto n.º 40.480 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará.*

Decreto n.º 40.533 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.559 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para os fins que menciona.*

Decreto n.º 40.583 — de 26 de dezembro de 1956.

AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL

Torna pública a adesão do Sudão à Convenção sobre Aviação Civil Internacional.

Decreto n.º 40.295 — de 6 de novembro de 1956.

B

BACIA DO SÃO FRANCISCO

Dispõe sobre a aplicação dos créditos especiais de Cr\$ 177.000.000,00 autorizados pelo art. 5.º da Lei n.º 2.599, de 13 de setembro de 1955, e de Cr\$ 40.000.000,00 referentes aos saldos orçamentários do anexo do São Francisco, no exercício de 1955.

Lei n.º 3.026 — de 19 de dezembro de 1956.

BANCO DE CRÉDITO CASTELO SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco de Crédito Castelo Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.502 — de 8 de dezembro de 1956.

BANCO DE CRÉDITO POPULAR SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Brasileiro de Crédito Popular Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede na capital do Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.433 — de 27 de novembro de 1956.

BANCO DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

Aprova aumento de capital do Banco do Rio Grande do Sul S.A.

Decreto n.º 40.629 — de 27 de dezembro de 1956.

BANCO ECONÔMICO DE GUARULHOS SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Econômico de Guarulhos Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada" com sede no Município de Guarulhos, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.407 — de 26 de novembro de 1956.

BANCO NACIONAL DE CRÉDITO COOPERATIVO

Altera a redação do artigo 22 do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo aprovado pelo Decreto n.º 30.265, de 11 de dezembro de 1951.

Decreto n.º 40.701 — de 31 de dezembro de 1956.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a Execução do Plano de Desenvolvimento Econômico previstas nas Leis números 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências.

Lei n.º 2.973 — de 26 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.167 — de 18 de outubro de 1956.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

— *Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.*

Decreto n.º 40.299 — de 6 de novembro de 1956.

BANCO POPULAR DA PRAÇA SOCIEDADE COOPERATIVA DE RESPONSABILIDADE LTDA.

Concede autorização para constituição do "Banco Popular da Praça Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.435 — de 27 de novembro de 1956.

BANCO POPULAR RIO BRANCO SOCIEDADE COOPERATIVA

Concede autorização para constituição do "Banco Popular Rio Branco Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada", com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.406 — de 26 de novembro de 1956.

BARITINE

Aulcriza o cidadão brasileiro Hildebrando Martins Borges a pesquisar Nióbio e associados, manganês, baritine e vermiculite, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.216 — de 30 de outubro de 1956.

BATALHÃO SANTOS DUMONT

Denomina "Batalhão Santos Dumont" o Batalhão de Infantaria do Núcleo da Divisão Aeroterrestre.

Decreto n.º 40.169 — de 22 de outubro de 1956.

BAURU RADIO CLUBE S. A.

Outorga concessão à Bauru Rádio Clube S.A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 40.391 — de 20 de novembro de 1956.

BAUSCH & LOMB DO BRASIL LIMITADA

Concede à sociedade Bauch & Lomb do Brasil Ltd. autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.120 — de 15 de outubro de 1956.

BAUXITA

Renova o Decreto n.º 33.344, de 22 de julho de 1953.

Decreto n.º 40.190 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza a cidadã brasileira Noêmia Fonseca a pesquisar argila, bauxita e associados no município de Caldas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.373 — de 19 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Fernandes a pesquisar caulim, bauxita e associados, no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.379 — de 19 de novembro de 1956.

BAUXITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Ponciano Gomes a pesquisar bauxita, quartzo e associados, no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.464 — de 3 de dezembro de 1956.

BERILO

Autoriza o cidadão brasileiro Teotônio de Magalhães Júnior a pesquisar berilo, águas marinhas e associados no município de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.462 — de 3 de dezembro de 1956.

BRANCAL S. A. MINERAÇÃO E COMÉRCIO

Concede à Brancal S. A. Mineração e Comércio autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.109 — de 9 de outubro de 1956.

"BRASPHIL" IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LIMITADA

Concede à "Brasphil" Importação e Exportação Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.273 — de 5 de novembro de 1956.

BRAZILIAN TELEPHONE COMPANY

Concede nacionalização à Sociedade Anônima Brazilian Telephone Company, sob a denominação de Companhia Telefônica Brasileira.

Decreto n.º 40.439 — de 28 de novembro de 1956.

C

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

Modifica o art. 5.º do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1954.

Lei n.º 2.896 — de 5 de outubro de 1956.

CAIXAS ECONÔMICAS FEDERAIS

— *Cria Caixas Econômicas Federais nos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Rio Branco.*

Lei n.º 3.079 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.*

Decreto n.º 40.299 — de 6 de novembro de 1956.

— *Inclui no Quadro do Pessoal da Caixa Econômica Federal do Piauí, os cargos que menciona, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.430 — de 27 de novembro de 1956.

CAIXA NACIONAL DE CAPITALIZAÇÃO

Extingue cargo excedente.

Decreto n.º 40.521 — de 11 de dezembro de 1956.

CALCÁRIO

Autoriza a Cia. de Cimento Portland Paraíso a lavar calcário no município de Euclideslandia, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.098 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Sena Ladeira a pesquisar calcário e associados no município de Barroso, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.102 — de 9 de outubro de 1956.

— *Declara caduco o Decreto número 26.804, de 21 de junho de 1949.*

Decreto n.º 40.186 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Vital Baptista de Azevedo a pesquisar calcário e associados no município de Matosinhos, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.193 — de 30 de outubro de 1956.

CALCÁRIO

— Autoriza o cidadão brasileiro Alcenor de Oliveira Correia a lavar calcário e associados no município de Matozinhos, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.204 — de 30 de outubro de 1956.

— Autoriza Mineração Irapuá Ltda. a pesquisar calcário no município de Cachoeira do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Decreto n.º 40.218 — de 30 de outubro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Aderbal Tolosa Bianchi a pesquisar calcário e associados, no Município de Iporanga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.276 — de 5 de novembro de 1956.

— Autoriza Antenor Bonato & Cia. Limitada a pesquisar calcário, no Município de Piracicaba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.277 — de 5 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Onofre Raça a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.287 — de 5 de novembro de 1956.

Retifica o art. 1.º do Decreto número 22.102, de 18 de novembro de 1946.

Decreto n.º 40.388 — de 19 de novembro de 1956.

— Autoriza Amaral Machado & Companhia Limitada a lavar calcário e associados, no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.380 — de 19 de novembro de 1956.

Autoriza Amaral Machado & Companhia Limitada a lavar calcário e associados, no município de Rio das Pedras, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.380 — de 19 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Flávio Beneduce a lavar calcário e associados no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.509 — de 10 de dezembro de 1956.

CALCÁRIO

— Declara sem efeito o Decreto n.º 36.638, de 22 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 40.635 — de 27 de dezembro de 1956.

CALCIO

Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

CALCITA

Autoriza o cidadão brasileiro Anibal Garcia da Silva a pesquisar calcita e associados, no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.205 — de 30 de outubro de 1956.

CALEDONIAN INSURANCE COMPANY

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Caledonian Insurance Company.

Decreto n.º 40.181 — de 30 de outubro de 1956.

CAMARA DOS DEPUTADOS

Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para a instalação de aparelhagem destinada à votação por processo mecânico.

Lei n.º 2.962 — de 23 de novembro de 1956.

— Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito suplementar de Cr\$ 5.200.000,00 para reforço de dotações orçamentárias vigentes.

Lei n.º 3.001 — de 13 de dezembro de 1955.

— Abre ao Poder Legislativo — Câmara dos Deputados — o crédito especial de Cr\$ 1.675.454,00, para construção de novas salas no Palácio Tiradentes e atender a pagamento de obras realizadas durante os meses de maio e junho de 1956, também no Palácio Tiradentes.

Lei n.º 3.036 — de 19 de dezembro de 1956.

CAMPANHA NACIONAL DE MERENDA ESCOLAR (CNME)

Altera a redacção do art. 4.º do Decreto n.º 37.106, de 31 de março de 1955, que dispõe sobre a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME).

Decreto n.º 40.052 — de 1 de outubro de 1956.

CAPITANIAS DOS PORTOS

— Ver:

Ministério da Marinha.

CARGOS EM COMISSÃO

Equipara a função de administrador das Estradas de Ferro Leopoldina, Santos a Jundiá e Ilhéus, quando exercida por funcionário público nomeado pelo Presidente da República, aos cargos em comissão de que trata o Art. 180 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e dá outras providências.

Lei n.º 3.050 — de 21 de dezembro de 1956.

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

Prorroga até 30 de junho de 1957 a vigência do regime de licença prévia a que se refere a Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

Lei n.º 3.053 — de 22 de dezembro de 1956.

CARVÃO

Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.

Decreto n.º 39.094 — de 30 de abril de 1956.

— *Autoriza a Empresa Continental de Minérios Ltda. a lavar carvão mineral no município de Orleães, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 39.125 — de 2 de maio de 1956.

CARVÃO

— *Dispõe sobre os preços de venda do carvão do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.067 — de 8 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Carbonífera Caeté Limitada a lavar carvão mineral no município de Criciúma, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n.º 40.285 — De 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Israel Klabin a lavar carvão mineral no município de Tibagi, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 40.290 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Lupion a pesquisar carvão mineral e associados, no município de Curitiba, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 40.516 — de 10 de dezembro de 1956.

CASA DA CRIANÇA "DR. ANTÔNIO EPAMINONDAS GOUVEIA"

Denomina "Casa da Criança Doutor Antônio Epaminondas Gouveia", o edifício construído pelo Governo Federal, e onde funciona o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo.

Lei n.º 2.964 — de 24 de novembro de 1956.

CASSITERITA

Autoriza o cidadão brasileiro Patrício Rodrigues Galdeano a pesquisar cassiterita, columbita e associados, no município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.195 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Prudêncio de Oliveira a pesquisar manganês, cassiterita e associados, no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.197 — de 30 de outubro de 1956.

CASSITERITA

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Ribeiro de Souza a lavrar cassiterita, no município de São João Del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.200 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Arena a pesquisar cassiterita, minério de ouro e associados nos municípios de São Tiago, São João del Rei e Nazareno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.202 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Arena a pesquisar ouro, cassiterita e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.211 — de 30 de outubro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 34.217, de 14 de outubro de 1953.*

Decreto n.º 40.324 — de 12 de novembro de 1956.

— *Declara caduco o Decreto número 37.699, de 5 de agosto de 1955.*

Decreto n.º 40.636 — de 27 de dezembro de 1956.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel José do Amaral a lavrar feldspato, mica, caulim e associados, no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.097 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Bocchighieri a pesquisar caulim, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.372 — de 19 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zeferino Cerqueira Leite a lavrar caulim e mica no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.377 — de 19 de novembro de 1956.

CAULIM

— *Autoriza o cidadão brasileiro Wilson Fernandes a pesquisar caulim, bauxita e associados, no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.379 — de 19 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Cezario Salles de Almeida a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.415 — de 26 de novembro de 1956.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto número 39.095, de 30 de abril de 1956.*

Decreto n.º 40.420 — de 26 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rosalvo Pereira Palma a pesquisar caulim no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.466 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Francisco Borges a pesquisar caulim, mica e associados no município de Bicas Fortes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.514 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Assunção a pesquisar feldspato, caulim e associados, fazidas de classe VI, no Município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.515 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Retifica o art. 1.º do Decreto n.º 35.211, de 18 de março de 1954.*

Decreto n.º 40.640 — de 27 de dezembro de 1956.

CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADESTRAMENTO AERONAVAL

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, uma área de 885,5 ha, aproximadamente, situada no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.111 — de 10 de outubro de 1956.

CENTRO DO COMÉRCIO DE CAFÉ DO RIO DE JANEIRO

Declara de utilidade pública o Centro do Comércio de Café do Rio de Janeiro, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.048 — de 27 de setembro de 1956.

CENTRO PAN-AMERICANO DE FEBRE AFTOSA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para obras e equipamentos necessários ao funcionamento do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa.

Lei n.º 3.064 — de 22 de dezembro de 1956.

CESSÃO DE TERRAS DA UNIÃO

Dispõe sobre a cessão de um terreno à Prefeitura Municipal de Niterói, de propriedade da União.

Lei n.º 2.963 — de 23 de novembro de 1956.

— *Autoriza a cessão de terreno de acrescidos de marinha, que menciona, situado no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.250 — de 31 de outubro de 1956.

— *Autoriza a cessão do terreno que menciona, situado em Fortaleza, no Estado do Ceará.*

Decreto n.º 40.562 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Distrito Federal.*

Decreto n.º 40.563 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a cessão gratuita do terreno que menciona, situado no Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.564 — de 18 de dezembro de 1956.

CHUMBO

Autoriza Mineração Lageado Ltda. a pesquisar minério de chumbo e associados, no município de Apiai, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.510 — de 10 de dezembro de 1956.

CINAL - COMÉRCIO, INDÚSTRIA NAVEGAÇÃO AMAPÁ LTDA.

Concede à sociedade CINAL — Comércio, Indústria e Navegação Amapá Ltda., autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.423 — de 26 de novembro de 1956.

CLUBE DA LANTERNA

Suspende o funcionamento do Clube da Lanterna, sociedade civil com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.404 — de 24 de novembro de 1956.

CLUBE NAVAL

Altera o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.

Decreto n.º 40.703 — de 31 de dezembro de 1956.

COBRE

Autoriza a cidadã brasileira Elvira Gonçalves de Oliveira a pesquisar minério de cobre e associados no município de Jaguari, Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.199 — de 30 de outubro de 1956.

CÓDIGO CIVIL

Revigora o Inciso IX, do § 6.º, do art. 178, da Lei n.º 3.071, de 1 de janeiro de 1916 (Código Civil).

Lei n.º 2.923 — de 21 de outubro de 1956.

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR

Modifica o art. 33 do Código da Justiça Militar.

Lei n.º 2.933 — de 31 de outubro de 1956.

CÓDIGO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

Altera a tabela das taxas, anuidades, multas e contribuições concernentes aos atos da Propriedade Industrial a que se refere o art. 212 do Decreto-lei n.º 7.903, de 27 de agosto de 1945 (Código da Propriedade Industrial), alterado pelo Decreto-lei n.º 3.923, de 26 de janeiro de 1946.

Lei n.º 2.916 — de 13 de outubro de 1936.

CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL

Modifica o Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, no concernente ao serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências.

Lei n.º 2.910, de 12 de outubro de 1956.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Modifica o art. 875, "caput", do Código de Processo Civil.

Lei n.º 2.970 — de 24 de novembro de 1956.

CÓDIGO DE VENCIMENTOS E VANTAGENS DOS MILITARES

Classifica localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no art. 123, da Lei n.º 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

Decreto n.º 40.236 — de 31 de outubro de 1956.

CÓDIGO ELEITORAL

Modifica dispositivos da Lei número 2.550, de 25 de julho de 1955, que altera o Código Eleitoral (Lei número 1.164, de 24 de julho de 1950), e dá outras providências.

Lei n.º 2.982 — de 30 de novembro de 1956.

COLUMBITA

Autoriza o cidadão brasileiro Patrício Rodrigues Galdeano a pesquisar cassiterita, columbita e associados, no município de Araçuaí, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.195 — de 50 de outubro de 1956.

COMISSÃO CONSULTIVA DO TRIGO

Transfere, para o Ministério da Agricultura, a Comissão Consultiva do Trigo, criada no Ministério das Relações Exteriores, pelo Decreto número 29.916, de 27 de agosto de 1951.

Decreto n.º 40.573 — de 20 de dezembro de 1956.

COMISSÃO DA MARINHA MERCANTE

Dá nova redação ao art. 14 e parágrafos do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 7.838, de 11 de setembro de 1941.

Decreto n.º 40.392 — de 20 de novembro de 1956.

COMISSÃO DO IMPOSTO SINDICAL

Expede Regulamento para a Comissão do Imposto Sindical (CIS) a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS).

Decreto n.º 40.401 — de 21 de novembro de 1956.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.163.864.849,50 para os fins que menciona.

Lei n.º 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar parte das terras, de propriedade dos Senhores José Diamantino Benevides e sua mulher D. Ana Rita Diamantino, Simplicio de Souza França, Edmundo Luiz de França e Maria José Novais, na fazenda Manga ou Japoré do Distrito dessa cidade, da comarca de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.122 — de 15 de outubro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Fundo de Mecanização da Lavoura no Vale do São Francisco.*

Decreto n.º 40.165 — de 18 de outubro de 1956.

COMISSÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO

— *Aprova o Regulamento da Carteira de Revenda da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n.º 40.166 — de 18 de outubro de 1956.

— *Abre, pela Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 42.958,10, para pagamento de diferença de vencimentos.*

Decreto n.º 40.482 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.*

Decreto n.º 40.476 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de um terreno, em Irecê — Estado da Bahia, de propriedade do Dr. Mário Dourado Sobrinho e de sua esposa, Dona Nair Dourado.*

Decreto n.º 40.541 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Altera a redação da alínea "j" do art. 12 do Decreto n.º 38.969, de 4 de abril de 1956.*

Decreto n.º 40.558 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Abre à Comissão do Vale do São Francisco, o crédito especial de Cr\$ 1.068.805,20, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.678 — de 28 de dezembro de 1956.

COMISSÃO ESPECIAL DA FAIXA DE FRONTEIRAS

Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras para a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Guerra.

Decreto n.º 40.322 — de 12 de novembro de 1956.

COMISSÃO ESPECIAL DA FAIXA DE FRONTEIRAS

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, para a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 40.347 — de 13 de novembro de 1956.

COMISSÃO FEDERAL DE ABASTECIMENTO E PREÇOS

Revigora, com alterações, a Lei n.º 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio econômico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Lei n.º 3.084 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Aprova a Tabela Numérica de Mensalistas da Comissão Federal de Abastecimento e Preços, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.077 — de 8 de outubro de 1956.

COMISSÃO MISTA FERROVIÁRIA BRASILEIRA BOLIVIANA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00, destinado à compra e pagamento de vagões-tanques e às despesas complementares indispensáveis.

Lei n.º 2.991 — de 30 de novembro de 1956.

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR

Cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.110 — de 10 de outubro de 1956.

COMISSÕES

Dispõe sobre o pessoal das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites — O Presidente da República.

Lei n.º 3.029 — de 19 de dezembro de 1956.

COMISSÕES

— *Cria no Instituto de Óleos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas, do Ministério da Agricultura, a Comissão de Cooperação Técnica e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.123 — de 15 de outubro de 1956.

— *Estabelece normas para importação e distribuição de máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.260 — de 1 de novembro de 1956.

— *Aprova normas especiais para a construção da ponte internacional sobre o rio Paraná, na diretriz da rodovia BR-35.*

Decreto n.º 40.350 — de 14 de novembro de 1956.

— *Cria, no Ministério da Aeronáutica, a Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.*

Decreto n.º 40.551 — de 12 de dezembro de 1956.

COMPANHIA BANDEIRANTE DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Bandeirante de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.121 — de 15 de outubro de 1956.

COMPANHIA BOAVISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social, da Companhia Boavista de Seguros.

Decreto n.º 40.070 — de 8 de outubro de 1956.

— *Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Boavista de Seguros.*

Decreto n.º 40.584 — de 26 de dezembro de 1956.

COMPANHIA CEARÁ DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Ceará de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.421 — de 26 de novembro de 1956.

COMPANHIA CENTRAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Central de Seguros.

Decreto n.º 40.184 — de 30 de outubro de 1956.

COMPANHIA CONTINENTAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Continental de Seguros.

Decreto n.º 40.592 — de 26 de dezembro de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS ARGOS FLUMINENSE

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Argos Fluminense.

Decreto n.º 40.591 — de 26 de dezembro de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ"

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros "Comercial do Pará".

Decreto n.º 40.183 — de 30 de outubro de 1956.

COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CORCOVADO

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Corcovado.

Decreto n.º 40.599 — de 27 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS
"LIBERDADE"**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Liberdade.

Decreto n.º 40.524 — de 11 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES
"CONFIANÇA"**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres Confiança.

Decreto n.º 40.531 — de 11 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS
MARÍTIMOS E TERRESTRES
"PHENIX DE PORTO
ALEGRE"**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres "Phoenix de Porto Alegre".

Decreto n.º 40.597 — de 27 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS MARÍTIMOS E TERRESTRES UNIÃO
DOS PROPRIETÁRIOS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Marítimos e Terrestres União dos Proprietários.

Decreto n.º 40.517 — de 10 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PHOENIX PERNAMBUCANA**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Phoenix Pernambucana.

Decreto n.º 40.528 — de 11 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS
PRESIDENTE**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia de Seguros Presidente.

Decreto n.º 40.529 — de 11 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA DE SEGUROS
VAREJISTAS**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia de Seguros Varejistas.

Decreto n.º 40.593 — de 27 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA ESPÍRITO SANTO
DE MINERAÇÃO**

Concede à Companhia Espírito Santo de Mineração — Cesmi, — sociedade anônima, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.638 — de 27 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA HEMISFÉRICA DE
SEGUROS**

Concede à Companhia Hemisférica de Seguros, autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n.º 40.588 — de 28 de dezembro de 1956.

**COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO
SÃO FRANCISCO**

Dispõe sobre a isenção tributária da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Lei n.º 2.890 — de 1 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 66kv da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, de Angelim a Pesqueira, no Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 39.940 — de 6 de setembro de 1956.

**COMPANHIA INTERNACIONAL DE
CAPITALIZAÇÃO**

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Internacional de Capitalização.

Decreto n.º 40.361 — de 19 de novembro de 1956.

COMPANHIA INTERNACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Internacional de Seguros.

Decreto n.º 40.266 — de 5 de novembro de 1956.

COMPANHIA LUZ E FORÇA DE MOCOCA

Autoriza a Companhia Luz e Força de Mococa a ampliar suas instalações hidroelétricas.

Decreto n.º 40.475 — de 3 de dezembro de 1956.

COMPANHIA MINEIRA DE METAIS

Concede à Companhia Mineira de Metais autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.326 — de 12 de novembro de 1956.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a interligar seu sistema com o de São Paulo Light and Power Company Limited, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.339 — de 13 de novembro de 1956.

COMPANHIA PAULISTA DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Companhia Paulista de Seguros".

Decreto n.º 40.264 — de 5 de novembro de 1956.

COMPANHIA REAL DE SEGUROS

Concede à Companhia Real de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n.º 40.600 — de 27 de dezembro de 1956.

COMPANHIA ROCHEDO DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Rochedo de Seguros.

Decreto n.º 40.267 — de 5 de novembro de 1956.

COMPANHIA SEGURADORA BRASILEIRA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Companhia Seguradora Brasileira.

Decreto n.º 40.519 — de 10 de dezembro de 1956.

COMPANHIA SOL DE SEGUROS

Concede à Companhia Sol de Seguros autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n.º 40.587 — de 26 de dezembro de 1956.

COMPANHIA SUL BRASIL DE SEGUROS TERRESTRES E MARÍTIMOS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Companhia Sul Brasil de Seguros Terrestres e Marítimos.

Decreto n.º 40.518 — de 10 de dezembro de 1956.

COMPANHIA TELEFÔNICA BRASILEIRA

Concede nacionalização à sociedade Anônima Brazilian Telephone Company, sob a denominação de Companhia Telefônica Brasileira.

Decreto n.º 40.439 — de 28 de novembro de 1956.

CONCESSÃO PARA SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO

— Ver:

O nome da entidade à qual foi feita a concessão.

CONCHAS CALCÁRIAS

Autoriza o cidadão brasileiro José Floriano de Toledo a lavar conchas calcárias no município de Cananéia, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.376 — de 19 de novembro de 1956.

CONCURSOS

Estende aos concursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais o disposto no art. 61 do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945.

Lei n.º 2.915 — de 13 de outubro de 1956.

— *Dispõe sobre os programas de ensino que servirão de base ao concurso de cargos de magistério.*

Lei n.º 2.938 — de 2 de novembro de 1956.

CONDECORAÇÕES

Regula o uso das condecorações nos uniformes militares e dá outras providências.

Decreto n.º 40.556 — de 17 de dezembro de 1956.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS UNIVERSITARIOS

Aprova Estatuto da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e Regulamentos dos Jogos Universitários Brasileiros.

Decreto n.º 40.426 — de 27 de novembro de 1956.

CONFERÊNCIAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Lei n.º 2.950 — de 17 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a auxiliar as despesas com o comparecimento da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional.*

Lei n.º 3.017 — de 17 de dezembro de 1956.

CONFERÊNCIAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 como auxílio à II Conferência de Peritos em Siderurgia Latino-Americana e Indústrias de Transformação de Aço.*

Lei n.º 3.020 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Abre pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 40.323 — de 12 de novembro de 1956.

CONGRESSOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.

Lei n.º 2.901 — de 5 de outubro de 1956.

— *Autoriza a emissão de selos comemorativos do 36.º Congresso Eucarístico Internacional.*

Lei n.º 2.907 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a Federação Brasileira de Colégios Notariais na realização do IV Congresso Internacional do Notariado Latino.*

Lei n.º 2.908 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para auxílio à realização do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas.*

Lei n.º 3.019 — de 17 de dezembro de 1956.

CONGRESSOS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer a despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes.*

Lei n.º 3.028 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com a realização do 1.º Congresso Médico Brasileiro, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.*

Lei n.º 3.075 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Educação e Cultura e Viação e Obras Públicas, os créditos especiais, respectivamente de Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 100.000,00 como auxílio a realização do VI Congresso Odontológico Brasileiro e I Congresso de Mecânica do Solo.*

Lei n.º 3.088 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Oficializa congresso científico.*

Decreto n.º 40.075 — de 8 de outubro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.394 — de 21 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00, para auxiliar o Instituto Brasileiro de História da Medicina, na realização do I Congresso Pan-Americano de História da Medicina e III Congresso Brasileiro de História da Medicina.*

Decreto n.º 40.479 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose.*

Decreto n.º 40.612 — de 27 de dezembro de 1956.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO

Cria Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

Decreto n.º 40.554 — de 14 de dezembro de 1956.

— *Altera o art. 7.º e §§ 1.º e 2.º do Decreto n.º 38.744, de 1 de fevereiro de 1956, e artigo 10 e §§ 1.º e 2.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 38.906, de 15 de março de 1956.*

Decreto n.º 40.579 — de 22 de dezembro de 1956.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.

Lei n.º 3.033 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Conselho de Segurança Nacional o crédito suplementar de Cr\$ 75.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.664 — de 28 de dezembro de 1956.

CONSELHO INTERAMERICANO DE COMÉRCIO E PRODUÇÃO

Autoriza a filiação de entidades sindicais patronais ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção.

Decreto n.º 40.078 — de 9 de outubro de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE AGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.

Lei n.º 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere função da Parte Permanente da Tabela Única de Extra-numerário Mensalista do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica para iguais Parte e Tabela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n.º 40.239 — de 31 de outubro de 1956.

— *Declara Órgão Auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o Departamento de Energia da Secretaria da Viação e Obras Públicas do Estado da Bahia, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.270 — de 5 de novembro de 1956.

— *Declara Órgão Auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a Empresa de Força, Luz e Água de Cuiabá, Autarquia Estadual, subordinada à Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso.*

Decreto n.º 40.303 — de 6 de novembro de 1956.

— *Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito especial de Cr\$ 174.140,80, autorizado pela Lei n.º 2.836, de 31 de julho de 1956.*

Decreto n.º 40.536 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica o crédito especial de Cr\$ 294.953,20, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.679 — de 28 de dezembro de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.

Lei n.º 3.033 — de 19 de dezembro de 1956.

CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA

— *Abre ao Conselho Nacional de Economia o crédito suplementar de Cr\$ 7.164.631,90, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.662 — de 28 de dezembro de 1956.

CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO

Dispõe sobre aproveitamento de pessoal do Conselho Nacional do Petróleo nos órgãos que especifica.

Decreto n.º 40.155 — de 16 de outubro de 1956.

CONSELHO RODOVIÁRIO NACIONAL

Fixa a gratificação do Presidente do Conselho Rodoviário Nacional.

Decreto n.º 40.619 — de 27 de dezembro de 1956.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

— Ver:

Imposto de Consumo.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Modifica o Art. 300 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 2.924 — de 21 de outubro de 1956.

— *Altera o Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), e dispõe sobre os contratos por obra ou serviço certo.*

Lei n.º 2.959 — de 17 de novembro de 1956.

— *Modifica o alínea c do art. 580 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).*

Lei n.º 3.022 — de 19 de dezembro de 1956.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

— *Determina que não poderão exceder a 25% do salário mínimo os descontos por fornecimento de alimentação, quando preparadas pelo próprio empregador.*

Lei n.º 3.030 — de 19 de dezembro de 1956.

CONSULADOS

— Ver:

Ministério das Relações Exteriores.

CONTRATOS

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Companhia Metropolitana de Construções.

Decreto Legislativo n.º 44, de 1956.

— *Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Engenharia e Comércio Ltda.*

Decreto Legislativo n.º 45, de 1956

— *Aprova o termo de acordo celebrado entre o 2.º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas e a firma Usina Monte Alegre S. A.*

Decreto Legislativo n.º 46, de 1956.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francisco Sá.*

Decreto Legislativo n.º 48, de 1956.

— *Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Governo Federal e Grassi Giovanni.*

Decreto Legislativo n.º 50, de 1956.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre a Delegacia Seccional do Imposto de Renda em Campos, Estado do Rio de Janeiro, e Carlos Pereira Crespo.*

Decreto Legislativo n.º 51, de 1956.

CONTRATOS

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Fábio Fontenele.*

Decreto Legislativo n.º 53, de 1956.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro do contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Nair Dorothea dos Prazeres.*

Decreto Legislativo n.º 54, de 1956.

— *Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Onorato Pampaloni.*

Decreto Legislativo n.º 56, de 1956.

— *Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Maury Pinto de Oliveira.*

Decreto Legislativo n.º 57, de 1956.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro, do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro.*

Decreto Legislativo n.º 58, de 1956.

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Alfredo Simões.*

Decreto Legislativo n.º 59, de 1956.

— *Aprova o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro ao contrato celebrado entre a União Federal e o Engenheiro Civil Dilton Pinto de Carvalho.*

Decreto Legislativo n.º 60, de 1956.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Maria Carmen de Paiva Gomes.*

Decreto Legislativo n.º 62, de 1956.

— *Aprova o termo de prorrogação do contrato celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e H. Stern.*

Decreto Legislativo n.º 63, de 1956.

CONTRATOS DE DEPÓSITOS

Expede Regulamento para execução da Lei n.º 2.313, de 3 de setembro de 1954.

Decreto n.º 40.395 — de 21 de novembro de 1956.

CONVENÇÕES

Torna pública a adesão do Egito à Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929.

Decreto n.º 40.087 — de 9 de outubro de 1956.

— *Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo de Israel, à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, regulamento de execução e ata da assinatura, firmados, em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo, assinado em Bruxelas, a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n.º 40.088 — de 9 de outubro de 1956.

— *Torna público a adesão do Sudão à Convenção sobre Aviação Civil Internacional.*

Decreto n.º 40.295 — de 6 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Diretor-Geral de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, a expedir, pelo Governo brasileiro, certificados instituídos pela Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar — Londres, 1946.*

Decreto n.º 40.399 — de 21 de novembro de 1956.

— *Torna público o depósito, por vários países, de Instrumentos de aceitação e relativos a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, 10 de junho de 1948.*

Decreto n.º 40.428 — de 27 de novembro de 1956.

CONVÊNIOS

Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto Legislativo n.º 47, de 1956.

— *Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia.*

Decreto Legislativo n.º 55, de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Município de Irai, no Estado do Rio Grande do Sul, para cumprimento do disposto no art. 2.º, inciso VII, da Lei número 2.661, de 3 de dezembro de 1955.*

Lei n.º 2.965 — de 24 de novembro de 1956.

COOPERATIVA BANCO DE CRÉDITO ITABIRA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa Banco de Crédito Itabira" com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.432 — de 27 de novembro de 1956.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS FUNCIONÁRIOS DA L.B.A. EM PERNAMBUCO LIMITADA

Concede autorização para constituição da "Cooperativa de Crédito dos Funcionários, da L.B.A. em Pernambuco Limitada" com sede em Recife, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 39.188 — de 15 de maio de 1956.

CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

Promove ao posto ou graduação imediatos os militares incapacitados definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências.

Lei n.º 3.067 — de 22 de dezembro de 1956.

CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS

Altera o Regulamento do Corpo de Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.

Decreto n.º 40.113 — de 17 de outubro de 1956.

CORY BROTHERS AND COMPANY, LIMITED

Concede à sociedade anônima Cory Brothers and Company, Limited, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.009 — de 20 de setembro de 1956.

COTA DE PREVIDÊNCIA

Regula o recolhimento ao Fundo Único da Previdência Social, da Cota de Previdência, arrecadada do público ou consumidor e dá outras providências.

Decreto n.º 40.079 — de 9 de outubro de 1956.

— *Regulamenta a percepção da remuneração adicional, prevista na Lei n.º 2.573, de 15 de agosto de 1935.*

Decreto n.º 40.119 — de 15 de outubro de 1956.

CRÉDITO ESPECIAL

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

— Ver:

O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

CRÉDITO SUPLEMENTAR

— Ver:

...O nome do Ministério ou entidade a que se refere.

CRIAÇÃO DE CARGOS

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão a cuja lotação pertencem.

CROMO

Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

CURSOS

Prorroga o prazo que restringe as exigências para instruir matrícula aos cursos de enfermagem, nos termos do parágrafo único do art. 5.º da Lei n.º 775, de 6 de agosto de 1949..

Lei n.º 2.995 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Auxiliares de Enfermagem Dr. Mário Corrêa da Costa.*

Decreto n.º 39.081 — de 30 de abril de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social de Natal.*

Decreto n.º 40.066 — de 4 de outubro de 1956.

— *Determina a subordinação do Curso de Classificação de Pessoal.*

Decreto n.º 40.171 — de 22 de outubro de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento dos cursos de filosofia, geografia, história, pedagogia e letras anglo-germânicas da Faculdade de Filosofia de Passo Fundo.*

Decreto n.º 40.490 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica do Espírito Santo.*

Decreto n.º 40.544 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o funcionamento do curso de Engenharia Civil da Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro.*

Decreto n.º 40.548 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de odontologia da Faculdade de Odontologia de Diamantina.*

Decreto n.º 40.574 — de 18 de dezembro de 1956.

CURSOS

— *Concede reconhecimento a curso de enfermagem.*

Decreto n.º 40.576 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Ver também:*

Escolas, Faculdades e Universidades.

D

"DEMA" - DISTRIBUIDORA E EXPORTADORA DE MINÉRIOS E ADUBOS

Concede à "DEMA" Distribuidora e Exportadora de Minérios e Adubos Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.275 — de 5 de novembro de 1956.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, o crédito especial de Cr\$ 2.650.000,00, destinado à regularização de despesas no exercício de 1954.

Lei n.º 2.946 — de 17 de novembro de 1956.

Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.

Lei n.º 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público para idêntica Tabela do Ministério da Fazenda.

Decreto n.º 40.226 — de 31 de outubro de 1956.

Abre ao Departamento Administrativo do Serviço Público o crédito especial de Cr\$ 554.951,70, para os fins que especifica.

Decreto n.º 40.676 — de 28 de dezembro de 1956.

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELEGRAFOS

Aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Engenharia e Comércio Ltda.

Decreto Legislativo n.º 45, de 1956.

— *Aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e Maria Carmen de Paiva Gomes.*

Decreto Legislativo n.º 62, de 1956.

— *Homologa atos praticados por autoridades do Departamento dos Correios e Telégrafos.*

Decreto n.º 40.055 — de 1 de outubro de 1956.

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Altera a redação de dispositivos do Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.047 — de 27 de setembro de 1956.

— *Revoga o Decreto n.º 37.023, de 15 de março de 1955.*

Decreto n.º 40.133 — de 16 de outubro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

Aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Estradas de Ferro e a Companhia Metropolitana de Construções.

Decreto Legislativo n.º 44, de 1956.

— *Modifica a alínea "c" do artigo terceiro do Decreto-lei número nove mil oitocentos e cinquenta e nove de treze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis. (Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção, no País, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro).*

Lei n.º 2.943 — de 8 de novembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE FERRO

— Revigora o Decreto nº 26.750, de 6 de julho de 1949, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias, situadas na localidade denominada Matadouro, subúrbio de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.617 -- de 27 de dezembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTRADAS DE RODAGEM

— Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando os Estados de São Paulo e Mato Grosso, e dá outras providências.

Lei nº 3.041 -- de 21 de dezembro de 1956.

— Aprova normas especiais para a construção da ponte internacional sobre o rio Paraná, na diretriz da rodovia BR-35.

Decreto nº 40.350 -- de 14 de novembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

Aprova o termo de acôrdo celebrado entre o 2º Distrito do Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas e a firma Usina Monte Alegre S.A.

Decreto Legislativo nº 46, de 1956.

— Autoriza a execução de obras de emergência no Estado da Paraíba.

Decreto nº 40.044 -- de 27 de setembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 40.154 -- de 26 de outubro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no Município de Quixadá, Estado do Ceará.

Decreto nº 40.176 -- de 25 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no Município de Malta, Estado da Paraíba.

Decreto nº 40.258 -- de 31 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situada no Município de Major Izidoro, Estado de Alagoas.

Decreto nº 40.398 -- de 21 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fim de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, área de terreno situado no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.535 -- de 11 de dezembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Declara de utilidade pública, para desapropriação, mediante acôrdo, área de terreno situada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.484 -- de 4 de dezembro de 1956.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS, RIOS E CANAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender às despesas resultantes de várias obras, serviços e trabalhos de qualquer natureza contratados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.

Lei nº 2.994 -- de 10 de dezembro de 1956.

DERIVADOS DO PETRÓLEO

Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei nº 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Lei nº 2.903 — de 5 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública as áreas de terra compreendidas no plano de aproveitamento de energia hidráulica existente no Rio Grande, entre o município de Ibiraci, distrito do mesmo nome e o município de Sacramento, distrito de Desemboque, no Estado de Minas Gerais, e autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz, sociedade anônima, com sede nesta Capital, a promover a respectiva desapropriação.

Decreto nº 40.082 — de 9 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, uma área de 885,5 ha, aproximadamente, situada no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto nº 40.111 — de 10 de outubro de 1956.

— Altera parcialmente o art. 1º do Decreto nº 39.677, de 31 de julho de 1956.

Decreto nº 40.116 — de 12 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto nº 36.539, de 3 de dezembro de 1954 e autoriza a Eleto Química Brasileira S.A. a promover a servidão administrativa das mesmas.

Decreto nº 40.138 — de 16 de outubro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco.

Decreto nº 40.154 — de 16 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao serviço do Exército Nacional.

Decreto nº 40.173 — de 22 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Quixadá, Estado do Ceará.

Decreto nº 40.176 — de 25 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, e destinado à ampliação das instalações da Universidade da Bahia.

Decreto nº 40.222, de 30 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis que menciona, situados na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, e destinados à ampliação das instalações da Universidade da Bahia.

Decreto nº 40.223 — de 30 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, os imóveis que menciona, situados na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, e destinados à ampliação das instalações da Universidade da Bahia.

Decreto nº 40.224 — de 30 de outubro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rede Mineira de Viação, área de terreno necessária à construção de um Posto Telegráfico, casa de guarda-chaves e alojamentos, no quilômetro 591,0225, da Linha de Angra dos Reis a Goiandira.

Decreto nº 40.257 — de 31 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no município de Malta, Estado da Paraíba.

Decreto nº 40.258 — de 31 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública área de terra destinada à ampliação da subestação de Laranjeiras, da Companhia Paulista de Força e Luz, e autoriza essa Companhia a promover a desapropriação da mesma.

Decreto nº 40.301 — de 6 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública área de terra necessária à passagem de linha de transmissão e autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a promover a desapropriação.

Decreto nº 40.302 — de 6 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis, necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica, no Distrito Federal.

Decreto nº 40.310 — de 7 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários ao Ministério da Aeronáutica, em Fortaleza, Estado do Ceará.

Decreto nº 40.311 — de 7 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o trecho ferroviário Porto Franco-Mossoró, de propriedade da Cia. Estrada de Ferro de Mossoró, e dá outras providências.

Decreto nº 40.321 — de 12 de novembro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis, necessários ao serviço do Exército Nacional.

Decreto nº 40.343 — de 13 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Major Izidoro, Estado de Alagoas.

Decreto nº 40.398 — de 21 de novembro de 1956.

— Revoga o Decreto nº 40.321, de 12 de novembro de 1956, que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o trecho ferroviário Porto Franco-Mossoró, de propriedade da Companhia Estrada de Ferro Mossoró.

Decreto nº 40.443 — de 30 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona.

Decreto nº 40.454 — de 3 de dezembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona.

Decreto nº 40.476 — de 3 de dezembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para desapropriação, mediante acôrdo, área de terreno situada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.484 — de 4 de dezembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S.A. — Petrobrás, em caráter de urgência, áreas compreendidas em imóveis no Estado da Bahia.

Decreto nº 40.489 — de 4 de dezembro de 1956.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao serviço do Exército Nacional.

Decreto nº 40.495, de 5 de dezembro de 1956.

DESAPROPRIAÇÕES

— *Declara de utilidade pública, para fim de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, área de terreno situada no Município de Coração de Jesus, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.535 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Retifica o Decreto nº 37.210, de 23 de abril de 1955.*

Decreto nº 40.539 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto nº 40.568 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto nº 40.570 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Revigora o Decreto nº 26.750, de 6 de julho de 1949, que declara de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a faixa de terreno e respectivas benfeitorias, situadas na localidade denominada Matadouro, subúrbio de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.*

— *Decreto nº 40.617 — de 27 de dezembro de 1956.*

DIAMANTES

Autoriza o cidadão brasileiro Valdemiro Prudente do Nascimento a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.072 — de 8 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Roberto dos Santos, a pesquisar diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.094 — de 9 de outubro de 1956.

DIAMANTES

— *Renova o Decreto nº 35.386, de 14 de abril de 1954.*

Decreto nº 40.108 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Guido dos Reis a pesquisar diamante e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.196 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Andrade Guieiro a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.198 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza Dragagem Fluvial Ltda., a pesquisar ouro, diamante, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.208 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza Mineração Tejucana Limitada a pesquisar diamante, ouro e associados nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.330 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza Mineração Tejucana Limitada a pesquisar diamante, ouro e associados nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.331 — de 12 de novembro de 1956.

— *Autoriza Mineração Tejucana Limitada a pesquisar diamante, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.333 — de 12 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João dos Santos Abreu a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.371 — de 19 de novembro de 1956.

DIATOMITA

Autoriza o cidadão brasileiro Vicente Martins Fernandes a pesquisar diatomita e associados no município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 40.461 — de 3 de dezembro de 1956.

DÍVIDA INTERNA FEDERAL FUNDADA

Reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal, e dá outras providências.

Lei nº 2.977 — de 28 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao § 2º do artigo 83 do Regulamento para os serviços da Dívida Interna Federal Fundada e do Meio Circulante, baixado com o Decreto nº 35.913, de 28 de julho de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 40.560 — de 18 de dezembro de 1956.

DOAÇÕES

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.056 — de 1 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação de terreno que menciona, situado na Cidade de Estância de Atibaia, no Estado de São Paulo.*

Decreto nº 40.057 — de 1 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar parte das terras, de propriedade dos Senhores José Diamantino Benevides e sua mulher D. Ana Rita Diamantino, Simplicio de Souza França, Edmundo Luiz de França e Maria José Novais, na fazenda Manga ou Japoré, do Distrito dessa cidade, da Comarca de Januária, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.122 — de 15 de outubro de 1956.

DOAÇÕES

— *Retifica Decreto que autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Santana de Parnaíba — SP.*

Decreto nº 40.249 — de 31 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Anápolis, Estado de Goiás.*

Decreto nº 40.312 — de 7 de novembro de 1956.

— *Autoriza a Comissão do Vale do São Francisco a aceitar a doação de um terreno, em Irecê — Estado da Bahia, de propriedade do Doutor Mário Dourado Sobrinho e de sua esposa, dona Nair Dourado.*

Decreto nº 40.541 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a ratificar a escritura de doação do terreno que menciona, situado no Estado de Goiás.*

Decreto nº 40.565 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado no Município de São Vicente de Minas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.566 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação do terreno que menciona, situado em Alfenas, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.567 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a aceitação da doação do imóvel que faz o Estado da Bahia ao Ministério da Guerra.*

Decreto nº 40.569 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Ubaira (BA).*

Decreto nº 40.577 — de 20 de dezembro de 1956.

DOLOMITA

— *Altera a redação do Decreto número 31.116, de 10 de julho de 1952.*

Decreto nº 40.061 — de 3 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacífico Homem Neto a pesquisar minério de ferro, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.101 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacífico Homem Neto a pesquisar minério de ferro, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.103 — de 9 de outubro de 1956.

— *Retifica o art. 1º do Decreto número 34.797, de 16 de dezembro de 1953.*

Decreto nº 40.639 — de 27 de dezembro de 1956.

E

ELI LILLY AND COMPANY OF BRAZIL INC.

— *Concede à sociedade anônima Eli Lilly and Company of Brazil, Inc. autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto nº 40.425 — de 26 de novembro de 1956.

EMISSORAS REUNIDAS RADIO CULTURA LIMITADA

— *Outorga concessão à "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Limitada" para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto nº 40.045 — de 27 de setembro de 1956.

— *Outorga concessão à sociedade "Emissoras Reunidas Rádio Cultura Ltda." para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto nº 40.483 — de 4 de dezembro de 1956.

EMISSORAS RIOGRANDENSES LIMITADA

Outorga concessão à sociedade Emissoras Riograndenses Limitada, para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 40.355 — de 16 de novembro de 1956.

EMPRESA DE ÁGUAS MINERAIS PASSA TRÊS LTDA.

Concede à Empresa de Aguas Minerais Passa Três Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 40.325 — de 12 de novembro de 1956.

EMPRESAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Dispõe sobre a aplicação do salário-mínimo aos casos que especifica.

Decreto nº 40.118 — de 13 de outubro de 1956.

EMPRÉSTIMOS PÚBLICOS

Reestrutura o Serviço da Dívida Interna Fundada Federal, e dá outras providências.

Lei nº 2.977 — de 28 de novembro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

Estabelece, no Orçamento, dotação específica para as obras de aproveitamento hidrelétrico do Estreito do rio Uruguai.

Lei nº 2.961, de 23 de novembro de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à firma Muxfeldt, Marin & Cia.*

Decreto nº 39.242 — de 23 de maio de 1956.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná S.A. a construir uma linha de transmissão entre a usina hidrelétrica de Guaricana e a localidade de Santa Quitéria, no município de Curitiba.*

Decreto nº 39.622 — de 13 de julho de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Autoriza a Empresa Força e Luz de Pedernheiras Ltda. a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 39.849 — de 24 de agosto de 1956.

— *Declara de utilidade pública a faixa de terra destinada à passagem da linha de transmissão de 66 kw da Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco, de Angelim a Pesqueira, no Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 39.940 — de 6 de setembro de 1956.

— *Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Companhia Força e Luz de Pompeu S.A.*

Decreto nº 40.063 — de 3 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Energia Elétrica da Bahia a ampliar as instalações da subestação de Lapinha, na cidade de Salvador, e dá outras providências.*

Decreto nº 40.083 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Empresa Luz e Força Elétrica de Tietê S.A. a ampliar suas instalações.*

Decreto nº 40.084 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Força e Luz do Paraná S. A. a ampliar suas instalações geradoras.*

Decreto nº 40.085 — de 8 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Pernambuco Tramways & Power Co. Ltd. a construir uma linha de transmissão entre o município de Recife e a localidade de Piedade, município de Jaboatão, Estado de Pernambuco.*

Decreto nº 40.131 — de 15 de outubro de 1956.

— *Outorga à Empresa Fluminense de Energia Elétrica S. A. concessão para distribuir energia elétrica no distrito de Visconde de Imbé, município de Trajano de Moraes, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 40.132 — de 15 de outubro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— *Transfere de O. Benício Santos & Companhia para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto nº 40.135 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a ampliar suas instalações hidrelétricas, e dá outras providências.*

Decreto nº 40.136 — de 16 de outubro de 1956.

— *Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto nº 36.539, de 3 de dezembro de 1954, e autoriza a Eletro Química Brasileira S. A. a promover a servidão administrativa das mesmas.*

Decreto nº 40.138 — de 16 de outubro de 1956.

— *Outorga à Indústria Comércio e Cultura de Madeiras Squário S. A. concessão para aproveitar as águas do rio Jaguariatu, para uso exclusivo, derivando-se para o rio Areias, distrito de Jaguariava, município do mesmo nome, Estado do Paraná.*

Decreto nº 40.140 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Governo do Estado do Rio de Janeiro a construir em Cabo Frio uma usina Diesel-elétrica e nova rede de distribuição.*

Decreto nº 40.142 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, a instalar um grupo diesel-elétrico.*

Decreto nº 40.144 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza as empresas associadas Companhia Agrícola e Industrial São João, Cerâmica São João S.A. e Indústria de Azulejos S.A. a construir uma linha de transmissão, no município de Recife.*

Decreto nº 40.177 — de 26 de outubro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— Declara de utilidade pública área de terra necessária à passagem de linha de transmissão e autoriza a Companhia Luz e Força Santa Cruz a promover a desapropriação.

Decreto n.º 40.302 — de 6 de novembro de 1956.

— Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis a ampliar suas instalações elétricas.

Decreto n.º 40.304 — de 6 de novembro de 1956.

— Autoriza a Companhia Industrial Itauense a construir barragem de regularização no Rio São João, a montante da localidade de Itatuna, na corredeira Benfica, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.305 — de 6 de novembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área que menciona.

Decreto n.º 40.454 — de 3 de dezembro de 1956.

— Autoriza a transferência de duas linhas de subtransmissão de The City of Santos Improvements Company, Limited para os Serviços Públicos de Guarujá.

Decreto n.º 40.474 — de 3 de dezembro de 1956.

— Declara caduca a concessão da Companhia Matogrossense de Eletricidade no município de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.497 — de 5 de dezembro de 1956.

— Autoriza a Empresa Sul Brasileira de Eletricidade Sociedade Anônima a modificar a tensão de transmissão de 6 para 35 kw, entre a linha Jaraguá-Mafra num ponto próximo à estação ferroviária de São Bento do Sul e a cidade do mesmo nome, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.540 — de 11 de dezembro de 1956.

ENERGIA ELÉTRICA

— Autoriza a Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio a construir uma linha de transmissão entre Santos Dumont e as usinas Anu Maria e Guary, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.632 — de 27 de dezembro de 1956.

ENERGIA HIDRAULICA

Outorga à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Santo Antônio, município de Joao Pinheiro, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 35.788 — de 8 de julho de 1954.

— Outorga a Prefeitura Municipal de Passa Tempo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Dornelas existente no rio Pará, distrito da sede do município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 37.895 — de 13 de setembro de 1955.

— Outorga a Bonet & Cia. Ltda., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Tamandua, distrito de São Sebastião do Sul, município de Curitibaanos, Estado de Santa Catarina.

Decreto n. 40.130 — de 15 de outubro de 1956.

— Outorga a Espírito Santo - Centrais Elétricas S. A., concessão para o aproveitamento progressivo da energia hidráulica das cachoeiras Timbui, Sêco, Suissa, Santa Leopoldina e Rio Bonito, existentes no rio Santa Maria, município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo.

Decreto n. 40.143 — de 16 de outubro de 1956.

— Autoriza a Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A. (CEMIG) a realizar estudos para o aproveitamento de energia hidráulica em trechos do rio Grande, rio das Mortes e do rio Sapucaí, no Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 40.271 — de 5 de novembro de 1956.

ENERGIA HIDRAULICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Pôrto Nacional concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Taquarassu, distrito de Pôrto Nacional, município do mesmo nome Estado de Goiás.*

Decreto n. 40.272 — de 5 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Patrocinio concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Gôa Esperança, existente no rio Capiwara, Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.300 — de 6 de novembro de 1956.

— *Cancela a concessão outorgada a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira, S. A., pelo Decreto n.º 762 de 23 de abril de 1936, referente ao aproveitamento do desnível situado no Ribeirão Carneirinhos, a 150 metros da confluência deste com o rio Piracicaba, município de Rio Piracicaba, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.306 — de 6 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São José do Goiabal concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira do Bochat existente no Ribeirão Sacramento, distrito sede do município de São José do Goiabal, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.307 — de 6 de novembro de 1956.

— *Outorga à Empresa Elétrica Cambraia Limitada concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível no ribeirão Jaguarete, distrito de Ipeú, município de igual nome, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 40.308 — de 6 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Piracanjuba, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Cerradão, existente no rio Piracanjuba, distrito de Piracanjuba, município do mesmo nome, Estado de Goiás.*

Decreto n. 40.341 — de 13 de novembro de 1956.

ENERGIA HIDRAULICA

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Martins, existente no rio Glória, distrito de São Francisco do Glória, município de mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.472 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Outorga à Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., concessão para o aproveitamento de energia hidráulica das corredeiras de Camargos existente no rio Grande, na divisa dos municípios de Itutinga e Nazareno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.537 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Autoriza Henrique Nunes Coutinho a realizar estudos para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira de Santa Lúcia, no rio Timbui, município de Santa Tereza, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 40.538 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Tumiritinga concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Comprida, existente no rio Cuiceté, distrito de Tumiritinga, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.631 — de 27 de dezembro de 1956.

ENERGIA HIDRELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 40.408 — de 26 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Águas Formosas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Beleza, existente no rio Pampam, distrito de Águas Formosas, município de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.409 — de 26 de novembro de 1956.

ENERGIA HIDRELÉTRICA

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivari a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Santa Bárbara do Oeste e Capivari e dá outras providências.*

Decreto n. 40.410 — de 26 de novembro de 1956.

— *Outorga à Companhia Fábrica de Papel Itajaí concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da queda Palheiros existente no ribeirão Figueiredo, município de Lajes, Estado de Santa Catarina.*

Decreto n. 40.411 — de 26 de novembro de 1956.

— *Autoriza a Companhia Luz e Força de Mococa a ampliar suas instalações hidrelétricas.*

Decreto n. 40.475 — de 3 de dezembro de 1956.

ENERGIA TERMELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Força e Luz Norte Fluminense a ampliar suas instalações mediante montagem de uma usina termelétrica.*

Decreto n. 40.137 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. a instalar uma usina termelétrica em Itapetininga município de igual nome, Estado de São Paulo.*

Decreto n. 40.139 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Fosforita Olinda S. A. a instalar uma usina termelétrica na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, para uso exclusivo.*

Decreto n. 40.141 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Comissão Estadual de Energia Elétrica do Estado do Rio de Janeiro a ampliar suas instalações.*

Decreto n. 40.145 — de 16 de outubro de 1956.

ENERGIA TERMELÉTRICA

— *Autoriza a Companhia Central Brasileira de Força Elétrica a instalar uma usina termelétrica na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.*

Decreto n. 40.340 — de 13 de novembro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande a instalar uma usina termelétrica na Cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Decreto n. 40.473 — de 3 de dezembro de 1956.

ENO SCOTT & BOWNE (BRAZIL) LIMITED

— *Concede à sociedade anônima Eno Scott & Bowne (Brazil) Limited, autorização para continuar a funcionar na República.*

Decreto n. 40.605 — de 27 de dezembro de 1956.

ENSINO

— *Provê sobre o pagamento de cooperações financeiras destinadas ao ensino médio.*

Lei n.º 2.829 — de 5 de outubro de 1956.

— *Approva o Regimento da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n. 40.050 — de 29 de setembro de 1956.

ENVIO DE FORÇAS AO EXTERIOR

— *Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.*

Decreto-legislativo n. 61, de 1956.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

— *Dá nova redação à letra c do artigo 5.º do Decreto n.º 38.362, de 23 de dezembro de 1955.*

Decreto n. 40.080 — de 9 de outubro de 1956.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE DO RIO DE JANEIRO

Aprova o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.

Decreto n. 40.112 — de 11 de outubro de 1956.

ESCOLAS

Concede a inclusão da Escola Superior de Agricultura de Lavras entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.

Lei n. 2.935 — de 31 de outubro de 1956.

Modifica a denominação da Escola Industrial de Maceió para Escola Industrial Deodoro da Fonseca.

Lei n. 2.979 — de 30 de novembro de 1956.

Cria a Escola Agrícola de Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei n. 3.092 — de 29 de dezembro de 1956.

Concede autorização para funcionamento dos cursos de pintura, escultura, gravura, arte decorativa e professorado de desenho, da Escola de Belas Artes do Espírito Santo.

Decreto n. 40.065 — de 3 de outubro de 1956.

Concede reconhecimento ao curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem do Pará.

Decreto n. 40.158 — de 16 de outubro de 1956.

Dá nova redação aos artigos 22, 26 e 27 do Decreto n.º 14.947, de 6 de março de 1944, alterados pelos Decretos n.º 20.802, de 21 de março de 1946, 27.887, de 17 de março de 1950 e 36.917, de 17 de fevereiro de 1955.

Decreto n. 40.225 — de 31 de outubro de 1956.

Regula as condições de serviço a regimentoado nos estabelecimentos de ensino.

Decreto n. 40.240 — de 31 de outubro de 1956.

ESCOLAS

Transforma em Escola Agrícola a Escola de Iniciação Agrícola "Gustavo Dutra".

Decreto n. 40.268 — de 5 de novembro de 1956.

Transforma em Escola Agrotécnica a Escola Agrícola "Nilo Peçanha".

Decreto n. 40.269 — de 5 de novembro de 1956.

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Escola de Sociologia e Política de São Paulo referente ao exercício de 1956.

Decreto n. 40.293 — de 6 de novembro de 1956.

Dá nova redação ao art. 277 do Regulamento da Escola de Aeronáutica.

Decreto n. 40.352 — de 14 de novembro de 1956.

Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Decreto n. 40.353 — de 14 de novembro de 1956.

Dá nova redação ao art. 277 do Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

Decreto n. 40.354 — de 14 de novembro de 1956.

Modifica o Regulamento da Escola de Aeronáutica.

Decreto n. 40.550 — de 12 de dezembro de 1956.

Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul, em obras e instalações em Escolas Técnicas e Industriais.

Decreto n. 40.561 — de 18 de dezembro de 1956.

— Ver também:

Universidades, Faculdades e Cursos.

— Quanto às militares ver, também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

"ESSO STANDARD DO BRASIL INC."

Concede à Sociedade Anônima "Esso Standard do Brasil Inc." autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 40.610 — de 27 de dezembro de 1956.

ESTABELECIMENTOS PENAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado a atender às despesas com o reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal.

Lei n.º 2.955 — de 17 de novembro de 1956.

ESTADO DA BAHIA

Aprova o Convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia.

Decreto-legislativo n. 55, de 1956.

— Autoriza a aceitação da doação do imóvel que faz o Estado da Bahia ao Ministério da Guerra.

Decreto n. 40.569 — de 18 de dezembro de 1956.

ESTADO DE MATO GROSSO

Declara Órgão Auxiliar do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica a Empresa de Força, Luz e Água de Cuiabá, Autarquia Estadual, subordinada à Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Estado de Mato Grosso.

Decreto n. 40.303 — de 6 de novembro de 1956.

ESTADO DE MINAS GERAIS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos ocasionados com o incêndio das obras do Frigorífico de Carneira Comprida, no Município de Santa Luzia.

Lei n. 2.945 — de 10 de novembro de 1956.

ESTADO DA PARAIBA

Ratifica o Decreto do Governo do Estado da Paraíba, referente à exploração do serviço de Loterias.

Decreto n. 40.549 — de 12 de dezembro de 1956.

ESTADO DO PARANÁ

Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000.000,00 o Governo do Paraná na realização de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponta Grossa.

Lei n. 3.073 — de 22 de dezembro de 1956.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aprova o convênio firmado entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Decreto-legislativo n. 47, de 1956.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.

Lei n. 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

— Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.

Lei n. 3.033 — de 19 de dezembro de 1956.

— Abre ao Estado Maior das Forças Armadas o crédito especial de .. Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

Decreto n. 40.317 — de 9 de novembro de 1956.

— Abre ao Estado Maior das Forças Armadas o crédito suplementar de Cr\$ 2.500,00, para o fim que especifica.

Decreto n. 40.663 — de 28 de dezembro de 1956.

ESTADO MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

— *Abre ao Estado Maior das Forças Armadas o crédito especial de Cr\$ 17.452,70, para o fim que especifica.*

Decreto n. 40.677 — de 28 de dezembro de 1956.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO

Revoga o Decreto n.º 37.023, de 15 de março de 1955.

Decreto n. 40.133 — de 16 de outubro de 1956.

ESTATUTOS

— Ver:

O nome da entidade a que se refere.

ESTRADA DE FERRO LEOPOLDINA

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à edificação de muros de proteção e de passagens superiores para pedestres nas linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, no perímetro urbano do Distrito Federal até a estação de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

Lei n. 2.968 — de 24 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a contratar, com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, empréstimo que será aplicado em obras e melhoramentos ferroviários, e dá outras providências.*

Decreto n. 40.167 — de 18 de outubro de 1956.

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado às obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Lei n. 3.037 — de 19 de dezembro de 1956.

ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL

Aprova projetos e orçamentos de obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Decreto n. 40.163 — de 16 de outubro de 1956.

ESTRADAS DE FERRO

Concede à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras exceto a de previdência social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços.

Lei n. 2.912 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a auxiliar a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, e dá outras providências.*

Lei n. 2.978 — de 29 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à construção da estação ferroviária comum às Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia.*

Lei n. 3.046 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, destinados às construções e reconstrução de estações da Estrada de Ferro Leopoldina e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nas cidades de Castelo, Lins e Itapeiruna, nos Estados do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro.*

Lei n. 3.047 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Equipara a função de administrador das Estradas de Ferro Leopoldina, Santos a Jundiá e Ilhéus, quando exercida por funcionário público nomeado pelo Presidente da República, aos cargos em comissão de que trata o Art. 180 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, e dá outras providências.*

Lei n. 3.050 — de 21 de dezembro de 1956.

ESTRADAS DE FERRO

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 764.912,50, para atender ao pagamento do débito da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e de Serviços Públicos dos Estados da Bahia e de Sergipe.

Lei n. 3.071 — de 22 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Governo Federal a auxiliar com a importância de Cr\$ 500.000,00 o Governo do Paraná na realiação de novos estudos, prosseguimento, equipamento e tráfego da ligação ferroviária Apucarana-Ponta Grossa.

Lei n. 3.073 — de 22 de dezembro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o trecho ferroviário Pôrto Franco-Mossoró, de propriedade da Cia. Estrada de Ferro de Mossoró, e dá outras providências.

Decreto n. 40.321 — de 12 de novembro de 1956.

— Revoga o Decreto n. 40.321, de 12 de novembro de 1956, que declarou de utilidade pública, para efeito de desapropriação, o trecho ferroviário Pôrto Franco-Mossoró, de propriedade da Companhia Estrada de Ferro Mossoró.

Decreto n. 40.443 — de 30 de novembro de 1956.

EXERCÍCIOS FINDOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, para atender a despesas de exercícios findos.

Lei n. 3.053 — de 19 de dezembro de 1956.

— Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 para atender a despesas de exercícios findos.

Decreto n. 40.690 — de 28 de dezembro de 1956.

EXÉRCITO

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro, do termo aditivo ao contrato celebrado entre o Estado Maior do Exército e Benedito da Silva Cordeiro.

Decreto-legislativo n. 53, de 1956.

— Manda reverter às fileiras do Exército o ex-primeiro tenente Dinarte Silveira.

Lei n. 3.045 — de 21 de dezembro de 1956.

— Dá nova redação à letra c do artigo 5.º do Decreto n.º 38.362, de 23 de dezembro de 1955.

Decreto n. 40.080 — de 9 de outubro de 1956.

— Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.

Decreto n. 40.146 — de 16 de outubro de 1956.

— Denomina-se "Batalhão Santos Dumont" o Batalhão de Infantaria do Núcleo da Divisão Aerotérrestre.

Decreto n. 40.169 — de 22 de outubro de 1956.

— Determina a subordinação do Curso de Classificação de Pessoal.

Decreto n. 40.171 — de 22 de outubro de 1956.

— Dá nova redação ao art. 293 do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 6.031, de 26 de julho de 1940.

Decreto n. 40.172 — de 22 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao serviço do Exército Nacional.

Decreto n. 40.173 — de 22 de outubro de 1956.

— Regula a situação dos membros do Magistério do Exército.

Decreto n. 40.174 — de 22 de outubro de 1956.

EXÉRCITO

— *Dá nova redação à Observação 5.ª do Quadro n.º 2 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, de 10 de fevereiro de 1942.*

Decreto n. 40.175 — de 22 de outubro de 1956.

— *Cria o Comando Militar da Amazônia.*

Decreto n. 40.179 — de 27 de outubro de 1956.

— *Dá nova redação aos artigos 22, 26 e 27 do Decreto n.º 14.947, de 6 de março de 1944, alterados pelos Decretos n.º 20.802, de 21 de março de 1946, 27.387, de 17 de março de 1950 e 36.917, de 17 de fevereiro de 1955.*

Decreto n. 40.225 — de 31 de outubro de 1956.

— *Regula as condições de serviço arregimentado nos estabelecimentos de ensino.*

Decreto n. 40.240 — de 31 de outubro de 1956.

— *Permite o uso da Medalha da Ordem de Damião, o Apóstolo dos Leprosos.*

Decreto n. 40.318 — de 9 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao item 10, do capítulo IV, das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 38.598, de 17 de janeiro de 1956.*

Decreto n. 40.342 — de 13 de novembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis, necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 40.343 — de 13 de novembro de 1956.

— *Cria o 1.º Esquadrão de Remonta adido ao Posto Central de Remonta, em São Paulo, Rio Grande do Sul.*

Decreto n. 40.446 — de 1 de dezembro de 1956.

EXÉRCITO

— *Acréscenta uma alínea e ao § 1.º do Art. 1.º do Decreto n.º 37.999, de 4 de outubro de 1955.*

Decreto n. 40.447 — de 1 de dezembro de 1956.

— *Companhias Depósito de Subsistência e de Material de Intendência — Criação.*

Decreto n. 40.448 — de 1 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Quadro Auxiliar de Administração criado pela Lei n.º 2.750, de 4 de abril de 1956.*

Decreto n. 40.552 — de 12 de dezembro de 1956.

— *Regula o uso das condecorações nos uniformes militares e dá outras providências.*

Decreto n. 40.556 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação do imóvel necessário ao Serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 40.568 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto n. 40.570 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Fixa o número de vagas para quota compulsória, no Ministério da Guerra.*

Decreto n. 40.580 — de 24 de dezembro de 1956.

— *Fixa a distribuição atual em cada Arma e em cada posto das funções privativas e das funções gerais dos Oficiais do Exército.*

Decreto n. 40.581 — de 24 de dezembro de 1956.

EXÉRCITO

— *Modifica o Regulamento da Lei de Promoções do Exército, aprovado pelo Decreto n.º 39.344, de 11 de junho de 1956.*

Decreto n.º 40.613 — de 27 de dezembro de 1956.

— Ver também:

Ministério da Guerra.

EXPORTAÇÃO

Prorroga até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença prévia a que se refere a Lei n.º 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

Lei n.º 3.053 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Aprova novas especificações para classificação e fiscalização da exportação do algodão, seus subprodutos e resíduos.*

Decreto n.º 39.933 — de 5 de setembro de 1956.

— *Altera a redação dos números IX (nove) e X (dez) das especificações referentes à classificação e fiscalização da exportação de Tabaco em Fôlha do Estado do Rio Grande do Sul, aprovadas pelo Decreto número 28.152, de 24 de maio de 1950.*

Decreto n.º 40.633 — de 27 de dezembro de 1956.

EXPOSIÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à Feira Mundial de Nova Iorque, à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes da Colônia e à Exposição Universal e Internacional de Bruxelas.

Lei n.º 3.034 — de 19 de dezembro de 1956.

EXTRANUMERÁRIOS

Exclui da aplicação do Decreto número 39.017, de 11 de abril de 1956, o Serviço Especial de Saúde Pública (S. E. S. P.), o Escritório Técnico de Agricultura (E. T. A.) e a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (C. B. A. I.).

Decreto n.º 40.228 — de 31 de outubro de 1956.

EXTRANUMERÁRIOS

Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n.º 43.299 — de 6 de novembro de 1956.

F

FACULDADES

Estende aos concursos de ciências econômicas, contábeis e atuariais o disposto no art. 61, do Decreto-lei número 1.190, de 4 de abril de 1939, alterado pelo Decreto-lei n.º 8.195, de 20 de novembro de 1945.

Lei n.º 2.915 — de 13 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para atender ao pagamento da subvenção devida à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.917 — de 13 de outubro de 1956.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.921 — de 21 de outubro de 1956.

— *Inclui a Faculdade de Filosofia e a Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.984 — de 30 de novembro de 1956.

— *Federaliza as Faculdades de Direito de Santa Catarina e da Bahia e subvenciona a Faculdade de Direito de Sergipe.*

Lei n.º 3.038 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Concede a inclusão da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro entre os estabelecimentos subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 3.061 — de 22 de dezembro de 1956.

FACULDADES

— *Autoriza o Governo Federal a incorporar ao Patrimônio da União a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n.º 3.077 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Filosofia, Letras Neo-Latinas, Letras Anglo-Germânicas, Geografia e História, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes.*

Decreto n.º 40.159 — de 16 de outubro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Serviço Social da Faculdade de Serviço Social de Campinas.*

Decreto n.º 40.161 — de 16 de outubro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Bauru.*

Decreto n.º 40.230 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Filosofia da Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão.*

Decreto n.º 40.231 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Odontologia da Faculdade de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 40.232 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de Didática da Faculdade Católica de Filosofia de Curitiba.*

Decreto n.º 40.233 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede reconhecimento ao curso de bacharelado da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.*

Decreto n.º 40.315 — de 8 de novembro de 1956.

FACULDADES

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para pagamento de subvenção à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 40.357 — de 16 de novembro de 1956.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Geografia e História, Letras Neo-Latinas e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus.*

Decreto n.º 40.386 — de 20 de novembro de 1956.

— *Concede autorização para o funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Mato Grosso.*

Decreto n.º 40.387 — de 20 de novembro de 1956.

— *Concede reconhecimento aos cursos de Farmácia e Odontologia da Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa.*

Decreto n.º 40.445 — de 30 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro, no exercício de 1956.*

Decreto n.º 40.478 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Filosofia do Recife, da Universidade do Recife.*

Decreto n.º 40.480 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento de subvenção à Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará.*

Decreto n.º 40.533 — de 11 de dezembro de 1956.

— Ver também:

Universidades, Escolas e Cursos.

FARINHA DE TRIGO

Altera a redacção dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 40.316, de 8 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.500 — de 7 de dezembro de 1956.

FELDSPATO

Declara sem efeito o Decreto número 36.080, de 18-8-54.

Decreto n.º 40.059 — de 3 de outubro de 1956.

— *Altera o art. 1.º do Decreto número 36.551, de 3 de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 40.062 — de 3 de outubro de 1956.

— *Autoriza Indústrias Brasileiras de Artigos Rejratários S. A. — IBAR a pesquisar feldspato, no município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.096 — 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Manuel José do Amaral a lavar feldspato, mica, caulim e associados no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.097 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Empresa de Caolim Limitada a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.103 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Paulo Nilo de Medeiros Dourado a pesquisar feldspato e associados no município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.210 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Joaquim Cardoso e Martinho Gomes Barroso a pesquisar feldspato, quartzo e associados, município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.212 — de 30 de outubro de 1956.

FELDSPATO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zacharias Debelian a pesquisar feldspato e associados no município de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.282 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Felipe Moysés Betti Filho a pesquisar quartzito, feldspato e associados, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.511 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Assunção a pesquisar feldspato, caulins e associados, jazidas da classe VI, no Município de Marquês de Valença, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.515 — de 10 de dezembro de 1956.

FERRO

Altera a redacção do Decreto número 31.116, de 10 de julho de 1952.

Decreto n.º 40.061 — de 3 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Neto a pesquisar minério de ferro, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.101 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Pacifico Homem Neto a pesquisar minério de ferro, dolomita e associados no município de Betim, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.103 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Diogo Betênico a pesquisar minério de ferro e associados no município de Itabira, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.207 — de 30 de outubro de 1956.

FERRO

— *Autoriza a Cia. Siderúrgica Cruzeiro do Sul — Cruzul — a lavrar minério de ferro e associados no município de Congonhas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.209 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Altino Diniz Andrade a lavrar minério de ferro no município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.278 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza a Cia. Mineira de Siderurgia a lavrar minério de ferro, quartzo e associados no município de Itauna, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.334 — de 13 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Morgan de Aguiar a lavrar minério de ferro, manganês e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.369 — de 19 de novembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Reinaldo Lins Pimenta e Josephino Otttoni Alves a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.465 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.*

Decreto n.º 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

FERROVIAS

— Ver:

Estradas de Ferro.

FILITO ARGILOSO

Autoriza o cidadão brasileiro Afonso Caiicchio a pesquisar filito argiloso e associados no município de Itapeva, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.074 — de 8 de outubro de 1956.

FORÇA INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA

Autoriza o Presidente da República a contribuir com um contingente militar para formação ou integração da Força Internacional de Emergência, e dá outras providências.

Decreto Legislativo n.º 61, de 1956.

FORÇAS ARMADAS

Disciplina o processo de alteração ou retificação de idade dos oficiais das Forças Armadas e dá outras providências.

Lei n.º 2.929 — de 27 de outubro de 1956.

— *Classifica localidades do Território Nacional, nas categorias previstas no artigo 123, da Lei número 1.316, de 20 de janeiro de 1951.*

Decreto n.º 40.236 — de 31 de outubro de 1956.

— Ver também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

FOSFATO

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Benjamin Robaina a pesquisar fosfato e associados (guano) nos municípios de Guaratuba e Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.280 — de 5 de novembro de 1956.

FOSFATO

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Benjamin Robaina a pesquisar fosfato e associados (guano) nos municípios de Guaratuba e Paranaguá, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 40.284 — de 5 de novembro de 1956.

FÓSFORO

Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.479 — de 3 de dezembro de 1956.

FRENTE DE NOVEMBRO

Suspende o funcionamento da "Frente de Novembro", com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.405 — de 24 de novembro de 1956.

FRETES

Dá nova redação ao art. 14 e parágrafo do Regulamento aprovado pelo Decreto n.º 7.838, de 11 de setembro de 1941.

Decreto n.º 40.392 — de 20 de novembro de 1956.

FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS

Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Região da fronteira sudoeste do País.

Lei n.º 2.976 — de 28 de novembro de 1956.

FUNCIONARIOS PÚBLICOS

Exclui da aplicação do Decreto número 39.017, de 11 de abril de 1956, o Serviço Especial de Saúde Pública (S. E. S. P.), o Escritório Técnico de Agricultura (E. T. A.) e a Comissão Brasileiro-Americana de Ensino Industrial (C. B. A. I.).

Decreto n.º 40.228 — de 31 de outubro de 1956.

— *Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.*

Decreto n.º 40.299 — de 6 de novembro de 1956.

FUNÇÕES DE CARÁTER OU INTERESSE MILITAR

Empresa civil considerada de interesse militar.

Decreto n.º 40.170 — de 22 de outubro de 1956.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

Altera o Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954.

Decreto n.º 40.298 — de 6 de novembro de 1956.

FUNÇÕES GRATIFICADAS

— *Altera a relação das funções gratificadas aprovada pelo Decreto n.º 35.447, de 30 de abril de 1954, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.618 — de 27 de dezembro de 1956.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

Altera o Decreto-lei n.º 5.878, de 4 de outubro de 1943, que autoriza a instituição da Fundação Brasil Central e dispõe sobre o seu funcionamento.

Lei n.º 2.927 — de 23 de outubro de 1956.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL

— *Modifica o art. 1.º do Decreto-lei n.º 7.199, de 28 de dezembro de 1944, alterado pelo Decreto-lei número 8.005, de 27 de setembro de 1945 (Autoriza a concessão de subvenção à Fundação Brasil Central), e dá outras providências.*

Lei n.º 2.960 — de 23 de novembro de 1956.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

Autoriza o I. A. P. C. a ceder à Fundação da Casa Popular, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, uma gleba não urbanizada.

Decreto n.º 40.496 — de 5 de dezembro de 1956.

FUNDAÇÃO CASA SANTA IGNEZ

Declara de utilidade pública a Fundação Casa Santa Ignez, com sede no Distrito Federal.

Decreto n.º 40.348 — de 13 de novembro de 1956.

FUNDO AERONÁUTICO

Dispõe sobre o Fundo Aeronáutico, e dá outras providências.

Lei n.º 3.000 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Altera disposição do Regulamento do Fundo Aeronáutico.*

Decreto n.º 40.402 — de 22 de novembro de 1956.

FUNDO FEDERAL DE ELETRIFICAÇÃO

Dispõe sobre a distribuição e a aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre a energia elétrica, substituindo, em obediência à Lei n.º 2.944, de 8 de novembro de 1956, o disposto no Decreto n.º 40.007, de 20 de setembro de 1956.

Decreto n.º 40.499 — de 6 de dezembro de 1956.

FUNDO RODOVIÁRIO NACIONAL

Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei n.º 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

FUNDO ÚNICO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Regula o recolhimento ao Fundo Único da Previdência Social, da Cota de Previdência arrecadada do público ou consumidor e dá outras providências.

Decreto n.º 40.373 — de 9 de outubro de 1956.

G

GENOCÍDIO

Define e pune o crime de genocídio.

Lei n.º 2.889 — de 1 de outubro de 1956.

GILLETTE SAFETY RAZOR COMPANY OF BRAZIL

Concede à Sociedade Anônima "Gillette Safety Razor Company of Brazil" autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.010 — de 20 de setembro de 1956.

GIPSITA

Autoriza a Empresa Industrial Gesso Mossoró Ltda. a lavrar gipsita no município de Exu, Estado de Pernambuco.

Decreto n.º 40.513 — de 10 de dezembro de 1956.

GRATIFICAÇÕES

Revoga o Decreto n.º 37.023, de 15 de março de 1955.

Decreto n.º 40.133 — de 16 de outubro de 1956.

GRUPO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Cria Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências.

Decreto n.º 40.554 — de 14 de dezembro de 1956.

GUANO

Autoriza o cidadão brasileiro Mário Benjamin Robaina a pesquisar fosfato e associados — (guano) nos municípios de Guaratuba e Paranaguá, Estado do Paraná.

Decreto n.º 40.280 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Mário Benjamin Robaina a pesquisar fosfato e associados (guano) nos municípios de Guaratuba e Paranaguá, Estado do Paraná.*

Decreto n.º 40.284 — de 5 de novembro de 1956.

H

HOSPITAL DOS RADIALISTAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para a conclusão das obras do Hospital dos Radialistas e aquisição do respectivo equipamento.

Lei n.º 3.059 — de 22 de dezembro de 1956.

I

ILMENITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco de Sousa Brandão a pesquisar ilmenita e associados no município de Araiões, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 40.370 — de 19 de novembro de 1956.

IMÓVEIS DA UNIÃO

Torna inalienáveis, durante dez anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal.

Lei n.º 2.932 — de 31 de outubro de 1956.

IMPORTAÇÃO

Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para material doado ao Convento dos Franciscanos de Periperi, no Estado do Piauí, e destinada à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

Lei n.º 2.897 — de 5 de outubro de 1956.

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos dos vários colégios e ginásios maristas do Brasil.

Lei n.º 2.898 — de 5 de outubro de 1956.

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, sete volumes contendo objetos, inclusive religiosos, e destinados ao Revmo. Pe. Nicola Pinto.

Lei n.º 2.900 — de 5 de outubro de 1956.

Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras os materiais importados pela Companhia Metalúrgica Barbã.

Lei n.º 2.902 — de 5 de outubro de 1956.

Isenta de impostos de importação e taxas aduaneiras um órgão elétrico-pneumático destinado à Matriz de Santo Afonso de Ligório, no Distrito Federal.

Lei n.º 2.906 — de 12 de outubro de 1956.

Concede à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços.

Lei n.º 2.912 — de 12 de outubro de 1956.

IMPORTAÇÃO

Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei n.º 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

Concede pelo prazo de 30 meses, isenção de direitos, adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de material automobilístico que especifica, e dá outras providências.

Lei n.º 2.993 — de 6 de dezembro de 1956.

Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o material importado e a importar pelo Instituto Sul-Riograndense de Carnes, necessário à construção e funcionamento do matadouro e fábrica de produtos de carnes e derivados, denominados "Frigorífico-Charqueada de Tupanciretã", na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.049 — de 21 de dezembro de 1956.

Prorroga, até 30 de junho de 1957, a vigência do regime de licença prévia a que se refere a Lei número 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências.

Lei n.º 3.053 — de 22 de dezembro de 1956.

Assegura os benefícios da Lei n.º 948, de 3 de dezembro de 1949, aos maquinários que vierem a ser desembrasados mesmo depois de extinto o prazo de que trata o art. 1.º daquela lei.

Lei n.º 3.063 — de 22 de dezembro de 1956.

Isenta do imposto de consumo, direitos alfandegários e mais taxas aduaneiras um piano forte de cauda, adquirido pelo Ginásio de Santa Cruz, de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.074 — de 22 de dezembro de 1956.

IMPORTAÇÃO

— *Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, os materiais, um grupo moto-nivelador e um caminhão importados pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará, para reforma e ampliação de sua hidrelétrica, e pelas Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Vicência, no Estado de Pernambuco, para construção e conservação de rodovias municipais.*

Lei n.º 3.080 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Concede isenção de direitos de importação para um órgão, dois tone-cabinets e um motor-gerador, destinados aos Padres Franciscanos sediados na cidade de Pires do Rio, no Estado de Goiás.*

Lei n.º 3.090 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras para mercadorias importadas pela empresa Frigoríficos Minas Gerais S. A. (Frimisa).*

Lei n.º 3.091 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Estabelece normas para importação e distribuição de máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.260 — de 1 de novembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70, para o fim que menciona.*

Decreto n.º 40.699 — de 31 de dezembro de 1956.

IMPÓSTO DE CONSUMO

Altera a legislação do Imposto de Consumo.

Lei n.º 2.928 — de 23 de outubro de 1956.

— *Altera disposições do Decreto n.º 26.149, de 5 de janeiro de 1949 (Consolidação das Leis do Imposto de Consumo), e dá outras providências.*

Lei n.º 2.974 — de 26 de novembro de 1956.

IMPÓSTO DE RENDA

Dispositivos vetados pelo Presidente da República e mantidos pelo Congresso Nacional, do projeto que se transformou na Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956.

Lei n.º 2.862 — de 4 de setembro de 1956.

— *Prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico previstas nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.973 — de 26 de novembro de 1956.

— *Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 38.033.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1956, "ex-vi" do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal.*

Lei n.º 3.043 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Modifica disposições da Lei número 2.862, de 4 de setembro de 1956.*

Lei n.º 3.078 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Regula a aplicação dos dispositivos da Lei n.º 2.862, de 4 de setembro de 1956, referentes à tributação adicional das pessoas jurídicas sobre os lucros em relação ao capital social e às reservas.*

Decreto n.º 40.384 — de 19 de novembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.*

Decreto n.º 40.702 — de 31 de dezembro de 1956.

IMPÓSTO DO SÊLO

Modifica o art. 92, da Tabela constante do Decreto n.º 32.392, de 9 de março de 1953 (Consolidação das Leis do Imposto do Sêlo).

Lei n.º 2.930 — de 27 de outubro de 1956.

— *Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.*

Lei n.º 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

IMPÓSTO SINDICAL

Modifica a alínea "c" do art. 580 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Lei n.º 3.022 — de 19 de dezembro de 1956.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LÍQUIDOS E GASOSOS

Altera a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Lei n.º 2.975 — de 27 de novembro de 1956.

IMPÓSTO ÚNICO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

Dispõe sobre a distribuição e aplicação do imposto único sobre energia elétrica pertencente aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Lei n.º 2.944 — de 8 de novembro de 1956.

— *Dispõe sobre a distribuição e a aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do Imposto Único sobre a energia elétrica, substituindo, em obediência à Lei n.º 2.944, de 8 de novembro de 1956, o disposto no Decreto n.º 40.007, de 20 de setembro de 1956.*

Decreto n.º 40.499 — de 6 de dezembro de 1956.

INATIVIDADE DOS MILITARES

Estende aos aprendizes-marinheiros os benefícios contidos no Capítulo III (Reforma) da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Lei n.º 3.065 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Regula a execução, na Marinha, do disposto no § 1.º do art. 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.*

Decreto n.º 40.114 — de 11 de outubro de 1956.

INDENIZAÇÕES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, destinado a indenizar o guarda-civil Ibrahim Generoso da Silva das despesas realizadas com seu tratamento, em consequência de acidente em serviço.

Lei n.º 2.919 — de 13 de outubro de 1956.

"INDEX" - INDÚSTRIA EXTRATIVA DE PRODUTOS MINERAIS

Concede à "Index" — Indústria Extrativa de Produtos Minerais Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.189 — de 30 de outubro de 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n.º 40.299 — de 6 de novembro de 1956.

INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

Altera o Decreto n.º 18.517, de 30 de abril de 1945, que dispõe sobre a concessão de diárias aos servidores civis da União.

Decreto n.º 40.299 — de 6 de novembro de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS COMERCIÁRIOS

Autoriza o I.A.P.C. a ceder à Fundação da Casa Popular, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, uma gleba não urbanizada.

Decreto n.º 40.406 — de 5 de dezembro de 1956.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

Modifica a alínea "c" do artigo terceiro do Decreto-lei número nove mil oitocentos e cinquenta e nove de treze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis (Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção, no País, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Leste Brasileiro).

Lei n.º 2.943 — de 8 de novembro de 1956.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 240.000.000,00 em favor do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Lei n.º 2.918 — de 13 de outubro de 1956.

— Altera os artigos 7.º e 8.º do Decreto n.º 36.952, de 24 de fevereiro de 1955 e revoga o art. 2.º do Decreto n.º 38.677, de 28 de janeiro de 1956, relativos ao Quadro de Pessoal do Hospital dos Servidores do Estado.

Decreto n.º 40.128 — de 15 de outubro de 1956.

INSTITUTO DE RESSEGUROS DO BRASIL

Eleva o capital do Instituto de Resseguros do Brasil.

Decreto n.º 40.259 — de 31 de outubro de 1956.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Majora a subvenção concedida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e dá outras providências.

Lei n.º 2.956 — de 17 de novembro de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que mencionou.

Decreto n.º 40.582 — de 26 de dezembro de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Dá nova redação ao § 2.º do art. 1.º e ao art. 3.º, do Decreto n.º 39.364, de 13 de junho de 1956.

Decreto n.º 40.051 — de 1 de outubro de 1956.

— Cria funções gratificadas no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Decreto n.º 40.575 — de 18 de dezembro de 1956.

INSTITUTO NACIONAL DO SAL

Autoriza o Instituto Nacional do Sal a contrair com garantia do Tesouro Nacional empréstimo destinado ao melhoramento da Indústria Salineira na Região de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto n.º 40.320 — de 12 de novembro de 1956.

— Altera o Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Sal.

Decreto n.º 40.403 — de 23 de novembro de 1956.

INSTITUTO REGIONAL DE METEOROLOGIA DO DISTRITO FEDERAL

Denomina "Instituto Regional de Meteorologia Francisco Souza" o atual "Instituto Regional de Meteorologia do Distrito Federal".

Decreto n.º 40.185 — de 30 de outubro de 1956.

INSTITUTO REGIONAL DE METEOROLOGIA FRANCISCO SOUZA

Denomina "Instituto Regional de Meteorologia Francisco Souza" o actual "Instituto Regional de Meteorologia do Distrito Federal".

Decreto n.º 40.185 — de 30 de outubro de 1956.

INSTITUTOS

Denomina "Casa da Criança Dr. Antônio Epaminondas Gouveia" o edificio construído pelo Governo Federal, e onde funciona o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, em Ribeiro Preto, no Estado de São Paulo.

Lei n.º 2.964 — de 24 de novembro de 1956.

INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO

Revigora, com alterações, a Lei, número 1.522, de 26 de dezembro de 1951, que autoriza o Governo Federal a intervir no domínio económico para assegurar a livre distribuição de produtos necessários ao consumo do povo.

Lei n.º 3.084 — de 29 de dezembro de 1956.

ISENÇÕES

Dispõe sobre a isenção tributária da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

Lei n.º 2.890 — de 1 de outubro de 1956.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, dois pianos e um aparelho de televisão destinados, respectivamente, aos Externatos Nossa Senhora da Assunção, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, e Nossa Senhora das Mercês, no Distrito Federal.

Lei n.º 2.893 — de 1 de outubro de 1956.

ISENÇÕES

— Concede isenção de impostos ou direitos de importação e afins, de quaisquer tributos e do imposto de consumo relativo a maquinismos, seus sobressalentes e acessórios, aparelhos, ferramentas, instrumentos, utensílios, matérias primas e materiais de qualquer natureza destinados à Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita).

Lei n.º 2.894 — de 1 de outubro de 1956.

— Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para material doado ao Convento dos Franciscanos de Píriperi, no Estado do Piauí, e destinado à Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Remédios.

Lei n.º 2.897 — de 5 de outubro de 1956.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras treze caixas contendo objetos religiosos, trazidos da Itália por um irmão marista, para serem oferecidos aos alunos de vários colégios e ginásios maristas do Brasil.

Lei n.º 2.898 — de 5 de outubro de 1956.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, sete volumes contendo objetos, inclusive religiosos, e destinados ao Revmo. Pe. Nicola Pinto.

Lei n.º 2.900 — de 5 de outubro de 1956.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras os materiais importados pela Companhia Metalúrgica Barbará.

Lei n.º 2.902 — de 5 de outubro de 1956.

— Isenta de impostos de importação e taxas aduaneiras um órgão eléctrico-pneumático, destinado à Matriz de Santo Afonso de Ligório, no Distrito Federal.

Lei n.º 2.906 — de 12 de outubro de 1956.

ISENÇÕES

— Concede à Companhia Mogiana de Estradas de Ferro isenção de direitos de importação e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para materiais destinados à ampliação e melhoramentos de seus serviços.

Lei n.º 2.912 — de 12 de outubro de 1956.

— Concede, pelo prazo de 30 meses, isenção de direitos, adicionais, imposto de consumo e taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, para importação de material automobilístico que especifica, e dá outras providências.

Lei n.º 2.993 — de 6 de dezembro de 1956.

— Concede isenção de direitos de importação, taxas aduaneiras e imposto de consumo para o material importado e a importar pelo Instituto Sul-Riograndense de Carnes, necessário à construção e funcionamento do matadouro e fábrica de produtos de carnes e derivados, denominados "Frigorífico-Charqueada de Tupanciretã", na cidade de Tupanciretã, Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.049 — de 21 de dezembro de 1956.

— Assegura os benefícios da Lei número 948, de 3 de dezembro de 1949, aos maquinários que vierem a ser desembaraçados mesmo depois de extinto o prazo de que trata o art. 1.º daquela lei.

Lei n.º 3.063 — de 22 de dezembro de 1956.

— Isenta do imposto de consumo, direitos alfandegários e mais taxas aduaneiras um piano forte de cauda, adquirido pelo Ginásio de Santa Cruz, de Santa Cruz do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.

Lei n.º 3.074 — de 22 de dezembro de 1956.

— Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, os materiais, um grupo moto-nivelador e um caminhão importados pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará, para reforma e ampliação de sua hidrelétrica, e pelas Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Vicência, no Estado de Pernambuco, para construção e conservação de rodovias municipais.

Lei n.º 3.080 — de 22 de dezembro de 1956.

ISENÇÕES

— Concede isenção de direitos de importação para um órgão, dois toneca-binets e um motor-gerador, destinados aos Padres Franciscanos sediados na cidade de Pires do Rio, no Estado de Goiás.

Lei n.º 3.090 — de 29 de dezembro de 1956.

— Concede isenção de direitos e mais taxas aduaneiras para mercadorias importadas pela empresa Frigoríficos Minas Gerais S.A. (Frimisa).

Lei n.º 3.091 — de 29 de dezembro de 1956.

J

JOGOS UNIVERSITÁRIOS
BRASILEIROS

Aprova Estatuto da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e Regulamento dos Jogos Universitários Brasileiros.

Decreto n.º 40.426 — de 27 de novembro de 1956.

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E
JULGAMENTO

Estende à Comarca de Nova Lima e à Cidade Industrial a jurisdição das Juntas de Conciliação e Julgamento de Belo Horizonte.

Lei n.º 3.015 — de 17 de dezembro de 1956.

JUSTIÇA DO TRABALHO

— Ver:

Poder Judiciário.

JUSTIÇA ELEITORAL

— Ver:

Poder Judiciário.

K

KAISER ALUMÍNIO LIMITADA

Concede à Kaiser Alumínio Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.060 — de 3 de outubro de 1956.

L

LAVRA

— Ver:

O nome do elemento lavrado.

LEI DO INQUILINATO

Prorroga a lei do inquilinato, e dá outras providências.

Lei n.º 3.085 — de 29 de dezembro de 1956.

LÓIDE BRASILEIRO - P.N.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender despesas com o auxílio extraordinário ao Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional — para liquidação de compromissos inadmissíveis.

Lei n.º 3.005 — de 15 de dezembro de 1956.

LOTAÇÃO

— Ver:

O nome do Ministério ou órgão a que se refere.

LOTÉRIAS

Retifica o Decreto do Governo do Estado da Paraíba, referente à exploração do serviço de Loterias.

Decreto n.º 40.549 — de 12 de dezembro de 1956.

LOTES PARA COLONIZAÇÃO

Torna inalienáveis, durante dez anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal.

Lei n.º 2.932 — de 31 de outubro de 1956.

M

MADEPINHO SEGURADORA S.A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Madepinho Seguradora Sociedade Anônima.

Decreto n.º 40.030 — de 26 de setembro de 1956.

MADEPINHO SEGURADORA S.A.

— Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Madepinho Seguradora S.A.

Decreto n.º 40.586 — de 26 de dezembro de 1956.

"MAG" DO BRASIL S. A.

Concede à "Mag" do Brasil S.A. Mármore Ardósia Granitos, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.274 — de 5 de novembro de 1956.

MAGISTÉRIO

Dispõe sobre os programas de ensino que servirão de base ao concurso de cargos de magistério.

Lei n.º 2.938 — de 2 de novembro de 1956.

MAGNÉSIO

Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

MANGANÊS

Autoriza a Sociedade de Mineração Pitanguí Ltda. — SOMPIT — a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.073 — de 8 de outubro de 1956.

— Autoriza a Sociedade de Mineração Pitanguí Ltda. — SOMPIT — a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.093 — de 9 de outubro de 1956.

— Autoriza a Sociedade de Mineração Pitanguí Ltda. — SOMPIT — a pesquisar minério de manganês e associados no município de Saúde, Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.095 — de 9 de outubro de 1956.

MANGANÊS

— Autoriza o cidadão brasileiro Ivo Felisberto de Souza a pesquisar minério de manganês e associados no município de Muniz Freire, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 40.192 — de 30 de outubro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Prudencio de Oliveira a pesquisar manganês, cassiterita e associados, no município de Rezende Costa, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.197 — de 30 de outubro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Hildebrando Martins Borges a pesquisar Nióbio e associados, manganês, baritine e vermiculite, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.216 — de 30 de outubro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Henrique Morgan de Aguiar a lavrar minério de ferro, manganês e associados no município de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.369 — de 19 de novembro de 1956.

— Autoriza Indústrias Royval S.A. Técnica Extrativa, Beneficiamento, Importação e Exportação, a pesquisar minério de manganês e associados no município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

Decreto n.º 40.383 — de 19 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 40.416 — de 26 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de manganês e associados no Município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 40.417 — de 26 de novembro de 1956.

MANGANÊS

— Autoriza o cidadão brasileiro Moacir Pinheiro Ferreira a pesquisar minério de manganês e associados no município de Cândido Mendes, Estado do Maranhão.

Decreto n.º 40.419 — de 26 de novembro de 1956.

— Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n.º 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

— Delimita a área destinada ao aproveitamento pela "Indústria e Comércio de Minérios S.A. — ICOMI", de jazidas de minério de manganês situadas na Serra do Navio, no Território Federal do Amapá.

Decreto n.º 40.505 — de 19 de dezembro de 1956.

MAQUINAS AGRÍCOLAS

Estabelece normas para importação e distribuição de máquinas e implementos agrícolas, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.260 — de 1 de novembro de 1956.

MARINHA

Estende aos aprendizes-marinheiros os benefícios contidos no Capítulo III (Reforma) da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Lei n.º 3.065 — de 22 de dezembro de 1956.

— Regula a execução, na Marinha, do disposto no § 1.º, do art. 51, da Lei n.º 2.370, de 9 de dezembro de 1954.

Decreto n.º 40.114 — de 11 de outubro de 1956.

— Permite o uso da Medalha da Ordem de Damião, o Apóstolo dos Leprosos.

Decreto n.º 40.318 — de 9 de novembro de 1956.

— Dá nova redação ao item 10, do capítulo IV, das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 38.598, de 17 de janeiro de 1956.

Decreto n.º 40.342 — de 13 de novembro de 1956.

MARINHA

— *Altera o Decreto n.º 37.222; de 27 de abril de 1955.*

Decreto n.º 40.546 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Regula o uso das condecorações nos uniformes militares e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.556 — de 17 de dezembro de 1956.

— Ver também:
Armada e Ministério da Marinha.

MARINHA DE GUERRA DA ARGENTINA

Concede à Marinha de Guerra da Argentina o Prémio "Marinha do Brasil".

Decreto n.º 40.247 — de 31 de outubro de 1956.

MARINHA DE GUERRA DO CHILE

Concede à Marinha de Guerra do Chile o Prémio "Marinha do Brasil".

Decreto n.º 40.246 — de 31 de outubro de 1956.

MARINHA DE GUERRA DO PARAGUAI

Concede à Marinha de Guerra do Paraguai o Prémio "Marinha do Brasil".

Decreto n.º 40.245 — de 31 de outubro de 1956.

MARMORARIA CATARINENSE SOCIEDADE ANÔNIMA

Concede à Marmoraria Catarinense S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.064 — de 3 de outubro de 1956.

MÁRMORE

Autoriza a Empresa de Mineração, Indústria Brasileira de Mármore e Itatinga a lavar mármore e associados no município de Mar de Espinha, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.217 — de 30 de outubro de 1956.

MÁRMORE

— *Autoriza o cidadão brasileiro Onofre Raça a pesquisar calcário, mármore e associados, no município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.*

Decreto n.º 40.287 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Galdino Evangelista de Matos a pesquisar mármore no município de Curaçá, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 40.329 — de 12 de novembro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 36.046, de 12 de agosto de 1954.*

Decreto n.º 40.459 — de 3 de dezembro de 1956.

MEDALHAS

Permite o uso da Medalha da Ordem de Damião, o Apóstolo dos Leprosos.

Decreto n.º 40.318 — de 9 de novembro de 1956.

— *Regula o uso das condecorações nos uniformes militares e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.556 — de 17 de dezembro de 1956.

MERCANTIL — COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Mercantil — Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n.º 40.265 — de 5 de novembro de 1956.

MERCÚRIO COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Mercúrio Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n.º 40.456 — de 3 de dezembro de 1956.

MICA

Autoriza o cidadão brasileiro Manuel José do Amaral a lavar feldspato, mica, caulim e associados no município de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.097 — de 9 de outubro de 1956.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Emiliano de Moura a pesquisar mica e associados, no Município de Agua Boa, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.194 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Pereira Gomes a pesquisar mica e associados, no município de Miradouro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.124 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Liberato Nunes a pesquisar mica e associados, no município de Mendes Pimentel, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.215 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romualdo Gervásio Ferreira a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.219 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Fabre Machado de Lima a pesquisar mica e associados, no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.281 — de 5 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Rafael Caio Nunes Coelho a pesquisar mica e associados, no município de Coroadi, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.374 — de 19 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Alexandre Roth a lavar mica e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.375 — de 19 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Zeferino Cerqueira Leite a lavar caulim e mica no município de Bicas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.377 — de 19 de novembro de 1956.

MICA

— *Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo São Clemente D'Azevedo a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.412 — de 26 de novembro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Geraldo Bento da Silva e Levy Guilherme de Sá a pesquisar mica e associados no município de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.413 — de 26 de novembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro João Marciano Loubuck a pesquisar quartzo, pedras coroadas, mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.467 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José Maria Alves Machado Filho a pesquisar mica e associados, no Município de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.512 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Antônio Francisco Borges a pesquisar caulim, mica e associados no município de Bicas Fortes, no Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 40.514 — de 10 de dezembro de 1956.

"MACISTA" MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA SANTA FILOMENA LIMITADA

Concede à "Micista" Mineração Comércio e Indústria Santa Filomena Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.366 — de 19 de novembro de 1956.

MILITARES

Promove ao posto ou graduação imediatos os militares incapacitados definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências.

Lei n.º 3.067 — de 22 de dezembro de 1956.

MILITARES

— Ver também:

Aeronáutica, Exército e Marinha.

MINA QUIXABA

Concede permissão à Mina Quixaba, sita no Município de Santa Luzia, no Estado da Paraíba, para funcionar nos domingos e nos feriados civis e religiosos.

Decreto n.º 40.032 — de 26 de outubro de 1956.

MINERAÇÃO FERRO E MANGANÊS

Dá nova redação ao artigo único do Decreto n.º 6.508, de 7 de novembro de 1940.

Decreto n.º 40.508 — de 10 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Aprova o termo de contrato celebrado entre o Governo Federal e Alfredo Simões.

Decreto Legislativo n.º 59, de 1956.

— *Aprova o termo de prorrogação do contrato celebrado entre a Diretoria de Aeronáutica Civil do Ministério da Aeronáutica e H. Stern.*

Decreto Legislativo n.º 63 — de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para atender às despesas decorrentes das comemorações do "Ano Santos Dumont" em todo o território nacional.*

Lei n.º 2.936 — de 31 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 1.870.000,00, para atender às despesas decorrentes do cumprimento da segurança imputada em favor de Pedro Mariani Serra, Maurílio Monteiro Pereira da Cunha, Ayrton Bittencourt Lobo, Armando Pereira de Andrade e Carlos Migusz Garrido.*

Lei n.º 2.988 — de 30 de novembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.*

Lei n.º 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.*

Lei n.º 3.033 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.043 — de 27 de setembro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Aeronáutica, que menciona.*

Decreto n.º 40.115 — de 12 de outubro de 1956.

— *Altera, parcialmente o artigo 1.º do Decreto n.º 39.677, de 31 de julho de 1956.*

Decreto n.º 40.116 — de 12 de outubro de 1956.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.164 — de 16 de outubro de 1956.

— *Retifica Decreto que autorizou o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Santana de Parnaíba — S. P.*

Decreto n.º 40.249 — de 31 de outubro de 1956.

— *Altera a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.309 — de 7 de novembro de 1956.

— *Declara de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóveis necessários aos serviços do Ministério da Aeronáutica, no Distrito Federal.*

Decreto n.º 40.310 — de 7 de novembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Declara de utilidade pública, para desapropriação, terrenos necessários ao Ministério da Aeronáutica, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 40.311 — de 7 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Anápolis, Estado de Goiás.*

Decreto n.º 40.312 — de 7 de novembro de 1956.

— *Altera a série funcional de Serviço da Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Parque de Aeronáutica dos Afonsos.*

Decreto n.º 40.313 — de 7 de novembro de 1956.

— *Retifica o Decreto n.º 40.024, de 25 de setembro de 1956.*

Decreto n.º 40.351 — de 14 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 277 do Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.352 — de 14 de novembro de 1956.

— *Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.*

Decreto n.º 40.353 — de 14 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 277 do Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.354 — de 14 de novembro de 1956.

— *Revoga o Decreto n.º 37.803, de 25 de agosto de 1955, que alterou a lotação numérica de repartições do Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.492 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Ministério da Aeronáutica a aceitar doação de terrenos em Ubaira (BA).*

Decreto n.º 40.577 — de 20 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

— *Fixa o número mínimo de vagas para a cota compulsória, no Ministério da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.615 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Altera o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.626 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas numéricas Especiais que indica.*

Decreto n.º 40.627 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito suplementar de Cr\$ 683.500.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.665 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Aeronáutica o crédito especial de Cr\$ 80.000.030,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.680 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Aprova o termo de contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Associação Rural de Francisco Sá.*

Decreto Legislativo n.º 48, de 1956.

— *Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e dá outras providências.*

Lei n.º 2.920 — de 13 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para auxiliar a realização da Sexta Festa Nacional do Trigo e da Exposição Agropecuária Industrial, na cidade de Cachoeira do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.934 — de 31 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 40.000.000,00 para atender ao pagamento da contribuição do Brasil para a manutenção do Escritório Técnico de Agricultura, órgão executor do Acórdão celebrado entre os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte.

Lei n.º 2.957 — de 17 de novembro de 1956.

— Revoga a Lei n.º 1.142, de 20 de junho de 1950, que dispõe sobre o processo de preenchimentos dos cargos iniciais das carreiras de veterinário, químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Lei n.º 2.933 — de 30 de novembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar a Associação Rural de Montes Claros na construção do Parque da Exposição Agro-Pecuária Industrial Regional, na cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Lei n.º 3.014 — de 17 de dezembro de 1956.

— Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.033.225.736,20.

Lei n.º 3.033 — de 19 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para auxiliar as comemorações do 1.º centenário da elevação do Município de Bapendi, no Estado de Minas Gerais, à categoria de cidade, e a realização, naquela ocasião, de uma Exposição Agropecuária-Industrial.

Lei n.º 3.044 — de 21 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para obras e equipamentos necessários ao funcionamento do Centro Pan-americano de Febre Aftosa.

Lei n.º 3.064 — de 22 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de trezentos mil cruzeiros (300.000,00), para auxílio à 11 Exposição Municipal de Suínos no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 3.070 — de 22 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para auxílio à Exposição Agro-Industrial de Lajes, na cidade de Lajes, Estado de Santa Catarina.

Lei n.º 3.072 — de 22 de dezembro de 1956.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 40.089 — de 9 de outubro de 1956.

— Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 40.090 — de 9 de outubro de 1956.

— Cria no Instituto de Óleos, do Serviço Nacional de Pesquisas Agrônomicas, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, do Ministério da Agricultura, a Comissão de Cooperação Técnica, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.123 — de 15 de outubro de 1956.

— Transfere, sem aumento de despesa, função de Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista do Ministério da Agricultura.

Decreto n.º 40.221 — de 30 de outubro de 1956.

— Torna sem efeito transferência de função na Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Ministério da Agricultura, constante do Decreto n.º 39.702, de 8 de agosto de 1956.

Decreto n.º 40.234 — de 31 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista de repartições do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.*

Decreto n.º 40.314 — de 7 de novembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 1.600.000,00, para atender às despesas com a realização da IV Conferência Rural Brasileira em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 40.323 — de 12 de novembro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.457 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 9.000.000,00, para atender, no exercício de 1955, ao que dispõe o artigo 3.º da Lei n.º 2.470, de 28 de abril de 1955.*

Decreto n.º 40.471 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-mensalistas de repartições do Ministério da Agricultura, na forma que menciona.*

Decreto n.º 40.488 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$.. 16.331.162,40 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e um mil, cento e sessenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), para atender às despesas com pessoal da Universidade Rural de Pernambuco.*

Decreto n.º 40.493 — de 5 de dezembro de 1956.

— *Altera a lotação de repartições atendidas pelos Quadros Permanente e Suplementar do Ministério da Agricultura, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.504 — de 10 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

— *Transfere, para o Ministério da Agricultura, a Comissão Consultiva do Trigo, criada no Ministério das Relações Exteriores, pelo Decreto número 29.916, de 27 de agosto de 1951.*

Decreto n.º 40.578 — de 20 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Agricultura o crédito suplementar de Cr\$ 11.078.987,70, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.666 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.044.490,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.681 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 500.000,00, para atender a despesas com a realização do I Congresso Pan-Americano de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo.*

Lei n.º 2.921 — de 21 de outubro de 1956.

— *Retifica a Lei n.º 2.943, de 21 maio de 1955 (autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 694.844,60, para atender ao pagamento de fornecimentos feitos, no exercício de 1952, a diversos órgãos do mesmo Ministério).*

Lei n.º 2.913 — de 13 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 2.500.000,00, para atender ao pagamento da subvenção devida à Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.917 — de 13 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Concede a inclusão da Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal.*

Lei n.º 2.921 — de 21 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 500.000,00 à Diocese de Petrolina, no Estado de Pernambuco, por ocasião dos festejos comemorativos de seu jubileu de prata.*

Lei n.º 2.922 — de 21 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 323.012,20 para atender ao pagamento de gratificação de magistério.*

Lei n.º 2.942 — de 8 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para auxiliar a realização da III Conferência Nacional de Jornalistas, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.*

Lei n.º 2.950 — de 17 de novembro de 1956.

— *Altera disposições da Lei número 2.368, de 9 de dezembro de 1954 — Orçamento da União para 1955.*

Lei n.º 2.987 — de 30 de novembro de 1956.

— *Alteração a relação nominal e as importâncias a que se refere a Lei n.º 2.589, de 8 de setembro de 1955.*

Lei n.º 2.989 — de 30 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 2.760.000,00 pela realização dos XIII Jogos Universitários Brasileiros, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.*

Lei n.º 2.997 — de 11 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, destinados à Universidade do Ceará.*

Lei n.º 3.007 — de 15 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$... 220.000,00, para atender a despesas determinados pela Lei n.º 1.512 de 19 de dezembro de 1951.*

Lei n.º 3.016 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00, destinado a auxiliar as despesas com o comparecimento da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira à 19.ª Conferência da Cruz Vermelha Internacional*

Lei n.º 3.017 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de ... Cr\$ 3.000.000,00 para ocorrer a despesas com a realização do XIX Congresso Nacional de Estudantes.*

Lei n.º 3.028 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.*

Lei n.º 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.*

Lei n.º 3.033, — de 19 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 3.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Serra, no Estado do Espírito Santo, e de Picuí, no Estado da Paraíba, nos festejos comemorativos do IV e I centenários daquelas cidades.*

Lei n.º 3.654 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$.. 150.000,00, destinado a auxiliar as despesas com a realização da III Reunião Anual do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios.*

Lei n.º 3.056 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 2.000.000,00 e de Cr\$ 1.000.000,00 como auxílio aos Colégios da Imaculada Conceição, no Distrito Federal, e Santa Rita, no Estado da Paraíba.*

Lei n.º 3.066 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelos Ministérios da Educação e Cultura e Viação e Obras Públicas, os créditos especiais, respectivamente, de Cr\$ 300.000,00 e Cr\$ 100.000,00 como auxílio à realização do VI Congresso Odontológico Brasileiro e I Congresso de Mecânica do Solo.*

Lei n.º 3.038 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regimento da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.050 — de 29 de setembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para auxiliar a realização do Tríduo Nacional de Nossa Senhora de Fátima, em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Decreto n.º 40.053 — de 1 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.117 — de 13 de outubro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos centenários da fundação de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul, e do Município de Pinheiros, no Estado do Maranhão.*

Decreto n.º 40.147 — de 16 de outubro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 7.000.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à XV Olimpíada em Helsinki.*

Decreto n.º 40.156 — de 16 de outubro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Cultura, que menciona.*

Decreto n.º 40.157 — de 16 de outubro de 1956.

— *Dispõe sobre a transferência de um cargo da extinta Câmara de Reajustamento Econômico, do Quadro Especial do Ministério da Fazenda para o Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.220 — de 30 de outubro de 1956.

— *Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação.*

Decreto n.º 40.296 — de 6 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00 para pagamento de subvenção a Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas do Rio Grande do Sul.*

Decreto n.º 40.357 — de 16 de novembro de 1956.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para pagamento e subvenção à Faculdade de Ciências Econômicas do Ceará.

Decreto n.º 40.533 — de 11 de dezembro de 1956.

— Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar o Estado do Rio Grande do Sul em obras e instalações em Escolas Técnicas e Industriais.

Decreto n.º 40.561 — de 18 de dezembro de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000,00, para o fim que menciona.

Decreto n.º 40.582 — de 26 de dezembro de 1956.

— Abre pelo Ministério da Educação e Cultura o crédito suplementar de Cr\$ 29.884.030,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 40.667 — de 28 de dezembro de 1956.

— Abre ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 6.814.300,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 40.682 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Estende a fiscais de rendas federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

Lei n.º 2.911 — de 12 de outubro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00, destinado a auxiliar o Estado de Minas Gerais nos prejuízos ocasionados com o incêndio das obras do Frigorífico de Carreira Comprida, no Município de Santa Luzia.

Lei n.º 2.945 — de 10 de novembro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 370.997.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1955.

Lei n.º 3.013 — de 17 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000,00 auxílio à II Conferência de Peritos em Siderurgia Latino-Americana e Indústria de Transformação de Aço.

Lei n.º 3.020 — de 17 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 195.075,80, para atender ao pagamento da hipoteca que grava imóvel, adjudicado à União Federal.

Lei n.º 3.025 — de 19 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$..... 1.100.000,00.

Lei n.º 3.031 — de 19 de dezembro de 1956.

— Autoriza a abertura de créditos especiais no total de Cr\$ 18.168.664.849,50 para os fins que menciona.

Lei n.º 3.032 — de 19 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 38.033.056,60 para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1956, "ex-vi" do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal.

Lei n.º 3.043 — de 21 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, para atender a despesas do exercício findos.

Lei n.º 3.053 — de 19 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, destinado às despesas com o aperfeiçoamento e à inspeção dos serviços fazendários ... (vetado).*

Lei n.º 3.057 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Dispõe sobre a transferência de um cargo da extinta Câmara de Reajustamento Econômico, do Quadro Especial do Ministério da Fazenda para o Quadro Suplementar do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.220 — de 30 de outubro de 1956.

— *Dispõe sobre a transferência de função da Tabela Única de Etranumerário-mensalista do Departamento Administrativo do Serviço Público para idêntica Tabela do Ministério da Fazenda.*

Decreto n.º 40.226 — de 31 de outubro de 1956.

— *Suprime cargo extinto.*

Decreto n.º 40.292 — de 5 de novembro de 1956.

— *Altera o Decreto número 35.447, de 30 de abril de 1954.*

Decreto n.º 40.298 — de 6 de novembro de 1956.

— *Retifica o Decreto n.º 38.017, de 6-10-955.*

Decreto n.º 40.388 — de 20 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.394 — de 21 de novembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, destinado a atender a com a execução, no exercício de 1955, da Lei n.º 2.453, de 15 de abril de 1955.*

Decreto n.º 40.429 — de 27 de novembro de 1956.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

— *Autoriza o Ministro da Fazenda a elevar o limite de emissão de títulos da Dívida Pública Federal. ...*

Decreto n.º 40.437 — de 27 de novembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 50.000.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.559 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito suplementar de Cr\$ 1.201.711.532,60, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.668 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$.. 1.100.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.675 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 17.334.158.854,80, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.683 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, para atender a despesas de exercícios findos.*

Decreto n.º 40.690 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 7.953.472,90 para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquele Ministério.*

Lei n.º 2.891 — de 1 de outubro de 1956.

— *Revalida a autorização contida no art. 11 da Lei n.º 1.956, de 26 de agosto de 1953.*

Lei n.º 2.905 — de 8 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 30.714,90 para ressarcir os prejuízos sofridos por oficiais e praças reformados, pensionistas e asilados.*

Lei n.º 2.914 — de 13 de outubro de 1956.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista da Fábrica de Juiz de Fora do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.148 — de 16 de outubro de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Administração do Edifício da Guerra para igual tabela do Gabinete do Ministro, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.149 — de 16 de outubro de 1956.

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário mensalista do Estabelecimento Central de Material de Intendência para igual tabela da Administração dos Estabelecimentos Mallet, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.150, de 16 de outubro de 1956.

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalistas da Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas e do Gabinete do Ministro para tabela idêntica da Fábrica do Realengo, todas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.151 — de 16 de outubro de 1956.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Extranumerário Mensalista do Hospital Geral de São Paulo, do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.152 — de 16 de outubro de 1956.

— *Dá nova redação aos arts. 22, 26 e 27 do Decreto n.º 14.947, de 6 de março de 1944, alterados pelos Decretos n.º 20.802, de 21 de março de 1946, 27.887, de 17 de março de 1950 e 36.917, de 17 de fevereiro de 1955.*

Decreto n.º 40.225 — de 31 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário Mensalista da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras para a Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.322 — de 12 de novembro de 1956.

— *Retifica a Tabela Numérica Especial de Mensalista do 8.º Regimento de Cavalaria do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.449 — de 1 de dezembro de 1956.

— *Retifica a Tabela numérica Especial de Mensalista do 28.º Batalhão de Caçadores do Ministério da Guerra, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.450, — de 1 de dezembro de 1956.

— *Transfere sem aumento de despesa, função de Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista da Fábrica de Juiz de Fora para igual Tabela da Fábrica Presidente Vargas, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.451 — de 1 de dezembro de 1956.

— *Transfere função de extranumerário-mensalista da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Coudelaria de Saica para idêntica Tabela do Estabelecimento de Material de Intendência na 3.ª Região Militar, ambas do Ministério da Guerra, que mencionada.*

Decreto n.º 40.452 — de 1 de dezembro de 1956.

— *Transfere, sem aumento de despesa, funções de Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-Mensalista de repartições do Ministério da Guerra, na forma que mencionada.*

Decreto n.º 40.453 — de 1 de dezembro de 1956.

— *Suprime cargos extintos.*

Decreto n.º 40.494 — de 5 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA GUERRA

— *Declaro de utilidade pública e autoriza a desapropriação de imóvel necessário ao serviço do Exército Nacional.*

Decreto N.º 40.495 — de 5 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a aceitação da doação do imóvel que faz o Estado da Bahia ao Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.569 — de 18 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Guerra o crédito suplementar de Cr\$ 2.546.444.700,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.669 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Mensalista da Fábrica da Estrêla para idêntica tabela da Fábrica do Andaraí, ambas do Ministério da Guerra.*

Decreto n.º 40.692 — de 29 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00, para auxiliar a Federação Brasileira de Colégios Notariais na realização do IV Congresso Internacional do Notariado Latino,

Lei n.º 2.908 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500,00, destinado a indenizar o guarda-civil Ibrahim Generoso da Silva das despesas realizadas com seu tratamento, em consequência de acidente em serviço.*

Lei n.º 2.919 — de 13 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado a atender às despesas com o reaparelhamento da rede de estabelecimentos penais do Distrito Federal.*

Lei n.º 2.955 — de 17 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial até Cr\$ 10.000.000,00, a título de auxílio extraordinário, à Fundação Abrigo do Cristo Redentor.*

Lei n.º 3.006 — de 15 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.500.000,00, para auxílio à realização do Congresso Nacional das Assembleias Legislativas.*

Lei n.º 3.019 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito suplementar de Cr\$ 720.000,00 em reforço do Orçamento vigente, subanexo 4.16 — Título 20, 01, Serviço de Assistência a Menores, sendo Cr\$ 500.000,00 para assistência a menores realizada pela Sociedade Pestalozzi do Brasil.*

Lei n.º 3.042 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.564.467,00, destinado ao pagamento de servidores do Departamento de Produção do Território do Acre.*

Lei n.º 3.051 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Transfere, sem aumento de despesa, função da Tabela Numérica de Extranumerário-mensalista da Comissão Especial de Faixa de Fronteiras, para a Tabela Única de Extranumerário-mensalista do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.*

Decreto n.º 40.347 — de 13 de novembro de 1956.

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E
NEGÓCIOS INTERIORES**

— *Suprime cargo provisório.*

Decreto n.º 40.349 — de 13 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 6.108,60, para o fim que especifica.*

Decreto n.º 40.624 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de Cr\$ 306.195.856,30, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.670 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ 44.214.045,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.684 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Onorato Pampaloni.

Decreto Legislativo n.º 56, de 1956

— *Aprova o termo aditivo ao contrato celebrado entre o Ministério da Marinha e Maury Pinto de Oliveira.*

Decreto Legislativo n.º 57, de 1956

— *Concede pensões especiais às famílias de servidores falecidos em acidentes no serviço do Departamento de Municípios do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha.*

Lei n.º 2.939 — de 8 de novembro de 1956.

— *Dá nova denominação à Capitania dos Portos do Estado do Amazonas e dos Territórios do Acre, Guaporé e Rio Branco.*

Decreto n.º 40.042 — de 26 de setembro de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Declara de utilidade pública, para efeitos de desapropriação, uma área de 885,5 ha, aproximadamente, situada no município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.*
... Dec2otr ...e araaTp ...

Decreto n.º 40.111 — de 10 de outubro de 1956.

— *Aprova o Regimento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.112 — de 11 de outubro de 1956.

— *Extingue a Agência da Capitania dos Portos do Estado do Paraná em São Mateus do Sul.*

Decreto n.º 40.241 — de 31 de outubro de 1956.

— *Transforma, em Agência, a Delegacia da Capitania dos Portos do Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro, em São João da Barra.*

Decreto n.º 40.242 — de 31 de outubro de 1956.

— *Eleva, à categoria de Delegacia de 2.ª classe, a Agência da Capitania dos Portos do Estado da Bahia, em Ilhéus.*

Decreto n.º 40.243 — de 31 de outubro de 1956.

— *Transfere a sede de uma Agência da Capitania dos Portos do Es-*

Decreto n.º 40.244 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede à Marinha de Guerra do Paraguai o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto n.º 40.245 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede à Marinha de Guerra do Chile o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto n.º 40.246 — de 31 de outubro de 1956.

— *Concede a Marinha de Guerra da Argentina o Prêmio "Marinha do Brasil".*

Decreto n.º 40.247 — de 31 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA MARINHA

— *Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários Mensalista do Ministério da Marinha, que menciona.*

Decreto n.º 40.297 — de 6 de novembro de 1956.

— *Cria a Agência da Capitania dos Portos do Estado da Bahia, em Madre de Deus.*

Decreto n.º 40.441 — de 29 de novembro de 1956.

— *Cria a Agência da Capitania dos Portos do Estado de Pernambuco, em Goiana.*

Decreto n.º 40.545 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Marinha o crédito suplementar de Cr\$ 818.052.969,00, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.671 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Marinha o crédito especial de Cr\$ 329.698.360,00 para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.635 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Fixa para o ano de 1956, o número mínimo de vagas para os diferentes postos dos Corpos de Oficiais da Marinha.*

Decreto n.º 40.705 — de 31 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$.. 12.000.000,00, destinado à compra e pagamento de vagões-tanques e às despesas complementares indispensáveis.

Lei n.º 2.991 — de 30 de novembro de 1956.

— *Dispõe sobre o pessoal das Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites.*

Lei n.º 3.029 de 19 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

— *Cria o Consulado Honorário do Brasil em Dunquerque, França.*

Decreto n.º 40.686 — de 9 de outubro de 1956.

— *Suprime o Consulado privativo do Brasil em Caiana, Guiana francesa, e cria o Consulado honorário naquela capital.*

Decreto n.º 40.124 — de 15 de outubro de 1956.

— *Suprime o Consulado honorário do Brasil em Paramaribo, Guiana Holandesa, e cria o Consulado de carreira naquela Capital.*

Decreto n.º 40.125 — de 15 de outubro de 1956.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender às despesas de qualquer espécie decorrentes da posse do Presidente da República.*

Decreto n.º 40.235 — de 31 de outubro de 1956.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 382.000,00, autorizado pela Lei número 2.785, de 16 de maio de 1956.*

Decreto n.º 40.397 — de 21 de novembro de 1956.

— *Transfere, para o Ministério da Agricultura, a Comissão Consultiva do Trigo, criada no Ministério das Relações Exteriores, pelo Decreto número 29.916, de 27 de agosto de 1951.*

Decreto n.º 40.578 — de 20 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 60.000,40, para os fins que especifica.*

Decreto n.º 40.686 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 para ocorrer às despesas da desapropriação, por utilidade pública, de imóvel situado em Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Lei n.º 2.903 — de 5 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 28.000.000,00, destinado ao pagamento da dívida contraída pela Associação Paulista de Combate ao Câncer.

Lei n.º 2.954 — de 17 de novembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 45.000.000,00, para o fim que especifica.

Lei n.º 3.003 — de 14 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito suplementar de Cr\$ 1.680.000,00 para atender a despesas de aluguel de imóveis ocupados por órgãos do Ministério.

Lei n.º 3.004 — de 14 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00, destinado à aquisição inicial da Vacina Salk e ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina, e dá outras providências.

Lei n.º 3.012 — de 17 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00 para a conclusão das obras do Hospital dos Radialistas e aquisição do respectivo equipamento.

Lei n.º 3.059 — de 22 de dezembro de 1956.

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 1.000.000,00 para ocorrer às despesas com a realização do 1.º Congresso Médico Brasileiro, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.

Lei n.º 3.075 — de 22 de dezembro de 1956.

— Altera a lotação do Ministério da Saúde.

Decreto n.º 40.153 — de 16 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

— Abre ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 300.000,00 para subvencionar o VI Congresso Nacional de Tuberculose.

Decreto n.º 40.612 — de 27 de dezembro de 1956.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 45.000.000 para o fim que especifica.

Decreto n.º 40.616 — de 27 de dezembro de 1956.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito suplementar de Cr\$ 71.751.302,50, para os fins que especifica.

Decreto n.º 40.672 — de 28 de dezembro de 1956.

— Abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 1.800.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n.º 40.687 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00 para atender às despesas com o comparecimento do Brasil à Feira Mundial de Nova Iorque, à Exposição Internacional de Produtos Alimentícios e Estimulantes da Colônia e à Expansão Universal e Internacional de Bruxelas.

Lei n.º 3.034 — de 19 de dezembro de 1956.

— Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-Mensalista do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que menciona.

Decreto n.º 40.129 — de 15 de outubro de 1956.

— Transfere função da Parte Permanente da Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica para iguais Parte e Tabela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto n.º 40.239 — de 31 de outubro de 1956.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

— *Transfere função da Tabela Numérica Especial de Extranumerário-mensalista da Divisão do Pessoal para idêntica Tabela do Serviço de Comunicações, ambas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 40.389 — de 20 de novembro de 1956.

— *Suprime cargos extintos do Quadro Suplementar do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.*

Decreto n. 40.455 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Suprime cargos provisórios.*

Decreto n. 40.520 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Cessa a autorização concedida à Caixa Nacional de Capitalização, com sede na Capital do Estado de São Paulo.*

Decreto n. 40.532 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito suplementar de Cr\$ 33.846.033,80, para os fins que especifica.*

Decreto n. 40.673 — de 23 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de Cr\$ 3.534.000,00 para os fins que especifica.*

Decreto n. 40.688 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à edificação de muros de proteção e de passagens superiores para pedestres nas linhas da Estrada de Ferro Leopoldina, no perímetro urbano do Distrito Federal até a estação de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.968 — de 24 de novembro de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender às despesas resultantes de várias obras, serviços e trabalhos de qualquer natureza contratados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais.*

Lei n. 2.994 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de Cr\$ 340.511.455,00, suplementar à verba que especifica.*

Lei n. 3.002 — de 14 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado a atender despesas com o auxílio extraordinário ao Lóide Brasileiro — Patrimônio Nacional — para liquidação de compromissos inadivels.*

Lei n. 3.005 — de 15 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50 para reembolso ao Serviço de Navegação da Baía do Prata da diferença, a seu favor, ocorrida na administração dos bens do Distrito de Guaira.*

Lei n. 3.021 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados e contraídos pelo Serviço de Navegação da Baía do Prata.*

Lei n. 3.024 — de 19 de dezembro de 1956.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E
OBRAS PÚBLICAS**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20, para atnder ao pagamento de terreno adquirido pela Rêde de Viação Cearense.*

Lei n. 3.027 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a abertura dos créditos suplementares que especifica, no total de Cr\$ 6.038.225.736,20.*

Lei n. 3.033 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 150.000.000,00, destinado às obras de remodelação do ramal de São Paulo e da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brasil.*

Lei n. 3.037 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Abre pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, destinado à construção de uma ponte sobre o rio Paraná, ligando os Estados de São Paulo e Mato Grosso, e dá outras providências.*

Lei n. 3.041 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 destinado à construção da estação ferroviária comum às Estradas de Ferro Noroeste do Brasil e Brasil-Bolívia.*

Lei n. 3.046 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 1.000.000,00, Cr\$ 2.000.000,00 e Cr\$ 3.000.000,00, destinados às construções e reconstrução de estações da Estrada de Ferro Leopoldina e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nas cidades de Castelo, Lins e Itapeiruna, nos Estados do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro.*

Lei n. 3.047 — de 21 de dezembro de 1956.

**MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E
OBRAS PÚBLICAS**

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 764.912,50, para atender ao pagamento do débito da Viação Ferroviária Leste Brasileiro à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferrovieiros e de Serviços Públicos dos Estados da Bahia e de Sergipe.*

Lei n. 3.071 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 10.000.000,00 e Cr\$ 2.000.000,00 para auxiliar as comemorações dos primeiros centenários de elevação de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, e Marquês de Valença, no Estado do Rio de Janeiro à categoria de cidades.*

Lei n. 3.086 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Altera a Tabela Única de Extranumerários-Mensalista do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.*

Decreto n. 40.390 — de 20 de novembro de 1956.

— *Suprime cargos extintos.*

(Q.I. — P.S.)

Decreto n. 40.485 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos especiais de Cr\$ 5.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para os fins que menciona.*

Decreto n. 40.583 — de 26 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito suplementar de Cr\$ 328.518.192,40, para os fins que especifica.*

Decreto n. 40.674 — de 28 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 361.404.126,50, para os fins que especifica.*

Decreto n. 40.689 — de 28 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 40.693 — de 29 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 97.726.890,70, para o fim que menciona.*

Decreto n. 40.699 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de Cr\$ 340.511.455,00, para o fim especifica.*

Decreto n. 40.700 — de 31 de dezembro de 1956.

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Aprova o Regulamento do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.

Decreto n. 40.359 — de 16 de novembro de 1956.

MOEDAS DIVISIONÁRIAS

Autoriza o Ministério da Fazenda a mandar cunhar, na Casa da Moeda, moedas metálicas divisionárias até a importância de Cr\$ 500.000.000,00.

Lei n. 2.992 — de 30 de novembro de 1956.

MONTEPIO CIVIL

Atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros, e dá outras providências.

Lei n. 3.058 — de 22 de dezembro de 1956.

MUNICÍPIOS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 370.997.056,60, para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1955.

Lei n. 3.013 — de 17 de dezembro de 1956.

MUNICÍPIOS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de Cr\$ 38.033.056,60, para completar o pagamento de percentagem devida aos municípios, no exercício de 1956, "ex-vi" do art. 15, § 4.º, da Constituição Federal.*

Lei n. 3.043 — de 21 de dezembro de 1956.

MUSEUS

Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, para os fins que especifica.

Decreto n. 40.117 — de 13 de outubro de 1956.

N

NAVEGAÇÃO PROGRESSO LIMITADA

Concede à sociedade Navegação Progresso Limitada autorização para continuar funcionando como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.424 — de 26 de novembro de 1956.

NAVEGAÇÃO SANTA CRUZ LTDA.

Concede à sociedade Navegação Santa Cruz Ltda. autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.263 — de 5 de novembro de 1956.

NAVEGAÇÃO VERA CRUZ LIMITADA

Concede à Sociedade "Navegação Vera Cruz Limitada" autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n. 40.262 — de 5 de novembro de 1956.

NIÓBIO

Autoriza o cidadão brasileiro Huldebrando Martins Borges a pesquisar nióbio e associados, manganês, bari-tine e vermiculite, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n. 40.216 — de 30 de outubro de 1956.

NÍQUEL

Declara a caducidade da autorização de pesquisa n.º 31.748, de 7 de novembro de 1952.

Decreto n. 40.470 — de 3 de dezembro de 1956.

O

OBRAS CONTRA AS SÊCAS

— Ver:

Departamento Nacional de Obras contra as Secas.

OLIMPIADAS (XV)

Transfere funções das Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerário-mensalista do Ministério da Educação e Cultura, que menciona.

Decreto n. 40.157 — de 16 de outubro de 1956..

OPERADORES DE RAIOS X

Altera o Decreto n.º 29.155, de 17 de janeiro de 1951, e dá outras providências.

Decreto n. 40.630 — de 27 de dezembro de 1956.

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO

Altera disposições da Lei n.º 2.368, de 9 de dezembro de 1954 — Orçamento da União para 1955.

Lei n. 2.987 — de 30 de novembro de 1956.

— *Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1957.*

Lei n. 2.996 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, a qual estima e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1956.*

Lei n. 3.052 — de 2 de dezembro de 1956.

— *Retifica, sem ônus, a Lei n.º 2.665, de 6 de dezembro de 1955, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1956.*

Lei n. 3.087 — de 29 de dezembro de 1956.

OURO

Renova o Decreto n. 31.114, de 10 de julho de 1952.

Decreto n. 40.107 — de 9 de outubro de 1956.

— *Renova o Decreto n.º 35.386, de 14 de abril de 1954.*

Decreto n. 40.108 — de 9 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro José de Anárede Guieiro a pesquisar diamantes, ouro e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.198 — de 20 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Arena a pesquisar cassiterita, minério de ouro e associados nos municípios de São Tiago, São João del Rei e Nazareno, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.202 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza Dragagem Fluvial Limitada, a pesquisar ouro, diamante, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.208 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Arena a pesquisar ouro, cassiterita e associados, no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.211 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza Mineração Tejucana Limitada a pesquisar diamante, ouro e associados nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.330 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza Mineração Tejucana Limitada a pesquisar diamante, ouro e associados nos municípios de Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n. 40.331 — de 12 de novembro de 1956.

OURO

— Autoriza *Mineração Tejucana Limitada* a pesquisar diamante, ouro e associados nos municípios de *Diamantina e Bocaiuva, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 40.332 — de 12 de novembro de 1956.

— Autoriza *Mineração Tejucana Limitada* a pesquisar diamante, ouro e associados no município de *Diamantina, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 40.333 — de 12 de novembro de 1956.

P**PAN AMERICAN WORLD AIRWAYS, INC.**

Concede à sociedade anônima "*Pan American World Airways, Inc.*", autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n. 40.438 — de 28 de novembro de 1956.

"PÁTRIA" COMPANHIA BRASILEIRA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da "*Pátria*" — Companhia Brasileira de Seguros Gerais, inclusive transferência da sede social.

Decreto n. 40.069 — de 8 de outubro de 1956.

PEDRAS CORADAS

Autoriza o cidadão brasileiro *Almir Ramos de Castro* a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de *Teófilo Otoni, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 40.206 — de 30 de outubro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro *João Marciano Louback* a pesquisar quartzo, pedras coradas, mica e associados, no município de *Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais*.

Decreto n. 40.467 — de 3 de dezembro de 1956.

— Autoriza *Juan Redorder Clavell* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 39.958 — de 6 de setembro de 1956.

PEDRAS CORADAS

— Autoriza *Braulino de Mattos Reis* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 40.251 — de 31 de outubro de 1956.

— Autoriza *Elias José Safadi* a comprar pedras preciosas.

Decreto n. 40.534 — de 11 de dezembro de 1956.

PENHOR INDUSTRIAL

Dispõe sobre o penhor industrial de veículos automotores, equipamentos para a execução de terraplenagem e pavimentação e quaisquer viaturas de tração mecânica usadas nos transportes de passageiros e cargas, e dá outras providências.

Lei n. 2.931 — de 27 de outubro de 1956.

PENSIONISTAS

Define a aplicação do art. 9.º da Lei n.º 1.765, de 18 de dezembro de 1952.

Lei n. 3.076 — de 22 de dezembro de 1956.

Concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a *Maria Augusta Cândida*.

Lei n. 2.892 — de 1 de outubro de 1956.

— Concede pensões especiais às famílias de servidores falecidos em acidente no serviço do Departamento de Munições do Centro de Armamento da Marinha, do Ministério da Marinha.

Lei n. 2.939 — de 8 de novembro de 1956.

PENSÕES

— Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a *Azevedo Moreira*, viúva do major da revolução acreana *Leônicio Moreira*.

Lei n. 2.966 — de 24 de novembro de 1956.

— Concede a pensão especial de .. Cr\$ 5.000,00 mensais do jornalista *Hamilton Barata*.

Lei n. 2.967 — de 24 de novembro de 1956.

PENSÕES

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 5.000,00 mensais a Maria Nair Pires Ferreira Póvoa, viúva do Professor Hélon de Menezes Póvoa.*

Lei n. 2.971 — de 24 de novembro de 1956.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a Alina de Carvalho Costa, viúva de Antenor Gonçalves Costa, mestre de Oficina, aposentado do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.*

Lei n. 2.980 — de 30 de novembro de 1956.

— *Concede a Levina Nogueira Areias viúva do fariolero do Ministério da Marinha João Arantes Arêas, falecido em virtude de acidente no trabalho, pensão especial correspondente à remuneração mensal daquele servidor no dia de sua morte.*

Lei n. 2.981 — de 30 de novembro de 1956.

— *Concede a pensão especial de .. Cr\$ 3.000,00 mensais a Angelina de Góis Cabral, viúva do legionário Laurenio Cabral, que fez parte da Força Expedicionária do Acre.*

Lei n. 3.008 — de 15 de dezembro de 1956.

— *Atualiza a contribuição mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal para o montepio civil e as pensões aos seus herdeiros, e dá outras providências.*

Lei n. 3.058 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Concede a pensão especial de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00) mensais a Francisca Silveira Martins.*

Lei n. 3.068 — de 22 de dezembro de 1956.

PESQUISAS

(Autorização para):

— Ver:

O nome do elemento pesquisado.

PETRÓLEO BRASILEIRO S. A. PETROBRÁS

Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. - Petróbrás, em caráter de urgência, áreas compreendidas em imóveis no Estado da Bahia.

Decreto n. 40.489 — de 4 de dezembro de 1956.

PLANALTO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Concede à "Planalto", Companhia de Seguros Gerais autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto n. 39.575 — de 13 de julho de 1956.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prorroga a vigência das medidas de ordem financeira relacionadas com a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico previstas nas Leis ns. 1.474, de 26 de novembro de 1951, e 1.628, de 20 de junho de 1952, e dá outras providências.

Lei n. 2.973 — de 26 de novembro de 1956.

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECO- NÔMICA DA AMAZÔNIA

Altera o Decreto n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953.

Decreto n. 40.400 — de 21 de novembro de 1956.

PLANO DO CARVÃO NACIONAL

Dispõe sobre a execução do Plano do Carvão Nacional.

Lei n. 3.018 — de 17 de dezembro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de .. Cr\$ 251.024,10 para pagamento de diferenças de vencimentos, gratificações adicionais por tempo de serviço e de representação e substituições de juizes, vogais e suplentes de juizes do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.

Lei n. 2.887 — de 1 de outubro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito especial de Cr\$ 7.460,00 para atender ao pagamento de diárias e salário-família, devidos nos exercícios de 1947 a 1954, a juizes suplentes e funcionários do Tribunal Regional do Trabalho da 4.ª Região.*

Lei n. 2.888 — de 1 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 416.712,00 para atender ao pagamento de vencimentos e adicionais, no exercício de 1956, aos advogados de 2.ª reentrância da Justiça Militar, Renato Dardeau de Albuquerque e Alfredo Ribeiro Sacramento.*

Lei n. 2.895 — de 5 de outubro de 1956.

— *Altera o quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e dá outras providências.*

Lei n. 2.909 — de 12 de outubro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Federal de Recursos — o crédito suplementar de Cr\$ 283.000.000,00, em reforço de dotação que especifica.*

Lei n. 2.940 — de 8 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral o crédito especial de Cr\$ 309.000,00, para atender a despesas com gratificação de natureza eleitoral realizadas no exercício de 1954 pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Minas Gerais, Piauí e São Paulo.*

Lei n. 2.947 — de 17 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais Eleitorais — o crédito especial de Cr\$ 906.436,20, para atender a despesas com a Justiça Eleitoral, correspondentes aos exercícios de 1950 a 1954.*

Lei n. 2.948 — de 17 de novembro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Superior Tribunal Militar — o crédito especial de Cr\$ 27.444,30, para ocorrer despesas correspondentes aos exercícios de 1951, 1953 e 1954, com o pagamento de salário-família, gratificação adicional e diferença de vencimentos e atrasados a funcionários daquele Tribunal.*

Lei n. 2.949 — de 17 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral da Bahia — o crédito especial de Cr\$ 13.500,00 para ocorrer ao pagamento de salário-família devido a funcionários de sua Secretaria, nos exercícios de 1948 e 1954.*

Lei n. 2.951 — de 17 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito especial de .. Cr\$ 791.406,50, para atender a despesas diversas realizadas no exercício de mil novecentos e cinqüenta e cinco, pelos Tribunais Regionais Eleitorais de Alagoas, Maranhão, São Paulo, Amazonas, Ceará, Paraná e Rio Grande do Sul.*

Lei n. 2.952 — de 17 de novembro de 1956.

— *Cria diversos cargos no Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, e dá outras providências.*

Lei n. 2.958 — de 17 de novembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunais Regionais do Trabalho da 3.ª, 4.ª e 5.ª Regiões — os créditos especiais de Cr\$ 413.181,00, Cr\$ 142.177,00, Cr\$ 371.916,00 e Cr\$ 102.002,20.*

Lei n. 2.969 — de 24 de novembro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o crédito suplementar de Cr\$ 42.000,00, em reforço da Verba 1 Pessoal do Anexo n.º 27, do Orçamento Geral da União, para ocorrer às despesas com funções gratificadas no Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região.*

Lei n. 2.985 — de 30 de novembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Supremo Tribunal Federal — o crédito suplementar de Cr\$ 57.996,00, em reforço da Verba 1.0.00, Consignação 1.1.00, Subconsignação 1.1.11, do vigente orçamento.*

Lei n. 3.011 — de 17 de dezembro de 1956.

— *Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, e dá outras providências.*

Lei n. 3.023 — de 19 de dezembro de 1956.

— *Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e dá outras providências.*

Lei n. 3.048 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Ceará o crédito especial de Cr\$ 76.993,00 para ocorrer às despesas de gratificações adicionais a funcionários de sua secretaria e de gratificações de natureza eleitoral a juizes e auxiliares de cartório.*

Lei n. 3.060 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 19.299,50 (dezenove mil duzentos e noventa e nove cruzeiros e cinqüenta centavos), para o fim que especifica.*

Decreto n. 40.237 — de 31 de outubro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da Primeira Região, o crédito especial de Cr\$ 972.290,00 (novecentos e setenta e dois mil duzentos e noventa cruzeiros), para o fim que especifica.*

Decreto n. 40.238 — de 31 de outubro de 1956.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais — o crédito suplementar que especifica.*

Decreto n. 40.345 — de 13 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, o crédito especial de Cr\$ 32.890,00, para o fim que especifica.*

Decreto n. 40.346 — de 13 de novembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.*

Decreto n. 40.359 — de 16 de novembro de 1956.

— *Abre, ao Tribunal de Contas, o crédito suplementar de Cr\$ 600.000,00, em reforço de dotações de orçamento em vigor.*

Decreto n. 40.393 — de 20 de novembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — superior Tribunal Militar, — o crédito especial de Cr\$ 416.712,00, para atender ao pagamento de vencimentos e adicionais, no exercício de mil novecentos e cinqüenta e seis, aos advogados de Segunda entrância da Justiça Militar, Renato Dardeau de Albuquerque e Alfredo Ribeiro Sacramento.*

Decreto n. 40.503 — de 10 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho da Segunda Região — o crédito especial de Cr\$ 618.960,00, para execução da Lei n. 2.673, de 2 de maio de 1956.*

Decreto n. 40.622 — de 27 de dezembro de 1956.

PODER JUDICIÁRIO

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar que especifica.*

Decreto n. 40.623 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região o crédito especial de Cr\$ 618.960,00, para execução da Lei n. 2.676 — de 2 de maio de 1956.*

Decreto n. 40.622 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar que especifica.*

Decreto n. 40.623 — de 27 de dezembro de 1956.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Promove ao posto ou graduação imediatos os militares incapacitados definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências.

Lei n.º 3.067 — de 22 de dezembro de 1956.

POLÍGONO DAS SÊCAS

Aprova o Regulamento expedido em virtude da Lei n.º 2.814, de 6 de julho de 1956, que dispõe sobre a concessão de auxílio aos Municípios situados no Polígono das Sêcas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.

Decreto n.º 40.444 — de 30 de novembro de 1956.

PÔRTO SEGURO - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos da Pôrto Seguro — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 40.182 — de 30 de outubro de 1956.

PREFEITURAS

Dispõe sobre a cessão de um terreno à Prefeitura Municipal de Niterói, de propriedade da União.

Lei n.º 2.963 — de 23 de novembro de 1956.

PREFEITURAS

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura os créditos especiais de Cr\$ 3.000.000,00 e Cr\$ 1.000.000,00, para auxiliar as Prefeituras Municipais de Serra, no Estado do Espírito Santo, e de Picuí, no Estado da Paraíba, nos festejos comemorativos do IV e I centenários daquelas cidades.*

Lei n.º 3.054 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Isenta de direitos de importação, imposto de consumo e taxas aduaneiras, os materiais, um grupo moto-nivelador e um caminhão importados pela Prefeitura Municipal de Crato, no Estado do Ceará, para reforma e ampliação de sua hidrelétrica, e pelas Prefeituras Municipais de Bom Jardim, João Alfredo e Vicência, no Estado de Pernambuco, para construção e conservação de rodovias municipais.*

Lei n.º 3.080 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Outorga a Prefeitura Municipal de Passa Tempo concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Dornelas existente no rio Pará, distrito da sede do município de Passa Tempo, Estado de Minas Gerais.*

Decreto n.º 37.895 — de 13 de setembro de 1955.

— *Transfere o O. Benício Santos & Companhia para a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, a concessão para a produção e fornecimento de energia elétrica ao município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.*

Decreto n.º 40.135 — de 16 de outubro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, a instalar um grupo diesel-elétrico.*

Decreto n.º 40.144 — de 16 de outubro de 1956.

— *Outorga concessão à Prefeitura Municipal de Passo Fundo, para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.*

Decreto n.º 40.255 — de 31 de outubro de 1956.

PREFEITURAS

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Porto Nacional concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de uma queda d'água existente no rio Taquaraçu, distrito de Porto Nacional município do mesmo nome, Estado de Goiás.*

Decreto nº 40.272 — de 5 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Patrocínio concessão para o aproveitamento progressivo de energia hidráulica da cachoeira Boa Esperança, existente no rio Capivara, Município de Perdizes, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.300 — de 6 de novembro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Teresópolis a ampliar suas instalações elétricas.*

Decreto nº 40.304 — de 6 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São José do Goiabal concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da Cachoeira do Bochat existente no Ribeirão Sacramento, distrito-sede do município de São José do Goiabal, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.307 — de 6 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Piracanjuba, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da corredeira do Cerradão, existente no rio Piracanjuba, distrito de Piracanjuba, município do mesmo nome, Estado de Goiás.*

Decreto nº 40.341 — de 13 de novembro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, a ampliar suas instalações hidroelétricas.*

Decreto nº 40.408 — de 26 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Águas Formosas concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira Beleza, existente no rio Pampam, distrito de Águas Formosas, Município de Águas Formosas, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.409 — de 26 de novembro de 1956.

PREFEITURAS

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Capivari a construir uma linha de transmissão entre os municípios de Santa Bárbara do Oeste e Capivari e dá outras providências.*

Decreto nº 40.410 — de 26 de novembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica da cachoeira dos Martins, existente no rio Glória, distrito de São Francisco do Glória, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.472 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Autoriza a Prefeitura Municipal de Campo Grande a instalar uma usina termoeletrica na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso.*

Decreto nº 40.473 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de Tumiritinga, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica da cachoeira Cumprida, existente no rio Cuieté, distrito de Tumiritinga, município do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.631 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Outorga à Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Abaeté, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica de um desnível existente no rio Santo Antônio, município de João Pinheiro, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 35.788 — de 8 de julho de 1954.

PRESCRIÇÃO

Revigora o Inciso IX, do § 6º, do art. 178, da Lei nº 3.071, de 1 de janeiro de 1916 (Código Civil).

Lei nº 2.923 — de 21 de outubro de 1956.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Dá nova redação ao art. 10 do Regulamento dos Órgãos da Presidência da República.

Decreto nº 40.319 — de 12 de novembro de 1956.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

— *Dá nova redação ao art. 2º do Regimento dos Órgãos da Presidência da República, aprovado pelo Decreto nº 23.822, de 10 de outubro de 1947, modificado pelo Decreto nº 36.225, de 24 de setembro de 1954, e dá outras providências.*

Decreto nº 40.477 — de 3 de dezembro de 1956.

— *Abre ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00, para atender às despesas de qualquer espécie decorrentes da posse do Presidente da República.*

Decreto nº 40.235 — de 31 de outubro de 1956.

PROMOÇÕES

Fixa os efetivos dos quadros de oficiais aviadores, intendentes, médicos, farmacêuticos, especialistas de avião, em comunicações, em armamento, em fotografia, em meteorologia, em controle de tráfego aéreo, em suprimento técnico de infantaria ou guarda e de administração do Corpo de Oficiais da Aeronáutica, e dá outras providências.

Lei nº 2.999 — de 11 de dezembro de 1956.

— *Promove ao posto ou graduação imediatos os militares incapacitados definitivamente para o serviço ativo, e dá outras providências.*

Lei nº 3.067 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto nº 40.248 — de 31 de outubro de 1956.

— *Dispensa exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto nº 40.261 — de 5 de novembro de 1956.

— *Suspende, até 30 de novembro de 1957, a vigência de dispositivos do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto nº 40.486 — de 4 de dezembro de 1956.

PREFEITURAS

— *Modifica o Regulamento da Lei de Promoções do Exército, aprovado pelo Decreto nº 39.344, de 11 de junho de 1956.*

Decreto nº 40.613 — de 27 de dezembro de 1956.

Q

QUADRO DO PESSOAL

Ver o nome do órgão a que se refere.

QUARTZITO

Autoriza o cidadão brasileiro Fellippe Moysés Betti Filho a pesquisar quartzo, feldspato e associados, no município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Decreto nº 40.511 — de 10 de dezembro de 1956.

QUARTZO

Autoriza o cidadão brasileiro Almir Ramos de Castro a pesquisar quartzo e pedras coradas no município de Teófilo Ottoni, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.206 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza Dragagem Fluvial Ltda. a pesquisar ouro, diamante, quartzo e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.208 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza os cidadãos brasileiros Joaquim Cardoso e Martinho Gomes Barroso a pesquisar feldspato, quartzo e associados, município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro.*

Decreto nº 40.212 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Romualdo Gervásio Ferreira a pesquisar mica, quartzo e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.*

Decreto nº 40.219 — de 30 de outubro de 1956.

QUARTZO

— Autoriza o cidadão brasileiro Elpidio Lima Rosa a pesquisar quartzo e associados no município de Morro do Pilar, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.283 — de 5 de novembro de 1956.

— Autoriza a Cia. Mineira de Siderurgia a lavrar minério de ferro, quartzo e associados no município de Itaipava, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.334 — de 13 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Eduardo São Clemente D'Azevedo a pesquisar mica, quartzo e associados no município de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.412 — de 26 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Jesuino Almeida a pesquisar quartzo associado no município de São João do Paraíso, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.414 — de 26 de novembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro Geraldo Ponciano Gomes a pesquisar bauxita, quartzo e associados, no Município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.464 — de 3 de dezembro de 1956.

— Autoriza os cidadãos brasileiros Reinaldo Lins Pimenta e Josephino Ottoni Alves a pesquisar quartzo, minério de ferro e associados no município de Sêro, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.465 — de 3 de dezembro de 1956.

— Autoriza o cidadão brasileiro João Marciano Loubach, a pesquisar quartzo, pedras coradas, mica e associados, no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.

Decreto nº 40.467 — de 3 de dezembro de 1956.

QUÍMICO

Revoga a Lei nº 1.142, de 20 de junho de 1950, que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário químico, agrônomo, e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Lei nº 2.983 — de 30 de novembro de 1956.

R

RÁDIO CULTURA DE CAMPOS LIMITADA

Revigora a concessão outorgada pelo Decreto nº 38.088, de 12 de outubro de 1955, alterado pelo de nº 38.243, de 10 de novembro seguinte.

Decreto nº 40.436 — de 27 de novembro de 1956.

RÁDIO CULTURA DE GUIABA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Cultura de Curitiba Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto nº 40.253 — de 31 de outubro de 1956.

RÁDIO CURITIBANA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Curitiba Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 39.998 — de 17 de setembro de 1956.

RADIODIFUSÃO

Autorização para estabelecer estações transmissoras.

— Ver:

O nome da entidade autorizada.

RÁDIO DIFUSORA CASA BRANCA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora Casa Branca Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 39.999 — de 17 de setembro de 1956.

RÁDIO DIFUSORA CASA BRANCA LIMITADA

— Revoga a concessão outorgada à Rádio Difusora Casa Branca Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 40.553 — de 13 de dezembro de 1956.

RÁDIO DIFUSORA DO MARANHÃO LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Difusora do Maranhão Limitada para instalar uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto nº 40.256 — de 31 de outubro de 1956.

RÁDIO DIFUSORA SÃO PAULO SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Difusora São Paulo S.A. para estabelecer uma estação de radiotelevisão na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Decreto nº 40.360 — de 17 de novembro de 1956.

RÁDIO EXCELSIOR DA BAHIA SOCIEDADE ANÔNOMA

Outorga concessão à Rádio Excelsior da Bahia S. A. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto nº 40.076 — de 8 de outubro de 1956.

RÁDIO GUANABARA SOCIEDADE ANÔNIMA

Outorga concessão à Rádio Guanabara Sociedade Anônima para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas tropicais.

Decreto nº 40.054 — de 1 de outubro de 1956.

RÁDIO MARAJOARA LIMITADA

Outorga concessão à Rádio Marajoara Limitada, para estabelecer uma estação radiodifusora em frequência tropical.

Decreto nº 40.356 — de 16 de novembro de 1953.

RECEBEDORIA FEDERAL DE SÃO PAULO

Estende a fiscais de rendas federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei nº 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

Lei nº 2.911 — de 12 de outubro de 1956.

RÊDE DE VIAÇÃO CEARENSE

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 9.391,20, para atender ao pagamento de terreno adquirido pela Rêde de Viação Cearense.

Lei nº 3.027 — de 19 de dezembro de 1956.

RÊDE FERROVIÁRIA DO NORDESTE

Cria o Quadro de Pessoal e a Tabela Numérica de Extranumerários mensais da Rêde Ferroviária do Nordeste, e dá outras providências.

Decreto nº 40.442 — de 29 de novembro de 1956.

RÊDE MINEIRA DE VIAÇÃO

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Rêde Mineira de Viação, área de terreno necessária a construção de um Posto Telegráfico, casa de guarda-chaves e alojamentos, no quilômetro 591,0225, da Linha de Angra dos Reis a Goiandira.

Decreto nº 40.257 — de 31 de outubro de 1956.

Inclui as funções gratificadas de Zelador de Edifício e de Despachador de Trem no Quadro do Pessoal da Rêde Mineira de Viação.

Decreto nº 40.547 — de 11 de dezembro de 1956.

RÊDE PARANAENSE DE EMISSO- RAS S. A.

Autoriza a Rêde Paranaense de Emissoras S. A. a transferir de local sua estação radiodifusora de ondas médias, e dá outras providências.

Decreto nº 40.358 — de 16 de novembro de 1956.

REFINAÇÕES DE MILHO BRASIL

Concede à sociedade anônima Refinações de Milho, Brasil, autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.606 — de 27 de dezembro de 1956.

REGIMENTOS

Aprova o Regimento da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação.

Decreto n.º 40.296 — de 6 de novembro de 1956.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Modifica o Código de Organização Judiciária do Distrito Federal, no concernente ao serviço do Registro Civil das Pessoas Naturais e dá outras providências.

Lei n.º 2.910 — de 12 de outubro de 1956.

REGULAMENTOS

Modifica o art. 5º do Regulamento das Caixas Econômicas Federais, a que se refere o Decreto n.º 24.427, de 19 de junho de 1954.

Lei n.º 2.896 — de 5 de outubro de 1956.

— *Aprova o Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica.*

Decreto n.º 40.043 — de 27 de setembro de 1956.

— *Altera a redação de dispositivos do Regulamento Geral do Departamento Federal de Segurança Pública, e dá outras providências.*

Decreto n.º 40.047 — de 27 de setembro de 1956.

— *Aprova o Regimento da Diretoria do Ensino Secundário, do Ministério da Educação e Cultura.*

Decreto n.º 40.050 — de 29 de setembro de 1956.

— *Dá nova redação à letra c do art. 5º do Decreto n.º 38.362, de 23 de dezembro de 1955.*

Decreto n.º 40.080 — de 9 de outubro de 1956.

REGULAMENTOS

— *Aprova o Regulamento para a Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro.*

Decreto n.º 40.112 — de 11 de outubro de 1956.

— *Altera o Regulamento do Corpo do Pessoal Subalterno do Corpo de Fuzileiros Navais.*

Decreto n.º 40.113 — de 11 de outubro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Fundo de Mecanização da Lavoura no Vale do São Francisco.*

Decreto n.º 40.165 — de 18 de outubro de 1956.

— *Aprova o Regulamento da Carteira de Revenda da Comissão do Vale do São Francisco.*

Decreto n.º 40.166 — de 18 de outubro de 1956.

— *Dá nova redação à Observação 5.ª do Quadro n.º 2 do Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto n.º 8.736, de 19 de fevereiro de 1942.*

Decreto n.º 40.175 — de 22 de outubro de 1956.

— *Altera dispositivos do Regulamento do Serviço Social Rural.*

Decreto n.º 40.178 — de 27 de outubro de 1956.

— *Altera o Regulamento Provisório de Promoções dos Oficiais da Aeronáutica da Ativa.*

Decreto n.º 40.248 — de 31 de outubro de 1956.

— *Dispensa exigência do Regulamento de Promoções para Oficiais da Armada.*

Decreto n.º 40.261 — de 5 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 10 do Regimento dos Órgãos da Presidência da República.*

Decreto n.º 40.319 — de 12 de novembro de 1956.

REGULAMENTOS

— *Dá nova redação ao art. 277 do Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto nº 40.352 — de 14 de novembro de 1956.

— *Altera o Regulamento da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.*

Decreto nº 40.353 — de 14 de novembro de 1956.

— *Dá nova redação ao art. 277 do Regulamento da Escola de Especialistas de Aeronáutica.*

Decreto nº 40.354 — de 14 de novembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho.*

Decreto nº 40.359 — de 15 de novembro de 1956.

— *Modifica os arts. 2º, 3º, 13 e 15 do Regimento do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto nº 16.575, de 11 de setembro de 1944 e alterado pelo de número 29.857, de 6 de agosto de 1951.*

— *Expede Regulamento para a Comissão do Imposto Sindical (CIS) e Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS).*

Decreto nº 40.401 — de 21 de novembro de 1956.

— *Aprova Estatuto da Confederação Brasileira de Desportos Universitários e Regulamento dos Jogos Universitários Brasileiros.*

Decreto nº 40.426 — de 27 de novembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento expedido em virtude da Lei nº 2.814, de 6 de julho de 1956, que dispõe sobre a concessão de auxílio aos Municípios situados no Polígono das Secas, para instalação de serviços públicos de abastecimento d'água.*

Decreto nº 40.444 — de 30 de novembro de 1956.

REGULAMENTOS

— *Suspende, até 30 de novembro de 1957, a vigência de dispositivos do Regulamento de Promoções para os Oficiais da Armada.*

Decreto nº 40.486 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento para o Quartel de Marinheiros.*

Decreto nº 40.487 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento de Bases e Destacamentos de Bases Aéreas.*

Decreto nº 40.491 — de 4 de dezembro de 1956.

— *Modifica o Regulamento da Escola de Aeronáutica.*

Decreto nº 40.550 — de 12 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento do Quadro Auxiliar de Administração criado pela Lei nº 2.750, de 4 de abril de 1956.*

Decreto nº 40.552 — de 12 de dezembro de 1956.

— *Altera o art. 7º e §§ 1º e 2º do Decreto nº 38.744, de 1 de fevereiro de 1956, e art. 10 e §§ 1º e 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto número 38.906, de 15 de março de 1956.*

Decreto nº 40.579 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Modifica o Regulamento da Lei de Promoções do Exército, aprovado pelo Decreto nº 39.344, de 11 de junho de 1956.*

Decreto nº 40.613 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Dá nova redação aos arts. 3º e seu § 1º e 58 e seus parágrafos, do Regulamento dos Serviços do Porto do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 8.680, de 5 de fevereiro de 1942.*

Decreto nº 40.621 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Altera o Regulamento do Serviço de Identificação da Aeronáutica.*

Decreto nº 40.625 — de 27 de dezembro de 1956.

REGULAMENTOS

— *Altera o Regulamento do Gabinete do Ministro da Aeronáutica.*

Decreto nº 40.626 — de 27 de dezembro de 1956.

— *Altera a redação do art. 22 do Regulamento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo aprovado pelo Decreto nº 30.265, de 11 de dezembro de 1951.*

Decreto nº 40.701 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Aprova o Regulamento para a cobrança e fiscalização do imposto de renda.*

Decreto nº 40.702 — de 31 de dezembro de 1956.

— *Altera o Regulamento das Operações Imobiliárias da Carteira Hipotecária e Imobiliária do Clube Naval.*

Decreto nº 40.703 — de 31 de dezembro de 1956.

REMESSA DE TROPAS PARA O EXTERIOR

Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior.

Lei nº 2.953 — de 17 de novembro de 1956.

REMUNERAÇÃO ADICIONAL

Regulamenta a percepção da remuneração adicional, prevista na Lei número 2.573, de 15 de agosto de 1955.

Decreto nº 40.119 — de 15 de outubro de 1956.

S

S. A. INDUSTRIAL DE MINÉRIOS E ÁCIDOS SIMA

Concede à S. A. Industrial de Minérios e Ácidos SIMA autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto nº 40.458 — de 3 de dezembro de 1956.

SAL

Autoriza o Instituto Nacional do Sal a contrair com garantia do Tesouro Nacional, empréstimo destinado ao melhoramento da Indústria Salineira na Região de Areia Branca, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 40.320 — de 12 de novembro de 1956.

SALÁRIO ADICIONAL

Regulamenta a percepção da remuneração adicional, prevista na Lei número 2.573, de 15 de agosto de 1955.

Decreto nº 40.119 — de 15 de outubro de 1956.

SALÁRIO MÍNIMO

Dispõe sobre a aplicação do salário-mínimo aos casos que especifica.

Decreto nº 40.118 — de 13 de outubro de 1956.

SALGEMA

Declara caduco o Decreto nº 16.186, de 26 de julho de 1944.

Decreto nº 40.634 — de 27 de dezembro de 1956.

SALVAGUARDA DA VIDA HUMANA NO MAR

Autoriza o Diretor Geral de Portos e Costas, do Ministério da Marinha, a expedir, pelo Governo brasileiro, certificados instituídos pela Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar — Londres 1946.

Decreto nº 40.399 — de 21 de novembro de 1956.

— *Torna público o depósito, por vários países, de Instrumentos de aceitação e relativos a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, firmada em Londres, a 10 de junho de 1948.*

Decreto nº 40.428 — de 27 de novembro de 1956.

SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

Autoriza a Companhia Paulista de Força e Luz a interligar seu sistema com o de São Paulo Light and Power Company Limited, e dá outras providências.

Decreto nº 40.339 — de 13 de novembro de 1956.

SÃO PAULO LIGHT AND POWER COMPANY LIMITED

— *Concede nacionalização à sociedade anônima São Paulo Light and Power Company Limited, sob a denominação de São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade.*

Decreto nº 40.440 — de 28 de novembro de 1956.

SÃO PAULO LIGHT S. A.

Concede nacionalização à sociedade anônima São Paulo Light and Power Company Limited, sob a denominação de São Paulo Light S.A. — Serviços de Eletricidade.

Decreto nº 40.440 — de 23 de novembro de 1956.

SCHEELITA

Autoriza o cidadão brasileiro Francisco Leontis Gomes de Assis a pesquisar scheelita e associados no município de São Thomé, Estado do Rio Grande do Norte.

Decreto nº 40.213 — de 30 de outubro de 1956.

— *Autoriza o cidadão brasileiro Sêrvulo Pereira a pesquisar scheelita e associados no município de Santana do Matos, Estado do Rio Grande do Norte.*

Decreto nº 40.468 — de 3 de dezembro de 1956.

SEGURODORA DAS AMÉRICAS

Concede à Seguradora das Américas autorização para funcionar e aprova os seus Estatutos.

Decreto nº 40.585 — de 26 de dezembro de 1956.

SEGURODORA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Seguradora Indústria e Comércio S.A.

Decreto nº 40.337 — de 12 de novembro de 1956.

SEGURODORA INDUSTRIAL E MERCANTIL S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Seguradora Industrial e Mercantil S.A.

Decreto nº 40.336 — de 12 de novembro de 1956.

SELOS POSTAIS

Autoriza a emissão de selos comemorativos do 36º Congresso Eucarístico Internacional.

Lei nº 2.907 — de 12 de outubro de 1956.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A MENORES

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do crédito suplementar de Cr\$ 720.000,00 em reforço do Orçamento vigente, subanexo 4.16 — Título 20.01, Serviço de Assistência a Menores, sendo Cr\$ 500.000,00 para assistência a menores realizada pela Sociedade Pestalozzi do Brasil.

Lei nº 3.042 — de 21 de dezembro de 1956.

— *Modifica os arts. 2.º, 3.º, 13 e 15 do Regimento do Serviço de Assistência a Menores do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, aprovado pelo Decreto nº 16.575, de 11 de setembro de 1944 e alterado pelo de nº 29.857, de 6 de agosto de 1951.*

Decreto nº 40.385 — de 20 de novembro de 1956.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 12.869.768,50 para reembolso ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata da diferença, a seu favor, ocorrida na administração dos bens do Distrito de Guaira.

Lei nº 3.021 — de 17 de dezembro de 1956.

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA BACIA DO PRATA

— Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 3.616.919,30, destinado a regularizar os pagamentos com a liquidação de compromissos acumulados e contraídos pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Lei n.º 3.024 — de 19 de dezembro de 1956.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS

Dispõe sobre a aplicação do salário-mínimo aos casos que especifica.

Decreto n.º 40.118 — de 13 de outubro de 1956.

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

Recepção de doações:

— Ver:

Doações.

SERVIÇO NACIONAL DE FISCALI- ZAÇÃO DA MEDICINA E FARMÁCIA

Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, e dá outras providências.

Lei n.º 3.062 — de 22 de dezembro de 1956.

SERVIÇO NACIONAL DE FISCALI- ZAÇÃO DA MEDICINA

Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, e dá outras providências.

Lei n.º 3.062 — de 22 de dezembro de 1956.

SERVIÇO NACIONAL DE FISCALI- ZAÇÃO DE ODONTOLOGIA

Desdobra o atual Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina em Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia e Serviço Nacional de Fiscalização de Odontologia, e dá outras providências.

Lei n.º 3.062 — de 22 de dezembro de 1956.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Altera dispositivos do Regulamento do Serviço Social Rural.

Decreto n.º 40.178 — de 27 de outubro de 1956.

SERVIÇOS PÚBLICOS DE GUARUJÁ

Auto-riza a transferência de duas linhas de sub-transmissão de The City of Santos Improvements Company, Limited para os Serviços Públicos de Guarujá.

Decreto n.º 40.474 — de 3 de dezembro de 1956.

SERVIDÃO

Declara de utilidade pública diversas áreas de terra, necessárias à construção da linha de transmissão de que trata o Decreto n.º 36.539, de 3 de dezembro de 1954 e autoriza a Eletro Química Brasileira S. A. a promover a servidão administrativa das mesmas.

Decreto n.º 40.138 — de 16 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública, para fins de servidão ou de desapropriação, em favor da Petróleo Brasileiro S. A. — Petrobrás, em caráter de urgência, áreas compreendidas em imóveis no Estado da Bahia.

Decreto n.º 40.489 — de 4 de dezembro de 1956.

SERVIDORES PÚBLICOS

Institui o decreto coletivo de aposentadoria dos servidores civis da União.

Decreto n.º 40.555 — de 15 de dezembro de 1956.

SERVIDORES PÚBLICOS

— Altera o Decreto n.º 29.155, de 17 de janeiro de 1951, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.630 — de 27 de dezembro de 1956.

SINDICATOS

Autoriza a filiação de entidades sindicais patronais ao Conselho Interamericano de Comércio e Produção.

Decreto n.º 40.078 — de 9 de outubro de 1956.

SINGER SEWING MACHINE COMPANY

Concede à Sociedade anônima Singer Sewing Machine Company autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.603 — de 27 de dezembro de 1956.

SOCIEDADE DE MINERAÇÃO, COMÉRCIO E PECUÁRIA DO AMAPÁ LIMITADA

Concede à Sociedade de Mineração Comércio e Pecuária do Amapá Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.367 — de 19 de novembro de 1956.

SOCIEDADE INDUSTRIAL DO NORTE BRASILEIRO LIMITADA

Concede à Sociedade Indústrias do Norte Brasileiro Limitada, autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.365 — de 19 de novembro de 1956.

SOCIEDADE MINERAÇÃO FURNAS S. A.

Concede à Sociedade Mineração Furnas S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.364 — de 19 de novembro de 1956.

SOCIEDADE NAVEGAÇÃO FLUVIAL E MARÍTIMA ITAÇU LIMITADA

Concede à Sociedade Navegação Fluvial e Marítima Itaçu Limitada autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem, sob a nova forma social de Navegação Fluvial e Marítima Itaçu S. A.

Decreto n.º 40.362 — de 19 de novembro de 1956.

SOCIEDADE RADIO TUBÁ LTDA.

Outorga concessão à Sociedade Rádio Tubá Ltda. para instalar uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 40.254 — de 31 de outubro de 1956.

SOUTHERN BRAZIL LUMBER AND COLONIZATION CO.

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de Cr\$ 7.953.472,90 para atender ao pagamento da remuneração dos servidores transferidos da Southern Brazil Lumber and Colonization Co. para aquele Ministério.

Lei n.º 2.891 — de 1 de outubro de 1956.

SOUZA VARELLA & CIA. LTD.

Concede a Souza Varella & Cia. Ltda. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.637 — de 27 de dezembro de 1956.

"SUL AMÉRICA" CAPITALIZAÇÃO S. A.

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da Sul América Capitalização S. A.

Decreto n.º 40.523 — de 11 de dezembro de 1956.

"SUL AMÉRICA" COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS DA VIDA

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Sul América" Companhia Nacional de Seguros de Vida

Decreto n.º 40.522 — de 11 de dezembro de 1956.

SUL AMÉRICA TERRESTRES, MARÍTIMOS E ACIDENTES

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Sul América" Terrestres, Marítimos e Acidentes", Companhia de Seguros.

Decreto n.º 40.180 — de 30 de outubro de 1956.

SUPERINTENDÊNCIA DAS EM- PRÊSAS INCORPORADAS AO PATRIMÔNIO NACIONAL

Revigora por 30 dias o prazo concedido no § 7.º do art. 6.º da Lei n.º 2.193, de 9 de março de 1954 (Dispõe sobre a execução dos serviços a cargo da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional).

Lei n.º 2.904 — de 8 de outubro de 1956.

SUPRESSÃO DE CARGOS

Ver:

O nome do Ministério ou órgão a cuja lotação pertenciam.

T

TABACO

Altera a redação dos números IX (nove) e X (dez) das especificações referentes à classificação e fiscalização da exportação de Tabaco em Folha do Estado do Rio Grande do Sul, aprovadas pelo Decreto número 28.152, de 24 de maio de 1950.

Decreto n.º 40.633 — de 27 de dezembro de 1956.

TABACO EM FOLHA

Altera a redação dos números 2 (dois) e 13 (treze) das especificações referentes à classificação e fiscalização da exportação do Tabaco em Folha da Bahia, aprovadas pelo Decreto n.º 10.218, de 12 de agosto de 1942.

Decreto n.º 40.071 — de 8 de outubro de 1956.

TALCO

Autoriza o cidadão brasileiro Solon Silveira Bueno a pesquisar talco e associados no município de Aimorés, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.104 — de 9 de outubro de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro Waldemar Vilela Junqueira, a pesquisar talco e associados no município de Jacui, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.105 — de 9 de outubro de 1956.

Renova o Decreto n.º 33.597, de 19 de agosto de 1953.

Decreto n.º 40.191 — de 30 de outubro de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro José Leandro de Paula Rodrigues a pesquisar talco, amianto e associados no município de Ouro Preto, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.469 — de 3 de dezembro de 1956.

TALCOXISTO

Autoriza o cidadão brasileiro Couite Uemari a pesquisar talcoxisto e associados no município de Franco da Rocha, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 39.733 — de 8 de agosto de 1956.

Autoriza o cidadão brasileiro Erasto Cintra de Almeida a lavar talcoxisto, asbesto e associados no município de Itapira, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.201 — de 30 de outubro de 1956.

TARIFAS

Altera a redação do art. 20 do Decreto n.º 8.680, de 5 de fevereiro de 1942.

Decreto n.º 40.498 — de 6 de dezembro de 1956.

TARIFAS ADUANEIRAS

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 306.040,00, destinado a atender às despesas com a participação do Brasil na X Reunião das Altas Partes Contratantes do Acôrdio Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio.

Lei n.º 2.926 — de 21 de outubro de 1956.

— *Torna público o depósito do instrumento de adesão, por parte do Governo de Israel, à Convenção relativa ao estabelecimento de uma União Internacional para a publicação das tarifas aduaneiras, regulamento de execução e ata da assinatura, firmados, em Bruxelas, a 5 de julho de 1890, e ao Protocolo modificativo, assinado em Bruxelas a 16 de dezembro de 1949.*

Decreto n.º 40.088 — de 9 de outubro de 1956.

TERRAS PÚBLICAS

Regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas.

Lei n.º 3.081 — de 22 de dezembro de 1956.

TERRENOS DE MARINHA

Aforamento de:

— Ver:

Aforamentos.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo do Território Federal do Acre e Fábio Fontenele.

Decreto Legislativo n.º 53, de 1956.

— *Mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Governo Federal do Acre e Nair Dorotheu dos Prazeres.*

Decreto Legislativo n.º 54, de 1956.

TERRITÓRIO FEDERAL DO ACRE

— *Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 1.564.467,00, destinado ao pagamento de servidores do Departamento de Produção do Território do Acre.*

Lei n.º 3.051 — de 21 de dezembro de 1956.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ

Fixa a divisão administrativa e judiciária do Território Federal do Amapá, para o quinquênio 1954-1958.

Lei n.º 3.055 — de 22 de dezembro de 1956.

— *Delimita a área destinada ao aproveitamento pela "Indústria e Comércio de Minérios S. A. — ICOMI" de jazidas de minério de manganês, situadas na Serra do Navio, no Território Federal do Amapá.*

Decreto n.º 40.505 — de 10 de dezembro de 1956.

THE CITY OF SANTOS IMPROVEMENTS COMPANY, LIMITED

Autoriza a transferência de duas linhas de sub-transmissão de The City of Santos Improvements Company, Limited para os Serviços Públicos de Guarujá.

Decreto n.º 40.474 — de 3 de dezembro de 1956.

THE FIRST NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK

Prorroga a autorização do prazo de funcionamento, no Brasil, concedido ao The First National City Bank of New York.

Decreto n.º 40.081 — de 9 de outubro de 1956.

— *Aprova aumento de capital do "The First National City Bank of New York", destinado às suas operações no Brasil.*

Decreto n.º 40.336 — de 21 de novembro de 1956.

TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL

Autoriza o Ministro da Fazenda a elevar o limite de emissão de títulos da Dívida Pública Federal.

Decreto n.º 40.437 — de 27 de novembro de 1956.

TRANSATLANTICA - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento do capital social da "Transatlântica" — Companhia Nacional de Seguros.

Decreto n.º 40.033 — de 26 de setembro de 1956.

TRANSPORTES AÉREOS

Aprova o texto do Acôrdo sobre Transportes Aéreos Regulares, entre o Brasil e o Perú.

Decreto Legislativo n.º 52, de 1956.

— Concede contribuição financeira às empresas de transporte aéreo, que explorem linhas dentro do país, para fins de reaparelhamento de material de voo.

Lei n.º 3.039 — de 20 de dezembro de 1956.

— Torna pública a adesão do Egito à Convenção para a unificação de certas regras relativas ao transporte aéreo internacional, assinada em Varsóvia, a 12 de outubro de 1929.

Decreto n.º 40.087 — de 9 de outubro de 1956.

TRANSPORTES MARÍTIMOS ARAÚJO & CIA. LTDA.

Concede à sociedade Transportes Marítimos Araújo & Cia. Ltda. autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação de cabotagem.

Decreto n.º 40.422 — de 26 de novembro de 1956.

TRATADOS

Torna público o depósito do instrumento de ratificação, por parte do Governo do Iran, do Tratado de Paz com o Japão, assinado em São Francisco, a 8 de setembro de 1951.

Decreto n.º 40.126 — de 15 de outubro de 1956.

TRATADOS

— Torna público o depósito do Instrumento de ratificação, por parte do Governo das Filipinas, do Tratado de Paz com o Japão, assinado em São Francisco, a 8 de setembro de 1951.

Decreto n.º 40.127 — de 15 de outubro de 1956.

TRIBUNAL DE CONTAS

Autoriza a abertura, ao Tribunal de Contas, do crédito suplementar de Cr\$ 600.000,00, em reforço de dotações do orçamento em vigor.

Lei n.º 2.937 — de 31 de outubro de 1956.

TRIGO

Assegura os benefícios da Lei número 948, de 3 de dezembro de 1949, aos maquinários que vierem a ser desembarçados mesmo depois de extinto o prazo de que trata o art. 1.º daquela lei.

Lei n.º 3.063 — de 22 de dezembro de 1956.

— Dispõe sobre o escoamento e distribuição do trigo e adota outras providências relacionadas com a defesa da produção nacional.

Decreto n.º 40.316 — de 8 de novembro de 1956.

— Altera a redação dos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 40.316, de 8 de novembro de 1956, e dá outras providências.

Decreto n.º 40.500 — de 7 de dezembro de 1956.

TURFA

Autoriza o cidadão brasileiro Aurélio Soares da Rocha a lavar turfa no município de Resende, Estado do Rio de Janeiro.

Decreto n.º 40.286 — de 5 de novembro de 1955.

TURMALINAS

Renova o Decreto n.º 36.350, de 18 de outubro de 1954.

Decreto n.º 40.507 — de 10 de dezembro de 1956.

U

UNIAO BRASILEIRA - COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Aprova alterações introduzidas nos Estatutos, inclusive aumento de capital social da "União Brasileira" — Companhia de Seguros Gerais.

Decreto n.º 39.793 — de 16 de agosto de 1956.

UNIAO INTERNACIONAL DE MAGISTRADOS

Abre ao Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de Cr\$ 382.000,00, autorizado pela Lei número 2.785, de 16 de maio de 1956.

Decreto n.º 40.397 — de 21 de novembro de 1956.

UNIVERSIDADES

Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Agricultura e das outras providências.

Lei n.º 2.920 — de 13 de outubro de 1956.

UNIVERSIDADES

— Cria cargos no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, destinados à Universidade do Ceará.

Lei n.º 3.007 — de 15 de dezembro de 1956.

— Concede prerrogativas de equiparação à Universidade da Paraíba.

Decreto n.º 40.160 — de 16 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, o imóvel que menciona, situado na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, e destinado à ampliação das instalações da Universidade da Bahia.

Decreto n.º 40.222 — de 30 de outubro de 1956.

UNIVERSIDADES

— Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação, os imóveis que menciona, situados na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, e destinados à ampliação das instalações da Universidade da Bahia.

Decreto n.º 40.223 — de 30 de outubro de 1956.

— Declara de utilidade pública para efeito de desapropriação, os imóveis que menciona, situados na Cidade do Salvador, Estado da Bahia, e destinados à ampliação das instalações da Universidade da Bahia.

Decreto n.º 40.224 — de 30 de outubro de 1956.

— Aprova novo Estatuto da Universidade do Ceará.

Decreto n.º 40.229 — de 31 de outubro de 1956.

— Abre, ao Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 15.000.000,00, para o fim que especifica.

Decreto n.º 40.291 — de 5 de novembro de 1956.

— Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 16.331.162,40 (dezesseis milhões, trezentos e trinta e um mil, cento e sessenta e dois cruzeiros e quarenta centavos), para atender às despesas com o pessoal da Universidade Rural de Pernambuco.

Decreto n.º 40.493 — de 5 de dezembro de 1956.

— Outorga concessão à Universidade do Recife para estabelecer uma estação radiodifusora de ondas médias.

Decreto n.º 40.620 — de 27 de dezembro de 1956.

— Ver também:

Faculdades, Escolas e Cursos.

USINA ITAIQUARA DE AÇUCAR E ALCOOL S. A.

Concede à Usina Itaiquara de Açúcar e Alcool S. A. autorização para funcionar como empresa de mineração.

Decreto n.º 40.363 — de 19 de novembro de 1956.

UTILIDADE PÚBLICA

Declaração de:

— Ver:

O nome da entidade.

V

VACINA SALK

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 80.000.000,00, destinado à aquisição inicial da Vacina Salk e ao aprestamento e instalação, no Instituto Oswaldo Cruz, de um laboratório de produção da mesma vacina, e dá outras providências.

Lei n.º 3.012 — de 17 de dezembro de 1956.

VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA

Altera o Decreto n.º 34.132, de 9 de outubro de 1953.

Decreto n.º 40.400 — de 21 de novembro de 1956.

VENCIMENTOS

— Ver:

Extranumerários, Funcionários Públicos e Militares.

VERMICULITE

Autoriza o cidadão brasileiro Hildebrando Martins Borges a pesquisar Nióbio e associados, manganês, bauxite e vermiculite, no município de Sacramento, Estado de Minas Gerais.

Decreto n.º 40.216 — de 30 de outubro de 1956.

VETERINÁRIO

Revoga a Lei n.º 1.142, de 20 de junho de 1950, que dispõe sobre o processo de preenchimento dos cargos iniciais das carreiras de veterinário químico, agrônomo e engenheiro civil do Quadro Permanente do Ministério da Agricultura.

Lei n.º 2.983 — de 30 de novembro de 1956.

VIAÇÃO FÉRREA FEDERAL LESTE BRASILEIRO

Modifica a alínea "c" do artigo terceiro do Decreto-lei número nove mil oitocentos e cinquenta e nove, de treze de setembro de mil novecentos e quarenta e seis (Autoriza o Departamento Nacional de Estradas de Ferro a contrair com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários empréstimos destinados a custear a construção, no País, de material rodante e a eletrificação de linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro).

Lei n.º 2.943 — de 8 de novembro de 1956.

W

W. M. JACKSON INC.

Concede à sociedade anônima W.M. Jackson, Inc. autorização para funcionar na República.

Decreto n.º 40.602 — de 27 de dezembro de 1956.

WARNER INTERNATIONAL CORPORATION

Concede à sociedade anônima Warner International Corporation autorização para continuar a funcionar na República.

Decreto n.º 40.604 — de 27 de dezembro de 1956.

X

XISTO ARGILOSO

Autoriza Mitra Arquidiocesana de São Paulo a lavar xisto argiloso e associados no município de Santana do Parnaíba, Estado de São Paulo.

Decreto n.º 40.378 — de 19 de novembro de 1956.

Z

ZONA DE DEFESA

Dá nova redação ao item 10, do capítulo IV, das Instruções aprovadas pelo Decreto n.º 38.598, de 17 de janeiro de 1956.

Decreto n.º 40.342 — de 13 de novembro de 1956.